

André Evangelista Marques

**Paisagem e povoamento:
da representação documental à materialidade do espaço no
território da diocese de Braga (séculos IX-XI).
Ensaio metodológico**

Dissertação de Doutoramento em História apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação
do Professor Doutor Luís Carlos Amaral e a coorientação do
Professor Doutor José Ángel García de Cortázar.

Porto

2012

Investigação apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia:



«Houvera um começo e haveria um fim, mas com ele abolir-se-iam o espaço e o tempo, que existiam unicamente em função dele e só por ele estavam ligados. Kuckuck disse que o espaço não era senão a ordem ou as relações das coisas materiais entre elas. Sem objectos para o ocupar não haveria nem espaço nem tempo porque o tempo não era outra coisa senão uma hierarquia de incidentes (facilitada pela presença dos corpos), o produto do movimento de causa e efeito, cujo decorrer dava ao tempo uma direcção sem a qual ele não existiria. Ora a abolição do espaço e do tempo era precisamente a definição do nada» (Thomas MANN – *As Confissões de Félix Krull, Cavaleiro de Indústria*. Trad. de Domingos Monteiro. Lisboa: Relógio d'Água, 2003, p. 289).

Sumário

Índice de mapas.....	7
Índice de figuras.....	9
Siglas e abreviaturas.....	10
Agradecimentos: breve memória de uma investigação	14
Introdução: a montagem de um estudo de caso demonstrativo	21
1. Itinerário: da representação documental à materialidade do espaço	23
2. Programa: a concretização de uma proposta metodológica num estudo de caso ...	27
3. Coordenadas: a demarcação do tempo e do espaço à luz da realidade documental	31
3.1. Periodização: séculos IX-XI	31
3.2. Delimitação espacial: o território da diocese de Braga	35
4. Pressupostos histórico-geográficos: a imagem arquetípica da paisagem e do povoamento minhotos.....	63
5. Enquadramento historiográfico: o estudo da Alta Idade Média em Portugal.....	73
Parte I – Uma proposta de análise do espaço altimedieval a partir de fontes escritas	85
1. Problemática: paisagem, povoamento e sociedade.....	87
1.1. A construção do binómio espaço-sociedade no quadro da história rural medieval	87
1.2. O estudo do povoamento como “fóssil-director”	107
1.3. A (re)emergência da paisagem, entre o ambiente e a representação .	186
2. Objecto: o espaço documentado, uma abstracção entre a base material, a organização social e a representação discursiva.....	211
2.1. A interacção espaço-sociedade: <i>bases materiais</i> da organização social do espaço	214
2.2. A representação documental de um espaço socialmente definido: construir um objecto historiográfico.....	225
3. Metodologia: para uma <i>proposografia</i> do espaço	245
3.1. A “organização social do espaço” como quadro metodológico de referência	247
3.2. A estruturação de uma base de dados	256
3.3. Potencialidades analíticas	284

4. Fontes: a centralidade da documentação diplomática num conspecto mais amplo	303
4.1. Fontes textuais	304
4.2. Fontes toponímicas	315
4.3. Fontes materiais	325
4.4. Fontes cartográficas e fotografia área	328
Parte II – A representação documental do espaço <i>bracarense</i> altimedieval	
.....	331
1. Os três <i>filtros</i>	333
1.1. Corpus: génese e transmissão dos documentos	344
1.2. Escrituração: um discurso construído entre partes “livres” e “formulares”	359
1.3. Terminologia: a mediação entre a realidade material e a representação documental	366
2. O léxico espacial.....	375
0. Introdução	375
1. Unidades de articulação social do espaço.....	386
2. Unidades de organização social do espaço	406
3. Unidades eclesiásticas	443
4. Unidades de paisagem	455
5. Formas de propriedade	540
Conclusão.....	557
Fontes e Bibliografia.....	569
Apêndices.....	625
Apêndice I: Corpus dos documentos analisados	627
Apêndice I.A: Transcrições anotadas de alguns documentos.....	627
Apêndice II: Corpus das unidades espaciais identificadas	681
Apêndice II.A: Notas de identificação toponímica.....	681
Apêndice III – Cartografia complementar	693
Índice Geral	701

Índice de mapas

Mapa 1 – Povoamento do território da diocese de Braga (séculos IX-XI).....	41
Mapa 2 – Distribuição das unidades espaciais identificadas na documentação diplomática analisada	53
Mapa 3 – Actuais freguesias onde foi possível identificar unidades espaciais documentadas nos cartulários analisados (LF e LMD)	56
Mapa 4 – Distribuição das unidades espaciais documentadas em cada um dos cartulários analisados (LF e LMD).....	57
Mapa 5 – Unidades de organização social do espaço: unidades de povoamento	406
Mapa 6 – Unidades de organização social do espaço: unidades de residência e/ou exploração.....	434
Mapa 7 – Unidades eclesiásticas	443
Mapa 8 – Unidades de paisagem naturais: relevo	456
Mapa 9 – Unidades de paisagem naturais: águas	464
Mapa 10 – Unidades de paisagem naturais: inculto	476
Mapa 11 – Unidades de paisagem produtivas: cereal.....	487
Mapa 12 – Unidades de paisagem produtivas: vinho, fruta e horta.....	491
Mapa 13 – Unidades de paisagem produtivas (outras): espaços de cultivo	501
Mapa 14 – Unidades de paisagem produtivas (outras): espaços aquíferos	503
Mapa 15 – Unidades de paisagem: transformação	510
Mapa 16 – Unidades de paisagem residenciais	515
Mapa 17 – Unidades de paisagem fortificadas	522
Mapa 18 – Unidades de paisagem: vias e outras estruturas de comunicação...	529
Mapa 19 – Formas de propriedade	540
Mapa 20 – Lugares centrais	693
Mapa 21 – Unidades de paisagem naturais (relevo) e unidades de paisagem fortificadas	694
Mapa 22 – Unidades de paisagem fortificadas, vias e outras estruturas de comunicação	695
Mapa 23 – Unidades de organização social do espaço: de povoamento e residenciais e/ou de exploração	696

Mapa 24 – Unidades de organização social do espaço (povoamento) e unidades eclesiásticas	697
Mapa 25 – Unidades de paisagem produtivas (cereal, vinha, fruta, horta e outras) e elementos de delimitação.....	698
Mapa 26 – Actuais freguesias onde foi possível identificar unidades espaciais documentadas no corpus analisado	699

Índice de figuras

Figura 1 – Instantâneo do formulário <i>Documentos</i>	258
Figura 2 – Instantâneo do formulário <i>Elementos</i>	260
Figura 3 – Instantâneo do formulário <i>Unidades</i>	271

Siglas e abreviaturas

Fontes e obras de referência¹

- BDP=COSTA, 2000: COSTA, Avelino de Jesus da (2000) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Vol. II: “Censuais e Documentos”²
- BL: SÃO TOMÁS, Fr. Leão de (1644-1651) – *Benedictina Lusitana*
- BLAISE: BLAISE, Albert (1986) – *Lexicon Latinitatis Medii Aevi praesertim ad res ecclesiasticas investigandi pertinens*
- BLAISE – Dict.: BLAISE, Albert (1975) – *Dictionnaire latin-français des auteurs du Moyen Âge*
- CCSP: *Censual do Cabido da Sé do Porto*. Ed. de João Grave
- CDFI: *Colección Diplomática de Fernando I (1037-1065)*. Ed. de Pilar Blanco Lozano
- CDMCG: RAMOS, Cláudia M. N. T. da Silva (1991) – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Volume II: “Colecção Documental”
- CDMSSJ: LIRA, Sérgio (2002) – *O Mosteiro de S. Simão ds Junqueira*. Volume II: “Colecção Documental”
- Censual: Censual de Entre-Lima-e-Ave* [1085-1089/91] (v. BDP: 7-231)
- CMC: *Cartulario do Mosteiro de Crasto*. Ed. de Alfredo Pimenta
- DC: *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*
- DCP: COSTA, Américo (1929-1949) – *Diccionario Chorografico de Portugal Continental e Insular...*
- DEPA: FLORIANO, António C. (1949-1951) – *Diplomática española del periodo astur...*
- DHP: *Dicionário de História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão
- DP: *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares. Volume III....; Volume IV....*
- DPE: *Dicionário Porto Editora*
- DR: *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios. Volume I: Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques (A.D. 1095-1185)*
- DU CANGE: DU CANGE, Charles du Fresne (sieur) et alii (1883-1887) – *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*
- CDAf.V: FERNÁNDEZ DEL POZO, José María (1984) – «Alfonso V rey de León. Estudio histórico-documental»
- CDAf.VI: GAMBRA, Andrés (1998) – *Alfonso VI. Cancillería, Curia e Imperio*. Vol. II: *Colección Diplomática*
- DMLBS: LATHAM, R. E.; HOWLETT, D. T. (dir.) (1975-...) – *Dictionnary of Medieval Latin from British Sources*
- EMP: BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II: “Corpus Epigráfico Medieval Português”

¹ Para a citação completa das obras aqui arroladas, v. *infra* Fontes e Bibliografia. O sistema de citação utilizado pode levantar dúvidas, no caso das obras que editam documentos, já que o número que se segue à sigla pode dizer respeito nuns casos ao número de um documento aí editado e noutros ao número de uma ou mais páginas da obra. A sinalética utilizada é contudo distinta: no caso dos documentos, a citação recorre à vírgula para separar a sigla do número do documento (ex.: BDP, 1); ao passo que quando se alude a uma ou mais páginas, a sigla é seguida de dois pontos (ex.: BDP: 1).

² Utiliza-se a sigla BDP para referência a documentos aqui publicados e a citação abreviada (COSTA, 2000) para a referência a páginas deste segundo volume da obra.

HOUAISS: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles (2002) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*

GMLC: BASSOLS DE CLIMENT, Mariano; BASTARDAS, Joan (dir.) (1960-...) – *Glossarium Mediae Latinitatis Cataloniae...*

Inq.: *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*

LC: *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*

LF: *Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Ed. de Avelino de Jesus da Costa

LHP: MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; LAPESA, Rafael (2003) – *Léxico hispánico primitivo*

LIMAL: ARNALDI, Francesco; SMIRAGLIA, Pasquale (dir.) (2001) – *Latinitatis Italicae Medii Aevi Lexicon (saec. V ex. - saec. XI in.)*

LLMARL: PÉREZ, Maurilio (dir.) (2010) – *Lexicon Latinitatis Medii Aevi Regni Legionis (s. VIII-1230) Imperfectum*

LP: *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Ed. de M. A. Rodrigues; A. de J. da Costa

NIERMEYER: NIERMEYER, J. F.; VAN DE KIEFTE, C. (2002) – *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*

PP: ERDMANN, Carl (1927) – *Papsturkunden in Portugal*

SS: *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*

TF: *Tumbo de Fiães. Transcripción*. Ed. de Xesús Ferro Couselo

Tumbo A: *Tumbo A de la Catedral de Santiago*. Ed. de Manuel Lucas Álvarez

VITERBO: VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa (1993) – *Elucidário das palavras, termos e frases...*³

VVM: *Valdevez Medieval. Documentos. I. 950-1299*

Revistas

AEM: *Anuario de Estudios Medievales*

ALMA: *Archivum Latinitatis Medii Aevi (Bulletin Du Cange)*

AHDE: *Anuario de Historia del Derecho Español*

BCCMP: *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*

BEC: *Bibliothèque de l'école des chartes*

CCM: *Cahiers de Civilisation Médiévale*

EHR: *English Historical Review*

EME: *Early Medieval Europe*

HR: *Historical Research*

HJ: *Historical Journal*

JEH: *Journal of Ecclesiastical History*

MEFR/M: *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Âge*

RPH: *Revista Portuguesa de História*

SH-HM: *Studia Historica – Historia Medieval*

Cartografia

CP: Carta de Portugal (1:100.000 – Instituto Geográfico e cadastral), fl. ...

CM: Carta Militar de Portugal (1:25.000 – Instituto Geográfico do Exército), fl. ...

³ A informação proveniente dos comentários e verbetes originais redigidos por M. Fiúza para a edição crítica da obra vai devidamente assinalada: VITERBO [Fiúza]. Note-se, contudo, que foram apenas publicados os comentários e verbetes relativos ao primeiro volume (letra A); os do segundo (letras B-Z), que se optou por separar do texto da autoria de Viterbo, deveriam ter constituído um volume autónomo que nunca chegou a ser editado.

Editoras e instituições

ADB: Arquivo Distrital de Braga

CISAM: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo

CSIC: Consejo Superior de Investigaciones Científicas

CUP: Cambridge University Press

CV: Casa de Velázquez

EFR: École française de Rome

FCG: Fundação Calouste Gulbenkian

FCSH/UNL: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FLUL: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FLUC: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FLUP: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

INCM: Imprensa Nacional - Casa da Moeda

INE: Instituto Nacional de Estatística

INIC: Instituto Nacional de Investigação Científica

OUP: Oxford University Press

PUF: Presses Universitaires de France

PUM: Presses Universitaires du Mirail

PUR: Presses Universitaires de Rennes

UP: Universidade do Porto

Abreviaturas

a. – antes de

aa. – anteriores

a.f. – antiga freguesia

a.l. – antigo lugar

a.v. – antiga *villa*

c. – *circa*

c. – concelho

cap. – capítulo

cit. – citado(a)

col. – coluna

colab. – colaboração

coord.(s) – coordenador(es)

corr. – corrigido(a)

d. – depois de

doc(s). – documento(s)

ed.(s) – edição/editor(es)

ed. ut. – edição utilizada

el. – elemento

f(s). – freguesia(s)

fasc. – fascículo

fr. – fração

Fr. – *frater*

l(s). – lugar(es)

m. – metro(s)

p. – porção/porções

publ. – publicado(a)

reed. – reeditado(a)
ref(s). – referência(s)
reimpr. – reimpressão
s.d. – sem data
s.f. – sem freguesia
s.l. – sem lugar
ss. – seguintes
t. – tomo
trad. – tradução
s.u. – *sub uerbo*
un(s). – unidade(s)
v. – *vide*
vs. – *versus*
vol(s). – volume(s)

Agradecimentos: breve memória de uma investigação

Para lá da necessária lista de nomes e de dívidas para com eles contraídas, parece-me importante situar os agradecimentos que lhes são devidos numa breve memória dos principais *marcos* que definiram o percurso desta dissertação. Reflete-se normalmente muito pouco (e escreve-se ainda menos) sobre as circunstâncias do trabalho académico. Invocar as condições institucionais que sustentaram a investigação e a teia de relações científicas que em torno dela se foi urdindo não justifica as muitas limitações do resultado final, que devem ser atribuídas às limitações do autor, mas ajuda a compreendê-lo.

Em primeiro lugar, cumpre registar o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, mediante a concessão de uma bolsa de doutoramento que me permitiu uma dedicação exclusiva a este trabalho durante quatro dos cinco anos que levei a completá-lo. Não teria sido possível sequer pensar uma investigação deste tipo sem essa condição. Por outro lado, a bolsa que me foi concedida permitiu frequentes deslocações ao estrangeiro e uma estadia prolongada em Cambridge, para pesquisas bibliográficas. A indigência das bibliotecas universitárias portuguesas na área das Ciências Sociais e Humanas, em virtude de um financiamento cronicamente deficiente e da ausência de políticas de aquisição concertadas entre as várias instituições, não deixa alternativa aos investigadores.

Ainda no domínio institucional, devo à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ao Departamento de História (agora também de Estudos Políticos e Internacionais) e em particular ao grupo dos Professores de História Medieval, um acolhimento muito cordial desde há exatamente nove anos, quando me inscrevi no Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento, entretanto extinto. Esta tese assistiu à implementação da reforma que instituiu o atual Curso de Terceiro Ciclo/Doutoramento em História, para o qual fui obrigado a transitar, sem que isso tenha implicado qualquer alteração ao plano de uma tese que foi pensada num tempo *pré-Bolonha*, o que devo também à compreensão dos membros da comissão diretiva do curso, os Professores Amélia Polónia, Conceição Meireles e Luís Miguel Duarte.

A ciência faz-se certamente de condições institucionais. Mas no princípio estão sempre os projetos *pessoais* (que não necessariamente individuais) de trabalho. Na ausência de dinâmicas coletivas capazes de gerar grupos coesos e estruturados no estudo de áreas temáticas, cronologias ou regiões específicas – o que me parece ser a grande debilidade da investigação em História Medieval no nosso país –, este trabalho teve a imensa sorte de encontrar um orientador capaz de lhe dar a *espessura* que normalmente só aqueles grupos de investigação criam. Ao Professor Luís Carlos Amaral devo, desde que com ele comecei a trabalhar há já mais de dez anos, um duplo compromisso. Em primeiro lugar, com a minha formação como historiador, bem para lá dos estritos limites da tese. Por maior que seja a *aceleração* imposta pela reforma de Bolonha, é importante não esquecer que as dissertações são instrumentos de formação, e não fins em si mesmas. E que um historiador da paisagem e do povoamento altomedievais é, antes disso, um medievalista e, antes ainda, um historiador. O Professor Luís Amaral nunca deixou de me mostrar, desde logo pelo seu exemplo. Em segundo lugar, devo-lhe o compromisso com a integração do meu trabalho numa *escola* historiográfica plenamente estruturada, criada pelo Professor José Ángel García de Cortázar: a alusão recorrente ao longo deste trabalho à “organização social do espaço” corresponde à assunção dos pressupostos teóricos e metodológicos dessa *escola*, e sobretudo à tentativa de pensar a realidade aqui em análise com recurso a um quadro conceptual já testado, capaz de promover a comparabilidade no contexto mais alargado do quadrante Norte da Península Ibérica. Para lá deste duplo compromisso de fundo, devo ao Professor Luís Amaral uma disponibilidade incondicional para atender às minhas solicitações. E a capacidade de encontrar o difícil equilíbrio entre a margem de liberdade que deve ser dada a qualquer investigação que aspire a ser mais do que *reprodução* e a direção firme que um orientando estruturalmente disperso exige (sobretudo na etapa final). Não teria sido capaz de fazer o caminho sem aquela liberdade, nem de o terminar sem esta direção.

Por iniciativa do Professor Luís Amaral, a integração deste trabalho na referida *escola* traduziu-se na coorientação do Professor José Ángel García de Cortázar, que teve a generosidade de aceitar um orientando com poucas provas dadas. A minha dispersão, na raiz do sucessivo incumprimento dos prazos intermédios que foram sendo marcados, dificultou-lhe consideravelmente o acompanhamento do trabalho e impediu-me de aproveitar plenamente os seus ensinamentos. Ainda assim, o Professor García de

Cortázar manifestou sempre uma disponibilidade inteira para discutir os sucessivos esboços de programa que lhe fui apresentando, ajudando-me de forma decisiva, em três momentos-chave do percurso, a perceber o caminho a seguir. Um caminho que, como ficará claro no decurso das páginas que se seguem, foi em boa parte decalcado do notável edifício teórico que construiu para o estudo da “organização social do espaço”, reconhecido muito para lá das estritas coordenadas ibéricas e altimedievais para as quais foi concebido. A simpatia com que o Professor García de Cortázar recebeu os capítulos que finalmente lhe apresentei em catadupa, mostraram-me, para lá de tudo o mais, o sentido que a generosidade faz, também no trabalho académico.

Num plano diferente (e mais distante) do da orientação formal, esta dissertação beneficiou enormemente do conselho de quatro grandes medievalistas que tiveram a simpatia de discutir comigo, em diversas fases da investigação, vários dos problemas que me iam ocupando. Em primeiro lugar, devo à Professora Wendy Davies sucessivas conversas sobre o plano da tese e sobre os principais temas a que ela me ia conduzindo, sintomaticamente coincidentes com alguns dos temas que a preocupam: a organização da paisagem, o funcionamento das comunidades locais (esses *small worlds*, que tão bem estudou), a relação dessas comunidades com a terra, o crescimento agrário, a imagem que as fontes constroem de tudo isto... Não por acaso, o caminho que percorri ao longo destes anos foi também um caminho de aproximação aos *seus* temas e à *sua* forma de os abordar. À Professora Iria Gonçalves devo conversas particularmente vivas e sugestivas sobre a idiossincrasia da paisagem minhota medieval, que um longo e aturado trabalho com as Inquirições ducentistas e com os sumarentos tombos tardo-medievais lhe permitiu conhecer como ninguém. A imensa generosidade e a delicadeza que distinguem a Professora Iria Gonçalves fizeram destas conversas um verdadeiro prazer. Ao Professor José Mattoso, a quem todos devemos o essencial da nossa visão sobre o período aqui em análise no território portugalense, devo também a discussão sempre profunda e muito franca de várias questões, sobretudo as que decorrem da clivagem entre a realidade histórica propriamente dita e a mera realidade documental, o que em muito contribuiu para a elaboração (ainda muito elementar) dessas questões de que fui capaz. Finalmente, este trabalho deve muito ao Doutor Peter Linehan. Embora o estudo do espaço fique bastante aquém do *thrill* experimentado pelo biógrafo de um Gonzalo Pérez *Gudiel*, e lhe provoque o mais absoluto tédio, a agudeza (*wit* será mesmo a palavra certa) e a enorme imaginação que são as suas converteram as conversas que

fomos tendo ao longo dos últimos anos em momentos privilegiados de aprendizagem do que pode ser a subtileza (mas também a eficácia) da análise histórica e um sentido estético do discurso que a sua obra tão bem ilustra.

As deslocações ao estrangeiro a que me referi, e pelas quais passou em boa parte a abertura de perspetivas que nenhum trabalho científico pode dispensar, giraram em torno de três pólos, onde encontrei pessoas e instituições que me possibilitaram essa abertura. As estadias mais prolongadas tiveram lugar em Cambridge, onde passei sucessivos períodos estivais ao longo dos últimos seis anos e todo o ano letivo de 2010-2011. Deve-se ao Doutor Peter Linehan o convite feito em 2006 a um grupo de alunos da Universidade do Porto para aí passarmos umas semanas. E desde então devo-lhe a absoluta generosidade com que sempre aceitou receber-me no St. John's College. Embora não tenha nunca estado formalmente ligado ao colégio, foram-me concedidas todas as facilidades, o que implica um agradecimento institucional ao *Master* e aos *Fellows*. Ao mesmo tempo, o Doutor Peter Linehan franqueou-me as portas da incomparável Biblioteca da Universidade de Cambridge, a cujos responsáveis devo também agradecer. Durante aquele período mais longo, fiquei alojado numa residência destinada a estudantes estrangeiros, a Link House, a cujos *trustees* agradeço. Mas fico sobretudo a dever a Lil e Mel Robson, os *wardens* da casa, uma calorosa hospitalidade que tornou mais agradável um ano por natureza muito solitário. Para lá da necessidade imperiosa de consultar bibliografia de que não dispunha em Portugal, esta estadia prolongada em Cambridge foi ditada pela urgência de acelerar e recentrar uma tese que, durante os três primeiros anos, se deixara tentar pelos muitos caminhos abertos pela investigação. Teve o seu quê de retiro, a exigir um ritmo de trabalho a que o ambiente de Cambridge é particularmente propício, mas com potenciais riscos para o trabalhador. Que eu tenha saído quase ileso deve-se em boa parte às (poucas mas saborosas) incursões londrinas de fim de semana, a casa da Ana e do Ricardo, que sabem bem o que é o trabalho académico, mas sabem ainda melhor o que é a família. E que me ajudaram com a pequena logística da mudança para (e da vida em) Inglaterra. À Beatriz e ao Diogo (como à Matilde) explicarei um dia como foi importante vê-los *crescer* enquanto o meu trabalho parecia não sair do sítio.

Em segundo lugar, esta tese levou-me por algumas vezes a Santander, para reuniões com o Professor José Ángel García de Cortázar. Aqui pude também encontrar uma biblioteca notável, os pólos da Biblioteca da Universidade da Cantábria situados no

Edifício Interfacultativo e na Faculdade de Direito, a cujos responsáveis agradeço as facilidades que me foram concedidas. Parece-me ser este um excelente exemplo de como é possível, numa academia de dimensão semelhante (senão menor) à de muitas universidades portuguesas, dispor de um fundo bibliográfico absolutamente consistente e atualizado, ao menos no que à História Medieval diz respeito. Consequência, naturalmente, de uma política clara de aquisição, definida pelos próprios professores da área, em articulação com os bibliotecários, que julgo ser aquilo que falta na maior parte das bibliotecas universitárias portuguesas. Não bastam as *sugestões* de aquisição. É preciso definir *políticas* que permitam, face a orçamentos cada vez mais limitados, eleger o que é prioritário (ou não) comprar, em função dos principais interesses de investigação de cada departamento. De volta aos agradecimentos, em Santander encontrei o generoso acolhimento não só do Professor García de Cortázar mas também dos Professores Esther Peña Bocos (cuja hospitalidade durante a minha primeira incursão santanderina não esqueço) e Jesús Ángel Solórzano Telechea, bem como da Leticia Agúndez San Miguel, do Gonçalo Graça e do Javier Añíbarro Rodríguez.

Mais breves mas igualmente importantes foram as deslocações que fiz a Madrid, onde fui recebido no Centro de Ciencias Humanas y Sociales do CSIC pela Doutora Isabel Alfonso Antón, a quem devo a possibilidade de trabalhar na extraordinária Biblioteca Tomás Navarro Tomás, a cujos responsáveis agradeço as facilidades concedidas. Devo-lhe ainda o acolhimento informal na equipa do projeto *PRJ*, sobre processos judiciais e mecanismos de resolução de disputas na Península Ibérica (e agora no Ocidente altimedieval), que estimulou o meu trabalho de inventariação da documentação anterior a 1101 conservada em arquivos portugueses. Se esta empresa me desviou de alguma forma da *tese*, também redimensionou inegavelmente a minha reflexão sobre a realidade documental. Devo ainda aos Doutores José Miguel Andrade Cernadas e Julio Escalona Monge, membros da referida equipa, o interesse que manifestaram pelo meu trabalho e o generoso envio de material bibliográfico que num determinado momento lhes pedi.

Embora esta dissertação seja produto de um trabalho individual, a investigação que lhe subjaz contou com duas colaborações essenciais, em domínios que me estavam (e continuam) vedados, mas que se revelaram essenciais na configuração da proposta metodológica aqui apresentada. Em primeiro lugar, contei com a ajuda do Professor Gabriel David (da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto) na criação da

base de dados que operacionalizou o questionário desenhado para o estudo *prosopográfico* do espaço. No momento em que escrevo estas páginas, a versão utilizada é já a trigésima, o que dá bem a ideia da enorme massa de trabalho que a criação e sucessivo aperfeiçoamento da base de dados implicaram. Desprovida de qualquer enquadramento institucional, esta colaboração decorreu pura e simplesmente da amizade. O que torna a minha dívida impagável. Não esqueço ainda o acolhimento da família David, e muito particularmente da Helena, em tantas sessões de trabalho em sua casa. Em segundo lugar, contei com a colaboração do Dr. Miguel Nogueira (responsável pela Oficina do Mapa da FLUP), na elaboração da cartografia que integra este trabalho. Como cartógrafo experiente e competente, não se limitou a produzir mapas, mas ajudou-me verdadeiramente a pensar o problema da integração dos dados documentais num SIG, o que constitui um dos objetivos e potencialidades centrais da metodologia aqui apresentada. Não esqueço também a enorme simpatia com que respondeu aos prazos apertados que os meus atrasos acabaram por impor-lhe.

Falei já muito de bibliotecas. Mas falta ainda referir as condições excecionais de trabalho de que beneficiei na Biblioteca Central da FLUP, fruto da enorme competência de um conjunto de funcionários que sabem que a Biblioteca é um lugar importante. Agradeço a todos, na pessoa do Dr. João Leite, mas permito-me destacar os nomes da Dr.^a Isabel Pereira Leite e de Amélia Melo, Clara Oliveira, Laura Gil, Márcia Freitas, Marlene Borges, Rafaela Barbosa, Jorge Lopes e Miguel Simões que, com uma atenção inexcedível, tornaram o meu trabalho mais fácil e agradável. Durante os últimos anos, os Departamentos da FLUP e as respetivas bibliotecas sofreram alterações consideráveis de funcionamento. No entanto, continuei sempre a contar com a prestável colaboração das sucessivas secretárias do Departamento de História: Dr.^{as} Idalina Azeredo, Susana Cunha e Ana Gonzalez, e da Dr.^a Sandra Carneiro no Departamento de Ciências e Técnicas do Património, a quem agradeço toda a simpatia. Depois, encontrei na FLUP um conjunto de outros funcionários, competentes e dedicados, que me ajudaram de muitíssimas maneiras, e de forma persistente, ao longo destes já muitos anos de *Letras*. Penso nos nomes da Sr.^a D.^a Maria José Ferreira, das Dr.^{as} Alexandra Melo, Carla Amaral, Paula Oliveira, Raquel Matos e Raquel Sampaio, da Liliana Carvalho e do Nuno Santos. E esqueço outros certamente.

Por último, não poderia deixar de referir os nomes de um conjunto amplo de professores e colegas a quem devo coisas muito diferentes – indicações bibliográficas,

fotocópias, informações várias, conselhos sobre problemas específicos, conversas diletantes, palavras de incentivo –, todas elas importantes. Na Universidade do Porto, devo-as aos Professores Amélia Polónia, Inês Amorim, Lúcia Rosas, Maria Cristina Cunha, Paula Pinto Costa, José Ramiro Pimenta, Luís Miguel Duarte e Mário Barroca. E muito especialmente à Professora Helena Osswald, que acompanhou todo o percurso com a atenção e o cuidado que lhe são tão próprios, e ao Professor João Garcia, que se dispôs a ouvir falar longamente desta investigação e a discutir, com a sua invulgar capacidade de crítica, diversos problemas que ela ia levantando. Noutras universidades, devo-as aos Professores Hermínia Vilar, Maria João Branco, Maria José Azevedo Santos, Maria de Lurdes Rosa, Susana Pedro, Arnaldo Melo, Hermenegildo Fernandes, Saul António Gomes, Stéphane Boissellier e Xaime Varela Sieiro. Finalmente, devo-as a um grupo de amigos medievalistas que trilharam, ao longo dos últimos anos, um percurso semelhante e sempre atento ao meu: Joana Sequeira, Marta Castelo Branco, André Vitória, António Castro Henriques, Flávio Miranda, Mário Farelo, Rodrigo Dominguez e todos os membros do Grupo Informal de História Medieval da U. Porto (GIHM). Porque mais próximos, os percursos da Filipa Roldão e da Maria João Oliveira e Silva foram ainda mais atentos ao meu. À Patrícia Costa (que não é medievalista, mas modernista) devo uma vigilância ímpar ao andamento da tese.

Saio assim do terreno da ciência para entrar num domínio que já não cabe nesta “memória de uma investigação”, por dizer respeito ao *trabalhador* mais do que ao *trabalho*, mas que em todo o caso sustentou o caminho feito por ambos. Aos amigos e à família devo o maior estímulo para avançar (e acabar!). Aos Pais, à Inês e à Elvira, que mais de perto acompanharam esse caminho, devo ainda o terem-no tornado possível, dia a dia.

Introdução: a montagem de um estudo de caso demonstrativo

1. Itinerário: da representação documental à materialidade do espaço

O itinerário que este trabalho procurará percorrer, da representação documental à materialidade do espaço, implica um claro reajustamento face ao percurso que o projeto inicial se propunha trilhar. Concebida inicialmente como mais um estudo de base regional sobre a organização social do espaço, neste caso no Entre-Douro-e-Minho entre os séculos IX e XII, rapidamente a investigação se restringiu à análise dos ritmos e configurações espaciais do povoamento minhoto e dos modelos de organização da paisagem, para numa última fase se centrar especificamente na caracterização morfológica das diversas unidades espaciais que serviram essa organização, entendidas como *bases materiais* da organização social do espaço. Prescindiu-se assim do estudo sistemático do processo de povoamento, que assume neste trabalho um papel secundário, de pano de fundo, ainda que não tenha sido completamente excluído, desde logo do título. Até porque o *processo* de povoamento é sempre indissociável da (re)configuração morfológica dos diversos setores da paisagem no decurso desse mesmo processo.

Importa desde já notar que esta dissertação foi concebida, *ab initio*, como a segunda peça de um programa de investigação que vinha de trás e deveria prolongar-se para além dela. O trabalho que agora apresentamos sucede a um primeiro ensaio metodológico bem delimitado, porque restrito à análise de uma unidade específica de organização social do espaço (o casal), que procurava, a um mesmo tempo: (i) desenvolver (nos planos semântico e morfológico) e aplicar (a um espaço-tempo concreto: o Entre-Douro-e-Lima dos séculos X a XII) uma metodologia de análise desse tipo de unidades rurais de exploração e/ou residência; e (ii) estudar uma unidade de base familiar que assumiu, logo no século XII, um papel central na ordenação da paisagem e do povoamento rurais do Entre-Douro-e-Minho, constituindo-se assim como um dos caminhos privilegiados para a *sondagem* à organização social do espaço minhoto que esse primeiro ensaio procurava levar a cabo⁴.

Ora, se a presente dissertação se propunha, de acordo com o plano inicial, desenvolver esse estudo global da organização social do espaço minhoto, rapidamente o

⁴ MARQUES, 2008 – *O casal...*: 21-32, 257-64. Editado em 2008, este livro constitui a versão revista e só pontualmente modificada da dissertação de mestrado em História Medieval que apresentámos à FLUP em dezembro de 2006.

curso da investigação se encarregou de demonstrar que havia um conjunto de problemas prévios (propedêuticos mesmo) que importava estudar de forma aprofundada, sob pena de a construção do edifício assentar em fundações demasiado frágeis. Não pareceu possível avançar para o estudo dos processos de apropriação, organização e articulação do território minhoto até ao século XII sem antes atentar em duas questões principais, que vieram a corporizar o objeto do trabalho: (i) os modelos discursivos de base e as circunstâncias conjunturais de transmissão que moldaram a representação documental do espaço no conjunto de fontes escritas conservado até aos nossos dias (um corpus que estava – e continua, em boa parte – por estudar⁵); e (ii) a morfologia propriamente dita do espaço organizado (paisagem) e articulado (território), analisada dentro dos constrangimentos impostos pelo registo escrito ao estudo das diversas unidades espaciais cuja tipologia os redatores distinguiram nos seus textos através do recurso a diferentes termos classificatórios. Neste sentido, a necessidade de aprofundar o inquérito nos planos semântico e morfológico, que ficara já bem patente naquele primeiro trabalho sobre o casal, redimensionou-se neste segundo. E obrigou a recentrar a análise num conjunto de problemas que se desenrolam no referido arco: da representação documental à materialidade do espaço.

A *história* da investigação desempenhou assim um papel crucial na definição do sentido a seguir. Esta será uma característica comum a muitas dissertações, mas atingiu aqui proporções desmesuradas, transformando aquilo que no plano inicial não passaria de um mero capítulo introdutório no essencial do trabalho. Projetada inicialmente como um estudo sobre a organização social do espaço, a investigação avançou mais para montante do que para jusante do ponto de partida. Reconhecer esta quase inversão de sentido não significa, contudo, negar o peso do plano inicial no trabalho que agora se apresenta. Há nele como que uma *marca genética*, que não deixou nunca de orientar os fins últimos da investigação e que estará, por isso, subjacente às páginas que se seguem. De uma certa forma, o programa deste trabalho define-se ainda pelos objetivos que o orientaram de início e que, embora não tenha chegado a atingir, também nunca abandonou por completo. Não por uma qualquer hesitação em prescindir de objetivos uma vez assumidos, mas porque o objeto desta dissertação foi definido tendo em vista

⁵ Sobre as muitas limitações que se levantam, ainda hoje, ao mero inventário – e que dizer da análise diplomática propriamente dita? – do conjunto dos diplomas altomedievais conservados nos arquivos portugueses (sob a forma de originais ou cópias dos mais diversos tipos), v. MARQUES, s.d. – «Para um inventário...».

esse objeto maior que é o processo *global* de organização social do território, neste caso bracarense, até ao século XII.

Aliás, sem negar a especificidade temática e metodológica que há de necessariamente distinguir qualquer investigação, parece-nos fundamental manter como imperativo, num tempo em que também a investigação histórica se confronta com tantas *desconstruções*, a necessidade de ativar um dos três componentes do “capital” do historiador (na expressão de J. Á. García de Cortázar): o “conceito”, que permite integrar cada investigação particular numa visão global e articulada, e por isso pensável, da realidade histórica, dotada de um potencial explicativo imprescindível à compreensão do tema em análise⁶. Este pressuposto de base implica uma conceção *totalizante* dos processos históricos, capaz de articular os diversos “níveis históricos” na interpretação dos fenómenos e na formulação de quadros explicativos globais⁷. Uma conceção que, por tradição historiográfica e pela própria natureza desse tipo de investigações, é particularmente visível nos estudos de base regional⁸.

Neste sentido, impõe-se distinguir, e reivindicar desde já, um duplo horizonte de preocupações no qual cabem um objeto *global* e um outro *imediato*, decomposto do

⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «La historiografía de tema...»: 68-69: «La posea o no el respetivo historiador, con frecuencia, falta en sus obras una visión global de la materia histórica que se fundamente en una «concepción de la realidad y, por ello, de la materia histórica, como estructurada y científicamente pensable» (...).

«En estas circunstancias, de las que los altomedievalistas han sabido alejarse en mayor medida que los bajomedievalistas, lo lógico y habitual es aceptar sin la necesaria reflexión los modelos que, en forma de préstamos adquiridos a historiografías con más tradición que la nuestra, permitan servir de esqueleto a nuestras propias investigaciones».

⁷ A mesma conceção foi defendida por J. Mattoso, de quem tomámos a expressão “níveis históricos”, no prefácio a uma sua coletânea de artigos editada em 1983 e em vários dos trabalhos anteriores aí compilados (MATTOSO, 2002 – *Portugal Medieval...*: 8). No mesmo sentido vão algumas das observações de H. Martin num texto de 1987, em que procurava antecipar um quadro de tendências que viriam a dominar a historiografia no futuro, face à multiplicação do número e tipo de fontes disponíveis para o historiador (MARTIN, 1987 – «La pénurie documentaire...»: 30). Mais recentemente, também P. IRADIEL, 2003 – «Medievalismo histórico...»: 21, sublinhou a necessidade de uma «historia general globalizante», face à excessiva fragmentação da historiografia medieval espanhola das últimas décadas. No medievalismo português mais recente, um bom exemplo desta abordagem *totalizante*, feita do cruzamento entre os problemas da organização social do território, das estruturas eclesásticas e das redes de poder social e político, é a tese de doutoramento de L. C. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*

⁸ Desde logo nas várias *thèses d'État* regionais francesas, sobretudo a partir dos anos 1970, a que nos referiremos (v. *infra* Parte I, §1.1.): «On conviendra sans peine que c'est dans l'histoire régionale que se trouvent le plus aisément réunies les conditions pratiques d'une histoire totale. C'est en tout cas à quelques grands études régionales que nous devons en rapporter les premiers modèles accomplis. Il est cependant clair que le recours au concept de structure globalisante permet de dépasser une équation qui la réduirait à n'être qu'une forme intelligente d'histoire régionale» (TOUBERT, 1998 – «Tout est document»: 86-87); no mesmo sentido, v. BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 158, embora o autor recolha a opinião de um outro geógrafo inglês, J. D. Marshall, que recusa quer a possibilidade de se atingir uma história total quer a própria existência de regiões como realidades objetivas (*ibidem*, p. 192).

primeiro por razões essencialmente metodológicas. Com efeito, dedicar este trabalho ao estudo do itinerário que vai da representação documental do espaço à sua materialidade não poderia nunca implicar o abandono desse objeto *global*: o processo de povoamento, entendido no sentido amplo de complexo englobante das conjunturas e formas de apropriação, organização e articulação do território, as quais vieram a definir o processo histórico de construção social do espaço na região e cronologia em estudo. É certo que não se encontrará nas páginas que se seguem uma análise direta deste tipo de problemas. Mas em momento algum eles foram perdidos de vista e, mais do que isso, o objetivo maior deste trabalho é o de preparar o caminho, tornando-o mais seguro, para o estudo daquele processo histórico. Assim se justificam as sucessivas camadas de sentido contidas no título: (i) o objeto *global* (*Paisagem e povoamento*), (ii) o objeto *imediato* (*da representação à materialidade do espaço*), (iii) as coordenadas da investigação (*no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*) e (iv) a função exploratória e instrumental que presidiu à conceção do trabalho (*Ensaio metodológico*).

2. Programa: a concretização de uma proposta metodológica num estudo de caso

Assumir uma função exploratória e instrumental implica esclarecer, desde já, que esta é uma dissertação empenhada não tanto em esgotar um tema no plano empírico, dentro de coordenadas temporais e espaciais precisas (os modelos de organização da paisagem e do povoamento altomedievais minhotos), mas sobretudo em propor uma metodologia de análise do espaço (mais concretamente, dos diversos tipos de unidades que o estruturam no discurso documental), concebida especificamente a partir de fontes escritas altomedievais. Uma metodologia *historiográfica*, portanto, por oposição a metodologias outras, de base arqueológica (tanto ligadas à escavação estratigráfica como à prospeção), geográfica, paleoambiental, etc. A generalidade destas metodologias, e desde logo as que se aproximam mais das ciências naturais, assenta num instrumental técnico complexo (quando não mesmo tecnologicamente sofisticado) e bem definido. E nisto contrastam com o impressionismo e o sincretismo dos métodos que tradicionalmente guiam os historiadores do espaço na leitura das fontes escritas altomedievais: uma *leitura* que não passa, muitas vezes, disso mesmo, sem sequer atingir grande complexidade no plano estritamente hermenêutico. Percebe-se deste modo a necessidade de avançar na conceção de metodologias especificamente desenhadas para o estudo deste tema, cronologia e realidade documental específicos, por maioria de razão no medievalismo hispânico⁹.

O programa desta dissertação distingue-se, assim, por um duplo objetivo instrumental (porque condição prévia imprescindível ao estudo do tema escolhido), verdadeiramente interdependente: (i) apresentar uma proposta metodológica para o estudo da morfologia das diversas unidades espaciais referidas na documentação escrita altomedieval; e (ii), como primeiro passo dessa metodologia e condição prévia para esse estudo, desenvolver um caminho aplicado (a um corpus documental concreto) de reflexão sobre as possibilidades das fontes escritas para o conhecimento da materialidade do espaço, conducente à reivindicação heurística da relevância, mas

⁹ P. IRADIEL, 2003 – «Medievalismo histórico...»: 30, notou já como na historiografia espanhola «no se hace historiografía ni se escribe de metodología»; e no mesmo sentido se pronunciou J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «La historiografía de tema...»: 82: «Sin duda, una cierta falta de confianza en el empleo adecuado del factor «capital» (teoría, métodos, técnicas) se halla en la base de una actitud con larga tradición en el investigación histórica española». O panorama na historiografia portuguesa é ainda mais desolador.

também das limitações, deste tipo de fontes para o estudo do tema; o que tem implicações epistemológicas no debate sobre os espaços de cruzamento/rutura entre a história e a arqueologia.

Estes dois objetivos estão na origem das duas partes da dissertação: a primeira dedicada à justificação teórica e apresentação da metodologia proposta e a segunda aos problemas que a representação documental levanta ao conhecimento da materialidade do espaço. Porque tão importante quanto resolver um problema é saber como resolvê-lo, não nos pareceu excessivo dedicar uma parte muito significativa da dissertação a considerações de natureza metodológica e à crítica (no sentido mais amplo) das fontes utilizadas, com particular destaque para a análise detalhada do léxico utilizado nesse corpus para classificar morfologicamente as unidades espaciais referidas, o que constitui afinal a etapa primeira e imprescindível da metodologia proposta. Entramos assim no estudo de caso propriamente dito, através do qual se procura demonstrar a operatividade da proposta metodológica apresentada na primeira parte e calibrada, nas suas potencialidades e limitações, face a um corpus documental concreto, ao longo da segunda parte¹⁰.

Formular uma proposta de análise, que se pretende inovadora e operativa na abertura de pistas de investigação até aqui menos trilhadas, não pode restringir-se à apresentação de uma metodologia em sentido estrito (um conjunto articulado de ferramentas analíticas), mas obriga a um trabalho prévio de elaboração teórica que há de necessariamente preceder essa apresentação, definindo o *campo* a que uma tal metodologia pode ser aplicada e os limites dessa aplicação (Parte I). O que implica explicitar um conjunto de *definições* inerentes à problemática historiográfica que enquadra a conceção dessa metodologia (§1) e à natureza do seu objeto, com vista a uma clara definição do seu exato *campo* de aplicação: a representação documental do espaço, neste caso (§2). Só depois terá sentido a apresentação da metodologia propriamente dita, cujas semelhanças operativas (mas não substantivas, como é evidente) com o método prosopográfico nos levaram a adotar a designação de “prosopografia do espaço” (§3); bem como o quadro mais alargado de fontes que deve ter em conta uma metodologia desenhada para a análise da documentação diplomática

¹⁰ Como notou A. R. H. Baker, a propósito da geografia histórica, um estudo de caso não deve ser meramente ilustrativo de uma qualquer “grande narrativa” ou modelo historiográfico, mas tem interesse em si mesmo. Aliás, a grande contribuição dos estudos locais e regionais (“*place histories*”, na expressão do autor) para a teoria é a demonstração da variedade espacial que caracteriza a mudança geográfica, como a histórica (BAKER, 2003 – *Geography and History*...: 220).

mas inequivocamente preocupada em contribuir para o quadro interdisciplinar que o estudo do espaço exige (§4). Percebe-se assim que a formulação de uma tal proposta atinja uma dimensão suficiente para ocupar uma parte autónoma do trabalho¹¹.

Do mesmo modo, cremos que se justifica também dedicar toda uma parte do trabalho à crítica das fontes e ao estudo da terminologia (Parte II). A reivindicação da importância da documentação escrita na análise da paisagem e do povoamento e a proposta de uma metodologia específica que sustente essa análise obrigam ao estudo tão aprofundado quanto possível da realidade documental. Como em qualquer trabalho de história, e por maioria de razão num trabalho que pretende ressaltar as possibilidades (e limitações) oferecidas pelos textos para o estudo da realidade material, é indispensável conhecer, e delimitar bem, a dimensão representacional desses textos, atendendo aos contextos que ditam a sua génese e às circunstâncias que rodeiam a sua utilização (e frequente reativação) enquanto textos *úteis* que são¹². Só assim poderemos avaliar os limites que se colocam à capacidade desses textos para representarem uma realidade (material) que os transcende. A consciência destes limites, que certamente se colocam, é a melhor forma de superar a encruzilhada a que conduziu o pensamento pós-modernista mais radical, ao pretender que os textos só poderiam falar de si mesmos¹³.

Percebe-se então que, antes de passarmos à análise propriamente dita de um qualquer problema relacionado com a materialidade do espaço, seja necessário considerar três aspetos que funcionam como poderosos *filtros* da informação que este tipo de fontes pode fornecer sobre a morfologia das diversas unidades de organização do espaço (§1): (i) as circunstâncias que ditaram a génese e transmissão do *corpus* documental disponível (§1.1.), (ii) as tipologias e o discurso diplomáticos que marcam a

¹¹ Só deste modo nos pareceu possível tentar superar uma das limitações maiores do medievalismo hispânico (espanhol e, ainda mais, português), que J. Á. García de Cortázar resumiu em termos tão claros como duros, ao terminar um balanço da produção historiográfica do seu país entre 1968 e 1998: «La calidad de los trabajos es buena en los mejores pero se resiente en un número demasiado abundante de investigaciones que, faltas de aliento conceptual, son meramente repetitivas, y todavía son frecuentes los estudios exclusivamente descriptivos» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 824).

¹² É particularmente feliz, neste sentido, a expressão “*actes de la pratique*” (jurídica), utilizada pela diplomática francesa.

¹³ Ao comentar uma linha de trabalho recente na historiografia inglesa sobre o *Domesday Book* (1086), segundo a qual «Domesday can tell us little that is reliable about population or farming», C. Dyer observa: «Such an attitude can undermine the whole science of agrarian history as it has been practised. The answer is surely to learn from the new historical approach to treat sources with more sensitivity, and recognize that the documents that we use are cultural artefacts, but to stick to our conviction that we are tackling important questions, and that the sources can tell us about the objective world of the past, and not just about the perceptions of the writers of the texts» (DYER, 2007 – «Recent work...»: 25).

escrituração da realidade espacial (§1.2.) e (iii) o léxico que suporta a representação documental do espaço propriamente dita, mediante a utilização, por parte dos redatores, de uma *terminologia* específica para designarem as múltiplas unidades espaciais a que se referiam (§1.3.). Na impossibilidade de estudar em detalhe estes três aspetos, que facilmente dariam origem a outras tantas dissertações, em todo o caso muito diversas desta, optámos por aludir brevemente a alguns dos problemas que cada um levanta ao estudo do espaço com base em fontes escritas, para nos concentrarmos na análise exaustiva do léxico espacial que foi possível identificar na documentação analisada. O desenvolvimento dado a este último apartado justifica-se pelo papel de intermediação assumido pelas palavras entre os conceitos e a realidade material que eles procuram representar. Afirma-se assim a centralidade da terminologia no arco que definimos como itinerário do trabalho: da representação documental à materialidade do espaço.

A opção de incluir neste apartado não apenas o quadro geral de significados atribuíveis a cada termo mas também a representação cartográfica das distribuições cronológica e espacial da sua ocorrência no corpus estudado, bem como uma breve caracterização morfológica de cada tipo de unidade a partir dos dados recolhidos especificamente neste acervo, transformam-no em mais (e menos, ao mesmo tempo) do que um apartado de índole lexicográfica. O conjunto de *verbetes* relativos aos diversos termos que compõem o corpus lexical estudado corresponde, de facto, ao primeiro estágio, ainda embrionário, de tratamento da informação recolhida sobre os respetivos tipos de unidades utilizando a metodologia de inspiração prosopográfica que este trabalho propõe. Na impossibilidade de um tratamento sistemático do imenso corpo de dados recolhidos, que, no limite, conduziria a um conjunto de extensos trabalhos monográficos semelhantes ao que dedicámos ao casal¹⁴, este apartado aparece assim como um ensaio exploratório das potencialidades da metodologia proposta.

¹⁴ MARQUES, 2008 – *O casal....* Note-se, apesar de tudo, que só uma percentagem reduzida das unidades espaciais que compõem esse corpus lexical apresenta uma complexidade morfológica e uma abundância informativa (o mesmo é dizer: frequência de menções documentais) comparável à do casal.

3. Coordenadas: a demarcação do tempo e do espaço à luz da realidade documental

A definição de um caso implica sempre a marcação tão precisa quanto possível de coordenadas temporais, espaciais e documentais. O que não significa a obrigação de considerar estas três realidades de forma independente e num mesmo plano de importância. Pelo contrário, e sem qualquer pretensão de reduzir a realidade histórica à estrita realidade documental, a verdade é que tanto o facto de a proposta metodológica aqui apresentada ter sido desenhada especificamente em função deste tipo de fontes, como a consciência das muitas limitações impostas por um corpus documental que as circunstâncias de produção e de transmissão fizeram estruturalmente descontínuo (no que respeita à cobertura cronológica, espacial e de conteúdo), fazem da realidade documental a coordenada mais importante no momento de definir os limites da *amostra*, capaz mesmo de influenciar a marcação do tempo e espaço em estudo.

3.1. Periodização: séculos IX-XI

Se a entendermos como um reflexo da evolução global da sociedade, a realidade documental pode, de facto, constituir o critério fundamental na definição da periodização de um qualquer trabalho histórico. As conjunturas da produção documental funcionam, desde logo, como um primeiro indicador da evolução social de fundo, e em particular das estruturas de poder que estão na origem dessa produção. Mantêm, por isso, uma relação que não é estritamente instrumental, antes substantiva, com a realidade em estudo. E servem assim para definir não apenas os termos *a quo* e *ad quem* de um trabalho mas inclusivamente uma periodização interna ao intervalo global definido¹⁵. No nosso caso, a relativa estabilidade da documentação utilizada, que

¹⁵ São precisamente as características formais das fontes estudadas (e, em particular, a presença ou ausência de narratividade) que definem a periodização interna adoptada por D. Barthélemy no seu importante estudo sobre o Vendôme (BARTHÉLEMY, 1993 – *La société...*: 19). De resto, este princípio fora já aplicado, por exemplo, na tese de doutoramento de F. López Alsina sobre Santiago de Compostela, cuja periodização (séculos IX a XI) corresponde ao primeiro de «tres tramos cronológicos» definidos pelo autor na história da cidade, que «son, a nuestro juicio, los marcos temporales más adecuados para el análisis histórico, toda vez que cada una de las etapas queda plenamente individualizada, no solamente por el volumen y la tipología de los materiales documentales disponibles, sino también por la naturaleza de los problemas interpretativos y metodológicos que plantea su manejo. Igualmente, en cada una de esas tres etapas se operan dentro de la ciudad y en su entorno unos cambios económicos, sociales y políticos tan profundos, que el conjunto de las relaciones que se establece entre núcleo urbano y la sociedad que lo engloba alteran sustancialmente el papel, el valor y el significado específico de la ciudad misma» (LÓPEZ ALSINA, 1988 – *La Ciudad de Santiago...*: 14).

não muda substancialmente, nas suas características diplomáticas, ao longo do período em análise, esvazia de sentido a definição de uma periodização interna, mas nem por isso diminui a importância da realidade documental na definição das balizas cronológicas da análise¹⁶.

A escolha destas balizas tem certamente algo de arbitrária. O ponto de partida – o último terço do século IX – justifica-se imediatamente, pela inexistência de documentação diplomática anterior relativa ao território em estudo; decorre, portanto, de uma mera circunstância, inerente ao processo de transmissão documental: o diploma mais antigo que se conservou data de [873-910]¹⁷. Embora a coincidência entre a cronologia dos primeiros documentos conservados para esta região e a da sua integração na esfera de influência da monarquia asturiana, por via do Repovoamento oficial, nos deva fazer reconhecer que a sociedade autóctone deveria recorrer muito escassamente ao escrito como instrumento de mediação das relações sociopolíticas e económicas, ao contrário do que acontecia com os colonizadores vindos do Norte (como do Sul) da Península. Há portanto um défice de produção que antecede a filtragem feita posteriormente pela transmissão documental. Já o ponto de chegada – o final do século XI – decorre de uma circunstância que só com alguma bondade poderíamos classificar de metodológica: a impossibilidade de analisar, no tempo de que dispusemos para esta investigação, a abundante documentação posterior a 1100 relativa ao território bracarense.

Note-se, contudo, que a arbitrariedade do intervalo assim definido (c. 875-1100) é menor do que poderá parecer à primeira vista. A própria história factual vem em apoio desta periodização, se atentarmos na evolução das estruturas *superiores* de poder, responsáveis pela articulação do território portugalense. O último terço do século IX marca precisamente o início do processo de integração do actual NO português na esfera de influência da monarquia asturiana, na sequência do Repovoamento iniciado em 868 com a presúria do Porto. E o final do século XI, com a concessão do condado portugalense a D. Henrique e D.^a Teresa (em 1095-1096, mais precisamente), marca a

¹⁶ Como escreve C. Reglero de la Fuente, a abrir um dos volumes a que deu origem a sua dissertação de doutoramento sobre os Montes de Torozos, «las coordenadas temporales son difíciles de establecer por la lentitud de los cambios en estos campos [poblamiento, economía y organización], por lo que son las fuentes escritas, de momento las más importantes entre las disponibles, las que van a marcar los puntos de partida y llegada» (REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y Poder...*: 9).

¹⁷ Embora a maior parte dos autores que se debruçaram sobre a data deste documento o considere não anterior a 880, não nos parece haver razões suficientes para excluir liminarmente o intervalo [873-910] proposto por T. S. Soares (v. Apêndice I, doc. 4, observações sobre a data no campo Obs.).

instauração de um quadro de poderes substancialmente diferente. Começa a desenhar-se, a partir de então, e através de mecanismos complexos de integração e negociação com as esferas *superior* (do poder régio) e *inferior* (dos poderes locais), uma instância autónoma (e nova) de poder, desenhada especificamente à medida do território portugalense (entendido na sua maior extensão, que abrange também o território a sul do Douro, até Coimbra).

É evidente que esta evolução conjuntural teve um impacto muito limitado, para não dizer inexistente, no plano da materialidade do espaço, que aqui nos interessa mais directamente. Mas será também escusado dizer que a análise deste como de qualquer outro tema de recorte mais estrutural exigiria um tratamento particularmente atento à longa duração¹⁸. Invocar a discussão, já muito *antiga* na historiografia europeia, sobre o impacto que o avanço da senhoriação teve na transformação das estruturas de organização do território obrigaria a prolongar a investigação ao menos até ao final do século XII¹⁹. Por outro lado, seguir os modelos mais recentes no estudo do povoamento altomedieval obrigaria a recuá-la pelo menos até à Antiguidade²⁰. Com efeito, a historiografia tem insistido ultimamente na complexidade dos processos de transformação do habitat durante um longo período que se estende entre a Antiguidade

¹⁸ Sem todavia descurar outras temporalidades que o modelo tripartido de concepção do tempo histórico proposto por Fernand Braudel – tempo longo/estrutura, tempo médio/conjuntura, tempo curto/acometimento – corre o risco de tornar demasiado estanques. Para uma crítica deste modelo, v. GUERREAU, 2001 – *L’avenir...*: 223-24 e MORTIMER, 2008 – «What isn’t History...»: 466, nt. 25.

¹⁹ Alguma historiografia espanhola mais recente tem chamado a atenção, frente a perspectivas mutacionistas mais tradicionais, para o facto de as estruturas senhoriais emergirem *gradualmente* em várias regiões do Norte peninsular, ao longo dos séculos X a XII (DAVIES, 2007 – «Lordship and community...»: 23; para uma panorâmica do tratamento que o problema da “génese a articulação dos poderes senhoriais” recebeu no altomedievalismo espanhol, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 75 e ss.). Não parece, por isso, muito líquido que o processo de senhoriação tenha atingido, mesmo no Entre-Douro-e-Minho, suficiente impacto antes do século XII para condicionar de forma decisiva modelos de organização do território que vinham muito de trás e tinham um forte suporte ecológico.

²⁰ É esta longa (quando não mesmo longuíssima) periodização a que adopta uma boa parte das teses espanholas publicadas ao longo dos anos 1980-2000, dedicadas à análise histórico-arqueológica do povoamento em regiões específicas: PASTOR DÍAZ DE GARAYO, 1996 – *Castilla en el tránsito...* (séculos VII a XI); LARREA, 1998 – *La Navarre...* (séculos IV a XII); MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...* (séculos VI a XIII); ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...* (da Idade do Ferro aos inícios do século XII, embora com incursões aos séculos XIII e XIV); GARCÍA CAMINO, 2002 – *Arqueología y Poblamiento...* (séculos VI a XIII); LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...* (séculos V a X); entre outros títulos que seria possível citar. Como já notou I. Martín Viso, numa recensão ao último dos trabalhos citados, este conjunto de obras destaca-se por três traços específicos: a adopção de uma escala regional, a integração de dados escritos e materiais (situando este último registo no centro do debate) e a escolha da longa duração como instrumento explicativo das transformações verificadas ao longo de um período que se estende da Antiguidade ao século XIII (*SH-HM*. 22 (2004) 270-74: 270). Parece-nos ainda evidente que estes traços culminam num quarto: a preocupação de conceber um modelo explicativo para a evolução global da sociedade à escala regional, na longa duração. Sobre este conjunto de estudos regionais espanhóis, v. *infra* Parte I, §1.2.5.

Tardia e a Idade Média Central, pondo em causa o papel determinante da senhorialização e a cronologia tradicionalmente atribuída (pela historiografia francesa, sobretudo) aos processos de aglomeração do habitat e de territorialização das comunidades, que teriam culminado no suposto “nascimento da aldeia”, entre os séculos X e XII²¹.

A adopção de uma cronologia muito longa não se revelou possível, contudo. Por manifesta ausência de fontes escritas para o período anterior a 875²², um recuo até à Antiguidade implicaria necessariamente a integração do registo material na base heurística do trabalho, o que seria impossível por manifesta falta de formação arqueológica do autor. De resto, a opção em centrar a análise especificamente em fontes escritas, com o objectivo claro de delimitar as suas potencialidades para o estudo da materialidade do espaço, vai precisamente em sentido contrário: cortando em extensão, pretende-se aqui uma análise tão aprofundada quanto possível do registo escrito. Por outro lado, e como já ficou dito, os constrangimentos de tempo inerentes a uma investigação deste tipo impediram-nos de analisar a documentação posterior a 1100, ainda que houvesse evidentemente interesse em prolongar a análise pelo menos até ao século XIII, desde logo para incluir esse manancial imenso de informação sobre a organização da paisagem e do povoamento que são as Inquirições gerais de 1220 e de 1258.

De qualquer forma, mesmo reconhecendo o critério essencialmente analítico que preside à delimitação cronológica deste estudo, a verdade é que, sucedendo imediatamente ao *regresso* da informação escrita para este território e acompanhando o período essencial da formação das estruturas senhoriais, os séculos IX a XI constituem um período decisivo na hora de avaliar a interacção entre uma nova estrutura social de poder e os modelos de organização da paisagem e do povoamento rurais, que constituem, como ficou dito, o objecto *global* do trabalho.

²¹ Já em 1988, Ch. Wickham observava, a propósito da necessidade de perspectivar os séculos X a XII como mais um período (e não o único importante) na história da ocupação do território europeu: «è il primo periodo in cui le unità territoriali locali vengono a delinearsi esplicitamente in tutta Europa, lasciandoci così vedere chiaramente le entità che stiamo indagando. Ma non dobbiamo feticizzare i secoli X-XII; non sono impiantati nemmeno loro su una *tabula rasa*, né sono il periodo in cui appaiono per la prima volta in forma sviluppata l'Europa, o l'Europa medioevale, o la dipendenza personale, l'habitat accentrato, o i villaggi stessi, come delle volte gli storici ci lasciano credere» (WICKHAM, 1988 – «L'incastellamento...»: 418); v. *infra* Parte I, §1.2.

²² Ainda que, como é evidente, a (escassa) documentação das décadas finais do século IX e iniciais do século X tenha alguma capacidade de iluminar retrospectivamente esse período anterior, sobretudo num domínio do real pouco sujeito a grandes variações conjunturais, como seja o da organização do espaço.

3.2. Delimitação espacial: o território da diocese de Braga

À semelhança do que acontece com o tempo, e ainda que por razões diferentes, a delimitação do espaço aqui em estudo é também muito devedora da realidade documental²³. A consciência das limitações que uma documentação estruturalmente descontínua impõe a um trabalho baseado exclusivamente em fontes escritas obriga-nos a ter sempre em mente que «o espaço em estudo não deve ser entendido no sentido físico de um território contínuo e global, no interior de fronteiras bem definidas, mas antes como uma constelação algo difusa, embora não desconexa, de espaços polarizados»²⁴. Significa isto que a exacta delimitação do espaço em análise define-se, antes de mais, em função de uma geografia documental; e reduz-se, em última análise, ao conjunto dos lugares e zonas mencionados na documentação conservada. Aliás, já G. Duby, na sua dissertação de doutoramento sobre a sociedade do Mâconnais nos séculos XI e XII, publicada inicialmente em 1953, optou por um espaço de análise regional delimitado não tanto pelos quadros antigo ou contemporâneo da geografia política mas pela realidade documental²⁵. Resulta desta opção não tanto um espaço-bloco, contínuo dentro de determinados limites, mas um perímetro alargado que abrange territórios documentados, logo sob análise, mas também espaços em branco²⁶.

Por outro lado, a frequente sobreposição entre a área geográfica coberta pela documentação produzida e/ou conservada no cartório de uma determinada instituição e a área de influência dessa mesma instituição torna ainda mais próxima a relação entre documentos e território. A delimitação espacial está assim intimamente dependente da selecção documental e vice-versa. A escolha do território da diocese de Braga como

²³ No mesmo sentido vai a argumentação de J. Escalona ao justificar a escolha do «conjunto territorial formado por el importante alfoz de Lara y los territorios menores situados en su controno» como objecto da sua tese de doutoramento: «La elección del espacio responde, sobre todo, a la disponibilidad de fuentes» (ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 14-15 – citações na p. 15).

²⁴ MARQUES, 2008 – *O casal...*: 27.

²⁵ Para a justificação desta opção, v. DUBY, 1988 – *La société...*: 7-8.

²⁶ «J'ai préféré me laisser guider par l'état de la documentation et, refusant de m'aventurer dans des cantons dont on ignorera toujours l'histoire, m'arrêter seulement à ceux où la lumière est suffisamment vive. Toujours, je ne me suis pas interdit d'utiliser des documents isolés, légèrement à l'écart de ma zone de recherches lorsqu'ils pouvaient apporter quelques indications sur l'évolution de la société régionale» (DUBY, 1988 – *La société...*: 7). Esta consciência continua bem patente na historiografia mais recente, como por exemplo na delimitação espacial feita por B. Cursente para o estudo da casa na Gasconha, entre os séculos XI e XV: «le cadre géographique ainsi défini constitue une référence abstraite. Car le cadre effectif de cette étude est l'archipel de gisements documentaires qui éclairent en discontinuité une portion de l'espace gascon, et qui n'ont d'ailleurs pu être exploités avec une égale exhaustivité» (CURSENTE, 1998 – *Des maisons...*: 16). Na historiografia ibérica, v. por exemplo PASTOR DÍAZ DE GARAYO, 1996 – *Castilla en el tránsito...*: 46-47.

marco de análise e a selecção, como base documental do trabalho, dos cartulários produzidos pelas duas principais instituições eclesiásticas da diocese (a própria Sé de Braga e o mosteiro de Guimarães) são, portanto, solidárias e justificam-se mutuamente²⁷. O que não significa, claro está, que a realidade documental imponha esse marco espacial de análise.

A escolha do território da diocese de Braga exige, aliás, alguns esclarecimentos, na medida em que não foi este o espaço inicialmente delimitado para a investigação. Seguindo uma tradição já longa, que dominou até há pouco tempo a historiografia europeia sobre o mundo rural, e em particular os estudos sobre a paisagem e o povoamento altomedievais²⁸, o nosso plano inicial previa um quadro propriamente regional. A operatividade da região como unidade de análise foi amplamente reconhecida, não apenas por geógrafos²⁹ como por historiadores³⁰ e arqueólogos³¹. Note-

²⁷ Salvo raríssimas excepções, a documentação de que dispomos para o estudo da Alta Idade Média no território portugalense foi conservada – ainda que não produzida – em cartórios diocesanos, monásticos ou de colegiadas (v. *infra* Parte II, §1.1.).

²⁸ Sobretudo na historiografia francesa, influenciada pela importante escola nacional de geografia regional, lançada pelos trabalhos de Paul Vidal de la Blache, no que contrasta, por exemplo, com a historiografia inglesa: «the regional awareness of British historians, and indeed their awareness of work by geographers on regions, has been sharpened only during the closing decades of the twentieth century» (BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 191). Sobre o modelo francês de estudos regionais de cronologia altomedieval, v. *infra* Parte I, §1.1.

²⁹ A importância da escala regional para uma qualquer investigação preocupada em primeiro lugar com o território fica bem patente, por exemplo, nas palavras de G. FERRO, 1986 – *Sociedade Humana...*: 68: «Pessoalmente, estou convencido, pela experiência, que o estudo aprofundado de todas as mútuas correlações, acções e interacções, que constituem a própria essência da geografia, só à escala regional se pode realizar plenamente. Muitos equívocos, hoje infelizmente correntes, quanto à natureza e ao método desta disciplina, derivam justamente de tal circunstância: de não se ter em conta que a base da geografia é eminentemente territorial (...). Esta referência territorial tem a sua expressão completa, e mais fecunda quanto a resultados, na «região»; donde a necessidade de colocar precisamente em primeiro lugar, no domínio geográfico e na investigação, a geografia regional». Mais recentemente, também A. H. R. Baker reconheceu a capacidade da geografia regional para congregar as diversas linhas de trabalho da disciplina: «The three ‘deviant’ or peripheral discourses – of location, environment, and landscape – can be overlapped (...) to create a central discourse of regional geography at the intersection of all those three» (BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 7-8).

³⁰ Na historiografia hispânica, v., por todos, a vigorosa proposta de um “esquema de análise histórica de base regional” para o estudo da economia rural dos séculos IX a XV, feita por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1975 – «A economia rural...». Sobre a importância do quadro regional na estruturação de uma parte muito significativa da investigação em história medieval feita em Espanha ao longo das últimas décadas, v. RUIZ DE LA PEÑA SOLAR; SANZ FUENTES, 1999 – «Instrumentos, cauces...»: 799-802 e, mais recentemente, GARCÍA DE CORTÁZAR, 2009 – ««Atomización»? de las investigaciones...». E. CABRERA, 1999 – «Población y poblamiento...»: 660 afirma mesmo que «si hay un rasgo que caracteriza a los estudios medievales en España es el de la fragmentación espacial».

³¹ Num texto em que apresenta um programa para o estudo arqueológico dos sistemas sócio-económicos, na senda das propostas teóricas da *New archaeology*, hoje parcialmente ultrapassadas, sobretudo na sua voragem quantitativa, J. JOHNS, 1988 – «Sistemi socio-economici...»: 540, chama a atenção para a necessidade de integrar os sítios e objectos arqueológicos no sistema sócio-económico que os produz e de

se, contudo, que o conceito de ‘região’ foi sujeito, logo a partir da década de 1960, a uma crítica cerrada por parte do pensamento geográfico, que o converteu num “conceito problemático”, na expressão de A. R. H. Baker, em virtude da dupla dificuldade em identificar o carácter específico de cada região e de delimitar claramente os seus limites espaciais, bem como dos problemas que se levantam à definição de uma escala “regional” propriamente dita, que, à falta de melhor concretização, há-de situar-se algures entre o “local” e o “global”³². Emergiu assim a consciência clara de que a região, mais do que um quadro definido à partida por caracteres naturais e culturais permanentes, é uma realidade dinâmica, que varia com o tempo e se reconfigura no espaço³³. O mesmo é dizer: uma construção social, histórica, dependente da espacialização das relações sociais (e de poder) e das “narrativas” que sucessivamente se constroem a propósito dessa espacialização³⁴.

adaptar a escala de análise a essa problemática, de que resulta a escola preferencial de um quadro regional, em toda a variedade tipológica de sítios e materiais que o sistema/região contém.

³² BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 159, 161; sobre a crise do conceito de ‘região’, perante a afirmação da geografia quantitativa nos anos 1960, e a sua reabilitação, a partir dos anos 1980-1990, já no quadro de um paradigma pós-moderno de geografia humana, que põe a tónica na construção cultural subjacente a esta como a todas as outras unidades espaciais, v. p. 158 e ss. Sobre as consequências daquela crise na prática da geografia regional em Portugal, v. as observações de S. Daveau na “actualização” que redigiu aos textos de O. RIBEIRO; H. LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1268 e ss. No mesmo sentido vão as observações feitas por E. PORTELA, 1976 – *La región del obispado...*: 9, quando afirma que a crítica dos conceitos de “região natural” e de “região histórica” elaborada pela geografia veio libertar a noção de “região” de definições muito rígidas e levar a que «la justificación de los límites de ese espacio terrestre al que se quiere aplicar el nombre de región resulta altamente problemática». Na bibliografia portuguesa, esta consciência está bem patente, por exemplo, na definição do conceito de ‘região cultural’ que estrutura a obra de J. MATTOSO; S. DAVEAU; D. BELO – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 60. No domínio específico do medievalismo, são particularmente importantes as páginas dedicadas por S. Conde à justificação do “quadro regional” adoptado no seu trabalho sobre o Médio Tejo: ao justificar a escolha de uma “sub-região”, o autor alude aos problemas de definição/demarcação regional, bem como aos conceitos de “região natural” e “região funcional” (ou polarizada) introduzidos pelos geógrafos, para defender a importância das interações entre natureza e cultura, espaço natural e sociedade, na construção de “entidades” regionais (CONDE, 2000 – *Uma paisagem humanizada...*, I: 20-23).

³³ BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 182 e ss. Vão no mesmo sentido as observações de J. Á. García de Cortázar, quando se refere à recepção pelos historiadores desta nova concepção difundida a partir dos anos 1960: «El interés entre los historiadores por la región como marco de análisis fue impulsado al principio por los geógrafos y, en seguida, por los economistas. No se trataba ya de la región al viejo estilo, meramente físico, presuntamente determinista, sino ante todo de un espacio social y cambiante. (...) En la nueva visión, la región aparecía definida por seis elementos: una percepción del propio espacio y sus límites; un corónimo o nombre englobador singular; unos vínculos económicos y culturales entre sus habitantes; un centro que constituye el foco de polarización de la región; un encuadramiento en un conjunto territorial y político; y una voluntad, generada dentro o impuesta desde fuera, de preservar viva una conciencia de individualidad regional» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2009 – ««Atomización»? de las investigaciones...»: 348).

³⁴ Algumas das propostas recentes para uma nova geografia regional «(...) advocate a different way of approaching regional geography: they see regions as constituted of spatialised social relations, and narratives about them, which not only lay down ever-new regional geographies but also work to reshape social and cultural identities and how they are represented. Moreover, (...) [they] conceive a region,

No caso dos estudos históricos, ou mesmo da geografia histórica, a frequente dificuldade em demarcar com o mínimo rigor uma determinada região no exacto período em estudo, tanto maior quanto mais recuarmos no tempo, abre portas à existência de múltiplas possibilidades de definição espacial, não apenas em virtude das diversas configurações territoriais apresentadas pelas fontes, como da própria perspectiva do observador (historiador ou geógrafo) que as estuda³⁵. Torna-se assim claro o carácter variável e essencialmente construído da região enquanto marco de análise, passível de ser definido em virtude de critérios de operatividade científica, de adequação a objectivos, fontes e outras condições da investigação³⁶; de um método, em síntese, mais do que de uma realidade pretensamente objectiva, como notava E. Portela, já em 1976, ao justificar a escolha do bispado de Tui como marco “regional” de análise para a sua investigação de doutoramento³⁷.

Ora, foi precisamente uma opção deste tipo que nos levou a abandonar o quadro regional *perfeito* inicialmente escolhido: o Entre-Douro-e-Minho³⁸. É certo que, numa perspectiva geográfica clássica, o Minho constituiu «um dos mais perfeitos tipos de

viewed in this way, as being a series of open, discontinuous spaces constituted by social relationships which stretch across spaces in a variety of ways» (BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 162, citando ALLEN, J.; MASSEY, D.; COCHRANE, A. – *Rethinking the Region*. Londres: Routledge, 1998, p. 1-5).

³⁵ «The historical ‘region’ or ‘area’ being studied often did not have boundaries which were clearly defined at the time being studied; and such boundaries as were defined were often not static but themselves changed through time. Attempts to identify regions in the past with precision are thus fraught with difficulties, with both historical actors and modern observers holding different views and defining the ‘same’ area or region differently according to the varied criteria being employed» (BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 177).

³⁶ Sobre o conceito de ‘região’ como ferramenta conceptual e “objecto historiográfico”, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, J. Á. – «La región, sujeto histórico, objecto historiográfico». In *I Encuentro de Historia de Cantabria*. Vol. I. Santander, 1999, p. 29-51; sobre a evolução historiográfica do conceito, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2009 – ««Atomización»? de las investigaciones...»: 348 e ss., em que o autor faz ainda um balanço da evolução dos estudos de base regional no quadro do medievalismo espanhol, com uma análise aprofundada dos factores que influíram no seu desenvolvimento exponencial e dos “benefícios” e “perigos” que esta escala de análise acarreta; finalmente, para a integração dos estudos regionais no quadro ideológico do nacionalismo, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2005 – «Nacionalismos en la Edad Media...»: 34-36.

³⁷ «La diócesis de Tui es, efectivamente, una región, pero porque aplicamos sobre el espacio que comprende un método de análisis regional. Análisis que persigue el conocimiento de la serie de relaciones que el conjunto de los habitantes de un territorio establecen con el espacio en que viven y entre sí mismos, durante un período de tiempo concreto» (PORTELA, 1976 – *La región del obispado...*: 10). Mesmo entre os geógrafos, aceita-se já hoje em dia que «Sometimes it seems that what is accepted as a ‘region’ depends as much upon the aims and interests of the geographer as it does upon any attempt to define objectively an appropriate resolution level for geographical study» (BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 161; v. também p. 167).

³⁸ A superfície da região, excluindo a área metropolitana do Porto e o território de Entre-Douro-e-Vouga, foi calculada em 7262 km2 por J. GASPAR, 1993 – *As regiões portuguesas*: 34.

região geográfica que se possa imaginar», na expressão de Pierre Birot³⁹. O mesmo acontecendo numa perspectiva histórica: se adoptarmos uma definição de região como um âmbito espacial que esteve sujeito a um mesmo processo histórico num intervalo de tempo coincidente⁴⁰, facilmente concluiremos que o Minho corresponde *grosso modo* ao “Norte senhorial”, na acepção que lhe deu J. Mattoso, que aliás considera ser esta «região bem caracterizada do ponto de vista geográfico» uma das condições essenciais para o processo de autonomia política de Portugal, já nas vésperas da batalha de S. Mamede (1128)⁴¹. Para mais, perante as dificuldades na definição de limites exactos para as unidades territoriais (administrativas) da Alta Idade Média, como dos períodos anteriores, ganha força a utilização de critérios eminentemente geográficos (físicos) na definição da área de estudo; como acontece numa boa parte dos estudos de base arqueológica sobre o povoamento, de que é exemplo o de P. Carvalho sobre a Cova da Beira, escolhida como «a unidade orgânica de integração dos dados» do seu trabalho sobre a ocupação e exploração deste território no período romano⁴².

No entanto, dada a impossibilidade de incorporar no nosso corpus documental a totalidade das escrituras anteriores a 1100 que se conservaram para o conjunto do Entre-Douro-e-Minho, foi necessário encontrar uma unidade menor de análise. A tónica que temos vindo a colocar na realidade documental, fundamento das coordenadas cronológicas e espaciais adoptadas, explica a inconveniência do recurso a critérios

³⁹ Cit. in ALMEIDA, 1987 – *Alto Minho*: 9. A coerência do Entre-Douro-e-Minho enquanto região tem sido reconhecida tanto por geógrafos como por historiadores: entre os primeiros, v. RIBEIRO, 1995 – «Uma região portuguesa...»; RIBEIRO; LAUTENSACH, 1999 – *Geografia de Portugal*, III: 732 e ss., e RIBEIRO; LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1229 e ss.; do lado dos historiadores, v. ALMEIDA, 1978 – *Arquitectura românica...*: 6-8, entre outros.

⁴⁰ Esta definição aproxima-se da que propunha J. A. Maravall: «escenario en que mora un grupo humano al que algo le sucede en común y pueda, por tanto, legítimamente, ser tomado como base de un relato histórico dotado de sentido» (MARAVALL, José António – *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1964, 2.ª ed., p. 17, cit. in RUIZ DE LA PEÑA SOLAR; SANZ FUENTES, 1999 – «Instrumentos, cauces...»: 800).

⁴¹ MATTOSO, 1983 – «A primeira tarde portuguesa»: 14-15, 21-22. Para uma exposição mais desenvolvida das teses do autor sobre a relevância do Norte senhorial na “oposição” (complementar) que está na raiz da formação de Portugal, v. MATTOSO, 2001 – *Identificação... - Oposição*.

⁴² «Embora à partida pudéssemos considerar mais ajustado estabelecer um modelo de organização da paisagem romana, entendida como espaço social e socializado, no quadro dos limites administrativos de uma das *civitates* desta zona da Beira Interior, a ausência de indicações seguras susceptíveis de sugerir os limites dos seus *territoria* levou-nos então a adoptar um critério exclusivamente geográfico para a delimitação da área a estudar» (CARVALHO, 2007 – *Cova da Beira...*: 18). Aliás, tal como acontece com a Cova da Beira, também o Entre-Douro-e-Minho apresenta a dupla vantagem, para a análise, de constituir uma região com características bem definidas do ponto de vista geomorfológico, que a individualizam, e de apresentar, quando analisada a uma escala menor, «uma geo-biodiversidade resultante da ampla variedade de recursos naturais potencialmente exploráveis, característica essa que poderia possibilitar a captação das influências exercidas pelas variáveis geo-ambientais na estruturação do povoamento» (*ibidem*).

estritamente geográficos, associados aos diversos tipos de paisagem (e consequentes unidades espaciais) identificáveis na região minhota, para a escolha da exacta unidade de análise. Pareceu preferível apoiar antes esta escolha na realidade documental e na geografia administrativa a que essa realidade está intimamente ligada. Os territórios diocesanos de Braga e do Porto são as unidades que emergem imediatamente, pela sua associação a fronteiras minimamente definidas e a dois conjuntos de instituições produtoras e conservadoras de documentação, nos quais se integram instituições que poderíamos classificar de “centrais”, no caso das duas Sés episcopais, e “subsidiárias”, no caso dos mosteiros implantados em cada diocese. Estes dois territórios encerram, contudo, realidades documentais consideravelmente diferentes.

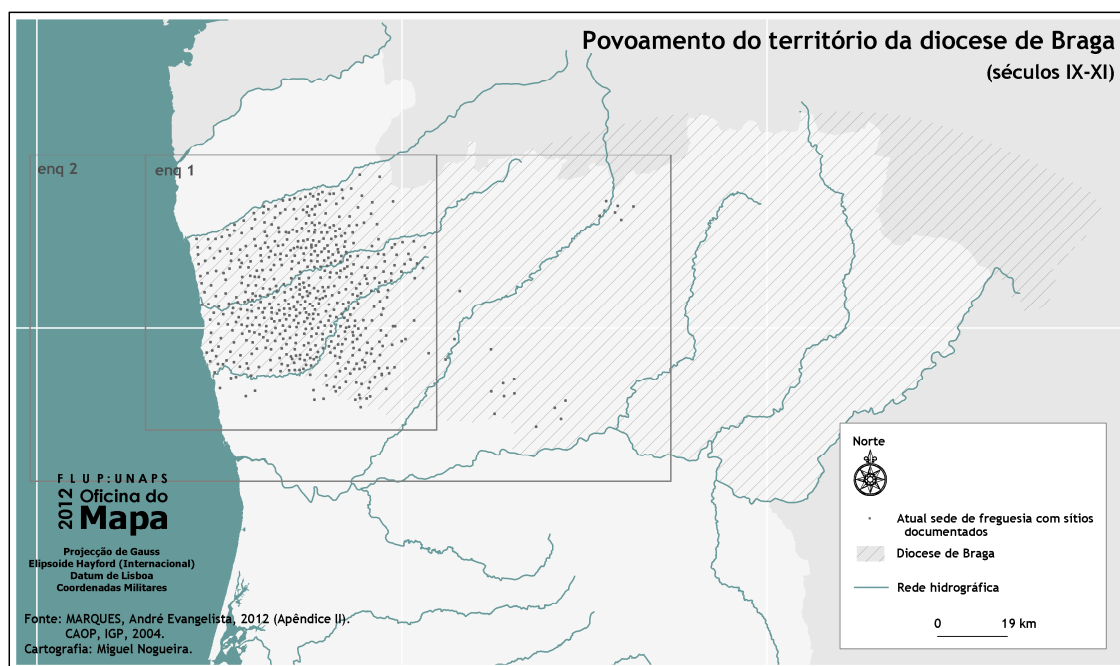
No caso do Porto, o essencial da documentação que chegou aos nossos dias foi transmitido sob a forma de originais ou cópias avulsas conservadas nos cartórios de vários mosteiros, a maior parte dos quais concentrados na corda do Douro (Moreira da Maia, Pedroso, Pendorada, entre outros)⁴³, sem que o cartório da Sé tenha conservado qualquer documento anterior a 1100, para além das duas escrituras relativas ao mosteiro de S. Martinho de Soalhães (c. Marco de Canaveses) copiadas no *Censual do Cabido da Sé do Porto*⁴⁴. Já no caso de Braga, e perante a escassez de documentação avulsa conservada em cartórios monásticos desta diocese, destacam-se claramente dois cartulários produzidos pelo mosteiro de Guimarães e pela própria Sé de Braga: o *Livro de Mumadona Dias* e o *Liber Fidei*, respectivamente. Em conjunto, estes códices recolhem a esmagadora maioria da documentação anterior ao século XII que conhecemos para todo o espaço diocesano⁴⁵. Definem, por isso, um cenário documental bem mais concentrado do que o da diocese portugalense, e que tem a grande vantagem,

⁴³ Sobre os fundos documentais conservados nos cartórios dos mosteiros beneditinos da diocese do Porto, v. o utilíssimo inventário reunido por J. Mattoso nos §7-10 do seu *Monasticon portugalense* (MATTOSO, 2002 – *O Monaquismo Ibérico...*: 13-54. Note-se que, das várias dezenas de mosteiros identificados por J. Mattoso nesta diocese até 1200, a que acrescem os não-beneditinos, apenas dois produziram cartulários contendo documentação anterior a 1100 que tenham chegado aos nossos dias: os mosteiros de S. Salvador de Paço de Sousa (*Livro dos Testamentos de Paço de Sousa...*) e o de S. Salvador de Grijó (*Le cartulaire Baio-Ferrado...*).

⁴⁴ Uma datada de 875 e outra de 1059 (CCSP: 366-68 e 368-69); sobre as várias edições destes documentos, v. MARQUES, s.d. – «Para um inventário...»: 13, nt. 45. Sobre este cartulário trecentista, o único produzido na Sé do Porto ao longo da Idade Média, v. SILVA, 2010 – *A Escrita na Catedral...*: 187 e ss.

⁴⁵ Para uma panorâmica do corpus documental anterior a 1100 relativo ao território da diocese de Braga, e o cálculo do peso que nele assumem as escrituras copiadas nos dois cartulários, v. *infra* Parte II, §1.1.

sobre este, da acessibilidade, na medida em que ambos os cartulários foram já objecto de transcrições modernas⁴⁶.



Mapa 1 – Povoamento do território da diocese de Braga (séculos IX-XI)

Pareceu assim preferível adoptar como unidade de análise o território da diocese de Braga, sem excluir, obviamente, os escassos pontos de extensão da autoridade dos prelados bracarenses em terras transmontanas que é possível identificar na documentação do século XI, maioritariamente situados na zona dos actuais concelhos de Chaves e de Vila Real⁴⁷. Trata-se, portanto, de um território supra-regional, que abrange uma boa parte do Minho (o Entre-Ave-e-Lima, *grosso modo*) e a totalidade de Trás-os-Montes, ambas regiões bem definidas e diferenciadas tanto do ponto de vista geográfico como histórico; mas que deixa de fora duas franjas normalmente integradas na região minhota: o Entre-Lima-e-Minho, a Norte, e o Entre-Ave-e-Vouga, a Sul. Embora estas

⁴⁶ O LF foi objecto de uma edição crítica de A. de J. da Costa, que não chegou contudo a publicar um anunciado volume de estudos, índices e glossário (LF, I: viii); já no caso do LMD, dispomos apenas da transcrição avulsa dos documentos feita pelos editores de DC (para todos os documentos anteriores a 1100) e de DP, III (para os dois datados já do século XII); em ambas as colectâneas documentais, estas escrituras aparecem ordenadas cronologicamente, sem qualquer tentativa de reconstituir a ordem por que foram copiadas no códice. Sobre ambos os cartulários, v. a descrição detalhada feita *infra* Parte II, §1.1.

⁴⁷ «(...) as estremas que D. Pedro se empenhou em preservar a partir de 1071 delimitavam um espaço que, no seu comprimento máximo, alcançava cerca de 239 quilómetros, desde a foz do Lima até às margens do Esla, em plena região de Aliste, e na sua maior largura, desde o Douro até à zona da actual raia a noroeste de Vinhais, chegava aos 103 quilómetros, ou seja, uns extensos 17.022 quilómetros quadrados, aproximadamente» (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 308).

duas franjas e a zona central do Entre-Ave-e-Lima pertençam claramente, do ponto de visto geográfico, a uma mesma unidade de paisagem⁴⁸, não deve esquecer-se o peso das realidades institucional e administrativa na definição da geografia documental, traduzido no facto de serem escassas na documentação da Sé de Braga as referências a lugares situados em ambas as faixas.

Sobretudo a Norte do Lima, uma zona para a qual dispomos, no nosso corpus, de brevíssimas referências que nos chegaram apenas em documentos do mosteiro de Guimarães⁴⁹. Com excepção de duas referências claras ao Soajo (c. Arcos de Valdevez), onde D.^a Mumadona Dias possuía bens que passaram para as mãos do mosteiro de Guimarães⁵⁰, há apenas uma outra unidade que talvez possa situar-se no Entre-Lima-e-Minho referida no testamento de D. Châmoa Rodrigues de 960⁵¹, para além de uma referência à igreja/mosteiro(?) de Ázere (c. Arcos de Valdevez) feita no mesmo documento⁵², e das várias propriedades do cenóbio vimaranense neste território, referidas no inventário do património do mosteiro de 1059⁵³. O que contrasta com o “dinamismo” da bacia do Lima indiciado, segundo M. Barroca, ao menos para o século XI, pelos vestígios materiais aqui conservados, desde as tampas de sarcófagos em estola (cuja maior concentração se regista no Entre-Cávado-e-Lima), até outras sepulturas

⁴⁸ J. Gaspar distinguiu quatro tipos de paisagem/unidades territoriais na região Norte do país: «o Norte Litoral, que se estende das Terras de Santa Maria até ao rio Minho e que sobe, por patamares, até aos cumes do alinhamento de montanhas, de Montemuro à Peneda, constituindo uma barreira às massas de ar oceânico no caminho para o interior do continente; as Terras de Trás-os-Montes, ou Terra Fria, conjunto de retalhos recortados na Meseta Ibérica, mais afim da fisionomia típica a leste (Terras de Bragança, Terras de Miranda), mais atípica a oeste (Terra do Alvão, Terras de Barroso); o Douro, sobretudo acima de Resende, o Douro xistento, com o seu microclima do tipo mediterrâneo (...); e, por último, a Montanha, espaço descontínuo, parcelado e com inúmeras diferenciações – tantas quantas as componentes que conseguirmos identificar, mas que pertencem à mesma família, pela cobertura natural, pela ocupação humana, pelo povoamento: desde a pequena mas agreste elevação da serra de Arga que se despenca no Oceano, entre Minho e Lima, até à plácida, fria e feliz serra de Montezinho, da metálica Reboredo, junto ao Douro, ao majestoso e simbólico Marão» (GASPAR, 1993 – *As Regiões Portuguesas*: 27).

⁴⁹ E mesmo bastante mais tarde, já na segunda metade do século XIII, é de assinalar a escassa implantação patrimonial no Entre-Lima-e-Minho de instituições eclesiásticas situadas a Sul do rio Lima, como notou A. ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: 311-12: «no fundo, tratava-se de presenças bem discretas, parecendo querer respeitar a fronteira diocesana que o curso do Lima demarcava entre as dioceses de Braga e de Tui e apontando para uma afirmação aglutinadora do pólo episcopal bracarense sobre os espaços e as gentes que se encontravam sob a sua autoridade».

⁵⁰ Na carta de dotação do mosteiro de Guimarães (Apêndice I, doc. 338), D.^a Mumadona inclui a porção que aí detinha: «*In ripa limie portionem in suagio*»; e o inventário das propriedades do mosteiro de 1059 arrola: «*Et in ripa limie ex alia parte villa soagio cum suos incommuniatos et montarios et piscarias ab integro per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis*» (Apêndice I.A., doc. 381, §4).

⁵¹ O topónimo *Moledo*, que corresponderá talvez à actual freguesia do mesmo nome no concelho de Caminha (Apêndice II, un. 1870).

⁵² Apêndice I, doc. 341.

⁵³ Apêndices I e I.A, doc. 381, §2-4.

altomedievais e diversos elementos arquitectónicos pré-românicos provenientes de igrejas desta zona (maioritariamente situadas na margem esquerda do Lima, é certo)⁵⁴.

Note-se, por outro lado, que este território representava, ainda na década de 1070, ao menos na percepção de dois escribas que redigiam documentos para o mosteiro de S. Antonino de Barbudo, próximo de Braga, um espaço distante e escassamente vinculado ao território bracarense, como se comprova pelo facto de se referirem a uma herdade situada «*in villa Sancti Iuliani sub castro Barbuto territorio Bracare ribulo Catavo*» que havia sido escambada por outra situada apenas «*trans Limiam*»⁵⁵. É evidente o contraste entre o nível de pormenor com que recolhem a localização da primeira, recorrendo ao habitual sistema de localização dos bens transaccionados, e a superficialidade da localização da segunda, remetida para o território situado “para lá” do Lima⁵⁶.

Confirma-se assim a relevância do rio Lima como limite setentrional da diocese de Braga, escrupulosamente respeitado, ao menos no momento de selecção dos documentos transmitidos até aos nossos dias pelo cartório (e em particular pelo grande cartulário) da Sé de Braga. Mas, muito provavelmente, antes mesmo desse momento. Como notou P. Merêa: «A região situada ao norte do Lima não era então [século X], nem foi até tarde, considerada como abrangida em Portugal: estava compreendida na Galiza (*sensu stricto*) e fazia parte do *territorium* e diocese de Tui. O alargamento de sentido da palavra «Portugal» até abranger lugares ao norte daquele rio data, segundo creio, da segunda metade do século XI»⁵⁷. Já mais tarde, num momento crucial na estruturação da nobreza *minhota* em torno de um poder especificamente portugalense, como é a batalha de São Mamede, o Entre-Lima-e-Minho parece ser ainda um território estranho a esta unidade política, na medida em que «os poucos [nobres] que nesse momento viveriam no Entre Minho e Lima também não devem ter tomado partido, ou

⁵⁴ EMP, II/1: 79; BARROCA, 1987 – *Necrópoles e sepulturas...*: 235, Est. XXXIII anexa à p. 242; BARROCA, 1990 – «Contribuição para o estudo...»: mapa da p. 102, 120. Já no que respeita à epigrafia, há apenas a registar três inscrições comemorativas da sacração ou obras de igrejas: EMP, 20, 30 e 37.

⁵⁵ Apêndice II, uns. 1138 e 1139, respectivamente, mencionadas em três documentos distintos: Apêndice I, docs. 221 e 234 (escritos por um escriba de nome Mendo) e 236 (escrito por um *Arias*).

⁵⁶ Note-se todavia que a mesma herdade (Apêndice II, un. 1139) aparece já localizada com recurso ao sistema habitual («*[hereditatem] in ripa Limia (...) ad radicem castro Sancto Martino [in loco?] que vocatur Villa Nova*») numa escritura do cartório do mesmo mosteiro de Barbudo, redigida por um outro escriba, Urbano (Apêndice I, doc. 251).

⁵⁷ MERÊA, 1964 – «Ainda sobre «Portugal»...»: 416, nt. 4.

seguiram o conde de Trava»⁵⁸. A progressiva integração deste território na esfera de influência portugalense inicia-se precisamente a partir do governo dos condes D. Henrique e D.^a Teresa e sobretudo do reinado de Afonso Henriques⁵⁹, mas não ficará completa antes dos séculos XIII-XIV, quando se afirma a reivindicação plena da soberania portuguesa sobre a fronteira do Minho⁶⁰.

Decalcado de uma realidade essencialmente administrativa, ao fim e ao cabo a única que permite uma demarcação minimamente rigorosa, este quadro diocesano resulta operativo, não tanto por se apresentar como um quadro funcional (a diocese não estava sequer restaurada no período em análise) ou por convir aos exactos objectivos da investigação, mas pelo facto de concretizar a projecção territorial das instituições eclesiásticas que o estruturam e que foram responsáveis pela produção (em parte) e conservação (na totalidade) dos documentos que chegaram até nós. O espaço diocesano escolhido oferece-nos assim a possibilidade de circunscrever um corpus documental determinado, que está afinal na sua origem.

Note-se, contudo que a escolha do território da diocese de Braga como área de estudo é de alguma forma anacrónica, na medida em que, independentemente dos seus antecedentes tardo-antigos, este território diocesano, posto em hibernação durante os séculos VIII a XI⁶¹, é uma construção que se inicia verdadeiramente no final do século

⁵⁸ MATTOSO, 1983 – «A primeira tarde portuguesa»: 22.

⁵⁹ ALMEIDA, 1987 – *Alto Minho*: 144; ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: 20, 150-51, 165-66, 183.

⁶⁰ Sobre o processo de estruturação de uma rede urbana como instrumento de afirmação da autoridade régia nesta zona de fronteira, que se concretiza sobretudo nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, v. ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: 215-36, 323-75. Note-se, contudo, que aquela estreita vinculação à Galiza prolongar-se-á no domínio da geografia eclesiástica, já que a integração deste território na diocese de Tui estendeu-se até 1378, data da criação de uma circunscrição autónoma (a administração eclesiástica de Valença), só integrada na diocese de Braga em 1512-1514 (MARQUES, 1980 – «O censal do cabido...»: 6). Uma tal vinculação está na raiz de um conjunto de traços específicos do Entre-Lima-e-Minho, nos planos eclesiástico, político e inclusivamente artístico (ALMEIDA, 1987 – *Alto Minho*: 33, 65-66).

⁶¹ A total ausência de referências a bispos de Braga ao longo deste período, fruto da transferência da dignidade episcopal (metropolitana) para os bispos de Lugo, contrasta vivamente com as várias menções a bispos para as dioceses mais meridionais do território portugalense (Porto, Lamego, Viseu e Coimbra), como notou M. CARRIEDO TEJEDO, 1998-1999 – «Los episcopologios portugueses...». A relativa frequência de menções documentais a bispos destas dioceses recolhidas pelo autor faz pensar na possibilidade de elas terem tido efectivamente, pelo menos a partir do século X, bispos (semi-)residentes, ao contrário do que aconteceria com Braga, cujos direitos estavam na mão dos bispos de Lugo (e com Dume, na mão dos de Mondonhede). A posição fronteiriça daquelas quatro dioceses e a hipótese de os bispos (indubitavelmente próximos do rei) aí actuarem como delegados do poder régio talvez possam ser invocadas como razões para a maior presença (e importância política) assumida pela figura do bispo nesses territórios de fronteira. A confirmá-lo parece estar o facto de a partir de 986 (960, no caso do Porto) desaparecerem por completo (para só reaparecerem já na segunda metade do século XI) as menções documentais (directas ou indirectas) aos bispos de Lamego, Viseu e Coimbra, à semelhança do

XI, na sequência da restauração da diocese (1071), para se consolidar, num processo complexo, ao longo dos séculos XII-XIII, e com sucessivos acertos nos seguintes. Durante boa parte do período aqui em análise, o território diocesano de Braga deve ter correspondido, quando muito, a uma demarcação abstracta, memória de tempos anteriores em que a diocese se definiria mais por referência a um centro (Braga) do que propriamente a um perímetro⁶². Esta é, aliás, a linha interpretativa seguida pelos estudos mais recentes sobre a territorialidade das dioceses entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média central, mesmo para dioceses em que a presença efectiva de um bispo nunca foi longamente interrompida. Esses trabalhos têm contestado a pretensão em desenhar limites diocesanos rigorosos para este período, com recurso a uma metodologia de base regressiva (muito difundida na historiografia eclesiástica europeia ao longo das décadas centrais do século XX) que se socorre sobretudo de fontes posteriores, já mais sensíveis à demarcação linear do território. E, mais do que isso, têm chamado a atenção para a especificidade da própria noção de territorialidade ao longo da Alta Idade Média e demonstrado como, mais até do que na Antiguidade, ela se apresentou fluida durante este período⁶³.

que acontece com outras sedes fronteiriças do vale do Douro, como Zamora e Salamanca (a partir de 987) (CARRIEDO TEJEDO, 1998-1999 – «Los episcopologios portugueses...»: 331, 333, 338). Embora as incursões de Almançor tenham tido consequências no número de documentos conservados, caso estes bispos fossem meros funcionários áulicos, o silêncio das fontes nas últimas décadas do século X e primeiros anos do século XI não deveria ser absoluto, já que nada os impediria de continuar a confirmar os documentos produzidos no entorno do rei e em instituições do Norte do reino asturo-leonês, menos afectado pelas incursões muçulmanas; pelo contrário, o seu desaparecimento da documentação (que continuou a produzir-se) indicia uma ligação entre a dignidade episcopal e o domínio efectivo da respectiva diocese pela monarquia asturiana.

⁶² Referindo-se especificamente ao NO peninsular, e ao amplo poder que os bispos parecem ter exercido no reino suevo, não apenas no plano eclesiástico, L. A. García Moreno chamou já a atenção para o facto de o *Parochiale suevum* denunciar um exercício mais efectivo da autoridade episcopal no território mais próximo da residência do bispo: «Hidacio es un magnífico testimonio de cómo él mismo y otros obispos del noroeste hispánico naturales de sus comunidades e interlocutores con el poder suevo cercano y el lejano imperial. En la siguiente centuria esta situación privilegiada del episcopado no pudo por menos que consolidarse, sobre todo a partir de la conversión al Catolicismo de la Monarquía sueva y la constitución de una auténtica Iglesia estatal en la segunda mitad del siglo VI. El mismo «Parroquial» muestra cómo el poder del obispo se ejercía entonces de manera especialmente directa sobre el territorio más próximo a su residencia, enumerando en detalle especialmente aquellas iglesias dependientes *que in vicino sunt* [casos de Braga, Oporto, Lugo y Tuy]» (GARCÍA MORENO, 2006 – «La Iglesia y el Cristianismo...» 48). Sobre a importância de Braga como *sedes regia* no tempo dos suevos (sobretudo a partir de meados do século VI), e a tentativa dos visigodos, depois da conquista, para a substituir do ponto de vista administrativo e controlar militarmente através da promoção de *Tude* (Tui), v. DÍAZ MARTÍNEZ, 2000 – «El reino suevo...».

⁶³ Embora seja inegável, ao longo dos séculos altomedievais, a referência pontual aos limites das antigas cidades ou a criação de novos limites na discussão do perímetro de duas dioceses vizinhas, «Pour autant, cela ne semble pas impliquer la permanence générale des structures ni même des conceptions territoriales antiques. La délimitation d'un ressort propre à l'évêque n'est pas (ou plus?) considérée comme nécessaire, ni utile, et ne fait jamais l'objet d'une entreprise systématique. En outre, l'action de l'évêque,

Neste sentido, deve tomar-se com alguma cautela toda e qualquer tentativa de traçar limites excessivamente precisos e, mais do que isso, operativos para a diocese de Braga no momento da sua restauração, ou mesmo durante os primeiros episcopados⁶⁴. Seguindo o minucioso trabalho de reconstituição destes limites levado a cabo por A. de J. da Costa, a maior parte dos autores tende a colocar já no tempo do bispo D. Pedro (1071-1091) um traçado cuja matriz faz recuar ao reinado de Afonso III (866-910), em virtude de um documento atribuído a este período (mas erradamente datado do tempo do rei suevo Teodemiro⁶⁵) do qual consta uma delimitação da diocese que se aproxima do perímetro que a documentação vai lentamente revelando ao longo dos séculos XII e seguintes⁶⁶. E dizemos *aproxima* porque, naturalmente, este texto limita-se a percorrer um itinerário, mediante a referência a uma sequência de grandes marcos espaciais (rios, montes, castros, topónimos, etc.), mais do que a desenhar uma linha pormenorizada que só muito mais tarde seria efectivamente definida e que só a partir do século XV, e através do cruzamento de fontes muito diversas, podemos traçar com alguma segurança⁶⁷. Aliás, sem a definição territorial das paróquias raianas, que em meio rural

qu'elle soit pastorale ou plus largement politique, ne renvoie pas de manière déterminante, au-delà du chef-lieu de cité et de son *suburbium*, à des pratiques et des enjeux proprement territoriaux, à l'exception, et encore, du contrôle seigneurial»; «(...) durant un long haut Moyen Âge, l'enjeu principal ne fut pas tant la territorialisation du diocèse que la fixation des sièges, leur avènement en tant que pôles rayonnant sur l'espace et la société environnants, leur inscription dans des histoires imaginées censées effacer le souvenir des ruptures du passé (telle l'invasion musulmane de 711 pour la péninsule ibérique)» (MAZEL, 2008 – «Introduction»: 15, 19).

⁶⁴ A primeira e mais importante panorâmica da evolução dos limites territoriais da diocese de Braga deve-se a A. de J. da Costa, na primeira edição da sua dissertação de doutoramento (1959), reeditada com significativas alterações quase quarenta anos depois: COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 29-40, que substitui a leitura de outros trabalhos anteriores em que o autor regressou à questão. Esta foi retomada e consideravelmente desenvolvida, para o século XV, por J. MARQUES, 1988 – *A Arquidiocese de Braga...*: 239-54; e, para os séculos XVI e seguintes, por J. F. MARQUES, 1999 – *Poder Eclesiástico...*. Recentemente, foi também tratada brevemente por L. C. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 307-9.

⁶⁵ Teodemiro terá reinado entre Maio de 561 e Maio de 567-570, segundo Pablo C. DÍAZ – *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011, p. 293.

⁶⁶ «Habet igitur Braccara metropolis terminationem suam a fauce fluminis Limie per ipsum flumen usque Lindosum, inde ad Portelam de Homine per illam Portellam de Larouco et inde per Carragium et inde ad Petram Fitam et inde ad Montem Miserum et inde ad Colinariam ad radicem alpis Sispiacii et inde per cacumina montium usque ad Boviam que dicitur de Vaccis et inde ad portum de Mirieus per illam aquam de Estolam usque in Durium et usque in faucem de Corrago et inde ad montem Maraon et inde ad castrum quod dicitur Villa Plana et inde ad illum pontem de Tamice et inde per illam aquam usque ad illum fluvium de Utribus et inde ad Lumbam et inde ad portum Purgaani per illam aquam de Avia in castrum» (LF, 552; a identificação dos marcos espaciais referidos nesta delimitação foi levada a cabo por COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 30 e ss.). Note-se ainda que esta mesma delimitação consta, com ligeiríssimas alterações, de um outro texto copiado no início do cartulário: LF, 15.

⁶⁷ Trabalho já levado a cabo por J. MARQUES, 1988 – *A Arquidiocese de Braga...*: 239 e ss.

nunca deverá ser anterior ao século XIII, não seria possível sustentar a marcação rigorosa dos limites diocesanos.

No entanto, aquela delimitação, que P. David admitiu poder datar ainda do tempo de Afonso III⁶⁸, está inserta num documento que só conhecemos através da cópia do LF e que nos parece altamente problemático. Não seria, aliás, de espantar que ele tivesse sido redigido apenas nas décadas finais do século XI ou mesmo no século XII, pelo menos no que respeita à longa *narratio* que antecede a delimitação. É certo que esta aparece já referida no texto da resolução de uma disputa territorial com Ourense por causa do território de *Baronceli*, datado de 1078 (mas que deve antes ser atribuído aos anos [1075-1077])⁶⁹, e é mesmo transcrita integralmente na bula *Sicut iniusta* de Pascoal II, de 4 de Dezembro de 1114⁷⁰. Contudo, isso não permite confirmar mais do que a reivindicação, por parte de Braga, e só nos anos imediatamente posteriores à sua restauração, de um território diocesano assim definido. Uma definição que terá sido depois tomada como *norma* nas sucessivas disputas territoriais sustentadas por Braga contra as dioceses vizinhas ao longo do século XII e seguintes, com destaque para as que a opuseram, para além de Ourense (já referida), a Astorga (por causa dos territórios de Aliste, Bragança e Ledra⁷¹) e sobretudo à diocese do Porto (por causa da exacta

⁶⁸ DAVID, 1947 – *Études Historiques...*: 56.

⁶⁹ LF, 21=619; v. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 294, nt. 222.

⁷⁰ LF, 554, que recolhe uma versão em que esta delimitação é atribuída ao tempo do rei Miro (que governou entre 570 e 583, segundo P. C. Díaz), ao passo que no texto citado na nota anterior é atribuída ao seu antecessor, Teodemiro (como no LF, 552), e mais concretamente ao ano de 572 (a data que ostenta uma outra delimitação afim, copiada no mesmo cartulário: LF, 15). Uma versão desta bula datada de 4 de Dezembro de 1108 e dirigida a D. Geraldo, foi publicada por C. Erdmann (PP, 10), que a considera uma falsificação atribuível a Lousada (COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 30, nt. 8; MARQUES, 1988 – *A Arquidiocese de Braga...*: 251, nt. 20). Sobre o contexto que envolveu a outorga da *Sicut iniusta*, v. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 431 e ss.

⁷¹ Astorga e Braga disputavam a posse destes territórios antes mesmo de 1 de Abril de 1103, data em que Pascoal II dirige ao bispo Paio de Astorga a bula *Conquestus est*, obrigando-o a restituí-los a Braga (PP, 6; LF, 6=588), na sequência de uma queixa de D. Geraldo, cuja argumentação foi explicitamente recolhida pelo redactor da bula (e erradamente tomada como a justificação do próprio texto papal pelo ed. do LF, no sumário que oferece do documento): «*Conquestus est apud nos uenerabilis frater noster Bracarensis archiepiscopus, quod quasdam metropolis sue parrochias, Laedram uidelicet et Alistam et Braganciam, quas desolationis tempore perdiderat, tiranica adhuc feritate retineas*». Esta passagem é significativa sobretudo pela reivindicação da pertença desses territórios a Braga antes do “tempo de desolação” introduzido pela invasão muçulmana. Recentemente J. Soalheiro sugeriu que estes territórios só teriam passado definitivamente para a diocese de Braga em 1110, recorrendo a um duplo argumento que merece ser ponderado mas não nos parece imperativo: «Conquanto isso não se ache assinalado na historiografia da Igreja de Braga, mesmo a mais recente, só depois da morte de S. Geraldo os territórios em causa (Ledra, Aliste e Bragança) passaram para a administração bracarense. Ainda em 26 de Setembro de 1109 o bispo astorgano recebia doações no território de Bragança (...). E, em contraprova, data de 22 de Abril de 1110 a primeira doação que Braga recebeu nos territórios assinalados (...). A transferência ter-se-á dado, em conformidade, no início do pontificado de D. Maurício» (SOALHEIRO, 2011 – «A canonização de S. Geraldo...»: 86, nt. 73).

marcação do limite entre ambas as dioceses na margem esquerda do rio Vizela⁷²). Percebe-se assim a necessidade de legitimar um tal quadro territorial *normativo* através do argumento da antiguidade, donde a sua atribuição ao tempo dos suevos nas duas delimitações que ficaram citadas (LF, 15 e 552) e a confirmação papal dessa origem na referida bula *Sicut iniusta*, obtida por D. Maurício (LF, 554), apesar da pequena divergência entre a atribuição da delimitação ao tempo do rei Teodemiro nos dois primeiros documentos e ao de Miro nesta última⁷³. Esta necessidade de legitimação é, aliás, o argumento-chave para sugerir que a redacção daquelas duas delimitações terá bem mais sentido depois da restauração da diocese do que no tempo de Afonso III⁷⁴.

Ora, mesmo admitindo que uma tal demarcação do território diocesano pudesse ser partilhada por um grupo de clérigos eruditos ligados a Braga antes da restauração da

⁷² Sobre as disputas em torno dos limites entre as dioceses de Braga e do Porto, v., para além dos trabalhos já citados sobre Braga (em particular MARQUES, 1988 – *A Arquidiocese de Braga...*: 242-46), MOREIRA, 1971-1990 – *Freguesias da Diocese...*, I [1973]: 31-34, 41, 124; SANTOS, 1973 – *O Censual da Mitra...*: 21-30. Este conflito só ficou definitivamente sanado com a bula *Gravissimum Christi Ecclesiam*, de 30 de Setembro de 1881, que determinou a incorporação na diocese do Porto de várias freguesias em disputa, e até aí pertencentes à de Braga. O texto desta «carta apostólica acerca da redução e nova circunscrição das dioceses do reino de Portugal», bem como o da sentença executória da autoria do cardeal D. Américo (de 4 de Setembro de 1882) são publicados por J. F. MARQUES, 1999 – *Poder Eclesiástico...*: 46-62. A exacta lista das paróquias transferidas de Braga para o Porto encontra-se, contudo, na «Relação das paróchias com que fica constiuida cada uma das dioceses do reino de Portugal no continente em execução da Bula Apostólica “*Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus*”, de 30 de Setembro de 1881», que estava anexa àquela sentença, e que o autor não publica. Encontra-se, como a sentença, no *Diário do Governo*, n.º 208 (15.09.1882), p. 2317-31 e n.º 209 (16-09-1882), p. 2337-45.

⁷³ Do mesmo modo, também a diocese do Porto, por acção do bispo D. Hugo, procurou a confirmação papal da sua própria delimitação, que divergia naturalmente do traçado reivindicado por Braga, na zona de fronteira entre ambas, reclamando para o Porto as terras da margem esquerda do Vizela que Braga considerava pertencerem ao seu território. E embora estas terras só tenham passado efectivamente para o Porto no século XIX, D. Hugo viu as suas pretensões formalmente reconhecidas pela bula *Egregias quondam*, de 15 de Agosto de 1115 (menos de um ano depois da outorga da *Sicut iniusta* a Braga), em que a demarcação dos limites atribuídos à diocese do Porto vem antecedida de uma referência ao mesmo argumento de antiguidade: «*et quod de antiquis parrochia terminis dum portugalensis prostrata iaceret ecclesia ab alijs ecclesijs occupatum est. auxiliante deo eidem reintegretur ecclesiae. Quorum uidelicet terminorum distinctio horum dicitur finium continuatione distendj (...)*» (CCSP: 1-2). Convém, contudo, notar que tanto esta como a demarcação (ainda mais detalhada) que consta da bula *Officii mei* de 1120 (CCSP: 3-4) nunca foram aceites “na prática”, como notou J. Mattoso; o que levou o autor a preferir marcar, no seu trabalho sobre os mosteiros beneditinos da diocese portugalense, «como fronteiras meridionais as fixadas pela bula *Provisionis nostrae* de Inocêncio IV, de 12 de Setembro de 1253, e como fronteiras norte e leste as que se podem deduzir das *Inquisitiones* de 1258 e do censal do Porto, do século XIII [sic], ou seja: o Corgo e a linha que parte da foz do Banduge até Burgães, na margem do Ave, e depois desse rio até ao Atlântico» (MATTOSO, 2002 – *O Monaquismo Ibérico...*: 13-14).

⁷⁴ De resto, também na comarca dos Montes de Torozos, por exemplo, «la mayor parte de los documentos que trazan los límites diocesanos en la comarca estudiada son falsificaciones de inicios del siglo XII, o al menos fueron interpolados en esa época», como notou C. REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y Poder...*: 308. Cabe perguntar, tendo em vista que o próprio problema dos “limites” só se colocou nesta época, se estes documentos não deverão ser vistos como verdadeiras *criações* do século XII, mais do que como meras falsificações/interpolações de documentos anteriores, que não poderiam ter existido em virtude da ausência de uma noção clara de “limites” diocesanos.

diocese em 1071⁷⁵, ela não poderia funcionar como uma unidade capaz de articular efectivamente um território e as comunidades que o integravam. Desde logo, por manifesta inexistência de um poder e de um centro articuladores, já que, fruto de uma complexa teia em que se cruzam os interesses da monarquia asturo-leonesa, do episcopado galego e da aristocracia portugalense, a hipótese da restauração da diocese de Braga foi claramente afastada por todos estes poderes, desde o Repovoamento do território a partir da década de 860 até à mudança radical do panorama político que significou, em 1065, a constituição do reino da Galiza entregue a Garcia, na sequência da morte de seu pai, Fernando Magno, como demonstrou L. C. Amaral⁷⁶; e como se deduz do já referido contraste entre a ausência de referências a bispos de Braga e a existência de diversos prelados documentados para as restantes dioceses do território portugalense neste período.

Independentemente das *memórias* territoriais que a possam ter sustentado⁷⁷, a construção do território diocesano de Braga aparece-nos assim como um processo posto em marcha, a partir do centro, pelo próprio poder episcopal. F. Mazel chamou recentemente a atenção, no texto com que introduz um volume colectivo sobre o “espaço da diocese” no Ocidente dos séculos V a XIII, para a importância que os conflitos entre dioceses e as partilhas de património entre mesas episcopal e canonical assumiram na progressiva definição territorial diocesana⁷⁸. Muito naturalmente, também em Braga os já referidos conflitos territoriais com as dioceses vizinhas (para além dos conflitos jurisdicionais com Santiago⁷⁹) e as sucessivas partilhas de bens, igrejas e

⁷⁵ É esta a opinião do mais recente estudioso da diocese: «(...) não devemos esquecer que esta geografia constituía, nos últimos anos do século XI, o produto de uma evolução multissecular. (...) a partir precisamente do governo de D. Afonso III [866-910], e apesar da agitada conjuntura política, militar e eclesiástica, da longa vacância da Sé e da quase inexistência de uma administração episcopal, o traçado das fronteiras diocesanas observou uma apreciável constância» (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 308).

⁷⁶ AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 216-240. É particularmente agudo o tratamento que este autor faz do problema da restauração da diocese de Braga, devolvendo-o à enorme complexidade do jogo político que explica (e impediu durante largo tempo) essa restauração. Supera assim largamente a interpretação do mesmo processo avançada por A. de J. da COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 195-223.

⁷⁷ No caso do território cântabro, por exemplo, parece verificar-se uma certa persistência dos limites territoriais (administrativos e eclesiásticos) entre as circunscrições de base étnica da Antiguidade e os territórios da Alta Idade Média, segundo a opinião de E. ÁLVAREZ LLOPIS; E. PEÑA BOCOS, 2005 – «Límites y «fronteras»...».

⁷⁸ MAZEL, 2008 – «Introduction»: 19-20.

⁷⁹ Desde logo os da década de 1180, possivelmente na origem da compilação do primeiro *Liber Testamentorum* integrado no LF, segundo uma hipótese avançada recentemente por M. J. Branco, 2011 – «Constructing legitimacy...».

rendimentos entre o bispo e o cabido⁸⁰ não podem ter deixado de contribuir para uma progressiva tomada de consciência do território diocesano ao longo do século XII, a forçar, agora sim, a lenta e ainda fragmentária marcação de limites precisos⁸¹.

Serve este já longo excursus em torno da construção do território diocesano bracarense para sublinhar a dimensão essencialmente abstracta e erudita de uma tal realidade espacial ao longo de quase todo o período aqui em análise. Se excluirmos desde já as frequentes menções ao “*territorium bracarensis*” (num total de 200, no corpus analisado⁸²), que é utilizado como elemento de localização de bens situados na zona central da diocese, entre os rios Ave e Lima, e sobretudo no aro envolvente da cidade de Braga, ficaremos com umas escassas 17 referências a expressões difíceis de distinguir da anterior mas que parecem apontar para o próprio território diocesano: “*sedes bracarensis/bracara*” (13 menções), “*territorium bracara/bracarensis*” (duas menções), “*diocesis bracarensis*” e, a mais reveladora de todas, “*territorium brakalensis sedis*” (ambas as expressões documentadas apenas uma vez)⁸³. Ora, esta última expressão é utilizada num documento datado de 906 para localizar a villa de Sta. Eulália (f. Rio Covo (Sta. Eulália), c. Barcelos)⁸⁴; e a anterior, única ocorrência no nosso corpus documental do termo ‘*diocesis*’, é utilizada num documento de 959, copiado no LMD do mosteiro de Guimarães, para localizar o próprio cenóbio vimaranense⁸⁵. Já a expressão “*territorium bracara/bracarensis*”, à partida aquela que mais se aproxima da designação normalmente atribuída ao território bracarense naquele sentido restrito de

⁸⁰ A primeira teve lugar em 1145 (LF, 818), no episcopado de D. João Peculiar, e foi confirmada pelo mesmo prelado, com algumas precisões, em 1173 (LF, 819); pouco anos depois, em 1188, o arcebispo D. Godinho voltava a confirmar o texto de 1145, desta feita com uma ampliação evidente da divisão (LF, 828).

⁸¹ É evidente, neste ponto, a plena integração do caso de Braga no contexto alargado do Norte peninsular, onde, como notou J. Á García de Cortázar, «la fijación final de límites entre los distintos obispados fue una tarea del siglo XII paralela a la cristalización de la obligatoriedad del pago del diezmo y a la resolución de múltiples litígios en que los contendientes se apoyaron en documentos espúrios que elaboraron al efecto» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 24).

⁸² V. a lista completa no Apêndice II, un. 9.

⁸³ As referências a todas estas designações foram integradas numa mesma ficha de unidade: Apêndice, II, un. 67.

⁸⁴ Apêndice I, doc. 13. Note-se que esta escritura chegou até nós através de uma cópia do século XI, não do original, pelo que não é de excluir por completo a hipótese de a exacta referência à Sé de Braga ter sido acrescentada pelo copista, num momento posterior à restauração da diocese.

⁸⁵ Apêndice I, doc. 339.

zona central da diocese, é utilizada em dois documentos para localizar bens situados na área do actual concelho de Vila Real, ou seja, na área transmontana da diocese⁸⁶.

Esta breve análise de um conjunto diminuto, é certo, de referências documentais mostra-nos que as expressões mais directamente associadas ao território diocesano ocorrem em escrituras datadas do século X, para localizar propriedades ou casas monásticas situadas na zona central da diocese, a pouca distância de Braga. Por outro lado, a partir das décadas finais do século XI, a noção de *territorium* (diocesano), ou apenas *sedes*, de Braga abrange já claramente a zona de Vila Real; ainda que nenhum dos vários diplomas relativos à área (também transmontana) de Chaves invoque este território como elemento de localização⁸⁷. Referem-se antes ao próprio “*territorium flaviensis/flavias*”⁸⁸, recolhendo a memória do antigo perímetro sujeito à jurisdição da cidade romana de *Aquae Flaviae*, sede episcopal pelo menos ao tempo do bispo Hidácio (entre as décadas de 420 e 470⁸⁹) e cabeça da “*civitas flavias*” na sequência da presúria do conde Odoário no tempo de Afonso III (872), circunscrição esta que R. Teixeira supõe ter-se fragmentado já no século XI em várias terras/territórios mais pequenos (Montenegro/Gouveia, Batocas/Monforte de Rio Livre, *Baronceli*/Ervededo e Santo Estêvão de Chaves), à semelhança do que ocorreu com outras *civitates* (com destaque para o caso de Anégia), embora o autor reconheça a falta de informação escrita e arqueológica que permita corroborar a hipótese⁹⁰.

Conclui-se assim que a construção do território diocesano, bem atestada pelo facto de logo no episcopado do bispo D. Pedro a Sé de Braga adquirir bens tão ou mais importantes na zona de Chaves do que na de Vila Real⁹¹, não teve uma tradução directa no plano discursivo, isto é, no âmbito espacial atribuído pelos copistas ao *territorium/sedes* de Braga. Entre outras razões possíveis, porque a memória e a maior

⁸⁶ Apêndice I, docs. 118 e 127, datados de 1088 e 1091, respectivamente. Note-se que no primeiro destes diplomas, os bens doados pela condessa D.^a Gontrode Nunes à Sé de Braga são localizados duplamente nos territórios de Braga (diocesano) e de Panóias: «*facio textum scripture firmitatis (...) de hereditate mea propria quam habeo in territorio Pannonias villa quam vocitant Quintanela subtus Cevarelios et ribolum Corrago territorio Bracare (...)*» (Apêndice I, doc. 118).

⁸⁷ Apêndice I, docs. 94, 95, 311-318 e 401 (maioritariamente datados das décadas de 1070 e 1080).

⁸⁸ Apêndice II, un. 1515.

⁸⁹ TRANOY (ed.), 1974 – *Hydace – Chronique*, I: 13-17.

⁹⁰ TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*: 195 e ss.

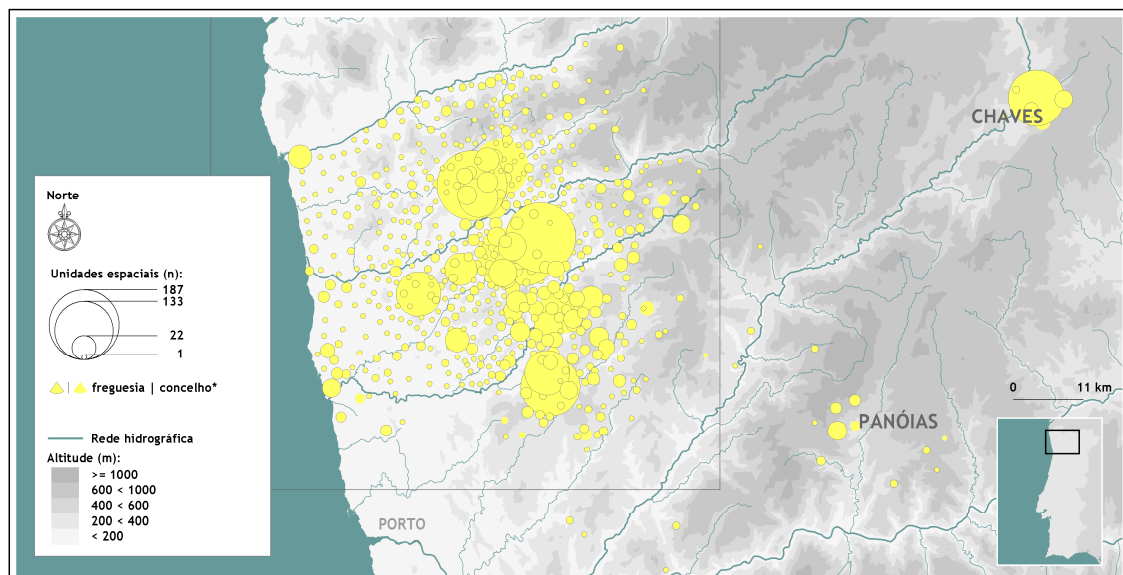
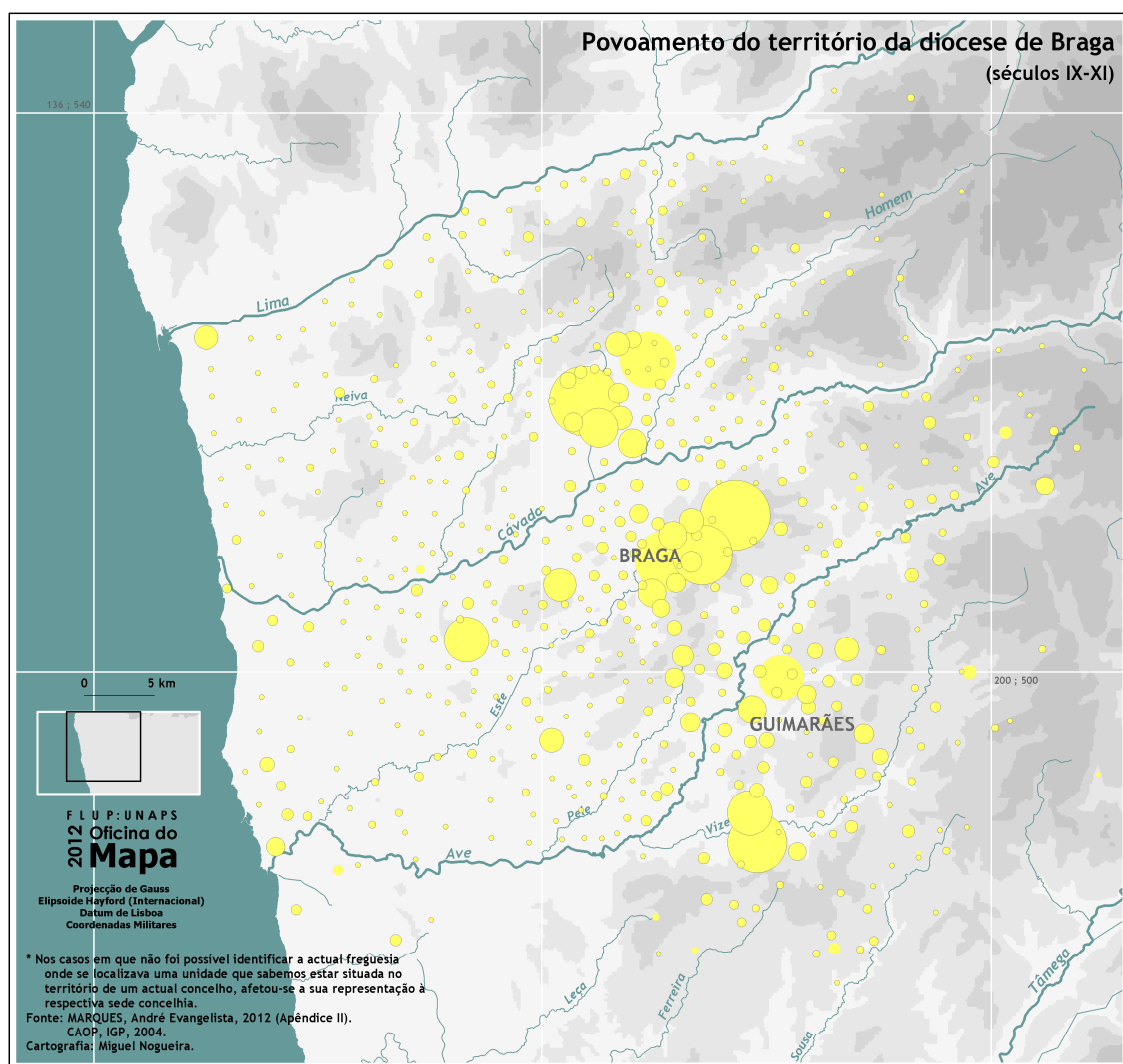
⁹¹ V. a lista completa das propriedades e igrejas adquiridas pela Sé nestes dois territórios durante o episcopado de D. Pedro (1071-1091) e o período de vacância que lhe seguiu (1091-1099) em AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 264-66, 269-70; sobre a construção do domínio bracarense em Chaves, v. ainda VELOSO; MARQUES, 1993 – «O domínio da Sé de Braga...».

operatividade de circunscrições outras recortadas nesse território diocesano, igualmente antigas e sobretudo vigentes durante o longo período de vacância da Sé, de que o caso de Chaves constitui o melhor exemplo documentado, as converteria em elementos de localização preferíveis ao território da Sé de Braga, porque mais específicas⁹².

Do que fica dito, emerge claramente a imagem de um território em construção, feito ainda de limites fluidos e sobretudo da lenta aglutinação de unidades territoriais mais pequenas e dotadas de uma identidade própria, que a autoridade dos bispos de Braga só muito gradualmente terá conseguido articular numa mesma circunscrição. Mas emerge também a importância que um centro como Braga desempenhou neste processo. Tomemos como indicador a distribuição espacial do domínio da Sé, minuciosamente estudado por L. C. Amaral para os primeiros quatro episcopados (1071-1137), e de longe a dimensão mais bem documentada (e naturalmente mais *efectiva*) do poder episcopal. Da análise dos mapas apresentados pelo autor, facilmente se conclui que a afirmação deste poder foi avançando em círculos concêntricos desde a zona envolvente de Braga, onde mais precoce e firmemente se implantou, para se alargar, com uma intensidade tendencialmente decrescente, a diversos pontos do Entre-Ave-e-Lima, zona central da diocese, e, mais pontualmente, aos já referidos territórios de Chaves e Panóias (Vila Real), os únicos na zona transmontana para onde a documentação mostra ter-se expandido o domínio da Sé antes do episcopado de D. Maurício Burdino (1109-1118)⁹³.

⁹² Entre várias circunscrições identificáveis no nosso corpus documental dentro do perímetro diocesano de Braga, designadas por termos como *'terra'*, *'territorium'* ou, em alguns casos, por meros topónimos/corónimos, destacam-se, para além do território de Chaves, os de Panóias, Entre-Ambas-Aves e de Guimarães (Apêndice II, uns. 581, 1730 e 2034, respectivamente).

⁹³ AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 279-87 (D. Pedro), 496-500 (D. Geraldo), 517-19 (D. Maurício Burdino) e 524-30, 571-72 (D. Paio Mendes).



Mapa 2 – Distribuição das unidades espaciais identificadas na documentação diplomática analisada

Note-se, contudo, que embora aquela concentração na área do actual concelho de Braga apareça claramente definida já nos episcopados de D. Pedro e, sobretudo, de D. Geraldo⁹⁴, o alargamento do domínio a pontos mais distantes do Entre-Ave-e-Lima foi bem mais lento e lacunar: só a partir do tempo de D. Paio Mendes (1118-1137/8) é possível documentar uma presença patrimonial minimamente significativa da Sé a Norte do rio Cávado, com a faixa litoral e, ainda mais, a zona montanhosa interior a aparecerem como quase vazios⁹⁵. Significa isto que também a zona central, propriamente minhota, da diocese se estruturou lentamente e seguindo uma lógica espacial que diremos *pontilhista* (de novo a imagem de uma constelação de espaços polarizados), aliás semelhante à lógica que presidiu à própria construção do conjunto do território diocesano.

Não é difícil ver como esta lógica casa mal com a marcação de limites bem definidos, pelo que facilmente se perceberá como é artificial a opção de excluir da análise, para o período aqui em estudo, os territórios a Norte do rio Lima (limite setentrional da diocese de Braga) e sobretudo a sul do Ave e da linha que, prolongando-o para o interior, veio a dividir as dioceses de Braga e do Porto, a partir da restauração (1112-1114⁹⁶) e estruturação territorial desta última no século XII. Até porque, como é evidente, os dois cartulários que servem de base ao trabalho incluem documentos relativos a esses territórios *vizinhos*⁹⁷. A leitura de documentos com características

⁹⁴ Segundo AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 496-7, neste episcopado «assistiu-se a um reforço importante da concentração patrimonial na área do actual concelho de Braga, configurando-se o domínio como uma espécie de anel envolvente da cidade, verdadeiro coração do *territorio Bracarensis*».

⁹⁵ O que acompanha, de resto, a distribuição global do povoamento da região desde as últimas décadas do século IX, quando a documentação escrita permite começar a avaliá-la, ainda que de forma muito lacunar até ao século XI (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 97-100).

⁹⁶ A data da restauração da diocese do Porto foi já discutida por diversos autores, cujas propostas se situam neste intervalo (SANTOS, 1973 – *O Censual da Mitra...*: 21, nt. 1). Segundo o testemunho da *Historia Compostelana*, a eleição de D. Hugo, arcebispo de Compostela, para a Sé do Porto terá tido lugar ainda em 1112 e a sua sagração terá acontecido a 23 de Março de 1113 (ERDMANN, 1935 – *O Papado e Portugal...*: 25; AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 425-26). No entanto, como notou R. de Azevedo, o início do episcopado de D. Hugo deve restringir-se aos anos de 1113 ou mesmo 1114: «Hugo foi sagrado bispo a 23 de Março de 1113, mas nos nossos arquivos só a partir de 1114 encontramos testemunhos incontestáveis do seu episcopado (DP, III, 482). Isso não prova, é certo, que este não tenha começado no ano anterior, tanto mais que o cartório da Sé chegou aos nossos dias muito desfalcado de pergaminhos avulsos dos séculos XII e XIII, e com o seu mais antigo cartulário, o *Censual do Cabido*, já truncado» (DR, II: 556). Independentemente da exacta cronologia do episcopado de D. Hugo, o *processo* de restauração da diocese, que não deve ser reduzido a um mero acontecimento, parece assim ter-se desenrolado naquele intervalo mais largo (1112-1114), como aliás reconhecem implicitamente os autores que mais recentemente se referiram à questão (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 232; SILVA, 2008 – *Scriptores et notatores...*: 23-24).

⁹⁷ Os (poucos) documentos que dizem respeito exclusivamente a esses territórios foram, naturalmente, excluídos do nosso corpus. No entanto, outros há que mencionam lugares situados dentro e fora dos

cadastrais que arrolam conjuntos significativos de topónimos situados nestas zonas de transição, como acontece com o inventário do património do mosteiro de Guimarães⁹⁸, detentor de vastos bens nos vales do Tâmega e do Sousa, demonstra claramente a inoperatividade da linha divisória com o Porto, de resto objecto de disputa entre ambas as dioceses, como ficou dito. É manifesta a continuidade de várias das unidades *comarcais* identificáveis neste documento para além desse(s) limite(s), abarcando tanto freguesias integradas no território da diocese de Braga como no do Porto. Só razões metodológicas podem, por isso, autorizar a não inclusão no corpus aqui em análise daquelas unidades espaciais situadas fora do perímetro diocesano de Braga, que poderia até estar já *grosso modo* definido no período em estudo, mas que só podemos conhecer com rigor através de fontes posteriores⁹⁹.

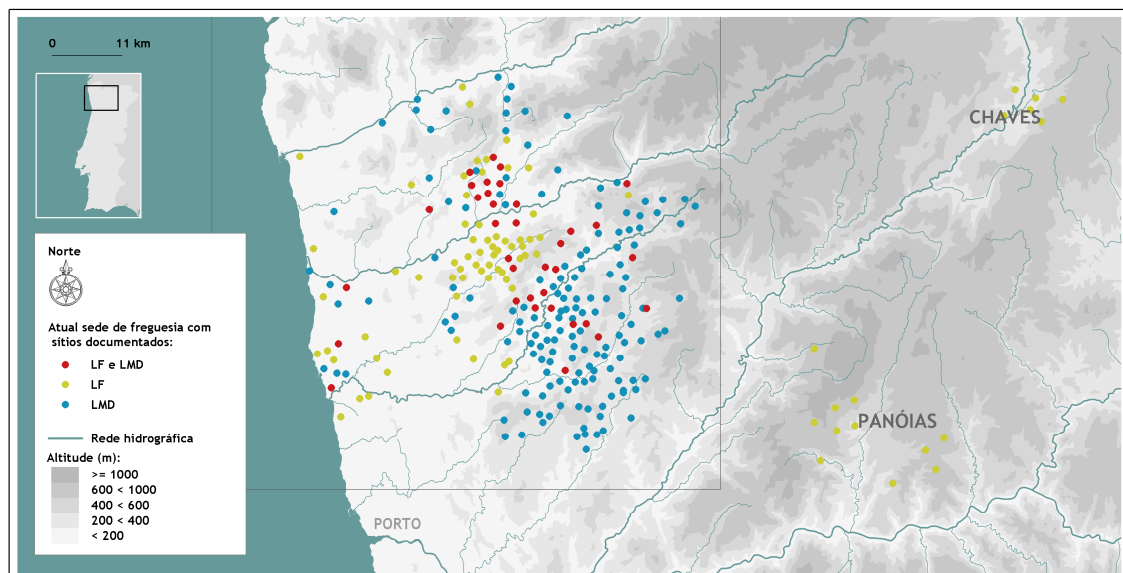
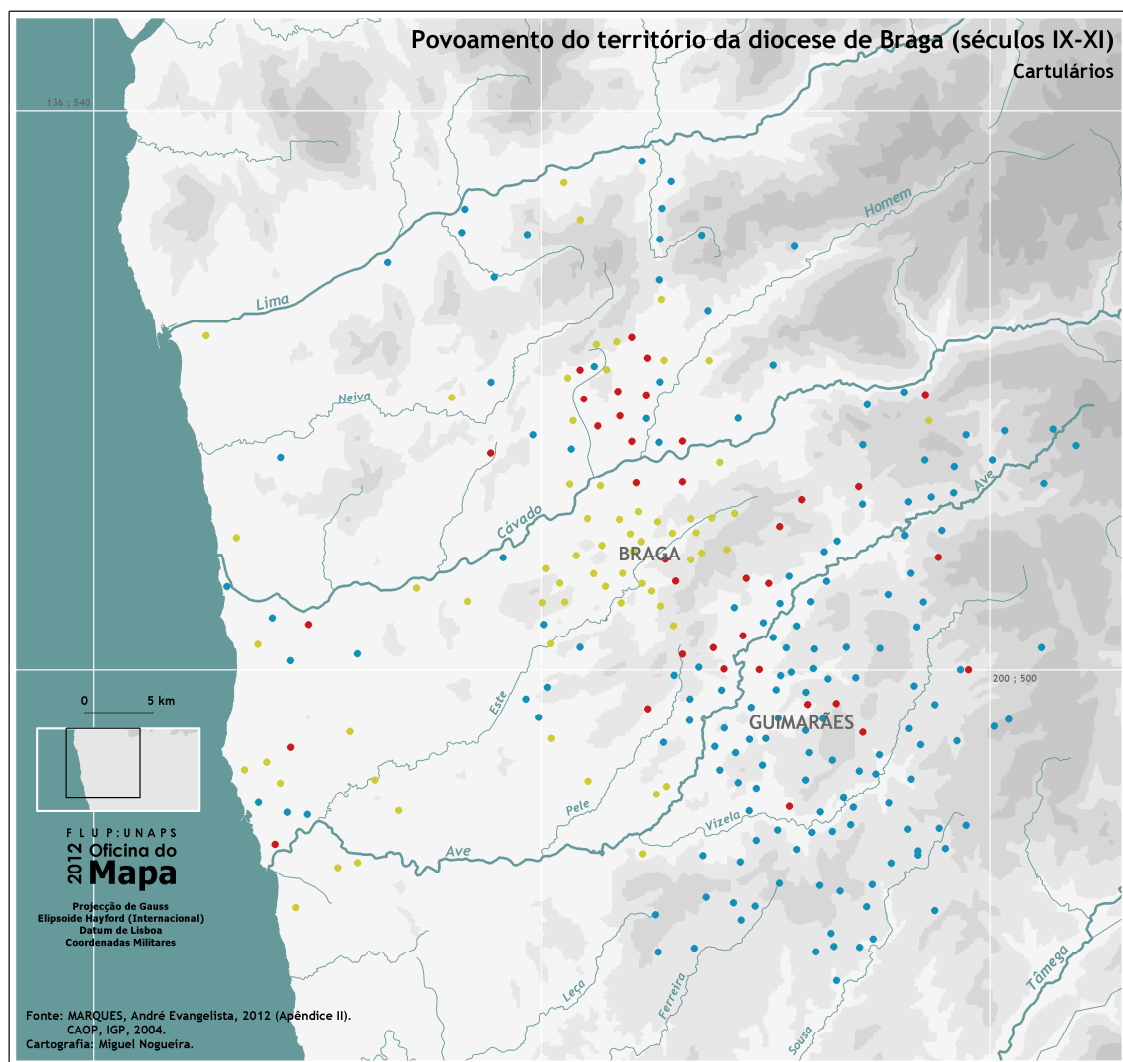
Não deve, no entanto, esquecer-se o já referido papel de lugar-central desempenhado por Braga, verdadeiro centro geométrico do Entre-Douro-e-Minho, na construção de uma unidade que foi gradualmente capaz de articular um território mais amplo. Fazendo eco ainda da centralidade assumida pela sede metropolitana e pela autoridade pessoal do bispo, características da estruturação diocesana da Antiguidade Tardia¹⁰⁰, mas em virtude sobretudo da concentração do poder episcopal e senhorial dos bispos no aro envolvente da cidade, na sequência da restauração de 1071, é o território estritamente *bracarense*, mais directamente ligado e dependente de Braga, aquele que as fontes dos séculos IX a XI conservadas no cartório diocesano (e, muito particularmente, no LF) melhor retratam. O facto de estes documentos mais antigos terem dado entrada no arquivo da Sé como peças justificativas da posse de bens integrados no domínio da diocese torna evidente a vinculação directa entre a geografia deste domínio e a da documentação conservada.

estritos limites traçados. As referências a estes lugares forâneos não foram fichadas (pelo que não constam do Apêndice II), mas ficaram assinaladas no campo Obs. da respectiva ficha de documento, no Apêndice I, sob a expressão “REFS. NÃO FICHADAS”.

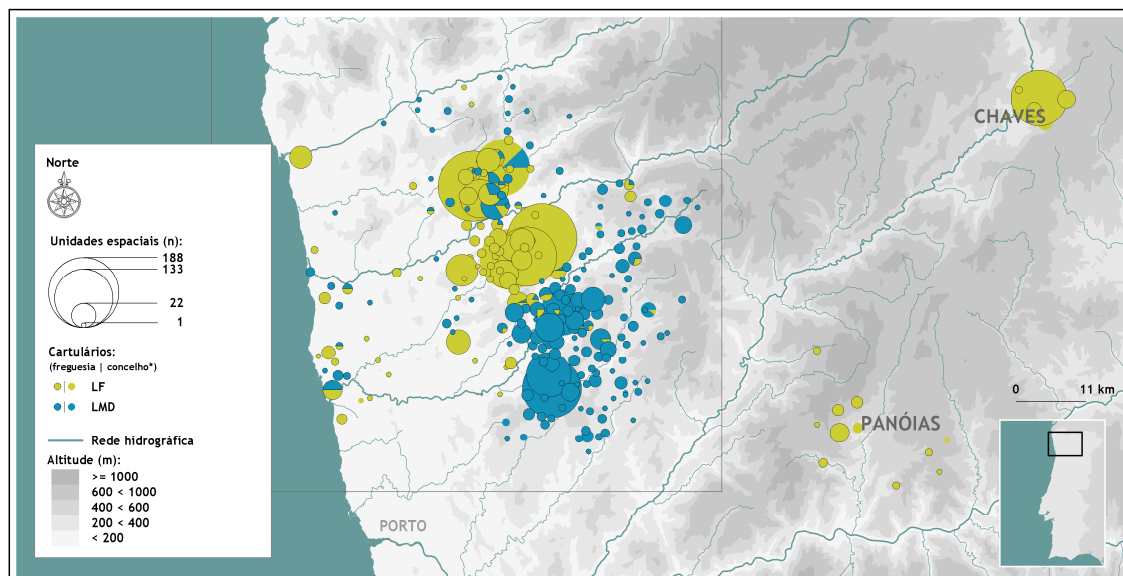
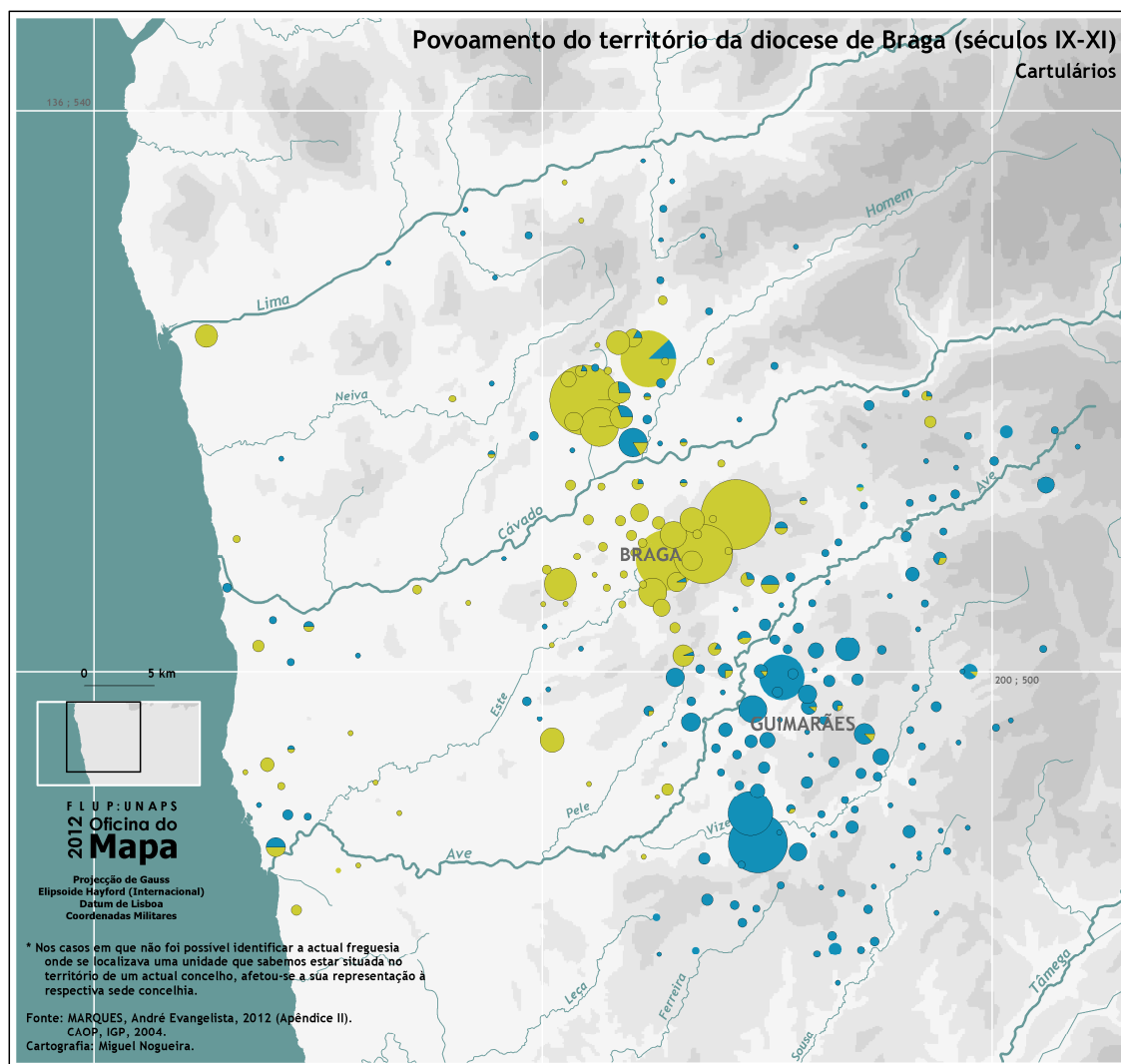
⁹⁸ Apêndice I, doc. 381.

⁹⁹ Um exemplo do que dizemos encontra-se no Apêndice I, un. 2340: uma *Villa Nova* provavelmente correspondente ao l. homónimo da f. Pias, c. Lousada (que nenhuma fonte medieval ou pós-medieval atribuiu alguma vez à diocese de Braga), mas que é confinante com a f. Macieira e com o l. Mós da f. Silveiras do mesmo concelho (v. Apêndice II, un. 2340 – Observações), duas freguesias que só passaram para a diocese do Porto em 1882, embora em rigor não saibamos se estiveram ou não dependentes de Braga durante o período anterior ao século XII.

¹⁰⁰ Discute-se ainda se Braga terá assumido as funções de metropolita da *Gallaecia* ainda no século IV ou se estas terão cabido inicialmente a Astorga e passado para Braga apenas no século V, depois das invasões germânicas (DÍAZ MARTÍNEZ, 2000 – «El reino suevo...»: 403, nt. 3).



Mapa 3 – Actuais freguesias onde foi possível identificar unidades espaciais documentadas nos cartulários analisados (LF e LMD)



Mapa 4 – Distribuição das unidades espaciais documentadas em cada um dos cartulários analisados (LF e LMD)

Se, no entanto, recorrermos a outro indicador da construção territorial, como seja a autoridade eclesiástica (e já não estritamente dominial) dos prelados bracarenses sobre as igrejas e mosteiros da diocese, traduzida, no plano fiscal, pela imposição de jantares e/ou dádivas, na origem de uma importante lista de igrejas comumente designada por *Censual de Entre-Lima-e-Ave*¹⁰¹, facilmente concluiremos que o núcleo central da diocese abrangia claramente o conjunto do território demarcado por estes dois rios¹⁰². Apesar de uma desigual distribuição dos templos arrolados pelo conjunto do território, com uma evidente concentração no sector central, sobretudo em torno de Braga, uma rarefacção na faixa litoral e uma quase completa ausência de igrejas no interior montanhoso, a verdade é que a cartografia dos templos referidos no documento evidencia uma notável dispersão pelo *conjunto* do território demarcado por ambos os rios¹⁰³. A que deve acrescentar-se o território de Entre-Ambas-as-Aves (entre os rios Ave e Vizela), de firme implantação do domínio do mosteiro de Guimarães até finais do século XI, e talvez por isso ausente do *Censual*, sobre o qual a autoridade dos bispos de Braga se estendia igualmente.

É certo que este documento não deve ser entendido como um mero testemunho do exercício da autoridade episcopal, mas antes como uma “declaração de intenções”, uma tentativa de afirmação dessa autoridade, com o objectivo de «legitimar, regularizar e generalizar uma prática fiscal», como notou L. C. Amaral¹⁰⁴. No entanto, resulta evidente a centralidade do Entre-Ave-e-Lima (senão mesmo do Entre-Ave/Vizela-e-Lima) na concepção do território diocesano construída, a partir do centro, pelos prelados bracarenses. Como observou o mesmo autor, ao notar a importância, para Braga, da “região central do Entre-Douro-e-Minho”, «era este o espaço que circundava a urbe episcopal, que conhecia uma importante rede de povoamento e que dispunha de um

¹⁰¹ Apêndice I, doc. 400. Este documento foi atribuído pelo seu ed. ao episcopado de D. Pedro, mais concretamente ao intervalo [1085-1089/91], com base num conjunto de argumentos que não nos parece suficiente para excluir uma datação da primeira metade do século XII.

¹⁰² Área correspondente a «pouco mais de um sétimo do espaço diocesano» (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 325).

¹⁰³ V. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 345, Mapa 15. A primeira representação cartográfica desta informação deve-se a A. de J. da COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: Apêndice Documental, Mapa n.º 2 (também anexo à p. 70), embora o autor tenha cartografado conjuntamente os templos referidos neste censal (BDP, I) e num outro, relativo às Terras de Guimarães e de Montelogo, datado já de 1259 (BDP, II) mas que considerou ter-se baseado numa lista coeva do anterior; uma interpretação que se nos afigura discutível. Seja como for, a imagem que resulta deste mapa não corresponde exactamente ao *Censual de Entre-Lima-e-Ave*, pelo que é preferível utilizar antes o mapa apresentado pelo primeiro autor citado.

¹⁰⁴ AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 348-49.

cerrado enquadramento eclesiástico, que conhecia desde há muito um significativo desenvolvimento agrário e onde se reunia o essencial do património fundiário catedralício»¹⁰⁵. Percebe-se assim que aquela centralidade não era estritamente administrativa nem tinha uma manifestação meramente documental, antes decorria de uma apropriação mais densa e de uma organização mais complexa do espaço, traduzidas desde logo numa malha eclesiástica mais apertada e na existência de um conjunto de templos construídos com maior sofisticação¹⁰⁶, indicador claro de uma maior capacidade de criação de excedentes económicos canalizáveis para essa construção¹⁰⁷. Uma imagem que é, de resto, confirmada pelos diversos vestígios materiais que se conservam da Antiguidade Tardia¹⁰⁸.

¹⁰⁵ AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 325-26.

¹⁰⁶ Se atentarmos, por exemplo, na amostra de vestígios escultórico-arquitectónicos de templos pré-românicos estudada por M. Barroca, na qual se integram todos os ajimezes, gelosias e modilhões de rolos que o autor pôde identificar na área dos actuais distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto (o conjunto do Entre-Douro-e-Minho, portanto), facilmente se conclui que o Entre-Ave-e-Lima constitui a zona de maior densidade deste tipo de vestígios (BARROCA, 1990 – «Contribuição para o estudo...»: mapa da p. 102). Ainda que a total ausência a sul do Ave e no espaço transmontano (e mesmo a quase ausência a Norte do Lima), que o autor constata mas não explica propriamente (*ibidem*, p. 121), obrigue a relativizar a importância destes vestígios como indicador da malha de igrejas pré-românicas. No que diz respeito aos ajimezes (a tipologia cujos vestígios são mais numerosos), é possível distinguir dentro daquela zona de ocorrência «notórias concentrações em dois pólos: por um lado um núcleo junto do Lima, corporizado por Santa Maria e Santa Leocádia de Geraz do Lima, Vitorino dos Piães e Mondim, por outro uma notável concentração em torno do eixo Braga-Guimarães e suas áreas de influência, uma zona de importância vital para o estudo do nosso pré-românico» (*ibidem*, p. 120). Já no que respeita à epigrafia identificada no Entre-Douro-e-Minho entre os séculos X e XI (do século IX conhece-se apenas uma inscrição na região), é sobretudo notória a concentração na margem esquerda do Cávado, em torno da cidade de Braga (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, III: 99, mapa 3). Tendo em mente que a maior parte das epígrafes conhecidas deste período são comemorativas da sagração e/ou obras de igrejas (v. *infra* Parte I, §4.1.4.), este é mais um indício do dinamismo da malha eclesiástica no coração da diocese. Registe-se, contudo, que logo no século XII é possível identificar «significativas concentrações ao longo dos vales dos rios Lima, Cávado e Ave» (*ibidem*, I: 48; III: 100, mapa 4), isto é, em toda a zona central da diocese bracarense.

¹⁰⁷ É certo que os vestígios escultóricos referidos na nota anterior estariam, a maior parte das vezes, associados a edifícios bastante simples: «Os templos para onde as peças que estudamos foram concebidas deviam ser estruturas simples, com uma grande austeridade e sobriedade, onde dominava uma certa pobreza nas gramáticas decorativas» (BARROCA, 1990 – «Contribuição para o estudo...»: 141-42). No entanto, é evidente que o cuidado posto na decoração destas peças traduz uma preocupação estética que, por certo, distinguiria esses templos de uma mole de outros mais frustes. Sobre os processos de acumulação de riqueza que estão na raiz da construção das igrejas em geral, particularmente evidente no extremo NO (galego) do reino asturiano desde o século IX, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 55; 1999 – «Organización del espacio...»: 36 e AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 175-76. Este autor põe a tónica nas dinâmicas internas de crescimento agrário e estruturação do povoamento, factores que nos parecem bem mais ponderosos, para explicar o «surto construtor de templos e mosteiros que passaram a assumir-se como um elemento importante na ordenação da paisagem rural das zonas cristãs do norte peninsular», do que a acumulação de riqueza proporcionada pelo saque em terras muçulmanas, sublinhada por A. ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: 130 (onde se encontra a passagem citada), 214.

¹⁰⁸ V. o mapa intitulado “O Norte de Portugal no período suevo-visigótico (sécs. V-VII)”, em que L. Fontes cartografou (já em 1992), entre vários outros elementos: os núcleos de “habitat não urbano”, os

A inclusão no corpus em análise dos documentos copiados no LMD do mosteiro de Guimarães permite ultrapassar largamente o perímetro da diocese de Braga, na medida em que a área de influência do cenóbio vimaranense veio a estender-se, logo em meados do século XI, a um território mais vasto, desde a Galiza até à região de Coimbra, com prolongamentos para o interior beirão na zona de Riba Coa, como se deduz do amplo inventário do património do mosteiro redigido em 1059¹⁰⁹. No entanto, também neste caso, do inventário em particular, e do conjunto de escrituras copiadas no cartulário, emerge claramente a importância do território de Entre-Ambas-as-Aves na ancoragem do domínio fundiário e senhorial do mosteiro¹¹⁰.

Ou seja, se a realidade documental não resulta já, no caso de Guimarães, num decalque rigoroso do território diocesano em construção, nem por isso deixa de confirmar a centralidade do Entre-Ave/Vizela-e-Lima como território-chave da diocese. Aquele para o qual dispomos de mais abundante informação documental e que se destaca claramente pela maior densidade de ocupação e organização do espaço, sobretudo na faixa central das colinas e plainos delimitada pelas terras planas do litoral e pelas montanhas interiores. É difícil avaliar até que ponto esta maior densidade explica aquela abundância documental ou resulta precisamente dela. Mas parece evidente a ligação íntima entre ambos os fenómenos, que, como tantas vezes acontece, terão provavelmente funcionado como causa e consequência um do outro. Dificilmente poderíamos encontrar um testemunho (quase) coevo mais eloquente da clivagem cultural e territorial entre o coração do Entre-Douro-e-Minho e as montanhas interiores (com o seu prolongamento para Trás-os-Montes) do que os termos em que o autor da *Vita Sancti Geraldi*, D. Bernardo, se refere às populações montanhesas que S. Geraldo, pressentindo a morte, terá escolhido evangelizar¹¹¹.

templos, e aquilo a que chama “elementos arquitectónicos” (FONTES, 1992 – «O Norte de Portugal...»: 232-33). É particularmente notável a densidade dos primeiros e dos últimos em todo o Entre-Ave/Vizela-e-Lima e a concentração dos templos no território envolvente de *Bracara Augusta*.

¹⁰⁹ Apêndice I e I.A, doc. 381.

¹¹⁰ Sobre a geografia do domínio vimaranense em 1059, v. RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: Mapa n.º 4, em que fica bem patente a densidade das propriedades do mosteiro nos territórios situados imediatamente a Norte e a Sul de Braga: nas zonas dos actuais concelhos de Vila Verde (com apreciável concentração na margem direita do rio Homem, em particular no seu curso terminal) e de Guimarães, com os bens do mosteiro a dispersarem-se por todo o Entre-Ave-e-Vizela; o que contrasta com a completa ausência de propriedades na zona do actual concelho de Braga, com excepção do mandamento de Padralva, já no limite oriental deste concelho.

¹¹¹ «Beatus itaque Geraldus terminum depositionis suae jam appropinquare in spiritu praevidens, gentem incultam in montanis demorantem dignum duxit visitare, ut populus ille rudis, qui Pontificis praedicationem nequaquam audire consueverat, sanctificationis doctrinam et sacrae confirmationis

Resulta assim evidente a concentração do nosso trabalho, por manifesta determinação da realidade documental, na zona central do Minho (o Entre-Ave/Vizela-e-Lima), um quadro *infra-regional* (quebrado apenas pelas pontuais e tardias referências aos territórios de Chaves e Panóias), que contrasta com a dimensão *supra-regional* já apontada ao território da diocese de Braga (v. Mapa 4). Não surpreende a tónica posta nesta escala *infra-regional*, precisamente a que adoptaram alguns dos mais importantes estudos “regionais” (de cronologia tardo-medieval) produzidos no nosso país nas últimas décadas¹¹². E, de resto, a escala que vêm adoptando os recentes, e ainda escassos em Portugal, estudos de arqueologia da paisagem, cuja reconstituição minuciosa exige uma escala de análise bem menor do que a que tradicionalmente adoptaram os estudos *históricos* propriamente ditos¹¹³. Convém, no entanto, precisar que esta zona *central* do Minho não deve ser confundida com uma qualquer *sub-região*, homóloga a outras integradas num mesmo quadro regional, como sugere a definição do conceito formulada por S. Conde¹¹⁴, mas antes como o território verdadeiramente estruturante da região minhota. Como já notou H. Lautensach, a propósito dos “critérios de divisão regional”, «(...) a maior parte dos limites são, na realidade, faixas de transição de largura variável. O que caracteriza uma região não se determina fundamentalmente pela observação da

inunctionem ab eo susciperet» (SS: 57, §18). Note-se todavia o carácter tópico das circunstâncias e do lugar em que ocorre a morte de S. Geraldo. Como observou A. A. Nascimento, o prelado morre, tal como S. Martinho (de Tours), segundo o relato de Sulpício Severo, «no exercício do apostolado, longe de sua casa» (NASCIMENTO, 2011 – «A Vita S. Geraldi...»: 204, nt. 19). Sobre a datação da Vita de S. Geraldo, para a qual têm sido avançadas diversas propostas, todas com cabimento num intervalo que se estende entre a morte do prelado (1108) e a do seu biógrafo, o bispo D. Bernardo de Coimbra (1146), v. os artigos recentes de A. A. NASCIMENTO, 2011 – «A Vita S. Geraldi...» e J. SOALHEIRO, 2011 – «A canonização de São Geraldo...».

¹¹² COELHO, 1989 – *O Baixo Mondego...*; CONDE, 2000 – *Uma paisagem humanizada...* (Médio Tejo), para citar apenas os trabalhos de maior fôlego. Para uma lista completa dos estudos regionais (*infra-* e *supra-*regionais, que também os há) sobre o Portugal medieval, v. AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 311 e ss.; a completar, para a historiografia rural em geral, por COELHO, 2000 – «Balanço sobre a história rural...»: 28-29, 32.

¹¹³ TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*; VIEIRA, 2004 – *Alto Paiva: povoamento...*; LOURENÇO, 2007 – *O povoamento alto-medieval...* (território entre os rios Dão e Alva); e TENTE, 2007 – *A ocupação alto-medieval...* (encosta noroeste da Serra da Estrela). Para uma lista (pouco) mais extensa de projectos de investigação arqueológica sobre a paisagem e o povoamento do Norte cristão, alguns dos quais estão ainda por publicar, v. FERNANDES, 2005 – «Arqueologia medieval...»: 153-54.

¹¹⁴ «(...) o quadro mínimo inteligível parece-nos ser, exactamente, a pequena unidade regional – a sub-região, tal como a definiremos de seguida – algo polarizada e coesa, inserta num quadro territorial – e de organização de poderes – mais amplo»; «A ideia de *sub-região* que deriva daquele [conceito de região], aponta, por conseguinte, para um nível inferior dentro da mesma taxinomia, comportando, porém, centralidades menores, algo vincadas, que actuam divergentemente em relação ao pólo ordenador regional. Assinala-se, porém, que nem sempre a polarização sub-regional é bem vincada, sendo a respectiva identidade territorial pouco consistente, nesses casos» (CONDE, 2000 – *Uma paisagem humanizada...*, I: 20, 21).

periferia mas, sim, do núcleo»¹¹⁵. De facto, o território de Entre-Ave/Vizela-e-Lima constitui não apenas a zona *central* do Minho como aquela que define as características geo-históricas arquetípicas normalmente atribuídas ao conjunto da região, apesar da enorme variedade que a caracteriza¹¹⁶.

¹¹⁵ RIBEIRO; LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1232.

¹¹⁶ «O Minho é, pois, uma região relativamente pequena, mas de grandes contrastes e com uma enorme variedade de situações. O que se costuma dizer para o conjunto é verdade propriamente para a parte central, isto é, para os vales médios e inferiores do Lima, Cávado e Ave, ou seja para a sub-região habitualmente chamada Baixo Minho; mas também se aplica a todo o Douro Litoral não abrangido pela área propriamente metropolitana do Porto» (MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 107). Note-se, contudo, que na proposta de divisão do território português em 23 unidades de paisagem apresentada por O. Ribeiro em 1945, o Minho aparece dividido em apenas duas unidades, a que o autor atribui as designações de “Entre Douro e Minho” (abrangendo o grosso do território regional, desde a orla marítima ao interior montanhoso) e “Montanha do Minho” (estreita faixa NE da região) (RIBEIRO, 1998 – *Portugal, o Mediterrâneo...*: 188-89, Mapa VI).

4. Pressupostos histórico-geográficos: a imagem arquetípica da paisagem e do povoamento minhotos

A generalidade dos textos de cariz histórico ou geográfico que se referem ao Minho, enquanto região, concorda na afirmação de um conjunto de traços identificadores que hoje, como no passado, o distinguem de outras regiões portuguesas. Emerge a imagem de uma região dominada por duas características essenciais: a fertilidade agrícola e a densidade demográfica, intimamente ligadas (como causa e consequência, a um mesmo tempo) entre si¹¹⁷, e das quais resultou uma paisagem também ela densa e complexa¹¹⁸. Embora a citação seja longa, dificilmente alguém terá explicado melhor do que J. Mattoso e S. Daveau o concurso de factores físicos e humanos que está na origem desta paisagem e daquelas características:

«A fertilidade do solo (...) não resulta apenas da abundância de águas, que as massas de ar marítimo condensadas no seu encontro com as serras renova constantemente (o Minho é a província portuguesa com pluviosidade mais alta). Deve-se notar, até, que a acentuada «lavagem» dos solos é um factor de empobrecimento. O que acontece é que a curta duração do Estio seco – reduzido a cerca de um mês nas terras dos vales e a praticamente nenhum nas da montanha – impede as fontes e ribeiras de secarem e garante sempre o recurso a uma rega abundante. É por isso que o Minho se pode considerar a única região portuguesa verdadeiramente não mediterrânica. Só aí é que as árvores podem crescer à vontade e as suas raízes penetram profundamente na terra. Só aí é que os jardins se cultivam sem esforço e se vêem frondosas «bouças» por toda a parte.

«Além disso, a mítica fertilidade minhota resulta também da decomposição das rochas graníticas cujos detritos atapetam as largas rechãs que entrecortam as vertentes dos vales abertos pelos rios da região: o Minho, o Lima, o Cávado, o Ave, o Sousa e o Tâmega. De facto, encontram-se no Minho lugares dotados de uma fertilidade extraordinária, onde a agricultura intensiva se pratica há muitas centenas de anos com uma produção excelente, e que por isso puderam sempre sustentar uma população muito densa»¹¹⁹.

¹¹⁷ «A fertilidade da terra, sobretudo nos vales da «ribeira», atrai os homens e permite a sua concentração e a sua multiplicação. A densidade da gente, por sua vez, obriga a criar toda a espécie de actividades de subsistência, a inventar novas culturas, a diversificar o trabalho. Assim foi desde sempre» (MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 108).

¹¹⁸ V., a título de exemplo entre os trabalhos de síntese que recolhem estas imagens: CORTESÃO, 1995 – *Portugal: a Terra...*: 25 e ss.; RIBEIRO, 1995 – «Uma Região Portuguesa...»: 259 e ss.; MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 99 e ss.

¹¹⁹ Prosseguem os autores: «Mas não se pode esquecer que esta fertilidade é, em grande parte, obra humana. Os camponeses incorporam incessantemente nos solos cultivados todos os detritos fornecidos pela agricultura, o estrume do seu gado e a «manta morta» (solo orgânico superficial) colhida nos espaços não cultivados. Por isso é para eles tão importante poderem dispor de «bouças» ou terrenos de brávia,

Dadas como adquiridas as potencialidades agrícolas e demográficas da região, o que não significa a *activação* constante de ambas ao longo do tempo (períodos terá havido em que, mercê de factores conjunturais, uma e/ou outra não se terão concretizado plenamente, apesar das possibilidades de base), o que aqui mais importa ressaltar é a persistência daquelas imagens de densidade e complexidade da paisagem minhota. Persistência que remonta, pelo menos, ao momento em que as fontes escritas de que dispomos se tornam suficientes, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, para que possamos construir uma descrição minimamente consistente dessa paisagem, assente na verificação de um número suficiente de casos, à escala local, para permitir o desenho de uma imagem global válida para a região.

Esse quadro mínimo de fontes só se encontra reunido a partir dos séculos finais da Idade Média, com destaque para as actas das Inquirições gerais de 1220 e, sobretudo, para as de 1258, que cobrem uma parte importante do território regional. O facto de estes inquéritos versarem, em primeiro lugar, o levantamento dos bens e direitos régios na região converte-os em fontes essenciais para o estudo da propriedade da terra, do regime senhorial, da produção económica, da organização militar e eclesiástica e até para o cômputo da população, problemas tratados pela maior parte dos autores que os estudaram. Mas limita as suas potencialidades para o estudo da paisagem, tanto em virtude de uma insuficiente cobertura geográfica quanto pela escassez ou mesmo ausência de informação sobre determinados sectores da paisagem rural; apesar de dispormos já de um conjunto de importantes trabalhos da autoria de I. Gonçalves sobre o coberto arbóreo, as terras de cereal e os espaços silvestres ocupados por animais selvagens na região, que tomaram por base documental exclusiva as Inquirições de

complementos indispensáveis dos campos que cultivam intensamente. É o que se passa, por exemplo nos chamados «alvéolos» do vale do Ave, como o de Bougado, nos muitos lameiros que se encontram em todos os vales fluviais ou nas confluências «mesopotâmicas» como entre os rios Homem e Cávado e entre o Ave e o Vizela.

«Logo que se passa para solos com uma composição diferente, em que predomina o xisto, a fertilidade do solo diminui e a densidade populacional rarefaz-se, a não ser que aí se tenha implantado uma estrutura urbana. Em áreas mais altas e acidentadas, mesmo de solos graníticos, como acontece, por exemplo, nas serras de Arga, entre Lima e Minho, e na serra do Soajo, a montante do Lima, predominam grandes extensões de solo inculto ou de floresta, muito menos povoadas do que a maioria da região. É o que acontece também, obviamente, nas encostas de pendor mais acentuado e nos cimos das serra da Peneda e do Gerês. Saindo do fundo das bacias abertas pelos rios, as vertentes depressa se tornam íngremes, mesmo em altitude moderada. A pluviosidade excessiva das serras e as baixas temperaturas impedem de aí praticar a agricultura intensiva tão característica das «ribeiras». Há uma brusca transição entre o mundo da «ribeira» e o mundo da «montanha». E todavia são ambos complementares. A serra, onde aparecem alguns lugares planos – as «chãs» –, propícios à pastagem, cria gado *vacum* que depois irá trabalhar nos vales, e recolhe as vacas no Verão, quando não há para elas espaço nem tempo nos vales» (MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 104, 106).

1258¹²⁰. Ainda que estes estudos se ocupem sobretudo da distribuição regional dos diversos elementos florísticos (cereais, espécies florestais e fruteiras) e faunísticos (animais selvagens) definidores de espaços específicos, pelo que se aproximam mais da geografia locativa do que propriamente da análise morfológica da paisagem.

Com efeito, há que esperar pelos séculos XV e XVI para encontrarmos fontes documentais capazes de nos oferecerem descrições particularmente detalhadas de paisagens locais específicas. O que implica reconhecer, desde já, a impossibilidade de construir uma descrição global da paisagem minhota, em toda a sua extensão territorial e complexidade interna, para o período aqui em análise com base apenas na documentação escrita. De qualquer forma, as imagens de densidade e complexidade são precisamente a marca distintiva que emerge dessas fontes dos séculos XV e XVI. Um bom exemplo será o tombo (redigido em 1498) em que são descritos os bens anexados à capela instituída por António Domingues na igreja paroquial de S. Pedro de Ferreiros (c. Braga) em 1381, modelarmente estudado por I. Gonçalves¹²¹. Depois de uma análise detalhada da abundante informação recolhida (“com cuidado”) pelo redactor do tombo, «tanto no que se refere à habitação camponesa, com todos os anexos necessários ao funcionamento da exploração agrícola, como às terras que constituíam essa mesma

¹²⁰ GONÇALVES, 1996 – «A árvore na paisagem...»; 1999 – «Sobre o pão medieval...»; 2006 – «Espaços silvestres...». A autora não deixa, contudo, de reconhecer aquelas limitações: «Como é do conhecimento geral, o primeiro objectivo destes inquéritos era realizar o inventário de todos os interesses que o rei detinha em cada lugar inquirido, revestissem eles forma de propriedades, rendas, direitos, padroados de igrejas. Deste modo, a informação chegou-nos condicionada por aqueles interesses e sempre na sua esteira. Quando se pretende, como nestes casos, conhecer um espaço em qualquer das suas vertentes, ele mostra-se-nos, esse espaço, na medida da sua apropriação pelo rei. Isto é, as terras imunes – e o caso do couto de Braga é, neste sentido, paradigmático – quedam-se impenetráveis, ou quase, aos nossos olhos. Mas também os reguengos, os alódios, alguns bens da Igreja sujeitos ao pagamento de qualquer foro, os bens próprios dos camponeses desvendam-se apenas na medida em que isso serve os interesses régios. É assim que alguns dos seguintes textos, e em termos comparativos, não puderam beneficiar de um suporte informativo tão rico como seria para desejar. É o caso dos trabalhos que intitulei “A árvore na paisagem rural do Entre-Douro-e-Minho” e “Espaços silvestres para animais selvagens no Noroeste de Portugal”, realidades que passavam bastante à margem de quanto el-rei pedia aos minhotos da época. Mas num caso como no outro, a riquíssima micro-toponímia da região, tão miúda e sugestiva, resultou um auxiliar precioso» (citação recolhida na Introdução a um volume ainda inédito que reúne diversos estudos de I. Gonçalves sobre o Entre-Douro-e-Minho construídos exclusivamente com base nestas fontes – agradecemos à autora a possibilidade de ler e citar este texto); no mesmo sentido, v. as observações de A. Andrade a propósito da recolha de informação levada a cabo no Entre-Lima-e-Minho pelos inquiridores da *primeira alçada* (ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: 263, nt. 63, 288).

¹²¹ GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: «Este tombo encontra-se, em conjunto com outros, em A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, nº 272, ocupando a parte correspondente à capela de Ferreiros os fl. 356v.º-383» (*ibidem*, p. 10, nt. 10).

exploração»¹²², a autora conclui o seu estudo com um parágrafo bem revelador das imagens dominantes a que nos vimos referindo:

«Ficam assim delineados alguns traços de uma paisagem complexa, onde as construções se multiplicavam a pontuar todo o espaço, onde as diversas culturas se imbricavam, se ladeavam, onde a árvore podia surgir em toda a parte, onde a vinha subia com ela, na ânsia do sol e na rejeição da terra húmida. Uma paisagem desorganizada, ou, talvez melhor, organizada à ínfima escala da exploração camponesa e a partir de tantos pontos quantas essas explorações. Um terrado agrícola individualista, a interessar apenas a família que o cultivava. Era a multiplicidade de pólos organizadores do espaço que se atropelavam, que se sobrepunham»¹²³.

Poucas décadas mais tarde, é a mesma imagem que ressalta da descrição feita pelo Doutor João de Barros da comarca de Entre-Douro-e-Minho, objecto da sua *Geographia* (1548): «Respeitando eu as outras terras e uendo a distancia desta ser tão pouca e de tanta gente e de tanta Renda, de tanta frescura, de tantas antiguidades e de tantas uilas, Castelos, Lugares, mosteiros, Igrejas, quintas pouoaçoins, Rios, fontes, cerrados, jardins e cousas semelhantes, facilmente pode conieiturar que esta parte he como hua flor de todas as outras de Espanha e coasi hum Elisio campo ou paraíso das delisias»¹²⁴. Descontando o tom encomiástico e o acento posto na fertilidade, um *topos* perfeitamente expectável no que constitui uma espécie de preâmbulo da obra¹²⁵, a impressão dominante que fica é, mais uma vez, a da densidade da paisagem minhota.

Já nos nossos dias, numa notável reflexão sobre o trabalho de campo antropológico que desenvolveu, entre os anos finais da década de 1970 e os inícios da seguinte, em duas freguesias do concelho de Ponte da Barca (que identifica apenas através de pseudónimos), J. de Pina Cabral capta ainda uma mesma imagem, que parece ter permanecido incólume entre os finais do século XV e as últimas décadas do século XX. E capta-a, note-se, numa zona *periférica* da região, como é o Alto Minho: «Fica-me uma imagem da enorme complexidade espacial das zonas habitadas do Alto Minho: as leiras dão lugar a adros ou a terreiros, ambos cobertos de ramadas e pontuados por árvores, debaixo das quais se alargam as medas de palha ou se adelgaçam as moreias de

¹²² GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: 12.

¹²³ GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: 46.

¹²⁴ BARROS, 1548 – *Geographia d'entre Douro...*: 3.

¹²⁵ E, de resto, repetido em outros textos do género redigidos pela mesma altura, de que é um bom exemplo a *Descrição* feita por Rui Fernandes do terreno em redor de Lamego (FERNANDES, [1531-1532] – *Descrição do terreno...*).

cana de milho; em torno destas levantam-se muros de todos os tamanhos e alturas que, cobertos por telhas e esculpidos por portas e janelas, acabam por ser casas»¹²⁶.

Afirma-se, assim, uma longuíssima persistência destas mesmas imagens que, naturalmente, não remontam apenas ao final da Idade Média, antes mergulham raízes nos séculos altomedievais, como parecem sugerir alguns documentos incluídos no nosso corpus que se revelam particularmente elucidativos da organização de determinadas paisagens locais, fornecendo-nos quase como que imagens cadastrais¹²⁷. Por isso, não será forçado afirmar que é verdadeiramente de *estrutura* que falamos quando sublinhamos a densidade e a complexidade da paisagem minhota, a que deve acrescentar-se as imagens de um minifúndio “estrutural”¹²⁸ e de um povoamento tendencialmente disperso que, sendo dominante na actualidade¹²⁹, é já verificável nos séculos finais da Idade Média¹³⁰ e foi frequentemente retroprojectado até tempos mais recuados¹³¹.

¹²⁶ CABRAL, 2008 – *Aromas de urze...*: 18. Os resultados *científicos* daquele trabalho de campo foram recolhidos na tese de doutoramento do autor: Idem – *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989. Já o livro de que recolhemos a citação transcrita, que o autor classifica como um “ensaio de etnopoética”, constitui um exemplo originalíssimo e extremamente bem conseguido de uma tentativa de «relato de uma outra verdade (...). Algo que não é factual nem ficcional e que os parâmetros «realistas» da narrativa científica remetem para a sombra: a experiência vivida, a catálise efectuada por essa sociedade na personalidade e na visão do mundo do investigador» (CABRAL, 2008 – *Aromas de urze...*: 11).

¹²⁷ Entre outros que seria possível citar, v. Apêndice I, doc. 13 (o acordo de partilha com que terminou um litígio entre os bispos D. Nausto de Coimbra e D. Sesnando de Iria-Compostela por causa da posse da igreja e villa de S. Eulália de Águas Santas (f. Rio Covo (S. Eulália), c. Barcelos), minuciosamente estudado, com vista à reconstituição da paisagem, por C. A. F. de ALMEIDA, 1970 – «Ainda o documento XIII...»); e doc. 390 (um inventário das propriedades do mosteiro de Guimarães em Vilarinho, c. Santo Tirso).

¹²⁸ A expressão é de L. C. Amaral, que explica a escassa dimensão da esmagadora maioria das propriedades adquiridas pela Sé de Braga no tempo do bispo D. Pedro aludindo ao «cenário de minifúndio tão estrutural na História do Entre-Douro-e-Minho. Como não podia deixar de ser, o senhorio de Braga reflectia totalmente e beneficiava, nesta primeira fase, do tipo de exploração económica e de povoamento estabelecidos na região: uma multiplicidade de rendimentos e de pequenos, médios e grandes prédios, espalhados por uma área considerável, não sendo fácil, para já, vislumbrar no espaço as capacidades ordenadoras da diocese» (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 268).

¹²⁹ «Acompanhando a divisão da propriedade, é grande a dispersão do povoamento: quase não há aldeias mas uma poeira de casas esparsas no meio de campos, prados e matas, que aqui e além se juntam em lugarejos de poucos fogos» (RIBEIRO; LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1246).

¹³⁰ Como pôde verificar I. Gonçalves no já referido estudo do tombo da Capela de Ferreiros de 1498 (GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: *maxime* 13).

¹³¹ «À importante alteração do panorama populacional português que se verifica ao comparar as densidades regionais, em 1527 e em 1940, pode-se opor uma característica global mais permanente, que é o seu grau mais elevado no Noroeste, por comparação com todo o resto do país. Esta assimetria estável vem já, provavelmente, desde a Pré-História, mas fica em aberto a questão de saber qual foi o peso dos factores naturais que explicam este contraste fundamental» (MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010: 44-45). Para um exemplo desta longa retro projecção, com particular ênfase na “abundância de gentes” e na “ocupação intensa”, v. a panorâmica da história do Entre-Lima-e-Minho entre a Pré-História recente e o

Não é esta uma estrutura imutável, mas é de alguma forma persistente¹³². Mesmo se o Minho é, dentre todas, a região portuguesa do tempo curto por excelência, onde o dinamismo demográfico forçou sempre a mudança e a novidade, como notaram J. Mattoso e S. Daveau¹³³, a verdade é que uma tal estrutura persiste ainda. No cruzamento da terra e dos homens, do espaço e do tempo, acolheu sucessivas e muito diversas transformações, mas não desapareceu. E estará na raiz da complexidade miniaturizada característica da rede de poderes que se apropriaram e organizaram este território, e de que resultou a malha jurisdicional tradicionalmente densa e heterogénea que faz desta região, ainda hoje, «um complexo composto de localismos», como observa J. Gaspar¹³⁴. Assim se percebe como a paisagem é indissociável daquilo que, com todas as interrogações que sabemos defini-la, poderemos chamar *identidade*.

Mas, como todos os arquétipos, esta imagem da paisagem e do povoamento minhotos tem um valor mais identificador do que propriamente descritor. Condensa um conjunto de características dominantes, no espaço como no tempo, mas que estão longe de cobrir o território regional em toda a sua extensão e de atravessar toda a sua história. Corre, por isso, como todos os arquétipos, o risco da caricatura. Ao geógrafo ou historiador estudioso do Minho exige-se, portanto, o esforço de partir dessa imagem arquetípica para a aperfeiçoar, no confronto minucioso com os matizes da realidade espacial e temporal. Um trabalho preocupado, em última instância, com o estudo *histórico* da paisagem e do povoamento minhotos há-de necessariamente marcar como prioridade a análise dos matizes temporais: perceber até que ponto uma tal imagem dominante pode aplicar-se ao período em análise. É evidente a sua validade para a zona central da região em cronologias posteriores à que aqui se analisa. Mas isso não nos dispensa, antes obriga, a questionar essa validade para os séculos IX a XI. É evidente que falar-se de crescimento agrário (e demográfico) e em povoamento disperso (e

período visigodo, feita por A. Andrade num capítulo significativamente intitulado: “Permanências e Mutações” (ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: 53 e ss., *maxime* 67 e 94); e a panorâmica sugestiva mas impressionista que a autora construiu mais recentemente da organização do espaço em todo o NO português ao longo da Idade Média (ANDRADE, 2002 – « L’organisation de l’espace...»: *maxime* 98).

¹³² Para uma crítica das concepções fixistas de “estrutura”, que não reconhecem a importância do “movimento histórico” e dos “ritmos” que a constroem, v. GUERREAU, 2001 – *L’avenir...*: 223.

¹³³ «Ao contrário do que acontece noutras regiões do país, o Minho é dominado pelo «tempo curto». Não permanece quase imóvel como Trás-os-Montes. As gerações sucedem-se umas às outras e vão sempre criando qualquer coisa de novo. O Minho está em renovação constante como tudo o que é vivo. E todavia continua igual a si mesmo» (MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 140).

¹³⁴ GASPAR, 1993 – *As regiões portuguesas*: 59.

denso), como genericamente acontece no discurso histórico e geográfico sobre a região, aponta já para as imagens de densidade e complexidade da paisagem minhota a que nos vimos referindo. Mas não necessariamente. A análise de ambos os problemas terá de passar pelo questionamento da aplicação destas imagens ao período em análise.

Mas, para além destes matizes cronológicos, importa desde já sublinhar os matizes espaciais que é necessário introduzir em qualquer estudo sobre o Minho, independentemente da exacta cronologia. Como notavam J. Mattoso e S. Daveau no final da longa citação acima transcrita, e antes deles a generalidade dos autores que escreveu sobre a região, o Minho caracteriza-se pela dualidade entre a *Ribeira* e a *Montanha*¹³⁵. Trata-se de uma divisão que resulta, em primeiro lugar do relevo (a generalidade dos geógrafos aceita a barreira dos 600/700m como o limite entre os vales e a serra), mas à qual corresponde uma divisão bem mais profunda entre uma civilização agrária (nas terras baixas) e outra pastoril (nas terras altas)¹³⁶.

No entanto, para sermos mais rigorosos, esta divisão deve ser aprofundada numa tripartição. No Minho, a altitude aumenta progressivamente desde a plataforma litoral até ao interior montanhoso¹³⁷, com as fieiras de montanhas a seguir uma orientação NE-SO, permitindo a definição, em sentido longitudinal, de três zonas sucessivas: a plataforma litoral, as colinas e plainos que conformam os vales centrais e a montanha interior¹³⁸. É certo que as duas primeiras correspondem à *Ribeira*. No entanto, parece-

¹³⁵ MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 106; ALMEIDA, 1987 – *Alto Minho*: 129.

¹³⁶ Como escreveu O. Ribeiro, «o Minho clássico é o Minho dos vales, ou *Ribeira*: internando-se por eles, tornam-se as serras mais altas e mais próximas e a paisagem muda por completo. A 600 ou 700 m já o milho não é o cereal dominante, mas o centeio ou o milho alvo. O pinheiro rareia, substituído por tufo de carvalhos, castanheiros, e pelo videiro branco das montanhas. As marcas da presença humana são mais ténues no solo pobre: à poeira de habitações esparsas, sucedem lugares juntos e depois aldeias compactas, com exclusão completa da casa isolada, característica das terras baixas. Grandes surgências de rocha ou matos maninhos cobrem vastas extensões sem gente. A economia pastoril extensiva predomina sobre a agricultura.

«Também a organização do trabalho é diversa: a aldeia gera a vizinhança, o rebanho comum guardado à vez pelos donos (*vezeira*), a disciplina colectiva ou a *ajuda por ajuda* nos trabalhos agrícolas, ceifas, malhas, conservação de canais de rega, etc. (...)» (RIBEIRO; LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1248); no mesmo sentido se pronunciou MATTOSO, 2001 – *Identificação... – Oposição*: 76-77.

¹³⁷ «O Minho é um anfiteatro voltado para o mar», escreveu por mais do que uma vez O. Ribeiro (v., por todas, RIBEIRO; LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1243).

¹³⁸ O. Ribeiro distingue no Minho três “grandes divisões”: a “Orla litoral”, a(s) “*Ribeira(s)*” e a “*Montanha*” (RIBEIRO, 1995 – «Uma Região Portuguesa...»: p. 282-300). Estas divisões coincidem, grosso modo, com as três zonas de paisagem natural definidas por R. F. M. da Silva: a “Plataforma Litoral”, as “Colinas e Plainos” e a “Serra”, embora a delimitação que esta autora faz da “Serra” inclua altitudes menores do que as que O. Ribeiro integra na “Montanha” (SILVA, 1983 – «Contraste e Mutações....», mapa da p. 11).

nos ter sentido individualizar a plataforma litoral não apenas em virtude da sua especificidade geomorfológica, mas sobretudo pelo facto de esta ser uma zona menos densamente povoada no período aqui em análise, segundo a generalidade dos indicadores fornecidos pela documentação¹³⁹, e porque ainda hoje «a orla marítima distingue-se por uma economia rural mais simples»¹⁴⁰.

Paralelamente a esta segmentação, é possível identificar uma outra, mais fina, ditada pela hidrografia: as principais bacias do Noroeste português tendem a definir-se em sentido latitudinal (os maiores rios correm de NE para O). Ou seja, a imagem do *anfiteatro*, que O. Ribeiro aplicou com tanta propriedade ao Minho, justifica-se não apenas pela elevação progressiva em altitude desde a plataforma litoral até às montanhas interiores, mas também pela existência de secções latitudinais, cavadas pelos vales dos rios, que cortam de alguma forma aquela progressão longitudinal do relevo; e que se assumem como quadros autónomos importantes da vida local, como notaram J. Mattoso e S. Daveau¹⁴¹. Aliás, a escolha de bacias hidrográficas como unidades

¹³⁹ L. C. Amaral observou já, a propósito do litoral minhoto entre os séculos IX e XI, que «Difícil de explicar é também o vazio populacional da quase totalidade do litoral, com a assinalável excepção da zona da foz do Ave. (...) A população afastava-se do mar não apenas pelas dificuldades materiais levantadas pela navegação atlântica, mas também porque do oceano vinha o perigo das investidas da pirataria muçulmana e normanda», chamando ainda a atenção para «a quase total ausência de locais de culto no litoral atlântico» até às décadas de 1020 e 1070, quando se assiste à fundação de diversas igrejas nos tramos finais dos rios Ave e Cávado (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 98, 115, 160, 187-88 – as citações encontram-se nas duas primeiras páginas referidas). Note-se, todavia, que esta ausência de notícias documentais sobre o povoamento litoral deve encontrar explicação parcial no facto de o domínio da Sé de Braga ter privilegiado o espaço envolvente de Braga e a zona de Entre-Ambas-as-Aves, como o próprio autor reconhece (*ibidem*, p. 581). Aliás, não deve esquecer-se a crítica de V. Mantas à visão do litoral (português) como um *finisterra* periférico, escassamente povoado e debilmente integrado nas redes de comércio do império romano; ao que o autor acrescenta a reivindicação da antiguidade tanto do padrão do povoamento como da integração deste território em redes comerciais alargadas: um e outra estariam já definidos, no essencial, antes da conquista romana (ao contrário do que supunha J. Cortesão, ao defender a “atlantização do povoamento” como um traço característico do período romano) (MANTAS, 1999 – «As *villae* marítimas...»). No entanto, a verdade é que ainda no final da Idade Média os indicadores da densidade demográfica e da distribuição dos maiores núcleos populacionais que resultam dos vários registos do imposto lançado por D. Dinis sobre os tabeliães (1287-90), publicados e estudados por A. H. de Oliveira Marques, dão a entender que, por todo o território nacional (com excepção do Algarve, ausente naqueles registos), «Não era, pois, nas povoações costeiras que se aglomerava a população, mas sim ao longo dos vales dos rios, nas planícies férteis, nas linhas de comércio com Castela e com a Galiza» (MARQUES, 1958 – «A população portuguesa...»: 73). Para mais, as próprias fontes árabes altomedievais (já no século IX) indiciam uma escassa fortificação (logo povoamento?) do litoral “galego”, no sentido geográfico amplo que atribuem ao termo ‘*Yilliqiya*’ (v. CARBALLEIRA DEBASA, 2007 – *Galicia y los gallegos...*: 140).

¹⁴⁰ RIBEIRO; LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1246.

¹⁴¹ «[A metáfora do “anfiteatro”] oculta outra configuração geográfica não menos importante: a que resulta da divisão de todo este território em vales transversais escavados pelos vários rios de sentido aproximadamente este-oeste, e que criam compartimentos de implantação humana separados uns dos outros. Entre as bacias fluviais, as colinas podem ser relativamente elevadas; por isso a comunicação entre as bolsas de povoamento mais denso, atraídas pelos solos mais fundos, nem sempre foi tão fácil e

espaciais de análise, e, mais do que isso, como “princípios organizadores” de relações espaciais, tem já uma longa tradição nos estudos geográficos¹⁴²; e a sua importância na definição de verdadeiros quadros territoriais evidencia-se, no caso do Minho, no facto de a elas corresponderem, de alguma forma, “áreas dialectais” do estilo românico, patentes na gramática construtiva e sobretudo decorativa das igrejas, como notou C. A. F. de Almeida¹⁴³. Ainda que o autor tenha preferido, no seu último trabalho de síntese sobre o românico português, sublinhar «a existência de diferenças de região, as quais nos permitem falar em dialectos da arquitectura românica em Portugal. Podemos assim falar em românico do Alto Minho, da área de Braga, da região do Porto, da bacia do Sousa e Baixo Tâmega (...)»¹⁴⁴.

Ora, do cruzamento entre a hipsometria e a hidrografia resulta uma malha quadricular que se explica, do ponto de vista geomorfológico, pelo que O. Ribeiro designou de “relevo tectónico cruzado”, bem característico da região¹⁴⁵. Uma malha simultaneamente estável no tempo e regionalmente diversificada, sem que isso implique

espontânea como a frequente continuidade do povoamento disperso actual levaria a supor» (MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 103). Se entendermos estes vales transversais como eixos radiais, convergindo para a *arena* do anfiteatro que é o mar, e definindo deste modo diversas secções na *arquibancada*, a metáfora utilizada por O. Ribeiro não só não “oculta” como explicita mesmo a importância dos vales transversais.

¹⁴² Em particular na escola francesa de geografia regional, como notou BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 180-81.

¹⁴³ «Pode mesmo afirmar-se que a arquitectura românica do Minho tem em cada bacia de grande rio, a saber, Minho, Lima, Cávado, Ave, Sousa e Tâmega, aspectos dialectais próprios que lhe proporciona uma paisagem artística variada» (ALMEIDA, 1987 – *Alto Minho*: 32-33). A importância da circulação dos modelos arquitectónicos e de construção na definição da área de influência de um determinado poder senhorial e das formas concretas através das quais esse poder articulou simbólica, política e socialmente um território, foi já sublinhada por D. MENJOT, 2007 – «La ville et ses territoires...»: 478: «La circulation des modèles architecturaux est essentielle pour comprendre la manière dont la politique éditiltaire menée par les pouvoirs seigneuriaux a contribué à unifier symboliquement, politiquement et socialement un territoire».

¹⁴⁴ ALMEIDA 2001 – *O Românico*: 140 (note-se, todavia, que o autor recorre ainda preferencialmente às bacias hidrográficas na hora de estruturar o “percurso” em que descreve as inúmeras igrejas românicas da região: p. 85 e ss.). Numa perspectiva que nos parece válida apenas para a análise estilística propriamente dita, e ainda que o autor nem sempre reconheça os matizes introduzidos por C. A. F. de Almeida neste seu último trabalho (*maxime* p. 139-42), é de anotar a crítica feita recentemente por P. A. Fernandes ao que considera serem «dois modelos explicativos não-evolutivos: a análise arquitectónica com base numa organização geográfica do território e uma abordagem tendencialmente globalizante acerca da escultura (e alguma miniatura) a partir de grandes categorias iconográficas»; modelos que, em sua opinião, «cristalizam as obras românicas num tempo longo a que falta especificidade própria, um tempo sem tempo, deixando implicitamente assumido a irrelevância de uma realização se situar na primeira metade do século XII ou cem anos depois» (FERNANDES, 2011 – «A Escultura Românica...»: 30-32, 45 – citações nas p. 30 e 31).

¹⁴⁵ «O Minho é uma área profunda e antigamente tectonizada, a tal ponto que na direcção paralela dos seus rios principais (ENE-WSW) se encontra a certidão desta origem mas não são visíveis escarpas de falha. Pelo contrário, outra rede quase cruzada (aproximadamente N-S), guia o traçado dos afluentes e permite a subida gradual em escalões do litoral até à fronteira» (RIBEIRO, 1995 – «Uma Região Portuguesa...»: 265).

uma excessiva atomização¹⁴⁶. E, acima de tudo, uma malha que se inscreve plenamente na zona *central* do Minho aqui em análise (Entre-Ave/Vizela-e-Lima), a qual acolhe toda a diversidade paisagística inerente às divisões que acabámos de enunciar brevemente. Como ficou dito, e como veremos mais em detalhe ao longo do trabalho, a documentação de que dispomos concentra-se no coração desta zona já de si *central* da região, isto é, a área que abrange, em sentido longitudinal, a faixa das colinas e plainos (com assinaláveis vazios no litoral e nas montanhas interiores), e o interflúvio delimitado pelo Ave e o Cávado (a Norte do qual diminui a frequência dos lugares documentados). Mas isto não implica, bem pelo contrário, que não tenhamos de atender a esta zona central em toda a sua diversidade na hora de esboçar traços minimamente genéricos, capazes de ultrapassar a escala meramente local, da paisagem e do povoamento minhotos.

Em síntese, o conjunto de imagens a que nos referimos, desenhadas fundamentalmente à medida da zona *central* que captará o essencial da nossa atenção, constitui um importante ponto de partida, tanto no plano descritivo como mesmo explicativo. Mas não devem, em momento algum, travar o escrutínio das variações espaciais e cronológicas (a evolução histórica, afinal) que caracterizam esta mesma zona, mais até do que o conjunto da região, no período aqui em análise. Nunca com o objectivo apriorístico de infirmar aquele conjunto de imagens, mas antes de o discutir e aperfeiçoar. Estas imagens transformam-se assim no primeiro pressuposto historiográfico com que o presente trabalho se confronta. Talvez o mais efectivo, na medida em que responde à exacta realidade (ao caso) aqui em estudo, mas não o único. Há outros pressupostos que importa considerar à luz do quadro historiográfico que mais directamente condicionou o trabalho.

¹⁴⁶ As possibilidades da hidrografia e da hipsometria na definição de limites geográficos foram já sublinhadas por O. Ribeiro: «a maioria dos limites geográficos há-de passar, portanto, ora no contorno das massas de relevo, onde elas se degradam ou fundem na terra baixa, ora no interior das bacias fluviais, onde se apaga a influência dos “rios que unem”» (RIBEIRO; LAUTENSACH, 2000 – *Geografia de Portugal*, IV: 1242). A este propósito, note-se que já o *Censual* «divide a região de Entre Lima e Ave em dez Terras, delimitadas, em geral, pelos acidentes geográficos» (COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 287); e que também a lista das igrejas de 1320-1321 dividirá as paróquias situadas entre os rios Lima e Ave/Vizela por 20 áreas que «parecem orientar-se em função dos rios que correm para o Atlântico» (SÁ NOGUEIRA, 2000 – *O espaço eclesiástico...*: 150).

5. Enquadramento historiográfico: o estudo da Alta Idade Média em Portugal

Mais do que o tradicional “estado da arte”, entendido como ponto de situação dos conhecimentos gerais sobre um determinado tema ou metodologia, que ficará feito mais à frente¹⁴⁷, o que se pretende com este apartado é delinear o quadro historiográfico mais imediato da investigação. O que obrigará a uma referência primeira à historiografia portuguesa (ao medievalismo em geral, à história agrária medieval e, muito particularmente, ao estudo da Alta Idade Média); mas também ao inevitável enquadramento do presente trabalho na historiografia espanhola: o único caminho para que possamos evitar o anacronismo crasso que seria entender a realidade *portucalense* como especificamente *portuguesa*, e sobretudo a via mais cómoda para a integração do nosso trabalho num horizonte de problemáticas especificamente hispânicas e genericamente europeias que a historiografia espanhola leva já bem mais desenvolvidas.

O medievalismo português enfrenta hoje, em bloco, com a investigação sobre a Idade Média tardia incluída, claras manifestações de *crise*. Como notaram recentemente B. V. e Sousa e S. Boissellier: «Après quelque euphorie, le temps est maintenant à l’appréhension»¹⁴⁸. De resto, uma *crise* que fora já prevista há quase 25 anos por A. L. de C. Homem, A. A. Andrade e L. C. Amaral, tendo em vista as condições institucionais de enquadramento da produção historiográfica portuguesa que então começavam a desenhar-se¹⁴⁹; e que, tendo-se agravado nos últimos anos, explicam o “pessimismo” que o primeiro autor manteve num balanço mais recente (de 2001), em que já se refere especificamente à «relativa ‘perda de velocidade’ da história rural» (contrastando com a investigação sobre história urbana)¹⁵⁰, bem como o prognóstico

¹⁴⁷ V. *infra* Parte I, §1.

¹⁴⁸ SOUSA; BOISSELLIER, 2006 – «Pour un bilan...»: 226.

¹⁴⁹ HOMEM; ANDRADE; AMARAL, 1988 – «Por onde vem...»: 137-38. Vale a pena recordar aqui o parágrafo final deste balanço: «Cenário apocalíptico? A concretizar-se, forçosamente? Esperemos que não. De outro modo plausível será que daqui a vinte anos, quando alguém, nesta ou em qualquer outra revista, proceder ao balanço do medievalismo do fim do milénio, bem possa afirmar que a última década do século XX deixou perder o que, em tal matéria, tanto custara a erguer na penúltima e na antepenúltima. O que, se acontecer, será mau. Muito mau» (*ibidem*, p. 138).

¹⁵⁰ HOMEM, 2001 – «O Medievalismo em Liberdade...»: 187 (história agrária) e 206 (“pessimismo”). O autor não deixa, contudo, de reconhecer os significativos progressos registados pelo medievalismo português ao longo da década de 1990 (*ibidem*, p. 207).

com que o último autor encara os próximos anos num recentíssimo balanço da história rural medieval portuguesa¹⁵¹.

De resto, se exceptuarmos um pequeno conjunto de obras, que se contam quase pelos dedos de uma mão, como notou S. Conde, são praticamente inexistentes os trabalhos de história rural no medievalismo português anterior aos anos 1940-1950¹⁵². Percebe-se assim porque «coube (...) a um geógrafo, Orlando Ribeiro, não só o pioneirismo na abordagem económica e social das temáticas rurais e urbanas, mas também o mérito de ter compreendido e sublinhado, pela primeira vez entre nós, a relevância dos factores antrópicos e da dimensão histórica no estudo dos fenómenos espaciais»¹⁵³. Os anos 1960 iniciam uma viragem importante, com a publicação de trabalhos basilares, mas são sobretudo as décadas de 1980 e, já em menor medida, de 1990 a assistir ao progresso assinalável dos estudos de história rural que todos os balanços historiográficos reconhecem, com destaque para os trabalhos centrados na análise monográfica de senhorios (laicos e sobretudo eclesiásticos) e de regiões¹⁵⁴. Ainda que uma recente, e lapidar, afirmação de J. Mattoso, a propósito da falta de

¹⁵¹ «(...) it is important to state that the multiple contingencies besetting our national universities – the almost exclusive territory for the production of medieval rural history – do not augur for a peaceful future» (AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 321).

¹⁵² CONDE, 2000 – *Uma paisagem...*, I: 11. Aos trabalhos assinalados pelo autor, da autoria de Alberto Sampaio, A. Costa Lobo e Jaime Cortesão (*ibidem*, p. 11, nt. 2), devemos acrescentar, como notou L. C. Amaral, os nomes de Gama Barros, entre os historiadores, já que a sua *História da Administração Pública...* «despite its markedly positivist and institutional imprint, included hundreds of pages on population and social groups, types of property and status, agriculture, hunting and fishing, rural industries, etc.» (AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 306); bem como os de etnógrafos como José Leite de Vasconcelos ou Jorge Dias, filólogos como Joseph-Maria Piel (ou Manuel Paiva Boléo, acrescentamos nós) e, claro, o do geógrafo Orlando Ribeiro, e desde logo a sua obra maior (publicada inicialmente em 1945): *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico...*, tal como um conjunto muito amplo de artigos dispersos por vários volumes dos seus *Opúsculos*, com destaque para os volumes III, IV e VI. Dispensamo-nos de citar aqui as obras de cada um destes autores, cujos títulos podem ser facilmente encontrados no catálogo de uma qualquer biblioteca universitária.

¹⁵³ CONDE, 2000 – *Uma paisagem...*, I: 11.

¹⁵⁴ São já alguns os balanços da história rural portuguesa. Para uma cronologia especificamente medieval, v. HOMEM; ANDRADE; AMARAL, 1988 – «Por onde vem...»: *maxime* 122-27 (ainda útil) e o recentíssimo texto da autoria do último destes autores: AMARAL, 2011 – «Half a century...». Para um arco cronológico amplo, que não deixa de incluir a Idade Média, v. COELHO, 2000 – «Balanço sobre a história rural...». Para uma muito sucinta panorâmica da história rural portuguesa em geral, até meados do século XX, v. ainda: NETO, 2007 – «A historiografia rural...»: 251 e ss. A importância dos dois géneros referidos no texto é ressaltada por M. H. COELHO, 2000 – «Balanço sobre a história rural...»: 28 e ss. e L. C. AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 315 e ss. O mesmo cenário verifica-se no medievalismo espanhol (em particular no estudo dos séculos XI a XV): «Por esa vía [dos estudos de domínios monásticos], las investigaciones fueron profundizando en el conocimiento de distintas sociedades regionales, en el de su instalación en el espacio, en el de la conformación de los señoríos y otras células de encuadramiento social, en el de la historia rural en su conjunto», do que resultou «una historia, integradora o más a menudo parcial, basada en el análisis regional y en la atención a las relaciones campo-ciudad» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 822).

seguidores à altura do livro de A. H. de O. Marques sobre a “questão cerealífera” no Portugal tardo-medieval (publicado em 1962)¹⁵⁵, nos deva fazer reflectir sobre o optimismo porventura excessivo destes balanços¹⁵⁶. Sobretudo no que aos últimos anos (de desaceleração, como ficou dito) diz respeito¹⁵⁷. Aliás, também a propósito da investigação recente sobre o período moderno emerge a imagem de uma história rural com inúmeras limitações, que M. S. Neto entende não tanto como sintoma de atraso mas de retrocesso mesmo, ao longo dos anos mais recentes¹⁵⁸.

Independentemente do maior ou menor optimismo com que encaramos a investigação portuguesa em história rural medieval ao longo das últimas décadas, parece-nos justa a avaliação que L. C. Amaral faz do estado da arte no balanço recente a que nos vimos referindo:

«It seems clear that the work undertaken, though undoubtedly important, showed a number of gaps in the early nineteen nineties. From theoretical and

¹⁵⁵ MARQUES, 1978 – Introdução à História da Agricultura...

¹⁵⁶ «Em suma, a obra de Oliveira Marques eleva-se a um nível em tudo comparável à dos melhores medievalistas franceses de então, como March Bloch ou Georges Duby. Continuando sempre a preferir modelos alemães ou anglo-saxónicos, Oliveira Marques preenchia plenamente os requisitos de uma historiografia moderna, aparecendo como um inesperado e esplêndido fruto nascido num verdadeiro deserto. Era, de facto, a primeira investigação portuguesa em História Rural, a área que revolucionou a medievalística europeia durante o pós-guerra. Diga-se, em abono da verdade, que não foram muitos os seus seguidores e que este campo de investigação continua, com algumas excepções, pouco mais do que maninho depois de tão promissora inauguração» (MATTOSO, 2007 – «Perspectiva de um medievalista...»: 172). Talvez o autor devesse ter aludido especificamente à “história agrária”, de que o trabalho de A. H. de O. Marques constitui de facto um marco ainda muito isolado no medievalismo português, e não à “história rural” *lato sensu*, que conta, apesar de tudo, com um corpo de trabalhos não despidendo na nossa historiografia.

¹⁵⁷ Esta desaceleração da investigação sobre a Idade Média em Portugal é tanto mais grave quanto a historiografia sobre a Alta Idade Média, depois do *sopro* de inspiração nacionalista das décadas de 1930/40-1960, não chegou sequer a conhecer o *boom* verificado no estudo da Idade Média tardia ao longo das décadas de 1970-1990. Também em Espanha, onde o altimedievalismo conheceu outra prosperidade no último quartel do século XX (tenha-se em mente as várias e importantíssimas teses regionais defendidas nos anos 1990), é já possível identificar uma desaceleração (ao menos ao nível da qualidade) nestas décadas iniciais do século XXI, segundo J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «La historiografia de tema...»: 84-85, que o mesmo autor sinalizava já num balanço historiográfico anterior como sendo particularmente visível no plano da inovação metodológica: «(...) parece que, después de mediados de los años ochenta, la intensidad de la curiosidad y la tensión del método se desaceleran» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 824). Uma desaceleração que se estende de forma bem marcada ao plano da edição de fontes (mais precisamente de fontes diplomáticas), logo a partir de 1995 mas sobretudo depois de 2000, como demonstrou L. J. FORTÚN PÉREZ DE CIRIZA, 2007 – «La edición de fuentes...»: 23-24.

¹⁵⁸ «Constituindo, embora, um tema incontornável para o historiador modernista, atendendo ao peso da agricultura na sociedade do Antigo Regime, a história rural, como campo historiográfico «autónomo», não está, no entanto, desde há alguns anos, na agenda da historiografia portuguesa. São indicadores desta situação a ausência de uma associação de história rural ou de uma revista expressamente dedicada a esta área. As Histórias de Portugal e outras obras da área da história económica, editadas ao longo da última década, integram sínteses relativas a vários aspectos da vida rural, mas não existe uma obra especialmente dedicada a este tema, construída com base nos resultados da investigação produzida nos últimos anos» (NETO, 2007 – «A historiografia rural...»: 271-72).

conceptual points of view, Portuguese research has fed almost exclusively on what had been received from abroad, mainly from France and, on a secondary level, from neighbouring Spain. With regard to methodology, however, adaptation to Portuguese documental realities has imposed greater originality»; «From one perspective, the stock themes of rural history in general have been addressed by Portuguese researchers – local settlement, its geography and density and growth rates; the occupation and organization of the territory; the installation of power, especially noble, and its projection into the countryside; the construction of the agrarian landscape and agricultural production; social groups and their (vertical and horizontal) relations; the rights and impositions of landlords, rents; etc. When, however, we map the studies done in various areas and regions, we find major omissions and imbalances, thematic, geographical and chronological. We possess, at present, very different levels of knowledge about the varied landscapes that make up this country. In respect of theoretical and conceptual issues, we remain enormously indebted to foreign contributions, though our reverence for alien models has given enormous impetus to internationalization of Portuguese research, and this has been very positive»¹⁵⁹.

Em suma, se o cenário é hoje pouco animador para a história medieval em geral, a verdade é que a investigação em história rural ficou marcada por uma evidente desaceleração que já leva mais de uma década e por significativas lacunas que teimam em persistir. Parece-nos particularmente importante sublinhar, entre as que o autor refere, o défice de reflexão teórica, conceptual e metodológica na nossa historiografia; o que explica a tentativa de dedicar uma parte importante deste trabalho à concepção e aplicação de uma metodologia específica de análise da morfologia das diversas unidades espaciais referidas na documentação escrita.

No entanto, não são menos relevantes os desequilíbrios cronológicos: o estudo da Alta Idade Média parece votado a uma desatenção crónica no nosso país¹⁶⁰. Mesmo a atenção prestada aos séculos IX a XII no quadro da historiografia nacionalista até à

¹⁵⁹ AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 314, 320.

¹⁶⁰ Os dois mais recentes balanços da historiografia rural medieval produzida em Portugal no último meio-século demonstram à saciedade o peso dos estudos de cronologia tardo-medieval face aos escassos trabalhos que se preocuparam com o período anterior ao século XIII (COELHO, 2000 – «Balanço sobre a história rural...»; AMARAL (s.d.) – «Half a century...»: *maxime* 11). Ora, ambos os autores são unânimes em situar nas décadas de 1960-1980 (com destaque para esta última) o arranque de uma história rural medieval verdadeiramente estruturada do ponto de vista disciplinar, sem prejuízo dos importantes (mas pontuais) antecedentes que é possível encontrar desde a segunda metade do século XIX. Este arranque coincide com o *início do fim* de um paradigma historiográfico nacionalista, cuja obsessão pelo período de formação de Portugal explica um interesse evidente pelo período altomedieval. As novas gerações de historiadores, empenhadas em cortar com este paradigma por via da afirmação de novos problemas e de novos métodos, viram-se também obrigadas a um corte cronológico, que as levou para os séculos finais da Idade Média, precisamente aqueles em que começam a aparecer, é justo reconhecê-lo, as fontes mais abundantes e sistemáticas que permitiam o tipo de análises de teor quantitativista que propunham as *novas* correntes recebidas de Espanha e França, sobretudo.

década de 1960 visou sempre, no essencial, o estudo das “origens” do Estado português (quando não mesmo da *Nação*), e não a análise desse período em si mesmo¹⁶¹. Aliás, num balanço historiográfico recente sobre o estudo da Idade Média portuguesa ao longo do século XX, B. Vasconcelos e Sousa e S. Boissellier referiam-se nos seguintes termos à atenção, ou falta dela, que tem sido dada ao período anterior ao século XII:

«Sur le plan épistémologique, se pose d'abord le problème de la répartition chronologique des recherches (outre leur répartition régionale, déjà évoquée) : comme un État portugais spécifique ne naît que vers 1140 (ou, au plus tôt, vers 1096), tout le haut Moyen Âge «léonais» (ou, comme partout en Ibérie, andalou) est considéré comme de l'histoire étrangère, et suscite peu de vocations; la disparition, avec la chute du salazarisme, des conceptions nationalistes des origines du Portugal n'a pas beaucoup changé les orientations historiographiques à cet égard. Tout le débat sur la féodalité portugaise a été largement faussé, avant J. Mattoso, par l'insuffisance des recherches sur les X^e-XI^e siècles. Un autre problème est le «complexe d'infériorité» par rapport à l'Espagne : longtemps source de l'ignorance des renouvellements historiographiques espagnols, cette attitude conduit maintenant à adopter, parfois sans critique suffisante, comme des «modèles», les questionnements élaborés dans le pays voisin»¹⁶².

O cenário que espera os investigadores deste período no nosso país é, assim, pouco animador. Com efeito, no que respeita ao quadrante hispano-cristão do actual território português, que se estendia sensivelmente até à bacia do Mondego, o período aqui em análise (séculos IX a XI) não foi objecto ainda de uma análise sistemática que permitisse delinear uma verdadeira visão de conjunto da sociedade portugalense na Alta Idade Média¹⁶³. É verdade que contamos já com vários estudos importantes, como os de P. David e de A. de J. da Costa sobre a organização eclesiástica, os de J. Mattoso sobre o monaquismo, os deste autor e de A. de A. Fernandes sobre a nobreza, os estudos de recorte jurídico-institucionalista de autores como P. Merêa e T. de S. Soares, entre outros, os estudos mais recentes de J. Mattoso, L. Krus e vários discípulos de ambos

¹⁶¹ Sobre a dimensão ideológica da história rural portuguesa, dominada até à segunda metade do século XX pela discussão em torno das “origens rurais da nacionalidade” e pela falsa “contradição” levantada entre esse pretensão carácter e destino *essencial* da nação e uma expansão marítima de raiz urbana e comercial, v. SANTOS, 1998 – «A sociedade rural»: 135-141, 155-56. De qualquer forma, não se alterou substancialmente o juízo emitido em 1988 por L. C. Amaral, quando incluía o estudo da época anterior ao século XIII, «período simultaneamente de formação do reino e, em grande parte, de definição da paisagem agrária portuguesa», entre os caminhos por trilhar na história rural portuguesa (HOMEM; ANDRADE; AMARAL, 1988 – «Por onde vem...»: 127). Então como hoje.

¹⁶² SOUSA; BOISSELLIER, 2006 – «Pour un bilan...»: 225.

¹⁶³ Note-se, a este propósito, o contraste com o *Gharb* al-Andalus, objecto de uma ampla e competente síntese da autoria de C. Picard dedicada ao “Portugal muçulmano” entre os séculos VIII e XIII: PICARD, 2000 – *Le Portugal musulman...*

sobre a cultura erudita, com especial atenção aos textos historiográficos, e de A. A. do Nascimento sobre a produção literária em geral (e a hagiografia, muito particularmente); a que devemos acrescentar, só para a região minhota, os trabalhos basilares de C. A. F. de Almeida, M. Barroca, L. Fontes, J. López Quiroga e outros sobre os vestígios artísticos e arqueológicos¹⁶⁴. Mas trata-se de trabalhos que têm, todos, tanto de importantes como de especializados. Para mais, e sintomaticamente, quase nenhuma das teses regionais que se debruçaram sobre o território português recua ao período anterior a 1100¹⁶⁵.

É verdade que apareceram já algumas (poucas) obras de maior fôlego sobre este período, com destaque para as páginas laterais mas basilares que lhe dedicou J. Mattoso na sua *Identificação de um País*¹⁶⁶, para a síntese de história política devida a M. J. Branco sobre as “etapas da relação” entre o território portugalense e o reino de León no período que vai do Repovoamento (866) ao final o reinado de D. Afonso Henriques (1179)¹⁶⁷ e para o importante estudo de L. C. Amaral sobre a afirmação da autoridade episcopal de Braga (que, muito para além deste tema central, traça um quadro geral da organização social do território na zona central da arquidiocese de Braga entre os séculos IX e XI)¹⁶⁸. Trata-se, contudo, de abordagens preocupadas essencialmente com o problema da formação de Portugal, e que por isso apontam, de alguma forma, para a frente e tendem a ressaltar neste período as linhas que prosseguirão ao longo do século XII.

¹⁶⁴ Uma vez mais, dispensamo-nos de citar aqui as obras de cada um destes autores, cujos títulos podem ser encontrados na bibliografia final e, no caso de uma ou outra referência aí ausente, na completa bibliografia do já referido trabalho de L. C. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 820 e ss. Note-se ainda que esta brevíssima enumeração não tem qualquer pretensão de exaustividade e deixou de fora autores e obras igualmente relevantes em cada uma das áreas enunciadas.

¹⁶⁵ A única excepção é a que S. Boissellier dedicou ao território situado entre os rios Tejo e Guadiana, num longo período de transição entre os domínios islâmico e cristão (séculos X a XIV): BOISSELLIER, 1999 – *Naissance d'une identité...*

¹⁶⁶ MATTOSO, 2001 – *Identificação... – Oposição*.

¹⁶⁷ BRANCO, 1993 – «Portugal no reino de León...».

¹⁶⁸ AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...* Escrevendo em 1998, quando este trabalho estava ainda em preparação, J. Á. García de Cortázar observou que «un dato bien conocido por los medievalistas, el escasísimo, por no decir nulo cultivo, de la historia de esse período [a Alta Idade Média] en Portugal, constituye tanto una dificultad como un reto para el investigador. Sólo la exhaustiva recogida de fuentes de todo tipo y su cuidadosa integración y proyección en el espacio están permitiendo intentar responder, en ocasiones, por primera vez para su área de estudio [diocese de Braga], a preguntas que en el ámbito español del valle del Duero han generado tantas respuestas como hemos tenido ocasión de recordar en esta exposición» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 333).

De facto, se considerarmos que o capítulo de síntese sobre o período da “Reconquista cristã” escrito por Â. Beirante para a *Nova História de Portugal* redundou mais na acumulação de dados muito variados e tematicamente seccionados do que numa perspectiva articulada sobre os séculos VIII a XI neste território¹⁶⁹, a única visão verdadeiramente de conjunto da sociedade portugalense neste período continua a ser o capítulo que J. Mattoso escreveu já em 1992 para o primeiro volume da *História de Portugal* que ele próprio coordenou¹⁷⁰. Trata-se de um capítulo notável, pelo rigor conceptual e pela fertilidade de muitas das propostas interpretativas avançadas (a maior parte das quais carece ainda hoje de investigação documental e/ou arqueológica), mas que, como o próprio autor reconhece mais do que uma vez (a propósito do quadro geral que traça da fiscalidade senhorial ou da caracterização que faz da estrutura social do século XI, por exemplo), assenta num corpo de dados empíricos frágil, em virtude do recurso a fontes posteriores, que forçam a dedução apriorística da realidade deste período a partir de desenvolvimentos ulteriores¹⁷¹.

E por isso se compreende que este texto assente em boa medida numa interpretação global da evolução da sociedade europeia altimedieval traçada por G. Duby no seu livro sobre “as origens do crescimento europeu”¹⁷², hoje ultrapassado em muitos aspectos pela investigação mais recente e por uma visão mais precisa (e optimista) dos desenvolvimentos especificamente altimedievais, que faz recuar a este período um conjunto de fenómenos tradicionalmente encarados, no quadro de um

¹⁶⁹ BEIRANTE, 1993 – «A «Reconquista» Cristã». Escrito por uma investigadora da Baixa Idade Média, este capítulo reflecte o questionário enciclopédico e as preocupações didácticas que orientaram a *Nova História de Portugal* dirigida por J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, em cujo primeiro volume aparece integrado. Não podemos deixar de reconhecer o esforço (por vezes muito bem-sucedido) da autora em recolher um amplo conjunto de informações relativas aos mais diversos temas, e comodamente arrumadas em sucessivos capítulos relativos à “conjuntura”, às “divisões regionais e poder”, à “propriedade e a economia”, à “demografia e sociedade”, às “formas culturais” e à “vida privada”. Mas não é menos verdade que o texto, mercê do seu próprio programa, é destituído de uma visão global da história do território portugalense no período em análise e foge ao tratamento de muitos dos problemas centrais que se lhe colocam; já para não falar de alguns erros factuais e interpretativos que é possível encontrar aqui e ali.

¹⁷⁰ MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...».

¹⁷¹ «A cobrança destes direitos, uns de origem dominial, outros de origem «pública», é uma conclusão verosímil e relativamente segura das fontes de que dispomos, embora resulte sobretudo da reconstituição apriorística da primeira fase de um sistema cujo funcionamento só mais tarde conhecemos bem»; «Esta reconstituição sumária das diversas categoriais sociais que se vão formando durante o século XI é feita, em boa parte, com documentação mais tardia. É possível, portanto, que alguns dos seus pormenores respeitantes à datação do processo evolutivo possam ser um dia postos em causa por investigações mais aprofundadas. Espero, no entanto, que venha a ser validada nas suas grandes linhas» (MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 505, 549).

¹⁷² DUBY, 1993 [1973] – *Guerreiros e camponeses...*

paradigma *mutacionista*, como sendo característicos já da passagem do século X para o século XI, quando não posteriores¹⁷³. Este *vício de forma*, que conduz a interpretações por vezes arriscadas, porque assentes no pressuposto de um certo imobilismo ao longo da Alta Idade Média que não se terá verificado, evidencia-se, por exemplo, na abordagem que J. Mattoso faz do problema do “crescimento” demográfico e económico (situado sobretudo no século XI)¹⁷⁴.

Pelas mesmas razões se explica o recurso, verdadeiramente estruturante neste texto, a modelos interpretativos globais forjados pela historiografia espanhola, com destaque para as propostas feitas nos anos 1970-1980 por J. Á. García de Cortázar¹⁷⁵, que este autor veio a matizar e actualizar nos seus trabalhos mais recentes¹⁷⁶. Fortemente ancorados numa visão (e numa centralidade) da “sociedade feudal” e da implantação do “regime senhorial” que muito deve à Escola dos *Annales* e a um historiador como M. Bloch, estes modelos fizeram uma época, impulsionaram de forma decisiva a investigação sobre este período e estão ainda longe de ter sido completamente ultrapassados.

No entanto, não é possível hoje em dia subscrevê-los *in solidum*, por várias razões: (i) em primeiro lugar, há uma especificidade nas sociedades altomedievais, que não só preexistiu como se manteve durante o longo processo de implantação do “regime senhorial” e das sociedades plenamente “feudais”, e que diferencia umas e outras, e acima de tudo nos deve impedir de ver nas primeiras um mero prelúdio ou preparação para as segundas¹⁷⁷; (ii) por outro lado, essa especificidade escapa a categorizações

¹⁷³ Para uma amostra dos avanços da historiografia europeia recente nos domínios da história social e económica altomedieval, v. por exemplo os artigos recolhidos em DAVIS; McCORMICK (eds.), 2008 – *The Long Morning...* e a bibliografia aí referida. Como notam os editores no texto de abertura do volume: «Not even a generation ago, scholars located around the year 1000 a series of crucial new directions in the development of European civilization: the demographic upturn after the late Roman decline, the spread of new agricultural techniques and productivity, the beginning of medieval trading centers and circuits, to name only them. All have now been detected closer to 800, or even 700» (DAVIS; McCORMICK, 2008 – «The Early Middle Ages...»: 1).

¹⁷⁴ MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 543-47.

¹⁷⁵ V., por todos, o volume dedicado à Idade Média que o autor escreveu em 1973 para a *Historia de España* dirigida por Miguel Artola: GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – *La época medieval*.

¹⁷⁶ E.g. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2000 – «Estructuras sociales...».

¹⁷⁷ Soam já muito esquemáticas, hoje em dia, afirmações do tipo: «o antigo sistema escravagista não foi de imediato substituído por qualquer outro, ou melhor, que durante um tempo considerável, de cerca de dois séculos [depois da invasão islâmica], apenas foram emergindo lentamente as forças que na época seguinte haveriam de dominar um novo sistema económico-social» (MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 507). Aliás, o autor não deixa de reconhecer que «(...) quando se realizaram as inquirições ainda existiam muito vestígios destas organizações comunitárias. Um número considerável delas

demasiado rígidas (como a de “origem pública” e “privada” do poder, a que J. Mattoso recorre frequentemente); (iii) finalmente, mais do que nunca há hoje uma consciência aguda dos matizes regionais que ditaram (e explicam) evoluções consideravelmente diferenciadas (e por isso arredias a *um* modelo)¹⁷⁸. Todos estes desenvolvimentos devem ser tidos em mente na hora de estudar a terra portugalense; como tem acontecido, de resto, na historiografia espanhola¹⁷⁹.

Deste curto balanço do panorama historiográfico português no que ao estudo da Alta Idade Média diz respeito, emerge portanto a consciência de uma dupla limitação: quantitativa antes de mais, uma vez que há pouco trabalho de base sistemático sobre este período, e qualitativa depois, já que uma parte significativa desse trabalho não foi nunca capaz de ultrapassar um nível meramente empírico, sendo que os poucos exemplos de abordagens desta época minimamente estruturadas, do ponto de vista metodológico e conceptual, padecem hoje de alguma desactualização. O trabalho que agora se apresenta não pode eximir-se a este quadro. Não se estranhe, por isso, que da leitura das páginas que se seguem resulte, em muitos passos, uma dupla sensação: de fragilidade do suporte empírico (devida, desde logo, ao escasso grau de reflexão crítica sobre as fontes diplomáticas deste período) e de elementaridade da reflexão teórica sobre os grandes problemas históricos, que em muitos casos está ainda bem atrás do que são as tendências recentes da historiografia europeia.

É evidente que a consciência desta limitação nos obrigou a tentar ultrapassá-la, sobretudo no que diz respeito ao domínio de uma bibliografia internacional, de que hoje podemos dispor com relativa facilidade e que nos ajudará a enquadrar a reflexão sobre o espaço portugalense no que são essas tendências recentes. E assim procurámos fazer. Só não nos pareceu possível abstrair, por completo, de uma matriz historiográfica que, melhor ou pior, é a nossa: a que melhor conhecemos e que condicionou de forma decisiva a nossa *visão* da realidade histórica; e que tem, no final de contas, a grande

mantinha até, ainda, a sua independência. A evolução foi, portanto, muito lenta. No fim do século X, apenas acabava de dar os primeiros passos» (*ibidem*, p. 506).

¹⁷⁸ O melhor exemplo desta atenção à variação regional, entendida como chave interpretativa fundamental para a compreensão da Alta Idade Média europeia (e mediterrânica, em sentido amplo) no seu conjunto é a recente e impressionante síntese de Ch. WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*, concebida no quadro de uma história assumidamente comparativa (v. *ibidem*, p. 1-14). No quadro da historiografia espanhola, é particularmente importante a noção de uma “sociedade pluriestrutural” proposta por J. Á. García de Cortázar, a propósito do quadrante NO da Península Ibérica, onde só muito gradualmente, e de forma insuficiente antes do século XII, é possível identificar uma “sociedade feudal” (entre outros trabalhos do autor que poderíamos citar, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2000 – «Estructuras sociales...»: *maxime* 629).

¹⁷⁹ V., por todos, o recente balanço do próprio J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...».

vantagem de estar mais próxima do caso em análise. Tendo em vista as especificidades regionais (e mesmo infra-regionais) que caracterizam em muitos aspectos o nosso período, esta não constitui uma vantagem menor.

Naquela tentativa de *aggiornamento*, foi (ou continuou a ser) da maior utilidade a utilização da bibliografia espanhola, como aliás reconhece uma boa parte dos medievalistas portugueses¹⁸⁰. A partir sobretudo da década de 1970, a historiografia medievística espanhola fez um esforço assinalável, e com resultados que estão mais do que à vista, para se incorporar nas diferentes correntes de reflexão sobre os grandes problemas históricos do Ocidente medieval¹⁸¹. Se em Portugal, salvaguardadas as diferenças de escala, esse esforço não foi menor no que respeita a cronologias pleno e sobretudo tardo-medievais, já o mesmo não se poderá dizer da investigação sobre a Alta Idade Média¹⁸². São várias as discussões historiográficas que continuam ausentes da nossa bibliografia ou, quando muito, foram apenas referidas, sem que lhes tenham sido dedicadas investigações de fundo, como acontece por exemplo com o problema da “mutação (ou revolução) feudal”, apenas tratado com relativo desenvolvimento por J. Mattoso¹⁸³.

¹⁸⁰ A influência determinante da historiografia espanhola sobre a portuguesa, sobretudo a partir dos anos 1980, foi já sublinhada, no que respeita especificamente à história rural medieval, por L. C. AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 305.

¹⁸¹ Sobre a historiografia altimedieval espanhola, v., por todos, o recente balanço de J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...» (em que o autor se refere com algum pormenor aos dois grandes problemas do “crescimento” altimedieval e da “transição” entre a sociedade antiga e a feudal – p. 70-78). Este texto deve completar-se, no que à historiografia rural diz respeito, por um outro texto publicado no mesmo ano: GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ SOPENA, 2007 – «The Historiography of Rural...». Ainda útil é o balanço do mesmo autor sobre as múltiplas vias de análise do problema da *transição* entre a Antiguidade e o Feudalismo na historiografia espanhola: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2003 – «¿Transición o transiciones?...». Embora sejam inegáveis os avanços registados pela historiografia espanhola, não deixa de ser importante recordar as fragilidades (sobretudo teóricas) que lhe apontou o autor que vimos seguindo: «En cualquier comparación que se establezca, casi siempre queda a favor de los mejores de fuera [de Espanha] tres cosas: una mayor originalidad de pensamiento, una mayor solidez conceptual y amplitud de perspectivas y, quizá, sobre todo, un mayor poso intelectual» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «La historiografía de tema...»: 81). Sobre a importância dos debates em torno do *despovoamento/repovoamento* e da *transição* no altimedievalismo espanhol, promovendo a integração da realidade hispânica num contexto ocidental, v. *infra* Parte I, §1.2.5.

¹⁸² Neste ponto, é evidente o contraste com a historiografia espanhola, na qual, segundo a avaliação de J. Á. García de Cortázar: «Por cierto, ha sido, en general, en el ámbito del altomedievalismo donde más precisamente y con mejores resultados se ha producido tanto la ruptura de los estrictos marcos analíticos que he utilizado para evocar la producción historiográfica con su sustitución por una voluntad de resolución de problemas y procesos históricos globales» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «La historiografía de tema...»: 81).

¹⁸³ V., por todos, MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 495-96. Será talvez já tarde para o retomar. O recuo das teses *mutacionistas*, na historiografia europeia em geral como na espanhola em particular, foi ainda recentemente posto em relevo, a propósito do debate em torno da “transição” entre a sociedade

Por outro lado, o estudo da Alta Idade Média no território portugalense (como no *Gharb* al-Andalus) exige um enquadramento necessariamente mais amplo, quando não mesmo ibérico, do que o quadro de análise estritamente nacional a que muita da historiografia pleno e tardo-medieval portuguesa continua hoje a restringir-se (só até certo ponto compreensivelmente)¹⁸⁴. Enquanto regiões integradas no reino asturo-leonês entre os séculos IX e XII, os territórios portugalense e de Coimbra devem ser estudados, neste período, como *partes* de um *todo* maior, cujas outras *partes* constituem termos de comparação privilegiados¹⁸⁵. Quando esses termos foram já objecto de investigações históricas e arqueológicas aprofundadas de grande qualidade, com destaque para as já referidas monografias regionais produzidas em Espanha ao longo dos anos 1980 e 1990, no quadro sobretudo de investigações de doutoramento, a utilização dessa paleta de comparação torna-se inevitável¹⁸⁶. Até porque a historiografia espanhola das últimas décadas produziu também um conjunto numeroso de sínteses (mais ou menos interpretativas) que vieram iluminar as grandes linhas de força deste período no conjunto do reino asturo-leonês¹⁸⁷. A historiografia espanhola constitui-se assim como o enquadramento *natural* de um estudo como este. Com a vantagem de que, dinâmica e actualizada como está, funciona também, para o investigador português da Alta Idade Média, como um guia que lhe permite orientar-se pelos meandros da bibliografia internacional. É precisamente nesses meandros que mergulharemos de seguida.

antiga e a feudal, por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 77-78. V. *infra* Parte I, §1.2.

¹⁸⁴ A mesma observação foi já feita, a propósito do processo de restauração da diocese de Braga e da organização do espaço a Sul do Minho, por L. C. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 8-9, 39, respectivamente.

¹⁸⁵ Como ainda recentemente notou J. MATTOSO, 2011 – «Portugal no Reino...»: 31.

¹⁸⁶ Mesmo para uma cronologia moderna, «a historiografia portuguesa na área da história rural carece de estudos comparativos com realidades de outros países e de forma particular com Espanha. Com efeito, a leitura de obras espanholas referentes à época moderna revela-nos uma vida rural com muitas similitudes, constituindo um desafio encontrar, também, os contrastes» (NETO, 2007 – «A historiografia rural portuguesa...»: 274).

¹⁸⁷ Para nos restringirmos a obras escritas por um só autor, mais marcadamente interpretativas, e para o conjunto da Idade Média, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – *La época medieval* (publicada originalmente em 1973) e MANZANO MORENO, 2010 – *Épocas medievales*. Para uma cronologia mais especificamente altomedieval, v. MÍNGUEZ, 2008 – *La España de los siglos...* (publicada originalmente em 1994) e ISLA FREZ, 2002 – *La Alta Edad Media*.

Parte I – Uma proposta de análise do espaço altimedieval a partir de fontes escritas

1. Problemática: paisagem, povoamento e sociedade

A *definição* da problemática que subjaz à proposta metodológica apresentada nesta primeira parte do trabalho obriga-nos a uma revisão da literatura em torno da paisagem, do povoamento e do espaço na Alta Idade Média, com um enfoque particular no problema das relações entre espaço e sociedade. Esta revisão, que deve ser entendida como *um* itinerário entre muitos possíveis, não pretende ser um balanço exaustivo, mesmo no campo da história *tout court*, e muito menos nos domínios da arqueologia, da geografia, das ciências paleoambientais e de outras disciplinas que serão chamadas à colação, mas procura apenas sinalizar as linhas de reflexão teórica e de trabalho empírico que contribuíram mais directamente para a génese da nossa proposta metodológica. Só então estaremos então em condições de *definir* o objecto a que se aplica esta proposta, na complexidade da trilogia que o caracteriza, entre a base material, a organização social e a representação documental do espaço.

1.1. A construção do binómio espaço-sociedade no quadro da história rural medieval

Remontando, no limite, a um dos géneros dominantes da literatura geográfica ao longo do período moderno (a corografia), as investigações que deram corpo a uma história rural propriamente *científica*, a partir de meados do século XIX, orientaram-se pela dupla preocupação com a descrição da paisagem e dos regimes agrários, por um lado, e dos processos de ocupação do solo e de configuração morfológica do habitat rural, por outro. Afirmou-se assim, ao longo da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, desde logo na Alemanha e depois em Inglaterra, um modelo de história agrária essencialmente dominado pela descrição de aspectos materiais, assente numa metodologia de base regressiva, que viria a ser prolongado (não substituído) em França por um amplo conjunto de trabalhos de geografia (e de história, em menor grau) regional¹⁸⁸. Durante este período, foi crescendo gradualmente o interesse pela sociedade rural propriamente dita, cultivado sobretudo pelos estudiosos da história do direito, preocupados com questões como o estatuto dos homens, a

¹⁸⁸ Apesar de uma avaliação pouco favorável do alcance conceptual da geografia francesa dos anos 1890-1914, se comparada com a alemã, P. Toubert não deixa de sublinhar a importância da investigação francesa em dois domínios: a biogeografia dos ecossistemas vegetais e, sobretudo, a geografia regional, que produziu ao longo das décadas de 1910-30 «un genre nouveau: celui de la monographie massive de géographie régionale où s'affirme, formellement du moins, l'originalité nouvelle de la géographie française» (TOUBERT, 1999 – «Préface»: 17-18).

afirmação do regime senhorial e o próprio funcionamento interno das comunidades campestres¹⁸⁹; temas particularmente tratados pela *constitutional history* inglesa (H. S. Maine, F. Maitland, etc.), cuja dedicação ao estudo da paisagem rural constitui um meio para o estudo de problemas sociojurídicos, mais do que um objectivo de base¹⁹⁰.

Ora, recolhendo os contributos de ambas as tradições vindas do século XIX, e sintetizando-os no que ao caso francês diz respeito, M. Bloch publicou em 1931 o seu estudo marcante sobre *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*¹⁹¹. Nele lançou, talvez pela primeira vez na historiografia europeia, as bases de um modelo de análise global da história das “civilizações/regimes agrários”, capaz de integrar os factores ambientais e sociais cuja interacção está na origem dos diversos tipos de paisagem e das modalidades concretas de ocupação do solo e de organização do habitat, perspectivadas na *longue durée*¹⁹². À obra de Bloch sucedeu, no Pós-Guerra, um vasto corpo de investigações em história rural, integradas na Escola dos *Annales* desde logo¹⁹³,

¹⁸⁹ TOUBERT, 1999 – «Préface»: 6-13.

¹⁹⁰ «Even as they [os historiadores vitorianos] explored the government of the manor and village, they were broad-minded enough to see that an understanding of village plans and the layout of fields might help to elucidate the hides, ploughlands and tenures which were their main focus of interest» (DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 11).

¹⁹¹ BLOCH, 1999 – *Les caractères...* Sobre as diversas correntes de investigação (alemãs, inglesas, e francesas) que influenciaram M. Bloch e sobre a importância deste livro para o desenvolvimento da história rural francesa e europeia do século XX, v. TOUBERT, 1999 – «Préface». Entre aquelas várias correntes, igualmente relevantes, será justo reconhecer a importância de uma linha específica de investigação em história rural surgida em Inglaterra nas décadas iniciais do século XX (a *settlement history*), que, adoptando uma perspectiva mais economicista e menos jurídicista do que a da historiografia dominante, elegeu o problema (distintamente inglês) das relações entre *common fields* e *enclosure* (TOUBERT, 1999 – «Préface»: 13).

¹⁹² Procurando relativizar o peso que os trabalhos regionais dos geógrafos franceses tiveram na formação do autor dos *Caractères*, Toubert observa: «Ils [os geógrafos franceses] ne se sont guère élevés, sauf exceptions tardives, jusqu'à l'analyse des civilisations agraires au sens où Bloch les entendait et s'est appliqué dans son livre à les mettre en lumière: paysages, formes d'occupation du sol et d'habitat, elles-mêmes conçues comme le produit des interactions entre le milieu, l'état des techniques et les forces de production propres à telle société rurale définie» (TOUBERT, 1999 – «Préface»: 23).

¹⁹³ Reconhecendo a enorme importância da investigação francesa em história rural (que não apenas, nem sobretudo, medieval) das décadas de 1950-80, P. M. Jones chamou mais recentemente a atenção para as várias críticas a que foi sujeito o paradigma dominante entre os investigadores da Escola dos *Annales*, radicado no quadro global de análise da sociedade rural proposto por Bloch. Em síntese, foram postos em causa a partir de 1980, pela própria historiografia francesa, sobretudo entre os modernistas e contemporaneístas: (i) o “retrato semi-estático” das comunidades rurais; (ii) a noção de que a comunidade rural funcionava de acordo com uma ética de subsistência na qual as necessidades do indivíduo estavam sempre subordinadas ao bem comum; (iii) a tendência para enfatizar a “insularidade” em vez da “porosidade” e da mobilidade, tanto mental como física; (iv) a crença na existência de uma “civilização agrária modelar”, que Bloch e outros parecem ter herdado do pensamento de Émile Durkheim e Paul Vidal de la Blache (JONES, 2003 – «Recent work...»: 954-55).

na historiografia marxista (inglesa, sobretudo)¹⁹⁴ e em diversas outras correntes de investigação histórica e arqueológica, sem esquecer a geografia histórica¹⁹⁵. No conjunto, estas várias correntes assumiram um papel essencial na afirmação de uma história propriamente rural (e já não apenas agrária), capaz de ultrapassar a pulsão descritiva e o enfoque materialista que dominaram a disciplina ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX¹⁹⁶.

Tornam-se assim mais claras as raízes da preocupação com o estudo das relações entre espaço e sociedade, que se converteram na pedra-de-toque de uma das correntes dominantes na historiografia rural europeia das últimas décadas, em particular no que ao estudo da Alta Idade Média diz respeito. Seria deslocado enveredar aqui por uma referência mais desenvolvida aos múltiplos caminhos seguidos pela historiografia do último século no tratamento deste problema da interacção entre a sociedade e o espaço, entendido na tripla dimensão “locativa”, “ambiental” e “paisagística” que A. R. H. Baker reconhece serem os tres “discursos periféricos” da geografia, a par de um “discurso central” que se ocupa de lugares, áreas e regiões¹⁹⁷. Bastará lembrar que alguns desses caminhos culminaram no desenvolvimento de correntes específicas de investigação (algumas mesmo com pretensões a uma certa autonomia disciplinar), como sejam a *géohistoire* proposta por F. Braudel (com o seu enfoque nos constrangimentos ambientais e nas relações espaciais) ou, mais recentemente, a *environmental history*

¹⁹⁴ O nome cimeiro, no que à história medieval diz respeito, é o de R. Hilton, cuja obra foi recentemente celebrada num volume colectivo que procurou retomar, em bases renovadas, os principais temas que a estruturam (DYER; COSS; WICKHAM (eds.), 2007 – *Rodney Hilton's...*; no final do volume, encontra-se uma lista exhaustiva dos trabalhos do autor). Actualmente, e para citar apenas dois nomes maiores, a escola marxista inglesa tem nos trabalhos de Ch. Wickam (para a Alta Idade Média) e de Ch. Dyer (para a Idade Média tardia) excelentes exemplos de investigações profundamente inovadoras que, sem renunciar a um modelo “estrutural” de análise histórica e ao desafio da “explicação” da mudança social, estão muito longe da ortodoxia doutrinária e do formalismo que caracterizam alguma historiografia marxista de menor qualidade (v. WICKHAM, Chris (ed.) – *Marxist History-writing for the Twenty-first Century*. Oxford: OUP, British Academy, 2007; e em particular o artigo com que o próprio editor contribui para o volume, dedicado à história medieval).

¹⁹⁵ Para uma perspectiva global da investigação europeia em história rural medieval, analisada à escala das diversas historiografias nacionais, v. os artigos coligidos em ALFONSO (ed.), 2007 – *The Rural History...*

¹⁹⁶ Não significa isto, obviamente, que tivesse sido abolida a distinção de base entre o estudo da organização social e dos poderes, por um lado, e o da paisagem agrária, por outro. Como notou L. Provero a propósito da historiografia italiana, por exemplo: «Negli anni '60, la valorizzazione delle campagne medievali come oggetto di studio può però essere legata a quattro storici italiani: Giovanni Tabacco e Cinzio Violante per la storia sociale e dei poteri, Emilio Sereni ed Elio Conti per la storia del paesaggio agrario» (PROVERO, 2009 – «Castelli, villagi e poteri...»: 292).

¹⁹⁷ BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 7-8, 36.

americana (particularmente atenta aos problemas ecológicos, em sentido amplo, e à evolução dos ecossistemas em virtude da interacção homem-natureza)¹⁹⁸.

No entanto, importa sublinhar que qualquer panorâmica do medievalismo europeu do Pós-Guerra, e em particular das investigações dedicadas aos séculos VIII a XIII, terá forçosamente de ressaltar a importância assumida pela análise dos processos de organização da paisagem e do povoamento de um determinado território pela sociedade que dele se apropriou. Ao longo deste mais de meio século, e consoante as múltiplas escolas e conjunturas de investigação, foram muito diversas as perspectivas temáticas, as escalas espaciais e os grupos sociais privilegiados. Mesmo caindo num excessivo esquematismo, diremos que essa diversidade oscilou entre os pólos extremos da escala *macro*, a que correspondem territórios e *sociedades políticas* regionais ou supra-regionais, feitas da articulação entre poderes centrais, comarcais e locais, e a escala *micro*, a que correspondem paisagens concretas e comunidades (rurais ou urbanas) elementares¹⁹⁹.

Sem prejuízo do interesse que esta escala *micro* sempre despertou, em particular na investigação do Norte da Europa, que prolongou a tradição descritiva e materialista a que já nos referimos, e que se apresenta hoje profundamente renovada²⁰⁰, parece-nos dominante na historiografia europeia, até há relativamente pouco tempo, a atenção prestada à escala *macro* e aos problemas da organização social e da articulação política do território. Dito de outra forma: o estudo do espaço e da sua interacção com uma determinada estrutura social de poder. O modelo que imediatamente se impõe é o das grandes *thèses d'État* francesas dos anos 1970-90, que deram corpo a um verdadeiro programa de investigação (apesar de todas as fragilidades que se lhe possam apontar

¹⁹⁸ Sobre estas várias correntes, v. BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 21-22, 62-64, 75-84. Não podemos deixar de mencionar neste ponto a importância que o conceito de 'complexo histórico-geográfico', formulado por V. M. Godinho num célebre artigo do DHP, assumiu na difusão de um horizonte de problemas próximo da *géohistoire* braudeliana na historiografia da expansão portuguesa (GODINHO, s.d. – «Complexo histórico-geográfico»).

¹⁹⁹ Para uma panorâmica dos problemas que hoje se colocam no estudo da relação entre espaço e sociedade, e muito concretamente da importância do território na estruturação das comunidades rurais, num largo arco cronológico que se estende entre a Antiguidade Tardia e os séculos centrais da Idade Média em diversas regiões europeias, v. DAVIES; HALSALL; REYNOLDS (eds.), 2006 – *People and Space...* É particularmente sugestivo o conjunto de reflexões feito por W. Davies no texto de abertura do volume, com especial referência ao caso da Bretanha que a autora tão bem estudou (DAVIES, 2006 – «Introduction: Community Definition...»). Na historiografia francesa, v., entre outros títulos que poderíamos citar, CURSENTE; MOUSNIER (dir.), 2005 – *Les Territoires...* e BOISSELLIER (ed.), 2010 – *De l'espace aux territoires...* (com destaque também para o texto introdutório do editor).

²⁰⁰ V. *infra* §1.2 e §1.3.

enquanto tal), responsável por um amplo conjunto de análises de base regional que varreram uma parte importante dos territórios francês, italiano e espanhol²⁰¹.

Como bem notou T. N. Bisson, estes trabalhos puseram em destaque justamente as relações entre o território regional (que definia, desde logo, o escopo da investigação), os recursos existentes nesse território e as estruturas sociais e de poder que nele se desenvolveram e cuja análise, levada a cabo na maior parte dos casos no quadro de um paradigma *mutacionista*, importava aos autores acima de tudo²⁰². De facto, este modelo das *grandes* (desde logo em extensão) teses regionais francesas tem na obra de Bloch a principal fonte de inspiração²⁰³ e na tese de G. Duby sobre a sociedade do Mâconnais nos séculos XI e XII o antecedente mais próximo²⁰⁴. Define-se assim por uma preocupação totalizante que, ainda segundo Bisson, não disfarça a preocupação central com o problema do *poder* e com a forma como a sua distribuição social evolui, à escala regional, no período de formação da “sociedade feudal”²⁰⁵.

²⁰¹ Para uma avaliação deste amplo programa de pesquisa, sintetizado na expressão *La terre et les hommes*, tomada do título da *thèse* de R. Fossier sobre a Picardia e bem sintomática do que fica dito, v. BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...», onde poderá encontrar-se uma lista exaustiva dos trabalhos que deram corpo ao programa até ao final da década de 1990. O autor sublinha a importância directora, no quadro da historiografia europeia, que o modelo francês de estudos regionais assumiu na análise dos processos de mudança social que caracterizam os séculos IX a XII. O facto de também em França, e depois de abandonado o modelo da *thèse d'État*, a dimensão das dissertações de doutoramento ter sido consideravelmente reduzida nos últimos anos ajuda a explicar o abrandamento do ritmo de publicação deste tipo de trabalhos, hoje mais raros. Mas há outras razões, de base epistemológica, que explicam a adopção mais recente de escalas menores de análise (micro-regionais), como notou M. I. CUESTA RODRIGO, 2006 – «Estudios actuales...»: 17; v. *infra* §1.3.

²⁰² V. BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...»: 322-23.

²⁰³ Muito particularmente em dois dos seus trabalhos mais importantes: BLOCH, 1999 – *Les caractères...*; BLOCH – *La Société Féodale*. Paris: Albin Michel, 1994 (edições originais de 1931 e 1939-40, respectivamente).

²⁰⁴ DUBY, 1988 – *La société...*. O muito que a concepção deste trabalho deve à escola francesa de geografia regional reconheceu-o mais tarde o próprio autor: «Desta tese, o modelo, o verdadeiro, tinha-o tirado dos geógrafos. *La Société aux XI^e et XII^e siècles dans la région mâconnaise* não se distingue em nada dessas monografias regionais que Deffontaines, Derruau, Blache, Faucher, Julliard tinham elaborado e publicado, a não ser no facto de as observações recolhidas, confrontadas, não se referirem ao tempo presente ou ao passado próximo, mas se projectarem muito mais longe, para lá de sete séculos» (DUBY, 1989 – «O prazer do historiador»: 126). No entanto, o grande mérito do trabalho foi precisamente o de ter congregado os horizontes da história rural e da história política: «what Duby's book achieved for the first time was a coherent study of societal transformation encompassing power, status and wealth. It sought to fuse the hitherto distinct tracks of political chronology and agrarian structures» (BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...»: 324).

²⁰⁵ «Accordingly, what was new about Duby's Mâconnais was not so much generic as demonstrative. It set an example for scholars seeking to write what Jacques Le Goff and Pierre Toubert later spoke of as *histoire totale*, or Duby himself as *l'histoire des sociétés*, a thickly descriptive (or sometimes structural) history that could only be done in regional slices. That is what the books I have cited aimed at, or perhaps more commonly, demonstrated the impossibility of doing. (...) there was something programmatic about the adaptation of *la terre et les hommes* to provincial histories of power» (BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...»: 329).

A influência determinante deste modelo sobre uma parte muito importante da investigação italiana e espanhola das últimas décadas em história rural veio acrescentar aos seus méritos intrínsecos uma projecção extrínseca que o torna claramente dominante no quadro dos estudos altomedievais, em particular sobre a Europa mediterrânica²⁰⁶. De resto, a atenção prestada pelos próprios investigadores franceses ao espaço mediterrânico (*Midi*, Catalunha e Itália, sobretudo), a partir dos anos 1970, veio revelar a inadequação dos modelos até então dominantes na história agrária e das estruturas sociais, concebidos essencialmente a partir de realidades setentrionais (o Entre-Loire-e-Reno, sobretudo); e permitiu, ao mesmo tempo, alargar a paleta comparativa (essencialmente inglesa e alemã) a que Bloch e muitos dos seus seguidores haviam recorrido²⁰⁷. Chegara o tempo da descoberta de realidades socioeconómicas outras (que não cabiam no “sistema dominial clássico”) e de um “feudalismo mediterrânico”²⁰⁸, a que a arqueologia responderia rapidamente com a identificação de estruturas de habitat e de ocupação do solo também distintamente mediterrânicas²⁰⁹. Pelos finais da década de 1980 estava aberto um caminho sem retorno, que a investigação das últimas décadas, embora renovando profundamente os pressupostos então lançados, não deixou de aprofundar, como veremos²¹⁰.

A par destes desenvolvimentos mediterrânicos, não deve esquecer-se um outro modelo de estudos regionais, que se afirmou mais recentemente no mundo anglo-saxónico e que se destaca do modelo francês pela cobertura geográfica (abrangendo preferencialmente os territórios setentrionais e orientais do império carolíngio, depois

²⁰⁶ V. os balanços de L. PROVERO, 2007 – «Forty years...»; de J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR; P. MARTÍNEZ SOPENA, 2007 – «The Historiography of Rural...» e de B. CURSENTE, 2007 – «Recent trends...», sobre Itália, Espanha e França respectivamente.

²⁰⁷ «Questa nuova attenzione per il Midi francese comportò anche una ridefinizione dei riferimenti comparativi: se per Bloch la società rurale era letta in comparazione con il mondo tedesco e anglosassone, negli anni '70 assunse un nuovo rilievo il mondo mediterraneo, o vvero la Spagna e soprattutto l'Italia» (PROVERO, 2009 – «Castelli, villaggi e poteri...»: 296).

²⁰⁸ Esta expressão fez, sintomaticamente, o título da tradução italiana (parcial) da *thèse* de Toubert sobre o Lácio e a Sabina (TOUBERT, 1973 – *Les structures du Latium...*): *Feudalesimo mediterraneo: il caso del Lazio medievale*. Milão, 1980. O encontro decisivo para a afirmação desta especificidade mediterrânica, que congregou diversos historiadores franceses, italianos e espanhóis, sob o patrocínio de Toubert (a quem coube o “discurso inaugural”) teve lugar em Roma em 1978, com as actas a apreçerem pouco depois: *Structure féodales et féodalisme...*, 1980. Mais recentemente, o conceito de “feudalismo mediterrânico” foi retomado num segundo encontro: MALPICA; QUESADA (eds.), 1998 [1994] – *Los Orígenes del Feudalismo...*

²⁰⁹ A referência incontornável, neste domínio, é a do encontro que daria origem ao segundo volume da série *Castrum* (editada pela EFR e pela CV e igualmente impulsionada por Toubert, entre outros): NOYÉ (ed.), 1988 – *Castrum 2...*

²¹⁰ V. *infra* §1.2. e 1.3. Entre estas perspectivas mais recentes está a própria consciência dos limites de um conceito como o de “modelo mediterrânico” (v. PROVERO, 2009 – «Castelli, villaggi e poteri...»: 297).

otoniano, e os reinos anglo-saxões) e sobretudo por uma abordagem mais centrada na relação entre as estruturas *políticas* estatais e infra-estatais, estas identificáveis em larga medida com o senhorio (*lordship*) nas suas diversas formas, e na relação que se estabeleceu entre tais estruturas e as sociedades locais²¹¹.

De qualquer forma, no caso da historiografia espanhola, que aqui nos interessa mais directamente, por manifesta proximidade, e ainda que a influência desta abordagem mais eminentemente *política* dos estudos anglo-saxónicos tenha feito o seu caminho nos últimos anos²¹², parece ter sido bem mais determinante a influência francesa. Esta influência, para que em muito contribuiu a monumental *thèse* de P. Bonnassie sobre a Catalunha dos séculos X e XI²¹³, traduziu-se não apenas na adopção daquele exacto modelo como matriz de investigação, como sobretudo na difusão generalizada do horizonte de problemas em torno da relação espaço-sociedade que subjaz ao modelo²¹⁴. Estando bem patente numa parte importante dos trabalhos de história rural produzidos a partir das décadas de 1970 e sobretudo 1980, esta influência tornou-se particularmente clara na obra de um autor cujo peso na historiografia espanhola foi determinante, e que por isso contribuiu de forma decisiva para aquela difusão: J. Á. García de Cortázar²¹⁵.

Num primeiro momento, as suas investigações empíricas, inauguradas, no que à história rural altimedieval diz respeito, com a publicação de um estudo, hoje clássico,

²¹¹ São exemplos deste tipo de trabalhos, entre vários outros que poderíamos citar: INNES, Matthew – *State and Society in the Early Middle Ages. The Middle Rhine Valley 400-1000*. Cambridge: CUP, 2000; HUMMER, Hans J. – *Politics and Power in Early Medieval Europe: Alsace and the Frankish Realm, 600-1000*. Cambridge: CUP, 2005; HAMMER, Carl. I. – *From ducatus to regnum: ruling Bavaria under the Merovingians and early Carolingians*. Turnhout: Brepols, 2007; BAXTER, Stephen – *The Earls of Mercia. Lordship and Power in Late Anglo-Saxon England*. Oxford: OUP, 2007. Aliás, numa recensão a este último livro, H. Hummer notou já que a obra «fits within a larger trend among studies of medieval lordship which has shifted the focus to the middle layers of power and emphasized the ties that bound social and political actors into an interdependent network» (*EME*. 18 (2) (2010) 225-26: 226).

²¹² V., por exemplo, CASTELLANOS; MARTÍN VISO, 2005 – «The local articulation...».

²¹³ BONNASIE, Pierre – *La Catalogne du milieu du X^e à la fin du XI^e siècle: croissance et mutations d'une société*. Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 1975-1976. 2 vols. Na opinião de Bisson, este trabalho «is arguably the masterpiece of *la terre et les hommes* in its ripe phase. If not quite so conceptually fecund as Toubert's *Latium*, it is the most coherent, incisive and cogent of all the theses since Duby's» (BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...»: 325).

²¹⁴ Este facto parece ter pura e simplesmente escapado a um texto (estreito e razoavelmente enviesado) sobre a influência da Escola dos *Annales* em Espanha, da autoria de A. RUCQUOI, 1997 – «Spanish Medieval History...». Uma lista completa e actualizada dos já numerosos estudos regionais/comarcais espanhóis, publicados sobretudo ao longo dos anos 1980-90, pode encontrar-se na bibliografia final de GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ SOPENA, 2007 – «The Historiography of Rural...»: 126-39.

²¹⁵ Como reconheceram, por exemplo, J. ESCALONA; I. ALFONSO; F. REYES, 2008 – «Arqueología e Historia...»: 95; J. Á. SESMA MUÑOZ; C. LALIENA CORBERA (coord.), 2008 – *La pervivencia del concepto...: 7-12*.

sobre o domínio do mosteiro de San Millán de la Cogolla, introduziram em Espanha um questionário e uma metodologia inovadores, com vista ao estudo concomitante da história agrária, do regime senhorial e da sociedade rural²¹⁶. Logo na década de 1970, esse questionário e metodologia foram desenvolvidos, sintetizados e decantados em função da realidade hispano-cristã em dois textos programáticos com enorme impacto na historiografia ibérica: o primeiro mais dirigido aos problemas da economia rural propriamente dita (perspectivada à escala regional) e o segundo, já mais totalizante, preocupado em desenvolver um “esquema de análise estrutural” da história rural medieval hispânica²¹⁷.

A partir dos anos 1980, a mesma função divulgadora dos recentes avanços da historiografia europeia exerceu-a García de Cortázar através da difusão, bem para além dos seus discípulos directos, da proposta teórico-metodológica que o autor veio gradualmente a conceber para o estudo daquilo a que chamou a “organização social do espaço”. Construída sobre influências várias, com destaque para a investigação histórica e geográfica em torno da relação espaço-sociedade levada a cabo pelas teses regionais francesas ou pelo trabalho de geógrafos espanhóis como J. García Fernández²¹⁸, mas também recorrendo ao aparelho conceptual das ciências sociais, esta proposta foi concebida especificamente para o estudo da sociedade hispano-cristã que ocupou o quadrante NO da Península Ibérica (entre o Mar Cantábrico e o Vale do Douro) entre os séculos VIII e XIII; embora o seu alcance teórico e metodológico ultrapasse claramente essas estritas coordenadas²¹⁹. Percebe-se assim a preocupação central com a análise do espaço e da sociedade rurais, dominantes naquelas coordenadas espaciotemporais²²⁰.

²¹⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1969 – *El dominio del monasterio...*. Como ainda recentemente reconhecia o próprio autor: «mi libro sobre San Millán pretendía ser a la vez la historia de un dominio señorial monástico y la historia de la sociedad rural del espacio por el que se hallaban desperdigadas las cuantiosas posesiones del monasterio emilianense» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2009 – *Estudios de Historia Medieval...*: 14).

²¹⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1975 – «A economia rural...»; 1978 – «História rural medieval...». Não por acaso, são os únicos trabalhos do autor traduzidos para português, publicados conjuntamente, pouco depois da sua redacção original, num volume intitulado *História Rural Medieval* (1983).

²¹⁸ V., por exemplo, GARCÍA FERNÁNDEZ, Jesús – *Organización del espacio y economía rural en la España atlántica*. Madrid: Siglo XXI España Editores, 1975.

²¹⁹ Logo no artigo em que o autor expôs pela primeira vez esta proposta de forma desenvolvida, há um apartado dedicado à “organización social del espacio andalusí” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 212-18). Sobre as possibilidades de aplicação das reflexões de García de Cortázar às regiões mais orientais da Península Ibérica, «Aragón y Navarra, Cataluña y Valencia, donde el peso de los conceptos de reconquista y repoblación siguen las directrices de las escuelas que los desarrollaron en los años cincuenta, junto a una orientación predominante hacia la Baja Edad Media con atención a temas urbanos, socioeconómicos y de organización institucional, lo que ha

É certo que o estudo relacional do espaço e das estruturas sociais e de poder, materializado na análise da projecção espacial dessas estruturas, é um *topos* central não apenas no medievalismo europeu mas, mais genericamente, na historiografia internacional das últimas décadas. O que explica algumas afinidades entre as propostas teóricas de García de Cortázar e as que estruturam trabalhos de inúmeros medievalistas (espanhóis e portugueses) que não se dedicam ao estudo da Alta Idade Média e/ou do espaço hispano-cristão²²¹; já para não falar de investigações sobre cronologias ainda mais distantes, como seja o Baixo Alentejo do século XVIII, para dar apenas um exemplo português entre uma legião de outros possíveis, desde logo na historiografia internacional²²².

De resto, a definição, nos exactos moldes propostos por García de Cortázar, desta linha de investigação frequentemente associada ao seu nome não implica a inexistência no medievalismo espanhol de linhas outras de trabalho que, apesar de preocupações e mesmo instrumentais metodológicos diversos, podem ser integradas no tema genérico da “organização social do espaço”, como o próprio autor reconhece²²³.

hecho que sólo recientemente y de manera muy indirecta se haya difundido», v. SESMA MUÑOZ; LALIENA CORBERA (coord.), 2008 – *La pervivencia del concepto...*: 10.

²²⁰ «(...) hay que considerar que el concepto de *organización social del espacio* se ha aplicado especialmente en zonas donde sin carecer de ciudades (León, Oviedo, Santiago, ...), el fenómeno urbano es relativamente tardío y arranca en el siglo XII con la fundación de las villas de la extremadura e el desarrollo de los núcleos del Camino de Santiago. La red urbana se afirma en esa época, pero salvo excepciones es siempre tratada en los numerosos trabajos encardinados en esta línea de investigación como un elemento menor de un bloque regional que, finalmente, se tiende a percibir como de esencia rural» (SESMA MUÑOZ; LALIENA CORBERA (coord.), 2008 – *La pervivencia del concepto...*: 10).

²²¹ Para um exemplo, entre muitos possíveis, da aplicação de princípios orientadores desta proposta a coordenadas spatiotemporais outras, v. o estudo de C. Trillo San José sobre o espaço periurbano do al-Andalus no final da Idade Média (TRILLO SAN JOSÉ, 2007 – «La ciudad y su territorio...»: 336). Na historiografia portuguesa sobre o al-Andalus, cite-se o tratamento dado à dimensão simbólica da projecção espacial de fenómenos sociais, em contexto urbano, no trabalho de J. L. de MATOS, 1999 – *Lisboa Islâmica*: 13-14. Já no que respeita à Idade Média tardia, retenha-se a fundamentação teórica apresentada por A. M. da Costa no seu estudo sobre a “projecção espacial de domínios” dos poderes régio e concelhio no burgo portuense ao longo do século XV, uma formulação que, estando próxima da proposta teórica concebida por García de Cortázar, dispensou qualquer referência aos trabalhos do autor (COSTA, 1999 – *Projecção espacial de domínios...*: 21-25, 279-81, 433-34).

²²² O estudo de R. Santos sobre as “configurações espaciais agrárias” em Mértola na segunda metade do século XVIII assenta também na análise da relação entre a paisagem e a economia agrárias: as “configurações espaciais” dos diferentes tipos de exploração/propriedade (mas não das parcelas agrárias) são assim definidas como o resultado de formas diferenciadas de apropriação dos recursos fundiários e, correlativamente, de distintas opções económicas, ditadas por perspectivas também elas diversas de rendimento (SANTOS, 1987 – «Configurações espaciais agrárias...»: 2, 42).

²²³ Ao considerar a “organização social do espaço” um dos “temas” mais inovadores do medievalismo espanhol do último terço do século XX, a par do estudo das relações campo-cidade, o autor chama a atenção para as “distintas versões” daquele tema: «desde los encuadramientos puestos en marcha por el crecimiento de la sociedad feudal (Carlos Estepa) a la constitución y evolución de las unidades de ordenación y de articulación de los espacios (García de Cortázar) o al despliegue combinado de sus

Porém, e ainda que García de Cortázar apresente a sua proposta de análise como *um* dos caminhos possíveis para o estudo da sociedade hispano-cristã instalada no norte da Península Ibérica entre os séculos VIII e XIII²²⁴, o certo é que qualquer balanço da historiografia ibérica altimedieval não poderá deixar de realçar o papel director dessa proposta, mesmo entre os que não a adoptaram plenamente²²⁵.

Com efeito, as reflexões de García de Cortázar em torno do problema da “organização social do espaço” tiveram o grande mérito de sistematizar, por vez primeira (e até agora única) no medievalismo hispânico, aquele horizonte de preocupações historiográficas em torno das relações espaço-sociedade, que fizera a sua entrada em Espanha a partir das décadas de 1960-70²²⁶. E, mais do que isso, de gizir uma metodologia precisa para a análise das principais unidades que resultam da projecção espacial das estruturas sociais e de poder. Concebida em função de coordenadas espaciotemporais concretas (o já referido território entre o Cantábrico e o Douro, entre os séculos VIII e XIII), que englobam as adoptadas no presente trabalho,

acciones en un espacio regional (Ángel Barrios)» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 822-23). Num balanço posterior, relativo apenas ao estudo da Alta Idade Média, arrola somente as duas primeiras linhas (os trabalhos de Á. Barrios movem-se numa cronologia posterior), desenvolvendo mais a caracterização de ambas. Depois de notar a sua progressiva aproximação, observa: «La identidad de cada una de las dos líneas se advierte en los estudios referentes a cronologías anteriores a comienzos del siglo XI para desvanecerse después. Otra cuestión diferente es, desde luego, la perspectiva conceptual desde la que cada una de estas líneas ha podido atender las cuestiones que estudia» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 73). A importância das mesmas duas linhas no estudo da organização social do espaço é sublinhada por C. REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y Poder...*: 8; e o respectivo posicionamento no quadro do debate em torno da “despoblación y repoblación” do Vale do Douro é posto em relevo por J. ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 13-14, que nota a maior aproximação dos trabalhos de García de Cortázar e seus discípulos aos “modelos baseados na colonização”, contra a valorização de uma “continuidade dinâmica” das estruturas territoriais nas investigações de Estepa Díez e seus discípulos (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 126-28).

²²⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 322, 323; 1999 – «Organización del espacio...»: 17 e ss.

²²⁵ BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 55; QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 72; ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 126-27. O mesmo papel director foi realçado ainda recentemente, tendo em vista a historiografia portuguesa, por L. C. AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 303-5. Importa todavia notar que a influência de García de Cortázar na nossa historiografia se exerceu mais por via dos seus inúmeros trabalhos empíricos, sínteses e textos programáticos sobre a história rural medieval em geral do que propriamente pela efectiva recepção das suas propostas teórico-metodológicas em torno da “organização social do espaço” (v. MARQUES, 2008 – *O casal...*: 34).

²²⁶ Na avaliação do próprio autor, quando apresentou pela primeira vez a sua proposta (em meados da década de 1980), alguma historiografia espanhola tinha já sido capaz de ultrapassar o tradicional desinteresse pela análise relacional do espaço e da sociedade (patente em três perspectivas distintas, evocadas através da fórmula «una sociedad sin espacio; un espacio sin sociedad; una organización al margen de los dos»), por via de uma tripla influência: a reflexão teórica ancorada na antropologia, as teses regionais francesas e o trabalho de geógrafos como Jesús García Fernández e Ángel Cabo (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Introducción – Espacio, sociedad...»: 33 e ss.); precisamente os três pilares da proposta teórica construída pelo autor que apontámos mais acima.

esta metodologia deu origem a um conjunto significativo de estudos empíricos que permitiram ao autor delinear um esquema evolutivo da organização social deste território ao longo daquele período, marcado pela progressiva afirmação da aldeia, e logo das unidades familiares de habitat, exploração e exacção fiscal, sobre as restantes unidades de ordenação do espaço²²⁷. Porque a proposta de análise do espaço altomedieval que nesta primeira parte procuramos avançar é, no fundo, um *subproduto* da metodologia concebida por García de Cortázar, não se estranhe que nos detenhamos por um momento na explanação mais detalhada dos fundamentos teóricos desta corrente, que são também, em boa parte, os que estruturam o nosso trabalho.

É possível discernir claros antecedentes desses fundamentos em trabalhos publicados pelo autor já na década de 1970²²⁸ e nos inícios da década de 1980²²⁹, nos

²²⁷ Este esquema foi exposto (e sucessivamente aperfeiçoado) em diversos trabalhos: GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»; 1988 – «Organización social del espacio...»: 218 e ss.; 1999 – «Organización del espacio...»: 44-48; 2000 – «Estructuras sociales...», entre outros. Limitemo-nos aqui a citar a síntese com que termina o trabalho de 1988: «una voluntad deorganización del espacio, que calificamos de feudal, ha ido conformando, a través de desfases cronológicos evidentes e inevitables según áreas geográficas, una organización social característica. Cada vez más territorializada y jerarquizada, física, social y políticamente. A estos efectos, la desestructuración de las unidades iniciales en beneficio de la cristalización de la aldea y, más tarde, del solar de la familia nuclear, parece la secuencia histórica decisiva» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 235-36); e uma formulação mais recente e sintética: «[esta linha de trabalho] optó por acotar *grosso modo* un espacio del Cantábrico al Duero para observar dentro de él las distintas estructuras de agupación social y raigambre territorial (*villa* esclavagista, *valle* indígena, aldea) y seguir las conyunturas de una historia que se iba decantando hacia el éxito de la tercera de esas unidades de ordenación social, lo que acabó confirmandóse mediante la cristalización del *solar*» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 73). A primeira formulação deste esquema encontra-se num texto em que o autor procurou «presentar una hipótesis global de funcionamiento de la sociedad establecida entre el mar Cantábrico y el río Ebro entre comienzos del siglo VIII y fines del XI» (GARCÍA DE CORTÁZAR; DÍEZ HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 22, 60-67 – citação na p. 15), ou seja, em coordenadas espaciotemporais mais restritas do que as que viriam depois a ser objecto das suas investigações. É portanto (pouco) anterior aos referidos artigos de 1985 e de 1988 em que García de Cortázar viria a apresentar plenamente estruturada a sua proposta teórico-metodológica.

²²⁸ A proposta de um estudo integrado do espaço e da organização social subjaz, de alguma forma, ao referido texto programático para o estudo da economia rural medieval à escala regional, publicado em 1975 (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1975 – «A economia rural...»), no qual a paisagem, o poder e a renda são apontados como os pilares em que há-de assentar a análise da economia rural entre os séculos IX e XV; sendo muito significativo que o texto termine com uma chamada de atenção para a necessidade de «transcender a nossa própria análise da economia rural medieval, a fim de projectá-la na globalidade social, para que o seu conteúdo se torne intelegível», já que só assim poderemos esclarecer o «ponto fundamental de quem tem o poder e de como o exerce» (*ibidem*, p. 50). No trabalho publicado em 1978, com a intenção declarada de «tratar os outros aspectos da realidade rural medieva que porventura terão ficado subordinados à perspectiva económica que eu escolhera então [em 1975]» e de apresentar «as contribuições que podemos esperar dos diversos campos das Ciências Físicas e Sociais para o nosso empreendimento de elaboração de uma história rural medieva, progressivamente verosímil», são já arrolados quatro temas centrais a analisar, cuja formulação e encadeamento apontam claramente para o que viria a ser a teorização da «organização social do espaço»: (i) «a ocupação do espaço, quer dizer a conversão do espaço geológico em espaço geográfico»; (ii) «a exploração do espaço ocupado, realizada a partir do momento em que os homens aplicam ao espaço geológico qualquer técnica de aproveitamento»; (iii) a «regulamentação do poder de dispor do espaço ocupado e, por extensão, dos homens nele

quais ficara muito clara a importância central atribuída ao estudo relacional do espaço a organizar e da estrutura social que o organiza, assente sobretudo na análise das projecções da segunda sobre o primeiro. No entanto, e ainda que a expressão “organização do território” conste já do título de um seu artigo de 1981²³⁰, García de Cortázar só viria a enunciar o conceito de ‘organização social do espaço’ no texto introdutório de um importante volume colectivo sobre o território da Coroa de Castela entre os séculos VIII e XV, publicado em 1985²³¹. Sucessivamente desenvolvido e aperfeiçoado em textos programáticos ulteriores²³², e enunciado em alguns balanços historiográficos em que García de Cortázar procurou avaliar os resultados produzidos pelas muitas investigações levadas a cabo por si e pelos seus numerosos discípulos²³³, o autor voltou recentemente a definir o conceito. Retenhamos esta última formulação:

«La organización social del espacio la venimos entendiendo como *el proceso y el resultado de la traducción de la estructura de poder de una sociedad en el ámbito en que se halla instalada* y que, con su acción, contribuye a acotar. Tal traducción se efectúa a la vez en tres tipos de espacio: el físico, el imaginario y el simbólico. (...) En lo que toca a los espacios físicos, *la traducción de las*

instalados»; e (iv) a «relação entre o espaço ocupado e a sociedade rural nele estabelecida e o mundo exterior ou sociedade englobante [contactos entre o mundo rural e o mundo urbano]» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1978 – «Historia rural medieval...»: 54-56).

²²⁹ É sintomático que em 1982, ao abrir o referido texto em que apresentou pela primeira vez uma “hipótesis sobre la formación de la sociedad hispanocristiana en los siglos VIII a XI”, confinada ainda ao território entre o Cantábrico e o Ebro, o autor escrevesse que o processo de formação do feudalismo na Península Ibérica «va a tener honda trascendencia no solo desde el punto de vista de la organización de los grupos sociales sino desde el de la propia configuración de esse espacio en distintos ámbitos [territoriais], dotados de suficiente personalidad» (GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez Herrera, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 21).

²³⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, J. Á. (1981) - «La organización del territorio en la formación de Álava y Vizcaya en los siglos VIII a fines del XI». In *El hábitat en la historia de Euskadi*. Bilbao: Colegio de Arquitectos Vasco-Navarro, 1981, p. 133-155. Reed. in GARCÍA DE CORTÁZAR, 2005 – *Investigaciones sobre Historia Medieval...*: 206-36. No entanto, a expressão “organización del poblamiento” é já usada com alguma frequência por C. Díez Herrera em 1982, desde logo no título do artigo com que contribuiu para o livro publicado em co-autoria com García de Cortázar: «El análisis de un caso: organización del poblamiento y estructura económico-social de Liébana, Asturias de Santillana y Trasmiera en los siglos IX-XI» (GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez Herrera, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 69-218).

²³¹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Introducción – Espacio, sociedad...» (introdução a GARCÍA DE CORTÁZAR *et alii*, 1985 – *Organización social del espacio...*).

²³² GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»; 1999 – «Organización del espacio...». Estes artigos e o que ficou citado na nota anterior foram comodamente reunidos há pouco tempo na primeira parte («I. Reflexiones, historiografía, propuestas») de uma colectânea de trabalhos do autor: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004 – *Sociedad y organización del espacio...*: 16-184.

²³³ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...» (embora desactualizado, é ainda hoje o balanço mais completo escrito pelo autor sobre esta linha de investigação); 2007 – «El estudio de la Alta Edad Media...», onde a “organização social do espaço” é apontada como um dos temas dominantes de investigação espanhola das últimas décadas, no âmbito de uma preocupação mais alargada com o problema do crescimento (*ibidem*, p. 71 e ss., *maxime* 73-75) e da atenção crescente à história dos poderes (*ibidem*, p. 70-71).

estructuras de poder de la sociedad se manifiesta en los tres niveles de la realidad social: el administrativo, en forma de encuadramientos de la población, el material, en forma de testimonios tangibles, fundamentalmente, poblamiento, paisaje agrario, vías de comunicación y edificios, y el metafórico, en forma de percepción y valoración de distintos escenarios, a veces, sintetizados en un topónimo o un corónimo.

«En relación con este tema, mi investigación se ha orientado hasta ahora a estudiar las manifestaciones que constituyeron la traducción de la estructura de poder de la sociedad hispana medieval en esos tres niveles de la realidad social de los espacios físicos. Al primero de ellos, el administrativo, con inequívoco fundamento sociopolítico, corresponden los encuadramientos de la población en alguna de sus cinco unidades: valle, aldea, solar, ciudad, comunidad de villa y tierra. Al segundo, el material, los ordenamientos del espacio productivo: regadio / secano, bosque / cereal / viñedo / huerto, con la inevitable dialéctica entre unas opciones y otras en diversas escalas territoriales: el lugar, la comarca, la región, el reino. Y, por fin, al tercero, el metafórico, la preocupación por la toponimia, la hagonimia y, sobre todo, la coronimia y la valoración de sus respectivos significados sociales y culturales»²³⁴.

Desta passagem, importa reter duas ideias-chave do pensamento do autor: (i) a da “tradução” espacial das estruturas sociais de poder em três tipos de espaços: físicos, imaginários e simbólicos; e (ii) a da concretização dessa “tradução”, no caso dos espaços físicos, em três níveis da realidade social: o administrativo, o material e o metafórico²³⁵. A ideia de “tradução” (ou projecção) espacial da sociedade é, de facto, central em toda a teorização da “organização social do espaço”, como se percebe muito claramente quando o autor enuncia, logo na abertura do importante artigo programático de 1988, os dois pressupostos em que há-de assentar o seu estudo: (i) cada sociedade tem um tipo de organização do espaço; (ii) a análise dos vestígios deixados no espaço por uma sociedade deve ajudar-nos na reconstrução dos perfis daquela sociedade, entendida no sentido mais amplo possível²³⁶.

²³⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 13-14 (itálicos nossos).

²³⁵ Estes três níveis aparecem já esboçados, em moldes ligeiramente diferentes, no referido texto de 1985: ao propor um esquema evolutivo da organização social do espaço no quadro da coroa de Castela, ao longo dos séculos VIII a XV, que o autor sintetiza num movimento de “expansão” do “ecosistema feudal”, observa que as modalidades concretas de organização do espaço resultantes deste movimento se manifestam: a nível físico (povoamento, paisagem), social (regime de propriedade, regime de exploração) e administrativo (civil, eclesiástico) (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Introducción – Espacio, sociedad...»: 40). A formulação primeira daquela exacta taxonomia de “espaços” e destes “níveis da realidade social” encontra-se em GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 15-17.

²³⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 195. «Si el planteamiento es correcto, toda nueva organización del espacio será una forma de expresar un nuevo modo de poblamiento, unas nuevas estructuras económicas y sociales, unas nuevas formas de poder, en general, un nuevo sistema de valores» (*ibidem*, p. 207).

Partindo deste pressuposto teórico de que a uma qualquer sociedade, enquanto estrutura social, corresponde um esquema de distribuição interna do poder que se projecta na atribuição e organização específicas do espaço que essa sociedade ocupa, García de Cortázar concebeu um edifício conceptual e metodológico que insiste no conhecimento do território físico sobre o qual os poderes sociais tomam decisões, com vista à produção de bens, ao enquadramento de pessoas e à difusão de modelos culturais²³⁷. Tendo em mente as limitações que se levantam ao conhecimento das sociedades altomedievais, em virtude da exiguidade, da descontinuidade e dos problemas de crítica inerentes às fontes disponíveis (escritas, arqueológicas, toponímicas, etc.), o autor sublinha a importância do espaço enquanto “fonte” privilegiada para o conhecimento da sociedade que o ocupa, atribui, organiza e articula²³⁸.

Introduz-se aqui um conjunto de conceitos particularmente relevantes, que decorrem da definição das diversas fases/dimensões do *proceso* de organização social de um determinado território²³⁹. Nas suas reflexões sobre a projecção das estruturas sociais de poder no espaço físico, assumiu especial importância o conceito de ‘organização’ do espaço, decomponível em três processos sucessivos, que estão na origem dos conceitos de ‘ocupação/atribuição’, ‘ordenação’ e ‘articulação’ do espaço: «el [concepto] de *organización*, que incluye el reconocimiento y estudio de las sucesivas etapas de la relación entre la población y los espacios y distingue situaciones y procesos de: atribución, ordenación y articulación del espacio»²⁴⁰. Desta sequência

²³⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 334.

²³⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 30-43. O mesmo pressuposto da importância do espaço como fonte para o estudo da estrutura social de poder que nele se plasma está presente na obra de outros autores espanhóis, e.g.: Á. BARRIOS GARCÍA e I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 57, 59; ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 3-6.

²³⁹ O aparelho conceptual utilizado pelo autor na elaboração da sua proposta foi desenvolvido em GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 24-43 e sintetizado, mais recentemente, em GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 14. Para além dos conceitos que gravitam em torno da noção de “organización”, o autor distingue ainda os que estão relacionados com as noções de “localización” (“centro”, “periferia”, “frontera”), “vinculación” (“personalidad”, “territorialidad”) e “trayectoria temporal” (“continuidades”, “discontinuidades”, “rupturas”).

²⁴⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 14. Estas três fases (atribuição do espaço; génese e manutenção de unidades de organização social do espaço (desde a villa até à cidade); e articulação integradora entre as unidades de organização social do espaço, tanto do ponto de vista física como administrativo) ficam também enunciadas em GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 21-22. De resto, já no referido artigo de 1978 o autor aludia a estes processos, que considerava «sucessivos, embora na prática quase contemporâneos», ainda que recorresse

decorre a distinção entre “unidades de organização social do espaço” e “unidades de articulação social do espaço”, duas categorias que, como veremos mais à frente, suportam a metodologia de análise proposta pelo autor²⁴¹.

A “organização social do espaço” constituiu-se assim, a partir dos anos 1980, num quadro conceptual e metodológico (logo convertido em escola historiográfica pelas inúmeras investigações do próprio García de Cortázar e dos seus discípulos, directos ou indirectos) orientado para o estudo da projecção espacial de uma determinada estrutura social de poder²⁴². Para se ter uma ideia da dimensão que atingiu o corpo das investigações empíricas integradas neste quadro conceptual e metodológico, bastará arrolar, desde o trabalho pioneiro e exploratório em que C. Díez Herrera procurou testar, a partir dos casos da Liébana, Astúrias de Santillana e Trasmiera, uma “hipótese” sobre a “formación de la sociedad hispano-cristiana del Cantábrico al Ebro en los siglos VIII a XI”, formulada por García de Cortázar²⁴³, as investigações (maioritariamente doutorais) dedicadas aos territórios da Cantábria (pela mesma autora), Guipúzcoa (E. Barreno Osoro), Bierzo (M. Durany Castrillo), Castela (E. Peña Bocos), Liébana (E. Álvarez Llopis), entre outros que foram objecto de investigações de menor fôlego²⁴⁴. Sem esquecer os inúmeros trabalhos do próprio García de Cortázar sobre La Rioja e o País

a uma terminologia e conceptualização diferentes. Referia-se a quatro “aspectos”: “ocupação”, “exploração”, “ordenação do poder de disposição sobre o espaço” e “relação entre o espaço e o conjunto da sociedade” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1978 – «Historia rural medieval...»: 171). Note-se, todavia, o recurso à expressão “articulação do poder” já em GARCÍA DE CORTÁZAR; DÍEZ HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 195; e ao conceito de “atribuição social do espaço” em GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Introducción – Espacio, sociedad...»: 16: «Repoblación implica atribución social del espacio; atribución que, inevitablemente, depende de la organización de la sociedad».

²⁴¹ V. *infra* §3.1.

²⁴² GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 197. Numa formulação mais recente e mais explícita: «Al fin y al cabo, entiendo la organización social de un espacio como la proyección de la estructura de poder de una sociedad en el ámbito (imaginario, simbólico, físico) en que se halla instalada y que, con su acción, contribuye a definir, jerarquizar y valorar» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004 – *Sociedad y organización del espacio...*: 8).

²⁴³ GARCÍA DE CORTÁZAR; DÍEZ HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*

²⁴⁴ Uma lista completa destas investigações pode encontrar-se em GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»; 2007 – «El estudio de la Alta Edad Media...». Para uma amostra das inúmeras linhas de trabalho que se integram neste quadro teórico e metodológico, v. o conjunto de trabalhos compilados num volume colectivo dirigido pelo autor: GARCÍA DE CORTÁZAR (ed.), 1999 – *Del Cantábrico al Duero...* Note-se a variedade de perspectivas disciplinares (histórica, em primeiro lugar, mas também arqueológica, geográfica, toponímico-filológica, etc.) e a considerável disseminação regional no quadro do vasto espaço que veio a constituir o reino asturo-leonês; ainda que as investigações de fundo arroladas no texto se concentrem no sector oriental (castelhano e basco).

Basco, as regiões que investigou com maior detalhe, numa abordagem que ultrapassa largamente o tema da “organização social do espaço”²⁴⁵.

Por outro lado, são ainda os mesmos pressupostos teóricos (mas raramente metodológicos) e a mesma preocupação com a projecção espacial das estruturas sociais de poder que informam as investigações de outros autores que não são discípulos directos de García de Cortázar, como sejam as de C. Reglero de la Fuente sobre os Montes de Torozos²⁴⁶, de J. J. Sánchez Badiola sobre a zona envolvente de León²⁴⁷ ou de J. Pavón Benito sobre Navarra²⁴⁸, entre muitos outros que poderíamos citar; ou mesmo os já referidos trabalhos de recorte histórico-arqueológico que procuraram analisar a evolução das estruturas sociais e territoriais de várias regiões e comarcas do Norte peninsular num longo arco cronológico que se estende entre a Antiguidade e a Idade Média central²⁴⁹.

Difícilmente a amplitude do programa de trabalho contido nas propostas teóricas e metodológicas formuladas por García de Cortázar para o estudo da “organização social do espaço” e os resultados alcançados poderiam ficar mais claros do que na avaliação feita pelo próprio, ao fechar um balanço das investigações integradas nesta linha:

«hemos podido, desde luego, perfilar los comportamientos de las distintas unidades de ordenación del espacio analizadas en nuestras investigaciones. Pero aún más ampliamente, hemos hecho lo mismo respecto a la dinámica de las sociedades asentadas en las tierras entre el Cantabrico y el Duero,

²⁴⁵ Boa parte destes trabalhos foi recentemente recolhida em duas colectâneas: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2005 – *Investigaciones sobre Historia Medieval...* (País Basco); 2009 – *Estudios de Historia Medieval...* (La Rioja).

²⁴⁶ A perspectiva dominante neste trabalho fica bem patente logo na Introdução: «No pretendo aquí abordar esas relaciones de poder en sí mismas, sino su proyección sobre el espacio: el modo en que la sociedad ocupa y organiza esse espacio»; e na enunciação do programa de uma obra preocupada com o estudo do povoamento, da economia e da organização (territorial e eclesiástica) do espaço (REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y Poder...*: 7, 23). Note-se, contudo, que o autor reduz o conceito de ‘organização do espaço’ à sua articulação política através de unidades como sejam: «alfoces, territorios, merindades, obispados, arcedianatos, arciprestazgos, parroquias, solares, aldeas, villas...»; o que leva a circunscrever a análise dessa organização a «tres grandes ámbitos: territorial [leia-se: político], señorial y eclesiástico» (*ibidem*, p. 261).

²⁴⁷ Apesar da elementaridade da formulação, são evidentes neste autor as ressonâncias teóricas (e mesmo metodológicas) (SÁNCHEZ BADIOLA, 2002 – *La configuración de un sistema...*: maxime 17).

²⁴⁸ O título do trabalho é sintomático de um enfoque claro na projecção espacial do poder (monárquico, desde logo): *Poblamiento altomedieval navarro. Base socioeconómica del espacio monárquico* (PAVÓN BENITO, 2001 – *Poblamiento altomedieval navarro...*: maxime 2, 317).

²⁴⁹ PASTOR DÍAZ DE GARAYO, 1996 – *Castilla en el tránsito...*; LARREA, 1998 – *La Navarre...*; MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...*; ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*; GARCÍA CAMINO, 2002 – *Arqueología y Poblamiento...*; LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...*. Sobre este tipo de estudos regionais, v. *infra* §1.2.5.

señalando diferencias en sus formas de hábitat y sus producciones, desigualdades en la aplicación de sus modelos de ejercicio del poder y, en definitiva, desajustes en la evolución global de dichas sociedades»²⁵⁰.

Cumpre, todavía, notar que tanto a teorização como a própria aplicação empírica das propostas de García de Cortázar, cujos princípios-directores acabámos de expor, não foram unívocas nem estáticas. A pulsão *totalizante* que as caracterizou desde o início²⁵¹ impedia a univocidade; a atenção vigilante do autor e dos seus discípulos aos desenvolvimentos historiográficos obrigou a uma natural evolução de perspectivas. É evidente, nos trabalhos iniciais, uma preocupação dominante com a projecção espacial das diversas “formações económico-sociais”, o que explica a atenção prestada ao espaço físico (nas suas condicionantes ambientais, desde logo) e à sua exploração económica propriamente dita. Basta atentar no referido texto exploratório de C. Díez Herrera sobre a Liébana, Astúrias de Santillana e Trasmiera²⁵² e na ampliação de que este primeiro inquérito foi alvo na dissertação de doutoramento da autora sobre o conjunto do território cántabro²⁵³. Contudo, ao longo das décadas de 1980-90, García de Cortázar veio a sublinhar com crescente insistência o horizonte do *poder*, entendido no seu sentido mais amplo de tecido articulador de uma determinada estrutura social e definidor da sua acção, também sobre o espaço. Neste sentido, as propostas teóricas do autor repercutiram, e simultaneamente potenciaram de forma significativa, uma alteração fundamental ao nível da abordagem e dos conteúdos da história política (convertida em história dos poderes) na historiografia altimedieval espanhola das

²⁵⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 337.

²⁵¹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 198.

²⁵² Entre outras passagens que poderíamos citar: «(...) si nuestra región no presenta una uniformidad en la distribución y organización del poblamiento, con la conseqüente incidencia en la ordenación general del paisaje, y estas realidades son fruto de unas determinadas estructuras económico sociales, su constatación nos está preludiando al menos dos formaciones económico-sociales diferenciadas» (GARCÍA DE CORTÁZAR; DíEZ HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 117).

²⁵³ É particularmente elucidativa da perspectiva adoptada pela autora a seguinte passagem da introdução do trabalho: «Dado que esta sociedad emergente promovió una reorganización del espacio, elegí presentar la nueva formación socio-económica medieval [feudal] a través precisamente de aquella, por entender que la organización social del espacio era la respuesta en la que estaban contenido todos los factores que configuran una sociedad, cada de uno de ellos estrechamente ligado a los demás en un sistema de indisociable coherencia, puesto que la organización del espacio, los habitats y paisajes agrarios, al ser el resultado y síntesis de los comportamientos políticos, económicos, jurídicos, mentales... de una determinada comunidad, refleja, como ningún otro, la interacción de todos los elementos que, en definitiva, configuran la historia en cualquier ámbito.

«La simple observación del espacio físico de esta región mostraba que un territorio compartimentado en unidades diferenciadas por el relieve, difícilmente comunicables y, en ocasiones, aisladas, había determinado, en primera instancia, la forma de organización del espacio montaños» (DíEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 13).

últimas décadas: a atenção antes conferida ao poder do monarca e aos dispositivos que sustentavam o seu exercício territorial deslocou-se para a própria sociedade, isto é, para a análise das múltiplas formas e circunscrições de exercício do poder em toda a amplitude da sua escala de distribuição social²⁵⁴.

É certo que a preocupação com o “poder de disposição sobre o espaço” está bem patente já na proposta de um “esquema de análise estrutural” da história rural medieval peninsular desenvolvida pelo autor na década de 1970²⁵⁵. No entanto, parece inegável que a atenção crescente prestada pela historiografia espanhola, a partir dos anos 1970-80, ao problema da “formação do feudalismo” no quadrante norte da Península foi promovendo um enfoque cada vez maior das reflexões de García de Cortázar nesse horizonte do *poder* e uma convergência progressiva entre a sua proposta teórico-metodológica para o estudo da “organização social do espaço” e a problemática da “formação de uma sociedade feudal”²⁵⁶. Esta convergência, que o autor declara expressamente no artigo programático de 1988²⁵⁷, ficara já bem patente no referido trabalho de colaboração que García de Cortázar e C. Díez Herrera publicaram em 1982 e na intenção expressa pelo autor, logo na abertura do texto com que colabora neste volume, de analisar as implicações do processo de “formação do feudalismo na Península Ibérica” «no solo desde el punto de vista de la organización de los grupos sociales sino desde el de la propia configuración de ese espacio en distintos ámbitos [territoriais], dotados de suficiente personalidad»²⁵⁸.

Por outro lado, essa convergência tornar-se-ia bem patente em duas das já referidas investigações de fôlego dirigidas por García de Cortázar, que corporizaram de

²⁵⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 823; 2007 – «El estudio de la Alta...»: 69).

²⁵⁵ «[A ordenação do poder de disposição sobre o espaço explorado] é o grande tema da História rural e, como processo, tem lugar simultaneamente com os já estudados da ocupação e da exploração do território, cujo interesse respectivo supera na medida em que (...) eles não se compreendem sem uma permanente e primordial referência à estrutura que em cada época e em cada lugar adopta esse poder de disposição do nosso espaço explorado» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1978 – «História rural medieval...»: 107).

²⁵⁶ Para um balanço historiográfico das investigações sobre o tema da implantação do feudalismo em todo o quadrante norte da Península (incluindo a Catalunha), v. SABATÉ, 2006 – «L'apparition du féodalisme...». Para um balanço ainda mais amplo, sobre o “estudo da Alta Idade Média”, em que ambos os temas (“feudalismo” e “organização social do espaço”) são tidos em conta, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 67 e ss.; a completar com um outro balanço do mesmo autor dedicado ao problema da *transição* entre a sociedade antiga e a feudal, que nas últimas décadas veio renovar o estudo da implantação do feudalismo em Espanha (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2003 – «¿Transición o transiciones?...»).

²⁵⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 197.

²⁵⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez Herrera, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 21.

alguma forma o *estado da arte* da investigação sobre a organização social do espaço no início dos anos 1990. Em primeiro lugar, na dissertação de doutoramento de C. Díez Herrera (defendida em 1987 e publicada em 1990), sobre *La formación de la sociedad feudal en Cantabria. La organización del territorio en los siglos IX al XIV*, um estudo ainda preocupado com a aplicação global das propostas de García de Cortázar, assente em procedimentos analíticos que passam sobretudo pela exemplificação (num arco cronológico amplo) das tendências consideradas de fundo (a “formação da sociedade feudal”), com a atenção da autora focada nos dois pólos essenciais que são: (i) o espaço organizado (pelas comunidades de *valle* e de aldeia), cuja morfologia física, e não apenas social, é estudada em detalhe; e (ii) a estrutura social que protagoniza essa organização²⁵⁹.

Pouco depois, a mesma convergência tornar-se-á ainda mais evidente na dissertação de doutoramento de E. Peña Bocos (defendida em 1990 e publicada em 1995), sobre *La atribución Social del Espacio en la Castilla Altomedieval. Una Nueva Aproximación al Feudalismo Peninsular*²⁶⁰. Trata-se de um trabalho já mais preocupado em gizar uma metodologia específica com vista à análise exaustiva de um aspecto concreto (ainda que determinante, porque fundacional) da organização social do espaço, como seja a “atribuição social do espaço”, com o objectivo específico de «captar la primitiva atribución social del espacio y sus modificaciones en virtud de la cristalización de un nuevo sistema de poder y disposición económica, jurídica, política y social»²⁶¹. O que leva a autora a estudar este processo de “cristalização” em três apartados sucessivos dedicados: (i) à “caracterização do fenómeno numa dimensão socioeconómica” (estudo da atribuição social (individual ou grupal) dos bens de uso agrário e pastoril, das estruturas de produção de sal e dos instrumentos de

²⁵⁹ DÍEZ HERRERA, 1990 – La formación de la sociedad...

²⁶⁰ PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social*... Embora a autora tenha alterado o subtítulo do trabalho na versão condensada que veio a editar, é sintomático o título original da tese: *La atribución social del Espacio en el Norte Peninsular: el proceso de cristalización del feudalismo en el Reino de Castilla en los siglos IX a XII* (itálico nosso). De resto, no Prólogo que escreve à versão editada, García de Cortázar enuncia claramente o problema central do trabalho: «Nada menos que la formación del feudalismo en un espacio del Norte Peninsular» (*ibidem*, p. 9). O “instrumento” escolhido pela autora para o estudo deste processo formativo é o da “atribuição social do espaço” que, nas suas palavras, «supone la revisión, desde planteamientos de sistematicidad, de un fenómeno englobador en el que hay que tener en cuenta el dominio del espacio; el reparto de atribuciones sobre él y sobre los hombres que lo ponen en explotación; y la articulación social de los grupos con la definición de las respectivas cuotas de poder»; «En definitiva, definir la estructura social de un espacio; la atribución diferenciada que se tiene sobre esse espacio y los hombres que lo habitan; y, consecuentemente, la estructura de poder» (*ibidem*, p. 14, 15).

²⁶¹ PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social*...: 19.

transformação, como os moinhos); (ii) à “dimensão social e humana do processo” (estudo da «primitiva organización del espacio de esos hombres instalados y agrupados en distintos marcos de convivencia, cuyo contenido y significado social y antropológico es sometido a contínuas transformaciones»); e (iii) à culminação do novo “sistema de poder e disposição” sobre homens e espaços na capacidade que alguns indivíduos adquirem «para exigir a otros derechos y obligaciones, ejercer actos de justicia, imponer sanciones, detraer rentas, imponer pagos»²⁶².

É evidente, portanto, o enfoque deste trabalho na estrutura social de poder (feudal, em particular), mais do que no espaço por ela organizado, que a autora estuda tão-somente na sua qualidade de testemunho dessa organização. É o espaço socialmente atribuído (mais até do que organizado, para sermos rigorosos) que aqui interessa. Onde se percebe a escassa atenção prestada à materialidade propriamente dita do espaço, que leva a autora a tratar “de forma abstracta e qualitativa” as diversas unidades (agrárias, desde logo) que compõem a paisagem²⁶³.

Percebe-se assim que estes dois trabalhos, separados por poucos anos mas assentes em bases teóricas e metodológicas razoavelmente distintas, possam ser tidos como um indicador claro da evolução a que nos referíamos mais acima e da importância crescente que o horizonte do *poder* assumiu nos estudos sobre a “organização social do espaço”. Por outro lado, em textos mais recentes, García de Cortázar tem vindo a alargar ainda o escopo desta linha de trabalho: depois do horizonte do *poder*, no seu sentido mais amplo, parece ter chegado a hora de incorporar o estudo das dimensões representacionais da organização do espaço, como se deduz, por exemplo, da sua atenção aos problemas da “espacialização do sagrado”, no quadro daquilo a que o autor chamou recentemente a “organização socioeclesial do espaço”²⁶⁴. O que não nos

²⁶² PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 19-20.

²⁶³ «Dado que el ánimo que nos mueve a acercarnos al conocimiento de dichos espacios de dedicación agraria, no es sino el interés último en saber qué grupos sociales disponen, se atribuyen o benefician de dichos espacios, cremos suficiente el intento de interpretación de la atribución de dichos bienes tomados de forma abstracta y cualitativa en su dimensión espacial y social y a tenor de la documentación diferenciada que disponemos para cada una de las zonas en que hemos fijado nuestro análisis» (PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 25).

²⁶⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...». Trata-se de um artigo em que o autor lança uma nova linha de trabalho, através da qual volta a introduzir na historiografia ibérica um conjunto de problemáticas recentes na historiografia francesa, como sejam a da “espacialização do sagrado”, lançada por D. Iogna-Prat e desenvolvida por autores como M. Lauwers, ou a da “génese territorial das paróquias”, capitaneada por É. Zadora-Rio. Para uma síntese dos desenvolvimentos de ambas, v. MAZEL, 2008 – «Introduction»: 15-6; DEVROEY; LAUWERS, 2007 – «L’«espace» des

deve fazer esquecer que os problemas da percepção e representação do espaço nunca estiveram ausentes do horizonte de preocupações de García de Cortázar, como se deduz já do referido texto programático de 1978²⁶⁵ ou de trabalhos que o autor lhes dedicou explicitamente²⁶⁶.

1.2. O estudo do povoamento como “fóssil-director”

A progressiva afirmação de uma história rural *totalizante* e a preocupação, muito marcada nos círculos historiográficos franceses, italianos e espanhóis, com a análise da projecção espacial das estruturas sociais de poder, explicam a centralidade conferida ao estudo do povoamento, e em particular dos processos de aglomeração do habitat, com todo o cortejo de implicações sociopolíticas que os defensores do *mutacionismo* procuraram atribuir-lhe²⁶⁷. Tendo em vista que os séculos XI-XII foram tradicionalmente vistos como o período por excelência de afirmação da *aldeia*, num contexto de claro avanço da senhoriação, percebe-se bem a importância central deste tema nos estudos de história regional dedicados ao período anterior ao século XIII²⁶⁸.

historiens...»: 443-48; e, numa perspectiva mais ampla, LAUWERS, 2009 – «L'Église dans l'Occident...»: 283 e ss.

²⁶⁵ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1978 – «História rural medieval...»: 57.

²⁶⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1989 – «Percepción y Organización Social...».

²⁶⁷ Na historiografia francesa, «the theme of the *mutation féodale*, which has dominated scholarship of the last decades, is inseparable from the role of the *castrum* in the subjugation of the allod-holding peasantry, as well as from the role of the church and the cemetery in the process of *encellulement* and in the appearance of village communities» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 72). Para uma síntese das teses *mutacionistas*, v., por todos, POLY; BOURNAZEL, 2004 [1980] – *La mutation féodale...* Embora esta seja hoje uma questão *velha* (senão mesmo esgotada, ainda que não resolvida), a “mutação feudal” (“*mutation*” para os franceses, “*revolution*” para os ingleses) gerou um intenso debate, desde logo em França, mas com a contribuição de autores anglo-saxónicos, que é responsável por um conjunto de artigos publicados nas revistas *Annales*, *Past & Present* e *Revue historique du droit français et étranger*, formando um verdadeiro dossier, lamentavelmente nunca editado em conjunto. Para uma breve, e muito recente, panorâmica do estado da questão (onde fica citada uma boa parte destes artigos), v. BARTHÉLEMY, 2009 – *The serf, the knight...: maxime* 1-11, da autoria, é certo, do principal crítico das teses *mutacionistas*. Embora excessiva, é de registar (ao menos como sintomática de uma perspectiva italiana) a opinião de L. Provero sobre este debate, que considera «sostanzialmente un confronto interno alla storiografia francese (...) che non ha suscitato entusiasmi nel complesso della medievistica europea» (PROVERO, 2009 – «Castelli, villaggi e poteri...» 297-298). No mesmo sentido vai a insuspeita avaliação de um autor francês: «(...) although this recent historiographical debate has enabled us to deepen our reflections on the change of social structures over time, it has not really contributed new clarifications to peasant society properly speaking» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 73).

²⁶⁸ A defesa mais vigorosa do conceito de ‘aldeia’ como sendo aplicável a uma realidade territorial e sociopolítica surgida apenas entre os séculos X e XI deve-se a R. Fossier, em diversos trabalhos, e.g.: FOSSIER, 1990 – «La naissance du village»; 1995 – *Villages et villageois...*: 7-28, *maxime* 19. A investigação mais recente sobre os séculos altomedievais veio matizar consideravelmente esta visão, como se percebe de um artigo recente, cujo título alude significativamente à “cristalização” (e não “nascimento”) da aldeia entre 800-1100, em que Ch. Wickham oferece uma larga panorâmica historiográfica sobre o tema, para demonstrar a possibilidade de uma tal realidade territorial e sociopolítica remontar ao século IX em várias regiões europeias e a inconveniência de se atribuir à

O povoamento, na sua dupla dimensão de (i) *processo* de ocupação e organização do território e (ii) *configuração* espacial e morfológica do habitat, foi assim tomado como o fenómeno determinante e mais revelador das relações entre espaço e sociedade, desde logo na historiografia sobre o Mediterrâneo²⁶⁹. Ao sublinhar a importância do estudo dos padrões de povoamento (*settlement patterns*) para uma análise global da sociedade (*histoire totale*) na historiografia italiana, Ch. Wickham chamou a atenção para o facto de no Mediterrâneo os núcleos de habitat serem menos estruturados e estarem associados a modelos menos estáveis de organização da economia agrária do que no Norte da Europa, onde uns e outros tenderam a manter a sua estrutura básica até à Revolução Agrária²⁷⁰. Ora, a correcta valoração do povoamento como indicador da evolução global da sociedade decorre precisamente do reconhecimento das sucessivas transformações a que ele esteve sujeito, em virtude da convergência de múltiplos factores no decurso de um processo contínuo, sobretudo no

senhorialização o estatuto de causa única (ou mesmo principal) dessa “cristalização” (WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»). Na base desta panorâmica (que foca, em particular, os casos da Renânia, do Mâconnais, da zona de Paris (Île-de-France e Picardia), do Lácio romano e do Norte de Espanha) está um imenso corpo de investigação histórica e arqueológica. A título de exemplo, v. a cómoda síntese de R. FRANCOVICH; R. HODGES, 2003 – *Villa to village...*, para o caso italiano; e o conjunto de artigos reunidos num volume recente dedicado ao Entre-Sena-e-Reno (YANTE; BULTOT-VERLEYSEN (eds.), 2010 – *Autour du «village»...*). Curiosamente, o texto conclusivo deste volume, da autoria de Fossier, contém uma reafirmação (só levemente matizada) das suas teses, no que contrasta vivamente com o tom dominante na maior parte dos artigos que compõem a obra (FOSSIER, 2010 – «Conclusions générales»: 508). A discussão terá o seu quê de *nominalista*, mas está longe de ser inócua, em virtude das implicações muito amplas que acarreta a sua integração no debate sobre a “mutação feudal”, como veremos.

²⁶⁹ «(...) it is from within this southern context that the idea of the habitat as structuring principle of the space has originated, as well as the theory that the habitation or settlement pattern reflects the society and thus in itself serves as evidence of its social history» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 66; v. também p. 64).

²⁷⁰ «In northern Europe, once villages came to fit into the highly structured collective economy of the three-field system or the other elaborate systems of agricultural exploitation recorded by generations of geographers in Germany, they rarely changed their basic form, at least until the Agricultural Revolution. Settlements in Mediterranean Europe are rarely so structured; their coherence, which can be great, is less often linked to a long-standing pattern of agrarian organization» (WICKHAM, 1988 – *The Mountains and the City...*: xxvi). A mesma estabilidade (“caractère structural”) dos desenhos parcelários nos espaços de *openfield* foi notada por TOUBERT, 1999 – «Histoire de l’occupation...»: 33. Aliás, sabemos hoje que o regime de rotação trienal dos campos aparece já documentado no registo arqueológico do Norte da Europa a partir do século V (HENNING, 2008 – «Strong rulers...»: 43) e nos textos relativos às reservas de alguns grandes domínios carolíngios a partir dos finais do século VIII (DEVROEY, 2008 – «Une société...»: 250); embora seja importante ressaltar a diferença entre: (i) a aplicação individual (“*unregulated*”) da rotação de culturas por parte de senhores e camponeses nas suas terras, que remonta à Antiguidade, e de que só há abundantes vestígios na Europa ocidental a partir do século IX; e (ii) a sua aplicação colectiva (“*regulated*”), assente em «rules being applied across all the fields of a settled community», que obriga a uma organização colectiva do conjunto do espaço agrário de uma aldeia e que, mesmo em regiões dominadas pela produção cerealífera, como o Norte de França, não parece difundir-se em larga escala antes do século XIII (KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 100).

Mediterrâneo²⁷¹. Explica-se assim a atenção muito particular que a historiografia da Europa do Sul prestou ao estudo deste tema. Bastará, aliás, um breve excuro pelos títulos e subtítulos dos estudos regionais e de outros tipos de trabalhos de história rural realizados em França, Itália e Espanha para se perceber como ‘povoamento’ e ‘sociedade’ são os termos predominantes, definidores de uma tendência (a diversidade de posições teóricas não permite chamar-lhe programa) que dominou o último quartel do século XX.

No entanto, não deve restringir-se à historiografia francesa, italiana e espanhola a importância atribuída ao povoamento como feixe de convergência dos diversos factores (ambientais, demográficos, económicos, sociopolíticos e mesmo culturais) definidores de uma determinada formação social²⁷². Pelo contrário, essa consciência está hoje bem presente na historiografia e, sobretudo, na arqueologia e na geografia histórica do Norte da Europa, herdeiras da já referida tradição de história rural (alemã e inglesa, sobretudo) que vem do século XIX, cuja pulsão descritiva e materialista as orientou desde cedo para o estudo dos processos de ocupação do solo e da configuração do habitat. Com efeito, a investigação sobre o povoamento nas regiões que bordejam o Mar do Norte, já de si facilitada por condições ecológicas e históricas particularmente favoráveis à conservação dos vestígios materiais²⁷³ e de alguns traços estruturais da paisagem, foi redimensionada pelo *boom* da arqueologia medieval no Pós-Guerra, que se estendeu aos países do Centro e Leste europeus (com especial incidência na Polónia e

²⁷¹ «L’habitat va sempre cristallizzandosi e decristallizzandosi in *tutti* i secoli, specialmente nel Mediterraneo, e, come ho detto, diversamente in ciascuna microregione. Non dobbiamo temere di ammetterlo; perché è per questo che l’habitat nel Mediterraneo risponde così velocemente a tanti impulsi, e che diviene perciò così utile come indicatore sociale» (WICKHAM, 1988 – «L’incastellamento...»: 417).

²⁷² Ainda na abertura do capítulo dedicado ao povoamento rural que integra a mais recente síntese sobre a arqueologia europeia da Alta Idade Média, escreviam os autores, sem fazer qualquer tipo de distinção entre o Norte e o Sul da Europa: «Rural settlement comprised an unusually diverse mosaic, dependent on the regionally differentiated natural environment (...), as well as on a variety of economic and social needs and necessities. The ultimate form of rural settlement was, everywhere and always, a significant part of the cultural identity (‘habit’), often developing long-term traditions. The determining factors provide us with unvaluable cognitive opportunities. Research into rural settlement reveals the specific means by which these factors were applied, thereby opening the way to important knowledge about the Middle Ages. Information regarding the interaction of past populations with the natural environment, the economic regime, the social system of communities and the ‘habit’, including symbolic dealings (all of which are integral to the life of every social system), falls within this context» (KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 76).

²⁷³ KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 83.

na ex-URSS) e se saldou num desenvolvimento muito significativo dos estudos em torno do povoamento (urbano como sobretudo, ao longo das últimas décadas, rural)²⁷⁴.

Num balanço recente da investigação inglesa sobre o povoamento entre os séculos VII e XIII, G. Astill deixa bem claras as amplas implicações que nos últimos anos se procurou atribuir ao estudo deste fenómeno, cuja evolução tem sido relacionada, sobretudo para a Alta Idade Média, com a das estruturas económicas (tanto ao nível da produção como da distribuição e consumos), demográficas, políticas (da senhoriação à afirmação do “Estado”) e culturais (modelos urbanísticos)²⁷⁵. Mais genericamente, a integração do estudo do povoamento no NO europeu num quadro amplo de problemas fica também patente na resenha da evolução dos “quadros interpretativos” feita por H. Hamerow na abertura da mais recente síntese sobre a “arqueologia das comunidades rurais” nesta região entre os séculos V e IX:

«During the 1950s and 1960s settlements were often investigated as part of wider studies of the historical ecology of a particular region (...). In the course of the 1970s the focus of much research shifted to the development from prehistory to the modern period of settlements and buildings within particular regions and micro-regions (...). In the course of the 1980s and 1990s the emphasis shifted from individual settlements and their buildings to their wider cultural landscape. Issues such as settlement patterns and territorial development (often seen in relation to state formation) have become increasingly prominent in current research strategies»²⁷⁶.

É evidente a prioridade da arqueologia medieval do Norte da Europa face à do Sul, para adoptarmos uma divisão latitudinal muito grosseira, no estudo da paisagem e

²⁷⁴ ANDERSSON; SCHOLKMANN; KRISTIANSEN, 2007 – «Medieval archaeology...»: 21, 23. Para uma panorâmica breve dos estudos arqueológicos sobre o povoamento altomedieval no NO europeu, v. HAMEROW, 2002 – *Early Medieval Settlements...*: 4-8.

²⁷⁵ ASTILL, 2010 – «The Long...»; v, também RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 12 e ss. Pelo elevado grau de integração entre dados, metodologias de análise e problemas históricos, arqueológicos, geográficos, toponímicos, paleoambientais, etc., é particularmente importante a investigação inglesa sobre a paisagem e povoamento rurais, centrada num longo arco cronológico que privilegiou os séculos centrais e finais da Idade Média (para uma panorâmica muito recente, v. CHRISTIE; STAMPER (eds.), 2012 – *Medieval Rural Settlement...*, que abrange significativamente os estudos sobre o período 800-1600).

²⁷⁶ HAMEROW, 2002 – *Early Medieval Settlements...*: 8-9. Aliás, o próprio programa desta obra espelha a amplitude daquele quadro de problemas: «The evidence is examined under five broad topics: buildings and what the ‘built environment’ tells us about the household and its activities; the layout of farmsteads and settlements and how these may reflect the social structure of communities; the formation of territories and demographic developments; farming strategies; and, finally, the role of non-agrarian production and exchange in the economies of rural settlements» (*ibidem*, p. 1; ao enfoque socioeconómico que ressalta deste questionário, não escapa o horizonte do poder como se deduz da observação com que a autora encerra a obra: *ibidem*, p. 194).

do povoamento medievais²⁷⁷. Se bem que as últimas três décadas tenham ficado marcadas por um desenvolvimento fulgurante da arqueologia mediterrânica que, na opinião emitida por J.-M. Pesez já em 1999, deixava adivinhar a chegada (entretanto concretizada) de resultados bem tangíveis²⁷⁸. No entanto, importa igualmente sublinhar que, apesar deste atraso no plano arqueológico, deve ser reconhecida a prioridade da historiografia mediterrânica no estudo do povoamento (e da aglomeração do habitat, em particular) como indicador decisivo da mudança social.

1.2.1. Os modelos de base: *incastellamento* e *encellulement*

Na definição desta tendência foi determinante a *thèse d'État* apresentada por P. Toubert em 1973 sobre o Lácio meridional e a Sabina nos séculos IX a XII²⁷⁹, na qual o autor repegou no conceito de '*incastellamento*', anteriormente utilizado de forma algo difusa e restritiva na historiografia italiana²⁸⁰, para lhe dar um sentido mais preciso e abrangente. Como o próprio Toubert o definiu num artigo de dicionário recente:

«Il désigne le mouvement de fondation de villages fortifiées qui, à partir des débuts du X^e s., a remodelé le paysage et les formes d'occupation du sol de l'Italie. L'*incastellamento* a ainsi créé un cadre matériel d'habitat porteur de nouvelles structures économiques et sociales, la *signoria di castello*. Il a, par voie des conséquences, entraîné des bouleversements de tous ordres dans l'organisation du territoire, l'encadrement religieux et juridictionnel des

²⁷⁷ Atente-se a este propósito no balanço dos estudos arqueológicos sobre o habitat rural medieval entre as décadas de 1950 e 1970 traçado por J.-M. Pesez em 1971, que evidencia uma predominância absoluta da investigação sobre o Norte e Leste europeus (PESEZ, 1971 – «Le village medieval»). Retomaremos esta clivagem entre as tradições setentrional e meridional, a propósito das diferenças entre as escolas inglesa e francesa de arqueologia da paisagem/extensiva (v. *infra* §1.3.).

²⁷⁸ PESEZ, 1999 – «Synthèse des travaux»: 496. Para se perceber o extraordinário dinamismo da arqueologia medieval da Europa do Sul ao longo das últimas décadas bastará compulsar os sucessivos volumes da série *Castrum* (oito até à data, editados pela EFR e pela CV, que recolhem as actas de outros tantos encontros dedicados especificamente ao espaço mediterrânico). Para um confronto entre as tradições meridional e setentrional, atente-se nas actas dos congressos da associação *Ruralia*, que cobrem diversos temas da arqueologia rural medieval em todo o espaço europeu (saíram também oito volumes, actualmente editados pela Brepols, cujos índices estão disponíveis em: http://www.ruralia.cz/ruralia_conferences.html).

²⁷⁹ TOUBERT, 1973 – *Les Structures du Latium...* Sobre a importância desta tese no quadro do modelo francês de estudos regionais a que nos referimos no §1.1., v. BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...»: 325.

²⁸⁰ Deve-se a Mario del Treppo a sugestão do termo '*incastellamento*' e a chamada de atenção para a importância territorial e sociopolítica dos castelos nos séculos centrais da Idade Média, num artigo de 1955: DEL TREPPO, Mario – «La vita económica e sociale in una grande abbazia del mezzogiorno: San Vincenzo al Volturno nell'alto medioevo». *Archivio storico delle provincie napoletane*. 35 (1955) 31-110 (cit. in PROVERO, 2009 – «Castelli, villagi e poteri...»: 295).

populations rurales. Il a enfin déterminé les conditions d'intégration du *contado* aux espaces de contrôle citadin»²⁸¹.

Ao atribuir ao conceito um conjunto tão amplo de implicações, o autor acabou por situar nos processos de organização do habitat e de ocupação do solo o epicentro das transformações fundamentais por que passaram as estruturas económicas e sociais neste período (no sentido do que considerou também ser uma “mutação feudal”)²⁸². O povoamento convertia-se assim num indicador decisivo da mudança social de amplo espectro, logo num objecto historiográfico da maior importância, que os estudos sobre o período anterior ao século XIII não mais abandonariam até hoje²⁸³. Uma fortuna a que não será estranho o apelo de um tal objecto tanto a historiadores *tout court* como a

²⁸¹ TOUBERT, 2002 – «Incastellamento»: 707. A importância da *thèse* de Toubert foi posta em relevo por Ch. WICKHAM, 1988 – «L'incastellamento...»: 412. E o próprio Toubert teve oportunidade de sublinhar, num balanço recente, que as potencialidades explicativas do conceito de '*incastellamento*' vão bem para além da esfera sociopolítica (senhorial): «Il rend d'abord intelligible, c'est bien vrai, une logique du peuplement, du travail paysan, du contrôle économique et social des classes dirigeantes. Il confère donc sans ambages leurs caractères originaux aux formes méditerranéennes du féodalisme. Mais il serait bien trompeur d'en réduire les vertus explicatives à l'analyse de la seigneurie castrale. Le village méditerranéen, avec son territoire clos, son habitat concentré, la structure (de plus en plus) rigide de son finage impliquant une exclusion progressive – et donc la structuration autonome – des espaces pastoraux a en effet aussi fourni à la couche seigneuriale une assise stable et bien adaptée à l'exercice de droits d'origine publique et à celui des droits paroissiaux appropriés. Il me semble qu'à l'intérieur de la cellule castrale, le poids des contraintes liées à la promiscuité et aux sujétions familiales, judiciaires et religieuses a finalement été plus lourd que celui des prélèvements économiques opérés par le seigneur sur le travail et la production paysanne» (TOUBERT, 1998 – «L'incastellamento aujourd'hui...»: xviii).

²⁸² «On sait bien depuis l'exposé du modèle latial dont c'était un élément-clé que le concept d'*incastellamento* recouvre à la fois des phénomènes d'habitat et de peuplement («Bevölkerung») d'une part et, d'autre part, des processus étroitement connexes d'aménagement progressif de l'espace cultivé («Siedlung») en fonction même du réseau d'habitat qui conférait son principe de centralité à toute l'occupation du sol» (TOUBERT, 1998 – «L'incastellamento aujourd'hui...»: xvi). Para uma integração ainda mais ampla do *incastellamento* nos grandes processos que marcaram a evolução sócio-económica da Europa pós-carolíngia, entre os quais a “revolução comercial” do século X, v. HODGES, 1998 – «The archaeology...»: 21, 28: «*Incastellamento*, in its myriad regional forms, belongs to an unified evolution towards a pan-European Economy» (*ibidem*, p. 28); e sobretudo WICKHAM, 1998 – «A che serve...»: 39-40, que integra o papel dos núcleos fortificados do Lácio na dinamização de redes comerciais, fruto da especialização manufactureira que neles se verificou, sublinhando ainda as características “urbanas” destes núcleos: «L'immagine laziale dell'*urbanisme villageois*, l'urbanismo paesano, è fra le intuizioni più feconde che le ricerche toubertiane ci hanno lasciato» (*ibidem*, p. 40).

²⁸³ «It is important to remember that, following Pierre Toubert, the *incastellamento* is considered to be a phenomenon of 'total history' – that is, one takes the reconstitution of the process of habitat concentration as the point of departure, and then expands the research to include such topics as forms of domination, social organization, and agricultural exploitation of the land (the so-called 'economic system of the *castra*')» (CURSENTE, 2007 – «Recent Trends...»: 66). L. Provero chama também a atenção para o papel estruturante que as alterações na configuração do povoamento desempenham no quadro da construção teórica (de uma *história total*) sintetizada no conceito de '*incastellamento*' e para o debate e investigação que este desencadeou, sobretudo em Itália (PROVERO, 2007 – «Forty years...»: 157-58).

arqueólogos, assim como as possibilidades de cruzamento dos registos escrito e material que ele abre²⁸⁴.

Ao longo das últimas décadas, foram muitos os trabalhos que deram sequência à investigação sobre o processo de *incastellamento*, sobretudo em Itália, precisando diferenças entre regiões, quer ao nível das tipologias como das cronologias de implantação da rede de habitats fortificados, matizando a importância que ela assumiu na organização do território e sublinhando protagonismos não senhoriais na sua construção, pelo que a discussão foi elevada a um patamar que passa hoje, entre outros pontos, pela correcção dos aspectos mais marcadamente *mutacionistas* da tese de Toubert²⁸⁵. Aliás, é curioso notar a aparente contradição entre a tendência dos historiadores italianos para recusarem a ideia de uma *mutação* breve (*revolucionária*) das estruturas sociopolíticas e a calorosa recepção da *thèse* de Toubert em Itália, contradição que fica de alguma forma esclarecida se tivermos em mente que essa recepção por parte da historiografia italiana viu precisamente na cronologia proposta para a *mutação* um dos pontos mais discutíveis e, em todo o caso, mais sujeito a especificidades e variações regionais, como esclarece L. Provero²⁸⁶.

Por outro lado, a discussão a que o conceito foi sujeito ao longo dos últimos anos, longe de se circunscrever à realidade italiana, veio também moderar uma certa tendência de aplicação generalizada (e por vezes indiscriminada, na medida em que

²⁸⁴ TOUBERT, 1998 – «L’incastellamento aujourd’hui...»: xiii; no mesmo sentido: MARAZZI, 1995 – «El «*Incastellamento*»...»: 189.

²⁸⁵ Sobre o debate gerado em torno do conceito de ‘*incastellamento*’, feito de correcções, matizes e sobretudo de um notável enriquecimento das perspectivas contidas na proposta teórica inicial, v. a síntese breve mas actualizada do próprio TOUBERT, 2002 – «*Incastellamento*»; NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 20-23; e especificamente a propósito da realidade italiana: GELICHI, 2006 – «L’archeologia medievale...»: 18 e ss.; PROVERO, 2009 – «Castelli, villaggi e poteri...»: 295 e ss. A influência do conceito na historiografia posterior ao aparecimento da *thèse* de Toubert fica bem patente nos sucessivos balanços de que foi objecto: 15 anos depois, dele se ocuparam os vários artigos que compõem a terceira parte de um volume colectivo sobre as estruturas de habitat e a ocupação do solo no Mediterrâneo (NOYÉ (ed.), 1988 – *Castrum 2...*: 411-535), com destaque para a panorâmica geral de Ch. WICKHAM, 1988 – «L’*Incastellamento*...», em que o autor chama a atenção para a necessidade de distinguir os processos de *incastellamento* propriamente dito (de construção de fortificações, com todas as suas implicações no plano da territorialização política) e de concentração (*accentramento*) do habitat, que coincidiram no Lácio dos séculos X-XI mas não noutras regiões: «Io stesso preferisco contraddistinguere l’incastellamento e l’accentramento come due processi distinti, connettendo in linea di massima il primo con la storia politico-giuridica, ed il secondo con la storia sócio-economica ed insediativa». Mais tarde, F. MARAZZI, 1995 – «El «*Incastellamento*»...» procurou actualizar o debate, sumariando os resultados da investigação dos 20 anos anteriores; e pouco depois foi dedicado todo um volume à discussão (teórica e empírica) do conceito (BARCELÓ; TOUBERT (eds.), 1998 – *L’incastellamento...*), no qual merecem especial atenção as reflexões do próprio TOUBERT, 1998 – «L’*Incastellamento* aujourd’hui...» e, uma vez mais, de WICKHAM, 1998 – «A che serve...».

²⁸⁶ PROVERO, 2009 – «Castelli, villaggi e poteri...»: 298.

descaracterizava a própria conceptualização de Toubert) aos mais diversos territórios mediterrânicos, com destaque para a Península Ibérica, tanto ao quadrante hispano-cristão como ao al-Andalus²⁸⁷. No que diz respeito especificamente ao espaço asturo-leonês, tende hoje a recusar-se a possibilidade de uma transposição do modelo explicativo global inerente ao conceito, como observou J. M. Mínguez²⁸⁸, seguindo uma opinião inicialmente avançada por J. Gautier-Dalché (ainda na década de 1970), para quem os castelos não desempenharam neste território funções significativas na organização do povoamento, nem sequer na articulação política do território, mas apenas de defesa, contribuindo quando muito para a estabilidade dos núcleos de habitat²⁸⁹. Esta opinião foi depois corroborada por J. Á. García de Cortázar, ao comentar a evolução morfológica de algumas aldeias do território entre a Cordilheira Cantábrica e o Vale do Douro (sobretudo na meseta duriense), caracterizada por uma maior “compactação” do habitat e do espaço agrário, no quadro de uma paisagem “orgânica” em que ambos os sectores se distinguem claramente. O autor chama a atenção para a espontaneidade do processo, impulsionado ao longo dos séculos X a XII por um “sólido reforço” das práticas comunitárias no quadro das comunidades de aldeia, pelo que não se deve falar de *incastellamento*, no sentido de «fenómeno concentrador deliberado del poder y la población com un sentido férreamente jerarquizador»²⁹⁰.

No entanto, mais recentemente, ao referir-se ao conceito, a propósito das consequências da intensificação da pressão sobre os homens na própria configuração do espaço, García de Cortázar parece já admitir a possibilidade de uma “versão particular” do *incastellamento* no território entre o Cantábrico e o Douro²⁹¹; uma sugestão que parece inspirar-se, de alguma forma, na hipótese avançada pelo mesmo Gautier-Dalché na década de 1980, segundo a qual o conceito de ‘*incastellamento*’ deve “talvez” ser relacionado com o processo de criação de uma malha de núcleos de habitat fortemente

²⁸⁷ Sobre os problemas que levanta esta aplicação às diversas realidades peninsulares, v. as observações de R. PASTOR, 1998 – «Problemas casi nuevos...».

²⁸⁸ J. M. MÍNGUEZ, 1998 – «El *incastellamento*...»: 10-12.

²⁸⁹ GAUTIER-DALCHÉ, 1979 – «Châteaux et peuplements...»: *maxime* 107, v. também p. 100-102.

²⁹⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «del Cantábrico al Duero»: 73.

²⁹¹ «Concretamente, es posible que, en el espacio del Cantábrico al Duero, el proceso de *incastellamento* tuviera, igualmente, sus manifestaciones en forma de creación de villas o de cambios en la función de castros y castillos. Por supuesto, aunque se acepte que estos dos conjuntos de hechos constituyeron síntomas de una versión particular del *incastellamento* en la zona de nuestro estudio, habría que seguir buscando la razón que explique por qué la manifestación material de la concentración del excedente por parte de los señores de los siglos XI y XII en la Península Ibérica fue tan diferente entre el oriente, donde son frecuentísimos los casos de encastillización física, y el occidente, donde apenas existen» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 30).

aglomerados e fortificados nos territórios reconquistados a sul do Sistema Central, a partir do século XII²⁹². Esta é, com efeito, uma discussão ainda em aberto, como se deduz das palavras de R. Pastor ao terminar o já referido artigo em que procurou reflectir sobre “l’*incastellamento*» em sociedades «no feudales» del Mediterraneo occidental²⁹³. Mas acima de tudo, e como muito bem nota a autora, nada pode diminuir a extraordinária importância da obra de Toubert no estímulo da reflexão teórica e metodológica também na historiografia peninsular²⁹⁴.

O debate gerado em torno do *incastellamento* na historiografia mediterrânica em geral foi assim responsável por um significativo alargamento da base empírica que sustentou a problemática construída pelo autor com base no caso do Lácio e pelo seu aperfeiçoamento no plano teórico. No entanto, e independentemente destes desenvolvimentos *mediterrânicos* mais recentes, o conceito de ‘*incastellamento*’ foi objecto, logo em 1982, de um importante redimensionamento, em virtude da proposta avançada por R. Fossier (um historiador do *Norte*) de estender ao conjunto da Europa ocidental dos séculos X a XIII a noção de *encellulement*²⁹⁵. Uma boa definição deste conceito foi avançada pelo próprio autor num texto mais recente:

²⁹² «Dans la Manche et l’Estrémadure où le repeuplement a été, pour une très large part, l’oeuvre des Ordres Militaires, le regroupement des *populatores* en grosses agglomérations dominées par une forteresse, la rareté ou l’absence d’habitats intercalaires est un phénomène qu’il conviendrait, peut-être, de mettre en relation avec celui de l’*incastellamento*. Il pourrait témoigner de la volonté des Ordres de contrôler étroitement leurs «vassaux». Mais là aussi, le manque d’hommes doit être prise en compte» (GAUTIER-DALCHÉ, 1988 – «Reconquête et structures...»: 206). Também no sector meridional de Navarra (de conquista mais recente), parece possível identificar um processo de *incastellamento* a culminar na criação de um conjunto de “*villages castraux*” que atingem a maturidade no século XIII (LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 510-40).

²⁹³ PASTOR, 1998 – «Problemas casi nuevos...»: 330.

²⁹⁴ PASTOR, 1998 – «Problemas casi nuevos...»: 317.

²⁹⁵ FOSSIER, 1989 [1982] – *Enfance de l’Europe...*, 1: 188-234, 288 e ss. O autor explicou o conceito de forma sintética em vários trabalhos posteriores, entre os quais: FOSSIER, 1990 – «La naissance du village» e, num registo de divulgação, FOSSIER, 1995 – *Villages et villageois...*: 23-28. Uma chamada de atenção anterior para a importância das diversas “células da vida rural” e para a sua função de enquadramento senhorial, encontra-se já em FOSSIER, 1976 – «Land, castle...»: 323: «the ordinary superstructure of these «cells» is economic, legal, political or military power, in short, a «seigneurial» power». A identificação entre os processos de *incastellamento* e de *encellulement* fica bem patente: «(...) la fixation du cimetière, de l’église, du château, quel que soit l’ordre ou l’importance que l’on donne à ces facteurs, le développement et l’ancrage de l’artisanat au milieu du groupe paysan, tout cela donne enfin au village son site et sa forme définitifs. J’appelle cette phase capitale de l’histoire européenne l’encellulement, de même qu’on dit *incastellamento* pour le midi du continent, phénomène synchrone et d’aspect original» (FOSSIER, 1986 – «L’économie...»: 367-68). Ainda que o autor não tenha deixado de notar recentemente como, frente ao conceito de ‘*encellulement*’, «celui d’*incastellamento*, d’origine méditerranéenne et même plutôt italienne, dont usent pourtant avec obstination collègues et étudiants sans se rendre compte que le radical du terme fait allusion au rôle du château comme noyau initial du regroupement, vérité peu contestable aux bords de la mer latine, mais inacceptable plus au nord» (FOSSIER, 2010 – «Conclusions générales»: 508).

«L'encellulement, *congregatio hominum*, est le rassemblement et la prise en mains des hommes, sous le double aspect de la seigneurie et de la naissance d'un village organisé. Le trait le plus net est le regroupement des maisons jusqu'alors éparées, donc l'abandon des sites anciens ou du moins d'une grande partie, au profit de l'un d'eux ou d'un habitat neuf. C'est au sud de l'Europe, Italie moyenne, Provence, Catalogne, que le mouvement paraît avoir débuté, au seuil du X^e siècle (...) Au nord de la Seine, et du Rhin à l'Elbe enfin (...) le mouvement est lent, polymorphe et s'accommode peut-être plus qu'ailleurs des sites anciens; il est d'ailleurs tardif: guère avant la fin du XI^e siècle en France du nord et Rhénanie, XII^e en Allemagne moyenne (...)»²⁹⁶.

Percebe-se assim como neste modelo confluem duas grandes linhas de investigação (predominantemente francesas) que estavam já presentes no trabalho de Toubert e foram por ele estimuladas, mas cujas propostas Fossier arrisca estender para lá do estrito âmbito mediterrânico, pondo em relevo a afirmação concomitante, no quadro de uma “revolução do século XI”, dos processos de (i) fixação e aglomeração do habitat e (ii) consolidação das estruturas senhoriais de domínio, no quadro da “mutação feudal” proposta pelos trabalhos de G. Duby e seus discípulos. O senhorio (que não necessariamente o castelo) vem assim juntar-se a duas estruturas básicas na ancoragem do habitat (a igreja e o cemitério) para a definição de um quadro territorial e humano (comunitário) que o autor, e uma boa parte da investigação histórica e arqueológica francesa até aos anos 1990, considerou ser o único assimilável ao conceito de ‘aldeia’, cujo *nascimento* situa, com considerável variação regional, entre os séculos X (em várias zonas do Mediterrâneo) e XII (na Alemanha central, por exemplo)²⁹⁷. Aliás, a pretensão de que um modelo como o do *encellulement* pudesse aplicar-se a um tão amplo espaço decorre precisamente da centralidade que o problema da *origem* da aldeia assumiu na investigação histórica e sobretudo arqueológica de várias outras regiões europeias, desde logo em Inglaterra²⁹⁸.

²⁹⁶ FOSSIER, 1995 – *Village et villageois...*: 23.

²⁹⁷ «L'encellulement gomme de l'*incastellamento* les formes proprement méridionales et constate que dans la plupart des régions d'Europe, dans un laps de temps assez court, *grosso modo* le XI^e siècle, une transformation majeure se produit, un affermissement des cadres qui organisent la société à micro-échelle: la seigneurie et la paroisse notamment, la communauté villageoise dans un mouvement contradictoire d'accompagnement et de résistance à ces affermissements autoritaires. Cadres abstraits, mais aussi concrètement délimités. L'individu est défini par l'espace dans lequel il vit et sur lequel il a des droits d'usage, la seigneurie se fait réelle plus que personnelle, la paroisse s'inscrit dans des limites territoriales. Aux vastes territoires des siècles précédents se substitue une définition des appartenances à micro-échelle. Et du XI^e au XIII^e siècle, on ne cesse de mieux définir et de mieux délimiter les territoires, en même temps que les droits des collectivités qui les exploitent ou en sont exclues» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l'espace»: 500).

²⁹⁸ «The study of rural settlements and landscapes has always lain at the heart of medieval archaeology in Britain. Indeed, from the very inception of the sub-discipline, and especially from the post-war period

As potencialidades explicativas do conceito são imensas e estendem-se inclusivamente ao domínio das representações eruditas do espaço, como vêm sugerindo as investigações francesas recentes sobre a “espacialização do sagrado” (estudada sobretudo numa perspectiva teológica e eclesiológica, de que os trabalhos de D. Iogna-Prat são a base fundamental²⁹⁹) e sobre a afirmação das paróquias como marco territorial e simbólico de enquadramento das populações, num processo a que já se convencionou chamar *inecclesiamento*, segundo a designação proposta por M. Lauwers³⁰⁰. É evidente a filiação deste conceito nas propostas de Fossier³⁰¹. No entanto, ao reter tanto os aspectos simbólicos da inscrição espacial das populações quanto os aspectos materiais e sociais ressaltados pelos modelos do *incastellamento* e do *encellulement*³⁰², e ao assumir uma cronologia mais dilatada, que se estende entre os séculos IX e XII, o modelo proposto por Lauwers veio matizar e enriquecer consideravelmente a noção de *encellulement*³⁰³.

forwards, it has been the complex and still not fully resolved issues of village nucleation and open-field farming that have served in large part to frame the medieval archaeologist's research agenda» (JONES; HOOKE, 2012 – «Methodological Approaches...»: 31).

²⁹⁹ V., por todos, IOGNA-PRAT, Dominique – *La Maison Dieu: une histoire monumentale de l'église au Moyen Âge* (v. 800-v. 1200). Paris: Éditions du Seuil, 2006.

³⁰⁰ LAUWERS, Michel – *Naissance du cimetière. Lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier, 2005. Na definição do próprio autor: «La notion d'inecclesiamento désigne la mise en place et la multiplication des édifices ecclésiaux, la sacralisation et la structuration, selon un processus lent mais continu, de formes de vie sociale autour des lieux de culte et de leurs zones funéraires, ainsi qu'une nouvelle représentation de l'Église. Tandis que les premiers auteurs chrétiens avaient fortement proclamé le caractère immatériel de l'Église, l'institution ecclésiale du Moyen Âge fut, quant à elle, créatrice d'espace social» (DEVROEY; LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 446, nt. 29). A importância dos espaços de enterramento na fixação das estruturas de habitat e na formação da aldeia, por via da criação de vínculos entre uma “comunidade de vivos” e a “comunidade dos mortos”, sobretudo ao longo dos séculos IX-X, foi sublinhada também por TREFFORT, Cécile – *L'église carolingienne et la mort: christianisme, rites funéraires et pratiques commémoratives*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996.

³⁰¹ Como o próprio Lauwers reconhece: «Dans un contexte d'encellulement des communautés chrétiennes, que l'on pourrait qualifier d'inecclesiamento, la «paroisse» représente une structure spatiale qui ne prend consistance qu'en fonction du lieu légitime et nécessaire de réalisation des sacrements, l'église-bâtiment» (DEVROEY; LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 445-46). Com o seu enfoque na esfera religiosa, este conceito vem ressaltar dois dos três elementos motores do processo de *encellulement*, na teorização de Fossier: o cemitério e a igreja (progressivamente *paroquial*); a que deve acrescentar-se o senhorio (FOSSIER, 1995 – *Village et villageois...*: 24 e ss.).

³⁰² «Ce mouvement d'inclusion des populations au sein de l'*Ecclesia* doit être envisagé comme un processus fondé sur une part d'idéal, tandis que d'autres phénomènes de spatialisation des rapports sociaux, comme l'*incastellamento* et l'encellulement, renvoient plutôt, selon les auteurs de ces concepts, à des moments de recomposition matérielle» (DEVROEY; LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 446, nt. 29).

³⁰³ «Parallèlement à l'*incastellamento* – réaménagement de l'espace et des liens sociaux autour du château –, se produit un lent et progressif *inecclesiamento* qui semble avoir caractérisé l'organisation sociale au cours du Moyen Âge. Le tropisme qu'exercèrent les églises et la terre cimetériale reposait sur l'image d'une *Ecclesia* faite de tous les fidèles, vivants et défunts, qui permettait l'institution et la reproduction d'un ordre social investi par les clercs. La mise en lumière de ces espaces paradigmatiques, dont

Com efeito, a investigação histórica e sobretudo arqueológica mais recente, em particular sobre os séculos VIII a X, tem vindo a defender um recuo considerável dos processos de aglomeração do habitat e de crescimento económico que constituem o suporte material dos aspectos propriamente sociopolíticos das teses “mutacionistas”, e que eram também tradicionalmente atribuídos aos séculos X a XII³⁰⁴. Os autores dos modelos a que nos vimos referindo viram-se assim obrigados a introduzir alguns matizes. Desde logo Toubert, que veio a reconhecer os antecedentes do *incastellamento* no século IX, ainda que não ponha verdadeiramente em causa a cronologia que atribuíra ao processo de concentração do habitat³⁰⁵, no que parece manter uma perspectiva excessivamente marcada pelo território do Lácio e da Sabina que melhor estudou (e que procura estender, de forma automática, ao conjunto do Ocidente europeu), quando hoje se percebe a excepcionalidade desta região³⁰⁶. E mesmo Fossier, que acolheu com maiores reservas as críticas ao seu modelo do *encellulement* e às teses *mutacionistas* em geral³⁰⁷, reconheceu recentemente que, ao menos no que respeita ao processo de “*formation villageoise*” no Entre-Sena-e-Reno, as mudanças verificadas entre os séculos

l'élaboration se situerait entre 800 et 1200, a enrichi et affiné la notion d'encellulement proposée naguère par Robert Fossier» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 41).

³⁰⁴ V., a título indicativo, os vários artigos-balanço sobre a arqueologia medieval de diversos países europeus no recente *The Oxford Dictionary of the Middle Ages*, e.g.: ARTHUR, 2010 – «Archaeology: Italy»; BURNOUF; PÉRIN, 2010 – «Archaeology: France»; REYNOLDS, 2010 – «Archeology: Britain». O artigo relativo à Península Ibérica, maioritariamente centrado na arqueologia do al-Andalus, é irrelevante para o nosso propósito e contém algumas afirmações de uma incrível superficialidade a propósito do espaço hispano-cristão (GLICK, 2010 – «Archeology: Iberia»). Genericamente: «Early settlement nucleation or open-field systems of cultivation can likewise be often traced back to the 8th century» (ELBL, 2010 – «Economic and social history»).

³⁰⁵ «Il est bien clair aujourd'hui que si l'*incastellamento* ne traduit pas un renversement de la conjoncture, il marque un tournant irréversible (quel que soit le nom dont on veuille l'étiqueter) dans les formes mêmes (matérielles, techniques, économiques, sociales, etc.) d'une croissance de longue durée, en actes dès les VIII^e-IX^e siècles et qui s'est prolongée jusqu'au XIII^e siècle. C'est au demeurant un autre grand mérite de l'archéologie de site que d'avoir aidé à clarifier les figures, si l'on peut dire, du mouvement et d'avoir établi que les premières concentrations paysannes sur des sites «potentiellement castraux» se sont au départ (c'est-à-dire aux IX^e-X^e siècles) accommodées de structures matérielles légères (enceintes en bois, habitat en pise, etc.)» (TOUBERT, 1998 – «L'*incastellamento* aujourd'hui...»: xiv; no mesmo sentido: TOUBERT, 2002 – «*Incastellamento*»: 710-11).

³⁰⁶ WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»: 44.

³⁰⁷ «La poussée du nombre des hommes, la dissociation du clan, l'extension du contrôle sur les paysans, l'attirance des morts, le rôle croissant de l'Église, le poids du château enfin, tous ces faits, interférant d'ailleurs l'un sur l'autre, justifient bien, me semble-t-il, qu'une étape capitale est franchie une fois passé le seuil de l'an mil. On peut nuancer les dates, souligner les exceptions, discuter l'ordre des causes, on ne peut nier la «mutation», et même, je le prends à mon compte, la «révolution»» (FOSSIER, 1995 – *Village et villageois*...: 27).

X e XI devem caracterizar-se sobretudo como uma “aceleração” de tendências anteriores³⁰⁸.

Importa sublinhar, desde já, a diferença entre este processo de *nascimento* da aldeia (entendida como realidade sociopolítica) e a simples tendência de aglomeração do habitat, que muitas vezes (mas não necessariamente) antecedeu aquele processo³⁰⁹, e que a arqueologia tem demonstrado recuar pelo menos aos séculos VII-VIII em diversas regiões europeias³¹⁰. No entanto, é indiscutível a relação (próxima mas mais uma vez não necessária) entre ambos os fenómenos³¹¹. O conceito de ‘proto-aldeia’ é frequentemente utilizado pelos defensores do *encellulement* para designar estes núcleos aglomerados anteriores ao Ano Mil³¹². Mas a verdade é que há hoje um relativo consenso em reconhecer a existência de verdadeiras aldeias logo a partir dos séculos VIII-IX, pelo menos³¹³.

De igual modo, o problema do crescimento económico foi também objecto de considerável revisão ao longo das últimas décadas. Aliás, parece haver neste ponto, mais até do que quanto à aglomeração do habitat, um evidente consenso entre as cronologias marcadas por historiadores e arqueólogos. É hoje claro o dinamismo expansivo verificado em largas regiões do Ocidente europeu a partir dos séculos VIII-IX, desde logo ao nível da produção agrária, mas também da produção artesanal e sobretudo da circulação de produtos, ditada em primeiro lugar por uma procura

³⁰⁸ «Je conviens aujourd’hui que les traces persistantes ou le rôle joué par la période qui précède [o Ano Mil] contraignent à plus de retenue. Flexure il y a, cela ne peut raisonnablement se nier, mais j’opterai volontiers à présent pour le terme d’«accélération» dans la formation villageoise» (FOSSIER, 2010 - «Conclusions générales»: 509). É justo reconhecer que já em 1980, num trabalho hoje clássico, de colaboração com J. Chapelot, o autor fazia recuar à segunda metade do século IX os primórdios da *aldeia* e reconhecia a existência de núcleos de habitat aglomerado ao longo da Alta Idade Média (CHAPELOT; FOSSIER, 1980 - *Le village et la maison...*: 16, 139 e ss.).

³⁰⁹ WICKHAM, 2008 - «La cristalización...»: 49, 39-40 (a propósito do caso do Mâconnais); no mesmo sentido, e a propósito de Inglaterra: RIPPON, 2008 - *Beyond the medieval village...*: 266.

³¹⁰ QUIRÓS CASTILLO (ed.), 2009 - *The archaeology...*: *passim*.

³¹¹ WICKHAM, 2002 - «Asentamientos rurales...»: 28.

³¹² CURSENTE, 2002 - «Village». Na historiografia anglo-saxónica cunhou-se também o conceito de ‘*non-village*’, para designar povoados anteriores aos núcleos aglomerados que se desenvolvem entre os séculos IX e XII (LEWIS, Carenza; MITCHELL-FOX, Patrick; DYER, Christopher (1997) - *Village, Hamlet and Field. Changing Medieval Settlements in Central England*. Manchester: Manchester University Press, 1997, p. 8, cit. in QUIRÓS CASTILLO, 2007 - «Las aldeas...»: 70).

³¹³ WICKHAM, 2008 - «La cristalización...». Mesmo autores mais presos ao modelo do *encellulement*, convictos de que a formação da malha aldeã só tem verdadeiramente lugar entre os séculos XI e XIII, não deixam de o reconhecer implicitamente (CURSENTE, 2002 - «Village»: 1449).

crescente por parte das elites³¹⁴ e pela progressiva afirmação do poder régio, dentro e fora do espaço carolíngio³¹⁵. Com efeito, mesmo atribuindo tanta importância ao século X enquanto momento de afirmação do processo de *incastellamento* e do conjunto de mutações económicas, sociais e políticas inerentes à senhoriação do território no Lácio e na Sabina³¹⁶, Toubert não deixou nunca de reconhecer a importância dos séculos VIII-IX e veio a desenvolvê-la em trabalhos mais recentes³¹⁷. Debruçando-se sobre os polípticos carolíngios e outras fontes deste período, o autor insiste na necessidade de recuar a estes séculos a dinâmica de crescimento agrário que sustentará as transformações sociais por si atribuídas aos séculos X-XI³¹⁸. Junta-se, assim, a diversos autores alemães, italianos e belgas (com destaque para A. Verhulst e J.-P. Devroey) que, a partir de novas leituras das fontes escritas (em particular dos polípticos carolíngios), vieram renovar por completo a visão do “sistema dominial clássico” e ressaltar um dinamismo económico de longa duração, que se desenvolveu no espaço carolíngio entre os séculos VIII e XIII (ainda que de forma não linear), e socialmente multideterminado, que fica a dever-se sobretudo à pressão/coordenação régia e senhorial mas também ao trabalho e iniciativa “pioneira” dos camponeses³¹⁹.

Esta perspectiva implica um corte evidente com a visão pessimista da economia e da sociedade europeias anteriores ao Ano Mil difundida pela síntese de G. Duby sobre

³¹⁴ TOUBERT, 2004 – *L'Europe dans sa première...*: 18-21; WICKHAM, 2008 – «Rethinking the Structure...».

³¹⁵ Como notou recentemente H. HAMEROW, 2009 – «Early medieval...»: 69-70, a propósito da investigação arqueológica sobre o NO europeu.

³¹⁶ TOUBERT, 1973 – *Les structures du Latium...*: maxime I: 330-38, II: 1355-58.

³¹⁷ Estes trabalhos foram, em boa parte, reunidos numa colectânea recente: TOUBERT, 2004 – *L'Europe dans sa première...*, em que o autor procura defender a tese «du premier décollage économique – c'est-à-dire d'abord agricole – de l'Occident dès les VIII^e-X^e siècles» (*ibidem*, p. 13).

³¹⁸ É justo reconhecer que Toubert chamara já a atenção para a “longa duração” desta dinâmica no seu estudo sobre o Lácio e a Sabina, aceitando como válida para os séculos VIII a X a imagem de uma “idade de ouro” do campesinato italiano (proposta por Gian Piero Boggetti para os séculos VII-VIII apenas): TOUBERT, 1973 – *Les structures du Latium...*, I: 450 e ss., II: 1355-56). Mas a verdade é que nos trabalhos mais recentes citados na nota anterior, que recolhem já um vasto corpo de investigações históricas, arqueológicas e numismáticas posteriores a 1973, e relativas a diversas regiões europeias, o autor apresenta esta dinâmica de crescimento iniciada no século VIII como uma tendência do “Ocidente” em geral, na qual terão desempenhado um papel central não só os camponeses mas os próprios domínios senhoriais, como centros dinamizadores da actividade económica (que não exclusivamente agrária) e como agentes de uma nova “racionalidade” na exploração dos recursos, que denuncia «un souci d'optimisation de la rente foncière et une évidente capacité des grands propriétaires à tirer le meilleur parti d'une démographie en constante croissance depuis le VIII^e siècle au plus tard» (TOUBERT, 2004 – *L'Europe dans sa première...*: 18-20 – citação na p. 20).

³¹⁹ V. as sínteses de J.-P. DEVROEY, 2001 – «The economy»: maxime 103-105, 123-29; 2008 – «Une société ...».

“as origens do crescimento europeu”³²⁰ e pelos trabalhos de muitos seguidores seus, com destaque para os de Fossier³²¹. Uma visão construída predominantemente sobre fontes escritas e que a arqueologia (do Norte da Europa, sobretudo) pareceu confirmar até à década de 1980³²²; mas que de então para cá foi consideravelmente revista, face ao dinamismo económico que a investigação mais recente tem vindo a ressaltar para os séculos VIII a X, de forma quase consensual³²³. Como escreveu J.-P. Devroey:

«On ne peut pas lier la croissance rurale du Haut Moyen Âge à une forme spécifique seulement (grand domaine – micro-propriété – autonomie des paysans cultivateurs) d’organisation sociale de la production. L’allègement des charges publiques et privées qui pesaient sur la paysannerie a créé les conditions d’un mieux-être, condition préalable d’un essor démographique et d’une augmentation globale du volume de la production. Celle-ci a été dans un premier temps le résultat d’une extension des surfaces cultivées. Dans l’Europe franque, les signes de la croissance agricole se sont multipliés partout à partir du VIII^e siècle.

«En réalité c’est la même hypothèse qui est au cœur des différents modèles de développement fondés sur la pression (exogène) de l’aristocratie ou sur le dynamisme (endogène) des paysans individuels ou de la «société paysanne». Le Moyen Âge apparaît comme le point de départ d’une société occidentale dont les rapports sociaux de production reposent jusqu’à la révolution industrielle sur la famille nucléaire dans le cadre de l’exploitation familiale, sur la coordination du travail des paysans par les outsiders et sur la communauté des paysans cultivateurs assemblées en villages. Les «progrès» enregistrés dans les campagnes européennes n’ont pas un caractère soudain, «révolutionnaire», mais sont le lent produit d’une intensification de pratiques agricoles. La diffusion de nouvelles techniques va de pair avec les innovations institutionnelles et sociales»³²⁴.

A arqueologia desempenhou um papel muito relevante na revisão de ambos os problemas (aglomeração e crescimento), que estão intimamente ligados entre si³²⁵. E não

³²⁰ DUBY, 1993 [1973] – *Guerreiros e camponeses...*

³²¹ E.g. FOSSIER, 1986 – «L’économie...».

³²² CHAPELOT; FOSSIER, 1980 – *Le village et la maison...: maxime* 21-30.

³²³ Note-se, contudo, que J. Henning chamou a atenção muito recentemente para o que considera serem indícios arqueológicos de um claro retrocesso dos rendimentos agrários apenas no período carolíngio (séculos VIII-IX), espelhado num abrandamento das trocas no interior do espaço imperial, como resultado do triunfo (ainda que temporário) do domínio bipartido, promovido pelo regresso de uma autoridade central forte e do consequente recuo de uma economia agrária assente em pequenas unidades de produção camponesas, que teriam estado na base do desenvolvimento económico (agrário mas também comercial e artesanal) identificável nos séculos V a VII no espaço merovíngio (HENNING, 2008 – «Strong rulers...»); v. as críticas a esta hipótese feitas por A. LAIOU, 2008 – «The Early Medieval...»: 100-101.

³²⁴ DEVROEY, 2008 – «Une société ...»: 257.

³²⁵ Referindo-se ao crescimento verificado no quadrante Norte da Península a partir de meados do século VIII, observa GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 127: «En el marco de esse proceso global es en el que se entienden tanto la sistemática ganancia de pequeños nuevos espacios

podem ser desligados, como vimos, de um terceiro problema-chave: o da senhoriação³²⁶. Como notou H. Hamerow, a propósito do estudo do povoamento no NO europeu entre os séculos V e IX, a investigação arqueológica contribuiu significativamente para que fosse possível superar a visão tradicional de uma economia arcaica, essencialmente de subsistência, associada a uma dispersão do povoamento em pequenas unidades de habitat e exploração autárquicas, que a historiografia construiu da Alta Idade Média (*Dark Ages*); assente no paradigma marxista de um “modo germânico de produção”³²⁷. Adoptando um horizonte de problemáticas muito alargado, pedido de empréstimo à história económica, social e política, a arqueologia foi capaz de renovar os questionários tradicionais que haviam orientado a investigação do registo material e de os direccionar para duas questões fundamentais, e muito amplas, que são também as que dominam *grosso modo* a investigação arqueológica na Europa do sul:

«1. What was the degree of economics integration (i.e. between local/regional and individual/group economies) in the early medieval countryside? Archaeological evidence challenges the historical orthodoxy that early medieval communities were economically isolated and undifferentiated, and indicates that, although these societies were made up of essentially pre-literate ‘small communities’, their economies and cultural interaction were complex and diverse.

«2. How did the changing relationship between land and power which characterizes this period, and which laid the foundations of manorialism, affect rural settlements? In the early Middle Ages, power was based increasingly on the surplus derived from landed resources, a surplus which was extracted by the aristocracy and church using ever more sophisticated means. Can we detect something of how this agricultural exploitation was organized from the remains of settlements and their fields?»³²⁸.

Em síntese, o essencial da revisão a que foram sujeitos, nas três últimas décadas, os modelos do *incastellamento* e do *encellulement* e as ideias tradicionais sobre a evolução do habitat ao longo dos séculos VIII a XII ficou a dever-se a uma integração

cobrados al bosque mediante la roturación como los movimientos de población de muy corto radio que fueron factor y consecuencia de los cambios en las pautas de asentamiento de la población».

³²⁶ HAMEROW, 2009 – «Early medieval...»: 69-70.

³²⁷ HAMEROW, 2002 – *Early Medieval Settlements...*: 2. Para um exemplo da aplicação (matizada) do conceito de “modo germânico de produção” à realidade peninsular, e em particular às comunidades camponesas da Alta Idade Média, v. PASTOR, 1993 – *Resistencias y luchas campesinas...*: 37-52 (*maxime* p. 51).

³²⁸ HAMEROW, 2002 – *Early Medieval Settlements...*: 4; v. a resposta que a autora dá a estas questões no epílogo da obra (*ibidem*, p. 191-93).

crescente entre a informação textual e material³²⁹, decorrente tanto de leituras renovadas dos textos como sobretudo da análise arqueológica. Foi assim possível produzir um corpo significativo de dados efectivamente *novos*, no quadro da afirmação de uma nova escala (micro) de análise, que tende a ressaltar as continuidades, por oposição à escala macro, que resalta as rupturas³³⁰. Mesmo se esse corpo de dados levanta um conjunto de problemas interpretativos proporcionais ao volume de informação produzida, que dificultam ainda a sua plena valorização³³¹. Deixando agora de lado o problema do crescimento, importa atentarmos na evolução do habitat e no que são os principais avanços das últimas décadas, que vieram pôr em causa o paradigma do “nascimento medieval da aldeia”, situado até aos anos 1990 na passagem do século X para o XI, tanto pelos modelos historiográficos marcadamente *mutacionistas* como por boa parte da investigação arqueológica neles escorada³³².

1.2.2. Perspectivas recentes sobre a evolução do habitat altimedieval

Em primeiro lugar, emergem os já referidos problemas de extensão e cronologia dos processos de aglomeração, que se percebe hoje não terem sido tão generalizados nem abruptamente desencadeados entre os séculos X-XI, como se supôs. Antes correspondem a uma tendência, entre outras, que marca a evolução gradual das

³²⁹ Para uma panorâmica das críticas e matizações que estão na raiz desta revisão, v. BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l'espace»: 498-99; CUESTA RODRIGO, 2006 – «Estudios actuales...»: 18-20; KIRCHNER, 2010 – «Sobre la arqueología...»: 245; e os trabalhos que ficaram citados a propósito do conceito de '*incastellamento*'.

³³⁰ Vale a pena reter as palavras de M. Bourin e de É. Zadora-Rio num balanço recente: «Les relations incertaines que les toponymes entretiennent avec la matérialité de l'habitat constituent une pierre d'achoppement de la confrontation de la documentation textuelle et des données archéologiques. Les deux idées majeures qui ont été formulées entre 1970 et 1990, *incastellamento* et encellulement, n'échappent pas à cette aporie. La multiplicité des études textuelles a montré que les phénomènes étaient complexes et que notamment le *castrum* et sans doute la *villa* auxquels les textes donnaient une place majeure étaient des centres de pouvoir avant de devenir des centres d'habitat. Mais surtout l'archéologie a révélé que les noyaux d'habitat du haut Moyen Âge montraient un zonage des activités bien moins désordonné qu'on ne le pensait, que les bâtiments ecclésiastiques avaient été associés à de l'habitat, plus tôt qu'on ne le croyait et abandonnés comme l'habitat par la suite. La nucléation de l'habitat est un processus de longue durée; le réseau de l'habitat et des terroirs qui sont associés est longtemps multifocal et retravaillé par un processus de hiérarchisation. En somme, continuité et changement sont contemporains, et travailler à petite échelle fait apparaître des continuités là où la grande échelle conclut à la rupture» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 47-48).

³³¹ V., a este propósito, o balanço entre os resultados e as limitações da investigação recente sobre a “arqueologia das aldeias altimedievais” feito por H. KIRCHNER, 2010 – «Sobre la arqueología...», numa recensão a QUIRÓS CASTILLO (ed.), 2009 – *The archaeology...*; v. *infra* §2.2.

³³² WATTEAU, M. – «À propos de la «naissance du village au Moyen Âge». Le fin d'un paradigme». *Études Rurales*. 167-168 (2003) 307-318, cit. in QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 15, texto que dá uma boa panorâmica historiográfica sobre o estudo do habitat altimedieval ao longo das últimas décadas, na Europa como na Península Ibérica em particular.

estruturas de habitat, a partir de diversos modelos vigentes ao longo da Alta Idade Média, e por vezes remontando ao período antigo ou tardo-antigo. A diversidade regional, e mesmo micro-regional, parece ser a nota dominante³³³. Mas é hoje relativamente seguro marcar os séculos VI a VIII (com especial incidência neste último) como o intervalo em que arranca uma tendência de aglomeração do habitat em várias regiões da Europa³³⁴. O que acontece desde logo em Itália³³⁵, e muito especialmente na região da Toscana (minuciosamente investigada pela equipa da Universidade de Siena dirigida por R. Francovich)³³⁶; mas também no *Midi* e no Norte de França³³⁷, em

³³³ A variedade de modelos e possibilidades de evolução das estruturas de habitat, ao sabor dos condicionamentos geográficos e das conjunturas sociopolíticas específicos de cada região, fica bem patente no caso italiano, como notou P. ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 124.

³³⁴ J. A. Quirós Castillo chamava recentemente a atenção para a importância das alterações verificadas no século VIII ao nível: (i) da fixação e nucleação do habitat e (ii) da definição dos padrões de aproveitamento do espaço agrário, em virtude de uma exploração cada vez mais intensa. Resultou daqui a difusão de uma estrutura ordenada e planeada das aldeias, que tem sido relacionada com a progressiva afirmação de poderes territoriais e de elites aldeãs, no quadro de processos de centralização política e económica e de integração em redes de dependência que se desenvolvem sobretudo a partir do século IX (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 16-17).

³³⁵ «Recent studies tend to suggest that villages already began to populate the landscape by the 8th century» (ARTHUR, 2010 – «Archaeology: Italy»), ainda que, segundo o mesmo autor, «the debate concerning the genesis and chronology of the medieval village in Italy is likely to continue for some time given the scarcity of medieval rural archaeology in many parts of the peninsula, rendering it arduous to discern regional variations. In the hills of Campania, Lazio, Tuscany, the Abruzzo, as elsewhere, villages appear to have taken the form of clustered farms or hamlets perched on the summits and surrounded by defenses. The phenomenon (...) forms part of the process of *incastellamento*, which was by no means uniform throughout the peninsula» (ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 119). Para um balanço dos avanços recentes da investigação arqueológica (e histórica) italiana, particularmente activa no estudo da evolução do povoamento no período anterior ao ano Mil, que tem demonstrado importantes continuidades entre a Antiguidade Tardia e o século X, v. MARAZZI, 1995 – «El «incastellamento»...» e GELICHI, 2006 – «L'archeologia medievale...»: 18 e ss. Para uma síntese sobre a evolução do habitat rural entre os séculos V e X, v. ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...» (com particular atenção à zona meridional, a sul de Roma) e VALENTI, 2009 – «I villagi altomedievali...» (mais preocupado com a Toscana e o Norte de Itália).

³³⁶ V. VALENTI, Marco – *L'insediamento altomedievale nelle campagne toscane. Paesaggi, popolamento e villaggi tra VI e X secolo*. Florença: Edizioni All'Insegna del Giglio, 2004 (Biblioteca del Dipartimento di Archeologia e Storia delle Arti, Sezione Archeologica, Università di Siena, 10); a completar com a síntese mais recente (talvez a última publicada pelo autor) de R. FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...», que é taxativo: «The archaeological documentation unequivocally paints a picture in which seventh- and eighth-century settlement was already nucleated (even if it still lacked internal social hierarchies) and situated, overwhelmingly, on hilltops» (*ibidem*, p. 62). Note-se, porém, que só a partir de meados do século VIII é possível detectar estruturas materiais correspondentes a um modelo “urbano” de aglomerações que deve ser relacionado com a afirmação das aristocracias locais (*ibidem*, p. 68).

³³⁷ Para uma síntese sobre o problema da “origem” da aldeia no território francês, v. PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...» (com uma atenção particular ao Norte de França) e ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages...» (que cobre o conjunto do território). A abundantíssima informação arqueológica sobre o Norte de França (resultado da identificação de mais de 500 novos sítios com ocupação altomedieval entre os anos 1980-2000 – PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: 257) foi inventariada e sistematizada por PEYTREMANN, Édith – *Archéologie de l'habitat rural dans le nord de la France du IV^e au XII^e siècle*. Saint-Germain-en-Laye: Association Française d'Archéologie Mérovingienne, 2003. 2 vols. É evidente o contraste com a maior escassez de investigações para o Centro e Sul. Percebe-se assim que, embora a evolução das estruturas de povoamento tenha sido

Inglaterra³³⁸ e em várias outras regiões da Europa ocidental, entre as quais está o quadrante Norte da Península Ibérica, onde a investigação sobre este problema tem vindo a crescer gradualmente ao longo dos últimos 20 anos³³⁹.

Genericamente, pode dizer-se que a arqueologia tem identificado no Mediterrâneo formas de habitat *pré-castral* (para usarmos um conceito ainda

consideravelmente diferente nas zonas setentrional e meridional do território francês, as diferenças não serão tão marcadas como tradicionalmente se pretendeu. De qualquer forma, é possível identificar uma tendência de aglomeração do habitat iniciada pelos finais do século V no Sul (e pouco depois no Norte), com o século VIII a aparecer também (sobretudo no Norte) como o momento-chave na afirmação de aldeias maiores e mais estruturadas: «The trend towards nucleation, as demonstrated by the hill-top village foundations, started early in the South, by the end of the 5th century. In the North, new settlements were numerous in the 6th and early 7th centuries, but they were very small. A significant growth in village size is observed only from the second half of the 7th century. By contrast, large 8th and 9th century villages comparable to those which have been excavated in the North are yet unknown in the southern part of France, where very few settlements from this period have been recorded» (ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 93; v. também p. 77).

³³⁸ ASTILL, 2010 – «The Long...»: 14 e ss. Comentando a importância crescente (mas não consensual) atribuída aos séculos VII/VIII a X no processo de aglomeração (*nucleation*) do habitat e de formação da aldeia, a par de significativas transformações da paisagem agrária verificadas logo no século VIII (no sentido da criação de “*large field systems*”), o autor não deixa de observar: «Much was happening in the eighth-century countryside, although some of the evidence is part of a sequence that is only relatively, rather than absolutely, dated»; «Our attention has been drawn to the importance of the eighth century, but it has not improved upon the explanations for settlement change – population growth, the increased penetration of the market, and state development remain the preferred options. However, are they as appropriate for the eighth century as the succeeding centuries?» (*ibidem*, p. 17). Sobre a importância específica do século VIII na evolução da paisagem e do povoamento ingleses e sobre as razões que explicam a emergência de consideráveis variações regionais, v. RIPPON, 2007 – «Emerging Regional Variation...», que enfatiza o contraste entre, por um lado, a tendência verificada a partir de então nas *Midlands* (a “*Central Province*”) para a aglomeração do habitat em aldeias e a emergência de *open fields*, numa evolução que se tornará clara sobretudo no século X, e, por outro, a emergência, logo no século VIII (senão mesmo no VII), de formas alternativas de organização do habitat (predominantemente disperso) e do espaço agrário no SO de Inglaterra, como possivelmente no SE e na zona de East Anglia (*ibidem*, p. 120-21; sobre a discussão em torno da cronologia destes processos nas várias regiões, v. RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 13, 27). De qualquer forma, é seguro situar genericamente nos séculos IX-X o momento essencial na origem do sistema de aldeias e *open fields* em Inglaterra (GARDINER; RIPPON, 2007 – «Introduction: The Medieval...»: 1-2).

³³⁹ Para uma panorâmica da investigação arqueológica sobre o habitat altimedieval na Península Ibérica, v. a primeira tentativa de síntese elaborada por J. LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...* e, no que ao problema da aldeia diz respeito, QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...» (restrito ao quadrante Norte); 2009 – «Early medieval villages...»: 18 e ss., bem como os artigos compilados na segunda e terceira partes do volume a que este último texto serve de introdução: QUIRÓS CASTILLO (ed.), 2009 – *The archaeology...*: 113 e ss. Cumpre, todavia, notar a significativa assimetria regional no conhecimento do habitat rural altimedieval, com a zona de Madrid, o País Basco e a Catalunha a aparecerem como as zonas claramente privilegiadas (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 19-20). Para uma panorâmica global, que ressalta o trabalho dos historiadores, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...». Retenha-se aqui a síntese proposta pelo autor: «en la segunda mitad del siglo VIII, la población instalada en los diferentes espacios del cuadrante noroccidental de la Península comenzó a vivir un proceso de crecimiento (...) que tuvo en la formación de la red de aldeas uno de sus indicios, consecuencias y factores más relevantes»; um crescimento acelerado ao longo dos séculos IX-X e particularmente evidente no Vale do Douro (*ibidem*, p. 125-27 – citação nas p. 125-26).

dependente do modelo do *incastellamento*³⁴⁰) que remontam pelo menos ao século VII em algumas zonas da Itália central³⁴¹, ou mesmo aos séculos V-VI no Sul de França³⁴² e em diversas zonas (mas não todas) da Península Ibérica³⁴³, por exemplo. Ainda que também nestas regiões só a partir dos séculos VIII-IX seja possível detectar uma maior estabilidade e planificação da morfologia dos núcleos aglomerados, que parece decorrer de um crescente controlo político e económico das comunidades rurais por parte das elites, desde logo no caso da Toscana³⁴⁴, mas também no País Basco³⁴⁵, para darmos apenas dois exemplos.

³⁴⁰ Utilizamos aqui o conceito no sentido que lhe atribui A. Durand: «Pour ma part, je qualifie de précastral toute forme d’habitat groupé ouvert ou fermé antérieure au phénomène castral et ne réserve pas le terme à l’habitat groupé enclos né avant le *castrum*» (DURAND, 2003 – *Les paysages...*: 79, nt. 6). J. J. Larrea notou já, a propósito do território navarro, a inconveniência deste conceito para regiões onde não se verificaram as alterações dos padrões de povoamento associadas ao *incastellamento*. Parece preferível ao autor falar de um “habitat pré-feudal”: «non seulement le tissu de petites *villas* constitue le cadre, au niveau du peuplement, de la naissance du nouveau système, mais de plus il s’agit de la forme de l’habitat issue du même processus de développement des forces productives qui, au fond, va engendrer le féodalisme» (LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 170, nt. 21).

³⁴¹ A investigação arqueológica recente identificou nesta região um movimento de concentração e relativa fortificação do habitat que remonta aos séculos VII-VIII e de que a etapa do *incastellamento* propriamente dito representará a fase final, de «consolidamento» e mutamento instituzionale di preesistenze insediative caratterizzate da largo impiego nelle strutture edilizie di materiali poveri», caracterizada pela hierarquização das estruturas de habitat, desde logo evidente no registo arqueológico pela passagem gradual da madeira à pedra (FRANCOVICH, 1998 – «L’incastellamento...»: 16 e ss. – citação na p. 18).

³⁴² ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 81, 83. C. MERCIER; C. RAYNAUD, 1999 – «Genèse d’un terroir...»: 187 aludem a um «processus majeur dans la dynamique de peuplement du Languedoc oriental: l’émergence de l’habitat groupé durant la période tardo-antique et la genèse du village alto-médiéval».

³⁴³ «The existence of true village networks in several sectors of the peninsula in the 6th century has been recorded, which would indicate that a new balance had been reached following the end of the Roman state. These post Roman landscapes made up of numerous villae and farmsteads which revolve around main hierarchical centres have been documented in Madrid, Catalonia and Castile and León»; todavia, «it is extremely important to underline the fact that, during the 6th and 7th centuries, large tracts of the peninsula lacked village networks similar to those we have so far identified» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 20, 21).

³⁴⁴ Como notou M. VALENTI, 2009 – «I villaggi altomedievali...»: 45-46, sublinhando a importância da aglomeração do habitat para um maior controlo económico das populações rurais (e respectivos excedentes) por parte das elites, a quem atribui a responsabilidade primeira pelas transformações verificadas neste período; no mesmo sentido: FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»: 68.

³⁴⁵ Nesta região, são mesmo raras antes do século VIII as aldeias “estabilizadas” e dotadas de uma clara morfologia alveolar, que é possível identificar logo nos séculos VI-VII na região de Madrid (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 21). Pelo contrário, «in the basque Country, the 8th century is the moment of nucleation and densification of the former peasant settlements, with the creation of true village networks (...) In this case too, the arrangement in domestic units is seen to be maintained, although there are no enclosure systems (enclosures and ditches) nor a formalised town plan such as that observed in the same period, for example, in England or north eastern Europe» (*ibidem*, p. 22). Como notou este autor, a propósito do quadrante Norte da Península Ibérica em geral: «Creemos, por lo tanto, que el registro material viene a demostrar que la constitución den un determinado momento de la red de aldeas hay que leerla en términos de la afirmación de poderes, no tanto de ámbito local como subregional, con frecuencia vinculados a poderes centrales. La iniciativa de las élites debe haber jugado, por lo tanto,

Já no Norte da Europa, foi possível identificar no registo arqueológico vestígios de verdadeiras aldeias já nos séculos III a V (fora do *limes*), que se estendem a partir de então pelos antigos territórios romanos, onde é possível encontrar, já no período merovíngio, «surprisingly large and strictly organized villages, consisting of clearly separated farmsteads. They are obviously the direct and prosperous successors of the village structures of the third to early fifth centuries know from northern Germany, the Netherlands and Denmark, and which shortly thereafter appeared in the former Roman territories»³⁴⁶. Parece haver nesta caracterização um certo optimismo, que contrasta com a imagem das “pequenas” aldeias dominantes no Norte de França nos séculos VI-VII apresentada por É. Zadora-Rio³⁴⁷. Com efeito, só a partir dos séculos VIII-IX é possível identificar também no NO europeu a multiplicação de aldeias de maior dimensão, cuja morfologia parece obedecer a um planeamento mais formal, denunciado por diversos elementos materiais de delimitação de espaços, como acontece no Norte de França³⁴⁸ ou ao longo da costa continental do Mar do Norte³⁴⁹, por exemplo. Uma evolução que tem também sido relacionada com a afirmação de elites locais e com a emergência de entidades “estatais”, muito especialmente nos casos escandinavo³⁵⁰ e inglês³⁵¹.

un papel decisivo en la ordenación del espacio, en la creación de los mapas mentales que se encuentran tras la ordenación del territorio en aldeas y la adopción de determinadas opciones o estrategias productivas, tay y como empiezan a mostrar los registros bioarqueológicos» (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 79).

³⁴⁶ HENNING, 2008 – «Strong rulers...»: 44. Outros exemplos de aldeias anteriores ao século V são descritos por R. NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 50 e ss. (*maxime* 54-55).

³⁴⁷ «In contrast to previous centuries, many new settlements, unrelated to Roman predecessors, were founded during the 6th and 7th centuries in the northern part of France. They were usually small, with only a few individual farmstead units, and they usually lacked any clearly defined edges, internal boundaries or other signs of delineation, such as enclosed groups of buildings. There are, however, some exceptions» (ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 84). Esta visão parece mais consentânea com a evolução apresentada numa síntese recente sobre o povoamento rural altomedieval, particularmente centrada (ao ponto de se tornar desequilibrada) no Norte da Europa, e em especial no território continental (de onde provém a maior parte dos vestígios arqueológicos disponíveis) (KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 89, 93).

³⁴⁸ Onde esta cronologia pode ser recuada a finais do século VII; sendo precisamente a partir dos finais do século VII/século VIII que se verifica a progressiva fixação nestes núcleos aglomerados de igrejas e enterramentos (em grupos cada vez mais numerosos) (ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 86, 90).

³⁴⁹ ««Rules» for the layout of farmsteads and villages become particularly pronounced in the eighth and ninth centuries, suggesting that social roles may have become more circumscribed as the structure of rural production altered with the emergence of the Carolingian and Scandinavian hegemonies»; «It is not possible to claim that the settlement forms (...) «evolved» in a linear fashion. It can, however, be argued that in general, a less flexible, increasingly normative use of space is in many cases apparent in the layout of both individual farmsteads and of whole settlements from the eighth century onwards» (HAMEROW, 2009 – «Early medieval...»: 67, 68).

³⁵⁰ «Settlement archaeology, when viewed *in toto*, points to what has been dubbed «the long eighth century», namely the period from c.680-830, as a turning point, not only in terms of settlement structure,

Em segundo lugar, alargou-se consideravelmente o leque dos protagonismos sociais que se considera estarem na raiz dos processos de aglomeração, para lá da iniciativa senhorial tradicionalmente ressaltada pelos modelos do *incastellamento* e do *encellulement*. A par da importância atribuída à acção das aristocracias (cuja caracterização ultrapassa hoje largamente a de uma “classe feudal”), e mesmo do poder régio, tornou-se evidente o papel fundador das próprias comunidades rurais e, muito particularmente, das elites locais que se vão destacando no seu seio, sobretudo a partir do século IX³⁵². Resultou daqui uma visão mais complexa também dos processos morfogenéticos e da importância dos elementos de nucleação tradicionalmente identificados (castelos, igrejas e cemitérios, sobretudo). O que implicou, naturalmente, um alargamento das tipologias dos núcleos de habitat reconhecidas neste período, tanto ao nível da sua morfologia física como social. Como admitiu o próprio Toubert, a investigação recente tem vindo a chamar a atenção, desde logo em Itália, para formas alternativas tanto de fortificação (como sejam os recintos-refúgio do tipo do *ricetto* piemontês, as residências fortificadas senhoriais separadas dos núcleos camponeses de habitat ou os castelos com meras funções estratégico-militares³⁵³), como sobretudo de

but also in the organization of landed production and exchange (...). While the very nature of the archaeological evidence does not permit us to point with certainty to the specific causes behind these changes, the emergence of kingship in northwest Europe provides the backdrop against which they can best be understood» (HAMEROW, 2002 – *Early Medieval Settlements...*: 9).

³⁵¹ «There was a significantly longer process of change that began with a widespread period of innovation during what historians have referred to as the ‘long eighth century’ (the later seventh to early ninth centuries), which included the emergence of stable kingship, increasing definition of territorial jurisdictions – both secular and ecclesiastical – the adoption of new agricultural techniques, and a move towards settlement nucleation» (RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 27).

³⁵² «La cristalización de la aldea tuvo un amplio abanico de diferentes raíces. No podemos decir que fue el resultado sencillo de la señorialización, como han venido afirmando dos generaciones de estudiosos franceses; cuando uno mira al desarrollo de las aldeas sobre el terreno, son demasiados los factores de igual importancia a tener en cuenta. En líneas generales, cabe reconocer que la jerarquización interna de la estructura de la aldea se inicia en el siglo IX o X en gran parte de Europa occidental, un reflejo de que las élites internas estaban surgiendo lentamente en varias (aunque no todas las) sociedades europeas, algunas de las cuales podrían formar el nivel más amplio de la clase señorial en el futuro: la señorialización tenía raíces profundas. Sin embargo, el concepto de *encellulement* de Fossier puede considerarse como algo que va más allá de la mera creación de señoríos, como lo sabía ya Fossier, aunque insistió en los señoríos territoriales más que en ningún otro» (WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»: 50).

³⁵³ Estas outras formas de aglomeração denunciam os limites de um modelo como o do *incastellamento*, na sua formulação inicial, demasiado presa aos povoados de tipo fortificado em altura, atribuídos sobretudo à iniciativa dos senhores; e tornam evidentes outros protagonismos sociais, que não se restringem à esfera senhorial (leiga como eclesiástica), mas antes se estendem às próprias comunidades camponesas, responsáveis também elas pela criação de estruturas fortificadas, desde meros recintos de protecção até núcleos castrais, como mostraram em primeiro lugar A. SETTIA – *Castelli e villaggi nell'Italia padana. Popolamento, potere e sicurezza fra IX e XIII secolo*. Nápoles, 1984 e Ch. WICKHAM – *Il problema dell'incastellamento nell'Italia centrale. L'esempio di San Vincenzo al*

aglomeração do habitat, nomeadamente as aldeias abertas que se desenvolviam em torno de (ou apoiadas por) um “elemento-refúgio fortificado”: residências senhoriais³⁵⁴, igrejas ou outros estabelecimentos eclesiásticos³⁵⁵.

Com efeito, tornou-se clara a importância central das igrejas e dos cemitérios na fixação e organização (que nem sempre aglomeração) do habitat, por força da administração dos sacramentos nas primeiras e da identificação com a “comunidade ancestral” promovida pelos segundos³⁵⁶. Ainda que a plena afirmação de uns e outros tenha conhecido cronologias muito díspares no conjunto do espaço europeu³⁵⁷. Mesmo nos casos em que não é possível comprovar arqueologicamente a contiguidade de igrejas e cemitérios entre si e sobretudo com núcleos de habitat (mais ou menos

Voltorno. Studi sulla società degli Appennini nell'alto medioevo, II. Florença: Edizioni All'Insegna del Giglio, 1985.

³⁵⁴ Ch. Wickham chamou a atenção para o facto de tanto em Itália como na Alemanha e em Inglaterra muitos dos castelos dos séculos XI e seguintes terem sido construídos em sítios já ocupados, nos séculos IX-X, por *curtes* senhoriais localizadas em altura e dotadas de frustes estruturas fortificadas (WICKHAM, 1998 – «A che serve...»: 33).

³⁵⁵ TOUBERT, 2002 – «Incastellamento»: 709-10. «L'espace de l'*incastellamento* est un espace polarisé autour du château. Contre cette polarisation presque purement laïque est venu le concept de village ecclésial, dont le centre de polarisation est l'église. Le village ecclésial constituant un modèle chronologiquement antérieur. Puis l'idée d'un échange de modèles et du passage d'un pôle à l'autre, parfois en un même lieu: les images simples s'en sont trouvées brouillées» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l'espace»: 499).

³⁵⁶ B. Cursente atribui especial importância aos espaços de enterramento na formação da aldeia: «L'élément primordial qui a conduit à la formation des villages et la modification qui intervient entre le VIII^e et le X^e s. dans le mode de sépulture: on a alors cessé d'ensevelir les morts au milieu des champs, pour les regrouper dans une nécropole qui va durablement fixer l'habitat des vivants à l'ombre d'une église» (CURSENTE, 2002 – «Village»: 1449). Esta centralidade é evidente, por exemplo, no *Midi* e na Catalunha, onde «le processus de concentration des récoltes, annoncé par les grandes zones d'ensilage du haut Moyen Âge, est renforcé entre 950 et 1050 par la fonction de refuge du cimetière, qui fixe autour de l'église des dépôts de récoltes et un habitat d'abord lâche, qui, en certains cas cristallise en village concentré» (CATAFAU, 2008 – «L'église...»: 221). O que não significa obviamente qualquer incompatibilidade entre a afirmação das funções centrais de igrejas e cemitérios, por um lado, e um modelo de povoamento disperso (como o que é normalmente associado ao *mas* catalão), por outro; em particular no quadro do processo de “senhorialização das *celleres*” nos séculos XI-XII.

³⁵⁷ Um pouco por toda a Europa, «the study of the transition from the use of 'unassociated burial-grounds' to churchyards is one of the important themes of rural archaeology. At the beginning of the early Middle Ages burials were usually sited outside settlements, and the spaces of the dead and of the living were clearly separated. This location of cemeteries in the proximity of actual settlements, however, indicates territorial stability and continuity. The long-term formation of a new relationship marked by the abolition of this separation began in Western Europe in the seventh to eighth centuries, while in eastern Central Europe a similar process began at the start of the twelfth century»; «Everywhere across Europe, the key element in these changes was the parish system, which was a relatively late development. In Western Europe, in France and England, its stabilisation came in the tenth to the twelfth centuries, while eastern Central Europe underwent similar changes only in the thirteenth century. Only within parish organisations were churchyards established as the sole legitimate burial-place of the local community» (KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 101, 103; para exemplos vários da tendência de fundo, v. NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 58-65).

aglomerados), não deve excluir-se esta possibilidade³⁵⁸. Nem sobretudo as funções de articulação desempenhadas por umas e outros sobre um conjunto de unidades residenciais potencialmente dispersas pelo seu entorno³⁵⁹. Aliás, o papel das igrejas (logo paróquias) na estruturação das comunidades rurais parece ter sido especialmente importante em zonas de povoamento marcadamente disperso, como é o caso do Oeste francês (Anjou e Maine, em particular), onde não deixa de se verificar a tendência para uma certa concentração do habitat em torno das igrejas e cemitérios, sobretudo a partir do século XI³⁶⁰; ou o território de Lucca, na Toscana³⁶¹. De resto, não deve esquecer-se a importância que as igrejas (como os castelos) assumiram na exploração de terras abandonadas ou marginais: como centros de exacção, armazenamento e (re)distribuição de excedentes, também elas promoveram a dinâmica de crescimento agrário que caracteriza os séculos VIII e seguintes³⁶².

As várias linhas de investigação que, no cruzamento da história com a arqueologia, estão na base da já referida noção de *inecclesiamento* aparecem, assim,

³⁵⁸ Como notou P. Arthur, a propósito do caso italiano: «But whereas cemeteries and churches are known, settlements still tend to elude us (...). In cases where cemeteries have been discovered without churches, one might hypothesise unrecognised wooden or earth-built edifices» (ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 116). Mas não necessariamente. A investigação arqueológica recente em França tem vindo a mostrar como antes do século IX o cemitério não estava necessariamente associado a um lugar de culto (ZADORA-RIO, 2005 – «L'historiographie des paroisses...»: 19-21). «Passé sous le contrôle du clergé au cours du IX^e siècle, il [le cimetière] s'ordonna autour ou auprès du sanctuaire local, ici dès l'époque carolingienne, là seulement à la charnière des X^e et XI^e siècles. N'importe: le processus démarra au haut Moyen Âge et il ancre l'identité des collectivités rurales dans le rassemblement des morts auprès des vivants et dans le sacré» (NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 68).

³⁵⁹ Ainda no caso italiano, «many of these churches and burial grounds [datáveis entre os séculos VI e X] probably originally served populations living in scattered farms throughout the surrounding territory, as developing *pievi* or parishes»; no que confirma um padrão de organização do habitat (disperso) que é possível identificar em várias outras regiões da Europa, desde logo no caso inglês (ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 116-19 – citação na p. 116).

³⁶⁰ «Un long processus se dessine sans doute dès le haut Moyen Âge, VII^e, plus probablement VIII^e siècle, qui débute par la réunion fondamentale des morts et de l'église (...). Ce mouvement profond est épaulé ou capté plus tard par l'action des puissants et des autorités qui y voient le moyen de mieux contrôler les hommes (...). Que ces faits se soient dessinés très tôt est sans doute possible, mais qu'ils aient connu une accélération à partir du XI^e siècle paraît évident»; «Un noyau de peuplement s'élabore donc assez systématiquement autour principalement du centre ecclésial formé par le sanctuaire et son cimetière dont le rôle apparaît fondamental dans la constitution de l'identité du village mais aussi dans sa réalité physique, puis que le champ des morts est aussi très largement un lieu de vie et même d'habitation» (PICHOT, 2002 – *Le village éclaté...*: 349-50).

³⁶¹ WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»: 49.

³⁶² «The Italian evidence would suggest rural nucleation through the gradual shift in the habitation of scattered populations to sites around churches leading, thus, to the creation of villages. But the outside stimulus for this was unlikely to have been based on any great desire by the church founders, whether lay or ecclesiastical, to better the living conditions of the rural population; the existence of villages would have allowed for tighter control of the population by the Church, landowners and the State, in the collection of dues and manpower» (ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 121; v. também p. 125).

intimamente relacionadas com a demonstração das potencialidades do conceito de ‘*village ecclésial*’ ao longo dos últimos anos³⁶³. O modelo acabado, ao menos do ponto de vista historiográfico, encontrar-se-á nas *villages ecclésiaux* do Languedoc³⁶⁴, como nas *celleres* do Roussillon ou nas *segreras* da Catalunha dos séculos X-XI³⁶⁵. No entanto, o conceito está longe de se restringir ao *Midi*, onde foi inicialmente cunhado, e parece aplicar-se com igual operatividade a outras regiões mediterrânicas onde as igrejas e os castelos parecem ter desempenhado funções igualmente importantes na génese dos núcleos aglomerados, desde logo em Itália³⁶⁶. Ao mesmo tempo, também no Norte da Europa foi posto em relevo o papel desempenhado pelas igrejas e pelos cemitérios na estruturação do habitat e das próprias comunidades rurais, desde logo em França³⁶⁷ e Inglaterra³⁶⁸.

A arqueologia tem vindo a sugerir a importância das igrejas já na fixação do habitat rural (mais fruste e instável) que caracteriza algumas villae tardo-romanas no seu momento “final”, entre os séculos V e VII, sobretudo na Península Ibérica, onde «the coincidence of villa with/to church is much stronger and better studied

³⁶³ «By consensus, the ecclesiastical village (*village ecclésial*) has been considered as an ‘ideal-type’ which refers both to a process and to a morphological type at the same time» (CURSENTE, 2007 - «Recent trends...»: 69). A bibliografia francesa é incontornável sobre este assunto, em particular as actas de três colóquios realizados nos anos 1990: FIXOT, Michel; ZADORA-RIO, Élisabeth (eds.) – *L’église, la campagne, le terroir*. Paris: Éditions du CNRS, 1990 (Monographie du Centre de Recherches Archéologiques, 1); FIXOT, Michel; ZADORA-RIO, Élisabeth (eds.) – *L’environnement des églises et la topographie des campagnes médiévales*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1994 (Documents d’Archéologie Française, 46); FABRE *et alii* (eds.), 1996 – *Morphogenèse du village medieval...* (os dois últimos constituíram um “momento de viragem”, segundo B. CURSENTE, 2007 - «Recent trends...»: 68); e um quarto mais recente: DELAPLACE, Christine (ed.) – *Aux Origines de la Paroisse Rurale en Gaul Méridionale (IV^e–IX^e Siècles)*. Paris: Éditions Errance. 2005.

³⁶⁴ V. e.g. DURAND, 2003 – *Les paysages...*: 133 e ss.

³⁶⁵ V. CATAFAU, 2008 – «L’église...», onde pode encontrar-se um balanço recente das investigações históricas e arqueológicas sobre a relação entre estruturas eclesiásticas, povoamento e habitat no *Midi* e na Catalunha, que vieram rever consideravelmente «l’approche historiographique «classique» [qui] privilégiait le XI^e siècle comme période de «condensation» des formes villageoises concentrées: les formes classiques, institutionnalisées, celles des villages castraux à travers le processus d’*incastellamento* (...), et celle des villages ecclésiaux dont les «*sagreres*» ou «*celleres*» catalanes et roussillonnaises constituent une sorte de modele achevé» (*ibidem*, p. 187).

³⁶⁶ ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 125.

³⁶⁷ «In the northern plains of France, it has been shown that the castle never competed with the determining role of the church and the cemetery (except very sporadically), and that, in any case, the transformation of the space happened in a more fluid and less systematic way than in the *Midi*» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 70).

³⁶⁸ Esta é, aliás, uma das linhas mais importantes dos estudos recentes sobre o povoamento medieval em Inglaterra, onde a simples análise da morfologia dos núcleos de habitat permitiu pôr em causa a associação tradicional entre a fundação de igrejas e a iniciativa senhorial (DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 26).

archaeologically»³⁶⁹. Em todo o caso, essa centralidade das igrejas tornou-se crescente a partir dos séculos VIII-IX, em virtude do conjunto de transformações de índole institucional e territorial associadas à afirmação de funções “paroquiais” por parte de determinadas igrejas (mas não outras) que o conceito de ‘*inecclesiamento*’ procurou captar³⁷⁰. O que não significa que a igreja assumisse necessariamente um lugar/função central nos núcleos de habitat³⁷¹. A investigação arqueológica mais recente começa a insistir na precedência das estruturas de habitat face à implantação de igrejas e/ou cemitérios, que, mais do que elementos centrípetos na *origem* de núcleos populacionais, terão constituído meros pólos de fixação e estruturação de um habitat preexistente³⁷². De

³⁶⁹ CHRISTIE, 2004 – «Landscapes of change...»: 12-14 (citação na p. 14). Especificamente sobre o caso peninsular, v. CHAVARRÍA ARNAU, 2007 – *El final...*: 143-152. A autora esclarece que a maior parte das igrejas associadas a *villae* tardo-romanas «se originan en los siglos VI y VII cuando las *uillae* se encontraban en plena transformación o bien habían sido abandonadas» e reconhece que «por el momento existen pocos datos que permitan determinar quien construyó estas iglesias, cual era su función y qué tipo de hábitat servían» (*ibidem*, p. 144, 152). O que não impede J. López Quiroga de considerar, a propósito do sector meridional da *Gallaecia* entre os séculos V e VII, que «la construcción de capillas u oratorios en un extremo o sector de la *pars urbana* de las *uillae* daría lugar a una transformación estructural y funcional que dotaría a estos edificios de culto, y especialmente a aquellos que adquirirán un afunción “pre-parroquial”, de una significación morfogenética sólo comparable a la que supuso la implantación del sistema de *uillae* durante el Alto Imperio en el medio rural del noroeste peninsular» (LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...*: 292).

³⁷⁰ No *Midi* francês, por exemplo, «La période des VIII^e-IX^e siècles est donc celle d’une multiplication des lieux de culte, en même temps que celle d’une première sélection, entre les églises qui deviennent centre d’un territoire paroissial et les autres, dont certaines disparaissent, celles auxquelles est associé un cimetière, et les autres. L’habitat, après une longue période d’occupation ou de réoccupation des sites antiques, connaît aux VIII^e-Xe siècles une nouvelle phase de créations. Le regain de la *villa*, de plus en plus territoire de référence, s’accompagne dans beaucoup de cas de la mention d’une église associée à l’un des lieux d’habitat qui y existent, lieu d’habitat qui prend dès lors une place prééminente dans le réseau du peuplement» (CATAFAU, 2008 – «L’église...»: 200). Já no SO da Inglaterra (Cornualha, Devon e Wessex), uma investigação interdisciplinar expressamente preocupada com o problema da “construção de uma paisagem cristã” numa zona de povoamento predominantemente disperso permitiu identificar a importância dos “centros eclesásticos” na organização não apenas do habitat como do próprio espaço agrário entre os séculos VII e IX (TURNER, 2006 – *Making a Christian...*: 71 e ss., 98, 172-73); no mesmo sentido: RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 265-66.

³⁷¹ No caso francês, por exemplo, «Churches (...) did not necessarily have a focal position from the start. They were often built on preexisting graveyards located on the outskirts of settlement» (ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 94, v. também p. 90). De igual modo, na Toscana «it must be emphasized that rural churches did not play a central role in creating the social identity of a village. Data from successive centuries, topographical surveys and archival documentation indicate that the Church was more reluctant than the rural population to abandon ancient landscapes. The building of stone religious buildings inside early medieval villages prior to the ninth and tenth centuries is not documented archaeologically, and our excavations enable us to exclude the earlier existence of wooden churches inside hilltop settlements» (FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»: 75).

³⁷² «Increasing recognition of settlement structures (post-holes and SFB) underlying the foundations of a number of churches in the Basque area seems to contradict another repeated motif of settlement history: the role of churches as poles for village nucleation. In many cases, peasant house structures seem to be the forerunners of churches, rather than the opposite (accordingly, the Madrid villages, mostly abandoned before the ninth century, all lack churches)» (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 134). Como notou o principal dinamizador destas investigações no País Basco, a propósito de todo o quadrante Norte da Península Ibérica, os ainda poucos casos de templos altomedievais convenientemente escavados têm

facto, a plena institucionalização destas funções e a decidida consolidação do papel aglutinador das igrejas parecem não ocorrer antes dos séculos X-XII em diversas regiões³⁷³.

Finalmente, o avanço da investigação sobre o povoamento altimedieval em várias regiões europeias, sobretudo ao longo da fachada atlântica (em que o território aqui em análise se inclui) e na Escandinávia, veio demonstrar a persistência de um modelo alternativo de organização do povoamento, essencialmente disperso, que contrasta com a tendência evolutiva de aglomeração identificada no Mediterrâneo e em algumas zonas do Norte da Europa³⁷⁴. Em particular no período considerado de “aceleração” desta tendência (séculos X a XII), o que demonstra a especificidade intrínseca daquele modelo³⁷⁵. No caso inglês, por exemplo, o enfoque tradicional da arqueologia nos núcleos aglomerados foi gradualmente ultrapassado, sobretudo a partir dos anos 1970, por inquéritos de campo que puseram em destaque a importância do

vindo a sugerir que as igrejas construídas a partir dos séculos VIII-IX, mais do que gerar a malha de aldeias no quadro do processo repovoador, parecem acomodar-se a malhas preexistentes: «Las presuras documentadas en Castilla y León desde el IX serían, por lo tanto, un fenómeno de integración social y política de una red de aldeas ya establecidas con anterioridad» (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 81). Esta última afirmação, que não pode ser negada, parece todavia confundir o processo de colonização associado às presúrias (que terá ditado precisamente a construção de igrejas) com a fundação *ex nihilo* de uma rede de aldeias, coisa que esse processo não implicou.

³⁷³ Desde logo no caso do *Midi*, onde só a partir do século X é possível verificar «une mutation beaucoup plus fondamentale, celle qui conduit les hommes, dans un souci de défense et de protection, à grouper leurs récoltes et leurs maisons tout près de l’église, sur le cimetière lui-même. Ce processus semble connaître ses prémices au Xe siècle avant sa formalisation juridique sous la forme de la «sagrera» et de la «cellera», et connaît son essor au cours du XIe siècle. Ce déplacement entraîne la disparition de nombreux noyaux secondaires d’habitat et conduit au XIIe siècle à la constitution d’habitats villageois très concentrés en certaine régions» (CATAFAU, 2008 – «L’église...»: 204 e ss.). Mas também no Oeste francês: PICHOT, 2002 – *Le village éclaté...*: 122-35, 287-97, 350-52. A discussão sobre o processo de formação da “paróquia clássica” no quadrante Norte da Península Ibérica foi recentemente sumariada por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 18-21, 27-29, para quem «esta forma de parroquia cristalizaría durante los siglos XII y XIII aunque en algunas regiones del espacio entre el Cantábrico y el Duero su formalización como entidad territorial estable podría haber comenzado a producirse desde hacía dos siglos e incluso antes» (*ibidem*, p. 27).

³⁷⁴ Referindo-se ao espaço francês, B. Cursente observa: «The northern-Atlantic front, where a dispersed pattern of habitation predominated, provides a striking contrast to the Mediterranean spaces. (...) Here a theoretical model of nucleated habitation seems so inapplicable that an opposite model emerged that of the splintered village or *village éclaté*» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 70), referindo-se ao conceito cunhado por D. Pichot no seu estudo sobre o Oeste de França (PICHOT, 2002 – *Le village éclaté...*); que de resto se aproxima das perspectivas seguidas por S. Rippon num estudo recente do habitat tendencialmente disperso de várias regiões do SO de Inglaterra, sintetizadas na expressão que faz o título da obra: RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...* Para uma panorâmica dos estudos sobre o povoamento disperso em diversas regiões de França (nos séculos centrais e finais da Idade Média), em Inglaterra e no Norte da Península Ibérica (recuando, no caso do NO, à Alta Idade Média), v. o conjunto de artigos compilados por B. CURSENTE, 1999 (ed.) – *L’habitat dispersé...*

³⁷⁵ O que acontece também em regiões mais meridionais do que as referidas na nota anterior, como por exemplo a Gasconha, cujo habitat é largamente dominado por unidades familiares de residência e exploração (*casales*) até ao século XIII, num quadro de povoamento disperso ou semi-disperso (CURSENTE, 1998 – *Des maisons...: maxime* 24).

povoamento disperso em várias regiões e conduziram à tese de Chris Taylor sobre a origem das aldeias na segunda metade do século X (conceito de ‘*village moment*’), a partir de um modelo de dispersão que teria sido dominante até aí³⁷⁶. Mas o recente *Whittlewood Project*, preocupado com o problema da *origem* da aldeia (num território situado entre o Sul do Northamptonshire e o Norte do Buckinghamshire), veio confirmar não só a importância como a persistência do povoamento disperso mesmo depois da afirmação de núcleos aglomerados plenamente estruturados³⁷⁷. Acima de tudo, investigações como as que conduziu C. Dyer nas *West Midlands* (centradas é certo na Idade Média central e tardia, quando a documentação escrita se torna suficientemente abundante para apoiar os dados recolhidos em inquéritos de campo) vieram demonstrar «how dynamic and adaptable dispersed settlement might characteristically be, its elements changing location within a given topographical framework»³⁷⁸.

Note-se, todavia, que os dois modelos não são absolutamente incompatíveis, nas suas formas menos vincadas, e que o conceito de ‘dispersão’ (mais do que o de ‘aglomeração’) acolhe a um mesmo tempo realidades muito diversas³⁷⁹. Se não o tomarmos no sentido mais restritivo, que remete para unidades de habitat e exploração rigorosamente isoladas, o povoamento disperso implica a combinação de núcleos de diferente dimensão e hierarquia, com a possibilidade inclusive de uma certa polarização em torno de um lugar-central, como acontece com o modelo específico de aldeia identificado por D. Pichot no Oeste de França, que o levou a propor o conceito de ‘*village éclaté*’³⁸⁰. De resto, a complexa evolução do habitat implicou, muitas vezes, a

³⁷⁶ DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 17, 21 e ss. «Though Brian Roberts was to provide a reminder that this was only one conceivable pattern of development that might fit our stock of information, Taylor’s formulation became the dominant model of village origins» (*ibidem*, p. 22). O excessivo enfoque neste modelo e as suas insuficiências foram recentemente postos em relevo por S. RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*

³⁷⁷ DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 23, citando JONES, R; PAGE, M. – *Medieval Villages in an English Landscape: Beginnings and Ends*. Macclesfield: Windgather Press, 2006.

³⁷⁸ DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 23.

³⁷⁹ CURSENTE, 1999 – «Avant-propos»: 9-12.

³⁸⁰ Neste modelo, coexistem núcleos centrais de habitat (estruturados em torno das igrejas/cemitérios) com numeros pequenos povoados e um “povoamento verdadeiramente isolado”, formando um conjunto que é articulado (sobretudo a partir do século XI) pelo sistema paroquial: «L’ensemble trouve progressivement sa cohésion essentiellement dans le système paroissial qui définit le groupe et favorise la délimitation d’un territoire à la fois conquis et approprié, source d’approvisionnement mais aussi référence identitaire pour les hommes qui le peuplent, même si hameaux et écarts composent leur propre finage, la paroisse faisant figure d’assemblage de ces diverses composantes» (PICHOT, 2002 – *Le village éclaté...*: 351; para a discussão teórica do conceito de “dispersão” e dos problemas que ele coloca ao estudo do povoamento medieval da região, v. p. 43-46).

passagem gradual de um tipo de povoamento a outro, seguida ocasionalmente de uma ou mais regressões.

Por outro lado, e como tem demonstrado alguma investigação inglesa recente, a sazonalidade que caracteriza a ocupação de certas formas dispersas de habitat, integrada em movimentos de transumância com vista à exploração de recursos de vários tipos (bosques, veigas, charnecas, pântanos, pauis, zonas litorais, etc.), vem colocar em bases substancialmente diferentes o problema da relação entre povoamento disperso e aglomerações aldeãs. Em particular a imagem tradicional da suposta sucessão entre um habitat instável na Alta Idade Média e os núcleos permanentes dos séculos seguintes³⁸¹. Por último, e ainda que a morfologia física do povoamento seja obviamente diferente, convém não esquecer que, também nas regiões onde predominou a dispersão, os elementos organizadores desse povoamento foram basicamente os mesmos: fortificações, residências senhoriais, igrejas/mosteiros, cemitérios, etc.; os quais não deixaram de desempenhar idênticas funções de articulação e hierarquização do espaço, no decurso de uma mesma cronologia longa³⁸².

Em suma, as novas perspectivas abertas em torno da cronologia, protagonismos sociais, elementos morfogenéticos e diversidade de padrões que marcam a evolução do habitat ao longo da Alta Idade Média fazem com que investigação não possa já contentar-se com modelos que têm tanto de sugestivos na explicação das relações que se estabelecem (por via do povoamento) entre a organização do espaço e a mudança social, quanto de totalitários na sua pretensão de generalizar tipos morfológicos (a *aldeia*, entendida como núcleo de habitat mais ou menos aglomerado) e processos evolutivos (a passagem de um habitat instável e tendencialmente disperso à fixação em núcleos tendencialmente aglomerados, “acelerada” entre os séculos X-XI). Estes modelos parecem sugerir mudanças lineares e unívocas, quando afinal a evolução do povoamento ao longo dos séculos altomedievais parece caracterizar-se, antes de mais, pela dialéctica entre a persistência (que não mera continuidade) das preexistências e as adaptações e alterações (que nem sempre ruptura) impostas com maior ou menor

³⁸¹ DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 23. A aplicação deste tipo de considerações sobre o habitat disperso à realidade peninsular altomedieval é sugerida por A. BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 76.

³⁸² A persistência de uma morfologia polinuclear do habitat no quadro dos territórios bem definidos das *villae* no NO peninsular, mesmo depois do século XII, num momento em que a existência de comunidades de aldeia é inquestionável, mostra bem como a organização do território apropriado por uma comunidade deste tipo é compatível com diferentes tipologias morfológicas do habitat (definidas por um maior grau de aglomeração ou dispersão), quando não as combina mesmo.

frequência aos padrões de povoamento por um conjunto muito amplo de factores, sujeitos a grande variedade regional³⁸³. A complexidade que resulta da incidência micro-regional de combinações infinitas de factores (ecológicos, económicos, sociais, políticos, culturais, etc.), e que caracteriza genericamente a relação das comunidades rurais altomedievais com os respectivos territórios, foi já posta em relevo por Wickham:

«One general difference of all our regions, at least in the post-Roman world, is microrregional difference. (...) local constraints, in the form of local ecologies, agricultural strategies, social relationships at the peasant level, or intensities of aristocratic control, had come to be more important for peasantries than any external, overriding, elements such as the effect of senatorial *otium* ideology on local settlement patterns in the Roman period. This really marks out the Roman period, not the early middle ages, as exceptional, given that peasant society is *normally* microrregional across time and space; but what the end of that imperial culture did, at least, was to restore to peasantries their ability to control their local environments, and to allow them to choose the way they wanted to organize the detail of their living strategies»³⁸⁴.

Um bom exemplo da complexidade evolutiva do povoamento, feita de persistências e alterações, é mais uma vez o da França do Norte, onde um corpo importante de investigações arqueológicas (beneficiando de um registo material invulgarmente bem conservado) tem vindo a relacionar uma rede relativamente densa de pequenos habitats, em expansão ao longo dos séculos VII a X, com uma malha de organização do território que remonta ao início do período merovíngio (séculos V-VI), pelo menos; sendo que esta malha mais antiga parece estar na base da configuração que

³⁸³ Já em 1971 afirmava J.-M. Pesez: «L'étude du peuplement, de la conquête su sol, est trop liée aux conditions géographiques et historiques locales pour se prêter aisément à la synthèse» (PESEZ, 1971 – «Le village medieval»: 297). Mais recentemente, observou Wickham: «El asentamiento rural está demasiado sujeto a diferencias microrregionales, en cuanto a la ecología, la geografía económica y las relaciones sociales como para poder imponer una sola explicación sobre sus cambios. Pero, como se ha dicho en alguna ocasión, es al menos una guía para esas diferencias, en las estructuras económicas y sociales» (WICKHAM, 2002 – «Asentamientos rurales...»: 12). E escreveu G. Astill, a propósito da Inglaterra no período anglo-saxão: «Regional differences in land use and settlement, then, had become significant by at least the eighth century, but there was also major chronological variation and both factors make it difficult to continue with an evolutionary, uni-linear explanation of medieval settlement» (ASTILL, 2010 – «The Long...»: 22). Sobre os problemas associados à continuidade/mudança na organização do espaço agrário e do habitat entre a Antiguidade e a Alta Idade Média, e entre este período e os séculos posteriores, v. KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 104-105. Num plano teórico, os fundamentos destas novas concepções sobre a evolução dos “padrões de povoamento” são expostos por J. ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 5-6.

³⁸⁴ WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: 516. A distinção muito marcada que o autor traça entre a malha territorial de *villae* do período romano e a de territórios organizados por comunidades camponesas da Alta Idade Média talvez possa ser matizada se tivermos em atenção a escassa visibilidade destas comunidades nas fontes clássicas e o excessivo enfoque da arqueologia romana nas estruturas monumentalizadas, que tende a secundarizar os vestígios materiais associados a essas mesmas comunidades.

o povoamento viria a adquirir nos séculos centrais da Idade Média (como se deduz da frequente associação entre as aldeias deste período e os cemitérios merovíngios), com as alterações impostas pela senhorialização à configuração do habitat rural, sobretudo a partir do século X, a afectarem preferencialmente aquela rede intermédia de pequenos habitats construídos ao longo dos séculos VII a X e maciçamente abandonados antes do Ano Mil³⁸⁵.

Por outro lado, a investigação recente num campo tão consolidado como é o da *settlement archaeology* inglesa tem vindo a realçar a complexidade que, por trás de uma aparente tendência de aglomeração (*nucleation*), caracteriza a evolução das estruturas do povoamento num amplo arco cronológico que se estende entre os séculos VII/VIII e XIII, sem que haja um consenso na marcação do(s) momento(s) verdadeiramente definidor(es) dessa evolução³⁸⁶. Há, isso sim, uma dinâmica prolongada, feita de períodos de mudança mais ou menos acentuados, com uma considerável variação regional, que não autoriza esquemas evolutivos lineares³⁸⁷.

Ao mesmo tempo, têm sido sugeridas novas explicações para a nucleação do habitat, que tendem a sublinhar factores com um alto grau de variabilidade, como sejam: (i) os ambientais, sujeitos a grande variação regional³⁸⁸; e (ii) os culturais, que

³⁸⁵ BURNOUF; PÉRIN, 2010 – «Archaeology: France»; para uma exposição mais desenvolvida deste esquema interpretativo da evolução do habitat rural no Norte de França ao longo da Alta Idade Média, v. PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: *maxime* 275. Note-se, contudo, que a interpretação proposta por este autor, ao deduzir da associação entre cemitérios e núcleos de habitat logo no período merovíngio a estrutura essencial dos padrões de povoamento medievais no Norte de França, não é partilhada por todos os arqueólogos franceses: «Contrary to the opinion of some French archaeologists [É. Zadora-Rio, nomeadamente], the study of the division of Merovingian cemeteries and their associated settlements offers the conclusion that in many cases the settlement pattern of the greater part of the landscape of northern France was established well before the year AD 1000» (*ibidem*, p. 271).

³⁸⁶ Ainda que numa zona como as *East Midlands* pareça hoje clara a importância de duas vagas sucessivas de aglomeração: «This process of village creation is now seen as a two-phase process with the initial nucleation of settlement around a single existing focus sometime before the mid ninth century (and perhaps associated with the fragmentation of large estates into smaller manorial holdings), followed by a reorganization/replanning of these villages and the laying out of their common fields around the tenth century» (RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 260).

³⁸⁷ Como escreve G. Astill, a fechar um balanço recente sobre o tema: «while a transformation may have occurred in the eighth century, the countryside experienced other period of similarly profound change later on, for example in the later ninth and tenth centuries as well as post-1180. In these circumstances, we should probably continue to think in terms of a long chronology for rural change in medieval England, but punctuated with periods of acceleration and stasis that could vary markedly from region to region» (ASTILL, 2010 – «The Long...»: 28; no mesmo sentido: RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 263).

³⁸⁸ Como sugeriu recentemente T. WILLIAMSON, 2003 – *Shapping the medieval...*: 180-99, para quem a paisagem de aldeias fortemente aglomeradas e de *common fields* característica da “*Central Province*” inglesa deve muito às condições pedológicas (com as dificuldades inerentes à preparação de solos argilosos a estimularem práticas agrárias comunitárias e as necessidades de rentabilizar a produção de feno

explicam a difusão (mais do que a origem) de núcleos aglomerados, condicionada por modelos do que se considera serem configurações morfológicas *ideais*, a emular³⁸⁹. Percebeu-se já os limites das explicações de recorte exclusivamente socioeconómico e político para a morfologia do habitat e os factores culturais parecem assumir um protagonismo crescente³⁹⁰.

Mas não é apenas ao nível dos padrões de povoamento que esta complexidade (por vezes mesmo circularidade) evolutiva se manifesta. O mesmo acontece com a própria morfologia de núcleos individuais de habitat, que está obviamente dependente daqueles padrões. A investigação arqueológica inglesa tem também demonstrado o carácter cíclico da evolução de alguns núcleos de habitat, que, em virtude do abandono de casas, podem passar no espaço de poucas gerações de núcleos aglomerados (*village*) a núcleos de dispersão intercalar (*interrupted row*) ou mesmo dispersos (*dispersed settlement*), voltando mais tarde a transformar-se em aldeias³⁹¹.

1.2.3. A discussão em torno da “aldeia” altimedieval

A imensa variedade e complexidade do povoamento altimedieval explica que alguns arqueólogos continuem a manifestar reservas quanto à utilização de termos como ‘village’/‘das Dorf’ (que traduziremos por ‘aldeia’) ou ‘hameau’/‘hamlet’/‘das Weiler’ (que traduziremos, sem a mesma convicção, por ‘lugar’), por os julgarem incapazes de traduzir a diversidade morfológica que caracteriza o povoamento altimedieval³⁹².

a favorecerem a aglomeração do habitat). Para uma panorâmica das críticas feitas a esta proposta explicativa de matriz ambiental, v. RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 21-22.

³⁸⁹ Estas novas explicações são sumariadas por ASTILL, 2010 – «The Long...»: 23, onde fica citada a bibliografia correspondente. Sobre as de índole “cultural”, observa: «These approaches have the great merit that they could potentially explain an extended chronology of formation and the pronounced regional variation: the difficulty is how we might confirm these hypothesis» (*ibidem*, p. 23-24). Para uma panorâmica das explicações de diversa índole avançadas pela historiografia, arqueologia e geografia histórica inglesas para a formação da paisagem de aldeias aglomeradas e *open fields* característica da “central zone”, v. RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 12 e ss. V. *infra* §1.3.

³⁹⁰ «It is now well established that the layout and composition of settlements are not shaped purely by socio-economic forces. Settlement layout also reflects values, norms and practices, so changes in layout, as well as similarities in layout between settlements, take on added importance. Spatial order in a settlement reflects and regulates social relations; it provides, quite literally, a «framework of living» (HAMEROW, 2009 – «Early medieval...»: 67).

³⁹¹ ASTILL, 2010 – «The Long...»: 22-23: «The lesson surely is that settlement change takes many forms, many of which are complex and cannot just be explained by ‘shifting’ because it is most often identified through fieldwork» (*ibidem*, p. 23).

³⁹² V., por todos, a recente síntese da autoria de J. KLÁPŠTĚ; A. NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 78. Fazendo notar o (restrito) sentido moderno da palavra ‘village’ («a communal rural settlement formed by a group of buildings and used by a number of families. In this sense it clearly differs from single isolated farms»), os autores observam: «the term village should really only be used for settlement dating to the later Middle Ages (i.e. for more stable settlements)»; do mesmo modo, o termo

Embora o façam por razões não necessariamente coincidentes com as invocadas por alguns historiadores mais presos ao modelo do *encellulement*, que resistem a utilizar o termo ‘aldeia’ para designar os núcleos de habitat anteriores aos séculos X-XII, por considerarem que a realidade material e sobretudo sociopolítica inerente ao conceito seria ainda inexistente³⁹³. Entramos assim no coração do já referido debate sobre a *origem* (e necessariamente a definição) da aldeia medieval, que foi tradicionalmente associada pelos modelos *mutacionistas* a uma suposta transformação radical das estruturas de povoamento em torno do Ano Mil, entendida como um dos elementos-chave da mudança social de amplo espectro que esses modelos pretendem explicar pela afirmação de uma sociedade feudal. A investigação arqueológica veio redimensionar significativamente o debate nas últimas décadas³⁹⁴.

Como observou É. Zadora-Rio num artigo muito influente, é importante ter em conta as diferenças de conceptualização entre a “aldeia dos historiadores” e a “aldeia dos arqueólogos”, assentes na realidade substancialmente diversa que emerge do registo escrito e material, respectivamente. Tomada no sentido que os historiadores (e R.

‘hamlet’ é também considerado «an inappropriate term for the early Middle Ages given that it has the same shortcomings as ‘village’; its arbitrary character is a particular problem (the key can be found in an exact number of homesteads, something which makes sense only within the framework of particular regional surveys). Furthermore, it is a term that does not translate well into many languages». Propõem então a utilização de uma designação mais inócua, que traduziremos por ‘núcleo de habitat rural’: «It seems therefore, for the purposes of the archaeological study of the eighth to twelfth centuries, that the most suitable term for general use is ‘rural settlement’. This may be refined reference to its degree of concentration or dispersal». Note-se, contudo, que os autores utilizam a expressão “*early medieval village*” (*ibidem*, p. 77) e reconhecem a “estabilidade” de muitos núcleos de habitat altomedievais (*ibidem*, p. 83).

³⁹³ V., por todos, as já referidas reservas manifestadas ainda recentemente pelo autor do modelo (FOSSIER, 2010 – «Conclusions générales»). São pressupostos do mesmo tipo os que subjazem à distinção entre a “*sociedad de las villae*” altomedievais e a “*sociedad de las aldeas*” dos séculos XII e seguintes, proposta por E. Portela, M. C. Pallares e J. A. Puente Domínguez para o caso galego (PALLARES; PORTELA; PUENTE MÍGUEZ, 1992 – «De la villa altomedieval...»: 36-38).

³⁹⁴ O ponto de partida para esta investigação mais recente fica muito claro num texto de síntese escrito em 1981 por um arqueólogo da craveira de J.-M. Pesez. O autor afirma plenamente a visão tradicional do nascimento da aldeia, situado entre os séculos X-XII, no contexto do crescimento então verificado e em virtude da acumulação de sucessivos factores/elementos, entre os quais se destacam: i) a senhoriação (associada de forma demasiado imediata à aglomeração do habitat, em torno sobretudo de núcleos fortificados); (ii) a montagem de uma rede eclesial (logo paroquial) de igrejas e cemitérios; (iii) a formação de comunidades de aldeia, sustentadas em primeiro lugar pelas necessidades de gestão comum dos recursos (mas não necessariamente) (PESEZ, 1981 – «Village»: 258-262). No entanto, logo no início do texto são elencadas as questões (se não mesmo dificuldades) que este modelo levanta: «C’est en tout cas dans l’Occident médiéval que le terme [village] est apparu vers le XIII^e siècle, pour désigner une réalité, somme toute complexe, associant à un bâti, habitat permanent fixé sur un site, un territoire agricole, le finage, et un groupe humain, doté d’une personnalité morale s’exprimant à travers diverses institutions et d’abord la paroisse et la communauté rurale. Ces éléments alors, au moment où l’historien les saisit, tellement indissociables qu’on hésite à décider si le village est hérité du passé, s’il est le produit du territoire par le biais des solidarités agraires ou s’il est formé autour et à cause de l’église ou encore autour et à cause du château» (*ibidem*, p. 345).

Fossier, em particular) lhe atribuem – implicando a existência de uma comunidade de aldeia no sentido sociojurídico e de um território demarcado e organizado, por um lado, e a combinação num mesmo lugar de várias funções (religiosa, funerária, defensiva, administrativa e económica, ainda que não seja necessária a reunião de todas) –, a aldeia releva de um nível de realidade que só parcialmente é possível identificar no registo material, segundo o qual ela constitui antes de mais (e muitas vezes exclusivamente) um “grupo de casas” mais ou menos importante³⁹⁵.

A autora não deixa de ressaltar que a arqueologia é capaz de identificar a existência de uma organização colectiva do espaço, de resto verificável em inúmeros habitats altomedievais³⁹⁶. No entanto, questiona a importância deste fenómeno como indicador da existência de comunidades rurais efectivamente institucionalizadas³⁹⁷. E mais recentemente voltou a insistir no facto de nem a dimensão nem a morfologia (aglomerada) do habitat rastreáveis no registo material serem indicadores seguros da existência de aldeias³⁹⁸.

³⁹⁵ ZADORA-RIO, 1995 – «Le village des historiens...»: 147-48. A autora esboça um inventário das dificuldades envolvidas na identificação de indicadores arqueológicos das diversas funções (funerária, religiosa, defensiva, económica, administrativa) que caracterizam uma aldeia aos olhos dos historiadores e conclui que «la communauté rurale, telle qu'elle apparaît dans les sources écrites, à la fois à travers une forme de sociabilité et un ensemble d'institutions, n'est évidemment pas directement accessible à l'archéologie» (*ibidem*, p. 148). De resto, já J. Chapelot e o próprio Fossier tinham observado, a propósito da necessária colaboração de arqueólogos e historiadores no estudo da aldeia medieval: «On ne peut se dissimuler les difficultés, puisque'elles commencent au sens des mots: le village est pour l'historien une structure socio-économique; pour l'archéologue, les villages représentent un type d'établissement et une réalité matérielle» (CHAPELOT; FOSSIER, 1980 – *Le village et la maison...*: 16). Na historiografia ibérica, idêntica distinção entre “aldeia” (realidade física) e “comunidade de aldeia” (realidade sociopolítica) foi proposta logo em 1985 por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 68.

³⁹⁶ «[A arqueologia] peut mettre en évidence, en revanche, l'existence d'une organisation collective de l'espace. Les critères habituellement utilisés dans la littérature archéologique comprennent l'existence d'une clôture autour de l'espace bâti, la présence d'une place centrale, le caractère régulier du plan de l'habitat, la présence de zones d'activités spécialisées et, enfin, la régularité de la morphologie agraire traduisant une prise de possession organisée du terroir. Bon nombre d'habitats du haut Moyen Age satisfont à un ou plusieurs critères d'organisation collective de l'espace: ni plus ni moins que les villages postérieures à l'an mil dans l'état actuel de la documentation archéologique» (ZADORA-RIO, 1995 – «Le village des historiens...»: 149-50).

³⁹⁷ «L'existence d'une organisation collective de l'espace ne constitue sans doute pas une preuve suffisante, ni même nécessaire, pour attester l'existence d'une communauté rurale institutionnalisée: elle ne donne guère d'indications sur la structure juridique et sociale et peut tout aussi bien être interprétée comme la marque d'un pouvoir seigneurial que comme celle d'une communauté rurale organisée. En outre, il reste à prouver que l'émergence d'une communauté villageoise, au sens institutionnel du terme, laisse nécessairement une empreinte dans l'organisation de l'espace (...)» (ZADORA-RIO, 1995 – «Le village des historiens...»: 150).

³⁹⁸ «Neither the size of the settlement nor its pattern of dispersal or nucleation can necessarily be considered as secure indicators: in some cases, individual estate centres could have a greater concentration of people than villages. Besides, whether settlements are concentrated or dispersed, the sense of being part of a single village does not entirely depend on living close together, and can be present even when its

Zadora-Rio conclui assim a sua reflexão com uma chamada de atenção para a dificuldade de traçar diferenças muito marcadas entre o habitat anterior e posterior ao Ano Mil, logo de sustentar com base no registo arqueológico a tese da *origem* da aldeia apenas neste período. Mas também insiste na necessidade de reconhecer a “originalidade” do habitat altimedieval. Entre as propostas divergentes que situam a origem da aldeia ainda na Alta Idade Média ou só no quadro de uma suposta “reorganização revolucionária” do habitat à volta do Ano Mil, a autora sublinha a «originalité profonde de l’organisation de l’espace du haut Moyen Age qu’on a tant de mal à appréhender en elle-même, en dehors de références réductrices à ce qui l’a précédée ou à ce qui l’a remplacée. Si on retrouve dans les sites du haut Moyen Age les mêmes ingrédients que dans les villages postérieures, rien ne permet de dire qu’ils ont la même signification»³⁹⁹.

Em suma, não só há especificidades evidentes no habitat dos séculos altimedievais como não podemos negar as diferenças que o separam, em muitas regiões, do habitat mais estruturado dos séculos centrais da Idade Média; sem prejuízo de uma imensa variação especial e diacrónica. Caracterizados por uma maior estabilidade e pela crescente nucleação (que não necessariamente aglomeração) em torno de pólos centrais como sejam os castelos, as igrejas, os cemitérios e outros, os núcleos populacionais dos séculos X-XII destacam-se ainda por uma maior integração e hierarquização territoriais, que terão caminhado a par da montagem de diversas redes (dominiais, *políticas* e sobretudo eclesiásticas) de articulação do território⁴⁰⁰. Como é inegável, em algumas

inhabitants are living in scattered farms. The best marker is certainly the existence of individual houseplots, providing evidence for autonomous agricultural units, but their identification is not always straightforward. Another indicator is evidence for strong community organisation, demonstrated in the archaeological record by a regular layout, specialized areas for storage and ovens, indicating adherence to a generally agreed or imposed design, large associated graveyards and the existence of public space – but the morphology of a public square and that of a private courtyard can look very much the same» (ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 78).

³⁹⁹ ZADORA-RIO, 1995 – «Le village des historiens...»: 150. A autora desenvolve estas diferenças de “significado”, mais do que propriamente materiais, a propósito de três aspectos, tradicionalmente associados à aldeia clássica mas já presentes no habitat altimedieval: (i) os templos; (ii) os cemitérios; (iii) as estruturas de hierarquização territorial que devem também ter-se traduzido na organização do habitat (*ibidem*, p. 150-53).

⁴⁰⁰ Como acontece, desde logo, com o processo de “*construction du village*” numa região de povoamento predominantemente disperso como é o Oeste francês: «malgré les décalages, on peut considérer que le regroupement autour des pôles prend forme au XI^e siècle, le contexte de croissance qui multiplie les hommes joue alors un rôle majeur, mais l’accélération la plus nette se place dans la seconde moitié du XI^e siècle pratiquement partout dans l’Ouest. Se conjugent alors les effets du perfectionnement de l’encadrement seigneurial et ceux très importants de la réforme grégorienne» (PICHOT, 2002 – *Le village éclaté...*: 352). Genericamente: «los límites de la aldea se ven a su vez influenciados por otros dos tipos de división espacial: el desarrollo de las parroquias, y de los señoríos, ambos tomando forma solamente al

regiões particularmente bem documentadas do ponto de vista arqueológico, a existência de descontinuidades importantes entre a malha de habitats altomedievais e a das aldeias estabilizadas a partir da Idade Média Central⁴⁰¹.

Percebe-se portanto que o problema da “origem” da aldeia continue a ser relacionado com os séculos X a XII, pela literatura histórica em primeiro lugar⁴⁰², mas também por uma certa literatura arqueológica mais preocupada com a interpretação do registo material em chave sociopolítica (à luz dos modelos *mutacionistas* de implantação de uma “sociedade feudal”)⁴⁰³. Até porque a investigação recente sobre a organização sociopolítica das comunidades rurais, pese embora uma visão mais complexa do período anterior ao Ano Mil, continua a sublinhar as diferenças que o separam das comunidades mais estruturadas e territorializadas dos séculos XI-XII⁴⁰⁴. O que, com todos os problemas que a tradução material de processos sociopolíticos levanta, parece de alguma forma verificar-se também no registo arqueológico⁴⁰⁵.

No entanto, reconhecer as alterações do habitat registadas a partir do Ano Mil (e a especificidade dos núcleos altomedievais) não significa restringir a este período a “*naissance du village*” (Fossier), como notou J. Á. Quirós Castillo a propósito do caso

final de mi periodo [1100]. Cuando estos tres tipos de confinación coincidían, el territorio situado dentro de dichos límites se transformaba en algo mucho más coherente» (WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»: 37).

⁴⁰¹ É o que parece acontecer, por exemplo, no Roussillon, onde a rede de ocupação do solo terá sofrido uma “profunda reestruturação” entre meados do século X e meados do século XI, com o abandono maciço dos núcleos de habitat anteriores que não estivessem associados a nenhuma igreja ou castelo e a crescente deslocação e concentração do habitat para o entorno dos centros eclesiais (CATAFAU, 2008 – «L’église...»: 215-20); ou no Norte da Península Ibérica (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 79).

⁴⁰² A importância atribuída em França aos já referidos conceitos de *encellulement* e, mais recentemente, de *inecclesiamento*, ou a persistência do problema do “*village moment*” na historiografia (e arqueologia) inglesa atestam bem esta persistência.

⁴⁰³ Retenha-se, a este propósito, as recentes observações de H. KIRCHNER, 2010 – «Sobre la arqueología...»: 247 (a propósito dos artigos recolhidos em QUIRÓS CASTILLO (ed.), 2009 – *The archaeology...*).

⁴⁰⁴ Ainda no caso da Península Ibérica (castelhano, mais precisamente): «Most scholars nowadays would agree that Castilian rural communities up to the year 1000 were substantially different from their central medieval successors. The pace and intensity of the changes may be described differently from one area of the county to another, but it seems clear that the earlier communities were less formalized, both in their institutional workings and in their subjection to lordship; were less territorially encapsulated; and their wider context was more open to social mobility than it was in the eleventh and twelfth centuries» (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 129).

⁴⁰⁵ Um exemplo será, mais uma vez, o do País Basco, onde «the processes of hierarchisation and differentiation of some villages towards the 10th century are evident (...). Some centres, which already had a sophisticated economic structure connoted by the presence of stable artisanal structures in the 8th and 9th centuries, developed different political forms at local scale towards the 10th century. Village leaders are clearly identified archaeologically and their domestic units reveal evident signs of differentiation» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 22).

peninsular⁴⁰⁶. Importa, de resto, notar que o enfoque predominante dos trabalhos arqueológicos nos despovoados com ocupação altimedieval (normalmente abandonados precocemente), tende a ressaltar fenómenos de ruptura e traços de instabilidade e marginalidade do habitat. Ao passo que a necessária multiplicação de estudos aprofundados da sequência ocupacional dos núcleos que persistiram ao longo dos séculos X a XII (dificultados por se tratarem, em muitos casos, de núcleos ainda hoje ocupados⁴⁰⁷), virá possivelmente revelar maiores continuidades entre uma e outra malhas e uma maior estabilidade do povoamento do que a investigação arqueológica actual parece reconhecer⁴⁰⁸.

Note-se, a este propósito, que em alguns sítios escavados no Norte da Europa foi possível identificar uma persistência (mesmo que intermitente) de ocupação que se estende por todo o I Milénio da Era cristã, prolongando-se até aos séculos XII-XIII; sendo que uma boa parte dos núcleos despovoados parecem resultar de um abandono de pequena escala, enquadrado numa certa continuidade territorial⁴⁰⁹. De igual modo, em

⁴⁰⁶ «Pensamos que en un momento situado entre los siglos XI y XII se produjo en nuestro territorio una reestructuración en la estructura urbanística de las aldeas. La construcción de iglesias, la compactación y la reordenación de los espacios productivos en el marco del desarrollo de nuevas formas de dominio señorial modificaron la estructura interna y externa de las aldeas. Pero este proceso de compactación o de reordenación, que no siempre indica una «concentración», no puede interpretarse en términos de *naissance du village*.

«Tampoco podemos desplazar sin más el «modelo» interpretativo del año 1000 a algunos siglos atrás. Indudablemente una Alta Edad Media presidida por aldeas es un periodo que responde a estructuras y modelos sociales mucho más complejos de los que dejan ver episódicos y raros documentos escritos conservados. De hecho, algunos autores han empezado a preguntarse sobre la pertinencia o la oportunidad de seguir construyendo interpretaciones sobre este tipo de registros» (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 79).

⁴⁰⁷ ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 94.

⁴⁰⁸ Como bem observaram P. PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: 267-68, a propósito do Norte de França, e A. CATAFAU, 2008 – «L'église...»: 195, sobre o *Midi*. Segundo o primeiro autor é necessário ter em mente o problema da representatividade dos lugares com ocupação altimedieval (séculos VII a X, sobretudo), que estão situados maioritariamente longe dos actuais núcleos de habitat: «We are therefore dealing with settlements that have been deserted, and the extent to which they are representative needs to be objectively examined»; «it is clearly important to consider also all the sites which have endured, as opposed to those which have only been excavated because they had become deserted. Wherever archaeological agendas have been set up, it becomes apparent that those Merovingian-period cemeteries that are totally isolated and therefore probably linked to a corresponding settlement, are the exception. On the contrary, the cemeteries are found almost systematically in proximity to modern villages and hamlets»; «Once it is accepted that most of the settlements excavated in northern France can be related to a common phenomenon in the seventh to tenth centuries, and that the general rule seems to have been that, from the Merovingian period, settlement was stable or permanent, what remains to be defined are its earlier origins» (PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: 267, 268, 272).

⁴⁰⁹ Para vários exemplos da «mobilité de l'habitat [altimedieval] dans le cadre d'une continuité territoriale», com o caso emblemático de Vorbasse (Dinamarca) à cabeça, v. NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 215). A autora esclarece que «parfois, il faudrait certainement envisager l'abandon

algumas regiões mediterrânicas a investigação recente tem vindo a sublinhar a continuidade topográfica de alguns lugares habitados entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, embora deva ressaltar-se uma importante descontinuidade morfológica, ao nível da dimensão e plano dos povoados, das tipologias e materiais de construção, etc.⁴¹⁰.

Mesmo que a arqueologia (ainda incipiente em muitas regiões) tenha dificuldade em identificar vestígios daquela continuidade num registo material que é efectivamente fruste (quando não inexistente), e que foi habitualmente secundarizado (quando não destruído), no quadro de escavações preocupadas sobretudo com o período clássico, a verdade é que os indícios dessa continuidade topográfica vão-se multiplicando em vários pontos do antigo espaço romano. Desde logo no *Midi* francês⁴¹¹, na Península Ibérica (onde importa, contudo, sublinhar a significativa variação regional)⁴¹² e mesmo em Itália⁴¹³; mas também em Inglaterra⁴¹⁴ ou no Norte de França, onde algumas interpretações (não consensuais) sublinham uma continuidade nos usos da terra, reflectida nas próprias estruturas de habitat, que chega a recuar ao período imperial⁴¹⁵. É, de facto, impossível desligar a continuidade do habitat da persistência (não necessariamente permanente, mas muitas vezes feita de reactivações

réal d'un territoire, mais d'une manière générale, les sites abandonnés du haut Moyen Age s'inscrivent dans une toute autre logique que les villages désertés du Moyen Age tardif» (*ibidem*, p. 216).

⁴¹⁰ Esta descontinuidade parece ser particularmente marcada no caso italiano, onde se verifica uma evidente ruptura dos padrões de povoamento nos séculos V-VI (VALENTI, 2009 – «I villaggi altomedievali...»: 29-30).

⁴¹¹ CATAFAU, 2008 – «L'église...»: 193.

⁴¹² «In Catalonia, so far, the cases of villages from the 6th and 7th centuries that were founded in the proximity of, or over, Roman occupations are more numerous, whereas in the Meseta, new foundations are more frequent» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 21); LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...*: e.g. 110-11.

⁴¹³ ARTHUR, 2004 – «From Vicus to Village...»: 116-17.

⁴¹⁴ Entre os muitos exemplos que poderiam citar-se, note-se o caso emblemático de Wharram Percy (Yorkshire) (CHRISTIE, 2004 – «Landscapes of Change...»: 22)

⁴¹⁵ Tradicionalmente afirmou-se a existência de uma “ruptura” na ocupação e exploração agrícola do espaço no Norte da Gália, em virtude das incursões germânicas do século III, que teria a sua prova mais evidente na descontinuidade entre a rede de *villae* galo-romanas e a dos cemitérios merovíngios. «However, a careful re-examination of old excavation reports and records, as well as the contribution of recent projects, allow production of a more nuanced picture: the majority of researchers now highlight the archaeological indications of continuous land use, evidenced in the settlements themselves» (PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: 272). Uma continuidade que não se verifica em relação às *villae* galo-romanas, que se distinguem claramente dos núcleos merovíngios no plano topográfico, salvo casos raros, mas em relação a pequenos núcleos de habitat que, ao lado de *villae* e *vici*, terão persistido desde durante a Antiguidade Tardia (*ibidem*, p. 175). A mesma continuidade, não apenas dos sítios mas da própria morfologia do habitat é detectada no Norte de França ao longo da Antiguidade Tardia (séculos III-VII) por P. van Ossel, que situa logo neste período a “emergência progressiva” do habitat aglomerado (*groupé*) que se difundirá ao longo da Alta Idade Média (VAN OSSEL, 2010 – «De la «villa»...»).

posteriores) das estruturas-base de organização do espaço agrário montadas pela centurição romana (quando não anteriores), que parecem perdurar de forma ainda mais marcada em todas estas regiões.

É certo que a mera “continuidade topográfica” do povoamento não implicou, na maior parte dos casos, uma “continuidade funcional”⁴¹⁶. A persistência de uma malha de povoamento não significa necessariamente uma continuidade dos padrões e morfologias desse povoamento⁴¹⁷, pelo que a ocupação estável de um determinado sítio que veio a converter-se num núcleo aglomerado não implica que assim tenha sido desde o início⁴¹⁸. Já para não falar da distinção mais ampla, e central na *Siedlungsforschung* alemã, entre a continuidade de sítios (*Ortskontinuität*) e a continuidade de espaços de ocupação (*Siedlungsräume*), que levanta o problema da evolução diferenciada dos diversos elementos da paisagem rural⁴¹⁹. A ocupação do habitat e dos diversos tipos de espaços agrários pode efectivamente evoluir segundo ritmos e formas não concidentes, ainda que nunca absolutamente desligada.

De qualquer forma, a investigação sobre o Norte da Europa, sobretudo, tem demonstrado a importância da continuidade territorial e funcional entre a Alta e a Plena Idade Média, apesar da relativa instabilidade do habitat altomedieval (na raiz de uma

⁴¹⁶ Sobre esta distinção, v. DEVROEY, 2008 – «Une société...»: 242. Importa ainda contrastar estes dois tipos com a “continuidade territorial”, como notou A. Nissen-Jaubert: «Dans son argumentation sur l’origine protohistorique du village danois, Carl-Johan Becker a souligné l’importance de distinguer la “continuité topographique” de la “continuité territoriale” (...). Cette forme de continuité est incontestablement la plus remarquable pour les études rurales. La continuité territoriale n’implique pas une continuité de lieu qui n’entraîne pas non plus une continuité fonctionnelle. (...)»

«Plusieurs enquêtes archéologiques ont démontré les déplacements de l’habitat du haut Moyen Age à l’intérieur d’un territoire. Très souvent, la dernière phase d’abandon correspond à l’établissement du village actuel. Cependant, nos villages, pourtant installés sur le même lieu durant presque un millénaire, n’ont plus le même rôle social et économique qu’aux époques médiévales et modernes» (NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 215).

⁴¹⁷ WICKHAM, 1988 – *The Mountains and the City...*: 33; LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 68-69.

⁴¹⁸ Aliás, e como notou M. Barceló, a continuidade material do habitat não encerra em si mesma qualquer valor explicativo: «hay que advertir que que la noción de «continuidad», que sólo puede ser continuidad de población, es únicamente una estratigrafía, un registro arqueológico que no contiene ninguna explicación de sí mismo. No es, en rigor, un conocimiento histórico. Lo único que hace es dar testimonio de una secuencia larga de ocupación residencial» (BARCELÓ, 1998 – «¿Qué arqueología...»: 84).

⁴¹⁹ TOUBERT, 1999 – «Histoire de l’occupation...»: 30: «Il peut ainsi y avoir désertion de sites à l’intérieur d’une continuité spatiale assurée par la permanence d’autres éléments prégnants dans la forme des parcellaires, les modes de délimitation des champs ou des «quartiers» agraires, dans les réseaux de viabilité, les infrastructures de drainage et d’irrigation, etc. Il est donc clair que tous les éléments constitutifs d’un paysage agraire ne s’effacent pas ensemble ni en même temps, et que tous ceux qui subsistent doivent non seulement être repérés mais être replacés dans les nouvelles structures d’ensemble qui en assurent la survie fonctionnelle». A esta distinção parece corresponder a que propõe L. García Moreno, entre “continuidad ocupacional” e “continuidad del poblamiento”, num artigo ainda inédito sumariado por A. FUENTES DOMÍNGUEZ; J. LÓPEZ QUIROGA, 1999 – «El poblamiento rural...»: 228, que referem mas não definem bem os termos em que o autor faz a distinção.

descontinuidade essencialmente topográfica)⁴²⁰. Percebe-se hoje que as transformações radicais do habitat tradicionalmente atribuídas ao Ano Mil não só se estendem por um intervalo mais longo (que remonta muitas vezes à Antiguidade Tardia, apesar de uma evidente “aceleração” entre os séculos IX e XI) como sobretudo consistem, em muitos casos, numa tendência gradual de concentração dos antigos núcleos de habitat em torno de um lugar central, mais do que na *criação* de um modelo de povoamento e de organização territorial radicalmente novo⁴²¹. É evidente, em várias regiões europeias, a persistência de pequenos núcleos de aldeia vindos da Alta Idade Média, pelo menos, que se consolidam ao longo dos séculos seguintes⁴²².

Com efeito, e sintetizando o que já ficou dito, os extraordinários avanços da arqueologia no estudo do habitat altimedieval, verificados um pouco por toda a Europa nos últimos anos (ainda insuficientes, mas efectivos), vieram revelar um quadro material, territorial e comunitário que, se em muitos casos carece ainda da estruturação característica dos séculos centrais da Idade Média, não deixa de demonstrar, a partir dos

⁴²⁰ A propósito das sucessivas deslocações do habitat em Vorbasse até à estabilização no século XII (sendo que o ritmo de deslocação tendeu a diminuir com o passar dos tempos), observa a autora: «Les témoignages des système d’amendement, la durée croissante des phases d’occupation et le déroulement même de ces déplacements concordent mal avec les idées d’un habitat fragile et éphémère. Ne faut-il pas plutôt considérer cette mobilité comme le meilleur moyen d’exploiter le territoire rural en fonction des techniques agricoles? Quels étaient alors les rapports entre les habitants? Certainement pas ceux connus des communautés rurales de l’ancien régime, mais peut-on pour autant affirmer que les sites ruraux ne sont qu’une simple juxtaposition des fermes? Ne faut-il pas déjà supposer une certaine organisation collective pour planifier les déplacements de l’habitat qui ont forcément eu des conséquences pour la répartition des terres? Les arguments ne manquent pas pour établir une continuité territoriale entre les villages du Moyen Age central et ceux du haut Moyen Age. Les conséquences des remembrements agraires aux XVIII^e et XIX^e siècles, particulièrement rapides au Danemark, montrent aussi que la fixité du village peut masquer des mutations économiques et sociales. Celles-ci peuvent se révéler aussi importantes que ceux qui ont conduit à la stabilisation de l’habitat» (NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 216).

⁴²¹ NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 50-53. Retomando parcialmente a referida argumentação de P. Périn, observa o autor: «N’exagère-t-on pas la portée des changements observés? Presque toutes les fouilles qui les ont révélés ont été pratiquées à la périphérie ou à l’écart des localités actuelles; autrement dit, elles ont ouvert des gisements fossilisés dans des sites désertés à un moment donné. Forcément, elles ont relevé dans les niveaux archéologiques les marques visibles de faits de rupture. À l’inverse, celles, trop rares, qui ont creusé au sein de villages toujours debout ont décelé des traces d’une occupation à peu près continue depuis le haut Moyen Âge. Reste que presque tous les sites prospectés ont fini par être délaissés, alors qu’à quelques centaines de mètres d’eux s’est enraciné le village appelé à durer jusqu’aujourd’hui, parfois dès le IX^e siècle, souvent durant les décennies entourant l’An Mil, assez rarement après 1100. Tout s’est passé comme si les anciens foyers de peuplement s’étaient concentrés en un endroit jugé plus attractif» (*ibidem*, p. 52-53).

⁴²² «Il est des régions où (...) le village a pu se pérenniser à partir des petits agrégats de parcelles maisonnées qui constituent la structure par excellence des «proto-villages» antérieures à l’An Mil: *haufendorfen* de l’Allemagne du Sud, villages de *meix* de Bourgogne, *aldeas* castillanes, villages «casaliers» des vallées pyrénéennes... Sans parler des «villages» du Massif central ou de la Bretagne, aujourd’hui répertoriés comme des hameaux, mais qui sont partiellement les héritiers du dense et menu semis du haut Moyen Âge» (CURSENTE, 2002 – «Village»: 1450).

séculos VIII-IX, traços claros daquilo a que ainda hoje poderíamos chamar um núcleo de aldeia⁴²³. Para mais, e apesar dos já referidos problemas que se levantam à identificação e interpretação de vestígios materiais das estruturas sociais, é importante ter em mente as observações de A. Nissen-Jaubert, para quem a arqueologia é capaz de identificar um conjunto de indicadores de uma organização colectiva da vida rural que, se não implicam necessariamente a existência de aldeias no sentido clássico, atestam pelo menos a existência de comunidades de aldeia desde os séculos altomedievais⁴²⁴.

Por outro lado, a visão pessimista da economia altimedieval defendida por autores como Fossier, para quem o crescimento agrário que teria necessariamente suportado a multiplicação de núcleos permanentes, estruturados e aglomerados de habitat, não seria muito anterior ao Ano Mil, foi também posta em causa nas últimas décadas, como vimos. E emergiu, no seu lugar, uma visão mais optimista, que recua essa dinâmica de crescimento aos séculos VIII-IX, autorizando a recuar também o processo de formação da aldeia, se mantivermos o nexo causal entre um e outro fenómenos⁴²⁵. Finalmente, a investigação tem também mostrado como o processo de

⁴²³ É certo que a generalidade da bibliografia arqueológica atribui ao habitat altimedieval uma morfologia alveolar (“*polyfocal*”, na expressão cunhada pela bibliografia de língua inglesa), que contrasta com a crescente aglomeração verificada sobretudo entre os séculos X e XII. Mas não nos parece que essa morfologia alveolar seja incompatível com a existência de verdadeiras aldeias, se adoptarmos a definição proposta por R. Noël, assente em dois elementos definidores: «*L’enveloppe matérielle du village: C’est d’abord un groupe plus ou moins resserré de maisons, pour la plupart à la tête d’exploitations agricoles. Arrimé à un site et, en bien des cas, coiffé par une église, il siège au milieu de ses terres. D’ordinaire, il a plusieurs entrées et sorties. Il commande un réseau de routes, de chemins et de sentiers sur lesquels s’appuient et s’articulent les quartiers de son finage.*»

«*La consistance sociale du village. Ses habitants forment une collectivité consciente de son identité: ils sont d’ici et point de là. Une étroite proximité vécue à longueur d’années les lie. (...) Les charges acquittées aux mêmes moments, les travaux accomplis aux dates imposées ou convenues, surtout s’il y a contrainte d’assolement, les gestes d’entraide en bien des occasions soudent de fortes solidarités. (...) À l’occasion de conflits avec le seigneur, la communauté villageoise tien tête, affirme son vouloir-vivre, marchande des garanties – écrits ou non – qui commuent ou délimitent ses obligations. (...) À intervalles, elle tient assemblée. Elle débat les intérêts de tous et rappelle ses *us et coutumes* qui cristallisent une somme d’expériences*» (NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 24-25).

⁴²⁴ Da análise de um conjunto de indicadores arqueológicos de uma organização socioeconómica colectiva nos núcleos de habitat altimedievais do Norte da Europa (classificados como “*habitats villageois*”) conclui a autora: «La complexité de l’organisation rurale depuis le Moyen Age central ne doit toutefois pas nous amener à négliger les indices d’une certaine organisation collective des habitats antérieurs. Celle-ci est certainement plus restreinte, mais n’observe-t-on pas le même phénomène dans plusieurs hameaux ou villages du deuxième millénaire? Les déplacements des habitats dans le cadre d’une continuité territoriale, les persistances de certains tracés parcellaires comme à Odoorn et Gasselte ou des modules des *tofts* de Vorbasse ainsi que la standardisation des constructions rurales, dans une grande partie du nor-ouest européen devraient suffire pour nous convaincre que les habitats du haut Moyen Age sont bien plus que de simples groupement de fermes» (NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 222).

⁴²⁵ A propósito do caso italiano, P. Arthur sublinha as dúvidas que a insuficiente investigação arqueológica ainda coloca à definição de uma cronologia clara para o movimento de multiplicação do

ancoragem e enquadramento religioso das comunidades locais designado por *inecclesiamento* (componente central do *encellulement*, e sobretudo na definição da identidade destas comunidades) não pode ser contido numa cronologia *mutacionista* mas antes se desenvolve num amplo arco cronológico, entre, pelo menos, os séculos IX e XII.

Por tudo isto, a maior parte dos autores (arqueólogos como historiadores) parece hoje aceitar a aplicação do termo ‘aldeia’ à Alta Idade Média, e não apenas na sua dimensão material⁴²⁶. Deixando de lado a discussão sobre a possibilidade de o aplicar a períodos bastante mais recuados, que podem inclusivamente remontar à Pré-história recente⁴²⁷, parece claro que uma parte cada vez maior da investigação (arqueológica, sobretudo) tem vindo a identificar nas diversas regiões do Ocidente europeu, logo a partir dos séculos V-VI, uma “paisagem de aldeias”, mescladas com pequenos núcleos de habitat e unidades de habitat dispersas; sendo que estas aldeias correspondiam a comunidades rurais dotadas de uma identidade sociopolítica minimamente marcada e integradas num horizonte económico que ultrapassa a mera autarcia⁴²⁸.

Que a documentação escrita anterior a meados do século X não revele explicitamente as muitas dimensões (mais ou menos formais) que estruturam uma

número de aldeias, mas relaciona-o em todo o caso com a dinâmica de crescimento verificada a partir do século IX, e sobretudo do X (ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 119-21).

⁴²⁶ Para uma síntese recente e detalhada da discussão em torno da *origem* da “aldeia medieval”, assente num completo balanço da investigação histórica e arqueológica europeia, v. NOËL, 2010 – «À la recherche du village...». Para uma panorâmica da investigação sobre a “arqueologia das aldeias altomedievais”, v. os diversos balanços compilados na primeira parte de um volume recente com este título, dirigido por J. A. QUIRÓS CASTILLO (ed.), 2009 – *The archaeology...*: 27 e ss. Nenhum dos autores (incluindo É. Zadora-Rio) parece hesitar na utilização do termo ‘aldeia’ (*‘village’*, *‘villagio’*, etc.) para se referir ao período anterior ao século X; tal como não hesita J. LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...*: 116.

⁴²⁷ A aplicação do termo ‘aldeia’ para designar núcleos de habitat rural dotados de uma estrutura sociopolítica (hierarquizada) mínima detecta-se na obra de alguns arqueólogos que recuam ao final do Calcolítico a génese da *aldeia*, desde logo no espaço peninsular: «esta iniciada historia protourbanística cristaliza en la aparición de las primeras aldeas típicas, aldeas abiertas de cabañas exentas, que serán el prototipo de las aldeas abiertas campaniformes del Bronce Antiguo. Han desaparecido ya los sistemas de cercado, evidencia palpable de la antropización del medio natural. Y las cabañas han abandonado los recursos de adosamiento para construirse exentas, familias nucleares independientes de un previo parentesco cementante y dispuestas para la promoción de rangos sociales entre ellas» (RAMOS MILLÁN, 2007 – «Las fortificaciones calcolíticas...»: 44).

⁴²⁸ Como notou J. A. Quirós Castillo: «The European landscapes of the Early Middle Ages, from Denmark to England, and from Germany to the North of France, are village landscapes, frequently alternating with farms and more dispersed settlements. Villages had already been before the Middle Ages, particularly in the north, whereas in the Roman West they were rare until the 5th or 6th centuries.

«The most recent syntheses have shown that European Early Medieval peasant communities already had a certain identity and enjoyed stability in the Early Middle Ages, and, far from being isolated structures and dedicated to subsistence, they were actually involved in exchange networks and were active social and political subjects» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 16).

comunidade rural unida pela partilha de um território e de recursos comuns e pela *convivência* permanente entre os seus membros não pode ser razão suficiente para negar a possibilidade de as comunidades de aldeia terem uma existência (muito) anterior a essa data⁴²⁹. Até porque a documentação escrita não é apenas omissa mas quase inexistente para largos sectores do Ocidente europeu antes do século X, no que contrasta com a (crescente) importância do registo material⁴³⁰. São particularmente importantes as dúvidas que hoje se levantam à interpretação histórica tradicional, questionando se a emergência da aldeia (enquanto fenómeno sociopolítico) nas fontes escritas, a partir do século X, resulta efectivamente de uma realidade nova ou sobretudo de uma “revelação documental” de uma realidade anterior⁴³¹. Para mais, a releitura atenta das fontes disponíveis tem levado os historiadores a recuarem ao século IX, pelo menos, a existência de comunidades de aldeia estruturadas em algumas regiões europeias⁴³². Uma

⁴²⁹ Como, aliás, reconhecem historiadores mais presos ao modelo do *encellulement*: «Constituer un groupement de maisons n'est point suffisant. Ces maisons doivent être bâties pour durer, être articulées par un réseau viaire, et organiquement liées à des éléments collectifs dont l'existence atteste l'existence d'une communauté organisant un espace aux limites reconnues. Cependant, certains de ces critères ne sont vérifiables qu'au travers des sources écrites, qui ne deviennent abondantes et explicites qu'à partir du XIe s.» (CURSENTE, 2002 – «Village»: 1449).

⁴³⁰ FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»: 55-59; QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 70-71. Como bem notou recentemente R. Noël, o problema da origem da aldeia exige hoje um “regresso aos documentos” altimedievais, desde logo às fontes escritas efectivamente existentes: hagiografias, inventários, polípticos e actos e notícias de transmissão de bens ou direitos, cujas possibilidades e limitações para o estudo daquele tema o autor procura desenvolver (NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 29-43).

⁴³¹ Como notou J. A. Quirós Castillo, a investigação mais recente tem vindo a sublinhar um longo processo de génese das comunidades/identidades aldeãs, que dificilmente pode associar-se em exclusivo à “mutação feudal”: «If village identity was fluid in the first centuries of the Early Middle Ages, in the 10th and 11th centuries, there was a social, political and territorial formalisation which is recognisable in the village structure and the social organisation of space. However, this formalisation is no more than a link in a long process of construction of village systems, which are now more visible in the documentary record, reflected in texts from the point of view of the different powers. Furthermore, this formalisation process was not lineal, and there are numerous examples of villages which were deserted in the 10th century in France, for example. In any case, the «documentary revelation» of the village in 1000 cannot be identified with the «feudal revolution»» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 18).

⁴³² «En mi opinión las aldeas ya existían en el año 800, e incluso yo diría que antes del año 600 en gran parte de la Europa occidental. Yo parto de la definición básica de aldea, al igual que García de Cortázar, como la creación de territorios formados por pueblos, que veo como el cambio más importante que le haya ocurrido al paisaje rural después de la caída del imperio romano en Occidente (...). La aldea puede haber «nacido», o «triunfado», antes del año 800 (...) pero aún era en gran parte de Europa occidental, bastante débil y a menudo amorfa. Sin embargo, hacia el año 1100, las aldeas eran comunidades mucho más coherentes, incluso a veces auténticos protagonistas activos» (WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»: 35-36). Isto sem esquecer a considerável variedade regional e micro-regional de tipos de aldeias (e de formas de organização da sociedade rural), nem sobretudo a heterogeneidade que caracteriza três dos mais importantes elementos definidores do tipo-ideal ‘aldeia’: os “padrões de povoamento [habitat]” (disperso ou concentrado), a “estrutura territorial” e a “acção colectiva” (*ibidem*, p. 37-38). Note-se que estes três elementos são também aceites, embora agrupando os dois últimos, por R.

existência que, de acordo com o próprio Wickham, parece ser particularmente precoce (à escala europeia) no quadrante Norte da Península Ibérica, facto que a historiografia espanhola não deixou de identificar também precocemente⁴³³.

Seja como for, a arqueologia tem de facto posto em relevo um quadro morfológico do habitat que se aproxima em muitos aspectos, sobretudo a partir do século VIII, daquele que virá a caracterizar as aldeias da Idade Média Central. Como notou vividamente R. Noël, ao concluir o já referido artigo em que traça uma larga panorâmica da actual discussão em torno da *origem* da aldeia:

«Une sorte de village a existé au haut Moyen Âge. Il n'avait ni la consistance ni les traits accomplis de celui des années 1100 ou 1200. Il ne possédait ni personnalité juridique ni biens communs. Son implantation était aérée, mais moins désordonnée et moins fragile qu'on ne l'a supposé. Peu nombreux, ces habitants se croisaient devant leur maisons, sur les chemins, dans les champs. Ils partageaient les maigres joies et les soucis répétés de leur existence grise. À partir du IX^e siècle, ils s'assemblaient à l'église paroissiale les dimanches et les jours de fête. À l'issue des enterrements et des messes commémoratives, ils se rendaient au cimetière, marchant à travers les tombes et visitant le souvenir des ancêtres en terre. Portée par les plus âgés, la mémoire du groupe passait les générations: première forme de conscience collective»⁴³⁴.

É sintomático destes avanços recentes protagonizados pela arqueologia o apelo a um “novo paradigma” feito por R. Francovich num dos seus últimos textos: «Today, however, many new excavations invite us to re-examine early medieval settlements, and indeed, to propose a new historical paradigm for interpreting the changing role of the village in the early Middle Ages»⁴³⁵. Como observou, mais prudentemente, Wickham, a propósito das teses que situam a *origem* das aldeias na passagem do século X para o XI,

FOSSIER, 2010 – «Conclusions générales»: 508; ainda que o autor apresente depois uma tipologia mais miúda dos “elementos estruturantes” da aldeia (*ibidem*, p. 509-11).

⁴³³ WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»: 34-35, 46-48. Na historiografia espanhola, v., por todos, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 60-71. A identificação desta precocidade e a própria formulação do conceito de “comunidade de aldeia”, que tanta fortuna viria a ter no altomedievalismo espanhol, deve-se às investigações levadas a cabo nas décadas de 1960 e 1970 por A. Barbero e M. Vigil, sistematizadas em: BARBERO, VIGIL, 1983 [1978] – *La formación del feudalismo...*: 354-80.

⁴³⁴ NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 75.

⁴³⁵ FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»: 59. «Excavations carried out in western Europe over the last forty years clearly indicate that in the early medieval countryside permanent populations were organized in nucleated settlements, both in the regions where Germanic settlement patterns prevailed and in those more influenced by the Roman tradition. Yet much historical research into legal and documentary sources still considers the archaeological evidence for nucleated settlements as proving that village settlements acquired a formalized identity only after the tenth century. But archaeology suggests that during the centuries that witnessed the growth of consolidated villages, even greater estates were based in nucleated villages, not in manorial households scattered across the countryside» (*ibidem*, p. 56).

no Norte de França (J. Chapelot e R. Fossier), ou entre os séculos IX e XII em Inglaterra (C. Taylor e C. Dyer):

«This is only a question of terminology; nor would I disagree at all with the importance of the tenth and eleventh centuries, in particular, as a moment of political, religious, economic and spatial aggregation in the West. But the recognition of its importance should not lead us to underestimate the importance of an earlier moment, that in which geographical territories (rather than landowning patterns, as in the western Roman Empire) came to be the marker of local collective identity, and the whole landscape became divided up between *villae* (or *vici*, or *loci*), settlements and the agricultural space their inhabitants depended on. This territorialization links the relatively fluid and fragmented settlements of sixth- to eighth-century Francia, England, Spain, Italy, with the much more organized settlements of the eastern Mediterranean and the twelfth-century West (...) I would resist the restriction of the word ‘village’ to the latter, for village territories and identity were clearly in evidence, everywhere, by the end of our period [século VIII], even if churches were relatively rare before 800 and formal collective practices and institutions rare before 1050»⁴³⁶.

Deixemos por agora de lado o problema das comunidades/identidades (sociopolíticas) de aldeia, que releva essencialmente da “aldeia dos historiadores”, para notarmos como, mesmo num plano eminentemente material, o conceito de ‘aldeia’ parece impor-se como sendo operativo para designar os núcleos de habitat altimedievais, desde que entendido em sentido mais amplo do que o de habitat estritamente aglomerado⁴³⁷. Combinando diversos métodos arqueológicos, paleoambientais, geográficos e históricos na análise de territórios, estruturas, estratigrafias, artefactos, ecofactos e fontes escritas, a investigação recente tem demonstrado uma considerável *estabilidade* (que não necessariamente continuidade de ocupação nem invariabilidade morfológica) do habitat altimedieval em várias regiões.

⁴³⁶ WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: 517.

⁴³⁷ Retenham-se as observações de A. Nissen-Jaubert sobre os limites de uma definição demasiado estreita de ‘aldeia’ face à realidade (e na historiografia) do Norte da Europa: «les définitions précises du village risquent d’une part de créer une fausse unité entre les villages de l’An Mil et ceux d’hier, d’autre part de négliger les transformations substantielles du monde rural durant le premier millénaire, où encore d’établir une fausse ressemblance avec les campagnes protohistoriques. Les définitions nordiques et les critères quantitatifs sont trop flous pour cerner les différents degrés d’organisation des habitats ruraux. Ces considérations incitent à décire le village à partir des définitions de Jean-Marie Pesez et Viggo Hansen comme “un groupe de fermes portant le même nom, associées à un terroir où les habitants vivent selon une organisation interne”. Cette définition exige à la fois une certaine cohérence collective entre les habitants sans exiger fixité de lieu, tant qu’on peut raisonnablement déclarer une continuité territoriale» (NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 214).

Sob a capa desta *estabilidade*, cruzam-se três fenómenos⁴³⁸: (i) a persistência dos próprios sítios, que não significou uma absoluta continuidade topográfica de ocupação mas as mais das vezes a sucessiva reocupação de um mesmo lugar, com eventuais deslocações dentro de um raio curto (*processo*), numa dinâmica de continuidade territorial que recua em muitos casos à Antiguidade Tardia (séculos III a VII), pelo menos⁴³⁹; (ii) a progressiva organização e (logo fixação) do habitat, em núcleos com uma morfologia predominantemente alveolar e uma planimetria “ordenada”, em função da rede viária sobretudo⁴⁴⁰; e (iii) o eventual desenvolvimento de elementos polarizadores dos núcleos populacionais (cemitérios e templos, acima de tudo)⁴⁴¹. Ainda que em grau e modalidades de combinação muito diversos, estes três fenómenos tornam-se evidentes sobretudo a partir do século VIII, como vimos, quando se verificam alterações importantes no sentido não só da fixação e nucleação do habitat, mas também ao nível dos modelos de aproveitamento do espaço agrário, em virtude de uma exploração cada vez mais intensa⁴⁴². É particularmente elucidativa a descrição que R.

⁴³⁸ Estes três aspectos são ressaltados por R. Noël, ao traçar uma panorâmica (bem documentada) da discussão arqueológica actual sobre a natureza do habitat altomedieval no Norte da Europa, que sintetiza na interrogativa: “habitats relâchés ou villages en gestation avant l’An Mil?” (NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 50 e ss.).

⁴³⁹ NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 51.

⁴⁴⁰ Esta morfologia foi identificada desde logo no Norte da Europa, onde é dominante sobretudo depois dos séculos VII-VIII (NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 53-58), e até pelo menos ao Ano Mil, como acontece no território francês (em especial do Norte) (P. PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: 266-67). Mas a investigação arqueológica tem demonstrado a sua difusão pelo conjunto do espaço europeu: «As a norm, the majority of European early medieval villages were made up of domestic units (farmstead blocks or households) close to one another, but with a clear territorial identity» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 16). Note-se, contudo, que a este predomínio não são alheios os problemas arqueológicos na identificação do habitat altomedieval (sobretudo na Europa do Norte), quase reduzido em muitos casos às marcas de delimitação dos lotes (NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 219). Sobre a evolução da planimetria dos núcleos de habitat altomedievais no Norte da Europa (marcada por uma clara tendência de regularização a partir do século VIII), v. *ibidem*, p. 219-20.

⁴⁴¹ «Par endroits, la cohésion de l’habitat était renforcée par l’existence d’aires spécialisées pour le dépiquage, le stockage et l’artisanat ou par la présence d’un cimetière et d’un lieu de culte»; «Entre la fin du VII^e siècle et le X^e siècle, des zones funéraires ont graduellement pris place au sein des habitats ruraux ou juste à côté. C’est donc bien avant l’An Mil que les gens des campagnes ont commencé à se fixer près de leurs défunts. Ils n’ont pas nécessairement regroupé d’un coup toutes leurs sépultures. Jusqu’au IX^e siècle, voire au X^e siècle, des tombes s’imbriquaient dans certains enclos habités ou s’égrenaient sur les franges d’aires bâties» (NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 58, 62-63).

⁴⁴² «A large number of European villages recorded striking changes in their structure and internal morphology in the 8th century, a reflection of the social transformations taking place in this period in the heart of peasant societies. Specialists characterise this transformation of the village landscape in terms of the stabilisation and maturation of the rural population. The villages were still made up of regular plots of farmsteads whose interior held a longhouse or main dwelling and several sunken features buildings (SFB), but a process of nucleation, restructuring and formalisation of the village space can be appreciated»; «These changes in the structure of the villages are equally appreciable in farming paces, and the most recent bioarchaeological studies suggest that there was a relevant change in the patterns of

Nöel nos oferece (a partir da investigação arqueológica recente do Norte da Europa) da morfologia do habitat entre os séculos VII e X, dominado por núcleos que, na opinião do autor, “prefiguram” a aldeia:

«À partir du VIII^e siècle et, surtout, du IX^e siècle, les [groupes d’habitations ou de fermes] mieux constitués préfiguraient des villages. Des parcelles bâties, souvent entourées de clôtures ou de fossés, en formaient les mailles; elles marquaient l’appropriation des sites. Selon les lieux on en comptait six, huit, dix, douze, parfois vingt. (...) Fréquemment, elles s’articulaient sur un ou deux chemins, s’imbriquaient entre des venelles ou bordaient un cours d’eau. Chacune servait d’assise à une unité domestique associant plusieurs installations, dont le nombre et la nature variaient selon le site. En bien des cas, elle comprenait sur 25 à 50 ares une maison avec étable, des bâtiments ou des abris de stockage, des cabanes de service et des silos enterrés. Par endroits, une ferme ou un établissement se détachait; il s’étalait à l’aise sur un hectare environ et abritait une famille sortant du commun ou un agent seigneurial. La présence, ici et là, de puits publics, d’aires d’ensilage, de batteries de fours à pains, de zones artisanales, d’aménagements en bordure de cours d’eau dénotait une première prise en main collective des lieux»⁴⁴³.

Em síntese, a *estabilidade* que a investigação arqueológica recente tende a ressaltar contrasta com a visão tradicional de um habitat disperso e instável, em virtude da suposta incapacidade dos camponeses deste período para contrariarem a degradação dos solos, o que os obrigaria a frequentes deslocações para novas zonas a arrotear⁴⁴⁴. A crítica actual a esta visão fica bem patente nas palavras de P. Périn quando observa, a propósito de uma boa parte dos numerosíssimos núcleos de habitat altimedievais identificados nas últimas décadas em França (particularmente no Norte): «It is therefore reasonable to classify these sites as ‘villages’ even if all of the criteria put forward by Robert Fossier to define this concept are not present, ‘such as legal status, a central position in the land, and, above all, things which survive: churches, cemeteries, castles’.

land use towards 700. In France too, a growth in farming is observed towards the 8th century, which has been interpreted in terms of intensification rather than in the introduction of new features» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 16-17).

⁴⁴³ NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 66.

⁴⁴⁴ V. KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 84, onde ficam citados trabalhos de arqueólogos alemães e franceses que têm sustentado a crítica a esta visão pessimista da agricultura altimedieval. Segundo P. Périn, os núcleos de habitat altimedievais caracterizados por Fossier como “instáveis”, “móveis” e “pobres” «rather give the impression of a settlement pattern that, although more or less dispersed, and to a certain degree mobile in the long term, is nonetheless perfectly coherent when studied through sufficiently extensive excavations. Well adapted to the natural environment, for obvious economic reasons, the pattern is closely linked with existing communication networks» (PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: 266).

After all, can one realistically apply to the early Middle Ages an historical definition derived from a much later socio-economic context?»⁴⁴⁵.

Neste sentido, deve ainda notar-se a insistência da bibliografia actual (tanto arqueológica como histórica) no estudo dos processos de formação de redes *aldeãs* (mais do que de meros núcleos isolados) logo a partir dos séculos VII-VIII, quando não mesmo antes⁴⁴⁶. Este conceito de ‘redes aldeãs’ parece-nos particularmente conveniente na medida em que permite ultrapassar, de alguma forma, a dicotomia excessivamente estreita entre habitat disperso e aglomerado, subjacente à visão tradicional que contrasta um povoamento altimedieval supostamente disperso, instável e escassamente articulado com a afirmação, ao longo dos séculos centrais da Idade Média, das comunidades de aldeia, logo de um povoamento aglomerado, estável e articulado do ponto de vista social e territorial. Uma visão também induzida pelo registo arqueológico mas que, como bem notou T. O’Keeffe, tem muito de teleológica, e assenta numa realidade eminentemente pós-medieval⁴⁴⁷. Em todo o caso, a dicotomia dispersão-aglomeração é incapaz de conter a variedade morfológica do habitat altimedieval, que combina frequentemente formas mais aglomeradas e mais dispersas num perímetro relativamente restrito⁴⁴⁸.

⁴⁴⁵ PÉRIN, 2004 – «The Origin of the Village...»: 266-67; no mesmo sentido, v. NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 28, 50 e ss.

⁴⁴⁶ V., por todos, QUIRÓS CASTILLO (ed.), 2009 – *The archaeology...* No caso específico do quadrante NO da Península Ibérica, marcado por uma considerável variação regional da morfologia do habitat que remonta ao período romano e veio a intensificar-se durante a Alta Idade Média, «the existence of true village networks in several sectors of the peninsula in the 6th century has been recorded, which would indicate that a new balance had been reached following the end of the Roman state. These post Roman landscapes made up of numerous villae and farmsteads which revolve around main hierarchical centres have been documented in Madrid, Catalonia and Castille and León»; ainda que «it is extremely important to underline the fact that, during the 6th and 7th centuries, large tracts of the peninsula lacked village networks similar to those we have so far identified» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 20, 21).

⁴⁴⁷ «There is a further reason for exercising some caution with respect to the dispersed/nucleated opposition. The view of the village community as the backbone of rural exploitation in high medieval Europe means that (...) if we perceive a natural trajectory of rural settlement evolution, we are likely to perceive the progression being from dispersion to nucleation, not the reverse; in any case, as archaeologists, we can more easily perceive nucleated settlements and their associated (‘town-field’) landscapes as evolving from simple to complex, rather than *vice versa*, whatever the actual stimuli for village-formation. (...) However, we should also note that such perceptions of nucleation as a more developed or sophisticated form of settlement than dispersion, both in time and in its ‘planned’ or regular spatial pattern, are probably post-medieval rather than medieval. (...) The danger of allowing the village dominate our perception and understanding of medieval rural settlement is that we might forget that medieval rural *Gemeinschaft* was not contingent on habitation within a formal structure of village» (O’KEEFFE, 2000 – «Reflections on the...»: 105).

⁴⁴⁸ «Il est en réalité plus difficile d’identifier une ferme isolée en tant qu’entité économique autonome, que de reconnaître un habitat groupé structuré. Est-il d’ailleurs pertinent de distinguer les habitats du haut Moyen Age à l’aune des critères connus des communautés rurales traditionnelles? Les lois barbares ne se

1.2.4. Uma visão mais complexa das relações entre povoamento e sociedade

Ora, todo este amplo movimento de revisão dos modelos do *incastellamento* e do *encellulement* levou a investigação mais recente a questionar as propostas interpretativas que procuram relacionar, de forma mais ou menos mecanicista, a fixação e a aglomeração do habitat com o avanço da senhoriação⁴⁴⁹. Até porque estas propostas, construídas maioritariamente sobre fontes escritas, tenderam a considerar como actos de fundação *material* documentos que mais não atestam do que a submissão *formal* de determinados núcleos de habitat ao poder (dominial e fiscal) de senhores leigos ou eclesiásticos, como bem notou P. Arthur a propósito do caso italiano⁴⁵⁰. Pelo contrário, o estudo do registo material tornou evidente uma cronologia bem mais alargada para o processo de formação de redes aldeãs, que recua pelo menos ao século VIII em diversas regiões europeias. A arqueologia veio assim enfraquecer o potencial explicativo daqueles modelos, que faziam depender do efectivo avanço da senhoriação a partir do Ano Mil um conjunto de supostas alterações radicais do povoamento⁴⁵¹.

É evidente, no plano teórico, que a aglomeração do habitat favorece a concentração de excedentes e a diminuição dos custos de transporte, pelo que facilita e

préoccupent guère de faire la différence entre l'habitat villageois ou les fermes isolées. Dans les polyptiques, *villa* couvre à la fois le domaine, l'habitat groupé et l'exploitation isolée, ambiguïté qui n'est pas sans poser problème aux interprétations des textes. Etymologiquement, il est d'ailleurs intéressant d'observer que le mot *villa* devient *village* en français et en anglais, mais *weiler*, hameau, en allemand. Les sites danois de Bellinge et de Vorbasse montrent que les habitats groupés et des fermes isolées coexistent durant plusieurs décennies, voire des siècles. À Bellinge, celles-ci semblent parfois s'écarter, parfois s'intégrer dans l'"habitat principal". D'autres sites, moins lisibles, (...) évoquent les "communautés de fermes isolées"» (NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 222).

⁴⁴⁹ Como nota o autor de um texto de síntese recente, a propósito do crescimento verificado na Europa a partir dos séculos X-XI, «From an institutional and economic perspective, a significant role must be conceded to the accumulation of wealth and effective power in the hands of rulers, nobles, and the church, paired with an intersocietal circulation of elites, both peaceful and violent. Nonetheless, uncertainty now surrounds the role of seigneurial initiatives in such processes as settlement nucleation or the adoption of more capital-intensive technology (for example, watermills). Other mechanisms, whether or not endogenous to peasant society, must be invoked in areas where seigneurial lordship became less pervasive than in France or Germany, where the model bipartite manor had declined in the 10th or 11th centuries (Flanders, northern and central Italy) or had never become entrenched (southern Italy), or where conjunctural need for a militarized peasantry favoured village communities (the Iberian frontier between Islam and Christendom)» (ELBL, 2010 – «Economic and social history»).

⁴⁵⁰ ARTHUR, 2004 – «From *Vicus* to Village...»: 122.

⁴⁵¹ É certo que alguns autores peninsulares, sem porem propriamente em causa a lógica explicativa subjacente a estes modelos, não deixaram de alargar a cronologia proposta. C. Díez Herrera, por exemplo, propôs para o espaço cántabro uma vinculação exclusiva entre a «cristalización de la aldea medieval entendida no sólo como un núcleo de población sino sobre todo como una comunidad dotada de personalidad socio-política, y constituida por un conjunto de vecinos que viven y explotan un territorio que le es propio, el término de la aldea», de um lado, e a afirmação de uma "formação social feudal" de outro, mesmo situando o processo num longo arco cronológico que se estende logo entre os séculos VIII e XII (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 77-79 – citação na p. 77).

aumenta a margem para a cobrança de renda. Reside precisamente aqui, na necessidade vital de controlar os excedentes com vista à cobrança de renda, a chave explicativa dessas supostas alterações do habitat, na leitura que dele faz a historiografia marxista tradicional⁴⁵². No entanto, as coisas não terão sido assim tão simples nem a causalidade tão directa. A investigação recente (que não apenas arqueológica) tem sublinhado com insistência as muitas dificuldades no esclarecimento das relações entre os processos de aglomeração e fortificação do habitat (a partir de um estágio anterior de dispersão dos núcleos populacionais) e a implantação do domínio senhorial e a consequente exigência de renda. De resto, o aumento da pressão senhorial sobre os camponeses parece ter despoletado mais facilmente, e já desde o período carolíngio, o desenvolvimento de estruturas comunitárias de gestão da vida quotidiana do que propriamente a concentração do habitat⁴⁵³. A progressiva planificação dos núcleos, detectável arqueologicamente em diversas regiões do Norte da Europa, parece ficar a dever-se tanto ou mais à organização colectiva da economia agrária quanto à pressão senhorial⁴⁵⁴. Como bem notou Wickham, é evidente a existência de uma relação mútua (“dialéctica”) entre modelos de povoamento e estruturas de cooperação económica e política, mas esta relação está longe de ser necessária⁴⁵⁵.

Percebe-se hoje que a evolução do povoamento europeu ao longo dos séculos altomedievais não só não desembocou necessariamente, e por todo o lado, na criação de malhas bem estruturadas de núcleos populacionais fortemente aglomerados, com vista a um melhor controlo por parte dos senhores (que poderia exercer-se de várias outras

⁴⁵² V., por exemplo, BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»: 197 e ss. O autor não deixa de reconhecer, na senda das já referidas investigações de A. Settia e de Ch. Wickham, a existência de castelos, logo de processos de aglomeração e fortificação do habitat, resultantes da iniciativa de comunidades camponesas (BARCELÓ, 1988 – «Los límites de la información...»: 77).

⁴⁵³ DEVROEY, 2008 – «Une société ...»: 252.

⁴⁵⁴ «La plus forte structuration de l'espace villageois répond selon toute vraisemblance à une organisation interne plus contraignante des communautés rurales. Un tissu spatial flou ne signifie évidemment pas que les communautés rurales ou la pression étaient absentes. Dans ces domaines, les données archéologiques ne peuvent qu'apporter des indices positifs, leur absence matérielle ne signifie pas absence historique» (NISSEN-JAUBERT, 1998 – «Habitats ruraux...»: 220).

⁴⁵⁵ «Incluso en el Norte y Sur de Europa el crecimiento de las estructuras políticas locales, cuando se pasa de la Alta Edad Media al siglo XII, favoreció también el desarrollo de comunidades articuladas por campesinos que frecuentemente tenían una dimensión económica en aspectos en los que la cooperación era importante: los pastos, la rotación de cereales o la irrigación. Como he dicho, estos procesos no se corresponden con el modelo de asentamiento: los cambios en uno no son una segura guía de las transformaciones en el otro. Están, sin embargo, en una relación dialéctica: modelos de poblamiento y estructuras de cooperación económico-políticas ciertamente tienen una mutua relevancia e influencia» (WICKHAM, 2002 – «Asentamientos rurales...»: 28). O autor chama ainda a atenção para as limitações impostas pelas fontes anteriores ao século XII, que nos impedem de conhecer em profundidade as comunidades de aldeia e a sua capacidade de pôr em marcha esta relação dialéctica (*ibidem*, p. 28-29).

formas e sobre modelos outros de povoamento), como está inscrita em tendências evolutivas multiformes, com uma considerável variação regional, não lineares e de larga duração, a que os poderes senhoriais procuraram muitas vezes adaptar-se, mais do que propriamente alterar radical e repentinamente⁴⁵⁶. Mesmo se as explicações avançadas para a origem das redes aldeãs a partir sobretudo do século VIII continuam a situar no domínio dos poderes (e, muito especialmente, na acção das elites) um dos principais factores explicativos da organização social do espaço, e do habitat em particular, como ficou dito.

Importa, contudo, sublinhar que os trabalhos de Toubert, Fossier e de outros que lhes seguiram os passos puseram bem em relevo as relações que se estabelecem entre a evolução da morfologia do habitat e dos modelos mais amplos de ocupação e organização do território, por um lado, e a evolução das formas de distribuição social do poder sobre a terra e os homens, por outro; um princípio que vimos já ser estruturante das propostas de García de Cortázar para o estudo da “organização social do espaço”⁴⁵⁷. Este princípio não deve ser tomado como uma *lei*, que em função de uma *causa* (o processo de senhorialização “acelerado” na passagem do século X para o XI) há-de necessariamente produzir um *efeito* (a aglomeração do habitat), mas como uma ferramenta de análise da evolução do povoamento, cuja complexidade não autoriza cronologias, morfologias ou protagonismos sociais demasiado estreitos⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶ Depois de notar a excessiva concentração dos modelos do *incastellamento* e do *encellulement* nos séculos X a XIII (em virtude da preocupação com as origens de um processo de concentração do habitat que se considerou ser fundacional para as estruturas clássicas do mundo rural, uma preocupação solidária do binómio habitat-sociedade no campo da problemática), B. Cursente elegeu como “novas tendências” da investigação francesa em história rural: «[i] a movement from a ‘Gallo-centric’ approach to a truly comparative European one; [ii] calling into question a ‘medieval-centric’ focus in favour of one that repositions the medieval millenia within the *longue durée*; and [iii] an enriched and strengthened multidisciplinary» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 74-75).

⁴⁵⁷ «Le regroupement de l’habitat et la territorialisation de l’espace semblent bien constituer les phénomènes dominants des XI^e-XIII^e siècles. Point n’est besoin de rappeler qu’ils sont au cœur des thématiques de l’*incastellamento* (illustrée par Pierre Toubert), et de l’*encellulement* (défendue par Robert Fossier). Soulignons simplement en outre qu’ils constituent la clé de voûte des analyses de José Ángel García de Cortázar qui ont largement fait école dans la Péninsule Ibérique (...)» (CURSENTE, 2002 – «Introduction au thème...»: 145).

⁴⁵⁸ Como notou Ch. Wickham, a propósito da tentativa (errada) de explicar a diferença entre os padrões de povoamento no Império romano do Ocidente (disperso) e do Oriente (concentrado) a partir de diferentes graus de intensidade do controlo aristocrático sobre o campo, «los aristócratas pueden, si son lo suficientemente fuertes, dominar con facilidad tanto un poblamiento concentrado como disperso; por otra parte, la autonomía campesina puede expresarse también a través de los dos tipos. En períodos específicos, aspectos particulares de control o autonomía pueden tal vez favorecer uno o otro (el extremadamente territorializado control señorial del siglo XI, por ejemplo, a menudo favoreció de forma genuina las aglomeraciones (...)), pero esto es todo cuanto se puede decir» (WICKHAM, 2002 – «Asentamientos rurales...»: 15). No mesmo sentido, veja-se o cuidado com que o autor aborda o

Nesta perspectiva, poderá revelar-se operativo na análise de realidades tão díspares, do ponto de vista espacial, cronológico e social, como sejam, para dar apenas três exemplos muito diferentes: (i) o NO europeu ao longo do século VIII, onde as transformações do habitat terão resultado tanto da acção das elites como das próprias comunidades camponesas⁴⁵⁹; (ii) o sul da Península Ibérica nos séculos XII a XIV, onde a esfera senhorial parece ter desempenhado o papel essencial no redesenhar da malha de povoamento na sequência da conquista cristã⁴⁶⁰; ou (iii) os altos vales da Gasconha, onde a velha “*structure casalière*” (dominada pelas unidades familiares que concentram direitos sobre espaços baldios de pastagem – *vacants*) parece ter persistido longamente, com uma evidente capacidade para modelar a organização do habitat, ao mesmo tempo que ditou um avanço débil e tardio da senhoriação (“*féodalisation*”)⁴⁶¹.

problema das relações entre habitat rural e poder aristocrático no Ocidente depois do final do Império, evitando estabelecer relações causais demasiado directas e notando casos *atípicos*: «where (...) all settlement seems relatively fragmented and unstructured, then it is likely that large landowning was relatively weak and the peasantry relatively autonomous. One could also propose that peasantries in this situation had rather less tight social structures than in societies with more organized villages, whether or not these were framed by external powers. In northern Francia, by contrast, where aristocratic power is evident in documents but known settlements are relatively unhierarchized, it is likely that aristocratic estate-centres have not yet been found. One sort of settlement hierarchy that does not reflect continuing aristocratic control, although by now in a village environment, may be seen in the partial *perchement* of southern Gaul and Italy» (WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: 515-16).

⁴⁵⁹ O protagonismo da senhoriação e da própria evolução interna das comunidades camponesas nestas transformações fica bem patente nas palavras de H. HAMEROW, 2002 – *Early Medieval Settlements...*: 192-93: «Intensification of production, particularly of cultivation, would have brought with it important social changes, stemming in part from the need for the labour force to be in contact. These would have contributed to, and in turn been shaped by, changes in the structure of settlements and of houses. (...) While the more bounded, measured and defined use of space within settlements may in part reflect the increasingly firm grip exerted by local aristocrats on the land and the people who worked it, it is also likely to reflect more closely defined social roles and relationships, such as an increased concern with marriage patterns and rights of inheritance. Thus the more uniform layouts of farmsteads apparent in the eighth century may have developed as much in response to changes in power structures within households and communities as to wider economic and political developments». Idêntica interpretação das alterações verificadas pelo século VIII tem sido avançada para várias regiões da Europa do Sul, como a Toscana (FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»; VALENTI, 2009 – «I villaggi altomedievali...»). Como notou S. Rippon, na conclusão de um trabalho em que procurou analisar a evolução diferenciada da paisagem em várias zonas do SO e Leste de Inglaterra, e referido-se às alterações verificadas durante o “longo século VIII”, «In the case studies presented here the conclusion has been that there is no simple answer as to whether it was lords or their communities who were responsible for landscape change. Different landowners appear to have adopted different strategies towards managing their estates» (RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 255).

⁴⁶⁰ Atente-se, a título de exemplo, nas palavras de S. Boissellier, quando se refere aos mecanismos de construção do poder senhorial no quadro dos domínios fundiários “privados” (ou seja, pertencentes a proprietários que não o rei ou autoridades outras em quem este delegara poderes “públicos”), no Alentejo nos séculos XII a XIV: «l’action matérielle (augmentation de la population, organisation d’un habitat «central» groupé et d’un terroir cohérent) est indispensable à la réalisation de droits notables sur les hommes pour quiconque ne détient pas le pouvoir souverain originel sur l’espace» (BOISSELLIER, 2009 – «Le rôle des grands...»: 44)

⁴⁶¹ «La prégnance du casal s’explique aisément: sa définition comme condition d’accès aux *vacants* prend tout son sens dans un contexte de prédominance absolue des activités pastorales. Allant de pair comme

1.2.5. A centralidade do povoamento no estudo da Alta Idade Média peninsular

Como vimos, a análise do povoamento converteu-se no primeiro estágio de qualquer estudo global de uma sociedade regional, em particular para a tradição historiográfica mediterrânica. O mesmo aconteceu na historiografia espanhola, sobretudo entre os autores que se dedicam ao período até ao século XIII⁴⁶². Apesar da limitada recepção de um modelo como o do *incastellamento* na investigação sobre o quadrante Norte da Península (não assim no estudo do mundo andaluz), o povoamento converteu-se, também aqui, no *fóssil-director* para o estudo da sociedade altomedieval, na feliz expressão de García de Cortázar⁴⁶³. Tanto para os historiadores *tout court*, como muito particularmente para os arqueólogos⁴⁶⁴. Como o autor notou recentemente, na abertura de um texto de síntese sobre “*población*” e “*poblamiento*” no quadrante Norte da Península Ibérica entre os séculos VIII e XI:

«De los dos apartados del tema, la atención al primero, a la población ha tenido en la historiografía española un recorrido más largo que el segundo y, durante mucho tiempo, se centró, sobre todo, en el debate sobre la existencia, magnitud, modalidades y consecuencias de lo que Claudio Sánchez Albornoz bautizó como «despoblación y repoblación del valle del Duero». La atención

souvent avec le pastoralisme, la militarisation de ces sociétés à maisons permet de comprendre leur résistance au processus de féodalisation qui ne put être qu'épidermique, ou bien tardif»; «Là où elles sont demeurées maîtresses des vacants, les maisons ont également gardé la capacité de modeler souplement l'espace habité. Il existe ainsi une homologie entre le système social, le système agro-pastoral et la structure de l'habitat villageois. Avec son église souvent excentrée et son réseau viaire confus, le village de soulane des vallées pyrénéennes donne une image d'anarchie qui défie les typologies élaborées jusqu'ici. La topographie n'explique pas tout: cette anarchie est le reflet d'un ordre social. Dès la fin du XI^e siècle, le casal, cellule citoyenne d'une communauté, est attesté comme un ensemble organique composé d'une tête (*caput*) et de membres (*membris*). Et la tête – le capcasal, *stricto sensu* – a pouvoir de créer de nouveaux membres. Chaque capcasal donnant le jour par allotissement à un certain nombre de maisons filles ou sujettes, le tissu de l'habitat prend logiquement l'allure d'une juxtaposition de lotissements casaliers dessinant des sortes d'ilôts auxquels le réseau viaire s'adapte» (CURSENTE, 1998 – *Des maisons...* : 555, 556).

⁴⁶² «El análisis del poblamiento se abre camino como un testimonio útil para comprender el mundo altomedieval, toda vez que en él se plasmaría espacialmente el nivel de desarrollo de las fuerzas sociales y ya que sus transformaciones serían un reflejo de los cambios ocurridos en el seno de las estructuras sociales. De este modo, el estudio de los asentamientos se ha convertido en una pieza clave en la elaboración de nuevas explicaciones sobre las sociedades altomedievales» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 57).

⁴⁶³ «Empezando por la Demografía, la renuncia a los tímidos intentos de conocer la Población ha sido sustituida por la obsesión por el Poblamiento como variable crucial y fósil director de amplios procesos económicos, sociales y políticos, aunque la recepción del modelo de *incastellamento* propuesto por Pierre Toubert (1973) ha tenido más incidencia en el mundo andalusí que en el cristiano» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 67; no mesmo sentido se pronunciou R. PASTOR, 1998 – «Problemas casi nuevos...»: 330). O autor não deixa, contudo, de sublinhar a influência exercida tanto por este conceito como pelo de ‘*encellulement*’ na historiografia espanhola mais recente, sobretudo no âmbito dos estudos sobre a “organização social do espaço” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 70-71, 75).

⁴⁶⁴ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...»: 62.

al segundo, al poblamiento, ha sido más reciente. Sólo desde hace unos veinte años, se viene considerando el poblamiento como «fósil director» para el conocimiento de las estructuras de la sociedad asentada en el cuadrante noroccidental de la Península»⁴⁶⁵.

Com efeito, no caso espanhol este interesse mais recente pela configuração espacial e morfológica do habitat (*poblamiento*) veio sobrepor-se a uma outra tradição historiográfica bem mais antiga, que se centrou no estudo dos processos de Despovoamento e Repovoamento, na senda dos trabalhos de C. Sánchez-Albornoz⁴⁶⁶ e de outros autores preocupados (quase) exclusivamente com as fontes escritas⁴⁶⁷. Tributária de um horizonte de preocupações diferente, em torno sobretudo dos processos de ocupação militar, organização político-administrativa e colonização dos territórios conquistados por parte dos novos poderes colonizadores (cristãos), esta linha de trabalho não só estruturou boa parte da investigação espanhola sobre a Idade Média ao longo do século XX como não foi de todo abandonada pela investigação mais recente⁴⁶⁸. A ela se deve, em boa parte, a construção do binómio *Reconquista-Repovoamento* que tanta influência desempenhou (e continua a desempenhar, apesar de todos os revisionismos conceptuais) na investigação hispânica⁴⁶⁹. De facto, a análise do

⁴⁶⁵ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 105.

⁴⁶⁶ V., por todos, SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1966 – *Despoblación y repoblación...*; 1971 – «Repoblación del reino...».

⁴⁶⁷ Como notou J. A. GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...»: 61: «la reconstrucción histórica de la Alta Edad Media hispana quedó prácticamente en manos de los medievalistas que trabajaban exclusivamente con documentos escritos». Aliás, com o triunfo das teses de Sánchez-Albornoz sobre o Despovoamento do Vale do Douro «se descartaba para la arqueología toda posibilidad de investigación en el interior y norte peninsular, la zona que quedaría fuera de dominio islámico en la Alta Edad Media, al dar por sentada la ausencia de población local en el interior peninsular; bastaban los documentos escritos para recomponer el proceso de crecimiento medieval (...); incluso en los [trabajos arqueológicos] de última generación es frecuente el recurso a la «repoblación» como explicación tautológica del origen de los asentamientos medievales y del ritmo del crecimiento agrario altomedieval».

⁴⁶⁸ O debate em torno do Despovoamento e Repovoamento constitui uma espécie de versão ibérica de um feixe de problemas com ampla tradição no medievalismo europeu, como sejam os da ‘fronteira’, da ‘expansão’ e da ‘colonização’ medievais (para uma panorâmica desta tradição, v. os artigos compilados e reeditados por F. Fernández-Armesto; J. Muldoon (eds.) – *Internal Colonization in Medieval Europe*. Farnham: Ashgate Variorum, 2008; e mais recentemente: BARTLETT, 1994 – *The Making of Europe...*). Ainda em meados da década de 1980 escrevia J. Á. García de Cortázar: «hablar de Espacio, en la historia medieval española sigue siendo, fundamentalmente, hablar de Colonización. Esto es, de espacio controlado por los cristianos en virtud del proceso de Reconquista y de espacio ocupado en virtud del proceso de Repoblación» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Introducción – Espacio, sociedad...»: 12). E, de facto, o conceito de ‘colonização’ é central no trabalho de vários historiadores espanhóis que se dedicaram ao estudo dos séculos VIII a XIII, nomeadamente de J. M. MÍNGUEZ, 2008 – *La España de los siglos...: maxime* 133 e ss.

⁴⁶⁹ V., por exemplo, a síntese do debate (que ainda se mantém vivo) em torno do significado sociopolítico e das implicações territoriais do Repovoamento na Galiza, bem como do grau de *despovoamento* anterior deste território, feita por M. L. RÍOS RODRÍGUEZ, 2003 – «Las instituciones eclesíásticas...»: 66-68.

povoamento, entendido nesta acepção de processo de ocupação do território, parece ser particularmente operativa no caso hispânico, na medida em que, fruto das circunstâncias da Reconquista (que alimentou uma integração de território quase permanente), a colonização assumiu-se como uma importante (senão mesmo a principal) forma de efectivação de domínio sobre esse território⁴⁷⁰.

No entanto, são inegáveis os avanços da historiografia espanhola, ao longo das últimas décadas, no estudo integrado de ambas as acepções do conceito de ‘povoamento’ a que nos vimos referindo: (i) o *processo* de ocupação e organização do espaço (também à micro-escala) e (ii) a *configuração* espacial e morfológica do habitat, sem esquecer as estruturas de articulação territorial que aquele processo gera e esta configuração sustenta⁴⁷¹. Sabe-se, naturalmente, mais do primeiro do que da segunda, sobretudo para o período até ao século XIII⁴⁷², em virtude da referida tradição no estudo do Repovoamento e de uma preocupação dominante com a projecção dos poderes na distribuição espacial do povoamento, mais do que com a sua morfologia física propriamente dita⁴⁷³. Contudo, a generalidade dos estudos regionais dedicados ao estudo da evolução do povoamento e das estruturas sociais durante a Alta Idade Média, a que já nos referimos, redimensionou aquela perspectiva mais tradicional em função dos pressupostos *totalizantes* que os informam e de uma intenção declarada em integrar dados e problemáticas de natureza arqueológica, que a investigação de historiadores

⁴⁷⁰ Para uma panorâmica (não exaustiva) dos trabalhos realizados nesta linha para as diversas regiões do quadrante Norte peninsular, até ao final da década de 1990, v. CABRERA, 1999 – «Población y Poblamiento...»: 662 e ss.

⁴⁷¹ Um bom (e relativamente precoce) exemplo desta abordagem complexa do povoamento, entendido como “organização social do espaço”, encontra-se nos diversos capítulos do volume dirigido por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR *et alii*, 1985 – *Organización social del espacio...*, com destaque para o (ainda hoje) muito sugestivo artigo dedicado pelo próprio García de Cortázar ao território situado entre a Cordilheira Cantábrica e o Vale do Douro (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»). A mesma atenção aos diversos tipos de habitat resultantes do Repovoamento está também patente, por exemplo, num breve trabalho de síntese publicado pouco depois por J. GAUTIER-DALCHÉ, 1988 – «Reconquête et structures...».

⁴⁷² GARCÍA DE CORTÁZAR; MARTÍNEZ SOPENA, 2007 – «The Historiography...»: 110.

⁴⁷³ Um exemplo, entre muitos outros que poderíamos citar, é o trabalho de C. REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y Poder...*, sobre a comarca dos Montes de Torozos entre os séculos X e XIV. Depois de estudar na primeira parte da obra «el desarrollo y jerarquización del poblamiento, sin detenerse a analizar los componentes de cada hábitat, su emplazamiento y estructura interna, su «urbanismo» por así decirlo» (*ibidem*, p. 365; v. também p. 147-151), o autor dedica um mero apêndice à análise da morfologia dos núcleos de habitat, no qual são passados brevemente em revista os elementos que compõem o habitat (casas, igrejas, mosteiros, castelos, torres, muralhas, *barrios* e arrabaldes), a localização dos núcleos de habitat, a organização dos diversos elementos dentro das *villas reales* e a rede de caminhos caminhos que articulava o povoamento («Apêndice II – Morfología de los núcleos de habitat» – *ibidem*, p. 365-406).

com uma particular sensibilidade para a arqueologia, como sobretudo de arqueólogos *tout court*, veio a multiplicar ao longo das duas últimas décadas⁴⁷⁴.

Este redimensionamento de perspectivas no estudo do povoamento é o resultado, desde logo, de uma atenção privilegiada à evolução das estruturas sociais e políticas, no quadro de um processo unanimemente entendido como sendo de “formação do feudalismo”, e que foi genericamente interpretado à luz do binómio “continuidade-ruptura”. É certo que a investigação tem vindo sucessivamente a ressaltar tanto as múltiplas persistências e recomposições (mais do que uma mera continuidade) como a existência de diversas rupturas ao longo do período que se estende entre os séculos V e XI, pelo que o binómio é hoje contestado por vários autores enquanto ferramenta explicativa, muito especialmente no estudo do povoamento⁴⁷⁵. Ainda que não tenha sido verdadeiramente ultrapassado⁴⁷⁶. De qualquer forma, na base daquele redimensionamento, como de boa parte da investigação sobre a Alta Idade Média em Espanha ao longo das últimas décadas, estiveram diversos modelos interpretativos de largo espectro que se inscrevem, apesar de todas as divergências que os separam, no debate genérico da “transição da Antiguidade ao Feudalismo” (que integra o debate mais específico da “mutação feudal”)⁴⁷⁷.

⁴⁷⁴ «En las dos últimas décadas (...) va (...) aumentando el interés por comprender y explicar la estructura de la población, los cambios de asentamiento y las características físicas de los poblados, así como su articulación territorial con las ciudades y la diacronía entre los asentamientos y las poblaciones antiguas y las medievales» (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...»: 64).

⁴⁷⁵ A ineficácia destes conceitos tem sido apontada por diversos autores, e.g.: LÓPEZ QUIROGA; RÓDRIGUEZ LOVELLE, 1997 – «Un modelo de análisis...»: 701; LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...*: 21, 295-97 (para quem o cruzamento de persistências e mudanças que caracteriza a evolução do povoamento ao longo dos séculos V a X aconselha antes a falar de “transformación en un contexto de transición”); diversos autores cit. in FUENTES DOMÍNGUEZ; LÓPEZ QUIROGA, 1999 – «El poblamiento rural...»; BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 68 (a propósito do debate em torno da origem das aldeias); GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 142. É particularmente importante a observação deste autor quando chama a atenção para os problemas que se levantam à definição em termos de “continuidade” ou ruptura” dos processos de evolução do povoamento entre os séculos VIII e XI, face aos de etapas anteriores, na medida em que «los autores no siempre declaran [na avaliação desses processos] con suficiente rotundidad si, con el empleo de esos vocablos [‘continuidade’/‘ruptura’] tratan de diagnosticar localización de establecimientos físicos, formas de ordenación del espacio, pautas culturales o relaciones de poder de las poblaciones asentadas en el territorio que estudian» (*ibidem*, p. 106).

⁴⁷⁶ De resto, continua bem presente na historiografia e arqueologia europeias sobre a paisagem e o povoamento (rurais como urbanos) do período pós-romano (e.g. CHRISTIE, 2004 – «Landscapes of change...»).

⁴⁷⁷ Para uma síntese destes modelos e dos problemas interpretativos que se levantam ao estudo da evolução social e do povoamento no quadrante Norte da Península Ibérica entre a Antiguidade Tardia e os séculos centrais da Idade Média, v. e.g.: BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»; GARCÍA DE CORTÁZAR, 2000 – «Estructuras sociales...»; 2008 – «Movimientos de población...»; ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 6-14.

Este foi, com efeito, o debate que marcou de forma incontornável o altimedievalismo espanhol das últimas décadas, promovendo aliás a integração da realidade hispânica num contexto histórico e historiográfico mais alargado, ocidental⁴⁷⁸. Na amplitude dos fenómenos que se propõe descrever, o debate da *transição* foi inclusivamente capaz de agregar o debate especificamente hispânico do Despovoamento/Repovoamento, e em particular a discussão mais recente sobre o grau de autonomia das comunidades camponesas, que é indissociável do problema do crescimento agrário e está profundamente implicada nas explicações que têm sido avançadas para a evolução do povoamento⁴⁷⁹. Este debate desempenhou assim um lugar central na tentativa de construir modelos explicativos dos grandes processos de mudança; uma tentativa que, por uma ou outra via, acabou sempre (e ainda) por desembocar na discussão do problema do feudalismo peninsular⁴⁸⁰.

Ora, como sublinhou F. Sabaté, a historiografia leonesa-castelhana destaca-se (e torna-se “altamente sugestiva”) «à partir d’une perspective très axée sur l’interprétation du territoire pour saisir comment se féodalisa la société qui y habitait»⁴⁸¹. O estudo do povoamento (em que assenta a territorialização das estruturas sociais de poder)

⁴⁷⁸ Entre muitos outros títulos, v. os artigos compilados em dois volumes colectivos: ESTEPA DíEZ; PLÁCIDO (coord.), 1998 – *Transiciones en la antigüedad...* (de âmbito europeu); HIDALGO; PÉREZ; GERVÁS (eds.), 1998 – «*Romanización*» y «*Reconquista*»... (centrado na realidade peninsular). Para um resumo do tratamento do tema da *transição* na historiografia espanhola, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2003 – «¿Transición o transiciones?...»; 2007 – «El estudio de la alta Edad Media...»: 76 e ss. Para uma perspectiva arqueológica do debate, v. GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...». O facto de o autor se ver obrigado a traçar uma ampla panorâmica da investigação arqueológica espanhola sobre o período que se estende entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média central, nos seus mais variados temas, diz bem da influência que o problema da *transição* veio a desempenhar também na investigação do registo material.

⁴⁷⁹ Esta discussão encerra um «nudo de problemas, que, aunque no ceñidos al tema del poblamiento, intervienen por debajo de él: la autonomía de las comunidades campesinas, asunto que se relaciona de modo directo con la interpretación del proceso de feudalización y, en el fondo, auténtico meollo de casi todas las explicaciones recientes sobre el poblamiento rural altomedieval en el norte de la Península Ibérica» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 76).

⁴⁸⁰ «El mejor conocimiento de las formas del espacio, los paisajes y los patrones de asentamientos es básico para comprender la evolución social y ha de servir para plantear hipótesis relevantes acerca de los procesos que dieron lugar a la feudalización» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 81). Depois de se referir ao papel central do debate sobre a *transição*, García de Cortázar alude, num balanço historiográfico recente, às várias dimensões/implicações da atenção prestada ao estudo do feudalismo, com destaque para duas manifestações centrais da nova sociedade feudal: i) uma nova organização do espaço, estudada no cruzamento das análises sobre povoamento, administração territorial, economia rural e os primórdios dos processos de urbanização, com recurso a hipóteses como a do *incastellamento* ou do *encellulement*; e ii) a génese e posterior articulação dos poderes senhoriais, no âmbito de uma história dos poderes (e já não somente do poder) (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 70-71).

⁴⁸¹ SABATÉ, 2006 – «L’apparition du féodalisme...»: 65.

converteu-se no eixo fundamental dos trabalhos sobre a evolução da sociedade ao longo da Alta Idade Média, em particular das já referidas teses de base regional⁴⁸². E assumiu como que a função de espinha dorsal de um questionário que integrava, de forma mais ou menos subsidiária, outros problemas (indicadores) centrais na caracterização de uma determinada estrutura social de poder, como sejam: o crescimento agrário, a autonomia das comunidades camponesas e o papel das aristocracias, o(s) estatuto(s) do campesinato (escravatura/servidão), a matriz do sistema legal vigente (persistência da legislação visigoda), a natureza do poder (público/privado, central/local) e, muito especialmente, as respectivas formas de territorialização, entre circunscrições e lugares centrais (*alfoces, mandationes, castri*, etc.), entre outros⁴⁸³.

Parece, contudo, haver hoje um certo esgotamento na procura deste tipo de modelos explicativos da evolução do povoamento ao longo da Alta Idade Média⁴⁸⁴. Partindo do já referido paradigma da projecção espacial das estruturas sociais de poder, a maior parte dos estudos sobre o povoamento altomedieval na historiografia espanhola das últimas décadas tendeu a subordinar a análise deste tema em particular a modelos (e postulados, muitas vezes) gerais sobre a evolução da sociedade⁴⁸⁵. Resultou daqui o estabelecimento de relações unívocas, quando não mesmo automáticas, entre estrutura social e organização do povoamento, entendido como um mera consequência, quando ele constitui um fenómeno dotado de autonomia de uma dinâmica evolutiva própria,

⁴⁸² Como observou J. Á. García de Cortázar, «Poblamiento, Organización del espacio y consolidación de las noblezas regionales formarían parte del argumento» destes estudos regionais, independentemente de a tónica ser posta mais no “universo do crescimento” ou nos “processos de feudalização e de organização espacial” de territórios concretos (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 72).

⁴⁸³ Verifica-se, contudo, como bem notou J. Escalona, uma submissão do estudo das comunidades camponesas ao do povoamento e da organização territorial: «Settlement and territorial control, in particular, seem always to have been more central subjects than peasants themselves, although it is obvious that, when studying early medieval settlement, it is mostly peasants and their actions that are under scrutiny» (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 121).

⁴⁸⁴ Uma procura ainda reclamada, por exemplo, por A. FUENTES DOMÍNGUEZ; J. LÓPEZ QUIROGA, 1999 – «El poblamiento rural...», que dão uma boa amostra da diversidade (mas também de algumas convergências, mais ou menos explícitas) entre os diversos modelos propostos nos sumários dos artigos de um conferência cujas actas não foram ainda publicadas, e na qual colaborou uma parte muito significativa dos autores relevantes neste domínio.

⁴⁸⁵ Já Orlando Ribeiro chamava a atenção para as «seduções e perigos» da utilização de modelos em Geografia humana, definindo-os como «entes de razão» que, uma vez concebidos, «pensam» por si e encadeiam o raciocínio numa forma dedutiva, partindo dos postulados iniciais» (RIBEIRO, 1986 – *Iniciação...*: 162)

como vimos⁴⁸⁶. Ou mesmo de uma certa capacidade (que radica na sua dimensão material) para se converter em agente da evolução social, como veremos⁴⁸⁷.

Ora, um tal esgotamento nota-se não apenas ao nível conceptual (o já referido binómio “continuidade-ruptura”, formulações divergentes de conceitos interpretativos como “poder público”, “feudalismo”, “senhorialização”, “servidão”, etc.), mas também no plano empírico, já que a discussão dos diferentes “modelos” parece muitas vezes limitar-se à distinção de pequenas variações regionais, cronológicas ou tipológicas (ao nível das unidades que, em cada espaço-tempo, promoveram ou foram utilizadas para promover, consoante as leituras, a mudança⁴⁸⁸), assentes ainda para mais em coordenadas espaciais e temporais nem sempre compatíveis e em interpretações divergentes dos dados escritos (e da respectiva terminologia, em particular) e arqueológicos (tipologias e datação de materiais, nomeadamente), que resultam da utilização de instrumentais metodológicos e de conceitos operativos também eles divergentes. Quando não mesmo inconsistentes, como notou A. Azkarate Garai-Olaun a propósito das “dificuldades hermenêuticas” dos historiadores “documentalistas” na utilização dos dados arqueológicos, que vão desde a incapacidade para avaliar diferentes graus de fiabilidade dos dados, consoante as diferentes técnicas e sistemas de registo arqueológicos, à interpretação de “vazios” no registo material como vazios efectivos, quando eles resultam do desconhecimento ainda dominante das tipologias (cerâmicas nomeadamente) tardo-antigas e altomedievais, logo da simples incapacidade para as

⁴⁸⁶ Referindo-se ao estudo do povoamento como indicador da estrutura e evolução da sociedade altomedieval, observam A. BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 57: «Tal interés, que sin duda ha motivado sucesivos acercamientos y ha impactado de manera contradictoria en ellos, ha servido para privilegiar la comprensión social del poblamiento, frente a una posible interpretación en clave técnica, pero igualmente ha favorecido una cierta rigidez de investigaciones, en especial cuando han sido planteadas como simples demostraciones y descripciones de postulado teóricos ajenos al hecho en sí del poblamiento».

⁴⁸⁷ Ainda os mesmos autores: «hay que resaltar la importancia del poblamiento como vía de acercamiento social, postulado (...) cuya aceptación no exime de caer en la trampa de una vinculación mecanicista entre poblamiento e hipótesis de trabajo previas sobre la articulación social, ni tampoco convierte en operativa una óptica empírica exclusivamente volcada hacia el poblamiento. Éste es un reflejo de estructuras sociales y son ellas las que determinan en buena medida la organización de sus redes y patrones de asentamientos, pero no de una manera unívoca y total; también existen condicionamientos ecológicos que deben ser considerados y es necesario tener un enfoque dinámico de las estructuras sociales, eludiendo clichés simplificadores (...) aunque un sistema social no es sólo la forma en que se organizan los asentamientos, dado que existen otras realidades – económicas, ideológicas, mentales, institucionales - que intervienen también en su definición, el poblamiento es uno de los niveles que componen el sistema, a la vez que es también un escenario privilegiado donde se plasman espacialmente el resto de los elementos. Así ha de entenderse el interés por el poblamiento altomedieval» (BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 58-59).

⁴⁸⁸ V. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 77.

reconhecer⁴⁸⁹. De resto, e como escreveu recentemente García de Cortázar, a propósito das dificuldades que o quadro heurístico levanta aos estudos sobre o povoamento do quadrante Norte da Península Ibérica entre os séculos VIII e XI, «la escasez de fuentes es tan constrictiva que la lectura de la mayor parte de los cada vez más numerosos trabajos relativos a estos temas deja en el lector la sensación de que las interpretaciones suministradas por los autores siguen siendo «altamente especulativas»»⁴⁹⁰.

Resulta de tudo isto uma certa “rigidez” dos vários modelos explicativos propostos, como notou I. Martín Viso numa modelar recensão ao trabalho de J. López Quiroga sobre o povoamento do território situado entre os rios Minho e Douro, nos séculos V e X⁴⁹¹. Uma “rigidez” que dificulta seriamente a utilização de cada modelo como termo de comparação com os restantes e limita a sua operatividade para explicar as mudanças verificadas à escala peninsular⁴⁹². Até porque não devemos nunca esquecer a individualidade radical de cada território neste período, ditada por condicionantes ambientais e por um processo histórico de ocupação e organização do espaço que o distinguem, desde logo dos territórios confinantes⁴⁹³. O que impede a generalização de modelos que foram originalmente concebidos a partir de (ou melhor, para) um determinado território a unidades espaciais mais vastas em que se procura integrar esses

⁴⁸⁹ «Hay que recordar también que el registro arqueológico no es moneda de fácil transacción. Su uso conlleva importantes dificultades hermenéuticas que algunos historiadores documentalistas no parecen, sin embargo, tener en cuenta a juzgar por la alegría con la que generan nubes de puntos en un mapa y extraen de su distribución – como si de un test de Rochard si tratara – modelos interpretativos de carácter altamente especulativo. (...) Puede afirmarse, por tanto, que la traslación del dato arqueológico al discurso histórico – sin haber pasado el cedazo de la crítica – constituye, sin duda, uno de los mayores riesgos que amenazan nuestro horizonte a corto plazo» (A. Azkarate Garai-Olaun – «Prólogo» a GARCÍA CAMINO, 2002 – *Arqueología y Poblamiento...*: 15).

⁴⁹⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 105-106, que toma esta última expressão de I. MARTÍN VISO, 2006 – «Central places and the territorial organization of communities: the occupation of hilltop sites in early medieval northern Castille». In DAVIES; HALSALL; REYNOLDS (eds.), 2006 – *People and Space...*: 167.

⁴⁹¹ Recensão a LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...* (SH-HM. 22 (2004): 270-74: 273-74).

⁴⁹² Ainda muito recentemente reconhecia J. Escalona, numa recensão a MARTÍN VISO (ed.), 2009 – *¿Tiempos oscuros?...*: «When in the 1990s some researchers – the present writer among them – set out to shape alternative models, they had to work with poor quality archaeological data and texts that could only be exploited by retrospective readings. This led to highly theoretical, often contradictory models of continuity and change that could hardly be tested empirically because of lack of adequate evidence» (EME. 20 (3) (2012): 371-73: 371).

⁴⁹³ Esta variação regional, já sublinhada em termos gerais por C. WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: e.g. 516, parece ser particularmente aguda no caso do quadrante Norte da Península Ibérica, como notaram J. A. QUIRÓS CASTILLO, 2011 – «Early medieval...»: 287-88, 309 e A. BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 81-82, para quem «Tal disparidad no supone la reclamación de una casuística interminable, en cambio ha de entenderse como una advertencia contra la aplicación de modelos explicativos únicos».

territórios, muitas vezes com base em pouco mais do que a prefiguração de futuros reinos⁴⁹⁴. Em síntese, e como notou García de Cortázar:

«estas discrepancias entre las interpretaciones de los distintos autores sólo pueden explicarse pensando que: 1) se trata de diferencias generadas en las propias bases conceptuales de partida; 2) se trata de diferencias derivadas del empleo de distintos métodos, técnicas y fuentes (registros escritos, registros arqueológicos, antropología; crónicas cristianas, musulmanas, diplomas); 3) se trata de diferencias físicas y sociales enraizadas en los distintos escenarios escogidos por cada investigador (...), esto es se trata de la existencia de modelos diferentes en su punto de partida (pongamos el siglo III) que evolucionaron desacompañadamente y de los que cada estudiosos sólo ha tratado de interpretar (y, tal vez, subconscientemente, extrapolar) el que ha investigado)»⁴⁹⁵.

Como já se disse, não se atribui nestes trabalhos um valor explicativo próprio ao povoamento, mas antes o estatuto de indicador (logo consequência) da evolução social. No caso de alguns estudos especialmente preocupados com o problema do crescimento agrário, é-lhe mesmo atribuído o estatuto de “documento” que reflecte o estado dos fundamentos materiais da sociedade, na medida em que o povoamento depende directamente, tanto na sua dimensão propriamente habitacional como no sentido mais amplo de grau de intensidade e exactos modelos da ocupação do solo, do desenvolvimento das forças produtivas e das variações demográficas⁴⁹⁶. Esta

⁴⁹⁴ É este o teor das observações feitas por J. Mattoso em 1992, a propósito dos resultados das investigações de García de Cortázar até inícios dos anos 1990: «Com efeito, ele próprio [García de Cortázar] faz notar que, embora se possam definir grandes tendências que permitem distinguir três amplas zonas dentro do norte peninsular, o Ocidente, o Centro e o Oriente, ou mesmo os espaços galaico-português, leonês, asturiano, castelhano e basco-alavês, cada lugar é um caso à parte no interior de cada uma dessas regiões. A morfologia física, aliada às características pedológicas do solo, as condições climáticas, a cobertura vegetal da época (quase sempre desconhecida) e as circunstâncias históricas em que se deram as alterações da implantação humana ou o estabelecimento dos poderes políticos e religiosos, tudo isso faz de cada zona um caso relativamente independente e retira, portanto, o significado às generalizações e às ilações, quando não se baseiam em elementos documentais» (MATTOSO, 1992 - «Portugal no reino...»: 444-45).

⁴⁹⁵ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 - «Movimientos de población...»: 154. Já em 1988 notava o autor: «Como siempre, la cuestión es saber qué es lo que, en cada caso, debemos al modelo teórico y qué es lo que debemos al material empírico reunido» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 - «Organización social del espacio...»: 198. Uns anos mais tarde, referir-se-ia à preocupação explícita dos estudos sobre a “organização social do espaço” em «proporcionar evidencia empírica (y cartografiada) de una serie de aspectos de esa organización social del espacio castellano altomedieval, por entender que ese puede ser un camino para superar el combate dialéctico entre modelos teóricos que, en ocasiones, parece presidir la actuación de quienes nos interesamos por los temas de la transición entre el mundo antiguo y el feudalismo» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 - «Sociedad y organización social...»: 326).

⁴⁹⁶ PASTOR DÍAZ DE GARAYO, 1996 - *Castilla en el tránsito...*: 17-18, 23-24: «El poblamiento es uno de los principales documentos que nos habla del crecimiento agrario altomedieval y éste, a su vez, es la clave que permite entender las características que definen su estructura tal y como se percibe en torno al año mil» (p. 107); LARREA, 1998 - *La Navarre...*: 21, 39. Este autor observa mesmo, a propósito do território navarro entre os séculos I e VIII que «En l’absence de témoignages directs d’un autre type (...)

preocupação com a projecção espacial das estruturas sociais e de poder explica o enfoque predominante no processo de ocupação e organização do espaço e na definição das redes e padrões de povoamento (de aldeias, em particular), em detrimento da análise da morfologia interna dos núcleos de habitat, que resulta claramente subalternizada. O que, de resto, se percebe pelas evidentes limitações das fontes escritas (a que muitos destes trabalhos recorreram em primeiro lugar) para o estudo do habitat e pela insuficiência da informação arqueológica que os autores, escrevendo quase todos durante a década de 1990, tinham à sua disposição.

Neste sentido, embora tome o povoamento como o principal indicador (“fóssil-director”) da evolução social, uma parte importante da investigação concentrou-se sobretudo na análise da sua expressão territorial⁴⁹⁷. O território, fundado no exercício *político* de um domínio (próprio ou alheio) sobre recursos e comunidades e concretizado em modelos de distribuição e hierarquização espacial do povoamento, emergiu assim como o objecto primordial destes trabalhos, mais do que a paisagem, entendida como realidade material⁴⁹⁸. Isto não significa, obviamente, uma completa ausência do estudo da configuração morfológica do habitat, que está presente em boa parte dos estudos regionais a que nos vimos referindo. No entanto, esse estudo integra-se, por via da regra, em capítulos preocupados antes de mais com a evolução das malhas territoriais e dos padrões de distribuição espacial do habitat, num longo arco

il [o povoamento] s’agit du document principal»; uma observação que será válida para todo o quadrante NO da Península Ibérica, e desde logo para o território portugalense, aqui numa cronologia ainda mais extensa, que se prolonga até ao século X.

⁴⁹⁷ «La segunda cuestión en relación con las aldeas en formación en le cuadrante noroeste de la Península que ha suscitado, talvez, mayor número de estudios que el de su propia aparición y consolidación desde mediados del siglo VIII, ha sido el de la encardinación de aquéllas en el marco de estructuras territoriales»; «El conjunto del proceso se desarrolló en el marco de unas estructuras territoriales cuyos rasgos han sido definidos por los investigadores, en buena parte, en función de su interpretación global de los caracteres de la sociedad que estudian» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 147, 153).

⁴⁹⁸ Sirva de indicador a orientação dos estudos sobre o povoamento altomedieval hispano-cristão em diversas regiões do NO peninsular, compilados num dossier que foi publicado há uma década na revista *SH-HM* (FERNÁNDEZ CONDE; MÍNGUEZ; PORTELA (eds.), 1998 – «El poblamiento altomedieval...»), nos quais é visível uma «clara apuesta por la comprensión social del fenómeno del poblamiento rural, en detrimento de acercamientos más vinculados a los aspectos geográficos, aunque sin descuidar completamente éstos» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 61). Ou, como nota C. Estepa no «Prólogo» que escreveu à dissertação de J. Escalona: «Además el tratarse de un análisis en que el Territorio se subordina a la Sociedad permite comprender en sus justos términos el componente espacial, sin quedar en ningún momento el estudio condicionado por éste y unos meros parámetros geográficos, tendiendo por el contrario hacia una explicación más integral, en definitiva más social» (in ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 2).

cronológico que se estende do período (pré-)romano aos séculos centrais da Idade Média⁴⁹⁹.

É certo que a historiografia espanhola conta ainda com outro tipo de trabalhos sobre o povoamento, desde os mais próximos a um modelo que diremos *clássico* de história rural até aos que se integram na já referida linha de investigação em torno da “organização social do espaço”, cujos autores prestaram especial atenção à morfologia física (como social) das diversas unidades que a documentação revela estarem na base dessa organização. O que implicou, naturalmente, a análise da morfologia interna dos núcleos de habitat e dos pequenos territórios locais em que eles se integram⁵⁰⁰. Em alguns casos, este tipo de abordagens aproximou-se mesmo da reconstituição da

⁴⁹⁹ PASTOR DÍAZ DE GARAYO, 1996 – *Castilla en el tránsito...*: 25-107 (preocupação dominante com a «reconstrucción y definición de la red de núcleos de población rural» (*ibidem*, p. 46), até por que «en nuestro caso no disponemos de informaciones precisas sobre su morfología [das aldeias anteriores ao Ano Mil]» (*ibidem*, p. 65)); LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 39-80, 163-211, 323-24, 497-540 (igual predomínio da análise espacial do povoamento sobre a morfológica, no que aos séculos V a XI diz respeito, só parcialmente compensado pela maior atenção a este último aspecto no estudo das estruturas diferenciadas de povoamento da Navarra setentrional (“Velha”) e meridional (“Nova”) a partir de meados do século XI); MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...*: 37-69, 107-66, 247-306 (embora também preocupado com a organização territorial, este trabalho presta maior atenção aos problemas morfológicos, sobretudo no que diz respeito aos padrões de povoamento e à implantação topográfica dos núcleos de habitat; o que se explica pela centralidade assumida pela dicotomia entre “asentamientos castrales” e “asentamientos en llano”, num trabalho que pretende sublinhar a importância dos sistemas castrais de articulação do território ao longo da Alta Idade Média – embora o autor reconheça consideráveis variações entre as áreas “centrais” e “periféricas” que pôde identificar tanto no Alto Ebro como na zona de Zamora); ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 48-55, 63-65, 224-25 (talvez o melhor exemplo da atenção preferencial à análise espacial, com vista ao estudo da territorialização das estruturas sociais de poder, a que correspondem meros apontamentos sobre a morfologia do habitat romano, visigodo e altomedieval, respectivamente); GARCÍA CAMINO, 2002 – *Arqueología y Poblamiento...* (o facto de se tratar de um estudo arqueológico faria esperar uma maior atenção prestada à morfologia do habitat, mas a escassez dos vestígios materiais e escritos estudados leva o autor a concentrar-se apenas nas tipologias da casa rural, dos castelos e moinhos e na morfologia dos espaços agropecuários (*ibidem*, p. 253-73), limitando-se a constatar a forte probabilidade de coexistirem na zona da Biscaia formas aglomeradas (fruto da reocupação de núcleos castrais e da criação de aldeias) com um «hábitat disperso, en ocasiones marginal y estacionario y en otras estable y permanente» (*ibidem*, p. 259-60), para além de uma análise detalhada das necrópoles (*ibidem*, p. 59-166, 204-52) e igrejas (*ibidem*, p. 171-204); predomina ainda a análise espacial do povoamento e da sua evolução (*ibidem*, p. 274-99) e da organização territorial (*ibidem*, p. 321-50)); LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...* (um estudo também arqueológico, e com limitações heurísticas semelhantes às do anterior, que presta efectiva atenção à “topografia” dos núcleos urbanos ou semi-urbanos (*ibidem*, p. 73-144) mas opta pelo «estudio de las fluctuaciones del poblamiento en el ámbito rural» através de «un primer análisis a escala micro-regional, siguiendo los parámetros y modelos teóricos de la escuela alemana de la *Siedlungsforschung* (la investigación sobre el poblamiento) y, especialmente, de la *Siedlungsarchäologie* (la arqueología de poblamiento)» (*ibidem*, p. 147), donde a proeminência da análise espacial sobre a morfológica, tanto nas áreas “centrais” como “periféricas” que o autor identifica num amplo território situado entre os rios Douro e Minho e prolongado pelo interior transmontano (*ibidem*, p. 145-286).

⁵⁰⁰ No cruzamento entre ambos os “paradigmas”, v. os diversos estudos dedicados por García de Cortázar à organização do habitat nas duas regiões que estudou em maior detalhe: o País Basco e La Rioja (compilados em GARCÍA DE CORTÁZAR, 2005 – *Investigaciones sobre Historia Medieval...*; 2009 – *Estudios de Historia Medieval...*, respectivamente). Dentre os trabalhos filiados nesta segunda linha de investigação (a que nos referimos *supra* §1.1.), destaquemos, pela particular atenção à morfologia física da paisagem (habitat e espaço agrário), Díez HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*

paisagem à micro-escala, feita a partir de casos excepcionalmente documentados; ainda que a dependência (quase) exclusiva destes estudos face às fontes escritas os impeça de recuar ao período anterior ao século X⁵⁰¹.

Contudo, os avanços decisivos neste domínio pertencem à arqueologia. Ao longo da última década, o significativo *boom* da investigação arqueológica espanhola sobre o período altomedieval veio renovar o estudo dos problemas-chave que há muito orientavam a investigação (histórica como arqueológica) sobre os séculos da *transição*, desde o crescimento agrário à aglomeração do habitat, passando pelas diversas formas de distribuição social do poder⁵⁰². Para lá da atenção mais recente (e ainda menor) ao espaço agrário propriamente dito⁵⁰³, de que dependerá em boa parte o avanço na análise do crescimento, avulta a preocupação central com a morfologia do habitat, a ponto de contarmos já com uma (breve) síntese sobre a “arqueologia do habitat rural na Península Ibérica” entre os séculos V e X, publicada por J. López Quiroga⁵⁰⁴. Esta preocupação reorientou a arqueologia para a análise da base material do povoamento e, muito em especial, para a identificação e estudo de «una densa red de asentamientos y territorios

⁵⁰¹ Entre vários títulos que poderíamos citar, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1986 – «Aldea y comunidad...»; 1986 – «Una aldea...»; PORTELA; PALLARES, 1995-1996 – «De la villa...»; 1998 – «La villa, por dentro...»; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ; DURANY CASTRILLO, 1998 – «Ocupación y organización...»: 57-77; ÁLVAREZ LLOPIS, 1999 – «Aldeas y solares...»; bem como os trabalhos pioneiros, no cruzamento da história com a arqueologia, desenvolvidos no âmbito galego: PALLARES; PUENTE MÍGUEZ, 1981 – «Villa Bidualdi...»; PORTELA; PALLARES; PUENTE MÍGUEZ, 1992 – «De la villa altomedieval...».

⁵⁰² Para uma panorâmica recente destes vários desenvolvimentos, v. QUIRÓS CASTILLO, 2011 – «Early medieval...»; a completar com GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...» e GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 127 e ss., que observa: «Sobre una montaña de titubeos y ambigüedades y sobre bases de momento insuficientes y que solo pueden ampliarse, como se está haciendo por vía de los registros arqueológicos, se está construyendo nuestro conocimiento del poblamiento» (*ibidem*, p. 129). Sobre a centralidade do problema do crescimento na investigação espanhola sobre a Alta Idade Média, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 71 e ss.; sobre a sua influência na investigação arqueológica, sobretudo no que respeita à evolução do habitat rural, v. GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...»: *maxime* 66-67. Para uma panorâmica que confronta a investigação e as perspectivas históricas e arqueológicas no estudo das aldeias altomedievais no Norte da Península Ibérica, v. QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...».

⁵⁰³ V., por todos, os artigos compilados num recente volume colectivo: KIRCHNER (ed.), 2010 – *Por una arqueología agraria...*

⁵⁰⁴ LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...* Escrita num registo de divulgação, que obrigou o autor a refrear a problematização (por vezes demasiado esquemática e exposta de forma reiterativa) com uma abundante exemplificação (que fornece uma útil panorâmica dos principais sítios arqueológicos), a obra ressen-te-se de uma edição muito deficiente, particularmente incómoda pelos erros e omissões das referências bibliográficas.

aldeanos que cubren algunos espacios del cuadrante noroccidental de la península ibérica durante la Alta Edad Media»⁵⁰⁵.

Foi assim possível ultrapassar definitivamente a caracterização tradicional do povoamento altimedieval como radicalmente disperso e instável, sugerida ainda em algumas das teses regionais dos anos 1990⁵⁰⁶, e a comprovar a existência em diversas regiões de verdadeiras redes aldeãs, logo a partir do século V ou apenas dos séculos VII-VIII, consoante as regiões⁵⁰⁷. Embora seja justo reconhecer que a investigação histórica *tout court* vinha há já largos anos a atribuir a estes séculos o arranque do processo de formação de uma “rede de aldeias homólogas”. Sobretudo os autores mais empenhados no estudo da dinâmica de crescimento agrário, que associavam ao movimento de colonização/aculturação posto em marcha pelo Repovoamento a partir dos séculos VIII-IX⁵⁰⁸. Ainda que a marcação do exacto momento em que uma tal rede

⁵⁰⁵ QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 67 (neste texto encontra-se um bom enquadramento teórico e metodológico desta reorientação). Uma panorâmica da investigação recente pode colher-se em QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 18-24: «The recognition and study of Early Medieval villages in Spain is a very recent phenomenon. In fact, up to a little over ten years ago no extensive area of any early medieval village had been excavated and, even today, a complete excavation report on this type of site has yet to be published» (*ibidem*, p. 18); note-se, contudo, que por iniciativa do próprio autor esta última asserção deixou de ser válida com a recentíssima publicação de um completo estudo sobre o despovoado de Zaballa, no País Basco: QUIRÓS CASTILLO, J. A. (ed.) – *Arqueología del campesinado medieval. La aldea de Zaballa*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2012 (Documentos de Arqueología Medieval, 3).

⁵⁰⁶ Ainda em 2002, J. Escalona interrogava-se, ao comentar o processo de fragmentação territorial que se concretiza na afirmação de inúmeros núcleos de povoamento individualizados (ao menos no registo escrito), ao longo dos séculos XI a XIII: «Nuestra precepción de la territorialidad a este nivel puede estar un tanto condicionada por la imagen pleno y bajomedieval, dominada por los elementos de nucleación del hábitat, tales como el templo parroquial y un caserío agrupado. Estos factores pueden haber operado de forma diferente en la Alta Edad Media, donde lo poquísimo que sabemos sobre el hábitat rural aconseja pensar más en una dispersión de casas, individuales o formando pequeños grupos de edificios, que en un caserío compacto. Este es, en todo caso, un campo en el que casi todo está por decir y en el futuro inmediato corresponde a la arqueología avanzar por un camino que apenas acaba de abrirse» (ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 224). De qualquer forma, a caracterização do habitat altimedieval como essencialmente disperso não foi nunca consensual (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 73).

⁵⁰⁷ «Los registros materiales de los que disponemos hasta la actualidad en varios sectores del cuadrante noroccidental de la península muestran la existencia de un paisaje dominado por aldeas estables a partir del siglo V (Madrid, Castilla y León) o del VII-VIII (Galicia, Álava) (...)» (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 78).

⁵⁰⁸ V., por todos, as observações feitas já em 1985 por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 60-71. A mesma cronologia, sensivelmente, é apontada para os processos de construção de redes de aldeias plenamente estabilizadas e estruturadas do ponto de vista territorial, logo a partir do século VIII, na Cantábria (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 77 e ss.), no sector meridional de Castela (PASTOR DÍAZ DE GARAYO, 1996 – *Castilla en el tránsito...*: 43-104), no Alto Ebro e, com menor grau de “aldeanización”, na zona de Zamora (MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...*: 139-57); e a partir do século IX nas zonas de mais antiga ocupação em Navarra (LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 79, 163-211, 323-37) e possivelmente também na Biscaia (GARCÍA CAMINO, 2002 – *Arqueología y Poblamiento...*: 283-84, 335). De resto, os estudos sobre diversas regiões do Norte peninsular reunidos no já referido dossier da revista *SH-HM* («El poblamiento

estaria plenamente articulada tenha oscilado⁵⁰⁹ e os protagonismos sociopolíticos (camponeses ou elites?) e o consequente enquadramento territorial deste processo sejam ainda objecto de discussão⁵¹⁰.

No entanto, mesmo que os progressos feitos ao longo destes anos pela arqueologia sejam altamente animadores, há ainda um longo caminho a percorrer e vários problemas disciplinares específicos da arqueologia a resolver⁵¹¹. A morfologia

altomedieval...»), convergem no reconhecimento de que a «existencia de asentamientos concentrados en llano y sin defensas era masiva en los siglos altomedievales» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 62).

⁵⁰⁹ Como notou J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 146, nt. 121: «Realmente, pocos han sido los investigadores que, como J. A. Quirós (...) han atribuido una cronología precisa a la formación de las aldeas, que aquel autor sitúa a mediados del siglo VIII [na zona de Álava]. Lo habitual viene siendo una inconcreción al respecto, explicable porque, hasta el momento, la mayor parte de la investigación se ha desarrollado a partir de fuentes escritas que comienzan a aparecer desde el siglo IX». Um bom exemplo daquela oscilação são os trabalhos do próprio García de Cortázar (como notou J. A. QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 72, nt. 7). Em 1985, referindo-se às alterações da organização do território na meseta duriense ao longo da Antiguidade Tardia, reconhecia a importância das “aldeias” (a par das “grandes explorações”) logo a partir dos séculos VI e VII (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 47-48; no mesmo sentido: WICKHAM, 2002 – «Asentamientos rurales...»: 20); embora esclarecesse que a construção de uma rede de povoamento estruturada em aldeias tem lugar no quadro do Repovoamento e do processo colonizador posto em marcha entre os séculos VIII/IX a X, sendo que essa rede só se torna evidente nos finais do século X (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 70). Poucos anos mais tarde, o autor viria a situar o “triunfo da aldeia como modelo hegemónico de organização social” logo entre os meados do século IX e os meados do século X (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990 – *La sociedad rural...*: 17-36; citação na p. 22); ainda que em trabalho posterior, marcado pela intenção de aplicar o modelo *mutacionista* (e o conceito de ‘*encellulement*’) à realidade castelhana, reconheça que muitas das “aldeias físicas” não implicariam a existência de uma “comunidade de aldeia social, política, autónoma”, embora esta fosse claramente identificável em muitos casos já no século X (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1995 – «Sociedad rural y organización...»: 615). Num trabalho mais recente, o autor optou já por situar entre os anos de 800 e 950 a passagem de uma variedade inicial de modelos de organização do povoamento (villa, valle, aldeia, casario) à afirmação progressiva da aldeia como unidade hegemónica de ordenação social do espaço (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 44-45).

⁵¹⁰ Sobre o debate em torno do enquadramento sociopolítico e territorial dos processos de crescimento agrário e de construção da malha aldeã, que ao protagonismo camponês veio somar o das “aristocracias regionais” e das “oligarquias comarcais” e “locais”, pondo em causa a imagem de uma “rede de aldeias homólogas”, v. BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 62-64, 76-80; ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 6-14; GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 144-52 (de quem tomámos todas as expressões citadas); QUIRÓS CASTILLO, 2011 – «Early medieval...». O estado actual do debate foi bem captado por García de Cortázar: «A tenor de las diferentes opiniones (...), la impresión es que, tal vez, según tiempos y espacios, la dinámica de encuadramiento obedeció en nuestro espacio a una de cuatro posibles lógicas, que llamaremos la inercia ancestral, la iniciativa campesina, la voluntad de la monarquía asturleonense y la coerción por parte de las aristocracias. En su respectivo despliegue, las cuatro se interferían continuamente provocando la génesis de variados marcos de encuadramiento con funciones y contenidos diversos» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 147).

⁵¹¹ Ao reflectir sobre as razões que explicam o contributo ainda muito “parcial” da arqueologia para o estudo da paisagem e do povoamento altomedievais, J. A. Quirós Castillo destaca «cuatro temáticas principales: la ausencia de una arqueología de los despoblados y la lectura monumental del paisaje rural en la Alta Edad Media; el papel ancilar que ha jugado la arqueología respecto a la historiografía altomedieval; la apuesta por una «arqueología de superficie», en ocasiones convertida en una «arqueología superficial», y el impacto reciente de la denominada *arqueología de gestión*» (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 74-78 – citação na p. 74).

interna dos núcleos de habitat e os processos da sua morfogénese, em particular, constituem alguns dos pontos sobre os quais estamos pior informados. Com a agravante das dificuldades que o próprio registo material altimedieval levanta ao estudo dos núcleos de habitat, no quadro de um modelo de povoamento que se definia muitas vezes, também na Península Ibérica, por uma relativa instabilidade/itinerância⁵¹². Já para não falar da utilização maciça de materiais perecíveis na construção dos edifícios⁵¹³, como na confecção dos artefactos normalmente associados aos núcleos de habitat: feitos em materiais de difícil conservação (madeira, vime) ou outros (cerâmica), são todos de difícil datação, o que impede uma avaliação rigorosa dos tempos de ocupação desses núcleos⁵¹⁴.

Apesar dos notáveis avanços recentes da arqueologia em regiões como a Comunidade de Madrid e o País Basco, para além da Catalunha (onde havia uma tradição mais consolidada)⁵¹⁵, não é ainda possível traçar uma panorâmica ampla, rigorosa e regionalmente afinada dos processos que conduziram à formação da rede aldeã em todo o quadrante Norte da Península Ibérica. Só a multiplicação de investigações muito pormenorizadas, conduzidas à escala local e combinando os registos material e escrito permitirá avançar neste ponto, tanto no plano empírico como

⁵¹² Na Meseta Central, foi possível identificar, pelo menos entre os séculos V e VIII, «el carácter estacional y móvil de muchos de estos hábitat rurales, cambiando de ubicación (tanto los espacios de vivienda y explotación como las áreas de inhumación) con una frecuencia generacional a lo largo de un curso fluvial desplazándose unos metros, probablemente dentro de unos límites conocidos» (LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...*: 94).

⁵¹³ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 36.

⁵¹⁴ KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 83. De resto, a própria utilização de materiais perecíveis de construção, a provocar uma rápida degradação das habitações, explica uma certa instabilidade (de curto raio) do habitat, dada a necessidade frequente de construir novas habitações (ROESDAHL; SCHOLKMANN, 2007 – «Housing Culture»: 164; no mesmo sentido, a propósito da realidade peninsular: LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...*: 110-11).

⁵¹⁵ Como notou J. Escalona, estes progressos resultam de uma aproximação crescente entre os trabalhos de arqueologia preventiva (particularmente importantes na região de Madrid) e a investigação arqueológica programada, levada a cabo por equipas universitárias (sobretudo no caso do País Basco) (ESCALONA, 2010 – «L'archéologie médiévale...»: 268-72). Uma síntese destes avanços pode encontrar-se em LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...*: 69-118 ou, pela pena dos arqueólogos responsáveis pelas principais investigações em curso, nos artigos compilados em QUIRÓS CASTILLO (ed.), 2009 – *The archaeology...*: 113 e ss., e MARTÍN VISO (ed.), 2009 – *¿Tiempos oscuros?...* (neste caso apenas para a zona “central” da Península). Contudo, em muitas regiões do Norte peninsular ainda não foi significativamente ultrapassado o quadro geral traçado em 2006 por J. A. GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...»: 66: «los datos van mostrando algunas características generales de la distribución de los asentamientos campesinos altomedievales: pequeños núcleos dispersos, frecuente asociación espacial – más que continuidad física – a los asentamientos antiguos, progresiva concentración y jerarquización regida por centros de ordenación feudal a partir del siglo X; sin embargo son aún insuficientes para conocer su estructura, morfologías, organización interna, capacidad de producción y otros detalles materiales y socioeconómicos».

no da interpretação das implicações económicas e sociopolíticas que comumente se associam à morfologia do habitat⁵¹⁶. Como ainda recentemente notava García de Cortázar:

«Por fortuna, contamos con un punto de llegada aceptado universalmente: a mediados del siglo XI, el rasgo fundamental del poblamiento era la existencia de una multitud de aldeas, aunque todavía discutamos los rasgos de su encardinación en estructuras territoriales. Todo lo demás, incluido el hecho de que, para algún investigador, esa multitud ya existiera en el punto de partida o, al menos, en el siglo VIII, son opiniones diversas amparadas, en buena medida, más por el modelo interpretativo que cada investigador tiene sobre el comportamiento global de la fracción regional de la sociedad que estudia que por las evidencias empíricas que una información escrita reducida y poco expresiva y un uso todavía muy incipiente de los registros arqueológicos pueden proporcionar»⁵¹⁷.

Seja como for, a arqueologia forçou já um alargamento das escalas de análise, levando o estudo do povoamento a ultrapassar o âmbito supra-regional ou regional que o enfoque no *processo* de ocupação e organização do território privilegiava, para se estender também à escala comarcal que estrutura no essencial as redes de povoamento e à escala local de implantação dos núcleos de habitat – ou seja, as escalas em que cobra sentido a análise da *configuração* espacial e morfológica do habitat⁵¹⁸. A importância dos resultados obtidos pela investigação arqueológica nos últimos anos fica bem patente na sua capacidade para apontar limitações e mesmo questionar algumas das interpretações (divergentes entre si) propostas pelos diversos modelos regionais para explicar a evolução do povoamento altomedieval⁵¹⁹.

⁵¹⁶ Chamando a atenção para a necessidade de estudos minuciosos sobre a estruturação dos núcleos de habitat e os elementos que promoveram essa estruturação, observam Á. BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 80: «su realización conllevará, desde luego, entender mejor los grados de iniciativa de las comunidades y cuál fue el peso de los grupos aristocráticos. Sólo así será posible comprobar si existió realmente un *enceldamiento* feudal en las aldeas, que destruyó los vestigios del antiguo ordenamiento castreño».

⁵¹⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 129.

⁵¹⁸ Como notou J. López Quiroga, ao terminar a sua síntese sobre a arqueologia do habitat rural na Alta Idade Média peninsular: «la Arqueología medieval ha generado un elenco documental riguroso (...), con métodos de registro estratigráfico adecuados, con una perspectiva de análisis de tipo territorial fundamentada en el análisis espacial y sin caer en la ‘miopía estratigráfica’, es decir, combinando la lectura vertical bajo la cota cero con la lectura horizontal espacial; pero, atención, sin dejarnos llevar tampoco por la ‘hipermetropía espacial’, y, por lo tanto, combinando siempre los tres niveles básicos de interacción espacial: el puntual (la excavación propiamente dicha), el micro-regional y el macro-espacial. Sólo así seremos capaces de comprender, en toda su complejidad, el apasionante proceso que conduce a la gestación, configuración y desarrollo de la red aldeana en la Península Ibérica y en todo el Occidente Medieval» (LÓPEZ QUIROGA, 2009 – *Arqueología del hábitat...*: 141).

⁵¹⁹ «En la base de estas diferencias tan significativas coexisten tanto diferentes aproximaciones teóricas a la hora de realizar el análisis social del paisaje como metodologías distintas. Más concretamente, el

Na historiografia portuguesa, estas perspectivas mais *avanzadas* no estudo do povoamento até ao século XIII, sejam de base historiográfica ou arqueológica, só agora começam a fazer algum caminho⁵²⁰. Até há bem pouco tempo foi claramente dominante a visão mais tradicional, preocupada sobretudo com a distribuição espacial dos núcleos populacionais e com o seu significado político-militar no quadro dos processos de *Reconquista* e de *Repovoamento*, e assente no levantamento e cartografia das informações toponímicas fornecidas pela documentação escrita. Como seria de esperar, esta visão desenvolveu-se, antes de mais, no quadro de trabalhos dedicados aos territórios sucessivamente conquistados ao al-Andalus.

A especificidade do Repovoamento levado a cabo no território portugalense ao longo dos séculos IX-X (com avanços e recuos da linha de fronteira entre o Douro e o Mondego), a ausência de uma efectiva condução do processo por parte de um poder régio forte e propriamente *nacional*, que interessava à historiografia nacionalista ressaltar, e a escassez de fontes relativas a diversas regiões (que em alguns casos se prolonga até ao século XIII) ajudam a explicar a atenção preferencial dedicada ao estudo da *Reconquista* (definitiva) e *Repovoamento* dos territórios a sul do Vale do Douro a partir da segunda metade do século XI. Sobretudo a partir do momento em que, com a deslocação de D. Afonso Henriques para Coimbra na década de 1130, um poder régio especificamente *português* assumiu um controlo mais próximo e efectivo de todo o processo⁵²¹. Nas últimas décadas, esta linha de trabalho foi enriquecida por diversos estudos, maioritariamente de história rural e de âmbito regional. Os primeiros seguem ainda a perspectiva tradicional em torno do *processo* de povoamento e das dinâmicas de ocupação e domínio do território, embora deslocando a análise do domínio político-militar para o económico-social, em virtude de uma preocupação mais marcada com a

empleo de un registro arqueológico de escasa calidad, construido a partir de trabajos datados y de la denominada *arqueología espacial o del paisaje*, así como la dificultad de los propios autores a la hora de sistematizar y elaborar este registro material, ha dado como resultado que se realicen lecturas muy cuestionables» (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 74).

⁵²⁰ Referimo-nos aqui exclusivamente ao estudo do povoamento dos territórios sob domínio cristão. Para uma panorâmica da ampla investigação sobre o povoamento do *Gharb* al-Andalus, de base eminentemente arqueológica, donde uma grande abundância de informação no domínio da morfologia do habitat, v. PICARD, 2000 – *Le Portugal musulman...*: 147 e ss.

⁵²¹ O trabalho clássico deve-se a R. de AZEVEDO, 1937 – «Período de formação...», que sumaria a investigação anterior sobre o processo de ocupação do território a sul do Mondego, que viria a constituir o reino de Portugal ao longo dos séculos XII-XIII, fixando-lhe a cronologia («estudo da expansão territorial nos limites continentais e consolidação das conquistas pelo povoamento» – p. 8).

apropriação e atribuição social do espaço e dos recursos⁵²². Outros trabalhos mais recentes atentam já na própria *configuração* espacial e morfológica do habitat, que concebem como um importante indicador social, não deixando de combinar ambas as perspectivas no estudo do povoamento⁵²³.

O paradigma tradicional parece, contudo, ter persistido mais longamente no estudo das regiões interiores, objecto de disputas fronteiriças e/ou de um processo mais tardio de integração territorial e institucional no reino português, só completado no decurso do século XIII. Estão neste caso, por exemplo, os trabalhos sobre o povoamento de Trás-os-Montes, estudado a partir de fontes como as Inquirições ducentistas ou o amplo corpo de textos foralengos dos séculos XIII e XIV⁵²⁴. Ou os estudos sobre o povoamento da zona de Riba Coa, com destaque para um trabalho recente de I. Gonçalves que parte da análise da conjuntura político-militar e das políticas de organização administrativa do território (implementadas com vista à sua dominação), para se concentrar no estudo dos efectivos demográficos e da sua distribuição espacial, prestando escassa atenção à análise da morfologia dos núcleos de habitat⁵²⁵. Aliás, a mesma perspectiva encontra-se ainda em trabalhos de discípulos seus, relativos a uma zona tão distante da fronteira como seja a do tramo final do Vale do Tejo⁵²⁶.

⁵²² MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1986 – *O Castelo e a Feira...*: 69 e ss.; BARBOSA, 1992 – *Povoamento e estrutura...*: maxime 45-97. Menção à parte merecem as páginas dedicadas à *geografia do “povoamento” e do “despovoamento”* no Baixo Mondego COELHO, 1989 [1983] – *o Baixo Mondego...*: 41-81

⁵²³ CONDE, 2000 – *Uma paisagem humanizada*: 35-111 (análise do processo de ocupação e organização do espaço no Baixo Tejo entre o século XII a princípios do XVI), 275-344 (análise morfológica do habitat rural da região). É justo reconhecer a prioridade de um autor francês, R. Durand, no cruzamento de ambas as perspectivas, ao estudar o “Repovoamento” e as suas “*modalités techniques*”, bem como o habitat rural, no território situado entre os rios Douro e Tejo, ao longo dos séculos XII e XIII (DURAND, 1982 – *Les campagnes...*: 57-94, 196-99, respectivamente).

⁵²⁴ MAURÍCIO, 1997 – *Entre Douro e Tâmega...*; VICENTE, António Maria Balcão – *Povoamento e estrutura administrativa no espaço transmontano: século XII a 1325*. Lisboa: Ed. policopiada, 2002. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FLUL.

⁵²⁵ GONÇALVES, 2009 – «Povoamento medieval...». A mesma perspectiva domina um outro trabalho mais recente, sobre o conjunto da fronteira transmontana e de Riba Coa, que ao estudo do povoamento (entendido na mesma acepção) acrescenta o da organização territorial e eclesiástica: MARQUES, José; CUNHA, Maria Cristina Almeida e – «Povoamento e organização social e eclesiástica. A Igreja na fronteira de Trás-os-Montes e de Riba Côa». *Brigantia*. XXX-XXXI (2010-2011) 5-102.

⁵²⁶ Um bom exemplo é o trabalho de J. A. Oliveira sobre a “estrutura do povoamento no termo de Almada” nos séculos XIV e XV (OLIVEIRA, 2009 – «Estrutura do povoamento...»). Já no caso da dissertação de doutoramento de M. Viana sobre o território de Santarém, e ainda que o autor dedique capítulos específicos à análise da topografia dos espaços “urbano” e “suburbano” (“reconstituição do espaço”), parece ser ainda esta definição mais restrita do conceito de ‘povoamento’ a que preside ao capítulo relativo à “estrutura do povoamento”, pontuado por pequenos apontamentos sobre a morfologia do habitat e que fecha com um apartado sobre as relações espaciais que definem o espaço “periurbano” escalabitano e com a “tentativa de reconstituição” (topográfica) de um dos seus “compartimentos” (o

Note-se, todavia, que a forte influência do pensamento geográfico sobre a *escola* inspirada por I. Gonçalves levou alguns dos seus discípulos a redimensionar esta perspectiva tradicional à luz dos conceitos e metodologias de análise das funções espaciais, no que constituem casos quase isolados no medievalismo português⁵²⁷. Uma abordagem igualmente marcada pelos princípios da análise espacial – ainda que conceptualmente bem mais elaborada – foi recentemente aplicada ao estudo do povoamento no Sul de Portugal por um historiador francês, S. Boissellier, com o objectivo de analisar a “constituição e funcionamento de uma rede de habitats e territórios entre os séculos XII e XV”, em articulação com as estruturas sociais e institucionais de poder que estão na sua origem⁵²⁸. O autor não se limita, contudo, a uma abordagem meramente *espacial*, atenta às dinâmicas, relações e hierarquias que se estabelecem entre os diversos “habitats” integrados na “rede” e que estruturam os diversos tipos de “territórios”, mas estuda também a morfologia interna desses “habitats”. Resulta daqui uma proposta teórica altamente sugestiva (como complexa), capaz de articular as duas acepções que vimos atribuindo ao conceito de ‘povoamento’ (*processo e configuração*), que a historiografia portuguesa ainda não integrou devidamente.

A atenção privilegiada que os estudos tradicionais sobre o povoamento prestaram aos territórios da Reconquista *portuguesa* e aos séculos centrais da Idade Média (talvez até mais do que aos séculos XIV e XV) não significou, todavia, que a Alta Idade Média e o território a norte do Douro tenham sido absolutamente esquecidos. A abordagem é que foi diversa, aproximando-se mais dos problemas da organização territorial e da paisagem. Com efeito, o Entre-Douro-e-Minho foi objecto de uma longa tradição de estudo do povoamento altimedieval, que remonta aos importantíssimos trabalhos escritos por A. Sampaio na passagem do século XIX para o XX⁵²⁹. No seu célebre estudo sobre “As Vilas do Norte de Portugal”, o autor procura formular uma

campo de Alvisquer) (VIANA, 2007 – *Espaço e povoamento...*: 153-202; um exemplo daqueles pequenos apontamentos na p. 172; esta descrição topográfica nas p. 185-98).

⁵²⁷ Os melhores exemplos devem-se aos já referidos trabalhos de S. CONDE, 2000 – *Uma paisagem humanizada...*, I: 35-118 (*maxime* p. 62-64, 111-18), II: 439-46; e de M. VIANA, 2007 – *Espaço e povoamento...*: 17-43, 178-85.

⁵²⁸ BOISSELLIER, 2003 – *Le peuplement medieval...*. O autor retoma aqui, num quadro teórico renovado, o tema da primeira parte (“Les hommes et leur espace: du peuplement islamique au «repeuplement» chrétien») da sua dissertação de doutoramento sobre a “vida rural” no território situado entre os rios Tejo e Guadiana entre os domínios islâmico e cristão (séculos X a XIV) (BOISSELLIER, 1999 – *Naissance d’une identité...*: 23-180).

⁵²⁹ SAMPAIO, s.d. – *Estudos Históricos...*

proposta evolutiva do povoamento da região capaz de infirmar a tese do *despovoamento* sugerida pela cronística asturiana e por alguns documentos (normalmente interpolados ou falsos) dos séculos IX a XI, defendendo a longa persistência das estruturas básicas de organização do espaço – com destaque para as *villae*, logo convertidas em paróquias – entre o período romano e os séculos centrais da Idade Média. No entanto, a demonstração desta tese levou-o a um estudo detalhado da paisagem rural minhota, que inclui naturalmente o habitat⁵³⁰. A. Sampaio foi assim capaz de nos oferecer um estudo pioneiro, em que se cruzam as duas acepções do conceito de ‘povoamento’ a que nos vimos referindo.

A investigação subsequente sobre o conjunto do território portugalense tornou-se, contudo, mais direccionada, porque também mais especializada. Fortamente marcado pelas teorias do *ermamento* (na formulação portuguesa, encetada por A. Herculano) ou da *despoblación y repoblación* (na sua formulação espanhola, devida a C. Sánchez-Albornoz), que dominaram a historiografia ibérica até aos anos 1970-1980, o estudo do povoamento altimedieval procurou acima de tudo corroborar a tese da continuidade da população e das estruturas essenciais do povoamento nesta região. Desenvolveu-se, assim, em torno de três grandes linhas de trabalho, correspondentes aos principais argumentos que sustentaram a oposição dos autores “portugueses” às posições radicais de C. Sánchez Albornoz sobre o *despovoamento* do Vale do Douro⁵³¹.

A mais antiga deve-se aos importantes trabalhos do filólogo alemão J.-M. Piel, cuja análise relacional da toponímia e dos substratos étnicos (logo dos movimentos da população) que supostamente a determinam, numa abordagem que é hoje insuficiente⁵³², o levou a defender a origem romana e germânica de boa parte da toponímia peninsular

⁵³⁰ Como notámos noutro lugar, a posição do autor acerca da organização social e da estrutura da propriedade nas épocas proto-histórica e romana, fundamentada numa transposição abusiva dos modelos de base jurisdicista que grandes historiadores da segunda metade do século XIX forjaram para a Gália e para a Itália, está hoje ultrapassada (ALARCÃO, 1980 – «Os problemas da origem...»; 1998 – «Paisagem rural...»). Como está, aliás, o pressuposto de uma continuidade quase absoluta destas estruturas até ao período da Reconquista, de que a permanência das *villae* seria a prova mais contundente. Todavia, para além de chamar a atenção para as persistências na passagem da Antiguidade para a Idade Média, a que a historiografia actual nem sempre dá a devida importância, e que porventura foram bem mais actuaes no Noroeste peninsular do que noutras regiões, a obra de A. Sampaio continua a ser de grande utilidade pelas informações que fornece acerca da paisagem rural minhota, que o autor tão bem conhecia (MARQUES, 2008 – *O casal...*: 163, nt. 428).

⁵³¹ A explanação destes e de outros argumentos (e as respectivas referências bibliográficas) encontra-se em: MATTOSO, 1992 – «Portugal no reino...»: 446 e ss.; LÓPEZ QUIROGA; RODRÍGUEZ LOVELLE, 1997 – «Un modelo de análisis...»: 690 e ss.; AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 48-55. Para uma síntese completa e actualizada do debate na historiografia espanhola, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 112-27.

⁵³² V. *infra* §4.2.

presente na documentação posterior ao Repovoamento, sobretudo na faixa litoral que se estende entre o rio Vouga e a zona de Pontevedra⁵³³. Embora se cruze com um vasto corpo de investigações toponímicas na filologia portuguesa, vindo do século XIX e prolongado pelo XX, esta linha de trabalho sobre a toponímia altimedieval do NO teve continuidade na obra de poucos autores, com destaque para os nomes de P. Cunha Serra⁵³⁴, A. de Almeida Fernandes⁵³⁵ e D. Moreira⁵³⁶. Com o tempo, veio a acantonar-se na discussão de pormenores cada vez mais técnicos (sobretudo no caso do último autor) e a desligar-se progressivamente do estudo do povoamento; o que não basta para explicar o seu completo abandono na filologia portuguesa actual.

A partir da década de 1940 começa a esboçar-se uma segunda linha de análise do povoamento, centrada no estudo da organização eclesiástica, cuja persistência entre a Antiguidade Tardia e o período da Reconquista foi inicialmente proposta por P. David, com base em argumentos hagiotoponímicos⁵³⁷. Esta perspectiva foi depois desenvolvida por A. de J. da Costa, para quem a continuidade da população no território da diocese de Braga é claramente comprovada pela vasta rede de perto de 650 “paróquias” que cobriria o território de Entre-Lima-e-Ave e a região de Guimarães e Montelongo, sem grandes hiatos despovoados, já nos finais do século XI, e por um conjunto muito amplo de indícios que o autor identifica numa análise detalhada (mas por vezes forçada) da

⁵³³ Da sua abundantíssima produção, citaremos apenas as principais sínteses, publicadas com um intervalo de 40 anos que permitiu ao autor rever a cronologia atribuída à formação da toponímia de origem germânica, antecipando-a do período do Repovoamento (séculos IX-X) para o da dominação visigoda deste território (finais do século VI-século VII): PIEL, Joseph-Maria – *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936 (Separata de *Boletim de Filologia*. 2); Idem; KREMER, Dieter – *Hispanogotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberische Halbinsel*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1976. Para uma breve enunciação desta última tese em português, v. PIEL, 1975-1978 – «Uma antiga latinidade...»: 56-57. Note-se, todavia, as dúvidas manifestadas mais recentemente pelo próprio D. Kremer quanto àquela revisão da cronologia atribuída à toponímia “germânica”, que este autor continua a situar no período do Repovoamento (KREMER, 1998 – «À volta da problemática...»: 126-27); uma posição de resto já expressa (em termos “provisórios”) por D. MOREIRA, 1993 – «A propósito da toponímia...»: 402.

⁵³⁴ SERRA, 1967 – *Contribuição topo-antroponímica...*, que procura estudar uma das correntes que alimentou o processo de povoamento do NO peninsular (incluindo os territórios galego, asturiano e leonês), com base na toponímia desta região que «por um motivo ou outro, deve a sua origem à presença de muçulmanos na península» (*ibidem*, p. 7). Contudo, a escassa atenção à cronologia dos dados toponímicos manejados levou o autor a considerar em bloco os séculos IX a XIII, o que torna pouco relevante a sua *contribuição* para o estudo do processo propriamente dito de povoamento do NO peninsular.

⁵³⁵ De uma abundante produção, muitas vezes questionada pelos especialistas, v. FERNANDES, 1990 – «Oposição toponímica...»; 1997 – *Paróquias suevas...*

⁵³⁶ Para lá dos muitos artigos hiper-especializados que o autor publicou, v. uma breve síntese sobre o problema da “origem” da toponímia germânica: MOREIRA, 1993 – «A propósito da toponímia...».

⁵³⁷ DAVID, 1947 – *Études Historiques...*: 185-256.

documentação dos séculos IX a XI⁵³⁸. Embora adoptem perspectivas diferentes, vários outros trabalhos importantes sobre o povoamento desta região no período anterior ao século XII preocuparam-se, em primeiro lugar, com o estudo da organização eclesiástica do território⁵³⁹.

Finalmente, na década de 1970 foi a vez de o argumento central na tese de A. Sampaio, a continuidade dos quadros gerais de organização do espaço (e desde logo da *villa*, como marco territorial), patente nas abundantes referências a *terminos antiquos* e na perisistência dos limites das villae, ser retomado pelos estudos de C. A. Ferreira de Almeida. Desde logo na análise sobre um documento excepcional, de partilha do território da villa de S. Eulália de Rio Covo (c. Barcelos), que atesta a densidade de ocupação e organização do espaço agrário, logo no início do século X⁵⁴⁰. Capaz de manejar com igual à-vontade, e sobretudo de relacionar, a documentação escrita, o registo material, as estruturas arquitectónicas e a observação da paisagem, o autor produziu um conjunto de estudos muito sugestivos sobre a organização da paisagem minhota nos séculos X a XIII, que veio precisar o quadro dominante do habitat nesta região que A. Sampaio havia traçado⁵⁴¹. E lançou verdadeiramente as bases da arqueologia medieval neste território, com destaque para o estudo da rede viária medieval⁵⁴² e das estruturas fortificadas anteriores a 1220⁵⁴³.

Recolhendo o contributo destas várias linhas de investigação, e renovando-as à luz dos pressupostos teóricos formulados por García de Cortázar para o estudo da “organização social do espaço”, L. C. Amaral traçou recentemente, no início da sua

⁵³⁸ COSTA, 1997, 2000 – *O Bispo D. Pedro...*, I: *maxime* 57-70, II (em cuja 2.^a ed. o autor acrescentou e corrigiu o que já na edição original era uma imensa mole de dados sobre o povoamento da diocese de Braga ao longo de toda a Idade Média); a complementar, no que ao território vimaranense diz respeito, por COSTA, 1981 – «Povoamento e colonização...»: *maxime* 140-49..

⁵³⁹ Em primeiro lugar, e prolongando as investigações de A. de J. da Costa sobre o território da diocese de Braga, v. AMARAL, 1999 – «Organização eclesiástica...»; 2007 – *Formação e desenvolvimento...: passim* (p. 101-, para o período anterior à restauração da diocese, em 1071). Para o território da diocese do Porto, destaquem-se os contributos (menos importantes para o estudo do povoamento) de D. MOREIRA, 1971-1990 – *Freguesias da Diocese...* e J. MATTOSO, 2002 – *O Monaquismo Ibérico...*

⁵⁴⁰ ALMEIDA, 1970 – «Ainda o documento XIII...».

⁵⁴¹ Entre a abundante produção do autor, v. a “Primeira Parte” da sua dissertação de doutoramento sobre a arquitectura românica do Entre-Douro-e-Minho (ALMEIDA, 1978 – *Arquitectura românica...*), em que o autor procurou traçar uma “perspectiva ecológica, económica, social e mental” da região entre os séculos XI e XIII. O carácter difuso que este programa deixa adivinhar não diminui a capacidade do texto para captar uma certa *estrutura* da paisagem minhota, que o autor viria a precisar num trabalho de divulgação posterior (ALMEIDA, 1987 – *Alto Minho*) e a sintetizar num artigo que dedicou aos territórios paroquiais (ALMEIDA, 1986 – «A paróquia...».

⁵⁴² ALMEIDA, 1968 – *Vias Medievais...*

⁵⁴³ ALMEIDA, 1978 – *Castelologia Medieval...*

dissertação sobre os primórdios da construção de um poder episcopal em Braga, uma larga panorâmica da “organização do território bracarense antes da restauração diocesana (século IX-1071)”⁵⁴⁴. Esta panorâmica estrutura-se, basicamente, em torno de dois eixos: (i) o estudo do Repovoamento, enquanto processo de integração política do conjunto do território portugalense no reino asturo-leonês⁵⁴⁵; e (ii) o estudo da organização do território, particularmente atento aos fenómenos do crescimento económico e da senhoriação, o que leva o autor a analisar as distribuições cronológica e espacial dos topónimos, igrejas, mosteiros, castelos e “outros locais fortificados” da diocese de Braga até 1071 (cuja menções documentais levantou sistematicamente, acrescentando-lhes alguns dados colhidos no registo arqueológico), e a esboçar a caracterização da morfologia social (com destaque para a respectiva *atribuição*), e só pontualmente física, das principais unidades de organização social deste território⁵⁴⁶.

A inscrição deste trabalho na tradição historiográfica portuguesa parece ter, de alguma forma, travado o recurso aos complexos modelos globais sobre a evolução da sociedade no período da *transição* que dominam a historiografia espanhola. No entanto, a proximidade evidente com a *escola* de García de Cortázar explica o facto de, também aqui, o povoamento (entendido no sentido amplo de “organização social do espaço”) assumir o papel de “fóssil-director” da evolução social e política deste território. Numa interpretação que aprofunda uma das linhas essenciais identificadas por J. Mattoso no processo de formação de Portugal⁵⁴⁷, o autor demonstra como a construção de um poder episcopal em Braga, no quadro mais alargado do processo de senhoriação, teve consequências evidentes sobre a organização social e territorial do Entre-Douro-e-Minho, que vieram, por sua vez, a influenciar de forma determinante o processo de autonomização política do território portugalense⁵⁴⁸.

A historiografia portuguesa caracteriza-se, assim, por uma atenção muito vinculada ao povoamento medieval enquanto *processo* de ocupação e organização do

⁵⁴⁴ AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 15-200.

⁵⁴⁵ AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 39-74, 131-46.

⁵⁴⁶ AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 75-129, 150-200.

⁵⁴⁷ V., por todos, MATTOSO, 2001 – *Identificação... – Oposição*

⁵⁴⁸ «Importa destacar, numa perspectiva de longa duração, e à guisa de síntese final, que o processo de restauração e reconstrução da diocese, na medida em que promoveu extraordinariamente a reorganização da sociedade e do território do Entre-Douro-e-Minho, constituiu-se em alicerce incontornável da estrutura que sustentou e condicionou os primórdios da formação do reino de Portugal» (AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 592).

espaço, e só marginalmente se preocupou com a sua *configuração* espacial e morfológica. Ao contrário do que vem acontecendo em Espanha, a investigação arqueológica não foi ainda capaz de equilibrar os dois pratos da balança no nosso país. A arqueologia medieval portuguesa caracteriza-se por um grave atraso no estudo do espaço rural no Norte cristão, que contrasta com o que acontece para o *Gharb al-Andalus*⁵⁴⁹. Tal como García de Cortázar notou para o país vizinho⁵⁵⁰, e por maioria de razão em Portugal, as investigações privilegiaram até há bem pouco tempo os sítios e estruturas *monumentalizados* (muito particularmente as estruturas defensivas, as necrópoles e sepulturas e, mais raramente, os centros eclesiásticos⁵⁵¹), em detrimento da arqueologia da paisagem. Apesar de uma tradição já relativamente consolidada no estudo dos períodos romano e anteriores, só muito recentemente a arqueologia portuguesa começou a produzir resultados minimamente consistentes no estudo da paisagem para uma cronologia (alti-)medieval⁵⁵².

Mas recuemos. Por iniciativa de C. A. Ferreira de Almeida e de alguns dos seus discípulos, com evidente destaque para M. Barroca, as fortificações e as necrópoles e sepulturas transformaram-se, a partir dos anos 1970-1980, nos dois eixos fundamentais no estudo do povoamento *cristão* a partir do registo material. Partindo de um levantamento muito amplo dos vestígios *monumentais* da arquitectura militar e das referências a fortificações na documentação dos séculos IX a XIV, o segundo autor produziu um importante conjunto de trabalhos em que procurou relacionar a evolução material e estilística destas estruturas com a das funções político-militares que elas

⁵⁴⁹ Ainda num balanço recente sobre a história rural medieval, L. C. AMARAL, 2011 – «Half a century...»: 320, afirmava: (...) studies of rural history in Portugal, from the 1980s to the present day, have expanded both in number and in the themes addressed. Matching this has been a significant increase in the sources used and the depth of analysis. This refers, however, almost exclusively to written documentation. For archaeological evidence, we are at a very early stage of its knowledge and use».

⁵⁵⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 34; 2007 – «El estudio de la Alta...»: 77.

⁵⁵¹ Numa formulação mais grosseira: cemitérios, igrejas e castelos, que foram objecto, até aos anos 1980, de análises eminentemente estilísticas (do domínio da História da Arte *stricto sensu*), desprovidas da necessária «inserção no contexto histórico-arqueológico local, por ausência de prospecções e/ou escavações arqueológicas, que possibilitassem aumentar o conhecimento ou fundamentar melhor as hipóteses avançadas e as teorias elaboradas», como notou recentemente, a propósito da arquitectura (religiosa sobretudo) da Antiguidade Tardia (FONTES, 1992 – «O Norte de Portugal...»: 221).

⁵⁵² Para um levantamento das principais investigações da arqueologia medieval cristã portuguesa, distribuídas por quatro grandes áreas de intervenção (templos, paisagem e povoamento, castelos e meio urbano e abadias e mosteiros), v. FERNANDES, 2005 – «Arqueologia medieval...»: 152-55. Da lista compilada fica bem patente o atraso da arqueologia da paisagem, apesar dos já referidos trabalhos recentes, que curiosamente (ou não) dizem quase exclusivamente respeito a cronologias tardo-antigas e altimedievais. De resto, algumas das investigações arroladas continuam ainda inéditas.

foram chamadas a desempenhar e do enquadramento territorial que as explica⁵⁵³. Esta linha de trabalho foi entretanto consolidada por outras investigações que, sendo mais restritas, têm a vantagem de estar mais ancoradas na análise detalhada de territórios específicos, objecto de trabalhos de prospecção arqueológica (mas só excepcionalmente de escavação)⁵⁵⁴. Por outro lado, e na sequência do levantamento igualmente exaustivo das necrópoles e sepulturas medievais do Entre-Douro-e-Minho levado a cabo pelo mesmo M. Barroca⁵⁵⁵, à semelhança do que viriam a fazer J. Marques para a região de Viseu e I. Lopes para o Douro Superior⁵⁵⁶, entre muitas outras investigações de menor fôlego, também o estudo dos enterramentos veio contribuir significativamente para um melhor conhecimento da distribuição espacial do povoamento. À semelhança do que aconteceu, ainda que numa base marcadamente pontual, com a escavação mais ou menos detalhada de uns quantos templos e respectivas áreas envolventes⁵⁵⁷.

De resto, os ainda escassos exemplos de investigações já integradas num quadro conceptual e metodológico característico da arqueologia da paisagem continuam a tomar os vestígios de fortificações e enterramentos (os vestígios de templos são bem

⁵⁵³ V., por todos, a última síntese publicada pelo autor: BARROCA, 2003 – «Da Reconquista a D. Dinis»: 69-78, 95-121; que não dispensa a consulta do trabalho (ainda hoje marcante) que o autor dedicou à evolução “do castelo da Reconquista ao castelo românico”, entre os séculos IX e XII (BARROCA, 1990-1991 – «Do Castelo da Reconquista...») nem de um estudo mais recente que o actualiza e em que se procura relacionar a rede de fortificações com o “povoamento”: BARROCA, 2004 – «Fortificações e povoamento...».

⁵⁵⁴ De uma bibliografia relativamente ampla (que poderá encontrar-se no levantamento sistemático feito (até 1999) por M. BARROCA, 2000 – «Contributo para uma bibliografia...»), citaremos apenas alguns trabalhos, relativos à região em que os resultados destas investigações puderam ir mais longe (o Baixo Douro): LIMA, António Manuel de Carvalho – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (séculos IX-XII)*. Porto: Ed. policopiada, 1993. 3 vols. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP, a completar com um trabalho recente do autor: LIMA, 2010-2022 – «Povoamento e organização...»; SANTOS, 2005 – «A Terra de Penafiel...»: *maxime* 59-69. De qualquer forma, e como notou J. Gautier-Dalché, os núcleos fortificados assumiram uma importância na organização do povoamento do território a sul do Douro, a partir de meados do século XI, que nunca assumiram no território a norte daquele rio até então (GAUTIER-DALCHÉ, 1979 – «Châteaux et peuplements...»: 104).

⁵⁵⁵ BARROCA, 1987 – Necrópoles e sepulturas...

⁵⁵⁶ MARQUES, Jorge Afolfo de Meneses – *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Viseu: Ed. do Autor, 2000. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP (1995); LOPES, Isabel Alexandra Justo – *Contextos materiais da Morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior*. Porto: Ed. policopiada, 2002. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP.

⁵⁵⁷ Foram escavados tanto igrejas como mosteiros, embora de cronologias maioritariamente tardo-antiga ou já românica. Dois bons exemplos de uma e outra encontram-se, respectivamente, em: FONTES, Luís – *A Basílica Sueva de Dume e o Túmulo dito de São Martinho*. Braga: Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho; Idem, 2005 – *São Martinho de Tibães...* (em que a análise dos resultados da escavação da igreja e edifícios monásticos, durante uma longuíssima sequência de ocupação que remonta ao século XI, é integrada no estudo do *sítio* em que o mosteiro se implantou, numa abordagem que o autor classificou de “ensaio em arqueologia da paisagem e arquitectura”).

mais raros antes do século XII) como a base para o estudo do habitat⁵⁵⁸. O que se explica pelo facto de estas investigações estarem muito dependentes da prospecção de superfície, já que a debilidade do próprio registo e um conhecimento ainda muito deficiente das tipologias tornam difícil a identificação de vestígios materiais que possam ser atribuídos com alguma segurança à Alta Idade Média, para lá das sepulturas escavadas na rocha; dificuldades que se aplicam mesmo à identificação de estruturas fortificadas deste período⁵⁵⁹. De resto, estes trabalhos, preocupados em primeiro lugar com o estudo do povoamento (e não tanto da paisagem em sentido amplo) acusam, acima de tudo, a ausência quase total de investigações aprofundadas sobre núcleos de habitat com uma comprovada ocupação altimedieval, o que há-de passar necessariamente pela escavação (em maior ou menor extensão) de sítios devidamente identificados⁵⁶⁰. Explica-se assim o enfoque predominante nas distribuições espaciais dos vários indicadores do povoamento (desde sepulturas e estruturas fortificadas a diversos materiais identificados em prospecções de superfície que denunciam a existência de estruturas residenciais), como a sua incapacidade para avançar no estudo da morfologia do habitat⁵⁶¹.

Por outro lado, importa notar que a maior parte destes trabalhos seleccionou territórios periféricos de montanha da zona centro, contribuindo para a renovação do estudo do povoamento a sul do Douro nos séculos IX a XI, a par de outras investigações arqueológicas mais vinculadas à linha tradicional de análise do povoamento⁵⁶². Mas, não por acaso, nenhum tomou como espaço de estudo o Entre-Douro-e-Minho, objecto de investigações de arqueologia da paisagem apenas para os períodos proto-histórico e

⁵⁵⁸ TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*; VIEIRA, 2004 – *Alto Paiva: povoamento...*; LOURENÇO, 2007 – *O povoamento alto-medieval...*; TENTE, 2007 – *A ocupação alto-medieval...* – todos trabalhos que nasceram de dissertações de mestrado. As autoras do segundo e quarto publicaram mais recentemente textos que sintetizam, expandem e actualizam em alguns aspectos as respectivas investigações: VIEIRA, 2009 – «Reflexões em torno...»; TENTE, 2009 – «Viver em autarcia...».

⁵⁵⁹ VIEIRA, 2009 – «Reflexões em torno...»: 98-100, que, referindo-se a estas dificuldades, destaca o caso da *tegula* (o mais frequente de todos os vestígios encontrados em prospecções de superfície), cuja cronologia de (re)utilização se estende entre o período clássico e o século X.

⁵⁶⁰ Para uma descrição dos principais sítios que têm vindo a ser escavados na zona do Alto Mondego, v. TENTE, 2009 – «Viver em autarcia...».

⁵⁶¹ Aos indicadores referidos, aquele que é o mais antigo mas também o mais completo dos trabalhos aqui citados, acrescenta ainda o estudo da rede viária e da organização territorial na zona de Chaves, para além de prestar alguma atenção à morfologia dos núcleos de habitat (TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*)., Significativamente, a informação recolhida por R. Teixeira sobre as “persistências e transformações das formas do habitat e da rede de povoamento” na zona de Chaves concentra-se maciçamente no período romano e tardo-antigo (*ibidem*, p. 163 e ss).

⁵⁶² Para uma panorâmica das abordagens recentes a esta linha mais tradicional, v. vários dos artigos compilados em BARROCA; FERNANDES (coords.), 2005 – *Muçulmanos e Cristãos...*.

romano⁵⁶³. A persistência do povoamento (com notável e constante densidade) entre a Idade Média e a actualidade dificulta consideravelmente este tipo de investigações, como aliás a tradicional escavação dos núcleos de habitat, que é largamente afectada pela continuidade da ocupação⁵⁶⁴. E só poderá ser levada às últimas consequências nos núcleos “despovoados”⁵⁶⁵, tão importantes no desenvolvimento da arqueologia medieval europeia, mas que, tanto quanto sabemos (ou tanto quanto a arqueologia foi capaz de os identificar), são praticamente inexistentes no Entre-Douro-e-Minho.

Percebe-se assim que a mais recente tentativa de sistematizar a informação arqueológica disponível para o estudo do povoamento nesta região entre os séculos V e X, o já referido trabalho de J. López Quiroga⁵⁶⁶, não tenha podido escapar a estes constrangimentos do registo arqueológico produzido até agora⁵⁶⁷. As limitações que lhe aponta um historiador tão comprometido com a utilização dos dados materiais como I. Martín Viso são, até certo ponto, o espelho das debilidades da investigação arqueológica portuguesa sobre o povoamento altomedieval⁵⁶⁸. Acima de tudo, percebe-se as razões que levaram a investigação a orientar-se para a análise do *processo* de povoamento e da sua *configuração* espacial nos diversos territórios “micro-regionais” definidos pelo autor, e que a impediram de avançar no domínio da *configuração* morfológica do habitat, caracterizada ainda em termos muito tópicos, de uma dicotomia

⁵⁶³ V., por todos, o mais recente: CARVALHO, 2008 – *O povoamento romano...*

⁵⁶⁴ Como notou VIEIRA, 2004 – *Alto Paiva: povoamento...*: 9, 12, a possibilidade de levar a cabo investigações exaustivas no domínio da arqueologia da paisagem está muito dependente do grau de preservação da paisagem “tradicional”. A espessura histórica e o dinamismo (demográfico, em primeiro lugar) da paisagem minhota – transformada intensiva mais do que extensivamente no decorrer dos séculos – não facilitam inquéritos daquele tipo. Idênticas observações faz I. GARCÍA CAMINO, 2002 – *Arqueología y Poblamiento...*: 255, a propósito do território da Biscaia.

⁵⁶⁵ Idênticas observações feitas, a propósito do espaço castelhano, por R. BOHIGAS ROLDÁN, 1999 – «Fuentes arqueológicas...»: 92.

⁵⁶⁶ LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...*

⁵⁶⁷ Como o próprio autor, de resto, reconhece (LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...*: 257).

⁵⁶⁸ «Pero un elemento crucial, sobre el que cabe realizar alguna apreciación, tiene que ver con algo que desde la arqueología y también desde algunos otros círculos se viene expresando desde hace tiempo: la ausencia de un registro material de calidad sobre este periodo. El trabajo de López Quiroga depende en exceso de excavaciones realizadas con criterios metodológicos muy discutibles y centradas especialmente en los centros eclesiásticos, lo que probablemente incida en el peso otorgado a éstos. Esta situación, que hemos vivido en carne propia, lleva a la pregunta de si el material existente no debería haber sido depurado previamente para poder ofrecer una interpretación más sólida. Determinadas afirmaciones que realiza el autor pueden ser interpretarse como hipótesis bastante factibles, pero el material del que se dispone hasta ahora, o en ocasiones la reflexión que se ha hecho sobre él, no avala suficientemente tales opciones. Así ocurre con la presencia de un hábitat disperso, posible pero aún no comprobado, con el análisis sobre las tumbas excavadas en la roca – muy sugerente, por otro lado – o con la ocupación de los sitios de altura» (*SH-HM*. 22 (2004): 270-74: 274).

entre o habitat tendencialmente aglomerado (em torno de um *ecclesia*) que caracterizaria as villae das zonas “centrais” e o habitat tendencialmente disperso (e mais instável) associado a “iniciativas pseudo-monásticas de tipo frutuosiense” dominante nas zonas “periféricas”⁵⁶⁹.

1.3. A (re)emergência da paisagem, entre o ambiente e a representação

A centralidade assumida pelo estudo do povoamento nas últimas décadas não deve fazer esquecer aquela outra linha fundadora da história rural europeia a que nos referíamos no início do §1.1., essencialmente voltada para o estudo da paisagem rural. O interesse pela materialidade da paisagem, nos seus diversos sectores, está presente no modelo de teses regionais a que nos referimos, desde logo preocupadas em integrar a análise da morfologia do habitat (um sector-chave da paisagem, convirá não esquecer) com os “regimes agrários” que sustentam as diversas formações sociais em estudo⁵⁷⁰. Como está, de alguma forma, presente num segundo *género* dominante na historiografia ruralista europeia: os estudos monográficos de domínios senhoriais (monásticos sobretudo), cujo enfoque nas estruturas de produção e gestão não poderia ignorar a própria paisagem agrária⁵⁷¹.

O medievalismo europeu do pós-Guerra foi, assim, capaz de produzir resultados que não decorrem apenas do esforço descritivo e do enfoque materialista que marcaram esta corrente da história rural nos seus primórdios, mas resultam já de uma preocupação evidente com a integração da paisagem em quadros socio-temporais concretos. E, mais do que isso, assentam num entendimento da paisagem como construção social, resultante da interacção entre um meio natural e uma sociedade determinados, e por isso

⁵⁶⁹ LÓPEZ QUIROGA, 2004 – *El final de la Antigüedad...: maxime* 255 e ss.

⁵⁷⁰ A *thèse* de Toubert é, de novo, um excelente exemplo, com as muitas páginas que dedica ao estudo do “ecossistema castral” associado ao fenómeno do *incastellamento* (TOUBERT, 1973 – *Les structures du Latium...*, I: 135-300). Ainda numa síntese recente dos principais resultados deste trabalho, o autor chamava a atenção para a relação entre o processo de *incastellamento* propriamente dito e a criação de um modelo específico de ocupação do solo: «À tous égards, l'*incastellamento* a ainsi été créateur d'une forme originale d'occupation du sol. On peut parler d'un véritable écosystème castral typiquement méditerranéen où la concentration de l'habitat sur des sites perchés et la dispersion corrélative des parcelles constitue une structure au sens strict du terme, c'est-à-dire un ensemble interactif et stable d'éléments nécessaires à un équilibre d'ensemble» (TOUBERT, 2002 – «*Incastellamento*»: 708).

⁵⁷¹ Como observou J. Á. García de Cortázar, a propósito da historiografia espanhola relativa à Alta Idade Média, a generalidade deste tipo de trabalhos «aspiraba a combinar los hilos de una historia en que Poblamiento, Economía, Paisaje, Sociedad, Poder se entrelazaban» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 72). Note-se, contudo, que o interesse pela materialidade da paisagem (e pela morfologia do habitat, em particular) é, de alguma forma, lateral nestes estudos (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 71-72); sobre importância e limitações deste tipo de estudos na historiografia espanhola, v. ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 125).

capaz de assumir também o papel de indicador social, à semelhança do que vimos acontecer com o povoamento⁵⁷². Passou-se, portanto, de uma paradigma em que a paisagem era vista essencialmente como “objecto” para um outro em que assume o papel de “fonte” para o estudo da sociedade que a produziu⁵⁷³.

Note-se, contudo, que este enfoque predominante nos mecanismos de determinação social da paisagem não dispensou o interesse pela sua materialidade propriamente dita, que se considera também, até certo ponto, um produto dessa determinação. É verdade que a conversão do povoamento em indicador primeiro para o estudo da projecção espacial das estruturas sociais de poder reforçou a importância da análise propriamente espacial (“locativa”, segundo a já referida taxonomia de Baker) das redes de povoamento, subjacentes aos processos de ocupação e organização do território. Mas isto não implicou um desinteresse pela materialidade do habitat, cuja morfologia (aglomerada) vimos estar no centro do debate sobre a evolução daquelas estruturas. Nem mesmo o esquecimento dos restantes sectores da paisagem, sobretudo os produtivos e incultos, ou das dimensões “ambiental” e propriamente “paisagística” (segundo a mesma taxonomia) que presidem à análise das relações entre a natureza e a acção humana, de que resulta a construção da paisagem⁵⁷⁴.

⁵⁷² A propósito da paisagem agrária, Toubert comenta que, hoje em dia, «partout, l'étude de l'évolution des dessins parcellaires apparaît ainsi comme un terrain de rencontre privilégié entre l'histoire de l'occupation du sol et l'histoire des sociétés agraires» (TOUBERT, 1999 – «Histoire de l'occupation...»: 33).

⁵⁷³ «La perspectiva objetivista dominante a mediados del siglo XX consideraba el paisaje como objeto de análisis. La relación era bipolar: de un lado, el paisaje; del otro, el científico que lo estudia. Frente a esto, se ha ido imponiendo una visión «de ida y vuelta»: el paisaje como producto cultural, generado por la actividad humana, cuyo análisis revela aspectos esenciales de las culturas que lo crean, y permite generar datos sobre las sociedades humanas y su relación con el espacio que ocupan.

«El binomio se vuelve triángulo: de un lado tenemos el científico observador, de otro el paisaje, y de otro más, la sociedad humana, cuyo conocimiento es el objetivo último de la investigación. El análisis del paisaje se convierte aquí en instrumento para el conocimiento de la sociedad, comparable a la forma en que el estudio de los documentos escritos es paso intermedio para el análisis social del historiador, o el estudio del yacimiento y los artefactos lo es para el arqueólogo. (...)

«La posición del paisaje como «fuente» que es preciso analizar para poder comprender unas realidades sociales subyacentes obliga a reconsiderar sus procesos de formación y evolución, y, muy especialmente, la forma en que este refleja unas determinadas estructuras y procesos sociales. Aquí ha sido muy relevante la aportación del llamado giro subjetivista postmoderno, que tuvo la virtud de exponer las limitaciones del objetivismo hasta entonces hegemónico, permitiendo enfoques menos materialistas, menos economicistas, y más preocupados por sondear la acción social sobre el espacio a través de la percepción del entorno por parte de los actores, y por desentrañar las diferentes esferas de significación socialmente atribuidas que convierten un espacio en un fenómeno cultural» (ESCALONA; ALFONSO; REYES, 2008 – «Arqueología e Historia...»: 93-94).

⁵⁷⁴ Bons exemplos desta orientação por parte de uma história rural que diríamos clássica encontram-se: nos trabalhos realizados ao longo das décadas de 1970-1980, e compilados num pequeno volume, por V. FUMAGALLI, 1991 – *L'uomo e l'ambiente...*, em que avultam temas como a ocupação e utilização do

De qualquer forma, é inegável que o velho interesse pelo estudo da paisagem medieval foi alimentado, e renovado nas últimas décadas, pelos contributos da geografia histórica, da arqueologia e das ciências paleoambientais. Mais do que pela investigação *historiográfica* propriamente dita. Se bem que o problema da interacção homem-meio venha a ocupar cada vez mais os historiadores, no que foi já classificado como um movimento de regresso à geografia, paradoxalmente promovido sobretudo pela arqueologia⁵⁷⁵. Ainda que alguns exemplos recentes demonstrem bem as possibilidades de cruzamento entre a informação produzida pelas ciências paleoambientais e as fontes históricas, sem passar propriamente pela *mediação* arqueológica, como acontece com o estudo de A. Durand sobre as paisagens medievais do Languedoc entre os séculos X e XII⁵⁷⁶. Prolongando linhas de investigação tradicionais que remontam ao século XIX, aquele interesse pela paisagem terá atingido na Alemanha, em Inglaterra e em França os melhores resultados.

Depois de ter assumido um papel pioneiro, como vimos, a historiografia alemã das últimas décadas ficou marcada, no domínio da história rural medieval, por um considerável atraso e alheamento face às problemáticas mais importantes tratadas pela historiografia internacional⁵⁷⁷. Não pode, no entanto, diminuir-se a importância cimeira

solo, a cobertura vegetal, a “percepção do ambiente”, estudados a partir sobretudo de fontes escritas; ou na síntese escrita por A. VERHULST, 1995 – *Le paysage rural...*, para a “Typologie des sources du Moyen Âge”, sobre as estruturas parcelárias no NO europeu, fortemente marcada pela influência dos métodos geográficos de análise regressiva. Na historiografia ibérica, v. o conjunto de artigos reunidos por J. CLEMENTE RAMOS (ed.), 2001 – *El medio natural...* e os trabalhos recentes de GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2003) – «Sociedad rural y medio ambiente en la España medieval: transformaciones del entorno físico en el reino de Castilla en los siglos VIII a XV». In J. Pérez-Embid (ed.) – *La Andalucía medieval. Actas “I Jornadas de Historia Rural y Medio Ambiente”* (Almonte, 23-25 mayo 2000). Huelva: Universidad de Huelva, 2003, p. 15-42; Idem – «Sociedad rural y entorno físico: las modificaciones del paisaje en la Castilla medieval». In F. Sabaté; M. Pedrol (eds.) – *Natura i desenvolupament: el medi ambient a l’edat mitjana. Reunió científica: XI curs d’estiu comtat d’Urgell celebrat a Balaguer, 12, 13 i 14 de juliol 2006*. Llérida: Pagès Editors, 2007, p. 251-274 (ambos sobre o conjunto do espaço castelhano); GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «Medio natural...» (sobre a região de La Rioja).

⁵⁷⁵ BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l’espace»: 506. Do mesmo modo, na historiografia alemã, «La perspective écologique commence à prendre une certaine importance, on commence à juger indispensable de mettre en relation l’homme et la nature jusque dans la recherche historique, d’où un recours nécessaire aux acquis des sciences de la nature» (SCHMIDT, 2003 – «Espace et conscience...»: 512-13).

⁵⁷⁶ DURAND, 2003 – *Les paysages...* o programa da obra é claro: «comprendre la genèse médiévale des paysages languedociens en décryptant aussi les processus d’anthropisation et de sociabilisation du milieu», sobretudo através do estudo dos sistemas de culturas e dos ecossistemas, mas tendo sempre em vista as relações que se estabelecem entre espaço e sociedade: «L’espace agraire, conçu comme global, est à la fois une réalité biologique et un produit social. Restituer cette «dimension écologique» est une démarche qui m’a sans cesse préoccupée» (*ibidem*, p. 12).

⁵⁷⁷ As evidentes “fragilidades epistemológicas intrínsecas” dos estudos sobre a *Kulturlandschaft*, *Kulturboden* e *Kulturräum* (“paisagem”, “solo” e “espaço” culturais, respectivamente), utilizados para

da geografia histórica que, na esteira de Fridrich Ratzel, conduziu à afirmação de um domínio específico de investigação, como é o da “ciência da ocupação do solo” (*Siedlungsforschung*), renovada ao longo do século XX por uma “arqueologia da ocupação do solo” (*Siedlungsarchäologie*) especificamente preocupada com o estudo relacional do habitat e do espaço agrário. Desta corrente, alimentada continuamente pela investigação alemã ao longo de já quase século e meio, resultou um corpo imenso de trabalho e, acima de tudo, um instrumental metodológico e conceptual que continua hoje a servir de guia a toda a investigação europeia neste domínio, inclusivamente à que se ocupa dos espaços mediterrânicos mais afastados da realidade alemã⁵⁷⁸.

Num balanço recente da historiografia rural inglesa, C. Dyer e P. Schofield não hesitam em afirmar que a arqueologia e os *landscape studies* são as disciplinas responsáveis pelos maiores contributos para a história agrária inglesa nos últimos anos⁵⁷⁹. E destacam, no caso da arqueologia, não apenas o seu enfoque predominante no estudo do povoamento⁵⁸⁰, mas também o melhor conhecimento das espécies cultivadas e

legitimar as pretensões políticas nazis, explicam o afastamento do medievalismo alemão face ao estudo do espaço, na opinião de H.-J. SCHMIDT, 2003 – «Espace et conscience...»: 512-14, 520. Ainda recentemente T. Zotz escrevia, a abrir um balanço sobre a historiografia alemã em torno do espaço: «(...) l’historiographie allemande dont j’ai à parler souffre – ou plutôt a souffert – d’une tradition assez distante à l’égard de l’espace», ressaltando ainda que «(...) la recherche spatiale des médiévistes allemands a un net accent urbain» (ZOTZ, 2007 – «Présentation et bilan...»: 57, 62). E num outro balanço recente, um historiador francês que trabalha sobre a Alemanha tardo-medieval caracteriza-a com palavras como “declínio”, “crise” e “marasmo”, embora admita a existência de áreas específicas em que a investigação alemã tem vindo a produzir, mais recentemente, e graças sobretudo a iniciativas individuais, resultados inovadores, ainda que se refira apenas à investigação sobre a Idade Média tardia (DEMADE, 2008 – «El mundo rural...»: 195-96, 210-11, 229).

⁵⁷⁸ É este um dos postulados essenciais que Toubert procurou afirmar no artigo programático dedicado a sumariar a investigação alemã neste domínio, com que escolheu abrir um congresso votado ao estudo da arqueologia dos espaços agrários mediterrânicos na Idade Média (TOUBERT, 1999 – «Histoire de l’occupation...»); no mesmo sentido se pronunciou R. NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 12-13, ao notar que a *Siedlungsarchäologie* se converteu, sobretudo entre as décadas de 1950-1970, numa «discipline de synthèse, elle n’a cessé d’affiner ses objectifs et ses méthodes; elle a surtout amnè l’histoire et la géographie régionales, l’archéologie et la paléoécologie à se rencontrer et à se féconder» (*ibidem*, p. 13). Menos optimista é a avaliação feita por H.-J. Schmidt da investigação arqueológica alemã: «Très souvent l’archéologie médiévale se contente de considérer des objets de façon isolée. La reconstruction des contextes, qui permettrait aussi d’identifier les relations et les zones spatiales, fait encore défaut» (SCHMIDT, 2003 – «Espaces et conscience...»: 527).

⁵⁷⁹ DYER; SCHOFIELD, 2007 - «Recent work...»: 24. Pelo contrário, salvo raras excepções que valorizaram o contributo dos dados arqueológicos para o estudo dos níveis e estilos de vida, até há bem pouco tempo «otherwise historians were working on population, families and other dimensions of peasant society, and regrettably they rarely saw connections with the material evidence» (DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 19).

⁵⁸⁰ Para uma panorâmica dos estudos sobre o povoamento (e a paisagem) rural medieval em Inglaterra, entre as décadas finais do século XIX e os nossos dias, no cruzamento da história, da geografia histórica e da arqueologia, v. DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...». Sobre o contexto intelectual e as motivações ideológicas que acompanharam o desenvolvimento da investigação (arqueológica, sobretudo) neste domínio, v. GARDINER; CHRISTIE; STAMPER, 2012 – «Introduction: Medieval Rural...»: 2-6.

dos animais criados no passado, que veio permitir à arqueologia ambiental reconstituir cronologias de larga duração sobre o uso da terra⁵⁸¹. Com efeito, a partir dos anos 1970-1980, verificou-se em Inglaterra um considerável alargamento de perspectivas, que redirecionou o enfoque tradicional nas estruturas e padrões do povoamento (*settlement*) para o estudo da paisagem em sentido amplo (*landscape*)⁵⁸². Não deve ainda esquecer-se o importantíssimo contributo da geografia histórica inglesa que, na tradição dos trabalhos de W. G. Hoskins, combinou a análise regressiva da paisagem, a cartografia e a documentação antigas no estudo tanto do espaço agrário (em particular do sistema de *open field*) como dos núcleos de habitat (em particular dos núcleos aglomerados característicos da “*Central Province*”)⁵⁸³. Ainda que este contributo não tenha implicado necessariamente uma renovação profunda da perspectiva “empírica” dominante na história rural inglesa⁵⁸⁴.

Pelo contrário, num balanço igualmente recente da historiografia rural francesa, B. Cursente põe a tónica nos estudos (históricos como arqueológicos) preocupados com a análise do povoamento, no quadro de uma “social history through structures and

⁵⁸¹ DYER; SCHOFIELD, 2007 – «Recent work...»: 24. Os autores chamam a atenção para a passagem, ao longo dos últimos 15 anos, de uma abordagem moldada numa perspectiva monográfica de base institucionalista (estudo de domínios monásticos, eclesiásticos-seculares ou leigos, de senhorios (*manor*) ou de *vills*) para uma outra mais conceptualizante, preocupada antes com problemas específicos (p. 46-47). Note-se, todavia, que a impressão que fica da leitura deste balanço é a de uma diferença considerável, ao nível da riqueza de problemáticas, entre a história rural inglesa anterior e posterior ao século XII, com clara vantagem para o estudo dos séculos XII a XV.

⁵⁸² O que possibilitou, desde logo, uma distinção mais clara entre diversos tipos de habitat (aglomerado e disperso): «The deserted medieval village that was once, rather narrowly, the principal focus of research has become, in Chris Taylor’s telling phrase, ‘a normal component of all settlement history’» (DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 20, 27). Percebeu-se então como era insuficiente a abordagem tradicional, fortemente marcada pela investigação em torno dos núcleos despovoados (*deserted medieval settlements*), concentrados maioritariamente na zona central de Inglaterra (a já referida “*Central Province*”, identificada por B. K. Roberts e S. Wrathmell como a zona por excelência deste tipo de núcleos) e cujas estruturas e planos datam maioritariamente da Idade Média tardia (período do seu abandono maciço), sendo que dificilmente esse quadro material recua para lá dos séculos XI-XII (*ibidem*, p. 13, 16): «It represented the continued tyranny of the pigeon-holing of archaeology, by which remains were slotted into limited and discrete and easily recognised types. This did not reflect actual experience of the complexity of settlement forms and it left large zones of Britain apparently without archaeological evidence of medieval settlements» (*ibidem*, p. 20).

⁵⁸³ Para uma amostra recente da investigação inglesa sobre a paisagem medieval, no cruzamento da geografia histórica e da arqueologia, sobretudo, v. GARDINER; RIPPON (eds.), 2007 – *Medieval Landscapes*. Especificamente sobre a paisagem agrária, v. a síntese de T. WILLIAMSON, 2003 – *Shaping the medieval...*; sobre o habitat, e como exemplo da abordagem dominante de estudo da morfologia dos núcleos aglomerados através da sua planimetria (com recurso a documentação escrita a cartográfica), v. ROBERTS, 2008 – *Landscapes, Documents and Maps...*

⁵⁸⁴ Referindo-se à investigação promovida pela *Society for Landscape Studies* (fundada em 1979), observam C. DYER; P. EVERSON, 2012 – «The Development...»: 20: «While never much exercised with theoretical issues about what might be meant by ‘landscape’ or ‘landscape history’, as explored for example by cultural geographers and others, the subject was located rather within an empirical tradition of medieval and later studies in the manner of Hoskins».

patterns of habitation”. O que explica a importância assumida pela aldeia como unidade quase hegemónica de análise dos vários problemas da história rural⁵⁸⁵ e a abundância de trabalhos sobre o que a historiografia francesa convencionou chamar a *morphogenèse du village* (tradicionalmente situada nos séculos X a XII)⁵⁸⁶. Mas também a tentativa de ampliar e actualizar a abordagem tradicional ao estudo do povoamento e da organização do território em sentido amplo protagonizada a partir das décadas de 1970-1980 por corrente profundamente empenhada na colaboração entre história e arqueologia, a que se convencionou chamar *archéologie extensive*⁵⁸⁷. Embora seja justo reconhecer que estes vários desenvolvimentos mergulham raízes numa tradição também inspirada pela geografia, que tem na *thèse* de G. Fournier sobre o povoamento rural no Baixo Auvergne um exemplo clássico, no que à Alta Idade Média diz respeito⁵⁸⁸.

Do que fica dito, percebe-se haver uma divisão entre dois paradigmas (nacionais) de investigação arqueológica que se distinguem, essencialmente, pela escolha de objectos de estudo, cronologias e metodologias de trabalho distintas. De um lado, a investigação francesa tradicional, empenhada no estudo das estruturas de habitat, dos padrões de povoamento e da organização territorial durante a Idade Média (especificamente), e por isso defensora da íntima articulação da arqueologia com o registo escrito e um conjunto de problemáticas propriamente *historiográficas*. Do outro, a investigação inglesa, também preocupada com o habitat mas sobretudo com os modos de ocupação e utilização do solo, e com a interacção entre ambas as variáveis na

⁵⁸⁵ «The history of medieval French countryside has, in a way, been perceived as almost self-evident, often written as a sort of ‘history seen through the village’ and sometimes even simply a history of the village itself» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 64).

⁵⁸⁶ V., por todos, FABRE *et alii* (eds.), 1996 – *Morphogenèse du village medieval...*

⁵⁸⁷ As propostas teórico-metodológicas desta corrente foram amplamente explicitadas, com recurso ao contributo tanto de arqueólogos como de historiadores, num volume colectivo dedicado especificamente à zona mediterrânica, sobre a qual este tipo de investigações mais tem incidido (NOYÉ (ed.), 1988 – *Castrum 2...*). V. sobretudo o «Questionnaire sur les méthodes de l’archéologie extensive», da autoria da editora (p. 117-125) e o balanço de A. BAZZANA; G. NOYÉ, 1988 – «Du «bon usage...», que sintetizam o programa da “arqueologia extensiva” nos seguintes termos: «Le chercheur, répétons-le, s’efforce de mettre en évidence et de comprendre des modes de peuplement. S’il s’agit de localisation et de recension des habitats, il emploiera tout l’éventail des moyen d’investigation et des sources disponibles» (*ibidem*, p. 560). A dimensão *totalizante* deste programa, empenhado na convergência das mais diversas fontes (escritas, materiais, orais, toponímicas, paleoambientais, fotografia aérea, etc.) e métodos (desde a escavação propriamente dita à prospecção, nas suas diversas técnicas), bem como a amplitude da problemática, fazem desta corrente um espaço privilegiado de encontro entre arqueólogos e historiadores, por oposição a um paradigma de investigação exclusivamente arqueológica proposto pela *New archaeology* anglo-saxónica (*ibidem*, p. 545-46).

⁵⁸⁸ FOURNIER, 1962 – *Le peuplement rural...* Note-se que, apesar de uma atenção particular à morfologia do habitat e aos elementos aglutinadores que o estruturam física e territorialmente (castelos e igrejas, antes de mais), o autor não deixa de estudar a distribuição espacial do povoamento.

construção da paisagem, perspectivada na longa (ou mesmo muito longa) duração, que recua normalmente à Pré-História e vê na Idade Média uma etapa mais, e que recorre eminentemente ao registo material, numa orientação claramente voltada mais para a geografia (e as ciências paleoambientais, mais recentemente) do que para a história. As lógicas explicativas decorrentes de uma e outra abordagens são também elas diferentes, com a tónica posta nos factores sociais (*históricos*), no caso da escola francesa, e nos ambientais (*geográficos*), no caso da inglesa⁵⁸⁹.

Note-se, porém, que as últimas décadas assistiram ao desenvolvimento, também em França, de importantes linhas de investigação arqueológica preocupadas, na senda da *space archaeology* e da *landscape archaeology* anglo-saxónicas, com o estudo das formas concretas (morfologia) da paisagem e da sua evolução diacrónica, na longa duração, em diálogo interdisciplinar com a geografia e as ciências paleoambientais⁵⁹⁰. Uma destas correntes mais recentes, e talvez a mais estruturada do ponto de vista programático, é a que G. Chouquer tem vindo a teorizar e a que chamou '*archéogéographie*' (depois de ter adoptado inicialmente a expressão '*géomorphologie*', criada por R. Fossier), denunciando desde logo uma maior aproximação, no plano dos problemas e métodos de análise, à geografia, com vista ao estudo da base física da paisagem⁵⁹¹. Na base desta corrente está uma atenção muito particular à evolução dos espaços de cultivo (*archéomorphologie*), mais do que do habitat⁵⁹². A análise da

⁵⁸⁹ Esta distinção foi estabelecida, a propósito das duas correntes dominantes na investigação arqueológica dos espaços mediterrânicos, por A. BAZZANA; G. NOYÉ, 1988 - «Du «bon usage»...»: 544-49, que não deixam de notar, apesar de tudo, a proximidade entre as problemáticas de ambas as escolas, menos visíveis no plano metodológico, ainda que algumas diferenças de terminologia e determinados *partis pris* teóricos façam as diferenças maiores do que realmente são (*ibidem*, p. 545). Idêntica distinção é feita, em moldes ligeiramente diferentes, por F. MARAZZI, 1995 - «El «incastellamento»...»: 191, que sublinha a importância do método regressivo (muitas vezes a partir de fontes escritas tardo-medievais ou mesmo modernas) para a escola francesa, e da *démarche* progressiva (a partir do período clássico ou pré-clássico) para a escola inglesa, para quem «el período altomedieval es, por tanto, sustancialmente el horizonte difuso en el que se disuelve el orden del mundo clásico o donde se articulan de nuevo factores estructurales de la distribución del asentamiento de edad prerromana».

⁵⁹⁰ Sobre os recentes modelos teóricos e métodos propostos pela historiografia e arqueologia francesas para o estudo da organização social (e não apenas material) do espaço, v. CUESTA RODRIGO, 2006 - «Estudios actuales...».

⁵⁹¹ CHOUQUER, 2007 - Quels scénarios...; precedido por Idem - L'étude des paysages: essais sur leurs formes et leur histoire. Paris: Errance, 2000 e sucedido, recentemente, por: Idem - Traité d'archéogéographie. La crise des récits géohistoriques. Paris : Errance, 2008.

⁵⁹² CUESTA RODRIGO, 2006 - «Estudios actuales...»: 34; «esta disciplina supone un intento de reconstrucción de los parcelarios en la *longue durée*, al tratar el paisaje como un conjunto de formas en el que se produce una serie de permanencias y discontinuidades en el marco de un proceso continuo y dinámico a lo largo de la historia» (*ibidem*, p. 21). Para uma síntese do complexo aparato conceptual e metodológico na base desta corrente, formulado por G. Chouquer, v. *ibidem*, p. 25-29; particularmente importante parece-nos o pressuposto de que «se debe partir más bien del espacio como fuente para

morfologia da paisagem (agrária sobretudo) constitui-se assim como uma corrente autónoma, que veio direccionar a arqueologia francesa num sentido diferente do que adoptaram os estudos mais tradicionais em torno do parcelário e da morfogénese das aglomerações, baseados na análise tipológica (classificação das formas) do primeiro e topográfica (localização de pólos-centrais) das segundas⁵⁹³.

Ao romperem com o paradigma dominante na arqueologia francesa dos anos 1970-1990, assente na colaboração estreita entre os métodos e as problemáticas arqueológicas e *historiográficas*, estas linhas mais recentes têm sido acusadas por alguns medievistas (historiadores e arqueólogos) de um excessivo materialismo que as aproxima, apesar de um aparato instrumental sofisticado, da abordagem tradicional ao estudo das paisagem, e que tende a isolar os dados “objectivos” dos contextos sociais que os geraram⁵⁹⁴. Por outro lado, é evidente o corte introduzido pela recente investigação arqueológica, ocupada com a análise da evolução da ocupação do solo à escala local, e a perspectiva tradicional (histórico-geográfica) de estudo do povoamento, com base em dados toponímicos, mais preocupada com a estruturação de redes de âmbito regional ou, quando muito, comarcal⁵⁹⁵.

Essas novas correntes estão assim na base daquilo a que já se chamou uma “ruptura epistemológica e metodológica” entre a arqueologia e a história, decorrente da adopção de perspectivas e de escalas espaciotemporais muito distintas na análise do

analizar las formas del paisaje y no de una concepción morfohistórica preconcebida. En definitiva, se critica la creación de paisajes modélicos o ideales (*chrono-typologies*) como medio para clasificar las estructuras parcelarias en el tiempo, puesto que estas clasificaciones se deben a modelos conscientes del investigador y no a la realidad» (*ibidem*, p. 26).

⁵⁹³ «Actuellement, l’ambition de l’analyse morphologique, telle qu’elle est pratiquée par Bernard Gauthiez et Gérard Chouquer, est toute autre: il ne s’agit plus d’extraire de leur contexte les formes identifiables, pré-interprétées, mais d’analyser l’ensemble du parcellaire dans toute son épaisseur chronologique pour tenter de reconstituer l’interaction des différents systèmes et comprendre les raisons de la pérennisation et de l’effacement de certaines formes – en bref, faire de l’analyse morphologique une source historique à part entière» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l’espace»: 504).

⁵⁹⁴ Vão neste sentido as reservas manifestadas por B. Cursente à proposta de refundação de uma «science of the countryside» avançada por G. Chouquer: «For him, rural space is envisaged as continuously self-produced over the longue durée and this process largely happens outside the conscious influence of humankind. (...) Yet, can our knowledge for the medieval landscape really be independent or separate from the awareness that medieval people had of their countryside and which they express through their discourse? The position taken by a recent collective research project would indicate that it cannot» (CURSENTE, 2007 – «Recent trends...»: 78, citando a propósito os trabalhos recolhidos em CURSENTE; MOURSNIER, 2005 – *Les territoires...*). Concorda com esta apreciação M. I. CUESTA RODRIGO, 2006 – «Estudios actuales...»: 17-18, e no mesmo sentido se pronunciara já J.-M. PESEZ, 1988 – «Introduction»: 134-135, a propósito de algumas correntes quantitativistas de investigação arqueológica anteriores à década de 1980, influenciadas pela *New archaeology*.

⁵⁹⁵ ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»:6; v. *infra* Parte I, §4.2.

espaço⁵⁹⁶. A preocupação cada vez mais marcada da arqueologia em integrar a análise dos dados materiais em problemáticas, metodologias e escalas temporais que relevam da geografia e das ciências paleoambientais veio cavar um fosso evidente com a investigação histórica em sentido estrito, que só muito recentemente – e com evidentes dificuldades – os historiadores começaram a colmatar⁵⁹⁷. Embora reconheçam as diferenças estruturais de abordagem entre a história e a arqueologia, duas autoras francesas com a importância de M. Bourin (entre os historiadores) e É. Zadora-Rio (entre os arqueólogos) parecem fazer uma avaliação mais optimista das relações entre ambas as disciplinas nas últimas décadas, quando chamam a atenção para a gradual importância assumida pela arqueologia francesa no estudo do espaço, sublinhando a sua íntima associação com a história⁵⁹⁸.

Vimos já como o crescimento exponencial dos dados arqueológicos disponíveis sobre o habitat (e não tanto a aceitação entre os medievalistas, historiadores e mesmo arqueólogos..., das diversas correntes votadas ao estudo da morfologia da paisagem agrária) contribuiu, a par da investigação *historiográfica* propriamente dita, para a revisão de modelos teóricos como sejam os do *incastellamento* ou do *encellulement*, propostos pelos historiadores para explicar as supostas rupturas verificadas entre os séculos X e XII, com a passagem da dispersão à aglomeração e da instabilidade à

⁵⁹⁶ CUESTA RODRIGO, 2006 – «Estudios actuales...»: 18. Esta diversidade de escalas temporais e espaciais está, de resto, patente na própria oposição entre a abordagem tradicional das “ciências naturais”, preocupadas com fenómenos que não se inscrevem no tempo histórico e ultrapassam largamente a escala local e ignorando a acção antrópica, e a da arqueologia, apesar de tudo comprometida com o estudo da interacção entre um meio e um sociedade concretos, numa escala temporal mais restrita (BURNOUF, 1998 – «Du paysage...»: 473, 488).

⁵⁹⁷ «Los arqueólogos buscan cada vez más la colaboración con las ciencias naturales, de modo que la arqueología se va convirtiendo poco a poco en una interfaz entre las ciencias naturales y las ciencias sociales. En ese sentido, el objetivo de la arqueología agraria sería valorar la acción antrópica sobre el medio ambiente en cada una de las diferentes fases históricas, integrando su estudio en una evolución diacrónica. Para ello hay que tener en cuenta no sólo las estructuras y los vestigios materiales ligados a la ocupación humana, sino también los elementos naturales que permiten evaluar la interacción hombre-medio. Esta nueva línea de investigación conocida como *géóarchéologie* deja poco lugar al historiador, puesto que historiadores y naturalistas utilizan una escala espaciotemporal diferente» (CUESTA RODRIGO, 2006 – «Estudios actuales...»: 21).

⁵⁹⁸ «(...) il me semble qu’en France (...) histoire et archéologie sont assez proches à l’université et dans la recherche (...). La tradition de la géographie historique, telle qu’elle se pratique à partir des textes, se confronte désormais aux observations archéologiques»; «les approches et les problématiques entre historiens, archéologues et morphologues se font de plus en plus proches» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l’espace»: 495, 504). A esta avaliação não será alheia a distinção que as autoras parecem fazer entre as abordagens propriamente “arqueológica” e “morfológica”, ao lado da “textual” (p. 496). Embora não recusem a relevância da “morphologie parcellaire” para o estudo arqueológico do espaço, o reconhecimento da especificidade desta disciplina, que é responsável em boa parte por aquela ruptura, esvazia de alguma forma o fosso entre a história e a arqueologia.

fixação⁵⁹⁹. Apesar das dificuldades de compatibilização entre história e arqueologia, torna-se assim evidente a necessidade de as combinar, tanto quanto possível⁶⁰⁰. Sendo muito útil enquanto tomada de consciência, aquela “ruptura” não pode, todavia, bloquear as largas possibilidades de colaboração entre ambas as disciplinas no estudo de um objecto que é, apesar de tudo, comum, e que se define precisamente no cruzamento do espaço com a sociedade⁶⁰¹. Donde a importância de combinar abordagens mais próximas tanto da base material como da estrutura social, em cujo equilíbrio se joga a construção da paisagem.

Isto não nos deve fazer esquecer, todavia, os importantíssimos desenvolvimentos recentes da arqueologia medieval, na origem de um caudal imenso de informação sobre a materialidade da paisagem que não só não tem paralelo na investigação *historiográfica* propriamente dita, como a obriga a um esforço suplementar de integração de dados com os quais ela está, por natureza, menos à vontade, mas para cuja interpretação há-de necessariamente contribuir. Apesar das diferenças de *escola* e dos paradigmas nacionais a que aludimos brevemente, a arqueologia da paisagem tem vindo a afirmar-se, ao longo das últimas décadas, também no estudo da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média em inúmeras regiões europeias⁶⁰². O desenvolvimento desta linha

⁵⁹⁹ Como notaram J.-P. DEVROEY; M. LAUWERS, 2007 – «L’«espace» des historiens...»: 440, embora ressaltando: «Par ailleurs, après deux décennies d’optimisme, il apparaît aujourd’hui plus clairement que les enseignements de la prospection et de la fouille ne sont que rarement superposables aux données tirées des textes».

⁶⁰⁰ Como se deduz das observações de M. BOURIN; É. ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l’espace...»: 47-48 (cit. supra).

⁶⁰¹ Reconhecendo que «après une période sans doute plus irénique, celle des années 1970-1980, (...) les distances disciplinaires apparurent plus nettement», M. Bourin e É. Zadora-Rio fazem um apelo lúcido a esta colaboração, porque assente na consciência das diferenças entre ambas as disciplinas, conducentes a resultados que parecem muitas vezes contraditórios: «les divergences sont un effet de sources et d’optique» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l’espace...»: 42). Aliás, num trabalho anterior as autoras sublinhavam já que: «Non seulement les méthodes, mais aussi la nature des données rendent nécessaire la mise en regard des études archéologiques et textuelles. «Il existe une relation entre espace et société et l’espace rend compte de cette relation quand la société n’en dit rien» (H. Galinié). L’apport de ce non-dit et la prise en compte de ses raisons sont cruciaux pour l’historien, dans le domaine de l’analyse spatiale, comme dans les autres». E concluíam pela unidade do objecto de uma e outra disciplina (as estruturas de povoamento): «La différence n’est d’ailleurs pas seulement celle de l’échelle spatiale, mais plus largement de échelles spatio-temporelles. Mais si l’historien des textes et l’archéologue travaillent à des échelles différentes, il me semble qu’ils ont l’un et l’autre la même unité: leurs études se moulent sur les structures du peuplement. L’unité d’observation, qui leur est bien souvent commune, est le village et son finage, même si l’un se contente de fouiller quelques structures d’un village et si l’autre integre ces finages dans un cadre regional» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l’espace»: 495). V. infra §2.

⁶⁰² «A virtual explosion of data and interest in landscape analysis has come through the extensive adoption of landscape archaeology techniques – field survey and air photography particularly – combined with geomorphological assessment, environmental sampling, ethnographic survey, etc., to study beyond

de investigação, feita de contributos muito variados (e nem sempre convergentes) nos planos teórico e metodológico⁶⁰³, implicou o desenvolvimento de investigações de larga-escala, combinando metodologias de sondagem e prospecção sistemática⁶⁰⁴ com a tradicional escavação (hoje de alguma forma revalorizada⁶⁰⁵), que se saldaram num novo, e mais amplo, entendimento da paisagem⁶⁰⁶. O que se traduz, desde logo, num interesse global pelos diversos sectores que a compõem e que se procura agora estudar integradamente; não constituindo propriamente uma *invenção* da arqueologia, esse interesse foi imensamente potenciado por ela⁶⁰⁷.

Estes desenvolvimentos verificaram-se, em primeiro lugar, na Europa do Norte e Central, onde a já referida tradição no estudo da paisagem e dos regimes agrários lhes preparou o caminho⁶⁰⁸. De tal forma que nos anos 1980 a *settlement archaeology* inglesa estava já convertida numa *landscape archaeology*, como vimos⁶⁰⁹. Pelo contrário, tardou

individual sites and to understand human impacts across wide areas and regions» (CHRISTIE, 2004 – «Landscapes of Change...»: 4).

⁶⁰³ Embora remeta, na sua origem, para uma corrente inglesa específica (*Landscape archaeology*), a expressão “arqueologia da paisagem” parece servir hoje para designar um conjunto heterogéneo de *escolas* arqueológicas em que cabem também a “arqueologia espacial”, associada às propostas da *New archaeology* americana (para uma breve e clara exposição do programa desta corrente, v. JOHNS, 1988 – «Sistemi socio-economici...»), e a já referida “arqueologia extensiva” francesa.

⁶⁰⁴ «Le développement de la prospection a été favorisé également par le changement d’optique qui s’est produit sous l’influence conjointe de la *new archaeology* américaine et de l’archéologie du paysage britannique. La première, en s’efforçant de construire des modèles d’occupation et d’exploitation du sol, de reconstituer la hiérarchie des centres d’habitat, a favorisé les approches régionales. Quant à l’archéologie de l’espace, elle a montré que les campagnes ont conservé les traces lisibles des aménagements successifs qu’elles ont subis depuis la Préhistoire» (ZADORA-RIO, 1986 – «Introduction...»: 11).

⁶⁰⁵ Para uma defesa dos méritos da escavação, face aos da prospecção, no estudo dos núcleos de povoamento rural altomedievais, v. FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»; no mesmo sentido: PESEZ, 1988 – «Introduction»: 133; CHRISTIE, 2004 – «Landscapes of Change...»: 4.

⁶⁰⁶ KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 77.

⁶⁰⁷ O estudo integrado do habitat e do espaço agrário constitui um dos eixos fundamentais da ciência da ocupação do solo (*Siedlungsforschung*) alemã, já desde os finais do século XIX (TOUBERT, 1999 – «Histoire de l’occupation...»: 33). E ainda recentemente uma historiadora da paisagem do Languedoc justificava o objectivo principal da sua dissertação nos seguintes termos: «La formation d’un paysage est en grande partie rythmée par les fluctuations de l’habitat et je m’attacherai à affiner et décrire la morphogenèse du village et de la maison paysanne. Mais la trame du peuplement ne constitue que l’ossature du paysage: celle de l’espace bâti. Or, un paysage, c’est aussi l’agencement du parcellaire, l’organisation des cultures, la gestion de l’*incultum*, la perception et le vécu qu’en ont les contemporains... » (DURAND, 2003 – *Les paysages...*: 11)

⁶⁰⁸ Ao referir-se a esta tradição nórdica, J. A. Quirós Castillo chama a atenção para o “fenómeno de desmonumentalização” que vincula a investigação arqueológica de sítios com ocupação altomedieval mais aos estudos sobre a Pré-história recente do que à arqueologia histórica de recorte monumental; o que na sua opinião ajudou a alargar a esfera de acção e de interesse em que se desenvolveu a arqueologia medieval (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 14).

⁶⁰⁹ A partir dos anos 1970, a investigação arqueológica inglesa sobre o povoamento, em torno do “Deserted Medieval Village Research Group” assumiu o preceito de que «research in rural settlement should embrace all the surviving medieval elements of villages both at its core and in the surrounding

mais na Europa do Sul (no que pode incluir-se o caso francês em bloco)⁶¹⁰. Mas é hoje evidente que a arqueologia medieval foi já capaz, também aqui, de compreender a complexidade das dinâmicas paisagísticas e a profunda imbricação dos diversos elementos na construção social de paisagens concretas⁶¹¹. Ultrapassou-se assim o enfoque tradicional na escavação de sítios habitados, para se alargar a análise ao conjunto dos territórios articulados por esses mesmos sítios, recorrendo à combinação de diversos métodos mais e menos extensivos⁶¹². Ainda que as áreas residenciais continuem no centro da investigação arqueológica, como vimos, regista-se hoje uma atenção crescente aos espaços de cultivo, que está na base de uma “arqueologia agrária” já plenamente estruturada nos seus objectivos e métodos de investigação⁶¹³. E que

field and territorial boundaries. This move became integrated in the wider landscape studies of the eighties as it was accepted, in the light of further research, that the complicated pattern of change in rural settlement would only be understood if the village, its territory, the political factors, external relations and environment of the day were looked at together. (...) The diversity of the medieval settlement pattern had become widely recognised by the nineties, and research in Britain now looks for more detail and precision to understand the process of change and the anomalies that occur» (ABERG, 1998 – «Social and economic aspects...»: 9).

⁶¹⁰ Ainda em 1999, Toubert notava que a investigação sobre o Mediterrâneo tinha muito a aprender com a importantíssima corrente alemã de estudo da ocupação do solo (*Siedlungsforschung*), no cruzamento da história, da geografia e da arqueologia, que se destacou, ao longo de todo o século XX, pela preocupação em relacionar o estudo do habitat com o do espaço agrário, cuja tipologia genética se empenhou em caracterizar minuciosamente, tendo em mente os constrangimentos ambientais que a moldam mas também as centralidades territoriais, isto é, os lugares onde se concentram o poder económico e o controlo social, que definem não só a estrutura do habitat como os modelos de organização do território envolvente (TOUBERT, 1999 – «Histoire de l’occupation...»: 36-37). No caso francês, é significativa a observação de É. Zadora-Rio, feita em 1995: «Une meilleure compréhension de l’habitat rural du haut Moyen Age (...) passe, aussi, par une analyse de la morphologie agraire dont on ignore à peu près tout: le terroir reste le grand absent des recherches actuelles sur le haut Moyen Age» (ZADORA-RIO, 1995 – «Le village des historiens...»: 153).

⁶¹¹ Para uma reafirmação desta visão ampla e integradora da paisagem como objecto arqueológico, e muito especialmente da determinação social das formas materiais de organização da paisagem, v. KIRCHNER (ed.), 2010 – *Por una arqueologia agraria...*: ii-iii.

⁶¹² KLÁPŠTĚ; NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 77.

⁶¹³ Entre vários outros títulos possíveis, citaremos dois marcos importantes na afirmação desta corrente: num plano geral, o volume dirigido por J. GUILAINE (dir.) (1991) – *Pour une archéologie agraire...* (cujo capítulo dedicado à Idade Média ficou a cargo de É. Zadora-Rio); no que diz respeito à Idade Média, o volume dedicado pela série *Castrum* à “arqueologia dos espaços agrários mediterrânicos” (no qual avultam os estudos sobre o al-Andalus): BAZANNA (ed.), 1999 – *Castrum 5...* Na Península Ibérica, a afirmação plena de uma “arqueologia agrária” medieval iniciou-se com o estudo dos sistemas agrários irrigados do al-Andalus (um marco incontornável foi o artigo programático de M. BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»), e só mais recentemente se alargou ao quadrante hispano-cristão, onde regista hoje progressos assinaláveis (sobretudo na Galiza e no País Basco). Para uma panorâmica do conjunto da investigação ibérica neste domínio, v. o volume recente dirigido por H. KIRCHNER (ed.), 2010 – *Por una arqueologia agraria...* Em Portugal, o estudo arqueológico da paisagem agrária (e do parcelário, em particular) é inexistente, dado o enorme atraso da nossa arqueologia “cristã” neste capítulo. Os escassos exemplos de investigações que se aproximam da arqueologia da paisagem não conseguiram ainda, precisamente porque estão a desbravar terreno muito novo, ultrapassar o levantamento de “grandes” estruturas definidoras dos padrões de povoamento e de organização do território (núcleos de

conduziu a uma maior consciência da complexidade do espaço agrário⁶¹⁴. Acima de tudo, tornou-se clara, também a partir do registo material, a influência determinante deste espaço (na multiplicidade de elementos e formas que o definem) sobre a organização global da paisagem rural, com destaque para a localização e morfologia dos núcleos de habitat, para a definição da rede viária, etc.⁶¹⁵.

É significativa desta abordagem totalizante a definição de ‘aldeia’ enquanto *território* em que se cruzam elementos/sectores habitacionais e produtivos, proposta por um dos mais activos defensores de uma “arqueologia das aldeias” na Península Ibérica: «Tendremos que partir de la idea de que cuando nos referimos a las aldeas no hablamos únicamente del lugar de residencia o de una morfología compacta o concentrada de poblamiento. Cuando hablamos de aldeas en términos materiales nos referimos en primer lugar a territorios aldeanos, en los que reconocemos espacios tanto de producción como de residencia»⁶¹⁶. Embora nos pareça importante ir mais além desta dicotomia entre núcleos residenciais e espaços agrários (dobrada muitas vezes por uma segunda oposição entre enquadramento social das populações e produção), para adoptar uma concepção tão ampla quanto possível de espaço *rural*, com os seus diversos componentes e funções.

Opera-se assim um redimensionamento de escalas de análise, tanto face à perspectiva *micro* do sítio (objecto de escavação estratigráfica), dominante na arqueologia, como à perspectiva *macro* dos territórios comarcais ou regionais em que se desenvolvem redes de organização e articulação social do espaço, dominante nos

povoamento (urbanos e rurais), vias de comunicação, estruturas fortificadas, necrópoles e sepulturas, etc., como vimos *supra* §1.2.5.).

⁶¹⁴ «C’est bien complexe, un espace agraire... C’est d’abord une accumulation ou une hiérarchie de structures d’échelles différentes: la parcelle, le quartier, le terroir – voire le terroir irrigué opposé au *secano*, ou l’*ager* opposé au *saltus* – et enfin le finage, coiffé éventuellement par le territoire castral. Cette réalité complexe s’organise autour de l’habitat dont elle est indissociable et du château auquel elle est souvent associée. Elle est aussi traversée par les paysages, par les sols et leurs aptitudes. Elle est inscrite dans une certaine organisation politique et ecclésiastique. Elle est soumise à des types de régime de propriété ainsi qu’à des types de systèmes de culture. Elle affecte des dimensions diverses. Et le tout, comme historiens et archéologues (même géographes!) nous l’abordons dans la diachronie, en proclamant bien haut que l’«ordre éternel des champs» n’est qu’une sottise» (PESEZ, 1999 – «Synthèse des travaux»: 492).

⁶¹⁵ Como notou ainda recentemente I. Martín Viso numa recensão a KIRCHNER (ed.), 2010 – *Por una arqueología agraria...*: «la reflexión más oportuna, desde un punto de vista metodológico como teórico, es comprender que las áreas residenciales y las de cultivo funcionan como un sistema territorial en el que cada una de las partes retroalimenta a la otra bajo el influjo de las decisiones sociales. Ahora bien, la localización de los espacios de producción es en definitiva la que condiciona la selección de las zonas residenciales y de las redes de asentamientos, por lo que analizar los primeros se revela como un paso fundamental para comprender todo el sistema territorial» (*SH-HM*. 28 (2010): 262-65: 265).

⁶¹⁶ QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 68.

estudos de história. A que deve acrescentar-se o interesse pela longa (quando não longuíssima) duração a que conduz o cruzamento de diversos tipos de fontes num quadro marcadamente interdisciplinar, em que as ciências paleoambientais têm um papel importante⁶¹⁷. A incorporação dos ensinamentos da arqueologia da paisagem implicou, também para os historiadores, um aumento das escalas espacial e temporal de análise, a que subjaz o reconhecimento de que problemas como a ocupação do solo e a evolução do habitat devem ser perspectivados à escala micro-regional, quando não mesmo local, e na *longue durée*⁶¹⁸. Como escreveu Zadora-Rio há mais de 15 anos, enunciando o que se transformou num dos preceitos essenciais da investigação arqueológica subsequente, não apenas em França: «Une meilleure compréhension de l’habitat rural du haut Moyen Age passe certainement par une concentration géographique des recherches, qui permettrait d’analyser des réseaux de sites contemporains à une échelle micro-régionale et d’étudier des déplacements de l’habitat»⁶¹⁹.

Como se deduz do que fica dito, a arqueologia não se limitou a produzir informação sobre a materialidade da paisagem mas avançou para a interpretação desses dados e do seu significado social. Há não muito anos, Toubert chamava a atenção para o facto de a investigação arqueológica mais tradicional ter-se restringido, sobretudo no Mediterrâneo, ao estudo “estático” do povoamento, quando só a análise complementar do habitat e dos espaços agrários permitirá chegar a uma abordagem integrada dos processos produtivos e dos mecanismos de poder (sobre o espaço e os homens) que vêm afinal a definir o quadro global de relações sociais: «Une archéologie des terroirs, des

⁶¹⁷ É bem sintomático deste horizonte o programa evocado por S. Rippon ao fechar o seu estudo sobre a variação e evolução da paisagem no Sul de Inglaterra: «Whilst not setting out to write definitive landscape histories, an attempt has been made to show the benefits of reflecting on a long time period, from late prehistory through to the medieval period, and using a wide range of sources: in the spirit of inherently interdisciplinary ‘historic landscape analysis’ the various case studies have made use of archaeological surveys and excavations, palaeoenvironmental evidence, cartographic and documentary sources, studies of standing buildings, and field- and placename evidence» (RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 264-265).

⁶¹⁸ CUESTA RODRIGO, 2006 - «Estudios actuales...»: 20. Um exemplo recente da incorporação destes pressupostos, fortemente inspirado pelo pensamento geográfico e pelos métodos de análise regressiva, encontra-se no estudo da evolução da “estrutura agrária” de uma aldeia do Beauce (Toury), na *longue durée* (séculos XII a XVII): LETURCQ, Samuel – *Un village, la terre et les hommes. Toury en Beauce (XII^e-XVII^e siècle)*. Paris: Éditions du Comité des travaux historiques et scientifiques, 2007 (CTHS Histoire, 25).

⁶¹⁹ ZADORA-RIO, 1995 – «Le village des historiens...»: 153.

réseaux de circulation et donc en dernière analyse des *dinamiques* non seulement du peuplement mais du *travail paysan* reste encore à mettre en oeuvre»⁶²⁰.

Mesmo que haja ainda um longo caminho a percorrer para uma melhor compreensão dos fundamentos socioeconómicos da organização da paisagem (agrária, nomeadamente), são indiscutíveis os avanços recentes da investigação arqueológica neste domínio, nomeadamente na Península Ibérica. Os pressupostos defendidos por Toubert haviam já sido postos em prática, como reconhece o autor, por investigadores como P. Guichard, A. Bazzana e, muito especialmente, M. Barceló no estudo do al-Andalus⁶²¹. Nos últimos anos, a necessidade de uma análise integrada dos diversos sectores da paisagem, com vista à caracterização dos processos sociais que subjazem à sua organização, foi também reconhecida pela arqueologia do quadrante hispano-cristão⁶²². De resto, estes pressupostos foram frequentemente recordados pelos historiadores que se dedicam aos problemas da “organização social do espaço” no Norte peninsular ao longo da Alta Idade Média⁶²³.

É certo que a investigação sobre o espaço cristão, já fortemente impregnada da ideia do povoamento como “fóssil-director” da evolução social, tardou em enveredar pelo estudo da paisagem e das estruturas agrárias como indicador de sistemas de

⁶²⁰ TOUBERT, 1998 – «L’incastellamento aujourd’hui...»: xvii-xvii. O autor não deixa, contudo, de notar que alguns (raros) exemplos de investigações arqueológicas preocupadas com o estudo global dos processos de trabalho camponês e das lógicas da exação senhorial fazem pensar que, «Dans ces cas au moins, l’archéologie est bien placée pour dépasser l’approche descriptive et fonctionnaliste dans laquelle se sont enfermées jusqu’à présent trop de recherches archéologiques des sites castraux. Elle peut aspirer à devenir enfin une archéologie des rapports sociaux opérant sur le terrain même ou ces derniers se sont inscrits dans les terroirs au point d’y ensevelir les témoignages de dispositifs élaborés qui ont précisément permis à ces terroirs d’être construits et articulés en systèmes cohérents de mise en valeur du finage» (*ibidem*, p. xvii). Ainda que ressalve: «Cet enrichissement, notons-le, s’inscrit à l’intérieur du cadre conceptuel élaboré à partir des textes: celui des relations complexes unissant habitat et terroirs, résidence et travail, production directe et prélèvement seigneurial, selon une définition globale des *espaces castraux*» (*ibidem*, p. xviii).

⁶²¹ A título de exemplo, atente-se nas palavras deste último: «una arqueología que se proponga adquirir conocimientos históricos de calidad y no sólo la recuperación, más o menos aleatoria, de fragmentos de información, que después no se sabe muy bien donde colocar, tiene que centrarse en elaborar y establecer el registro arqueológico de los procesos de trabajo campesino, de los asentamientos campesinos entendidos como la relación entre la zona de residencia y los campos de cultivo» (BARCELÓ, 1998 – «¿Qué arqueología...»: 81; o autor pronunciara-se já no mesmo sentido dez anos antes: BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»: *maxime* 196). Na opinião de J. A. QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 73, deve-se a Barceló a «publicación de la primera propuesta conceptualmente sólida para construir una arqueología medieval en España» (BARCELO (ed.), 1988 – *Arqueología medieval...*), na qual «se conceptualiza el espacio rural como la articulación entre asentamientos y zonas de explotación, y se analiza su estructura como resultado de desigualdades espaciales arqueológicas detectables».

⁶²² GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...».

⁶²³ Para além dos vários estudos integrados nesta linha de trabalho, a que já nos referimos (v. *supra* §1.1.), v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1975 – «A economía rural...».

produção e consumo, da realidade demográfica, bem como da «lógica misma, llena de conflictos y vacilaciones sociales, que regula la producción constante del espacio agrario», um programa plenamente assumido desde os anos 1980 pela *escuela* de M. Barceló no estudo das paisagens irrigadas da zona oriental (o *Sarq*) do al-Andalus⁶²⁴. No entanto, os últimos anos ficaram marcados, a Norte, por uma verdadeira mudança de paradigma na investigação arqueológica sobre o mundo rural altomedieval. Decorrente da introdução de muitos dos desenvolvimentos recentes da arqueologia europeia a que já nos referimos, e forçada pelo desenvolvimento exponencial da arqueologia preventiva (num quadro em que se cruzam a arqueologia comercial e a investigação académica), esta mudança de paradigma traduziu-se numa nova escala de escavação/prospecção e de análise, com o redimensionamento da ideia de “sítio”, em virtude, precisamente, da necessidade de integrar espaços de habitat e de produção num quadro paisagístico total⁶²⁵.

Como bem observou J. A. Quirós Castillo, referindo-se ao problema das limitações da arqueologia para explicar (mais do que descrever) dinâmicas sociais, as perspectivas e possibilidades abertas pela investigação actual neste campo ficam precisamente a dever-se ao estudo integrado dos vários sectores da paisagem que compõem os territórios apropriados e explorados pelas comunidades de aldeia, para lá da tradicional atenção prestada pelos arqueólogos aos núcleos de habitat. O que, naturalmente, só poderá acontecer no quadro de uma arqueologia que ultrapassa o enfoque monumental para se abrir a outros tipos de vestígios materiais, com destaque para os ecofactos estudados pela bioarqueologia, capazes de prestar informação muito

⁶²⁴ BARCELÓ, 1998 – «¿Qué arqueología...»: 85-87 (citação na p. 87); v. também BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»: *passim*, onde o autor contesta a ideia de que a agricultura extensiva de sequeiro decorre de formas tradicionais de organização do espaço agrário que (ao contrário do que acontece com os espaços irrigados) não estariam directamente vinculadas às imposições da estrutura social e do poder político (*ibidem*, p. 223-34).

⁶²⁵ Referindo-se às diversas alterações que marcaram a arqueologia das zonas Centro e Norte da Península Ibérica nos últimos anos (quebrando o monopólio do Sul da Península no desenvolvimento de modelos interpretativos relevantes e integrados no estudo global da Europa mediterrânica), J. A. Quirós Castillo observa: «This new archaeological practice, which has arisen within the framework of large public works or town planning processes, has helped introduce into Spain the idea of archaeological excavation on extensive areas, which (...) was fundamental in the European experience. The change in scale which has implied having to intervene in spaces in excess of a hectare of excavation has led to the reformulation of the actual concept of the archaeological site and to the approach of the study of landscape in an integral fashion. When the study of villages, farms and rural spaces is tackled as a result of an integration of populated areas and production spaces (cultivation fields, grazing grounds, woodlands, etc.), the former spatial references are lost and the traditional rural landscape is analysed as a truly extensive site in which it is possible to read a story which often runs right up to the present day» (QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 18-19).

relevante sobre a organização da produção agrícola, da criação de gado, da exploração de espaços incultos, etc.⁶²⁶.

Com efeito, o estudo da mais pura *materialidade* da paisagem foi radicalmente redimensionado nos últimos anos pelo trabalho conjunto das ciências paleoambientais e da arqueologia⁶²⁷. Superando a abordagem tradicional das ciências paleoambientais, preocupadas exclusivamente com os fenómenos *naturais*, concebidos numa escala spatiotemporal ampla, em que a acção humana não era propriamente relevante, a “arqueologia ambiental” veio colocar a tónica na interacção entre o ambiente e a acção humana, de que resulta a construção de um objecto determinado material e socialmente como seja a paisagem⁶²⁸.

A recuperação de “ecofactos” em contexto arqueológico⁶²⁹ e a análise laboratorial de materiais de proveniência animal, vegetal e mineral, com um grau de especialização que permite já distinguir sub-disciplinas como a “arqueozoologia” ou a “arqueobotânica”, para não falar da mais recente “bioarqueologia”⁶³⁰, estão assim na origem de um corpo imenso de informação que veio assim alterar de forma significativa a nossa visão dos quadros da vida material e da organização económica e social em

⁶²⁶ QUIRÓS CASTILLO, 2009 – «Early medieval villages...»: 22-23.

⁶²⁷ Sintetizando os principais avanços das investigações arqueológicas europeias nas últimas décadas, escrevem J. KLÁPŠTĚ; A. NISSEN-JAUBERT, 2007 – «Rural settlement»: 77: «Another major change that has occurred within the last few decades is the increasing use of environmental studies. Archaeological research focusing on ecofacts continues to expand, with the result that ecofacts and artefacts have become equally important pillars supporting the study of medieval rural settlement». Como notou J.-M. Pesez em 1999: «c'est de cette bio-archéologie, comme on l'appelle parfois, qu'on doit attendre désormais les progrès dans la connaissance de l'évolution des paysages et sans doute aussi, la genèse des terroirs et des changements techniques» (PESEZ, 1999 – «Synthèse des travaux»: 493); no mesmo sentido: McCORMICK, 2008 – «Discovering the Early Medieval...»: 15.

⁶²⁸ Sobre os primeiros avanços (registados em França nas décadas de 1980-90) e problemas envolvidos na aproximação da arqueologia às ciências paleoambientais, com vista ao estudo da interacção entre o homem e o meio no quadro daquilo a que a autora chama o “ambiente da aldeia” (*environnement du village*), durante o milénio medieval, v. BURNOUF, 1998 – «Du paysage...». Para uma panorâmica recente dos problemas que se colocam hoje à “arqueologia ambiental” medieval francesa, v. BURNOUF *et alii*, 2009 – *Manuel d'archéologie...*.

⁶²⁹ O que tem a extraordinária vantagem de poder datar com alguma precisão esses materiais, nos casos em que as técnicas laboratoriais não o consigam fazer.

⁶³⁰ Para um balanço da investigação recente no domínio da biologia histórica e da nova arqueologia biomolecular (análises de ADN antigo e moderno), com amplas implicações para o estudo da genética das populações, das migrações e doenças, bem como de diversos aspectos da economia altimedieval, desde as redes de comunicação e comércio até à história de animais e plantas ou às dietas alimentares, v. McCORMICK, 2008 – «Molecular Middle Ages...». Não por acaso, A. GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 150 e ss. considera serem as “grandes superfícies”, as plantas e os animais os objectos de estudo responsáveis pelos maiores avanços da arqueologia medieval (desdobrada em arqueobotânica e arqueozoologia) nos últimos anos.

geral, e da organização da paisagem em particular⁶³¹. Um corpo de informação tanto mais importante para o período altimedieval quanto a informação ao nosso dispor é menor, não apenas no registo escrito mas também no registo arqueológico. A arqueologia ambiental converteu-se assim numa corrente determinante, a par da arqueologia agrária, no estudo da paisagem, também durante a Alta Idade Média.

Mas não foi apenas ao nível da materialidade da paisagem que a investigação progrediu ao longo das últimas décadas. No outro extremo do binómio *natura-cultura*, a influência do *cultural turn* colocou definitivamente o estudo da dimensão representacional (quando não mesmo puramente cognitiva) da paisagem na agenda científica também da história. Gerada no interstício entre meio natural e sociedade, a representação do espaço é também ela produtora de *paisagem*, no sentido abstracto do termo⁶³². E concretiza-se numa multiplicidade de manifestações textuais, cartográficas, pictóricas, etc., que não têm de ser necessariamente individuais, (*autorais*) e estão, de qualquer forma, profundamente enraizadas na prática social⁶³³. Operou-se assim, como notou M. Bourin a propósito da historiografia francesa, a deslocação de uma perspectiva “realista”, como a que adoptou até aos anos 1970 a “tradição da geografia histórica”, a que pertencem os trabalhos de M. Bloch, C. Higounet ou P. Toubert, para uma perspectiva “nominalista”, cultivada por um novo paradigma de investigação em que a influência da geografia foi substituída pela da antropologia, mais preocupada com o estudo do espaço enquanto “elemento de uma cultura” do que como realidade

⁶³¹ Para um balanço dos avanços recentes registados pela investigação paleobotânica francesa (abrangendo as disciplinas da palinologia, antracologia, carpologia) no estudo da paisagem medieval, v. BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l’espace...»: 51-53.

⁶³² É este o sentido utilizado, por exemplo, por P. Zumthor num livro importante sobre a representação (sobretudo literária) do espaço na Idade Média, em que opõe os conceitos de ‘paysage’ (entendida como uma realidade estritamente mental) e ‘terroir’/‘territoire’ (uma realidade material): «Je prends ce mot [paysage] dans son sens pictural, lequel du reste n’apparaît en français qu’au milieu du XVI^e siècle. Plusieurs auteurs aujourd’hui l’emploient abusivement dans le sens que j’attribue à *terroir*, voire *territoire*. Il est mieux d’éviter cette confusion. (...) Invention moderne, le paysage n’existe pas en lui-même. Pourtant, il fait sens, grâce à nous qui la contemplons (...). Le paysage est pour nous un objet construit, mis en forme par une opération contrôlée des sens; fragile concrétion affective, conscience fugitive mais profondément intériorisée, frémissante peut-être de souvenirs du lieu natal. Il est fiction, et qui remet en cause la relation de l’homme avec le réel terrien» (ZUMTHOR, 1993 – *La mesure du monde...*: 86).

⁶³³ «Gracias a la aplicación de filtros culturales, el espacio físico, pensado y simbolizado, se convierte en «paisaje», lo que permite a los miembros de la colectividad que lo habita reconocer en él, no meros accidentes del terreno, sino significados. Desde la mera habitación de un espacio y la práctica diaria del trabajo y la explotación de sus recursos hasta la lucha por su defensa – que es también, en gran medida, la lucha por la identidad del grupo –, el paisaje se convierte en archivo de la memoria social, donde sus miembros pueden leer la historia y la configuración del grupo» (ESCALONA, ALFONSO; REYES, 2008 – «Arqueología e Historia...»: 99).

material⁶³⁴. Se bem que a geografia cultural tenha também avançado, e muito, na mesma direcção⁶³⁵.

Mesmo em Inglaterra, onde a tradição *empirista* a que já nos referimos por diversas vezes dominou a investigação sobre a paisagem e o povoamento, parece ser neste terreno da percepção e da representação, como da própria “prática” da/na paisagem, que se situam alguns dos desafios mais importantes que hoje se colocam ao estudo do povoamento, que há-de necessariamente ser integrado no estudo global da paisagem (*landscape*) entendida também nesta dimensão *cultural*. Na perspectiva de C. Dyer e P. Everson:

«A few [projects] have palusibly made that leap to explore the character of their chosen landscape, to view local settlements as an integral part of that [landscape], and to encompass contemporary perception and activity there. We may recall that the European Landscape Convention (...) adopts a formal definition of ‘landscape’ that sees it as an entity that is *perceived by people*, as opposed to ‘land’, which is about physical form and material objects. Settlement studies still too often stop at describing the latter. Addressing the issued implied by approaches where perception and performance or practice are key concepts in how we gain understanding from our evidence is a prospect that still lies largely ahead»⁶³⁶.

Convém, de facto, estabelecer uma distinção entre representações e práticas do espaço, como ainda recentemente propuseram os organizadores de um importante colóquio dedicado ao tema pela *Société des historiens médiévistes de l’Enseignement supérieur public* francesa⁶³⁷. Em particular, os autores do texto conclusivo das actas: «Rappelons la nécessité de distinguer entre l’espace géométrique (continu et homogène)

⁶³⁴ «Plus qu’un espace économique, de production ou de déplacement, l’espace est étudié aujourd’hui comme élément d’une culture; comme la construction d’une société, dans une perspective plus nominaliste que réaliste. Le terme de spatialisation décrit bien d’ailleurs la manière actuelle de penser l’espace. Ce n’est pas seulement une manière jargonante et rapide de dire «organisation de l’espace»; le mot comporte l’idée d’une dynamique, d’une mise en espace, qui est l’étude d’un va-et-vien entre construction intellectuelle et pratique. Ainsi en va-t-il des recherches actuelles sur la spatialisation du sacré, qui tentent d’intégrer dans une même démarche les écrits de cosmogonie théologique et l’observation de l’environnement concret des églises et leurs évolutions respectives» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l’espace»: 494). É esta posição – «plus anthropologique que géographique», na expressão das mesmas autoras (*ibidem*) – a dominante na historiografia actual, como se deduz da leitura de um balanço como o de M. LAUWERS; L. RIPART (2007) – «Représentation et gestion...», ou do texto mais programático de J. ESCALONA; I. ALFONSO; F. REYES, 2008 – «Arqueología e Historia...»: *maxime* 91-95, 99, 104, essencialmente preocupado com «los paisajes, entendidos como simbolización social del espacio» (*ibidem*, p. 113).

⁶³⁵ V., por todos, a breve síntese sobre a evolução do conceito de ‘paisagem’ no pensamento geográfico (sobretudo anglo-saxónico) de J. WYLIE, 2009 – «Landscape».

⁶³⁶ DYER; EVERSON, 2012 – «The Development...»: 28.

⁶³⁷ Construction de l’espace..., 2007: 9-10.

et l'espace non géométrique (constitué de lieux plutôt que de territoires). Dans la praxis médiévale, le processus d'inscription spatiale est un fait dynamique, rationnel et relationnel, répondant aux critères d'intentionnalité, de compétence et d'efficience»⁶³⁸. Note-se, contudo, que esta distinção é sobretudo metodológica, e não deve nunca fazer esquecer a interação em que representações e práticas espaciais necessariamente se constroem⁶³⁹.

A investigação em história da cultura fez das concepções medievais do espaço um domínio consolidado de investigação nas últimas décadas, a partir do estudo de representações cartográficas, literárias, teológico-filosóficas, artísticas, etc.⁶⁴⁰. E, se é certo que estas representações decorrem sobretudo de um nível de cultura que poderemos classificar de “erudito”, para o qual remetem os tipos de fontes arroladas, não é menos verdade que elas estão também presentes na documentação diplomática, que partilha com as restantes formas de representação textual um mesmo código linguístico⁶⁴¹. Mesmo que as suas especificidades discursivas (desde logo de natureza lexical) condicionem naturalmente a representação do espaço que elas veiculam⁶⁴².

⁶³⁸ DEVROEY; M. LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 448. Há nesta passagem ressonâncias claras da reflexão fenomenológica em torno do espaço citada noutra passagem do artigo: «(...) si *Le chant des pistes* de Bruce Chatwin peut être (...) pris à témoin (...) de la diversité des représentations de l'espace (ou des formes de spatialisation des rapports sociaux), sans doute est-ce l'essai de G. Perec, *Espèces d'espaces*, «*journal d'un usager de l'espace*», 1974, qui illustre le mieux le décalage entre notre représentation (intellectuelle) d'un espace envisagé comme homogène et continu, et nos usages qui renvoient plutôt à un espace éclaté et ponctué» (*ibidem*, p. 443, nt. 21).

⁶³⁹ «Il va de soi qu'il serait absurde d'opposer pratiques de l'espace et représentations. L'organisation de l'espace est une construction qui renvoie évidemment aux représentations, conscientes ou inconscientes, qu'une société s'en fait. Pour une part seulement; car, pour une autre, elle hérite de données avec lesquelles elle compose et qui contribuent à façonner ses représentations. Toute étude social implique que soit fait la va-et-vient entre constructions théoriques et pratiques» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 40). Dito de outra forma: «Il faut donc aborder les savoirs sur l'espace dans une perspective très large qui englobe les relations des lettrés (*litterati*) avec le monde réel et la manière dont leur techniques et compétences intellectuelles ont pu influencer leur capacité à percevoir, à analyser, à mettre en ordre et à décrire» (DEVROEY; M. LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 451, 453).

⁶⁴⁰ Seria descabido tentar aqui uma panorâmica da bibliografia neste domínio. Sirvam, como meros exemplos indicativos: ZUMTHOR, 1993 – *La mesure du monde...* e GUERREAU, 2003 – «Structure et évolution...» (um ensaio marcadamente especulativo); GAUTIER DALCHÉ, 2007 – «Représentations géographiques savantes...». Vale a pena citar, pelo pioneirismo na historiografia portuguesa, e apesar de um enfoque marcadamente descritivo, o estudo de fontes cronísticas quatrocentistas levado a cabo por M. A. Chaves, com o objectivo de «captar algumas linhas da estrutura mental, algumas formas de pensamento e de sensibilidade da época, através do estudo da representação da paisagem em Portugal nas obras de literatura» (CHAVES [1969] – *Formas de pensamento...*).

⁶⁴¹ Um bom exemplo da abordagem integrada de textos mais eruditos/abstractos com outros manifestamente pragmáticos (como sejam as cláusulas de demarcação – “*boundary clauses*” características da documentação diplomática do período anglo-saxónico), a par de vários outros tipos de fontes, encontra-se nos diversos ensaios recentemente reunidos por N. HOWE, 2008 – *Writing the map...*

⁶⁴² V. *infra* Parte II, §1

Percebe-se assim que os esquemas de percepção e representação espacial subjacentes às fontes utilizadas (sejam de que tipo forem) se tenham convertido numa condição essencial para que elas possam ser correctamente utilizadas como fontes de informação sobre a realidade material (paisagem) que, de alguma forma, e mesmo que fragmentariamente, captaram⁶⁴³.

No entanto, importa notar que a pragmática dos “*actes de la pratique*” (como lhes chama a diplomática francesa), profundamente implicados no controlo de espaços bem definidos, porque resultantes normalmente da reivindicação de direitos de propriedade, os coloca em condições privilegiadas, face a outro tipo de textos mais eruditos, para nos informar acerca das “práticas do espaço”, e não apenas das suas representações. Esta capacidade não é, obviamente, exclusiva dos textos notariais, mas eles parecem estar bem posicionados, sobretudo no universo de fontes disponíveis para o estudo da Alta Idade Média, para captar as práticas espaciais em toda a amplitude do conceito, que inclui formas de utilização tanto vivencial como socioeconómica de paisagens concretas⁶⁴⁴. O que é tão mais importante na medida em que as práticas vivenciais estão inevitavelmente na origem das representações espaciais mais formalizadas (que definem a paisagem como realidade abstracta), e estas, por sua vez, são capazes de condicionar a utilização socioeconómica do espaço, que é afinal um dos motores da construção da paisagem (enquanto realidade material)⁶⁴⁵. Percebe-se assim o interesse crescente, sobretudo na historiografia francesa, pelo estudo da “percepção”, “descrição”, “representação”, “práticas”... espaciais patentes na documentação notarial medieval⁶⁴⁶.

⁶⁴³ Sobre as potencialidades das fontes diplomáticas para o estudo da materialidade do espaço, v. *infra* §2.2. e Parte II, §1.

⁶⁴⁴ Retenha-se a definição proposta por M. BOURIN; É. ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l’espace...»: 39: «Nous utiliserons le terme dans le sens qui lui donnent les géographes, les sociologues, les anthropologues, et plus récemment les historiens et les archéologues: l’expression de «pratique spatiale» renvoie à des formes d’utilisation de l’espace liées à un mode de vie. Conçue comme l’action d’un sujet, elle résulte de choix plus ou moins conscients, qu’on peut considérer comme sociologiquement déterminés. En ce sens large, les pratiques de l’espace vont de l’organisation spatiale de l’habitat et des ressources à celle des parcours et des gestes quotidiens»

⁶⁴⁵ V. *infra*, §2.2.

⁶⁴⁶ De uma bibliografia já abundante, v. os artigos mais antigos de L. FELLER, 1998 – «Décrire la terre...»; MARTIN, 1999 – «Perception et description...»; e os vários textos sobre estes temas compilados em dois volumes colectivos mais recentes: CURSENTE; MOUSNIER (dir.), 2005 – *Les Territoires...* [“Deuxième partie – Le territoire décrit: lexicographie du territoire”]; *Construction de l’espace...*, 2007. Na historiografia espanhola, v. o estudo pioneiro de J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1989 – «Percepción y Organización Social...».

Esta breve referência a algumas das principais vias de estudo da paisagem basta para se perceber a complexidade de um conceito que, entre a realidade material (que o associa, no limite, à base ambiental) e a construção cultural (que o associa a diversas formas de representação), se constrói fundamentalmente na interacção entre o meio natural e a sociedade que o representa e, mais do que isso, interage com ele transformando-o e transformando-se. Torna-se assim clara a multideterminação das formas de organização da paisagem (tanto do habitat como do espaço agrário), que resultam das inúmeras possibilidades de cruzamento entre factores muito variados, de índole ambiental, económica, sociopolítica, ou mesmo cultural (dada a influência das representações sobre as práticas espaciais).

Os exemplos poderiam multiplicar-se à saciedade (e já vários foram sendo citados ao longo de toda esta panorâmica historiográfica). Mas atentemos, para fechar, no debate actual em torno das explicações para a evolução cronológica e a variação regional das formas da paisagem em Inglaterra (não por acaso o país europeu onde o estudo interdisciplinar da paisagem medieval terá ido mais longe). Como notou recentemente S. Rippon, a investigação arqueológica inglesa debate-se hoje com os limites de um quase exclusivismo das explicações socioeconómicas (*social agency*) e com uma consciência mais aguda da multiplicidade de factores que intervêm na organização da paisagem e que ajudam a explicar a sua variação regional. O que obriga a reconhecer, vencidos os determinismos geográficos, o peso efectivo dos factores ambientais, a par dos culturais, na organização do espaço agrário e do próprio habitat, e muito particularmente na formação da paisagem de aldeias aglomeradas e *open fields* característica da “*Central Zone*” inglesa, como já ficou dito⁶⁴⁷.

«In terms of the causes of regional variation in landscape character (...), a clear consensus had emerged by the 1990s that human society was solely responsible, with traditional ‘environmentally deterministic’ views – that human behaviour is shaped by the natural environment – being rejected outright. This sole emphasis on ‘agency’ – that ‘the archaeological record is created through the actions of individuals’ (...) has, however, been challenged through the work of Williamson, most notably his *Shaping Medieval Landscapes*. This study of the origins of common field farming suggests that it was particular soil conditions and an abundance of meadow in the English East Midlands that led to a more communal approach towards the practice of

⁶⁴⁷ O programa do livro em que o autor desenvolve estes problemas é taxativo: «While focusing on the specific matter of regional variation in landscape character in southern Britain, this study addresses the far wider issue of how human society interacts with the natural environment within a complex and dynamic socio-economic context» (RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 2).

agriculture there. The significance of the ‘natural environment in moulding social, economic and agrarian arrangements’ also features in Williamson’s study of post-medieval agriculture and is a direct challenge to the increasingly dogmatic prevailing orthodoxy of social agency being the sole cause of landscape change (...)

«Views on the relative roles of the environment and human society can be compared to a pendulum that has swung from the former to the latter, and it is interesting to note that Williamson is not alone in expressing concern that it has gone too far in the direction of social agency»⁶⁴⁸.

No entanto, estas explicações de base ambiental, que ressaltam os condicionamentos impostos pelas condições do solo sobre as práticas agrárias e as formas de organização comunitária do trabalho, e que procuram relacioná-las com os próprios padrões de povoamento, estão longe de ser consensuais. E a verdade é que são factores sociopolíticos (“culturais”, na expressão do autor), e não ambientais ou relacionados com as preexistências paisagísticas, os que estão na origem dos diferentes padrões de povoamento que é possível identificar no SO inglês⁶⁴⁹. A ampla paleta das explicações socioeconómicas e das próprias preexistências continua, por isso, a desempenhar um lugar central num debate que está longe de ter sido fechado⁶⁵⁰.

Há, aliás, um relativo consenso na discussão sobre os factores que explicam a já referida paisagem de aldeias aglomeradas e de *open fields* característica da “*Central Zone*” inglesa, em torno da importância atribuída ao contexto de reorganização da propriedade fundiária que, entre os séculos VIII e X (consoante as diversas

⁶⁴⁸ RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 11.

⁶⁴⁹ «In the case of reclaimed coastal marshland, such as the North Somerset Levels, we can show that neither the natural environment nor ‘antecedent landscapes’ determined whether the medieval settlement pattern was nucleated or dispersed. Across Somerset these different landscapes of farmsteads, hamlets and villages were a cultural construct, and different landowners clearly adopted different strategies towards the management of their estates with some, like the abbots of Glastonbury, embracing the concept of villages and open fields and replanned their estates accordingly, while others such as the Bishops of Bath and Wells, took a less interventionist approach, leaving their sub-tenants and individual communities to create landscapes of differing structure and character» (RIPPON, 2007 – «Emerging Regional Variation...»: 120; para maiores desenvolvimentos, v. RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 61 e ss.). O potencial dos factores “culturais” (em sentido amplo) para explicar a variação regional dos modelos de organização da paisagem é também posto em relevo por M. GARDINER; S. RIPPON, 2007 – «Introduction: The Medieval...»: 5.

⁶⁵⁰ «The correlation between farming practice and soil type has, however, been questioned along with Williamson’s suggested ninth-century or earlier date for settlement nucleation. The hypothesis that landscape reorganization was essentially driven by agrarian practice – that is, the creation of common fields and common meadows – is also at odds with Brown and Foard’s argument that settlement nucleation preceded the creation of common fields by perhaps several centuries. We are, therefore, seemingly no further forward in knowing when or why such marked regional variation in landscape character emerged in the late first millennium AD. The process may have been pre- or post-ninth century, and may have been due to the character of the natural environment, antecedent landscapes, or contemporary demographic, social, or economic conditions» (RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 22).

interpretações) terá acompanhado uma crescente pressão (demográfica, estatal, etc.) sobre a produção agrária⁶⁵¹. No entanto, como bem notou Rippon, não só há indícios que parecem contrariar uma correlação absoluta entre este modelo de paisagem e uma suposta pressão sobre a terra, como há sobretudo que considerar outras explicações, igualmente limitadas se procurarmos atribuir-lhes um valor universal, mas não menos operativas em determinados casos. E que vão desde a tendência de “emulação” de um determinado modelo de organização da paisagem ou o peso dos modelos preexistentes até à acção do Estado, dos senhores e sobretudo das próprias comunidades camponesas ou os factores puramente ambientais (com destaque para os constrangimentos impostos à organização da produção pelos tipos de solo).

Em síntese, a investigação inglesa recente tem mostrado como há um conjunto muito amplo de factores explicativos da evolução e variação da paisagem que importa considerar (e valorar na devida proporção em cada caso), por forma a superar a tentação de explicações monocausais⁶⁵². Mesmo se o nó górdio dessa explicação parece residir ainda, segundo o autor que vimos seguindo, na esfera sociopolítica da acção dos senhores e sobretudo das comunidades locais⁶⁵³.

⁶⁵¹ RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 250.

⁶⁵² RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 252-53, 267-68.

⁶⁵³ «General factors such as the properties of soils, population density, economic development, and the impositions upon landowners of the growing English state will all have affected people's view of the landscape, but they do not individually explain why some areas saw the development of villages and common fields and others did not (...) Similarly, the diversity of landscape character found on the estates of the same landowner shows that lordship was not an overriding factor (...) the form taken by settlement was often in keeping with those prevailing in the locality rather than being dictated by the policy of individual lords: it was local communities that were the main force behind shaping landscape character» (RIPPON, 2008 – *Beyond the medieval village...*: 267).

2. Objecto: o espaço documentado, uma abstracção entre a base material, a organização social e a representação discursiva

Desta longa (mas ainda assim limitada) panorâmica historiográfica, emerge a noção da necessária complexidade do objecto a que se aplica a proposta metodológica de análise do espaço que aqui apresentamos, que há-de reunir diversos vectores da realidade, sob pena de incompreensão mútua. Uma complexidade sintetizável na trilogia que faz o título deste apartado: base material – organização social – representação discursiva⁶⁵⁴; e que fica bem espelhada num conjunto de conceitos que contribuem para a definição desse objecto e aos quais temos vindo a recorrer frequentemente: ‘meio ambiente’, ‘paisagem’, ‘povoamento’, ‘território’, todos convergindo numa definição abrangente de ‘espaço’. Qualquer destes conceitos foi objecto de uma abundantíssima reflexão nas mais diversas áreas de conhecimento, com evidente destaque para a geografia. No limite, é a dimensão *espacial* de todos o que os convoca para a definição conjunta do nosso objecto de estudo. Valerá por isso a pena atentarmos, ainda que muito brevemente, na definição *orientada* que aqui propomos de cada um:

(i) com o conceito de ‘meio ambiente’ referimo-nos ao conjunto de caracteres físicos (geo-físico-químicos ou bio-ecológicos) de um determinado espaço, que interagem com a sociedade instalada nesse espaço e são permanentemente (re)definidos nessa interacção⁶⁵⁵;

(ii) com o conceito de ‘paisagem’ referimo-nos ao conjunto de caracteres morfológicos (físicos e construídos) de um determinado espaço, resultantes da interacção entre o meio ambiente e a acção humana no tempo⁶⁵⁶ – deixamos aqui de lado a dimensão representacional também atribuída ao conceito, a que já nos referimos⁶⁵⁷. No

⁶⁵⁴ São precisamente estes os três planos de análise adoptados por J.-P. Devroey no texto conclusivo de um colóquio recente sobre a riqueza das elites na Europa altimedieval: DEVROEY, J.-P. – «Conclusions. La richesse, entre réalités matérielles, pratiques sociales et représentations». In Idem; L. Feller; R. Le Jan (eds.) – *Les élites et la richesse au Haut Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 2010.

⁶⁵⁵ Atente-se na definição proposta por R. Delort para o termo francês ‘*environnement*’: ««l’ensemble des éléments qui forment, dans la complexité de leurs relations, les cadres, les milieux et les conditions de vie de l’homme et de la société»; autrement dit le monde qui est autour (environ) de l’homme (*Umwelt*), dans lequel interagissent des facteurs naturels et humains» (DELORT, 2002 – «Environnement»: 482). Sobre a distinção (operativa, mais do que objectiva) entre ‘meio’ e ‘ambiente’, v. BURNOUF, 1998 – «Du paysage...»: 474-75.

⁶⁵⁶ «The notion of landscape as a set of social relationships that shape and articulate the morphology of space» (QUIRÓS CASTILLO, 2011 – «Early medieval...»: 286).

⁶⁵⁷ V. *supra*, §1.3. Sobre o conceito de ‘paisagem’, v. GARRABOU; NAREDO, 2008 – «Presentación»: 10 e ss. Para um conceito diverso de paisagem, essencialmente ligado à percepção, que leva o autor a

âmbito rural, a definição de paisagem implica sobretudo a conjugação de três sectores principais (habitat, espaço agrário e inculto), como notou A. Durand⁶⁵⁸; o que implica recusar desde já a redução da paisagem ao espaço agrário, muitas vezes implícita quando se fala de “paisagem rural”⁶⁵⁹;

(iii) com o conceito de povoamento referimo-nos, no essencial, a dois sentidos distintos que a palavra acolhe em português: (a) o de *processo* de ocupação e organização de um espaço, de que resultam redes de povoamento definidas pela distribuição/hierarquização espacial dos núcleos habitados em cada momento; e (b) o de *configuração* espacial e morfológica do habitat⁶⁶⁰. No que respeita a este último problema, importa ainda notar que o termo ‘povoamento’ tanto pode ser utilizado para aludir (b.1.) aos padrões da distribuição espacial do habitat (dispersão, dispersão intercalar, aglomeração; implantação topográfica dos núcleos, etc.), como (b.2.) à própria morfologia interna dos núcleos de habitat (aglomerado/alveolar/disperso, aberto/fechado, planimetria organizada/orgânica, etc.) e respectiva inscrição na paisagem⁶⁶¹;

preferir os termos franceses “*territoire, voire terroir*” para o que aqui designamos por paisagem, v. ZUMTHOR, 1993 – *La mesure du monde...*: 86. Para uma definição geográfica clássica dos conceitos de ‘paisagem’, ‘unidades de paisagem’ (numa acepção consideravelmente diferente daquela em que o utilizamos) e ‘padrões de paisagem’, v. RIBEIRO, 1986 – *Iniciação...*: 21-22). O autor define quatro grandes “tipos de paisagens”: «1) de dominância natural (pouco ou nada alteradas pelo homem); 2) humanizadas descontínuas (obstáculos naturais); 3) humanizadas contínuas mas ajustadas aos elementos naturais; 4) totalmente humanizadas (conurbações e áreas metropolitanas, grandes concentrações industriais)» (*ibidem*, p. 160).

⁶⁵⁸ «Réalité écologique et sociale, le paysage est une construction humaine soumise à une dynamique évolutive où se conjuguent l’action des processus physiques, climatiques et biologiques et celle des hommes. (...)

«L’habitat, sa forme et sa répartition, l’*ager*, l’espace régulièrement cultivé, le *saltus*, l’espace pastoral et la *silva*, l’espace forestier, sont les éléments indispensables à la dialectique et à l’équilibre du paysage. Cette alchimie est conditionnée par différents paramètres: les outils, les techniques, les types de culture, les rapports et systèmes de production, la répartition des droits sur le sol, que reflète en partie le parcellaire, les moyens de stockage et de transport, traduits, entre autres, par le chevelu des chemins et des routes et, enfin, les structures sociales» (DURAND, 2002 – «Paysage»: 1057).

⁶⁵⁹ É importante ter em mente a noção ampla de “espaço rural” proposta já por M. BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»: 196: «El espacio rural es la articulación entre el asentamiento humano y el conjunto de zonas en donde tienen lugar los procesos de trabajo necesarios para la reproducción social».

⁶⁶⁰ Outras línguas distinguem mais claramente ambas as acepções, utilizando palavras diferentes: o castelhano distingue ‘*población*’ de ‘*poblamiento*’ (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 105); o francês ‘*peuplement*’ de ‘*habitat*’ (TOUBERT, 1998 – «L’incastellamento aujourd’hui...»: xvi); o italiano ‘*popolamento*’ de ‘*insediamento*’; e o inglês ‘*population*’ de ‘*settlement*’. No entanto, em português a palavra aceita ambos os sentidos: tanto falamos do “povoamento de Trás-os-Montes no tempo de D. Dinis”, como do “povoamento tendencialmente disperso do Minho”. Este duplo sentido da palavra em português foi já apontado por RIBEIRO, s/d – «Povoamento»: 466.

⁶⁶¹ Ao reflectir sobre a aplicação dos conceitos de “dispersão” e “aglomeração” (*nucleation*) ao estudo arqueológico do povoamento medieval, T. O’Keeffe chama a atenção não apenas para as duas escalas a que o “paradigma disperso-aglomerado” se aplica, coincidentes com os dois níveis de configuração

(iv) com o conceito de ‘território’ referimo-nos à concretização num perímetro tangível (ainda que em escalas muito diversas) do espaço ocupado e sobretudo dominado, que é assim investido de uma localização e identidade geográfica precisas⁶⁶². Sem ignorar a definição “institucionalista” proposta por Max Weber, na senda aliás do direito romano, para quem o território é entendido como “espaço de projecção de uma instituição”⁶⁶³, a utilização que aqui fazemos do conceito é mais ampla, por estar associada a qualquer forma de ocupação e dominação do espaço geradora de uma unidade *territorial*, sem que na sua origem esteja por força um poder formalmente constituído⁶⁶⁴;

(v) finalmente, com o conceito de ‘espaço’ referimo-nos a uma realidade abstracta, eminentemente ligada à representação mental (tanto a que construíram as fontes medievais como a que construímos nós hoje, a partir delas), e que remete por isso para a circunscrição de um qualquer lugar ou perímetro, que não apenas aqueles dotados de uma tradução física propriamente dita.

Implícita em todos estes conceitos está a referida trilogia (base material – organização social – representação discursiva), que funda o objecto da metodologia aqui

morfológica que aqui distinguimos, mas também para a necessidade de ter em conta o *processo* de povoamento, logo os dois sentidos do termo ‘povoamento’ aqui enunciados, na hora de aplicar estes conceitos: «First of all we need to be clear that ‘dispersed’ and ‘nucleated’ are legitimate descriptive terms for particular spacial patterns or dispositions, whether we are working at the scale of the individual ‘home’ and its spatial relationship to other ‘homes’, or at the scale of what Brian Roberts describes as ‘landscapes of settlement’. But the actual meanings of the two words still need elucidation. It is apparent from the literature on medieval rural settlement that most scholars regard ‘dispersed’ and ‘nucleated’ as synonymous with ‘isolated’ and ‘clustered’; thus farmsteads standing alone in their fields are examples of the former, and villages examples of the latter. This interpretation of the two words conveys an impression of stasis: if ‘isolated’ and ‘clustered’ are synonyms, these descriptions of rural settlement refer exclusively to the “condition” of settlement without alluding in any way to a *process* of settlement-formation or, as would be the case if we used ‘farmstead’ and ‘village’ or ‘peasant house’ or ‘village’, to the *function* of the settlement» (O’KEEFFE, 2000 – «Reflections on the...»: 104).

⁶⁶² Esta nossa definição confunde-se, em parte, com a de ‘espaço geográfico’ proposta por V. CLÉMENT, 1999 – «Le territoire du Sud-Ouest...»: 110; e sobretudo com a definição bastante ampla de J. Leffort: «le territoire est un espace à la fois limite et délimité sur lequel vit un groupe d’hommes. Parce qu’il est d’une étendue limitée, le territoire a des ressources mesurées; il permet certaines activités, à certains endroits; il est de ce fait différencié et souvent organisé en terroirs. Délimité, il implique une sorte de souveraineté (à distinguer de la propriété) et une pluralité d’exploitants. Ni la ferme isolée ni le hameau n’ont en ce sens de territoire (sauf si l’on veut adopter d’autres conventions). Le territoire est plutôt l’espace d’un village, ou d’une ville, quel que soit le statut juridique des habitants et de la terre. Dans plusieurs langues, le vocabulaire souligne l’unité que forment le village et son territoire» (LEFORT, 1988 – «Le territoire...»: 393).

⁶⁶³ V. MAZEL, 2008 – «Introduction»: 11-12. Na mesma óptica – ainda que numa perspectiva geográfica – V. CLÉMENT, 1999 – «Le territoire du Sud-Ouest...»: 110, define ‘território’ como «une forme d’appropriation de l’espace qui repose sur des relations de domination et d’autorité».

⁶⁶⁴ V. neste sentido as observações de B. CURSENTE; M. MOUSNIER (2005) – «Introduction»: *maxime* 8-9.

proposta. Atentemos na relação que esses três elementos definidores mantêm entre si na construção do “espaço documentado”.

2.1. A interacção espaço-sociedade: *bases materiais* da organização social do espaço

«on a cru également devoir insister sur l'unité indissoluble, dans toute structure historique, entre le jeu abstrait des relations et les réalités matérielles. (...) Les contraintes et les fondements matériels jouent un rôle central dans tous les secteurs et dans tous les aspects, sans exception, du développement historique, mais ils sont inséparables des relations sociales dont l'articulation est seule à leur donner un sens»⁶⁶⁵.

A metodologia aqui apresentada procura contribuir para o conhecimento das *bases materiais* em que se desenvolveram – determinando mas também sendo determinados – os processos de organização social do espaço que dominaram a cronologia em análise. Subjaz a este esforço descritivo a convicção de que o espaço não foi apenas moldado como moldou decisivamente a estrutura social de poder que o ocupou e organizou, obrigada a um jogo de permanente compromisso com as condições propriamente espaciais. Nas últimas décadas, tanto a reflexão historiográfica como a arqueologia e a geografia histórica têm insistido na necessidade de compreender os mecanismos que regem esta relação dialéctica⁶⁶⁶. Como escreveu J. Le Goff, ao notar a importância das relações entre centro e periferia, reveladoras da interacção espaço-sociedade e das transformações que ela comporta:

⁶⁶⁵ GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 290.

⁶⁶⁶ Algumas propostas recentes da historiografia e da arqueologia anglo-saxónicas, sobretudo, têm defendido que o espaço não só reflecte como estrutura a prática social, pelo que deve ser tratado como uma categoria histórica em si mesmo. A paisagem, a arquitectura e outros elementos da cultura material são entendidos como agentes activos na produção e na transformação da identidade social e não como meros cenários da actividade humana (BEATTIE; MASLAKOVIC, 2003 – «Introduction...»: 7). Esta importância do espaço como categoria histórica *per se* está na origem de um movimento historiográfico recente (que remonta aos anos de 1990), já apelidado de “*Spatial Turn*”. Apesar de uma matriz claramente assente na história cultural, que de alguma forma tem limitado este novo campo a aspectos simbólicos, relacionados com a representação do espaço, há a registar tentativas recentes de o alargar a «analyses substantivistes et processuelles du paysage», como a de TORRE, 2008 – «Un «tournant spatial»...». No domínio do medievalismo hispânico, já em 1999, J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR reconhecia que «estructura de la sociedad y ordenación social del espacio se reflejan mutuamente» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 43). É precisamente esta a perspectiva que orienta os trabalhos compilados em num volume colectivo recente sobre *People and Space in the Middle Ages...*, como se deduz das palavras de abertura de W. Davies: «The contributors to this book share a sustained interest in the way human communities used land in the Middle Ages and in the way those communities were in their turn shaped by the landed resources available – that is, in the literal as well as the symbolic interaction between people and space» (DAVIES, 2006 – «Introduction»: 1; v. também p. 5).

«l'espace n'est pas un contenant inerte, il est plus ou moins valorisé, plus ou moins orienté, et c'est plus et autre chose qu'un cadre dans lequel l'histoire se déroulerait dans une relative indépendance. L'espace produit l'histoire autant qu'il est modifié et construit par elle. Parmi les éléments spatiaux qui structurent l'évolution des ensembles historiques, il n'en est pas de plus révélateur de cette interaction et de ses transformations que les rapports entre centre(s) et périphérie(s), et l'observation de leur évolution à leurs limites»⁶⁶⁷.

É precisamente com base neste pressuposto de uma dialéctica permanente entre os constrangimentos do espaço e os processos da sua ordenação social que R. Delort propõe que se fale de '*aménagement*', mais do que de '*organisation*', do espaço⁶⁶⁸. A historiografia tendeu a concentrar-se no estudo da estrutura social de poder e da sua projecção espacial; muito justamente, por ser este o motor do processo histórico⁶⁶⁹. Todavia, percebe-se hoje a necessidade de inverter a perspectiva e, por um momento, centrar a análise no espaço propriamente dito, e não apenas na estrutura social que o organiza (com as limitações que necessariamente se impõem a uma análise deste tipo, quando baseada em fontes escritas)⁶⁷⁰. Procurar-se-á desta forma esclarecer melhor o papel do espaço enquanto condicionante e agente da prática social (projecção sociopolítica *do* espaço, e não apenas *no* espaço). Se quisermos, trata-se de, por razões que são fundamentalmente metodológicas, atentar na organização *material* do espaço que subjaz à "organização *social* do espaço" propriamente dita.

⁶⁶⁷ LE GOFF, 1999 – «Centre/périphérie»: 149.

⁶⁶⁸ «Plus que de l'organisation, je parlerait plutôt donc, de l'aménagement de l'espace pour rappeler non seulement l'évidence déjà formulée par Vidal de la Blache, voire Ernest Lavisse, que l'espace présente des contraintes mais surtout que de nouvelles contraintes, imprévues et rarement prévisibles, peuvent apparaître ou naître en cours d'aménagement et que les hommes sont obligés d'en tenir compte, consciemment ou non, pour mieux réussir et organiser cet aménagement» (DELORT, 2002 – «Conclusion»: 222).

⁶⁶⁹ Como vimos, este é um dos pressupostos de base da "organização social do espaço" teorizada por J. Á. García de (v. *supra* §1.1.); mas também um dos postulados assumidos pela historiografia de inspiração marxista, de que são um bom exemplo as palavras de M. Barceló: «El espacio rural es la articulación entre el asentamiento humano y el conjunto de zonas en donde tienen lugar los procesos de trabajo necesarios para la reproducción social (...) No se deben tampoco minimizar las dificultades de la investigación de la formación de los campos agrícolas cuyas formas, tamaños y el tipo específico de registro arqueológico que ofrecen, contienen, sin duda, información precisa sobre la estructura de los procesos de trabajo y, por consiguiente, sobre la organización social»; «La estratificación social feudal, y tributaria en general, tendrá una cognoscible disposición espacial. Antes se ha dicho que esta disposición espacial era desigual. (...) En rigor, la estratificación social que genera el espacio se plasma, a la vez, indeleblemente, en él imponiendo con obstinación los trazos de su lógica: producir excedentes y separar estos excedentes de quines los producen» (BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»: 196-197, 200).

⁶⁷⁰ Para a constatação da influência dos tipos de solo, por exemplo sobre as formas de organização do povoamento e das comunidades locais, a propósito do potencial explicativo da arqueologia da paisagem, v. ARNOLD, 2008 – *What is Medieval...*: 75-76.

Ora, a materialidade de um espaço socialmente construído traduz-se, em primeiro lugar, numa dupla realidade agrária e habitacional que os conceitos de ‘paisagem’ e ‘povoamento’, tal como os definimos, captam. O que converte o seu estudo no caminho mais imediato e privilegiado para avaliar a interacção (mais do que a “influência”, frequentemente vista como determinista e de um só sentido) entre a realidade ambiental de um espaço concreto e as estruturas económicas, sociais e de poder que enquadram a organização desse espaço por uma determinada sociedade⁶⁷¹. Na perspectiva do historiador preocupado essencialmente com a mudança social, a tónica deve recair mais nos fenómenos humanos do que os estritamente ambientais. Mesmo reconhecendo o potencial dos factores naturais na explicação da variação regional⁶⁷², M. Bloch mostrou como «la géographie fournit à l’historien de la vie rurale un cadre d’explication mais non les éléments de l’explication elle-même»⁶⁷³.

Mas é sobretudo a consciência das transferências de duplo sentido, capaz aliás de contrariar os determinismos tanto de base natural como social, que importa cultivar. Por um lado, não deve exagerar-se o potencial explicativo do meio natural, o mesmo é dizer: a sua capacidade de influir sobre as formas concretas que a paisagem adopta em cada região, ao longo do tempo, como pretendem ainda algumas correntes herdeiras da *New archaeology*, deslumbradas com as possibilidades abertas mais recentemente pela investigação paleoambiental⁶⁷⁴. Por outro, não deve exagerar-se a capacidade de uma

⁶⁷¹ No plano económico, esta interacção conduz à noção de ‘recursos’, como propuseram os autores de uma recente síntese de história económica da Dinamarca medieval (HYBEL, Nils; POULSEN, Bjørn – *The Danish Resources c.1000–1550: Growth and Recession*. Leiden: Brill, 2007): «The authors define ‘resources’ as ‘the impact of human society on the environment and vice versa’ (p. xv), specifically the physical and intellectual conditions that were used by Crown, nobility, church and commoners to enhance their material well-being» (recensão de David Nicholas: *EHR*. cxxvi (522) (Out. 2011) 1193-1995: 1193).

⁶⁷² «Les conditions imposées à l’activité humaine par la nature physique, si elles ne parraissent guère capables d’expliquer les traits fondamentaux de notre histoire rurale, reprennent tous leurs droits lorsqu’il s’agit de rendre compte des différences entre les régions» (BLOCH, 1999 – *Les caractères...*: 47).

⁶⁷³ TOUBERT, 1999 – «Préface»: 22. É particularmente eloquente deste posicionamento a observação anti-determinista feita pelo próprio Bloch, numa recensão a um trabalho de geografia regional sobre as planícies do Ródano médio, da autoria de Daniel Faucher: «L’homme vit par groupes, qui ont leurs traditions et leurs nécessités propres; c’est à travers tout ce réseau d’habitudes et de contraintes que la nature exerce sur lui son influence» (cit. in *ibidem*, p. 38, nt. 67). E também J. Á. García de Cortázar observou, a propósito do contributo da geografia, da antropologia e da arqueologia para o estudo da “organização social do espaço”: «De ella[s] provienen informaciones que los investigadores respectivos aspiran a integrar en una dinámica histórica de modificaciones, en la cual, pese al indudable peso de las condiciones naturales, es la acción antrópica, con decisiones muy selectivas, en función de intereses, la que produce los cambios» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 206).

⁶⁷⁴ «Les impératifs du milieu, en particulier, ne doivent pas être surestimés: ils ne sont qu’un des éléments d’explication de l’émergence et du développement (éventuellement négatif) d’une implantation humaine – et pas forcément le plus important – et les modèles généralisants propres à la New Archaeology, tout en

determinada estrutura social de poder para impor modelos hegemónicos de organização do habitat e mesmo do espaço agrário, como pretendeu alguma historiografia de inspiração marxista a propósito da implantação do feudalismo⁶⁷⁵.

Erra duplamente este tipo de interpretações. Em primeiro lugar, porque, na sua versão mais radical e ingénua, não reconhecem capacidade de iniciativa e de intervenção a outras forças sociais que não as classes dominantes (*feudais*) para protagonizar modelos alternativos de organização do espaço que possam ter coexistido com um modelo mais propriamente *feudal*, no quadro de sociedades que, como aconteceu no caso do quadrante norte da Península Ibérica, foram essencialmente pluriestruturais até ao século XII⁶⁷⁶. E em segundo lugar, porque, mesmo nas suas versões mais sofisticadas (que criticam a perspectiva funcionalista da versão mais simples⁶⁷⁷), se limitam a considerar a influência da estrutura social de poder *sobre* o espaço (produtora de território) e não admitem grande margem para uma influência de sentido inverso, que explica a capacidade *do* espaço para condicionar a própria evolução social.

Uma tal abordagem mais sofisticada está patente na generalidade das teses regionais epanholas sobre a *transição* para o feudalismo, a que já nos referimos⁶⁷⁸. Desde logo na “concepción dialéctica del cambio socio-espacial” que J. Escalona apresenta na abertura do seu trabalho sobre a formação do *alfoz* de Lara, e que enfatiza os factores sociais sobre os espaciais na explicação da evolução dos padrões de povoamento⁶⁷⁹. Quando muito, reconhece-se a capacidade do espaço já organizado e

apportant aux problèmes médiévaux un éclairage non négligeable, entraînent, comme toute interprétation strictement anthropologique, à méconnaître la spécificité de la période. Ainsi le mouvement de concentration qui commence à partir du VIII^e siècle a-t-il par exemple des causes de cet ordre, mais aussi plus simplement «historiques», comme l'action des grands propriétaires fonciers, entre autres» (BAZZANA; NOYÉ, 1988 – «Du «bon usage»...»: 550).

⁶⁷⁵ V., por exemplo, BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»: 223-25.

⁶⁷⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2000 – «Estructuras sociales...»: 610 e ss.; MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...*: 18-19.

⁶⁷⁷ «Entre la estructura organizativa de una sociedad compleja y su *territorialidade* no se da una relación simple, que se pueda resumir en la enunciación [de] una “lógica funcional” del patrón de asentamiento, realidad especialmente perceptible cuando abordamos el problema del *cambio espacial*» (ESCALONA MONGE, 1995 – *Transformaciones sociales...*: 40; v. também ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 5-6)

⁶⁷⁸ V. *supra* §1.2.5.

⁶⁷⁹ «Una comprensión dialéctica de las sociedades humanas y de su relación con el territorio que ocupan facilita bastante el manejo de estos problemas, pero es preciso aplicarlo en un doble frente: por una parte, la dialéctica entre los diferentes componentes de la estructura social y, por otra, la dialéctica entre los diferentes “estados” o “etapas” que el sistema social en su conjunto atraviesa a lo largo de un proceso de cambio continuado.

representado socialmente (e não tanto na sua dimensão material intrínseca) para se constituir em preexistência capaz de condicionar a evolução dos modelos de organização espacial. Mas este espaço é já – e por inteiro – um produto social⁶⁸⁰. Do mesmo modo, também I. Martín Viso estabelece uma correlação quase necessária entre senhoriaização e concentração do habitat, ao comentar a formação da rede aldeã no Alto Ebro ao longo dos séculos VIII a X, cuja morfologia predominantemente alveolar explica com a inexistência de um “forte poder senhorial”⁶⁸¹. Sendo que a tendência de concentração do habitat registada na zona de Zamora, já nos séculos centrais da Idade Média, é vista como sendo «fomentada tanto por la presión señorial como por la actividad interna de las propias comunidades»⁶⁸². Trata-se, contudo, e ainda, de uma explicação de base exclusivamente sociopolítica.

Um outro exemplo está patente no capítulo dedicado por J. J. Larrea à evolução diferenciada do povoamento na Navarra “Velha” e “Nova”, entre os meados do século XI e os meados do XII. Num capítulo significativamente intitulado: «Deux espaces seigneuriaux, deux structures de peuplement», o autor explica as diferenças entre a estrutura do povoamento numa e noutra zonas pela diversa estrutura dos poderes (senhoriais, sobretudo) dominantes em cada uma, construindo um modelo causal em que não parece caber outro tipo de factores⁶⁸³. É certo que o autor chama a atenção para

«(...) pienso que una concepción dialéctica del cambio socio-espacial como lo que sugiero permite abordar con mayor perspectiva el análisis del espacio altomedieval, entendido como un patrón acumulativo donde la complejidad está presente en todo momento y tiende a aumentar con el paso del tiempo» (ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 6). Na versão original do trabalho encontra-se uma exposição mais matizada (porque mais desenvolvida) do problema, que não esquece a importância dos factores físicos na explicação da evolução dos padrões de povoamento (ESCALONA, 1995 – *Transformaciones sociales...*: 39-41).

⁶⁸⁰ Como fica claro noutro trabalho do autor: «Por una parte, es cierto que las sociedades humanas dejan su impronta sobre el espacio que ocupan, la cual podemos estudiar con el fin de conocer mejor la sociedad que la generó. Sin embargo, la articulación espacial que podemos estudiar en un momento dado no tiene una relación directa y simple con la organización social que podemos considerar característica de ese tiempo y lugar. Por el contrario, se trata del producto complejo de la dialéctica entre estructuras espaciales establecidas con anterioridad y corrientes de cambio que las modifican, pero raramente las eliminan totalmente. Leer en esse palimpsesto y detectar qué elementos pertenecen al pasado remoto y cuáles son de implantación reciente es tarea difícil y poco agradecida» (ESCALONA, 2000-2001 – «Comunidades, territorios y poder...»: 87)

⁶⁸¹ MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...*: 149; embora o autor ofereça uma explicação que ultrapassa a esfera sociopolítica para a persistência de formas dispersas de povoamento (*ibidem*, p. 157). De resto, a contra-prova da insuficiência desta explicação reside no facto de alguns núcleos de habitat apresentarem ainda uma morfologia alveolar no século XIII, quando era já indiscutível a afirmação dos poderes senhoriais (*ibidem*, p. 253).

⁶⁸² MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...*: 260.

⁶⁸³ LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 497-540, 590-91. «Les liens entre la construction de la société féodale et les transformations du peuplement constituent, on le sait, l'un des thèmes majeurs de l'historiographie de ces dernières années. Cette question présente des traits particulièrement intéressants

a “fossilização”, nos territórios de mais antiga ocupação da Navarra “Velha”, de uma rede densa de pequenas aldeias, criada pela dinâmica de crescimento agrário protagonizada pelas comunidades camponesas ao longo dos séculos IX e X. Pelo que não deixa de reconhecer a incapacidade dos poderes senhoriais para alterarem radicalmente esta estrutura do povoamento, ao longo dos séculos XI e XII (e mesmo depois)⁶⁸⁴. Mas faz radicar tal incapacidade nas próprias debilidades do poder senhorial nesta zona, não em qualquer outro factor exterior às estruturas sociais de poder⁶⁸⁵.

Se este tipo de abordagens é operativo no estudo da organização territorial (produto da acção sociopolítica sobre o espaço) e das redes de povoamento⁶⁸⁶, já o estudo de uma realidade propriamente paisagística, tanto do habitat como dos espaços produtivos, exige uma atenção maior à base material do espaço. Como fica, de resto, bem patente em diversos estudos arqueológicos capazes de conciliar as expectativas (muitas vezes ingénuas) depositadas pela arqueologia processual na análise espacial com as perspectivas contextualistas que tendem a sublinhar os factores sociais e simbólicos (necessariamente contextuais) da construção da paisagem, de que é um bom

en Navarre, car le contraste vif que nous avons décrit entre les structures seigneuriales de la Vieille Navarre et celles du sud, trouve son corrélat quasiment parfait dans une disparité non moins radicale au niveau de l'occupation du sol dans chacun de ces deux espaces» (*ibidem*, p. 497); «Dans la Vieille Navarre, ni les petits seigneurs locaux, ni les maîtres des seigneuries ecclésiastiques n'ont été capables de modifier sensiblement à leur profit les structures de l'habitat. Les petites dimensions, la dispersion et l'enchevêtrement des seigneuries de cette zone – où les droits seigneuriaux sont entrés dans le jeu des patrimoines privés – se conjuguent avec l'attraction qu'exerce sur la haute aristocratie le riche territoire méridional pour expliquer la survie presque inaltérée des structures du peuplement que le nouveau régime a trouvées au début du XI^e siècle. De la sorte, la fossilisation du peuplement préféodal a lieu sur deux plans: le réseau des centres de peuplement et la morphologie villageoise, l'un et l'autre se perpétuant tels qu'ils ont été façonnés par l'action des petites communautés paysannes qui sont à l'origine de la croissance des IX^e-X^e siècles.

«(...) l'aménagement du paysage méridional apparaît au premier plan comme l'encadrement par la couronne de l'élan colonisateur donné par les paysans. Mais le fruit qui en résulte est la *villa* méridionale: une nouvelle *villa* dans une Navarre nouvelle. Cette *villa* se révèle comme une cellule seigneuriale compacte, libre du risque de fragmentation et facile à contrôler, qui réunit forteresse, large district et gros centre villageois. Constituant l'assise matérielle du fief, cette *villa* est le socle de l'édifice féodal bâti sur le domaine royal» (*ibidem*, p. 539-40).

⁶⁸⁴ «Bien entendu, l'erreur serait de se faire une image parfaitement immuable du peuplement à travers les siècles. Les chartes montrent que l'initiative de petits seigneurs à parfois abouti à la création d'habitats intercalaires; mais les très modestes dimensions qu'ils présentent rendent compte, encore une fois, de l'incapacité seigneuriale à modifier sensiblement les structures du peuplement» (LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 506).

⁶⁸⁵ «Au XI^e siècle comme au XIV^e, tout dessein de regroupement des hommes, quelle qu'en soit l'ampleur, exige de disposer de la puissance suffisante pour le mener à terme et pour soutenir l'entreprise face aux intérêts concurrents: la corrélation entre hiérarchie des pouvoirs et hiérarchie du peuplement est bien connue» (LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 500).

⁶⁸⁶ «Debe tenerse en cuenta que a todo sistema social o modo de producción le corresponde un modelo de articulación espacial, luego no pueden existir modificaciones sustanciales en la red de asentamientos sin una transformación profunda de las relaciones sociales» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 68, nt. 53).

exemplo, no caso português, o trabalho de P. C. Carvalho sobre a Cova da Beira no período romano⁶⁸⁷.

De resto, é necessário distinguir neste ponto as escalas espaciais (e respectivos fenómenos) em que são mais activos os factores ambientais e aquelas em que, pelo contrário, prevalecem os sociais⁶⁸⁸. Como bem sublinhou García de Cortázar, o estudo da “organização social do espaço” exige a definição de diversas escalas de análise, dentro das quais os diversos tipos de fenómenos cobram (mais) sentido⁶⁸⁹. Retomando a proposta formulada nos anos 1970 por David L. Clarke, no quadro teórico de um paradigma processualista, com vista à definição de três níveis de análise espacial em arqueologia: macro ou regional (comarca); semimicro ou local (aldeia); micro ou individual (casa familiar)⁶⁹⁰, García de Cortázar, procurou calibrar esta proposta em função da realidade medieval hispânica, sugerindo que no primeiro nível os factores explicativos são predominantemente os sócio-culturais, no segundo os sócio-políticos e no terceiro os sócio-económicos⁶⁹¹.

Torna-se assim evidente a complexidade da interacção entre espaço e sociedade, na tripla dimensão “locativa”, “ambiental” e “paisagística” (para retomar a já referida taxonomia de Baker⁶⁹²) em que ela pode concretizar-se. É certo que a realidade social (marcada por uma capacidade de *agency* infinitamente maior) é capaz de se adaptar bem

⁶⁸⁷ Ao referir-se à etapa do seu percurso metológico dedicada a analisar «as localizações e as relações espaciais – horizontais e hierárquicas – entre sítios e entre estes e o meio físico», observa o autor: «Em suma, à partida, os modelos organizativos do espaço podem constituir um reflexo das características físicas e ambientais do meio, da racionalidade e das exigências do sistema económico, das dependências sociais e dos vínculos familiares, dos quadros normativos administrativos e religiosos e mesmo de uma percepção simbólica do espaço fundada fundada em velhas memórias e/ou novas ideologias colectivas, que actuam de forma cruzada e com intensidade variável, de região para região» (CARVALHO, 2007 – *Cova da Beira...*: 38).

⁶⁸⁸ «L’importance du rôle joué par le facteur anthropique tient en grand partie à l’échelle spatiale des phénomènes considérés: à l’échelle des petits bassins, l’action humaine prend le pas sur les dynamiques bioclimatiques et tend à les oblitérer dans l’enregistrement sédimentaire, tandis qu’on constate l’inverse dans les grandes vallées» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l’espace...»: 50).

⁶⁸⁹ «La explicación espacial de esa organización no se realiza, normalmente, en forma de unidades absolutamente autónomas meramente yuxtapuestas. Por el contrario, es fácil observar distintos ámbitos de magnitud diferente dentro de los cuales cada uno de los datos espaciales cobra un significado preciso, alimenta un tipo de información diferente» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 209).

⁶⁹⁰ CLARKE, D. L. – «Spatial information in Archaeology». In Idem (ed.) – *Spatial Archaeology*. Londres, 1977, p. 1-32.

⁶⁹¹ No primeiro dominam «los aspectos generales de conformación de la sociedad», no segundo «los aspectos intermedios de acomodación de esa sociedad a un espacio y, en especial, los de atribución social del mismo», e no terceiro «los aspectos puntuales de aprovechamiento de esse espacio y del reparto social de sus redimientos» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 209).

⁶⁹² BAKER, 2003 – *Geography and History...*: passim.

mais rápida e eficazmente aos condicionalismos espaciais do que a (normalmente lenta) evolução destes últimos poderá influenciar a evolução social. Mas também é verdade que a natureza *estrutural* destes condicionalismos impõe à acção social um conjunto de possibilidades radical que, se não a determina, influencia de forma decisiva. Donde o papel activo que importa atribuir ao espaço (reconhecido pela geografia e pela arqueologia, embora por vezes restringindo-o à dinâmica paisagística, sem abertura às suas implicações sociais).

Aliás, este papel activo fica bem patente na ausência de uma relação necessariamente directa entre a morfologia dos vários sectores da paisagem (com destaque para o espaço agrário, mais directamente dependente do meio ambiente, e por isso mais estável) e as sucessivas conjunturas de apropriação e exploração do solo, como notou, por exemplo, P. Cammarosano, no quadro de um estudo regressivo da organização territorial do Friuli, na longa duração, que lhe permitiu verificar a persistência das formas tradicionais do habitat e das estruturas agrárias entre a Idade Média tardia e o século XIX, apesar das sucessivas mudanças ao nível da apropriação e exploração da terra (evolução das formas propriedade)⁶⁹³. A mesma persistência que a longuíssima tradição dos estudos sobre a paisagem e o povoamento em Inglaterra tem vindo a confirmar, ao nível dos grandes modelos de organização da paisagem⁶⁹⁴.

De resto, esse papel agente do espaço fica claro na possibilidade de diferentes estratégias de exploração e atribuição do espaço, protagonizadas por grupos sociais com interesses divergentes, quando não concorrentes, redundarem na imposição ou mera acomodação a esquemas semelhantes de organização do espaço, do habitat como do

⁶⁹³ «Pas de liaison directe, donc, entre les vicissitudes et la nature des propriétés et la structure fondamentale du territoire. De nombreux exemples tirés de la documentation des XVII^e-XIX^e siècles nous montrent en effet que l'extrême morcellement se prêtait à toute une série de mutations, soit au niveau de la propriété soit au niveau de l'exploitation, sans que cela aboutît à une altération de la physionomie de l'habitat et des types de terroirs.

«En partant de cette constatation, que seuls les documents modernes permettent d'établir clairement, du «décalage» entre structures de l'habitat et modes d'appropriation des terres, on est en mesure de se poser, «régressivement», des questions qui touchent de façon directe à la société médiévale» (CAMMAROSANO, 1988 – «De la cartographie...» : 256).

⁶⁹⁴ «A consistent outcome of all these studies is definition of the deeply entrenched division between former open-field landscapes with their predominantly nucleated villages, running in a broad strip across England from Somerset and Dorset in the south to Northumberland and County Durham in the north, and the more dispersed nature of settlement in former marginal or woodland regions both to the north and west of the village belt, and in south-eastern England and parts of East-Anglia. These patterns can clearly be traced back into the medieval period and beyond, and are obviously closely related to historical land use but have, remarkably, survived vicissitudes of historical change and even the proliferation of settlement in recent decades» (JONES; HOOKE, 2012 – «Methodological Approaches...»: 41).

espaço agrário, por conveniência ecológica desde logo⁶⁹⁵. Como há já muito notou García de Cortázar, a propósito das unidades familiares de exploração, determinantes na configuração do habitat e do espaço agrário, é relativamente escassa a influência da titularidade sobre a terra (e de outros factores de produção) sobre a configuração morfológica de ambos os sectores da paisagem⁶⁹⁶.

Percebe-se assim como espaço e sociedade (e, por detrás de ambos, ambiente, paisagem, território e mesmo representação social do espaço) evoluem de forma solidária mas não necessariamente coincidente⁶⁹⁷. São importantes as reflexões de J. Escalona, sobretudo no domínio da organização e da representação social do espaço, quando chama a atenção para o facto de a complexidade dos padrões espaciais ser proporcional à das sociedades, donde a relevância das noções de “sistema englobante o suprasistema” e de “sistemas englobados o subsistemas”, como «harrieta conceptual utilísima para salvar algunos obstáculos interpretativos importantes a la hora de analizar la incorporación de unos sistemas sociales de pequeña escala a otros mayores». Assim:

«En sociedades complejas (...) un mismo espacio puede ser entendido como propio por más de una colectividad, de diferente escala, y el significado simbólico, económico, político, etc., de sus componentes puede ser distinto desde una perspectiva local y desde otra más amplia», donde a necessidade de «abandonar la idea de una alta correlación entre organización social y patrón de asentamiento y pensar en algo mucho más fluido y dialéctico, con muchos elementos heredados del pasado y, sobre todo, carente de una sola “lógica espacial”, y pensar más bien en un escenario de convergencias de diversas “lógicas espaciales” antiguas y nuevas, locales y de amplia escala, dominantes y subyacentes, en una amalgama más compleja y contradictoria»⁶⁹⁸.

⁶⁹⁵ V. *supra* §1.2.4. Referindo-se às causas sociais da persistência de um povoamento disperso importante no quadrante Norte da Península Ibérica, entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, observam Á. BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 76: «Sin duda las propias estructuras sociales actuaban por debajo del diseño de las redes y la profusión de un poblamiento disperso puede deberse a causas distintas. Una primera posibilidad se refiere a una fuerte autonomía de los grupos campesinos en un contexto de escasa territorialización del espacio por parte de las instancias de poder, la cual dejaría abundantes intersticios donde se pudieron generar nuevos y pequeños asentamientos. La dispersión en éstos casi equivalería a la liberación de las fuerzas productivas, un modelo que se ajusta perfectamente a las condiciones de la colonización campesina que se postula para el período altomedieval. Pero también pudo ser el resultado de una iniciativa señorial, de aprovechamiento de algunos espacios incultos».

⁶⁹⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1978 – «Historia rural medieval...»: 94.

⁶⁹⁷ «Del mismo modo que las sociedades cambian y evolucionan, también lo hace su patrón de asentamiento y, con él, la percepción social del entorno, pero es una simplificación peligrosa asumir que los tres lo hacen de manera correlacionada. Visto a tiempo largo, cabe más bien esperar una acumulación de procesos graduales de cambio» (ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 5).

⁶⁹⁸ ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 5.

Em suma, depois de uma abordagem excessivamente “objectivista”, quando não mesmo determinista, há que superar também o paradigma da mera projecção espacial, como o da mera representação social do espaço feito paisagem, que situam nas estruturas sociais o único pólo de análise (quando não de realidade) e vêem na paisagem uma mera “fonte” para o estudo dessas estruturas que a constroem, ignorando a função activa do espaço na montagem dessas mesmas estruturas, com as quais estabelece um diálogo permanente de que resulta a construção de espaços (locais, regionais) e de paisagens concretas⁶⁹⁹. Trata-se, no fundo, de reconhecer ao espaço o estatuto de *palco*, e não apenas *cenário*, da vida social⁷⁰⁰. E de sublinhar a necessária subsidiariedade entre o palco e a acção, o espaço e a sociedade, a geografia e a história, que a historiografia recente tem vindo a reconhecer, como notou A. H. R. Baker: «While many historians have viewed place as a passive stage, others have come increasingly to recognise knowledge of place as being crucial to a full understanding of history. Where history takes place is not incidental but central to the way in which dramas unfold. Moreover, the geographical scale of historical enquiry has become a significant issue for many historians»⁷⁰¹.

Ou dito de outra forma, é preciso ultrapassar, na senda da investigação arqueológica mais recente, a imagem tradicional da paisagem como *palimpsesto* (W. G. Hoskins)⁷⁰², no qual as sucessivas formações sócio-epocais foram deixando, por mera

⁶⁹⁹ A. H. R. Baker chamou a atenção para a definição de “lugar” proposta por A. R. Pred: «He envisaged place as ‘a process whereby the reproduction of social and cultural forms, the formation of biographies, and the transformation of nature ceaselessly become one another at the same time that time-specific activities and power relations continuously become one another’. He further contended that the ways in which these phenomena are interwoven in the becoming of place or region are not subject to universal laws but vary with historical circumstances» (BAKER, 2003 – *Geography and History*...: 187).

⁷⁰⁰ A mesma metáfora (*stage*) foi utilizada a propósito da importância cimeira que a paisagem assume hoje como objecto de estudo arqueológico em si mesma, e não apenas como um suporte (*framework*) de sítios e monumentos (ANDERSSON; SCHOLKMANN; KRISTIANSEN, 2007 – «Medieval Archaeology...»: 25). E, referindo-se especificamente ao trabalho dos historiadores, observam J.-P. DEVROEY; M. LAUWERS, 2007 – «L’«espace» des historiens...»: 435: «(...) L’«espace» constitue désormais un *objet* et non plus seulement le *cadre*, généralement impensé, du travail de l’historien». Note-se, todavia, que a metáfora do palco foi também muito utilizada pela literatura geográfica de inspiração determinista dos inícios do século XX, nomeadamente pela geógrafa americana Ellen Churchill Semple, que se refere à geografia (entendida no sentido de ambiente físico) como «the stage on which history unfolds» (SEMPLE, E. C. – *American History and its Geographic Conditions*. Boston, 1903. Ed. revista de 1933, p. v, cit. in BAKER, 2003 – *Geography and History*...: 26).

⁷⁰¹ BAKER, 2003 – *Geography and History*...: 188.

⁷⁰² Sobre a génese deste conceito, que radica em F. Maitland, e os problemas que ele coloca, v. GARDINER; RIPPON, 2007 – «Introduction: The Medieval...»: 1: «Though it is a vivid conceit, it is in many ways an imprecise and misleading description. (...) At very few points in the past has the landscape been even partially wiped clear and rarely, if ever, has it been recreated with little regard for its earlier usage, as a palimpsest was. More often, elements of the existing landscape have been taken and reworked

sobreposição, a sua marca⁷⁰³. Ou de superar, na senda das tendências actuais da geografia histórica, dicotomias tradicionais como sejam as que opõem espaços materiais vs. representacionais, físicos vs. humanos⁷⁰⁴. Importa aqui sublinhar que aquela dimensão activa do espaço não é inerente apenas às dimensões “locativa” e “ambiental”, como pretendeu a geografia clássica, mas à própria construção social que é a paisagem: sendo um produto das estruturas sociais, ela está imediatamente a agir sobre essas estruturas, num jogo de permanentes transferências que não permite distinguir claramente sentidos e precedências de causalidade. Entre espaço e sociedade tudo influi sobre tudo. É precisamente por isto que a historiografia actual vem desenvolvendo uma consciência cada vez mais clara da necessidade de superar (sem propriamente anular) as tradicionais dicotomias entre domínios da realidade espacial (prático ou simbólico) e entre os diversos tipos de fontes (escritas ou materiais) ou os caminhos disciplinares (história, arqueologia, geografia, paleociências) disponíveis para o estudo dessa realidade⁷⁰⁵.

into new forms. Some elements have been retained, particularly those with symbolic importance, and others have been recast into entirely different patterns to meet changing demands and perceptions».

⁷⁰³ «[Em França] le développement de l'archéologie du paysage à partir des années 1980, celui de la géoarchéologie dans les années 1990, les recherches sur l'espace urbain ainsi que l'analyse morphologique des documents planimétriques ont renouvelé notre appréhension de la transmission des formes. Ces études ont eu une portée méthodologique essentielle: celle de mettre à mal l'idée d'un paysage palimpseste que chaque société marquerait successivement, couche après couche, et de faire émerger une conception plus dynamique, avec des rémanences, des effacements et des réactivations dans une perspective d'interaction entre les communautés humaines et leur environnement» (BOURIN; ZADORARIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 48). Esta perspectiva que sublinha quase exclusivamente a projecção de modelos socioeconómicos sobre o espaço domina ainda alguma investigação em arqueologia da paisagem na Península Ibérica, como se deduz das considerações feitas num manual recente sobre a cultura material na Idade Média hispânica, da autoria de R. IZQUIERDO BENITO, 2008 – *La cultura material...*: 55-56.

⁷⁰⁴ «(...) material geographies are products of imaginations, while imagined geographies are (often distorted) reflections of material geographies; human geographies cannot be removed entirely from their physical contexts, while physical environments are not immune from human activities» (BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 225); dito de outra forma, igualmente por geógrafos: «[places/regions are] constructed both materially and discursively, and each modality of this construction affects the other» (ALLEN, J.; MASSEY, D.; COCHRANE, A. – *Rethinking the Region*. Londres: Routledge, 1998, p. 9, cit. in BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 221).

⁷⁰⁵ «Le défi que doivent relever historiens et archéologues dans les années qui viennent consiste à articuler: (1) les informations livrées par les textes (qui concernent notamment les processus de polarisation sociale autour de certains lieux), (2) les données relatives à la topographie des groupements humains (qui se manifeste dans le bâti et qu'étudient, sur le terrain, les archéologues), et (3) la morphologie des paysages (qui s'inscrirait dans une très longue durée). Un tel programme ne pourra être réalisé qu'après avoir pris la mesure de la nature hétérogène des données dont disposent les chercheurs et après avoir dépassé les oppositions binaires trop simples telles que: données textuelles ou idéologiques vs données matérielles, représentations vs pratiques, espace perçu vs espace vécu, espace vécu vs espace réel, etc.» (DEVROEY; LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 441).

2.2. A representação documental de um espaço socialmente definido: construir um objecto historiográfico

«Entre une quête qui se propose de restituer la matérialité de l’habitat dispersé et une spéculation de nature «meta-historique», se situe le travail ordinaire de l’historien, qui est un travail de recherche de sens et de mise en perspective»⁷⁰⁶.

Do exposto percebe-se como na triologia que define o objecto do presente trabalho assume particular importância o jogo de interacção entre os pólos essenciais que são a base material e a organização social do espaço. No entanto, a representação discursiva do espaço não constitui apenas uma realidade mental (autónoma) em que convergem a base material e a organização social (através sobretudo da mediação do léxico espacial, que investe realidades materiais de um significado social), mas assume também o papel de mediadora entre estes dois pólos da realidade histórica, por um lado, e o historiador que a eles acede através dos documentos, por outro. Devemos por isso atentar no papel que a representação documental do espaço desempenha na criação de um objecto especificamente *historiográfico* como é o da metodologia aqui proposta.

Construído com base em fontes escritas, logo situado, de acordo com a dicotomia tradicional, do lado das apropriações sociais e das representações mentais do espaço, este trabalho procura precisamente superar essa dicotomia, prestando uma atenção particular à informação que é possível retirar dos textos sobre a materialidade do espaço. Sem, todavia, ignorar que não são estas as fontes privilegiadas para o estudo deste domínio do real, mas as arqueológicas. E que, como é evidente, o caminho até à realidade material invocada (mais do que descrita, muitas vezes) pelos textos obriga a dilucidar, com a exaustividade possível, a dimensão representacional deste tipo de fontes. Como notaram M. Bourin e É. Zadora-Rio a fechar um balanço recente sobre as investigações em torno das “práticas do espaço”, é precisamente neste domínio das representações espaciais que reside uma das vias preferenciais para a contribuição dos historiadores (e dos textos escritos) para um conhecimento cada vez mais aprofundado do tema⁷⁰⁷.

⁷⁰⁶ CURSENTE, 1999 – «Avant-propos»: 9.

⁷⁰⁷ «L’étude des pratiques spatiales fait appel à des disciplines multiples, qui ont chacune leurs propres échelles d’analyse. Leur résolution spatiale est variable: si les données archéologiques sont ancrées au sol, la documentation textuelle, beaucoup moins dense, contraint en général l’historien à des images plus floues, lissées à plus petite échelle.

Aliás, mesmo se o presente trabalho procura matizar a noção, hoje em dia demasiado difundida, de que para o historiador não há senão o espaço social e cultural, a relevância do estudo das representações espaciais especificamente medievais não pode ser, de forma alguma, posta em causa⁷⁰⁸. Desde logo, enquanto procedimento metodológico essencial, que nos salvará de uma leitura dos documentos medievais à luz de categorias espaciais contemporâneas, logo anacrónicas⁷⁰⁹. É esta uma condição de base para a correcta avaliação da dimensão representacional destes textos e para o consequente aproveitamento da informação por eles veiculada.

De facto, os textos *têm* um referente, que no caso das realidades espaciais é também, e efectivamente, material. Volvidos cerca de 50 anos sobre as primeiras manifestações de uma escola de pensamento que por comodidade designaremos de *pós-modernista*, entretanto transformada numa das correntes dominantes da reflexão epistemológica em História, vai já longa a batalha contra a referencialidade do discurso historiográfico e, em particular, das fontes escritas que tradicional e ainda maioritariamente o sustentam. E que foram convertidas, no limite, em nada mais do que discursos sobre a realidade, meras representações do passado sem qualquer capacidade efectiva de o tornar efectivamente presente. Se bem que as consequências deste movimento essencialmente teórico (e, como já se observou, raramente levado à prática

«La confrontation interdisciplinaire a fait sauter certains verrous, dont on ne doutait guère dans l'interprétation des textes et la restitution des espaces médiévaux. Le premier concerne le sens des mots du registre spatial, mots pris bien souvent au pied de la lettre, en vertu d'observations anachroniques. Le second concerne, plus lourdement encore, les structures mentales de l'espace et leur inscription dans le sol: l'évidence des limites moins univoques, des centres et des cheminements plus complexes, des hiérarchies spatiales plus lentes à mettre en oeuvre qu'on n'ele pensait. L'écart aussi entre la norme, ou l'image mentale, et la mise en pratique» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 54-55).

⁷⁰⁸ «Au regard de l'historien, il n'est d'espace social et culturel. Dans une telle perspective, la pluralité des représentations s'explique par l'existence de référentiels construits par des groupes humains plus ou moins étendus, plus ou moins spécifiques. La reconnaissance de cette pluralité implique une critique préalable de l'image que nous nous faisons aujourd'hui de l'espace, ainsi qu'une mise en question de nos catégories et de nos concepts. Comment donc, au Moyen Âge, les groupes humains se représentaient-ils et pratiquaient-ils ce que nous appelons «espace»? Ou, pour dire autrement, que signifiait alors en différents milieux et dans des contextes divers, habiter, être en mouvement ou en chemin, se fixer, aménager ou contrôler son environnement, ou encore organiser une figure?» (DEVROEY; LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 437).

⁷⁰⁹ É particularmente aguda a sugestão dos mesmos autores quando perguntam: «On pourrait même se demander si l'image d'un espace organisé en cercles concentriques, qui domine dans les représentations ecclésiales (et qui a pu déterminer, à la fin du Moyen Âge, des pratiques fiscales), n'a pas influé sur un certain nombre de *nos* représentations, par l'intermédiaire de modèles tels que la loi de gravite, formulée dès 1826 par von Thünen et fréquemment reprise ensuite, ou d'images de l'espace social induits par le recours à la «loi du moindre effort»» (DEVROEY; LAUWERS, 2007 – «L'«espace» des historiens...»: 452).

com a radicalidade defendida por alguns dos seus teorizadores⁷¹⁰) se tenham estendido aos mais diversos domínios historiográficos, é inegável que o seu impacto foi mais relevante nuns do que noutros, com evidente destaque para a história intelectual e da cultura⁷¹¹.

Contudo, parece evidente que o efeito combinado deste pressuposto teórico de base (que poderíamos classificar de *céptico*) com o avanço das disciplinas afins à história que estão especialmente vocacionadas para o estudo do registo material (não apenas a arqueologia, mas também as várias ciências paleoambientais, a antropologia biológica e a genética das populações, etc.) resultou numa secundarização, quando não mesmo menorização, das possibilidades das fontes escritas – logo dos historiadores – para o estudo das *materialidades*. Tratadas, é certo, durante longo tempo pela historiografia “clássica” como parcela menor da realidade, quando muito relevante enquanto cenário e adereço da acção individual, as *materialidades* conheceram, na historiografia do pós-guerra alguma atenção por parte de historiadores preocupados com as estruturas da vida material (sobretudo, mas não exclusivamente, no quadro das escolas dos *Annales*). Todavia, rapidamente se viram remetidas, a partir dos anos 1970’s/1980’s, ao estatuto de objecto de estudo quase privativo de arqueólogos e de outros cientistas *quase-exactos*, cujos extraordinários avanços, nomeadamente ao nível das técnicas de datação, lhes permitiram sustentar uma das mais sérias críticas contra o cepticismo radical de alguns pós-modernistas face à possibilidade de um conhecimento “objectivo” do passado: ao ultrapassar-se o quadro estrito das fontes escritas, uma parte importante da crítica à referencialidade do discurso historiográfico, assente no pressuposto da mediação textual no acesso ao passado, caía por terra⁷¹².

⁷¹⁰ Quer por parte de uma imensa massa de historiadores “tradicionais” visivelmente desinteressados deste tipo de reflexões (consideradas “distracções”) teóricas (MORTIMER, 2008 – «What isn’t history...»: 455-56; uma visão mais nuanceada em SPIEGEL, 2009 – «Presidential address...»: 3, nt. 5); quer pelos próprios historiadores pós-modernistas: «es realmente difícil encontrar el testimonio de un historiador postmoderno que efectivamente se apoye en los postulados postmodernos más radicales para la construcción de sus obras históricas» (AURELL, 2008 – «Del logocentrismo a la textualidad...»: 219).

⁷¹¹ Sobre estes problemas, v. as considerações que fazemos *infra*, Parte II, §1. Basta aqui precisar que a reflexão pós-modernista, profundamente ancorada na teoria literária e na filosofia da linguagem teve um impacto mais diminuto nos domínios da realidade histórica que se relacionam mais intimamente com o registo material ou com dimensões menos intelectualizadas do registo escrito: ao primeiro podemos aceder sem a mediação do discurso; no caso do segundo, sem negar a margem de autonomia do discurso, ele tem efectivamente uma dimensão mais descritiva e menos *criadora* de realidade.

⁷¹² Como notou I. MORTIMER, 2008 – «What isn’t history...»: 464-65, a contemplação directa dos vestígios materiais deixados pelo passado permite superar os limites impostos por essa mediação; e o recurso a métodos “científicos” utilizados pela arqueologia permite obter datações precisas desses materiais (que incluem os próprios suportes em que foram escritos os textos), cronograficamente

A pujança da investigação arqueológica nas últimas décadas, que autorizou a disciplina reclamar para si uma abordagem *totalizante* e um discurso inteiramente independentes da abordagem e do discurso propriamente historiográficos⁷¹³, não estimulou a discussão da relevância que pode ou não ter na reflexão específica dos historiadores a integração das materialidades, enquanto fatia relevante (*estruturante* mesmo) do real. Reconhecia-se implicitamente (por vezes até de parte a parte) que a responsabilidade da produção de conhecimento sobre a realidade material cabia quase exclusivamente a outras disciplinas que não a história.

Assimilados que estão hoje os contributos relevantes da reflexão pós-moderna nos planos epistemológico, heurístico e hermenêutico⁷¹⁴, e em face de uma crescente consolidação disciplinar da arqueologia e das restantes *ciências históricas das materialidades*, parece chegado o momento de reequacionar a importância e o papel da história – aqui entendida em sentido restrito, como disciplina encarregada de produzir conhecimento sobre o passado a partir de fontes escritas – no estudo desta secção do real. Certamente não numa perspectiva unilateral, ignorando a importância (primazia, mesmo) do registo material e dos dados e interpretações produzidos pela arqueologia; mas consciente, ao mesmo tempo, da importância do registo escrito e do contributo importante que a sua análise pode dar tanto no plano da produção de informação como no da interpretação⁷¹⁵. Mas isto implica necessariamente uma reflexão específica sobre os limites e as potencialidades destas fontes para o estudo das materialidades e o desenho de metodologias específicas para a sua análise sob este prisma, como a que neste trabalho se propõe.

definidas, pondo assim em causa a crítica pós-modernista à noção linear do tempo, considerada uma mera construção mental.

⁷¹³ Dificilmente poderia ser mais categórica a reivindicação de A. REYNOLDS, 2010 – «Archaeology: Britain», num artigo de síntese recente sobre a arqueologia medieval britânica: «Overall, the role of archaeology has long been seen as augmenting historical narratives, although archaeology is now taken seriously by many in the field at large as capable of constructing an independent narrative of medieval life».

⁷¹⁴ Tornou-se claro, nos últimos anos, que, depois de influenciar de forma determinante a teoria e (em menor grau) a prática historiográficas, o ciclo de influência do *linguistic turn* parece caminhar para o fim: MORTIMER, 2008 – «What isn't history...»: 456: «It [postmodernism] said what needed to be said in the 1980s and 1990s and then gradually fell silent». Uma opinião até certo ponto partilhada por G. SPIEGEL, 2009 – «Presidential address...»: 3, 9-10, se bem que a autora defenda a persistência em algumas das tendências historiográficas de *topoi* estruturantes do pensamento pós-estruturalista, como as «problematics of displacement and absent or fractured memory», que considera centrais nos actuais estudos de história transnacional e da diáspora (*ibidem*, p. 13).

⁷¹⁵ Não parece haver hoje grande margem para outro caminho que não seja o da complementaridade dos registos escrito e material, na construção de uma imagem reconhecidamente mais objectiva do passado do que aquilo que os pós-modernistas mais radicais estavam dispostos a conceder, como também observa MORTIMER, 2008 – «What isn't history...»: 466.

A discussão pós-modernista em torno dos limites representacionais do texto não tem, muitas vezes, a preocupação de distinguir *géneros* nesse universo imenso que é o da matéria textual. A discussão poderá ter sentido, e está ainda muito longe do fim, no campo literário (aqui entendido no sentido mais amplo possível). Mas no que respeita ao restrito campo dos textos diplomáticos, ela perde muito do sentido: a própria pragmática de textos investidos de uma função muito concreta e imediata parece ser, neste caso, uma garantia de referencialidade. Nunca absoluta, já se sabe, mas em todo o caso estritamente vinculada aos limites da verosimilhança. Não se espera outra coisa, ainda hoje, de um contrato jurídico. E essa verosimilhança será, em teoria, tanto maior quanto mais *correntes* e localmente situados forem os textos diplomáticos em análise, se tivermos em conta a noção de “descrição densa” proposta por C. Geertz⁷¹⁶.

É certo que não pode esquecer-se a ressalva feita por García de Cortázar a propósito do estudo da “organização social do espaço”, segundo a qual «lo que resulta, a veces, perturbador en el análisis histórico es que el código lingüístico propuesto por quien transmite la información, con frecuencia ajeno a la realidad que describe, cuando no deliberado partidario de transformarla, ha tendido a unificar en una misma palabra situaciones sociales absolutamente diferentes»⁷¹⁷. No entanto, como o próprio autor parece reconhecer implicitamente, este “alheamento” da linguagem em relação à realidade que se propõe descrever é bem mais sensível ao nível da realidade social, em virtude das referidas intenções de “transformação”, do que propriamente ao nível da realidade material. Ou, dito de outra forma, e apesar da artificialidade da distinção, entre, por um lado, a carga simbólica que o discurso procura atribuir à realidade espacial, em virtude da sua integração em esquemas (efectivos ou pretendidos) de ordenação social do poder, e, por outro, o próprio espaço material (paisagem), que resulta certamente da *projeção* desses esquemas mas não poderá nunca ser reduzido ao estatuto de mero produto social, sob pena de uma absoluta perda de referencialidade⁷¹⁸.

A relevância das fontes escritas para o estudo da materialidade do espaço é, assim, uma das reivindicações fundamentais da metodologia de análise que este trabalho

⁷¹⁶ C. GEERTZ – «Thick description: toward an interpretive theory of culture». In Idem – *The interpretation of cultures: selected essays*. Nova Iorque: Basic Books, 1973, p. 3-30. Para a sua aplicação ao estudo da paisagem medieval, a propósito da “densidade” que caracteriza o conhecimento do espaço veiculado pelas fontes de âmbito local, fruto de uma relação “densa” entre comunidades locais e respectivo território, v. ESCALONA; ALFONSO; REYES, 2008 – «Arqueología e Historia...»: 106-107.

⁷¹⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 207.

⁷¹⁸ Sobre estes problemas, v. *infra* Parte II, §1.

propõe. Uma metodologia centrada em fontes escritas, que estão bem longe de ter sido já “esgotadas” neste domínio, e em particular no estudo das estruturas do povoamento, como afirmou ainda recentemente R. Francovich⁷¹⁹; nem vêem esse potencial irremediavelmente diminuído pela escassez do número de documentos conservados ou o laconismo do seu conteúdo⁷²⁰; ou ainda pelo enviesamento que resulta do condicionamento social (e sobretudo senhorial) da sua produção⁷²¹. Pelo contrário, é necessário hoje um regresso às fontes escritas. Como notou recentemente R. Noël, «[les documents écrits] ne sont pas épuisés: ils contiennent des indications topographiques sommaires, mais datées sur des habitats et ils laissent entrevoir des morceaux de vie locale»⁷²². Se é verdade que a investigação atingiu, nos nossos dias, metas absolutamente insuspeitas em 1931, quando M. Bloch publicou o seu *Caractères...*, também é verdade que as perguntas que hoje fazemos às fontes escritas, e os instrumentais metodológicos de que dispomos para o fazer, evoluíram a um ritmo semelhante, senão superior, aos dos progressos da investigação. E por isso mantêm plena actualidade as observações do autor, quando afirma:

⁷¹⁹ «Reconstructing the processes which transformed the countryside between late antiquity and the Middle Ages relies on assessments of written and material evidence that display differing patterns of survival and modern-day use. The interpretation of fragmentary evidence cannot neglect the invariable but different limits of both types of evidence, and it is important to acknowledge that only the archaeological evidence can produce substantive new data» (FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»: 82). Posição mais moderada é a de M. RIU RIU, 1999 – «Aportación de la arqueología...»: 407: «el estudio de la Edad Media requiere además la relectura de las fuentes escritas con ojos de arqueólogo. Sólo así se conseguirá una nueva interpretación con valoración de los datos que las fuentes escritas aportan a nuestro objeto y que han pasado, a menudo, inadvertidos». No mesmo sentido se pronunciou mais recentemente R. IZQUIERDO BENITO, 2008 – *La cultura material...*: 15 e ss.

⁷²⁰ C como se deduz das palavras de C. A. Ferreira de ALMEIDA, 2001 – *O Românico*: 19: «A documentação existente [para o período da “Arte da Reconquista” (séculos IX-XI)] é pouca e lacónica e está, muitas vezes, adulterada. São mesmo os monumentos e os vestígios arqueológicos desse tempo os testemunhos mais valiosos e significativos para questionar e ilustrar a época».

⁷²¹ Não parece razoável, hoje, excluir liminarmente do registo escrito os espaços e as relações que configuram as comunidades camponesas, para sublinhar uma espécie de “exclusividade” da arqueologia no seu estudo, como defendeu Josep Maria LLURÓ, 1988 - «Nuevas tendencias en arqueología...» 59: «la arqueología (...) ha de ofrecer una explicación conveniente de cómo se organiza un espacio productivo y social mediante el estudio intensivo y extensivo de la zona en cuestión. Esto es importante por lo que se refiere a aquellos espacios y aquellas relaciones que no quedan explicitadas en las documentaciones, como son las de las comunidades campesinas» (). Esta afirmação assenta numa imagem esquemática da sociedade “feudal” e no pressuposto de que os senhores monopolizaram a produção do escrito (*ibidem*, p. 59). Um tal cenário está, todavia, muito longe de se verificar. Ainda que os senhores (e sobretudo as instituições eclesiásticas) tenham quase monopolizado a conservação dos actos escritos que chegaram até nós, a verdade é que os camponeses livres acediam também à produção de actos escritos que consignassem os seus negócios jurídicos, pelo que a sua voz (os espaços em que se moviam e as relações que entre si estabeleciam) não se pode considerar pura e simplesmente postergada do registo escrito (v. *infra* Parte II, §1).

⁷²² NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 65.

«Les documents récents éveillent les curiosités. Les textes anciens sont loin de laisser celles-ci toujours insatisfaites. Convenablement interrogés, ils fournissent beaucoup plus qu'au premier abord on n'eût osé en attendre: notamment ces témoignages de la pratique juridique, ces arrêts, ces actes de procès dont malheureusement le dépouillement, dans l'état actuel de notre équipement scientifique, est si mal préparé. Tout de même, ils sont loin de répondre à toutes les questions. D'où la tentation de tirer des propos de ces témoins récalcitrants des conclusions beaucoup plus précises qu'en droit il ne serait légitime»⁷²³.

Estruturado em bases essencialmente *historiográficas*, este programa contrasta com uma certa visão limitada que parece ter-se instalado num campo inequivocamente dominado (quantitativa e qualitativamente) pela abordagem arqueológica. Uma visão pouco disposta a conceder grande margem de manobra a investigações que, partilhando um mesmo objecto e até uma mesma problemática, partam de bases heurísticas e de procedimentos teórico-metodológicos diferentes. Assim se deduz do que escrevia, em 1988, M. Barceló, preocupado em demarcar uma agenda científica específica da arqueologia medieval, frente à história feita com base em fontes escritas (que designa de “medievalismo”)⁷²⁴. Ou, mais recentemente, das palavras de um arqueólogo eminente, como J. A. Gutiérrez González, que caricatura a análise *historiográfica* da Alta Idade Média reduzindo-a ao *topos* da “Idade das Trevas”, numa recensão a uma tese de portuguesa de arqueologia medieval⁷²⁵. Aliás, a amplitude do programa a que se propõe

⁷²³ BLOCH, 1999 – *Les caractères...*: 49-50.

⁷²⁴ «La arqueología medieval difícilmente puede aceptar los problemas que el «medievalismo» se plantea o las formas específicas con que los formula e intenta solucionarlos. Al contrario, la arqueología medieval, debe intentar elaborar su propia alternativa de conocimientos: sistemas de asentamiento, sus pautas, las formas de producción, mecanismos de distribución, organización social y su espacio, etc. Es por tanto deseable que siga en las afueras del «medievalismo», acechándolo.» (BARCELÓ, 1988 – «Prologo»: 13). O autor não deixa, todavia, de reconhecer a unidade de objecto entre história e arqueologia e a vocação desta última para o estudo global das sociedades: «Una cosa es establecer métodos adecuados y precisos para producir un registro arqueológico del que se pueda derivar, mediante operaciones conceptuales, conocimientos históricos, y otra cosa, muy diferente, es pretender «teorizar» estos métodos con la ilusión de producir un conjunto de conocimientos autónomos, propios de la arqueología, que, desde luego, sin embargo, tendrían que ser históricos, considerando que, forzosamente, el sujeto investigado es una sociedad humana» (BARCELÓ, 1998 – «¿Qué arqueología...»: 70).

⁷²⁵ «En los últimos años el estudio del poblamiento altomedieval ha experimentado un grande desarrollo, al convertirse en un de los principales indicadores de los procesos de cambio y formación de las estructuras sociales en la compleja transición del mundo antiguo al medieval. *Las nuevas perspectivas que abren los estudios territoriales permiten superar los anquilosados tópicos históricos sobre la «edad oscura»*. Así, frente al positivismo institucionalista emanado de las fuentes escritas, se alzan hoy otras formas de acercamiento a una realidad social en procesos de transformación, donde las formas, dinámicas y estrategias de ocupación del espacio por diferentes grupos sociales documentan los modos de vida, sistemas de producción y organización social de una población que no aparece en el registro textual. Esta nueva vía de percepción resulta espacialmente aplicable en áreas y tiempos ajenos a los «grandes acontecimientos» de la época tardoantigua y altomedieval (invasiones, guerras, concilios...), en los que la acción estatal o señorial no se materializó en construcciones monumentales y donde sus gentes quedaron

a arqueologia castelhana foi já constatada por F. Sabaté: «Face au défi lancé pour lever les interrogations, il faut louer la vitalité de l'archéologie castillane, actuellement convaincue de pouvoir déceler archéologiquement «el proceso de imposición del dominio feudal en el espacio campesino», cible jugée seulement souhaitable il y a une décennie»⁷²⁶.

A sensação que fica deste tipo de declarações programáticas é a de que, implicitamente, alguma arqueologia medieval espanhola parece recusar ainda o potencial explicativo a uma análise histórica construída sobre fontes escritas, na senda das propostas da *New archaeology* dos anos 1960-1980⁷²⁷. Ajudará a explicar este *entusiasmo* o facto de só nos últimos anos – ao contrário do que vem acontecendo com a arqueologia islâmica há bem mais tempo – a arqueologia medieval cristã ter finalmente começado a «despegarse del mero inventario de datos arqueológicos entendido como ampliación de los conocidos por vía escrita, para construir su próprio discurso histórico a partir de huellas materiales que [os arqueólogos] analizan al servicio de sus hipótesis y modelos»⁷²⁸.

E há que admitir que durante muitas décadas não foi reconhecido à arqueologia o lugar indiscutível que hoje lhe atribuímos no estudo da paisagem e do povoamento⁷²⁹;

al margen de los grandes acontecimientos, silentes y inexistentes para la historia oficial durante siglos. Sus modestos modos de vida no generaron repertorios materiales monumentales ni lujosos, no mereciendo tampoco la atención de la arqueología tradicional. En suma, regiones y gentes fuera de la historia» (recensão a TENTE, 2007 – *A ocupação alto-medieval...* in *TSP*. 3 (2008) 260-262: 260 – itálicos nossos).

⁷²⁶ SABATÉ, 2006 – «L'apparition du féodalisme...»: 69, citando precisamente um trabalho de J. A. GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 1998 – «Sobre los orígenes de la sociedad asturleonense: aportaciones desde la arqueología del territorio». *SH-HM* 16 (1998) 173-197.

⁷²⁷ «Al rechazar la capacidad explicativa de las teorías surgidas en el campo de la historiografía, la NA decanta la arqueología hacia la antropología (...) Para los nuevos arqueólogos, la historiografía no puede ofrecer ninguna explicación plausible de sociedades sin escritura» (LLURÓ, 1988 – «Nuevas tendencias en arqueología...»: 54). O problema é que as sociedades medievais não cabem nesta categoria.

⁷²⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 60, 74. É muito significativo do escasso desenvolvimento da arqueologia medieval do espaço hispano-cristão até finais do século XX o comentário feito pelo mesmo autor em 1999: «en general, en España, la arqueología medieval florece donde no lo hacen la paleografía y la diplomática»; no que diz respeito especificamente ao estudo da Alta Idade Média, note-se «metodológica y técnicamente, el limitado papel de la Arqueología medieval en la interpretación general del período (tanto visigodo como de los núcleos hispanocristianos), pese a la escasez de fuentes escritas» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 816, 818). De resto, ainda recentemente o mesmo autor chamava a atenção para o escasso aumento (proporcional) de informação arqueológica sobre o Norte cristão quando comparado com o al-Andalus: «sabemos que, en este campo, una cosa son las excavaciones, otra la redacción de memorias y, por fin, otra la elaboración de interpretaciones, y no es un secreto para nadie que el esfuerzo realizado hasta ahora ha sido progresivamente decreciente de la primera a la última de esas tres fases de la aplicación del método arqueológico» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2009 – ««Atomización»? de las investigaciones...»: 362).

⁷²⁹ Em particular no caso do altomedievalismo espanhol (como português): «In the 1980s and 1990s, when territorially focused studies took off, written sources clearly dominated the scene, provided the models

como não se reconheceu a capacidade do registo arqueológico para iluminar problemas (e sectores do real, mesmo) que as fontes escritas deixam na sombra⁷³⁰. Vem já muito de trás a dificuldade dos historiadores em compreender e integrar no seu próprio trabalho os resultados da investigação arqueológica⁷³¹; ao passo que os arqueólogos (até por uma questão de formação académica de base, ao menos na Península Ibérica) sempre lidaram melhor com um registo propriamente *historiográfico*. Sem querer apurar “culpas”, parece verdade que coube aos historiadores a maior fatia de responsabilidade pelo “cisma” entre historiadores e arqueólogos no medievalismo (não apenas ibérico)⁷³². Embora o quadro esteja claramente a mudar, como ainda recentemente reconhecia García de Cortázar num balanço sobre o estudo do povoamento altomedieval no quadrante Norte da Península: «es evidente que la historia del poblamiento (y, por tanto, de la sociedad) de los siglos VII a X, también en España, será dominio de los historiadores con formación arqueológica o no será»⁷³³.

and set the limits. Even if a minority of scholars tried to bring in archaeological data and arguments, the academic structure failed to realize its potential and to take the steps needed to make it grow. The dominant historical discourse remained largely ignorant of recent archaeological advances, on the grounds of its shortcomings of ten or fifteen years ago» (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 137).

⁷³⁰ «Texts can and must still be exploited with good results, but there certainly are limits beyond which questions simply cannot be answered on the basis of inappropriate sources. Instead, most of the basic economic and environmental issues mentioned above are better approached archaeologically» (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 130). «L’interprétation de matériaux livrés par l’archéologie est également une réponse à une critique de fond sur la valeur des sources écrites. Le scepticisme, l’interrogation sur leur capacité de représenter les circonstances de la vie médiévale ou à en permettre la reconstruction, s’alliaient et s’allient à la conscience des différentes connotations sociales des sources» (SCHMIDT, 2003 – «Espaces et conscience...»: 527).

⁷³¹ Tenha-se em mente a análise de J. Escalona, ao tentar explicar o bloqueio da arqueologia medieval em Espanha ao longo das décadas de 1940-70, que o autor relaciona com o predomínio da história feita a partir dos textos: «Durant cette étape, la position de l’histoire médiévale dans le milieu académique joua un rôle important pour bloquer l’émergence d’une archéologie médiévale. Pendant que l’archéologie wisigothe se consolidait comme unique archéologie médiévale chrétienne existante, les historiens médiévístes, fidèles à la maxime “l’histoire se fait avec des textes”, montraient à peine d’intérêt pour l’archéologie, car ils pouvaient travailler avec l’histoire de l’art, plus familière. Edifices religieux et militaires étaient les seuls points de rencontre»; «Et même si l’histoire ne se faisait pas seulement avec des textes, tout ce qui était digne d’intérêt s’y trouvait. Cette attitude continue d’exister parmi les médiévístes en activité en Espagne» (ESCALONA, 2010 – «L’archéologie médiévale...»: 258).

⁷³² O termo “cisma” foi utilizado por Iker Gómez Tarazaga, numa recensão ao já referido livro de M. VALENTI – *L’insediamento altomedievale nelle campagne toscane. Paessagi, popolamento e villaggi tra VI e X secolo*. Florença: Edizioni All’Insegna del Giglio, 2004: «De todos es conocida la situación que atraviesa hoy día el medievalismo en torno al “cisma” existente entre historiadores y arqueólogos. De igual manera, a nadie se le escapa la necesidad que ambas partes tienen de trabajar en común. No obstante, y siendo conscientes de dicho problema, parece evidente el empeño que aún muestran ambos “grupos” por trabajar de forma independiente. Aun así, un trabajo de investigación apoyado únicamente en el análisis de las fuentes documentales, o por el contrario, de las fuentes arqueológicas, no es suficiente como para abordar con garantías la construcción de un cuadro histórico» (*SH-HM*. 23 (2005) 303-305: 303).

⁷³³ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 131.

Todavia, sendo legítima no plano disciplinar a reivindicação de um estatuto autónomo por parte da arqueologia, deve ser questionado o alcance dos resultados obtidos por via de uma análise assente exclusivamente no registo material. Essa reivindicação não autoriza a menorização da análise propriamente historiográfica de problemas que são muito próximos, ou mesmo coincidentes, com aqueles que ocupam os arqueólogos. Até porque, como bem notou P. Toubert, ao questionar a suposta “neutralidade” que muitas vezes se pretende atribuir às fontes materiais (e ao conhecimento sobre elas construído), ao fim e ao cabo a análise “arqueológica” releva quase sempre de um horizonte de preocupações (e de um questionário) historiográfico, que é aquele que permite atribuir significado social aos fenómenos estudados⁷³⁴. Mesmo quando se associa às ciências ditas exactas (paleoambientais, sobretudo) no estudo de vestígios fósseis, vegetais, minerais etc⁷³⁵. Percebe-se assim a defesa feita pelo autor do conceito de ‘*Wirtschaftstarchäologie*’ proposto por Herbert Jankihn⁷³⁶, que vem estabelecer uma continuidade entre documentos históricos e arqueológicos no campo da problemática a que ambos são sujeitos; isto quando os documentos escritos (e o horizonte de problemáticas por eles sugeridos) não constituem mesmo um importante condicionante da própria investigação arqueológica⁷³⁷.

⁷³⁴ TOUBERT, 1998 – «Tout est document»: 102. S. Gelichi faz idêntica constatação, a propósito da investigação italiana dos últimos 30 anos: «l’apporto dell’archeologia è stato comunque richiesto su argomenti che già la storiografia tradizionale aveva fatto propri e, nella maggioranza dei casi, si ha l’impressione che comunque la fonte materiale vada ancora ad interagire con costruzioni interpretative e modelli teorici basati sull’analisi della documentazione scritta» (GELICHI, 2006 – «L’archeologia medievale...»: 18)

⁷³⁵ «Même, en effet, dans ce cas extremes, on observe que le pouvoir de contrainte du questionnaire historique met à mal l’idée d’une neutralité du document «naturel». C’est ainsi que l’exploitation – si possible convergente – des données fournies par la palynologie, l’anthacologie et la carpologie permet de restituer avec fidélité un objet total: un paysage végétal dans la diversité de ses composantes et la dynamique évolutive de ses associations. Mais l’étude de cette évolution est conduite de bout en bout, depuis le choix des points de collecte du matériel jusqu’à l’élaboration statistique des résultats obtenus en laboratoire, comme une enquête portant sur les processus d’anthropisation d’un milieu naturel. Elle restitue un ordre et une logique qui sont ceux d’un aménagement de ce milieu, à partir non d’un «facteur humain» indéterminé, mais de formes d’habitat et d’occupation du sol elles-mêmes définies historiquement. Prise dans ce mouvement, toute distinction disciplinaire entre histoire et sciences naturelles au service de l’histoire s’efface au bénéfice de l’histoire» (TOUBERT, 1998 – «Tout est document»: 102).

⁷³⁶ Herbert JANKIHN – «Umriss einer Archäologie des Mittelalters». *Zeitschrift für Archäologie des Mittelalters*. 1 (1973) 9-19.

⁷³⁷ Referindo-se a existência ou ausência de fontes escritas, H. Hamerow observa a propósito da investigação arqueológica sobre o povoamento no NO europeu entre os séculos V e IX: «In very general terms, in Scandinavia and northern Germany, where such sources are lacking, greater emphasis tends to be placed on settlement layout, building typologies, the relationship of settlements to cemeteries, and ecological issues. In southern Germany and the Netherlands, on the other hand, identifying the origins of manorial organization is often a central aim of archaeological fieldwork» (HAMEROW, 2002 – *Early Medieval Settlements...*: 9).

Também um arqueólogo com a projecção de J.-M. Pesez criticou um paradigma quantitativista de investigação associado à arqueologia extensiva francesa que prescinde de formular hipóteses sobre a natureza, o sentido e a cronologia das mudanças que uma acumulação maciça de dados permitir identificar ao nível dos processos de colonização, de apropriação e organização do espaço agrário, dos tipos de culturas, etc.; hipóteses essas que carecem de uma formulação propriamente *historiográfica*⁷³⁸. Como criticou as pretensões excessivas da *New archeology*, quando reivindica para a arqueologia, por si só, o estudo dos sistemas sócio-económicos⁷³⁹; quando hoje estão cada vez mais claras as limitações que, ao lado das amplas possibilidades, se levantam à produção e interpretação do registo arqueológico, em particular no que ao estudo do habitat diz respeito⁷⁴⁰. Aliás, não deve nunca esquecer-se a capacidade da história para colocar, precisar a alargar problemas, que são mesmo capazes de suscitar novos métodos e objectos de análise especificamente arqueológica, como reconheceu este autor durante a discussão de um painel do célebre colóquio *Castrum 2*, celebrado em 1984⁷⁴¹.

⁷³⁸ PESEZ, 1988 – «Introduction»: 134-135. «Solidement associé à la recherche historique, ou pour mieux dire appelé, provoquée par la recherche historique, l'archéologie de l'«incastellamento» apparaît mieux qu'un exemple: un modèle pour l'archéologie extensive» (p. 135).

⁷³⁹ «Quel «système» sócio-économique s'est jamais vu mis en évidence par la seule démarche archéologique? Quel système qui ne soit un decalque de la construction ethnographique ou qui ne doive l'essentiel à l'histoire et à ses sources habituelles, les documents écrits? Quel système aussi qui ne soit élémentaire, simple jusqu'à en être simpliste, éloigné autant qu'il est possible de la complexité des sociétés du passé.

«Il s'agit du Moyen Âge, en outre: est-ce de l'archéologie qu'on attendra des lumières sur le «féodalisme», ou plutôt sur les féodalismes, avec toutes les variantes que comportent et le concept et la réalité historique? Au surplus, le terme lui-même, féodalisme, est aujourd'hui largement refusé, parce qu'il est réducteur, simplificateur, parce que précisément, il correspond à un «système».» (observações de J.-M. Pesez no *Avant-propos* ao texto conclusivo de NOYÉ, (ed.), 1988 – *Castrum 2*...: 541). Para um conjunto de exemplos dos limites (mas também das possibilidades) heurísticos do registo material, logo da arqueologia, para o estudo dos “marcadores sociais” e “indicadores económicos”, v. PESEZ, 1988 – «Marqueurs sociaux...», em que o mesmo autor critica a “confiança excessiva” (*ibidem*, p. 5) de alguns arqueólogos e conclui: «La prudence s'impose; elle incite l'archéologue à soumettre ses hypothèses au feu de la critique et de la controverse; elle lui conseille fortement de rester à l'écoute des historiens, mais sans pour autant les suivre aveuglément» (*ibidem*, p. 7). Naturalmente, e como o autor faz questão de notar, a sua é uma posição diametralmente oposta à da *New archaeology*, para quem o percurso de investigação se faz dos modelos sócio-económicos para a realidade material e não no sentido inverso (*ibidem*, p. 7-8).

⁷⁴⁰ Sobre estas limitações, v. ZADORA-RIO, 2009 – «Early medieval villages»: 78; NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 46-50; e as acutilantes observações de H. Kirchner sobre as dificuldades de interpretação do registo material das comunidades rurais altomedievais, em particular no que diz respeito aos critérios de definição dos núcleos de aldeia, com o problema da dimensão à cabeça (KIRCHNER, 2010 – «Sobre la arqueología...»: 246 e ss.).

⁷⁴¹ «Dans le rapport qui s'établit là entre l'historien et l'archéologue, le dialogue et la précision des demandes sont plus que jamais nécessaires. Si l'historien posait des questions très précises – et en tout cas plus précises – concernant l'archéologie du paysage, peut-être trouverait-t-on alors des indices sur le terrain; peut-être inventerait-on les méthodes susceptibles de vérifier des hypothèses. L'archéologue trouvera et datera des forêts, des anciens limites de champs, des anciens murets; il ne répondra pas

É certo que a corrente hoje dominante na arqueologia medieval não aceita inteiramente estes pressupostos, insistindo na necessidade de, para lá da necessária colaboração com historiadores, se gerarem problemáticas e conceitos operativos especificamente a partir do registo material, mas dotados de um potencial explicativo da mudança social tão amplo quanto possível⁷⁴². A ponto de R. Francovich ter defendido uma completa inversão da perspectiva tradicional no estudo das estruturas de povoamento altomedievais, ao insistir na necessidade de a própria documentação escrita ser interpretada à luz de “modelos elaborados a partir do registo arqueológico”⁷⁴³. Esta perspectiva foi perfilhada por J. Escalona num artigo recente em que procura sumariar os muitos avanços da arqueologia espanhola no estudo da paisagem e do povoamento altomedievais, para defender um verdadeiro *archaeological turn* que levará a arqueologia a assumir a dianteira na formulação de modelos interpretativos sobre a história rural altomedieval⁷⁴⁴. Esta visão, que não deixa de reconhecer a necessidade de

d’emblée à une question posée sur la «réorganisation des terroirs» (NOYÉ (ed.), 1988 – *Castrum* 2...: 408).

⁷⁴² ANDERSSON; SCHOLKMANN; KRISTIANSEN, 2007 – «Medieval archaeology...»: 28; FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»: 59. Na arqueologia medieval espanhola esta visão é adoptada, por exemplo, por J. A. Gutiérrez González, que, ao constatar a influência do modelo albornociano (“*despoblación y repoblación*”) na própria explicação arqueológica das “origens dos núcleos de povoamento” e dos “ritmos do crescimento agrário altomedieval” até há bem pouco tempo, observa: «Con estos postulados, no es de extrañar la falta de presupuestos propios y de capacidad para generar un discurso histórico desde el propio registro arqueológico»; um quadro que só começaria lentamente a alterar-se a partir dos anos 1980 (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...»: 61).

⁷⁴³ «Given the quality of information emerging from archaeological research, it appears increasingly obvious that the reconstruction of early medieval settlement structures can be based only partially on written evidence which is fragmentary and geographically disparate. Even when the written sources run rich (...) by themselves they simply do not suffice for reconstructing contemporary settlement forms. But it is fruitful to read the written sources in the light of models elaborated from the archaeological evidence, reversing the historian's proposition that the period from the late seventh and to the early tenth centuries should “still be read *through* the written sources” because of the slender archaeological information» (FRANCOVICH, 2008 – «The Beginnings...»: 78). No mesmo sentido se pronuncia J. A. QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 76, a propósito da investigação ibérica: «Resulta evidente, a la luz de las investigaciones más recientes, que la creación de registros arqueológicos de calidad precisa que mantengamos esta autonomía y analicemos los escasos documentos altomedievales a la luz de problemáticas arqueológicas».

⁷⁴⁴ «We have now reached a point at which the possibility of an effective convergence of historians and archaeologists looks more promising than ever, as we are approaching the point at which archaeological data and arguments may well take the lead from texts in building models of early medieval peasant life» (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 137). O facto fora, de resto, já apontado por García de Cortázar, que parece considerar esta *uma* “perspectiva conceptual”, entre outras: «Hasta finales de los años 1980, las mejores aportaciones de la arqueología medieval hispanocristiana habían centrado su atención en el análisis formal y funcional y en el encuadramiento cronológico de distintas manifestaciones materiales, desde las armas a las necrópolis. Más allá de estos esfuerzos, los intentos para insertar el registro arqueológico en el discurso histórico tendían a utilizar aquél como *corpus* informativo subordinado a un discurso elaborado sobre fuentes escritas. Solo más recientemente la perspectiva conceptual de la arqueología espacial y del paisaje ha permitido la utilización de los registros materiales

criar um “terreno comum” entre historiadores e arqueólogos⁷⁴⁵, tornou-se particularmente evidente no que respeita a uma realidade tão complexa como é a da aldeia altomedieval (cada vez mais bem definida do ponto de vista do registo material), como de resto tem vindo a defender insistentemente J. A. Quirós Castillo⁷⁴⁶.

Que a especificidade do registo material exige – mais do que justifica – essa especificidade de problemáticas e conceitos é evidente. No entanto, é necessário reconhecer também as limitações que essa especificidade necessariamente comporta, sobretudo quando não é perspectivado em quadros empíricos e interpretativos amplos como são os que abre a arqueologia da paisagem⁷⁴⁷. E a utilidade, senão mesmo obrigação, de contornar tais limitações através da integração com o quadro de problemáticas e conceitos gerados a partir do registo escrito, quadro este que tende a ser mais *totalizante* e é, em todo o caso, diferente (e igualmente específico). Retenha-se, a este propósito, as observações de G. Astill (um arqueólogo), a propósito do problema da iniciativa (senhorial ou camponesa?) na “mudança social” ao longo da Idade Média, para o qual a arqueologia não foi ainda capaz de gerar uma resposta a partir especificamente do registo material. Notando que a arqueologia medieval inglesa passou ao lado do debate teórico mais alargado denominado *agency debate*, o autor

para crear un discurso autónomo que emplea fuentes escritas o registros onomásticos como subsidiarios» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la Alta...»: 77).

⁷⁴⁵ «Early medieval villages, though, were neither “historical” nor “archaeological”; they existed regardless of today’s research, and it would be a costly failure if both perspectives should not converge on their shared object. In this case, both history and archaeology can make substantial, complementary contributions, but before, both need to resign “ownership” of the notion, and allow for the construction of a shared conceptual ground. Are archaeologists and historians prepared to collaborate on this scale? Moreover, is the academic establishment of history prepared to accept that the bulk of research on early medieval peasants should lean on the side of archaeology and that archaeological data must ultimately take the lead in modelling the history of early Castilian rural society?» (ESCALONA, 2009 – «The early Castilian...»: 138).

⁷⁴⁶ «Pero resulta muy probable que se esté cerrando un ciclo. Si se pretende seguir considerando la relación entre espacio y poder como un criterio de análisis de la configuración de los paisajes medievales, es preciso empezar a relativizar las fuentes escritas y a trabajar sobre registros materiales de calidad, de los que ya disponemos para algunos espacios.

«Por otro lado, será necesario replantearse algunos de los paradigmas teóricos con los que hasta el momento hemos intentado intuir o explicar un periodo que cada vez es menos «oscuro»» (QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 74).

⁷⁴⁷ «Cualquier intento de comprender mejor la organización de los procesos de trabajo y de los territorios campesinos, además del carácter bastante opaco del registro material por ellos segregado, supone la superación del excesivo apetito por la identificación de los “fósiles-guías” y de las tipologías estilísticas. Parece, por lo tanto, que la salida hay que encontrarla en la aplicación interdisciplinar de una arqueología de tipo espacial preocupada por el poblamiento rural como una variable muy importante dentro del conjunto de las estructuras sociales y no desligada de los objetivos fundamentales de la investigación histórica» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 83).

observa: «Instead there is a tendency to compromise by assigning change to the ‘community’ – which may mean peasants acting on their own or in combination with the lord. While this may be true, it is not very satisfying because it rarely acknowledges how well-informed medieval historians have become about how communities worked»⁷⁴⁸.

No caso concreto do estudo do povoamento altomedieval no quadrante Norte da Península Ibérica, é sintomático que um autor tão convicto da necessidade de uma agenda de investigação especificamente arqueológica como J. A. Gutiérrez González apresente um diagnóstico das lacunas que ainda hoje caracterizam a sua disciplina em que ressalta claramente a necessidade de responder a interrogações tradicionalmente colocadas e investigadas pelos historiadores *tout court*:

«Otras cuestiones de la caracterización del poblamiento altomedieval (disperso, concentrado, intercalar...), su organización socioeconómica interna, su capacidad y autonomía organizativa de los espacios de trabajo y de la producción (dedicación y extensión del terrazgo, de autoabastecimiento o destinada al mercado o al pago de renta), son aún poco conocidas. Igualmente su correlación con las unidades de organización espacial perceptibles en el registro escrito (valle, tierra, aldea, solar, villa, corte (...)), su relación o integración en unidades señoriales de encuadramiento territorial, político o fiscal (*territoria*, *commisos*, *mandationes*, alfores, condados, merindades, parroquias...), la capacidad de esta clase feudal para imponer sus estructuras de poder, centros de dominación territorial, unidades de explotación, concentración y control de la población y de la producción (*castra*, *castella*, *palatia*, *ecclesie*, etc.), son aspectos aprehensibles y explicables no sólo desde la documentación escrita sino desde el registro arqueológico; sin embargo ha sido una crucial parcelas histórica cuya construcción ha sido dejada tradicionalmente al medievalismo textual»⁷⁴⁹.

No entanto, e como reconheceu muito recentemente outra arqueóloga, H. Kirchner, num parágrafo particularmente agudo, que sintetiza bem as dificuldades interpretativas que se levantam hoje à massa avassaladora de dados produzida pela arqueologia sobre as comunidades rurais altomedievais, e que conduziram a reflexão estritamente arqueológica a um certo impasse, obrigam a regressar ao registo escrito e a questionamentos propriamente *historiográficos*, numa leitura agora informada pelas muitas perspectivas abertas pelo estudo do registo material. Apelando à necessidade de “integração”, que não mera “justaposição”, dos registos arqueológico e textual no estudo das comunidades camponesas altomedievais, a autora observa:

⁷⁴⁸ ASTILL, 2010 – «The Long...»: 24.

⁷⁴⁹ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2006 – «Sobre la transición...»: 67.

«Pocas veces se ha hecho [essa integração]. Y me atrevo modestamente a decir que *es el mayor defecto subyacente en la práctica investigadora de muchos arqueólogos que trabajan prácticamente sólo con el registro arqueológico y utilizando de forma complementaria, ancilar, el discurso generado desde la documentación o realizando, directamente, el análisis de esta*. Se ha producido, en cierto modo – aunque no siempre –, un proceso inverso al que describió M. Barceló en 1988 y estos eran – complementaria, ancilar – los adjetivos que atribuyó a la arqueología medieval de entonces por la forma en que era integrada o simplemente, no lo era, en la construcción historiográfica. Tal como recuerda G. P. Brogiolo (...), R. Francovich defendió *la necesidad de construir el registro arqueológico de forma autónoma, respecto a las fuentes escritas y esta reivindicación se ha traducido, a menudo, en ignorar, por parte de muchos arqueólogos, unos conocimientos que la arqueología no puede sustituir*.

«Creo que esta actitud puede explicar, al menos en parte, el contraste existente entre el impresionante cuerpo empírico de origen arqueológico construido y las dificultades para interpretarlo. (...)

«Con ello no quiero decir que la respuesta a todas estas cuestiones deba ser hallada en la documentación escrita, ni mucho menos. *Lo que me parece absolutamente necesario y que todavía no se ha hecho de forma sistemática y consciente es que hay que volver a leer la documentación partiendo del conocimiento adquirido gracias a este registro arqueológico y al revés*. Las publicaciones que mencionaba antes y que reseño ahora están mostrando que la arqueología⁷⁵⁰ ha topado con un techo, esperemos que solo sea provisionalmente, y, en consecuencia, el proceso de investigación debe recurrir a nuevas estrategias. De otro modo, la capacidad explicativa se estanca y la vaguedad en que se construye la interpretación permite subvertirla con toda facilidad»⁷⁵¹.

A conclusão, ainda nas palavras de Kirchner, contrariando o princípio de um discurso arqueológico autónomo, é óbvia: «la arqueología medieval tiene la ventaja, respecto a otras arqueologías, de poder contar con el registro escrito y, por lo tanto, no debe construir su registro de forma autónoma. Es una arqueología histórica»⁷⁵¹. Em síntese, não parece ultrapassado repto lançado por J. Chapelot e R. Fossier em 1980 de uma colaboração biunívoca entre a história e a arqueologia, capaz de cotejar permanentemente problemáticas diferentes, porque construídas com base em registos diversos e firmemente ancorada na especificidade de cada disciplina. Reconhecendo que os cada vez mais significativos resultados produzidos pela arqueologia medieval «sont

⁷⁵⁰ KIRCHNER, 2010 – «Sobre la arqueología...»: 246-47 (itálicos nossos).

⁷⁵¹ KIRCHNER, 2010 – «Sobre la arqueología...»: 261. No mesmo sentido se pronunciou J.-M. PESEZ, 1999 – «Synthèse des travaux»: 496, referindo-se aos extraordinários avanços da arqueologia medieval no Mediterrâneo: «L'extension de la bio-archéologie promet pour très bientôt des résultats qui ne seront pas moins fiables que ceux de l'archéologie allemande: et on évitera sans doute de trop tôt théoriser, de trop tôt s'enfermer dans de fausses certitudes. (...) la richesse des sources écrites constituera un garde-fou – je n'hésite pas sur le terme – pour l'archéologue; elle l'empêchera de s'aventurer à dessiner des modèles purement hypothétiques, parfois invraisemblables, du type de ceux que nous offre la *New Archaeology*».

de plus en plus intégrables dans une problématique historique, dans des préoccupations d'historiens», os autores notam que:

«l'archéologie occupe désormais une place majeure dans la connaissance de bien des aspects de l'histoire médiévale: elle n'est plus l'illustration d'un discours historique construit à partir des seules sources écrites, l'image rapide et au contenu léger ou incertain que les historiens pouvaient se contenter d'évoquer distraitemment pour conforter leurs propos. L'archéologie du Moyen Age construit désormais, à partir d'un stock croissant de données spécifiques, ses problématiques propres aussi bien pour enrichir sa documentation que pour exploiter celle-ci; elle éclaire des aspects que les historiens ne voyaient point ou ne pouvaient voir; elle renvoie enfin, et de plus en plus, aux textes eux-mêmes pour en extraire des données originales ou inexploitées, passée souvent inaperçue pour les historiens ou inutilisables par eux sans les données archéologiques. En retour, l'étude des textes remet souvent en cause et sur divers points l'approche archéologique, elle en réoriente les conclusions mais aussi les modes d'approche, les choix de recherche»⁷⁵².

Neste debate sobre paradigmas interpretativos parece-nos, de facto, preferível acentuar a convergência de perspectivas, e não tanto a possibilidade de uma qualquer “liderança”. Mas a verdade é que a arqueologia reivindica hoje a capacidade de responder aos grandes problemas associados à estrutura social de poder a partir do registo material e de um conjunto de interpretações que dele decorrem directamente. Não apenas no domínio restrito da arqueologia do habitat, com uma “arqueologia das aldeias” que pretende erigir-se em “arqueologia do poder”⁷⁵³, mas no que diz respeito à investigação arqueológica em bloco⁷⁵⁴. Ou seja, para lá da estrita materialidade do espaço, tradicionalmente reclamada como um quase exclusivo da disciplina, a arqueologia procura – muito legitimamente – estender o seu inquérito aos factores propriamente sociais que intervêm na organização da paisagem, do povoamento, do território, em suma: do espaço socialmente construído. Coloca, portanto, o problema da interacção espaço-sociedade no centro do seu inquérito. O que naturalmente, e mesmo que muitas vezes os arqueólogos estejam pouco dispostos a reconhecê-lo, há-de

⁷⁵² CHAPELOT; FOSSIER, 1980 – *Le village et la maison...*: 336.

⁷⁵³ V. QUIRÓS CASTILLO, 2007 – «Las aldeas...»: 79-80.

⁷⁵⁴ É sintomático o programa de um artigo recente de J. A. Quirós Castillo, que procura sintetizar um conjunto muito amplo de informação arqueológica produzida nos últimos anos na zona de Madrid, no Vale do Douro e no País Basco: «We will focus our attention mainly on four complementary aspects: forms of power (on a local as well as supra-local scale, linked to state formation); aristocracies; the role of cities and exchange; and rural communities» (QUIRÓS CASTILLO, 2011 – «Early medieval...»: 289). Significativamente, este programa é decalcado, como o próprio autor declara, do questionário que estrutura a ampla síntese escrita por um *historiador* sobre os séculos V a VIII: WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*

conduzi-los às fontes escritas e ao “espaço documentado”; que constitui, como vimos, uma instância privilegiada (mais do que o registo arqueológico) de mediação entre os dois elementos-chave na construção do espaço: a base material e a organização social.

Os documentos não são, definitivamente, as fontes preferenciais para o estudo da paisagem na sua dimensão material, objectivo que cabe mais aos arqueólogos do que aos historiadores, embora estes possam fornecer dados quanto à morfologia concreta das diversas unidades de paisagem⁷⁵⁵. Afirmar a importância das fontes escritas neste campo implica reconhecer a necessidade de as complementar com a análise de outro tipo de fontes, desde logo as arqueológicas, por forma a superar a clivagem entre mutações documentais e sociais que está na raiz, por exemplo, da linha fundamental que via nos séculos X a XII (quando a documentação escrita começa a ser relevante) o período de formação das estruturas fundamentais da paisagem europeia, quando hoje se percebe o peso que os períodos anteriores, altimedieval mas também antigo e proto-histórico desempenharam nesse processo, como vimos⁷⁵⁶.

No entanto, é também verdade que a informação veiculada pelas fontes escritas apresenta um sentido socialmente contextualizado que é mais difícil de encontrar no registo material. E permite por isso ir além das materialidades no estudo do espaço. Só através dos documentos é possível relacionar plenamente a configuração morfológica de uma determinada paisagem com os fundamentos da acção sobre ela exercida pela sociedade que a ocupou e organizou, com evidente destaque para os mecanismos económicos que enquadram a exploração da terra (e outros recursos) e para a estrutura social de poder responsável pela implementação de um modelo de organização do território (tanto dos espaços residenciais como produtivos), tendente ao enquadramento dos homens. A *espessura* social das fontes escritas revela-se ainda fundamental na hora de estudar as percepções e representações sociais do espaço, que não só constroem a

⁷⁵⁵ E, ainda que não sejam capazes de oferecer descrições tão globais como as que resultam da escavação sistemática de um sítio ou da prospecção intensiva de um território, a verdade é que também neste capítulo o potencial informativo das fontes escritas está longe de ter sido esgotado, como ficou dito.

⁷⁵⁶ ESCALONA; ALFONSO; REYES, 2008 – «Arqueología e Historia...»: 96; BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Les pratiques de l'espace...»: 47-48, 41, cit. supra, que insistem na relevância das fontes arqueológicas para o aperfeiçoamento dos modelos explicativos (e cronologias) dos procesos de concentração do habitat à escala europeia. Como notou R. NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 43: «Moins rares qu'il n'y paraît de prime abord, les données écrites sur l'habitat dans les campagnes du haut Moyen Âge restent insuffisantes. En dehors des pays méditerranéens, la plupart sont en demi-teinte et laissent dans l'ombre la topographie des endroits habités. Les éléments livrés par les fouilles de sites ruraux occupés entre le VIIe et le Xe siècle ressortent bien mieux: ils mettent en présence de groupes de maisons, d'édicules et de dispositifs annexes; ils redonnent même un visage à certains lieux».

paisagem, quando entendida como produto cultural, “espaço pensado e simbolizado”⁷⁵⁷, mas influenciam a própria construção social da paisagem, entendida na sua dimensão material, de meio transformado pela acção humana⁷⁵⁸.

As fontes escritas constituem-se assim como um instrumento preferencial para a reconstituição das já referidas transferências de duplo sentido que se estabelecem entre a realidade material do espaço e os esquemas de natureza económica, sociopolítica e mesmo simbólica que cada sociedade forja para se apropriar (física e mentalmente) e organizar o território que entende como seu. E por isso constituem uma das vias imprescindíveis para o estudo, devidamente contextualizado, da paisagem. Mais do que as fontes arqueológicas, directamente ligadas à *materialidade* da paisagem, os documentos permitem sobretudo traçar um “quadro geral de possibilidades” para a morfologia das diferentes unidades de paisagem e de organização do espaço rural documentadas – um quadro que deverá, caso a caso, ser descrito com mais pormenor pela arqueologia. Todavia, a principal força das fontes escritas reside no facto de permitirem investir esse quadro morfológico de:

i) uma localização cronológica exacta, sustentando assim o desenho da sua evolução⁷⁵⁹ (pelo contrário, são as fontes arqueológicas que proporcionam localizações espaciais exactas);

ii) um contexto social, que define o lugar de cada unidade no quadro de um determinado modelo (ou conjunto articulado de modelos) de *organização social do espaço*⁷⁶⁰;

⁷⁵⁷ ESCALONA; ALFONSO; REYES, 2008 - «Arqueología e Historia...»: 99: «El empleo de fuentes escritas, en particular, tiene un potencial para sondear la percepción espacial de los actores sociales que entronca perfectamente con las preocupaciones actuales de los arqueólogos, quienes raramente tienen acceso a una información de tal densidad a través del registro material» (*ibidem*, p. 97).

⁷⁵⁸ Como notaram M. GARDINER; S. RIPPON, 2007 – «Introduction: The Medieval...»: 6, a propósito das tendências recentes para o estudo da dimensão representacional e ritual (“*phenomenology, symbolism and design*”) de paisagens: «This approach has been developed particularly in prehistoric studies but the opportunities for understanding the landscapes of the Middle Ages are even greater. Written evidence allows the context of the creation of ‘made landscapes’ to be understood more clearly and lets us approach more closely the perceptions and ideas of those who occupied them».

⁷⁵⁹ É esta uma das funções essenciais atribuída às fontes escritas, na investigação arqueológica, por IZQUIERDO BENITO, 2008 – *La cultura material...*: 17.

⁷⁶⁰ Esta preocupação em investir de significado social não é exclusiva de uma análise assente em fontes escritas. Um dos pressupostos essenciais da *New archaeology* é precisamente «asignar correspondencias entre el material arqueológico y las actividades socioeconómicas que presuntamente implican, es decir, dotar de significado sociológico al registro que se estudia», para o que recorre sobretudo a modelos explicativos da antropologia, por considerar que «la historiografía no puede ofrecer ninguna explicación plausible de sociedades sin escritura» (LLURÓ, 1988 – «Nuevas tendencias en arqueología...»: 54). Tal preocupação conduziu, no entanto, a modelos explicativos distintamente arqueológicos, ainda que

iii) um significado cultural, no quadro de esquemas articulados de percepção e representação do espaço, que são a um mesmo tempo um produto das estruturas sociais que organizam o espaço e um factor do próprio processo de organização, já que a acção sobre o espaço (como sobre qualquer outro objecto) implica sempre uma representação prévia; isto para não insistir no papel central destes esquemas de percepção e representação na génese da *imagem* que nos é dado construir, hoje, do espaço altimedieval.

As fontes escritas levantam, assim, problemas que ultrapassam largamente o da simples *materialidade*, dadas as suas implicações nos planos económico (dos “modos de vida”), sociopolítico (no quadro global de poderes exercidos sobre uma população e um território) e cultural (no horizonte amplo das práticas e das representação espaciais). No entanto, também é verdade que uma correcta apreensão do significado que uma determinada unidade espacial assume em cada um destes planos implica necessariamente o seu fundamento “objectivo”, e portanto a caracterização tão rigorosa quanto possível da sua morfologia física.

É indiscutível o impacto dos avanços recentes da arqueologia neste domínio, que veio confrontar a investigação histórica com um conjunto muito amplo (e novo) de dados empíricos e mesmo de propostas interpretativas que esta tarda efectivamente em acompanhar. No entanto, parece-nos igualmente importante reconhecer que as fontes escritas – e os historiadores – estão em boa posição para avaliar a interacção espaço-sociedade, e em particular o que designámos por *bases materiais* da organização social do espaço. Isso implica, todavia, superar uma certa dificuldade em desenvolver metodologias específicas que sejam também capazes de uma análise igualmente renovada e mais detalhada das fontes escritas para o estudo da paisagem e do povoamento. Não é outro o objectivo da proposta metodológica que passamos finalmente a descrever.

inspirados na antropologia (funcionalista e materialista cultural, sobretudo) e na geografia, que assentam numa causalidade estritamente materialista, pelo que, na opinião de J. M. Lloró se revelam «banales, mecanicistas o inconcretos» (*ibidem*, p. 55) e redundam numa a-historicidade que «renuncia al ordenamiento y explicación diacrónica de la información» (*ibidem*, p. 56) e num «materialismo reduccionista y simplificador» (*ibidem*, p. 57).

3. Metodologia: para uma *proposografia* do espaço

Procurando responder a este conjunto de perspectivas de análise de um objecto que definimos como a representação documental de uma realidade material socialmente construída, a metodologia que passaremos a descrever, com o detalhe que o enfoque *metodológico* do trabalho exige, orienta-se precisamente por dois objectivos principais: (i) o levantamento sistemático das distribuições cronológica e espacial das menções documentais às diversas unidades de organização do espaço num dado território e (ii) o estudo morfológico destas unidades e da sua evolução. Não é de todo original este programa. Inspira-se, aliás, directamente nas observações feitas por J. Á. García de Cortázar logo em 1969, no final do seu estudo clássico sobre o domínio do mosteiro de San Millán de la Cogolla, ao sublinhar a dimensão de “ensaio” metodológico que o trabalho procurava também assumir:

«dos son las premisas fundamentales a tener en cuenta: la necesidad de recoger todos y cada uno de los datos registrados en los documentos por nimios que parezcan, y, sobre todo, la de transcender el puro nominalismo de los vocablos para entrar en contacto directo con la realidad que tratan de describir, a través de una interpretación precisa de los mismos, única que permitirá “reconstruir un concepto” de aquélla. La primera de las dos premisas enunciadas obliga, por tanto, a una cuantificación constante y universal de los fenómenos descritos, lo que ayudará a descubrir probabilidades, y, en suma, tendencias de comportamiento. La segunda exige una rigurosa disciplina de la mente para captar – por debajo de eventuales distinciones de vocabulario – la unidad real, esto es la identidad de significado socio-económico – histórico –, de muchos conceptos»⁷⁶¹.

Embora o horizonte de problemas tratados por García de Cortázar neste seu estudo de “história rural” estivesse ainda longe do questionário mais amplo que veio a desenvolver nos anos 1980 para o estudo da “organização social do espaço”, é evidente que os fundamentos essenciais da metodologia que acompanhou a concepção deste questionário radicam nas duas “premissas” enunciadas pelo autor na passagem citada. Ora, mesmo que a metodologia de análise que aqui propomos esteja orientada, em primeiro lugar, para o estudo da morfologia material (mais do que social) das diversas unidades espaciais documentadas, o que implica um certo regresso ao horizonte de preocupações expresso naquela passagem, em detrimento das abordagens mais complexas e totalizantes para as quais foi concebida a metodologia associada aos

⁷⁶¹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1969 – *El dominio del monasterio...*: 348.

estudos sobre a “organização social do espaço”, a nossa proposta não podia deixar de incorporar o conjunto das reflexões de García de Cortázar e de alguns dos seus discípulos no plano metodológico.

A definição dessa proposta deverá, por isso, iniciar-se pela marcação das suas especificidades dentro desse quadro metodológico de referência e dos objectivos que com ela se procura atingir (§3.1.). Só depois terá sentido a descrição detalhada do questionário de análise propriamente dito e da sua tradução numa base de dados (§3.2.). O que permitirá desenvolver as diversas potencialidades analíticas da metodologia (e da base de dados, como instrumento que a operacionaliza) (§3.3.). E exigirá, finalmente, uma referência ao quadro mais alargado de fontes que deve ser tido em conta por uma metodologia que, tendo sido desenhada para a análise da documentação diplomática, aspira a contribuir para o quadro necessariamente interdisciplinar que o estudo do espaço exige (§4).

Importa ainda notar, como justificação para o desenvolvimento atribuído a este apartado, que são raros no medievalismo hispânico os trabalhos que, contemplando um tipo de análise a que chamaremos *quantitativa*, dediquem algum espaço à descrição pormenorizada da(s) metodologia(s) utilizada(s): do questionário que orientou a recolha e tratamento de dados e da sua tradução em ferramentas automatizadas capazes de levar a cabo esses procedimentos de forma estruturada e fiável, o mesmo é dizer, em bases de dados⁷⁶². Como é rara no medievalismo português toda e qualquer reflexão metodológica relacionada com a análise espacial. Por se tratar de um exemplo isolado, e ainda que tenha sido concebido para o estudo de uma realidade substancialmente diferente da nossa (o espaço urbano escalabitano dos séculos XII a XIV), vale a pena aludir ao questionário (mais do que uma metodologia propriamente dita) proposto por M. Viana para a «reconstituição das formas de organização do espaço urbano e das estruturas materiais neles existentes», também a partir da análise preferencial das fontes

⁷⁶² Uma destas excepções são as páginas iniciais de um volume colectivo dedicado ao *foro* galego (PASTOR *et alii*, 1990 – *Poder monástico...*: 23 e ss.). Embora desenhado para o estudo de problemas diversos dos que nos ocupam (relacionados sobretudo com a exploração de patrimónios monásticos e as realidades sociofamiliares implicadas num modelo dominial assente na concessão de unidades familiares de exploração), o questionário que sustenta a investigação, e que é minuciosamente apresentado no conjunto de variáveis que o compõem, apresenta evidentes semelhanças com o que aqui propomos, se em lugar das “unidades de produção” que o estruturam colocarmos as “unidades espaciais” que a nós nos preocupam. Outra excepção são as (brevíssimas) considerações tecidas por J. Escalona sobre a “informatização dos dados” no apartado que dedica à descrição dos métodos na versão original da sua tese de doutoramento sobre o *alfoz* de Lara (ESCALONA, 1995 – *Transformaciones sociales...*: 142-43).

escritas⁷⁶³. Os resultados da análise para uma efectiva reconstituição do espaço urbano e das suas estruturas materiais são muito desiguais consoante os indicadores considerados⁷⁶⁴, mas parece-nos particularmente conseguida (e útil para os nossos propósitos) a utilização que o autor faz das informações contidas em confrontações prediais para o estudo da “densidade e natureza da ocupação do espaço urbano”⁷⁶⁵.

3.1. A “organização social do espaço” como quadro metodológico de referência

A proposta concebida por García de Cortázar para o estudo da “organização social do espaço” não se limita ao conjunto de princípios teóricos que deixámos já enunciados a propósito da construção historiográfica do binómio espaço-sociedade na historiografia ibérica⁷⁶⁶. Denunciando uma intenção clara de tornar esses princípios operativos, o autor fez acompanhar essa proposta de um conjunto de reflexões e directrizes de natureza metodológica. Como viria a reconhecer num texto mais recente, essas reflexões e directrizes podem ser agrupadas em três vias de trabalho principais: (i) os estudos relativos a um espaço regional; (ii) os estudos que analisam algumas das fases do processo de organização social do espaço (num âmbito regional ou supra-regional); e (iii) a análise das distintas unidades espaciais que servem essa organização, trabalhos estes que «estudian, normalmente, la geografía y la cronología de su aparición, la frecuencia de su presencia, los rasgos que las caracterizan, los vínculos que

⁷⁶³ «Para a análise do espaço construído e do crescimento do tecido urbano, além das eventuais prestações da arqueologia, da iconografia ou da cartografia, o grosso da informação é fornecido pela documentação escrita. Essa informação pode ser sistematizada em várias classes de indicadores que permitem uma reconstituição das formas de organização do espaço urbano e das estruturas materiais neles existentes.

«As classes de indicadores consideradas neste ponto são, ao nível da análise do crescimento do tecido urbano: 1. tipologia e cronologia da rede viária, 2. tipologia, cronologia e limites dos compartimentos espaciais [bairros e paróquias]. E ao nível da análise do espaço construído: 3. densidade e natureza da ocupação do espaço, 4. economia da propriedade imobiliária» (VIANA, 2007 – *Espaço e povoamento...*: 77). A tónica posta pelo autor na “reconstituição do espaço” e das suas “estruturas materiais”, mais do que propriamente no estudo da suas “formas de organização social”, fica bem patente no apartado final do capítulo dedicado ao “espaço urbano”: os “três casos de reconstituição espacial” apresentados limitam-se à descrição topográfica das três paróquias seleccionadas (*ibidem*, p. 108-23). O mesmo acontece com o capítulo dedicado ao “espaço suburbano” (*ibidem*, p. 125-51), ainda que o autor preste maior atenção, neste caso, ao problema das funções espaciais e às relações entre o centro e a periferia (*ibidem*, *maxime* p. 125-27, 132).

⁷⁶⁴ O estudo da “economia da propriedade imobiliária urbana” (VIANA, 2007 – *Espaço e povoamento...*: 100-108) parece-nos mais um excurso sobre o mercado imobiliário urbano do que propriamente uma análise de um indicador da organização do espaço.

⁷⁶⁵ VIANA, 2007 – *Espaço e povoamento...*: 90-91.

⁷⁶⁶ V. *supra* §1.1.

mantienen con otras unidades y su comportamiento en los procesos de articulación espacial»⁷⁶⁷. O presente trabalho encontra óbvias afinidades com esta última via⁷⁶⁸.

Convém, no entanto, sublinhar desde já a centralidade que a análise das diversas “unidades de organização social do espaço” assume no conjunto das três vias de análise, como de resto fica bem patente no importante artigo programático de 1988, sintomaticamente intitulado: «Organización social del espacio: propuestas de reflexión y análisis histórico de sus unidades en la España medieval»⁷⁶⁹. Quer o enfoque recaia mais no espaço regional organizado, nas sucessivas fases do processo de organização ou na morfologia propriamente dita das diversas unidades espaciais que concretizam esse processo, a verdade é que a metodologia proposta pelo autor, em sentido amplo, não poderá nunca dispensar a adopção destas unidades como base da análise⁷⁷⁰. No limite, será sempre o seu comportamento num quadro regional concreto, a sua evolução no decurso de uma ou mais fases do processo de organização do espaço ou a sua morfologia propriamente dita que estarão em causa, pelo que é inegável a sua centralidade enquanto ferramenta metodológica.

É evidente o interesse de um inquérito construído em torno das unidades de organização do espaço definidas pelos próprios redactores dos documentos, com recurso a um léxico classificatório que se constrói na intercepção entre os planos material e jurídico e que responde a esquemas sociais de organização e a esquemas mentais de representação do espaço. Combinando a base material com a dimensão representacional, este léxico não se limita a descrever meras unidades espaciais, com uma tradução material e geográfica exacta, mas permite concretizar o jogo de interacção que se estabelece entre um determinado espaço e a sociedade que o organiza⁷⁷¹. Ficam assim

⁷⁶⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 - «Organización del espacio...»: 22. Num balanço publicado no ano anterior, o autor distingue quatro “direcções” de trabalho: «síntesis referida a la totalidad del espacio; análisis de unidades de organización, de elementos singulares de ellas o de las unidades de articulación y de instrumentos articuladores; síntesis a la escala de un marco comarcal en la larga duración; síntesis a escala de un marco comarcal en la coyuntura» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 - «Sociedad y organización social...»: 326).

⁷⁶⁸ No mesmo balanço de 1998 o autor subdividiu esta terceira direcção em quatro sub-tipos de estudos: (i) «investigaciones referentes a unidades o elementos concretos»; (ii) «aportaciones sobre la ordenación histórica de los espacios de producción»; (iii) «estudio de uno de los elementos de articulación del espacio. En este caso, las vías de comunicación»; (iv) «[estudios] relativos a la percepción del espacio» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 - «Sociedad y organización social...»: 328-30).

⁷⁶⁹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 - «Organización social del espacio...».

⁷⁷⁰ O autor considera estas unidades «la escala a la que el análisis de la organización social del espacio resulta más operativa» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 - «Organización social del espacio...»: 198).

⁷⁷¹ Não nos parece inteiramente justa a crítica feita por A. Barrios García e I. Martin Viso à proposta teórica formulada por García de Cortázar, quando aludem à «su inquietud por individualizar las

abertas vias para o estudo relacional de ambas as realidades (materiais e sociais/mentais) e para conhecer as implicações propriamente físicas daquela organização.

Ora, a metodologia de análise espacial que o presente trabalho se propõe apresentar é, no essencial, um *subproduto* desta metodologia genericamente proposta por García de Cortázar. Destaca-se apenas por dois movimentos de sentido contrário: (i) a tentativa de alargar o leque de unidades (e escalas) espaciais em análise, para lá das unidades centrais de “organização” e “articulação” do espaço privilegiadas pelo autor; e (ii) a consequente adaptação (que é uma restrição) do questionário de análise à morfologia física desse conjunto mais amplo e heterogéneo de unidades espaciais, associadas aos mais diversos sectores da paisagem rural (incluindo o habitat).

Ao ressaltar a importância de uma clara definição das unidades espaciais a analisar, com vista ao estudo dos processos de organização social do espaço⁷⁷², o autor não deixa de reconhecer que «en cuanto territorio físico sobre el que reflexionar, parece claro que cualquier fracción del mismo ha podido ser objeto de actuación social: tierras, viñas, marismas, bosques... Y en cuanto tal, ha interesado su estudio»⁷⁷³. Porém, é evidente que as “fracções do espaço” (conceito que implica, desde logo, um considerável grau de abstração) não são todas equivalentes, desde logo do ponto de vista da respectiva escala espacial, nem igualmente importantes, do ponto de vista analítico, para o estudo da “organização social do espaço”. Donde a centralidade atribuída pelo autor à análise das já referidas unidades de “organização” e de “articulação” social do espaço, definidas nesse texto de 1988 nos seguintes termos:

principales unidades espaciales de organización social, que tienen como corolario ineludible las distintas formas de poblamiento», para sugerirem uma «crítica de varios de sus postulados, aplicados y dados a conocer por él mismo y por otros en una larga serie de monografías a menudo centradas en unidades concretas de organización espacial, como son, por ejemplo, el solar, la serna, la aldea o el valle, volcándose en exceso en aspectos de tipo geográfico y antropológico y no prestando tanto interés a la configuración de las estructuras sociales o a las redes y patrones de poblamiento» (BARRIOS GARCÍA; MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 55). Os autores parecem esquecer a função essencialmente metodológica da análise monográfica de unidades espaciais e o facto, já assinalado, de este tipo de análises constituírem *uma* entre outras vias de trabalho, como sejam as análises regionais ou de fases específicas do processo de organização social do espaço, nas quais está bem presente o estudo das redes e padrões de povoamento e sobretudo das estruturas sociais; como aliás se percebe pela atenção central prestada ao problema da “formação do feudalismo” pelos principais trabalhos integrados nesta corrente de investigação (v. *supra* §1.1.).

⁷⁷² Estas unidades são definidas nos seguintes termos: «unidades sociales arraigadas en un territorio físico concreto y dispuestas de tal forma que basta el conocimiento de una parte, caso más probable a tenor de las fuentes medievales conservadas, para alcanzar el conocimiento de la totalidad de la unidad. Mas aún, su papel en el marco de las unidades má globalizadoras y, a través de ellas, en el marco de un sistema social» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 196).

⁷⁷³ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 196.

«Dentro de las primeras [unidades de “organização”] parecen tener cabida las que reúnen estos rasgos: arraigo y continuidad territorial y autosuficiencia, que no siempre autonomía, en los ámbitos sociales y políticos y en la toma de decisiones económicas. Esto es, las que, al margen de su respectiva escala, constituyen un ámbito social territorializado de carácter globalizador. Dentro de las segundas [unidades de “articulação”] habría que situar las que se nutren de fracciones de las primeras o se configuran a partir de la yuxtaposición de un número variable de aquéllas. (...) Valle, aldea, solar, villa, comunidad de villa y tierra constituirían las unidades de organización social del espacio hispano medieval. Parroquia, obispado, señorío y cualquier célula de acogimiento administrativo, desde la merindad al reino, serían las unidades de articulación más comunes»⁷⁷⁴.

Para mais, se no artigo que temos vindo a citar a tónica é colocada no estudo das “unidades de organização social do espaço” (até pela menor atenção de que tinham sido objecto até então), o autor não deixa de concluir o texto com uma chamada de atenção para a importância da análise das unidades que promoveram a articulação e a afirmação de domínio sobre o espaço⁷⁷⁵; e em trabalho posterior viria mesmo a reforçar a importância deste tipo de unidades com a definição de um conjunto de “elementos” que reforçam a sua acção articuladora⁷⁷⁶. Com efeito, o objectivo cimeiro dos estudos sobre a “organização social do espaço” (o conhecimento das estruturas sociais de poder através dos modelos de organização territorial que cada sociedade, em particular, gerou ou favoreceu) obriga a eleger unidades espaciais com um grau de tipificação e de abstracção que as torne *significantes* do ponto de vista sociopolítico, independentemente

⁷⁷⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 212. Mantendo a definição, o autor viria a designar as primeiras de “unidades de ordenação primária do espaço” e as segundas de “células de quadramento” num artigo programático mais recente (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 25). De qualquer forma, convém nunca esquecer o carácter operativo daquela distinção: «El objetivo de la distinción entre unidades de organización y unidades de articulación es, como decía entonces [no texto de 1988], en buena parte, operativo. Esto es, pretende que no se olvide la escala social y espacial de los escenarios en que las relaciones de poder se despliegan» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 324).

⁷⁷⁵ «Aún así, al cabo de tal análisis, un interpretación histórica de carácter global exigiría transcender el estudio de las unidades de organización para entrar en el de los modos de articulación y de dominación del espacio. El despliegue, precisamente, en los mismos tiempos en que cristaliza el solar familiar, de una serie de unidades de articulación del espacio, desde la parroquia al obispado, desde el señorío al alfoz o merindad, y desde todas y cada una de ellas al reino, proporciona pistas sobre las modalidades y los beneficiarios de la articulación y dominación del espacio» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 236).

⁷⁷⁶ Trata-se de «unos cuantos instrumentos permiten asegurar las relaciones entre la sociedad o mejor dicho el poder social y el espacio. Entre los elementos creados o aprovechados socialmente para esse objetivo articulador, encontramos unos físicos (las vías de comunicación); otros económicos (los mercados y las ferias o los circuitos de la transhumancia); otros jurídicos (los fueros) o fiscales (las imposiciones de todo tipo); otros culturales (los idiomas; las manifestaciones artísticas; las devociones y advocaciones); otros simbólicos (los emblemas heráldicos)» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 324).

da escala espacial (local, no caso do solar, ou supra-regional, no caso do reino) que caracteriza cada unidade⁷⁷⁷. Percebe-se assim que a ampliação tipológica que aqui propomos, ao alargar o leque de unidades em análise a *todos* os termos utilizados pelos redactores para classificar unidades espaciais, bem como a restrição da análise morfológica aos traços físicos, em detrimento dos sociais, impliquem o risco de uma certa descaracterização das propostas metodológicas de García Cortázar, por manifesta pulverização (mais do que alteração) dos objectivos que as definem⁷⁷⁸.

No entanto, e como já observámos ao sumariar os princípios teóricos que orientam a proposta de García de Cortázar para o estudo da “organização social do espaço”, importa que este enfoque na projecção espacial das estruturas sociais de poder não nos faça esquecer a dimensão marcadamente física, material, do espaço organizado. Aliás, é o próprio autor a insistir na distinção entre a “morfologia social” e a “morfologia física” das unidades de “organização” e de “articulação” do espaço, a que correspondem diferentes níveis da realidade⁷⁷⁹. A nossa preocupação prioritária com os problemas concretos da organização do habitat rural e do espaço agrário justifica o enfoque adoptado pela metodologia que aqui propomos na morfologia física das unidades espaciais. E explica o alargamento da análise a um conjunto de unidades

⁷⁷⁷ Esta variação de escalas faz ainda recordar a dualidade de níveis de organização (territorial) do espaço, em função de diferentes protagonismos sociopolíticos, sugerida por C. REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y Poder...*: 303-4, a propósito da comarca dos Montes de Torozos: «A esta organización del espacio por parte de reyes y condes hay que añadir otra que parte de las comunidades campesinas. La regulación del aprovechamiento agropecuario de unos territorios, identificados con pequeños valles o fragmentos de un gran valle fluvial, que comprenden gran cantidad de hábitats de pequeño tamaño, parece responder más a las necesidades campesinas que a las del reino. (...)»

«Estas dos formas de organización van a quedar plasmadas en los territorios del siglo XI. Estos expresan el poder real en cuanto unidades militares, fiscales, jurisdiccionales e incluso patrimoniales (el *palatium* real), pero también constituyen comunidades de términos para pacer, cortar y labrar. Los territorios están dirigidos por un *dominus*, en general un miembro de la alta nobleza, cuyo poder no debe identificarse con el de los señores bajomedievales, pues son delegados regios temporales».

⁷⁷⁸ Note-se, contudo, que ao referir-se aos dois trabalhos de “síntese” (dentro do espaço castelhano) produzidos no quadro das investigações sobre a “organização social do espaço” (GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez Herrera, 1982 – *La formación de la sociedad...*; Peña Bocos, 1995 – *La atribución social...*), o autor reconhece: «En los dos, la rigurosa adscripción social, comarcal y temporal de las realidades históricas documentadas, desde las menciones de *terrae* y *vineae* hasta las de los monasterios o los tenentes, permitió a sus autores esbozar una interpretación de los ritmos cronológicos y espaciales de la conformación de la sociedad feudal» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 327).

⁷⁷⁹ «Los datos relativos a la evolución de su morfología social pueden revelar aspectos (presión señorial, modalidades de los encuadramientos) de la propia evolución de la estructura de poder en el seno de la sociedad. De otro, los datos referentes a la evolución de su morfología física, tanto de los espacios de residencia como de los de producción, y de los elementos físicos y económicos de articulación pueden aclarar aspectos de la estructura de la producción de bienes y, sobre todo de las posibles conyunturas de crecimiento o de crisis» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 336).

menores, tendencialmente agregadas naquelas unidades de organização e articulação do território mais importantes, e nas quais reside o esqueleto de um qualquer espaço concreto (paisagem). Até porque, como o próprio autor reconhece, aquelas unidades mais importantes não são específicas, do ponto de vista do *sentido* social do espaço, de uma determinada sociedade em si mesma, mas distinguem-se sobretudo pelo conjunto de elementos que congregam e pela forma como os articulam no quadro daquilo a que chama o seu “comportamento histórico”⁷⁸⁰.

Aliás, é útil recordar aqui os dois pressupostos invocados por García de Cortázar para justificar a importância que a sua proposta metodológica atribui à dimensão física das unidades de organização social do espaço, em que afinal se concretiza (e manifesta) essa acção organizadora. Mesmo privilegiando o já referido paradigma da *proyección espacial*, sobre uma outra perspectiva que valorizasse o conhecimento do espaço físico independentemente da acção social que o molda, o autor não deixa de ressaltar, como primeiro pressuposto (“conceptual”), o lugar central que a intervenção física sobre o espaço desempenha no jogo de distribuição social do poder, que nas sociedades preindustriais está necessariamente obrigado à intensificação da pressão sobre espaços e homens⁷⁸¹. Decorre daqui um segundo pressuposto (“metodológico”), segundo o qual o historiador está obrigado, até pelas múltiplas discontinuidades informativas do registo escrito, a reunir todo o tipo de informação (toponímica, arqueológica, geográfica, antropológica), com vista ao conhecimento tão circunscrito quanto possível dessa

⁷⁸⁰ «La villa o ciudad, la aldea, el solar son manifestaciones físicas de la sociabilidad humana no exclusivas de una determinada sociedad. Lo que pensamos que es exclusivo es el conjunto de elementos reunidos en cada una de ellas y el valor social otorgado a cada elemento por separado, y, en especial, el concedido a la distribución interna del conjunto y a sus relaciones con el exterior»; dito de outra forma, cada uma destas unidades «se manifiesta, sobre todo, a través de una disposición espacial y una distribución interna del poder» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 212, 218).

⁷⁸¹ «Toda sociedad se manifiesta a través de una peculiar estructura social que implica un reparto desigual de funciones o/y poder entre sus miembros. En sociedades preindustriales, la ampliación de las cuotas sociales de poder depende de la capacidad respectiva para extenderlas o para intensificarlas, tanto sobre el espacio como sobre los hombres. (...) la intensificación de la presión sobre los hombres acaba por obligar a éstos a ocupar, explotar, organizar el espacio de forma que éste proporcione rendimientos más altos. Ello promoverá, de un lado, modificaciones en la configuración física de ese espacio; y, de otro, la jerarquización de valoraciones, económicas y mentales, de cada una de las actividades desarrolladas en el mismo. De esta forma, Estructura social – Atribución social – Organización social del espacio constituyen una secuencia perfectamente encadenada» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 196; no mesmo sentido, e relacionando o que fica dito com o conceito de ‘*incastellamento*’, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 - «Organización del espacio...»: 29-30).

dimensão física do processo de organização social do espaço, de que depende afinal o conhecimento da sociedade que o protagoniza⁷⁸².

No quadro das investigações em torno da “organização social do espaço”, o trabalho que mais directamente inspirou a metodologia que aqui apresentamos foi o que E. Peña Bocos dedicou à análise do processo de “formação do feudalismo” no espaço castelhano, e a que já nos referimos⁷⁸³. Embora este processo remeta para um horizonte de preocupações bem mais vasto do que a atenção aqui prestada às bases materiais da organização social do espaço, as afinidades entre esse e o nosso trabalho nascem da adopção de uma metodologia de base terminológica. Como bem sublinha o próprio García de Cortázar no Prólogo que escreveu a esse livro, a metodologia proposta pela autora foi: «novedosa en el tratamiento de la información: sistematicidad y exhaustividad para vaciar los datos de dos mil trescientos documentos. Unos datos que ha perseguido desde las variables constituidas por los vocablos y al hilo de una selección muy meditada de los conceptos significativos para ilustrar el proceso que investiga»⁷⁸⁴.

Recolhendo e sistematizando muitas das reflexões e propostas metodológicas formuladas por García de Cortázar a que acabámos de nos referir, a autora foi capaz de elevar a análise de um problema (o da “formação/cristalização do feudalismo”), perspectivado através de uma óptica específica (a da “atribuição social do espaço”) a um novo patamar, do ponto de vista metodológico, que poderá definir-se pela exaustividade e sistematicidade na recolha dos dados e pela capacidade de os situar com rigor nos planos espacial, cronológico e semântico em que eles adquirem “sentido”⁷⁸⁵.

⁷⁸² «Los documentos escritos no siempre se han conservado en las proporciones deseadas para asegurar una interpretación. Hay que juntar a ellos, por tanto, al menos, las aportaciones de la toponimia, la arqueología en su más generoso significado de análisis de cualquier tipo de resto material, la geografía y, desde luego, las propias sugerencias antropológicas ofrecidas por la constatación de la existencia de una determinada unidad de organización. De este recomendable bagaje, el componente físico ofrece variadísimas pistas sobre tipología del poblamiento, morfología de la vivienda, distribución del terrazgo, secuencia histórica de la deforestación, ordenación del aprovechamiento hidráulico... Convenientemente utilizadas, cada una de ellas transcenderá su componente meramente erudito para convertirse en pieza significativa del conjunto de la unidad de organización social del espacio. De ese modo, facilitará su reconstrucción, a la que el texto escrito o una precisa datación de base arqueológica situará en la dimensión histórica adecuada» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 196-97).

⁷⁸³ V. *supra* §1.1.

⁷⁸⁴ In PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 9.

⁷⁸⁵ Glosamos aqui as observações com que García de Cortázar termina o referido Prólogo: «después de los imprescindibles estudios de los pioneros, es llegada ya la hora de los análisis sistemáticos y exhaustivos de los datos de nuestras fuentes. Sólo una cuidadosa inserción de los mismos en los tres campos parciales en que cobran sentido (espacial, cronológico, semántico) será capaz de captar su significado en el ámbito global decisivo, de la historia de la sociedad. De medir sus matices, de valorar avances, retrocesos,

Não é outro o objectivo da metodologia que exporemos de seguida, e que tem a preocupação acrescida, face à metodologia proposta por Peña Bocos de recolher as referências documentais a *todas* as unidades espaciais (dos mais diversos tipos), e não apenas as que fornecem algum tipo de informação sobre as pessoas ou instituições associadas a essas unidades⁷⁸⁶. Por outro lado, também para esta autora a reflexão metodológica assumiu um papel central, como acontece no nosso caso⁷⁸⁷.

Ora, o que aqui se pretende é avançar no aperfeiçoamento de instrumentos de análise do espaço (e, em particular, da paisagem) altimedieval, pelo que o presente trabalho não deve ser visto como uma mera tentativa de aplicação das propostas de García de Cortázar a mais um quadro spatiotemporal, perigo de resto sinalizado e criticado pelo próprio autor⁷⁸⁸. Partindo dessas propostas, e tomando-as como o quadro referencial amplo a que as nossas reflexões hão-de necessariamente reportar-se, o nosso objectivo é preciso e circunscrito: desenvolver tais propostas num domínio temático concreto: o das *bases materiais* da organização social do espaço; ou, dito de outra forma, o da morfologia física das unidades espaciais, dos mais variados tipos, que serviram essa organização.

Antes de passarmos à descrição da metodologia que aqui apresentamos, importa ainda elencar três *regras de método* essenciais nas propostas de García de Cortázar (e transversais às três vias de análise principais que ficaram referidas), a que a nossa proposta metodológica procurou obedecer: (i) a preocupação com a recolha exaustiva (que recusa a mera ilustração) de dados de diversa proveniência (documentais,

estancamientos de los protagonistas sociales. Esse es el camino por lo que la autora ha hecho discurrir su investigación. Al cabo, los dos ámbitos de sus preocupaciones, esto es, el objetivo (la cristalización del feudalismo) y el instrumento de captación del mismo (la atribución social del espacio) quedan integrados armoniosamente» (in PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 10).

⁷⁸⁶ Como a autora observa *en passant*, a propósito das *sernas*, não entram na sua análise «las menciones limitáneas, que, por no estar asociadas a persona o institución alguna, carecen de valor estadístico» (PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 34).

⁷⁸⁷ Ainda nas palavras de García de Cortázar: «su estudio tiene tanto de resultado, de interpretación matizada de un proceso de feudalismo, como de rigurosa puesta en pie de un método de análisis. Un método que, superando los habituales ejemplos de los procesos estudiados, tiene la voluntad de valorar su relevancia, su significación real, a partir, en principio, de la propia frecuencia con que se documentan» (in PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 10).

⁷⁸⁸ «Ese mimetismo en la aplicación de modelos, esa imitación sin subrayado de los datos particulares (en tiempo, en espacio, en intensidad) del caso en estudio, priva a muchos de los trabajos publicados del necesario nervio teórico. Éste, como sabemos, sólo se adquiere cuando el investigador se convierte en especialista en un tema, no simplemente en un espacio regional. Éste puede ser, legítimamente, razonablemente, el escenario de análisis de un proceso pero sólo un especialista en un tipo de procesos podrá extraer del estudio de su caso concreto las conclusiones que, al compararlo con las de outro, permitan enriquecer los perfiles del próprio modelo» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2009 – ««Atomización»? de las investigaciones ...»: 367-368).

cronísticos, onomásticos, materiais), com evidente destaque para as menções documentais a vocábulos específicos, considerados representativos da imposição de uma determinada estrutura social ao espaço em análise⁷⁸⁹; (ii) o recurso à cartografia, entendida como instrumento de análise e não como mero veículo de demonstração, assumindo um papel essencial na hora de interpretar as distribuições espaciais das unidades em análise, que devem por isso ser objecto de uma localização tão precisa quanto possível no micro-espaço; (iii) e a avaliação rigorosa das fontes utilizadas, atenta a possíveis desproporções no tempo, no espaço e na proveniência⁷⁹⁰.

Destas *regras* decorrem, portanto, três objectivos *instrumentais* a que a nossa proposta metodológica (como qualquer outra que pretenda inserir-se nesta corrente de investigação) terá de garantir do ponto de vista dos mecanismos de recolha e tratamento dos dados: (i) a exaustividade da análise, tanto no plano quantitativo como qualitativo, o que obriga à criação de ferramentas auxiliares de análise estatística e de indexação, respectivamente, de toda a informação que for possível recolher⁷⁹¹; (ii) a rigorosa

⁷⁸⁹ Esta preocupação de exaustividade no levantamento das referências a toda e qualquer unidade de apropriação/organização do espaço é partilhada por trabalhos de arqueologia que, na senda da *New archaeology*, têm também por objectivo «analisar o sistema de ocupação e exploração dos campos na sua totalidade», o que «implica, antes de mais, que as estratégias de prospecção se orientem no sentido de serem igualmente capazes de detectar no terreno os núcleos rurais mais pequenos, assim como outras áreas de actividade», como observou P. C. CARVALHO, 2007 – *Cova da Beira...*: 18-19.

⁷⁹⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 335-36; GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 20. Uma formulação ligeiramente diferente pode encontrar-se também noutra passagem do primeiro texto: «El primero [traço comum aos diversos tipos de estudos sobre a organização social do espaço], la evaluación de las fuentes utilizadas, incluídas posibles desproporcionen en el tiempo, en el espacio o en la procedencia. El segundo, la preocupación por una adscripción rigurosa y exhaustiva de las menciones documentales de datos materiales, jurídicos, administrativos,... a las coordenadas sociales, temporales y espaciales. Y el tercero, una plasmación cartográfica de los resultados» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 326). Sobre a aplicação destes princípios metodológicos ao estudo da atribuição social do espaço castelhano, v. PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*, p. 16 e ss.

⁷⁹¹ Ainda recentemente escreveu J. Mattoso: «Ao contrário do que acontece desde o princípio do século XVI, a ausência de dados sistemáticos e sobretudo de dados quantitativos suficientemente abrangentes para poder conhecer o passado medieval leva a que a pesquisa dos seus vestígios necessite de recorrer a análises minuciosas e completas de *corpora* documentais devidamente seleccionados» («Prefácio» a *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Ed. de Leontina Ventura; João da Cunha Matos. Coimbra: Instituto de Estudos Medievais [da Universidade Nova de Lisboa]; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 11-14: 11). No mesmo sentido se pronunciou há mais de 30 anos García de Cortázar: «(...) o carácter esparso e pouco abundante da documentação anterior ao século XI recomenda um tratamento exaustivo da mesma; por isso desejo insistir na necessidade de reter individualmente cada menção, cada dado, por mínimo que seja, a fim de se estabelecer, por áreas comarcãs, por localidades, por níveis sociais ou por grupos familiares – consoante os diversos objectivos parciais da nossa investigação – um índice de frequência do aparecimento dos diferentes fenómenos e algumas hipóteses sobre os mecanismos de relação entre eles. Desta forma, enquanto que a análise qualitativa nos proporciona a imagem do funcionamento do sistema em estudo, a quantificação dos fenómenos permitirá estabelecer a amplitude dos mesmos, evitando generalizações apriorísticas. Se esta formulação estatística é extremamente útil para abordar a

georreferenciação de toda a informação espacial, com vista à sua integração num sistema de informação geográfica (SIG) capaz de a cartografar e, mais do que isso, de sustentar a análise relacional de todas as variáveis geográficas passíveis de um qualquer tipo de associação com aquela informação espacial; (iii) a caracterização tão rigorosa quanto possível do corpus documental compulsado (e de cada uma das peças que o compõem), o estudo das estruturas discursivas que marcam a *escrituração* da realidade espacial, bem como a análise semântica do léxico espacial documentado, com particular atenção à tripla inscrição (social, temporal e espacial) de cada vocábulo⁷⁹².

A estes objectivos cabe apenas acrescentar (iv) a preocupação muito particular com a integração dos dados para os quais a nossa metodologia foi desenhada, de proveniência escrita, com dados de proveniência outra (geográfica, cartográfica, arqueológica, etc.), por forma a situar a análise no quadro necessariamente interdisciplinar em que o estudo de uma realidade como o espaço há-de ter necessariamente lugar.

3.2. A estruturação de uma base de dados

Claramente inspirada no método prosopográfico, a metodologia que aqui se ensaia toma como base da análise as unidades de organização do espaço que é possível identificar (e localizar) na documentação compulsada, desde as mais pequenas parcelas de organização do espaço agrário até às grandes unidades de articulação *política* do território. E procura congrega toda a informação sobre a morfologia de cada uma dessas unidades, dispersa pelos vários documentos (e datas) em que elas aparecem referidas. Criou-se para isso uma base de dados que permite organizar a informação através de três procedimentos básicos:

A) num primeiro módulo (*Documentos*), são seriadas todas as unidades mencionadas num mesmo documento, através de uma ficha de que consta a informação identificativa de cada escritura e uma lista detalhada de todas essas unidades, com a indicação do tipo morfológico e da designação respectivos, recolhendo rigorosamente (e apenas) a informação veiculada pelo redactor do documento;

documentação anterior aos finais do século XIII, é-o muito mais ainda para a época anterior ao ano Mil» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1975 – «A economia rural...»: 22).

⁷⁹² Este último (triplo) objectivo constitui a etapa primeira da metodologia que aqui propomos e será desenvolvido, como já ficou dito, na Parte II.

B) em seguida, num segundo módulo (*Elementos*⁷⁹³), é recolhida toda a informação que o documento fornece sobre a morfologia de cada uma das unidades nele referidas numa ficha individual – trata-se naturalmente de informação relativa à data precisa em que o documento foi redigido;

C) finalmente, num terceiro módulo (*Unidades*), são seriados todos os *elementos* relativos a cada unidade numa ficha individual, de que constam não apenas a lista de todas essas menções documentais à unidade (com a respectiva data), mas também a indicação dos respectivos tipo morfológico e designação normativos, que resultam já do cruzamento da informação (nem sempre estável ou mesmo coincidente) veiculada pelas diversas menções documentais; percebe-se assim que este processo de “fusão” de *elementos* não é automático, mas resulta de operações de indentificação feitas caso a caso.

Passemos à descrição detalhada de cada um destes módulos, que correspondem aos três conjuntos de tabelas/formulários que estruturam a nossa base de dados⁷⁹⁴. No decurso desta descrição, agruparemos os diversos campos de cada tabela/formulário em secções temáticas que não ficaram explicitadas na base de dados por razões que se prendem estritamente com a correcta visualização no espaço disponível das *janelas* da aplicação utilizada (Microsoft Access 2007). De qualquer forma, pareceu-nos útil reproduzir aqui um instantâneo (*screenshot*) de cada formulário, para orientar a descrição e explicação do conjunto dos campos que os constituem⁷⁹⁵. Note-se ainda que os formulários *Documentos* e *Unidades* estão reproduzidos integralmente (com toda a informação que deles consta na base de dados) nos Apêndices I e II, respectivamente.

⁷⁹³ Adoptámos esta designação para as várias menções documentais a uma mesma unidade. No entanto, a palavra é também utilizada no seu sentido corrente para designar os “elementos de designação” e os “elementos de localização” das unidades, bem como os respectivos “elementos confinantes” (v. *infra* §B.1., §B.4. e §B.3., respectivamente). Para distinguir a primeira acepção das restantes, utilizamos a palavra em *itálico*.

⁷⁹⁴ ‘Módulo’ é a expressão que utilizamos para designar o conjunto de campos que estrutura cada uma das três principais tabelas/formulários da base de dados e que respondem aos três procedimentos analíticos de base que ficaram descritos.

⁷⁹⁵ De resto, embora os formulários *Documentos* e *Unidades* se encontrem nos Apêndices I e II, onde apresentamos os *corpora* dos documentos analisados e das unidades espaciais identificadas, respectivamente, optámos por excluir a lista de todas as menções documentais a cada unidade (*Elementos*), que viria carregar excessivamente esses Apêndices.

A) Módulo *Documentos*⁷⁹⁶

The screenshot shows the 'Documentos' module interface. At the top, there are fields for document identification: Nr. 341, Ano. 960, AnoF. 0, Mês. 7, Dia. 13, Data2. Séc. 50 (10951-1000), 25 (0951-0975). Below these are fields for 'Fundo' (Livro de Mumadona Dias), 'Cota' (n.º 3), 'Crítica' (Autêntico), 'Tipologia' (Testamento), 'Tradição' (Cópia de cartulário), 'Produtor' (Particular), and 'Sumário' (D.ª Chãmoa Rodrigues, devota, sentindo-se doente e depois de ser levada para o mosteiro de Guimarães, para junto de sua tia Mumadona Dias, faz testamento, pelo qual encarrega Mumadona da distribuição dos seus bens (propriedades, castelos, servos, gado e bens móveis), de acordo com algumas recomendações, devendo o grosso passar, à morte de Chãmoa, para a posse do mosteiro de Guimarães).

Below the summary is a text area for 'Obs.' (Observações) containing information about the document's typology and references.

The main part of the interface is a table with columns: Elemento, Tipo, Designação, Obj., and Unidade. It lists various elements of the document, such as 'Villa', 'Mosteiros', 'Porto/portella', 'Ponte', 'Outros (UP)', 'Elementos de delimitação', and 'Rios', each with a corresponding unit value.

At the bottom, there is a 'Cit. Doc.' field with a text area for citing the document, and a 'Registo' field showing the current record (1 de 58) and a 'Procurar' button.

Figura 1 – Instantâneo do formulário *Documentos*

Deste primeiro módulo constam, como ficou dito, dois tipos de informação: (A.1.) os dados imprescindíveis a uma correcta identificação e caracterização (do ponto de vista diplomático) de cada documento; e (A.2.) a seriação das unidades espaciais nele referidas (*elementos*). Se esta seriação implica apenas um subformulário, a que nos referiremos de seguida, já o primeiro bloco contém um conjunto relativamente amplo de campos que é possível agrupar nas seguintes secções:

A.1.1. Identificação: *Nr.* (número (automático) de identificação do documento dentro da base de dados, que utilizámos para toda e qualquer remissão que lhe seja feita, tanto no texto como nos Apêndices I e II).

A.1.2. Datação: *Ano*, *Mês*, *Dia* (data cronológica do documento); *AnoF* (ano final do intervalo cronológico do documento, quando aplicável); *Data2* (observações sobre datações críticas, imprecisas, tópicas, etc.); *Séc.*, 50, 25 (classificação do documento em intervalos de século, meio-século e quarto-de-século, para efeitos de análise diacrónica)⁷⁹⁷.

⁷⁹⁶ O formulário *Documentos*, que pode ver-se na Figura 1, está construído sobre uma tabela homónima.

⁷⁹⁷ No caso dos documentos não datados, o campo *Ano* é preenchido como “0000”; no caso de datações críticas, preenchem-se os campos *Ano*, *Mês*, *Dia* (quando possível) e simultaneamente assinala-se a datação com a sinalética correcta (“[...]”; “?”) no campo *Data2*.

A.1.3. Informação diplomática⁷⁹⁸: *Fundo*, *Cota* (proveniência arquivística⁷⁹⁹); *Crítica* (diplomática, não de conteúdo)⁸⁰⁰; *Tipologia* (diplomática e não exactamente jurídica)⁸⁰¹; *Tradição* (original ou diversos tipos de cópia)⁸⁰²; *Produtor* (instituição produtora do documento, quando aplicável⁸⁰³, que em alguns casos não coincide com a instituição em cujo cartório veio a ser conservado⁸⁰⁴).

A.1.4. Publicação: *DocPublicações* (subformulário de que consta a referência às edições modernas do documento e respectivo número de ordem dentro da edição (*Publicação*, *Nr.Publ*), bem como a marcação da edição considerada preferencial (*Pref*), nos casos em que haja mais do que uma: por via da regra (mas nem sempre), foi utilizada como base da análise a edição mais recente⁸⁰⁵).

A.1.5. Conteúdo: *Sumário* (resumo intencionalmente breve do conteúdo do documento); *Cit.Doc.* (transcrição detalhada das passagens do documento em que são referidas unidades espaciais).

A.1.6. Observações: *Obs.* (notas mais detalhadas sobre informação que consta dos restantes campos ou outros temas que merecem algum tipo de observação⁸⁰⁶).

⁷⁹⁸ A informação recolhida nos diversos campos desta secção é relativa apenas à versão mais antiga ou mais próxima do original do documento, que serviu de base à nossa análise, ainda que em alguns casos tenha sido necessário cotejá-la com versões (cópias) posteriores.

⁷⁹⁹ O campo *Fundo* tem associada uma tabela autónoma (*Fundos*) em que é assinalado o arquivo em que esse fundo se conserva actualmente.

⁸⁰⁰ Contemplámos apenas três categorias principais, mesmo correndo o risco de algum esquematismo na classificação: “Original”, “Interpolado” ou “Falso”.

⁸⁰¹ Para lá de outros tipos possíveis, ocorrem no corpus dos documentos analisados os seguintes: “Doação”, “Venda”, “Escambo”, “Concessão”, “Agnição”, “Incomuniação”, “Testamento”, “Inventário”, “Pleito”, “Carta de fundação/dotação de templos”, “Confirmação”, “Outros”.

⁸⁰² Contemplámos cinco categorias: “Original”, “Cópia”, “Cópia de cartulário”, “Cópia tardia (séculos XIV e posteriores)”, “Outros”.

⁸⁰³ Este campo tem associada uma tabela autónoma (*Produtores*) em que as diversas instituições ou indivíduos responsáveis pela produção do documento são classificados em função de cinco categorias: “Diocesano”; “Monástico”; “Régio”; “Aristocrático”; “Particular”.

⁸⁰⁴ Aliás, um documento pode inclusivamente estar arquivado no cartório de uma instituição, ter sido produzido por outra e dizer respeito a uma terceira (e.g. Apêndice I, doc. 58).

⁸⁰⁵ O subformulário *DocPublicações* está construído sobre uma tabela homónima, que tem por base uma segunda tabela (*Publicações*) de que constam todos os elementos necessários à citação bibliográfica completa de cada obra.

⁸⁰⁶ Individualizámos alguns temas, por serem mais frequentes, através das seguintes etiquetas: *DATA*; *CRÍTICA*; *TIPOLOGIA*; *REF.* (bibliografia com informação crítica específica do documento em causa); *EDIÇÃO*, *REG.* (indicações sobre obras que editem ou registem o documento); *REFS. NÃO FICHADAS* (lista das unidades espaciais mencionadas no documento que, por diversas razões, à cabeça das quais a circunstância de extravasarem o território da diocese de Braga, não foram fichadas nos módulos *Elementos* e *Unidades*); referências a outras escrituras relacionadas por qualquer motivo (questões de propriedade na maior parte dos casos) com o documento em causa.

A.2. Elementos: subformulário que apresenta a lista de todas as unidades espaciais mencionadas no documento, especificando para cada menção: o respectivo número de identificação (*Elemento*); o tipo morfológico e a designação que este documento, em particular, lhe atribui (*Tipo*, *Designação*); a marcação da unidade como objecto do negócio jurídico consignado pelo documento, quando aplicável (*Obj.*); e a referência ao número de identificação na tabela/formulário *Unidades* da unidade espacial a que corresponde cada *elemento* (*Unidade*)⁸⁰⁷.

B) Módulo *Elementos*⁸⁰⁸

Figura 2 – Instantâneo do formulário *Elementos*

Deste segundo módulo consta um conjunto muito amplo de campos em que se procura registar a informação fornecida pelo documento sobre a morfologia de cada uma das unidades nele referidas, campos esses que é possível agrupar nas seguintes sete secções:

B.1. Identificação⁸⁰⁹: *Id.* (número (automático) de identificação do *elemento* dentro da base de dados, que utilizámos para toda e qualquer remissão que lhe seja feita,

⁸⁰⁷ Com excepção deste último número, toda a restante informação é gerada automaticamente na tabela/formulário *Elementos* (§B), depois de inserida neste subformulário (também chamado *Elementos*) do formulário *Documentos*.

⁸⁰⁸ O subformulário *Elementos*, que pode ver-se na Figura 2, está construído sobre uma tabela homónima.

⁸⁰⁹ Como ficou dito, uma boa parte dos campos que constam desta secção é automaticamente preenchida a partir do momento em que a informação é inserida no subformulário *Elementos* do formulário *Documentos*. O cabeçalho de identificação do *elemento* (*Id.*, *Tipo*, *Ref. Plural*, *Designação*) é

tanto no texto como nos Apêndices I e II); *Tipo* (classificação morfológica atribuída pelo redactor do documento à unidade⁸¹⁰); *Ref. Plural* (marcação das unidades que o documento não individualiza mas refere no plural, como parte integrante de um conjunto de unidades do mesmo tipo⁸¹¹); *Designação* (transcrição completa da exacta denominação atribuída à unidade no documento, que, na maior parte dos casos, agrega àquela classificação morfológica um ou mais tipos de elementos de designação⁸¹²). Por forma a sistematizar o recurso a estes elementos, definimos seis tipos, que podem coexistir numa mesma designação segundo as várias combinações possíveis: “Antroponímico”⁸¹³, “Proprietário/usufrutuário”⁸¹⁴, “Toponímico”⁸¹⁵, “Topográfico”⁸¹⁶, “Hagionímico”⁸¹⁷, “Outros”⁸¹⁸; *Obj.* (marcação da unidade como objecto do negócio jurídico consignado pelo documento, quando aplicável). Por último, cabem ainda aqui os campos (situados na parte inferior do formulário) de remissão para o número de identificação (na tabela/formulário *Documentos*) do diploma em que o *elemento* é referido (*DocId*) e para a respectiva data (*Ano*, *AnoF*), bem como para o número de identificação (na tabela/formulário *Unidades*) da unidade a que o *elemento* corresponde.

complementado, na segunda linha do formulário, pela informação relativa à localização (lugar, freguesia e concelho) e ao tipo e designação normativos da unidade a que cada *elemento* corresponde. Sendo proveniente da tabela/formulário *Unidades*, esta informação não é sequer manipulável neste formulário *Elementos*. Note-se ainda que o campo *Local.2*, inicialmente previsto para registar informações mais detalhadas sobre a localização de cada *elemento*, acabou por ser substituído pelo campo *Obs.* do formulário *Unidades*, pelo que não foi utilizado.

⁸¹⁰ Este campo tem associada uma tabela autónoma (*TipoUnidades*) em que se procurou recolher e sistematizar o abundantíssimo léxico espacial a que recorrem os redactores dos documentos analisados para classificar as unidades espaciais referidas. Sobre a estrutura desta tabela e as categorias em que procurámos agrupar os muitos tipos identificados, v. *infra* §C.1.

⁸¹¹ Estes conjuntos tanto podem ser reais como abstractos, sendo normalmente definidos pela pertença das unidades neles englobadas a um mesmo proprietário, pela sua localização num mesmo lugar, etc.

⁸¹² Note-se que há vários tipos de unidades (em particular as parcelas agrárias e outras unidades de paisagem) para os quais é relativamente frequente a ausência de qualquer elemento de designação, para lá do mero substantivo comum que as classifica morfológicamente; v. *infra* Parte II, §2.

⁸¹³ Referências do género: «[unidade] de fulano(s) x».

⁸¹⁴ Referências explícitas a proprietários/usufrutuários anteriores/actuais, que tanto podem ser analíticas (com a menção expressa de nomes) ou sintéticas (do género: «[unidade] nostra propria»). Cabem ainda nesta categoria outras indicações relativas à história patrimonial da unidade em causa, incluindo a referência a fundadores, moradores, etc.).

⁸¹⁵ Topónimos e outros nomes próprios (de raiz antroponímica ou outra), bem como nomes comuns e adjectivos de raiz topográfica (*‘villa mediana’*, *‘villa plana’*) que tenham adquirido um valor toponímico.

⁸¹⁶ Referências a características do espaço de implantação, a unidades adjacentes ou mesmo aos lugares em que se situa a unidade.

⁸¹⁷ Referências a hagiónimos, mesmo quando tenham já adquirido um valor estritamente toponímico (hagiotopónimos).

⁸¹⁸ Corónimos, hidrónimos; referências a instituições (e.g. *«territorio bracarensis sedis»*); qualificativos (*‘antiquus’*, *‘rotonda’*, *‘grande’*, *‘mediano’*); e outros elementos que não é possível classificar com algum grau de certeza numa das categorias arroladas.

E o campo em que se transcreve detalhadamente as passagens em que o documento alude a esta unidade (*Cit.Doc.*).

B.2. Fragmentação: *Porções, Fracções* (marcação de referências a porções (abstractas) ou fracções (devidamente quantificadas) da unidade, normalmente objecto de transacção); *Fragm.Obs.* (registo do número de porções e/ou do exacto valor das fracções referidas, bem como de outros dados relativos a umas e outras: classificação tipológica da porção/fracção; referência às circunstâncias que ditaram a fragmentação da unidade, etc.).

B.3. Delimitação: A diversidade de informações que cabem nesta secção obrigou à definição de cinco tipos, que podem também coexistir segundo várias combinações possíveis:

(i) *Confrontação* (que pode dizer respeito tanto à “Demarcação” linear do perímetro da unidade⁸¹⁹ como à simples indicação de “Elementos confinantes” *soltos*⁸²⁰; ambos os subtipos vão assinalados, com recurso a estas duas expressões (e a indicação do número de elementos confinantes), no campo *Del.Obs.*, onde se inclui informação adicional relevante e a citação documental em casos considerados paradigmáticos)⁸²¹;

⁸¹⁹ Trata-se de demarcações *analíticas*, com a descrição sequencial (mesmo que possa não ser exaustiva) do circuito/perímetro da unidade. Já as demarcações *sintéticas*, do género: «(...) *integro per ubi diuiso fuit*» ou «(...) *conclusum in omnique giro per suos marcos*», são classificadas sob o tipo “Outros Del.”.

⁸²⁰ Referidos no quadro de expressões do género: “*inter (...) et (...)*”; “[*levat se*] *de (...) usque (...)*”; “*de (...) ad*”, ou de simples indicações locativas introduzidas pelas preposições ‘*iuxta*’, ‘*propre*’, etc. Só foram assinaladas as referências a elementos confinantes com as unidades que são objecto do acto consignado pelo documento e, por isso, de um *sistema de localização* que integra este tipo de informações. Não teria sentido recolher esta informação para as unidades que com elas confinam ou para outras que sejam referidas no texto por qualquer outra razão. Aliás, não foram necessariamente contabilizadas como elementos confinantes todas as unidades que o documento nos revela confrontarem com a unidade em questão (e que estão marcadas como “confinantes” no formulário *Relações*), mas apenas aquelas que o documento enuncia explicitamente a título de confinantes, como forma de delimitação da unidade. Significa isto excluir, por norma, as que são mencionadas no âmbito das indicações topográficas a que os redactores recorrem para designar algumas unidades (e.g.: Apêndice I, doc. 40=el. 364). Finalmente, não foram consideradas como sendo referências a elementos confinantes as indicações topográficas do tipo “*iacet sub/super (...)*”, “*ad (...)*”, etc. (e.g.: Apêndice I, doc. 311=el. 2776). É verdade que estas referências nos dão, em alguns casos, uma indicação precisa de elementos confinantes, mas destinam-se sobretudo a localizar genericamente a unidade em causa, não indicando necessariamente relações de confrontação, mas muitas vezes apenas de proximidade.

⁸²¹ Note-se, todavia, que a distinção entre demarcação e referência a elementos confinantes nem sempre é líquida e depende da própria extensão e *densidade de confrontação* (do contexto paisagístico de integração, portanto) de cada unidade: a referência a uma leira que “*levat se de (...) et ferit in (...)*”, embora seja classificada como mera referência a elementos confinantes, será muito provavelmente uma demarcação *de facto*, uma vez que a leira não confrontaria com nenhuma outra unidade senão as duas outras leiras que a ladeavam (e.g.: Apêndice I, doc. 185=el. 1531). Importará, por isso, relacionar o tipo de delimitação com o tipo de unidade em causa – tendo sempre em mente que uma e outra soluções textuais de descrição dos limites correspondem a um mesmo objectivo discursivo-pragmático: circunscrever da forma mais perceptível possível (o que não significa necessariamente um extremo rigor na descrição) o perímetro de cada unidade.

(ii) *Marcos Mentais* de delimitação (a que correspondem, sobretudo, as referências a “Termos”, “Termos e lugares (antigos)” e outras afins);

(iii) *Marcos Físicos* de delimitação (“Sebe(s)”, “Parede(s)”, “Marco(s)”, “Pedra(s)”, “Combro(s)”, “*Clausura(s)*”, “*Vallo(s)*”, “*Succo(s)*”, “*Ripa*”⁸²²);

(iv) *Dimensões* (referências a dimensões exactas da unidade ou de respectivas porções/fracções, que vão registadas no campo *Del.Obs*⁸²³);

(v) *Outros Del.* (referência a outras formas de delimitação, patentes em expressões como: “*Conclusus*”⁸²⁴; “*Inclusus*”; “*Demarcatus*”; “*Clausus*”; “*Divisus*”). Note-se que todos estes tipos de delimitação vão assinalados, com recurso às exactas expressões que ficaram arroladas, no campo *Del.Obs*. Note-se que só são registadas informações nos vários campos relativos à delimitação nos casos em que os documentos explicitam este tipo de informação a propósito de uma determinada unidade⁸²⁵. Significa isto que a informação recolhida nesta secção não basta para definir padrões de confrontação e fica aquém das relações de confrontação (muitas vezes deduzidas, e não explícitas no texto) que foi possível definir para essa unidade no subformulário *Relações*⁸²⁶.

B.4. Sistema de localização da propriedade: A relevância da informação espacial veiculada pelo *sistema de localização* comumente utilizado pelos redactores dos actos dispositivos para situar geograficamente a(s) propriedade(s) objecto de transacção justifica a criação de uma secção autónoma em que é possível marcar a referência explícita a um ou mais elementos de localização que compõem esse

⁸²² Ao contrário dos restantes tipos de marcos, este corresponderá na maior parte dos casos a um elemento natural (não construído) de delimitação: um desnível abrupto de terreno, desde logo (v. Parte II, §2, §4.1.1, s.u. *ripa/riba*). De qualquer forma, assume essa função liminar.

⁸²³ Normalmente são expressas em medidas lineares (passais, passos, côvados, palmos, etc.), e não de superfície, recorrendo à fórmula: “x passais de comprimento vs. y de largura”. Por vezes, são expressas de forma compósita, com a referência ao comprimento/largura de um dos lados e às confrontações do outro; ou mesmo em unidades de sementeira. Todas estas modalidades vão devidamente identificadas e descritas no campo *Del.Obs*.

⁸²⁴ Este termo tanto poderá aludir a uma vedação efectiva da unidade como ao simples facto de ela estar formalmente *contida* dentro dos termos (ou de outros marcos de delimitação) referidos no texto (e.g.: «*Ipsa agro ad integro quomodo est conclusa per suos marcos*» – Apêndice I, doc. 29=el. 247). Note-se ainda os casos em que a palavra ocorre em expressões do género: «(...) *quomodo est conclusum in carta*» (e.g.: Apêndice I, doc. 52=el. 454), que denunciavam claramente uma delimitação estritamente formal. Explica-se assim a opção por individualizar as referências a esta expressão.

⁸²⁵ Atente-se no seguinte exemplo: «in villa Mauri [1] ipse casale que fuit de matre de Nunnus Froilaz III.ºr quintas [2] et iuxta ipsum alio casal ubi habitavit Astrario Martiniz integro cum suas hereditates» (Apêndice I, doc. 298=els. 2580 e 2581, respectivamente). Só no segundo caso foi recolhida a referência a um elemento confinante como tipo de confrontação explicitamente mencionada no documento.

⁸²⁶ V. *infra* §B.5.

sistema⁸²⁷. Sem esgotar a paleta destes elementos (que podem ser de índole social/territorial ou estritamente física), individualizámos os seguintes, por serem os mais frequentes e sintomáticos da integração das unidades na paisagem envolvente: *Villa/Top.* (villae ou topónimos); *Montes/Castros*; *Rios*; *Mar*; *Outros EFL* (outros elementos físicos de localização).

B.5. Relações: A preocupação central com a recolha da abundante informação veiculada pela documentação notarial sobre relações espaciais entre unidades levou-nos a dedicar-lhe uma secção autónoma. A distinção essencial entre as partes “livres” e “formulares” do discurso notarial, com evidentes implicações na *qualidade* dos dados fornecidos por umas e outras⁸²⁸, obrigou à criação de dois subformulários autónomos: (B.5.1.) *Relações*, em que são arroladas e caracterizadas as relações da unidade em causa com outras unidades dotadas de uma expressão espacial concreta (e por isso também fichadas nos módulos *Elementos* e *Unidades*); e (B.5.2.) *Relações Formulares/Indefinidas/Menores*, em que são arroladas e caracterizadas as relações da unidade em causa com unidades mencionadas no quadro de enumerações estereotipadas e outras fórmulas de descrição da propriedade (que em alguns casos não teriam uma existência concreta, mas um valor de mera plausibilidade), com unidades indefinidas e/ou desprovidas de uma tradução espacial e/ou de uma tipologia concreta, ou ainda com unidades *menores* (edifícios, águas, etc.) que não valeria a pena fichar autonomamente nos módulos *Elementos* e *Unidades*.

B.5.1. Relações: subformulário que apresenta a lista das relações mantidas pela unidade em causa com outras unidades referidas no mesmo documento, especificando para cada relação: o respectivo número de identificação (*Id.*)⁸²⁹; o tipo de relação, de acordo com uma tipologia a que nos referiremos de seguida (*Relação*); a identificação da unidade relacionada, através dos três campos-chave: número de identificação na tabela/formulário *Elementos* da menção (feita no mesmo documento, como é óbvio) a esta unidade relacionada (*Unidade2*), e os respectivos tipo morfológico e designação

⁸²⁷ Registámos esta informação apenas nos casos em que a unidade é expressamente localizada em função de um ou mais elementos deste tipo; o que acontece, na esmagadora maioria dos casos, com as unidades que são objecto do acto jurídico consignado pelo documento. Embora esses elementos de localização sejam muitas vezes comuns a outras unidades mencionadas na mesma escritura (como elementos confinantes, componentes, etc. da(s) unidade(s) transacionada(s)), não teria sentido preencher os campos desta secção nos casos em que os redactores recorrido explicitamente a um tal sistema de localização.

⁸²⁸ Sobre esta distinção, v. *infra* Parte II, §1.2.

⁸²⁹ O subformulário *Relações* está construído sobre uma tabela homónima, a que corresponde este número de identificação.

(*Tipo, Designação*). Importa desde já sublinhar que não são necessariamente registadas neste subformulário *todas* as relações que podem ser estabelecidas entre unidades mencionadas num mesmo documento. Apenas as mais significativas para a caracterização morfológica da unidade de base, dentre as que o documento permite estabelecer com segurança⁸³⁰. Por outro lado, não pareceu necessário distinguir os casos em que a relação é expressamente mencionada no texto daqueles em que ela se deduz do contexto. Independentemente do interesse que possa ter o estudo das exactas formas discursivas a que a documentação notarial recorre para registar os vários tipos de relação entre unidades (e, em particular, as do tipo “*íntegra*”/“*íntegrada*”, “*co-integrada*” e “*confina*”, como veremos de seguida), a verdade é que a sua aplicação a uma determinada unidade depende, em larguíssima medida, da circunstância de essa unidade constituir ou não o objecto da transacção registada pelo documento (alvo, por isso, de uma descrição mais pormenorizada), e não tanto da sua tipologia morfológica ou de outro factor inerente à sua natureza⁸³¹.

Apresentada a estrutura do formulário, importa agora descrever com algum pormenor a tipologia definida para classificar os diversos tipos de relações possíveis entre unidades. Como se compreende, entre possibilidades *reais* de relação e modalidades *documentais* de descrição dessas relações, há uma infinidade de cambiantes que procurámos sintetizar num conjunto limitado de quatro tipos de relação, a exigirem alguns esclarecimentos⁸³²:

(i) “*íntegra/integrada*”: este tipo de relação aplica-se a todas as unidades que integram outras em si mesmas ou são integradas noutras, e é normalmente assinalada na documentação por preposições/locuções como: ‘*in*’, ‘*de*’, “*cum suum/sua (...)*”, etc.⁸³³.

⁸³⁰ As diferenças entre a relevância da informação sobre uma mesma relação para ambas as unidades relacionadas explicam que, por vezes, a relação seja registada apenas na ficha do *elemento* correspondente a uma das unidades relacionadas, a única para a qual essa informação é relevante.

⁸³¹ Seja como for, o número de unidades cujas relações são especificamente mencionadas é, em boa parte, proporcional ao número de unidades objecto de transacção, já que a esmagadora maioria da informação deste tipo veiculada pelos documentos é relativa à unidade objecto de transacção.

⁸³² Note-se, desde já, que é possível o registo de mais do que uma relação (de diversos tipos) entre duas unidades. Um exemplo possível é o das referências a um rio que é mencionado num mesmo documento como elemento de localização de uma determinada unidade que com ele confina simultaneamente (e.g.: Apêndice I, doc. 62=el. 529).

⁸³³ Nos casos das unidades integrantes/integradas em efeito *matrioska* (unidade x *in* unidade y *in* unidade z) e das unidades de paisagem micro (muito frequentes e pouco relevantes do ponto de vista da orgânica de integração territorial), só são registadas as relações expressas no documento (e.g.: fruteiras *in* herdade; herdade *in* casal; e não fruteiras *in* casal). Já as unidades integradas em *villae*/topónimos são normalmente todas assinaladas como tal, mesmo que essa relação de integração esteja apenas implícita no documento (como acontece, por exemplo, com unidades mencionadas como confinantes ou como elementos

Note-se que há uma margem considerável de ambiguidade neste tipo de relação, que tanto pode implicar uma integração espacial efectiva⁸³⁴, como apenas funcional⁸³⁵ ou até estritamente patrimonial⁸³⁶, pelo que a informação aqui recolhida deve ser tomada com cautela numa análise orientada exclusivamente para as relações espaciais.

(ii) “confina”: este tipo de relação aplica-se a todas as unidades que confrontam fisicamente umas com as outras, e é normalmente assinalada na documentação através das diversas indicações textuais de confrontação a que já nos referimos, a propósito da delimitação das unidades⁸³⁷. Importa, contudo, ressaltar a possibilidade de que em alguns casos estas indicações traduzam relações espaciais que são mais de *proximidade* entre unidades do que propriamente de confrontação em sentido estrito. Assim acontece, desde logo, com as indicações locativas introduzidas pelas preposições ‘*iuxta*’, ‘*prope*’, etc.⁸³⁸ Por último, note-se que, embora tendamos a considerar todas as unidades referidas na demarcação do perímetro de uma qualquer unidade como suas confinantes, é possível que em alguns casos elas não estivessem situadas *fora* mas *dentro* do perímetro da unidade demarcada, pelo que constituiriam componentes e não elementos confinantes com essa unidade⁸³⁹. De qualquer forma, ainda que sejam componentes,

intermédios de integração de uma qualquer unidade numa determinada villa/topónimo). A distinção entre os casos em que o documento menciona expressamente essa integração (recorrendo a fórmulas de descrição/localização do género: «*in villa (...)*») ou a refere implicitamente faz-se através da marcação (ou não) do campo *Villa* na secção relativa ao sistema de localização da propriedade (v. *supra* §B.4).

⁸³⁴ Como acontece, de facto, na maior parte dos casos indicados através de expressões do género: «*et [unidade x] iacet in [unidade y]*»; de tão abundantes e variados, dispensam exemplificação.

⁸³⁵ Como acontece, por exemplo, no caso dos componentes *integrados* em unidades de exploração a que não corresponde um perímetro demarcado, mas apenas a articulação funcional de vários componentes dispersos por diversos sectores da paisagem, como acontece frequentemente com o casal (e.g.: Apêndice I, doc. 117=el. 1447), a quintã (e.g.: Apêndice I, doc. 324=el. 3073), etc. Sobre o problema da distribuição espacial dos componentes do casal, quando entendido como unidade familiar de exploração e de habitat, v. MARQUES, 2008 – *O casal...*: 140 e ss.

⁸³⁶ Assumem particular destaque, neste caso, as unidades integradas em *hereditates* (abstractas – que são meras agremiações de bens): e.g. Apêndice I, doc. 26=el. 220.

⁸³⁷ V. *supra* §B.3. Também neste tipo de relações só são registadas as que o documento explicita. Só excepcionalmente são assinaladas como confinantes entre si as várias unidades arroladas em demarcações completas de perímetros (com recurso a expressões do género: «*et inde per (...)* *et inde per (...)*» – e.g.: Apêndice I, doc. 13=el. 113); e nunca as unidades que constam de meras referências a elementos confinantes (com recurso a expressões do tipo: «*de (...)* *usque (...)*» – e.g.: Apêndice I, doc. 13=el. 128]). Optou-se por não registar estas (e outras) confrontações porque, sendo plausíveis, não são necessárias. Só valerá a pena descer a informação (e avançar em conjecturas) deste tipo num nível de análise local. Além do mais, se optarmos por uma noção lata de confrontação (que a percepção espacial subjacente à redacção destes textos aconselha), todas as unidades que os documentos nos apresentam como próximas teriam também de ser consideradas como confinantes.

⁸³⁸ Embora tenhamos considerado como confinantes as unidades assim relacionadas nos textos, impôs-se exceptuar os casos em que a preposição aparece ligada a grandes unidades de localização, como sejam os rios, os montes, o mar, etc., exprimindo normalmente uma mera proximidade.

⁸³⁹ Um exemplo muito claro pode encontrar-se no Apêndice I, doc. 378=el. 3793.

estes elementos assumem também, dada a sua posição excêntrica, a função de limite da unidade⁸⁴⁰.

(iii) “co-integrada”: este tipo de relação aplica-se a todas as unidades que, em virtude da pertença a um mesmo proprietário, da transacção conjunta num mesmo acto (mesmo que pertencentes a diferentes titulares) e de outras informações proporcionadas pelo texto, apareçam integradas numa mesma unidade produtiva e/ou residencial, mesmo que esta não seja individualizada através de uma designação específica ou nem sequer tenha uma existência objectiva/autónoma, podendo apenas corresponder ao somatório das partes que a constituem agregadas para efeitos de transacção⁸⁴¹. Note-se que muitas vezes esta relação de co-integração não se verifica entre as duas unidades como um todo, mas antes entre porções/fracções de uma e/ou de outra que são transaccionadas conjuntamente⁸⁴². Em alguns casos, relações assinaladas como sendo de co-integração entre unidades produtivas, de um lado, e unidades residenciais e/ou de exploração ou mesmo igrejas, de outro, podem corresponder mesmo a relações de integração (das primeiras nas segundas)⁸⁴³. De qualquer forma, importa notar que, naturalmente, muitos dos vários bens pertencentes a um mesmo proprietário seriam explorados de forma integrada, estabelecendo-se entre si uma relação óbvia de “co-integração”, que só registamos nos casos em que é explicitamente definida nos documentos.

(iv) “localiza/localizada (...)”: este tipo de relação aplica-se a todas as unidades que são referidas pelos redactores como instrumento (“localiza”) ou objecto (“localizada”) de um qualquer tipo de localização, e é normalmente assinalada na documentação no quadro do já referido *sistema de localização* dos bens

⁸⁴⁰ Esta é, no entanto, uma distinção que ganha sentido sobretudo ao nível da titularidade/jurisdição sobre a terra. Do ponto de vista da materialidade da paisagem, o mais relevante é o redactor ter sentido a necessidade de individualizar a unidade confinante como uma unidade diferente da que está a ser demarcada, e que precisamente por isso pode ser invocada no estabelecimento dessa demarcação.

⁸⁴¹ Note-se, todavia, que não são registadas como co-integradas as várias unidades pertencentes a uma mesma *hereditas* (abstracta=mera agremiação de bens), por serem muito frequentes e menos relevantes do ponto de vista da morfologia de cada uma dessas unidades pertencentes. De resto, esta informação é facilmente obténivel através de uma consulta às unidades integradas em *hereditates* (abstractas). Pelo contrário, registam-se casos mais pontuais, mas relevantes, de mera associação ao nível da titularidade sobre duas ou mais unidades, com destaque para a transacção conjunta de unidades de cariz residencial e de direitos sobre igrejas.

⁸⁴² E.g.: Apêndice I, doc. 295=els. 2622 e 2623.

⁸⁴³ Por vezes, os textos explicitam aquela co-integração (e.g.: Apêndice I, doc. 112=els. 897 (igreja) e 899 (leira)); outras não, sendo apenas possível aventar tal hipótese (e.g.: Apêndice I, doc. 175=els. 1426 (casal) e 1435 (leiras)).

transaccionados⁸⁴⁴ ou de meras indicações locativas, um e outras destinados a integrar geográfica e/ou territorialmente as unidades em causa. A variedade de unidades integradoras e de possibilidades de integração tornou necessário distinguir diversos tipos de localização, que se distinguem pela preposição utilizada pelos redactores para os caracterizar: “localizada (*subtus/ad radicem*)”; “localizada (*secus*)”; “localizada (*prope/iuxta*)”; “localizada (*inter*)”; “localizada (outras preps)”. Este tipo de relações estabelece-se preferencialmente com os macro-elementos de localização (rios, montes, *territoria* e outras unidades de articulação social do espaço), mas também com alguns micro-elementos (*villae*, topónimos, unidades eclesiásticas, etc.), embora no caso destes últimos sejam mais frequentes as relações de integração propriamente dita⁸⁴⁵. Aliás, a referência combinada à localização da unidade através daqueles macro-elementos e à sua integração em *villae*/topónimos (ou outros micro-elementos) constitui o essencial do sistema de localização da propriedade transaccionada utilizado convencionalmente pelo tipo de documentação analisada. Note-se, por último, que no caso dos macro-elementos de localização registam-se tão-somente as relações expressamente estabelecidas pelos textos⁸⁴⁶.

B.5.2. Relações Formulares/Indefinidas/Menores: subformulário que apresenta a lista das relações mantidas pela unidade em causa com unidades formulares, indefinidas ou *menores* referidas no mesmo documento, especificando para cada relação: o respectivo número de identificação (*Id.*)⁸⁴⁷; o tipo de relação, de acordo com a mesma tipologia definida para o subformulário *Relações (Relação)*; o tipo morfológico da unidade relacionada (*Tipo*). Porque estas unidades formulares, indefinidas ou *menores* não têm uma tradução espacial/material concreta ou não justificam o registo, não foram fichadas como unidades autónomas nos módulos *Elementos* e *Unidades* (ao

⁸⁴⁴ V. *supra* §B.4.

⁸⁴⁵ Note-se ainda que, por vezes, ao recorrerem a preposições como: ‘*secus*’, ‘*subtus*’, ‘*inter*’, ‘*iuxta*’, etc., para localizar uma determinada unidade em função de um destes micro-elementos, os redactores não se referem tanto a uma relação de localização (como acontece com a utilização destas preposições quando conjugadas com os macro-elementos), mas de confrontação propriamente dita (e.g.: «*agrum qui est subtus kasa Gundesalui*» – Apêndice I, doc. 13=el. 122). Nestes casos, classificamos a relação como sendo de confrontação (“confina”).

⁸⁴⁶ No caso de uma unidade situada «*in villa, in territorio, subtus mons, prope rivulum* (...)», a relação de localização com o *territorium*, o *mons* e o *rivulus* só é anotada na ficha de *elemento* dessa unidade, mesmo que estes macro-elementos de localização servissem simultaneamente de enquadramento territorial/geográfico da villa em que a unidade está integrada e de outras unidades (próximas) mencionadas no documento (e.g.: Apêndice I, doc. 19=els. 176 (casal) e 177 (villa)).

⁸⁴⁷ O subformulário *Relações Formulares* está construído sobre uma tabela homónima, a que corresponde este número de identificação.

contrário do que acontece com as unidades registadas no subformulário *Relações*)⁸⁴⁸. Com efeito, o que importa analisar no caso das relações estabelecidas com estas unidades é apenas a morfologia das unidades relacionadas e a tipologia das relações, por forma a definir padrões gerais.

B.6. Atribuição Social: O desenho inicial do questionário que orientou a base de dados não contemplava apenas a caracterização da morfologia física das unidades espaciais a analisar, mas também a da sua morfologia social, para o que seria necessário recolher sistematicamente a informação relativa a dois indicadores-chave da “atribuição social” destas unidades: a cadeia de transmissão da titularidade sobre essas unidades e o conjunto de imposições que sobre elas recaíam. A estes dois indicadores correspondem dois subformulários: (B.6.1.) *Transmissões* e (B.6.2.) *Tributos*. Embora o trabalho de recolha de dados tivesse rapidamente demonstrado a impossibilidade de recolher sistematicamente a informação relativa às transmissões dentro do tempo de que dispúnhamos para a investigação⁸⁴⁹ e a escassez de dados sobre tributos na documentação analisada (anterior ao século XII, convém lembrar), pareceu-nos conveniente manter ambos os subformulários na base de dados, por corresponderem a variáveis cruciais no momento em que a análise se estender à morfologia social das unidades espaciais identificadas (e eventualmente avançar para lá de 1100).

B.6.1. Transmissões: subformulário que apresenta a lista das sucessivas transmissões de que a unidade foi objecto, de acordo com a informação prestada por cada documento, especificando para cada transmissão: o respectivo número de identificação (*Id.*)⁸⁵⁰; a identidade do proprietário que aliena a unidade (*Anterior*); a tipologia da transmissão (*Tipo*)⁸⁵¹; a identidade do proprietário que adquire a unidade (*Posterior*)⁸⁵²; o número de ordem desta transmissão em particular no quadro de uma

⁸⁴⁸ Note-se, contudo, que as referências a unidades *menores* que exijam outros campos de descrição que não apenas o do tipo, e que tenha interesse cartografar em específico (sendo necessário registar a sua localização), são fichadas naqueles dois módulos.

⁸⁴⁹ Esta informação foi recolhida apenas nos primeiros 104 documentos analisados (Apêndice I, docs. 4-113 – a supressão de fichas durante o preenchimento da base de dados faz com que a numeração não seja contínua).

⁸⁵⁰ O subformulário *Transmissões* está construído sobre uma tabela homónima, a que corresponde este número de identificação.

⁸⁵¹ Para lá de outros tipos possíveis, ocorrem no escasso número de documentos analisados as seguintes: “Doação”, “Venda”, “Escambo”, “Concessão”, “Legado”, “Presúria”, “Outros”, “Desconhecido”, “Inexistente”.

⁸⁵² A estes dois campos relativos à identidade de ambos os tipos de proprietários corresponde uma tabela comum (*Proprietários*), em que todos são listados e classificados de acordo com uma tipologia muito

eventual cadeia de transmissões referida no documento (*Ordem*); a possibilidade de marcar esta transmissão como o negócio jurídico que o acto consigna (*Principal*)⁸⁵³; e um campo livre de observações (*Obs.*).

B.6.2. Tributos: subformulário que apresenta a lista dos tributos que impendem sobre a unidade⁸⁵⁴, de acordo com a informação prestada por cada documento, especificando para cada tributo: o respectivo número de identificação (*Id.*)⁸⁵⁵; a designação exacta atribuída pelo documento (*Tributo*)⁸⁵⁶; a identidade da autoridade tributária (ou simplesmente do indivíduo que determina a imposição e beneficia do tributo)⁸⁵⁷; a caracterização da situação tributária, de acordo com uma tipologia básica (“Exacção”, “Isenção”, “Imunidade”⁸⁵⁸); a indicação do valor do tributo (*Valor*); e um campo livre de observações (*Obs.*).

B.7. Observações: *Obs.* (notas mais detalhadas sobre informação que consta dos restantes campos/secções ou outros temas que merecem algum tipo de esclarecimento particular).

elementar (que permitirá agrupá-los para efeitos de análise): “Monástico”, “Diocesano”, “Rei”, “Aristocracia”, “Clero” (propriedade detida a título *pessoal*, quando a distinção for possível), “Outros”.

⁸⁵³ As transmissões marcadas como *principais* devem, naturalmente, ser associadas à data que o diploma ostenta. Todas as que não são assinaladas como tal referem-se a transmissões mencionadas a outro título e devem considerar-se como tendo tido lugar em data anterior à do documento (data essa que, na esmagadora maioria dos casos, é desconhecida).

⁸⁵⁴ Recolhe-se todo o tipo de tributos (não apenas *fiscais* mas também dominiais) que impendem sobre as unidades fichadas. Note-se, contudo, que não são registadas as referências a simples rendimentos de exploração destinados ao proprietário de um determinado espaço produtivo (maioritariamente designados pelo termo ‘*fructus*’), ainda que eles possam também ser objecto de transacções e concessões, logo sinal do exercício do poder.

⁸⁵⁵ O subformulário *Tributos* está construído sobre uma tabela homónima, a que corresponde este número de identificação.

⁸⁵⁶ A este campo corresponde uma tabela autónoma (*TiposTributos*) em que são listados os vários tipos de tributos e que oferece a possibilidade (não explorada) de os classificar de acordo com uma possível tipologia temática (direitos de carácter militar, direitos relacionados com o exercício da justiça, prestações sobre a terra, direitos de carácter eclesiástico, etc. – v., por exemplo, a tipologia deste tipo definida para a documentação castelhana dos séculos IX a XII por E. PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 177 e ss.) ou outra.

⁸⁵⁷ Este campo está também dependente da tabela *Proprietários*, até porque geralmente há uma coincidência entre o detentor da titularidade sobre uma unidade e o beneficiário dos tributos que sobre ela impendem.

⁸⁵⁸ A estas três possibilidades corresponde, respectivamente, a efectiva cobrança do tributo, a sua supressão ou concessão a terceiros.

C) Módulo *Unidades*⁸⁵⁹

The screenshot shows the 'Unidades' module interface. At the top, there are dropdown menus for 'Id' (1759), 'TipoNorm' (Villa), 'DesignNorm' (Villa de Larim), 'ID Lugar' (4186), 'Concelho' (Vila Verde), 'Freguesia' (Soutelo), and 'Lugar' (Larim). Below these is a table of 'Elementos' with columns: Id, Tipo, Designação, Doc., and Ano. The table contains five rows of data, including entries for 'Villa de Larim' and 'Villa de Larim cum ab iunioribus suis'. To the right of the table is a large text area labeled 'OBS' containing a detailed historical observation about the villa's location and documentation. At the bottom, there are navigation controls for 'Registo' (1 de 5) and 'Procurar'.

Id	Tipo	Designação	Doc.	Ano
3193	Villa	uilla lalini	338	959
3293	Villa	uilla lalini	341	960
3577	Villa	Villa de lalini	356	1014
3842	Villa	villa lalini integra cum suo mandamento	381	1059
4539	Villa	[villa] Larim cum abiunioribus suis	394	950

OBS - LOCALIZAÇÃO: Esta villa é unanimemente situada no l. Larim da f. Soutelo. COSTA, 2000: 192. RAMOS, 1991: 112. Anexo ao mapa n.º 4; AMARAL, 2007: 615, que esclarece: «L. da f. de S. Miguel de Soutelo, primitivamente chamada de Larim, c. de Vila Verde». Note-se contudo que o topónimo "Larim" também se aplicou à f. Loureira [Sta. Eulália] «antigamente Larim ou Vila Verde», segundo COSTA, 2000: 626. Poderá deduzir-se daqui que a villa primitiva ocuparia um perímetro hoje repartido entre as ambas as fs. [vizinhas]? Esta villa distingui-se ainda da villa Soutelo (v. Obs. à un. 1853). ELEMENTOS: el. 4539: FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 53 recusa a identificação deste el. com a f. Soutelo, c. Vila Verde: «Lalin, não o do Cávado, mas em Deza [Galiza]». No entanto, tanto COSTA como AMARAL, arrolam explicitamente o el. 4539 como a primeira menção documental à villa de Larim. É verdade que esta villa veio a pertencer a D.ª Chãmoa Rodrigues, sobrinha de D. Mumadona, que a doou a Guimarães em 960 (doc. 341), e que parecia ter na villa de Larim o centro de um domínio mais vasto concentrado no curso final do Homem, junto à margem do Cávado (v. Notas a documentos específicos, §3.3). Vê-se assim com mais dificuldade como é que esta villa teria cabido em partilhas a D.ª Ónega, filha de Mumadona, apenas 10 anos antes de D.ª Chãmoa a doar ao mosteiro. E este deve ter sido o argumento (não explicitado) que levou A. Fernandes a propor antes a identificação do topónimo com um l. galego. No entanto, não há nenhuma indicação no doc. 394 que permita situar esta villa na Galiza. E convém mesmo notar, embora o argumento seja débil, que os ls. arrolados imediatamente antes e depois de "Lalini", entre os bens que couberam a D.ª Ónega, estão todos localizados no território português. FUNÇÕES/RESIDENCIAIS/PRODUTIVAS: el. 3577: «Villa de lalini et sautello cum adiunioribus suis et omnes habitantes in eas suas villas quomodo ei incommuniatis ab integro sicut in scripturis colligati sunt» (doc. 356).

Figura 3 – Instantâneo do formulário *Unidades*

Deste terceiro módulo consta a informação geral sobre cada uma das unidades espaciais identificadas no corpus dos documentos analisados, que resulta da agregação de todas as menções documentais a essa unidade (*elementos*). Os vários campos que compõem este módulo dividem-se em três grandes secções: (C.1.) os dados imprescindíveis a uma correcta identificação de cada unidade; (C.2.) a informação relativa à localização da unidade, segundo a malha administrativa actual de lugares, freguesias e concelhos; e (C.3.) a lista de todos os *elementos* que lhe correspondem, fichados individualmente no módulo *Elementos*. Porque a *produção* dos dados destas três secções, resultantes do cruzamento da informação proveniente das diversas menções documentais (*elementos*) à unidade, implicou em muitos casos a *interpretação* (necessariamente selectiva e valorativa), e não a mera *recolha*, de um volume por vezes considerável de informação, não basta aqui descrever o conteúdo e critérios de preenchimento dos vários campos, como fizemos com os dois módulos anteriores. É preciso desenvolver os três problemas-chave que estão na raiz de cada secção: a tipologia morfológica das unidades (C.1.); a respectiva identificação toponímica (C.2.); e os critérios de identificação das diversas menções documentais a uma mesma unidade (C.3.).

⁸⁵⁹ O subformulário *Unidades*, que pode ver-se na Figura 3, está construído sobre uma tabela homónima.

C.1. Identificação: *Id.* (número (automático) de identificação da unidade dentro da base de dados (que utilizámos para toda e qualquer remissão que lhe seja feita, tanto no texto como nos Apêndices I e II); *TipoNorm* (classificação morfológica *normativa*, que resulta da ponderação das classificações – nem sempre coincidentes – atribuídas à unidade nos diversos documentos em que é mencionada⁸⁶⁰); *DesigNorm* (denominação *normativa*, que reúne os vários elementos de designação da unidade referidos nos diversos documentos que a mencionam)⁸⁶¹.

O problema central que se coloca nesta secção é o da classificação morfológica, uma vez que o questionário subjacente à base de dados coloca no centro da análise os diversos tipos de unidades de organização do espaço definidos pelos redactores dos documentos, com recurso a um léxico classificatório que se constrói na intercepção entre os planos material e jurídico e que responde a esquemas sociais de organização e a esquemas mentais de representação do espaço⁸⁶². A profusão de termos integrados neste léxico espacial obrigou-nos, desde logo, a agregar alguns desses termos em tipos *compósitos* (que reúnem duas palavras com sentidos próximos mas não coincidentes), *sintéticos* (que congregam unidades semelhantes do ponto de vista morfológico mas designadas por palavras diferentes) e *residuais* (“Outros”). E ditou sobretudo a necessidade de criar uma tipologia que pudesse, de alguma forma, sistematizar essa profusão de termos/tipos, agrupando-os em categorias definidas por critérios que

⁸⁶⁰ Nos casos em que vários documentos utilizem diferentes termos para designar uma mesma unidade, optou-se sempre pela tipologia mais definida (e.g.: “*locus*” em vez de “topónimo”, “*ecclesia*” em vez de “templo (sem designação específica)”), mesmo que essa tipologia seja minoritária em número de ocorrências (*elementos*). De qualquer forma, não deve estranhar-se a possível divergência entre a classificação tipológica *normativa* de uma unidade e a de alguns dos *elementos* que lhe correspondem.

⁸⁶¹ Neste campo, procurou-se dar uma tradução portuguesa o mais aproximada possível das expressões utilizadas pelo(s) documento(s) para designar cada unidade, ou da expressão mais frequente, quando referências documentais múltiplas remetem para designações diversas. No caso concreto das *villae*, a que a generalidade dos autores alude recorrendo à expressão “*villae de...*” (não assim C. RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*, por exemplo), optou-se por suprimir a preposição ‘*de*’ sempre que ela não constasse dos documentos (como acontece muitas vezes), a não ser nos casos em que o termo *villa* fosse seguido de um qualquer elemento de designação expresso em genitivo.

⁸⁶² Decoorem daqui as dificuldades que se levantam à caracterização tipológica de unidades de organização do espaço com base em fontes escritas (com o problema da sinonímia frequente nos textos à cabeça, mas com destaque para a amplitude de sentido que caracteriza a terminologia espacial utilizada na documentação altimedieval). De resto, e ainda que diversos, não são menores os problemas que se levantam à caracterização tipológica com base no registo material (sobretudo quando este não ultrapassa o espólio de superfície, resultante de prospecções e não propriamente de escavação), e que obrigam a levar em linha de conta vários outros indicadores para além da qualidade/monumentalidade dos materiais encontrados num determinado estabelecimento, como notaram R. TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*: 156 e J. ALARCÃO, 1998 – «A paisagem rural...»: 95-96. Os casos em que a classificação tipológica levanta sérias dificuldades, ou muda de uns documentos para os outros sem que seja possível discernir mudanças efectivas na morfologia das unidades, vão devidamente assinalados (com a etiqueta “Tipo”) no campo *Obs.* deste módulo Unidades.

passam pela morfologia das unidades, em primeiro lugar, mas também pelo enquadramento discursivo mais frequente desses termos (partes do discurso diplomático e tipologias documentais em que ocorrem) ou mesmo, no caso das unidades de paisagem, os diversos sectores a que pertencem⁸⁶³. Note-se, todavia, que se em alguns casos foi necessário criar categorias de primeira, segunda e terceira ordem para arrumar conjuntos de tipos muito numerosos e morfologicamente variados, noutros não se ultrapassou a categoria de primeiro nível.

Passemos então à enumeração das seis categorias em que foram agrupados os 119 tipos morfológicos de unidades definidos, evitando por ora a discussão em torno dos critérios que estão na base da definição de cada uma, e reconhecendo desde já que alguns dos tipos poderiam ter sido classificados em mais do que uma categoria, dada a multiplicidade de sentidos contidos na(s) palavra(s) que os definem⁸⁶⁴. A caracterização detalhada de cada um destes tipos encontrar-se-á mais à frente, no apartado dedicado à análise do léxico espacial⁸⁶⁵, que está estruturado em função das mesmas categorias classificatórias (com ligeiríssimas diferenças que resultam do desdobramento de algumas das categorias de terceira ordem, no caso das unidades de paisagem); e que tem a vantagem de desdobrar exaustivamente os tipos *compósitos*, *sintéticos* e *residuais*, apresentando uma entrada para *todos* os termos que cabem em cada tipo e categoria⁸⁶⁶.

1. **Unidades de articulação social do espaço [UASE]** (9 tipos): “*Archidiaconatus*”, “*Cautum*”, “*Mandamentum*”, “*Provincia*”, “*Suburbium*”, “*Terra, Territorium*”, “*Territorium* (diocesano)”, “*Urbs, Civitas*”, “Outros (UASE)”⁸⁶⁷.
2. **Unidades de organização social do espaço [UOSE]** (7 tipos):

⁸⁶³ Esta tipologia foi construída numa tabela autónoma (*TipoUnidades*), que está na base dos campos *TipoNorm* (deste módulo *Unidades*) e *Tipo* (do módulo *Elementos* – v. *supra* §B.1.).

⁸⁶⁴ O exemplo mais evidente, pela amplitude de sentido da palavra, mas também pelo facto de ser a única cuja morfologia foi já objecto de uma análise aprofundada a partir da documentação relativa ao Entre-Douro-e-Lima até ao final do século XII, é o do *casal*, que tanto pode caber na categoria de “Unidades de organização social do espaço/Unidades de residência e/ou exploração” (em que o classificámos, por ser este o sentido mais frequente e abrangente do termo), como nas categorias de: “Unidades de organização social do espaço/Unidades de povoamento” (nos casos em que corresponda a um pequeno lugar), “Unidades de paisagem/Unidades residenciais” (quando designe apenas uma unidade de habitat), “Unidades de paisagem/Unidades produtivas” (nos casos em que corresponde a uma mera parcela agrária), ou mesmo “Formas de propriedade” (quando não passe da agremiação abstracta de componentes individualizados dispersos, nenhum dos quais designado como ‘casal’). Sobre estas várias acepções em que a palavra é utilizada, v. MARQUES, 2008 – *O casal...*: 113 e ss.

⁸⁶⁵ V. *infra* Parte II, §2.

⁸⁶⁶ Com excepção dos tipos integrados na categoria “Componentes estereotipados”, que não se distinguem dos restantes por razões terminológicas, mas apenas pela sua ocorrência nas partes *formulares* dos documentos.

⁸⁶⁷ As unidades classificadas sob o tipo “Outros (UASE)” não são objecto de qualquer designação morfológica específica, mas apenas de uma demarcação territorial.

- 2.1. Unidades de povoamento [UOSE/Pov]** (5 tipos): “*Locus*”, “Topónimo”, “*Vicus*”, “*Villa*”, “*Villar(e)*”;
- 2.2. Unidades de residência e/ou exploração [UOSE/Exp]** (2 tipos): “*Casal*”, “*Quintana/Quinta*”.
- 3. Unidades eclesiásticas [UE]** (5 tipos): “*Ecclesia*”, “*Heremita*”, “Mosteiros”, “Templos (outras designações)”, “Templos (sem designação específica)”.
- 4. Unidades de paisagem [UP]** (45 tipos):
- 4.1. Unidades naturais [UP/N]** (15 tipos):
- 4.1.1. Relevo [UP/N/R]** (4 tipos): “*Mons, Alpis*”, “*Penna, Colina*”, “*Riba/Ripa*”, “*Valle*”;
- 4.1.2. Água [UP/N/A]** (5 tipos): “*Aqua(s)*”, “Cursos de água menores”, “*Fonte/Fontano(a)*”, “*Mare*”, “Rios”;
- 4.1.3. Incultum [UP/N/I]** (5 tipos): “*Autario(um)/Auterio/Outeiro*”, “*Bauza/Bouza*”, “*Lama*”, “Monte (espaço de)”, “*Sauto/Salto*”;
- 4.2. Unidades produtivas [UP/P]** (16 tipos):
- 4.2.1. Cereal [UP/P/C]** (4 tipos): “*Ager, Campo*”, “*Larea*”, “*Senra*”, “*Tridigal/Tridigaria*”;
- 4.2.2. Vinho [UP/P/V]** (1 tipo): “*Vinea*”;
- 4.2.3. Fruta [UP/P/F]** (2 tipos): “Fruteiras e outras árvores; “*Pumar(e), Pomicelium*”;
- 4.2.4. Horta [UP/P/H]** (1 tipo): “*Cortina(s)*”;
- 4.2.5. Outras [UP/P/O]** (10 tipos): “*Corte*”, “*Devesa*”, “*Linar*”, “*Piscarias*”, “*Plantatio*”, “*Salinas*”, “*Terra, Terreno*”, “*Varzena*”, “Espaços agrários indefinidos”, “Outras parcelas agrárias”;
- 4.3. Unidades de transformação [UP/T]** (3 tipos): “*Cellario*”, “*Forno*”, “*Molino/mollendino*”;
- 4.4. Unidades residenciais [UP/R]** (3 tipos): “*Casa*”, “*Domus*”, “*Pausata*”;
- 4.5. Unidades fortificadas [UP/F]** (2 tipos): “*Castrum*”, “*Castellum, Oppidum*”;
- 4.6. Vias e outras estruturas de comunicação [UP/C]** (3 tipos): “*Ponte*”, “*Porto/portella*”, “Vias de comunicação”;
- 4.7. Elementos de delimitação [UP/D]** (1 tipo): “Elementos de delimitação”;
- 4.8. Outras unidades de paisagem [UP/O]** (1 tipo): “Outros (UP)”⁸⁶⁸.
- 5. Formas de propriedade [FP]** (4 tipos): “Formas de aquisição patrimonial”, “*Hereditas*”, “*Hereditas (abstracta)*”⁸⁶⁹, “*Predio*”.
- 6. Componentes estereotipados [CE]** (49 tipos)⁸⁷⁰: “*Accessus/exitus vel regressus*”, “*Adjunctiones/adiacentiis*”, “*adtestationes*”, “*adprestationes/prestancia*”,

⁸⁶⁸ Incluem-se nesta categoria os termos/tipos para os quais foi possível identificar apenas duas ou menos unidades; ainda que haja uns poucos na mesma circunstância que foram classificados em outras sub-categorias de UP (vão devidamente assinalados *infra* Parte II, §2, §3.4.). Note-se que há ainda outros tipos que registam apenas duas unidades e que foram classificados noutras sub-categorias, seja porque ocorrem na documentação mais do que duas vezes (seja em contextos formulares (caso do termo ‘*dextros*’) ou não formulares (como acontece com ‘*castellum*’); seja porque a sua natureza não permite classificá-las apenas ou de todo como UP: no primeiro caso estão estes dois últimos tipos (que têm obviamente uma expressão material, mas também um possível conteúdo *territorial*), no segundo: ‘*archidiaconatus*’ e ‘*cautum*’. Um último caso excepcional é o das referências ao mar/litoral, cuja importância como macro-elemento de localização justifica o facto de reunir um número significativo de menções documentais (13 *elementos*) para uma mesma unidade, e que por isso não se inclui neste tipo “Outros (UP)”.

⁸⁶⁹ Incluem-se nesta categoria unidades que podem ou não ter uma tradução espacial/física concreta; o que é particularmente claro no caso das *hereditates*, obrigando à criação de dois tipos distintos: o daquelas herdades que são meras agremiações de bens (“*hereditas (abstracta)*”), e o das que têm uma tradução espacial concreta (*hereditas*) – sobre esta distinção, v. *infra* Parte II, §2, §5.2, s.u. *hereditas*.

ganationes”, “*Aquae qui (...) inrigare solent* [águas de rega]”, “*Aquis aquarum/aquas cursiles vel incursiles/aquas*”, “*Arbores fructuosas vel infructuosas (sive et omnis genera arborum)*”, “*Arbores, Pomíferas, Fructeiras*”, “*Attestationibus de fora*”, “*Campos/campis*”, “*Canales*”, “*Casales*”, “*Casas*”; “*Cellarios*”, “*Cortinas*”, “*De ecclesia quam etiam de laicale*”, “*Devesas*”, “*Dextros*”, “*Domos/domus*”, “*Ecclisiae*”, “*Edificia/edificiis*”, “*Espaços de enterramento*”, “*Exitus montium (vel regressum)*”, “*Ficares, cesares, amexenares, perales*”, “*Hereditates (et testationes)*”, “*Incommuniations*”, “*Intrinsecus (domorum)*”, “*Intrinsecus suis*”, “*Linares*”, “*Mandamentos*”, “*Molinos/molendinis*”, “*Montes/fontes*”, “*Ortos/ortales*”, “*Pascuis et paludibus/Pratis padulibus/Pratus pascuis padulibus*”, “*Passales*”, “*Petras mobiles vel immobiles*”, “*Piscarias*”, “*Possessiones*”, “*Prediis*”, “*Pumares/pomeris/pomiferis*”, “*Quintanas/quintas*”, “*Revoretos*”, “*Sautos/saltus/saltis*”, “*Sesicas/sedes molinarum*”, “*Terras (ruptas vel inruptas/cultas vel incultas)*”, “*Terris de intus et de foris*”, “*Usibus*”, “*Utensilibus* (e outros bens móveis)”, “*Villae*”, “*Vineas*”, “*Outros (CE)*”.

C.2. Localização: *Id Lugar* (número (automático) de identificação do actual lugar em que a unidade se situa)⁸⁷¹; *Concelho, Freguesia, Lugar* (indicação dos actuais concelho, freguesia e lugar em que a unidade se situa). A informação que consta destes campos provém da *Base Geográfica de Referenciação da Informação* (BGRI), produzida pelo INE, de que foi extraída para a nossa base de dados a informação relativa aos actuais distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, expurgada já das listas de “secções” e “subsecções estatísticas”, definidas em funções de critérios estatísticos/territoriais modernos e por isso irrelevantes para a nossa análise⁸⁷². Foi assim constituída uma base geográfica própria, assente nas listas dos actuais concelhos, freguesias e lugares fornecidas pela BGRI⁸⁷³. Embora as listas de concelhos e freguesias sejam à partida exaustivas (salvo alterações muito pontuais

⁸⁷⁰ Incluem-se nesta categoria todos os tipos que são mencionados em fórmulas estereotipadas, seja nas longas enumerações com que a documentação *descreve* os bens transaccionados, seja em fórmulas mais específicas como as que aludem à dotação das igrejas com os respectivos espaços de enterramento e de produção do sustento do clero. Naturalmente, vários dos tipos aqui arrolados correspondem a tipos incluídos nas categorias anteriores, de que só se distinguem por ocorrerem em cláusulas *formulares*, pelo que reproduzem (normalmente no plural) os termos que definem esses tipos. Outros, contudo, correspondem não a termos específicos, mas a conjuntos de termos que ocorrem frequentemente em conjunto, formando verdadeiras locuções descritivas de componentes da propriedade. Note-se ainda que só são registados os componentes estereotipados imóveis, que têm potencialmente uma tradução espacial e interessam ao estudo da paisagem.

⁸⁷¹ Este campo está construído sobre uma tabela autónoma (*Lugares*), a que corresponde este número de identificação.

⁸⁷² Sobre a BGRI, que esteve na raiz da implementação do suporte digital para a cartografia censitária (em 2001), e os conceitos de “Secção estatística” e “Subsecção estatística”, v. http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_base_cartogr.

⁸⁷³ A cada uma destas listas corresponde uma tabela autónoma homónima (*Concelhos, Freguesias, Lugares*).

recentes à malha administrativa), já a de lugares está naturalmente longe de o ser, pelo que a respectiva tabela teria necessariamente de admitir a possibilidade de lhe acrescentarmos os actuais lugares em falta e sobretudo a multiplicidade de antigos lugares mencionados na documentação que ou desapareceram ou nos foi impossível identificar⁸⁷⁴.

Independentemente de tais precisões técnicas, o grande problema que se coloca nesta secção é o da identificação toponímica das unidades. Naturalmente, há que admitir a possibilidade de erro puro e simples, decorrente da falta de elementos informativos que sustentem identificações com total acerto⁸⁷⁵, ou mesmo da pura deslocação dos núcleos de habitat entre o período em estudo e a actualidade⁸⁷⁶. Um problema que se coloca de forma particularmente aguda para a Alta Idade Média, dada a relativa instabilidade das estruturas de habitat, ainda que ele persistia, no caso dos pequenos lugares, bem para lá da Idade Média⁸⁷⁷. No entanto, importa sobretudo chamar a atenção para a *possibilidade* de erro, ditada pelas diferenças estruturais entre a base territorial e o sistema de localização utilizados pelos redactores dos documentos para nomear e

⁸⁷⁴ Estes antigos lugares, que tanto podem corresponder a meros topónimos ou *loci* expressamente caracterizados como tal na documentação, a villae ou até a freguesias que sabemos terem existido (normalmente através de documentação posterior ao século XII) e sido entretanto extintas, são acrescentados na tabela *Lugares* como “antigo lugar” (a.l.), “antiga villa” (a.v.) ou “antiga freguesia” (a.f.), respectivamente. E são associados à freguesia e/ou concelho actuais em que for possível localizá-los com segurança; quando a documentação não fornece indícios suficientes para optar entre duas actuais freguesias, limitámo-nos a registá-los como a.l./a.v./a.f. do actual concelho em que é possível situá-los, com a indicação de ausência de freguesia (s.f.).

⁸⁷⁵ Os casos em que essa falta é evidente vão assinalados no campo *Obs.* como sendo de “LOCALIZAÇÃO: hipotética”.

⁸⁷⁶ Idênticas observações fez J. COSTE, 1988 – «Introduction»: 242, chamando a atenção para os riscos da identificação automática entre topónimos medievais e lugares actuais, tão comum em estudos que recorrem ao método regressivo de reconstituição de paisagens e estruturas de habitat: «En fait, le jeu est trop risqué, les confusions d’homonymes trop faciles, les déplacements d’habitats trop fréquents pour qu’on puisse se contenter de rapprocher deux extrêmes. S’il y a eu continuité dans la désignation d’un même site, trace doit en apparaître, sauf exception, dans la documentation intermédiaire. (...)»

«Par ailleurs, on s’efforcera de ne pas oublier que le véritable continuité ne se saisit pas au niveau des toponymes, qui peuvent disparaître ou se déplacer, mais sur le terrain qui, lui, demeure».

⁸⁷⁷ Escrevendo a propósito do povoamento da região de Riba-Coa, tal como no-lo revela o *Numeramento* de 1527, observa I. Gonçalves: «O numeramento discrimina em Riba Coa setenta e nove locais de povoamento, vários deles contando apenas com um ou dois fogos (...) o que os tornava muito frágeis em termos de permanência no tempo e, por isso, difíceis ou até impossíveis de localizar no presente» (GONÇALVES, 2009 – «Povoamento medieval...»: 98, nt. 161). A propósito do povoamento do termo de Almada nos finais da Idade Média, J. A. Oliveira vai ainda mais longe, ao notar que «se as indicações toponímicas revelam sempre uma intervenção antrópica, isso não implica necessariamente a existência de locais habitados. Mesmo quando os topónimos são precedidos de um qualificativo como *logos* (*sic*) ou *lugares*, que coexistiram no período medieval com significado idêntico, não é líquido que se trate de sítios habitados, embora resultem da disseminação do povoamento. Por outro lado, *logo* e *lugar* são termos semanticamente flexíveis: confundem-se, por vezes, com aldeia, mas podem também remeter tanto para espaços mais vastos como para mais restritos» (OLIVEIRA, 2009 – «Estrutura do povoamento...»: 159).

localizar as unidades espaciais e a malha administrativa actual que informa a nossa percepção espacial e a que está obrigada qualquer tentativa de criação de uma malha territorial homogénea capaz de suportar a georreferenciação destas unidades, imprescindível desde logo à sua representação cartográfica⁸⁷⁸.

Com efeito, o facto de uma determinada unidade ser localizada pelo documento na villa ou no topónimo *x*, cuja correspondência pode ser estabelecida com um actual lugar ou freguesia homónimos, não significa que essa unidade esteja necessariamente integrada dentro dos limites actuais desse lugar ou freguesia. A noção actual de limite administrativo era estranha à realidade espacial do período em estudo – e, não menos importante, era estranha à percepção que dela tinham os escribas dos documentos⁸⁷⁹. Percebe-se assim que a identificação entre topónimos medievais e actuais se justifique, tão-somente, pelo facto de se reportarem, uns e outros, a um mesmo ponto central, o que não deixa de ser, em si mesmo, um pressuposto contestável. Não só porque este ponto central pode inclusivamente ter mudado no entretanto, mas também porque se esse ponto foi capaz de *aglutinar* de alguma forma a unidade medieval, a ponto de os redactores dos documentos o utilizarem como elemento de localização, isso não significa necessariamente que ele continue hoje a desempenhar a mesma função central em relação ao exacto sítio em que se localizava essa unidade⁸⁸⁰.

⁸⁷⁸ O risco de anacronismo envolvido na retro projecção sobre os documentos (e a realidade espacial) medievalis de malhas actuais foi já ressaltado por M. Bourin e É. Zadora-Rio: «La projection dans le passe des découpages administratifs actuels, caractérisés par l'emboîtement et la contiguïté, représente un autre risque d'anachronisme. Ainsi, lorsque s'impose à l'époque carolingienne la référence spatiale à trois degrés – *villa illa in pago illo in vicaria illa* –, nous avons tendance à y voir des espaces emboîtés, alors que certaines *vicariae* s'étendaient sur deux *pagi*, tandis que des *villae* pouvaient appartenir à deux vigueries, voire à deux *pagi*. (...) Nous sommes façonnés par le vocabulaire géographique et par la géométrie. Comment concevoir les perceptions spatiales qui avaient cours avant que les repères orthogonaux et la cartographie ne projettent leur norme et leur utilité sur notre imagination? La géométrie a imposé de décrire l'espace comme un système de points, de lignes, de surfaces, et de percevoir l'espace quotidien comme continu et homogène. Rien ne prouve *a priori* qu'il faille lire, derrière les mots qui racontent les chemins, les villages, les forêts de telles structures mentales, des espaces plutôt que des lieux» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 45-46).

⁸⁷⁹ V. *supra* Introdução, §3.2.

⁸⁸⁰ Ainda as mesmas autoras: «Pour les lieux qualifiés de *villa* ou de *vicus*, on peut donner divers exemples de ces difficultés de croisement [entre dados textuais e arqueológicos], qui consistent à tenter de réduire des surfaces discontinues à un point, qu'on localise en général sur l'emplacement de l'église (lieu de la localisation du toponyme pour l'IGN), en vertu du postulat qu'elle doit marquer le centre.

«Ces différences révèlent en fait que la continuité de l'occupation est perçue de manière différente à travers les sources écrites et les sources archéologiques. La permanence du toponyme – selon les textes – renvoie à la continuité d'une identité; elle peut masquer de nombreux changements topographiques et fonctionnels perçus par l'archéologie» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 46-47).

Neste sentido, é possível que algumas unidades localizadas por nós num determinado lugar ou freguesia actuais, em virtude da sua correspondência com o topónimo utilizado pelos escribas dos documentos para a localizar, estivessem situadas afinal, em virtude das sucessivas alterações da malha territorial ao longo do tempo, no perímetro hoje correspondente a um lugar ou freguesia vizinhos⁸⁸¹. Por outro lado, há que ter em conta os condicionantes da percepção espacial dos próprios redactores dos documentos, que tenderiam a localizar os bens transaccionados mais em função de uma qualquer hierarquia de referentes territoriais do que de uma malha espacial ortogonal. O que seria tanto mais verdade quanto menor fosse o conhecimento que o redactor tinha da realidade local a que se reportava. Os elementos de localização que os próprios textos nos fornecem estão também profundamente moldados pela *posição* (e escala) a partir da qual o território é perspectivado e hierarquizado pelos produtores da informação (sejam os redactores dos documentos ou os responsáveis pela informação espacial que os primeiros recolhem)⁸⁸². Aos muitos erros de identificação toponímica em que o investigador moderno pode incorrer acrescentam-se assim as *distorções* da percepção espacial dos próprios contemporâneos dos documentos.

Há, contudo, na documentação, e em particular nos textos com um conteúdo geográfico mais marcado, como sejam os grandes inventários de propriedades, algumas *garantias* internas, uma vez apreendida a lógica espacial seguida pelo autor, que facilitam a compreensão das relações entre os topónimos mencionados nos textos e,

⁸⁸¹ Um bom exemplo é o da referência à villa Plana no doc. 381, que parece incluir nesta villa a igreja de S. Estêvão de Briteiros: «Et uilla plana cum ecclesia uocabulo sancti stephani ab integro cum adiunctionibus suis sicut in testamento resonat quos fecit pelagio guntemiro» (Apêndice I e I.A, doc. 381, §15). Ora, esta villa corresponde ao actual l. Vila Chão da f. Briteiros (S. Salvador) (Apêndice II, un. 2242=4001), ao passo que a igreja de S. Estêvão (Apêndice II, un. 2243=el. 4002) corresponde à paróquia da vizinha f. Briteiros (S. Estêvão), dando a entender que a dita villa Plana ultrapassaria o território da actual f. Briteiros (S. Salvador), estendendo-se para o desta última freguesia. A localização de ambas as unidades na actual malha de freguesias obriga-nos a separar uma villa e igreja que estavam associadas no século XI.

⁸⁸² Tome-se o exemplo de um *casal de Barbudo* (Apêndice II, un. 1169=el. 1979) que aparece situado na *villa Luvianes* (l. Libão, na actual f. da Lage, c. Vila Verde – Apêndice II, un. 1066=el. 1978) e não na vizinha f. Barbudo. É possível que estejamos perante um caso típico de um topónimo que designaria uma área hoje repartida por duas freguesias (até porque num outro documento faz-se referência a uma *villa que dicent Barvuto* também situada na f. Lage – Apêndice II, un. 1445). Mas também podemos admitir que, ao referir-se a este casal de *Barbudo*, o redactor do documento (um Mendo, responsável por várias outras cartas do núcleo documental de S. Antonino de Barbudo) reproduzisse a designação que havia sido atribuída ao casal pelos seus proprietários (a condessa D.^a Gontrode, que o herdara de seus pais, Nuno Alvites e a condessa D.^a Ilduara). Ora, sendo estes membros da alta aristocracia portugalense detentores de um vasto património disseminado por um espaço considerável, pode aventar-se, como segunda hipótese, que tivessem optado por designar este casal recorrendo a um dos macro-elementos de localização proeminentes na paisagem local (o monte Barbudo – Apêndice II, un. 1005), sem que isso implique que o casal estaria situado no exacto l. Barbudo (Apêndice II, un. 997).

muitas vezes, a sua identificação⁸⁸³. Isto torna-se evidente, por exemplo, num documento como o inventário do património do mosteiro de Guimarães de 1059⁸⁸⁴, orientado por um itinerário espacial de enumeração da propriedade arrolada cuja compreensão facilita muitíssimo a identificação de uns lugares em função dos que são referidos antes e depois, permitindo assim corrigir erros de leituras anteriores menos atentas a esse itinerário⁸⁸⁵.

Em suma, das ressalvas que ficam feitas conclui-se que muitas das localizações propostas são passíveis de erro e de revisão. Em primeiro lugar, porque assentam numa tentativa de cruzamento entre duas malhas territoriais diferentes: a dos documentos (que nunca existiu como malha acabada, antes variou consoante os redactores e as circunstâncias de produção de cada texto) e a malha administrativa actual (de lugares, freguesias e concelhos). Se a isto somarmos, em não poucos casos, as insuficiências informativas dos textos, perceberemos que uma percentagem significativa das localizações propostas assenta em hipóteses, certamente plausíveis mas não obrigatórias⁸⁸⁶. Em alguns casos não foi possível optar entre duas ou mais freguesias (ou dois ou mais concelhos) em cuja área a unidade estaria situada⁸⁸⁷. Por último, há ainda um número (menor) de unidades para as quais não é sequer possível avançar uma

⁸⁸³ Como notou R. Martínez Ortega, a propósito daquilo a que chama o “*estudio intrínseco*”, uma das duas “fases” que compõem o método de localização toponímica que propõe especificamente para a documentação latina medieval. Vale a pena retermos aqui os cinco “*Principios de localización toponímica medieval*” por que se rege esta segunda “fase” (apesar da excessiva rigidez com que são formulados): «1. Principio de Contigüidad, que consiste en la disposición de los lugares conforme a cierta relación de contigüidad espacial. 2. Principio de Distribución circular, mediante el cual se enuncian de forma circular o espiral las pertenencias o términos de un lugar concreto. Puede ser la enumeración de poblaciones muy distantes entre sí. 3. Principio de Enumeración por grupos, por el que pueden citarse en un documento lugares pertenecientes a comarcas distintas, pero agrupados u observándose los principios anteriores. 4. Principio de Situación por los puntos cardinales. En él se indica la situación de un lugar, citando las villas que la rodean de Norte a Sur y de este a Oeste, generalmente. También se refiere al punto determinado por dos términos colindantes. 5. Principio de la igualdad de los elementos, en el que en una sucesión de topónimos de una misma categoría no puede haber un topónimo de una categoría distinta, a no ser que se cite expressamente» (MARTÍNEZ ORTEGA, 2000 – «Toponimia latina...»: 13).

⁸⁸⁴ Apêndice I e I.A., doc. 381.

⁸⁸⁵ De resto, também J. Alarcão observou, a propósito do *Parochiale sueuum*, a existência provável de uma “ordem geográfica na enumeração” das diversas “paróquias” e *pagi* arrolados: «Trata-se apenas de um pressuposto metodológico que, todavia (...) parece conduzir a identificações mais verosímeis do que muitas das apresentadas por Almeida Fernandes» (ALARCÃO, 2001 – «As paróquias suévikas...»: 29).

⁸⁸⁶ No conjunto das 3073 unidades identificadas, a identificação toponímica proposta para 346 (11,3%) levantou dúvidas suficientes para que as classificássemos como sendo de localização *hipotética* no campo *Obs.* do módulo *Unidades*, onde ficam devidamente justificadas as hipóteses de localização aventadas.

⁸⁸⁷ E.g.: Apêndice II, uns. 2599-2614 e ss. (referidas no Apêndice I, doc. 393). Por lapso, não assinalámos as unidades nestas circunstâncias no campo *Obs.* do módulo *Unidades*, pelo que nos é impossível contabilizá-las. No entanto, ficaram sempre explicitadas neste campo as diversas hipóteses de identificação.

hipótese minimamente sustentada de identificação com alguma freguesia e/ou concelho actual, porque os documentos não fornecem qualquer pista para essa identificação⁸⁸⁸. Numa parte importante destes casos de localizações *hipotéticas* ou *impossíveis*, está em causa um de dois cenários: (i) a escolha entre dois ou mais lugares com o mesmo nome situados num raio relativamente próximo (normalmente dentro do território de um mesmo concelho actual, ou quando muito de concelhos vizinhos); (ii) a escolha entre duas ou mais freguesias vizinhas onde o exacto lugar referido nos documentos poderia situar-se, de acordo com a informação neles veiculada, embora não seja possível optar por qualquer delas (até porque os territórios dessas actuais freguesias, enquanto tal, nem sequer existiriam no período em estudo).

Há depois alguns casos (menos numerosos) de localizações *múltiplas*, isto é, de unidades que, com ou sem solução de continuidade espacial, se estendiam ou dispersavam pelos territórios de duas ou mais freguesias actuais (por vezes mesmo em concelhos diferentes)⁸⁸⁹. Sempre que algum indício, por mínimo que fosse, apontasse para uma especial concentração destas unidades ou para a localização do seu lugar central (a existir) numa determinada freguesia, optou-se por essa localização⁸⁹⁰. Pareceu preferível, nestes casos, e para efeitos de representação cartográfica, reportar estas unidades a *um* ponto central, ainda que não exclusivo, do que situá-las apenas na área de um ou mais concelhos, o que as excluiria de uma cartografia que toma as actuais sedes de freguesia como unidade de representação⁸⁹¹.

A terminar, importa ainda explicitar determinados critérios adoptados na localização de alguns tipos específicos de unidades: (i) as unidades de paisagem que apresentam uma configuração linear (cursos de águas, vias, etc.) ou outra (mar) que as

⁸⁸⁸ No conjunto das 3073 unidades identificadas, apenas 27 (0,8%) cabem nesta categoria de localizações *impossíveis*, que foram devidamente assinaladas no campo *Obs.* do módulo *Unidades*.

⁸⁸⁹ No conjunto das 3073 unidades identificadas, são 80 (2,6%) as que cabem nesta categoria de localizações *múltiplas* e que foram devidamente assinaladas no campo *Obs.* do módulo *Unidades*, onde ficam arroladas essas várias localizações.

⁸⁹⁰ Ainda que assinalando sempre no campo *Obs.* do módulo *Unidades* o facto de se tratar de uma localização múltipla. Este procedimento aplica-se em particular às *hereditates* ou outros conjuntos de bens que se dispersam por vários lugares (muitas vezes em freguesias diferentes). A alternativa a escolher uma localização principal seria desdobrar estas unidades em várias localizações, o que traria vantagens em termos de adscrição espacial, mas obrigaria a perder a noção do conjunto da unidade/propriedade.

⁸⁹¹ Sobre a definição dos critérios de representação cartográfica adoptados, v. *infra* §3.3.2. Note-se, todavia, que essa centralidade pura e simplesmente não se aplica a alguns tipos de unidades (como as vias, cursos de água e outras unidades lineares, mas também as unidades situadas explicitamente nos limites entre villae ou lugares, etc.). Não é possível localizar estas unidades senão no perímetro de um actual concelho (ou nem isso, nuns poucos de casos, na medida em que se estendem por vários concelhos).

faz estenderem-se pela área de mais do que um concelho não são objecto de qualquer localização⁸⁹²; (ii) nos casos de *hereditates* e “pedaços”, “quinhões”, “rações”, etc. que correspondem a uma porção de outra unidade fichada, criou-se uma ficha de unidade autónoma para a própria porção (com uma localização que pode ser diferente), sempre que o texto fornecia o menor indício de que essa porção poderia ter uma tradução espacial concreta, mesmo que em alguns casos isso pudesse não acontecer; (iii) sempre que possível, os templos foram localizados nos lugares homónimos e não apenas na respectiva freguesia⁸⁹³.

C.3. *Elementos*: subformulário que apresenta a lista de todas as menções documentais à unidade em causa (*elementos*), especificando para cada menção: o respectivo número de identificação na tabela/formulário *Elementos* (*Id*); o tipo morfológico e a designação que o respectivo documento, em particular, lhe atribui (*Tipo*, *Designação*); o número de identificação do documento em que cada *elemento* é mencionado (*Doc.*) e o respectivo ano, essencial para a datação dos vários *elementos* relativos a uma mesma unidade (*Ano*).

Como já ficou dito, a identificação das diversas menções documentais a uma mesma unidade está longe de ser uma operação automática. Pelo contrário, a homonímia que caracteriza a toponímia do período e da documentação estudados, bem como a escassez da informação relativa a muitas das unidades referidas (sobretudo quando não são objecto dos actos jurídicos consignados pelos documentos), dificultam grandemente esta operação. No essencial, ela assenta em três tipos de dados: (i) a designação, que em alguns casos se limita a um topónimo, antropónimo determinativo (desde logo o nome do proprietário/usufrutuário), hagiónimo, etc., que pode não bastar para distinguir entre duas unidades com a mesma designação e/ou pertencentes a um mesmo proprietário/usufrutuário e/ou situadas na mesma área; (ii) a informação relativa

⁸⁹² Não assim com os pequenos ribeiros, estradas menores, etc., cuja extensão pode ser limitada ao perímetro de uma freguesia ou concelho actuais.

⁸⁹³ O que pressuporia classificá-los como igrejas paroquiais, realidade em muitos casos estranha ao período em análise, mesmo que mais tarde tenham vindo a assumir essas funções. Note-se, contudo, que não se procedeu ao levantamento sistemático dos lugares em que se localizam as actuais igrejas paroquiais, até porque não há, sem o recurso a investigações arqueológicas e de história da arte aprofundadas, garantias de que entre o período em estudo e a actualidade essas igrejas não tenham mudado de lugar, em virtude das muitas circunstâncias (simples transferências de templos, anexações, etc.) que marcaram a história de tantas paróquias da região. Daí a abundância de templos que, ostentando já antes de finais do século XI o orago e topónimo que identificam uma freguesia actual, foram localizados apenas nessa freguesia, sem menção a um lugar específico (s.l.).

à titularidade das unidades, que pode ir da mera identidade dos proprietários/usufrutuários (actuais e/ou anteriores) que a alienam e/ou adquirem (quer conste ou não da respectiva designação) até ao estabelecimento de verdadeiras cadeias de transmissão dessa titularidade ou mesmo a referência a porções/fracções que denunciem a repartição (hereditária ou não) de uma mesma unidade⁸⁹⁴; e (iii) todos os dados fornecidos pelos redactores dos documentos para localizar as unidades referidas, desde os elementos toponímicos (ou topográficos) de designação, até à menção a macro e micro-elementos de localização (com destaque para os que integram o já referido *sistema* estruturado: terras/territórios, villae/topónimos, montes/castros, rios, mar, etc.), ou mesmo a referência a unidades confinantes e outra informação que consta da delimitação das unidades.

Não será necessário sublinhar a complexidade que, nos casos em que a informação é mais abundante, assume o cruzamento destes três tipos de dados. Impõe-se aqui distinguir tipos *macro* e *micro* de unidades. Tal como verificámos em trabalho anterior, a propósito de uma unidade específica (o casal)⁸⁹⁵, é muito difícil a identificação das múltiplas menções documentais a todas aquelas unidades *micro* vinculadas às diferentes formas de propriedade (parcelas agrárias, espaços habitacionais, meios de produção, etc.). Com efeito, ao contrário dos principais marcos territoriais (villae, topónimos, etc.) e caracteres geográficos (montes, rios, etc.), cuja designação manteve maior estabilidade, a destas pequenas unidades oscilou bastante consoante as conjunturas patrimoniais. Designadas normalmente por recurso ao nome dos proprietários ou pela referência explícita à cadeia de transmissão/genealogia da propriedade, estas unidades tornam-se assim muito difíceis de identificar quando documentadas com alguns anos de intervalo⁸⁹⁶. Para mais, não era só a designação que

⁸⁹⁴ Este indicador resulta particularmente útil na identificação de menções documentais múltiplas a uma mesma unidade no caso dos núcleos documentais definidos que testemunham a construção de patrimónios de um indivíduo ou instituição eclesiástica, em que são frequentes as referências múltiplas aos mesmos bens e respectivos proprietários. Não pode, contudo, considerar-se exaustivo o recurso a este indicador, na medida em que não recolhemos sistematicamente a informação sobre a titularidade das unidades que integram o corpus em análise. Mas sempre que a identificação de proprietários entre duas ou mais unidades (por vezes baseada em não mais do que homónimias) pareceu relevante para distinguir ou associar tais unidades, essa informação ficou registada no campo *Obs.* do módulo *Unidades* (sob a etiqueta “Propriedade”).

⁸⁹⁵ MARQUES, 2008 – *O casal...*: 284-85.

⁸⁹⁶ Isto não significa diminuir o interesse da informação relativa à cadeia de transmissão da propriedade e às áreas de influências de determinada família ou instituição senhorial para a identificação de unidades de exploração e/ou habitat, e para a destrinça de sítios homónimos, já sublinhado por J. COSTE, 1988 – «Introduction»: 243, como sendo um dos procedimentos essenciais ao método regressivo de

mudava: as próprias unidades fragmentavam-se e reconfiguravam-se frequentemente mesmo na sua morfologia física, pelo que o próprio substantivo comum utilizado pelos redactores para as designar (quando não se ficavam por termos de significado tão indefinido quanto ‘*hereditas*’) mudava também.

Ora, se no caso destas unidades *micro* a identificação das diversas menções a uma mesma unidade está, à partida, dificultada pela *qualidade* da informação disponível, já no que respeita àquelas unidades *macro* é sobretudo a *quantidade* maciça da informação que dificulta a identificação, fruto de um número bem superior de menções⁸⁹⁷. Percebe-se assim que em muitos casos não tenha sido possível ir além de meras hipóteses de identificação entre duas ou mais unidades, que se revelaram insuficientes para autorizar a junção das fichas dessas unidades numa só⁸⁹⁸. Note-se, contudo, que o facto de estas unidades *micro* serem objecto de reconfigurações morfológicas frequentes, que as tornam efectivamente diferentes com a passagem do tempo, permite de alguma forma relativizar a importância do problema.

C.4. Observações: *Obs.*: notas mais detalhadas sobre informação que consta dos restantes campos ou outros temas que merecem algum tipo de observação. Individualizámos alguns temas, por serem mais frequentes, através das seguintes etiquetas (algumas das quais já referidas e explicadas):

- “TIPO”,
- “DESIGNAÇÃO”,
- “ID”⁸⁹⁹,
- “ELEMENTOS”⁹⁰⁰,

reconstituição de paisagens e estruturas de habitat, sobretudo quando a investigação da história da propriedade é acompanhada por estudos genealógicos propriamente ditos. Note-se, todavia, que se este caminho poderá produzir resultados com patrimónios (e famílias) senhoriais, de alguma dimensão, já será menos produtivo no estudo de pequenas propriedades camponesas, e para mais numa cronologia anterior ao século XII; embora seja possível avançar mais do que até aqui no estudo das genealogias camponesas, mesmo com o restrito corpus documental ao nosso dispor.

⁸⁹⁷ Um bom exemplo é o das dificuldades envolvidas na distinção entre as várias unidades designadas como *villa Nugaria* na zona envolvente da cidade de Braga e na respectiva identificação com as actuais freguesias de Nogueira ou Nogueiró (ou mesmo com outros lugares) desse concelho (v. Apêndice, II.A, §1).

⁸⁹⁸ Estas hipóteses são sempre assinaladas e devidamente justificadas no campo *Obs.* do módulo *Unidades* (sob a etiqueta “ID”).

⁸⁹⁹ Incluem-se sob esta etiqueta tanto as justificações analíticas para a identificação (provável) entre duas unidades fichadas separadamente, por falta de absoluta certeza, como a enunciação mais sintética de hipóteses (muito ou pouco prováveis) de identificação entre unidades (sempre acompanhada de uma interrogação: “?”). Estas hipóteses assentam em indícios que têm sobretudo que ver com a designação, localização e titularidade das unidades, que foram também os três critérios utilizados no cruzamento das fichas de unidades, uma vez recolhida toda a informação, com o objectivo de despistar possíveis fichas duplicadas para uma mesma unidade.

- “PROPRIEDADE”⁹⁰¹
- “LOCALIZAÇÃO”⁹⁰²,
- “LOCALIZAÇÃO: hipotética”,
- “LOCALIZAÇÃO/MÚLTIPLA”,
- “LOCALIZAÇÃO/MARGINAL”,
- “LOCALIZAÇÃO/IMPOSSÍVEL”,
- “CRONOLOGIA”⁹⁰³,
- “FUNÇÕES/RESIDENCIAIS/PRODUTIVAS”⁹⁰⁴,
- “FUNÇÕES/JUDICIAIS/ADMINISTRATIVAS”,
- “FUNÇÕES/FISCAIS”, “FUNÇÕES/MILITARES”.

3.3. Potencialidades analíticas

Como se percebe, a diversidade de variáveis integradas no questionário que orientou a construção desta base de dados e as muitas possibilidades de tratamento abertas pela recolha sistematizada da informação numa base de dados intencionalmente relacional estão na raiz de um conjunto alargado de potencialidades que o presente trabalho está muito longe de esgotar no plano empírico ou mesmo de definir por completo num plano meramente teórico. Respondendo aos quatro objectivos *instrumentais* enunciados no §3.1., a base de dados foi dotada de um conjunto de mecanismos analíticos que procuram viabilizá-los:

(i) para assegurar a exaustividade da análise, a base permite a recolha e tratamento sistemáticos de *toda* a informação relevante, em moldes tão quantitativos

⁹⁰⁰ Justificação para a identificação de um ou vários *elementos* com a unidade em causa; esclarecimento e justificação bibliográfica de dúvidas/critérios de identificação toponímica de um elemento; etc.

⁹⁰¹ Informação relativa aos proprietários/usufrutuários da unidade e a outras unidades a eles associadas (para cujas fichas se remete).

⁹⁰² Referências bibliográficas que atestam a identificação toponímica proposta. Arrola-se apenas a referência principal que cada autor/obra faz à unidade em causa, o que muitas vezes significa a identificação da menção documental mais antiga. Não houve portanto a pretensão de reunir todas as referências feitas por cada/autor obra a cada unidade, excepto nos casos em que sejam referidos diferentes *elementos* e acrescentada informação relevante sobre cada um. Uma parte muito substancial das localizações que propomos foi avançada pelos próprios editores dos documentos. Tendo ficado já referidas nas fichas do módulo *Documentos*, dispensamo-nos de as citar aqui novamente.

⁹⁰³ Referências a indícios (documentais e materiais) de uma cronologia de ocupação/exploração anterior à da primeira menção documental explícita ou outras indicações importantes sobre a *história* da unidade. No caso dos templos (e, na sua ausência, dos topónimos) correspondentes às “paróquias” arroladas no *Parochiale sueuum*, só vão assinalados aqueles (poucos) cuja identificação oferece alguma segurança, de acordo com a mais recente revisão do problema (ALARCÃO, 2001 – «As paróquias suévikas...»).

⁹⁰⁴ Referências a propriedades (ou outras unidades) cuja transacção incluía homens (*homines*, *incommuniatos*, servos, etc.) associados a essa propriedade, porque aí residiriam ou apenas porque a explorariam.

quanto possível, e foi dotada de um sistema de indexação temática dos documentos que facilita a análise qualitativa⁹⁰⁵;

(ii) para assegurar a rigorosa georreferenciação de toda a informação espacial, com vista à sua integração num SIG, as listas de lugares e freguesias que servem de base à identificação toponímica das unidades foram dotadas das respectivas coordenadas geográficas, possibilitando desde logo a produção de cartografia automática;

(iii) para assegurar o estudo aprofundado das fontes analisadas e do léxico espacial documentado, a base de dados foi dotada de um conjunto de campos que procuram sistematizar a informação relativa a estes problemas e estruturada em função das categorias classificatórias utilizadas pelos próprios redactores para designar as unidades espaciais, que estão na base da tipologia de unidades utilizada;

(iv) para assegurar a *possibilidade* de integração entre os dados para os quais a metodologia foi concebida (provenientes de fontes escritas) e os dados materiais (arqueológicos, sobretudo), foi atribuída especial importância à escala local em que estes dados adquirem pleno sentido e aquela integração é possível (donde o considerável esforço de identificação toponímica tão rigorosa quanto possível das unidades mencionadas nos textos). Resultam daqui quatro potencialidades que importa desenvolver⁹⁰⁶.

3.3.1. Análise quantitativa

As limitações informativas e os inúmeros problemas de crítica inerentes à documentação altimedieval, bem como as pronunciadas descontinuidades cronológicas e espaciais dos *corpora* disponíveis para este período, dificultam naturalmente uma abordagem estatística ou “serial” deste tipo de fontes, também no que ao estudo da

⁹⁰⁵ A par dos dados passíveis de quantificação há um conjunto de dados (que não são necessariamente diferentes dos anteriores em género, mas muitas vezes se distinguem apenas pelo grau de desenvolvimento) passíveis de uma abordagem que diremos mais *qualitativa*. E há depois, é claro, uma série de informações propriamente *qualitativas*, com relevância mas sem conteúdo territorial explícito, e que por isso não constam da base de dados. Para melhor sistematizar este tipo de informações, que não são tão facilmente isoláveis como a informação “quantitativa”, porque normalmente só adquirem sentido no contexto global do documento, foi necessário criar um quarto módulo de recolha de dados, que procurou indexar tematicamente os diplomas. Este módulo foi concretizado numa tabela/formulário autónomos (*Indexação*), ligados ao módulo *Documentos*.

⁹⁰⁶ Note-se que nesta metodologia confluem precisamente os três domínios apontados por A. Guerreau como áreas de “potencial renovação” dos estudos medievais: semântica (descodificação do sentido dos documentos), materialidade (arqueologia), e análise estatística com recurso a ferramentas informáticas (GUERREAU, 2001 – *L’avenir...*: 139 e ss.), a que importa apenas acrescentar as potencialidades abertas à análise espacial pela integração dos dados escritos num SIG.

paisagem e do povoamento diz respeito⁹⁰⁷. À semelhança, aliás, do que acontece com o registo arqueológico, como notaram A. Bazzana e G. Noyé, ao criticar a aplicação do paradigma quantitativista proposto pela *New archeology* ao estudo de um fenómeno em si mesmo tão instável e descontínuo como é o do povoamento altimedieval, iludindo as limitações da análise estatística dos materiais recolhidos através de métodos de prospecção⁹⁰⁸. Coloca-se, portanto, para ambos os tipos de fontes, um problema de dimensão e representatividade (face ao universo em estudo) das amostras que cada um permite construir.

Todavia, sem prejuízo destas limitações das fontes medievais (e, por maioria de razão, altimedievais) para o estabelecimento de *séries* de dados passíveis de uma análise verdadeiramente estatística, é inegável o interesse heurístico da quantificação, desde logo no campo dos estudos semânticos⁹⁰⁹. Uma vez analisadas e devidamente ponderadas as limitações informativas, os problemas de crítica e as discontinuidades do corpus documental, com vista à definição da representatividade da amostra⁹¹⁰, é possível recorrer à análise quantitativa dos dados por forma a inferir distribuições, variações e padrões que, sendo relativos, não deixam de ter alguma relevância intrínseca, quando não são mesmo capazes de indicar tendências mais gerais, que ultrapassam os limites da

⁹⁰⁷ Embora nos pareça excessiva a afirmar que: «a la hora de analizar los diferentes enclaves de poblamiento que surgen en la documentación, es preciso tener en cuenta estos condicionantes para no caer en simplificaciones, o en el error de hacer un tratamiento cuantitativo de una información que sólo admite una análisis de tipo cualitativo» (ESCALONA, 1995 – *Transformaciones sociales...*: 129).

⁹⁰⁸ «On peut en effet se demander si la notion même de statistique n'est pas incompatible avec les caracteres de l'occupation du sol pendant le haut Moyen Âge et une bonne partie du Moyen Âge central, comme d'ailleurs avec la documentation écrite de ces périodes. Sans même parler des problèmes, alors accrus, d'identification, qui seront évoqués plus loin, le caractère extrêmement mouvant et précaire des établissements du haut Moyen Âge ainsi que l'importance des différences micro-régionales sur l'ensemble de la période médiévale amènent à s'interroger sur l'efficacité de la division d'une zone en «variables» lorsque'il s'agit de surmonter ces obstacles. Pour toutes ces raisons, les données obtenues par la méthode de l'échantillon «ad uso probabilistico» doivent être à notre avis considérées comme susceptible de fournir une idée seulement relative du schéma d'ensemble d'une région et traitées comme telles. Elles sont indicatrices, rien de plus» (BAZZANA; NOYÉ, 1988 – «Du «bon usage»...»: 553).

⁹⁰⁹ «(...) une statistique bien assimilée, c'est, outre un outil heuristique d'une efficacité irremplaçable, tout un état d'esprit de réflexion permanente sur les biais, les approximations, les degrés d'incertitude et de précision, aussi bien que sur le primat des relations par rapport aux substances. C'est le seul instrument de contrôle qui pousse à se soucier et permette de ne pas confondre l'élucubration marginale et la conception dominante. C'est surtout (...) un outil incontournable de toute recherche de sémantique cohérente» (GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 304). Sobre a aplicação de métodos estatísticos e de análise serial (típicos da história económica) às fontes medievais, v. ARNOLD, 2008 – *What is Medieval...*: 65 e ss.; sobre as possibilidades da análise quantitativa (“numerical”) de um tipo específico de fontes (os registos judiciais), v. *ibidem*, p. 55.

⁹¹⁰ É também a este objectivo que responde a terceira das potencialidades analíticas da metodologia (v. *infra* §3.3.3.).

amostra⁹¹¹. Aliás, a crítica das fontes assume-se como uma condição imprescindível e *fundadora* da análise quantitativa, que por sua vez permite avançar no esclarecimento dos significados subjacentes às palavras⁹¹².

É importante notar desde já que, apesar de algumas afinidades, a metodologia que aqui se propõe não está de todo orientada pelos pressupostos da “história serial”, desde logo porque o tipo de fontes para as quais foi concebida (e o corpus analisado, em particular) não tem propriamente características “seriais”, tal como as definiu P. Chaunu, isto é, não permite o estabelecimento de longas séries de dados homogêneos, repetitivos e comparáveis⁹¹³. Na tipologia de fontes definida por F. Furet, de acordo com as suas potencialidades de tratamento quantitativo, a documentação diplomática altimedieval (composta maioritariamente de actos jurídicos de transmissão de propriedade), como aliás boa parte das fontes administrativas e judiciais anteriores ao século XVIII, caberia na sub-categoria de «sources strictement qualitatives, donc non sérielles», integradas na categoria das «sources non structurellement numériques»; o mesmo é dizer, nas palavras do autor, que se trata de fontes «tout au moins particulièrement délicates à organiser en séries et à standardiser»⁹¹⁴.

Impõe-se assim reconhecer que está vedada a este tipo de fontes toda e qualquer análise “serial”, não tanto em virtude da natureza não-numérica da informação veiculada, mas sobretudo em função das referidas descontinuidades, desde logo

⁹¹¹ Como aliás, reconhecia A. H. Oliveira Marques há já quase 50 anos, ao referir-se ao problema da aplicação de métodos no estudo da economia (agrária) medieval: «Uma das grandes dificuldades no estudo económico da Idade Média reside na impossibilidade, ou quase impossibilidade, do seu tratamento estatístico. Escapa-nos o número. Podemos (às vezes) falar em termos de «mais» e «menos», de «aumentos» e «diminuição», de variação relativa, em suma. Mas o *quantitativo* exacto, o número absoluto, falta-nos quase sempre. Esta escassez de dados estatísticos não deve impedir, cremos, uma renúncia, igualmente absoluta, a sugerir números aproximados que funcionem como hipóteses de trabalho. Uma ideia, conquanto vaga e imprecisa, de quantitativos de produção, calculados a partir das raras fontes numéricas do período medieval, é preferível a nada. Cada elemento estatístico que seja possível recolher da documentação deve ser pelo historiador conservado, acarinhado, reunido com outros, numa tentativa de reconstituir o quadro total. O que sempre há-de rejeitar-se é a aplicação de métodos estatísticos de tipo matemático» (MARQUES, 1962 – «Ideário para uma história económica...»: 25). Fica apenas por esclarecer o que é que o autor entenderia por métodos estatísticos de tipo *não* matemático.

⁹¹² Parece-nos importante superar a divisão entre a utilização “intensiva” das fontes (assente na sua crítica atenta) e a utilização “extensiva” (que repousa na análise “estatística”), apresentada como insanável por D. Barthélemy, a propósito das ambiguidades do conceito de ‘alódio’ e da definição das estruturas fundamentais de domínio no quadro da sociedade “feudal” (BARTHÉLEMY, 1993 – *La société*...: 9).

⁹¹³ CHAUNU, Pierre – «L’histoire sérielle. Bilan et perspectives». *Revue Historique*. 494 (1970) 297-320.

⁹¹⁴ FURET, 1974 – «Le quantitatif...»: 82. A. Guerreau é bastante crítico do que considera ser a noção difusa e inconsistente de fontes e análises “seriais” apresentada por F. Furet: «Pour Furet, est sérielle toute source dont on peut tirer des nombres, et c’est la possibilité d’une opération sur ces nombres qui garantit qu’on est du côté de l’histoire scientifique et non-téléologique» (GUERREAU, 2001 – *L’avenir*...: 123-24 – citação nesta última página).

cronológicas (a impedir a constituição de verdadeiras séries) mas também espaciais e informativas, destas fontes. No entanto, há nelas um conjunto bem identificável de dados que, em virtude da frequência/repetição com que a documentação no-os apresenta, são passíveis de uma análise *quantitativa*⁹¹⁵. Mesmo se as fontes em si mesmas, isto é na sua estrutura genética, não apresentam características propriamente *quantitativas*. Independentemente de distinções como a que separa os inventários e outros tipos de “notícias” dos actos de transmissão da propriedade, de escassa relevância para este efeito, uma vez que o maior potencial dos primeiros para a análise quantitativa deve-se normalmente a uma diferença de género e não de número (registam uma maior quantidade de dados).

A metodologia que aqui propomos procura criar as condições para um aproveitamento quantitativo dos dados recolhidos em documentos que são tradicionalmente vistos como sendo hostis a qualquer tipo de quantificação⁹¹⁶. A informação fornecida pela documentação diplomática altimedieval é certamente escassa e fragmentária. Todavia, o volume de dados que resulta de levantamentos exaustivos pode atingir uma dimensão e *qualidade* bem superiores aquilo que normalmente se esperaria. A realidade espacial é um dos domínios em que isso se verifica⁹¹⁷. O que se deduz claramente do corpus documental que está na base deste trabalho: num total de 366 documentos analisados, foi possível identificar 3073 unidades espaciais, a que correspondem 4937 menções documentais (*elementos*), entre as quais foi possível estabelecer um total de 11516 relações espaciais. Seria impossível manejar este corpo de dados sem recurso à análise quantitativa, independentemente da utilização ou não de

⁹¹⁵ Não queremos, obviamente, implicar com este adjectivo qualquer filiação numa corrente específica de investigação (económica e demográfica, sobretudo) dominante nas décadas de 1960-1980. Sobre a distinção entre “*histoire quantitative*” e “*histoire serielle*”, na tradição francesa, v. FURET, 1974 – «Le quantitatif...»: 69-73.

⁹¹⁶ «Ce fut même un quasi-dogme qu’il aurait existé des «économies préstatistiques» ou, variante, des sociétés dans lesquelles l’économie ne jouait pas un rôle aussi grand que dans les nôtres, ces sociétés demeurant, presque ontologiquement, hors du domaine d’application des études quantitatives.» (GUERREAU, 2001 – *L’avenir...*: 120).

⁹¹⁷ Como ainda recentemente escreveu R. Noël, depois de notar as diversas limitações informativas dos actos de transmissão de bens e direitos (descrições estereotipadas, cópias amputadas em cartulários, “indigência” do vocabulário): «Pour autant, nombre de chartes et de notices ne serinent pas que des stéréotypes. Ici et là, elles laissent entrevoir les abords d’une église, d’une maison, d’un moulin; elles indiquent les confins de biens-fonds ou appuient leurs délimitations sur un chemin, une route, un cours d’eau, un accident du relief, une ligne de crête, un bloc rocheux. Dans les meilleurs cas, elles évaluent la surface des parcelles ou en mesurent les côtés. De telles précisions mettent en relief un ou plusieurs caractères de lieux évoqués. Rangées en série, elles révèlent plus que leur objet immédiat» (NOËL, 2010 – «À la recherche du village...»: 40-41).

técnicas estatísticas propriamente ditas⁹¹⁸, com destaque para a análise multidimensional das diversas variáveis contempladas no questionário que estrutura a nossa metodologia⁹¹⁹.

Note-se, contudo, que a análise quantitativa não tem apenas a virtude de tornar manejável um corpo tão vasto de informação e de permitir identificar as respectivas distribuições e variações. Quando agregada, essa informação revela padrões e tendências mais ou menos gerais ou generalizáveis que, em si mesmas, possibilitam leituras interpretativas totalmente vedadas à análise qualitativa, por natureza obrigada à *especificidade* dos dados individualmente considerados. A análise quantitativa converte-se assim num instrumento que permite, de alguma forma, minorar (ainda que não superar por completo) as muitas descontinuidades do corpus documental disponível, que a condicionam à partida⁹²⁰. Desde que a agregação a que sujeitamos esta informação seja, ela própria, dotada de um sentido espacial (ancorado e corroborado pela realidade documental) e não o produto de uma qualquer demarcação arbitrária ou anacrónica. O que, se tivermos em mente a dimensão essencialmente local da informação contida nos documentos analisados, nos remete maioritariamente para esta escala na hora de demarcar os limites da análise quantitativa a que possamos sujeitar essa informação, como notou J. Escalona, a propósito da sua investigação sobre a formação do *alfoz* de Lara⁹²¹.

⁹¹⁸ O que implica, convém não esquecer, uma preparação técnica exigente: «A vouloir quantifier (ou a fortiori théoriser la quantification) sans posséder les premiers éléments des techniques ad hoc, on trahit tôt ou tard son incopétence. Méprisée, la technique se venge. L'approximation *incontrôlée* vire sans crier gare au n'importe qui» (GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 124-25).

⁹¹⁹ Sobre a importância da análise multidimensional nos estudos de história medieval (GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 179-81).

⁹²⁰ Idêntica observação fez A. Durand, a propósito da sua análise da documentação do Languedoc com vista ao estudo da paisagem da região entre os séculos X e XII, assente numa metodologia de análise com algumas semelhanças com a que aqui propomos: «Ce traitement plus rigoureux du corpus historique autorise une analyse plus fine des actes qui pallie quelque peu les carences de la conservation aléatoire des archives» (DURAND, 2003 – *Les paysages...*: 13).

⁹²¹ A propósito desta sua opção em excluir (não definitivamente) a análise quantitativa dos dados espaciais (de proveniência escrita, epigráfica, arqueológica, etc.) recolhidos numa base de dados semelhante à nossa mas estruturada em torno de unidades espaciais (lugares) e não de unidades de organização do espaço (que não necessariamente indexáveis à escala local), observa o autor: «Una información seriada de esta manera podría haber sido tratada en términos cuantitativos, pero, dada su fragmentariedad y sus complejos procesos de su formación y recopilación, creo que los resultados hubieran resultado muy frágiles en su basis, salvo como mera descripción del conjunto. Por eso, he declinado un trabajo cuantitativo y he aprovechado la base de datos resultante para obtener listados de datos acerca de los lugares del territorio de estudio, agrupados en las unidades territoriales que han sido consideradas significativas; en todo momento se ha buscado como objetivo básico contextualizar al máximo cada lugar estudiado para poder comprender su trayectoria histórica específica y huir de generalizaciones poco fundadas» (ESCALONA, 1995 – *Transformaciones sociales...*: 143).

3.3.2. Integração dos dados num SIG: cartografia e análise espacial

Enquanto “proposta de análise espacial da documentação altimedieval”, a metodologia aqui apresentada não poderia deixar de estar orientada para a integração entre a base de dados construída para a recolha e tratamento dos dados provenientes das fontes escritas e uma base geográfica, com vista à criação de um SIG⁹²². A integração entre os dois tipos de base de dados implica, como *ponte* entre uma e outra, a cuidadosa georreferenciação de toda a informação, que deve seguir uma escala tão fina quanto possível⁹²³. Só assim será possível avançar na análise relacional entre a informação *histórica* e todas as variáveis geográficas (físicas como humanas) que com ela mantenham um qualquer tipo de associação significativa. Sem esquecer a possibilidade que os SIG oferecem de integrar outro tipo de informação (como seja a de proveniência arqueológica⁹²⁴), desde que dotada de uma tradução espacial⁹²⁵. Procura-se através deste instrumento concretizar o papel de *agente* desempenhado pelo espaço na sua base mais material (“locativa”, “ambiental” ou propriamente “paisagística”, retomando a referida taxonomia de Baker⁹²⁶), na estruturação de modelos específicos de organização social do espaço.

⁹²² «A implementação de um SIG envolve o desenvolvimento, em paralelo, de duas bases de informação: uma *gráfica* e outra de *dados*. (...) Importa, contudo, esclarecer que, num projecto de estruturação de um SIG, uma *base de dados geográfica* tem de ser desenhada; esta difere das bases de dados em geral porque integra forçosamente, e para além de outros, um conjunto de atributos espaciais ou geográficos, que esclarecem, de forma inequívoca, a afectação do objecto de estudo ao espaço, ou seja, a sua localização» (NOGUEIRA, 2010 - «Percurso metodológico...»: 181). O autor, que é um cartógrafo habituado a trabalhar com historiadores e arqueólogos (e o responsável pela cartografia apresentada neste nosso trabalho), tece neste artigo interessantes reflexões sobre os problemas que se colocam à integração daqueles dois tipos de bases de informação num SIG.

⁹²³ «A *escala*, conceito eminentemente geográfico, é uma questão essencial no estabelecimento do grau de profundidade com que se analisa e interpreta o espaço. Por regra, maiores ou menores escalas determinarão, proporcionalmente, o detalhe da investigação e dos seus resultados, mas inversamente, a extensão da mesma»; «é a escala da informação geográfica (e não só) com que o sistema [SIG] é sustentado, ou seja, a qualidade da informação geográfica integrada, o factor determinante para a qualidade do retorno a obter na exploração de resultados. Quanto melhor e mais cuidada for a informação geográfica trazida para o sistema, melhor serão as possibilidades exploratórias e a fiabilidade das mesmas (NOGUEIRA, 2010 – «Percurso metodológico...»: 185, 186).

⁹²⁴ Para um exemplo de trabalho empenhado em «analisar a adequação dos Sistemas de Informação Geográfica – SIG – aos propósitos da pesquisa arqueológica», com o objectivo de elaborar «um modelo preditivo que permita inferir acerca da existência de villæ em meio rural», v. RUA, 2007 – «Os sistemas de informação...».

⁹²⁵ «Os SIG permitem, com base em informações tão díspares e de diferentes proveniências, consolidar numa base gráfica um conjunto de elementos que, depois de georreferenciados, e cumprindo a sua função de *fundo de mapa*, proporcionam um entendimento do suporte natural e humano do território em análise (altimetria, rede hidrográfica, rede viária, áreas construídas,...) e sustentam, como uma rede, as diferentes temáticas projectadas sobre ele» (NOGUEIRA, 2010 – «Percurso metodológico...»: 185).

⁹²⁶ V. *supra* §1.1.

Naturalmente, e apesar das muitas possibilidades de análise espacial abertas por qualquer SIG, é na cartografia dos dados produzidos no cruzamento entre ambas as bases (histórica e geográfica) que reside o instrumento primeiro de análise. É certo que a informação espacial veiculada pelos textos é em muitos casos vaga e relacional (definida em função de elementos outros de referência), mais do que rigorosamente circunscrita a um lugar concreto, o que dificulta a utilização dos SIG em toda a sua plenitude e limita o alcance da cartografia⁹²⁷. Todavia, impõe-se que os estudos construídos sobre este tipo de fontes ultrapassem definitivamente o recurso à cartografia como mero meio de demonstração de resultados, para a utilizarem como instrumento heurístico⁹²⁸. À semelhança, aliás, do que acontece já com os estudos arqueológicos⁹²⁹. Esta é uma das reivindicações essenciais da presente metodologia, mesmo reconhecendo as limitações que a construção (mais do que tradução) cartográfica dos dados comporta, nomeadamente a imposição, por parte do mapa, de um grau de *rigidez* que é muitas vezes alheio à natureza imprecisa ou à abertura de sentido que caracteriza as informações de proveniência textual⁹³⁰.

Com efeito, insistir na relevância que deve ser atribuída à cartografia implica desenvolver um conjunto de problemas inerentes à elaboração cartográfica deste tipo de informações. Em primeiro lugar, estão os já referidos limites da informação documental

⁹²⁷ Donde os problemas de identificação toponímica referidos *supra* §3.2.C.2., de que resulta uma elevada percentagem de unidades espaciais documentadas que não são indexáveis a um lugar actual mas apenas ao perímetro de uma freguesia ou mesmo só concelho actuais.

⁹²⁸ Sobre a importância da cartografia como instrumento de análise, defendida já nos finais do século XIX-inícios do século XX por um autor fundacional da *Siedlungsforschung* alemã, August Meitzen, v. TOUBERT, 1999 – «Histoire de l'occupation...»: 25. Esta consciência foi-se afirmando no medievalismo espanhol ao longo das décadas de 1970-1980, entre os autores que se dedicaram ao estudo relacional do espaço e da sociedade, do que resultou «la utilización abundante de la cartografía; como presentación de resultados, pero también como propuesta de relación de variables a analizar» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Introducción – Espacio, sociedad...»: 39); embora essa utilização pareça não ter sido assim também tão abundante, como o próprio autor reconheceu mais recentemente: «el déficit técnico más ostensible lo constituye la cartografía, habitualmente muy escasa y pobre» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 824). O mesmo acontece na historiografia portuguesa, apesar da chamada de atenção para a importância da cartografia como «instrumento de análise geográfica e histórica» por parte de alguns cultores da geografia histórica (DAVEAU, 1991 – «História e Geografia»: 166-67; GARCIA; ALEGRIA; GALEGO, 1985 – *Inventário de Interpretações...*: 1).

⁹²⁹ Tomando o recurso à cartografia como um dos indicadores das diferenças de escala espacial que dividem historiadores e arqueólogos, M. Bourin e É. Zadora-Rio observam que estes últimos «(...) ont donné au traitement de l'information spatialisée une place fondamentale qu'il n'a pas eue pendant longtemps pour les historiens. À l'exception des recherches de topographie, la carte était pour ceux-ci principalement un procédé d'illustration alors qu'elle était au centre de la démarche heuristique en archéologie» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 43).

⁹³⁰ «La conversion en carte de recherches historiques réclame une précision accrue des données puisqu'un tel cadre exclut pratiquement le recours aux hésitations, à la nuance et à la formule restrictive.» (SCHMIDT, 2003 – «Espaces et conscience...»: 517-518).

disponível, decorrentes da composição do corpus, das formas de *escrituração* da realidade espacial e do léxico utilizado para a nomear, que vimos condicionarem também as possibilidades de análise quantitativa⁹³¹. A construção dos mapas estará sempre condicionada a amostras parciais da realidade, o que não poderá nunca esquecer-se na hora de interpretar a *imagem* que dele resulta. Em segundo lugar, vêm as também já referidas dificuldades de identificação toponímica, em virtude da simples falta de informação, da incompatibilidade estrutural entre as malhas territoriais subjacentes aos documentos e a actual malha administrativa, das alterações toponímicas/topográficas verificadas entre umas e outras, etc. Finalmente, coloca-se o problema determinante da escolha da unidade espacial de cartografia (factor essencial na hora de definir a escala de representação), da qual dependem em boa medida o alcance e as potencialidades do mapa, logo da própria análise que nele assenta⁹³².

Tendo em vista os constrangimentos (e desequilíbrios de escala) impostos pela informação recolhida, optámos por escolher a sede de freguesia como unidade de representação dos dados na cartografia produzida para este trabalho, já que no universo de 3073 unidades espaciais identificadas, não foi possível associar 2069 (67,3%) a qualquer lugar actual, ao passo que só 460 (15%) não foram associadas a qualquer freguesia⁹³³. Tendo em mente a amplitude e densidade de ocupação do território em estudo e esta percentagem muito significativa (mais de metade) de unidades cujo exacto lugar no quadro de uma determinada freguesia não é possível apurar, percebe-se a escolha da freguesia como unidade cartográfica. No entanto, e porque para 391 daquelas 460 unidades (85%) é possível identificar o actual concelho em cujo perímetro se situavam, procurou-se uma forma *complementar* de as cartografar à sede de concelho, para o que recorremos a símbolos sem contorno, por contraste com os símbolos

⁹³¹ A correcta ponderação destes limites constitui a terceira das potencialidades analíticas da nossa metodologia (v. *infra* §3.3.3.).

⁹³² Como notou M. Nogueira: «Importa explorar este conceito de unidade espacial de análise, porque determinará a desagregação espacial a que os atributos estarão sujeitos aquando da constituição da base de dados. A discussão deste elemento é muitas vezes negligenciada ou pouco aprofundada, mas é essa unidade espacial que determinará a qualidade e o alcance das leituras espaciais, pelo mosaico e padrões espaciais produzidos com a projecção das variáveis temáticas. Uma unidade espacial mais “apertada” retratará, com maior fiabilidade e detalhe, as particularidades e cambiantes de um fenómeno. Inversamente, unidades espaciais mais “alargadas” empobrecerão as leituras espaciais, camuflando as excentricidades de fragmentos do território» (NOGUEIRA, 2010 – «Percurso metodológico...»: 181-82).

⁹³³ À semelhança, aliás, da opção tomada num trabalho anterior, dedicado à análise monográfica do casal em todo o Entre-Douro-e-Lima, entre os séculos X e XII (MARQUES, 2008 – *O casal...*: 427-29).

contronados que assinalam as sedes de freguesia. Desta forma, apenas 69 unidades (2,2% do total) ficaram efectivamente excluídas da cartografia.

Ainda assim, cartografia apresentada deve ser lida com as reservas que as dificuldades levantadas à identificação toponímica das unidades impõem⁹³⁴. Para além das limitações informativas que impedem pura e simplesmente a identificação destas unidades, importa ter em mente as localizações *hipotéticas e múltiplas*. O facto de estas localizações se restringirem, em boa parte, a freguesias vizinhas (ou, quando muito, integradas no territórios de um mesmo concelho actual) implica que a imagem transmitida pelos mapas, não sendo exacta, é aproximada. Um ou outro ponto (sede de freguesia) poderia acolher um maior ou menor número de unidades, mas as manchas de pontos não seriam consideravelmente alteradas caso a identificação rigorosa de todas as unidades fosse possível⁹³⁵.

Note-se, contudo, que esta opção pela sede de freguesia como unidade de cartografia, justificada pela tentativa de representar o maior volume possível de informação para a escala de um vasto território diocesano, não exclui a possibilidade de uma cartografia de maior escala para determinadas zonas onde a concentração de lugares identificados seja particularmente assinalável. São iniludíveis as dificuldades de identificação dos exactos lugares em que estavam situadas muitas das unidades fichadas; e uma percentagem não negligenciável destas unidades ultrapassa mesmo o âmbito estrito de um lugar, para se estender ao território de uma ou mais freguesias (já para não falar de umas poucas grandes unidades territoriais que abrangem a área de vários concelhos actuais). O que nos impediu de uma identificação de lugar para 1856 unidades (60,4%), a que devem acrescentar-se 213 localizadas em antigas freguesias, antigas villae ou antigos lugares indicados nos documentos mas cuja exacta localização actual não foi possível apurar. Ou seja, entre as unidades cujo exacto lugar nos é desconhecido e as que não são redutíveis a este tipo de circunscrições espaciais, regista-se um total de 2069 unidades (67,3%).

No entanto, e como facilmente se percebe da leitura do Mapa 2, há zonas em que se detecta uma especial concentração de unidades no perímetro de duas ou mais freguesias vizinhas, em virtude da preservação de núcleos documentais significativos

⁹³⁴ V. o que ficou dito *supra* §3.2.C.2.

⁹³⁵ Note-se que a percentagem total de localizações hipotéticas tem uma expressão menor na cartografia, na medida em que as unidades que só foi possível localizar no território de um actual concelho (ou nem isso) ficaram excluídas dos mapas, construídos com base na malha de freguesias.

gerados localmente. O que garante, à partida, um detalhe da informação espacial veiculada pelos documentos que facilita consideravelmente a circunscrição destas unidades a um lugar concreto. Embora não nos tenha sido possível descer a este nível de pormenor na cartografia apresentada neste trabalho, o cuidado posto na identificação toponímica tão rigorosa quanto possível de cada unidade e a preocupação de associar a lista de lugares utilizada na base de dados às respectivas coordenadas geográficas criam todas as condições necessárias à produção deste tipo de cartografia mais fina.

Por fim, convém concretizar as possibilidades abertas pela representação cartográfica para a análise da interacção espaço-sociedade, através do elenco dos principais tipos de mapas que será possível produzir a partir da integração entre a base de dados que construímos para a análise documental e uma base geográfica num SIG. Em primeiro lugar, numa dimensão estritamente “locativa”, é possível cartografar: (i) as distribuições espaciais e cronológicas dos diversos tipos de unidades, isoladas (nos casos de distribuições mais densas) ou agregadas nas várias categorias e sub-categorias que estruturam a tipologia definida, mapas estes que se revelam importantes no estudo do povoamento, entendido no sentido amplo de *processo* de ocupação e organização do espaço⁹³⁶; e (ii) as relações espaciais que se estabelecem entre unidades, de que pode resultar a representação de dispersões/difusões (relações entre pontos, itinerários, etc.), como de relações centro/periferia, de áreas de influência, etc., mapas estes que remetem sobretudo para os problemas da articulação política do espaço, feito território.

Em segundo lugar, e atendendo à dimensão “ambiental”, é possível relacionar cartograficamente estas distribuições e relações com um conjunto amplo de variáveis geoambientais que sejam relevantes (porque condicionantes) na génese dessas unidades, embora este tipo de mapas levante evidentes problemas de retro projecção, salvo quando os dados físicos utilizados resultem de estudos paleoambientais.

Em terceiro lugar, no que respeita à dimensão “paisagística” do espaço, a cartografia pode constituir-se num precioso instrumento de reconstituição da paisagem à escala local, nos casos em que seja possível reunir um conjunto significativo de dados

⁹³⁶ Estamos aqui no plano elementar da tradução cartográfica dos dados recolhidos, aquele a que corresponde a cartografia que efectivamente produzimos (v. *supra* Introdução, §3.2. e *infra* Parte II, §2 e Apêndice III), e que responde a um desafio já antigo lançado por García de Cortázar num artigo programático em que avançava uma proposta de questionário para a análise da economia medieval numa base regional: «O resultado de toda esta investigação [sobre a paisagem] – que só pode resultar pela recolha exaustiva de todas as informações individuais de núcleos de povoamento, cultivos, bosques, pastos, etc. – deve ser o estabelecimento de uma série cartográfica que reflecta a situação paisagística da região, em momentos sucessivos» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1975 – «A economia rural...»: 29).

(tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo) para um determinado lugar ou conjunto de lugares; no que se revelam particularmente importantes as possibilidades de integração no SIG de dados geográficos (actuais ou *históricos*), textuais, arqueológicos, etc., condição essencial à abordagem interdisciplinar a que uma tal reconstituição obriga.

Em quarto lugar, já no domínio da representação do espaço (e com isto passamos da realidade material para a mental), será possível produzir mapas interpretativos de esquemas de percepção e/ou representação documental do espaço, tal como eles aparecem em documentos específicos.

A terminar, importa ainda notar que qualquer um destes tipos de mapas admite a combinação selectiva de duas ou mais variáveis significativamente relacionadas, pelo que é possível produzir cartografia temática orientada para a análise de problemas específicos. E que, para lá da representação cartográfica da informação *histórica* propriamente dita, é possível produzir mapas-síntese que veiculem *interpretações* feitas com base na análise daqueles outros mapas ou de qualquer tipo de fonte em particular.

3.3.3. Crítica das fontes: desmontagem dos três filtros de acesso à realidade espacial

Ficou já dito por várias vezes que a análise tão detalhada quanto possível das fontes escritas constitui a etapa primeira e uma condição prévia da metodologia de análise espacial que aqui se propõe. Isto justifica que lhes dediquemos toda a segunda parte do trabalho, procurando analisar as possibilidades que o corpus documental analisado oferece para o conhecimento da materialidade do espaço. Para o que deveríamos atentar nos três principais *filtros* da informação que este tipo de fontes pode fornecer sobre a morfologia das diversas unidades espaciais documentadas: (i) as circunstâncias que ditaram a génese e transmissão do corpus documental disponível, (ii) as tipologias e o discurso diplomáticos que marcam a *escrituração* da realidade espacial e (iii) o léxico a que os redactores dos documentos recorreram para descrever as múltiplas unidades espaciais a que se referiam. Na impossibilidade de estudar detalhadamente este amplo conjunto de problemas, limitar-nos-mos a aludir a algumas questões mais gerais levantadas pelos dois primeiros e só avançaremos na análise sistemática do léxico espacial⁹³⁷.

⁹³⁷ V. *infra*, Parte II, §1 e §2, respectivamente.

Contudo, importa aqui sublinhar que, como passo fundamental da metodologia, este conjunto de problemas esteve na raiz da concepção da base de dados e orientou os mecanismos essenciais de recolha e tratamento da informação que ela operacionaliza, desde logo fundados numa análise de base terminológica. Para mais, a informação recolhida no módulo *Documentos*, de acordo com um questionário que procura incluir a informação essencial para a caracterização diplomática de cada diploma,⁹³⁸ constitui uma base importante para avançar na análise dos referidos filtros. Como notou P. Toubert, o recurso a métodos informáticos de tratamento da informação tem necessariamente de repousar numa análise detalhada da estrutura das fontes utilizadas, que possa garantir a adequação da análise às características da formalização original dessas fontes. E que, em momento algum, poderá esquecer que essa estrutura da informação resulta já de um tratamento prévio de que as fontes (sobretudo aquelas que apresentam formas mais “seriais”, como inventários, cadastros, etc.) foram objecto durante o seu próprio processo de produção⁹³⁹.

3.3.4. Interdisciplinaridade: integração com o registo arqueológico

A metodologia aqui proposta responde ainda ao duplo apelo de García de Cortázar a «la atención verdaderamente interdisciplinar a los problemas y a la atención en la larga duración a los mismos»⁹⁴⁰. Embora constitua uma via de trabalho propriamente *historiográfica* (porque assente em fontes textuais), ela não deixa de procurar uma efectiva colaboração com a arqueologia, também ela preocupada com a análise de distribuições crono-espaciais de base locativa e, naturalmente, da materialidade do espaço⁹⁴¹ (precisamente os dois objectivos *principais* desta

⁹³⁸ V. *supra* §3.2.A.

⁹³⁹ TOUBERT, 1998 – «Tout est document»: 96-97.

⁹⁴⁰ Feito por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Glosa de un balance...»: 817, num balanço da historiografia medieval espanhola do período 1968-1998. Sobre as limitações e os contributos da geografia, da antropologia e da arqueologia no estudo da “organização social do espaço”, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 203 e ss. Em síntese: «Cada uno de los caminos a través de los que llegan informaciones, métodos o conceptos, es justamente eso: uno de los caminos de arribada. Y el secreto de su uso rentable radica en la debida integración de los datos que llegan por todos ellos, evitando que la hipótesis se demuestre por la hipótesis y el modelo por el modelo» (*ibidem*, p. 206).

⁹⁴¹ Como escreveram A. Bazzana e G. Noyé, num texto-programa da *archéologie extensive* francesa, notando a preocupação explícita desta corrente na integração da análise integrada dos dados textuais e materiais: «La démarche comprend le repérage des sites et l'établissement de cartes qui servent de base à l'étude des unités archéologiques, à travers leurs diverses composantes et en tentant de déterminer les phases de leur histoire; l'accent est mis sur la construction de typologies intégrant les réalités concrètes et les données textuelles (y compris les classifications médiévales), ainsi que sur l'identification de réseaux,

metodologia, como assinalámos logo no início deste §3); sem esquecer ainda a possível colaboração com a geografia histórica⁹⁴², que, sem se limitar propriamente às fontes materiais, não deixa de prestar também uma atenção particular (mas cada vez menos exclusiva) à materialidade do espaço, nas suas várias dimensões⁹⁴³. Pode mesmo dizer-se que esta via de trabalho promove uma integração efectiva entre dados de proveniência textual e material, permitindo ultrapassar as declarações de princípio e de boa vontade que depois esbarram em metodologias de trabalho e em lógicas analíticas demasiado diferentes para alguma vez convergirem de outra forma que não seja a mera *ilustração* de um raciocínio historiográfico ou arqueológico (ou geográfico) com recurso a dados produzidos pela outra disciplina. Porque, apesar de todas as divergências metodológicas e de perspectiva, a verdade é que os temas (quando não mesmo os problemas) que se constituem em objecto das três disciplinas são essencialmente os mesmos⁹⁴⁴.

Como é evidente, são diversas as vias de colaboração entre estas disciplinas e os espaços de possível cruzamento entre os dados específicos que cada uma delas maneja. Sem prejuízo de outras escalas e dimensões da realidade espacial, parece ser no domínio da reconstituição da paisagem, à escala local, e no quadro de uma preocupação marcada com a materialidade do espaço que o cruzamento entre a investigação histórica e arqueológica, pelo menos, melhor se concretiza. A ampliação da escala de análise e a atenção à morfologia da paisagem transformam-se assim numa das exigências-chave do trabalho interdisciplinar. Como já ficou dito, a presente metodologia coloca ambas as

plus ou moins hiérarchisés, de peuplement – dont il s’agit de comprendre les origines et le fonctionnement» (BAZZANA; NOYÉ, 1988 – «Du «bon usage»...»: 546).

⁹⁴² Assim venha esta disciplina a estruturar-se plenamente em Portugal, para lá da análise cartográfica de textos e mapas antigos, que constitui a principal especificidade da geografia histórica portuguesa, num quadro metodológico (e temático) de resto pouco original (RIBEIRO *et alii*, 1995 – «Les recherches...»). E a recuar aos séculos medievais, na senda do trabalho pioneiro mas isolado de GARCIA, João – *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa: INIC – Centro de Estudos Geográficos, 1986.

⁹⁴³ Sobre o horizonte programático da actual geografia histórica, v. a panorâmica da autoria de A. H. R. BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 33-36, que avança uma proposta original (nada restritiva) de programa para a disciplina, cuja individualidade não deixa todavia de afirmar face a tentativas de a diluir ora na geografia ora na história (*ibidem*, p. 206 e ss.).

⁹⁴⁴ Como observa A. H. R. BAKER, 2003 – *Geography and History...*: 36, a propósito de algumas pretensões excessivamente exclusivistas na definição disciplinar da geografia histórica: «There are no themes or areas of study which are exclusive to historical geography; rather it shares its methods of enquiry with historical (and pre-historical) studies while sharing its problems of enquiry with geographical studies. (...) Geography and history are perspectives; they are different ways of looking at the world. Geography and history do not have different subject matters, so that any distinction between them cannot be made on those grounds. On the contrary, they provide complementary approaches to shared problems and themes».

perspectivas no centro do inquérito, procurando a georreferenciação tão rigorosa quanto possível de todos os dados provenientes do registo escrito e prestando particular atenção à morfologia física das unidades espaciais documentadas. Constitui-se, assim, como uma clara tentativa de aproximação da análise propriamente *historiográfica* à escala e ao tipo de problemas característicos da arqueologia.

Com efeito, a clivagem entre ambas as disciplinas será de alguma forma atenuada, no que às escalas de análise (e problemas daí decorrentes) diz respeito, se também os historiadores tomarem consciência das dificuldades que se levantam ao estudo do *processo* de povoamento numa perspectiva clássica, tal como propunham os estudos de geografia histórica (regional, por via da regra). À semelhança do que a abundante investigação arqueológica das últimas décadas veio mostrar⁹⁴⁵, ao impor a escala micro como a única em que é possível apreender as fontes materiais em todo o seu sentido, também as múltiplas descontinuidades inerentes ao registo escrito (e, muito particularmente, aos *corpora* disponíveis para o estudo da Alta Idade Média) obrigam a recentrar a análise *historiográfica* em problemas e coordenadas muito mais circunscritos do que a clássica distribuição regional dos núcleos de habitat documentados e da toponímia, nomeadamente no estudo da *configuração* morfológica do habitat e da sua evolução⁹⁴⁶. Não significa isto negar o interesse das análises macro, empenhadas no

⁹⁴⁵ V. *supra* §1.2 e §1.3.

⁹⁴⁶ Como notou É. Zadora-Rio, num artigo escrito com M. BOURIN, até aos anos 1970, a escassez de investigações arqueológicas e de trabalhos de prospecção explica a redução dos materiais arqueológicos quase só a achados pontuais de objectos: «On n'avait pas trop les moyens de s'interroger sur la nature et la fonction des sites: ils étaient représentés par des points dont la densité était censée traduire le caractère plus ou moins intensif de l'occupation par opposition aux vides représentant les zones inhabitées». A arqueologia limitava-se, assim, a cartografar e interpretar estes achados no quadro do paradigma tradicional da geografia histórica: sobrepondo estas cartas arqueológicas a outras com a distribuição dos lugares mencionados nas fontes escritas e a cartas toponímicas, por forma a «aboutir à des cartes dites de l'occupation du sol». No entanto, a multiplicação de investigações arqueológicas (escavação e prospecção) a partir dos anos 1970-80 veio «rendre inutilisables les cartes de répartition de découvertes archéologiques puisqu'on sait désormais que les zones vides de sites archéologiques ont toutes les chances d'être des zones mal connues et non des zones inoccupées. Cela ne signifie pas, bien-entendu, qu'il y a une continuité réelle de l'occupation du sol, mais qu'on a changé d'échelle d'analyse: les déplacements de l'habitat, les phases de colonisation ou au contraire d'abandon et de reforestation, ne peuvent plus être identifiées qu'à l'échelle de petits territoires, avec des méthodes d'investigation lourdes (fouilles ou prospections systématiques). C'est un véritable changement de paradigme: il ne s'agit plus de retracer à une échelle régionale le flux et les reflux d'un front pionnier qui progresse au détriment de la couverture boisée ou au contraire recule devant elle, mais de restituer les transformations des modes d'occupation du sol. Autrement dit: il ne s'agit pas d'identifier, à l'échelle régionale, des zones conquises aux XI^e et XII^e siècles par opposition à des zones occupées au haut Moyen Age ou à l'époque romaine, puisque sauf preuve du contraire, on doit considérer que tout le territoire est occupé depuis la protohistoire; la question porte désormais non sur les zones, mais sur les modes d'occupation, non sur la présence de l'habitat mais sur l'évolution de sa structure» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l'espace»: 501, 502).

estudo dos processos de povoamento e de organização do espaço propriamente ditos. Mas é importante tomar consciência das limitações que as fontes escritas (como arqueológicas) inevitavelmente levantam ao estudo destes processos, e sobretudo das possibilidades que elas encerram para análise destas e de outras questões (nomeadamente as de natureza morfológica) quando perspectivadas a uma escala micro⁹⁴⁷.

Neste sentido, ganha cada vez mais importância a reconstituição morfológica de paisagens locais concretas em que o habitat cobra pleno sentido, entendida num horizonte marcadamente interdisciplinar que resulta da necessidade de recorrer a todos os tipos de dados disponíveis (textuais, arqueológicos, artísticos, toponímicos, cartográficos, paleoambientais, etc.) e de recolher o maior número de fontes possível, que não de cronologia estritamente medieval (cartografia antiga, *Memórias Paroquiais* e outros textos corográficos, etc.). É certo que os dados resultantes deste tipo de análise mantêm um valor relativo sobretudo à micro-escala em que foram produzidos⁹⁴⁸. E apresentam por isso uma natureza – que não apenas escala – diferente da dos dados que se produzem, recorrendo a outros tipos de análise (mais quantitativa ou pelo menos agregada), para a escala regional⁹⁴⁹.

No entanto, se tomados como potencialmente ilustrativos de sectores mais amplos de um território regional ou micro-regional em estudo, os *casos* que forem objecto deste tipo de reconstituição à escala micro poderão funcionar como contra-

⁹⁴⁷ Como notaram muito recentemente C. DYER; P. EVERSON, 2012 – «The Development...»: 27, têm ganho crescente importância no estudo do povoamento medieval em Inglaterra os projectos firmemente ancorados na análise local (concebidos numa perspectiva “*from bottom up*”), que passam pela análise interdisciplinar, à micro-escala (de uma ou mais paróquias) e na longa duração, de dados de diversa proveniência (textual, material, ambiental, etc.), devidamente integrados em SIG capazes de potenciar o tratamento e a interpretação de dados de base espacial.

⁹⁴⁸ Também em estudos de arqueologia da paisagem, em que é necessário definir áreas de prospecção específicas dentro de uma determinada região se coloca o problema da sua representatividade e integração «em contextos geográficos e problemáticas históricas de carácter mais geral», em virtude de «se efectuarem forçosamente a partir de uma base de dados mais fragmentária e, sendo assim, menos fiável» e das dificuldades que colocam à generalização, como notou CARVALHO, 2007 – *Cova da Beira...*: 19.

⁹⁴⁹ Mesmo à escala local, uma análise exhaustiva de reconstituição da paisagem e do povoamento exige o trabalho de uma equipa numerosa e durante largo tempo (e.g.: DAVIES; ASTILL, 1997 – *A Breton Landscape*), o que o tornaria pura e simplesmente inviável se transposto para uma escala regional. Mas o impedimento é estrutural. Como observou J. Escalona, ao comparar dois estudos de paisagem, um local (precisamente o que ficou citado, sobre um pequeno território (c. 128 km²) do leste da Bretanha) e outro regional (LEWIS, Carenza; MITCHELL-FOX, Patrick; DYER, Christopher (1997) – *Village, Hamlet and Field. Changing Medieval Settlements in Central England*. Manchester: Manchester University Press, 1997): «Al trabajar en un espacio regional, cualquier intento de trabajo directo sobre el terreno resultaba inoperante por la imposibilidad de obtener una cobertura espacial suficientemente densa y homogénea para construir una argumentación sobre ella» (ESCALONA, 2000 – «Paisaje, asentamiento...»: 232). Um impedimento de raiz, portanto, resultante da incompatibilidade entre a escala e o método de análise.

prova de padrões genéricos de organização do povoamento e da paisagem à escala regional resultantes de uma análise extensiva da informação textual e toponímica. Nos casos em que o cruzamento de ambos os tipos de dados for possível, estaremos mais próximos do *quadro total* que a diversidade de fontes e de abordagens à nossa disposição permite traçar, uma vez considerados os diversos factores e estabelecidas as muitas relações que estruturam os processos de organização social de um determinado espaço. O que exige obviamente um esforço de levantamento tão exaustivo quanto possível dos dados. É a este esforço que a presente metodologia procura responder, a partir da documentação escrita.

Antes de terminar este ponto sobre as potencialidades da metodologia apresentada, importa ainda sublinhar que, embora ela tenha sido desenhada especificamente em função da documentação altimedieval, e em particular das tipologias mais correntes neste período (actos de transferência de propriedades: compras-vendas, doações e escambos à cabeça), cujas possibilidades informativas procura potenciar, esta metodologia revela-se também operativa na recolha e tratamento da informação proveniente de fontes posteriores e (não por acaso) de características mais *quantitativas*, como sejam os tombos de propriedades tardo-medievais. Um bom exemplo pode encontrar-se no tombo da “capela de Ferreiros” (c. Braga), produzido no quadro do amplo movimento de redacção deste tipo de fontes posto em marcha pela disposição tomada por D. Manuel nos últimos anos do século XV no sentido de que fossem «tombados todos os bens pertencentes a instituições religiosas, assistenciais e concelhias», do que «resultou um soberbo conjunto documental do maior interesse para o conhecimento de diversas facetas da realidade portuguesa de fins da Idade Média»⁹⁵⁰. Como nota I. Gonçalves, este tombo fez-se «com mais cuidado, em certos aspectos, do que a generalidade daqueles que se produziram mercê da mesma disposição régia»; entre esses aspectos, está precisamente a descrição do questionário que orientou a recolha da informação registada:

«Todos os tombos provenientes desta disposição de D. Manuel são precedidos de um preâmbulo mais ou menos longo, onde se explicam algumas das circunstâncias que antecederam e motivaram a sua elaboração. No entanto, de todos os que conheço, nenhum é tão minucioso como este na descrição das interrogações que o rei colocava. Penso que vale a pena deixar aqui o registo do que se pretendia que fosse averiguado: “medij as casas dos lugares e

⁹⁵⁰ GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: 9, nt. 5.

qujntãaes E quebradas da dicta capella per uara de medyr de çinquo pallmos e des y poemde no tombo todallas erdades que nesses lugares perteençem e medydo cada erdade sobre sy d amcho e de longo E com quem partem e confrontam E o que paguam E quem as traz per que dia fazem as paguas e em que ffreguesijas jazem os beens E quantas ujdas am espedidas o que todo mujto declarado escrepuera o dicto tabelljam E em fim do tombo acabado sse trellade o compromjso e testamento que fez ho que hordenou a capella pera sse saber quaaes sam os beens que Elle leixou E o que o finado mandou ou nam” (A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, n.º 272, fl. 357v.º)»⁹⁵¹.

Sintetizemos. Ancorada numa problemática centrada assumidamente na materialidade do espaço, esta metodologia tem a preocupação de levantar sistematicamente todas as unidades de organização do território (maiores ou menores) referidas na documentação, para depois estudar a sua distribuição crono-espacial (através da análise cartográfica) e a sua morfologia. Procura-se assim desmontar o verdadeiro *jogo de encaixe* de que os redactores dos documentos se serviam para representar a realidade espacial subjacente às transacções/reivindicações de direitos de posse que procuravam, antes de mais, registar. E neste processo de desmontagem espera-se poder ir mais longe na análise propriamente morfológica (material) das realidades designadas pelas palavras que nomeiam os vários tipos de unidades referidas. Isto sem perder, obviamente, a consciência da artificialidade do processo e do risco inerente a uma tal operação de desmontagem, e muito menos a consciência de que, no discurso diplomático que as fontes nos impõem como mediador da realidade, é o todo que confere verdadeiramente sentido às partes⁹⁵².

Ao centrar a análise não em unidades espaciais em sentido estrito, necessariamente identificadas em função da realidade espacial actual (lugares), mas em unidades de organização do espaço, tal como os redactores as definem (que depois se procura *traduzir* na realidade espacial actual, nos casos em que essas unidades sejam efectivamente indexáveis a um lugar), o nosso questionário respeita a heterogeneidade da dimensão espacial das unidades que compunham a realidade (física como mental)

⁹⁵¹ GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: 10, nt. 6).

⁹⁵² Este risco de uma excessiva fragmentação do espaço, enquanto objecto de estudo, foi já sinalizado por García de Cortázar: «El estudio de ese espacio, como el de cualquier otra realidad, exige combinar los de su forma, estructura y función a partir del reconocimiento de su globalidad, único medio de compensar la tendencia del investigador a fragmentarlo en el curso de sus análisis» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 16). Note-se, contudo, que é de alguma forma minimizado na nossa metodologia pelo recurso a categorias que agrupam as diversas unidades consoante os critérios a que já nos referimos (v. *supra* §3.2.C.1.), e pela atenção às estruturas discursivas em que o léxico espacial aparece enquadrado (v. Parte II, §2).

coeva. Obedece assim ao jogo de escalas como recurso analítico imprescindível para captar diferentes sectores da realidade: «mientras el macroespacio es el ámbito más adecuado para la comprensión de los procesos de ordenación política de la sociedad castellana, el medioespacio o el microespacio resulta más adecuado para el estudio de las decisiones de organización del hábitat y de la producción de bienes»⁹⁵³.

Não por acaso designamos esta metodologia com recurso ao conceito de ‘prosopografia’. Com efeito, uma análise assim conduzida oferece-nos a possibilidade de indexar um conjunto alargado de informações de vária natureza e rigorosamente datadas (*elementos*) a uma realidade espacialmente circunscrita (a unidade espacial) e, acima de tudo, descrita morfologicamente por meio de um sistema de classificação que, com todas as suas ambiguidades e opacidades para o historiador, e apesar da oscilação entre os planos material e jurídico, tem a imensa vantagem de ser coevo da realidade espacial que procura representar (mais do que propriamente descrever). Ora, é precisamente na *especificidade* da informação assim produzida que reside o potencial heurístico e interdisciplinar da metodologia aqui apresentada. Superando (sem as anular) dicotomias como as que opõem os planos da representação vs. materialidade do espaço ou a análise qualitativa de realidades concretas vs. análise quantitativa de agregados abstractos, o carácter individual (*prosopográfico*) das unidades espaciais erigidas em unidades de análise garante a possibilidade de ancorar a abstração das palavras no terreno e de contrastar as tendências e ordens de grandeza estatísticas com o caso singular⁹⁵⁴. Num movimento de permanente vai-e-vém, estes vários tipos de análises a que a metodologia aqui proposta abre a porta contrafortam-se uns aos outros.

⁹⁵³ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 335. A mesma importância da combinação de escalas de análise é ressaltada como um dos principais desafios que se colocam hoje à investigação inglesa sobre a paisagem e o povoamento rurais por R. JONES; D. HOOKE, 2012 – «Methodological Approaches...»: 42.

⁹⁵⁴ Procura-se assim compatibilizar os mundos da “micro-história” (ou melhor, neste contexto, dos estudos de caso) e da história quantitativa, à semelhança do que fez, por exemplo, Ch. Donahue Jr. num livro recente sobre as práticas matrimoniais na Idade Média tardia, baseado nos registos de cinco tribunais eclesiásticos: DONAHUE Jr., Charles – *Law, marriage, and society in the later Middle Ages. Arguments about marriage in five courts*. Cambridge: CUP, 2007. Como notou um dos seus recenseadores, David D’Avray: «Quantification is one of the book’s unusual features in the current historiographical context. For a whole generation most medieval scholars and students have tended to shy away from anything involving statistics and calculations: perhaps a reaction against the over-complexity of much work produced in the 1960s when quantification was the high-status approach. With so many individual marriage cases preserved by later medieval ecclesiastical courts, however, Donahue rightly decided that statistical analysis was the only way to make historical sense of the data. The alternative would be to tell a series of vivid stories that could not serve as the basis of generalisation because one would not know how typical they were. Thus, for example, there are a handful of individual cases from York which, as anecdotal evidence, would appear to bear out the old cliché’s about medieval marriage: that anyone could

4. Fontes: a centralidade da documentação diplomática num conspecto mais amplo

Embora a base de dados apresentada tenha sido desenhada especificamente para a análise de fontes diplomáticas, as perspectivas interdisciplinares abertas pela metodologia aqui proposta obrigam a considerar um quadro bem mais amplo de fontes, cuja informação espacial a nossa base de dados deverá ser igualmente capaz de recolher e tratar⁹⁵⁵. Essa é, aliás, uma exigência que decorre da própria natureza do objecto. A *paisagem* histórica (medieval como de qualquer outro período) é um objecto mediatizado, ao qual poderemos chegar sobretudo através: (i) dos textos, que lhe fixaram determinadas representações mentais (sem esquecer formas outras de representação não-textual: cartográficas, pictóricas, etc.); (ii) da toponímia, que constitui uma forma particularmente eficaz, porque directa e circunscrita, de *semantização* do espaço; (iii) do registo arqueológico (incluindo os vestígios paleoambientais ou “ecofactos”), que *fossilizou* uma série de fragmentos materiais, nos sucessivos estádios evolutivos de uma determinada paisagem, sendo que o processo é aqui mais importante do que as diversas fases (difíceis de individualizar claramente muitas vezes); e (iv) só marginalmente através dos traços que persistem na paisagem actual (captados pela cartografia moderna, pela fotografia aérea e por diversos outros tipos de fontes geográficas), apesar do alcance e sofisticação dos métodos de análise retrospectiva⁹⁵⁶.

get an annulment on grounds of consanguinity, that marriages were mostly arranged, and so on. Only against his statistical background does it become clear that this anecdotal evidence is entirely untypical and unusable as a basis for generalisation. In fact the book is full of vivid stories too, mini-novel after mini-novel, so one has the best of both the world of micro-history and the world of quantification» (*JEH*. 60 (4) (2009) 805-7: 805).

⁹⁵⁵ Aliás, García de Cortázar chamou já a atenção, ao referir-se à necessidade de conjugar os contributos de diversas disciplinas no estudo da “organização social do espaço” em geral, para um quadro de fontes ainda mais alargado do que aqui propomos: «(...) esa organización social del espacio en la época medieval ha dejado sus huellas (...) a través de cuatro tipos de fuentes fundamentales. La documentación escrita, la percepción e interiorización geográfica, la materialización arqueológica y la sensibilización antropológica. A las cuatro habría que añadir la plasmación toponímica que, como aprehensión socializadora del espacio, al bautizarlo, emite sobre él, según los casos, juicios que implican percepción geográfica, conciencia de comunidad o de dependencia, dominancias productivas, proyectos políticos... En los cinco tipos, el dato cronológico es decisivo y, salvo en el primero, no siempre fácil de precisar» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 207).

⁹⁵⁶ «Expresiones como *paisaje medieval* o *paisaje protohistórico* son, pues, abstracciones que no podemos aplicar en rigor a ningún paisaje concreto actual» (ESCALONA; ALFONSO; REYES, 2008 – «Arqueología e Historia...»: 94).

No entanto, a opção aqui assumida por uma abordagem essencialmente textual – que não é apenas heurística mas tem implicações de natureza hermenêutica – explica-se pela combinação entre os constrangimentos de tempo da presente investigação, a nossa incapacidade técnica para a análise dos outros registos que não os textuais e o já referido atraso da investigação toponímica, arqueológica e geográfica sobre a generalidade do território portugalense durante a Idade Média. Ora, tendo em vista as múltiplas dificuldades epistemológicas de compatibilização entre a história e estas outras disciplinas (que não devem sobrepor-se às tentativas de diálogo, em virtude dos contributos importantes que cada disciplina pode trazer às restantes), pareceu-nos mais prudente, neste estágio embrionário em que se encontra a investigação em todos os campos, demarcar claramente um deles e aprofundar o inquérito neste âmbito. Assim se percebe que a base de dados que apresentámos ter sido pensada para a análise de fontes escritas (diplomáticas, sobretudo). O que não significa que essa base não venha, no futuro, a acolher módulos outros, para lá dos que ficaram descritos, capazes de recolher sistematicamente a informação veiculada pelos restantes tipos de fontes, um dos quais (relativo aos dados arqueológicos) chegámos mesmo a conceber.

Mesmo que nesta fase da investigação não tenhamos utilizado sistematicamente outras fontes para além das diplomáticas (não esgotando sequer o espectro das fontes textuais), não poderíamos deixar de nos referir brevemente aos diversos *corpora* que é possível reunir no caso do espaço-tempo aqui em análise. Esta panorâmica, com que entramos já no estudo do *caso*, escolhido para testar (e formular) a metodologia aqui proposta, servirá como ilustração do espectro amplo de fontes a que a *prosopografia* do espaço há-de necessariamente aplicar-se no momento em que a metodologia seja plenamente desenvolvida.

4.1. Fontes textuais

A primazia concedida às fontes escritas sobre os restantes tipos explica-se desde logo pelo facto de constituírem «tout à la fois des ouvertures sur le paysage rural médiéval et des fenêtres sur la perception qu’avaient de leur environnement les hommes du Moyen Âge. Autrement dit, elles constituent un matériau à double fond qui ouvre sur l’histoire des *realia* et sur l’histoire des mentalités»⁹⁵⁷. Aliás, decorre daqui directamente o arco (da representação documental à materialidade do espaço) em que se define o

⁹⁵⁷ CURSENTE, 2002 – «Introduction au thème...»: 144.

objecto do presente trabalho, preocupado com o espaço rural e com a representação que os produtores das fontes analisadas construíram desse espaço. No entanto, dentro deste tipo de fontes é possível distinguir vários subtipos (*géneros*), com características formais e potencialidades informativas muito diversas e que se acomodam de forma diversa na metodologia proposta, entre os quais destacaremos quatro: (i) os textos diplomáticos (§4.1.1.); (ii) os textos literários narrativos (hagiográficos, cronísticos, épicos, etc.) (§4.1.2.); (iii) os textos corográficos (§4.1.3.); e (iv) os textos epigráficos (§4.1.4.).

4.1.1. Fontes diplomáticas

Não valerá a pena determo-nos aqui na caracterização detalhada deste tipo de fontes, a que nos já nos referimos abundantemente e a que voltaremos na segunda parte do trabalho. Bastará justificar a sua escolha como base heurística da presente investigação, e como *género* em função do qual foi pensado o questionário que estrutura a base de dados apresentada, pelo facto de constituírem (de longe) o conjunto mais abundante de fontes disponíveis e aquele que mais informação veicula sobre a organização do espaço no quadro espaciotemporal aqui em análise, com evidente destaque para os problemas da titularidade sobre a terra⁹⁵⁸.

Mas impõe-se desde já um esclarecimento terminológico: adoptaremos a definição mais ampla possível de “fontes diplomáticas”, não as restringindo aos documentos intrinsecamente jurídicos, com um claro valor dispositivo. Pelo contrário, integramos nesta categoria todo o tipo de escrituras “administrativas” (com destaque para os inventários patrimoniais) ou mesmo de carácter “narrativo”, que podem não ter mais do que um valor probatório, como observou S. Pedro a propósito do género *notícia* na documentação portuguesa dos séculos X a XIII⁹⁵⁹. Por outro lado, ainda que esta opção possa ser discutida pelos defensores de uma semântica jurídica rigorosa, tendemos a utilizar como sinónimos as designações “fontes diplomáticas” e “documentos notariais”, com base no simples facto de que tanto os documentos

⁹⁵⁸ Sobre a recente revalorização das fontes diplomáticas, em particular das que resultam de esferas de outorga privadas e locais, para o estudo dos mecanismos concretos de funcionamento do poder, já não apenas estatal mas entendido em sentido amplo, que passa também pelos direitos de propriedade sobre a terra, v. WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: 384-85; INNES, 2008 – «Practices of property...»: 264.

⁹⁵⁹ PEDRO, 2008 – *O Género Diplomático...*: 11-14, 68, 78 e ss., *maxime* 106; sobre os diversos tipos de *notícia* identificados pela autora (“notícia-relação”, “notícia probatória”, notícia-narrativa”), v. *ibidem*, p. 572 e ss. A definição ampla aqui utilizada vai ao encontro das prescrições de R.-H. BAUTIER, 1961 – «Leçon d’ouverture...», quanto à definição do objecto da Diplomática.

estritamente jurídicos como outros que poderíamos classificar de administrativos serem quase sempre, neste período, redigidos pelos mesmos “notários” e no quadro dos mesmos centros de produção escrita⁹⁶⁰.

4.1.2. Fontes narrativas

Sem entrarmos aqui nos complexos problemas da distinção entre fontes “diplomáticas” e “narrativas” (e entre o respectivo potencial informativo) ou da dimensão narrativa dos documentos diplomáticos (particularmente evidente no caso das *notícias*, caracterizadas por um estilo mais livre de redacção)⁹⁶¹, importa chamar a atenção para a existência de fontes especificamente literárias capazes de fornecer dados relevantes para o estudo do espaço. Na óptica da metodologia aqui proposta, importará fazer o levantamento da terminologia utilizada neste tipo de fontes para designar as diversas unidades espaciais, com o objectivo de apurar se o léxico nelas utilizado é ou não o mesmo a que recorrem os redactores dos documentos diplomáticos. E se, no primeiro caso, as fontes literárias contextualizam melhor essa terminologia do que este tipo de textos, por natureza mais sucintos e formulares⁹⁶².

É claro que, num estudo preocupado com a *aplicação* num quadro territorial concreto dos vários vocábulos que estruturam o léxico espacial, mesmo a análise das fontes literárias especificamente relativas a esse território deve ter em mente que este tipo de textos obedecem a *géneros* altamente codificados, e que por isso condicionam grandemente o discurso (incluindo naturalmente o léxico) a que os seus autores (muitas vezes pouco mais do que glosadores de modelos?) se vêem obrigados. No entanto, e porque as fontes deste tipo relativas ao território bracarense são praticamente inexistentes antes de 1100 (se exceptuarmos alguns textos tardo-antigos, entre os quais a *Crónica* do bispo Hidácio de Chaves⁹⁶³ e a *Vida de São Frutuoso*⁹⁶⁴), para avaliar as

⁹⁶⁰ Adoptamos aqui a definição ampla de “documento notarial” proposta por A. Emiliano (que não deve ser confundida com a de “documento tabeliônico”): «textos não-literários, referentes a aspectos da vida administrativa ou jurídica de uma comunidade, ou de um centro político ou eclesiástico, preparados ou redigidos por notários (escribas especializados em assuntos de carácter legal ou administrativo), de acordo com normas ou modelos pré-estabelecidos» (EMILIANO, 2003 – *Latim e Romance...*: 108).

⁹⁶¹ Problemas abordados por inúmeros autores, e.g.: DUBY, 1988 – *La société...*: 9-10; LÓPEZ ALSINA, 1988 – *La Ciudad de Santiago...*: 15, 44.

⁹⁶² Devemos estas sugestões a uma conversa com Wendy Davies.

⁹⁶³ Cujas redacção terá terminado c.470 (TRANOY (ed.), 1974 – *Hydace – Chronique*, I: 16-17).

⁹⁶⁴ A *Vita Fructuosi* terá sido redigida por um monge «provavelmente de alguma fundação frutuosiense dos arredores de Braga; [que] escreveu por volta de 680» (DÍAZ Y DÍAZ, 1993 – «Vida de S. Frutuoso»: 666).

potencialidades informativas destes textos em particular, seria necessário alargar o universo em análise ao conjunto das fontes literárias produzidas no conjunto do NO peninsular (senão mesmo em todo o amplo território do reino asturo-leonês). Como seria conveniente incluir os textos produzidos já no século XII, e relativos a todo o actual território português: a par de breves textos analísticos e cronísticos, avultam as fontes hagiográficas⁹⁶⁵, mais numerosas e sobretudo mais desenvolvidas do que a maior parte dos textos historiográficos⁹⁶⁶.

4.1.4. Fontes corográficas

A literatura geográfica sobre o actual território português é praticamente inexistente antes do final da Idade Média, se exceptuarmos as referências que lhe são feitas em diversas obras de geógrafos árabes, em que o NO peninsular assume, naturalmente, um papel secundário⁹⁶⁷. De resto, e desde logo por razões linguísticas, este tipo de obras é de menor utilidade num inquérito de base terminológica como o que a nossa metodologia propõe, por manifesta divergência entre o léxico espacial árabe e o latino das restantes fontes escritas altomedievais. Precisamente por força desta escassez, parece-nos importante arrolar entre as fontes passíveis de análise as primeiras descrições geográficas da região em estudo que se conservaram, já dos séculos XV e XVI. Ainda que as dificuldades em distinguir cabalmente os géneros “geográfico” e “historiográfico” antes do século XVIII nos devam colocar de sobreaviso para a possibilidade de encontrar informação propriamente *geográfica* na relativamente abundante produção historiográfica dos séculos XIII a XV. De qualquer forma, também este tipo de fontes (escritas em português) está arredado da análise do léxico espacial

⁹⁶⁵ Para uma síntese da história da santidade medieval portuguesa, com referência aos contextos e circunstâncias de produção dos textos hagiográficos, v. ROSA, 2001-2002 – «A santidade no Portugal medieval...»; para um balanço dos estudos sobre a hagiografia propriamente dita em Portugal, v. o recente e competente balanço – que é simultaneamente um notável texto programático – da autoria de C. SOBRAL, 2007 – «Hagiografia em Portugal...»; sobre o problema mais específico da territorialização da santidade, v. as observações feitas por M. de L. ROSA, 2000 – «Hagiografia e santidade». Sobre a escassez de dados espaciais na literatura hagiográfica, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 42.

⁹⁶⁶ Para uma breve panorâmica da produção literária medieval portuguesa e do seu estudo, v. o recente balanço de T. AMADO *et alii*, 2011 – «The Study of Literary...»; a completar com os verbetes específicos para cada texto em LANCIANI; TAVANI (coords.), 1993 – *Dicionário da Literatura Medieval...*

⁹⁶⁷ Para uma útil panorâmica das referências ao território designado pelo termo árabe ‘*Yilliqiya*’, que muitas vezes ultrapassa mesmo os limites do NO peninsular para se estender a todo o reino asturo-leonês, v. CARBALLEIRA DEBASA, 2007 – *Galicia y los gallegos...*

(latino) que a nossa metodologia propõe na base, e não poderá fornecer mais do que informação pontual sobre os temas aqui em análise.

Uma dessas descrições, a mais antiga (1416), e brevíssima por sinal, integra-se numa descrição mais alargada do reino de Portugal e está inserida numa obra miscelânea da autoria de um arauto anónimo com o título *De Ministerio Armorum*⁹⁶⁸. As outras duas são corografias especificamente dedicadas ao Entre-Douro-e-Minho, da autoria de Mestre António (*Tratado sobre a Provincia d'amtre Douro y Minho e suas avondanças*, de 1512) e do Doutor João de Barros (*Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, de 1548)⁹⁶⁹. Da leitura deste dois textos conclui-se muito facilmente que o Doutor João de Barros, escrevendo em meados do século XVI, tomou o texto de Mestre António, anterior em menos de meio-século, como uma fonte privilegiada⁹⁷⁰. É verdade que o texto da *Geographia* é consideravelmente mais extenso que o do *Tratado*, o que permitiu ao Doutor João de Barros introduzir (e desenvolver) vários assuntos que Mestre António não chega sequer a tocar. No entanto, as semelhanças entre ambos os textos tornam-se absolutamente claras (tanto ao nível do questionário de base quanto dos próprios dados apresentados) na parte conclusiva daquela obra, em que Barros abandona o périplo pelas diversas circunscrições em que dividiu a *comarca* de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, para sistematizar, para toda a região, um conjunto de informações acerca das cidades, vilas honradas, castelos, *vilas boas*, mosteiros, sés, colegiadas, igrejas com raçoeiros, portos, pontes, rios, corpos de santos, igrejas e mosteiros, gados, etc.⁹⁷¹. Aproxima-se assim do modelo de *inventário* destas várias categorias de informação que caracteriza o *Tratado* de Mestre António⁹⁷².

⁹⁶⁸ NASCIMENTO (ed.), 1977 – *Livro de Arautos...*: 254 (a descrição do reino de Portugal inicia-se na p. 248).

⁹⁶⁹ MESTRE ANTÓNIO, 1512 – *Tratado sobre a provincia...*; BARROS, 1548 – *Geographia d'entre...*

⁹⁷⁰ Tal filiação torna-se evidente, desde logo, na importância atribuída por ambos ao mesmo tipo de informação (com destaque para o rol das instituições eclesiásticas e respectivos rendimentos, dos núcleos urbanos, das espécies de gado criadas na região ou para a descrição da rede hidrográfica); mas é ainda mais clara na coincidência de algumas informações quantitativas, como seja o número das igrejas paroquiais existentes na região: o cômputo de Mestre António («perto de mjl e coatro çemtas Igrejas» – MESTRE ANTÓNIO, 1512 – *Tratado sobre a provincia...*: 451) é simplesmente reproduzido pelo Doutor João de Barros («Ha mais nesta Comarca antre em Braga e no Porto mil CCCC Igreias Parochiais» – BARROS, 1548 – *Geographia d'entre...*: 126).

⁹⁷¹ BARROS, 1548 – *Geographia d'entre...*: 122-28. Aliás, é impossível deixar de ver da parte conclusiva da *Geographia* como que uma glosa desta obra, de resto citada explicitamente a determinado passo: «Este e outros muitos [rios] que se não podem contar, assi como também as fontes de que elles se fazem, que são sem conto, porque o Mestre Antonio as estima em uinte e Cinco mil, dando a dous Cazais hua fonte, o que não pairesse muito fora da razão, porque Cazal ha que tem duas e tres» (*ibidem*, p. 126). E também Rui Fernandes, autor de uma *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas*, escrita ainda antes da *Geographia*, em [1531-1532], cita explicitamente o trabalho de Mestre António, em termos

Aliás, o Entre-Douro-e-Minho destaca-se, no conjunto das regiões portuguesas, como a que mais precocemente foi objecto de descrições particulares⁹⁷³. Embora já muito posteriores ao período aqui em análise, e retratando uma realidade que é essencialmente a dos séculos XV e XVI, estes dois textos corográficos não deixam de ter alguma utilidade para a construção de uma imagem global (e certamente impressionista) da paisagem minhota e para a identificação de alguns dos seus traços mais *estruturais* que, sem qualquer pretensão de imobilidade, ter-se-ão alterado menos com a passagem do tempo⁹⁷⁴. As descrições da paisagem propriamente dita que estes textos nos fornecem são naturalmente esquemáticas, não só pela sua brevidade (só o texto de Barros atinge algum desenvolvimento), mas sobretudo porque este não é, de todo, o objectivo de textos que procuravam acima de tudo exaltar as “*avondanças*” da região descrita, como desde logo se anuncia no título do *Tratado de Mestre António*⁹⁷⁵.

aliás elogiosos, e como justificação para a redacção da sua própria *Descrição*: «E porque Mestre Antonio de Guimaraes fez hum tratado das couzas d’Antre Douro, e Minho, que assaz he bom, e tido em muito (...)» (FERNANDES, [1531-1532] – *Descrição do terreno...*: 79; o que aqui fica dito foi já notado pelo editor do texto, Amândio Barros: *ibidem*, p. 24).

⁹⁷² Não se conclua, todavia, que o *Tratado* de Mestre António se limita a arrolar informação. Pelo contrário, há nesta obra um conjunto de apreciações sintéticas sobre o conjunto do Entre-Douro-e-Minho que ultrapassam, em quantidade e qualidade, as que é possível encontrar no texto do Doutor João de Barros, nomeadamente ao nível da delimitação territorial da *província* («(...) tem de comprido desdo douro athe o Minho que hee desdo porto athe valemça que o o mais longo desouto legoas, e de amcho do mar pera o sertão que hee do mar athe ponte de caues que hee o mais ancho dez legoas» – MESTRE ANTÓNIO, 1512 – *Tratado sobre a provincia...*: 446); do cômputo global da sua população e da constatação da densidade do povoamento («(...) posto que nela haa pasante de sesemta mil vezinhos e ser tão pouoada que em poucas partes dela se poode dar hũm brado que se não ouça em pouoado» – *ibidem*, p. 446); etc.

⁹⁷³ Para um inventário das descrições geográficas portuguesas anteriores ao século XVII, v. GARCIA, 2002 – «As Descrições...», que observa: «durante a primeira metade do século XVI, é ao populoso e próspero Entre Douro e Minho e sua ligação ao vale do Douro, que são dedicadas as descrições regionais que chegaram até nós» (*ibidem*, p. 57). Estes vários textos foram ainda alvo de comentário por parte de J. Romero de Magalhães, que nota, a propósito do *Livro de Arautos*: «O arauto que, pela primeira vez, em 1416, avança com uma fruste descrição de Portugal intenta apenas aquilatar da grandeza dos senhores pela prosperidade dos seus domínios. Domínios esses que já se inscrevem num quadro de montes e de rios, de cidades e de vilas»; e sobre a *Geographia* do Doutor João de Barros: «Apesar da qualidade e superior cultura do autor, da cuidadosa enumeração de igrejas, mosteiros, terras e terrinhas, das produções, da indicação dos rios e respectivas pontes, do progresso da cultura da oliveira e de outras notas interessantes, não é a *Geographia* uma obra corográfica de grande valia. A presença obsessiva dos clássicos ainda turva as boas intenções com que descreve as coisas que viu e que quer que se conheçam em terras estranhas» (MAGALHÃES, 1993 – «A delimitação e a percepção...»: 14 e 20-21, respectivamente; mera referência ao *Tratado* de Mestre António na p. 18).

⁹⁷⁴ Não assim com o apartado dedicado ao Entre-Douro-e-Minho na descrição do reino de Portugal que consta do *Livro de Arautos*, demasiado breve e de contornos mais históricos do que propriamente geográficos, no que contrasta, desde logo, com o apartado imediatamente anterior, dedicado a Trás-os-Montes.

⁹⁷⁵ Mesmo no caso da descrição de Portugal feita pelo arauto anónimo em 1416: «A celebração constitui o propósito do autor (...) Em vão procuraremos ao longo do texto um juízo menos favorável» (NASCIMENTO (ed.), 1977 – *Livro de Arautos...*: 49).

Ora, o tom encomiástico que a todos preside explica a prioridade concedida a um tipo de informação que não releva propriamente da materialidade da paisagem, como seja, por exemplo, o cuidadoso inventário das instituições eclesiásticas e respectivos rendimentos feito pelo Doutor João de Barros para cada uma das circunscrições em que divide a *comarca*. E obriga, sobretudo, a tomar com toda a cautela a informação veiculada (e não apenas a quantitativa), mesmo quando essa informação poderá ser útil, a título de mero indicador e com todos os cuidados que a retro projecção implica, para o estudo do povoamento minhoto. Como acontece, por exemplo, com estas indicações sobre a malha eclesiástica ou com os cálculos do número de vizinhos em alguns dos núcleos urbanos (Porto, Vila do Conde e Braga).

4.1.4. Fontes epigráficas

Por último, e já na fronteira entre as fontes escritas e as fontes arqueológicas, importará considerar os testemunhos epigráficos latinos. Beneficiando do completíssimo levantamento da epigrafia medieval portuguesa levado a cabo por M. Barroca, é possível arrolar com segurança 49 epígrafes datáveis até finais do século XI⁹⁷⁶. Se atentarmos na distribuição cronológica do conjunto das epígrafes inventariadas pelo autor, datadas entre os séculos IX e XV (862 e 1422, mais precisamente), facilmente concluiremos que o século XII marca um ponto de viragem na quantidade de inscrições produzidas (e conservadas) em Portugal: contra as 32 do século XI (3,11% do total de epígrafes inventariadas pelo autor no seu *Corpus*), chegaram até nós 203 do século XII (19,73% do total), pouco menos do que as 249 (24,2%) registadas no século XIII, as 241 (23,42%) no século XIV e as 287 no século XV (27,89% – a maior

⁹⁷⁶ Baseando-nos na informação recolhida pelo autor nas completas fichas que compõem o seu “ficheiro epigráfico” (EMP) e na cartografia que apresenta (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, III: 99), atentemos na sua distribuição por séculos, especificando as principais tipologias e área geográfica em que ocorrem:

- duas datam do século IX (d. 862), sendo ambas comemorativas da sacração de igrejas (EMP, 1: 862(?) ou [867-912], igreja de Santiago de Castelo de Neiva, c. Viana do Castelo; EMP, 2: [882] igreja de S. João dos Azinhais, f. Torrão, c. Alcácer do Sal);

- 15 datam do século X: cinco são inscrições comemorativas da construção/sagração de templos (EMP, 3, 4, 5, 12, 13), quatro são funerárias (EMP, 6, 8, 9, 11) e seis cabem noutras tipologias (EMP, 7, 10, 14, 15, 16, 17); distribuem-se por uma área geográfica que se estende entre os concelhos de Barcelos e Sintra;

- 32 datam do século XI: 15 são inscrições comemorativas da construção/sagração de templos (EMP, 18, 19, 21, 23, 25, 33, 34(?), 35, 36, 37(?), 38(?), 39, 43, 46, 47), 10 são funerárias (EMP, 20, 22 [falsa?], 24, 28, 29(?), 31, 40, 41(?), 44, 45), e sete cabem noutras (EMP, 26, 27, 30, 32, 42, 48, 49); distribuem-se por uma área geográfica mais restrita, entre Viana do Castelo e Lindoso, a Norte, e Coimbra e Montemor-o-Velho, a Sul, com um notável concentração no Entre-Douro-e-Minho, e sobretudo na zona bracarense.

percentagem por século)⁹⁷⁷. Não se estranha por isso que o autor tenha mesmo usado a expressão “*boom* epigráfico” para se referir ao período posterior a 1161⁹⁷⁸.

Note-se, contudo, que a epigrafia portuguesa dos séculos IX a XI, apesar de diminuta, concentra-se maioritariamente no Entre-Douro-e-Minho (onde nos chegaram 33 inscrições num total de 49 para o conjunto do território nacional), no que contrasta com a concentração muito significativa da epigrafia paleocristã (até aos inícios do século VIII) a sul do Tejo⁹⁷⁹. Não deixando de assinalar o peso esmagador do século XI na definição daquela concentração epigráfica no Entre-Douro-e-Minho, já que as inscrições dos séculos anteriores são pouco numerosas mesmo nesta região, M. Barroca viu na distribuição cronológico-espacial das epígrafes actualmente conservadas um indicador claro do “dinamismo” demográfico e económico do Entre-Douro-e-Minho neste período⁹⁸⁰. Sem negarmos tal interpretação, até porque, como bem notou o autor,

⁹⁷⁷ BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 39.

⁹⁷⁸ Procurando traçar uma periodização para o aumento gradual do número de epígrafes identificadas no seu corpus, o autor distingue três fases: (i) 862-1130, marcada pela «ocorrência esporádica de inscrições» e passível de ser dividida em duas sub-fases: «uma primeira entre 862 e 1060, com níveis de ocorrência epigráfica muito modestos (na ordem dos 1 a 3 casos por década); uma segunda sub-fase, que se desenrola entre 1061 e 1130, com níveis de ocorrência epigráfica mais significativos, mas que mesmo assim ficam sempre abaixo dos 8 exemplares por década»; (ii) 1131-1161, marcada por «um novo incremento na ocorrência de inscrições, agora com valores da ordem dos 13 ou 14 exemplares por década, que deveríamos classificar como uma fase intermédia de recuperação e expansão do fenómeno epigráfico»; (iii) a partir de 1161, marcada por «um verdadeiro *boom* epigráfico, como o país nunca assistira até então. Atingem-se, então, e com certa regularidade, valores da ordem das duas ou três dezenas de inscrições por década» (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 42).

⁹⁷⁹ BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 39. Um inventário mais recente das inscrições paleocristãs conservadas no território português pode ver-se em DIAS; GASPAS, 2006 – *Catálogo das Inscrições...* Note-se que as pouquíssimas inscrições do tipo das pizarras visigodas que se conhecem em Portugal concentram-se na zona de Braga: duas provêm da colina de Maximinos (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004 – *Las Pizarras...*, n.º 151 e 152=DIAS; GASPAS, 2006 – *Catálogo das Inscrições...*, n.º 101 e 102, que seguem a leitura de VELÁZQUEZ SORIANO) e uma terceira da Falperra; a que acresce apenas uma quarta oriunda provavelmente de Figueira de Castelo Rodrigo. Todas estas inscrições são mencionadas por M. BARROCA, 1991 – «As pizarras visigodas...»; ainda que só as duas primeiras sejam “pizarras de texto” (segundo a classificação de VELÁZQUEZ SORIANO, 2004 – *Las Pizarras...*: 40, que as opõe às “pizarras de texto” e “de desenho e/ou sinais”).

⁹⁸⁰ «(...) Todos os restantes exemplos, num total de 33 casos (sobre um universo de 49), localizam-se no Entre-Douro-e-Minho, que era o verdadeiro coração demográfico nos primeiros tempos da Reconquista. Se para os sécs. IX e X a distribuição geográfica se revela menos expressiva, podendo mesmo deixar margem para alguma dúvida (pertencendo ao Entre-Douro-e-Minho apenas 4 exemplos de um total de 17), já com o séc. XI não há sombra de dúvida, no que respeita às zonas onde se protagoniza um maior dinamismo epigráfico, e onde se relança definitivamente o registo epigráfico como forma de memorizar eventos ou protagonismos. Na realidade, das 32 inscrições que conseguimos inventariar para o Séc. XI, apenas 3 não pertencem ao Entre-Douro-e-Minho. (...) Este facto, aliado a muitas outras perspectivas (desde a densidade de vestígios funerários e arquitectónicos pré-românicos, que cada vez mais se vão identificando nesta zona, passando pelo desenvolvimento de uma importante e densa rede castelar, até ao elevado número de fundações monásticas e aos volumes de documentação escrita conhecida, etc.), reforça a ideia de que o Entre-Douro-e-Minho é, nesta época, a zona que maior dinamismo apresenta, e onde se irá decidir muito do que será o devir do processo da Reconquista» (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 41).

este indicador converge com vários outros (vestígios funerários, arquitectónicos, documentais, etc.) no desenho de um quadro global de “dinamismo”, parece-nos que valeria a pena questionar os processos de transmissão/conservação do material epigráfico chegado até aos nossos dias, sem tomar esta amostra como sendo representativa do total de epígrafes efectivamente produzido entre os séculos IX e XI. A existência de condições muito diversas de produção e de conservação de epígrafes nos diversos territórios que vieram a integrar o reino de Portugal não autoriza o recurso a este tipo de fontes para sustentar conclusões tão assertivas como as que o autor formulou sem antes se proceder a uma análise tão minuciosa quanto possível daqueles processos⁹⁸¹.

Para mais, a epigrafia deste período regista também uma tipologia mais variada do que a paleocristã, maciçamente constituída por epitáfios⁹⁸². O que aumenta, de alguma forma, as suas potencialidades informativas. As poucas fontes epigráficas que restam deste período, maioritariamente inscrições comemorativas da fundação, sagração, dedicação e/ou conclusão de obras (ou fases de obras) de igrejas, permitem, de facto, afinar a cronologia da construção/renovação de alguns templos (nuns poucos casos em que as epígrafes estão datadas)⁹⁸³. E permitem sobretudo atestar a existência de alguns templos que só viriam a ser referidos no registo escrito muito mais tarde. Há depois um núcleo bem menos importante de inscrições funerárias, normalmente gravadas em sepulturas conservadas em igrejas ou mesmo em silhares nas paredes de

⁹⁸¹ Tais condições terão transformado a produção de inscrições latinas numa quase especificidade do espaço hispano-cristão (como, aliás, o autor reconhece implicitamente ao notar a complementaridade da distribuição espacial da epigrafia cristã e da muçulmana até ao final do século XII: BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 47, 62). E talvez tenham ditado uma destruição significativa deste tipo de inscrições nos territórios sob domínio islâmico em algumas conjunturas dominadas por movimentos político-religiosos mais radicais.

⁹⁸² BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 38, 42.

⁹⁸³ Sobre os contributos da epigrafia para o estudo da arquitectura religiosa, v. BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 308 e ss., onde fica minuciosamente definida a referida tipologia de quatro sub-tipos de inscrições relacionadas com templos. O autor nota, por exemplo, «que o facto de se realizar a cerimónia de Sagração não deve ser entendido como um sinónimo de que as obras do templo estavam concluídas. Na realidade, conhecemos inúmeros casos de prolongadas obras, que atravessaram inclusive mais do que uma geração, e onde a cerimónia de sagração apenas revela que a zona entretanto erguida já oferecia condições para que o culto se comesçasse a realizar» (*ibidem*, p. 319; v. também p. 322). E, acima de tudo, ressalva que «a criação de uma inscrição para comemorar a Fundação, Sagração, Dedicação ou a conclusão de obras ou de fases de um templo foi um acontecimento sempre mais ou menos excepcional. Na realidade, muitas dessas cerimónias nunca foram memorizadas na pedra, o que torna as referências documentais ainda mais importantes» (*ibidem*, p. 325).

templos⁹⁸⁴, que fornecem também indicações indirectas para a cronologia desses templos, nos casos em que as epígrafes estejam datadas e/ou seja possível conhecer através de outros documentos a cronologia vital do tumulado⁹⁸⁵. Estas duas tipologias principais são complementadas por casos pontuais, como sejam o da inscrição comemorativa das obras do castelo de Lanhoso (exemplo singular em todo o território português de uma inscrição associada a uma estrutura fortificada até 1160)⁹⁸⁶ ou a do cálice pré-romano encomendado pelos condes portugalenses D. Mendo Gonçalves e D.^a Toda (dito “da Sé de Braga”, datável entre [997-1008])⁹⁸⁷, entre outros. Em síntese, o quadro epigráfico que fica aqui brevemente descrito denuncia uma associação maciça entre as inscrições conservadas na região (e em todo o território português) até ao século XII e os edifícios religiosos, como notou M. Barroca⁹⁸⁸.

Sem desenvolvermos mais a caracterização de um corpus textual que não aproveitámos exaustivamente, impõe-se deixar aqui a lista completa das epígrafes

⁹⁸⁴ M. Barroca notou já, a propósito dos suportes da epigrafia portuguesa, que «as inscrições funerárias começaram por ser gravadas em silhares das Igrejas ou, quando muito, nas tampas dos sarcófagos (quando se estava perante sepulturas aparentes). Só com o séc. XII se detecta a afirmação da lápide como um dos suportes de eleição para o epitáfio» (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 282).

⁹⁸⁵ Contrastando com a abundância de inscrições funerárias paleocristãs (com a função clara de individualizar os túmulos), os séculos IX a XI produziram sobretudo monumentos “anónimos” e “despersonalizados”, e por isso desprovidos de qualquer letreiro, como notou M. BARROCA, 1987 – *Necrópoles e sepulturas...*: 119-21, 255-56. «Esta realidade arqueológica – que se detecta, por exemplo, ao nível das sepulturas escavadas na rocha, características deste período, e que são sistematicamente anónimas – traduz certamente o recuo da civilização da escrita nestes tempos mais duros, mas traduz também de forma indirecta o tipo de ritual litúrgico que lhes andava associado» (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 265). Percebe-se assim a observação do autor, a propósito do corpus epigráfico português: «A recuperação do registo epigráfico, que se começa a sentir muito lentamente a partir da segunda metade do séc. IX, com valores crescentes para os sécs. X e XI, e que culmina na verdadeira explosão epigráfica do séc. XII, começa sintomaticamente por se verificar em domínios que não são os da epigrafia funerária. (...) o peso da epigrafia funerária manteve-se, ao longo das primeiras centúrias, em níveis bastante mais modestos do que nos habituamos a encontrar na Epigrafia Paleocristã e mesmo em fases mais avançadas da Idade Média. Na realidade, quando chegamos aos inícios do séc. XII a epigrafia funerária ainda só representa cerca de um terço do universo epigráfico» (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 268-69).

⁹⁸⁶ EMP, 32.

⁹⁸⁷ EMP, 10.

⁹⁸⁸ «A inscrição do Castelo de Lanhoso permaneceu como caso isolado no panorama castelar português até ao ano de 1160. (...) todo o processo de incastelamento, a que se assiste desde o aparecimento das *Terras*, na segunda metade do séc. XI, sobretudo a partir de 1060, e que se encontra implementado nas suas grandes linhas no início do séc. XII, escapa ao registo epigráfico. Deste modo, todo o processo de afirmação do castelo românico não encontra eco no nosso inventário. Este silêncio epigráfico pode reflectir, de alguma forma, o facto das tenências serem de nomeação régia, podendo ser revogadas a qualquer momento pelo Monarca. No entanto, reflecte igualmente o enorme peso – quase monopólio – que as instituições religiosas tiveram, em termos epigráficos, ao longo das primeiras centúrias. Efectivamente, entre as inscrições dos sécs. IX a XII, onde contamos com 252 epígrafes, apenas 13 se encontram localizadas em estruturas não-religiosas» (BARROCA, 2000 – *Epigrafia Medieval...*, I: 330).

relativas ao território em estudo (Entre-Ave-e-Lima⁹⁸⁹), assinalando as que estão associadas a unidades espaciais (maioritariamente eclesiásticas) referidas na documentação diplomática⁹⁹⁰. Porque no início da investigação procedemos ao levantamento exaustivo da epigrafia de todo o Entre-Douro-e-Minho até 1100, acrescentaremos ainda a lista das inscrições relativas aos dois espaços confinantes com a diocese de Braga: o Entre-Lima-e-Minho (a Norte) e o território da diocese do Porto (*grosso modo* a Sul do Ave).

Inscrições do Entre-Ave-e-Lima⁹⁹¹: EMP, 1 (v. Apêndice II, Obs. à un. 2964); 5 (v. Apêndice II, Obs. à un. 3065), 8 (v. Apêndice II, Obs. à un. 686), 18 (v. Apêndice II, Obs. à un. 3023), 21⁹⁹²; 24 (v. Apêndice II, Obs. à un. 410); 25 (v. Apêndice II, Obs. à un. 605); 26 (v. Apêndice II, Obs. à un. 670), 27 (v. Apêndice II, Obs. à un. 1700); 31⁹⁹³; 41⁹⁹⁴; 32 (v. Apêndice II, Obs. à un. 594); 33 (v. Apêndice II, Obs. à un. 2895); 34 (v. Apêndice II, Obs. à un. 1682); 35 (v. Apêndice II, Obs. à un. 377); 36 (v. Apêndice II, Obs. à un. 843); 38⁹⁹⁵; 40 (v. Apêndice II, Obs. à un. 3071); 47 (v. Apêndice II, Obs. à un. 3170); 48 (v. Apêndice II, Obs. à un. 3024).

Inscrições do Entre-Lima-e-Minho: EMP, 29⁹⁹⁶, 30⁹⁹⁷, 37⁹⁹⁸.

⁹⁸⁹ Note-se que não há registo de qualquer epígrafe na zona transmontana da diocese de Braga entre os séculos IX e XI.

⁹⁹⁰ Limitamo-nos a remeter para o campo *Obs.* da ficha dessa unidade no módulo *Unidades* (Apêndice II), onde tais epígrafes ficaram brevemente descritas. Note-se contudo que as unidades apenas atestadas epigraficamente para o período em estudo não foram fichadas.

⁹⁹¹ Desta lista excluem-se as inscrições em peças móveis, apenas uma até 1100: EMP, 10 ([997-1008]).

⁹⁹² «Inscrição comemorativa da conclusão das obras (e sagração?) da Igreja de S. Cipriano, depois reduzida à condição de capela» (EMP), situada no Monte de Antelas, f. Moreira de Lima, c. Ponte de Lima – 1030). Trata-se de um templo que não é referido nas fontes diplomáticas analisadas, pelo que não foi fichado.

⁹⁹³ Inscrição funerária de Galindo Gonçalves, datada de [1071-1072], gravada na tampa do seu sarcófago, conservado na igreja de Sta. Cristina de Serzedelo, c. Guimarães. Trata-se de um templo que não é referido nas fontes diplomáticas analisadas, pelo que não foi fichado.

⁹⁹⁴ «Inscrição funerária (?) gravada num silhar reaproveitado na face exterior da parede Norte da nave da igreja de Serzedelo» (EMP), datável de finais do século XI. Trata-se da mesma igreja referida na nota anterior.

⁹⁹⁵ Inscrição comemorativa da sagração ou obras da igreja do mosteiro de S. Gens de Montelongo, datada de 1091. Trata-se de um templo que não é referido nas fontes diplomáticas analisadas, pelo que não foi fichado.

⁹⁹⁶ Inscrição existente na igreja do mosteiro de S. Salvador da Torre, c. Viana do Castelo (desaparecida, de existência duvidosa).

⁹⁹⁷ Inscrição existente na igreja de S. Cláudio de Nogueira, c. Viana do Castelo (desaparecida, de existência duvidosa).

⁹⁹⁸ Inscrição possivelmente comemorativa da sagração ou obras na igreja de S. Cláudio de Nogueira, c. Viana do Castelo, datada de 1084.

Inscrições do território da diocese do Porto: EMP, 11⁹⁹⁹, 19¹⁰⁰⁰, 20¹⁰⁰¹, 22¹⁰⁰², 23 (igreja do mosteiro de Vairão, c. Vila do Conde), 28¹⁰⁰³, 39¹⁰⁰⁴; 44 e 45¹⁰⁰⁵; 46¹⁰⁰⁶.

4.2. Fontes toponímicas

Não é absolutamente clara a distinção entre fontes escritas e toponímicas, na medida em que os dados deste segundo tipo relativos à (Alta) Idade Média nos chegaram exclusivamente através dos textos, e sobretudo da documentação diplomática, embora todos os géneros de fontes textuais arrolados façam referência a topónimos. De resto, num período marcado ainda por uma incipiente semantização do espaço (ao menos tal como no-la apresentam as fontes escritas), em que dominam os “pré-topónimos”, é difícil distinguir os nomes de lugares propriamente ditos (topónimos) de um amplo léxico de classificação das unidades espaciais constituído por nomes comuns, como teremos ocasião de ver¹⁰⁰⁷. A somar à nossa incapacidade para levar a cabo uma análise filológica competente, este facto explica a opção por não estudar aprofundadamente o vasto corpo de dados (pré-)toponímicos que a base de dados permitiu recolher na documentação diplomática analisada. No entanto, tendo em vista esta potencialidade da metodologia aqui proposta, e o peso que a toponímia (antiga como actual) desempenhou no quadro das investigações clássicas sobre a paisagem e o

⁹⁹⁹ Inscrição possivelmente funerária, encontrada junto da igreja do mosteiro de S. Pedro de Arouca, sem data [século XI].

¹⁰⁰⁰ «Inscrição de Sagração (?) da Capela de Santiago da Serra, erguida em zona erma da freguesia de S. Pedro de Ferreira» (EMP), c. Paços de Ferreira, datada de 1021/10/04.

¹⁰⁰¹ «Inscrição funerária de D. Monio Viegas, o Gasco, e de dois dos seus filhos, D. Egas Moniz e D. Gomes Moniz, gravada na tampa de sarcófago. Trata-se indiscutivelmente de uma insc. medieval mas realizada em data posterior à data referida (1022)» (EMP). Conserva-se na igreja do mosteiro de Sta. Maria de Vila Boa do Bispo, c. Marco de Canaveses.

¹⁰⁰² «Inscrição funerária do Bispo do Porto D. Sesnando, que estaria, pretensamente, na Ermida do Salvador, nas imediações de Vila Boa do Bispo. A sua existência histórica merece as maiores dúvidas» (EMP). A inscrição, datada de 1035(?) / 01/30, ter-se-ia conservado na igreja do mosteiro de Sta. Maria de Vila Boa do Bispo, c. Marco de Canaveses (desaparecida, de existência duvidosa).

¹⁰⁰³ «Inscrição funerária de [...] Mendes, gravada em tampa decorada com o motivo da estola, na solução “trifurcada simples”, que se encontra hoje depositada na quadra central do claustro» (EMP) do mosteiro de Cete, c. Paredes; datada de 1067/04/22.

¹⁰⁰⁴ Inscrição comemorativa do início da construção da nova igreja do mosteiro de S. Salvador da Maia, c. Maia, datada de 1092.

¹⁰⁰⁵ Inscrições funerárias provenientes possivelmente da igreja do mosteiro de S. Tirso de Meinedo, c. Lousada, datáveis ambas de finais do século XI.

¹⁰⁰⁶ «Inscrição comemorativa gravada em colunelo de granito» (EMP) na igreja do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, c. Penafiel, datável dos fins do século XI. Embora o ed. não avance esta hipótese, talvez estivesse relacionada com a sagração do templo pelo bispo D. Pedro em 1088/09/29.

¹⁰⁰⁷ V. *infra* Parte II, §2, §2.1., s.u. topónimos.

povoamento medievais, e continua hoje a desempenhar sob novas formas, pareceu-nos importante individualizar este tipo de fontes. E dar sucintamente conta do debate em torno das suas potencialidades e sobretudo limitações para o estudo destes temas, e em particular da configuração material da paisagem à escala local.

Ao contrário da arqueologia inglesa, alemã ou mesmo espanhola, a *escuela* francesa recusa atribuir à toponímia grande importância como fonte, pela sua incapacidade para uma classificação cronológica precisa dos núcleos de povoamento, embora valorize a micro-toponímia «como medio para localizar zonas de roturación y para distinguir los diferentes elementos de la obertura vegetal o los modos de organización del terrazgo»¹⁰⁰⁸. Como notou É. Zadora-Rio, o modelo de classificação estratigráfica da toponímia em camadas étnico-linguísticas, associadas às sucessivas ondas de invasão e colonização do território por diversos povos, que foi adoptado pelos estudos toponímicos em França logo nas primeiras décadas do século XX e que fez aproximar a toponímia da arqueologia (igualmente empenhada na identificação e datação dos sucessivos estratos na ocupação do solo), foi alvo de cerrada contestação a partir sobretudo dos anos 1950, embora essa aproximação persistisse pelo menos até à década de 1970¹⁰⁰⁹.

No essencial, a crítica chamou a atenção para três grandes limitações dos dados toponímicos no estudo dos *processos* de ocupação e organização do território. Em primeiro lugar, a pouca fiabilidade oferecida pelos métodos de análise filológica e pela fonética histórica para a restituição dos étimos dos topónimos a partir das formas (muitas vezes bastante posteriores) documentadas pelas fontes escritas. Em segundo lugar, o facto de a formação de muitos topónimos ter lugar a partir de indicações topográficas e não de antropónimos, como tradicionalmente se pensava, remetendo para uma realidade bem mais fixa do que a da sucessão de povos colonizadores. E finalmente para o «faible valeur chronologique de la division linguistique des toponymes», na medida em que a persistência das diversas línguas e os complexos fenómenos de interpenetração entre sucessivos estratos (e registos) linguísticos impede o

¹⁰⁰⁸ CUESTA RODRIGO, 2006 – «Estudios actuales...»: 20.

¹⁰⁰⁹ O próprio paradigma dominante na investigação arqueológica até aos anos 1970 (histórico-culturalista) foi também acusado de estabelecer equivalências demasiado simplistas entre “culturas” materiais e etnias/línguas, e de investigar «pouco ou mal as razões ou os factores da mudança, recorrendo em demasia à explicação dada pela existência de invasões ou emigrações»; pelo contrário, o paradigma funcionalista da *New archaeology* «descobriu as razões internas da mudança, ou outras razões de mudança. Com efeito, valorizou as transformações ambientais e o crescimento demográfico como factores de mudança» (ALARCÃO, 1995 – «Para uma epistemologia...»: 69-70, 78).

estabelecimento de correspondências cronológicas directas entre os processos de colonização do território e de formação de topónimos, já para não falar da «absence de corrélation entre la datation des noms de lieux et celle des sites d’habitat», confirmada em particular pela investigação dinamarquesa recente¹⁰¹⁰.

Estas limitações não se esgotam em si mesmas mas prenunciam uma crítica de base elaborada pela arqueologia (francesa, sobretudo) ao longo das três últimas décadas, que veio pôr em causa o paradigma tradicional (filológico) de estudo da toponímia como fonte para o estudo do povoamento¹⁰¹¹. Com efeito, em virtude do crescimento exponencial da quantidade (e qualidade) dos dados materiais, obtidos com recurso aos mais variados métodos de escavação e prospecção, a arqueologia adoptou uma escala de análise mais fina, tanto do ponto de vista temporal como espacial, que a afastou da imprecisão cronológica a que os estudos toponímicos estão obrigados e que tornou

¹⁰¹⁰ ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 3-4, 7-8. N mesmo sentido se pronunciou N. CHRISTIE, 2004 – «Landscapes of Change...»: 6: «Placenames may provide some human/natural/ethnic/functional/temporal guide, but frequently archaeology has to find its own chronologies and settlement roles for the landscape. Ceramics have long been the essential guide (...)».

¹⁰¹¹ Foi este, em grande medida, o paradigma que enquadrava uma multiplicidade de estudos histórico-filológicos sobre o problema do despovoamento/repovoamento do vale do Douro entre os séculos VIII e X, com o objectivo de «comprender cuál fue el proceso que siguieron las colonizaciones y repoblaciones de esta zona» (FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 39). Como nota esta autora, as limitações deste tipo de trabalhos para o estudo da história do povoamento foram apontadas por E. PASTOR DÍAZ DE GARAYO, 1996 – *Castilla en el tránsito...*: 74-75, ao notar que «la mayoría se han centrado en el análisis de una parte reducida de la toponimia – los gentilicios, los antropónimos, los que presentan características lingüísticas diferentes a las de la zona de implantación, los homónimos, los topónimos mozárabes y de filiación árabe –, dejando fuera del análisis aquellos que conforman el grupo más amplio: los que tienen un valor descriptivo»; além do mais «el uso que se ha hecho de la toponimia como fuente para explicar los fenómenos de repoblación en el valle del Duero ha estado mediatizado por las propuestas historiográficas de las que se partía en cada caso, tanto para defender la existencia de la despoblación de esa zona como para desmentirla». É particularmente aguda a crítica feita por Pastor às investigações toponímicas de G. Martínez Díez, como de resto notou García de Cortázar: «frente a la identificación entre estrato toponímico y estrato de poblamiento (...), [Pastor] propuso que los topónimos registrados en la documentación del valle del Duero desde el siglo IX no obedecían a la aparición absoluta de los núcleos de población nombrados sino, precisamente, a la progresiva puesta en marcha de un nuevo modelo de poblamiento en la región. Habían sido los habitantes de ésta, hablantes de un idioma proto-romance, que se habían colado ya en los textos de las pizarras visigodas, los que, al constituir nuevas entidades de poblamiento, más agrupadas que las anteriores, las bautizaron sin necesitar el apoyo de los presuntos colonizadores del norte cantábrico» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 123-24). Os melhores exemplos deste paradigma, no que ao estudo do território hoje português diz respeito, serão os já referidos estudos do filólogo alemão J. Piel (dominados pela preocupação de distinguir os substratos “romano”, “germânico” e já do período do Repovoamento na toponímia do NO peninsular) e o trabalho de P. C. SERRA, 1967 – *Contribuição topo-antroponímica...*, sobre a toponímia árabe da mesma zona e os movimentos da população proveniente do sul islâmico (cuja escassa atenção prestada à cronologia o converte num exemplo claro das limitações do paradigma clássico de estudo da toponímia, dada a sua incapacidade para definir uma periodização mais fina do que os séculos IX a XIII, que enquadram a etapa de domínio muçulmano de uma parte importante do território ibérico). Cumpre todavia notar a superação deste paradigma pela própria investigação filológica sobre a toponímia altomedieval peninsular, patente desde logo na recusa do conceito de “toponímia germânica” (KREMER, 1998 – «À volta da problemática...»).

muitas vezes redundante, quando não mesmo demasiado grossa, a malha territorial que a toponímia permite conhecer. Torna-se muitas vezes difícil fazer coincidir as informações toponímicas com a exacta cronologia e localização (e sucessivas deslocalizações) dos núcleos de habitat e unidades a que elas supostamente se referem; até porque o registo material pode revelar uma multiplicidade de sítios ocupados dentro do perímetro espacial a que se refere um só topónimo¹⁰¹².

A arqueologia operou assim um corte com o paradigma tradicional de estudo do povoamento, de inspiração histórico-geográfica e fortemente ancorado nos dados toponímicos; ou, como escreveu Zadora-Rio, «une rupture radicale par rapport à la géographie historique qui posait la question de l'occupation du sol uniquement en terme de flux et de reflux du peuplement»¹⁰¹³.

É certo que a autora que vimos seguindo não deixa de reconhecer o interesse da arqueologia francesa pelas indicações topográficas fornecidas pela micro-toponímia: mesmo que de criação recente, estas indicações remetem para elementos salientes (*anomalies*) da paisagem e são, por isso, úteis na identificação de sítios arqueológicos¹⁰¹⁴. No entanto, a autora critica a importância atribuída à toponímia para o estudo do habitat na historiografia e na arqueologia inglesa e do Norte da Europa em geral, e muito em particular as análises simplistas que se limitam ao “conteúdo” dos topónimos sem antes levar a cabo a necessária crítica deste tipo particular de fontes: «Il

¹⁰¹² Em síntese: «un toponyme (...) peut être beaucoup plus récent que l'habitat qu'il designe lorsque le lieu a changé de nom, mais il peut aussi être beaucoup plus ancien: les toponymes, en effet, permettent de dresser des cartes de diffusion linguistique plutôt que des cartes de la chronologie de l'occupation du sol: il est impossible de dire combien de temps un mot latin ou germanique s'est maintenu dans la langue parlée et a pu engendrer de nouveaux toponymes. D'autre part, il est fréquent qu'un habitat nouvellement créé prenne le non du territoire sur lequel il a été fondé, qui peut appartenir à une strate toponymique largement plus ancienne. Enfin, alors que les nouveaux courants de la critique historique ont bien montré que toute documentation écrite est affaire de mémoire, d'une mémoire fonctionnelle qui trie, commémore ou oublie, ces principes n'ont guère été appliqués à la toponymie. Elle continue à être utilisée comme un instrument de lecture directe des défrichements ou de la couverture végétale, alors qu'elle pourrait être beaucoup plus justement un moyen d'observer les modes de création d'identité des terroirs ainsi que le fonctionnement de la mémoire collective et de ses références» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l'espace»: 503).

¹⁰¹³ ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 6: «Ce changement d'échelle a entraîné un changement de perspective; on sait, désormais, que dans la plupart des cas, les mêmes zones ont été habitées sans interruption depuis la protohistoire, et ce qu'on cherche à identifier, ce ne sont pas les aires occupées à telle ou telle époque, mais la dynamique de transformation de l'habitat en un même lieu; le changement est conçu davantage comme un processus interne, dû à des facteurs sociaux, et on n'attribue plus qu'un rôle accessoire aux facteurs externes tels que les migrations ou les conquêtes».

¹⁰¹⁴ «Bien que ces microtoponymes soient généralement d'origine récente, ils révèlent les anomalies observées par les agriculteurs; ce sont des indices qui président, pour le repérage des sites, un intérêt certain mais qui reste limité et aléatoire. Cet usage de la microtoponymie ne doit à peu près rien à la recherche des étymologies, et il n'a pas pour but non plus d'établir des datations» (ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 8).

me semble que les toponymes doivent être étudiés en tant que système de dénomination, et qu'il faut se garder d'établir d'emblée des équivalences naïves avec les réalités qu'ils désignent»; «toute tentative d'interprétation de la microtoponymie comme reflet direct de la réalité, qu'il s'agisse d'habitat ou de paysage, n'a guère de sens, et qu'il faut l'analyser avant tout comme système de représentation»¹⁰¹⁵.

Em suma, trata-se de apurar a consciência de que a toponímia constitui um sistema de representação autónomo da realidade material da paisagem agrária e do habitat¹⁰¹⁶, e de que os topónimos (como a paisagem ou mesmo os documentos) «ne peuvent être envisagés comme un ensemble de couches superposées: ils constituent un système en évolution constante, dans lequel les éléments anciens sont en permanence réactualisés, recomposés et transformés», sendo que este processo de transmissão implica sempre, obviamente, que o topónimo continue a ser utilizado¹⁰¹⁷. Estas observações feitas por Zadora-Rio encontram pleno eco na opinião de um historiador *tout court*, como J. Á. García de Cortázar, quando chama a atenção para a relevância do “valor socioespacial” que, em cada momento, corresponde a um nome de lugar, já que são numerosos os exemplos de continuidade ao nível dos significantes e de descontinuidade ao nível das realidades significadas. Daqui resultou, sobretudo entre os séculos VIII e X, uma considerável variação da “dimensão espacial e social” abarcada por um determinado topónimo, particularmente evidente nas variações de dimensão (e mesmo localização) da área residencial dos núcleos de povoamento¹⁰¹⁸.

¹⁰¹⁵ ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 8-9. Um dos exemplos que a autora dá deste tipo de abordagem *naïf* é a relação estabelecida entre um *stock* toponímico de base antroponímica e a matriz supostamente dispersa do povoamento nas regiões ou períodos em que esse fenómeno se verifica. Ora, «le fait qu'à certaines époques, la toponymie soit plus marquée qu'à d'autres par l'anthroponymie présente un intérêt historique certain – mais cela ne signifie pas nécessairement que l'habitat est dispersé: ces toponymes peuvent révéler tout autant l'importance sociale de l'individu ou du groupe familial éponyme que l'isolement de sa résidence, et il n'y a aucune raison de confondre les deux phénomènes (...) Cette croyance excessive dans le réalisme des toponymes apparaît également dans les tentatives de mise en correspondance des données toponymiques avec des résultats d'analyses paléobotaniques ou archéozoologiques» (*ibidem*, p. 9).

¹⁰¹⁶ A relevância semiótica (mais do que estritamente descritiva) do acto de *nomear* um lugar foi já posta em relevo por P. ZUMTHOR, 1993 – *La mesure du monde...*: 54: «Le lieu médiéval signifiait rencontre. Et celle-ci méritait qu'on lui donnât un nom, c'est-à-dire profondément, qu'on en manifestât la signification: que l'on fixât en langue, synthétiquement, par un toponyme, l'ensemble complexe de perceptions et de connaissances qu'elle impliquait; que l'on conférât ainsi l'unité à ce qui autrement n'eût été que dispersion. Nommer un lieu, c'est en prendre possession».

¹⁰¹⁷ ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 14.

¹⁰¹⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 38. O autor não deixa de ressaltar: «De esta constatación no se deduce, desde luego, que esas posibles variaciones eliminan la vinculación entre un nombre y un espacio. Simplemente, que es preciso no olvidar el valor socioespacial que el topónimo posee en cada momento».

De resto, a crítica elaborada pela autora tem sido, de algum modo, corroborada pela investigação inglesa recente sobre a paisagem e o povoamento rurais. Apesar da importância tradicionalmente atribuída à toponímia em Inglaterra, também aqui ficaram demonstradas estas mesmas limitações da toponímia para *descrever* realidades materiais, até porque os nomes de lugar dizem respeito muitas vezes a propriedades mais do que a núcleos de habitat propriamente ditos. Além disso, estiveram sujeitos a maior ou menor variação, sendo por isso muitas vezes capazes de captar apenas a configuração morfológica de uma qualquer unidade de paisagem num determinado momento¹⁰¹⁹. Se bem que essa mesma variação – quando é possível documentá-la – deva ser tida em conta como possível indicador social e/ou material. De facto, emergem cada vez mais claramente as potencialidades da toponímia para revelar formas coevas de percepção e representação da paisagem¹⁰²⁰.

Esta crítica à toponímia como fonte para o estudo da organização do espaço foi, ela própria, objecto de uma tentativa de matização recente por parte de M. Fernández Mier, para quem é possível «avanzar en determinados planteamientos que van más allá del análisis del poblamiento a partir de los nombres asignados a un núcleo de población e intentan acercarse a la territorialidad y ordenación agraria de las aldeas feudales a partir de la microtoponimia»¹⁰²¹. Invocando outras correntes de investigação francesas, mais confiantes na utilização dos dados toponímicos como fonte, a autora chama a atenção para o facto de a toponímia ser, ela própria, um “facto social”, expressão da concepção que uma determinada comunidade tem do seu espaço, sendo assim capaz de

¹⁰¹⁹ «At present, there is only limited understanding of what specific place-name terms may indicate about the actual nature and form of settlement and in the documents names often refer to estates rather than to individual settlements. Even when certain habitative terms clearly referred to the settlements themselves, it has yet to be clarified what these may have implied in terms of size and morphology. (...) Neither were settlement names necessarily fixed for all time – a minority being perhaps indicative of a settlement type and function at a specific moment of time, with names changing for as yet unexplained reason» (JONES; HOOKE, 2012 – «Methodological Approaches...»: 35-36).

¹⁰²⁰ «This [the study of field- and place-names] has moved beyond the stage of simply cataloguing names and establishing their etymologies, and studies (...) have suggested that place-name elements were used in very precise ways to describe specific landscape features. (...) the implications of the use of such names remain to be considered. In particular, it seems that it may well be possible to use names as a guide to the way in which landscape was perceived. (...) More detailed studies of place-names are now required which link them not only to the topography of the landscape, but past perceptions of the environment» (RIPPON; GARDINER, 2007 – «Conclusions: the Future...»: 232).

¹⁰²¹ FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 37. A mesma valorização das possibilidades da microtoponímia, por oposição às dificuldades que levanta a utilização da macrotoponímia (nomes de núcleos de habitat e de hidrónimos, sobretudo) e a atribuição de significados étnicos ou cronológicos a estes nomes, fora já ressaltada na historiografia hispânica por J. ESCALONA, 1995 – *Transformaciones sociales...*: 136-37.

iluminar o funcionamento da estrutura social que a criou¹⁰²². Aliás, não é de todo original esta visão, que ficara já bem expressa por García de Cortázar no referido artigo programático de 1988, quando escrevia que «la plasmación toponímica, como aprehensión socializadora del espacio, al bautizarlo emite sobre él, según los casos, juicios que implican percepción geográfica, conciencia de comunidad o de dependencia, dominaciones productivas, proyectos políticos»¹⁰²³.

É um facto que a crítica de Zadora-Rio, embora globalmente pertinente, não acautela devidamente a distinção (implícita mas não realmente tida em conta) entre a toponímia actual e a toponímia referida na documentação escrita altimedieval (por vezes ainda mera pré-toponímia, como dissemos). Ainda que resulte, muitas vezes, de uma evolução impossível de conhecer com rigor entre a forma fixada pelo redactor do texto e uma suposta forma original do topónimo que poderá ser bastante anterior, a toponímia referida nos próprios documentos altimedievais oferece, apesar de tudo, maiores garantias de aproximação às dinâmicas do povoamento (e de organização do espaço, em sentido amplo) desse período; mesmo se as dificuldades várias (sobretudo de âmbito textual) que se levantam à análise deste tipo de informação proveniente do registo escrito devem moderar expectativas¹⁰²⁴. Ainda que estas dinâmicas prolonguem estruturas anteriores, como sugere toda a investigação recente que contesta a ideia de uma alteração radical (fundacional) do habitat em torno do Ano Mil, como vimos, a verdade é que há uma dinâmica específica da Alta Idade Média que a documentação

¹⁰²² A toponímia é assim considerada «como el reflejo de la concepción que se tiene de un determinado espacio, de ahí que las misma sea capaz de aportar información sobre los lugares de explotación agrícola, ganaderos, boscosos, sobre la repartición social de la tierra y sobre la proyección del régimen de propiedad. Por tanto, se concibe la toponimia como un hecho social que, como tal, aporta, información histórica cuyo estudio debe conducirnos hacia interrogantes sobre la comunidad aldeana y sobre los procesos que en ella tienen lugar: lo relacionado con los problemas de apropiación de la tierra, su explotación, los cambios tecnológicos y las formas de diferenciación social que estos cambios suscitan» (FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 38). Uma amostra dos autores franceses e belgas que se posicionam nesta linha pode encontrar-se também em CUESTA RODRIGO, 2006 – «Estudios actuales...»: 31, nt. 41.

¹⁰²³ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 207.

¹⁰²⁴ Já em 1975, J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR chamava a atenção para a importância do «registo cuidadoso e [d]o exame da toponímia inicial», embora o considerasse um «aspecto de delicadíssimo e arriscado tratamento» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1975 – «A economía rural...»: 18). Mais recentemente, A. Barrios García e I. Martín Viso chamaram a atenção para a necessidade de «disponer de amplios listados de nombres medievales de núcleos de población de zonas extensas – es decir, de las formas intermedias entre el toponimo original y el actual – y recordar permanentemente, al margen de sorprendentes etimologías populares o de las ultracorrecciones, la existencia de un tamiz, el de los escribanos, que podía modificar – por desconocimiento o por cultismo – el nombre de un lugar» (BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 60).

deste período e os dados toponímicos nela contidos permitem de alguma forma entrever, sob a condição, claro, de uma crítica adequada destes dados¹⁰²⁵.

Por outro lado, como também nota M. Fernández Mier, a propósito dos estudos histórico-arqueológicos mais recentes em Espanha, já informados pelos pressupostos teóricos e metodológicos da arqueologia da paisagem, continua a utilizar-se quase exclusivamente a macrotoponímia, com o objectivo de estudar a génese do povoamento medieval, ao passo que as análises detalhadas sobre pequenos territórios de aldeia, naturalmente com recurso preferencial à micro-toponímia, continuam a ser raras. Embora seja precisamente deste tipo de estudos que pode esperar-se a concretização do amplo programa preconizado pela autora, com vista ao estudo global da organização social do espaço¹⁰²⁶. Sobretudo se estiverem em causa zonas de montanha (ou outras) em que o sistema toponímico parece ter sofrido escassas modificações ao longo do tempo¹⁰²⁷, ao contrário do que acontece em regiões onde tiveram lugar grandes concentrações parcelárias, com a consequente alteração e perda de boa parte dos topónimos antigos¹⁰²⁸. Torna-se assim possível, naquelas zonas, recuperar uma massa

¹⁰²⁵ FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 39 dá como um bom exemplo, na historiografia espanhola, desta abordagem centrada na (macro-)toponímia medieval e preocupada com a crítica dos topónimos, nomeadamente com os fenómenos de ultracorreção e outros erros cometidos pelos copistas no seu registo, os trabalhos de A. Barrios sobre o pretenso “despovoamento” e o “repovoamento” do vale do Douro (BARRIOS GARCÍA, Ángel – «Toponomástica y historia. Notas sobre la despoblación en la zona meridional del Duero». *En la España Medieval*. 2 (I) (1982) 115-134; Idem – «Repoblación de la zona meridional del Duero. Fases de ocupación, procedencias y distribución espacial de los grupos repobladores». *SH-HM*. 3 (1985) 33-82). No mesmo sentido se pronunciam, a propósito da significativa investigação inglesa sobre o povoamento medieval a partir de fontes toponímicas, R. JONES; D.HOOKE, 2012 – «Methodological Approaches...»: 36: «The mapping of place-names nevertheless helps to provide a framework for understanding the nature of the early medieval countryside. Concentrations of particular kinds of names may indicate regions that by then were largely cleared and probably intensively cultivated».

¹⁰²⁶ «(...) en la mayor parte de los trabajos mencionados en los que se incorpora la toponimia hay dos elementos coincidentes: solo se utiliza la macrotoponímia y el tema de análisis es el del poblamiento altomedieval; esto significa que el uso que se hace de la toponimia es parcial y no se tienen en consideración la mayor parte de los topónimos, es decir, la microtoponímia»; «este tipo de estudios detallados sobre las aldeas medievales está prácticamente ausente de los estudios que se ocupan de la génesis del poblamiento medieval, que sin embargo es abordado desde un punto de vista territorial y desde la metodología propia de la arqueología del paisaje» (FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 40, 41).

¹⁰²⁷ Como notou M. FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 38, tomando como exemplo algumas aldeias asturianas, e notando o contraste entre a continuidade verificada nesta região e o corte abrupto que parece ter-se verificado em França com a elaboração do *Cadaastre* napoleónico, cujos autores, alheios aos diversos meios regionais e ao mundo rural, suprimiram uma boa parte da microtoponímia antiga (como observou É. ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 10).

¹⁰²⁸ M. FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 41, sublinha ainda – em nossa opinião com excessivo esquematismo – o facto de a fixação dos topónimos e a estruturação de uma rede de denominações estarem relacionadas com a fixação do habitat e a ordenação das estruturas agrárias das comunidades rurais no quadro da aldeia “feudal”, a partir dos séculos IX-X. Embora a autora reconheça a

significativa de dados em fontes posteriores à Alta Idade Média e mesmo no registo oral contemporâneo, desde que devidamente estudado o processo de transmissão desta toponímia até à sua cristalização nos topónimos actuais¹⁰²⁹.

Contrastando com as limitações inerentes à utilização de dados macro-toponímicos no estudo dos movimentos que dão corpo ao *processo* de povoamento de um território, a análise da micro-toponímia com vista ao conhecimento dos modelos de organização social de um espaço circunscrito parece assim oferecer maiores garantias (como, aliás, não deixou de reconhecer Zadora-Rio)¹⁰³⁰. A micro-toponímia constitui-se assim como uma janela privilegiada tanto para a reconstituição dos perímetros territoriais adscritos a cada aldeia como para o conhecimento da própria morfologia interna desses territórios, e em particular dos espaços produtivos (agrários e pastoris)¹⁰³¹. Esta análise, cuja metodologia foi traçada por M. Fernández Mier no artigo que vimos seguindo, implica todavia o cruzamento de um conjunto muito amplo de dados, desde as informações textuais e arqueológicas até à toponímia propriamente dita (em todos os seus estádios evolutivos desde o período em estudo à actualidade). O que pressupõe não apenas a recolha de dados toponímicos em fontes escritas (dos diversos períodos) e o estudo da respectiva transmissão, como também os inquéritos orais (na actualidade), a cartografia de uma e outra malhas, o estudo linguístico de toda a onomástica recolhida, etc.¹⁰³².

Por outro lado, o corte entre a micro-toponímia altomedieval e a actual não deve ter-se verificado apenas em zonas onde se registaram processos significativos de concentração parcelária, mas também, acrescentamos nós, em zonas onde o dinamismo

necessidade de atender às evoluções posteriores da toponímia, parece-nos que é preciso contar também com as preexistências, desde logo pré-romanas e romanas, e sublinhar mais a complexidade da evolução do sistema de representação toponímico, e dos próprios modelos de habitat, que não passam sempre pela aldeia.

¹⁰²⁹ M. FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 41.

¹⁰³⁰ «(...) si bien la toponimia puede ser una fuente cuestionada a la hora de comprender el poblamiento altomedieval, no por ello deja de ser una fuente importante para la historia rural medieval, simplemente hemos de mirar en otra dirección y extraer a partir de los topónimos la información que verdaderamente nos ofrecen, sin forzarlos en relación con determinados temas o períodos» (FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 41).

¹⁰³¹ FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 47.

¹⁰³² FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 42 e ss. Note-se, todavia, que as conclusões avançadas pela autora sobre os processos de organização do território, na sequência do estudo da microtoponímia de algumas aldeias asturianas, são bastante débeis (quando não mesmo forçadas), e normalmente expressas em termos meramente hipotéticos, desde logo porque uma parte substancial dessa toponímia não está pura e simplesmente atestada documentalmente, não sendo por isso datável (*ibidem*, p. 48-49).

demográfico implicou uma sucessão rápida de (pequenas) transformações ao nível da estrutura da propriedade, com permanentes fragmentações/recomposições, como aconteceu no Entre-Douro-e-Minho. S. Boissellier notou já, a propósito do Alentejo dos séculos XII a XIV, que estas “recomposições” ao nível da propriedade têm efeitos concretos na própria morfologia territorial dos pequenos núcleos de povoamento disperso, o que não pode deixar de se reflectir na sua designação toponímica¹⁰³³. Para mais, se é certo que essas recomposições não seriam suficientes para alterar a organização de base da paisagem agrária, elas forçaram ao menos um permanente redesenhar do seu *facies*, que necessariamente se reflectiu no registo toponímico, sobretudo no que à designação das pequenas parcelas e explorações agrárias diz respeito, também ela em constante mutação. E não é apenas às alterações na titularidade sobre a terra que deve ser imputada a instabilidade da micro-toponímia, mas também a factores estritamente ambientais, na sua interacção com factores antrópicos propriamente ditos, como mostrou recentemente M. Viana, num estudo sobre o povoamento do Campo de Valada (Baixo Tejo) nos séculos XIII e XIV, em que recorreu à análise relacional da geomorfologia e da toponímia, entendidas como “fontes de informação”¹⁰³⁴.

De novo emergem as reservas levantadas por Zadora-Rio à acuidade de análises assentes exclusiva ou preferencialmente sobre dados toponímicos. Como se compreende, o presente trabalho, preocupado essencialmente com a formulação de uma metodologia centrada na análise da documentação diplomática, não pode (nem deve) avançar neste debate, que nos limitamos aqui a sumariar, uma vez que não se enveredou pelo estudo aprofundado da toponímia registada no corpus documental analisado. Estes dados serão objecto de uma breve referência apenas, no quadro do estudo do léxico espacial, com o objectivo de sublinhar a relação umbilical entre a “terminologia toponímica” altimedieval e o conjunto de nomes comuns utilizados pelos redactores dos documentos para classificar morfologicamente as diversas unidades espaciais a que se

¹⁰³³ «(...) il semble bien que les hameaux d’exploitants, même pourvus d’un ample territoire, soient soumis à des recompositions incessantes (à l’image de la propriété même du sol de ces zones), notamment parce que les exploitants y restent dispersés» (BOISSELLIER, 2009 – «Le rôle des grands...» : 51).

¹⁰³⁴ «(...) a baixa taxa de sobrevivência da toponímia medieval no campo de Valada só é explicável pela influência conjunta da dinâmica geomorfológica e da intensa acção humana»; o autor procura precisamente “esboçar” um método de análise das séries toponímicas que «tenta responder a este desafio de criação e destruição reconstituindo a ligação perdida entre as formas toponímicas e as formas reais» (VIANA, 2009 – «Povoamento, geomorfologia...»: 127).

referem¹⁰³⁵. No entanto, cumpre notar que a informação toponímica foi sistematicamente recolhida na base de dados, com vista ao estudo integrado dos diversos tipos de fontes aqui arroladas, que a metodologia proposta permitirá levar a cabo no momento em que for plenamente desenvolvida.

4.3. Fontes materiais

A par das fontes textuais e toponímicas, importa sublinhar a importância crescente das fontes materiais (arqueológicas, sobretudo) para o estudo do povoamento e da paisagem, com evidente destaque para os problemas da configuração espacial e morfológica de um qualquer território, mas também para o próprio *processo* de ocupação e organização desse território. Aliás, é precisamente a esta escala ampla que deve ser conduzida a análise integrada dos dados materiais, na sua imensa variedade (estruturas mais ou menos monumentalizadas, estratigrafias, artefactos, ecofactos, etc.), o que permitirá ultrapassar, na senda das propostas da arqueologia da paisagem, a perspectiva isolada do(s) sítio(s), estruturas e materiais resultantes da mera escavação¹⁰³⁶. Para além de uma capacidade informativa intrínseca, o registo arqueológico funciona ainda como um complemento absolutamente necessário aos dados recolhidos no registo escrito¹⁰³⁷, quando não mesmo como um meio de *teste* deste tipo de dados¹⁰³⁸. O que não nos deve fazer esquecer as múltiplas dificuldades epistemológicas que se levantam ao trabalho interdisciplinar entre historiadores e arqueólogos.

Neste sentido, e respondendo ao que vimos ser um dos objectivos instrumentais e uma das potencialidades maiores da metodologia aqui proposta, chegámos mesmo a conceber a estrutura de um módulo específico na base de dados dedicado à recolha

¹⁰³⁵ V. *infra* Parte II, §2, §2.1., s.u. topónimos.

¹⁰³⁶ A propósito do povoamento escrevem Á. BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 60: «El análisis del territorio es quizás el mejor camino para una correcta comprensión de las relaciones entre sistema social y espacio, donde se inscriben los tipos y las redes de poblamiento».

¹⁰³⁷ Para uma defesa enfática da necessidade de compatibilizar ambos os registos e de valorizar o contributo informativo dos dados arqueológicos, v. GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 154.

¹⁰³⁸ Vão neste sentido as observações de A. BAZZANA; G. NOYÉ, 1988 – «Du «bon usage»...»: 552, ao aludirem à «nécessité d'une mise à l'épreuve archéologique des données textuelles, non seulement pour pallier leurs silences sur des problèmes touchant aussi bien aux structures matérielles comme celui des bâtiments de bois, qu'à des processus historiques généraux comme celui de la concentration progressive des habitats, mais encore pour tenter d'établir, si faire se peut, la densité du peuplement et ses caractères aux époques retenues».

sistemática da informação proveniente do registo material¹⁰³⁹. Inicialmente, era nosso propósito fazer o levantamento e cartografia dos vários tipos de vestígios arqueológicos altomedievais na região em estudo, a partir dos dados publicados em trabalhos de arqueologia. No entanto, com o andamento do trabalho, que assumiu um enfoque cada vez mais centrado na especificidade e relevância heurística das fontes escritas para o estudo da paisagem e do povoamento, decidiu-se deixar para uma fase seguinte da investigação o levantamento e a cartografia dos dados arqueológicos. Essencialmente por duas razões.

Em primeiro lugar, porque os dados que mais interessariam à nossa investigação (resultantes da escavação de núcleos de habitat e de trabalhos de arqueologia da paisagem) são precisamente os que menos abundam na bibliografia arqueológica sobre o Entre-Douro-e-Minho, como já ficou dito¹⁰⁴⁰. Dispomos já de levantamentos razoáveis dos vestígios de templos (igrejas/mosteiros/ermidas)¹⁰⁴¹, vias, pontes e marcos¹⁰⁴², e

¹⁰³⁹ Este módulo destinado à informação arqueológica deverá estar ligado à base geográfica construída para suportar a localização das unidades espaciais no módulo *Unidades* (v. *supra* §3.2.C.2.), sendo que o lugar (entendido na acepção administrativa actual) deverá constituir aqui a unidade base de registo da informação. A base de dados deverá permitir ainda a ligação directa entre ambos os módulos, nos casos em que essa unidade de base possa mesmo ser uma unidade espacial específica já fichada (e que, tendo uma localização precisa, não terá necessariamente de corresponder a um lugar). Entre os campos que nos parecem fundamentais neste módulo dedicado à informação arqueológica estão:

- 1) A referência aos actuais concelho, freguesia e lugar em que se situa cada vestígio;
- 2) A classificação tipológica dos materiais: (i) religioso (vestígios do plano, ajimezes, gelosias, capitéis (coríntios) e outros fragmentos de escultura arquitectónica pertencentes a templos); (ii) funerário (sepulturas escavadas, sarcófagos, sepulturas populares, necrópoles); (iii) militar (estruturas fortificadas: castelos, torres, etc.); (iv) viário (vias, pontes e marcos viários); (v) numismático; (vi) cerâmico; (vii) povoamento (núcleos de habitat); (viii) paisagem agrária (espaços de cultivo e incultos);
- 3) A classificação cronológica por grandes períodos: Pré-História, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Período romano, Antiguidade Tardia (séculos IV-VIII), Alta Idade Média (séculos VIII-XI), Idade Média Central (séculos XII-XIII), Baixa Idade Média (séculos XIV-XVI); e, quando aplicável, por século e ano;
- 4) Referência à fonte;
- 5) Descrição.

Esta breve proposta de concepção de um módulo especificamente dedicado à informação arqueológica resulta, em boa parte, das sugestões de Mário Barroca.

¹⁰⁴⁰ V. *supra* §1.2.5.

¹⁰⁴¹ Seria deslocado citar aqui o conjunto já relativamente amplo de trabalhos dedicados à arquitectura religiosa do Entre-Douro-e-Minho, sobretudo a partir do período românico, por diversos autores, com destaque para os nomes de C. A. Ferreira de Almeida e M. Real (v., por todos, a recente síntese de ALMEIDA, 2001 – *O Românico*). Na ausência de um inventário sistemático dos vestígios arquitectónicos e escultóricos de templos pré-românicos do Entre-Douro-e-Minho, como de todo o território português, uma ausência ainda recentemente notada por P. A. FERNANDES, 2011 – «A Escultura Românica...»: 33, valerá a pena recorrer ao estudo exploratório dos ajimezes, gelosias e modilhões de rolos avulsos identificados por M. Barroca e M. Real no quadro de uma investigação mais ampla (ainda inédita), que permitiu aos autores recensar vestígios pré-românicos (respeitantes não só a templos, como a fortificações e enterramentos) em mais de uma centena de lugares dos actuais distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto (BARROCA, 1990 – «Contribuição para o Estudo...»: 101). Como nota este

sobretudo de fortificações¹⁰⁴³ e de necrópoles e sepulturas¹⁰⁴⁴, em alguns (poucos) casos assentes mesmo em escavações de lugares¹⁰⁴⁵. No entanto, a arqueologia do habitat e dos espaços agrários teima em arrancar, mesmo descontando as dificuldades levantadas por uma região densa e permanentemente ocupada desde a Alta Idade Média, onde os povoados abandonados escasseiam e onde tanto os núcleos de habitat quanto os espaços agrários foram objecto de sucessivas (re)utilizações que dificultam mesmo a identificação dos vestígios altomedievais.

Em segundo lugar, uma consulta superficial dos inventários de vestígios de necrópoles e sepulturas, fortificações e templos, entre outros tipos de materiais menos estudados e/ou frequentes, permite constatar que só muito raramente os elementos de datação desses materiais permitem chegar a intervalos com algum significado para uma análise assente primordialmente em fontes escritas, que se move numa temporalidade que, sem ser propriamente curta, está já afastada do tempo longo em que é possível inscrever esses materiais. Isto já para não falar das dúvidas que continuam a levantar-se a muitas das propostas de datação avançadas pelos estudiosos destes materiais com base

autor, os ajimezes, gelosias e modilhões «constituem dos testemunhos mais elucidativos, de indiscutível cariz pré-românico, dentro das numerosas pedras avulsas ou reaproveitadas que temos vindo a inventariar e que reflectem um importante movimento construtivo entre os finais do século IX e os meados ou derradeiros anos do século XI» (*ibidem*, p. 101). No que respeita à importante colecção destes vestígios do Museu Pio XII de Braga, que assume considerável importância no inventário iniciado por aqueles autores, embora não o esgote, v. mais recentemente o catálogo da autoria de FONTES, Luís; PEREIRA, B. – *Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Medievais (séculos IX-XV)*. Braga: IAHC (Instituto de História e Arte Cristã – Arquidiocese de Braga), 2009. 2 vols.

¹⁰⁴² Para além do trabalho clássico de C. A. Ferreira de ALMEIDA, 1968 – *Vias Medievais...*, que domina ainda o essencial do que sabemos sobre o tema, cite-se por exemplo as (escassas) páginas dedicadas por R. TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*: 148-52, às “persistências e transformações” da rede viária romana durante o período medieval no território de Chaves.

¹⁰⁴³ Para além dos trabalhos clássicos de C. A. Ferreira de ALMEIDA, 1978 – *Castelologia Medieval...* e de M. BARROCA, 1990-1991 – «Do Castelo da Reconquista...», v. as recentes sínteses deste autor, que sumariam uma abundante bibliografia: BARROCA, 2003 – «Da Reconquista a D. Dinis»: ; 2004 – «Fortificações e povoamento...».

¹⁰⁴⁴ Para lá do já referido levantamento das necrópoles e sepulturas medievais do Entre-Douro-e-Minho levado a cabo por M. BARROCA, 1987 – *Necrópoles e sepulturas...*, cite-se, por exemplo, o capítulo dedicado às “Necrópoles medievais, habitat e povoamento da Reconquista” no território de Chaves, por R. TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*, a que subjaz a convicção de que, para além de constituir um indicador importante da morfologia do povoamento e dos efectivos demográficos, a tipologia das necrópoles pode ainda fornecer pistas importantes sobre a estrutura da família (*ibidem*, p. 181).

¹⁰⁴⁵ Entre os locais escavados com algum pormenor no espaço bracarense, destacam-se: a igreja de S. Martinho de Dume e o mosteiro de S. Martinho de Tibães, nos arredores de Braga, bem como o espaço urbano da própria cidade; a igreja velha de S. Mamede de Vila Verde (c. Felgueiras); o castro-castelo de Cantelães (c. Vieira do Minho); bem como o mosteiro de S. Marinha da Costa e a igreja velha (do antigo mosteiro) de S. Torcato, em Guimarães. Para uma breve súmula dos principais resultados obtidos nas escavações de quase todos estes sítios, v. FONTES, 2010 – «O Norte de Portugal...»: 3-10.

apenas na análise estratigráfica ou tipológica¹⁰⁴⁶. Aliás, a indefinição de tipologias, nomeadamente das fortificações e sobretudo do habitat (a que a investigação arqueológica portuguesa dedicou ainda muito pouca atenção) limita ainda mais qualquer esforço de aproveitamento dos escassos dados materiais conhecidos nestes domínios. Neste sentido, pareceu importante recolher sistematicamente a informação veiculada pelas fontes epigráficas (arroladas entre as fontes escritas) – cuja grande maioria pode ser atribuída senão a um ano específico, pelo menos a intervalos curtos (de meio ou quarto de século) –, mas não tanto a que é possível extrair dos restantes tipos de materiais arrolados.

4.4. Fontes cartográficas e fotografia aérea

Por último, a investigação pluridisciplinar sobre o espaço (particularmente cultivada pela arqueologia e a geografia histórica) tem vindo a recorrer, ao longo das últimas décadas, a dois outros tipos de fontes eminentemente *geográficas*, que são essenciais para a análise da paisagem: (i) a cartografia e todo o tipo de documentos planimétricos/cadastrais (antigos e modernos), que importa arrolar entre as fontes geográficas, ao lado da literatura corográfica já referida; e (ii) a fotografia aérea, nas suas diversas modalidades técnicas. É evidente que estas fontes levantam problemas consideráveis, que se prendem sobretudo com as metodologias regressivas de reconstituição da paisagem a que andam associadas, e com uma quase total incapacidade para fornecerem informação relativa especificamente ao período medieval¹⁰⁴⁷. Com efeito, não dispomos de cartografia terrestre anterior à segunda metade do século XVII, para o Entre-Douro-e-Minho como para a maior parte das restantes regiões portuguesas¹⁰⁴⁸; e a fotografia aérea circunscreve-se necessariamente ao século XX (bem andado no caso português, onde os primeiros varrimentos datam do final da década de 1950)¹⁰⁴⁹.

¹⁰⁴⁶ A. GUERREAU, 2001 – *L’avenir...*: 155-56, chamou já a atenção para as limitações inerentes a estes métodos clássicos de datação dos materiais arqueológicos e para a necessidade de recorrer a métodos mais exactos.

¹⁰⁴⁷ Sobre as possibilidades e problemas de método levantados pela utilização de cartografia do século XIX, v. ESCALONA, 2000 – «Paisaje, asentamiento...»: 233-34.

¹⁰⁴⁸ Sobre a produção cartográfica dos séculos XVII e XVIII relativa ao Entre-Douro-e-Minho, v. MOREIRA, 2011 – *O Alto Minho...*: 55-110.

¹⁰⁴⁹ A informação completa sobre a fotografia aérea disponibilizada pelo Instituto Geográfico do Exército para a área de cada carta militar à escala 1:25000, com indicação da respectiva escala e dos anos em que as diversas coberturas foram realizadas, pode encontrar-se em: <http://www.igeoe.pt/produtos/CoberturasAerofotograficas/aspx/coberturaVoos.aspx>

No entanto, qualquer manual de arqueologia da paisagem há-de necessariamente ressaltar a importância dos dados obtidos através destes dois tipos de fontes para uma análise da evolução morfológica da paisagem na longa duração¹⁰⁵⁰. Um objectivo que a presente investigação está muito longe de atingir, mas para o qual a metodologia aqui proposta poderá contribuir, no momento em que for plenamente desenvolvida. Escusado será dizer que a análise deste tipo de fontes não cabe de todo no questionário subjacente à nossa base de dados, mas exige ferramentas analíticas próprias. Contudo, a possibilidade de integrar, no quadro de um SIG, os dados assim obtidos com aqueles que resultem da análise dos restantes tipos de fontes aqui arrolado abre perspectivas promissoras, que não nos devem fazer perder de vista a necessidade dessa integração.

Neste amplo conspecto de fontes, a metodologia aqui proposta orienta-se claramente, como ficou dito, para os textos diplomáticos, cujo potencial no estudo do espaço altimedieval nos parece ainda longe de ter sido esgotado. Desde logo na análise da dimensão material da paisagem e do povoamento, que os arqueólogos tendem a reivindicar como um objecto quase exclusivo da arqueologia. Um trabalho empenhado em reivindicar o potencial informativo deste tipo de fontes, que não sendo obviamente suficiente é bem maior neste particular do que normalmente se reconhece, obriga ao estudo tão aprofundado quanto possível da representação documental do espaço. Continuando a formular um caminho de análise, mais do que uma análise empírica aprofundada, que só levaremos a cabo no domínio do léxico espacial, é precisamente a este estudo que dedicaremos a segunda parte da dissertação.

¹⁰⁵⁰ Como escreveram M. BOURIN; É. ZADORA-RIO, 2003 – «Analyses de l'espace»: 496, para além dos textos e dos materiais arqueológicos, «il y a des documents d'échelle et d'abstraction intermédiaires, tels que les diverses photographies aériennes et les documents planimétriques de tous ordres. Ils ont leurs propres problèmes méthodologiques, en particulier parce que leur rapport au temps est différent puisqu'ils ne fournissent qu'exceptionnellement une datation absolue au médiéviste, mais seulement des données d'âge relatif et des traces à interpréter. Mais ils constituent un secteur en plein développement, qu'il convient d'intégrer comme l'une des méthodes incontournables d'étude de l'organisation de l'espace».

**Parte II - A representação documental do espaço
bracarense altimedieval**

1. Os três *filtros*

«L’attention portée au contenu «réel» de l’acte, auquel l’historien reconnaissait encore naguère une vertu d’inerrance à partir du moment où il n’avait pas été diagnostiqué comme «faux», ne peut plus désormais se passer d’une appréciation critique des conditions, des acteurs et des mobiles de son élaboration. Le document médiéval, moins encore que ceux d’autres époques, ne saurait être considéré comme un décalque du réel, puisque ce réel ne nous est restitué que grâce à lui»¹⁰⁵¹.

«Aucun médiéviste (aucun !) ne peut prétendre ne pas placer les sources au centre de son activité : l’enjeu primordial de la recherche actuelle, et celle du XXI^e siècle, sera d’élaborer les méthodes aptes à décrypter les cartulaires et les contextes archéologiques ; prétendre séparer si peu que ce soit sources et concepts est une visée rétrograde qui forme obstacle au progrès de la recherche»¹⁰⁵².

A inclusão, num trabalho preocupado com as *bases materiais* da organização do espaço, de toda uma parte dedicada ao estudo da *representação documental* desse espaço ficou já justificada e compreende-se no quadro de um modelo já antigo mas hoje renovado de análise histórica, que, assumindo plenamente a dimensão *discursiva* das fontes escritas, não pode dispensar o estudo tão aprofundado quanto possível da documentação nas suas múltiplas vertentes, com vista à contextualização dos textos, condição essencial de uma correcta interpretação da informação por eles veiculada¹⁰⁵³. Ainda recentemente P. Chastang sumariava este paradigma de análise histórica nos seguintes termos:

«Le changement passe d’abord par la prise en compte du texte comme unité de sens. L’histoire, héritière d’une antique tradition qui la distingue des sciences sociales, associe, dans sa démarche heuristique, récit – qui constitue une appropriation des discours passés – et discours d’où procède l’intelligibilité du passé. La posture traditionnelle de l’historien à la subjectivité surplombante

¹⁰⁵¹ ZIMMERMANN, 2003 – *Écrire et lire...*: xvii.

¹⁰⁵² GUERREAU, 2001 – *L’avenir...*: 283.

¹⁰⁵³ Sobre a importância que um modelo de análise deste tipo, herdeiro do *linguistic turn* e do *tournant critique* dos Annales, e bem ciente da dimensão discursiva da matéria histórica, desempenhou, por exemplo, nos desenvolvimentos recentes da “história religiosa”/“história da sociedade” em França e na Itália, v. LAWERS, 2009 – «L’Église dans l’Occident...»: 286. Como o autor faz questão de sublinhar, esta postura radica, no que à historiografia do fenómeno religioso diz respeito, no método proposto por A. Frugoni num estudo sobre o “herege” Arnaldo de Brescia (FRUGONI, Arsenio – *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII*. Roma, 1954), que preconiza: «l’étude attentive de chaque document, considéré comme un témoignage unique et particulier, qu’il ne convient aucunement de réduire ou d’adapter à d’autres témoignages. Un nouveau mode d’exégèse des sources médiévales était ainsi proposé aux historiens: ce sont les documents pris séparément (mais replacés dans leur contexte), non les réalités qu’ils sont supposés éclairer de manière imparfaite, qui deviennent le sujet de l’enquête historique».

autorizait des formes extrêmes de «découpe dans le tissu documentaire» (Michel Foucault), que l’histoire-problème héritière des *Annales* a, pour une part, justifiées. Marc Bloch compare ainsi dans l’*Apologie*, la question liminaire formulée par l’historien à un «aimant [qui attire] la limaille du document», tout en faisant montre, dans d’autres passages, d’une grande sensibilité au texte et à sa transmission. Le rééquilibrage au profit d’une histoire qui assume sa dimension discursive semble aujourd’hui en marche. La découpe, si elle permet de produire des séries, entraîne une décontextualisation qui rend l’interprétation de l’information extraite sujette à caution. La restitution du texte comme unité de sens suppose a contrario de porter une grande attention à la tradition manuscrite, ce dont témoignent de nombreux travaux récents engagés dans les domaines de l’écriture hagiographique et pragmatique»¹⁰⁵⁴.

O estudo das fontes deixa assim de ser uma etapa propedêutica do trabalho do historiador, vocacionada para a simples *extracção* de dados sobre um qualquer problema, a interpretar autonomamente num segundo momento, mas coloca-se no centro mesmo desse processo interpretativo¹⁰⁵⁵. Conhecer uma qualquer realidade implica, antes de mais, conhecer a *construção* de que ela foi alvo pela documentação, e que deve ser estudada em todo o seu espectro informativo¹⁰⁵⁶. Com destaque para os três

¹⁰⁵⁴ CHASTANG, 2009 – «L’archéologie du texte...»: 5. Esta “nova” abordagem é tanto mais importante num trabalho como nosso na medida em que é verdade que o paradigma dominante da história económica e social manteve até há bem pouco tempo uma relação “neopositivista” com os textos, como notou o autor: «L’histoire comme la science produit une vérité relative, inscrite dans le contexte historique de sa production. (...) C’est donc l’inscription du texte dans un système de représentation qui garantit à la fois sa valeur et la relativité de sa valeur. L’école des Annales a, dès les années 1920, très largement contribué à présenter le travail de l’historien comme une construction discursive, irréductible à une copie du passé, ouverte au contraire à un vaste spectre documentaire qui seul paraissait en mesure de nourrir le projet d’une histoire totale. Mais, durant les années de triomphe de l’histoire économique et sociale, les historiens opérant une simplification critique qu’accompagnait l’usage sériel des documents ont souvent entretenu une relation néopositiviste aux textes» (*ibidem*).

¹⁰⁵⁵ «La critique textuelle a toujours été inséparable du travail de l’historien; mais de simples prolégomènes à la lecture – comme le proposait la diplomatique traditionnelle qui, depuis Jean Mabillon, entendait discriminer le vrai du faux –, la critique textuelle a infusé la lecture continue des documents qui fait le quotidien de l’historien. Alors que le spectre documentaire des médiévistes s’est ouvert considérablement, le cœur textuel de la documentation est interrogé avec une acuité nouvelle. Les médiévistes savent aujourd’hui que le texte est le résultat d’une écriture, d’une intentionnalité, et que son existence comme sa conservation matérielle doivent être objets de questionnement. L’exercice critique, qui accompagne le travail de l’historien, ne consiste plus simplement à trier le bon grain de l’ivraie, à séparer le vrai du faux, mais à comprendre ce que la production et la conservation du texte – conçu comme un objet et un ensemble de signes – nous apprennent de la société médiévale» (CHASTANG, 2006 – «Cartulaires, cartularisation...»: 21-22).

¹⁰⁵⁶ Como notou P. TOUBERT, 1998 – «Tout est document»: 87-88, o “desejo de totalidade” que deve presidir ao trabalho do historiador não pode dirigir-se apenas aos problemas objecto de análise mas também à base documental que ele terá de construir para o estudo desses problemas, e da qual depende, aliás, a própria selecção desses problemas (“estruturas”, na terminologia do autor) e a compreensão das suas “ligações orgânicas”. Outra coisa não poderia implicar o conceito de “documento-monumento” proposto pelo autor e por J. Le Goff num texto de 1977: LE GOFF, Jacques; TOUBERT, Pierre – «Une histoire totale dy Moyen Âge est-elle possible?». In *Actes du 100e Congrès national des Sociétés savantes, Paris, 1975, section de philologie et d’histoire*. Tomo I. Paris, 1977, p. 31-44.

principais *filtros* que medeiam o acesso à realidade representada: (i) o objecto *per se* que constituem os *corpora* documentais (resultado de processos mais ou menos complexos de génese e transmissão), (ii) as estruturas formais (géneros) e discursivas que caracterizam a *escrituração* dessa realidade e (iii) as unidades lexicais mínimas que compõem a *terminologia* relativa a cada campo semântico.

Com efeito, os documentos assumem em todas estas dimensões a sua função de indicador social¹⁰⁵⁷. A realidade documental constitui um nível elementar de projecção da estrutura social de poder que organiza o espaço, e que manteve, de forma mais ou menos directa e efectiva, o controlo da produção e sobretudo da transmissão documental. A sua análise torna-se particularmente importante num estudo de base textual como este, já que a mediação discursiva condiciona o nosso conhecimento de todos os outros níveis em que aquela projecção se concretizou. Como bem notou J. Á. García de Cortázar, a propósito das múltiplas continuidades/descontinuidades que caracterizam o registo escrito, sobretudo para a Alta Idade Média: «En principio, esas diferencias informativas también pueden explicarse por variaciones en la estructura de la sociedad y en las posibilidades de creación de excedente»¹⁰⁵⁸.

Mas os textos são também *criadores* de realidade, ou em todo o caso da realidade a que podemos aceder. As fontes não são um mero reflexo das estruturas sociais e mentais mas corporizam-nas, estruturam-nas e activam-nas mesmo. O que parece ser particularmente evidente no caso dos “actos da prática” que aqui nos ocupam, *produtores* de um determinado efeito jurídico com implicações *reais*, como bem notou M. Zimmermann: «Le soin avec lequel un individu conserve ses titres de propriété s’explique pour une raison ontologique: l’écriture n’est pas une simple transcription de la réalité ou un véhicule de la mémoire. En effet, grâce à sa conformité aux prescriptions de la loi et à la pérennité qu’elle assure à une transaction ou à une

¹⁰⁵⁷ Na historiografia alemã recente, por exemplo, a revisão de vários lugares-comuns da tradicional oposição senhores-camponeses fez-se também de uma «inflexion que ha desplazado el análisis de los mecanismos de dominación señorial revelados directamente por las fuentes de la práctica, hacia aquellos deducidos indirectamente por la existencia misma de esas fuentes (su forma, ya no su fondo)» (DEMADE, 2008 – «El mundo rural...»: 227), o que levou a constatar não apenas a origem predominantemente senhorial da documentação mas sobretudo o horizonte reivindicativo e legitimador de muitas fontes, que não podem ser por isso tomadas ao pé da letra, e a dimensão comunicativa e sobretudo negocial destas fontes, que denunciam assim um dos traços dominantes na relação entre senhores e camponeses: «Situando la negociación en el centro de la relación con sus campesinos, los señores del siglo XV refuerzan, por tanto, su dominación haciendo de ella una dominación aceptada» (*ibidem*, p. 228).

¹⁰⁵⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 32. O autor esclarece que as continuidades/descontinuidades das fontes escritas se verificam ao nível numérico (da sua distribuição espacial e cronológica), do idioma e do significado dos vocábulos que utilizam (*ibidem*, p. 31-33).

rencontre, elle parachève et accomplit la réalité: postérieur à l'action, l'acte écrit se substitue à celle-ci et la couvre de l'autorité de son non»¹⁰⁵⁹.

Ao aceitar como base de toda a análise histórica os novos modelos de crítica textual divulgados pelo *linguistic turn*, o pós-modernismo implicou uma crítica demolidora da validade do próprio conhecimento histórico, a que se chegou por uma dupla via: (i) a dos textos e discursos das fontes escritas, que servem de suporte (mediação) inultrapassável ao conhecimento do passado; e (ii) a dos próprios textos e discursos historiográficos¹⁰⁶⁰. Nenhuma destas vias de reflexão era propriamente nova mas foram ambas levadas bem mais longe pelo pensamento pós-moderno. Em ambos os casos, os textos seriam incapazes de representar qualquer tipo de realidade objectivamente entendida, mas constituiriam em si mesmos uma *realidade*, marcada pelo tempo (mais do que pelo autor) em que foram produzidos¹⁰⁶¹. De acordo com algumas vozes mais radicais, nega-se ao texto qualquer aptidão de referencialidade. Os documentos passam a ser entendidos como construtores, mais do que descritores, da realidade, e o texto historiográfico é visto como sendo totalmente incapaz de transcender as suas próprias circunstâncias e condicionamentos.

¹⁰⁵⁹ ZIMMERMANN, 2003 – *Lire et écrire...*: 1264. No mesmo sentido se pronunciou J. H. Arnold: «The ability to create and archive authoritative written materials was in itself a demonstration of power – for monasteries, for royal chanceries, and in the later middle ages for towns and cities. Charters were little repositories of useful memory, ready to be deployed tactically in future disputes. This was, of course, the very reason that charters were kept. The way in which the record was made, the function of the written record, was therefore active rather than passive: charters *did* things, or, at least, had the potential to do things, if not at the moment of their creation then in the future. (...) a document was not a reflection so much as an action»; «The historian's archive is not innocent: it once did things, to real people» (ARNOLD, 2008 – *What is Medieval...*: 45, 56).

¹⁰⁶⁰ Alguns teóricos chegaram ao ponto de propor o fim da distinção tradicional entre fontes *primárias* e *secundárias* aqui implícita, que constitui um dos pressupostos fundamentais do que P. Chastang chamou recentemente a “*archéologie traditionnelle des textes*”, herdeira da filologia humanista e plenamente concretizada nos métodos de crítica documental desenvolvidos pela escola histórica alemã e pelos *chartistes* franceses. Como bem notou o autor, esta distinção, que se traduziu na «disjonction disciplinaire et institutionnelle entre histoire et disciplines auxiliaires», assenta numa crença na mediação que o trabalho crítico necessariamente impõe à utilização dos testemunhos herdados do passado pelos historiadores (CHASTANG, 2009 – «L'archéologie du texte...»: 2). Ainda que recuse esta mediação e os modelos heurísticos que a sustentam, a reflexão pós-moderna não deixou, contudo, de se construir em torno de modelos outros de crítica textual, aos quais deve o essencial do seu contributo no plano teórico.

¹⁰⁶¹ «The principal effect of the “linguistic turn”, for historians, has been to alert us to the mediating force of language in the representation of the past, and thus to help us to understand that there is no direct access to historical events or persons, so that all historical writing, whether medieval or modern, approaches the past via discourses of one sort or another» (SPIEGEL, 1997 – *The Past as Text...*: xvi-xvii).

É evidente que a crítica pós-moderna atingiu um nível excessivo, transformando-se, a ser levada à risca a doutrina, num beco sem saída¹⁰⁶². No entanto, o corte de referencialidade teve a virtude de chamar a atenção para o texto e o discurso como um objecto histórico (e historiográfico) *per se*. As fontes já não interessam apenas pela sua maior ou menor capacidade de representar a realidade do passado (embora esta realidade não lhes esteja completamente vedada, e continue por isso a constituir o fundamento primeiro do conhecimento histórico¹⁰⁶³), mas constituem em si mesmas uma parte dessa realidade. Como têm demonstrado várias correntes interessadas no estudo das práticas e implicações sociais da escrita na Idade Média, a produção documental não só reflecte como é capaz de influenciar as estruturas de funcionamento de uma determinada sociedade, das quais é parte integrante¹⁰⁶⁴. A escrita transforma-se assim, e a um mesmo tempo, num importantíssimo indicador e agente social, como tantos

¹⁰⁶² Sobre as implicações epistemológicas do pós-modernismo no conhecimento historiográfico, veja-se o balanço de R. J. EVANS, 2000 – *In Defence of History...*: *passim*, que insiste bastante neste ponto. Estando muito longe do relativismo radical, o autor não deixa todavia de reconhecer os contributos importantes que reflexão dos pós-modernistas trouxe à disciplina (*ibidem*, p. 126, 248, *inter alia*). O que aqui fica dito assenta em grande medida na visão, que nos parece equilibrada, de Evans. São de aceitar algumas das críticas que acusam o autor de apresentar muitas vezes uma imagem esquemática do pós-modernismo (veja-se, por exemplo, as críticas de A. Easthope e de Diane Purkiss, bem como a resposta do autor, em <http://www.history.ac.uk/ihr/Focus/Whatishistory/evans.html>). É verdade que o Evans não deixa, em vários momentos, de reconhecer o enorme pluralismo e a diversidade de posições no seio da corrente de pensamento denominada “pós-modernismo” (e.g.: *ibidem*, p. 290). Mas, de facto, por razões argumentativas, parece ter-lhe sido conveniente encontrar um *alvo* em que pudesse projectar, por oposição, as suas posições, tornando-as assim mais claras.

¹⁰⁶³ «Everyone, even the most diehard deconstructionist, concedes in practice that there is extratextual reality. History in an empirical discipline, and it is concerned with the content of knowledge rather than its nature. Through the sources we use, and the methods with which we handle them, we can, if we are very careful and thorough, approach a reconstruction of past reality that may be partial and provisional, and certainly will not be objective, but is nevertheless true» (EVANS, 2000 – *In Defence of History...*: 249).

¹⁰⁶⁴ «Les historiens sont de plus en plus attentifs à l'écrit comme témoin mais aussi comme acteur du changement et de la stabilisation des groupes humains et des individus dans l'histoire» (BERTRAND; BOURLET; HÉLARY, 2006 – «Vers une typologie...»: 16). Para uma panorâmica recente das várias linhas de trabalho que se têm desenvolvido no âmbito dos estudos sobre a “cultura da escrita” (*Schriftkultur*) na Idade Média, preocupadas essencialmente com a análise da escrita enquanto sistema de comunicação e com as suas implicações no funcionamento da sociedade medieval, v. CHASTANG, 2009 – «L'archéologie du texte...»: 7 e ss., em que o autor situa estas investigações no quadro mais amplo do que chama “uma nova arqueologia do texto medieval” (que passa por um outro eixo de trabalho, em torno do estudo dos manuscritos propriamente ditos e dos contextos que enquadram a sua produção, transmissão e conservação). Num trabalho anterior, dedicado à investigação sobre cartulários, Chastang fizera já um primeiro balanço das várias linhas de investigação sobre as implicações sociais do texto (CHASTANG, 2006 – «Cartulaires, cartularisation...»). Ainda que centrado na realidade francesa, claramente dominada pelos estudos sobre cartulários (aqui apresentados como “um novo campo de investigação histórica”), este balanço não deixa de aludir às importantes investigações desenvolvidas nas últimas décadas em torno de problemas como a *memoria* e a *Schriftlichkeit*, na Alemanha, ou a *literacy*, no mundo anglo-saxónico.

outros¹⁰⁶⁵. Dito de forma mais simples: as circunstâncias de produção das fontes dizem-nos muito da sociedade em que foram produzidas e que de alguma forma ajudaram a moldar.

Depois de reflexões como a de D. Barthélemy no capítulo (significativamente intitulado «Mutations documentaires») com que abre o seu estudo sobre o Vendômois, não podemos ignorar que a produção documental tem dinâmicas próprias, nem sempre indexáveis, pelo menos directamente, à evolução social¹⁰⁶⁶. É evidente que o historiador terá sempre de atentar nas circunstâncias sociais que explicam as conjunturas e modelos de produção documental, na medida em que, sendo o escrito um instrumento fundamental de regulação social, tende a espelhar a própria evolução da sociedade, ou

¹⁰⁶⁵ Difícilmente esta dupla condição poderia ser mais claramente exposta: «Un problème essentiel subsiste: celui de penser la place de l'écrit et de ses usages au sein de l'histoire sociale. Car si la métaphore du miroir est irrecevable pour rendre compte des relations du texte au réel, cette simple constatation ne peut suffire. Les structures sociales travaillent le texte, et en même temps, l'écriture, par la production de discours d'autorité [Pierre Bourdieu], de normes, par la constitution de modes de pensée, d'un système de communication et de principes explicatifs, agit en retour sur les relations entre les individus et les groupes sociaux. L'accès direct à la vérité dans et par le texte n'est plus de mise, mais en même temps, le texte, vrai ou faux, constitue un lieu privilégié d'intelligibilité de la société médiévale, un lieu de traque du «déjà là de la structure» selon l'expression de Pierre Toubert. Le renouvellement de l'approche documentaire n'implique aucunement que les historiens renoncent à un projet d'histoire totale, à un effort d'intelligibilité de la société médiévale. L'écrit, qui n'est ni un miroir de la réalité, ni un simple artefact, est en revanche un des vecteurs principaux de la production et de la réalisation de la morphologie sociale médiévale» (CHASTANG, 2006 – «Cartulaires, cartularisation...»: 25).

¹⁰⁶⁶ BARTHÉLEMY, 1993 – *La société...*: 11, 17 e ss. «En reprenant la documentation dont il dispose pour l'étude du Vendômois, Dominique Barthélemy en appelle à une prise en compte des discontinuités documentaires dans le discours historique et souligne que l'écrit et l'écriture évoluent selon une temporalité propre que les historiens considèrent trop souvent comme calquée sur celle de l'histoire sociale. L'idée d'un couplage entre évolutions sociales et pratiques de l'écrit est même radicalement critiquée. L'argument est double: le mot et la chose ne changent pas selon des rythmes analogues et l'apparition de nouveaux types de documents – en l'occurrence la notice narrative – modifie profondément la perception que l'historien peut avoir de la société. Il est alors tenté de considérer le document comme un miroir, et de faire coïncider changement documentaire et changement social» (CHASTANG, 2006 – «Cartulaires, cartularisation...»: 24). No mesmo sentido se pronunciara já Toubert: «De manière plus pressante que naguère, l'exploitation du document passe en effet aujourd'hui par l'étude de sa morphologie, par la définition des conditions (techniques, sociales, culturelles) de sa production et par l'évaluation de la capacité du scripteur médiéval, dans tel milieu donné, à formaliser le contenu à transmettre. D'où l'intérêt accru qui s'attache, par exemple, aux formulaires, aux titulatures, à la typologie des actes, à la compréhension de la genèse et du succès de telle formule diplomatique. Dans un travail récent sur le Vendômois aux XI^e-XIV^e siècles, Dominique Barthélemy s'est ainsi attaché à mettre en valeur l'ordre de succession des formes documentaires en vogue et à bien mesurer les limitations que ces structures diplomatiques tour à tour dominantes imposent dès le départ à nos possibilités d'appréhension de la réalité sociale. Le langage des chartes et des notices tait ou occulte plus qu'il ne dit: ceci, non par intention du scribe, mais par simple conformité à des cadres de rédaction dont il convient d'évaluer le degré d'adaptation à l'expression des situations et des négoce sociaux. C'est un des mérites du livre de Barthélemy que d'avoir montré avec force, sur un cas d'étude exemplaire, qu'il faut y regarder à deux fois avant d'interpréter une mutation dans des formes documentaires – qui requiert d'ailleurs en elle-même explication – comme une mutation dans l'ordre économique, social ou institutionnel» (TOUBERT, 1998 – «Tout est document»: 99-100).

pelo menos das suas estruturas de poder¹⁰⁶⁷. Porém, tornou-se também claro na historiografia mais recente que este efeito de espelho não é, como sempre acontece com a linguagem, neutro. A imagem que o espelho devolve não é um mero reflexo. Ou, pelo menos, não é um reflexo directo. Há uma realidade que é eminentemente *textual* e que, obedecendo a regras próprias (desde logo nos campos da semântica e da tipologia documental), evolui a um ritmo nem sempre coincidente com a evolução das realidades que lhe são externas e de que as fontes não são nem uma representação fiel nem uma função¹⁰⁶⁸.

Para mais, a realidade documental não foi só criadora de representações propriamente medievais, como assumiu também (e continuará a assumir) um papel indutor de percepções (e ferramentas conceptuais) historiográficas, como fica muito claro na crítica feita por D. Barthélemy às tese *mutacionistas*, que pretenderam estender à realidade social uma mutação *feudal* que o autor considera ser antes de mais, e sobretudo, *documental*¹⁰⁶⁹. No mesmo sentido vão as observações de A. Guerreau ao apontar aos princípios tradicionais da crítica de fontes, tal como foram definidos no século XIX sob a influência da filologia, a incapacidade de distinguir a “sociedade

¹⁰⁶⁷ Para um exemplo concreto da aplicação desta perspectiva, v. WICKHAM, 1988 – *The Mountains and the City...*: 10-11.

¹⁰⁶⁸ Note-se que o raciocínio de base de D. Barthélemy está já presente, por exemplo, nas observações de J.-M. Martin sobre a evolução da terminologia relativa aos núcleos de habitat na documentação anterior e posterior ao século X, feitas durante a discussão de um painel de um colóquio celebrado em 1984: «Il se produit, à partir du X^e siècle, une transformation de l’habitat, à des dates un peu variables selon les pays d’Occident et aussi apparemment de l’Orient (fixation et encellulement); mais la typologie des mots et des textes change également. Le problème crucial paraît donc être le suivant: dans quelle mesure ne sommes-nous pas prisonniers d’une vision documentaire qui change plus que la réalité?» (NOYÉ (ed.), 1988 – *Castrum...*: 216).

¹⁰⁶⁹ Esta linha de raciocínio, atenta às alterações da realidade documental intrínseca, sem a relacionar necessariamente com uma realidade *objectiva* que a produziria, tem sido multiplicada na historiografia recente. No caso do estudo da Alta Idade Média, são já vários os problemas objecto de revisão nos últimos anos em virtude de uma consideração mais atenta da realidade documental, e do seu cruzamento com o registo material. Um exemplo recente pode encontrar-se no tratamento que J. Henning dá ao problema do suposto “redespertar” da economia europeia no século VIII: começando por chamar a atenção para a relação íntima entre as fontes escritas e as estruturas de poder, o autor observa: «It is not therefore impossible that the eighth century’s sharp increase in documents such as polyptychs, donations or capitularies reflects the growing economic power of the Carolingian high nobility rather than a more productive organization of the whole society. Overlooking this simple insight, earlier work has sometime tended to equate abundant charters and economic efficiency. In light of the scarce written evidence between 500 and 700 AD, we should be cautious about assuming an economic “awakening of the eighth century”, so long as we do not really know how economic (especially rural) organization worked in the first post-Roman centuries, that is before the Carolingian manor spread over Europe. In the light of archaeology, it could turn out that the establishment of the Carolingian villa, the bipartite estate or manor, was merely an awakening of power structures, whose impact on the rural economy was more quantitative than qualitative» (HENNING, 2008 – «Strong rulers...»: 34).

concreta” e os “sistemas de representação”, de que resulta a incapacidade de reflectir sobre as próprias noções operativas utilizadas no estudo do passado¹⁰⁷⁰.

Convém, todavia, sublinhar que as transformações verificadas num plano estritamente documental e discursivo resultam, muitas vezes, de factores (e transformações) propriamente sociais, como parece ser o caso da intencionalidade dos redactores monásticos em veicular uma determinada imagem da *violência* perpetrada sobre as suas casas pelos senhores leigos, como bem notou o próprio D. Barthélemy¹⁰⁷¹. Torna-se aqui evidente a circularidade da nossa argumentação, com um regresso ao problema da influência das estruturas sociais de poder sobre a produção documental, acima referido. Este é, com efeito, um dos pontos em aberto (frágeis, mesmo?) na reflexão de D. Barthélemy, já sinalizado por autores que mantêm a defesa das mutações *sociais* face à pretensa prioridade das mutações *documentais*, como T. N. Bisson¹⁰⁷².

¹⁰⁷⁰ «Mais les critères mêmes sur lesquels se construisit cette opposition [documento autêntico/falso] (ce qu'on désigne à présent à l'aide du terme dépréciatif de «positivisme») étaient excessivement grossiers et, écartant un certain type de confusion, créèrent à leur tour des biais majeurs dont les effets sont encore tout à fait actuels. En refusant de distinguer la société concrète et les systèmes de représentations, cette forme d'histoire s'interdisait toute réflexion sur les notions mêmes qui lui servaient à penser les réalités historiques et transforma ainsi en institutions éternelles les notions du sens commun du XIX^e siècle : pour ce qui est de l'objet de notre étude, cette manière de procéder aboutissait inévitablement à la production d'un Moyen Age modifié, mais toujours largement fictif» (GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 63-64).

¹⁰⁷¹ Sublinhando a importância da mudança de perspectiva proposta pelo autor e da sua crítica às teses *mutacionistas*, ainda recentemente notava M. Lauwers: «Ce type d'interprétation, faisant de changements intervenus au sein d'un corpus documentaire le reflet immédiat d'une transformation politique et sociale – où l'Église n'avait d'ailleurs guère de place – fut mis en cause au début des années 1990. Dans sa thèse sur *La société dans le comté de Vendôme*, Dominique Barthélemy n'explique plus le « style nouveau » des actes de la première moitié du XI^e siècle par la disparition de l'État et la mise en place de la « seigneurie banale », mais par l'émergence au sein de l'Église de courants réformateurs hostiles aux empiètements des laïcs, ainsi que par un progrès dans le savoir-faire des scribes, clercs et moines, qui se mirent alors à dénoncer, entre autres, avec force détails, les déprédations des mauvais seigneurs. En d'autres termes, la transformation de la production documentaire donne un éclairage inédit sur des pratiques sociales dont on peut toutefois penser qu'elles étaient antérieures à leur enregistrement dans les chartes» (LAUWERS, 2009 – «L'Église dans l'Occident...»: 287-88, onde ficam citados trabalhos mais recentes de outros autores que confirmam as teses da “mutação documental”, nomeadamente os de Florian Mazel sobre a Provença).

¹⁰⁷² «The documentary transformation of the eleventh century, on which Barthélemy so much insists, seems to me irrefutable evidence of a new world in the making» (BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...» 333). No mesmo sentido vão as observações feitas por A. Isla Frez (num trabalho que foi publicado antes mesmo da edição do livro de D. Barthélemy sobre o Vendômois) acerca da dificuldade em distinguir claramente o que são as alterações nos mecanismos de distribuição social do poder tradicionalmente consideradas como indicadores da implantação do feudalismo (que, no caso galego, só se verificam na passagem do século XI para o XII) daquilo que serão, afinal, meras inovações discursivas, devidas sobretudo a mudanças de vocabulário introduzidas pela “influência de usos ultrapirenaicos”. De facto, o autor não chega a estabelecer o corte entre realidade documental e realidade social proposto por D. Barthélemy, e resolve o problema considerando também que as mudanças de vocabulário terão acompanhado efectivas transformações sociais: «El problema radica en discernir si los cambios que se produjeron en este período se deben a la influencia de usos ultrapirenaicos con la difusión de un vocabulario nuevo o si traducen un verdadero cambio social. Me parece que en este sentido debe hablarse

Aquilo a que G. Spiegel chamou a “lógica social do texto” constitui, de facto, a melhor garantia da sua referencialidade, capaz de gerar um “terreno comum” (para usarmos uma expressão da mesma autora) entre a realidade social propriamente dita e a pura representação¹⁰⁷³. Sem negar a autonomia ou relevância de ambos os pólos, importa acima de tudo atentar no ponto da sua intercepção, em que se constrói e adquire sentido a informação histórica à nossa disposição¹⁰⁷⁴.

Será necessário distinguir, neste ponto, géneros textuais, já que o grau de referencialidade (quando não apenas de verosimilhança) varia consoante os modelos discursivos de base e a pragmática de cada género. E os textos normalmente classificados como fontes “documentais” apresentam um grau de interacção com realidades que lhes são externas potencialmente superior ao das fontes literárias, filosóficas, etc.¹⁰⁷⁵. Bastará aqui assinalarmos, com Ch. Wickham, a maior verosimilhança dos textos jurídicos (e, em particular, dos “actos da prática” que

de una adecuación. Quiere decirse que si la nueva terminología y usos podían ser adaptados es porque estaban de acuerdo con la realidad social» (ISLA FREZ, 1992 – *La sociedad gallega...*: 255).

¹⁰⁷³ Desenvolvido inicialmente num artigo publicado em 1990 (SPIEGEL, Gabrielle M. – «History, Historicism and the Social Logic of the Text in the Middle Ages». *Speculum*. 65 (1990) 59-86), o conceito de “lógica social do texto” viria a ser formulado pela autora de forma mais sintética na introdução a uma colectânea posterior (que inclui este artigo): «The “social logic of the text” is a term and a concept that seeks to combine in a single but complex framework a protocol for the analysis of a text’s social site – its location within an embedded social environment for which it is a product and in which it acts as an agent – and its own discursive character as “logos”, that is, as itself a literary artifact composed of language and thus demanding literary (formal) analysis. The play on “logic” as signifying both a structure and mode of linguistic performance and an objective description of a social reality (albeit one mediated in language) was and remains intentional. It signals my conviction that texts incorporate social as well as linguistic realities and that even the pure aesthetic character of a work can be related to the social world from which it emerges. It is because of this dual characteristic that, ultimately, medieval textuality grants us (mediated) access to the past» (SPIEGEL, 1997 – *The Past as Text...*: xviii).

¹⁰⁷⁴ Como escreveu recentemente Ch. Wickham: «every narrative text for the late Roman and early medieval period has recently been (or soon will be) analysed as piece of free-standing rethoric, often separated entirely from anything except the textual traditions its author was operating inside, and presented as useless for understanding anything except the mind and the education of the author. This is certainly more satisfactory than the positivism of a generation ago (except, at least, when scholars do both at the same time, which they often do), but neglects the fact that authors did also write in a contemporary environment, and for a contemporary audience» (WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: 8).

¹⁰⁷⁵ Chamando a atenção para a necessidade de distinguir “fontes históricas” de “textos literários” (o que limita a metáfora do “passado como texto”), R. Evans observa: «a historical source is not the same as a literary text. It is not necessarily, indeed it is not usually a description of an event or a state of mind or a story»; «the documentary and other fragments which the real world of the past has left behind (...) are not arbitrarily configured discourses either, but were themselves created in a much more direct interaction with reality. Language is not in the end purely self-reflective. Experience tells us that it mediates between human consciousness and the world it occupies (...). Hence admitting the existence of the past as extra-textual reality implies recognizing that language can describe things external to itself. Content is not a derivative of style: it is possible to describe the same thing accurately in a number of different styles (...)» (EVANS, 2000 – *In Defence of History...*: 110, 112-13).

utilizaremos exclusivamente) face aos restantes *gêneros* de fontes escritas disponíveis para o estudo da Alta Idade Média¹⁰⁷⁶.

Num artigo recente, P. Chastang apresentou os fundamentos e as principais linhas de investigação que configuram, hoje em dia, aquilo a que chamou “uma nova arqueologia do texto”, distinguindo os dois grandes eixos em que se agrupam essas várias linhas. O primeiro, que responde ao horizonte de preocupações que acabámos de enunciar, consiste no estudo dos manuscritos propriamente ditos, com igual atenção à sua dimensão textual e material e, muito particularmente, aos contextos que enquadram a sua produção, transmissão e conservação, no quadro de um novo paradigma que já não valoriza apenas um suposto “original” mas todas as sucessivas reactivações (“cópias”) que fazem a tradição de um texto (aquilo a que o autor chama a “estratificação textual”). O segundo aponta, numa perspectiva mais global, para o estudo da “cultura da escrita” (*Schriftkultur*) na Idade Média, isto é, da escrita enquanto sistema de comunicação (entre outros¹⁰⁷⁷), com particular atenção às suas práticas e implicações sociais¹⁰⁷⁸.

Não deve nunca perder-se de vista este programa amplo no estudo de um qualquer tema assente em fontes escritas. Mas a verdade é que prosseguir um tal inquérito com base na documentação aqui analisada implicaria um outro trabalho, tão complementar quanto diverso deste. Mesmo que nos concentrássemos no primeiro eixo apontado pelo autor, estaríamos obrigados, pelo menos, à análise detalhada dos já referidos três filtros heurísticos (com evidentes implicações hermenêuticas nos dois

¹⁰⁷⁶ «I have usually taken legal documents more or less at face value, while recognizing of course the problems of typicality they represent, for, if genuine, they had at least some legal force in nearly all our societies, as court cases show. Normative sources I have treated as guides to the minds of legislators, rather than as reportage. As for narrative sources, I have, in general, tended to disbelieve them, but I have presumed that they reflect a rethoric field, of acceptance of what was plausible to say to someone at any given moment» (WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: 8; v. também p. 383-85, a propósito das potencialidades específicas dos diversos tipos de fontes para o estudo das sociedades camponesas).

¹⁰⁷⁷ É precisamente o pressuposto (errado) da escrita como sistema de comunicação dominante o que legitima a concepção tradicional do texto como espelho da realidade (CHASTANG, 2009 – «L’archéologie du texte...»: 7).

¹⁰⁷⁸ «Le texte se trouve donc doublement mis en contexte : par l’archéologie des strates qui le composent et par la restitution de la place spécifique qu’il occupe dans l’évolution de la culture médiévale de l’écrit. (...) L’attention portée au texte constitue donc une arme efficace contre la textualisation du monde, lorsqu’elle combine les deux niveaux complémentaires de la démarche archéologique. Restituer d’une part, grâce à l’examen du manuscrit, une stratification textuelle, dont l’historien doit rendre compte. Replacer ensuite chaque texte au sein du champ englobant de la scripturalité médiévale ou, pour filer la métaphore archéologique, situer le matériel dans son environnement. On renonce ainsi à une conception d’un texte immatériel et autonome, mettant au contraire en évidence sa double dimension manuscrite et scripturale, offrant une possibilité de contextualisation précise des faits et discours qu’il véhicule, comme des usages et des fonctions culturels et sociaux qu’il remplit» (CHASTANG, 2009 – «L’archéologie du texte...»: 8-9).

últimos casos) que medeiam o acesso à “realidade” espacial em análise, e por isso em parte a *criam*: (i) as circunstâncias que ditaram a génese e transmissão do corpus documental disponível (§1); (ii) as tipologias e o discurso diplomáticos que marcam a *escrituração* dessa realidade (§2); e (iii) a *terminologia* utilizada pelos redactores para designarem os diversos tipos de unidades espaciais a que se referiam (§3)¹⁰⁷⁹. Embora tenhamos reunido abundante material para o estudo futuro destes vários problemas, não é este o lugar para o fazer.

Contudo, não poderíamos deixar de aludir, ainda que brevemente, a três questões centrais que esses *filtros* levantam num trabalho como o nosso, preocupado em aplicar a um *corpus* documental concreto uma metodologia de análise espacial desenhada especificamente para a análise do *discurso* diplomático e assente na própria terminologia utilizada pelos redactores para classificar morfologicamente as unidades espaciais referidas. Num primeiro momento, referir-nos-emos aos problemas que enquadram a construção dos *corpora* documentais, por via do duplo processo de génese e transmissão das escrituras, para depois expormos os critérios que estão na base do corpus utilizado no presente estudo, destacando o peso avassalador dos dois cartulários analisados na transmissão dos documentos de hoje dispomos para o estudo do território bracarense antes do século XII (§1.1). De seguida, aludiremos brevemente à distinção fundamental no discurso diplomático entre partes “livres” e “formulares”, a que são tradicionalmente associados níveis muito diversos de objectivação (§1.2.). Finalmente, não poderíamos deixar de tecer algumas considerações gerais sobre o condicionamento que a terminologia, mais do que qualquer outro *filtro*, impõe à nossa apreensão do espaço documentalmente representado. As palavras assumem, de facto, o papel de primeiro intermediário entre a realidade material e a representação documental que os redactores dela construíram. E por isso desempenham um lugar verdadeiramente central no arco que definimos como o objecto *imediato* deste trabalho: da representação documental à materialidade do espaço (§1.3.).

¹⁰⁷⁹ O questionário de análise da realidade documental aqui proposto aproxima-se consideravelmente do que seguiu D. Barthélemy no seu estudo sobre o Vendômois, que se destaca das restantes teses regionais francesas precisamente pela maior atenção dada à realidade documental, sublinhando esta sua autonomia face à realidade social (v. a justificação teórica e uma breve enunciação do questionário seguido pelo autor em BARTHÉLEMY, 1993 – *La société...*: 10-11 e 19, respectivamente).

1.1. Corpus: génese e transmissão dos documentos

Ao chamar a atenção para a importância da produção documental como indicador e *agente* social, a recente investigação em torno das implicações sociais da escrita veio mostrar que é tão importante a clássica crítica do documento, tomado isoladamente ou, quando muito, no quadro da produção de um mesmo centro de escrita, como a análise (porque não chamar-lhe também crítica?) dos *corpora* documentais, segundo as muitas *amostras* passíveis de serem construídas pelos historiadores para o estudo de um determinado tema, período ou espaço¹⁰⁸⁰. Estas amostras podem ser multiplicadas até ao infinito, consoante as coordenadas e os objectivos de base de cada investigação¹⁰⁸¹. Mas a verdade é que qualquer trabalho sobre um qualquer tema ou região, em qualquer período, mas por maioria de razão durante a Alta Idade Média (dada a exiguidade, os problemas de crítica e as descontinuidades que caracterizam a documentação anterior ao século XII que nos chegou), deve necessariamente incluir o estudo tão aprofundado quanto possível do corpus documental que lhe serve de base¹⁰⁸².

Este estudo deve, no entanto, ser conduzido não tanto numa perspectiva diplomática clássica, empenhada na análise da génese e sobretudo do teor dos actos, na sua individualidade ou no quadro dos “hábitos” da chancelaria em que foi produzido, mas antes atendendo a questões mais amplas, que permitam perspectivar a produção do escrito como o índice fundamental que é da actividade e das dinâmicas que caracterizam

¹⁰⁸⁰ V. EVANS, 2000: 15-28, para uma breve, mas certa, panorâmica da emergência de ambos os princípios no método historiográfico: o primeiro (crítica dos documentos) na segunda metade do século XIX, aquando da incorporação definitiva da crítica textual pedida de empréstimo à filologia, sob a sombra tutelar de Ranke e da escola histórica alemã; o segundo (crítica dos *corpora*) no período que se seguiu à Primeira Grande Guerra, perante a demonstração da fragilidade da(s) historiografia(s) nacionalista(s) e de um conhecimento histórico ideologicamente orientado (para a justificação da posição dos contendores), porque baseado em *corpora* documentais contruídos selectivamente, mesmo que agregando documentos individualmente criticados de acordo com as regras do método.

¹⁰⁸¹ Na perspectiva da história da historiografia, o destaque vai evidentemente para as grandes colecções documentais que, na senda dos *Monumenta Germaniae Historica*, marcaram de forma determinante a investigação medievística do século XX. Não menos em Portugal, onde a edição da maior parte da documentação diplomática anterior a 1101 foi completada logo em em 1867, com a edição de uma das séries (*Diplomata et Chartae*) dos *Portugaliae Monumenta Historica* (um título revela bem o modelo inspirador da colecção documental), e que marcou de forma decisiva, para o bem e para o mal, toda a investigação sobre a Alta Idade Média neste território.

¹⁰⁸² Como notou García de Cortázar, a propósito do estudo da organização do espaço, «en el empleo de los testimonios escritos, nuestro alimento principal, procuramos evitar que los desequilibrios informativos generen distorsiones de imagen al estudiar comarcas y tiempos diferentes. Por supuesto, tales desequilibrios, incluso los silencios, pueden ser significativos. En cualquier caso, para medir silencios y, también, relevancia de las menciones, establecemos análisis comparativos de: número de menciones / tiempo / espacio / número de documentos / procedencia de las fuentes» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1998 – «Sociedad y organización social...»: 335).

a evolução de uma sociedade¹⁰⁸³. Entre outras questões possíveis, importará reflectir sobre dois problemas maiores que condicionam a construção dos *corpora* documentais ao nosso dispor: (i) os ritmos e a geografia da produção escrita, bem como os parâmetros de constituição e de hierarquização dos centros onde essa produção tem lugar¹⁰⁸⁴; ii) os mecanismos de transmissão e conservação dos documentos, entendidos não apenas como instrumentos de um determinado acto jurídico, rigorosamente circunscrito no tempo, mas antes como registos muitas vezes *reactivados* de relações que transcendem o conteúdo estrito desses actos (associados na maior parte dos casos à transferência de direitos de exploração ou posse de bens móveis e sobretudo imóveis), para se constituírem em relações sociais de poder, dotadas de uma complexidade e de um dinamismo muito superiores ao de um mero acto jurídico¹⁰⁸⁵.

Esta questão da transmissão é particularmente relevante na medida em que a diplomática e a teoria das fontes têm hoje bem presente que os documentos não são objecto apenas de uma génese *original*, mas de um processo contínuo de *reactivação* que se estende entre esse momento inicial e o próprio tempo do historiador, e que se manifesta tanto ao nível da transmissão do próprio objecto documental, por um lado, e do texto, por outro, como ao nível das sucessivas apropriações simbólicas e/ou hermenêuticas de que objecto e/ou texto foram alvo nesse lapso de tempo. Significa isto

¹⁰⁸³ Sobre a importância do conhecimento global do *corpus* documental em estudo como indicador do lugar da escrita numa determinada sociedade, postulada por uma nova «diplomatie comparatiste», v. GUYOTJEANNIN; PYCKE; TOCK, 1993 – *Diplomatique Médiévale*: 121; sobre a importância de um tal conhecimento para avaliar os dados qualitativos extraídos da documentação (e em particular da sua parte expositiva/dispositiva), v. GENICOT, 1972 – *Les actes publics*: 39.

¹⁰⁸⁴ A tentação de perspectivar estes ritmos e geografia à escala regional, induzida por um modelo historiográfico tão importante como é o das já referidas *thèses d'État* francesas de base regional (v. a útil revisão de BISSON, 2000 – «La terre et les hommes...»), poderá introduzir aqui um enviesamento que decorre do facto de a produção escrita não ter necessariamente lugar a esta escala. Sobre a dimensão local da esmagadora maioria das fontes deste período v. PROVERO, 2007 – «Forty years...»: 162-63 e as obras aí citadas.

¹⁰⁸⁵ Sobre a relação íntima entre o direito à terra e as formas de organização da sociedade medieval, v. e.g.: ZUMTHOR, 1993 – *La mesure du monde...*: 70-71; GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 14-15, 26-27. A propósito especificamente do espaço carolíngio no século IX, M. Innes chamou a atenção para a centralidade da posse (e concessão) da terra na estruturação de laços sociais e políticos e da relação entre comunidades locais, elites (*landed elites*) e o estado, no quadro de uma sociedade política com uma forte ancoragem e complexidade local (INNES, 2008 – «Practices of Property...»: *maxime* 265). Sobre a importância da terra como fundamento do exercício do poder régio (extensível ao exercício de outros poderes *menores*) também no caso da Península Ibérica dos séculos XI-XII, v. REILLY, 1992 – *The Contest...*: 52; mais genericamente, v. PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución...*: *passim*, a propósito da “atribuição social do espaço” no território castelhano altomedieval. Note-se, contudo, que, como ainda recentemente escreveu M. Innes, «although the centrality of land – or, better, control over land and labour so as to allow exploitation of the agrarian surplus – within early medieval societies may now be a commonplace, the mechanics of that control are little discussed and less understood» (INNES, 2008 – «Practices of Property...»: 247).

que o documento se (re)constrói também no processo de transmissão/interpretação, e não apenas no momento em que foi produzido¹⁰⁸⁶.

Na base deste tipo de análise está necessariamente a avaliação (quantitativa e qualitativa) do corpus documental, na dupla perspectiva do que se conservou mas também do que foi efectivamente produzido e que os processos de transmissão e conservação se encarregaram de filtrar¹⁰⁸⁷. Como notava F. López Alsina há mais de 20 anos: «Debemos comprender de una muestra formada aleatoriamente, sino del resultado de la acción de, al menos, tres factores que es preciso conocer con el mayor detalle posible: la producción de los textos escritos, su archivación posterior y la eventual transmisión de lo archivado. Estos tres factores actúan como filtros inevitables, a través de los cuales pasaron necesariamente todas y cada una de esas escrituras que han llegado finalmente hasta nosotros»¹⁰⁸⁸.

Levar a cabo um estudo deste tipo para o conjunto da documentação relativa ao território bracarense, mesmo que apenas para o período anterior ao século XII implicaria outra dissertação. Pela extensão do trabalho, mas sobretudo pelo muito caminho que há ainda a percorrer no estudo da documentação avulsa e dos cartulários conservados. O processo de construção do corpus que acabou por estar na base da presente dissertação, embora resulte fundamentalmente de constrangimentos intrínsecos a este trabalho, como veremos, diz alguma coisa das dificuldades que o estudo dos *corpora* documentais ainda levanta em Portugal¹⁰⁸⁹.

No início da investigação procedemos à recolha de toda a documentação (inédita e publicada) relativa ao Entre-Douro-e-Minho até 1200. No entanto, perante a análise rigorosa a que o trabalho se propunha, rapidamente percebemos que seria necessário restringir o universo documental, para o que (e preservando o critério de exaustividade

¹⁰⁸⁶ Como notou J.-C. SCHMITT, 2003 – «Une réflexion...»: 44: «(...) il n'y a jamais, en dépit des apparences, de face-à-face direct de l'historien et du document. Même si le premier n'en a pas conscience, s'intercale entre eux toute l'histoire dense de la transmission (*Überlieferung*) dont la prise en compte est nécessaire à la compréhension totale du document. Comme si la substance de celui-ci s'était au fil du temps imprégnée des aléas de la transmission, au point que les conditions de la transmission font désormais partie intégrante de la nature du document que l'historien a entre les mains».

¹⁰⁸⁷ Este tipo de abordagem, atenta ao total de documentos efectivamente produzidos, teve uma das suas primeiras concretizações em grande escala no trabalho de M. Clanchy sobre a difusão da “literacia pragmática” em Inglaterra entre os séculos XI e XIV, publicado pela primeira vez em 1979 e objecto de uma edição revista mais recente: M. CLANCHY, 1993 – *From Memory...* E constitui uma das linhas de trabalho das investigações alemãs em torno da “escrita pragmática” (*pragmatische Schriftlichkeit*) (v. KELLER, 2003 - «Oralité et scripture...»: 138-39); estando ainda muito presente, no que à documentação italiana diz respeito, numa obra como a de P. CAMMAROSANO, 2005 – *Italia Medievale...*

¹⁰⁸⁸ LÓPEZ ALSINA, 1988 – *La Ciudad de Santiago...*: 24.

¹⁰⁸⁹ Referimo-nos já a estas dificuldades em MARQUES, s.d. – «Para um inventário...».

na selecção das fontes) se reduziram os limites cronológicos e espaciais do corpus em análise, que passou a englobar a documentação relativa ao território da diocese de Braga até 1100. Deste modo, a demarcação do território em estudo passou a assentar não tanto num qualquer critério histórico-geográfico, que conduziria inevitavelmente à escolha do Entre-Douro-e-Minho, mas antes na própria geografia documental, como já explicámos¹⁰⁹⁰.

Dentro destas novas coordenadas de selecção documental, passam a assumir grande preponderância dois cartulários, produzidos pelas mais importantes instituições eclesiásticas da região: o *Liber Fidei* da Sé de Braga e o *Livro de Mumadona* do mosteiro de Guimarães. Estas duas instituições constituem, de facto, as principais instituições conservadoras de documentação anterior ao séc. XII da região, a que poderíamos acrescentar, ainda que a larga distância, o mosteiro de S. Simão da Junqueira, cujo arquivo conserva 48 documentos datados até 1100¹⁰⁹¹, embora uma parte destes diplomas diga respeito ao território a Sul do Ave, já que o cenóbio se implantou numa zona de transição entre as dioceses de Braga e Porto. Como notou J. Marques recentemente, impressiona que, apesar do elevado número de mosteiros de tradição frutuosiana existentes na diocese de Braga, muitos dos quais se extinguiram nas décadas finais do século XI e iniciais do XII, em virtude do processo de “selecção” (a expressão é de García de Cortázar) imposto pelas reformas beneditina e regente então implementadas, a documentação que chegou até nós esteja maciçamente concentrada nos arquivos daquelas três instituições¹⁰⁹².

Com efeito, a documentação remanescente é verdadeiramente residual: poderíamos citar exemplos de pequenos cartulários, como o do mosteiro de Crasto (com apenas apenas um documento possivelmente anterior a 1100)¹⁰⁹³, mas para a esmagadora

¹⁰⁹⁰ V. *supra* Introdução, §3.2.

¹⁰⁹¹ A documentação do cartório deste mosteiro foi minuciosamente inventariada e publicada (até 1300) por S. Lira (CDMSSJ).

¹⁰⁹² Justificando a sua escolha dos fundos documentais do mosteiro (depois colegiada) de Guimarães e do mosteiro de S. Simão da Junqueira para o estudo dos “caminhos da escrita no Norte de Portugal” durante a Idade Média, escreve o autor: «Antes de prosseguirmos, devemos informar que a selecção destes dois mosteiros instituídos sob a influência da tradição monástica visigótica se ficou a dever ao significativo volume documental de cada um deles, relativo ao período medieval estudado, verdadeiramente contrastantes com a impressionante pobreza das restantes comunidades monásticas, outrora existentes nesta região (...). Maior abundância e sequência documental mais estreita no espaço regional em observação só encontrámos na Catedral de Braga» (MARQUES, 2006-2007 - «Caminhos da escrita...»: 293).

¹⁰⁹³ CMC, XXVII (datado de 1012?). Embora o original deste cartulário tenha sido (re)descoberto mais recentemente por José Mattoso, depois de o seu editor, Alfredo Pimenta, o ter reproduzido da leitura que

maioria das instituições da diocese bracarense não chegou até nós, quando chegou, mais do que um número irrisório de documentos deste período, geralmente conservados por circunstância fortuitas em arquivos de outras instituições, com amplo destaque para a Sé de Braga, do que o fundo relativo ao mosteiro de S. Antonino de Barbudo copiado no LF é um exemplo eloquente.

Se tomarmos como base o corpus documental reunido por A. J. da Costa para a sua investigação de doutoramento sobre a diocese de Braga (cuja lista consta apenas da primeira edição da obra¹⁰⁹⁴), concluiremos que de um total de 294 documentos anteriores a 1101¹⁰⁹⁵, apenas 54 (18,4%) não foram conservados (sob a forma de originais, cópias avulsas e/ou cópias de cartulário) nos cartórios da Sé de Braga e do mosteiro de Guimarães¹⁰⁹⁶. Destes 54, 13 pertencem ao cartório do mosteiro de S. Simão da Junqueira, 10 ao cartório de Moreira da Maia, 4 ao do mosteiro de Pendorada e outros quatro ao de Rendufe. Os restantes 23 conservaram-se quase isoladamente em cartórios de outros mosteiros do Norte de Portugal (Landim, Pedroso, Vairão, S. Romão de Neiva, etc.) ou em fundos arquivísticos construídos modernamente, com destaque para os da Torre do Tombo e do Arquivo da Universidade de Coimbra. Em suma, é quase

dele fez Diogo Kopke, *Apontamentos archeologicos* (1840), é possível que os editores de DC tenham tido acesso ao cartulário original (de resto conservado na Academia das Ciências), ou pelo menos à leitura de Kopke, pelo que não deve excluir-se a hipótese de este documento não ter sido recolhido em DC por os editores o considerarem mal datado. Importa ainda esclarecer que a documentação deste cartulário diz respeito ao mosteiro de Sta. Maria de Refojos do Lima (c. Ponte de Lima), como notou A. de J. da COSTA, 1983 – “Comarca eclesiástica...”: 121, nt. 138. O cartulário (*Livro das Datas*) do mosteiro de Fiães (com apenas um documento para a mesma cronologia: TF, 189 (datado de 989)) diz respeito a um mosteiro integrado já na diocese de Tui.

¹⁰⁹⁴ COSTA, 1959 – *O Bispo D. Pedro...*, II: 521 e ss. Na nota introdutória de uma secção a que chamou *Informações Cronológicas-Críticas*, já na segunda edição da obra (COSTA, 2000 – *O Bispo D. Pedro...*, II: 529-41), escreve o autor: «Na primeira edição fizemos o inventário cronológico de todas as datas mencionadas no texto, juntando-lhes a respectiva cota. Trabalho cansativo e moroso, mas sem resultados práticos compensadores.

«Nesta edição preferimos publicar estas *Informações Cronológico-Críticas* que indicam as principais datas mencionadas no texto e outras que o não foram, mas podem interessar para o seu melhor enquadramento cronológico e histórico» (*ibidem*, p. 529). Opinião muito discutível, esta. Que o inventário da documentação publicado na primeira edição tenha sido um «trabalho cansativo e moroso» não se duvida. Que não tivesse «resultados práticos compensadores» é uma inverdade de excessiva modéstia, na medida em que, mesmo incompleto e desactualizado, constitui ainda hoje o melhor guia para a documentação relativa ao Entre-Douro-e-Minho entre os séculos IX-XIII.

¹⁰⁹⁵ Estão já descontados deste total alguns diplomas que o autor arrolou duas vezes, nomeadamente os do cartório do mosteiro de S. Simão da Junqueira que aparecem editados duplamente em DC. É claro que este corpus não reúne o conjunto dos documentos anteriores a 1101 relativos ao território da diocese de Braga. Nem sequer os documentos do LF foram todos arrolados pelo autor. No entanto, ele apresenta suficiente representatividade para o tomarmos como um indicador do peso relativo das diferentes instituições eclesiásticas na conservação dos documentos que chegaram aos nossos dias.

¹⁰⁹⁶ Nenhum destes documentos consta, portanto, do corpus seleccionado para o nosso trabalho. Ficaram ainda de fora outros documentos arrolados pelo autor que foram conservados no cartório da Sé de Braga e copiados no LF mas que são falsos (LF, 12=141, 14, 17-18) ou, sabe-se hoje, são posteriores a 1101 (LF, 364, 367=661).

residual a percentagem de escrituras conservadas fora dos cartórios das duas principais instituições eclesiásticas da diocese de Braga.

Por outro lado, mesmo no contexto individual dos arquivos de Braga e de Guimarães, a documentação copiada nos respectivos cartulários corresponde à esmagadora maioria dos diplomas que hoje conhecemos. No arquivo de Braga, pouquíssimas escrituras datadas até 1101 que não estão copiadas no LF¹⁰⁹⁷. E dos que o estão, chegaram-nos muito poucos na versão original ou em cópias anteriores à composição final do cartulário em meados do século XIII. Ou seja, no total dos documentos anteriores a 1101 conservados no arquivo, são residuais aqueles que conhecemos na versão original ou em cópias mais antigas do que a do LF, e ainda menos os que escaparam à cópia no LF. Significa isto que é absolutamente residual a percentagem de documentos que, depois de trasladados no cartulário, os arquivistas de Braga entenderam conservar. E talvez não seja arriscar muito dizer que, a avaliar pelo que chegou aos nossos dias, quase nenhuma das escrituras anteriores a 1101 que ainda se conservaria no arquivo entre os meados do século XII e os meados do século XIII deixou de ser copiada no LF. Isto porque aquelas três cartas que nos chegaram apenas em pergaminhos avulsos foram arquivadas na Gaveta das *Propriedades Particulares*, que reúne títulos de propriedades não directamente relacionadas com o património da Sé de Braga. É certo que uma delas foi produzida na própria chancelaria da Sé, (podendo, ou não, ter sido de imediato arquivada no tesouro catedralício). Mas é muito provável que as outras duas (e mesmo esta, eventualmente) tenham dado entrada no arquivo bracarense já depois de 1101, senão mesmo depois de copiado o LF.

Já no caso do mosteiro de Guimarães, segundo o levantamento exaustivo da documentação levado a cabo por C. Ramos (CDMCG), dentre os 11 documentos que se conservam até ao final do século XI em versões originais ou cópias em pergaminhos avulsos presumivelmente anteriores à cópia do LMD de que hoje dispomos¹⁰⁹⁸, só três

¹⁰⁹⁷ Não fizemos uma investigação sistemática no ADB. No entanto, a crer no índice do corpus documental reunido por A. de J. da COSTA, 1959 – *O Bispo D. Pedro...*, II: 521 e ss., apenas três escrituras, dentre o conjunto dos documentos conservado neste arquivo, não foram copiadas no LF. E são todas da Gaveta das Propriedades Particulares: n.º 4 (de 1093), n.º 336 (de 1054) e n.º 955 (de 1076). O conhecimento aprofundado que o autor tinha dos fundos do ADB torna pouco provável que, a existir alguma outra carta inédita anterior a 1101, ela tivesse ficado por citar no referido índice, ainda que isso não seja impossível. De qualquer forma, no corpus de “Documentos lavrados pelo pessoal de Chancelaria” da Sé de Braga, definido por CUNHA, 2005 – *A Chancelaria Arquiepiscopal...*: 389 e ss., há apenas um carta, num total de 74 anteriores ao século XII, que não foi copiada no LF, precisamente a de 1076 que ficou citada.

¹⁰⁹⁸ CDMCG, 1-11.

não foram copiados neste cartulário¹⁰⁹⁹. Se tivermos em mente que o LMD copia 67 cartas datadas até 1100 (mais duas do século XII), facilmente se perceberá o peso absolutamente residual daquelas três, que não vão além dos 4,2% do total de 70 documentos do cartório vimaranense hoje conhecidos (um do século IX, 23 do século X e 46 do século XI)¹¹⁰⁰. Além do mais, é muito significativo que só 11 diplomas (15,7%) nos tenham chegado em versões diferentes da cópia no LMD. Estas versões não foram ainda convenientemente datadas, mas com excepção de duas escrituras, que são originais¹¹⁰¹, todas as outras devem tratar-se de cópias dos séculos XII e XIII, segundo a classificação elementar que lhes atribui C. Ramos com base na análise paleográfica¹¹⁰².

Assim, mesmo que a cronologia do próprio LMD esteja também longe de ser um dado adquirido, e mesmo tendo em mente que o códice de que hoje dispomos deve constituir uma cópia tardia de um cartulário composto em cronologia razoavelmente anterior, a verdade é que, se aceitarmos que este cartulário foi copiado entre as décadas finais do século XI, ou quando muito as iniciais do XII, talvez não seja forçado afirmar que, com altíssima probabilidade, se perdeu quase toda a documentação do mosteiro de Guimarães que não foi copiada no cartulário¹¹⁰³. Não espanta que as décadas de 1060 e seguintes se caracterizem por uma verdadeira penúria documental: tirando os nove documentos do período 1061-1115 copiados no LMD (13% do total de 69), só se conservaram no cartório do mosteiro mais sete¹¹⁰⁴. E por isso o processo de transição do mosteiro para a colegiada nos aparece hoje tão opaco. O problema talvez não esteja

¹⁰⁹⁹ CDMCG, 1, 9 e 11.

¹¹⁰⁰ Sobre este cartório, a distribuição cronológica da documentação e as suas “características paleográficas e diplomáticas”, veja-se RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 7 e ss.. Note-se, contudo, que, recorrendo a um critério discutível, a autora excluiu da colecção documental, e da sua análise, o amplo conjunto de documentos trasladados naquele cartulário que não constam também, sob a forma de original ou cópia avulsa, dos três núcleos arquivísticos em que actualmente se divide o cartório do mosteiro (v. CMMCG: 1). Este trabalho resulta, por isso, de pouca utilidade para uma análise paleográfica e diplomática do cartulário, a não ser pelos dois quadros publicados pela autora em que se contabiliza a distribuição cronológica (por séculos) e tipológica (numa tipologia que tem mais de temática do que propriamente de jurídica) da documentação nele copiada (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 14 e 35, respectivamente), bem como a relação directa (ou não) dos vários tipos de actos com o mosteiro de Guimarães (ou seja, se o cenóbio é ou não participante do negócio jurídico consignado).

¹¹⁰¹ Apêndice I, docs. 335 (de 953) e 347 (de 983).

¹¹⁰² Estão ainda por examinar as variantes que apresentam em relação à lição que desses textos dão as respectivas cópias no LMD; mas a existência dessas variantes não impede, à partida, que estas cópias tenham sido redigidas a partir do próprio cartulário (eventualmente do arquétipo e não da cópia de que hoje dispomos).

¹¹⁰³ Segundo J. MARQUES, 2006-2007 - «Caminhos da escrita...»: «o facto de muitos dos mais antigos [documentos] terem sido transcritos no conhecido e célebre *Livro de Mumadona*, códice medievo, em gótica libraria, ou noutras cópias avulsas (...) facilitou o seu desaparecimento».

¹¹⁰⁴ CDMCG, 9, 11, 12-16.

tanto na não-produção de documentos durante este período (tradicionalmente entendida como um sintoma da decadência do mosteiro) mas na sua não conservação, caso aceitemos que o cartulário foi copiado à volta de 1060 e que apenas lhe foram acrescentadas algumas escrituras isoladas, nas décadas de 1070 a 1110, aproveitando espaços deixados em branco no códice original¹¹⁰⁵.

De tudo isto se conclui o peso avassalador de ambos os cartulários não apenas na transmissão da larga maioria do material preservado até aos nossos dias nos arquivos de ambas as instituições (uma parte muito significativa dos documentos é conhecida exclusivamente através das cópias dos cartulários), como na própria selecção documental, em termos absolutos, já que o que escapou aos cartulários é quase residual. Estamos assim obrigados, ainda que não seja possível desenvolver aqui o assunto como ele mereceria, a uma caracterização breve de ambos os cartulários, que apresentam características contrastantes e notavelmente complementares, o que reforça a sua representatividade, no plano qualitativo e não apenas quantitativo, e os converte no *essencial* da documentação relativa ao território e cronologia aqui em análise. Esta diversidade complementar manifesta-se sobretudo em três aspectos.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à proveniência da documentação compilada em cada um. O LF é um cartulário diocesano, produzido por uma instituição secular, restaurada apenas em 1071 mas que recolhe a memória de um conjunto de patrimónios particulares da região, que vieram a integrar o património da Sé de Braga. Estes patrimónios caracterizam-se, contudo, por uma origem social muito diversificada (desde membros da aristocracia condal, como a condessa D.^a Ilduara Mendes, a pequenos proprietários) e por uma proveniência geográfica igualmente alargada que abrangia, para além da zona central da diocese (em que se concentrava a fatia maior deste património), zonas marginais que foram sendo progressivamente chamadas à órbita de Braga, como o Entre-Lima-e-Minho, as faldas das serra da Cabreira, do Gerês e Amarela ou as zonas transmontanas de Panóis/Vila Real e Chaves.

Pelo contrário, o LMD é um cartulário monástico, produzido por uma instituição regular profundamente ligada à família dos condes portugalenses, desde a sua fundação (c. 950) e que, por isso mesmo, recolhe a memória de um património cuja parte de leão tinha origem nessa família e estava, à partida, *subsidiariamente* vinculado ao próprio

¹¹⁰⁵ Note-se que os nove documentos do período 1061-1115 copiados no LMD estão rigorosamente dispersos pelo cartulário, sem qualquer tipo de ordenação cronológica: n.º 28 (1061), 26 (1065), 40 (1077), 41 (1079), 64 (1093), 18 (1099), 35 (1100), 48 (1103) e 32 (1115).

mosteiro. Assim se percebe que, embora concentrado na região central do Minho (o Entre-Ave-e-Lima) este património se alargasse às terras de conquista a Sul do Douro e mesmo à Galiza¹¹⁰⁶. E assim se explica que alguns dos documentos particulares recolhidos no cartulário como títulos justificativos da posse de bens que vieram a integrar o património do mosteiro digam respeito a membros da família patronal, que ora aparecem a transferir património para o cenóbio ora o transferem entre si; se bem que também haja neste cartulário uns poucos actos outorgados por proprietários “desconhecidos”, dos quais não nos chegou mais nenhuma escritura, como acontece, a uma escala muito mais significativa, no caso do LF.

Tendo em mente a função de arquivo familiar (mesmo que apenas subsidiário) que o mosteiro desempenharia, cabe perguntar se aqueles actos que envolvem membros da família patronal foram copiados no cartulário obedecendo a um critério de recolha abrangente (ainda que não exaustiva) do acervo documental da família, em virtude de uma relação próxima que se teria estabelecido entre o património da família e o do mosteiro (e mesmo o interesse deste em sublinhar a sua ligação à família condal portugalense); ou se, pelo contrário, foram copiados apenas como “títulos justificativos” da propriedade de bens que vieram de facto à posse do mosteiro, o que implicaria seleccionar estas escrituras, em particular, no conjunto mais vasto dos actos outorgados por membros da família patronal que estariam talvez conservados em Guimarães. De uma análise superficial, parece-nos ser este último o critério de selecção dos documentos reunidos no LMD, que se assume plenamente como um cartulário *monástico*, tal como o LF é, sem qualquer margem para dúvida, um cartulário *diocesano*. Estamos, por isso, na presença de dois cartulários *eclesiásticos* e *senhoriais*, e estes constituíram de facto dois filtros poderosíssimos na selecção da documentação recolhida por ambos.

¹¹⁰⁶ «De forma genérica, pode dizer-se que o mosteiro teve terras em todas as áreas da reconquista cristã: do núcleo mais antigo e mais denso, no território vimaranense, de presúria bem anterior à instituição, às terras a sul do Douro baluartes do movimento ofensivo. (...) A doação de Mumadona (959) merece por si só alguma atenção: por um lado, porque evidencia o poderio territorial da família condal a que ela pertencia; por outro, porque parte desse foi entregue ao Mosteiro. Os bens então doados vão da Galiza à terra de Coimbra; apresentam alguma densidade entre Minho e Douro; têm uma particular concentração entre Ave e Vizela. À parte certas doações excêntricas (...) o Mosteiro recebeu bens concentrados entre Ave e Vizela, sobrepondo-se aos actuais concelhos de Guimarães, Fafe e Famalicão. O mesmo fenómeno se evidencia nas compras efectuadas: quatro sobre cinco feitas nos limites do actual concelho de Guimarães; a outra, nos concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim» (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 145-46).

Em segundo lugar, é possível discernir uma certa diversidade complementar ao nível dos caracteres internos e do processo compositivo de ambos cartulários. O LF é um cartulário imenso, composto por 953 unidades documentais¹¹⁰⁷, cobrindo um arco cronológico que se estende entre o século VI e os meados do XIII (não contando alguns acrescentos mais excêntricos), produto de um processo compositivo extremamente complexo que terá terminado, possivelmente em meados do século XIII, com a compilação final num mesmo códice de dois *Libri testamentorum* distintos, ainda que partilhem uma parte importante do conteúdo. Os documentos nele compilados foram objecto, portanto, de um longo processo de transmissão, que justificaria, por si só uma dissertação.

Pelo contrário, o LMD é um cartulário bem mais pequeno (que treslada apenas 69 documentos, datados entre 870 e 1115), aparentemente copiado em bloco, pela mesma mão¹¹⁰⁸. Na ausência de um estudo detalhado do códice, ele continua hoje em dia a ser atribuído genericamente ao século XIII¹¹⁰⁹. No entanto, parece-nos possível datá-lo de finais do século XII ou inícios do século XIII, como defendeu P. Blanco Lozano¹¹¹⁰, e como concluiu Maria João Oliveira e Silva depois de uma análise preliminar e ainda não sistemática da letra¹¹¹¹. Aliás, esta cronologia parece ser confirmada por pequenos detalhes internos, como seja a rubrica de um documento, escrita parcialmente em

¹¹⁰⁷ Correspondentes a um total efectivo de 786 documentos autónomos, já que vários foram treslados duas, três ou mesmo quatro vezes ao longo dos dois *Libri testamentorum* que compõem o cartulário.

¹¹⁰⁸ Embora o cartulário nunca tenha sido objecto de uma análise paleográfica aprofundada, é esta a opinião de Maria João Oliveira e Silva, na sequência de uma primeira análise exploratória.

¹¹⁰⁹ CDMCG: 1.

¹¹¹⁰ Provavelmente com base na mera análise paleográfica do códice, ao datar deste período a cópia [C] que o cartulário faz de um documento outorgado por Fernando I (CDFI, 38=LMD, 47; v. Apêndice I, doc. 369).

¹¹¹¹ Dessa análise resultou a identificação de inúmeras características que permitem classificar a letra como sendo claramente de transição (o que levanta sérias questões de datação e de classificação), como sejam: o uso do *d* carolino (isto é de haste direita) e uncial (haste inclinada para a esquerda), do *s* redondo e longo (embora o copista prefira o redondo no fim das palavras); a utilização de *nexus* em *st* (e.g. *potestatem*), *bb* (e.g. *abbatis*) e *pp* (e.g. *propinquis*); o recurso a um módulo ainda bastante quadrado e à separação das letras; a que deve acrescentar-se a presença de hastes ascendentes já distintas das minúsculas sem haste e o uso de maiúsculas. Define-se assim um tipo de letra que Albert Derolez – *The Palaeography of Gothic Manuscript Books: From the Twelfth to the Early Sixteenth Century*. Cambridge: CUP, 2003 classifica de *praegothica*, típica do século XII, para a qual o autor define um quadro de características e aponta vários exemplos que encaixam bem no LMD (*ibidem*, p. 56-71). Embora esteja já presente no LMD um tipo de ligação *st* que é já muito gótico, e está mais de acordo com a letra a que o autor chama *southern textualis* e *semitextualis*. Por outro lado, o mesmo autor classifica de *textualis* um códice proveniente do mosteiro de Grijó datado de 1223 (*ibidem*, plate 48), cuja letra é muito semelhante à do LMD, o que leva Maria João Oliveira e Silva a classificar a letra deste cartulário como uma gótica libraria *textualis*, e a avançar, sob reserva antes de uma análise mais aprofundada, uma datação não posterior às primeiras décadas do XIII. Devemos todas estas informações à generosidade da autora.

português («*Karta de Rei dom Fernando. De calumpnia non danda*»¹¹¹²) parece apontar precisamente para os anos finais do século XII, período em que aparecem as primeiras manifestações claras de português na documentação notarial, ao menos como termo *a quo* para a sua redacção.

Note-se, todavia, que o cotejo dos documentos copiados no LMD (relativos ao património do mosteiro de Guimarães e datados até à década de 1060's, na sua esmagadora maioria) com a *história* desta instituição, transformada em colegiada secular logo na primeira década do século XII e sem uma ligação patrimonial evidente com a instituição que a precedeu para além da coincidência da área geográfica de implantação do património de ambas¹¹¹³, leva a supor que o cartulário teria sido composto ainda no século XI. Ou, quando muito, nesse momento de transição, na década de 1110, podendo os dois documentos do século XII nele trasladados (ou pelo menos o de 1115), senão mesmo todos os posteriores à década de 1070¹¹¹⁴, ter sido acrescentados em espaços em branco no códice original. Por motivos de conservação ou outros que desconhecemos, este terá sido objecto de uma cópia integral entre os finais do século XII e os inícios do século XIII, que constitui o único exemplar do cartulário preservado; e, a avaliar pelos traços de romance já referidos, é possível que só neste momento tenham sido redigidas as rubricas que encabeçam, e que estariam ausentes do cartulário original, como se confirma em algumas que não captam de todo o sentido original dos documentos que sumariam¹¹¹⁵, demonstrando o afastamento temporal da sua redacção face à produção desses documentos.

Por último, a diversidade complementar a que nos vimos referindo torna-se particularmente clara no que respeita à cronologia dos *corpora* documentais recolhidos em cada cartulário e ao quadro de poderes de que eles emanam. Enquanto cartulário produzido pela instituição diocesana, o LF preocupou-se primordialmente em testemunhar um processo de aquisição patrimonial que só se iniciou em 1071, na sequência da restauração da Sé de Braga. É certo que recolhe muitos documentos anteriores a essa data, remontando à primeira metade do século X, mas a cópia dessas escrituras resultou de um processo de compilação e selecção documental ditado

¹¹¹² Trata-se do mesmo LMD, 47 (Apêndice I, doc. 369).

¹¹¹³ RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 84, 109-110 e 175.

¹¹¹⁴ Note-se que não têm qualquer relação directa com o mosteiro, registando meras transacções entre particulares.

¹¹¹⁵ O melhor exemplo será LMD, 46 (Apêndice I, doc. 356).

fundamentalmente pelo que foram os interesses patrimoniais de Braga no período subsequente à década de 1070 (prolongando-se consideravelmente até ao momento em que o LF tal como o conhecemos hoje foi finalmente copiado, já meados do século XIII).

Pelo contrário, o LMD recolhe a memória patrimonial de um mosteiro fundado e intimamente vinculado à família condal portugalense, cujo de processo de ascensão e queda naturalmente acompanhou. Neste sentido, depois do importante e longo abaciado de Pedro Alvites (1036-1070), ainda aparentado com essa família¹¹¹⁶, durante o qual se produziu o inventário de 1059, as três últimas décadas do séc. XI ficam marcadas por um quase absoluto silêncio documental, que deixa adivinhar um percurso de decadência, consentâneo com a perda de influência dos condes de Portucale neste período¹¹¹⁷, e possivelmente com a apropriação do mosteiro por parte dos reis asturo-leoneses (e logo por Garcia da Galiza, na sequência da batalha de Pedroso?)¹¹¹⁸. Se bem que a hipótese de uma datação do cartulário à volta da década de 1070, se não altera em nada a cronologia, pode mudar substancialmente a interpretação dos factos, levando-nos a rejeitar um cenário liminar de decadência do mosteiro e a pôr a hipótese de a documentação produzida depois dessa data não ter sido pura e simplesmente conservada.

Há, de qualquer forma, uma notável precisão na complementaridade cronológica entre os dois cartulários. O ano de 1071 fecha simbolicamente o domínio da nobreza condal neste território, com a morte do conde Nuno Mendes na batalha de Pedroso¹¹¹⁹, e

¹¹¹⁶ Seria irmão do marido da condessa Ilduara Mendes (bisneta de Mumadona Dias), segundo RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 1991: 69.

¹¹¹⁷ Depois do abaciado de Pedro Alvites, sabemos apenas que «Em 1079 é já Mendo quem preside aos destinos do Cenóbio. Apenas um documento o menciona. A Mendo segue-se o silêncio, que contrasta com a abundância documental dos tempos de Pedro Alvites. Das décadas de oitenta e noventa do séc. XI nada se sabe, nenhum Abade se regista» (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 68). E, não por acaso, a última doação de um membro da família condal ao mosteiro é feita por Mendo Nunes, *dux Magnus*, em 1043 (Apêndice I, doc. 365=DC, 330=LMD, 17); antes, portanto, da redacção do inventário de 1059, ordenado por Afonso VI, que marca possivelmente a submissão do cenóbio ao poder régio (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 83-84, 172).

¹¹¹⁸ «Especula-se, regra geral, admitindo que os monarcas leoneses se tenham apoderado das terras e jurisdições dele, morto Nuno Mendes, em 1071, em acesa batalha contra o rei Garcia da Galiza. Em 1103, quando o mosteiro ressurgiu, fê-lo já à sombra do poder condal de D. Henrique, marido de Teresa, bastarda de Afonso VI. Do dote desta constariam, provavelmente, alguns dos bens que a realeza castelhana anexara a si, estando o Cenóbio decadente» (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 172).

¹¹¹⁹ O que não significa, obviamente, absoluto desaparecimento da família condal, desde logo assegurado no mediato, pelo casamento da filha de Nuno Mendes, Loba Nunes, com o alvazil Sesnando. Aliás, cumpre perguntar se a visão tradicional da “extinção” dos condes portugalenses com a morte de Nuno

abre as portas à emergência de um novo poder, muito diferente mas igualmente capaz de afirmar a sua autoridade à escala regional, como será doravante a Sé de Braga¹¹²⁰. E, de facto, a partir da década de 1070, o LMD deixa praticamente de copiar diplomas, em virtude da decadência patrimonial da instituição produtora, e o LF começa a recolhê-los com um critério necessariamente mais exaustivo, em virtude da necessidade de documentar um processo aquisitivo que então se inicia.

E, neste ponto, se confirma a capacidade da realidade documental para se transformar num indicador privilegiado da evolução sócio-política do território e da mudança social. Esta alternância entre ambos os cartulários, à volta de 1070, é talvez o melhor indício de uma alteração significativo do equilíbrio de poderes regional, que se se traduz, no plano eclesiástico, na transferência de centralidade entre uma instituição monástica intimamente ligada ao exercício do poder condal entre os meados do século X e os meados do século XI, para uma instituição diocesana, cujo arranque foi impulsionado pelo poder régio na década de 1070 e que, logo a partir dos inícios do século XII, aparecerá estreitamente vinculada ao novo poder condal portugalense e depois ao processo autonómico conduzido por D. Afonso Henriques, como mostrou L. C. Amaral¹¹²¹. É certo que logo em 1103 o mosteiro, que pelos anos 1110 seria transformado em colegiada, parece estar já associado ao padroado dos condes portugalenses¹¹²², que se haviam fixado precisamente em Guimarães, cabendo admitir que ao menos parte dos bens do velho mosteiro que a monarquia teria anexado fossem incluídos no dote de D.^a Teresa¹¹²³. No entanto, e a avaliar pelo património que é possível hoje atribuir-lhe, esta colegiada será uma instituição muito diferente, e bastante menos relevante. O cenário mudara e a Sé de Braga dispunha agora de meios incomparavelmente mais eficazes e abrangentes de enquadrar as populações do ponto

Mendes em Pedroso, ainda recentemente reafirmada por J. MATTOSO, 2011 – «Portugal no Reino...»: 50, não assenta em parte numa retro projecção de modelos linhagísticos que sabemos pouco efectivos nesta cronologia, como se deduz das investigações de J. A. Pizarro sobre as relações de parentesco e os modelos de transmissão hereditária ainda na segunda metade do século XIII e inícios do século XIV (PIZARRO, 1999 – *Linhagens medievais...*, II: 537-41, 565-92; v. também SOUSA, 2007 – «Linhagem e identidade...»).

¹¹²⁰ Sobre o processo de construção do poder episcopal de Braga até ao final do episcopado de D. Paio Mendes (1118-1137), v. L. C. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 201 e ss.

¹¹²¹ AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...* C. RAMOS chamou já a atenção para esta mudança, notando como, à volta de 1071, «com a família condal à sombra da qual crescera, decaía já o Mosteiro, desaparecendo pois do território bracarense um concorrente poderoso que, de outra forma, poderia ter ousado enfrentar a jurisdição episcopal» (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 172-73).

¹¹²² RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 56.

¹¹²³ RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 172.

de vista eclesiástico. Tornara-se, por isso, no parceiro preferencial dos poderes laicos, e do poder condal (e mais tarde régio) em particular¹¹²⁴.

A análise de ambos os cartulários põe em relevo processos muito complexos e intrincados de selecção e transmissão documental que condicionam de forma estruturante as modalidades e o alcance da representação do território subjacentes a cada um dos respectivos *corpora* documentais: aos pequenos patrimónios, feitos de pequenas propriedades (que muitas vezes se limitam a somar pequenas parcelas agrárias) mais frequentes no LF opõem-se, de alguma forma, os “grandes” patrimónios, feitos de grandes propriedades integradas em unidades de articulação do poder sobre o espaço (com destaque para os *mandamentos*), que são mais frequentes no LMD; ainda que seja também possível encontrar “grandes” patrimónios no LF.

A terminar, importa apenas esclarecer que, para além da documentação copiada dos dois cartulários (LF e LMD) datada até 1100, foram integrados no corpus em análise alguns outros documentos pontuais, que passamos a elencar:

(i) documentação avulsa do cartório do mosteiro de Guimarães e da Sé de Braga que tenha já sido publicada¹¹²⁵;

(ii) a totalidade dos documentos relativos ao Entre-Douro-e-Minho (incluindo a área da diocese do Porto) anteriores a 910¹¹²⁶: 10 escrituras, das quais quatro são relativas ao território da diocese do Porto¹¹²⁷. As restantes dizem respeito ao território da Sé de Braga (e à zona bracarense, em particular), mas convém observar que, com excepção de um documento copiado no LMD¹¹²⁸ e dois no LF¹¹²⁹, todos os outros

¹¹²⁴ Percebe-se assim o contraste bem marcado entre as “grandes” doações feitas ao mosteiro de Guimarães pelos membros da família patronal, sobretudo ao longo do século X, e as “pequenas” doações feitas à Colegiada, que «contemplam parcelas bem mais circunscritas, frequentemente fraccionadas, e em menor número que o habitual, nas doações feitas à instituição antecedente. (...) a terra, fortemente ocupada, subdividira-se entretanto em pequenas parcelas e é dessas que os doadores dispõem» (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 121, 143). No entanto, a explicação para este contraste não estará tanto, como a autora sugere, na progressiva repartição da terra forçada pela pressão demográfica, mas antes na alteração radical do estatuto da instituição receptora, que deixa de ocupar o lugar central de mosteiro vinculado à família condal portugalense para se transformar, apesar do padroado régio, numa instituição eminentemente local, e com inúmeros poderes concorrentes (que não só a Sé de Braga) em redor. Por isso, «O âmbito geográfico a que se circunscrevem os bens da Colegiada é menos amplo que o do cenóbio» (*ibidem*, p.146).

¹¹²⁵ CDMCG e BDP, respectivamente.

¹¹²⁶ Marcámos este limite (o final do reinado de Afonso III) pelo facto de a documentação do conjunto do reino asturo-leonês estar editada sistematicamente só até esta data (DEPA).

¹¹²⁷ Note-se, todavia, que duas destas escrituras dizem respeito a bens na villa Freixo (l. da f. Guilhabreu, c. Vila do Conde), próxima da fronteira entre ambas as dioceses (Apêndice I, docs. 17 e 18).

¹¹²⁸ Apêndice I, doc. 4.

¹¹²⁹ Apêndice I, docs. 9 e 11.

chegaram até nós através de cartórios/núcleos documentais exteriores à região bracarense¹¹³⁰. Esta dupla desobediência aos critérios espacial (diocese de Braga) e arquivístico (fundos documentais da Sé de Braga e do mosteiro de Guimarães) seguidos na recolha documental justifica-se pelo facto de estes dez textos serem os (poucos) documentos mais antigos, que permitem abrir uma primeira janela sobre o território a Norte do Douro e iluminam o processo de presúria/colonização de que ele foi alvo a partir de meados do século IX (numa dinâmica comum às zonas a Norte e a sul do Ave). Permitem, por outro lado, recolher as menções documentais mais antigas, nesta região, a alguns dos termos que designam as unidades espaciais em estudo;

(iii) embora o essencial da análise se centre no Entre-Ave-e-Lima, o território central da diocese de Braga¹¹³¹, foram incluídos todos os documentos anteriores a 1101 (todos copiados no LF) relativos ao território transmontano da diocese, mais concretamente às zonas de Chaves e Vila Real. Não só constituem documentos importantes pela quantidade e qualidade da informação veiculada (sobretudo alguns dos que integram o núcleo documental relativo à igreja de S. Estêvão de Chaves), como permitem estender de alguma forma o inquérito a duas zonas “periféricas” do território diocesano, ainda que uma delas (a de Chaves) difira pouco, do ponto de vista paisagístico, do sector central das colinas e plainos minhotos. Igualmente a título excepcional, incluíram-se dois documentos relativos à f. Mindelo, c. Vila do Conde (situada já a sul do Ave, em território tradicionalmente pertencente à diocese do Porto), por serem ambos documentos do LF e doações feitas à Sé de Braga que atestam o raio de extensão da sua influência (Apêndice I, docs. 104 e 106);

(iv) finalmente, ainda que o inquérito se estenda apenas até 1100, foram incluídos alguns documentos já do século XII que, para além de serem importantes pela quantidade e qualidade da informação que veiculam, reflectem de alguma forma realidades anteriores que só por um rigorismo cronológico cego poderiam ser excluídos. Aliás, estes documentos mantêm uma íntima relação com núcleos documentais

¹¹³⁰ Para completar a lista de proveniências dos seis documentos relativos à diocese de Braga: duas escrituras provêm do Tumbo A de Compostela (Apêndice I, docs. 7 e 8); e uma última de uma cópia avulsa do cartório da Sé de Coimbra também trasladada no LP (Apêndice I, doc. 13). São, respectivamente, os segundo, terceiro e sexto documentos mais antigos relativos a todo o território a Norte do Douro.

¹¹³¹ V. *supra* Introdução, §3.2.

constituídos no essencial por escrituras do século XI, que foram analisados sistematicamente e que de alguma forma culminam nos primeiros anos do século XII¹¹³².

1.2. Escrituração: um discurso construído entre partes “livres” e “formulares”

Dentre uma imensa mole de problemas que o estudo da *escrituração* do espaço na documentação diplomática levanta, com evidente destaque para os que gravitam em torno das questões tipológicas (diferentes tipologias documentais correspondem a diferentes modelos formalizados de representação), por um lado, e das questões discursivas propriamente ditas, por outro, escolhemos fazer uma breve referência ao problema da distinção entre as partes ditas “livres” e “formulares” do discurso notarial. Não porque seja mais importante do qualquer outro daqueles muitos problemas, mas porque tem implicações directas na capacidade de objectivação reconhecida às palavras, consoante sejam utilizadas num e noutro contexto, e por isso interessa especialmente ao estudo do léxico espacial a que dedicaremos o essencial desta segunda parte.

Ainda que o significado das palavras não se altere radicalmente, a referência explícita a uma unidade espacial que é objecto de transacção num documento, e merece por isso uma caracterização individual no quadro da parte dispositiva do diploma, apresenta um grau de objectivação superior a alusões genéricas (feitas normalmente no plural) a unidades do mesmo tipo, mas referidas no quadro de cláusulas rigorosamente formulares do discurso diplomático. Com destaque para as frequentes enumerações estereotipadas de componentes dos bens transaccionados (que ocorrem também na parte

¹¹³² Assim acontece com a carta de doação à Sé de Braga dos bens de D.^a Toda Eitaz (Apêndice I, doc. 165), com a doação do mosteiro de Barbudo à mesma Sé pelos condes Henrique e Teresa (Apêndice I, doc. 211), com a doação da igreja de S. Estêvão de Faiões, a ermida de S. Mateus e diversos outros bens na zona de Chaves pelo presbítero Fernando (Apêndice I, doc. 401) e com a doação de diversos bens em Gualtar, Arcos, S. Cristóvão de Esporões e Vila Cova de Morreira (c. Braga) pelo casal Paio Peres e Maria Pais (Apêndice I, doc. 402). Todas estas doações encabeçam (e actualizam) os respectivos núcleos documentais compostos pelos títulos justificativos da posse dos bens doados. E o mesmo acontece com dois outros documentos integrados no núcleo documental de Barbudo: Apêndice I, doc. 294 (uma doação que não tem directamente que ver com o mosteiro mas está integrada no seu micro-cartulário) e doc. 295 (o importante relato-notícia do abade Soeiro, datado de 1102, que finalmente consigna a transmissão do cenóbio para o domínio da Sé de Braga). Mesmo se são menos “notáveis” pela quantidade/qualidade da informação que veiculam, há ainda 3 outros documentos que foram incluídos no corpus em estudo por renovarem e/ou ampliarem actos anteriores, datados até 1100: um documento de 1101 (Apêndice I, doc. 152) que renova e amplia uma doação anterior (de 1099) feita à Sé de Braga por Paio Bermudes (Apêndice I, doc. 144); um escambo datado de 1102 (Apêndice I doc. 158) que parece ser uma segunda redacção do escambo da mesma herdade em Gualtar por outras propriedades de Boa/Eieuva Aristariz e seus filhos, celebrado com o bispo D. Pedro em 1088 (Apêndice I, doc. 329); um escambo celebrado por Paio Tolquidiz com a Sé de Braga em 1104 (Apêndice I, doc. 201) que possivelmente incluiria parte dos bens vendidos e doados à Sé em 1100, respectivamente pelo próprio Paio Tolquidiz (Apêndice I, doc. 147) e por seu pai Tolquide Fagildiz (Apêndice I, doc. 140).

dispositiva, por via de regra), tendencialmente mais relevantes na caracterização da realidade espacial do que outras cláusulas formulares mais características do protocolo ou do escatocolo. Aceitar esta distinção não significa, porém, que se recuse qualquer referencialidade a este tipo de fórmulas, muitas vezes consideradas “inúteis”. Sem prejuízo da intenção englobante e retórica das enumerações estereotipadas, desde logo, a verdade é que, tal como acontece com os diplomas considerados falsos, aos quais se pode (ou não) atribuir um determinado grau de verosimilhança, a utilização formular de uma palavra traduz necessariamente a *possibilidade* de existência da realidade assim designada e no contexto em que é referida, ainda que ela possa não existir objectivamente¹¹³³.

Mesmo se alguns estudos apontam para uma certa artificialidade, no plano lexical, dos componentes formulares dos textos notariais da Alta Idade Média, o que implica um esvaziamento do sentido jurídico original de algumas palavras¹¹³⁴, importa sublinhar que estes componentes formulares não foram objecto de uma transmissão cristalizada, tradicionalmente invocada para justificar uma quase absoluta perda de referencialidade, mas estiveram também sujeitos à normal evolução linguística. Os copistas não se limitaram a copiá-los mecanicamente de formulários antigos mas terão antes procurado adequá-los, no plano semântico e pragmático, às realidades que as fórmulas permitiam descrever – como acontece, uma vez mais, com as enumerações estereotipadas¹¹³⁵. Como escreveu M. Zimmermann, a propósito da prática enumerativa

¹¹³³ Como de resto notou, há já alguns anos, J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1989 – «Percepción y organización...»: 10: «a título personal, soy un convencido de la utilidad de esas «fórmulas inútiles» como propuesta genérica de percepción de un paisaje por parte del escriba correspondiente o del redactor moral del texto. Sin un valor de exactitud absoluta, pero sí de verosimilitud suficiente para deslindar espacios con un grado de garantía que se encargan de refrendar otros textos más minuciosos». V., mais recentemente, as observações que o autor faz a propósito da ocorrência destas fórmulas na documentação dos cartórios monásticos de Arlanza e de Samos, que estudou monograficamente: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2006 – «Memoria y cultura...»; 2008 – «Memoria y cultura...».

¹¹³⁴ Esta artificialidade foi já posta em relevo, sobretudo no que ao horizonte jurídico dos documentos diz respeito, por D. BARTHÉLEMY, 1993 – *La société...*: 15. Da análise dos verbos que transmitem a ideia de entrega de um qualquer bem em cartas de doação e compra-e-venda asturo-leonesas e castelhanas do século X, C. CODONER MERINO, 1972 – «Léxico de las fórmulas...»: 149, conclui: «Tónica general de todos los documentos es la permanencia de los términos que se utilizan con valor específico, casi exclusivamente en clichés formularios, que son los que permiten rastrear el valor que conscientemente se les atribuyó en un momento dado. Su mantenimiento después, de modo rutinario, se debe a la vigencia que suelen mantener los textos legales, en los que un cambio puede llevar implícito la invalidación de los documentos. Ahora bien, en todas las palabras estudiadas se ha visto la tendencia a la sustitución, en el sentido de la trivialización del lenguaje, y por ello los términos específicos quedan cada vez más relegados a la dicción formularia».

¹¹³⁵ Para um exemplo de uma enumeração estereotipada particularmente desenvolvida, v. Apêndice I, doc. 379.

na documentação catalã dos séculos X a XII, este tipo de enumeração (o mais frequente no discurso notarial, acompanhando a doação ou venda de um bem fundiário) deve ser entendido complementarmente como “inventário”, “tautologia” e “glosa”¹¹³⁶.

Por um lado, a diversidade da enumeração, tornada possível pela plasticidade do formulário, é uma garantia da sua autenticidade enquanto descrição de um conjunto de bens, tanto mais necessária quanto «l’insistance mise sur l’inventaire, c’est-à-dire le qualitatif, traduit l’inaptitude à mesurer et compter, à saisir le quantitatif. La description tient lieu d’arpentage»¹¹³⁷. Por outro lado, não é menos verdade que este tipo de descrições ordenadas e coerentes, tributárias de modelos e formulários notariais cuja existência se atesta, na Catalunha como no Noroeste peninsular, desde a segunda metade do século X, dificilmente corresponde a uma “realidade geográfica homogénea”, a uma “estrutura concentrada”: «le texte peut fort bien regrouper pour la mémoire notariale les éléments dispersés qu’une exploration *in situ* a permis d’inventorier. Nous pouvons même nous demander si la minutie et le réalisme de la description restituent l’image d’un paysage ou l’organisation d’un terroir réels»¹¹³⁸. Em boa parte dos casos, o inventário não é mais do que uma lista completa e estereotipada dos elementos que constituem o arquétipo da propriedade descrita¹¹³⁹.

Todavia, o carácter tipológico e formular dos inventários deve ser analisado à luz dos problemas de expressão decorrentes do uso de uma língua de cultura, o latim, pouco apta a traduzir realidades quotidianas de uma sociedade em mutação¹¹⁴⁰. A sinonímia aparente dos termos enumerados/coordenados, as variações semânticas de um mesmo termo, a frequência de diminutivos associados aos substantivos são indícios desses problemas, que nos impedem de ver na prática enumerativa uma mera tautologia: «la réalité où ils [escribas] sont immergés ne peut être saisie par les catégories juridiques et terminologiques traditionnelles; il n’y a plus coïncidence entre le mot et la chose. L’usage coordonné de mots voisins a l’avantage de couvrir une plus vaste surface sémantique; il ne permet certes de retrouver la coïncidence perdue, mais autorise une

¹¹³⁶ ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...». Sobre este tipo de enumerações, também chamadas “fórmulas de pertinência”, v., a propósito da documentação galega, VARELA SIEIRO, 2000 – «*Petras y petras mobiles...*»: 211-12, 215 e, a propósito especificamente de um documento português, NASCIMENTO, 1977 – «La sémantique de la répétition...».

¹¹³⁷ ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 320.

¹¹³⁸ ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 322.

¹¹³⁹ «L’inventaire est trop énumératif, simple nomenclature dépourvue d’évaluation quantitative et de localisation géographique» (ZIMMERMANN, 1989-1990 - «Glose, tautologie ou inventaire...»: 325).

¹¹⁴⁰ ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 325.

approche analogique du réel. La description énumérative n'est certes pas la transcription lexicale d'un réel mouvant et foisonnant, mais elle n'est pas non plus stérile tautologie; elle est approximation heuristique»¹¹⁴¹. O inventário aparece-nos assim como glosa, isto é, como comentário da palavra que designa a propriedade transaccionada, revelando o conteúdo por detrás do conceito¹¹⁴².

Aliás, na «dialéctica entre tradicionalidade e exigências comunicativas» que funda a língua dos documentos notariais deste período, segundo A. Emiliano¹¹⁴³, não devemos esquecer nunca o peso das “*esigenze di realismo*”, na expressão de F. Sabatini¹¹⁴⁴, ditadas pela pragmática de textos que surtiam efeitos muito concretos e imediatos: «Os actos notariais, consignando na maior parte dos casos transferências de bens (por compra e venda, doação, testamento ou permuta) tinham um impacto imediato ou quotidiano na vida comunitária: a fixação por escrito da intenção do autor do acto, em termos claros, explícitos e não ambíguos era fundamental para que o texto notarial cumprisse a sua função comunicativa específica perante as partes envolvidas no acto»¹¹⁴⁵. De resto, o que fica dito não se aplica apenas à documentação diplomática altimedieval mas também aos textos notariais dos séculos finais da Idade Média, redigidos num quadro documental e discursivo bem mais definido e complexo, do ponto

¹¹⁴¹ ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 326.

¹¹⁴² ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 326. Um bom exemplo da variação que pode revestir essas enumerações no quadro de um mesmo documento, encontra-se num escambo de 964: as duas *villae* entregues pelo primeiro outorgante são descritas com recurso a uma só enumeração (aliás muito completa), ao passo que as outras duas entregues pelo segundo outorgante são descritas através de fórmulas bem mais sintéticas e diferentes entre si: «*Ipsas uillas secundum sursum resonant damus atque concedimus uobis eas et quidquid in eas ad prestitum hominis est. Id est terras ruptas uel inruptas petras mouiles uel inmouiles aquas cursiles uel incursiles arbores fructuosas uel infructuosas exitum uel recessum domos cum edificiis uel cum omnibus intrinsecis domorum cupos cupas catedras mensas lectulos uel omnia intrinsecus domorum in ipsas villas secundum iam sursum resonant omnia quicquid in eas obtinet uobis donauimus atque concedimus cum omnia sua prestancia per ubi eas potueritis inuenire pro quod et accepimus de uos alias villas similes nobis placibiles villa que uocitant kagiti cum suis domos et edificiis uel pomiferis et intrinsecis domorum et villa minitello cum domis edificiis et cum omnibus prestationibus suis et unusquisque quod accepit firmiter obtineat. Ita ut de odie die et tempore sint ipsas villas supra taxatas de iuri meo abrasas et in uestro iure atque dominio sint traditas atque confirmatas*» (Apêndice I, doc. 343=DC, 88). Como explicar esta enorme variação senão com a tentativa de o redactor se aproximar o mais possível ao conteúdo concreto das várias *villae* transaccionadas no documento, que corresponderiam naturalmente a realidades materiais diferenciadas, em maior ou menor grau, entre si?

¹¹⁴³ EMILIANO, 2003 – *Latim e Romance...*: 18-19.

¹¹⁴⁴ SABATINI, Francesco – «Esigenze di realismo e dislocazione morfologica in testi preromanzi». *Rivista di Cultura Classica e Medievale*. 7 (1965) 972-998.

¹¹⁴⁵ EMILIANO, 2003 – *Latim e Romance...*: 23. No mesmo sentido, vão algumas das observações já feitas por E. RODÓN, 1972 – «Toponimia y latín medieval»: 273-74, dando também eco das posições de Sabatini, embora a autora não cite este trabalho.

de vista conceptual, e por isso também mais formular, como seja o da *ars notariae*¹¹⁴⁶. Em suma: não só as fórmulas herdadas da tradição notarial tardo-antiga foram evoluindo e modificando-se com o andar do tempo, como surgiram ao longo da Alta Idade Média (e sobretudo a partir do século XII, com a recuperação do direito romano) novos elementos no quadro das velhas fórmulas, tendentes a precisar o sentido das realidades assim descritas; e muito particularmente o conteúdo de uma multiplicidade de direitos sobre a terra que através delas os notários procuravam descrever de forma o mais abrangente possível.

Não significa isto que deva anular-se por completo a distinção entre as “*parti libere*” e as “*parti di formulario*” dos documentos proposta por Sabatini, nem ignorar que estas últimas resultavam em muitos casos de um mero acto de cópia de passagens textuais escritas numa língua estranha à língua nativa dos notários, que possivelmente nem compreenderiam literalmente o seu significado, como notou R. Wright, contrariando as posições diglósicas (latim vs. romance) que procuravam apoio nesta distinção entre partes “livres” e “formulares” do discurso notarial e na suposta menor “correção” das primeiras¹¹⁴⁷. Mas a verdade é que, mesmo os defensores de uma distinção clara entre partes “formulares” escritas em latim (língua escrita) e partes “livres” escritas em romance (língua falada) não deixam de notar as transferências que é possível identificar de umas para as outras, nomeadamente a presença de um léxico “técnico” (latino/formular) nas partes “livres”; o que reconhecem ser um indício da

¹¹⁴⁶ Como notou C. ISASI, 2000 – «Los documentos notariales...»: 282-83: «los análisis más recientes van puliendo las aristas del tópico del «formulismo» y nos muestran ahora otros perfiles en los que se advierte, por ejemplo, el entramado de registros que conlleva la diversa tipología, o las modulaciones lingüísticas de un mismo documento en consonancia con el desarrollo de su propia estructura.

«Por otro lado, no debemos ignorar que las exigencias pragmáticas del escrito notarial requerían – y requieren – el esfuerzo de sus autores para lograr una eficaz adaptación de los moldes heredados de la rutina. Es una necesidad ya advertida por diversos autores respecto a los documentos notariales del medievo, y que sigue afectando a los textos jurídicos de nuestros días (...); entre as várias referências bibliográficas dadas pela autora, encontram-se os principais títulos da já abundante investigação linguística espanhola em torno da *ars notariae*, nomeadamente o trabalho de Pilar Díez de Revenga – *Lengua y estructura textual de documentos notariales de la Edad Media*. Murcia, 1999.

¹¹⁴⁷ WRIGHT, Roger – *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*. Liverpool: Francis Cairns, 1982, p. 61-66, cit. in CARDOSO, 2002 – *A língua latino-portuguesa...*, I: 35. Para a defesa da importância desta distinção entre os registos latino e romance no quadro dos textos notariais altomedievais, v. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 96-98, para quem essa distinção estaria bem clara na cabeça dos redactores e seria inclusivamente responsável pela adopção de diferentes normas fonéticas na leitura em voz alta dos textos (embora o autor relativize a frequência destas leituras, que R. Wright atribui um carácter quase sistemático): «El pueblo llano, el del S. VIII o el del s. XII, no era bilingüe: simplemente era analfabeto en su inmensa mayoría. Pero los amanuenses y copistas medievales, que tenían un contacto diario con los diplomas, sabían bien que había cierta distancia, mayor o menor según las circunstancias, entre la lengua que hablaban con su familia y la lengua en que se redactaban los diplomas, a saber el latín, en las partes formularias y el romance en las partes no formularias, como F. Sabatini [1965] ha puesto de manifiesto» (*ibidem*, p. 97).

especificidade da língua dos documentos notariais, misturando ambos os registos (latino/falado; romance/oral)¹¹⁴⁸.

Ou seja, mesmo os componentes mais “formulares” do discurso notarial não são meras cristalizações de “peças” textuais escritas numa língua rigorosamente estranha e por isso privados de qualquer capacidade representacional, para além do valor simbólico que carregavam. Sem negar esta função de acrescentar “prestígio” ao texto, e de o conformar a modelos jurídicos de redacção aos quais se reconhecia valor, há também nas passagens formulares do discurso notarial uma outra dimensão, mais efectiva, que decorre de uma tentativa, por parte do redactor, de aproximação do *modelo* às realidades materiais e jurídicas que, através dele, se procura descrever ou invocar. Isto é bem visível, por exemplo, no recurso frequente a repetições sinonímicas no quadro dos binómios ou polinómios lexicais que é habitual encontrar em passagens formulares. Mais do que meros requisitos estilísticos, estas repetições parecem responder a exigências de precisão, tanto na documentação notarial altomedieval como na dos finais da Idade Média (e mesmo em textos literários)¹¹⁴⁹.

Para mais, o já referido processo de aperfeiçoamento da linguagem notarial, iniciado ainda no século XI, no sentido de uma descrição mais rigorosa do real, conduziu inevitavelmente a uma menor dependência face aos velhos formulários de raiz

¹¹⁴⁸ Estudando a presença de “elementos formulares o tecnicismos” (mais concretamente de verbos) nas partes “livres” da documentação astur-leonesa, M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1995 – «El formulismo...», pôde observar como «unos cuantos [verbos] conservan el contenido semántico que poseían en la tradición latina (tanto clásica como tardía), mientras que otros se cargan de un significado específico, adquirido por la adaptación y actualización del término a su contexto. El empleo de estas palabras en una zona del documento en el que el escriba trata de recoger el habla de la época hae que contemplemos dichos elementos como formas «vivas», si no en el habla de la época, sí, al menos, en esse lenguaje espeial utilizado por los ntarios en la redacción de los documentos» (*ibidem*, p. 420); o que leva a autora a concluir que: «la división entre «partes formularias» y «partes libres», de Sabatini, es válida, pero no se debe llegar al extremo de considerar éstas últimas como reflejo fiel de la lengua hablada, dado que en ellas encontramos la presencia de formas propias del lenguaje notarial, a las que hemos llamado elementos formulares o tecnicismos, cuya existencia en el habla de la época es difícil de justificar.

«En el estudio de este léxico especial de los documentos notariales hemos señalado la presencia de palabras que se encuadran en la tradición latina general, palabras pertenecientes al latín cristiano y eclesiástico, aquellas que nacen en la época tardía de la latinidad y, por último, otras formas creadas en el latín medieval. (...)

«En conclusión, la lengua de los documentos notariales altomedievales cuenta con una idiosincrasia propia, que radica en la mezcla de dos lenguas como consecuencia de su adecuación a dos registros distintos, el escrito (latín) y el hablado (romance)» (*ibidem*, p. 430-31). R. WRIGHT explica a presença de formas “correctas” nas partes livres dos documentos como uma «tentativa bem sucedida de dar uma “aparência oficial” às formas vernáculas» (cit. in CARDOSO, 2002 – *A língua latino-portuguesa...*, I: 35).

¹¹⁴⁹ V., respectivamente, CODOÑER MERINO, 1972 – «Léxico de las fórmulas...»: 141 e ISASI, 2000 – «Los documentos notariales...»: 285. Idênticas observações faz M. ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...», a propósito da prática enumerativa.

tardo-antiga, manifestada desde logo na regressão da prática enumerativa¹¹⁵⁰ e no aparecimento de um vocabulário técnico que nada deve aos formulários, antes traduz inquéritos realizados no terreno e procura incorporar denominações espontâneas atribuídas pelas populações locais, tendências estas detectadas na documentação catalã a partir de meados do século XI¹¹⁵¹. Com efeito, embora a ocorrência destas enumerações formulares na documentação diplomática nunca tenha sido universal¹¹⁵², viu-se fortemente limitada a partir do século XII, perante as alterações ao nível da organização e da percepção do espaço, a recuperação do direito romano e a influência dos formulários italianos que, na busca de uma maior conceptualização jurídica, tornam o discurso notarial mais conciso¹¹⁵³.

Ora, tendo em mente a complexa tradição de muitos dos documentos aqui analisados – e em particular a circunstância de a esmagadora maioria ser proveniente de cópias de cartulários – não podemos deixar de reconhecer que também as secções formulares do discurso diplomático, mais ainda do que as partes e elementos estritamente dispositivos, estiveram sujeitas a reescrituras e interpolações, destinadas a aperfeiçoar/actualizar o discurso jurídico, com o objectivo último de reforçar a autoridade do documento e o seu valor probativo. O que naturalmente nos deve colocar de sobreaviso na hora de utilizarmos a informação proveniente das passagens formulares, mesmo com todas as reservas que se impõem a estas partes do discurso diplomático no plano da referencialidade (que não da verosimilhança). Genericamente, tenderemos a aproveitar toda a informação proveniente destas fórmulas, com excepção dos casos em que pudemos comprovadamente estabelecer que se tratavam de

¹¹⁵⁰ A título de exemplo, note-se a “brusca” regressão de referências do tipo “*petras mobiles et immobiles*” nas enumerações estereotipadas da documentação galega a partir de meados do século XI, segundo a contabilização de VARELA SIEIRO, 2000 – «*Petras y petras mobiles...*»: 213, particularmente significativa porque assente num universo de c. 4200 diplomas datados entre 750 e 1250 (sendo que a expressão ocorre apenas em c. 3% do total de escrituras).

¹¹⁵¹ ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 328 e ss.; Possivelmente, na documentação do Entre-Douro-e-Minho estas transformações têm lugar mais tarde, não só em virtude do atraso, face à Catalunha, com que se verificou a entrada no nosso território dos novos modelos notariais resultantes da recuperação do direito romano, mas também porque as transformações sociais que M. ZIMMERMANN, 2003 – *Lire et écrire...*: 1270, identifica como factores determinantes na renovação da linguagem («l’existence de nouvelles formes de rapports sociaux et de pouvoir, la maîtrise de l’espace, les nouvelles formes de distribution de la terre») terão também ocorrido mais tarde no NO peninsular. Isto apesar de, no plano da organização do habitat do espaço agrário, a densidade e dispersão da ocupação que veio a registar-se na Catalunha a partir deste período ser já uma realidade no território galego/portugalense.

¹¹⁵² Mesmo na documentação catalã do século X não está presente em mais do que 60 a 70% dos actos (ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 312).

¹¹⁵³ ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire...»: 334.

reescrituras/interpolações muito posteriores à data de redacção do documento. Como veremos ao longo da análise do léxico espacial utilizado na documentação analisada, são vários os vocábulos que ocorrem frequentemente tanto em contextos formularios como não-formulares; embora haja também uma percentagem significativa que ocorre apenas nas partes “livres”.

1.3. Terminologia: a mediação entre a realidade material e a representação documental

Como notou Geoffrey Elton, o essencial do trabalho propriamente técnico (“científico”) do historiador reside no estudo da linguagem dos documentos e dos contextos amplos em que ela se desenvolve e aplica¹¹⁵⁴. Elton não acreditava que houvesse no trabalho do historiador muito para além disto, o que é hoje insustentável. A interpretação é uma operação essencial do conhecimento histórico. Os documentos não contêm uma realidade pura pronta a ser apreendida pelo historiador que penetre profundamente, e despedido de si, nessa realidade¹¹⁵⁵. Pelo contrário, representam a realidade através da mediação da linguagem. Mas precisamente por isto por isso é tão importante estudar detalhadamente essa linguagem. Não porque ela encerre em si mesma toda a realidade nem (posição diametralmente oposta) toda a realidade se reduza à linguagem, mas porque é precisamente nesse estudo circunstanciado que se fundamenta a capacidade do historiador para avaliar até onde vai o potencial das fontes

¹¹⁵⁴ ELTON, Geoffrey R. – *Return to Essentials. Some Reflections on the Present State of Historical Study*. Cambridge: CUP, 1991, p. 156-58. R. J. Evans resume desta forma a reivindicação de Elton: «The series of examples of readings of source-material with which Elton illustrated his claim suggests that by training he meant that historians had to learn about the technical details of the documents they used, or in other words, the meaning for contemporaries of the language they employed, and the nature and customs of the institutions in which the documents were produced» (EVANS, 2000 – *In Defence of History*: 63).

¹¹⁵⁵ Como notou A. GUERREAU, 2001 – *L’avenir...*: 63-65, o princípio da «expression directe de la réalité par les mots», é um dos dois pressupostos fundamentais de toda a historiografia *metódica* do século XIX (prolongada pelo século XX fora), a par do princípio da «plausibilidade», que funda o trabalho de crítica textual: «(...) «la méthode» fut un outil d’une grande efficacité. Mais on omet en général de préciser le critère sur lequel elle reposait tout entière : la plausibilité. La démarche de base de comparaison des témoignages implique à chaque instant de choisir le plus vraisemblable; l’historien est censé être capable de déterminer sans difficulté ce qui est acceptable et ce qui ne l’est pas. Règne sans partage du bon sens, c’est-à-dire du sens commun contemporain et de la psychologie ordinaire (...)»

«Cette phase, dite «critique», étant achevée, le travail était pour ainsi dire terminé : *il suffisait* en effet de reproduire bout à bout, dans un ordre simple, les divers passages jugés authentiques. Après les ciseaux, la colle. Les témoignages authentiques sont ceux de témoins fiables (i.e. les plus directs possibles) et, dès lors qu’on les a acceptés, il ne reste qu’à les agencer pour obtenir les descriptions et les narratives qu’ils nous fournissent à l’état brut. (...) Deux questions (liés) n’étaient donc jamais posées : que signifient les mots des documents ? pourquoi choisir de s’intéresser à tel objet plutôt qu’à tel autre ?» (*ibidem*, p. 64-65). Não é inútil ressaltar esta ideia de que a aceitação deste pressuposto dispensa os historiadores de qualquer interrogação sobre o significado das palavras utilizadas nos documentos, o que parece ser hoje inaceitável.

para representar uma realidade que as transcende e cujo fundamento objectivo é certamente muito variável mas não deve, em última análise, ser posto em causa¹¹⁵⁶. A interpretação não pode nunca dispensar o estabelecimento de uma base empírica, que decorre da interpretação certamente, mas que há-de também anteceder-lá de alguma forma, sob pena de cairmos no mero formalismo. E esse estabelecimento, que reconhece o fundamento objectivo da realidade mas também a mediação necessária dos textos e discursos, há-de necessariamente passar pelo estudo da linguagem, que não oculta a realidade, antes a revela de forma velada, desde que o historiador esteja disponível para olhar “através do espelho”, para usar uma metáfora que não ignora mas também não concede tudo à crítica pós-modernista¹¹⁵⁷.

Tal como sublinha J. de Alarcão no prefácio a uma obra de G. Chouquer sobre o estudo da história da paisagem na perspectiva da *archéogéographie*, é hoje unanimemente reconhecida a importância das palavras e dos conceitos utilizados em cada momento para a representação da paisagem vivida¹¹⁵⁸. Não podemos, é certo, e

¹¹⁵⁶ Seguimos aqui uma posição manifestamente “empirista”, como foi classificada a de R. J. EVANS, 2000 – EVANS, 2000 – *In Defence of History*, que nos parece, também neste ponto, uma posição equilibrada, num momento em que, decorridos já alguns anos sobre as acasas polémicas das décadas de 1980 e 1990 em torno da crítica pós-modernista, a história parece ter incorporado o que havia a incorporar dessa crítica, relativizando certezas e descartando as “grandes narrativas”, sem contudo ter sido seriamente ameaçado o fundamento objectivo da realidade e a possibilidade de um conhecimento imperfeito mas verdadeiro do passado. No mesmo sentido se pronunciou J. Appleby, ao afirmar que a história «has an irreducible positivistic element» e que o seu poder decorre da persistência do passado no presente, o que obriga os historiadores à sua reconstrução (J. APPLEBY – «The Power of History: 1997 AHA Presidential Address». *American Historical Review*. 103 (1) (Fev. 1998), p. 14, cit. in SPIEGEL, 2009 – «Presidential address...»: 9). Embora o desconstrutivismo não aceite este tipo de asserções, convém sublinhar que o próprio Derrida esclareceu mais do que uma vez, perante o que considerava ser uma interpretação errada do seu pensamento, que nunca pretendeu negar a existência do real (referente), mas apenas afirmar que ele não pode ser referido senão através de uma experiência interpretativa (cit. in SPIEGEL, 2008 – «Presidential address...»: 6, nt. 15).

¹¹⁵⁷ Seguindo uma sugestão de G. Elton, R. J. Evans, nota como a crítica a esta noção de “fundamento objectivo da realidade” partiu, não por acaso, dos historiadores das ideias, cujas fontes funcionam essencialmente como veículos interpretativos de uma realidade abstracta, esquecendo que outro tipo de fontes (associadas a outros problemas históricos) são dotadas de maior capacidade de representação de uma realidade extratextual, que lhes é objectivamente externa (v. EVANS, 2000 – *In Defence of History...*: 85-86, 110 e ss., 249).

¹¹⁵⁸ «Prefácio» a CHOUQUER, 2007 – *Quels scénarios...*: 18. Com a atenção muito particular que este nosso trabalho dá à terminologia empregue pelos redactores dos documentos (que filtra o nosso acesso à realidade medieval), procura-se ainda, e reconhecendo o papel “fundador” do vocabulário das próprias fontes na determinação do próprio vocabulário utilizado pelos historiadores, responder a uma das quatro “propostas de mejora” avançadas por García de Cortázar para a historiografia altomedieval hispânica: «1) La conciliación de terminologías y cuestionarios, lo que implica un gran esfuerzo en la traducción de los conceptos, única forma de que nuestras respectivas experiencias (locales, comarcales, regionales, nacionales, europeas) puedan realmente intercambiarse» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007 – «El estudio de la alta Edad Media...»: 63). Ainda há poucos anos, R. Fossier chamava a atenção para a necessidade de um estudo comparativo rigoroso do vocabulário usado pelos historiadores na análise do espaço rural (FOSSIER, 2002 – «Introduction – L’organisation de l’espace...»: 20).

como o autor faz questão de sublinhar, esquecer o horizonte “ideal” da linguagem, depois concretizado em contextos precisos que necessariamente o alteram, e que hão-de, por isso, ser estudados. Todavia, não nos parece que a dicotomia seja tão imediata, já que a linguagem não é um completo apriorismo, mas antes se aplica (e afeiçoa) em função de uma realidade determinada; dito de outra forma, não basta aludir ao pressuposto básico da filosofia da linguagem integrado pela arqueogeografia: «[a filosofia da linguagem] considera ser através desta [a linguagem] que se forja a nossa representação do mundo em que vivemos»¹¹⁵⁹. A experiência desse mundo também condiciona a linguagem de que nos servimos para o representar¹¹⁶⁰.

A reflexão mais recente no domínio da história da cultura, que sustentou a superação do ciclo inaugurado com o *linguistic turn* por um outro hoje dominante, a que alguns chamaram *cultural turn*, tem precisamente acentuado a dimensão “performativa” da cultura, que supera largamente a noção de linguagem enquanto sistema fechado de signos e significados, para a considerar antes como uma ferramenta ao serviço de um sujeito concreto, que age num contexto social também ele concreto¹¹⁶¹. As palavras e os conceitos não existem, de facto, isolados¹¹⁶². É por isso que, para lá de uma abordagem

¹¹⁵⁹ In CHOUQUER, 2007 – *Quels scénarios...*: 18.

¹¹⁶⁰ «Language does not simply reflect the world around us; it mediates that world, in both directions, in that our experience of the world is framed and interpreted by language (or, more broadly, cultural ideas and practices), and in turn we attempt to shape the world, and other people’s experiences of it, by using language (and culture) to present ideas of how we think it is or should be» (ARNOLD, 2008: 81; idêntica observação a propósito da imagem e da sua dimensão *activa*, e não meramente *representativa*: *ibidem*, p. 49-51). Tendo sempre em mente a noção de referencialidade das fontes (predominantemente jurídicas) em análise, esta dupla mediação da realidade operada pela linguagem, a que o autor alude, justifica a importância da análise do discurso e do vocabulário: em primeiro lugar, como garantia imprescindível de uma correcta compreensão da “realidade” que os redactores procuraram representar quando escreveram um discurso concreto, com recurso a um vocabulário determinado; e em segundo lugar como condição para acedermos à dimensão actuante, “criadora”, desses mesmos discurso e vocabulário, através dos quais os redactores (e as instituições produtoras, mais genericamente) procuraram – e quase sempre conseguiram, quanto mais não fosse dada a falta de outro tipo de fontes de informação disponíveis para o historiador moderno... – construir uma determinada imagem da realidade *representada*, logo inevitavelmente orientada por determinados pré-conceitos e intenções (de legitimação) inerentes a todo e qualquer discurso.

¹¹⁶¹ «(...) culture emerges less as a systematic structure than as a repertoire of competencies, a “tool kit”, a regime of practical rationality, or a set of strategies guiding action, whereby symbols/signs are mobilized to identify those aspects of the agent’s experience which, in this process, are made meaningful, that is, experientially “real”.

«Culture, thereby, is recast as a “performative term”, one realized only processually as “signs put to work” to “reference” and interpret the world. Historical investigation, from this perspective, takes practice (not structure) as the starting point of social analysis, since practice emerges here as the space in which a meaningful intersection between discursive constitution and individual initiative occurs» (SPIEGEL, 2009 – «Presidential address...»: 9-10).

¹¹⁶² No domínio da histórica intelectual, e muito particularmente do pensamento político, autores como Q. Skinner vêm reclamando há décadas a análise dos conceitos e discursos no quadro dos contextos em que foram produzidos, como resultado da aplicação da teoria dos actos discursivos à história das ideias e da

estritamente lexicológica, é necessário conhecer as “convenções discursivas” (em sentido amplo) e os contextos sócio-culturais que as geram, condição fundamental para que se possa «interrogar e interpretar convenientemente os textos produzidos em determinado contexto cultural e histórico, e dele extrair dados e conclusões sobre a funcionalidade contemporânea dos textos»¹¹⁶³.

Como, finalmente, no plano da pragmática, é necessário conhecer as condições concretas em que, caso a caso (texto a texto), se activam (e reactivam sucessivamente, porque a operatividade do texto – sobretudo dos textos jurídicos – não se restringe ao momento da sua produção) as “convenções discursivas” e usam as palavras. De facto, «um texto só pode ser recebido num quadro de confluência entre as tradições discursivas vigentes e as exigências reais e concretas de comunicação existentes na comunidade na qual e para a qual o texto foi escrito»¹¹⁶⁴. E, neste ponto, não será de

distinção entre duas dimensões distintas da linguagem: a “dimensão do sentido” e a “dimensão da acção linguística” (SKINNER, 2005 – *Visões da Política*: 3-5 e *passim*).

¹¹⁶³ EMILIANO, 2003 – *Latim e Romance...*: 45. Do mesmo modo se pronuncia A. Guerreau, ao sublinhar que a linguagem, feita discurso, assume-se como uma realidade socialmente determinada mas, ao mesmo tempo, capaz de agir sobre a própria prática social: «Les mots, dans la mesure où ils sont employés (donc toujours dans un énoncé), sont des éléments de base d'un système de représentations, qui est à la fois un produit de la réalité sociale et une partie integrante de celle-ci. Aucun énoncé ne «renvoie à la réalité», sinon en passant par une mise en oeuvre ponctuelle de ce système de représentations. Or chaque société possède son propre système de représentations, congruent avec sa structure d'ensemble. Deux sociétés différentes ne peuvent en aucune manière avoir le même système de représentations. Ergo: le sens d'un énoncé demeure inaccessible tant que l'on ne dispose pas d'une connaissance suffisante de ce système de représentations et de ses principes spécifiques d'organisation» (GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 207); Ou, dito de outra forma: «(...) aucun système de représentations ne peut exister en dehors de la société dont il est un des aspects. Or, pour reprendre les termes de Maurice Godelier [*L'Idéal et le Matériel. pensée, économies, sociétés*. Paris, 1984], le «matériel» et l'«idéel» sociaux ne peuvent exister l'un indépendamment de l'autre. Il est naturellement loisible au chercheur, et bien souvent indispensable, d'opérer une distinction analytique, mais dans la réalité sociale la dépendance réciproque est le fait essentiel, fondamental : aucune reconstruction historique valide n'est pensable qui ne parte du principe de cette interdépendance» (*ibidem*, p. 222).

¹¹⁶⁴ EMILIANO, 2003 – *Latim e Romance...*: 48. É em grande medida a recusa da consideração da linguagem como sistema fechado e a insistência na sua determinação social que sustenta a proposta (radical) de refundação da lexicologia medieval avançada por A. GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 191 e ss., no sentido da superação de um paradigma que visa essencialmente a “tradução” dos termos medievais por outros actuais capazes de remeter para “realidades” supostamente homólogas, quando o que verdadeiramente importa é reconstruir o exacto quadro material e social que envolve a utilização de uma determinada palavra pelo escriba medieval: «La vieille opposition entre *verba* et *realia* est un obstacle dirimant sur la voie d'une histoire un tant soit peu cohérente et rationnelle. Cette opposition, qui produit l'apparence d'une simplification, conduit à une aporie. La lexicographie médiévale, qui ne peut pas ne pas être un des fondements majeurs de la médiévistique, est à reconstruire de fond en comble sur la base d'une prise en compte méthodique, minutieuse et structurée de l'ensemble des procédures et liens sociaux (eux-mêmes fortement structurés) traduit par chaque lexème considéré» (*ibidem*, p. 201); «dans la pratique, le mot isolé n'existe pas. Il n'y a pas de mot qui puisse être autre chose qu'une occurrence dans un texte. C'est-à-dire, pour être bref, dans un assemblage articulé, assemblage qui n'est lui-même qu'une procédure sociale, hic et nunc. Concrètement, c'est cette notion (à reconstruire dans chaque conjoncture) d'*assemblage* qui constitue peut-être l'outil base du programme d'une nouvelle lexicographie» (*ibidem*, p. 202). Percebe-se assim a importância chave que o autor atribui ao campo semântico, considerado o

mais chamar a atenção, por um lado, para a importância de particularismos regionais, scriptoriais, etc., quando não mesmo de modismos e fenómenos de apropriação individual por parte dos escribas de determinados *hábitos* na utilização das palavras, e, por outro, para a matriz formular da própria terminologia¹¹⁶⁵. Fica assim clara a dupla dimensão social do *sentido*, decorrente do sistema de representações que o autoriza e concretizado pelo acto de comunicação que, em última análise, o cria¹¹⁶⁶. Emerge então o papel da “comunidade discursiva” (conceito mais amplo do que o de “comunidade textual”, na expressão cunhada por B. Stock) na criação de um «acordo geral sobre a forma e significado de um texto», como notou A. Emiliano; para quem os historiadores, como os filólogos e linguistas, estão obrigados a perspectivar a produção escrita em função dos contextos sociais em que se insere, das “convenções discursivas” genericamente aceites a que está obrigada e dos objectivos que cada texto visa atingir, no plano pragmático¹¹⁶⁷.

Em síntese, não resta outro caminho ao historiador da paisagem e do povoamento altomedievais, senão o de um estudo atento da linguagem das fontes escritas de que se ocupa predominantemente. A própria natureza destas fontes conduz o historiador ao domínio das representações verbais e obriga-o a precaver-se das muitas “armadilhas” que o vocabulário das fontes lhe monta¹¹⁶⁸. Aquele estudo deve, portanto,

«instrumento de base» de uma nova lexicologia: «C'est là qu'on peut repérer les relations qui font structure: opposition, hiérarchie, gradation, symétrie, équivalence, dérivation, ainsi d'ailleurs que les paramètres sociolinguistiques: relevé, prétentieux, commun, vulgaire, élogieux, dépréciatif, etc.» (*ibidem*, p. 208).

¹¹⁶⁵ Como notou A. SETTIA, 1988 – «Introduction»: 265, chamando a atenção para a evolução divergente entre a terminologia e a realidade, a propósito do léxico das fortificações: «rimane oscuro quanto la mutazione e la moltiplicazione dell terminologia relativa a un medesimo oggetto vadano interpretate come perfezionamento ed innovazione tecnica, e quanto vada invece ascritto a semplice moda lessicale e ad un arricchimento puramente ripetitivo dei formulari notarili».

¹¹⁶⁶ Como observou A. GUERREAU, 2001 – *L'avenir...*: 221: «Il est crucial de bien saisir que *le sens n'est pas intrinsèque à l'énoncé, mais réside dans le caractère effectif de l'acte de communication*. C'est-à-dire dans un acte localisé et daté, qui suppose plus largement que l'émetteur et le récepteur aient a priori en commun, à un degré suffisant, un même système de représentations (...).

«Autrement dit, on peut parler de sens, c'est-à-dire d'énoncé cohérent et d'acte de communication réussi, comme de la mise en œuvre ponctuelle d'une structure partagée. Il s'agit donc d'une réalité doublement sociale: comme acte de communication et comme système de représentations mis en œuvre. *Il n'y a de sens ni en deçà ni au-delà de la structure sociale*».

¹¹⁶⁷ EMILIANO, 2003 – *Latim e Romance...*: 43-45.

¹¹⁶⁸ «Quel que soit le but de son étude, les mots mettent l'historien dans le champ des représentations verbales. Le vocabulaire médiéval de l'espace est maigre, mais les mots qu'il utilise sont autant de pièges graves, maintes fois signalés, plus graves et plus fréquents encore peut-être dans le champ des études spatiales. Par exemple, quel sens donner au mot *villa*, utilisé depuis l'époque romaine jusqu'aux derniers siècles du Moyen Âge?» (BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 44). Permitimo-nos apenas discordar das autores no que repete à suposta restrição do vocabulário espacial. Tomado em toda sua amplitude, da escala micro de uma parcela agrária à escala macro dos territórios diocesanos, o

compulsar séries de dados o mais amplas possíveis (tanto no tempo como no espaço) por forma a tentar verificar continuidades e descontinuidades de sentido que, dado o carácter fragmentário da documentação altimedieval (tanto ao nível da transmissão do que nos chegou como da sua própria génese), são sempre difíceis de estabelecer¹¹⁶⁹. E não deve esquecer nunca que a compreensão isolada das palavras e conceitos utilizados pelo discurso documental estará sempre condicionada ao estudo dos “sistemas de sentido”, que constituem afinal a maior garantia da possibilidade de compreensão de discursos passados¹¹⁷⁰.

Numa segunda fase, esse inquérito deverá ser seguido por (e cotejado com, em jeito de contra-prova) análises circunstanciadas da realidade material em espaços necessariamente circunscritos (micro-regionais, locais), aos quais possa ser atribuído um certo valor paradigmático, sem nunca cair em generalizações abusivas¹¹⁷¹. Trata-se, no fundo, de tentar ultrapassar a análise semântica e o domínio restrito da *representação* e dos signos, a que o pensamento pós-moderno procurou confinar o conhecimento histórico, para o confrontar com os traços (certamente fragmentários também) do que consensualmente se chama a *realidade* material. Mas aqui não devem já ser as fontes textuais as únicas utilizadas: é chegada a vez de recorrer ao registo material, nas suas

léxico identificado no corpus em análise (para lá de 180 termos diferentes) está longe de ser “magro” (v.*infra*, §2). Especificidade da região em estudo? A ausência de trabalhos semelhantes, empenhados no levantamento exaustivo do léxico espacial, impede, por ora, uma resposta.

¹¹⁶⁹ A relevância de uma análise terminológica (em moldes tão estatísticos quanto possível) da documentação notarial, tendo em vista a relevância social do enquadramento jurídico de que relevam estes documentos, fica bem patente nas palavras de Michel Zimmermann: «dans une société fondée sur l'écrit, où l'encadrement juridique de l'existence quotidienne doit à chaque instant s'accomoder de l'initiative individuelle, tout est porteur de signification culturelle: la soumission à la discipline diplomatique comme l'émancipation créatrice, la glose permanente comme le d'pouillement elliptique... Tous les mots ont une signification, tous les choix répondent à un project. L'abondance de la documentation nous invite même à aborder les phénomènes d'expression sous leur aspect quantitatif, sinon statistique.» (ZIMMERMANN, 2003: 3).

¹¹⁷⁰ «It is possible to reconstruct the meanings which past language had for those who used it because the individual words and concepts we come across in it were part of a system of meaning, so their meaning can be pinned down in terms of the other words and concepts used in the system» (EVANS, 2000 – *In Defence of History*...: 90).

¹¹⁷¹ V. BOURIN; ZADORA-RIO, 2007 – «Pratiques de l'espace...»: 44 para um exemplo concreto desta *démarche*, aplicada ao estudo das estruturas descritas através da expressão «*villa cum turre*» na documentação do Languedoc do século X: ao contrário do que pensaram inicialmente os historiadores, baseando-se na mera análise textual (e em particular no sentido da preposição ‘*cum*’), as escavações demonstraram que estas estruturas não correspondiam necessariamente a um habitat centrado em torno de uma *turris*, aliás consideravelmente afastada dos núcleos habitados na maior parte dos casos. Por vezes, a realidade material força mesmo interpretações insuspeitas das fontes escritas, como acontece com o problema da cronologia e significado das várias formas de enterramento: a descoberta de sucessivas sepulturas isoladas «a entraîné un réexamen des sources écrites qui a montré, contrairement à ce qu'on admettait de façon implicite, que l'Église s'était longtemps désintéressée de la localisation des sépultures, et que l'inhumation autour de l'église ne s'était imposé comme une norme que de façon très progressive, entre le IX^e et le XII^e siècle» (*ibidem*, p. 45)

mais diversas manifestações: arqueológica, paleoambiental, paleobiológica, etc. O que ultrapassa manifestamente o âmbito deste trabalho, embora constitua um horizonte de interdisciplinaridade que ele não deixou nunca de ter em conta e para o qual procura contribuir.

De qualquer forma, e como notou R. Fossier, o estudo do léxico das fontes escritas relativo ao habitat e à organização da paisagem constitui um dos caminhos privilegiados, a par da definição de uma terminologia técnica precisa (conceitos como ‘aldeia’, ‘habitat’, ‘casa’), para a imprescindível definição de uma *linguagem comum* entre historiadores e arqueólogos, «une grille de mots, dont l’emploi commun éviterait les confusions ou les légèretés»¹¹⁷². Mesmo se há dificuldades manifestas no estabelecimento de correspondências entre as exactas categorias terminológicas indicadas nos textos e a realidade material revelada pela investigação arqueológica. Sobretudo no que respeita ao habitat¹¹⁷³, não só porque o sector habitacional da paisagem está menos presente na documentação disponível do que o espaço agrário (só as unidades residenciais individualmente consideradas – nunca os núcleos de habitat em bloco – são objecto de transacções jurídicas, e mesmo assim raramente); mas também porque a terminologia relativa àquele sector implica um maior grau de abstracção, por forma a denotar funções sociopolíticas e estatutos jurídico-administrativos diferenciados que, naturalmente, afastam essa terminologia da realidade estritamente material. Percebe-se assim a dificuldade em definir claramente um campo lexical relativo ao habitat, como se verá claramente na análise do léxico espacial identificado na documentação analisada, que de seguida apresentamos¹¹⁷⁴. A variedade (mais do que ambiguidade) das palavras a que os redactores recorrem para designar os núcleos de habitat deve-se, quanto a nós, à multiplicação (e cruzamento) de tipologias muito variadas, tanto no plano material como formal¹¹⁷⁵.

¹¹⁷² FOSSIER, 1979 – «Historiens et archéologues»: 53.

¹¹⁷³ «(...) on perçoit très mal les correspondances entre les catégories d’habitat mentionnées dans les sources écrites et leur expression physique: pour la quasi-totalité des sites fouillés, il est à peu près impossible de dire, à partir des seules sources archéologiques, si on a affaire à un *vicus* ou à une *colonia*, voire même à une *villa*» (ZADORA-RIO, 1995 – «Le village des historiens...»: 148).

¹¹⁷⁴ De facto, é possível encontrar termos que poderão, à partida, designar núcleos de habitat em quase todas as categorias em que agrupámos os vários tipos de unidades espaciais: §2 (unidades de organização social do espaço), §3 (unidades eclesiásticas), §4.4 (unidades de paisagem/residenciais) e §5 (formas de propriedade).

¹¹⁷⁵ Embora nos pareça excessiva a identificação que a autora propõe entre a ocorrência dos termos ‘villa’, ‘locus’ e ‘ecclesia’ e o processo de afirmação da aldeia, são significativas desta variedade as palavras de C. Díez Herrera, a propósito do território cántabro: «La ambigüedad terminológica que

A terminar, uma brevíssima nota historiográfica, com o objectivo de mostrar que, apesar de estar ainda muito longe de alcançar um questionário como o que deixámos rapidamente esboçado, e que o presente trabalho tão-pouco adoptará, a preocupação com a análise da terminologia “rural” da documentação altimedieval está longe de ser uma preocupação recente na historiografia ibérica. Ficou logo demonstrada claramente em 1969, no trabalho pioneiro de García de Cortázar sobre o domínio do mosteiro de San Millán de la Cogolla, como já notou J. Faci¹¹⁷⁶. Aquele mesmo autor viria, uns anos mais tarde, a «reclamar análisis más minuciosos, guiados por el vocabulario, pero también por el valor que cada vocablo tiene en cada una de las comarcas de nuestro ámbito territorial. Será la única forma de precisar en qué lugares y en qué tiempos las comunidades rurales se convierten en verdaderas comunidades de aldea»¹¹⁷⁷. Um apelo que, apesar dos progressos registados, mantinha plena actualidade nos inícios do século XXI:

«Las continuidades o discontinuidades en el significado de los vocablos documentados estimularon ya en el siglo X (...) el trabajo de los monjes elaboradores o recopiladores de glosarios. Desde entonces, esse aspecto de las palabras que manejamos fue siempre uno de los caballos de batalla del quehacer historiográfico. Los progresos han sido indudables aunque hay que reconocer que, salvo para algunos vocablos, objeto de muestreos regionales, nuestro conocimiento sigue sin ser totalmente seguro. (...) Con frecuencia, hasta los primeros decenios del XI, la realidad escondida tras el vocablo [villa] la deducimos, ante todo, del modelo interpretativo que utilizamos a escala general de la evolución de la sociedad»¹¹⁷⁸.

Na historiografia portuguesa a consciência da importância da análise terminológica está presente em alguns estudos de história rural, mas nunca com um

caracteriza la aparición de la aldea en la documentación medieval no es sino un índice expresivo de su proceso de formación. La lenta cristalización de sus perfiles, la variedad de situaciones reales coetáneas y la codificación de ellas, según la rigidez de unas estructuras y de un vocabulario limitado, provocaron el uso alternativo de distintos vocabulos a la hora de definir estas nuevas entidades» (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 80).

¹¹⁷⁶ «García de Cortázar fue el primero en enfrentarse a (...) la significación de algunos términos de carácter económico y jurídico, repetidos constantemente por la documentación, con acepciones a simple vista muy diferentes, y que se han venido soslayando con algo de ligereza como si su significación fuese obvia y evidente. La realidad es muy diferente, ya que se trata de términos complejos, que los encontramos en momentos y ámbitos muy variados y cuyo progresivo esclarecimiento es imprescindible para apoyar una línea de conocimiento de nuestra historia agraria medieval» (FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 71).

¹¹⁷⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 71. Estas observações são válidas sobretudo para uma realidade sociopolítica como é a comunidade de aldeia, mas também para as realidades físicas, decorrentes de diversos modelos de organização do espaço rural, que a sustentam.

¹¹⁷⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 33.

carácter sistemático¹¹⁷⁹. Já aquela proposta, de trabalho interdisciplinar, envolvendo a história, a arqueologia, os estudos toponímicos, etc., ainda que amplamente reclamada na historiografia europeia e americana actual, dá ainda os primeiros passos em Espanha e está praticamente ausente da investigação portuguesa sobre a Idade Média.

¹¹⁷⁹ Já em 1983, no prefácio à sua colectânea *Portugal Medieval. Novas interpretações*, José Mattoso destacava «a perscrutação da terminologia, da semântica e da onomástica» como um dos principais contributos da sua obra para o avanço da historiografia portuguesa até então (MATTOSO, 2002 – *Portugal Medieval...*: 8). E é em vários trabalhos da sua autoria, com destaque talvez para o que escreveu sobre o *léxico feudal* que devemos buscar os melhores exemplos, na historiografia medievística portuguesa, de estudos de semântica *socialmente informados*. Sem prejuízo da importância, e do carácter decidiamente inovador, de vários trabalhos de P. Merêa, no campo da lexicologia jurídica (e não só), a verdade é que só nas últimas décadas do século XX foi possível ultrapassar, em Portugal, o horizonte *idealista* que dominou até então os estudos nesta área.

2. O léxico espacial

0. Introdução

É escusado ressaltar uma vez mais a centralidade que o léxico espacial assume na estruturação da metodologia de análise proposta neste trabalho. Dando sequência ao símile da *prosopografia* do espaço, a função identificadora que o nome e o estatuto social desempenham para o indivíduo é assumida, no caso das unidades espaciais, pelo amplíssimo conjunto de nomes próprios (topónimos propriamente ditos) que podem identificar cada unidade em particular, e pelo conjunto (bem mais restrito) de nomes comuns com que os redactores procuram classificá-las morfológicamente. Uns e outros compõem aquilo a que chamaremos o léxico toponímico e espacial, respectivamente¹¹⁸⁰. É verdade que em muitos casos os topónimos bastam para identificar um determinado lugar, tornando prescindível o léxico espacial classificatório. No entanto, é evidente também a importância deste último para a criação de uma grelha conceptual que guiava a descrição que os redactores faziam implicitamente das unidades espaciais referidas, ao escolherem um determinado termo, e não outro, para aludirem à sua morfologia (física e/ou social).

Com efeito, para além das já referidas possibilidades que as fontes escritas oferecem na contextualização social das diversas unidades de organização do território¹¹⁸¹, convém sublinhar a sua importância mesmo no estudo de aspectos morfológicos; incluindo a própria morfologia física, tradicionalmente considerada uma coutada exclusiva da arqueologia e de outras disciplinas que lidam com vestígios materiais. O facto de o discurso notarial se inscrever numa tradição discursiva longa e amplamente difundida e de recorrer a um léxico que é ainda, em boa parte, tributário da língua latina converte os textos diplomáticos numa fonte infindável de informação, que ultrapassa de muito longe o estrito valor semântico fixado por cada texto para cada palavra. E assim, mesmo que seja impossível definir a partir de fontes escritas as exactas características morfológicas de um determinado conjunto de unidades

¹¹⁸⁰ M. del P. Álvarez Maurín utilizou a expressão “terminologia toponímica” para designar o conjunto de «términos dedicados a la descripción de lugares» contemplados no seu amplo levantamento lexicográfico, feito na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 (ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*... – citação na p. 18). Note-se, contudo, que a autora estuda apenas nomes comuns, ainda que muitos tenham vindo a adquirir um valor toponímico. Precisamente porque em muitos casos não estaremos perante mais do que pré-topónimos, a expressão parece-me redutora em português.

¹¹⁸¹ V. *supra*, Parte I, §2.2.

documentadas, o facto de elas serem referidas com recurso a palavras que, na maioria dos casos, foram utilizadas por notários de todo o espaço românico (e em particular no quadrante Norte da Península Ibérica), abre exponencialmente o horizonte de sentidos possíveis para esses termos, não apenas em extensão mas também em profundidade.

Esses vários sentidos terão obviamente de ser confrontados com o contexto em que a palavra ocorre em cada caso, por forma a apurar o sentido mais exacto possível. E não pode, em momento algum, esquecer-se a possibilidade de os termos serem utilizados com uma função tópica, que condiciona o seu significado (donde a importância da distinção entre usos formulares e não-formulares)¹¹⁸². Mas a verdade é que o historiador pode beneficiar, à partida, de um leque de significados mais ou menos alargado, consoante a abertura de sentido autorizada por cada termo, mas de qualquer forma sempre mais amplo do que aquela que a *sua* exacta documentação permite conhecer. O que implica, naturalmente, um trabalho de recolha e cotejo dos principais significados com que as palavras em análise ocorrem noutras regiões, trabalho esse cada vez mais facilitado pela multiplicação de léxicos “nacionais” de latim medieval, como veremos.

A primeira parte deste trabalho foi dedicada à formulação de uma metodologia desenhada para a análise dessas unidades conduzida de acordo com esta exacta taxonomia definida pelo léxico espacial utilizado no discurso diplomático. É agora chegado o momento de aprofundar o inquérito nos planos semântico e morfológico e de, simultaneamente, apresentar os primeiros resultados a que a análise *prosopográfica* das unidades espaciais identificadas no corpus documental seleccionado conduziu. A melhor solução para concretizar este duplo objectivo pareceu-nos ser a elaboração de um léxico dos vários termos usados pelos redactores da nossa documentação para designar e classificar morfológicamente as unidades espaciais a que se referiam.

Pretende-se assim constituir um dossier que recolha a informação básica sobre os diversos tipos de unidades identificadas, com os riscos e artificialidade que implica a compartimentação de uma informação que os documentos constroem – e nos apresentam – de forma contextual e não isoladamente¹¹⁸³. Este léxico funcionará como uma espécie de vocabulário técnico que suporte *ab initio* as sucessivas análises que

¹¹⁸² V. *supra* §1.2.

¹¹⁸³ Afinal, como escreveu O. WEIJERS, 2004 – «Lexicographie au Moyen Âge...» 283: «Mis à part l'élément essentiel de l'interprétation, le travail de tous les jours en lexicographie consiste principalement en deux choses: classier et trier, faïres des catégories, puis faire des choix, en renonçant bien entendu à l'exhaustivité des attestations».

poderão vir a ser feitas a partir da informação recolhida na nossa base de dados e aqui sumariada. Note-se, contudo, que são recolhidos apenas os termos utilizados pela documentação para classificar tipologicamente as diversas unidades espaciais nela referidas, como já dissemos. Não se encontrará aqui uma lista completa do vocabulário a que os redactores recorreram para nomear o espaço, o que implicaria a análise da “terminologia toponímica”. Sendo certamente importante, esta análise ultrapassa largamente o âmbito de um trabalho que não tem propósitos lexicográficos nem se move no quadro disciplinar da linguística histórica, em que os estudos toponómicos devem ser integrados¹¹⁸⁴.

A opção de incluir neste léxico não apenas o quadro geral de significados atribuíveis a cada termo mas também a representação cartográfica das distribuições espaciais dos diversos tipos de unidades identificados no corpus estudado, bem como alguma informação sobre a morfologia de cada tipo recolhida especificamente neste acervo, transformam-no em mais (e menos, ao mesmo tempo) do que um apartado de índole lexicográfica. O conjunto de *verbetes* relativos aos diversos termos que compõem o universo lexical estudado corresponde, de facto, ao primeiro estágio, ainda embrionário, de tratamento da informação reunida na nossa base de dados. Recordemos os números: num total de 366 documentos analisados, foi possível identificar 3073 unidades espaciais¹¹⁸⁵, a que correspondem 4937 menções documentais, entre as quais foi possível estabelecer um total de 11516 relações espaciais¹¹⁸⁶. Na impossibilidade de um tratamento sistemático do imenso corpo de dados reunido, que no limite conduziria a um conjunto de extensos trabalhos monográficos, este apartado aparece assim como um mero esboço das potencialidades da metodologia proposta.

Esta observação é válida também para os mapas apresentados, que acolhem a representação dos dados recolhidos numa *amostra* documental (a que resulta do corpus seleccionado), e não a totalidade das referências a cada tipo de unidades feitas no conjunto da documentação relativa ao território da diocese de Braga. Se os mapas construídos apenas com base em fontes diplomáticas apresentam sempre uma visão

¹¹⁸⁴ Para uma justificação mais desenvolvida desta opção de excluir o “léxico toponímico”, v. *infra* §2.1., s.u. topónimos.

¹¹⁸⁵ Toda a informação relativa aos documentos analisados e às unidades identificadas (recolhida nos módulos *Documentos* e *Unidades* da nossa base de dados – descritos *supra* Parte I, §3.2) vai disponibilizada nos Apêndices I e II, respectivamente.

¹¹⁸⁶ A informação detalhada sobre a morfologia de cada unidade e as relações que é possível estabelecer entre unidades, tal como nos é revelada pelo(s) exacto(s) documento(s) que a refere(m), foi recolhida no módulo *Elementos* (v. *supra* Parte I, §3.2) e não consta dos Apêndices.

parcial da realidade (marcada, antes de mais, por uma geografia eminentemente documental), neste caso a parcialidade é ainda maior. Justifica-se assim que os mapas não sejam acompanhados de um comentário às distribuições espaciais evidenciadas, que deverão ser completadas futuramente por uma análise sistemática das fontes escritas (que não apenas diplomáticas) e mesmo arqueológicas, para que se possa construir uma imagem tão aproximada quanto possível à organização da paisagem e do povoamento do território bracarense no período aqui em estudo. De qualquer forma, a representação cartográfica tem desde logo a enorme vantagem, sobre uma qualquer forma de mera apresentação dos dados (quadros, gráficos, etc.), de permitir relacionar a frequência com que cada tipo de unidades aparece referido na documentação e a respectiva distribuição espacial. Que os mapas agreguem os diversos tipos integrados em cada categoria ou subcategoria permite, além do mais, perceber a ponderação relativa das menções documentais a cada um.

Face ao duplo objectivo que guia este apartado, percebe-se que o léxico tenha sido estruturado de acordo com a tipologia de unidades definida na nossa base de dados, que

procura agrupar os diversos termos/tipos em categorias definidas por critérios que passam pela morfologia e funcionalidade das unidades¹¹⁸⁷. Distinguímos assim um conjunto de cinco categorias. As duas primeiras resultam directamente da distinção (e definições) avançada por J. Á. García de Cortázar no mais completo dos artigos em que desenvolveu o seu programa para o estudo da “organização social do espaço” no conjunto do espaço ibérico¹¹⁸⁸: (i) as “unidades de articulação social do espaço”, com funções eminentemente administrativas, e (ii) as “unidades de organização social do espaço”, dominadas antes por funções de enquadramento sociopolítico e económico¹¹⁸⁹. As restantes categorias incluem unidades espaciais com uma relevância (tanto territorial como social) tendencialmente menor, que o autor não contemplou, mas que interessam

¹¹⁸⁷ Sobre esta tipologia, v. o que ficou dito *supra* Parte I, §3.2.C.1.

¹¹⁸⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 212. A definição que o autor propõe para cada uma das categorias ficou já citada *supra* Parte I, §3.1.

¹¹⁸⁹ Estas unidades constituem, juntamente com as “unidades eclesiásticas”, aquilo a que E. Peña Bocos chamou “células menores de convivencia y organización del espacio”, caracterizando-as como «unidades de organización socio-espacial básicas de esos mismos bienes [agrários, silvo-pastoris, salícolas, etc.] y de las personas a ellos vinculadas en distintos marcos de convivencia y relación humana. Unos marcos que se constituyeron en los ámbitos socio-espaciales y jurídicos en que se fueron aglutinando unos y otras en distintas esferas de poder, pero también, a la vez, en síntoma y consecuencia de una presión, organización y imposición feudal» (PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 103).

sobremaneira a um estudo preocupado com a materialidade do espaço¹¹⁹⁰; (iii) as “unidades eclesiásticas”, categoria em que integrámos *ecclesiae*, mosteiros, ermidas e outros templos, mas não as diversas circunscrições territoriais que compõem a malha eclesiástica (da paróquia à província metropolitana), que classificámos como “unidades de articulação social do espaço”, à semelhança do que fez García de Cortázar (com as paróquias e dioceses apenas)¹¹⁹¹; (iv) a imensa mole de unidades de paisagem referida na documentação, sem margem para dúvida a categoria em que a materialidade do espaço mais claramente se evidencia; e (v) as “formas de propriedade”, categoria que alberga um conjunto variado de unidades espaciais cuja designação decorre em primeiro lugar da respectiva titularidade (ou mesmo do tipo de transacção a que foram sujeitas), e que oscilam entre a condição de unidades com uma tradução espacial concreta e conjuntos abstractos de bens que só tomados isoladamente têm essa tangibilidade, ou mesmo de meros direitos formais sobre espaços todavia concretos.

Dentro de cada categoria e subcategoria (algumas das quais coincidem com tipos *sintéticos* e *residuais* integrados na tipologia), os vários termos vão naturalmente ordenados alfabeticamente. No total, integram este léxico 184 termos, contando apenas uma vez os que estão repetidos em várias categorias e excluindo as várias formas de uma mesma palavra. Para cada termo/tipo¹¹⁹² redigiu-se um verbete de que consta um conjunto variável de informação, mais ou menos desenvolvida, consoante a natureza do exacto tipo de unidades em causa, a frequência com que o(s) respectivo(s) termo(s)

¹¹⁹⁰ Trata-se, contudo, de unidades que estão contidas na distinção delineada mais recentemente por García de Cortázar entre os níveis “administrativo” e “material” em que se manifesta a tradução espacial de uma qualquer estrutura social de poder: «En lo que toca a los espacios físicos, la traducción de la estructura de poder de la sociedad se manifiesta en los tres niveles de la realidad social: el **administrativo**, en forma de *encuadramentos de la población* , el **material**, en forma de testimonios tangibles, fundamentalmente, *poblamiento, paisaje agrario, vias de comunicación y edificios* , y el **metafórico**, en forma de percepción y valoración de distintos escenarios, a veces sintetizados en un *topónimo* o un *corónimo* » (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 13).

¹¹⁹¹ Note-se, todavia, que as unidades eclesiásticas desempenharam simultaneamente: (i) funções essenciais na organização local do espaço e, em particular, na polarização (quando não mesmo morfogénese) do habitat; e (ii) funções de articulação territorial, constituindo, a par das redes aristocráticas, uma das duas malhas fundamentais em que se apoiou a “articulação local do poder central” no quadrante Norte da Península Ibérica ao longo da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média, e muito particularmente no NO peninsular desde o período suevo, como notaram S. CASTELLANOS; I. MARTÍN VISO, 2005 – «The local articulation...». O mesmo notou, especificamente a propósito do território bracarense entre os séculos IX e XI, L. C. AMARAL, 2008 – «Povoamento e organização eclesiástica...».

¹¹⁹² Note-se que os tipos *compósitos* (que juntam dois termos), *sintéticos* (que agregam unidades semelhantes do ponto de vista morfológico mas designadas por palavras diferentes) e *residuais* (“Outros”) incluem diversos termos, ainda que a maior parte dos tipos corresponda a uma só palavra (incluindo quando muito formas variantes e diminutivas).

ocorre(m) na documentação e a relevância que assumem no(s) modelo(s) de organização social do espaço subjacente(s) à documentação analisada¹¹⁹³.

De qualquer forma, a generalidade dos verbetes contempla um conjunto de informações que poderemos agrupar em quatro itens:

i) Lema e respectivas variantes formais¹¹⁹⁴, diminutivos e sinonímia que ocorrem no corpus estudado. Com exceção dos tipos *sintéticos* e *residuais* , na designação dos tipos de unidades deu-se preferência aos termos latinos na sua forma clássica em detrimento de formas romanceadas, que são mais frequentes na documentação estudada mas estão também sujeitas a uma considerável variação¹¹⁹⁵. Espera-se assim facilitar a comparação do léxico espacial utilizado na documentação estudada com o de outros *corpora* relativos a outras regiões, ibéricas e ultra-pirenaicas. E, de qualquer forma, procurou-se dar sempre conta das formas não clássicas com que certas palavras ocorrem frequentemente. Termos há, todavia, que, embora mantenham a raiz latina, figuram na documentação estudada exclusivamente sob formas já romanceadas¹¹⁹⁶ que são rigorosamente iguais ou muito semelhantes aos termos portugueses correspondentes. Pareceu demasiado forçado substituir tais formas pelas clássicas, nestes casos, pelo que as mantivemos; até porque denotam a especificidade linguística do ibero-romance em que os documentos notariais altomedievais foram escritos. De resto, alguns dos termos aqui considerados não aparecem pura e simplesmente registados nos léxicos de latim clássico, tardo-antigo ou medieval, por se tratarem de puros regionalismos (com ou sem origem latina).

(ii) Número de ocorrências de cada tipo e respectivos limites cronológicos no corpus analisado¹¹⁹⁷. Explicitamos sempre o número de unidades correspondentes a cada

¹¹⁹³ Percebe-se, assim, que termos centrais como ‘castrum’, ‘hereditas’, ‘territorium’ e sobretudo ‘villa’, entre outros que desempenham um lugar central nesse(s) modelo(s), tenham merecido verbetes mais desenvolvidos.

¹¹⁹⁴ M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 52 chamou já a atenção para a abundância das variantes que uma mesma palavra pode apresentar no latim diplomático, desvalorizando aliás o significado linguístico das grafias, em virtude do que considera ser a ausência de um sentido da ortografia e da heterografia, dominante pelo menos até meados do século XIII.

¹¹⁹⁵ Também no GMLC, por exemplo, se optou por dar entrada às palavras «por la forma en que figuran en el ThLL»; «Las innovaciones léxicas, en principio, se han entrado por la forma gráfica más cercana a la etimológica. Respecto a las palabras romances, en general, no se han admitido latinizaciones ni estructuras hipotéticas» (GMLC: xxvii). Idêntico critério preside à alfabetização do “Índice de Vocabulario” das pizarras visigodas elaborado por VELÁZQUEZ SORIANO, 2004 – *Las Pizarras...*: 605.

¹¹⁹⁶ Na maior parte dos casos restritas a um caso: ablativo.

¹¹⁹⁷ Os limites espaciais encontram-se, como ficou dito, nos mapas que encabeçam os apartados dedicados às diversas categorias e subcategorias tipológicas. Por economia de espaço, arrolamos apenas (em nota) a

tipo e o de menções documentais a essas unidades (colhidas em escrituras e datas diferentes), sendo que do simples rácio unidades/elementos poderá deduzir-se um índice de frequência documental de cada tipo, denunciando desde logo as preferências dos redactores entre termos próximos. Temos ainda o cuidado de sublinhar a utilização preferencial (ou exclusiva) de cada termo pelos principais centros de produção e ou/conservação do corpus documental analisado: o mosteiro de Guimarães e a Sé de Braga, cujas escrituras anteriores a 1100 estão em grande parte copiadas no *Livro de Mumadona* e no *Liber Fidei*, respectivamente. Por outro lado, distinguimos as menções que ocorrem nas partes “livres” dos documentos, relativas a unidades perfeitamente identificáveis, das menções que ocorrem em partes formulares (sobretudo no quadro de enumerações estereotipadas) ou que resultam de outro tipo de referências genéricas ou mesmo indefinidas às unidades do tipo em análise¹¹⁹⁸.

(iii) Definição: quadro geral de significados possíveis¹¹⁹⁹. Para a elaboração destes quadros, que permitem definir um espectro amplo de possibilidades do qual deverá partir a análise morfológica das unidades designadas por cada termo no corpus estudado, recorremos a uma amostra de obras lexicográficas de referência que importa caracterizar e justificar. Em primeiro lugar, estão naturalmente os léxicos gerais de latim medieval, alicerçados em vastíssimos *corpora* de fontes (diplomáticas, literárias, etc.) que cobrem *grosso modo* o conjunto do espaço europeu: o clássico *Glossarium* de Du Cange, o imprescindível *Lexicon* de J. F. Niermeyer¹²⁰⁰ e o mais recente de A. Blaise, orientado em especial para a investigação em história eclesiástica e resultado da longa investigação do autor em torno das fontes patrísticas tardo-antigas e altimedievais¹²⁰¹.

exacta identificação das unidades de cada tipo no módulo *Unidades* (Apêndice II) quando o seu número não ultrapassa as dez. Uma lista das unidades dos diversos tipos pode ser facilmente obtida através de uma filtragem por cada um no campo *TipoNorm* do mesmo módulo.

¹¹⁹⁸ Naturalmente, estes usos formulares e genéricos só vão assinalados nos casos em que se verifiquem.

¹¹⁹⁹ Sempre que possível, procurámos assinalar a cronologia/geografia da primeira ocorrência de cada termo no âmbito ibérico. Note-se, porém, o valor relativo das datas que estas obras assinalam como sendo as primeiras em que cada palavra aparece documentada. Em primeiro lugar, porque poucos projectos lexicográficos conseguiram cobrir sistematicamente os *corpora* documentais disponíveis (mesmo para cronologias mais recuadas). E em segundo, porque que a maior parte dos léxicos consultados limita-se a recolher as datações textuais dos documentos (ou quando muito propostas pelos seus editores, quando foi possível utilizar edições críticas modernas), sem distinguir se estamos perante escrituras originais, falsas ou interpoladas, como acontece desde logo com o léxico leonês, que maior interesse comparativo apresenta para o nosso caso (PÉREZ GONZÁLEZ, 2010 – «Introducción»: xiv, nt. 13).

¹²⁰⁰ «The best one-volume dictionary for Medieval Latin (...); it is selective, reflecting Niermeyer's reading in chronicles, documents, and legal texts from the period down to about 1100» (SHARPE, 1996 – «Vocabulary, Word Formation...»: 104).

¹²⁰¹ Na base do *Lexicon* de Blaise estão duas obras que só utilizamos pontualmente: BLAISE, Albert; CHIRAT, Henri (1954) – *Dictionnaire latin-français des auteurs chrétiens*. Strasbourg, 1954, 913p.

Em segundo lugar, recorreremos a uma selecção de léxicos “nacionais” de latim medieval. O recurso a este conjunto de obras fica seriamente limitado pelo facto de, quase 100 anos depois de acordado um projecto comum europeu de redacção de dicionários “nacionais” de latim medieval, sob os auspícios da *Union Académique Internationale*, a maior parte dos que efectivamente chegaram aos prelos não estar ainda concluída¹²⁰². Como não o está a obra que devia sintetizar, de alguma forma, todos estes contributos: o *Novum glossarium mediae latinitatis*... dirigido inicialmente por F. Blatt, do qual foram apenas publicadas as letras *L-P*¹²⁰³. Significa isto que há um desequilíbrio significativo entre a informação lexicográfica disponível, consoante estes termos se aproximem mais do início ou do final do alfabeto¹²⁰⁴. Para mais, há diferenças de concepção muito significativas entre os vários léxicos “nacionais”, desde logo ao nível da extensão dos corpora lexicográficos recolhidos¹²⁰⁵, mas também dos critérios de selecção das fontes que servem de base ao inquérito lexicográfico e sobretudo da extensão da informação fornecida para cada palavra (etimologia, variantes, definições, citações, cronologia, etc.). A amostra de léxicos “nacionais” por nós seleccionada não poderia deixar de reflectir estas várias limitações. Para mais, e limitando a selecção aos léxicos relativos à Europa ocidental¹²⁰⁶, essa amostra deixa de fora os léxicos relativos

(reimpr. Turnhout: Brepols); BLAISE, Albert (1975) – *Dictionnaire latin-français des auteurs du Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 1975, lxx+970p. (Corpus Christianorum. Continuatio medievialis): a primeira cobre os autores do período tardo-antigo e a segunda os do período carolíngio.

¹²⁰² Para uma bibliografia mais completa dos principais léxicos de latim medieval, v. SHARPE, 1996 – «Vocabulary, Word Formation...»: 103-105; GUYOTJEANNIN; PYCKE; TOCK, 1993 – *Diplomatique Médiévale*: 30-31; ambas já desactualizadas hoje, como se constata da mera consulta da reduzida amostra aqui recolhida.

¹²⁰³ BLATT, F.; LEFÈVRE, Y. *et alii* (eds.) (1957-...) – *Novum glossarium mediae latinitatis ab anno DCCC usque ad annum MCC*. Copenhaga, 1957-...: *L* (1957), *MN* (1959-69), *O* (1975-83), *P-Panis* (1980), *Paniscardus-Parrula* (1987), *Pars-Passerulus* (1989), *Passibilis-Pazzu* (1993); *Pea-Pepticus* (1995), *Per-Perlysus* (1998), *Permachino-Pezzola* (2000), *Phacoides-Pingo* (2003), *Pingualis-Plaka* (2008). Sobre o projecto inicial de um dicionário de latim medieval europeu, v. LANGLOIS, Ch.-V. – «Histoire sommaire de l'entreprise (1920-1924)». *ALMA*. 1(1924) 5-15. A direcção francesa deste projecto (hoje a cargo da *Séction de lexocographie latine* (Comité Du Cange) do Institut de recherche et d'histoire des textes (v. <http://www.irht.cnrs.fr/recherche/lexico.htm#biblio>), ajuda a explicar a inexistência de qualquer léxico especificamente francês de latim medieval.

¹²⁰⁴ Como notou R. SHARPE, 1996 – «Vocabulary, Word Formation...»: 98-99, «Among all the available dictionaries, it is still very difficult to get an overview for words that do not begin with a letter near the start of the alphabet. For words towards the end of the alphabet there is almost nothing available».

¹²⁰⁵ Uns incluem todas as palavras que ocorrem nas fontes analisadas, outros apenas aquelas que não constam do completíssimo repositório do latim clássico e tardo-antigo que é o *Thesaurus Linguae Latinae* (ThLL) (v. <http://www.thesaurus.badw.de/english/index.htm>), ou as que, constando, registam alterações gráfico-fonéticas, morfológicas e de sentido nas fontes medievais.

¹²⁰⁶ Dispensamo-nos aqui de citar os que são relativos à Escandinávia, à Europa central (germânica) e oriental (eslava).

aos espaços irlandês¹²⁰⁷, holandês¹²⁰⁸ e belga (este de menor utilidade para o nosso trabalho, na medida em que se limita às fontes “narrativas” e cobre apenas o período até ao ano Mil)¹²⁰⁹.

Assim, consultámos um conjunto de quatro obras, duas relativas a espaços ultrapirenaicos e duas (as únicas) relativas a espaços peninsulares: (i) o léxico italiano (LIMAL), que cobre exactamente o período até 1100 e é dos poucos que está completo (com o belga e o holandês), mas é também dos mais sintéticos, quer na extensão do corpus lexicográfico, quer na definição das palavras e na amostra de citações recolhidas para as ilustrar (fruto de ser o mais antigo, redigido à luz de critérios que não são hoje suficientes); (ii) o léxico inglês (DMLBS), bem mais completo e aprofundado (com a vantagem de recolher abundantes citações, ainda que em fontes sobretudo do século XIII), que está já próximo do fim (*Reg-*) mas ainda não foi concluído; (iii) o léxico catalão (GMLC), iniciado há mais de cinquenta anos mas ainda bastante incompleto (não ultrapassou a letra *G*, com a agravante de faltar, pelo meio, a letra *E*), a que não será estranha a abundância da documentação catalã altimedieval e a exaustividade da inventariação lexicográfica; e (iv) o recentíssimo léxico leonês (LLMARL), que tem para nós a vantagem da proximidade geográfica e linguística. Ainda que o corpus de fontes utilizado abranja apenas o sector central (asturiano e leonês, em sentido estrito) do amplo reino asturo-leonês, com exclusão das franjas ocidental (galega e portugalense) e oriental (castelhana), este é ainda, dentre todos os léxicos “nacionais”, o que apresenta maior interesse comparativo para o estudo da documentação do NO peninsular¹²¹⁰. Mesmo se, ao contrário do que o editor parece sugerir na introdução, a

¹²⁰⁷ HARVEY, A. J. R.; POWER, J. (dir.) (2006-...) – *Non-Classical Lexicon of Celtic Latinity: 1 (A-H) (Dictionary of Medieval Latin from Celtic Sources I)*. Turnhout: Brepols, 2010. (Corpus Christianorum. Continuatio medievialis) (v. http://journals.eecs.qub.ac.uk/dmlcs/frameset_home.html).

¹²⁰⁸ FUCHS, J.W.; WEIJERS, Olga; GUMBERT-HEPP, Mariike (dir.) (1977-2005) – *Lexicon Latinitatis Nederlandicae Medii Aevi*. Leiden: Brill, 1969-2005: Vol. I: (A-B), 1977 [1970-1975]; Vol. II (C), 1981, Vol. III (D-E), 1986; Vol. IV (F-I), 1990; Vol. V (L-O), 1994; Vol. VI (P), 1998; Vol. VII (Q-STU), 2002; Vol. VIII (SUA-Z; Suppl./Corr.), 2005; *Index Fontium*, 2005.

¹²⁰⁹ TOMBEUR, Paul (dir.) (1986) – *Thesaurus linguae scriptorum operumque Latino-Belgicorum Medii Aevi*. Première partie: “Le vocabulaire des origines à l’an mil”. Bruxelles: Académie Royale de Belgique, Comité national du dictionnaire du latin médiéval, 1986. 4 vols. Embora integrada no projecto europeu de redacção de léxicos “nacionais” de latim medieval, esta obra, sem dúvida a mais avançada e complexa do ponto de vista lexicográfico, baseia-se num corpus composto exclusivamente de textos narrativos: «on se bornerait aux sources narratives, au sens large du mot, à l’exclusion des inscriptions, et des documents juridiques, normatifs et de la pratique» (*Avant-propos*: vol. I, p. 7, nt. 2).

¹²¹⁰ A bibliografia desta obra recolhe o essencial da literatura lexicográfica relativa ao reino asturo-leonês (LLMARL: xxiii e ss.), embora deva consultar-se ainda, no que diz respeito especificamente ao léxico espacial, a bibliografia compulsada por M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática*

obra não recolhe *todo* o léxico registado nos textos historiográficos e diplomáticos asturianos e leoneses¹²¹¹.

Embora estes dois léxicos integrem tanto termos latinos como outros que poderíamos classificar já na categoria de *romance*, se adoptássemos uma posição diglósica, foi útil recorrer a duas obras clássicas preocupadas com o léxico ibero-romance: (i) o *Elucidário* compilado por Fr. J. de Santa Rosa Viterbo ainda nos finais do século XVIII, para ajudar à compreensão do português antigo (VITERBO); e (ii) o *Léxico hispânico primitivo* (LHP), concebido inicialmente por R. Menéndez Pidal como um glossário das palavras citadas no seu trabalho sobre as “origens da língua espanhola”¹²¹², e concluído em 1976 por R. Lapesa dentro de coordenadas que ultrapassavam o escopo (cronológico, documental, etc.) dessa obra¹²¹³. Pontualmente, recorremos ainda ao “glossário das palavras espanholas e portuguesas derivadas do árabe”, compilado por R. Dozy e W. H. Engelmann¹²¹⁴; e a dois dicionários de português: o *Dicionário* da Porto Editora (DPE), entre os exemplos correntes do género, e o dicionário HOUAISS, entre as obras de referência.

Em terceiro lugar, consultámos três trabalhos lexicográficos temáticos, centrados em outras tantas regiões do quadrante Norte peninsular: (i) um estudo muito compreensivo da “terminologia toponímica” na documentação diplomática asturiana e leonesa datada entre 775 e 1230, que está longe de ter sido substituído pela recente edição do léxico leonês¹²¹⁵; (ii) uma análise detalhada do “léxico da arquitectura civil” na documentação galega (entre o século VIII e meados do XIII)¹²¹⁶; e (iii) um trabalho mais antigo e menos aprofundado sobre o léxico latino relativo à “composição da

asturleonese...: 387 e ss.; bem como a que apresenta X. VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián*...: 369 e ss., sobre o léxico da arquitectura civil no quadro do território galego.

¹²¹¹ «El LEMAL incluye todo el léxico, sin excepción, registrado en los textos asturleonese historiográficos y diplomáticos. La mayor parte de los diccionários de latín medieval excluyen los términos utilizados sólo con su valor en el latín clásico; y harían bien si tales términos existiesen. Pero nosotros partimos del punto de vista de que todos los vocábulos del latín clásico usados en el latín medieval generalmente contienen valores nuevos» (PÉREZ GONZÁLEZ, 2010 – «Introducción»: vii). Note-se, todavia, a ausência de muitos dos termos recolhidos neste nosso léxico espacial, com destaque para vocábulos como ‘*alpis*’, ‘*aula*’, ‘*basilica*’, ‘*castellum*’, ‘*castrum*’, ‘*civitas*’, ‘*coenobium*’, ‘*ecclesia*’, ‘*locus*’, ‘*monasterium*’, ‘*oppidum*’, ‘*praedium*’, ‘*provincia*’, ‘*saltus*’, ‘*suburbium*’, ‘*terra*’, ‘*vallo*’, entre outros.

¹²¹² MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Orígenes del español. estudio lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Madrid: Espasa Calpe, 1980. 9.^a ed. [1.^a ed.: 1926].

¹²¹³ V. o «Prólogo» do trabalho, da autoria de D. Catalán Menéndez Pidal e M. Seco (LHP: xiii-xix).

¹²¹⁴ DOZY; ENGELMANN (1869) – *Glossaire des mots*...

¹²¹⁵ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonese*...

¹²¹⁶ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián*...

sociedade” e à “vida rural” na documentação aragonesa (anterior a 1157)¹²¹⁷. Note-se que no caso da Galiza e de Aragão tais estudos revelam-se particularmente importantes pelo facto de não dispormos de qualquer léxico comparável ao leonês ou catalão. Estes três trabalhos de maior fôlego foram, finalmente, complementados por um conjunto amplo de estudos filológicos e/ou históricos sobre um ou mais termos concretos, que vão citados nos respectivos verbetes.

(iv) Breve caracterização morfológica de cada tipo de unidades, a partir dos dados recolhidos especificamente no *corpus* estudado, com o objectivo (exclusivo) de corroborar ou infirmar os sentidos gerais arrolados¹²¹⁸. Esta caracterização assenta na análise (não sistemática) das diversas variáveis integradas nas cinco primeiras secções do questionário definido para o estudo da morfologia das unidades espaciais: “identificação”, “fragmentação”, “delimitação”, “sistema de localização” e “relações”¹²¹⁹.

¹²¹⁷ NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...».

¹²¹⁸ Procura-se assim responder, de alguma forma, ao repto lançado por R. Fossier quando, a propósito da necessidade de uma definição tão clara quanto possível da terminologia utilizada pelos documentos (e pelos investigadores modernos, historiadores e arqueólogos) para designar realidades espaciais, se interroga: «Ne pourrait-on envisager de dresser (...) une sorte d’atlas linguistique où seraient portés pour un même terme ses sens à telle date et en tel lieu?» (FOSSIER, 2010 – «Conclusions générales»: 506); no mesmo sentido: FOSSIER, 2002 – «Introduction – L’organisation...»: 20.

¹²¹⁹ V. *supra* Parte I, §3.2.B.

1. Unidades de articulação social do espaço¹²²⁰

- *Archidiaconatus*

Registam-se apenas duas unidades deste tipo no corpus documental analisado: o arcediagado que o diácono Galindo Alvites recebeu do bispo D. Pedro de Braga (e que se presume ser o arcediagado da Maia, na zona NO da diocese do Porto) e o de Entre-Ave-e-Este (no coração do território da diocese de Braga); a que correspondem outras tantas menções documentais, datadas de 1082 e 1085, respectivamente¹²²¹.

A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe o duplo significado de “dignidade de um arcediago” e de “circunscrição por ele governada”¹²²², sendo que a palavra parece ocorrer com este último sentido na documentação catalã logo na década de 1030, mas só a partir dos inícios do século XII na leonesa¹²²³. A existência da dignidade de arcediago, a quem competia o controlo de um conjunto de igrejas rurais em representação da autoridade diocesana/episcopal, está já atestada na versão ovetense das actas do concílio de Coyanza (1055), elaborada nos anos iniciais do século XII, e nas actas dos concílios de Santiago de 1059 e 1063¹²²⁴. No entanto, a criação de unidades territoriais designadas ‘arcediagados’ não se documenta antes da década de 1080, quando o território da diocese compostelana aparece dividido em quatro circunscrições deste tipo e quando é possível documentar os referidos arcediagados isolados nas dioceses de Braga e Porto (esta colocada sob a jurisdição do prelado bracarense); uma cronologia que não surpreende, na medida em que a montagem de uma malha de administração eclesiástica propriamente dita ter-se-á iniciado na sequência da restauração da diocese de Braga em 1071¹²²⁵. Parece assim haver uma certa prioridade do NO peninsular na criação deste tipo de circunscrições, que autores como A. J. da Costa (para o caso bracarense) e F. López Alsina (no caso

¹²²⁰ V. *infra* Apêndice III, Mapa 20.

¹²²¹ Apêndice II, uns. 795 e 677, respectivamente.

¹²²² NIERMEYER; BLAISE; DMLBS; LIMAL, s.u.

¹²²³ GMLC (1031); LLMARL (1116), s.u.

¹²²⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 26 (o autor adopta a data proposta por F. López Alsina para o I concílio de Compostela (1059), frente à que propôs G. Martínez Díez (1056) – v. *ibidem*, p. 50, nt. 39). O mesmo notara já J. MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 550, embora dando a entender que foram os próprios arcediagados (enquanto circunscrições de controlo das igrejas rurais), e não apenas a dignidade de arcediagado, a ser instituídos pelos concílios de Compostela de 1056 e de 1063.

¹²²⁵ Sobre o aparecimento destas unidades no quadrante Norte da Península Ibérica, v. GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 25-27

compostelano) procuraram relacionar com a rede de “paróquias” arroladas no *Parochiale sueuum* (século VI), algumas das quais corresponderiam directamente aos arcediagados documentados nos finais do século XI¹²²⁶.

De qualquer forma, é evidente e generalizada a *décalage* entre o aparecimento da dignidade de arcediogo e a constituição de circunscrições capazes de balizar territorialmente o exercício da sua autoridade¹²²⁷, a sugerir que foi a dimensão institucional a criar a territorial. E ainda diferente é a constituição de uma malha de arcediagados capaz de cobrir ortogonalmente a totalidade ou uma boa parte do território diocesano. A. de J. da Costa defendeu a existência de uma tal malha, no caso de Braga, logo na década de 1080, com base na malha de circunscrições *comarcais* (nunca explicitamente designadas como ‘arcediagados’) que estrutura a lista de igrejas a que o autor chamou *Censual de Entre-Ave-e-Lima*, e que datou criticamente de [1085-1089/91]. Devida à iniciativa do bispo D. Pedro (1071-1091), a construção dessa malha atestaria, entre outros indícios, o pleno e precoce acolhimento da reforma (pré-) gregoriana pelo primeiro prelado de Braga, logo depois da restauração diocesana¹²²⁸. No entanto, é muito duvidoso que uma tal rede estivesse plenamente constituída antes das décadas centrais do século XII, quando aparece esboçada (talvez mais do que propriamente implantada no conjunto do território diocesano) no documento de divisão entre o bispo e o cabido dos respectivos bens e direitos (datado de 1145)¹²²⁹, como demonstrou L. C. Amaral¹²³⁰. Que sugeriu, ainda, a matriz civil e militar de uma tal malha, ao contrário do que pensara A. de J. da Costa, para quem «pelo menos na

¹²²⁶ Importa, todavia, notar que esta correspondência assentaria mais na continuidade de lugares-centrais (eventualmente igrejas-centrais) que articulariam e dariam nome a ambos os tipos de unidades (“paróquias” e arcediagados), do que propriamente na continuidade de circunscrições territoriais. Se os arcediagados do século XII parecem já assumir esta configuração perimétrica, as “paróquias” arroladas no *Parochiale* (onde, não por acaso, aparecem designadas apenas como ‘*ecclesiae*’) corresponderiam a unidades não propriamente demarcadas mas articuladas por uma igreja central, que tendia a ser uma extensão da igreja catedral (sede de diocese), mas cuja área de influência não estaria plenamente estabilizada (v. MATTOSO, 1980 – «A história das paróquias...»: 31-36).

¹²²⁷ Na diocese de Palência, por exemplo, documentam-se dois arcediagos desde 1095, mas só em 1200 é possível verificar a existência de arcediagados (REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y poder...*: 320-21).

¹²²⁸ COSTA, 1990 – «O bispo D. Pedro...»: 430-32. Para a última formulação do pensamento do autor sobre este assunto, v. COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 368 e ss. A sua interpretação parece-nos seriamente condicionada pela sobreposição deste tipo de unidades a circunscrições territoriais anteriores (as “paróquias” suevas) e posteriores (as “terras” dos séculos XII-XIII), na tentativa de afirmar uma quase absoluta continuidade territorial que é hoje difícil de aceitar.

¹²²⁹ LF, 818.

¹²³⁰ AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 314-31.

diocese de Braga, a organização administrativa seguiu muito de perto a eclesiástica»¹²³¹. Com efeito, os arcediagados criados entre o final do século XI e a primeira metade do século XII devem ter-se sobreposto a circunscrições não eclesiásticas já consagradas pela dinâmica repovoadora¹²³²; como de resto sugerira já J. Mattoso, ao colocar a hipótese da «transformação do antigo *pagus* numa *terra*, que depois serviu de modelo ao arcediagado»¹²³³.

L. C. Amaral considera assim que o arcediagado de Entre-Ave-e-Este constitui o “primeiro ensaio” de um projecto de divisão administrativa da diocese em unidades territoriais encetado pelo bispo D. Pedro, muito naturalmente na zona envolvente da cidade (onde o seu poder se revelava mais efectivo), mas que terá redundado mais na afirmação da autoridade (pessoal) de um conjunto de arcediagos vinculados à Sé do que propriamente na construção de uma malha territorial de exercício dessa autoridade, que só se afirmaria durante a primeira metade do século XII¹²³⁴. E que, de resto, só se tornou possível mediante a plena definição institucional de uma dignidade eclesiástica cujas funções dependiam ainda, no período aqui em análise, do exercício concreto e da autoridade pessoal dos (poucos) arcediagos que nos é possível associar a algum território (não necessariamente arcediagado) concreto¹²³⁵.

¹²³¹ COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 384.

¹²³² «Parece evidente também que D. Pedro não podia deixar de ter em conta as divisões territoriais preexistentes, mesmo que não abrangessem toda a região e que os seus limites fossem imprecisos e, em diversos casos, estivessem ainda em formação. A matriz predominantemente militar de parte dessa estrutura anterior comprova-se, sem dificuldade, através dos nomes que acabaram por designar várias das circunscrições eclesiásticas convertidas depois em arcediagados: Faria, Vermoim, Lanhoso e Neiva, pelo menos. São estes os nomes dos castelos e das Terras das quais os primeiros constituíam as respectivas cabeças» (AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 327).

¹²³³ MATTOSO, 1980 – «A história das paróquias...»: 34.

¹²³⁴ Aliás, também na diocese do Porto, restaurada mais tardiamente (1112-1114), os arcediagados só se documentam, enquanto circunscrições *reais*, integradas numa malha territorial de âmbito diocesano, no final do século XII, entre [1186-1189], precisamente o momento da sua supressão enquanto «circunscrições diocesanas, presididas por um arcediago, representante do bispo com jurisdição delegada», segundo C. dos SANTOS, 1973 – *O Censual da Mitra...*: 37.

¹²³⁵ «No *Censual* não aparece uma única vez a palavra arcediagado, mesmo sabendo nós que o termo já era utilizado na época para identificar a zona compreendida entre os rios Ave e Este, pelo menos; inversamente, na partilha de 1145 o termo surge plenamente enraizado. Esta alteração traduz para nós uma evolução. A criação e fixação institucional do vocábulo arcediagado derivou de forma directa da figura e da acção do arcediago. O estabelecimento deste num lugar certo e o exercício regular de uma jurisdição sobre um território determinado fizeram com que o mesmo passasse a ser designado por arcediagado. Ora, é precisamente este o cenário que julgamos não se verificar ainda no final do episcopado de D. Pedro. (...) a primeira experiência estava em curso, a circunscrição/arcediagado de Entre Ave e Este/Vermoim, mas em relação às outras não se passara ainda, provavelmente da fase de *projecto*, tal como podemos testemunhá-lo no ordenamento do *Censual*» (AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 329).

A escassez de referências a unidades deste tipo, e o estágio decerto embrionário que caracterizaria a sua territorialização, explicam a exiguidade das informações que nos foi possível recolher sobre a sua morfologia. Para lá da referência explícita a «*Guitu archidiaconus qui tenet archidiaconatum de Ave in Aliste*»¹²³⁶, com o elemento topográfico de designação da unidade a sinalizar sem margem para dúvidas a territorialização da unidade, que se estenderia por um perímetro delimitado por ambos os rios, há apenas a registar a imprecisão da referência ao suposto arcediagado da Maia num documento cuja redacção levanta algumas dúvidas¹²³⁷. O recurso à *tenência* do arcediago como elemento de designação da unidade permitira inclusive pensar na possibilidade de o redactor aludir à própria dignidade e não tanto a uma circunscrição territorial, não fora a aparente integração dos bens doados nesta circunscrição («*et sacavit ille Galindo de illo archidiaconato ganato que tenia de manu de illo episcopo domno Petro*») e sobretudo a referência, no mesmo texto, à *terra* que o bispo teria concedido ao arcediago Galindo, que parece ser um claro sinónimo do termo ‘*archidiaconatus*’, classificando alternativamente a mesma unidade e em todo o caso demonstrando a sua dimensão territorial.

- *Cautum*

Regista-se uma única menção a esta palavra no corpus documental analisado: na demarcação de uma herdade vendida num documento de 1079, alude-se, entre outros elementos confinantes, ao «*termino de cauto de casal de gundisaluo tructesindiz*»¹²³⁸.

A generalidade dos léxicos gerais que registam este termo atribui-lhe, entre outros, o significado de “perímetro protegido, imune”, a que atribuem uma proveniência hispânica¹²³⁹, com os léxicos de ibero-romance a precisarem o significado da palavra: segundo LHP, é possível distinguir seis sentidos diversos, a esmagadora maioria dos quais aparece atestada já nos séculos IX e X em documentação proveniente de instituições eclesiásticas leonesas e castelhanas: 1. ‘Exención, inmunidad’ (857); 2.

¹²³⁶ Apêndice I, doc. 134.

¹²³⁷ «*facio seriem testamenti de hereditatibus meis propriis et de mea re tota (...) et sacavit ille Galindo de illo archidiaconato ganato que tenia de manu de illo episcopo domno Petro. Et facio ego Galindo inde ipsa scriptura et ipso testamento ad ipsam sede pro remedio anime mee (...) et facio ego vobis ille scripto ad illam sedem et ad illum episcopum domnum Petrum per illum scriptum quod vobis roboravi quando illa terra mihi dedistis*» (Apêndice I, doc. 106, cuja parte dispositiva treslada, em boa parte, o texto de um documento anterior, relativo aos mesmos bens: Apêndice I, doc. 104).

¹²³⁸ Apêndice II, un. 2408.

¹²³⁹ DU CANGE, s.u. 2. *cautum*; NIERMEYER; BLAISE, s.u. *cautum*.

‘Prohibición’ (1011 – cópia do século XIII); 3. ‘Multa’ (948); 4. ‘Donación’ (1034); 5. ‘Terreno acotado, coto’ (824); 6. ‘Mojón, hito’ (934)¹²⁴⁰. De resto, já na década de 1920, num trabalho ainda hoje insubstituído, P. Merêa notou que é possível agrupar «as numerosas acepções do vocábulo em torno dos seguintes conceitos fundamentais: 1. Ordenação; 2. Multa; 3. Citação; 4. Apreensão de bens; 5. Protecção; 6. Território; 7. Limite; 8. Marco», numa complexa evolução semântica que o autor procura esboçar¹²⁴¹. Naturalmente, os sentidos que mais nos interessam aqui são os de “lugar/território imune ou defeso”, passível de ser estendido para designar “qualquer território”, e de “limite” e “marco”¹²⁴².

A informação que o documento nos fornece sobre o único couto identificado é escassa: sabemos apenas que o dito couto pertenceria a um casal (no qual estaria integrado fisicamente?), como se deduz dos elementos escolhidos para designar a unidade, a cavalo entre a descrição topográfica e a referência ao proprietário/usufrutuário: «*cauto de casal de gundisalu tructesindiz*»; e que o seu *terminum* confrontava com a herdade transaccionada no documento, correspondente a 1/6 de um outro casal em cuja demarcação este couto é referido¹²⁴³. Ou seja, sendo de descartar, por demasiado restritos, os sentidos de “limite” e “marco”, parece-nos que o mais provável é estarmos perante uma parcela vedada (cultivada, inculta ou mesmo residencial), ainda que seja pouco plausível atribuir-lhe qualquer tipo de imunidade que, a existir, deveria talvez estender-se ao conjunto do casal a que este couto pertence¹²⁴⁴. Como se percebe, nada permite classificar este couto como uma unidade de articulação

¹²⁴⁰ LHP, s.u. coto. Os dois últimos significados haviam já sido recolhidos por VITERBO, s.u. Couto 2 (marco) e 3 («(...) Antigamente, se chamou couto a um lugar, ou herdade, ou porção de terreno, demarcado por autoridade do monarca e, juntamente, se chamavam coutos os marcos, e padrões, ou pedrões, que lhes serviam de balizas»).

¹²⁴¹ MERÊA, 1992 – «Em torno...»: 65.

¹²⁴² MERÊA, 1992 – «Em torno...»: 73-77.

¹²⁴³ «Leuat se ipsa hereditate de casa de iermias eocrizi et torna per larea doninga et infesto per alia larea doninga et uai per carreira antiqua et inde per casal de tia lili inde illo aucteiro et inde per termino de cauto de casal de gundisalu tructesindiz et inde unde primitier incoauimus» (Apêndice I, doc. 386).

¹²⁴⁴ É precisamente o significado de «terreno acotado en defensa y disfrute de los beneficios de una determinada persona o institución religiosa» aquele que M. P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 320-21, aponta para as ocorrências da palavra na documentação do mosteiro leonês de Sahagún dos séculos X e XI. De resto, a palavra ‘*cautum, couto*’ assume também na documentação da Sé de Lugo, já durante o século XIII, o triplo significado de: «[i] señorío imune, de jurisdicción dominical (...); [ii] por otro lado, y sin que se oponga al primero, se encuentra como ‘...finca extensa, sin parcelas’ habitualmente terreno cerrado, quizás por haberse llevado a cabo el cierre de alguno de los antiguos dominios jurisdiccionales, y [iii] por extensión, y como forma substantiva, aparece designado la propia inmunidad (...); si bien solo las significaciones primera y tercera son claras en la documentación del siglo XIII» (JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 120-21); ora, é precisamente aquele segundo significado o que nos parece mais conveniente no presente caso.

do espaço, embora também não seja imediata a sua inclusão em qualquer das restantes categorias de unidades por nós contempladas. O facto de a palavra ter assumido o sentido predominante de “território imune” no significativo corpus de *cartas de couto* concedidas durante o século XII, pelos condes D. Henrique e D.^a Teresa, por D. Afonso Henriques e por D. Sancho I (já em menor número), justifica a sua inclusão nesta categoria¹²⁴⁵.

- *Civitas*

Registam-se apenas quatro unidades deste tipo no corpus documental analisado: as *civitates* de Alvarelhos, Braga, Batocas e uma *civitate* não identificada (situada possivelmente na actual f. Moure, c. Vila Verde); às quais corresponde um total de 12 menções documentais, datadas entre 907 e 1101¹²⁴⁶. Note-se desde já como, no caso de Braga, é frequente a utilização tanto da palavra *civitas* como de *urbs*, que aparecem assim como quase sinónimos, com um documento de 1076 a designá-la inclusivamente como «*urbis civitas Bracara*»¹²⁴⁷. Já a *civitas* de Batocas é também designada num documento de 1086 como «*mons Batoccas*»¹²⁴⁸.

A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe os significados de: (i) “sede de diocese”, “cidade episcopal” ou (ii) “aglomeração fortificada” ou mesmo de mera “fortificação”¹²⁴⁹, sendo que na documentação catalã a palavra aparece a

¹²⁴⁵ Para uma panorâmica deste movimento de concessão de cartas de couto a instituições eclesiásticas, v. MATTOSO, 1975 – «Senhorios monásticos...»: 202-206; MARQUES, 1996 – «As doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja. In *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 5: “Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, 1996, p. 325-49. Sobre a utilização do termo ‘couto’ no sentido de território envolvente (e de abastecimento) das vilas recém-criadas no Entre-Lima-e-Minho durante os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, como meio de afirmação da autoridade régia nesta zona de fronteira, v. ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: VIII e 347 (onde cita como exemplo dessa utilização: LC, I, p. 697), 351-52; note-se que também aqui a palavra parece designar zonas imunes, de alguma forma isentas da intervenção de oficiais régios que não os estritamente vinculados à instituição concelhia. De resto, a palavra ‘couto’ viria a ter, ao menos entre as comunidades de aldeia trasmontanas, o sentido de «reunião para deliberar sobre actividades agrícolas e outros problemas que interessavam a todos» (MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010 – *Portugal – O Sabor da Terra...*: 147-48).

¹²⁴⁶ Apêndice II, uns. 150, 163, 1521 e 1112, respectivamente. Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *compósito* (“*Urbs, Civitas*”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹²⁴⁷ Apêndice I, doc. 96. V. a lista de menções documentais recolhida em Apêndice II, un. 163. De resto, «en época visigoda se da una clara tendència a la utilización del término *urbs* como sinónimo de *civitas*», o que se mantém na documentação asturo-leonesa dos séculos IX e X, segundo C. ESTEPA DÍEZ, 1978 – «La vida urbana...»: 270.

¹²⁴⁸ Apêndice I, doc. 312. V. a lista de menções documentais recolhida em Apêndice II, un. 1521.

¹²⁴⁹ Blaise (o único a recolher todos os sentidos indicados); DMLBS; LIMAL (que recolhem apenas o primeiro significado), s.u. *civitas*.

designar um «núcleo de población importante (rodeado de murallas y capital de un condado, vizcondado, diócesis, etc.)», logo desde a década de 840¹²⁵⁰. C. Estepa Díez mostrou, há já mais de 30 anos, como o termo *civitas* recobre diversos significados na documentação (e na cronística) asturo-leonesa dos séculos IX a XI e, acima de tudo, está longe de implicar um núcleo propriamente urbano (e menos ainda uma cidade episcopal, como tradicionalmente se pretendeu)¹²⁵¹. Parece ser sobretudo a condição de “centro administrativo”, capaz de articular um determinado *territorium*, aquilo que distingue as *civitates* de outros tipos de aglomerados (fortificados ou não), como sejam os *castella* ou *castra*, os *loca* ou *vici*, que poderiam ou não assumir esta função de lugar central ao qual estão submetidos outros lugares secundários dispersos por um perímetro mais ou menos amplo¹²⁵². Aliás, esta condição de centro administrativo de um território prolonga as funções que as *civitates* desempenhavam já no ordenamento territorial romano¹²⁵³. É certo que não podemos esquecer as transformações sofridas por este ordenamento logo a partir da Antiguidade Tardia, com a desagregação da organização municipal romana e a afirmação de centralidades (institucionais, sociopolíticas, topográficas e territoriais) outras, com evidente destaque para os pólos eclesiásticos (muito particularmente as sedes episcopais, mas também os mosteiros) e para os núcleos fortificados e/ou senhoriais (castros, villae, etc.) que, prolongando centralidades anteriores ou resultando de criações mais recentes, se transformaram em “centros administrativos”, a partir dos quais se exerciam funções fiscais, judiciais, militares, etc.¹²⁵⁴. O desaparecimento do poder central a que o modelo da *civitas* estava

¹²⁵⁰ GMLC, s.u. ciuitas.

¹²⁵¹ ESTEPA DÍEZ, 1978 – «La vida urbana...»: *maxime* 258-59, 268.

¹²⁵² ESTEPA DÍEZ, 1978 – «La vida urbana...»: 261, 266

¹²⁵³ Na *Hispania* romana «*civitas* significaba la existencia de una colectividad, pudiendo ser aplicado el término para zonas indígenas carentes de vida urbana (...). En regiones romanizadas estaba formada por la *urbs* y el *territorium*. Dado que la *civitas* tenía un centro administrativo, sede del gobierno municipal, la palabra empezará a tener una significación concreta» (ESTEPA DÍEZ, 1978 – «La vida urbana...»: 270, nt. 73). Sobre a importância das *civitates* na estruturação da malha territorial romana, articulando *castra* e *oppida*, ou mesmo o conjunto dos núcleos de povoamento de um território onde pode inclusivamente não haver nenhuma *urbs*, uma importância que se prolonga ao longo da Antiguidade Tardia (quando não sai reforçada pela diminuição do papel das *urbes*), v. CASTELLANOS; MARTÍN VISO, 2005 – «The local articulation...»: 3-5; GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 132-33. Sobre a malha da *civitates* do actual território português no período romano, v. ALARCÃO, 2011 – «O Domínio Romano»: 359-73, 377-82, 386-94.

¹²⁵⁴ «Las funciones fiscales, judiciales y militares desempeñadas por *comites*, *iudices* y otros agentes desde las *ciuitates* y respecto a sus *territoria*, pudieron ir siendo assumidas por otros centros que no habían contado con una organización municipal romana y no eran tampoco sedes episcopales. Los cambios en los centros administrativos romanos, fiel reflejo de las transformaciones generales de la sociedad, son, en definitiva, la base profunda de la evolución de los términos, llegando a producir

particularmente vinculado, na sequência da invasão muçulmana, potenciou, naturalmente, o enfraquecimento deste tipo de unidades, perante a afirmação daqueles outros tipos de lugares-centrais¹²⁵⁵. No entanto, as *civitates* desempenharam um papel importante no ordenamento territorial promovido pelo Repovoamento do vale do Douro a partir da segunda metade do século IX, que naturalmente não podia ignorar centralidades geradas anteriormente, donde a dupla tendência para a reactivação de antigas *civitates* e para a atribuição deste estatuto a novos lugares-centrais dotados de funções militares e fiscais prévias que facilitavam a sua utilização por parte de um poder central que procurava afirmar-se localmente, correspondendo em ambos os casos a núcleos episcopais e/ou militares, que não necessariamente urbanos¹²⁵⁶.

No que respeita ao território portugalense, este processo de Repovoamento levado a cabo pelos magnates delegados por Afonso III, e iniciado simbolicamente com a presúria do Porto em 868, levou à criação de uma rede não muito densa, e sobretudo territorialmente desigual, de *civitates*¹²⁵⁷. Se algumas correspondem a velhos centros

ambigüedades e imprecisiones a la hora de definir *ciuitates* o *castra* (...). Tras la invasión musulmana debió de acelerarse el proceso, ya iniciado en época visigoda, por el que muchos lugares adquirieron funciones centrales; su carácter de centros fortificados, a la par de su importancia militar, les convertía en sedes administrativas de un territorio de mayor o menor extensión. Eso hace que *castra* puedan ser denominados *ciuitates*, término que ha perdido su significado romano» (ESTEPA DÍEZ, 1978 – «La vida urbana...»: 271).

¹²⁵⁵ «The destruction of the central political apparatus of the Visigothic period and the inability of the Asturian leadership to establish a new one, thus favoured the local activity of an extremely heterogeneous set of political units. The model of the *civitas*, closely linked to the presence of central power, was seriously weakened, although it did not necessarily disappear; castros, villas and monasteries must have continued to play a role, however, because their economic and social organization was more closely identified with the self-regulation of local communities» (CASTELLANOS; MARTÍN VISO, 2005 – «The local articulation...»: 25).

¹²⁵⁶ «The *civitates* were former centres of power which had retained some functions, which also explains why they were the object of Muslim attacks before their ‘repopulation’ (...). Other nuclei acquired the status of *civitates*, awarded not so much because of their urban activity, but because the apparatus of central power was once again based in them. In order for this to occur, there must have been a pre-existing infrastructure with both a military and a tributary aspect. It is striking that one of the Leonese kings’ first actions was the restoration or creation ex novo of episcopal sees, a cornerstone of closer ties between the central apparatus and local interests. In fact, the few *civitates* of the tenth century coincide with episcopal and military centres, two fundamental elements, to which should be added the presence of a hinterland which was capable of sustaining their local hegemony» (CASTELLANOS; MARTÍN VISO, 2005 – «The local articulation...»: 33-34).

¹²⁵⁷ No quadro do repovoamento dos séculos IX-X, «A solidez da ocupação é assegurada pela escolha estratégica dos lugares fortificados que formam os pólos de uma rede militar estruturada; implantados de forma a controlarem as grandes vias de penetração vindas do Sul, são designados com o nome latino de *civitates*. Conhecem-se as de Santa Maria da Feira, Montemor-o-Velho e Anégia, para além dos centros diocesanos do Porto, Coimbra, Lamego e Viseu. Note-se que a sua função primordial devia ser de carácter militar; mas o termo *civitas* implica a noção de jurisdição civil. Creio que devemos relacionar este facto com o conceito de autoridade pública» (MATTOSO, 2011 – «Portugal no Reino...»: 42). É mais completa a lista das *civitates* do território portugalense dada por M. Barroca: «Para além de Anégia, temos conhecimento, documental e arqueológico, de outras *civitates* criadas por Afonso III ou pelos seus

urbanos e episcopais, com territórios dependentes que estariam há muito estruturados, outras parecem constituir meros núcleos fortificados, agora investidos de funções militares e eventualmente administrativas, fiscais, judiciais..., particularmente frequentes nas zonas fronteiriças do Vale do Douro¹²⁵⁸. Dentre as *civitates* que identificámos na documentação analisada, Braga constitui o único exemplo claro do primeiro tipo e Alvarelhos, Batocas e a *civitate* não identificada exemplos prováveis do segundo¹²⁵⁹. Note-se, finalmente, que algumas das referências às *civitates* de Braga e de Alvarelhos são feitas a título de elemento de localização de bens transaccionados, denunciando um claro sentido territorial (e jurisdicional?) destas unidades; ao passo que noutros casos alude-se expressamente à confrontação entre determinadas *hereditates* e as próprias *civitates* (a de Batocas, a não identificada ou mesmo o termo da *civitas* de Braga), o que denuncia a utilização da palavra em sentido estrito, a designar o próprio núcleo urbano e/ou fortificado, tal como acontece nos casos em que a Sé bracarense é explicitamente integrada (*in*) nesta *civitas*. De resto, e como notaram P. Merêa e A. Girão a propósito da documentação portugalense dos séculos IX a XI, apesar da sinonímia que é possível estabelecer entre os termos ‘*civitas*’, ‘*suburbium*’, ‘*territorium*’, ‘*terra*’ e ‘*urbs*’ e da ocorrência de expressões compostas do tipo “*territorio urbis*”, “*territorio (ou terra) civitatis*”, “*suburbio civitatis*”, “*urbis civitas*”,

sucessores: Porto (desde c. 868), Braga (desde c. 870), Chaves (desde c. 872), Lamego (a. de 906), Viseu (a. de 906), St^a. Maria (Feira) (a. de 977), Seia e Coimbra (desde c.878) foram igualmente sede de *civitates*. E, apesar de carecermos de comprovação documental, acreditamos que Lanhoso, Guimarães, Maia e Montemor-o-Velho também possam ter sido» (BARROCA, 2004 – «Fortificações e povoamento...»: 188).

¹²⁵⁸ «Na realidade, depois das presúrias de Afonso III, assistimos a uma reorganização do território incorporado dentro dos limites cristãos, a qual passou pela criação das *civitates*. Não se trata, aqui, de uma simples referência a povoados urbanos, a cidades. Certamente que a expressão *civitas* também foi utilizada nessa acepção, conhecendo-se documentos onde Braga, Porto e Coimbra são tratadas como *civitates*. Mas, em muitos outros documentos, do último quartel do Séc. IX, do Séc. X e do Séc. XI, sobretudo da zona do vale do Douro, surgem referências a *civitates* que nunca corresponderam a cidades – nunca foram sede de bispado nem sequer atingiram dimensão urbana digna de relevo – mas que, apesar disso, continuaram a ser designadas como *civitates*. É o caso das *civitates* de Anégia e de St^a. Maria, que nunca tiveram uma dimensão urbana significativa. Por outro lado, é flagrante que, muitas vezes, a expressão *civitas* não se reporta a um local mas antes a um território. Na realidade, estas *civitates* eram amplos espaços territoriais que, do ponto de vista militar, estavam confiados ao controle de uma estrutura militar que, muitas vezes, se revestia de características arquitectónicas muito incipientes. A organização territorial imposta por Afonso III no Douro Litoral não se afasta, portanto, muito da que o mesmo monarca instituiu noutras zonas do seu reino, nomeadamente com as *mandationes* ou os *commissa galegos*» (BARROCA, 2004 – «Fortificações e povoamento...»: 187).

¹²⁵⁹ Sobretudo no caso de Batocas, parece plausível a hipótese de que a *civitas* referida pelos documentos correspondesse a um núcleo fortificado, aproveitando estruturas preexistentes de um povoado proto-histórico, como sugeriu R. TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*: 202-203 (v. Apêndice II, Obs. à un. 1521). E não é impossível que a referida *civitate* não identificada correspondesse a uma fortificação existente no monte/castro Barbudo (v. Apêndice II, Obs. à un. 1112).

«há, porém, várias *civitates* que nunca figuram como «territórios», embora frequentemente sirvam como pontos de referência»¹²⁶⁰.

- *Dioecesis*

Este termo é utilizado subsidiariamente, e uma única vez, para designar o território diocesano de Braga¹²⁶¹, referido num documento de 959 como elemento de localização do mosteiro de Guimarães¹²⁶². A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe, entre outros, os significados de “território diocesano” (ou por vezes paroquial) e de “província eclesiástica”¹²⁶³, que ocorre também (a partir de finais do século IX) na documentação leonesa, onde assume ainda a acepção mais ampla de “região, território”, pelo menos a partir da década de 960¹²⁶⁴. O referido documento de 959 é oriundo do cartório (e provavelmente dos serviços de nota) do cenóbio vimaranense, cujos redactores se destacam pela utilização de termos clássicos mais eruditos e menos comuns. Note-se, contudo, que o termo ‘*dioecesis*’ está relacionado com documentos falsos na documentação asturo-leonesa entre as décadas finais do século IX e as iniciais do século X¹²⁶⁵. De resto, também na documentação portugalense dos séculos IX a XI, «as referências expressas à diocese constituem uma excepção»¹²⁶⁶, sendo bem mais frequente a utilização dos termos ‘*sedes*’ e ‘*territorium*’ para designar

¹²⁶⁰ MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 7. Note-se, aliás, o recurso ao termo ‘*civitas*’ em alguns dos documentos mais antigos conservados no cartório da Sé de Viseu (da década de 1120), tanto como equivalente de ‘*territorium*’, como com o sentido restrito de “cidade definida por uma muralha”: «A recordação da velha *civitas* de Viseu não deixa de estar presente nos documentos mais recuados e ainda não totalmente esclarecidos, nomeadamente nos inícios do séc. XII, quando, em 1122, se situa uma vinha *intus civitas vetera de Viseo*. Uma *civitas* que algumas vezes parece confundir-se com o *territorium Visei* quando, na mesma data e ainda além de meados do referido século, se refere a velha muralha do território de Viseu (*muro vedro territorio Viseo; murus de Viseo de vetero*).

«A identificação de *civitas* com o sentido mais restrito de cidade – e de cidade medieval definida por uma muralha – encontra-se em muitos outros documentos desde os inícios do século XII até, pelo menos, meados do XIII» (VENTURA; MATOS, 2010 – «Introdução»: 25).

¹²⁶¹ Apêndice II, un. 67=el. 3285. Dada a sua utilização subsidiária, não consideramos este termo um tipo de unidade autónomo na base de dados, pelo que essa única ocorrência foi classificada como “*Territorium* (diocesano)”.

¹²⁶² «(...) reliquie que recondite sunt in villa uimaranes territorio latito diocesi bracharense secus riolo selio que est fratrum et sororum cenobio» (Apêndice I, doc. 339).

¹²⁶³ NIERMEYER; BLAISE, s.u. *dioecesis*

¹²⁶⁴ LLMARL, s.u. *dioceses*.

¹²⁶⁵ ISLA FREZ, 1992 – *La sociedad gallega...*: 66.

¹²⁶⁶ Como notaram MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 7, nt. 7, que arrolam uns meros 15 documentos nos quais é possível encontrar referências deste tipo, sendo que em muitos se recorre a expressões do tipo ‘*territorio* [*Brakalensis*, etc.] *sedis*’, e não propriamente ao termo ‘*dioecesis*’.

os territórios diocesanos¹²⁶⁷. Neste sentido, valerá a pena perguntar, mesmo que aquele diploma não levante suspeitas de falsificação nem sequer interpolação, se o termo ‘*dioecesis*’ terá sido efectivamente utilizado na sua redacção original.

- *Mandamentum*

Registam-se 16 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 25 menções documentais, datadas entre 1014 e 1059, todas em documentos do mosteiro de Guimarães¹²⁶⁸; a que deve acrescentar-se uma referência equívoca à villa/mandamento de Sta. Eulália de Loureira¹²⁶⁹ e uma referência genérica aos mandamentos (e villae) integrados na *terra* situada entre os rios Ave e Vizela (pertencente ao cenóbio), feita num diploma de 1049¹²⁷⁰. Explica-se assim a concentração exclusiva destas unidades na zona de maior implantação dominial e senhorial do mosteiro, em torno de Guimarães¹²⁷¹.

A generalidade dos léxicos gerais que registam este termo atribui-lhe, entre outros, o significado de circunscrição (“distrito”, “jurisdição”, “território”) em que se exerce um determinado poder¹²⁷²; ainda que a palavra não apareça recolhida em qualquer dos léxicos “nacionais” consultados, mas apenas nos de ibero-romance, que lhe atribuem o sentido mais específico de «término jurisdiccional de un conde, merino o

¹²⁶⁷ V. *infra* s.u. sedes e territorium.

¹²⁶⁸ Apêndice I, docs. 356, 367, 373, e 381. A palavra aparece referida pela primeira vez no doc. 356 (de 1014), referindo-se retrospectivamente às doações de Ramiro II (931-950) e de Ordonho II (950-957) ao mosteiro de Guimarães, embora o facto de ambos os monarcas terem morrido antes da sagração da igreja abacial (em 959) tenha levado J. Mattoso a considerar que «o anacronismo faz duvidar da autenticidade da afirmação» (MATTOSO, 1975 – «Senhorios monásticos...»: 201). O facto de o termo ‘*mandamentum*’ estar ausente nas poucas cartas de doação de Ramiro II que se conservaram (Apêndice I, docs. 332, 333 e 337) faz supor que a utilização do termo talvez fosse, nesta região, uma *criação* já dos inícios do século XI, ainda que pudesse ser utilizado para designar um tipo de circunscrição administrativa efectivamente existente anteriormente. Que o recurso a este vocábulo não se trataria de um mero cultismo característico de documentos particularmente importantes para o cenóbio vimaranense mas esvaziado de realidade, parece confirmá-lo a referência feita numa doação de 1045 (Apêndice I, doc. 367) à anterior concessão do mandamento de Tabuadelo ao conde Gonçalo Mendes, feita pelo mosteiro de Guimarães e pelo abade Aires, que teve necessariamente lugar ainda no século X, já que o conde viveu entre [950-997?] (MATTOSO, 1968-1969 – «As famílias condais...» 109-11).

¹²⁶⁹ V. Apêndice II, Obs. à un. 1829 (atribuímos a classificação normativa de “villa” a esta unidade).

¹²⁷⁰ Apêndice I, doc. 369; Apêndice II, un. 2037.

¹²⁷¹ V. a cartografia comparativa dos limites dos diversos mandamentos referidos e delimitados nos documentos de 1014 e 1059 (Apêndice I, docs. 356 e 381, respectivamente), feita por A. de A. FERNANDES, 1970-72 – «Portugal no período 1971...», II [1971]: 57-65. Valeria a pena tentar uma nova representação cartográfica que recolhesse com maior detalhe as demarcações de vários mandamentos feitas no diploma de 1014.

¹²⁷² DU CANGE; s.u. 2. mandamentum; NIERMEYER, s.u. mandamentum 4; BLAISE, s.u. mandamentum 2.

sayón» (já patente num documento de Celanova de 973)¹²⁷³. Referindo-se expressamente aos mandamentos do mosteiro de Guimarães, A. Isla observa a utilização deste termo para designar não apenas “enclaves régios” mas uma qualquer circunscrição senhorial, mais concretamente «el territorio, más o menos amplio, que rodea a una villa, de modo que puede hablarse de una villa con su mandamento»¹²⁷⁴. Note-se que em todos os documentos anteriores ao amplo inventário do património vimaranense de 1059¹²⁷⁵, a palavra ‘*mandamentum*’ parece corresponder a unidades territoriais com uma dimensão comarcal, abrangendo várias villae, embora tomem o nome de uma (é aliás significativo que 15 das 16 unidades identificadas sejam designadas com recurso a um topónimo, indicador do respectivo ponto central). Já neste inventário, há algumas referências a mandamentos que parecem revestir-se deste sentido comarcal, mas também exemplos em que a palavra parece aludir a unidades dependentes de villae individuais, de que constituem como que um componente, pelo que é possível supor que o mandamento corresponda sobretudo, nestes casos, à jurisdição inerente à posse de uma villa. Mesmo que essa jurisdição pudesse estender-se, nalguns casos, a villae vizinhas, como sugerem alguns pequenos indícios de que certos mandamentos exerceriam funções de articulação territorial num perímetro que ultrapassava os seus estritos limites (denunciados pela confrontação efectiva de alguns com unidades de diversos tipos e pela frequente referência aos termos (e lugares) antigos dos mandamentos arrolados no inventário).

- *Provincia*

Regista-se apenas uma unidade deste tipo no corpus documental analisado: a província da *Galletia*, a que correspondem três menções documentais (uma das quais

¹²⁷³ LHP, s.u. mandamento. VITERBO, s.u. mandamento, apresenta uma definição próxima, ratável em fontes portuguesas já do século XII: «território separado, jurisdição, distrito, julgado, concelho, honra, couto, com seu particular magistrado e foral». Sobre o termo ‘*mandamentum*’, que aparece na documentação galega apenas a partir de finais do século X (embora com um uso muito reduzido), e as conotações “feudais” que diversos autores lhe atribuíram, v. ISLA FREZ, 1992 – *La sociedad gallega...*: 244-46.

¹²⁷⁴ «En definitiva, el mandamento parece tratarse de una circunscripción de reducidas dimensiones, mucho menor que las mandaciones o los condados, centrada en una villa o, en alguna ocasión, en torno a un castillo. Todo esse conjunto de tierras y hombres entregaba sus tributos y dependía en líneas generales de una villa cabeza del mandamento, de modo que se configura como una unidad bastante compacta y con claras referencias de carácter administrativo. Estos mandamentos se encuentran en poder del rey, de la nobleza y los centros eclesiásticos y, como cualquier otro bien, puede ser cedido» (ISLA FREZ, 1992 – *La sociedad gallega...*: 245). Sobre as referências a *mandamentos* na documentação vimaranense (os únicos que é possível identificar no território portugalense), v. ainda MATTOSO, 1975 – «Senhorios monásticos...»: 201-202; RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 138, 169-71; AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 124-25.

¹²⁷⁵ Apêndice I, docs. 356, 367 e 373.

alude somente aos “*cumfinibus galletie*”), datadas entre 883 (embora se trate de um documento interpolado¹²⁷⁶) e 1078¹²⁷⁷.

A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe, entre outros, o significado de “território”, “divisão administrativa” ou, no domínio eclesiástico, de “unidade de jurisdição”, que tanto pode corresponder a uma “província metropolitana”, a uma “província de uma ordem monástica” ou, mais raramente, a uma “diocese”¹²⁷⁸. Os léxicos de ibero-romance recolhem apenas o sentido de circunscrição civil¹²⁷⁹. O facto de duas das três menções documentais à Galiza que identificamos aparecerem a localizar a Sé de Braga e o mosteiro de Guimarães¹²⁸⁰ não deve levar-nos a pensar que este termo é utilizado para designar uma unidade eclesiástica, possivelmente associada à província de Braga. Pelo contrário, parece ser ainda a memória da velha província romana da *Gallaecia* que aqui está em causa.

- *Sedes*

Este termo é utilizado subsidiariamente para designar tanto o território diocesano de Braga como a própria Sé catedral bracarense, sem que muitas vezes seja fácil distinguir ambos os sentidos; correspondendo ao primeiro um total de 14 menções documentais (datadas entre 1032 e 1085) e ao segundo apenas três (datadas entre 1062 e 1102)¹²⁸¹.

A generalidade dos léxicos que registam este vocábulo atribui-lhe, entre muitos outros, o significado de “sede episcopal”, “catedral”¹²⁸², mas também o de “bispado”¹²⁸³.

¹²⁷⁶ Apêndice I, doc. 7 (v. Obs.).

¹²⁷⁷ Apêndice II, un. 527.

¹²⁷⁸ DMLBS; BLAISE; LIMAL, s.u. provincia (os dois últimos registam apenas os sentidos eclesiásticos).

¹²⁷⁹ Segundo LHP, s.u. prouincia, esta palavra ocorre já num documento da Catedral de León datado de 968, com o sentido de “provincia, región”; ao passo que VITERBO, s.u. provincia, observa: «Antigamente se tomou por um território, distrito de uma cidade ou vila notável, julgado, concelho, correição (...)».

¹²⁸⁰ «(...) Sancte Marie semper Virginis cuius basilica fundata est in urbe Bracara provintia Gallecia» (Apêndice I, doc. 100, de 1078); «quorum basilica noscitur esse fundata in villa vimaranes inter duos alues aue et auicella ad radicem alpe latito urbis bracarense cumfinibus galletie» (Apêndice I, doc. 348, de 1036).

¹²⁸¹ Apêndice II, uns. 67 e 377, respectivamente. A palavra aparece ainda na documentação analisada a designar outras sedes diocesanas, naturalmente exteriores ao território da diocese de Braga e por isso não fichadas. Dada a sua utilização subsidiária, não consideramos este um tipo de unidade autónomo na base de dados, pelo que as ocorrências a este vocábulo vão classificadas como “Territorium (diocesano)” ou como “Ecclesia”, consoante o sentido de cada uma. Deve utilizar-se estes dois tipos em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹²⁸² DUCANGE, s.u. 2. sedes; NIERMEYER, s.u. sedes 1, 2, 5, 6; BLAISE, s.u. sedes 2, 3 e 5.

¹²⁸³ NIERMEYER, s.u. sedes 4.

Por muito difícil que seja distinguir os casos em que a palavra é utilizada em sentido próprio ou metonimicamente, para designar o conjunto do território diocesano bracarense através da referência ao lugar central que o funda (a catedral ou, quando muito, a cidade episcopal de Braga), o facto de a esmagadora maioria das menções à *sedes* de Braga ter lugar entre diversos elementos de localização de bens fundiários dispersos por um perímetro relativamente alargado mostra como esta acepção mais ampla, de território diocesano, é claramente dominante¹²⁸⁴. Para além deste sentido eclesiástico, alguns léxicos registam ainda um conjunto de sentidos associados a um lugar em que é exercida uma determinada autoridade (sobretudo judicial)¹²⁸⁵; de resto, o significado recolhido pelo único léxico de ibero-romance que regista a palavra¹²⁸⁶. No entanto, se é certo que nos textos cronísticos do século V (incluindo a *Crónica* do bispo Hidácio) ‘*sedes*’ ocorre com o sentido de “*sedes regia*”, lugar de assentamento da corte (sueva, no caso de Braga)¹²⁸⁷, parece-nos pouco plausível que a utilização deste vocábulo nos documentos analisados (verificada a partir da década de 1030) se deva ainda à persistência de uma memória de Braga como capital régia. Evidencia-se antes um sentido *novo*, que remete para uma realidade eminentemente eclesiástica: a *sedes* episcopal e o seu território.

- Suburbium

Registam-se apenas duas unidades deste tipo no corpus documental analisado: o *suburbium* de Braga, a que correspondem três menções documentais (datadas entre 883 e 1025) e um outro que presumimos ser do mosteiro de Guimarães (referido uma única vez num diploma de 968)¹²⁸⁸.

A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe o significado alargado de “território de uma cidade”¹²⁸⁹, mas também o mais específico de “subúrbio”,

¹²⁸⁴ Sobre as expressões utilizadas para designar o território diocesano de Braga, v. o que ficou dito *supra* Introdução, §3.2.

¹²⁸⁵ DUCANGE, s.u. 1. *sedes*; NIERMEYER, s.u. *sedes* 11-14; BLAISE, s.u. *sedes* 6-10.

¹²⁸⁶ LHP, s.u. *sede*: «Núcleo de población en la cual podía residir un funcionario judicial, ante el cual o ante el rey se desarrollaba la prueba judicial».

¹²⁸⁷ DÍAZ MARTÍNEZ, 2000 – «El reino suevo...»: 407.

¹²⁸⁸ Apêndice II, uns. 30 e 1914, respectivamente.

¹²⁸⁹ DUCANGE, s.u. *suburbanum*, *suburbium*; NIERMEYER, s.u. *suburbium* 2 (que acrescenta os sentidos de “*pagus*” e “*diocese*”); BLAISE, s.u. *suburbium* 2.

“arrabalde”¹²⁹⁰. Como notou X. Varela Sieiro, esta palavra ocorre no espaço peninsular entre os séculos IX e XI e parece designar na documentação galega (onde cai em desuso a partir do ano 1000) tanto uma «unidade territorial da que unha cidade é punto de referencia, quizais mesmo unha diocese», como um “arrabalde”¹²⁹¹; como de resto já haviam reconhecido P. Merêa e A. Girão, para quem este vocábulo aparece na documentação portugalense dos séculos IX a XI com o duplo sentido de “território diocesano” e de “arrabalde”¹²⁹². Mais restrita é a definição que propõe A. Beirante, para a mesma documentação: «o *subúrbio* que figura nos documentos não era propriamente a periferia do núcleo urbano, antes se aproximava dos limites do *território*»¹²⁹³. Se o *suburbium* do mosteiro de Guimarães parece referir-se apenas a uma zona envolvente do cenóbio¹²⁹⁴, já entre as diversas referências ao *suburbium* de Braga encontramos uma alusão clara ao território da diocese bracarense¹²⁹⁵ e duas que nos parecem remeter antes para os arrabaldes de Braga, onde se situavam efectivamente um mosteiro e um lugar localizados no *suburbium* bracarense¹²⁹⁶.

- Terra

A amplitude de sentido deste termo, que ocorre na nossa documentação tanto na acepção de unidade territorial como de parcela agrária, levou-nos a repartir o seu tratamento por esta secção, dedicada às unidades de organização social do espaço, e pela relativa às unidades de paisagem produtivas¹²⁹⁷. Restringindo a nossa atenção, por

¹²⁹⁰ NIERMEYER, s.u. suburbium 1 (que é mais específico na definição: «en parlant d’une colonie marchande près d’une cité, synonyme de portus ou de vicus»); BLAISE, s.u. suburbium 1 (que acrescenta a possibilidade de se tratar de um arrabalde fortificado). Este sentido é o único recolhido por LHP, s.u. suburbio, que o identificado a partir pelo menos de 912.

¹²⁹¹ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 75-76. O autor dá como menção mais antiga a este vocábulo nas fontes peninsulares um documento do LF datado de 840, ignorando tratar-se de uma escritura interpolada (senão mesmo falsa), e em todo o caso antedatada, que alguns críticos atribuem a [873?] e outros a [886?] (v., por todos, CARRIEDO TEJEDO, 1998-1999 – «Los episcopologios portugueses...»: 363-366, 367-369, nt. 55, 58 e 68, defensor desta última data); o que o tornaria posterior a um documento galego de 883 em que a palavra ocorre (Tumbo A, 10).

¹²⁹² P. MERÊA; A. GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 8, nt. 8.

¹²⁹³ BEIRANTE, 1993 – «A «Reconquista» Cristã»: 272.

¹²⁹⁴ «Post non multo uero temporis quod hunc series testamenti in conspectu multorum est confirmatum persecutio gentilium irruit in huius nostre religionis (sic) suburbium» (Apêndice I, doc. 344; sobre as dificuldades de interpretação que esta passagem levante, v. Apêndice I, Obs. à un. 1914).

¹²⁹⁵ Como explicar de outra forma o recurso ao “*suburbio Bragarense*” para localizar o mosteiro de Santa Tecla de Moreira (f. Moreira de Cónegos, c. Guimarães – Apêndice II, un. 1923), consideravelmente afastado da urbe bracarense, num documento de 983 (Apêndice I, doc. 347)?

¹²⁹⁶ Apêndice II, uns. 27 e 609, respectivamente (v. Apêndice I, docs. 7 e 398).

¹²⁹⁷ V. *infra* §4.2.7., s.u. terra. Note-se, aliás, que na tipologia de unidades que estrutura a nossa base a palavra ‘terra’ cabe em dois tipos (*compósitos*) integrados em ambas as categorias: “Terra, Territorium”

agora, à primeira aceção, registam-se sete unidades deste tipo no corpus documental analisado: as *terrae* de *Portugale* (ou portugalense), de Guimarães, de S. Torcato, de Sande, de Lanhoso, do Vade e a *terra* situada entre os rios Ave e Vizela, pertencente ao mosteiro de Guimarães); a que correspondem oito menções documentais, datadas entre 1045 e 1072¹²⁹⁸. Note-se, desde já, que duas daquelas unidades (a terra portugalense e a de Guimarães) aparecem também designadas na documentação pela palavra ‘*territorium*’.

A generalidade dos léxicos que registam o termo ‘*terra*’ atribui-lhe, entre outros, o significado de “domínio”, “território”, “reino”¹²⁹⁹. A extensão destas circunscrições territoriais (com claras conotações administrativas) podia, contudo, variar significativamente. Como há já muito tempo notaram P. Merêa e A. Girão, na documentação portugalense dos séculos IX a XI «a alguns territórios de área mais reduzida dava-se por vezes o nome de *terra*», sendo que este vocábulo «é também empregado, se bem que mais raramente, para designar territórios extensos»¹³⁰⁰. Assim se explicam as diferenças evidentes entre aquilo que, de acordo com a classificação destes autores, podemos considerar *terrae* “grandes, médias e pequenas”. Entre as primeiras, está a *terra* portugalense, invocada para localizar uma villa situada no actual concelho de Braga num documento de 1072 cujo redactor explicita claramente a integração do “*territorio Bracare*” em que a villa está situada nesta “*terra Portugalensis*”¹³⁰¹. Entre as *terrae* “médias” e “pequenas” estão todas as outras seis unidades identificadas, com as de S. Torcato e de Sande a constituírem exemplos típicos de *terrae* “pequenas” e as restantes de *terrae* “médias”¹³⁰². Note-se, todavia, que a escassez de referências a este

(UASE) e “Terra, Terreno” (UP/P/O)”), que devem ser utilizados em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹²⁹⁸ Apêndice II, uns. 153, 2034, 2037, 2038, 2831, 2906 e 3217.

¹²⁹⁹ DU CANGE, s.u. terra; NIERMEYER, s.u. terra 4-6; BLAISE, s.u. terra 1.

¹³⁰⁰ MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 12, que procuraram identificar exaustivamente e cartografar as *terras* e *territórios* documentados para o século XI, embora aproveitem ainda algumas referências anteriores. Também A. de J. da COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 347-49 e mapa n.º 2, identificou e cartografou as *terras* mencionadas no *Censual de Entre-Lima-e-Ave*. Se no primeiro trabalho os autores optaram, prudentemente, por cartografar apenas os lugares pertencentes a cada uma das terras, no segundo preferiu-se assinalar os próprios limites de cada circunscrição.

¹³⁰¹ Apêndice II, un. 803=el. 1581: «villa mea propria (...) vocitata Nogaria et est ipsa villa in terra Portugalensis territorio Bracare sub monte Spino rivulo Aliste» (Apêndice I, doc. 190).

¹³⁰² Embora nem sempre clara, esta distinção entre *terrae* “médias” e “pequenas” fica clara num documento de 1049 (Apêndice I, doc. 369), em que a palavra ‘*terra*’ é utilizada para designar simultaneamente: (i) um amplo território (delimitado pelos rios Ave e Vizela) onde o mosteiro de Guimarães deteria várias (mas possivelmente não todas) villae e mandamentos, e sobre o qual exercia a sua jurisdição pelo menos em matéria judicial; e (ii) uma circunscrição bem mais restrita do ponto de

termo (com o sentido de circunscrição territorial) na documentação analisada, deixando entrever muito pouco das funções administrativas, fiscais, judiciais e militares exercidas no quadro destas unidades, confirma que elas só se tornaram realmente importantes na organização territorial da zona portugalense a partir de meados do século XI, quando a acção de Fernando Magno as tomou como base de uma nova malha que veio substituir (sobretudo na região do vale do Douro, mais próxima da fronteira) a velha rede de *civitates* (re)activada na sequência do Repovoamento desta região e controlada pelas velhas famílias condaís¹³⁰³.

- *Territorium*

À semelhança do que acontece com o termo ‘*terra*’, também ‘*territorium*’ aparece na nossa documentação a designar circunscrições razoavelmente distintas, tanto do ponto de vista espacial como funcional. Antes de maiores esclarecimentos, note-se desde já que esta palavra aparece associada a dois tipos de circunscrições: (i) unidades territoriais semelhantes às *terrae* (ainda que preferencialmente dos tipos “médio” e “grande”) e (ii) territórios diocesanos¹³⁰⁴. Do primeiro tipo registam-se nove unidades no corpus documental analisado: os *territoria* bracarense, de Anégia, portugalense, de Panóias, de Chaves, de Entre-Ambas-as-Aves, de Guimarães, de Montelongo e de Vieira; aos quais correspondem 123 menções documentais, datadas entre 875 e 1108¹³⁰⁵. Já do segundo tipo regista-se apenas uma unidade: o território diocesano de Braga, designado na maior parte das vezes com recurso ao termo ‘*sedes*’, e episodicamente ao

vista territorial, como seja a “*terram Sancti Torquati*”, também pertencente ao mosteiro (Apêndice II, uns. 2037 e 2038, respectivamente).

¹³⁰³ Sobre esta questão, v. AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 241-43 e a bibliografia aí citada. Retenha-se apenas a síntese da evolução destas circunscrições administrativas a partir da reorganização do território levada a cabo por Fernando Magno, em meados do século XI, devida a L. VENTURA, 1992 – *A nobreza de corte...*, I: 254-60. A autora mostrou como durante o século XI as «menções às *terrae* (à excepção de algumas a sul do Douro (...)) se faziam mais no sentido territorial, como sistema de referência para a localização geográfica de determinados bens», ao passo que já na primeira metade do século XII «elas são referidas enquanto tenências, em virtude dos seus tenentes (...). Ali realçava-se o elemento real, aqui o pessoal» (*ibidem*, p. 257). É naquele sentido de circunscrição *real* que o termo aqui se toma, naturalmente.

¹³⁰⁴ Por esta razão, na tipologia de unidades que estrutura a nossa base a palavra ‘*territorium*’ cabe em dois tipos (um deles *compósito*) integrados na mesma categoria (UASE): “Terra, Territorium” e “Territorium (diocesano)”, que devem ser utilizados em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹³⁰⁵ Apêndice II, uns. 9, 15, 153, 582, 1515, 1730, 2034, 2064, 2215. Note-se que a esmagadora maioria destas 223 menções (199) diz respeito ao território bracarense. Acresce ainda uma referência *compósita* ao “*territorio Bragarense et Portugalense*”, invocado para localizar bens situados na zona de fronteira entre os territórios diocesanos de Braga e do Porto (v. Apêndice II, Obs. à un. 152).

termo ‘*dioecesis*’¹³⁰⁶, mas também como “*territorio Bracare*” ou “*territorio Brakalensis sedis*” em cinco documentos datados entre 906 e 1091¹³⁰⁷.

A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe, entre outros, o significado de “território de uma cidade (*civitas*)”, “diocese”, “circunscrição judicial”, “região”¹³⁰⁸. Parece ser especialmente frequente a utilização da palavra nas fontes peninsulares, e já desde a Antiguidade Tardia, para designar diversos tipos de circunscrições territoriais¹³⁰⁹. Como se constata, desde logo, na documentação asturiana e leonesa, são essencialmente três estes tipos: «1.1. Territorio de comunidades de aldea o monásticas; 1.2. Territorio supralocal; 1.3. Territorio más grande»¹³¹⁰. Uma tripartição que não deixa de encontrar algum eco na já referida distinção entre «territórios grandes, médios e pequenos» proposta por Merêa e Girão¹³¹¹. No entanto, como estes autores sugeriram, muita da “confusão” que envolvia ainda na década de 1940 o estudo dos *territoria* altomedievais «resulta de se não ter feito uma distinção prévia e fundamental entre duas categorias de territórios»¹³¹²: (i) os “grandes territórios diocesanos”, herdeiros de uma circunscrição administrativa essencial no período visigodo como era a *civitas*,

¹³⁰⁶ V. *supra* s.u. *dioecesis*.

¹³⁰⁷ Apêndice II, un. 67.

¹³⁰⁸ DU CANGE, s.u. 1. *territorium*; NIERMEYER, s.u. *territorium* 1-6; BLAISE, s.u. *territorium* 1-3. «A palavra *territorium* era empregada pelos romanos para designar o alfoz da *civitas*, mas em tempos mais próximos vemo-lo usado (*sic*) como sinónimo de *civitas* ou de *dioecesis*» (MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 5). Sobre a evolução do termo ‘*territorium*’ entre a Antiguidade Tardia e o século XI, v. MAZEL, 2008 – «Introduction»: 11-12 e, para o caso portugalense, MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 469.

¹³⁰⁹ «Que na Espanha o *territorium* podia deixar de corresponder à *civitas* provam-no vários lugares do Código Visigótico, o que não quer dizer que se não dissesse também *territorium civitatis*, *territorium episcopi*, sem falar já nos casos em que o vocábulo tinha o significado vago de região ou lugar. (...) Nos diplomas dos séculos IX a XII a palavra *territorium* figura com grande frequência, sobretudo para marcar a situação dos lugares, *villae*, igrejas, etc., a que respeitam os actos e contratos, mas basta um exame perfunctório para nos mostrar que se não trata de uma repartição em circunscrições de extensão aproximadamente uniforme. Pelo contrário, a extensão dos *territoria* diverge consideravelmente, e há muitos que se sobrepõem ou entrecortam» (MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 6).

¹³¹⁰ LLMARL, s.u. *territorium*: «Este término, que en origen tuvo un significado geográfico, posteriormente adquirió valor como elemento jerarquizador y articulador del espacio, refiriéndose a una circunscripción vinculada con los poderes feudales y con unos límites más o menos precisos que sirven como referentes de bienes inmuebles, heredades, tierras, monasterios, iglesias, fortificaciones, aldeas, ciudades o cualquier otro elemento de ocupación humana (...). La abundancia de este término esconde una gran diversidad territorial y una jerarquización del espacio entre los ss. IX-XIII, pues se utiliza para designar una demarcación dependiente de una ciudad, de un castro, de un castillo, de una aldea, así como para designar realidades de muy diferente extensión geográfica y dimensión jurídica: desde el término económico perteneciente a una pequeña aldea o a un castro, pasando por entidades de carácter supralocal que engloban varias aldeas y que dependerían de una fortificación, hasta grandes territorios relacionados con las demarcaciones controladas por ciudades o espacios geográficos con reminiscencias de carácter étnico» (*ibidem*, nt. a).

¹³¹¹ MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 12; v. *supra* s.u. *terra*.

¹³¹² MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 7.

«chamada às vezes *urbs* e *territorium*, que correspondia à diocese»¹³¹³; e (ii) um conjunto amplo de territórios de menor dimensão, «cujas extensão (...) diverge dum modo considerável, pois que, a par de vastos «territórios», há-os de área reduzida, e até de minúsculas dimensões»¹³¹⁴. Ora, das nove unidades classificadas como ‘*territoria*’ no corpus documental analisado, conclui-se que a palavra foi aqui utilizada para designar apenas circunscrições de “grande” e “média” dimensão, com os territórios bracarense (como vimos, expressamente designado como território diocesano/da Sé de Braga, em alguns casos) e portugalense a sobressaírem como os mais extensos.

- *Urbs*

Registam-se apenas duas unidades deste tipo no corpus documental analisado: as *urbes* do Porto e de Braga; a que corresponde um total de 12 menções documentais, datadas entre [873-910] e 1081, das quais 11 são relativas à *urbs* bracarense¹³¹⁵. Como já notámos a propósito da palavra ‘*civitas*’, no caso de Braga é frequente a utilização tanto deste termo como de *urbs*, que aparecem assim como quase sinónimos, com um documento de 1076 a aludir inclusivamente à «*urbis civitas Bracara*»¹³¹⁶.

Este é um termo ausente do conjunto de léxicos de latim medieval consultados (com excepção do italiano¹³¹⁷), o que deixa adivinhar senão um escasso uso na documentação deste período, ao menos o reconhecimento de que a evolução da semântica da palavra face ao sentido que assumira no latim clássico não terá sido significativa. A. Beirante notou já, a propósito da documentação portugalense dos séculos IX a XI, como «ao contrário do que se poderia supôr, *urbe* não era somente o centro urbano principal. Antes abrangia uma vasta área ao redor do mesmo, tendendo a confundir-se com a antiga *civitas*»¹³¹⁸. É esse o sentido que assumem duas das 10

¹³¹³ MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 7: «Não admira, portanto, que os documentos posteriores continuem fazendo referência, ora à diocese, ora – o que é muito mais frequente – ao «território» correspondente à diocese» (*ibidem*, p. 7-8); o que de resto se compreende em virtude da persistência de uma memória desses territórios apesar da efectiva ruptura dos quadros da administração eclesiástica diocesana no território portugalense depois da Invasão árabe (v. *supra* Introdução, §3.2.).

¹³¹⁴ MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 11. Os autores incluem nesta categoria um conjunto amplo de circunscrições também (ou, em alguns casos, apenas) designadas como ‘*terrae*’ na documentação.

¹³¹⁵ Apêndice II, uns. 10 e 163. Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *compósito* (“*Urbs, Civitas*”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹³¹⁶ Apêndice I, doc. 96. V. a lista de menções documentais recolhida em Apêndice II, un. 163.

¹³¹⁷ LIMAL, s.u. *urbs*.

¹³¹⁸ BEIRANTE, 1993 – «A «Reconquista» Cristã»: 272.

referências à *urbs* bracarense, utilizada como elemento de localização de unidades situadas no perímetro do actual concelho de Braga¹³¹⁹; e possivelmente as outras seis que localizam unidades situadas nos actuais concelhos de Vila Verde, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, confinantes com Braga¹³²⁰. No entanto, não nos parece que este sentido valha para as restantes duas menções que localizam unidades situadas em lugares consideravelmente afastados (no perímetro dos actuais concelhos de Viana do Castelo e de Esposende)¹³²¹; nem para a referência à *urbs* portugalense para localizar a igreja de S. Miguel de Negrelos (actual f. Paraíso, c. Guimarães), um documento datado criticamente de [873-910], sobre o qual recaem, em nossa opinião, indícios de interpolação¹³²². Em todos estes casos a palavra ‘*urbs*’ aparece a designar unidades muito extensas, que ultrapassam largamente o território de uma cidade, e que parecem estar investidas (sobretudo no caso desta referência à *urbs* portugalense) de um conteúdo *político*. Note-se, contudo, que no caso das referências à *urbs* bracarense, por muito afastados que fossem os lugares por ela localizados, todos cabiam dentro do território da diocese de Braga, a que o termo *urbs* parece aludir¹³²³.

¹³¹⁹ Apêndice I, docs. 96, 105

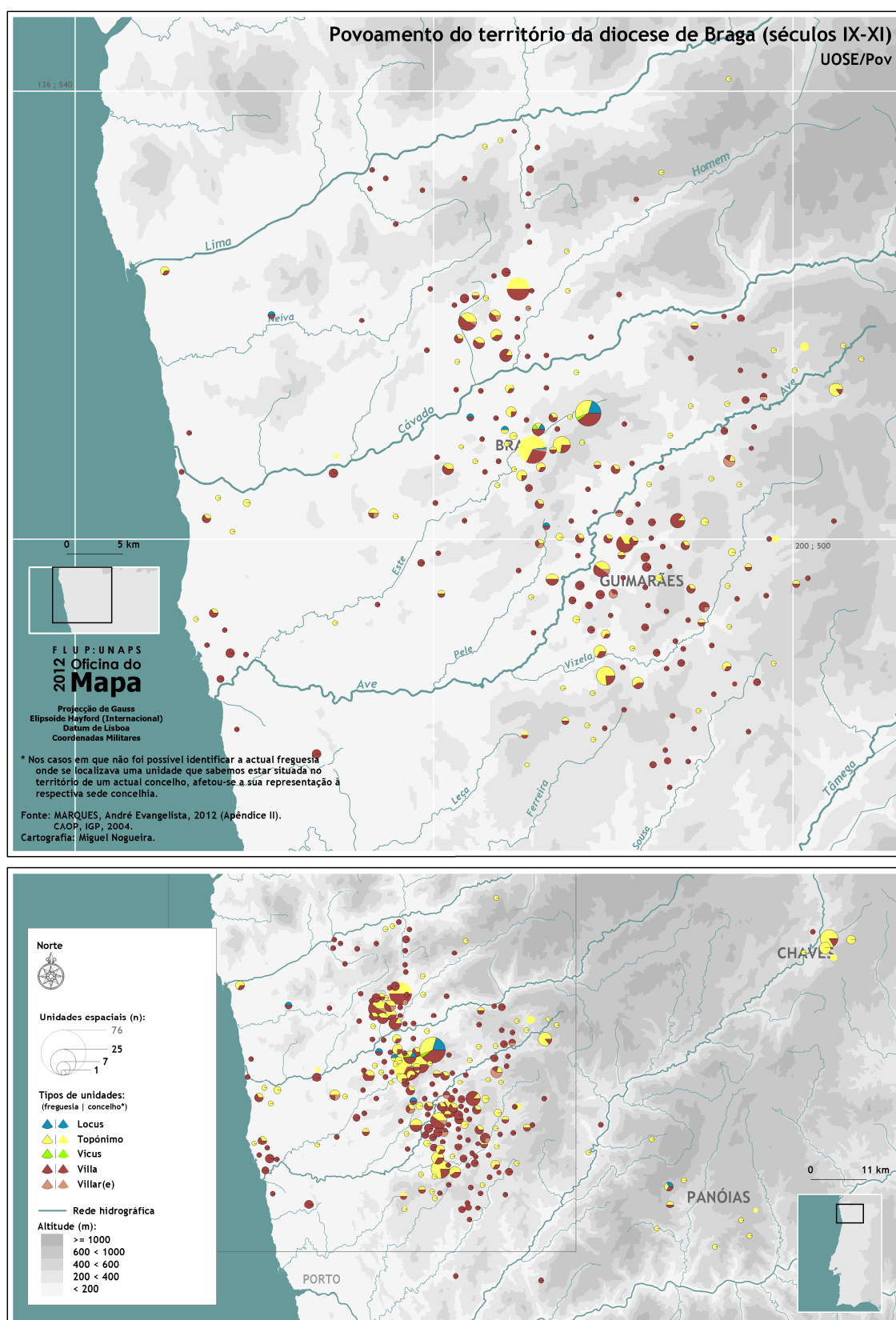
¹³²⁰ Apêndice I, docs. 239, 243 e 348 (Vila Verde); 337 e 383 (Guimarães); 376 (Vila Nova de Famalicão).

¹³²¹ Apêndice I, doc. 19 e 100, respectivamente.

¹³²² V. Apêndice I, Obs. ao doc. 4: «(...) *baselica sita et fundata est in villa Negrelus territorio Bracharensis urbium portugalensis*». Depois da referência ao “território bracarense” em que a igreja se integrava, a alusão à “*urbs* portugalense” parece remeter para uma unidade política mais alargada, a terra portugalense, constituída na sequência da presúria do Porto. E poderá constituir uma confirmação de que nesta data Guimarães não assumira ainda qualquer função de capitalidade, que caberia ao Porto, caso não se constate ser esta uma passagem interpolada.

¹³²³ De resto, já P. MERÊA; A. GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 8, nt. 8, haviam observado que «nos documentos deste período [séculos IX a XI] usam-se por vezes, para designar estes territórios [diocesanos], as palavras *urbs*, *suburbium* (...) e *civitas*».

2. Unidades de organização social do espaço



Mapa 5 – Unidades de organização social do espaço: unidades de povoamento

2.1. Unidades de povoamento

- *Locus*

Registam-se 12 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 23 menções documentais datadas entre 883 e 1100 (das quais apenas uma provém de um escritura em que essa unidade é objecto do acto jurídico consignado)¹³²⁴. A palavra aparece ainda com relativa frequência a designar templos de diversos tipos (*ecclesiae*, mosteiros e mesmo catedrais), como veremos¹³²⁵; embora deva notar-se que em alguns casos o termo não designaria propriamente o templo mas o *lugar* em que este estava implantado, podendo mesmo abranger um perímetro relativamente alargado (residencial e mesmo agrário) no seu entorno¹³²⁶. Deixando de lado essa acepção restrita de “templo”, concentremo-nos no sentido mais amplo da palavra, assumido por aquelas 23 menções documentais. A generalidade dos léxicos que recolhem este vocábulo atribui-lhe, para lá de outros sentidos específicos, um conjunto de significados indexáveis à noção de “lugar”, num arco que se estende entre um mero “domínio senhorial” e uma “cidade”¹³²⁷; podendo a função residencial desse lugar ser considerada necessária, como sugere a definição proposta por Viterbo¹³²⁸, ou não, como parecem considerar os autores de um dos léxicos de ibero-romance consultados¹³²⁹. De qualquer forma, o exacto conteúdo espacial (e funcional) de um termo (e um conceito) tão amplo como o de ‘*locus*’ pode variar extraordinariamente e não admite grandes restrições à

¹³²⁴ Note-se que dez destas 23 menções documentais correspondem a oito unidades que os redactores designaram preferencialmente por outros termos (‘mons’, ‘villa’ (cinco unidades) ou topónimos isentos: Apêndice II, uns. 45, 49, 260, 544, 672, 853, 1601 e 1892), pelo que o total de unidades alguma vez classificadas como ‘*locus*’ é de 20.

¹³²⁵ V. *infra* §3.4., s.u. locus.

¹³²⁶ Um exemplo desta utilização ampla da palavra encontra-se na referência ao mosteiro de S. Antonino de Barbudo logo na abertura de um diploma de 1102, em que o abade Soeiro relata a fundação do cenóbio e faz o inventário (*notitia*) dos seus bens de raiz: «*Ego Suarius abbas qui moratus fui X'.^a annis in Sancto Antonino de Barvudo fecit ad nobis testamentum Nunus Froilaz qui ipsum locum primitur incoavit de causa modica quia novella erat ipsa heremita de applicare ibi et ubique potuerat usque ad ipsum diem que ad nobis incurtavit et ad servos Dei qui ibi erant qui ad nostrum introitum ad nobis venerunt et iam mortui sunt et ibi sepulti sunt et de ipso die in denante ego edificavi ipsam domum cum ipsos fratres nostros tam de domos quam etiam de ornamento ecclesie vel monasterii et plantavi et edificavi ipsum locum Sancti Antonini cum quantum ibi fuit*» (Apêndice I, doc. 295; Apêndice II, un. 1000=el. 2578 – sublinhados nossos); para outros exemplos da utilização do termo ‘*locus*’ para designar o lugar de implantação de mosteiros, v. Apêndice II, uns. 28 e 669.

¹³²⁷ NIERMEYER, s.u. locus, 1, 11; BLAISE, s.u. locus, 1, 2.

¹³²⁸ VITERBO, s.u. logo: «1 Lugar, lugares (...); 2 Morada ou residência (...)».

¹³²⁹ LHP, s.u. logare: “lugar, sitio”.

partida, como se deduz da complexa e muito competente definição proposta pelo léxico inglês¹³³⁰.

Na Antiguidade Tardia, e desde logo nas fontes hispânicas, a palavra assumiu o triplo sentido de (i) “núcleo de povoamento” (quando associado a um topónimo), (ii) de “área de povoamento disperso” (ou até de território) e (iii) de “unidade de exploração”, “domínio fundiário (público ou privado)”¹³³¹. Já a partir da Alta Idade Média, na documentação da Cantábria, por exemplo, *locus* «es en principio una referencia de localización geográfica que el escriba utiliza con esse fin sin pretensiones de definir la categoría de lugar al que se refiere. No obstante, cabe suponer que cuando se habla de un poblado y no se identifica con una categoría, se refiere a una entidad menor, aun no consolidada como aldea»¹³³². Mesmo que as escassas referências a *loci* na nossa documentação não permitam levar muito longe a análise, é sintomático que em sensivelmente metade (12) das referidas 23 menções documentais estas unidades apareçam integradas em villae, configurando-se, portanto, como “lugares” concretos dentro do território dessas villae. Por outro lado, é também verdade que a maior parte das referências a *loci* aparece enquadrada em expressões utilizadas para localizar determinadas propriedades (por inclusão ou confrontação), do tipo “*in loco predicto...*”, “*in loco ubi dicent...*”, a que se segue obviamente um topónimo. Aliás, 11 das 12 unidades deste tipo recenseadas aparecem designadas por um qualquer elemento toponímico. Mais do que “expressões formulares”, como considerou M. del P. Álvarez Maurín, ao comentar a sua ocorrência frequente também na documentação asturiana e leonesa¹³³³, parece-nos que este tipo de indicação locativa resulta da intenção manifesta por parte dos redactores de transmitirem uma certa indefinição tipológica da realidade espacial invocada, o que os leva a utilizar um vocábulo de sentido tão amplo como ‘locus’¹³³⁴. Note-se, todavia, que essa indefinição não significa intangibilidade. Trata-se,

¹³³⁰ DMLBS, s.u. locus: «1 a part of space having definite location, place (...); b (identified by proper name) (...); 2 (sg. only) place, space, extension (in general) (...); 5 (used for spec. purpose): a (various), b (for habitation), c (for burial), d (-us publicus, -us privatus) public (private) place; 6 (as general term): a inhabited place, town, manor, farm, estate, stead (...) 9 a place occupied by, or proper to, spec. thing or natural feature, b site, area (of or for building, etc.) (...)».

¹³³¹ V. MARTÍNEZ MELÓN, 2006 – «El vocabulário de los asentamientos...»: 125-26, que assinala como na última acepção «*locus* podría aplicarse tanto a un tipo de poblamiento rural como para calificar propiedades públicas o privadas. Designa a la vez el asentamiento humano y las tierras del dominio».

¹³³² DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 81.

¹³³³ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 328.

¹³³⁴ Esta amplitude de sentido verifica-se já na utilização deste vocábulo nas *Formulae Wisigothicae* (ISLA, 2001 – «*Villa, villula, castellum...*»: 12). De resto, são frequentes as menções a topónimos

em todo o caso, de lugares concretos. E que, para além de poderem corresponder a núcleos de habitat, não tinham necessariamente de ser lugares secundários¹³³⁵. De resto, o facto de algumas unidades aparecerem classificadas alternadamente, em diferentes escrituras, como ‘*villa*’ e ‘*locus*’, leva-nos a pensar que este termo foi também utilizado para designar o conjunto territorial implícito naquela palavra; embora deva admitir-se a possibilidade de uma utilização metonímica, que recorre ao lugar-central para designar toda a *villa*¹³³⁶.

- *Vicus*

Este termo foi utilizado num único diploma recolhido no nosso corpus documental, outorgado por Afonso III em 899 e copiado no *Tumbo A* da Catedral de Santiago de Compostela, logo escrito e conservado fora do território bracarense, embora a confirmação que nele se faz dos bens anteriormente doados pelo monarca ao bispo D. Sesonando de Iria inclua villae, uma *ecclesia* (de S. Vítor) e um *monasterium* (de S. Frutuoso de Montélios) nos arredores de Braga. Uma dessas villae, precisamente aquela em que estava situada a igreja de S. Vítor, é arrolada como tendo sido doada com três *vici*¹³³⁷. Trata-se, portanto, de um vocábulo ausente do nosso corpus¹³³⁸, e em todo o caso de utilização extremamente rara (senão mesmo nula) na documentação produzida no território bracarense; como parece acontecer, de resto, noutras regiões do Norte peninsular¹³³⁹. É evidente, logo a partir dos séculos VIII e IX, a substituição do termo ‘*vicus*’ por ‘*villa*’ e eventualmente outros (como ‘*locus*’) que, mesmo ultrapassando o

antecedidas de expressões como “*ubi dicent...*”, mas sem qualquer termo classificatório, seja ‘*locus*’ ou outro.

¹³³⁵ Num documento de 1065 alude-se a uma herdade situada simultaneamente na *villa* Portela e num *locus* do mesmo nome: «hereditate mea propria quam habeo in villa Portela sub monte Tedeiras territorio Bracarensi discurrente rivulo Pel et habet iacentiam in loco predicto Portela» (Apêndice I, doc. 202; Apêndice II, uns. 733 (*villa*) e 964 (*locus*)). Ainda que possa tratar-se de uma referência pleonástica (em que ‘*locus*’ apareceria, por razões estilísticas, como designação alternativa de ‘*villa*’), parece-nos preferível interpretar esta passagem como uma dupla referência à villa (enquanto território) e ao lugar (enquanto núcleo central habitado), que constituiriam o conjunto espacial designado pelo topónimo Portela.

¹³³⁶ V. Apêndice II, uns. 260, 544, 672, 853 e 1601. Esta “substituição” de ‘*villa*’ por ‘*locus*’ foi já sublinhada por A. SAMPAIO, s.d. – *Estudos Históricos...*: 137-38, embora atribuindo ao facto uma interpretação diferente da que aqui propomos.

¹³³⁷ «Iterum offerimus pro luminariis acendendis (...) villam que est iuxta fluuium Aleste territorio bracharense ubi ecclesia Sancti Vitoris est fundata cum uicis suis, id est: Efigies, Murgotos, Palatium» (Apêndice I, doc. 8; Apêndice II, uns. 35, 36 e 37).

¹³³⁸ Contando com os documentos falsos ou fortemente interpolados incluídos no dossier histórico inicial do LF que não fichámos.

¹³³⁹ Este termo está ausente, por exemplo, da documentação dos mosteiros de S. Vicente e de S. Paio de Oviedo, ao menos entre os séculos X e XII (TORRENTE FERNÁNDEZ, 1985-1986 – «Términos agrários...»: 78).

campo semântico do primeiro termo, parecem ter servido melhor aos redactores para designar os núcleos habitacionais a que as fontes clássicas e tardo-antigas chamavam ‘*vici*’.

Com efeito, já no período clássico o termo ‘*vicus*’ podia assumir um de dois significados: (i) o de “bairro (ou mesmo rua) de uma cidade” e (ii) o de “aglomerado de segunda ordem”, que alguns autores classificam como “urbano”¹³⁴⁰ e outros admitem corresponder sobretudo a um núcleo de povoamento rural¹³⁴¹. Embora deva ter-se bem presente a dimensão eminentemente jurídica, mais do que morfológica, deste termo, pelo que não é possível estabelecer correspondências estreitas com um qualquer tipo de habitat, como bem notou V. Clément¹³⁴². Seja como for, o termo ‘*vicus*’ persistiu ao longo da Antiguidade Tardia, e não apenas na Hispânia, com o significado de “núcleo de povoamento secundário” (preferencial mas não necessariamente rural)¹³⁴³, sendo importante notar a tendência verificada nos séculos V e VI para a multiplicação de *vici* em diversas zonas da Península Ibérica. Mesmo tratando-se de núcleos difíceis de identificar no registo material (por ausência de estruturas monumentalizadas), constituíram por certo uma das vias para a construção da densa malha de aldeias verificada no registo escrito a partir dos séculos IX e X¹³⁴⁴.

¹³⁴⁰ É o caso de J. de Alarcão, que define *vici* como «aglomerados urbanos de segundo nível, maiores que aldeias, que são aglomerados de terceira ordem» (ALARCÃO, 1998 – «A paisagem rural...»: 91-92).

¹³⁴¹ F. Pérez Losada caracteriza-os como aglomerados não-urbanos, em tudo assimiláveis a aldeias, que se definem como «povoados abertos, implantados sobre os eixos de comunicações terrestres ou marítimo-fluviais que actuam como núcleos centrais anível local; a sua principal função é portanto a prestação de serviços, especialmente de íncole sócio-económica (e, em muito menor escala, também de ideológico-religiosa) à população galaico-romana local dispersa, carecendo em princípio da típica funcionalidade político-administrativa que caracteriza os núcleos urbanos» (PÉREZ LOSADA, 1998 – «Cidades e aldeias...»: 166-67). Note-se que o autor assinala, a partir do registo arqueológico, Caldas das Taipas e Prado como exemplos de *vici* dependentes da sede de *civitas* que é Braga. Note-se ainda que o único povoado atestado epigraficamente como *vicus* no território de Chaves durante o período romano (*vicus vagornica*) corresponde a lugar onde foi possível identificar uma “elevada densidade de espólio” arqueológico dispersa por uma área calculada em c. 7 ha: «Este valor não é concerteza rigoroso, nem temos possibilidade de saber se representa com aproximação a área edificada do povoado. No entanto, a título comparativo, refira-se que ele se aproxima bastante das dimensões médias de muitas das actuais aldeias da região, principalmente das que constituem sede de freguesia, cuja área edificada oscila entre os 5 e os 8 ha» (TEIXEIRA, 1996 – *De Aquae Flaviae a Chaves...*: 159).

¹³⁴² «Il est probable que les *vici*, *castella* et *pagi* se distinguent surtout par leur degré d’autonomie par rapport au pouvoir romain. Il s’agit avant tout de notions juridiques, sans équivalence systématique avec une forme d’habitat déterminée» (CLÉMENT, 1999 – «Le territoire du Sud-Ouest...»: 115).

¹³⁴³ MARTÍNEZ MELÓN, 2006 – «El vocabulário de los asentamientos...»: 117 e ss. A palavra aparece em diversas fontes do período visigodo, como por exemplo nas *Etymologiae* de S. Isidoro de Sevilha, com o sentido de «núcleo de población de reducidas dimensiones, pero obviamente de una cierta envergadura que supera a la de la villa» (ISLA FREZ, 2001 – «Villa, villula, castellum...»: 11).

¹³⁴⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 136-37. Esta sugestão, que faz radicar nos *vici* do período godo a origem de algumas das villae (e comunidades de aldeia) altomedievais,

Os léxicos gerais que recolhem este termo tendem a atribuir-lhe um conjunto amplo de significados que gravitam em torno do binómio “núcleo de povoamento suburbano” e “domínio, propriedade fundiária”¹³⁴⁵. No entanto, o sentido de “aldeia” parece ser dominante na documentação asturiana e leonesa, a partir pelo menos da década de 910, sendo que o de “bairro suburbano” não ocorre antes da segunda metade do século XII, a avaliar pelas menções documentais recolhidas pelo recente léxico leonês de latim medieval¹³⁴⁶. De resto, a ocorrência deste termo na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 é rara, como já ficou dito¹³⁴⁷. O mesmo sentido de “aldeia” parece dominar ainda na documentação galega dos séculos IX e X¹³⁴⁸, embora ainda no século XIII o termo ‘*vico*’ apareça por duas vezes na documentação da Sé de Lugo com o sentido de «barrio o arrabal ya que se refiere, en ambos casos, al *vico* llamado de Vermudo Sancii (...) el cual aparece citado, en documentación ligeramente posterior, como rúa de la ciudad de Lugo (...), sin duda porque el nuevo poblamiento se asentó en sentido longitudinal a ambos lados del camino»¹³⁴⁹. Percebe-se assim a possibilidade de uma certa sobreposição entre os sentidos de “bairro” e “rua” suburbanos, senão mesmo entre ambos e o de “núcleo de povoamento secundário”.

Ora, a menção aos três *vici* situados nos arrabaldes de Braga, na dependência de uma villa junto do rio Este em que estava situada a igreja de S. Vítor, deixa adivinhar a utilização deste termo para designar pequenos aglomerados populacionais, que tanto poderiam corresponder a núcleos isolados, como a bairros ou mesmo ruas, mas cujo carácter suburbano é evidente. Talvez seja mesmo esta proximidade a um centro como Braga, e a intenção manifesta de estabelecer com ele uma relação de dependência

fora já avançada pelo autor em trabalhos anteriores (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1990 – *La sociedad rural...*: 25) e veio a ser recolhida por outros autores (e.g.: BARRIOS GARCÍA, MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...», p. 66). Aliás, o carácter aglomerado destes núcleos torna-os mais consonantes com a rarefação do povoamento e a insegurança características dos séculos altomedievais do que as pequenas explorações dispersas.

¹³⁴⁵ A mais completa definição é a que propõe NIERMEYER, s.u. vicus, que recolhe, entre outros, os significados de «village, bourgade, agglomération d’une certaine importance, qui n’est pas une cité épiscopale», «bourg, agglomération près d’une cité épiscopale», «bourg, agglomération près d’une grande abbaye» ou simplesmente «rue»; mas também o de «domaine, propriété foncière».

¹³⁴⁶ LLMARL, s.u. vicus: «1 Lugar, aldea, poblado (...); 2 Barrio en las afueras de una ciudad»; uiculus, -i: «pequeña aldea o barrio».

¹³⁴⁷ Segundo M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 313, que recolheu apenas referências ao diminutivo ‘*uiculis*’, este termo «posee en nuestros documentos documentos el carácter de tecnicismo notarial dada su escasa presencia y su situación en el entorno formular». De resto aparece a designar apenas “povoações rurais”.

¹³⁴⁸ LÓPEZ ALSINA, 1988 – *La Ciudad de Santiago...*: 203, nt. 293.

¹³⁴⁹ JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 121.

funcional, que levou o redactor a optar por um termo de ressonância clássica, raro na documentação do período em análise (ainda que deva ter-se em mente o facto de o documento ter sido redigido, com grande probabilidade, na Galiza, onde esse termo seria mais frequente). De qualquer forma, a localização destes três *vici* tem alguma relevância para percebermos que tipo de aglomerados estaria em causa. O facto de aparecerem integrados no território de uma só villa levar-nos-ia a pensar, numa leitura imediata, que não deveriam corresponder a aglomerações perfeitamente independentes umas das outras, mas antes a bairros ou ruas. No entanto, se aceitarmos as identificações já propostas, estes *vici* corresponderiam a lugares de três freguesias actuais distintas: Ínfias (talvez mesmo o lugar central da freguesia de Braga (S. Vicente)), Maragoto (na freguesia de Este (S. Mamede)) e Paços (na freguesia de Braga (S. Vítor)). O mesmo é dizer que se dispersavam por um perímetro suficientemente amplo para albergar três (ou mais) núcleos de povoamento independentes, que adivinhamos já (sobretudo no caso de Maragoto, mais afastado do centro *urbano*, tanto quanto Braga o seria no século IX) de características eminentemente rurais.

- *Villa*

Registam-se 315 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 640 menções documentais datadas entre 875 e 1108 (das quais 259 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹³⁵⁰. O termo '*villa*' ocorre ainda pontualmente em dois documentos relativos ao património do mosteiro de Guimarães cujos redactores aludem a uma *terra* e quatro mandamentos pertencentes ao cenóbio com as respectivas *villae*, que constituem componentes indefinidos daquelas unidades territoriais. O elevadíssimo índice de frequência desta palavra na nossa documentação (só comparável ao dos templos¹³⁵¹) traduz, por si só, a importância que a villa assume como marco elementar de enquadramento territorial da propriedade transaccionada e das comunidades rurais em geral, ao longo da Alta Idade Média. Não é novidade nenhuma esta centralidade, que um corpo imenso de

¹³⁵⁰ Note-se que seis destas 640 menções documentais correspondem a quatro unidades que os redactores designaram preferencialmente noutros documentos por um conjunto de topónimos *isentos* (Apêndice II, uns. 34, 44 e 858) ou como '*villar(e)*', pelo que o total de unidades alguma vez classificadas com recurso ao termo '*villa*' é de 319.

¹³⁵¹ Note-se, contudo, que neste caso um tal índice resulta em boa parte da preservação de *um* documento excepcional, o *Censual*, no qual encontramos um rol exaustivo (ou quase) da igrejas do território situado entre os rios Lima e Ave (v. *infra* §3.5.).

investigação tem vindo a ressaltar não apenas no espaço portugalense nem sequer no quadrante Norte da Península Ibérica, mas em inúmeras regiões do Ocidente europeu¹³⁵².

No entanto, como também é sabido, o termo ‘villa’ caracteriza-se por uma enorme amplitude de sentido, podendo designar tanto um território (mais ou menos vasto) apropriado por uma comunidade de aldeia, integrando por vezes vários núcleos de povoamento (chegando em alguns casos a transformar-se num território supra-local), como uma mera unidade residencial e/ou exploração de modestas dimensões¹³⁵³. Sendo

¹³⁵² Seria absolutamente despropositado tentar aqui uma panorâmica deste corpo de investigação. Para o conjunto do Ocidente resultam especialmente interessantes (e informativas) as análises comparativas de Ch. Wickham sobre a evolução do povoamento rural e das comunidades de aldeia em diversas regiões, que deram origem a dois artigos de síntese: WICKHAM, 2002 – «Asentamientos rurales...» (texto significativamente ampliado em: WICKHAM, 2005 – *Framing the Early...*: 383-518, sendo que ambos cobrem essencialmente o período entre 400 e 800); WICKHAM, 2008 – «La cristalización...» (que cobre o período entre 800 e 1100). Para o quadrante Norte da Península Ibérica estão ainda por ultrapassar as páginas de síntese devidas a J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»; 1990 – *La sociedad rural...*: 1-54 (dominadas pela preocupação em estabelecer os nexos entre a *villa* de tradição tardo-antiga e a aldeia dos séculos centrais da Idade Média); mas devem ser complementadas pela síntese informada e problematizante, relativa ao espaço leonês, da autoria de C. de AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 149 e ss., 235 e ss., 307 e ss.; pelo estimulante ponto de situação de Á. BARRIOS GARCÍA; I. MARTÍN VISO, 2000-2001 – «Reflexiones sobre el poblamiento...»: 61-68; e pela recente panorâmica devida ainda a GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 127 e ss. Particularmente importantes (pela sua originalidade intrínseca e pelo interesse comparativo para a análise da realidade minhota) são alguns trabalhos sobre a villa na documentação galega, de que destacaremos os interessantíssimos estudos de caso da autoria de M. C. PALLARES; E. PORTELA, 1995-1996 – «De la villa...» (sobre villae do Norte da Galiza); PORTELA; PALLARES, 1998 – «La villa, por dentro...» (sobre duas villae do Alto Tâmega, na zona SE da Galiza); estes trabalhos aprofundam (e matizam) consideravelmente a primeira abordagem dos autores ao tema, feita num artigo pioneiro: PALLARES; PORTELA, 1975 – «Aproximación al estudio...»: 99-108; e devem ser complementados pelas reflexões de F. LÓPEZ ALSINA, 1988 – *La Ciudad de Santiago...*: 197-207 (sobre o NO galego) e de A. ISLA FREZ, 1998 – «Aspectos de la organización...» (também sobre a região do Alto Tâmega). Finalmente, no que respeita ao território portugalense, continua inultrapassada a síntese de J. MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 454, 460-62, 499-500, que parte das observações formuladas por F. López Alsina para a Galiza marítima setentrional, e coloca, a propósito da realidade “portuguesa”, um conjunto de problemas aos quais a investigação ainda não deu resposta. Deve, no entanto, ser complementada pelas observações genéricas formuladas, a propósito do Entre-Douro-e-Tejo, por R. DURAND, 1982 – *Les campagnes portugaises...*: *maxime* 132-37; e pelo trabalho mais recente de J. de ALARCÃO, 1998 – «A paisagem rural...», sobre a paisagem rural romana e altimedieval no actual território português, onde pode encontrar-se uma reflexão particularmente sugestiva sobre o problema da “origem” das villae altimedievais, que o autor tende a relacionar com a malha eclesiástica. Sobre o Entre-Douro-e-Minho, em particular, v. o estudo dedicado ao território paroquial minhoto por C. A. F. de ALMEIDA, 1986 – «A Paróquia...» e as considerações recentes tecidas por L. C. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 76-79, 163-65; 2009 – «O povoamento da terra...»: *maxime* 114-15 (e a bibliografia citada pelo autor). Não deve, contudo, esquecer-se, ainda hoje, o notável trabalho de A. SAMPAIO, s.d. – *Estudos Históricos...*, a que já nos referimos (v. *supra* Parte I, §1.2.5.).

¹³⁵³ Um bom exemplo desta amplitude, verificada em diversas regiões do quadrante norte da Península Ibérica, encontra-se no território cântabro, onde estão atestados os sentidos de: “unidade de exploração”, “núcleo de habitat”, “comunidade de aldeia” e mesmo “território ou *valle*” (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 80-81).

que estes vários significados chegam mesmo a coexistir num só documento¹³⁵⁴. Entre os léxicos que recolhem este termo, o mais frequente é encontrarmos um conjunto de significados que gravitam em torno de dois pólos de sentido: (i) “aldeia” (eventualmente “cidade”) e o respectivo território, e (ii) “domínio” ou “senhorio”¹³⁵⁵. Niermeyer, por exemplo, apresenta uma completa gradação de sentidos entre ambos os pólos¹³⁵⁶. Outros léxicos preferem ressaltar o primeiro¹³⁵⁷ ou o segundo¹³⁵⁸. Está neste caso o recente léxico leonês, que avança uma definição muito insuficiente da palavra¹³⁵⁹, ignorando em grande medida a abundantíssima produção historiográfica sobre a villa altomedieval em diversas regiões do Norte peninsular, designadamente na área asturiana e leonesa que a obra se propõe cobrir¹³⁶⁰.

¹³⁵⁴ Um bom exemplo é o da carta outorgada pelo presbítero Astrario ao mosteiro de Celanova em 1064, pela qual doa uma sua “villa” que estava integrada na “villa” de Bobadela (na região do Alto Tâmega), como notaram E. PORTELA; M. C. PALLARES, 1998 – «La villa, por dentro...»: 34-35.

¹³⁵⁵ BLAISE, s.u. villa: «1. village, bourg (...); 2. ville; 3. seigneurie, finage, domaine».

¹³⁵⁶ Para lá de outros significados mais específicos, NIERMEYER, s.u. villa, arrola sucessivamente: «1. demeure rurale, la maison avec ses annexes et son enclos (...); 2. domaine, propriété foncière (...); 3. village, lieu habité, localité (...); 4. le village avec les champs, les prés, etc., lieu habité et son finage (...); 5. le village par opposition aux champs».

¹³⁵⁷ DU CANGE, s.u. villa.

¹³⁵⁸ Embora ela resulte hoje muito insuficiente, vale a pena registar que Viterbo, s.u. villa, atribui a este termo o sentido exclusivo de “propriedade”, sinónimo de ‘herdade’ (v. também s.u. herdade (*ibidem*, p. 310b), aldea, granja).

¹³⁵⁹ LLMARL, s.u.villa, cujo autor, depois de apresentar a definição tautológica de “villa” (tal como acontece em LHP, s.u. uilla), esclarece: «En la época medieval la voz *uilla* se refirió en principio y preferentemente a toda hacienda dedicada a la explotación agraria (...). Herencia de la *uilla* rustica de los romanos y de la *uilla* visigótica, las *uillae* medievales fueron la forma más frecuente de la propiedad rural en la alta y plena Edad Media. Solían ser grandes extensiones de terreno donde trabajaba un considerable número de siervos bajo la vigilancia del *uillicus*. Había distintos tipos o categorías de *uillae*, de modo que algunas de ellas se convirtieron pronto en poblaciones más o menos importantes (...). Las *uillae* muchas veces se nombran de forma abstracta, pero sobretudo por el nombre del propietario, por alguna peculiaridad fisiográfica o topográfica, etc.» (*ibidem*, nt. a). A mesma tónica no sentido de unidade de exploração e na dimensão patrimonial que supostamente define estas unidades (mesmo quando designem núcleos de povoamento) encontra-se nas observações de M. del P. M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 314, a propósito da documentação asturiana e leonesa anterior a 1230: «En nuestros diplomas encontramos este término utilizado para designar pequeñas explotaciones rurales, pertenecientes a un solo propietario, así como un conjunto de viviendas rurales, incluidas las tierras. Son propiedades rurales y por ello se encuentran citadas en nuestros diplomas. No podemos afirmar (...) que se refiera en todos los casos a un gran explotación rural (...)».

¹³⁶⁰ Para o espaço asturiano, v., por exemplo, o trabalho já antigo de I. TORRENTE FERNÁNDEZ, 1985-1986 – «Términos agrarios...», em que fica bem claro o sentido dominante de “aldeia” que a palavra ‘villa’ assume na documentação do mosteiro de S. Vicente de Oviedo logo no século X: «La impresión general es que tales villas se corresponden con un poblamiento aldeano, aunque ciertamente sometido a un proceso de concentración de la propiedad» (*ibidem*, p. 81); ainda que as várias referências à demarcação de termos, mas também ao que parecem ser vedações (‘clusum’, ‘villa conclusa’) destas unidades, que a autora considera indícios de «una fisionomía aldeana», permitam interrogar a sua interpretação. De qualquer forma, e como a própria autora reconhece, este sentido de aldeia é bem mais difícil de rastrear na documentação dos séculos seguintes, quando a palavra se torna cada vez mais polissémica e ambígua, a ponto de ser utilizada como sinónimo de ‘locus’ e, com maior frequência, de

Não é este o lugar para nos referirmos detalhadamente à investigação histórica e arqueológica recente sobre a realidade designada por este termo. Mas, dada a centralidade que a villa assume no modelo de organização do espaço dominante na nossa documentação, justifica-se que nos detenhamos por um momento (mesmo correndo o risco de desequilibrar em extensão este verbete face aos restantes) na caracterização que a historiografia fez dessa realidade, com o objectivo de conduzir a discussão ao terreno propriamente morfológico que aqui mais nos interessa. A investigação tradicional, não apenas lexicográfica mas também histórica, tendeu de facto a circunscrever os significados do termo ‘villa’ com recurso a uma dicotomia rígida entre (i) o sentido de unidade de exploração, concebida tradicionalmente no quadro do “sistema dominial clássico” (villa-exploração/domínio senhorial), e (ii) o sentido de unidade de povoamento, concebida à luz de uma morfologia aglomerada do habitat (villa-aldeia/comunidade); na senda aliás de uma dualidade já recolhida por Gregório de Tours na segunda metade do século VI¹³⁶¹. No entanto, a investigação espanhola das últimas décadas veio matizar (e complexificar) consideravelmente o quadro de possibilidades que cabem em cada um dos sentidos principais da palavra¹³⁶².

No que respeita à primeira acepção, verificou-se ser pouco operativa no quadrante Norte da Península Ibérica a imagem do domínio bipartido (reserva senhorial + *mansi*) importada do coração do espaço carolíngio (o território situado entre os rios Loire e Reno, sobretudo), por via da difusão historiográfica e da generalização abusiva

‘hereditas’ (*ibidem*, p. 82-83). O que é bem sintomático da diversidade de realidades que a palavra podia recobrir e sobretudo das alterações verificadas ao nível da propriedade neste período. Já nos finais do século XII, assiste-se, também nas Astúrias, a um recuo na frequência com que os redactores recorrem a este termo (*ibidem*, p. 83 e quadro da p. 84). Para o espaço leonês, v., por todos, a bem mais completa e aprofundada síntese da autoria de C. de AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 149 e ss.; ou, mais recentemente, SÁNCHEZ BADIOLA, 2002 – *La configuración de un sistema...*: 185 e ss.

¹³⁶¹ «En Gregorio de Tours también, en las décadas del 570 al 590, las *villae* se refieren a menudo tanto a «aldeas», asentamientos con diferentes propietarios en ellas, como a haciendas particulares» (WICKHAM, 2002 – «Asentamientos rurales...»: 19-20).

¹³⁶² Estes dois sentidos (de villa-exploração/domínio e villa-aldeia/unidade de povoamento), já propostos por G. FOURNIER, 1962 – *Le peuplement rural...*: 232-33, no seu estudo sobre o Baixo Auvergne, foram identificados na documentação de várias regiões do Norte peninsular ao longo da Alta Idade Média. E estruturaram a análise do problema da villa em boa parte dos trabalhos que lhe dedicaram alguma atenção até à década de 1990. Ainda que excessivamente marcados por aquela dicotomia, deve-se a alguns destes trabalhos o impulso para a visão mais complexa e matizada que hoje temos. Entre outros estudos/territórios que poderíamos citar, v. PALLARES; PORTELA, 1975 – «Aproximación al estudio...»: 99-108 (na Galiza, entre os séculos IX e XII); GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 79 (a propósito dos territórios cantábricos de Liébana, Astúrias de Santillana e Trasmiera, entre os séculos IX e XI); REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y poder...*: 83-84 (para a comarca dos Montes de Torozos). Para uma síntese dos critérios que permitem distinguir uma e outra realidades, tal como foram definidos por J. BARREIRO SOMOZA – *El señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (siglos IX-XIII)*. La Coruña, 1987, p. 142-44, v. AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 150-51, nt. 4.

de um modelo muito específico de organização da economia, comumente designado por “sistema dominial clássico”¹³⁶³. O que permitiu reconhecer que a palavra ‘*villa*’ podia designar unidades de exploração familiares, de pequenas dimensões, que não se distinguiriam substancialmente de casais ou outras unidades semelhantes¹³⁶⁴. Já no que respeita à segunda acepção, um melhor conhecimento da morfologia do habitat altomedieval, por via dos avanços registados nos últimos anos pela investigação arqueológica e histórica, veio evidenciar a dimensão eminentemente territorial das *villae*¹³⁶⁵. E mostrar como estas unidades correspondem na maior parte dos casos ao perímetro articulado por um ou mais núcleos de povoamento, independentemente da exacta morfologia do habitat que os caracteriza, configurado segundo tipologias muito variadas que ultrapassam largamente a dicotomia entre povoamento aglomerado e disperso¹³⁶⁶. E que podem mesmo combinar ambas as formas, como acontece no caso das *villae* polinucleares, identificadas em diversas regiões do Norte peninsular. Desde logo no território galego do Alto Tâmega, muito próximo (geográfica e ecologicamente) da zona central do território bracarense¹³⁶⁷, e sobretudo da zona de Chaves, onde é possível admitir a hipótese da existência de aldeias polinucleares já para o período romano¹³⁶⁸. A existência deste tipo de aldeias (que nem sempre aparecem designadas

¹³⁶³ Aliás, mesmo numa região-chave para o regime dominial clássico, como é a Île-de-France no período carolíngio, a investigação recente tem vindo a mostrar como o termo ‘*villa*’ equivale preferencialmente a um território de aldeia demarcado, até porque os grandes domínios não constituíam muitas vezes blocos contínuos como se pensava: «L’Île-de-France es una de las pocas zonas de Europa donde las haciendas durante los siglos VII al IX eran por lo general grandes bloques de tierra, y no resulta siempre fácil diferenciar los límites de las haciendas de aquellos de las aldeas (...), pero tan pronto como se tienen pruebas de que las haciendas no eran bloques únicos, sobre todo en la zona oeste de París, empieza a ser claro que el principal significado de *villa* en los años 920, aquí como en otras regiones, es una aldea cuyas confinaciones eran reconocibles» (WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»: 42).

¹³⁶⁴ PORTELA; PALLARES, 1998 – «La *villa*, por dentro...»: 34-35; AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 160-63, 167-68.

¹³⁶⁵ Retenha-se as observações feitas por J. Á. García de Cortázar, já em 1985, neste sentido: «La polissemia del vocablo deja en manos del análisis la resolución en cada caso, del significado concreto. Su valor general podría ser el de lugar poblado en el que el grupo asentado tiene un sentido de la territorialidad en sus relaciones con el espacio, comenzando por el reconocimiento de la existencia de unos límites físicos a su autoridad sobre el mismo. Con esse sentido, no es extraño que la *villa* exprese la realidad de una gran explotación en manos de un sólo propietario; la de una aldeã; y, en su momento, la de un núcleo protourbano y, por fin, en romance, urbano» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985 – «Del Cantábrico al Duero»: 66-67).

¹³⁶⁶ Aliás, já em 1991 C. Estepa propusera que o conceito de *villa*-território fosse acrescentado ao binómio convencional (ESTEPA DÍEZ – «Poder y propiedad feudales en el periodo astur: las mandaciones de los Flaínez en la Montaña leonesa». In *Miscellània en Homenatge al P. Agustí Altisent*. Tarragona, 1991, p. 285-327, cit. in AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 155).

¹³⁶⁷ PORTELA; PALLARES, 1998 – «La *villa*, por dentro...»; ISLA FREZ, 1998 – «Aspectos de la organización...».

¹³⁶⁸ ALARCÃO, 1998 – «A paisagem rural...»: 100, 102.

explicitamente na documentação como “*villae*”) foi, de resto, comprovada tanto em espaços de montanha na Cordilheira Cantábrica¹³⁶⁹, como na meseta duriense¹³⁷⁰. E mesmo no território navarro, onde é patente uma maior aglomeração, embora estejamos a falar de pequenos núcleos de aldeia a que correspondem *villae* com um território também restrito, é possível identificar com relativa frequência exemplos de um habitat intercalar que faria aproximar estas *villae* daquele modelo polinuclear¹³⁷¹.

Afirmar esta dimensão territorial da villa implica assim reconhecer, desde já, a existência de dois elementos que necessariamente se conjugam na sua definição, independentemente da dimensão e exacta morfologia de cada um: (i) o(s) núcleo(s) de habitat e (ii) o espaço produtivo que ele(s) organiza(m) e no qual se abastece(m)¹³⁷². A definição de ‘villa’ aproxima-se, assim, do conceito de ‘aldeia’, na sua acepção ampla de “território” (congregando espaços residenciais, produtivos e outros); ou mesmo da noção mais complexa de “comunidade de aldeia”, que implica já a formalização sociopolítica das estruturas comunitárias que a conjugação entre habitat e espaço agrário explorado necessariamente gera¹³⁷³. Mas não é necessário que assim seja. Ao designar uma pequena unidade residencial e de exploração, o termo ‘villa’ continua a articular aqueles dois elementos definidores num quadro territorial concreto, mas de dimensões e morfologia muito diversas do território de uma aldeia. Compreende-se então a definição

¹³⁶⁹ DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 81, 93, 98-101.

¹³⁷⁰ Desde a zona de Lara, no SE da meseta Norte castelhana (ESCALONA MONGE, 2002 – *Sociedad y Territorio...*: 225) até à zona de Zamora, já no limite ocidental do território leonês (MARTÍN VISO, 2000 – *Poblamiento y estructuras...*: 258-60, 270).

¹³⁷¹ LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 59-69, 163-70, 498-509. Contraste-se com a visão esquemática da villa navarra apresentada por J. PAVÓN BENITO, 2001 – *Poblamiento altomedieval navarro...*: 3, 4, que não deixa de sublinhar a importância destas unidades territoriais na organização do espaço navarro num longuíssimo arco (demasiado estatático) que se estende desde a Antiguidade Tardia e os séculos centrais da Idade Média: «*villae y loci* – vocablos que remiten a pequeñas aldeas de un modesto número de unidades familiares»; «la villa con término propio – sus *entradas y salidas* – como el módulo de actividad en aquella época, y reflejando en el correspondiente esquema social, marcadamente anclado en el binomio “guerreros y campesinos”».

¹³⁷² Definições semelhantes podem encontrar-se em: GAUTIER-DALCHÉ, 1988 – «Reconquête et structures...»: 201: «Le terme de villa désignait à la fois une portion de l’espace aux limites plus ou moins précises, dont l’homme exploitait de façon permanente les ressources et l’établissement humain qui en était le centre. La superficie des *villae* était sans doute très variable. Le finage des plus vastes se partageait en deux secteurs: celui des cultures et des plantations, celui des bois, taillis et pâtis. D’autres n’étaient que des exploitations familiales: une ceinture de champs et de vergers autour d’une demeure. Leur densité était également très inégale selon les régions»; DÍEZ HERREA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 27 (a propósito do território cântabro): «[o termo ‘villa’] define desde un espacio análogo al «valle» (...) hasta núcleos de población bien definidos, con un terrazgo organizado en su entorno y con un término, que en algunos casos es un «territorio» o alfoz».

¹³⁷³ Como notou J. J. LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 323, a propósito do território navarro: «La polysémie du mot traduit la complexité de la réalité qu’il désigne: la communauté villageoise, le centre d’habitat, le ressort d’une église et le finage forment un tout dont le nom est villa».

mínima proposta por E. Portela e M. C. Pallares: «son dos los [elementos esenciales] que nos parece reconocer en todas las realidades que recubre la palabra *villa* en los textos de los siglos IX y X: un territorio, siempre muy precisamente delimitado, y un conjunto de actividades humanas relacionadas con la habitación y con la explotación de la tierra»¹³⁷⁴.

Esta visão aparentemente mais simples, mas de facto resultante de uma análise mais aprofundada, que conduz ao reconhecimento da polissemia do termo ‘*villa*’ (e da utilização intencionalmente vaga que os redactores muitas vezes dele fazem¹³⁷⁵), fez estilhaar a dicotomia entre a “villa-exploração” e a “villa-aldeia”¹³⁷⁶. E veio, acima de tudo, mostrar que este tipo de definição dicotómica assenta em critérios essencialmente sociojurídicos, inerentes à apropriação individual ou colectiva da terra, bem como do ordenamento social do poder que daí decorre, mais do que em critérios morfológicos. E que as diferenças entre aqueles dois modelos muitas vezes se esbatem, quando os analisamos sob o ponto de vista da organização da paisagem¹³⁷⁷. Neste sentido, só a superação de uma tal dicotomia permitiria captar a complexa realidade material por detrás da palavra. O problema é que não é possível abstrair por completo da dimensão patrimonial que sustenta a utilização da palavra ‘*villa*’ feita pelos redactores dos documentos (actos de transacção de propriedades, na sua maior parte). Quer se refiram directamente à villa como unidade patrimonial ou a invoquem como elemento de

¹³⁷⁴ PORTELA, PALLARES, 1998 «La villa por dentro...»: 15. No mesmo sentido, escreve A. ISLA FREZ, 1998 – «Aspectos de la organización...»: 65: «no conviene distinguir especialmente entre villae explotación y otras que sean núcleos de habitación. Me parece más sugerente contemplar un único sentido para villa que implique una población campesina mayor o menor que, claro está, cultiva los campos. Obviamente eso se produce en un espacio determinado, por lo que no es de extrañar tampoco el empleo de villa también en la acepción de territorio».

¹³⁷⁵ LÓPEZ ALSINA, 1988 – *La Ciudad de Santiago...*: 197.

¹³⁷⁶ «La polissemia de villa llega a hacerse agobiante y posiblemente convendría partir de una hipótesis diferente, más que encastillarnos en resaltar esa duplicidad de significados, si tratamos de acercarnos a la forma en la que se establece la ocupación del espacio» (ISLA FREZ, 1998 – «Aspectos de la organización...»: 64). A. Isla Frez sublinha ainda a imprecisão de boa parte das referências documentais a este vocábulo. A escassa preocupação dos redactores dos documentos com a definição rigorosa da realidade que nomeavam explica que, muitas vezes, aquelas referências não nos informem sobre o conteúdo da palavra ‘*villa*’ ou apenas digam respeito a uma pequena parte da unidade, sem que isso seja tornado explícito no texto (*ibidem*: 62-64; no mesmo sentido: CURSENTE, 1998 – *Des maisons...*: 58). Sobre os problemas terminológicos e conceptuais inerentes à palavra ‘*villa*’, v. ainda AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 149 e ss., 235 e ss., 307 e ss.

¹³⁷⁷ AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 173. J. MATTOSO, 1992 – «A época sueva...»: 355, observara-o já, a propósito das três realidades que a palavra ‘*villa*’ designaria no Noroeste peninsular durante o período suevo e visigótico: grande exploração, grupo de explorações familiares dependentes de um núcleo de povoamento e comunidade de aldeia. Como aliás haviam já notado M. C. PALLARES; E. PORTELA, 1975 – «Aproximación al estudio...»: 104-105, num trabalho ainda estruturado em torno da dicotomia tradicional: «La forma de la aldea no parece diferir mucho de la de la villa-explotación: un grupo de casas, unas tierras de cultivo más allá de las cuales comienzan los espacios de monte y bosque. La condición jurídica y social de los ocupantes de esas casas podía variar mucho».

integração territorial de outras propriedades, os redactores investem necessariamente este termo de um duplo sentido geográfico e jurisdicional, combinando as noções de espaço e da respectiva atribuição social¹³⁷⁸. Quando não o investem mesmo de um significado *político*, como aconteceu em regiões onde a villa assumiu a função de unidade administrativa de base, pela qual passou o enquadramento das populações rurais pelo poder régio¹³⁷⁹. O que terá possivelmente acontecido no território minhoto, senão no período aqui em análise pelo menos mais tarde. Com efeito, ainda que a villa comece a perder importância para os topónimos *isentos* enquanto marco territorial de localização da propriedade transaccionada e de designação dos núcleos de povoamento a partir do século XII¹³⁸⁰, a verdade é que ainda em meados de Duzentos, mais concretamente no texto da *Lei de Almotaçaria* (1253), aparece ao lado dos julgados como unidade fiscal de aplicação dos preços fixados na lei¹³⁸¹.

Neste sentido, a par de propostas de classificação tipológica da villa, assentes em critérios económicos, sociopolíticos, etc.¹³⁸², parece-nos importante reter ainda o critério

¹³⁷⁸ Que a villa constitui a unidade dominante de organização do espaço no Noroeste peninsular, por isso mesmo essencial na localização/integração territorial de uma qualquer propriedade, confirmam-no as palavras de M. C. PALLARES, 2004 – *Ilduara...*: 24: «la uilla, el marco fundamental de la vida de la sociedad en este tiempo, no es un ámbito de contornos difusos, sino un espacio que se conoce con exactitud; podemos considerarlo, de acuerdo con la definición de Zumthor, como la esencia del territorio. Y tanta precisión obedece, en primer lugar, a la apropiación, al derecho de propiedad, porque la uilla es, en efecto, el más amplio marco, la unidad máxima, que mide la propiedad, sea ésta individual o colectiva. El límite en torno a la uilla o, dentro de ella, la cerca constituyen objetos de atención preferente que se expresan y perciben como rasgos esenciales del espacio organizado; el cuidado y la preocupación que le dedican las leyes y los documentos no son sino el testimonio de la importancia social que poseen».

¹³⁷⁹ Ao reflectir sobre as razões que fizeram da villa a unidade territorial de base na organização do espaço rural navarro, entre os séculos IX e os inícios do XI, J. J. LARREA, 1998 – *La Navarre...*: 323-26, 336-37, arrola, para lá da concentração do habitat e do crescimento agrário, a importância das comunidades de aldeia, a ausência de grandes domínios fundiários e a relação entre as comunidades camponesas e um poder “público” forte. Em síntese: «Outre son rapport avec le processus de croissance, la villa résulte à la fois des liens noués par un pouvoir royal vigoureux avec la paysannerie – et avec les cadres créés par celle-ci – et de la faiblesse structurale de la grande propriété» (*ibidem*, p. 337); embora o autor reconheça que a villa mantém o estatuto de unidade territorial e administrativa de base mesmo depois do avanço da senhoriação a partir da década de 1030 (*ibidem*, p. 385-92).

¹³⁸⁰ MARQUES, 2008 – *O casal...*: 159-60.

¹³⁸¹ «Et ego super hoc [o preço dos bens transaccionáveis] habui consilium cum riqvis hominibus sapientibus de curia mea et consilio meo et cum prelatibus et militibus et mercatoribus et cum ciuibus et bonis hominibus de consiliis regni mei et posui decretum et assignaui precium omnibus rebus que debebant uendi et comparari de quibus mentio facta fuit mihi pro quanto precio unaquaque res specialiter uenderetur a Minio usque ad Dorium secundum quod consideraui et taxaui cum supradictis in unoquoque iudicatu et in qualibet villa. Et facio uobis scire et publicari decretum» (LC, I, p. 192). É certo que o texto da lei nos chegou através de uma cópia (TT, Maço 1.º de Leis, n.º 14) que o editor não datou; todavia não é muito provável que esta passagem em concreto tenha sido objecto de uma reescritura ou interpolação posterior, responsável pela introdução do termo ‘villa’. Outra questão será saber se a palavra ‘villa’ é aqui utilizada no sentido de “cidade”, o que não nos parece provável.

¹³⁸² Para uma síntese de duas destas propostas, formuladas a propósito da documentação leonesa, com base em critérios que se prendem com os sistemas de exploração económica dominantes nos diversos

sociojurídico que funda aquela dicotomia tradicional, procurando filtrá-lo tanto quanto possível em função da materialidade do espaço propriamente dita. Retomemos, com ligeiras alterações de enunciado, a distinção entre os sentidos de (i) “unidade de povoamento e exploração” (que tanto pode corresponder a uma pequena unidade familiar de exploração como a um grande domínio senhorial) e (ii) de “território povoado e explorado” (seja o que compete a um pequeno núcleo populacional, seja o território apropriado por uma comunidade de aldeia, composta por um ou mais núcleos, como acontece no caso das *villae* polinucleares). Os próprios documentos parecem corroborar de alguma forma esta distinção, caso aceitemos a hipótese de que os elementos de identificação das *villae* utilizados pelos redactores possam ser entendidos como um indicador (certamente não universal) da respectiva tipologia. As *villae* designadas por topónimos parecem-nos corresponder preferencialmente a unidades territoriais mais alargadas (algumas das quais se aproximam muito dos limites das actuais freguesias); ao passo que as designadas por referência a um antropónimo ou ao seu proprietário/usufrutuário actual ou anterior¹³⁸³ corresponderão antes a unidades tendencialmente mais pequenas (ainda que nem sempre), que se aproximam mais, tanto do ponto de vista territorial como funcionalmente, de um domínio¹³⁸⁴.

tipos de *villae* e na «naturaleza de las relaciones sociales que vinculan sus habitantes con las instancias señoriales o simplemente propietarias a las que se hallan asociados», v. AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 185-88.

¹³⁸³ O que não deve ser confundido com aquelas cuja designação assenta num antropónimo que havia já adquirido valor toponímico, como aconteceu frequentemente (v. *infra* §2.1., s.u. topónimos).

¹³⁸⁴ A análise dos elementos de designação parece-nos preferível, enquanto indicador da tipologia de cada unidade, à simples contabilização do número de proprietários, como propuseram M. C. PALLARES; E. PORTELA, 1975 – «Aproximación al estudio...»: 99, 101: «Por el momento, entendemos como grandes propiedades territoriales, aquellas *villae* que en algún momento figuran como pertenecientes a un único propietario; consideramos como aldeas aquellas *villae* en las que poseen propiedades un número indeterminado de personas, pero que es siempre superior a cuatro» (no mesmo sentido, v. J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR; C. DÍEZ HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 79). Parece-nos este um critério demasiado esquemático e cuja escassa operatividade aqueles autores acabam por reconhecer implicitamente, a propósito da ponderação quase inversa de ambos os tipos de villa na documentação dos séculos XI e XII (*ibidem*, p. 107). Aliás, ele foi já criticado por I. TORRENTE FERNÁNDEZ, 1985-1986 – «Términos agrarios...»: 77, para quem o facto de uma villa se encontrar na posse de um único proprietário não significa que não possa tratar-se de uma aldeia absorvida pela esfera senhorial: «si la propiedad de una villa parece recaer sobre un solo individuo ello no significa que nos hallemos necesariamente ante una unidad de explotación, puesto que puede tratarse de una persona que, inmersa en el proceso de concentración de la propiedad, se ha hecho con la misma en toda una villa y aun en varias, que bien podrían ser comunidades aldeanas que van pasando progresivamente a la órbita del dominio señorial» (p. 77). Pelo contrário, a referência a diversos proprietários com bens numa determinada villa não significa que não possa haver como que uma *jurisdição* superior por parte de um qualquer senhor (leigo ou eclesiástico) que a aproxime da condição de um domínio senhorial. De resto, é escusado repetir aqui as dificuldades que a documentação levanta à identificação dos exactos proprietários de uma villa, só muito raramente elencados no seu conjunto, já que a esmagadora maioria dos documentos consigna

Como é evidente, esta distinção situa-se ainda no plano da atribuição social do espaço, mesmo que assente na combinação de dois critérios diferentes¹³⁸⁵. No entanto, substituída a dicotomia entre a “villa-exploração” e a “aldeia” pela distinção (que não oposição) entre “unidades de povoamento e exploração” e “territórios povoados e explorados”, mais facilmente se percebe que ambos os sentidos são potencialmente sobreponíveis, podendo até confundir-se do ponto de vista paisagístico. A considerável amplitude dentro de cada tipo torna impossível que as acepções extremas da palavra (“unidade familiar de povoamento e exploração” e “território de uma comunidade de aldeia”) se confundam, não apenas do ponto de vista da sua extensão territorial mas da própria configuração morfológica dessas unidades. No entanto, não deve excluir-se a possibilidade de as definições intermédias se cruzarem numa mesma unidade, que: (i) pertença a um mesmo senhor (cujo domínio integra ou constitui integralmente), (ii) corresponda a um território delimitado e povoado por um grupo de pessoas; e (iii) albergue uma comunidade de aldeia, estruturada como tal do ponto de vista sociopolítico, independentemente da morfologia concreta (aglomerada e/ou dispersa) do habitat.

Torna-se assim possível que uma mesma villa reúna os três significados da palavra que J. Á. García de Cortázar identificou, há já bastantes anos, na documentação do conjunto do NO peninsular até ao século XI, chamando a atenção para o «emprego quase universal do vocábulo *villa* para designar qualquer entidade de povoamento, quer fosse a forma da *villa*-grande exploração unitária, quer a vila-agrupamento de casas (solares, quintas, casais) centros de pequena exploração familiar, ou inclusivamente a vila-aglomeração com povoadores dedicados a tarefas não especificamente rurais»¹³⁸⁶. Significados estes que, com ligeiros matizes, correspondem aos que J. de Alarcão identificou na documentação altomedieval relativa ao território portugalense: «A palavra *villa* tem pois, nos documentos da Reconquista, o sentido de aldeia mas também o de unidade territorial composta por aldeia e casais dispersos, polarizada em torno de uma igreja; e talvez ainda o de vasta propriedade»¹³⁸⁷.

transacções de meras parcelas ou porções de villae, quando não apenas de bens situados no território de uma destas unidades.

¹³⁸⁵ O primeiro sentido decorre da titularidade sobre a terra, ao passo que o segundo implica a existência de estruturas (mesmo que muito frágeis e informais) de organização sociopolítica do território.

¹³⁸⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1978 – «História rural medieval...»: 126.

¹³⁸⁷ ALARCÃO, 1998 – «A paisagem rural...»: 116-17 (citação na p. 116).

Como facilmente se percebe, o elemento central em todas estas definições é mesmo a existência de um núcleo de povoamento (independentemente da sua dimensão e morfologia concretas), como notou García de Cortázar a propósito do caso galego¹³⁸⁸; ao que deveremos acrescentar os dois elementos que compõem a referida definição *mínima* proposta por E. Portela e M. C. Pallares: um “território delimitado” e um “conjunto de actividades humanas relacionadas com a habitação e a exploração da terra”. Em síntese, o que importa ressaltar, do ponto de vista da análise propriamente espacial da ‘villa’, é a polissemia da palavra, que podia recobrir (e recobriu) realidades muito diversas, mas que em todo o caso designou unidades a que correspondia sempre um habitat (singular ou, mais frequentemente, colectivo) e um território apropriado e explorado (mais ou menos extenso), definidos em função de uma comunidade humana (mais do que de um *proprietário*) de dimensões também muito variáveis.

Ainda que a historiografia portuguesa não tenha dedicado até hoje investigações aprofundadas à morfologia da villa, há uma consciência clara da importância destes três elementos (habitat, território e comunidade) na definição de tais unidades¹³⁸⁹. E a noção de que elas poderiam assumir dimensões muito diversas¹³⁹⁰. Embora a tónica colocada na equivalência entre o termo ‘villa’ e os territórios de aldeia tenha deixado, de alguma forma, subestimadas acepções outras, relativas a unidades espacialmente mais restritas. No entanto, parece claro que é aquele sentido mais alargado de “aldeia” o que predomina na documentação relativa ao território bracarense. L. C. Amaral já o notou, a propósito do século XI, quando a documentação começa a ser mais abundante, embora demonstrando uma clara consciência da abertura de sentido que caracteriza a utilização

¹³⁸⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1978 – «História rural medieval...»: 75. De resto, ainda na documentação relativa ao Entre-Douro-e-Mondego dos séculos XII e XIII, e em particular nas Inquirições gerais de 1258, este parece ser o sentido elementar da palavra, capaz de designar núcleos de dimensão e morfologia muito diversas: «On se retrouve donc confrontés avec la sempiternelle *villa*, susceptible de qualifier toutes les structures d’habitat, depuis la bourgade, dominée ou non par un château, jusqu’au hameau. La confusion est particulièrement flagrante dans ce magnifique document qu’est l’enquête réalisée en 1258 pour le compte et sur l’ordre du roi Alphonse III. On y dénomme *villa*, en effet, des agglomérations de toute taille dont certaines sont notoirement connues comme possédant un château: si la présence de ce dernier est signalée, c’est presque toujours de manière accidentelle» (DURAND, 1988 – «Guerre et fortification...»: 181).

¹³⁸⁹ V., por todos, MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 460-62.

¹³⁹⁰ Já em 1981, num trabalho sobre o povoamento do território vimaranense entre os séculos IX e XI, A. de J. da COSTA, 1981 – «Povoamento e colonização...»: 169, reconhecia que «a palavra «villa» toma-se no sentido de povoação e tanto pode designar uma freguesia inteira como um pequeno lugar».

de um vocábulo a que os redactores atribuíam intencionalmente um “sentido genérico”¹³⁹¹, que não necessariamente vago¹³⁹².

Sem avançarmos na análise morfológica detalhada das 315 unidades deste tipo identificadas (a que corresponde uma abundantíssima informação distribuída pelas 640 menções documentais recolhidas), importa chamar a atenção para um indicador que nos parece corroborar a prevalência daquela acepção territorialmente mais alargada da palavra ‘villa’, e não apenas no século XI. Com efeito, se aceitarmos o critério que ficou proposto para distinguir as unidades deste tipo de maior ou menor dimensão, com base no recurso a elementos de identificação de base toponímica ou antroponímica, resulta sintomático que 283 (89,8%) daquelas 315 villae sejam designadas através de um qualquer topónimo (a que acrescem 19 designadas por um hagiónimo), ao passo que apenas 10 o são através de um antropónimo e 24 pela referência ao respectivo proprietário/usufrutuário. O que acontece tanto no século XI como nos anteriores¹³⁹³. Para mais, é evidente o contraste entre as 101 unidades para as quais foi possível detectar uma qualquer referência a marcos mentais (abstractos) de delimitação (normalmente a termos e/ou lugares, por vezes classificados explicitamente como “antigos”) e o escassíssimo número das que aparecem efectivamente delimitadas na documentação através da referência a um qualquer tipo de confrontação (23) ou marcos físicos de delimitação (3), que andam preferencialmente associados a unidades menores e mais circunscritas do ponto de vista territorial.

A terminar, importa ainda notar a utilização pontual do diminutivo ‘villula’, num único documento do mosteiro de Guimarães, a carta de doação/dotação do cenóbio

¹³⁹¹ «Ninguém duvida que no século XI, em particular na sua segunda metade, e na região de Entre-Douro--e-Minho, a villa/aldeia, melhor dizendo, a aplicação do termo villa nos documentos com o sentido quase exclusivo de aldeia, constitui uma realidade indesmentível. Porém, quando tentamos estabelecer com rigor o início desta estrutura de povoamento, ou seja, determinar as coordenadas espaciais e cronológicas que lhe dão pleno sentido, bem como as suas principais causas, as dificuldades avolumam-se consideravelmente. Antes de mais, devido ao escassíssimo número de diplomas dos finais do século IX e do X que chegaram até nós e, em segundo lugar, mercê do carácter extraordinariamente vago da palavra villa, tal como aparece na documentação desse período. Não significa isto que, ao longo do século XI, o vocábulo villa tenha passado a ser utilizado com maior precisão. Na realidade, permanece com um sentido genérico» (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 77-78).

¹³⁹² «Apesar da ambiguidade da palavra villa cercear muito a acção do investigador no momento em que procura estabelecer a(s) realidade(s) material(ais) que o vocábulo documental traduz, deveremos ter presente que ele encerra no seu interior uma forma precisa de conceber o ordenamento do território» (AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 78).

¹³⁹³ No conjunto das 115 menções documentais a villae datadas dos séculos IX e X (das quais apenas sete são relativas ao século IX), 103 (89,6%) são identificadas por um qualquer elemento toponímico, uma percentagem que é ainda marginalmente superior à do século XI, quando num total de 499 menções documentais 439 (89%) são identificadas do mesmo modo.

outorgada pela condessa Mumadona Dias em 959, em que aparece a designar a própria *villa* vimaranense (também designada como ‘*prediolo*’ e ‘*fundus*’), um quadro sinonímico que nos parece indicar claramente a dimensão patrimonial desta unidade pertencente à condessa, em que foi erguido o mosteiro vimaranense¹³⁹⁴. É certo que os léxicos que recolhem esta palavra atribuem-lhe um sentido diminutivo de ambas as acepções principais de ‘*villa*’ (“aldeia” e “domínio”)¹³⁹⁵. No entanto, já nas fontes do período visigodo ‘*villula*’ tendia a substituir o termo ‘*villa*’, entendido na acepção tradicional de unidade fundiária de residência e exploração rural, sendo à partida aplicado a unidades de menores dimensões¹³⁹⁶. De resto, algumas *villulae* aparecem ocasionalmente associadas a mosteiros nesse período¹³⁹⁷. Não é impossível que esta palavra possa designar uma realidade mais ampla do que a de um (pequeno) domínio durante a Alta Idade Média. No entanto, a sua utilização na documentação analisada, que é de qualquer forma residual, parece resultar da preferência dos redactores vinculados a Guimarães por termos eruditos, de recorte clássico, fruto talvez da utilização de algum formulário tardo-antigo em que o referido sentido patrimonial prevaleceria.

- *Villar(e)*

Com maior frequência do que ‘*villula*’, ocorre na nossa documentação um outro diminutivo de ‘*villa*’ que entendemos tratar separadamente. Não apenas por ser mais frequente, mas sobretudo porque o termo ‘*villar(e)*’ apresenta um sentido que é genericamente mais preciso. Registam-se 15 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem apenas 16 menções documentais datadas entre 906 e

¹³⁹⁴ Apêndice I, doc. 338; Apêndice II, un. 853=el. 3185. O termo ‘*villula*’ aparece ainda outras vezes nesta mesma escritura, nomeadamente a propósito de umas unidades situadas na zona de Perafita (c. Matosinhos), situadas já fora do território da diocese de Braga (v. Apêndice I.A., doc. 338, §14).

¹³⁹⁵ V. e.g.: NIERMEYER, s.u. *villula*. O léxico leonês é de pouca utilidade neste ponto, na medida em que se limita a registar a definição elementar de “villa pequena”, sem mais esclarecimentos (LLMARL, s.u. *uillula*).

¹³⁹⁶ Traduzirá, segundo uma hipótese avançada por A. Isla, uma “tendência de restrição” que caracterizou a evolução destas unidades nesse período, sendo curioso notar a associação destas *villulae* a perímetros periurbanos, onde continuariam a desempenhar talvez funções de abastecimentos dos respectivos centros (ISLA, 2001 – «*Villa, villula, castellum...*»: 12-14, 19, nt. 31).

¹³⁹⁷ «En época visigoda el término *uillula* parece sustituir a *uilla*, aunque la equivalencia de los términos no es totalmente evidente. Este diminutivo parece indicarnos posesiones rurales de menores dimensiones. Varias disposiciones conciliares del año 681 mencionan el término como centro agrario de explotación y como pequeño hábitat campesino. (...)

«La regla de Fructuoso de Braga menciona el término como propiedad invitando a los nuevos monjes a renunciar a sus riquezas y a sua *uillulae*. Los monasterios rurales aparecen vinculados en ocasiones a *uillulae*» (MARTÍNEZ MELÓN, 2006 – «El vocabulário de los asentamientos...»: 126-27).

1102 (das quais dez provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Sendo que a esmagadora maioria dessas menções (12) provém de documentos do mosteiro de Guimarães. A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe o significado de “pequena villa” (sinónimo de ‘*villula*’)¹³⁹⁸, mas outros desdobram-no na dupla acepção de (i) “pequeno domínio” e (ii) “pequena aldeia”, decalcada dos dois sentidos maiores do termo ‘*villa*’¹³⁹⁹. Já o léxico leonês, que sinaliza a ocorrência desta palavra logo no último quartel do século VIII, recolhe apenas o sentido de «aldeia, lugar, caserío, pueblo pequeño», esclarecendo que ela é utilizada «indistintamente como nombre común y como topónimo» na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230¹⁴⁰⁰.

Embora as referências a unidades deste tipo na nossa documentação sejam pouco numerosas, não parece defensável a visão tradicional que as caracteriza como meras “fracções da vila”¹⁴⁰¹. É possível que assim tenha sido num ou noutro caso, mas esta definição está longe de ser a mais correcta, uma vez que os *villares* (como as *villulae*) correspondiam a unidades de *per se*, designadas por palavras que, sendo originalmente diminutivos, haviam adquirido um sentido próprio. E que tenderiam a repercutir, em si mesmas, mas à partida a uma escala mais pequena, os dois componentes que vimos essenciais na definição paisagística da villa: (i) um núcleo de habitat e (ii) um espaço produtivo. A esta dimensão territorial poderiam depois somar uma dimensão dominial, à semelhança também do que acontece com a villa. O facto de nove (60%) das 15 unidades deste tipo recenseadas serem identificadas pelos redactores através de um topónimo (a que acrescem três identificadas por um elemento topográfico e apenas uma por um hagiónimo) sublinha aquela dimensão territorial, embora a existência de três designadas por referência ao nome de um proprietário/usufrutuário aponte antes para a dimensão dominial e faz pensar na possibilidade de algumas destas unidades serem

¹³⁹⁸ DU CANGE, s.u. villare, cuja definição deixa bem claro o sentido de pequeno núcleo de povoamento atribuído à palavra: «villula, vel viculus decem aut 12. domorum, seu familiarum»; LIMAL; s.u. villare.

¹³⁹⁹ NIERMEYER; BLAISE, s.u. villare.

¹⁴⁰⁰ LLMARL, s.u. uillar(e). De resto o sentido de “población” fora já o único recolhido nesta mesma documentação por M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 314, que esclarece: «Al igual que sucedía en *uilla*, es muy frecuente su aparición [de ‘*uillare*’] unido al nombre de persona en genitivo, lo que indica que, al igual que aquél, se trata de un lugar habitado, probablemente una pequeña explotación rural o población». LHO, s.u. uillare, limita-se a oferecer a definição pleonástica de “villar”.

¹⁴⁰¹ Esta definição proposta por O. RIBEIRO – «Povoamento»: 472, para os termos ‘*villula*’ e ‘*villar(e)*’, foi aceite por C. RAMOS, 1991: 135, a propósito das referências a ambos na documentação do mosteiro de Guimarães.

objecto de uma apropriação individual; o que não diminui em nada, naturalmente, a sua dimensão territorial.

De facto, o termo '*villar(e)*' parece designar preferencialmente núcleos de povoamento secundários, que poderiam ter origem em (ou mesmo equivaler a) meras unidades residenciais e de exploração de pequena dimensão (familiares), o que se verifica tanto na documentação galega como no território bracarense¹⁴⁰². Mas que, em todo o caso, evoluíram tendencialmente para uma morfologia de pequenos aglomerados dotados de um território próprio, que se caracterizavam por uma posição periférica mas integrada no quadro territorial da villa, tal como vem mostrando a investigação sobre a Galiza¹⁴⁰³. Aliás, pelo menos três das 15 unidades deste tipo que pudemos identificar apresentam indícios claros de uma localização marginal, no limite das respectivas villae¹⁴⁰⁴; sendo que mais de metade (7) aparecem expressamente integradas em villae pelos redactores¹⁴⁰⁵.

Mais do que situar a formação deste tipo de unidades em supostos processos de fragmentação (territorial ou simplesmente patrimonial) da villa, parece-nos preferível enquadrá-la na estrutura polinuclear que caracterizaria muitas das villae do NO peninsular. E chamar a atenção para o impacto que os processos mais complexos de crescimento demográfico (na origem da formação de novos núcleos de habitat) e/ou agrário (implicando o alargamento do espaço cultivado) terão tido na sedimentação dessa estrutura. Sem provocarem uma ruptura do território da villa enquanto marco integrador, estes processos terão estimulado a criação de sub-unidades (residenciais e territoriais) no seu interior. Surgem assim núcleos menores, as mais das vezes (mas não forçosamente) de localização periférica, que tanto aparecem classificados na documentação com recurso a formas diminutivas da palavra '*villa*' ('*villar(e)*', etc.) ou a

¹⁴⁰² ISLA FREZ, 1998 – «Aspectos de la organización...»: 66; DURAND, 1982 – «Communautés villageoises...»: 122.

¹⁴⁰³ Já em M. C. PALLARES; E. PORTELA, 1975 – «Aproximación al estudio...»: 108-109, notavam, na sequência de um amplo levantamento da terminologia rural na documentação de quatro mosteiros galegos, que este termo designava «una explotación que agrupa las tierras que se han puesto en cultivo más recientemente», unidades que se caracterizavam por um «funcionamento independente que parece tener, aunque a escala reducida, las mismas características que el de la *villa*, las tierras de labor, los prados y pastos, los bosques y las aguas, siguen constituyendo el conjunto de la explotación, caracterizada también por la presencia de cercas». Mais recentemente, num minucioso estudo de caso sobre duas villae do Alto Tâmega, os autores identificaram um *villare* integrado no território da villa de Rabal, mas situado já no seu limite, que corresponderia a «un nuevo lugar de habitación y explotación que, a partir de una configuración probablemente unifamiliar, reprodujo, al cabo de algunas generaciones, una estructura similar a la del núcleo antiguo» (PORTELA; PALLARES, 1998 – «La *villa*, por dentro...»: 28-29).

¹⁴⁰⁴ Apêndice II, uns. 1714, 1827 e 2090.

¹⁴⁰⁵ Apêndice II, uns. 81, 1323, 1434, 1714, 2382, 2383, e 2384.

outros termos ('*casal*', etc.), como podem mesmo ser classificados como '*villae*' (integradas noutras *villae*). Note-se, contudo, que a multiplicação de pequenos núcleos de habitat rural designados expressamente como *villares* remonta pelo menos à Antiguidade Tardia¹⁴⁰⁶.

Topónimos

Sob esta categoria agrupam-se os inúmeros topónimos que aparecem na documentação analisada a designar *lugares*, no sentido actual (e o mais genérico possível) que damos à palavra. Naturalmente, muitas das unidades identificadas com recurso a quase todos os termos comuns arrolados neste léxico são-no também através de um topónimo. Mas, tendo em vista a prioridade aqui concedida ao estudo da morfologia física das unidades espaciais, optou-se por classificá-las tipologicamente, segundo o termo comum com que os próprios redactores dos documentos as classificaram. Salvo nos casos em que esse termo é inexistente e o redactor as identificou apenas através de um topónimo, a que chamaremos *isento* por constituir o único elemento de identificação da unidade. Regista-se um total de 236 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 523 menções documentais datadas entre 899 e 1106 (das quais 70 (13,4%) provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Note-se que 175 (33,4%) destas 524 menções documentais correspondem a 106 unidades que os redactores designaram preferencialmente noutros documentos por um conjunto muito amplo de termos, de diversos tipos, pelo que o total de unidades alguma vez classificadas com recurso a um topónimo *isento* é de 342.

Neste conjunto cabem termos distribuídos por quase todas as categorias que estruturam a nossa tipologia de unidades (e as secções deste léxico): (§1) unidades de articulação social do espaço ('*civitas*', '*locus*', '*terra*'), (§2) unidades de organização social do espaço ('*vicus*', '*villa*', '*villar(e)*'), (§3) unidades eclesiásticas (mosteiros), e

¹⁴⁰⁶ Como notou J. I. MARTÍNEZ MELÓN, 2006 – «El vocabulário de los asentamientos...»: 128, o conjunto de transformações verificadas a partir sobretudo dos séculos VI e VII, ao nível do ordenamento territorial (com o enfraquecimento do controlo administrativo das *civitates*) e da própria estrutura do povoamento rural (com a multiplicação de pequenos núcleos secundários), explicam «el incremento en la documentación de términos que indican pequeñas entidades rurales», que corre paralelo a «un paulatino abandono de las *uillae* como vivienda del propietario. Los espacios residenciales son utilizados para desarrollar pequeños establecimientos industriales, religiosos e incluso hábitats de menor calidad. Con estas transformaciones ya definidas, comienzan a generalizarse, a partir del siglo VII d.C., los términos *uilullae-uillare* asociados a pequeños grupos de población que viven dentro una estructura territorial y fiscal que sigue denominándose *uilla*» (v. também *ibidem*, p. 126-27).

(§4) unidades de paisagem: naturais (*'collina'*, *'mons'*) e produtivas (*'ager'*, *'cortina'* e outras), a que acresce um tipo mais difícil de classificar (por partilhar de várias categorias), como seja o termo *'castrum'*. Fica assim bem patente a diversidade morfológica das unidades que podem ser designadas por um topónimo *isento*¹⁴⁰⁷. Em alguns casos devem ser entendidos como meros núcleos de habitat, com dimensões e funções muito diferentes, desde os pequenos conjuntos de residências característicos de um modelo de povoamento disperso até núcleos que podemos considerar propriamente aglomerados. Noutros designam claramente perímetros territoriais, de extensão também muito variável, dotados de um ou mais núcleos residenciais (um dos quais poderá tomar ou dar o nome ao conjunto). Aliás, algumas das unidades que classificámos como “topónimo” correspondem não a meros *lugares* mas a circunscrições territoriais mais próximas das *terras*¹⁴⁰⁸, que os documentos designam muitas vezes pelo simples nome próprio (nem sempre do lugar central) que as designa. Noutros casos ainda, corresponderão a espaços agrários ou incultos que, mercê de um qualquer tipo de apropriação (individual ou colectiva), receberam uma designação própria.

É certo que, para lá da análise propriamente morfológica destas unidades, o *mero* estudo da toponímia (tanto *isenta* como da que é utilizada na identificação de todas as outras unidades que compõem o nosso corpus) traria muita e abundante informação sobre a materialidade destas unidades. Apesar de todas as cautelas heurísticas e hermenêuticas que a utilização da toponímia como fonte implica, como já vimos¹⁴⁰⁹. No entanto, os topónimos não serão aqui objecto de uma análise detalhada. O estudo da toponímia levanta problemas específicos, que são diferentes dos que se colocam ao estudo do léxico a que os redactores recorreram para classificar tipologicamente as unidades espaciais referidas na documentação diplomática. Em primeiro lugar, o *stock* toponímico (como o antroponímico) é incomparavelmente mais extenso e variado do que o conjunto destes nomes comuns classificatórios, embora haja uns poucos topónimos que são relativamente frequentes e se repetem de umas zonas para as outras, normalmente resultantes da conversão em nomes próprios de alguns

¹⁴⁰⁷ É certo que a toponímia não tem de ser perspectivada em bloco. Na concepção inicial da base de dados, previmos a distinção entre dois tipos (“topónimos” e “micro-topónimos”), que acabou por ser anulada durante a fase de análise e carregamento, já que introduz uma hierarquização de lugares que é estranha à própria documentação, que não oferece critérios claros e suficientemente alargados para sustentar uma tal distinção.

¹⁴⁰⁸ V. *supra* §1, s.u. terra.

¹⁴⁰⁹ V. *supra* Parte I, §4.2.

daqueles nomes comuns¹⁴¹⁰. Note-se, aliás, que é difícil distinguir cabalmente, em muitos casos, se estes termos são utilizados como nomes comuns ou já como nomes próprios, com valor toponímico¹⁴¹¹. O critério básico utilizado para distinguir uns e outros foi o da anteposição de determinantes demonstrativos, possessivos ou outros à palavra, determinantes esses que indiciam normalmente tratar-se de um nome comum¹⁴¹². Mas este não é, naturalmente, um critério universal. Em alguns casos, é possível esclarecer a dúvida a partir da própria redacção do texto; noutros, muitos, ela persiste¹⁴¹³. Note-se contudo que, apesar destas dificuldades, seria possível aprofundar consideravelmente a distinção se atentássemos em detalhe nas duas principais “situações gramaticais em que se produzem topónimos”, tal como recentemente as definiu M. Pérez González¹⁴¹⁴.

Em segundo lugar, a formação e evolução de um topónimo é incomparavelmente mais complexa, porque dependente de circunstâncias locais muito específicas, do que a daqueles nomes comuns, que, na sua esmagadora maioria, integram um corpus lexical já

¹⁴¹⁰ E.g. os que vieram a dar em português actual: Agrela/Agrelo, Aveleda, Barreiro(s), Barral, Gândara, Nogueira, Paço/Paços, Portela, Várzea, Varziela, Vilar, Vilarinho, Vilela, etc.

¹⁴¹¹ Esta distinção é ignorada por vários autores. A título de exemplo, consulte-se o estudo de M. Viana sobre a geomorfologia e a toponímia das diversas unidades de paisagem integradas na planície aluvial do Tejo nos finais da Idade Média, em que o autor não hesita em chamar “topónimos” aos termos que a documentação utiliza para classificar essas unidades: «Os marcadores toponímicos lezírias, pauis, cortes, alvercas, adémias e espargais, particularmente bem representados na documentação, aplicam-se a unidades diferenciadas de paisagem e permitem descrever a estrutura geomorfológica do leito de inundação do baixo Tejo. Essa função descritiva não é porém desempenhada apenas por este grupo de topónimos» (VIANA, 2009 – «Povoamento, geomorfologia...»: 137). Aquela distinção parece-nos pertinente nos muitos casos em que os dois primeiros termos (‘lezíria’ e ‘paul’, nomes comuns) aparecem associados a verdadeiros topónimos (nomes próprios) na documentação citada pelo autor, designando unidades particulares que aqueles termos seriam apenas capazes de classificar tipologicamente (v. *ibidem*, Figuras 1 e 2, nas p. 133 e 134).

¹⁴¹² Como ficou assinalado por diversas vezes nas notas sobre a tipologia das unidades fichadas (v. Apêndice II, notas marcadas com a etiqueta “TIPO” no campo *Obs.*).

¹⁴¹³ Como também ficou assinalado naquelas notas do campo *Obs.* (v. e.g.: Apêndice II, un. 1399).

¹⁴¹⁴ «1) Compl. predicativos de verbos en forma personal, participios o sustantivos con la acepción de “llamar(se), nombrar(se), decir(se)”: a) De verbos en forma personal como *dicunt, dicitur, uocitant, uocitatur, nuncupant, nuncupator, appellant, appellantur...* b) De participios como *nominatus, predictus, prenomatus, uocitatus...* c) De sustantivos como *uocabulo/a* o de *uocabulum est*.

«Tales compl. predicativos pueden ir introducidos por *Ø/ad/in/de/genitivo*; pero es dudoso, sobre todo en el caso de b), que sean ya topónimos si van precedidos por *ad/in* (...).

«Tengase en cuenta que los sustantivos simplemente introducidos por “ad/in” (y no asignables a alguno de los apartados anteriores) pueden ser apelativos, pretopónimos o topónimos (...)

«2) Combinaciones sobre un apelativo genérico: a) Un nombre genérico + adjetivo origina (casi siempre) un topónimo compuesto (...); b) Un nombre genérico + sustantivo origina un topónimo en la segunda parte del compuesto, raras veces en la primera parte (...) c) Un nombre genérico + *de* + sustantivo origina (casi siempre) un topónimo en la segunda parte, raras veces en la primera parte» (PÉREZ GONZÁLEZ, 2010 – «Introducción»: x-xi).

fixado, no essencial, no latim tardio, a par dos modelos discursivos que enformam a prosa notarial altimedieval, embora se registem evoluções ortográficas e inovações lexicais regionalizadas ao longo da Alta Idade Média. Pelo contrário, as *fontes* do *stock* toponímico são intermináveis, desde estes nomes comuns (frequentemente de raiz topográfica¹⁴¹⁵, mas também fitonímica e zoonímica), até antropónimos¹⁴¹⁶, hagiónimos, etc.; e tanto de raiz pré-latina, latina, germânica, romance e, só muito marginalmente na região em estudo, árabe¹⁴¹⁷.

Em terceiro lugar, um estudo competente da toponímia obrigaria à análise não apenas dos topónimos *isolados* (que foram levantados e fichados sistematicamente), mas de todos os elementos toponímicos (hagiotoponímicos e mesmo antropotoponímicos) que integram a designação de outras unidades dos mais variados tipos (“*villa de...*”, “*loco qui dicitur...*”, etc.); os quais ficaram recolhidos nas fichas dessas unidades mas não foram tratados autonomamente como topónimos. É curioso notar, aliás, o menor número de topónimos *isolados* face ao de *villae*, *vilares*, *loci* e outras unidades territoriais semelhantes que são objecto de uma qualquer classificação

¹⁴¹⁵ «Gran parte de la toponimia menor capta y es captada por accidentes del terreno, rasgos de vegetación, caudales de agua, etc.» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988 – «Organización social del espacio...»: 211).

¹⁴¹⁶ A esmagadora maioria da toponímia “germânica” peninsular é de origem antroponímica (PIEL, 1960 – «Toponímia germânica...»; KREMER, 1998 – «À volta da problemática...»); à semelhança do que acontece com a toponímia do NO peninsular relacionada com a presença muçulmana (SERRA, 1967 – *Contribuição topo-antroponímica...*: 7, nt. 1; o autor chama ainda a atenção para o facto de as próprias referências a antropónimos (nomes de proprietários geralmente) poderem adquirir (ou não) valor toponímico: *ibidem*, p. 11-12). Note-se, todavia, o exagero da filologia francesa, até meados do século XX, na atribuição de uma raiz antroponímica a boa parte da toponímia galo-romana e franca (ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 4), uma crítica possivelmente extensível aos estudos clássicos sobre a toponímia de origem germânica na Península Ibérica. Se bem que M. FERNÁNDEZ MIER, 2006 – «La toponimia como fuente...»: 46, 47 não deixa de chamar a atenção para «la vigencia que parece tener durante un largo período la formación de topónimos sobre nombres de personas, que revelan la importancia social del individuo o del grupo familiar que da nombre a una población. Esta es una importante línea de investigación si tenemos en cuenta que, en el caso de Asturias, un alto porcentaje de los topónimos que designan a los núcleos de población son antropónimos»; sendo que a autora considera mesmo «llamativo el gran porcentaje de antropónimos que sirven para designar a los núcleos de población que tienen su origen en época medieval» na maior parte do Norte peninsular.

¹⁴¹⁷ Note-se que, dentre os 78 topónimos identificados no NO peninsular por SERRA, 1967 – *Contribuição topo-antroponímica...*: 15-93 como sendo oriundos do árabe e/ou alusivos a grupos de povoadores ou étnico-religiosos provenientes do sul islâmico, apenas um (*Molnes*) está atestado no nosso corpus de unidades, como elemento de designação de dois templos referidos no *Censual*, datado já do final do século XI (senão mesmo posterior) (Apêndice I, doc. 400; Apêndice II, uns. 2725 e 2776). Sobre as críticas feitas a partir dos anos 1950 a este modelo de classificação estratigráfica da toponímia em camadas linguísticas, associadas às sucessivas ondas de invasão e colonização do território, que foi adoptado pelos estudos toponímicos em França logo nas primeiras décadas do século XX, na sequência dos trabalhos pioneiros de H. d’Arbois de Jubainville, v. ZADORA-RIO, 2001 – «Archéologie et toponymie...»: 3-4 e o que ficou dito *supra* Parte I, §4.2.

tipológica por parte dos redactores¹⁴¹⁸. Porque a esmagadora maioria destas unidades (sobretudo as villae) é também objecto de uma designação toponímica (ocasionalmente antoponímica ou hagianímica), não podemos concluir que o espaço bracarense estivesse ainda numa fase muito incipiente de representação/nomeação do território, espelhando igual atraso no processo de organização do espaço. No entanto, é inegável a necessidade sentida pelos redactores de precisar a tipologia das unidades espaciais mencionadas, o que indica uma certa flutuação, característica dos nomes comuns, entre a realidade espacial e a mera abstracção de que os homens se servem para captar essa realidade¹⁴¹⁹.

De facto, como notou M. Pérez González, e este é mais um dos problemas que se levantam ao estudo da toponímia, o período anterior ao século XIII é ainda um tempo de formação de grande número de topónimos que, em bom rigor, devem ser antes considerados “pré-topónimos”, o que levanta muitas vezes obstáculos quase intransponíveis¹⁴²⁰. Tanto à análise especificamente linguística como à própria identificação, já que muitos destes topónimos não constituíram mais do que designações provisórias, que não chegaram aos nossos dias em muitos casos, nem sequer persistiram até cronologias (mesmo medievais) que permitissem a sua fixação em fontes escritas às quais possamos ainda hoje recorrer¹⁴²¹. O que impede por completo a sua identificação com a malha toponímica actual, mesmo nos casos em que conhecemos razoavelmente a história toponímica dos lugares¹⁴²².

¹⁴¹⁸ Como vimos, e para nos limitarmos às tipologias integradas nesta categoria de “Unidades de organização social do espaço”, o total de 238 unidades identificadas através de um topónimo *isolado* é significativamente menor às 517 identificadas por um ou mais termos classificatórios: ‘villa’ (313), ‘casal’ (165), ‘vilar’ (15), ‘locus’ (12), ‘quintana/quinta’ (10), ‘vicus’ (2).

¹⁴¹⁹ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1989 – «Percepción y organización...»: 19: «Los nombres propios son los verdaderos instrumentos de socialización del espacio, de aprehensión social del territorio. Cuantos más puntos espaciales bautizados, mayor es el nivel de territorialización de la sociedad que les pone nombres».

¹⁴²⁰ «Uno de los temas más importantes en los estudios de la diplomática medieval es el de la toponimia, sumamente frecuente en tales textos. Plantea problemas prácticamente insolubles, pues un grande número de topónimos con frecuencia se encuentran en período de formación, es decir, son pretopónimos» (PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 89).

¹⁴²¹ «Sabemos por definición que los topónimos son nombres propios cuya función es designar un lugar. Pero los topónimos no han existido desde siempre: en el pasado de cada topónimo generalmente ha habido una fase en la que fue un apelativo, es decir, un nombre que aludía a las realidades relacionadas con las características del lugar, que convenían a todas las cosas de una misma clase. Pero entre ambos extremos (la aplicación de un nombre a un lugar y su consolidación como topónimo) solía haber una fase intermedia en la que el nombre todavía no era reconocido por la comunidad como aplicado a un lugar, es decir, era pretopónimo. Así pues, *apelativo*, *pretopónimo* y *topónimo* son tres fases sin solución de continuidad. Decidir cuando un nombre de lugar ya se ha consolidado como topónimo es difícil, sobre todo en sociedades como la medieval» (PÉREZ GONZÁLEZ, 2010 – «Introducción»: ix-x).

¹⁴²² Este cariz quase “experimental” da toponímia altomedieval não nos deve impedir de reconhecer «el carácter arcaico y conservador – cuando no fosilizado – de los topónimos en general», como notou E.

Percebe-se assim que o estudo lexicográfico da toponímia coloque problemas muito específicos que, apesar do seu interesse intrínseco, não cabem num trabalho preocupado, antes de mais, com a morfologia das unidades espaciais e com o léxico classificatório utilizado pelos redactores para a representarem. É certo que a distinção entre nomes próprios e comuns que sustenta esta opção é, como ficou dito, mais operativa do que efectiva, na medida em que a designação documental de lugares concretos recorria a ambas as categorias¹⁴²³. Donde a importância assumida pela análise dos nomes comuns nos estudos de toponímia¹⁴²⁴. Como é certo que, apesar de todas as limitações que a investigação recente tem apontado à toponímia como fonte para o estudo da organização social do espaço, em sentido amplo¹⁴²⁵, não é menos verdade que a informação contida no *stock* toponímico de uma determinada região é imprescindível à análise dos processos de ocupação e exploração do espaço dessa região; quando não permite mesmo (sobretudo no caso da micro-toponímia de raiz fitonómica, orográfica, hidrográfica, edafológica, etc.) uma aproximação à própria organização da paisagem¹⁴²⁶. No entanto, as implicações metodológicas de um trabalho que toma como base de

Rodón, embora a autora chame também a atenção para as muitas alterações a que os topónimos estiveram sujeitos (desde a pura queda em desuso até às transformações de sentido das palavras): «de nuestros documentos precisamente pueden inferirse muy interesantes observaciones sobre la naturaleza de esos cambios. Sin embargo, en la valoración de tales testimonios no debemos dejar de tener en cuenta la ocurrencia de fenómenos de reconstrucción, grafías etimológicas, falsas etimologías y latinizaciones más o menos aventuradas» (RODÓN, 1972 – «Toponimia y latín medieval»: 276-77).

¹⁴²³ Atente-se, por exemplo, a definição muito ampla de topónimo proposta por E. Rodón: «siempre dentro de un criterio puramente lingüístico, consideraremos la Toponimia en su sentido más amplio, es decir, como el estudio del conjunto de procesos estilísticos, semânticos, y de fijación fonética, morfológica y sintáctica, que lleva consigo implicada la intencionada atribución de un nombre a un lugar con el fin de identificarlo» (RODÓN, 1972 – «Toponimia y latín medieval»: 275). De resto, entre os abundantes exemplos recolhidos ao longo deste trabalho, encontram-se tanto nomes próprios como comuns (em combinação com os primeiros ou isolados); embora alguns dos exemplos aduzidos não tenham manifestamente um valor toponímico, dizendo respeito, por exemplo, a meras árvores de fruto citadas na demarcação de parcelas de terra (e.g. *ibidem*, p. 282-83).

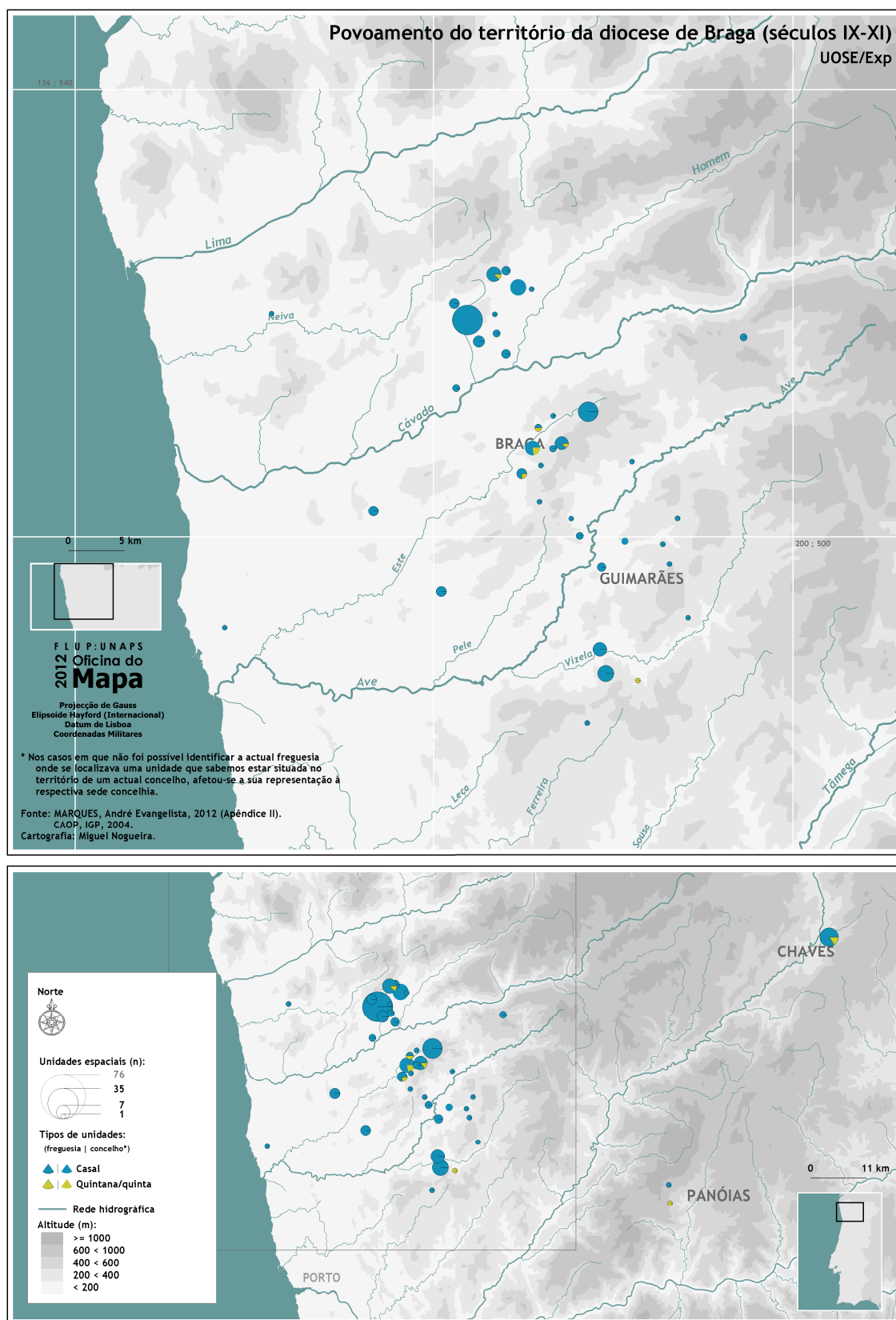
¹⁴²⁴ «Convedría también registrar el uso de nombres comunes en la determinación de un lugar, tanto en aquellos casos en que han pasado a auténticos topónimos como en aquellos otros en que conservando todavía su carácter de nombre común cumplen una función demarcativa. Particular interés ofrece la posibilidad de seguir en nuestros documentos la evolución de este proceso y así poder aportar testimonios de esa etapa intermedia en la cual si bien el uso toponímico viene corroborado por distintas fórmulas – como *in loco qui dicitur...*, *in loco vocitato...*, *ubi dicitur...*, *ubi dicunt...*, *uocabulo...* – conserva todavía el apelativo su condición de nombre común y, como tal, sigue sujeto a las normas de gramaticalización y concordancia» (RODÓN, 1972 – «Toponimia y latín medieval»: 282).

¹⁴²⁵ V. *supra* Parte I, §4.2.

¹⁴²⁶ A título de exemplo, seria interessante apurar se é possível chegar, para o Entre-Douro-e-Minho, à mesma conclusão a que chegou E. Álvarez Llopis num estudo de caso sobre três aldeias situadas num mesmo vale da Liébana: «en la fase que poderíamos llamar de colonización y percepción del espacio, que comprende los siglos IX a XI, predominan los temas de relieve y la vegetación en los nombres de los lugares. En cambio, en el siglo XIII cobran mayor importancia aquéllos que tienen relación con los distintos usos económicos del suelo, lo que parece indicio de una fase de consolidación y ampliación del terrazgo» (ÁLVAREZ LLOPIS, 1999 – «Aldeas y solares...»: 202).

análise as unidades espaciais tipificadas pelos próprios redactores dos documentos, e a manifesta incompetência do autor num domínio tão específico da linguística histórica como são os estudos toponímicos, justificam a opção de excluir deste léxico a análise dos nomes próprios. Uma justificação estritamente metodológica, portanto, que em nada diminui o interesse da análise toponímica para um melhor conhecimento da morfologia da paisagem. Onde o levantamento sistemático da toponímia a que se procedeu, e que poderá vir a ser aproveitado por quem tenha competência para o estudar.

2.2. Unidades de residência e/ou exploração



Mapa 6 – Unidades de organização social do espaço: unidades de residência e/ou exploração

- Casal

Registam-se 165 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 184 menções documentais datadas entre 906 e 1104 (das quais 105 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). O termo ‘*casal*’ ocorre ainda uma só vez como componente indefinido de uma herdade, a que é atribuído o *seu* casal¹⁴²⁷ e uma outra como componente formular (donde o uso do plural ‘*casales*’) de uma villa, mencionado no quadro da enumeração estereotipada que precisa o conteúdo da fracção da villa transaccionada¹⁴²⁸. Note-se ainda que as referências a casais são bem mais frequentes na documentação copiada no *Liber Fidei*, em que foram recolhidas inúmeras cartas relativas a transacções de pequenos proprietários (para além de núcleos relativos a importantes domínios, monásticos ou aristocráticos), do que na documentação do mosteiro de Guimarães, tanto entre os documentos que dizem respeito explicitamente ao domínio vimaranense como a outros que, estando copiados no *Livro de Mumadona*, deduzimos serem títulos de propriedades que acabaram na mão do cenóbio¹⁴²⁹.

Já noutro lugar nos referimos ao quadro amplo de significados de um termo polissémico como poucos, para depois estudarmos detalhadamente a morfologia desta unidade no Entre-Douro-e-Lima, durante um largo arco temporal (906-1200), que integra e ultrapassa o período aqui em análise¹⁴³⁰. Não é este o lugar para retomar as conclusões desse trabalho. Bastará recordar, esquematicamente, que o termo é utilizado nesta região ora em sentido restrito (correspondendo a espaços residenciais e/ou fundiários) ora em sentido lato (correspondendo a uma unidade de povoamento e de exploração capaz de reunir ambos); ao que poderemos acrescentar uma terceira acepção

¹⁴²⁷ Apêndice II, un. 1684=el. 3067.

¹⁴²⁸ Apêndice II, un. 2647=4546. Esta escassez de menções a casais no quadro de enumerações estereotipadas contrasta com uma maior frequência detectada na documentação galega entre o século VIII e meados do século XIII (embora o autor não precise valores por século), por X. VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 54-56.

¹⁴²⁹ Ao todo, foi possível identificar referências a casais em apenas 12 documentos provenientes deste cartório: Apêndice I, docs. 342, 358, 377, 381, 384, 385, 386, 387, 390, 392, 393 e 395. É evidente o contraste entre esta presença discreta do casal na documentação do mosteiro e a abundância das menções a casais e fracções de casais na da Colegiada que lhe sucederá a partir do século XII (RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 136)

¹⁴³⁰ MARQUES, 2008 – *O casal...* Também L. C. AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 168-73, traçou uma breve caracterização destas unidades na primeira parte do seu estudo sobre o domínio da diocese de Braga, dedicada à organização do território bracarense até à restauração diocesana (1071).

menos evidente nas fontes: a de pequeno povoado¹⁴³¹. De qualquer modo, o sentido mais frequente do termo ‘*casal*’ no Entre-Douro-e-Lima, como na generalidade do Noroeste peninsular, é o de unidade familiar de povoamento, de exploração e, com o avanço da fiscalidade senhorial (sobretudo a partir do século XII), de exação.

Naquele trabalho, procurámos definir um quadro tão amplo quanto possível de significados da palavra, com base numa amostra de obras lexicográficas que não incluía alguns dos léxicos “nacionais” e especializados que agora utilizamos, nem alguma bibliografia específica sobre o casal que nesse momento desconhecíamos ou não pudemos consultar¹⁴³². Tal quadro mantém-se plenamente válido, mas vale a pena acrescentar alguma informação entretanto coligida, que o completa. Acima de tudo, essa informação vem reforçar a dimensão residencial que parece ser inerente a estas unidades¹⁴³³. Assim acontece, desde logo, na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230¹⁴³⁴, onde é possível encontrar indícios de uma localização marginal de casais no quadro dos territórios das *villae*¹⁴³⁵, tal como acontece ocasionalmente na documentação

¹⁴³¹ Se, por um lado, a palavra está longe de designar uma realidade unívoca, por outro, a sinonímia que foi possível estabelecer com outros vocábulos é um bom indício da existência de realidades semelhantes ao que chamaríamos ‘casal’ sem que assim apareçam designadas na documentação.

¹⁴³² MARQUES, 2008 – *O casal...*: 117 (quadro) e 115-23 (comentário).

¹⁴³³ Esta dimensão dominava os três primeiros significados atribuídos naquele trabalho ao termo ‘casal’: (1) “casa rural e/ou construções adjacentes”, (2) “espaço que rodeia a casa rural”, (3) “terreno em que se levanta um conjunto de edificações rurais de um prédio; terreno apto a ser edificado”; estando ainda subjacente ao quinto: (5) “unidade de exploração rural de dimensões modestas”; “unidade de povoamento, exploração e exação (espaço de habitação + espaço produtivo)”.

¹⁴³⁴ LLMARL, s.u. *casal(e)*, apresenta uma definição muito elementar (para não dizer redundante): “casal, casar, casería”, que é rastreável pelo menos a partir da década de 930 (na documentação do mosteiro leonês de Sahagún). No entanto, o autor do verbete tem o cuidado de chamar a atenção para a polissemia da palavra, para as dificuldades de precisar o seu sentido na maior parte dos documentos e para a dimensão residencial que parece considerar uma condição quase definitiva deste tipo de unidades: «Raras veces los diplomas ast.-leon. precisan bien el significado de esta voz, que, al igual que corte, admite numerosos matices. (...) Sin duda *casal(e)* se refiere a un conjunto de edificaciones que con mucha frecuencia (pero no siempre) se encuentran lejos de las poblaciones, por lo que puede designar construcciones precarias; o, por el contrario, puede aludir igualmente a una casa solariega con una acepción cercana a la de quinta o *uillare(e)*. Los *casales* o *casares* de los diplomas ast.-leon. se encuentran en *villa*, *barrios*, junto a un *atrio*, junto a un río...; tienen salida y entradas y aparecen en enumeraciones después de *casa*, *curte*, *area*, *pomar*, *ortal*, etc. Son, pues muy variados» (*ibidem*, nt. a). De resto, já M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 305, atribuíra a este vocábulo o sentido exclusivo de “edifício(s)”, o que nos parece uma definição excessivamente redutora: «por lo general, se trata de un conjunto de casas que se encuentran situadas lejos de la población; (...) podía tratarse de construcciones precaria, no utilizadas probablemente para vivienda, sino como cobertizo o almacén de los aperos de labranza. Es probable, por lo tanto, que se conserve en su sentido el valor abundancial del sufijo *-ar* y se designe con este nombre un conjunto de edificios de un determinado lugar».

¹⁴³⁵ Para além das observações feitas neste sentido nas passagens citadas na nota anterior, note-se, por exemplo, a referência feita num documento asturiano de 978 (proveniente do mosteiro de S. Vicente de Oviedo) à inclusão de um *casare* numa *villa*, que na interpretação de I. TORRENTE FERNÁNDEZ, 1985-1986 – «*Términos agrarios...*»: 79-80, denuncia se não uma implantação completamente marginal

galega¹⁴³⁶, e como pudemos verificar na do Entre-Douro-e-Lima anterior a 1200¹⁴³⁷. Mas também no Nordeste da Península essa dimensão residencial parece sobressair, nomeadamente na Catalunha¹⁴³⁸ e em Aragão¹⁴³⁹. Aliás o mesmo se passa com unidades semelhantes ao casal, de que o ‘solar’ será o melhor exemplo na documentação leonesa e castelhana¹⁴⁴⁰ e o *mas* na catalã. A avaliar pela amostra da documentação proveniente do mosteiro de San Millán de la Cogolla (relativa sobretudo à região de La Rioja, no limite oriental de Castela), em que os *casales* correspondem basicamente a “mansos servis”, segundo García de Cortázar¹⁴⁴¹, na documentação castelhana parece dominar o sentido mais abrangente de “unidade de povoamento, exploração e exacção”. E o mesmo acontece com as escassas referências a este termo na documentação leonesa¹⁴⁴².

pelo menos uma configuração alveolar dessa unidade: «asimismo las noticias alusivas a la «porta de domno Lallino» permite suponer que el *casare* constiuia un conjunto diferenciado y claramente delimitado dentro de la villa de Aspra».

¹⁴³⁶ Há indícios da implantação periférica de um casal na documentação dos séculos X e XI relativa à villa de Rabal (Alto Tâmega) (PORTELA; PALLARES, 1998 – «La villa, por dentro...»: 28-29), mas num trabalho mais antigo, em que levantaram exaustivamente as referências a unidades deste tipo em 862 documentos provenientes dos cartórios de quatro mosteiros galegos, os mesmos autores chegaram à conclusão de que os casais não agrupariam terras postas recentemente em exploração (como acontece claramente com os vilares), situando-se antes em zonas de ocupação antiga (PALLARES; PORTELA, 1975 – «Aproximación al estudio...»: 112).

¹⁴³⁷ MARQUES, 2008 – *O casal...*: 173-74. Na documentação aqui analisada (anterior a 1100) foi também possível encontrar exemplos de casais com uma localização periférica: Apêndice II, uns. 429, 446, 486, 1663, 1901 e 2061.

¹⁴³⁸ GMLC, s.u. casal, «*Casalis* es término que aparece muy frecuentemente en nuestros documentos, pero la mayor parte de las veces en contextos que no permiten señalar con seguridad con qué acepción está usado. El latín tardío *casalis* se documenta como sustantivo con la acepción de ‘propiedad rural’ y también con referencia a edificaciones. En antiguo provenzal *casal* (*cazal*) aparece con los significados de ‘casa de labranza rodeada de tierras’, ‘cercado alrededor de una casa’, ‘pequeña casa’, ‘casa en ruinas’, ‘solar’. En aragonés tiene la acepción de ‘aldea’. El catalán *casal* se usa sobre todo con referencia a edificaciones, pero también presenta las acepciones de ‘casa en ruinas’ y ‘solar’» (col. 423-424, nt. 1).

¹⁴³⁹ Na documentação aragonesa anterior a 1157, ‘casal’ parece assumir essencialmente dois sentidos: «a) terreno propio para levantar en él una casa, u otra edificación (...); b) conjunto de edificaciones rurales, destinadas o no a viviendas, rodeadas de las tierras de cultivo de las que se ocupan los habitantes del lugar» (NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 179).

¹⁴⁴⁰ A dimensão essencialmente habitacional do ‘solar’ (e a sua condição de forma de ocupação de um lugar antes desocupado) foi já ressaltada por J. FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 78 e ss.

¹⁴⁴¹ No senhorio do mosteiro emilianense, «existe determinado número de siervos que, aparte de los que se ocupan de realizar ciertos ofícios dentro del señorío, aparecen como instalados en las tierras del dominio, teniendo asignado, como los collazos, un prédio para que lo cultiven en provecho propio y vinculen después el excedente de su fuerza productiva a la prestación de determinados servicios en los campos de la reserva señorial. Son los *casatos* que viven sobre unidades de explotación que llevan esse mismo nombre o el de casares o casales» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1969 – *El dominio del monasterio...*: 228-29).

¹⁴⁴² AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 188, nt. 208.

De resto, este sentido é recolhido por um dos léxicos de ibero-romance¹⁴⁴³ e por outros léxicos “nacionais” consultados (nomeadamente o inglês e o italiano)¹⁴⁴⁴.

Finalmente, na documentação galega (como na que estudámos no Entre-Douro-e-Lima), é possível identificar um conjunto de significados que, girando essencialmente entre estes dois sentidos principais a que nos vimos referindo, os ultrapassam, como ainda recentemente mostrou X. Varela Sieiro, ao apontar seis acepções possíveis em que a palavra ‘casal’ é utilizada nesta documentação, entre o século X e meados do XIII¹⁴⁴⁵: (a) “terreo de edificación”; (b) “lugar de habitación”, sendo que esta acepção residencial não se restringe à esfera camponesa¹⁴⁴⁶; (c) “terreo adxacente a unha vivenda”¹⁴⁴⁷; (d) “vivenda e a súa explotación agraria”¹⁴⁴⁸; (e) “explotación agraria, espazo agrícola ou propiedade rústica”¹⁴⁴⁹; (f) “posesións de natureza xurídica ou doutra índole” (acepção registada sobretudo a partir do século XII). A importância desta última acepção fica bem patente, como o autor bem sublinha, nas escassas menções a casais como elemento confinante de outras unidades, o que na sua opinião «poderia deberse a que [o termo ‘casal’] estaba considerado mais no seu valor administrativo ca propriamente físico»¹⁴⁵⁰. A relativa frequência de menções a elementos confinantes com casais na nossa documentação obriga-nos a ressaltar que, ao menos no território bracarense (e antes de

¹⁴⁴³ LHP, s.u. casale, definido como “casal, finca rústica”.

¹⁴⁴⁴ DMLBS, s.u. casale, que apresenta o significado geral de “homestead or similar” e o sentido específico de “aldeia” identificados em documentação do século XII relativa à zona oriental de Inglaterra; LIMAL, s.u. casalis (“praedium rusticum seu casa cum certo agri modo”); casalinum, casalicum (palavras a que é atribuído o mesmo significado: “solum ubi aedificatum est vel aedificari potest”); casalicium (Addenda: “parvus casalis”).

¹⁴⁴⁵ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 47-51. Este trabalho, que saiu pouco depois de o nosso ter sido publicado, desenvolve as considerações que o autor expusera num artigo monográfico que pudemos ainda aproveitar, mas que foi entretanto ultrapassado: VARELA SIEIRO, 2006 – «Casal en la documentación...».

¹⁴⁴⁶ Na documentação do mosteiro de Sta. Maria de Sobrado, por exemplo, foi possível identificar a utilização da palavra ‘casal’ a designar especificamente uma residência senhorial, no século XII (PORTELA; PALLARES, 1992 – «Santa María de Sobrado...»: 61, nt. 32).

¹⁴⁴⁷ O autor esclarece: «Supoñemos que aluden aos terreos que rodean a vivenda e que poderían servir de emprazamento para outras dependencias da casa rural. Outra posibilidade sería pensar que, nestes casos, a vivenda está tomada no sentido simbólico en tanto que núcleo de toda a explotación, de todo o casal, sobre o que exerce o seu dominio» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 49).

¹⁴⁴⁸ «Hai diplomas que enumeran bem ás claras os diferentes compoñentes desta explotación agrícola: elementos edificacionais + espazos agrários; en ocasións engádense as posesións xurídicas» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 50).

¹⁴⁴⁹ Como o autor bem observou: «existe um bo número de mencións nas que o *casal* se toma na idea de espazo agrícola ao que pertencen realidades agrarias moi diversas por onde non aparecen referencias a elementos habitacionais, bem porque non existisen ou bem porque, como nós cremos, ían implícitos na propia mención de *casal*. Nos contextos que mencionamos, o seu elemento definidor é o de espazo agrícola ou de terreo de labranza» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 50).

¹⁴⁵⁰ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 54.

1100), a utilização deste termo para designar uma realidade “física” não seria assim tão invulgar¹⁴⁵¹.

- *Quintana/quinta*

Registam-se apenas dez unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 12 menções documentais datadas entre 949 e 1097 (das quais metade provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁴⁵². Em todas estas menções os redactores utilizam a palavra ‘*quintana*’, salvo num caso em que se preferiu ‘*quinta*’¹⁴⁵³. Ambos os termos ocorrem ainda pontualmente (e no plural) em enumerações estereotipadas descritivas dos componentes de outras unidades (duas herdades, apenas)¹⁴⁵⁴. A generalidade dos léxicos latinos que registam o termo ‘*quintana*’ atribui-lhe, entre outros, o significado de “propriedade rural”, “domínio”¹⁴⁵⁵, que é também recolhido pelos léxicos peninsulares como um dos dois principais sentidos que a palavra assume na documentação ibérica¹⁴⁵⁶; ao passo que ao termo ‘*quinta*’ são atribuídos significados que não se aplicam manifestamente a nenhuma das unidades que pudemos identificar, como sejam os de “zona de cinco milhas em volta de uma cidade”¹⁴⁵⁷ ou “a quinta parte” (dos frutos reservada ao senhor, do saque de guerra, etc.)¹⁴⁵⁸. No caso específico da documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, ambos os termos parecem assumir aquele sentido fundiário, entre outros¹⁴⁵⁹. Já no caso da

¹⁴⁵¹ Para uma análise detalhada deste problema da delimitação do casal (e respectivos elementos confinantes) na documentação relativa ao Entre-Douro-e-Minho (até 1200), v. MARQUES, 2008 – *O casal...*: 178 e ss.

¹⁴⁵² Note-se que todas estas menções ocorrem em documentos copiados no *Liber Fidei*, com excepção de uma (por sinal a primeira), proveniente de uma escritura do *Livro de Mumadona* (Apêndice I, doc. 334; Apêndice II, un. 1737=el. 3153).

¹⁴⁵³ Apêndice II, un. 1708.

¹⁴⁵⁴ Apêndice II, uns. 533=el. 835 (‘*quintas*’) e 712=el. 1124 (‘*quintanas*’).

¹⁴⁵⁵ DU CANGE, s.u. 5 *quintana* (que explicita a utilização hispânica e “lusitana” da palavra para designar uma realidade tangível, que define como “*uilla seu praedio*”); NIERMEYER, s.u. *quintana* 3; BLAISE, s.u. *quintana* 5, 6;

¹⁴⁵⁶ LHP, s.u. *quintana*, assinala estes dois sentidos, embora interrogue o primeiro: «1 ¿‘Plaza’, ‘mercado’, ‘vía pública’? (...); 2 ‘Casería, predio rústico con casa y dependencias anejas’», como o autor a acrescentar que «el lenguaje poco explícito de los documentos medievales impide precisar en muchos casos la acepción».

¹⁴⁵⁷ NIERMEYER, s.u. *quinta*; BLAISE, s.u. *quinta* 1.

¹⁴⁵⁸ BLAISE, s.u. *quinta* 2; LHP, s.u. *quinta*.

¹⁴⁵⁹ LLMARL, s.u. *quinta*: «1 Quinta parte de los bienes hereditarios, de lo ganado en la guerra, de los frutos de una finca, etc. (...) 3 Heredad, predio rústico, finca, hacienda»; s.u. *quintana*: «1 Plazoleta, espacio de la calle delante de una casa (...); 2 Casería, predio rústico con casa(s) y dependencias anejas». Este último sentido está atestado desde a década de 920 no caso de ‘*quintana*’ e apenas desde a década de 1010 no caso de ‘*quinta*’. Comentando as duas principais hipóteses explicativas da etimologia de

documentação galega, em que este vocábulo ocorre entre meados do século X e meados do XIII, a completíssima análise lexicográfica de X. Varela Sieiro permitiu-lhe identificar três sentidos distintos para este vocábulo: (a) “finca rústica con vivenda”, por vezes com uma localização claramente periférica no quadro da villa, como vimos acontecer por vezes com o casal, e que se define essencialmente pela sua função residencial¹⁴⁶⁰; (b) “terreo de cultivo”¹⁴⁶¹; (c) “terreo que rodea unha vivenda”. Trata-se, portanto, de um conjunto de valores próximos dos quatro primeiros sentidos recolhidos pelo autor para o termo ‘casal’, embora este recuse uma absoluta equivalência de sentido, invocando desde logo exemplos da ocorrência de ambos os termos numa mesma enumeração estereotipada¹⁴⁶².

Este quadro de significados parece-nos, *grosso modo*, aplicável à nossa documentação. É claramente rastreável o sentido de “propriedade rural”, embora seja difícil encontrar indícios claros da componente residencial destas unidades¹⁴⁶³. Há ainda casos em que não resulta claro se estamos perante esta acepção ou a de meras “parcelas de cultivo”¹⁴⁶⁴. E outros que parecem apontar para a de “terreno adjacente a uma

‘quinta’/‘quintana’, M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 310, nota como na documentação asturiana e leonesa estes termos não implicam necessariamente uma dimensão residencial, nem sequer a existência de construções: «es más adecuado entender una evolución desde el significado de ‘quinta parte de la producción que se pagaba en arrendamiento’ al de la propia heredad o predio rústico. De esta manera es posible explicar tanto su atribución a las fincas de labor donde no existe edificación alguna (...), como a las que se refieren específicamente a un lugar de habitación». Também o diminutivo ‘*quintanella*’ (que pudemos identificar com relativa frequência no registo toponímico da nossa documentação, mas nunca como termo comum classificatório de uma unidade espacial) parece assumir na documentação asturiana e leonesa «tanto al terreno de cultivo (...), como al predio rústico que incluye edificios y tierras de labor (...), o bien una población» (*ibidem*, p. 311).

¹⁴⁶⁰ «A ideia de habitabilidade, de assentamento humano é recorrente, ademais de estar expressada frecuentemente, nos diplomas obxecto deste estudo. Tanto é así que encontramos *quintanas* en tanto que propiedades ou solares edificables nos que se constrúen vivendas (...). Outras veces xa son consideradas inteiramente como lugar de habitación en solo rústico»; «(...) estes exemplos pónennos sobre a pista de que as *quintanas* fosen propiedades rústicas cercadas, de diferente tamaño, ás veces afastadas das *uillas*, que normalmente incluírían no seu interior unha vivenda familiar, en ocasións señorial, coa súas dependências agrícolas e un espazo agrícola adicado, sobre todo, á horticultura e ás árbores froiteiras»; num documento pode mesmo colher-se a impressão «dun pequeno núcleo de poboación ou de edificios, onde non obstante persiste a idea de espazo cercado» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 70).

¹⁴⁶¹ Ainda que o autor note, prudentemente: «un reducido número de mencións non se fan acompañar de elementos relativos a edificacións, sen que isto implique que non existan» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 71).

¹⁴⁶² O autor recusa a equivalência absoluta de sentido entre os termos ‘*quintana*’, ‘*villa*’ e ‘*casal*’ proposta por M. R. GARCÍA ÁLVAREZ, 1967 – «Antecedentes Altomedievales...»: 109, e esclarece: «segundo o noso criterio *quintana* no se pode equiparar, de xeito xeral, co concepto de *uilla*, termo moito máis amplo significativamente; polo que toca a *casal*, as diferenzas parecen radicar, sobre todo, na súa propia natureza económica e xurídica» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 69-70).

¹⁴⁶³ Será este o caso de uma quintã confinante com um casal caracterizado explicitamente como uma unidade residencial (Apêndice II, un. 1290=el. 2311)?

¹⁴⁶⁴ E.g.: «*quintana conclusa cum uinea*» (Apêndice II, un. 1737=un. 3153).

casa”¹⁴⁶⁵. Depois, há exemplos de *quintanae* pertencentes a uma igreja, que tanto podem corresponder a propriedades avulsas (embora sempre com alguma importância) ou mesmo ao núcleo principal do domínio dessa igreja¹⁴⁶⁶; como aos próprios perímetros envolventes dos templos¹⁴⁶⁷. Por último, uma das unidades identificadas permite pensar na possibilidade de estarmos perante uma grande propriedade ou mesmo um pequeno povoado¹⁴⁶⁸.

Os autores que mais recentemente se referiram ao significado do termo ‘*quintana*’ na historiografia portuguesa relacionaram-no preferencialmente com centros de exploração senhorial directa, frequentemente associados à residência do senhor¹⁴⁶⁹. Ainda que reconheçam a exiguidade dessas terras aproveitadas directamente, que só muito dificilmente se aproximariam das dimensões da reserva senhorial “clássica”. No caso concreto do Entre-Douro-e-Minho, J. Mattoso reúne mesmo exemplos de *quintanae* transformadas em simples parcelas de terra pelo mosteiro de Paço de Sousa, considerando “raros” os casos de exploração directa da propriedade monástica¹⁴⁷⁰.

¹⁴⁶⁵ E.g.: «cartula venditionis de mea casa et de mea quintana quas habemus in villa Sancta Tecla et fuerunt de avio nostro Sesnando Vimaraz, sub monte Custodias, rivulo Aliste, territorio Bracarensi» (Apêndice I, doc. 302; Apêndice II, un. 1482=el. 2694).

¹⁴⁶⁶ «Illa quintana de ecclesia Sancti Stephani cum sua fonte et cum suas cortinas et vineas que comparavit pater meus de domna Tota» (Apêndice I, docs. 311 e 312; Apêndice II, un. 1530=els. 2775 e 2865).

¹⁴⁶⁷ Será este o caso da quintã (“*integra*”) de uma ermida (Apêndice II, un. 1620=el. 2880)? Note-se, aliás, que o termo ‘*quintana*’ persistiu na língua galega com o sentido de “adro, terreo chan cercado que está diante da igreja e que, nalgún tempo, servía de cemitério» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 72).

¹⁴⁶⁸ «karta contramutationis et firmitatis de hereditate mea propria quam habemus in villa Arcos sub alpe Sancte Marte et ribulo Cantebron territorio Bracare. Et est illa hereditate in illa corte de illa quintana cum suas casas et cum suo casale sunt in longo L^a passales super caput et in amplo X et accepi de vobis proinde I.m casalem in Portella ad illam meam portam cum suas kasas et cum vineas alia tanta per mediata» (Apêndice I, doc. 324; Apêndice II, un. 1686=el. 3073). O sentido de “centro de exploração dominial” poderá eventualmente explicar a integração de um celeiro numa outra quintã: «do vobis illa quintana et excabzamus illa spica de ille celario quomodo vadit in prono per illos marcos petrinos et fere in succo de Badai et vadit per terminum de Cemeira ad alia Spica de ille celario» (Apêndice I, doc. 86; Apêndice II, un. 477=el. 743).

¹⁴⁶⁹ MATTOSO, 2002 – *O Monaquismo Ibérico...*: 198 e ss.; DURAND, 1982 – *Les campagnes...*: 351-54, 357; MATTOSO *et alii*, 1986 – «Paços de Ferreira...»: 201. C. A. Ferreira de ALMEIDA, 1978 – *Arquitectura românica...*: 46, considera que estas unidades só adquirem um “sentido senhorial” no Entre-Douro-e-Minho a partir de meados do século XII. Não era esta a opinião de A. Sampaio, para quem *quintana* e *quinta* «eram pois subunidades de meros cultivadores, como os *casales*, e assim foram sempre até depois da completa desorganização das vilas: ainda nas Inquirições não eram outra coisa, visto havê-las de herdeiros e de cavaleiros. Só mais tarde, desaparecendo a primeira – *quintana* – a segunda serviu para designar o prédio rústico com uma habitação nobre» (SAMPAIO, s.d. – *Estudos Históricos...*, I: 73).

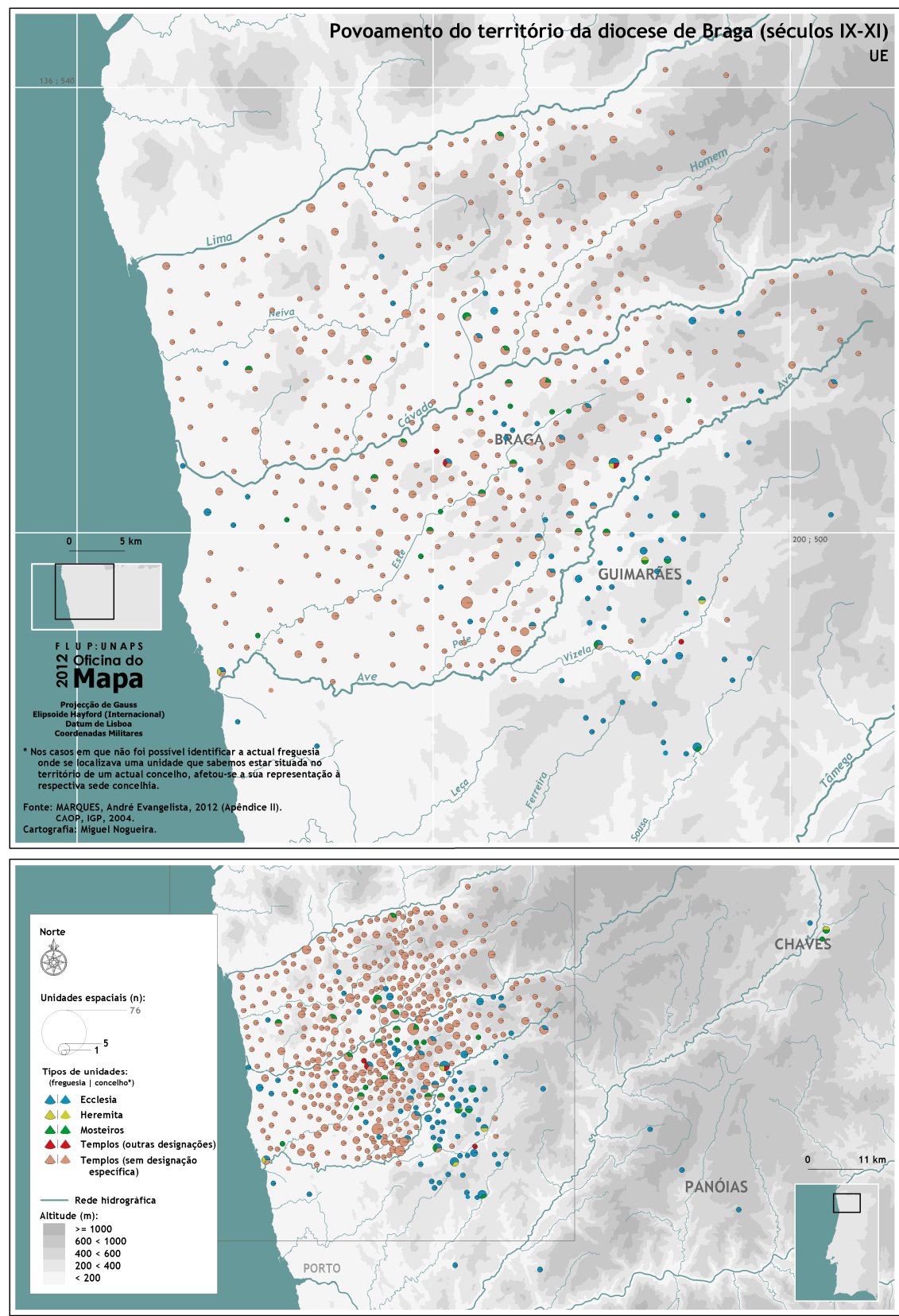
¹⁴⁷⁰ MATTOSO, 2002 – *O Monaquismo Ibérico...*: 200. Não parece nada forçado transpor para esta região a realidade que R. Durand encontrou a sul do Douro, nos séculos XII e XIII: «l’image qui se dessine des structures agraires est celle de la prolifération de petits centres d’exploitation seigneuriale directe, disséminés parmi les exploitations paysannes dont ils ne diffèrent peut-être que par une demeure

Independentemente das exactas formas de exploração e da titularidade da *quintana*, o que importa aqui ressaltar é a efectiva correspondência destas unidades a parcelas de terra, de maiores ou menores dimensões, com funções residenciais e/ou produtivas. Como importa precavermo-nos de retroprojectar no período anterior ao século XII a imagem da *quintã* como centro dominial, como notaram A. Sampaio e C. A. Ferreira de Almeida¹⁴⁷¹. Um sentido que, estando longe de ser dominante, poderá contudo ter-se verificado ocasionalmente, ao contrário do que ambos os autores parecem ter julgado.

plus somptueuse» (DURAND, 1982 – *Les campagnes...* : 359-60). O mesmo verificaram, já nos séculos finais da Idade Média, I. GONÇALVES, 1989 – *O património do mosteiro...*: 179 (para os domínios do mosteiro de Alcobaça) e S. CONDE, 2000 – *Uma paisagem...*, I: 180 (para o território médio-tagano).

¹⁴⁷¹ Um bom exemplo destes centros dominiais característicos do final da Idade Média é o “assentamento” descrito como “*quintã*” num tombo de propriedades da capela de Ferreiros (c. Braga), redigido nos finais do século XV: esta quintã, que desempenhava as funções de «centro aglutinador, não só de toda a terra que formava a sua própria exploração, como também, embora em menor grau, de todos os casais que a ela andavam ligados», ocupava uma área de mais de 600m², dividida por nove construções (GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: 27). Sintomaticamente, os ditos casais «eram muitíssimo mais modestes na construção dos seus assentamentos, não atingindo qualquer deles um terço daquele valor» (*ibidem*).

3. Unidades eclesiásticas



Mapa 7 – Unidades eclesiásticas

3.1. *Ecclesia*

Registam-se 105 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 126 menções documentais datadas entre 875 e 1106 (das quais 97 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁴⁷². O termo ‘*ecclesia*’ ocorre ainda como componente indefinido ou estereotipado de outras 44 unidades (mandamentos, villae/topónimos e, mais pontualmente, mosteiros). Para além das simples referências a *ecclesia(e)* no quadro de enumerações estereotipadas dos componentes da propriedade transaccionada, há ainda a registar a sua inclusão numa fórmula complementar destas enumerações: «*de ecclesia quam etiam de laicale*».

A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe, entre outros, o significado de “igreja”, “paróquia” (mais raramente “diocese”), “comunidade de cristãos” ou mesmo “mosteiro”¹⁴⁷³. Com efeito não é possível traçar na documentação altomedieval uma divisão clara entre “igrejas” (que hoje classificaríamos de “paroquiais” ou “seculares”, mais genericamente) e “mosteiros”, fruto das muitíssimas possibilidades de apropriação e utilização social dos templos e do conjunto de recursos que estes articulavam¹⁴⁷⁴. É possível encontrar exemplos da utilização da palavra em todos estes sentidos na documentação analisada, embora o primeiro (que aliás funda metonimicamente a referência aos restantes) seja obviamente dominante, como se deduz do facto de 99 unidades (94,3% do total de 105) serem designadas por um hagiónimo, a remeter directamente para a invocação do templo; ao passo que só 46 (43,8%) ostentam um elemento de designação toponímico, indicador da implantação física do templo e/ou da territorialização da *cura animarum* a partir dele exercida. Importa, de facto, sublinhar a capacidade do termo ‘*ecclesia*’ para designar não apenas um templo em sentido estrito

¹⁴⁷² Note-se que oito destas 126 menções documentais correspondem a quatro mosteiros que os redactores designaram ocasionalmente por ‘*ecclesia*’, pelo que o total de unidades alguma vez classificadas como ‘*ecclesia*’ é de 109.

¹⁴⁷³ DU CANGE, s.u. 1. *ecclesia*; NIERMEYER, s.u. *ecclesia* 1, 4; BLAISE, s.u. *ecclesia* 1, 2, 4; DMLBS, s.u. *ecclesia*, 4, 5; LIMAL, s.u. *aeclesia*.

¹⁴⁷⁴ Sobre os limites da categorização de unidades eclesiásticas e a dificuldade em distinguir cabalmente as que tenderíamos a classificar como igrejas (por aparecerem designadas preferencialmente pelo termo ‘*ecclesia*’) e os mosteiros, v. e.g.: ORLANDIS, 1977 – «Los laicos y las iglesias...»: 268-69; GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 110 (a propósito da documentação das Astúrias de Santillana e de Trasmiera no século IX); PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 104-105 (sublinhando que na documentação castelhana dos séculos IX a XII «se puede rastrear una equiparación entre *monasterium* y *domus*, *domus* y *decania*, *decanis* y *ecclesia*, *ecclesia* y *monasterium proprium*»); GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 35 e ss. (que procura traçar a distinção entre “igreja própria não paroquial”, “igreja paroquial” e “mosteiro”). A propósito especificamente do território português, v. por todos MATTOSO, 1992 – «Portugal no Reino...»: 473; AMARAL, 2007 – *Formação e desenvolvimento...*: 107-109; 2008 – «Povoamento e organização...»: 18-19)

mas também as suas dependências construídas e o perímetro imediato, consagrado nas fórmulas canónicas que aludem ao dote das igrejas; quando não mesmo o conjunto dos direitos patrimoniais da igreja¹⁴⁷⁵. Este perímetro poderia constituir mesmo uma unidade residencial e de exploração autónoma, como se deduz da alusão relativamente frequente a uma enorme diversidade de componentes estereotipados ou indefinidos de *ecclesiae*, entre os quais se incluem: *dextros*, *passales*, espaços de enterramento, casas, vinhas, pomares e outras parcelas agrárias, etc. (referências que ocorrem em mais de metade (70) das 126 referências documentais a *ecclesiae* inventariadas)¹⁴⁷⁶. Aliás, não é impossível que a simples referência à *ecclesia* servisse para designar o próprio núcleo (ou núcleos) de habitat que com frequência (ainda que não necessariamente) se formava no seu entorno, ou mesmo todo o território apropriado por esses núcleos; o que é, de resto, indiciado pela relativa frequência da identificação hagiotoponímica de villae e lugares¹⁴⁷⁷.

3.2. (H)eremita

Registam-se seis unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem sete menções documentais datadas entre 1008 e 1106 (todas provenientes de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁴⁷⁸. A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe o duplo significado de “eremita” e de “lugar de habitação de um eremita”, “ermida”¹⁴⁷⁹, estando ambos os

¹⁴⁷⁵ Assim acontece na documentação da catedral de Lugo ainda no século XIII (JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 119).

¹⁴⁷⁶ Um dos templos sobre cujo espaço envolvente dispomos de informação abundante é o mosteiro/igreja de S. Estêvão de Faiões (Apêndice II, un. 505). Sobre estes espaços, v. GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 106-107.

¹⁴⁷⁷ Para lá do seu perímetro imediato, os templos parecem ser ainda capazes de designar metonimicamente os territórios (não necessariamente paroquiais, no sentido que hoje lhes atribuímos) que articulavam. Um possível exemplo dessa capacidade encontra-se no *Censual* (Apêndice I, doc. 400), em que o hagiónimo/topónimo “S. João de Brito” é utilizado como um dos marcos de localização da segunda das dez circunscrições *comarcais* em vão arroladas as igrejas de Entre-Lima-e-Ave: “*Inter Ave et Alister et de Guardias usque un Sancto Johanne de Brito*”, para voltar a ser arrolado, imediatamente a seguir como a primeira das igrejas integradas nesta circunscrição (“*Sancto Johanne de Brito*”) (Apêndice II, un. 2036=el. 4697 e un. 2747=el.4698, respectivamente). Se é evidente que aqui está em causa apenas a igreja, não é menos claro que aquela primeira referência a S. João de Brito, enquanto marco de localização de uma circunscrição ampla, abrangendo o território entre o Ave e o Este e de Guardinhas (l da f. Balazar, c. Póvoa de Varzim) a Brito (f. do c. Guimarães), diria necessariamente respeito a um território mais amplo que tinha na igreja de S. João o seu lugar central e dela retiraria o nome.

¹⁴⁷⁸ Apêndice II, uns. 1619, 1950, 2170, 2234, 2304 e 2315.

¹⁴⁷⁹ DU CANGE, s.u. *eremita*, *heremita* (que distingue ambos os significados: “eremitas” e “ermida”, respectivamente); NIERMEYER, DMLBS, s.u. *eremita* (que recolhem apenas o primeiro); LIMAL, s.u. *heremitorium* (que recolhe apenas o segundo); BLAISE, s.u. *heremita* (que recolhe ambos).

sentidos presentes na documentação asturiana e leonesa¹⁴⁸⁰. Note-se, contudo, que como bem notou Viterbo, a propósito de um termo próximo, a associação das ermidas a uma forma de vida monástica (anacorética), embora frequente, não é necessária, correspondendo muitas vezes a pequenos templos fundados em lugares ermos¹⁴⁸¹. O facto de todas as seis unidades deste tipo identificadas serem designadas por um elemento hagianímico faz pensar que todas corresponderiam a templos. Mas torna-se difícil saber se (e em que casos) estaria associada a esses templos algum tipo de estrutura monástica.

3.3. Mosteiros

A documentação analisada caracteriza-se por uma considerável diversidade de termos utilizados para designar um mosteiro, superior ainda à que se verifica com os templos, como veremos. A par do vocábulo ‘*monasterium*’ (de longe o mais frequente), registam-se outros cinco: ‘*asceterium*’, ‘*aula*’, ‘*casa*’, ‘*coemiterium*’ e ‘*coenobium*’, com a particularidade de todos os seis termos ocorrerem na documentação do mosteiro de Guimarães (a designar o próprio cenóbio vimaranense), ao passo que só três ocorrem na documentação conservada no cartório da Sé de Braga (‘*asceterium*’, ‘*coenobium*’, ‘*monasterium*’). No total, registam-se 31 unidades designadas por uma (ou mais) destas palavras no corpus documental analisado; a que correspondem 80 menções documentais datadas entre 883 e 1101 (das quais 26 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁴⁸².

Note-se, contudo, que a generalidade dos termos arrolados (e em particular a palavra ‘*monasterium*’) aludem a realidades que são material e institucionalmente muito diversas, como sejam, por um lado, os pequenos mosteiros familiares e/ou privados (que geralmente afloram na documentação no momento em que os seus proprietários os

¹⁴⁸⁰ LLMARL, s.u. heremita (que regista como primera menção ao sentido de “ermida” um documento de 1019).

¹⁴⁸¹ VITERBO, s.u. hermitagio: «Ermida, santuário, capela ou casa de oração, fundada em lugar ermo e solitário, donde lhe veio o nome, e não por ser habitada por algum eremita ou ermitão». Sobre o sentido de «capela ou basílica monacal» que a palavra ‘(h)eremita’ assume por vezes, veja-se as referências documentais recolhidas por D. MOREIRA, 1971-1990 – *Freguesias da Diocese...*, I [1973]: 66-67; sobre a sinonímia possível entre os termos ‘*eremita*’ e ‘*capella*’ (este documentado apenas a partir do séc. XIII), v. *ibidem*, p. 99.

¹⁴⁸² Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sinético* (“Mosteiros”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II. Note-se que duas destas 80 menções documentais correspondem à *ecclesia* de S. Frutuoso de Montélios (Apêndice II, un. 27) que os redactores designaram ocasionalmente como ‘*monasterium*’, pelo que o total de unidades alguma vez classificadas com recurso a algum dos termos tratados nesta secção é de 32.

doam a outras instituições eclesiásticas) e, por outro, as grandes casas monásticas, senhoras de amplos patrimónios, que podiam encabeçar (como no caso de Guimarães) redes monásticas abrangendo vários daqueles cenóbios mais pequenos¹⁴⁸³. Entre os dois pólos, será a existência de uma comunidade monástica o traço comum definidor dos vários tipos de mosteiros designados pelos termos que este apartado congrega. Mas as diferenças seriam evidentes, desde logo do ponto de vista material: como comparar aqueles pequenos mosteiros familiares, de implantação por vezes periférica, mesmo que capazes de polarizar (ou de se sobreporem a) um núcleo de habitat com o complexo de edifícios que comporiam um mosteiro como o de Guimarães, que está na origem de um núcleo com características *urbanas* a partir pelo menos do século XI.

De resto, e à semelhança do que vimos acontecer com a palavra ‘*ecclesia*’, também os diversos termos utilizados para designar mosteiros revestiriam em muitos casos uma realidade bem mais complexa do que a da mera *casa* destinada a albergar a comunidade, com a respectiva igreja monástica. É também considerável a diversidade de componentes estereotipados ou indefinidos atribuídos aos mosteiros: *dextros*, *passales*, espaços de enterramento, casas, vinhas, pomares e outras parcelas agrárias, etc.; ainda que estas referências ocorrem neste caso em apenas 31 (38,8%) das 80 referências documentais a mosteiros inventariadas¹⁴⁸⁴. Documentos mais explícitos, como alguns que se referem ao mosteiro de Guimarães, mostram claramente que, para além da igreja (‘*ecclesia*’, ‘*aula*’...) e das ‘*domus*’ que compunham o perímetro monástico, estes complexos incluíam espaços de enterramento e até estruturas destinadas à cura de doentes, ao acolhimento de peregrinos e hóspedes e ao apoio a pobres (a distinção entre as três categorias é feita pelos próprios documentos); para não falar das funções de ensino, que não exigiriam um espaço específico, embora ele pudesse existir¹⁴⁸⁵. É certo que o mosteiro de Guimarães corresponde ao expoente

¹⁴⁸³ Observações já feitas por P. HENRIET, 2007 – «La politique monastique...»: 109-10, a propósito da ocorrência do termo ‘*monasterium*’ na documentação régia do tempo de Fernando Magno, designando ora (grandes) instituições beneficiadas pelo monarca, ora (pequenas) casas por ele doadas a essas instituições. Como notou J. Á. García de Cortázar, o século XI ficou marcado pelo desenvolvimento das grandes casas em detrimento das pequenas, num processo “agregativo” ou de “selecção de espécies” (v., por todos, GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «La organización socioeclesiológica...»: 29-32).

¹⁴⁸⁴ Um bom exemplo da dicotomia entre o espaço construído de um mosteiro (incluindo edifícios e espaços adjacentes – *dextros*) e o território “*de fora*” encontra-se na referência ao mosteiro de Cernadelo no inventário das propriedades de Guimarães: «*Monasterio de zernadelo et ecclesia sancto petro et ecclesia sancto iacobo, de ipsa ecclesia III^a integra et ille monasterio cum suis dextris integro et de tota illa alia villa de fora II^{as} partes integras*» (Apêndice I.A., doc. 381, §17.3).

¹⁴⁸⁵ Estas funções aparecem claramente referidas ao menos num diploma: Apêndice I, doc. 345. A melhor descrição do perímetro monástico de Guimarães encontra-se na carta de doação/dotação de 959

máximo, à escala regional, da complexidade que poderia atingir um complexo monástico. Mas é possível encontrar indícios de realidades semelhantes em outros mosteiros, senão em dimensão ao menos ao nível das necessidades que as várias estruturas associadas a esses cenóbios procuravam suprir. Aliás, 21 (67,7%) destas unidades ostentam um qualquer elemento toponímico de designação, ao passo que só 17 (56,7%) ostentam um elemento hagianímico, uma percentagem bem mais baixa do que vimos acontecer no caso das *ecclesiae*. Estaremos perante um indicador das funções residenciais e produtivas que os mosteiros desempenhavam, para além (ou antes mesmo, em alguns casos?) das funções propriamente espirituais?

- *Asceterium*

O termo '*asceterium*', a que a generalidade dos léxicos consultados atribui o sentido de "mosteiro"¹⁴⁸⁶, ocorre na documentação analisada exclusivamente sob as formas '*acisterium*', '*arcisterium*' e outras semelhantes¹⁴⁸⁷, para designar apenas três unidades: os mosteiros de Guimarães, S. Antonino de Barbudo e S. Miguel de Larim¹⁴⁸⁸.

- *Aula*

Registam-se apenas duas menções documentais a este termo com o sentido de "mosteiro", relativas ambas ao cenóbio vimaranense, em documentos de 959 e 983¹⁴⁸⁹. Note-se, contudo, que num outro diploma de 959 (e numa passagem marcadamente formular) alude-se a aplicação dos bens doados a Guimarães «*pro luminaribus aule sancte*», o que indicia claramente a utilização deste mesmo vocábulo para designar a igreja monástica¹⁴⁹⁰; o que nos faz questionar a sinonímia que aqueles dois documentos parecem autorizar entre '*aula*' e termos como '*coenobium*', '*monasterium*' e outros

(Apêndice I, doc. 338). É evidente que a passagem em que se faz essa descrição está marcada por um certo carácter formular, que aliás explica a sua reutilização (com variantes e cortes) em doações posteriores a Guimarães, em cujas cláusulas expositivas dos motivos para a doação figura (e.g.: Apêndice I, doc. 389). No entanto, não parece plausível que as funções do mosteiro aí referidas (e a realidade que as sustentava) fossem uma mera ficção.

¹⁴⁸⁶ DU CANGE; NIERMEYER, s.u. *asceterium*; BLAISE, s.u. *asceteriolum*; DMLBS, LIMAL, s.u. *asceterium*; GMLC, s.u. *asceterium*; LHP, s.u. *asciterio*; VITERBO, s.u. *acitério*, *acistano*.

¹⁴⁸⁷ Formas que também se encontram na documentação castelhana (a partir pelo menos da década de 930 – v. LHP, s.u. *asciterio*), catalã (a partir da década de 910 – v. GMLC, s.u. *asceterium*) e asturiana e leonesa, (depois da década de 940 – ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 302-303). Segundo esta última autora, este é um «término deformado del latín cristiano *asceteria* 'conventos o monasterios' (en que se ejerce la vida espiritual)» (*ibidem*, p. 303).

¹⁴⁸⁸ Apêndice II, uns. 1734, 1000 e 2046, respectivamente.

¹⁴⁸⁹ Apêndice I, doc. 338 e 347; Apêndice II, un. 1734=el. 3186 e el. 3434.

¹⁴⁹⁰ Apêndice I, doc. 339 (de 959), Apêndice II, un. 1734=el. 3282.

equivalentes, e pensar se os redactores não teriam optado por designar o mosteiro por referência à sua igreja. Com efeito, a generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe, entre outros, os significados de “igreja” ou, mais especificamente “edifício”, “nave de uma igreja”, sem todavia registarem o sentido mais específico de “mosteiro”¹⁴⁹¹. Por fim, importa ainda notar a alusão à ‘aula’ da igreja do mosteiro de Guimarães numa fórmula repetida em dois documentos (de 1057 e 1058)¹⁴⁹² e as duas referências à ‘aula’ do mosteiro/igreja de S. Estêvão de Faiões, que serviria como espaço de enterramento, segundo um documento de 1084¹⁴⁹³. Em todos estes casos a palavra parece ser utilizada em sentido diverso dos que ficaram já apontados. É possível pensar-se que poderia corresponder ao sentido de “capela-mor” de uma igreja, já apontado por Viterbo¹⁴⁹⁴. Embora esta acepção não deva descartar-se, no caso da igreja de S. Estêvão de Faiões, é ainda possível que o termo ‘aula’ pudesse aludir a uma espécie de nártex da igreja com funções funerárias; ou mesmo ser uma designação alternativa para o “arrabalde” e/ou o “átrio” desta igreja, referidos noutros documentos¹⁴⁹⁵.

- Casa

Para além do sentido residencial mais corrente¹⁴⁹⁶, este termo ocorre várias vezes na documentação analisada a designar exclusivamente o mosteiro de Guimarães¹⁴⁹⁷. De resto, o sentido de “mosteiro” (como de “igreja”) é recolhido pela generalidade dos léxicos que o registam¹⁴⁹⁸; ainda que tal significado pareça estar ausente da documentação asturiana e leonesa¹⁴⁹⁹, ocorre desde bastante cedo na galega¹⁵⁰⁰.

¹⁴⁹¹ DU CANGE, s.u. 2. aula; NIERMEYER, s.u. aula 4, 5; BLAISE, s.u. aula; DMLBS s.u. aula 2; LIMAL, s.u. aula.

¹⁴⁹² «De paupertacula nostra aliquid aule sancte uestre ecclesie offerre sicut et ofero» (Apêndice I, docs. 376 e 379).

¹⁴⁹³ «aulam Sancti Stephani ubi cadaveres nostros tumulati fuerint» (Apêndice I, doc. 317; Apêndice II, un. 1636).

¹⁴⁹⁴ VITERBO, s.u. aula: «Igreja, capela e, principalmente, o mais interior do santuário ou capela-mor, onde o patrono ou titular reside e se venera, umas vezes nas suas relíquias e, outras, tão-sòmente, na sua imagem ou pintura. Acha-se em os nossos documentos dos séculos IX, X e XI».

¹⁴⁹⁵ Apêndice II, uns. 1527 e 1612, respectivamente.

¹⁴⁹⁶ V. *infra* §4.4, s.u. casa.

¹⁴⁹⁷ Apêndice II, un. 1734.

¹⁴⁹⁸ DU CANGE, s.u. 1. casa; NIERMEYER, s.u. casa 5, 6 (que regista apenas o sentido de “igreja”); BLAISE, s.u. casa 4, 5; DMLBS, s.u. casa 1b; GMLC, 2; VITERBO, s.u. cas. (sic) (recolhe apenas a acepção de “mosteiro”).

¹⁴⁹⁹ LLMARL, s.u. casa recolhe apenas os significados de “casa, edifício”; tal como ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 304.

- *Coemiterium*

No corpus documental analisado, este vocábulo é utilizado em alguns documentos do mosteiro de Guimarães para designar este cenóbio (várias vezes) e o de S. João de Ponte (por vez única), sempre sob formas como ‘*cimiterium*’, ‘*scimiterio*’ e outras semelhantes¹⁵⁰¹. Para além do sentido primeiro de “cemitério”, “espaço de enterramento” (ou mesmo de “direito devido pela sepultura”), a generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe ainda o significado de “perímetro cercado e consagrado” envolvente de um templo (adro)¹⁵⁰²; a que deve acrescentar-se a acepção de “igreja em que se pratica a tumulação”¹⁵⁰³ e, ao menos na documentação asturo-leonesa, a de “cenóbio”¹⁵⁰⁴. Aliás, parece ser precisamente entre o sentido de “mosteiro” e de “igreja” (edifício) que a palavra é utilizada na documentação analisada¹⁵⁰⁵, embora não possa excluir-se liminarmente que em alguns casos os redactores procurassem aludir também ao perímetro envolvente do cenóbio vimaranse¹⁵⁰⁶, ou mesmo ao espaço de enterramento que nele existia¹⁵⁰⁷.

¹⁵⁰⁰ Embora o autor se refira a este significado, por lhe interessar apenas o estudo do “léxico da arquitectura civil”, não deixa de registar que a primeira menção a ‘*casa*’ na documentação galega, numa escritura de 785, diz precisamente respeito ao mosteiro de Samos (“*casa de Samos*”) (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 128).

¹⁵⁰¹ Apêndice II, uns. 1734 e 1757.

¹⁵⁰² NIERMEYER; BLAISE; GMLC; DMLBS, s.u. coemeterium; LIMAL, s.u. cymiterium (as duas últimas obras citadas recolhem apenas a primeira acepção). Segundo GMLC, s.u. coemeterium 2, em alguns dos documentos citados «se especifica que el espacio de terreno que constituye el *cimiterium* es de hasta 30 pasos de distancia alrededor de la iglesia. Dentro de este espacio, sin que por ello deje de usarse como cementerio, se levantan edificaciones pertenecientes a particulares y destinadas a guardar las cosechas, que quedaban así bajo la protección de la iglesia dado el carácter inviolable del recinto. Cada una de estas edificaciones se llama *sacrarium* y el conjunto de las mismas *sacraria*, feminino y a veces plural neutro con marcado valor colectivo (cat. *sagrera*). También se levantan a veces casas o viviendas hasta llegar a constituir pequeños núcleos de población» (col. 536, nt. 3).

¹⁵⁰³ DU CANGE, s.u. coemeterium.

¹⁵⁰⁴ LHP, s.u. cimiterio.

¹⁵⁰⁵ Fora do nosso corpus documental, o sentido específico de “mosteiro” fica bem patente logo no início de num inventário de propriedades do prior do mosteiro de Pendorada, D. Miguel, publicado por S. PEDRO, 2008 – *O Género Diplomático...*: 179-182, n.º 6, que o data do século XII: «*Jncipit inuentario d(e) hereditates q(u)os c(om)parauit d(om)n(us) Michael p(r)rior in cimiterio s(an)c(t)i ioh(na)is*» (*ibidem*, p. 181 (sublinhado nosso) – repetição da palavra na p. 182).

¹⁵⁰⁶ Note-se que, já no século XII, o autor do relato da conquista de Lisboa refere-se ao sítio onde o bispo do Porto D. Pedro Pitões se encontrou com os cruzados chegados do Norte da Europa como «*in summitate montis in cimiterio episcopii (...) nam ecclesia pro quantitate sui omnes non caperet*» (*A Conquista de Lisboa...*, 2001: 60). O ed. observa, em nota: «porque não estamos com uma oposição entre espaço de igreja e espaço funerário, mas se pretende definir um local junto da casa episcopal (*episcopium*), não parece ser o mais adequado o correspondente directo em português e por isso mais que “recinto sagrado”, preferimos entender “recinto de protecção” ou “terreiro”, como se pode testemunhar em outros usos e documentos do tempo» (*ibidem*, p. 159, nt. 34).

¹⁵⁰⁷ A existência deste espaço no perímetro do mosteiro (ou mesmo dentro da igreja monástica) deduz-se da passagem em que Mumadona justifica a doação de bens pertencentes a seu filho Nuno, já falecido,

- *Coenobium*

Também este termo é utilizado apenas na documentação do mosteiro de Guimarães e para designar este cenóbio (inúmeras vezes) e o de S. João de Ponte (uma só), sempre sob a forma ‘*cenobio*’¹⁵⁰⁸. O sentido deste vocábulo é, todavia, bem mais preciso, com a generalidade dos léxicos que o registam a atribuí-lhe o significado de “mosteiro”¹⁵⁰⁹, atestado desde pelo menos 804 na Península Ibérica¹⁵¹⁰, a que alguns acrescentam o de “igreja catedral”¹⁵¹¹, que manifestamente não se aplica na documentação analisada.

- *Monasterium*

Face a uma utilização que podemos considerar minoritária (quando não mesmo residual) dos termos arrolados até aqui, o vocábulo ‘*monasterium*’ é claramente dominante na nossa documentação, onde aparece a designar a esmagadora maioria das 31 unidades deste tipo identificadas. A generalidade dos léxicos que registam este termo atribuí-lhe o significado de “mosteiro” ou “ermida”, de “conjunto de domínios de um mosteiro”, mas também de “igreja” (rural, paroquial, abacial, catedral ou simples capela)¹⁵¹²; embora na documentação asturo-leonesa pareça ocorrer apenas com a primeira acepção, e logo desde os primeiros anos do século IX pelo menos¹⁵¹³. O mesmo acontece na documentação analisada, em que a palavra parece designar preferencialmente o conjunto dos complexos cenobíticos, embora em alguns casos possa aludir especificamente à igreja monástica.

3.4. Templos (outras designações)

Para lá dos termos ‘*ecclesia*’, ‘(h)*eremita*’ e dos diversos vocábulos que aparecem a nomear unidades que sabemos serem mosteiros, há ainda um conjunto de quatro palavras que designam especificamente edifícios de culto: ‘*basilica*’, ‘*domus*’, ‘*locus*’ ‘*templum*’. Registam-se apenas quatro unidades designadas exclusivamente por

com o facto de ele ter aí sido enterrado: «*Vt ibi [no mosteiro de Guimarães] eius corpusculum umatum quiescit*» (Apêndice I, doc. 338, de 959).

¹⁵⁰⁸ Apêndice II, uns. 1734 e 1757.

¹⁵⁰⁹ NIERMEYER; GMLC; DMLBS; LIMAL, s.u. *coenobium*.

¹⁵¹⁰ LHP, s.u. *cenobio*.

¹⁵¹¹ DU CANGE; BLAISE, s.u. *coenobium*.

¹⁵¹² DU CANGE, s.u. *monasteria* (que regista apenas os sentidos de “cela monástica” e de “capela edificada junto de uma basilica”), *monasterius*; NIERMEYER; BLAISE; DMLBS; LIMAL, s.u. *monasterium*

¹⁵¹³ LHP, s.u. *monesterio*.

uma destas palavras no corpus documental analisado, duas das quais sabemos serem igrejas monásticas¹⁵¹⁴. No entanto, identificámos um total de 40 menções documentais, datadas entre 950 e 1102 (das quais só quatro provêm de escrituras em que as unidades assim designadas são objecto do acto jurídico consignado)¹⁵¹⁵, e que dizem também respeito a sete unidades classificadas noutros documentos como *ecclesiae* ou como mosteiros¹⁵¹⁶. Neste sentido, não se aplica àquelas quatro palavras a dicotomia entre igrejas “seculares” e “regulares/monásticas”, de resto dotada de escasso sentido para o período aqui em análise, como vimos.

- *Basilica*

O mais frequente destes quatro termos na nossa documentação, que ocorre sob as formas ‘*basilica*’ e ‘*baselica*’, aparece a designar tanto igrejas classificadas de *ecclesiae* em outras escrituras como templos que sabemos serem monásticos. A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe os significados de “igreja”, independentemente do seu exacto estatuto, mas também de “capela funerária” ou de “monumento erigido em memória de um mártir”, “altar”¹⁵¹⁷; se bem que os léxicos peninsulares recolham apenas o sentido de “basílica” (e só a partir de 900)¹⁵¹⁸. Segundo Viterbo, nas fontes ibéricas «só as igrejas monacais e nenhuma outras, se chamaram basílicas, antes do século X (...). Porém, não só os oratórios dos monges, também as capelas ou altares guarnecidos de relíquias dos santos que, nos mesmos oratórios, se fabricavam, se disseram basílicas (...). No século XI, era mui usado chamar baselicas a quaisquer igrejas, fossem paroquiais ou monacais»¹⁵¹⁹.

¹⁵¹⁴ Apêndice II, uns. 386, 410, 682 e 1944.

¹⁵¹⁵ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Templos (outras designações)”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁵¹⁶ Neste sentido, o total de unidades alguma vez classificadas com recurso a algum dos termos tratados nesta secção é de onze.

¹⁵¹⁷ DU CANGE, s.u. *basilica*, *baselica*; NIERMEYER; BLAISE; DMLBS, s.u. *basilica* (este último léxico acrescenta ainda o sentido de “palácio”, rastreável nas fontes inglesas).

¹⁵¹⁸ GMLC, s.u. *basilica*; LHP, s.u. *baselica*.

¹⁵¹⁹ VITERBO, s.u. *baselica*. O autor recolhe ainda a forma ‘*basilica*’, à qual atribui também o sentido de «palácio magnífico e sumptuoso, em que os príncipes e magistrados davam audiência às partes e lhes faziam justiça», para além de poder designar «qualquer templo ou oratório, consagrado ao divino culto» ou um «nicho, altar ou capela de uma igreja em que estivessem colocadas algumas relíquias de santos» (VITERBO, s.u. *basilica*).

- Domus

Para além do sentido residencial mais corrente¹⁵²⁰, este termo ocorre também algumas vezes na documentação analisada a designar tanto igrejas classificadas de *ecclesiae* em outras escrituras como templos que sabemos serem monásticos. De resto, os sentidos de “igreja”, “mosteiro” ou, mais especificamente, “casa de uma comunidade monástica” são recolhidos, entre outros, pela generalidade dos léxicos que o registam¹⁵²¹, incluindo alguns peninsulares¹⁵²²; e pelo menos o de “igreja” verifica-se na documentação galega dos séculos X a XII¹⁵²³.

- Locus

Para além do sentido geográfico mais corrente¹⁵²⁴, também este termo ocorre umas quantas vezes na documentação analisada a designar tanto igrejas classificadas de *ecclesiae* em outras escrituras como templos que sabemos serem monásticos, ou até mesmo a Sé de Braga. Aliás, a generalidade dos léxicos que o registam recolhem explicitamente os sentidos de “igreja”, “mosteiro”, “sé episcopal”, “sepultura”, “cemitério” (e, mais especificamente, “igreja anexada ao túmulo de um santo”), entre outros¹⁵²⁵. Ainda que nenhum deles seja assinalado nos léxicos de ibero-romance¹⁵²⁶, pelo menos os três primeiros verificam-se claramente na nossa documentação.

- Templum

Por último, regista-se uma única menção ao termo ‘templum’, num documento de 1101, que nos parece ser relativa especificamente à catedral de Braga,

¹⁵²⁰ V. *infra* §4.4., s.u. domus.

¹⁵²¹ DU CANGE, s.u. 7. domus; NIERMEYER, s.u. domus 7-13; BLAISE, s.u. domus 1, 4, 5; DMLBS, s.u. domus 6, 7, 8; LIMAL, s.u. domus.

¹⁵²² GMLC, s.u. domus 1, onde se observa que, na documentação catalã, «si bien en algunos ejemplos *domus* evoca de una manera indisociable las ideas de templo y cenobio, en otros el término está usado en oposición a cenobio o monasterio» (nt. 1, col. 1010-11); LLMARL, s.u. domus 2. As referências recolhidas nesta última obra parecem infirmar a observação de M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 304, a propósito da documentação asturiana e leonesa dos séculos VIII a XIII: «no podemos constatar en nuestras escrituras la acepción religiosa para *domus* de ‘edificio catedralicio’ o ‘iglesia cenobial’».

¹⁵²³ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián*...: 162.

¹⁵²⁴ V. *supra* §2.1., s.u. locus.

¹⁵²⁵ NIERMEYER, s.u. locus 3-9; DU CANGE, s.u. 1. locus (recolhe apenas o significado de “sepultura”); BLAISE, s.u. locus 3-4; DMLBS, s.u. locus 5c, 7, 8.

¹⁵²⁶ LHP, s.u. logare, logo (ambos atestados com o sentido de “lugar”, “sítio”, desde as décadas de 860 e 870, respectivamente); VITERBO, s.u. logo (que atribui à palavra o duplo sentido de “lugar, lugares”, “morada ou residência”).

simultaneamente designada pela palavra ‘*locus*’¹⁵²⁷. Aliás, a par do sentido mais corrente de “igreja”¹⁵²⁸, aquele termo parece aplicar-se preferencialmente às igrejas catedrais (ou quando muito colegiais)¹⁵²⁹.

3.5. Templos (sem designação)

No conjunto das 672 unidades eclesiásticas identificadas na documentação analisada, apenas 150 são designadas por um (ou mais) dos termos classificatórios que ficaram arrolados, ao passo que 522 (77,7%) não são objecto de qualquer classificação tipológica, para além da indicação dos elementos hagionímicos e/ou toponímicos que as designam¹⁵³⁰. O facto (e a desproporção) é facilmente explicável pelo facto de a esmagadora maioria desses templos sem designação tipológica (509) ser mencionada num documento muito particular: o *Censual de EntreLima-e-Ave*, que justifica de resto o número excepcional de unidades eclesiásticas que é possível documentar nesta região (superior ao de qualquer outra das categorias em que dividimos o léxico espacial). Tratando-se de uma lista de igrejas, o redactor estava naturalmente dispensado de classificar as unidades arroladas (embora, por razões que não são claras, tenha classificado explicitamente nove unidades como ‘*monasterio*’ e duas como ‘*ecclesia*’). Há, todavia, outros documentos, para além do *Censual*, cujos redactores optaram por mencionar um qualquer templo sem o classificarem: num total de 601 menções documentais deste tipo, datadas entre 960 e 1102 (se é que o *Censual* não deve ser já atribuído às primeiras décadas do século XII), apenas 562 provêm desta lista de igrejas.

¹⁵²⁷ «locum Sancte Marie Virginis cuius venerabile templum situm esse videtur metropoli civitate Braccara» (Apêndice I, doc. 211; Apêndice II, un. 377=el. 5251).

¹⁵²⁸ DU CANGE; NIERMEYER, s.u. templum.

¹⁵²⁹ BLAISE, s.u. templum 2.

¹⁵³⁰ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Templos (sem designação)”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

4. Unidades de paisagem

4.1. Unidades naturais

4.1.1. Relevo

- *Alpis*

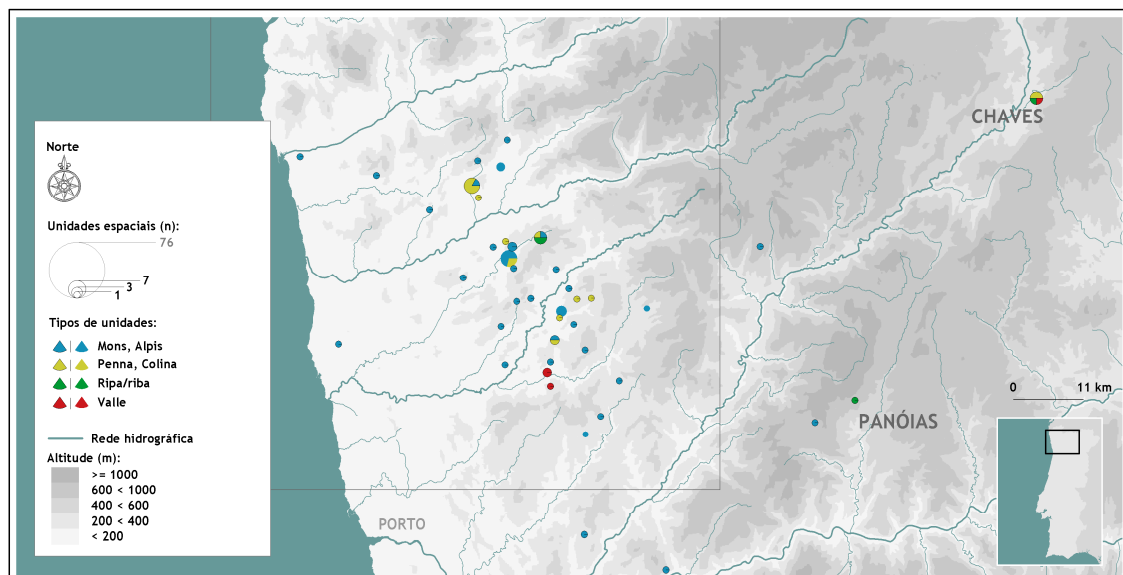
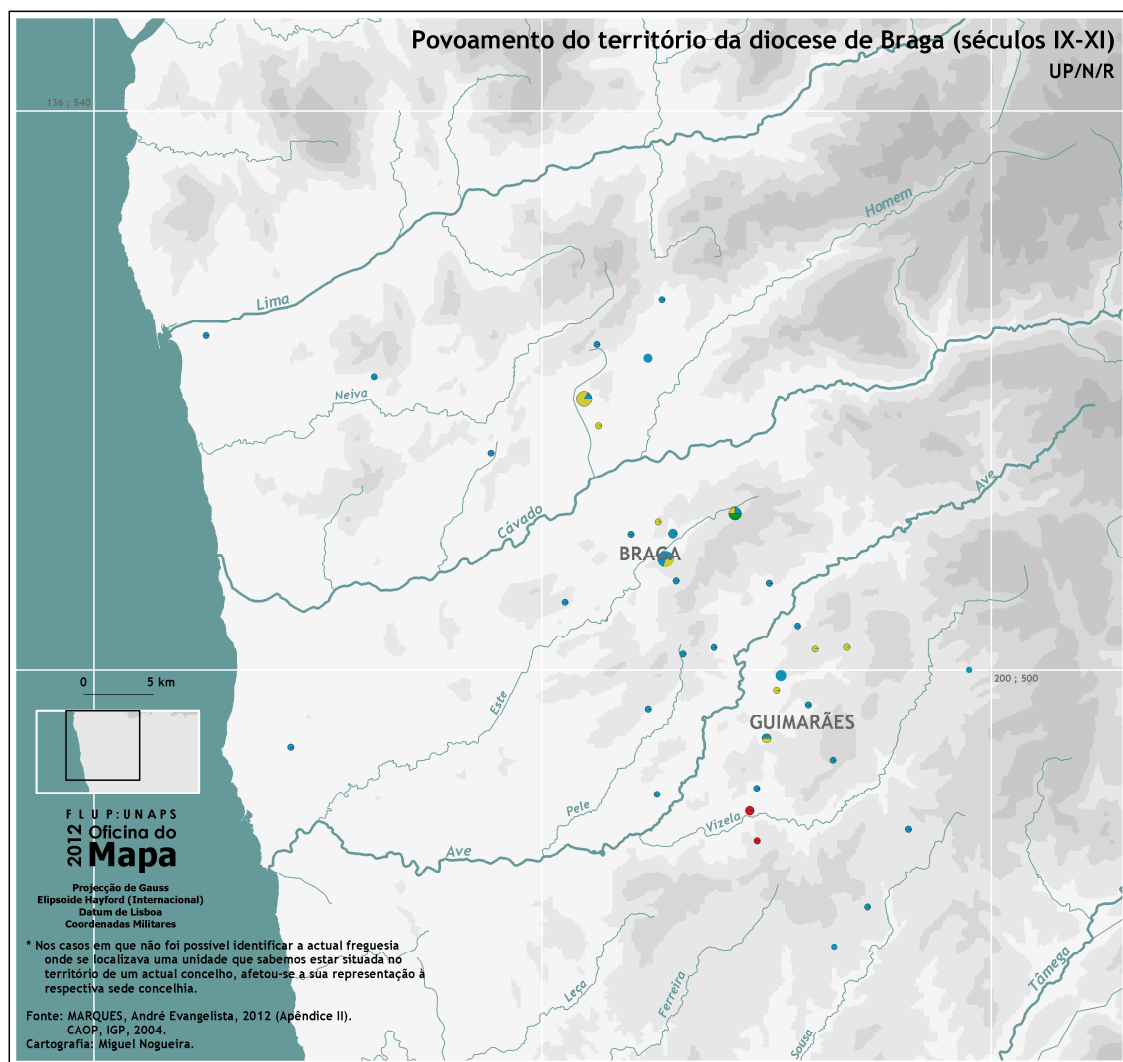
Registam-se 11 unidades designadas por este termo no corpus documental analisado, às quais corresponde um total de 26 menções documentais, datadas entre 959 e 1092 (que utilizam preferencialmente a forma romanceada ‘*alpe*’)¹⁵³¹. É clara a função subsidiária que este termo assume na designação de um conjunto de unidades que aparecem identificadas na maior parte dos documentos como *montes* ou *castra*¹⁵³². Os léxicos gerais que registam este termo atribuem-lhe, para lá do sentido genérico de “montanha”, o de “pastagens de montanha”¹⁵³³, que não nos parece verificar-se na documentação analisada¹⁵³⁴. Com efeito, as referências a esta palavra restringem-se aqui a elevações de terreno proeminentes na paisagem, a que os redactores recorrem para localizar os bens transaccionados no quadro do sistema de localização característico do discurso notarial; ou mais pontualmente como elemento confinante com alguma propriedade.

¹⁵³¹ Apêndice II, uns. 16, 49, 151, 370, 545, 1005, 1133, 1755, 1915, 1924 e 1306. A maior parte destas unidades foi classificada, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *compósito* (“Mons, *Alpis*”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁵³² Percebe-se assim que só uma parte das 11 unidades arroladas na nota anterior tenha sido classificada como “Mons, *Alpis*” no módulo *Unidades*; três foram classificadas como “Castrum” (Apêndice II, uns. 151, 545 e 1005) e uma como “Castellum, Oppidum” (Apêndice II, un. 1915). Pontualmente, encontrámos mesmo referências ao «*alpe montis Bastucio*» (Apêndice II, un. 370=el. 553) ou ao «*alpe Castro Maximo*» (Apêndice II, un. 545=els. 851 e 871), que nos parecem demonstrar claramente a incorporação dos termos ‘*mons*’ e ‘*castrum*’ na designação propriamente toponímica de ambas as unidades.

¹⁵³³ NIERMEYER; BLAISE, s.u. *alpis*.

¹⁵³⁴ De resto, os léxicos de ibero-romance que recolhem sinalizam apenas o sentido de “monte ou cume” (LHP, s.u. *alpe*). E já VITERBO, s.u. *alpes*, notou: «1 Assim chamaram não só os montes que separam a Itália da França e Alemanha mas também deram este nome aos pastos do gado, situados entre montes ou lugares sombrios; 2 Em os nossos documentos antigos se acha *alpe* e *alpes* por qualquer monte, colina ou eminência, que ficava levantado, e a cavaleiro de qualquer terra ou lugar e mesmo de qualquer altura».



Mapa 8 – Unidades de paisagem naturais: relevo

- *Collina*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, a Colina de Braga, referida em três documentos copiados no *Liber Fidei* e datados entre 911 e 1100¹⁵³⁵. O sentido imediato de “colina”, “elevação de terreno”, recolhido tanto por léxicos gerais¹⁵³⁶ e patente desde logo na documentação asturiana e leonesa desde pelo menos meados do século X¹⁵³⁷ e na castelhana desde inícios do IX¹⁵³⁸, dispensa mais esclarecimentos.

- *Mamola*

Do mesmo modo, regista-se uma só unidade designada por este termo no corpus documental analisado, a Mamoa de Cerretelo, referida num documento do *Liber Fidei* de 1085, como elemento de localização de uma villa¹⁵³⁹. Esta palavra não consta de nenhum dos léxicos latinos consultados mas apenas dos de ibero-romance, que lhe atribuem o sentido geral de “colina”¹⁵⁴⁰. Referindo-se especificamente a esta Mamoa de Cerretelo, M. Barroca avançou a hipótese de se tratar de uma mota propriamente dita, uma elevação de terreno artificial, ou pelo menos objecto de algum tipo de intervenção humana sobre uma elevação preexistente, dotada de estruturas fortificadas¹⁵⁴¹.

- *Mons*

Este termo constitui, de longe, aquele a que os redactores recorreram mais frequentemente para designar uma elevação de terreno (na maior parte dos casos utilizando a forma romanceada ‘*monte*’). Registam-se 41 unidades deste tipo no corpus

¹⁵³⁵ Apêndice II, un. 532. Esta unidade foi classificada, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *compósito* (“Penna, Colina”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁵³⁶ DU CANGE; NIERMEYER, s.u. collina.

¹⁵³⁷ LLMARL, s.u. colina.

¹⁵³⁸ LHP, s.u. colina.

¹⁵³⁹ Apêndice II, un. 1307. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁵⁴⁰ LHP, s.u. mamola; VIETRBO, s.u. mamóia, que apresenta uma definição mais detalhada: «Assim chamaram, metaforicamente, um pequeno monte, colina ou proeminência da terra, de figura redonda, e com semelhanças de peito mulheril, que os Latinos disseram mamma. (...) Desde o IX até o século XII se escreveram, em Portugal e Espanha, muitos documentos, em que as mamóias ou mamúas se dizem mamóias segundo o latim daqueles tempos; declarando-se em alguns que o mesmo eram mamóias que arcas (...)».

¹⁵⁴¹ BARROCA, 1990-1991 – «Do Castelo da Reconquista...»: 100. Note-se, aliás, que este sentido de mota parece ser, de alguma forma, corroborado pelo paralelo estabelecido por Viterbo entre as *mamoas* e as *arcas*, se entendidas estas no sentido de dólmenes, também eles na raiz de elevações artificiais de terreno.

documental analisado (algumas das quais classificadas alternativamente como ‘*alpe*’ ou ‘*castrum*’), às quais corresponde um total de 200 menções documentais, datadas entre 875 e 1108¹⁵⁴². Nestas unidades incluem-se sobretudo elevações proeminentes na paisagem, a que os redactores recorrem para localizar os bens transaccionados no quadro do sistema de localização característico do discurso notarial, e a que andam normalmente associados elementos toponímicos e hagnómicos de designação: os primeiros identificam 32 (78%) das 41 unidades identificadas e os segundos 7. No entanto, também é possível encontrar exemplos pontuais de elevações designadas como *montes* que parecem ser menos importantes, senão do ponto de vista altimétrico ou do relevo pelo menos no que respeita às suas funções de localização (e eventualmente de articulação) territorial, o que é denunciado pelo recurso a indicações topográficas para designar essas elevações, que não haviam adquirido ainda qualquer designação toponímica e que os redactores só conseguiam nomear através de uma descrição mais ou menos fina da respectiva implantação espacial¹⁵⁴³. Por outro lado, há exemplos em que a palavra ‘*mons*’ parece designar não apenas *um* monte mas uma cadeia montanhosa¹⁵⁴⁴. Percebe-se assim que esta palavra assumia, também na documentação analisada, os diversos sentidos genéricos de “monte”, “colina”, “montanha”, que ocorrem na documentação inglesa, por exemplo¹⁵⁴⁵, e sobretudo na asturiana e leonesa¹⁵⁴⁶. Já o significado de “mina”, “zona mineira” que lhe atribuem alguns dos léxicos gerais parece difícil de verificar¹⁵⁴⁷. O termo ‘*monte*’ aparece ainda frequentemente na nossa documentação em sentido metonímico, a indicar espaços de monte, incultos, como veremos, o que corrobora o significado elementar de “elevação de terreno”, por menor que seja¹⁵⁴⁸.

¹⁵⁴² Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *compósito* (“Mons, Alpis”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II. Note-se, contudo, que 17 (8,5%) destas 200 menções documentais correspondem a três unidades que os redactores designaram preferencialmente por outros termos (‘*castrum*’, ‘*civitas*’, ‘*castellum*’: Apêndice II, uns. 545, 1005 e 1521), pelo que o total de unidades alguma vez classificadas como ‘*mons*’ é de 44.

¹⁵⁴³ Um exemplo é o «monte qui est inter ipso locum [Dume] et villa quem dicunt Infidias» (Apêndice II, un. 2656).

¹⁵⁴⁴ V. Apêndice II, Obs. à un. 1755.

¹⁵⁴⁵ DMLBS, s.u. mons.

¹⁵⁴⁶ LLMARL, s.u. mons; LHP, s.u. monte, regista apenas o sentido de ‘monte’.

¹⁵⁴⁷ NIERMEYER; BLAISE, s.u. mons.

¹⁵⁴⁸ V. *infra* §4.1.3., s.u. monte (espaço de)

- *Penna*

Registam-se 15 unidades designadas por este termo no corpus documental analisado, a que correspondem 18 menções documentais datadas entre 1008 e 1086, tanto em documentos da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães¹⁵⁴⁹. São vários os significados atribuíveis a esta palavra. Para lá dos sentidos mais correntes de “colina” e “rocha” que lhe atribui a maior parte dos léxicos latinos¹⁵⁵⁰, e que se verificam claramente na documentação asturiana e leonesa a partir pelo menos de meados do século IX¹⁵⁵¹, é possível arrolar ainda os significados de “fortaleza”¹⁵⁵² e de “cimo de uma parede, pináculo”¹⁵⁵³. O facto de algumas das unidades designadas por este vocábulo aparecerem na documentação analisada como elementos confinantes com parcelas agrárias deixa adivinhar a sua condição de elementos *menores* da paisagem, que tanto podem corresponder a elevações de terreno propriamente ditas como a simples rochas. Nos (poucos) casos em que são identificadas com recurso a um antropónimo (o que acontece com duas unidades) ou com a referência ao respectivo proprietário/usufrutuário (em apenas um caso) indiciam talvez a sua condição de parcela apropriada, eventualmente capaz de acolher a construção de uma casa, como poderá acontecer com uma “*pena de casa de ero*”, confinante com uma outra parcela agrária¹⁵⁵⁴. Já a utilização de diminutivos (‘*pennetelinum*’ e ‘*penetelo*’¹⁵⁵⁵) mostra a necessidade de subdimensionar um objecto que poderia ser maior; ao passo que a qualificação de ‘*grande*’ atribuída a uma outra *penna*¹⁵⁵⁶ demonstra a necessidade inversa. Por fim, a referência a uma “*pena scripta*”¹⁵⁵⁷ indicia claramente a acepção de “pedra destinada a servir como marco de delimitação”, identificada na documentação peninsular.

¹⁵⁴⁹ Esta unidade foi classificada, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *compósito* (“Penna, Colina”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁵⁵⁰ DU CANGE, s.u. 1 pena, 1 penna (grafia considerada especificamente hispânica); NIERMEYER, s.u. pinna 2; LHP, s.u. penna.

¹⁵⁵¹ LLMARL, s.u. 2 penna, que regista dois significados mais precisos: «1 Monte o cerro peñascoso (...); 2 Roca o piedra que a manera de hito o mojón señala el límite entre propiedades»; para uma explicação mais desenvolvida, v. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 100.

¹⁵⁵² BLAISE, II penna; LLMARL, s.u. 2 penna, nt.a.

¹⁵⁵³ NIERMEYER, s.u. pinna 2; VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián*...: 114-15 (s.u. penalibus), que nota como em galego ‘penal’ significa “parede lateral de um edifício”, “conjunto de pedras que se colocam no remate da parede de uma casa para recolher as águas”.

¹⁵⁵⁴ Apêndice II, un. 1953.

¹⁵⁵⁵ Apêndice II, uns. 1010 e 1129, respectivamente.

¹⁵⁵⁶ Apêndice II, un. 1058.

¹⁵⁵⁷ Apêndice II, un. 798.

- *Ripa/riba*

Registam-se apenas quatro unidades designadas por este termo no corpus documental analisado, a que correspondem cinco menções documentais datadas entre 1031 e 1086, todas em escrituras copiadas no *Liber Fidei*¹⁵⁵⁸. A generalidade dos léxicos que registam a palavra atribui-lhe os significados de “pedra”, “rio”, “margem (de rio ou mar)”¹⁵⁵⁹ ou ainda de “encosta escarpada”¹⁵⁶⁰, sendo estes dois últimos os mais frequentes na documentação peninsular¹⁵⁶¹. Na nossa documentação ocorre com relativa frequência em expressões do tipo “*in ripa riuulo...*”, utilizadas por via da regra no quadro do sistema de localização da propriedade, para designar as bacias hidrográficas em que estavam situados os bens transaccionados, numa acepção que ultrapassa a de “margem”. Embora aquela expressão assumia este sentido mais estrito em alguns casos de efectiva confrontação entre esses bens e os cursos de água. Pontualmente encontrase, no mesmo contexto, a referência à “*ripa maris*”. No entanto, as cinco unidades classificadas especificamente como ‘*ripa/riba*’, embora possam corresponder em alguns casos a parcelas de terra situadas efectivamente na margem de um curso de água, como parece acontecer com uma “*ripa de illo Fontano*”¹⁵⁶², podem noutros casos acolher antes o significado de “encosta escarpada”¹⁵⁶³ ou de terreno situado junto de uma encosta ou num plano elevado face a um curso de água, um sentido já proposto, aliás, por Viterbo¹⁵⁶⁴.

- *Spina (de monte)*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida explicitamente como “*spina de monte*” num documento do *Liber*

¹⁵⁵⁸ Apêndice II, uns. 216, 295, 578 e 1589.

¹⁵⁵⁹ DU CANGE, s.u. *riba*, 1-2 *ripa*; BLAISE, s.u. *ripa*, *riparia*; LIMAL, s.u. *ripa*.

¹⁵⁶⁰ NIERMEYER, s.u. *ripa*.

¹⁵⁶¹ LHP, s.u. *riba*; LLMARL, s.u. *ripa*, que identifica na documentação asturiana e leonesa o significado de «*orilla, borde de un accidente geográfico*», desde logo um rio ou o mar, mas também de outros acidentes, sentidos que aparecem documentados a partir pelo menos das décadas de 910 e 1020, respectivamente; no mesmo sentido, v. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 211. Também na Ligúria, por exemplo, o termo ‘*riva*’ tem também o significado de «*margem marítima, fluvial ou de encosta (por ext.: encosta)*» (FERRO, 1986 – *Sociedade humana...*: 138).

¹⁵⁶² Apêndice II, un. 578.

¹⁵⁶³ Note-se a alusão a uma «*ripa freita/fracta*» (Apêndice II, un. 1589).

¹⁵⁶⁴ VITERBO, s.u. *riba*: «Assim chamam os nossos bons autores a um outeirinho, ou colina, ou terra levantada, que está eminente e sobranceira a um rio, caminho, povoação, etc. Mas este não foi o sentido, em que desde o VIII século até o XIV, os nossos maiores tomaram a *riba* ou *ripa* (...), pois, naquele tempo, a *ripa* ou *riba*, não só significava a ribanceira, margem, vizinhança ou bordas de algum rio mas ainda todas as terras que ficavam superiores e águas vertentes para o mesmo rio».

Fidei datado de 1050¹⁵⁶⁵. Utilizada em sentido figurado, a palavra latina ‘*spina*’ parece ocorrer com relativa frequência na documentação asturiana e leonesa a designar uma “pequena elevação de terreno” ou “colina”, a partir pelo menos da década de 920, chegando mesmo a assumir valor toponímico¹⁵⁶⁶. No caso concreto daquela “*spina de monte*” parece-nos que, a não ser que se aceite uma utilização pleonástica da palavra, o sentido será mais próximo de um dos seus significados no latim clássico, servindo aqui para designar a parte traseira do monte.

- *Summios*

Regista-se igualmente uma única unidade designada por este termo no corpus documental analisado, uns “*summios in selio*” referidos num documento datado de 1058 copiado no *Livro de Mumadona*¹⁵⁶⁷. Embora o termo “*summios*” tenha dado origem a um topónimo ainda hoje existente (Sumes), da expressão «*et plega super illos summios in selio*» não parece que o redactor do documento estivesse já a referir-se a um nome próprio, mas antes à forma plural de um substantivo comum, que designa um tipo de unidade de paisagem: talvez um conjunto de elevações de terreno junto do rio Selho ou apenas de terras situadas em lugar sobranceiro ao rio¹⁵⁶⁸.

- *Valle/vallinum/valina*

Regista-se apenas uma unidade designada pelo termo ‘*valle*’ no corpus documental em estudo, numa escritura copiada no *Liber Fidei*¹⁵⁶⁹, embora haja outras três designadas por diminutivos da palavra: ‘*vallinum*’¹⁵⁷⁰ e ‘*valina*’¹⁵⁷¹, todas referidas

¹⁵⁶⁵ Apêndice II, un. 1114. Esta unidade foi classificada como “Montes (espaço de)”, na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁵⁶⁶ LLMARL, s.u. *spina*; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 101-102; RODÓN, 1972 – «Toponimia y latín medieval»: 278.

¹⁵⁶⁷ Apêndice II, un. 2092. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁵⁶⁸ LLMARL, s.u. *summum*, recolhe a aceção corrente do adjetivo: “lo más alto, la parte más alta, el más alto grado”, mas também as expressões adverbiais “*sommo ripa*”, “*per somo ripa*”, registadas na documentação asturiana e leonesa, com o sentido de “orilla arriba”; o nos faz perguntar se os referidos “*summios in selio*” não designariam apenas terras situadas num tramo superior do curso do rio, face ao ponto de partida da demarcação em que são referidos.

¹⁵⁶⁹ «et ipse valle que se leva de illa figale alvare et fere in vinea de fratre Marvam sub ipsa ermita quas comparavit pater meus et mater mea de Tobias et de Principio et de Gaudinas et de Meidaman» (Apêndice I, doc. 312; Apêndice II, un. 1616).

¹⁵⁷⁰ «Et concludimus ipsa villa per suos terminos: leuat se de agrello de domna Gontina et perge per carraria usque fere in comaro de sendari et inde in termino hereditate de astagio et inde in illa fonte et uai per illo comaro usque in petra natiua et perge ad illo outeiro et inde ad uallinu et fere in arena longa» (Apêndice I, doc. 342; Apêndice II, un. 1889); «Et in ualino XVIII passos in longo et XIII in amplo» (Apêndice I, doc. 392; Apêndice II, un. 2578).

em cartas do mosteiro de Guimarães. O que é tanto mais significativo quanto todas estas unidades parecem corresponder a espaços muito restritos, sendo que as três designadas por diminutivos seriam com quase toda a certeza parcelas agrárias. A palavra ‘*valle*’ parece assim não assumir aqui o sentido corrente que ainda hoje tem, e que é possível identificar na documentação peninsular desde pelo menos o século IX¹⁵⁷², mas remete antes para unidades fundiárias, possivelmente situadas em zonas de vale e singularizadas pelas características orográficas do terreno¹⁵⁷³.

Embora as palavras estejam muito longe de encerrar a realidade, as escassíssimas menções a unidades deste tipo na nossa documentação obrigam-nos a matizar, pelo menos no que diz respeito ao “Norte de Portugal”, a opinião de C. Díez Herrera quando considera a comunidade de vale como o modelo predominante de organização social e territorial em todo o quadrante norte da Península Ibérica, da Galiza aos Pireneus¹⁵⁷⁴. A afirmação poderá eventualmente ser válida para a montanha minhota e os planaltos transmontanos (o que nunca chegaremos a saber ao certo, por falta de documentação escrita), mas não para o Minho. É certo que, como a autora bem nota, «no existe un único modelo de comunidad de valle sino más bien grados muy diferentes de desarrollo de la misma», donde as semelhanças entre os *valles* do Norte da Península Ibérica e outras unidades supra-locais (supra-aldeãs) de articulação territorial e dos poderes identificáveis em vários pontos da Europa, desde o espaço anglo-saxão até aos Apeninos italianos, aos cantões suíços e, mais genericamente, a «muchos de los espacios montañosos donde las características orográficas, el factor geográfico, definen unos límites estables y puede constituirse un marco de asentamiento y convivencia de una comunidad ganadero-pastoril»¹⁵⁷⁵. No entanto, esta mesma matriz pastoril dos territórios assim organizados será suficiente para explicar a ausência de menções a

¹⁵⁷¹ «Inuenimus super domo (sic) ordonio in ambas ualinas VII passos in amplo et in longo de monte in monte» (Apêndice I, doc. 390; Apêndice II, un. 2424).

¹⁵⁷² LHP, s.u. ualle.

¹⁵⁷³ Aliás, as formas ‘*uallinum*’ e ‘*ualina*’ foram identificadas em documentos asturianos e leoneses do século X por M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 108-109, que as considera diminutivos do termo ‘*ualle*’ e atribui a ‘*ualina*’ o sentido de «pequeña llanura de tierra, situada entre alturas, o quizás, como en el actual “Vallina” del concejo de La Lomba, ‘valle secundario’».

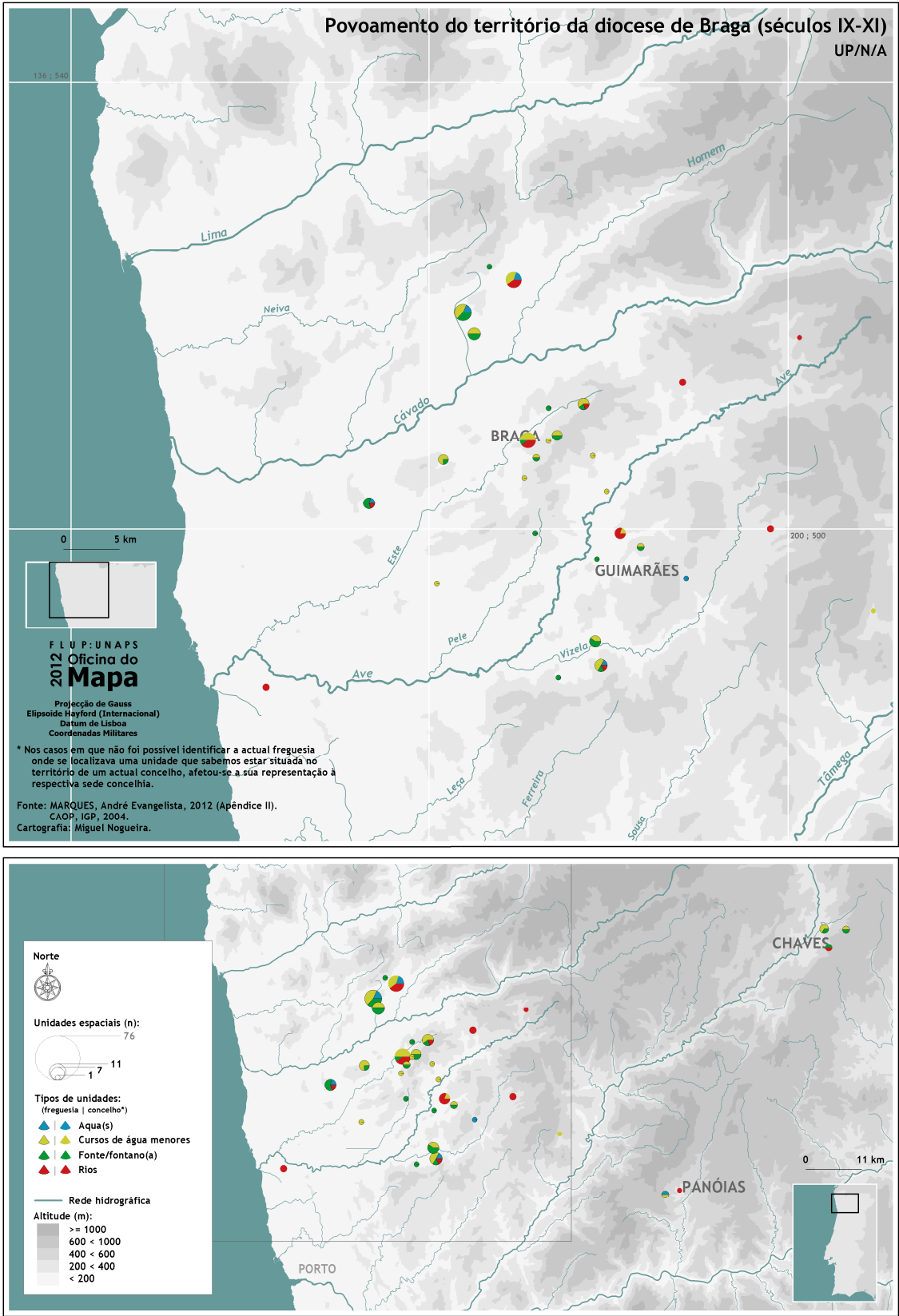
¹⁵⁷⁴ «En la Península, el modelo de comunidad de valle no es válido solamente para el espacio cantábrico, de Galicia, norte de Portugal a los Pireneos, donde es absolutamente predominante, sino que aparece en diferentes áreas de la Meseta desde la zona de Sanabria (Martín Viso), entre el Arlanzón y el Duero (Escalona), y en todo el ámbito norteño hasta aproximadamente la línea Sasamón-Urbiena e incluso más a sur, aunque coexistiendo aquí con otras formas de organización diferentes» (DÍEZ HERREA, 2002 – «El Valle como espacio...»: 49).

¹⁵⁷⁵ DÍEZ HERREA, 2002 – «El Valle como espacio...»: 50.

unidades deste tipo na nossa região. O amplíssimo conjunto de indicadores da importância que assumem na documentação minhota as villae, como marcos *locais* e territorialmente restritos de organização das comunidades rurais e de uma actividade predominantemente agrícola, dispensa-nos de desenvolver a argumentação. Mesmo que haja ainda um longo caminho a percorrer no estudo dos marcos *supra-locais* de enquadramento desta rede de villae, a verdade é que, se atribuirmos ao *valle* o conteúdo territorial, sociopolítico e económico com que a historiografia espanhola o define, não nos parece que possa defender-se a sua centralidade no território das colinas e plainos minhotos, desde logo (ou pelo menos) a partir dos dados documentais¹⁵⁷⁶.

¹⁵⁷⁶ Sobre a definição desta unidade na historiografia espanhola, v., para além do trabalho que ficou citado na nota anterior e da bibliografia aí referida, o estudo de fundo que a mesma autora dedicou ao território cantábrico: DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 17-75; sintetizado em: DÍEZ HERRERA, 1993 – «El “Valle”...».

4.1.2. Água



Mapa 9 – Unidades de paisagem naturais: águas

4.1.2.1. *Mare*

Regista-se na documentação analisada um conjunto de 12 menções ao mar, tanto em documentos da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães (datados entre 953 e 1100), recorrendo ora à designação pura e simples de ‘*mare*’ como a expressões mais desenvolvidas, do tipo ‘*litus/litore maris*’, ‘*ora/ore maris*’, ‘*aula maris*’, ‘*ripa maris*’¹⁵⁷⁷. É normalmente utilizado como elemento de localização de propriedades situadas na zona litoral, algumas mesmo na orla marítima (caso de marinhas) outras apenas na faixa costeira, podendo distar alguns quilómetros do mar, o que não se estranha tendo em mente a localização afastada dos principais centros de escrita, em que estariam os redactores da maior parte dos documentos. A generalidade dos léxicos que registam a palavra ‘*mare*’ assinala não apenas o significado de “mar” mas também o de “lago” (ou mesmo “rio”)¹⁵⁷⁸, sendo que ambos ocorrem na documentação asturiana e leonesa¹⁵⁷⁹. Não é fácil identificar a segunda acepção no corpus documental analisado, embora não deva excluir-se a possibilidade de alguma daquelas menções dizer respeito não tanto ao mar oceano propriamente dito mas a um lago (ou lagoa) situado na faixa costeira.

4.1.2.2. Rios

É possível encontrar um conjunto relativamente amplo de termos que designam rios, de maior ou menor dimensão, no nosso corpus documental. Alguns destes termos aludem exclusivamente a este tipo de cursos de água (‘*alveus*’, ‘*amnis*’, ‘*flumen*’, ‘*fluvius*’), outros aparecem também, como veremos, a designar cursos de água menores, o mesmo é dizer de menor extensão, restritos a um perímetro menor, que normalmente não vai além do território de duas ou três (quando não apenas uma) actuais freguesias (‘*rivulus*’)¹⁵⁸⁰. No total, registam-se 41 unidades designadas por uma (ou mais) destas palavras no corpus documental analisado; a que correspondem 341 menções documentais datadas entre 875 e 1108¹⁵⁸¹. Na maior parte dos casos, os rios são referidos

¹⁵⁷⁷ Apêndice II, un. 540.

¹⁵⁷⁸ DU CANGE; DMLBS, s.u. mare. NIERMEYER, s.u. mara, e BLAISE, s.u. mare, registam apenas o segundo significado.

¹⁵⁷⁹ LLMARL, s.u. mare.

¹⁵⁸⁰ V. *infra* §4.1.2.3.

¹⁵⁸¹ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Rios”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II. Note-se que seis (10,7%) destas 56 menções documentais correspondem a quatro rios que os

no quadro do sistema de localização da propriedade, a par dos montes (e do mar, no caso das localizações costeiras), para nomear apenas os elementos físicos que compõem esse sistema. Asseguram assim uma referência genérica no espaço, com a menção ao rio (muitas vezes acrescentada de expressões do tipo “*discurrente rivulo/flumen...*”, “*in ripa rivulo/flumen...*”) a invocar a respectiva bacia hidrográfica, cujo exacto tramo é depois precisado pela referência ao monte próximo e à villa em que os bens estariam situados. Mas é também frequente a alusão a cursos de água, mesmo aos principais, como elementos confinantes com as propriedades referidas nos documentos, o que aponta para um tipo de utilização diferente (mais fina) dos rios como referentes geográficos.

- *Alveus*

Este termo é utilizado diversas vezes na documentação do mosteiro de Guimarães (sob a forma ‘*alue(s)*’ e aludindo sistematicamente aos rios Ave e Vizela e só num ou outro caso ao rio Este), e apenas uma nos documentos copiados no *Liber Fidei* (sob a forma ‘*alveum*’, relativa ao rio Cávado)¹⁵⁸². Pontualmente designa também (sob a forma ‘*alvio*’) um curso de água menor¹⁵⁸³. A palavra ‘*alveus*’, que a generalidade dos léxicos gerais consultados não regista com o sentido de “curso de água”, ocorre na documentação asturiana e leonesa (sobretudo durante o século XI) com um duplo sentido: «1. Lecho, cauce de un río (...); Corriente continua de agua que discurre por un cauce natural, río (...); 2. Canal construido para la conducción del agua»¹⁵⁸⁴. Na documentação analisada parece verificar-se apenas o primeiro sentido, e na acepção genérica de “rio” ou “bacia hidrográfica”, na medida em que todos os rios assim designados são invocados como elementos genéricos de localização, e nenhum como elemento confinante com uma propriedade concreta. A única excepção é talvez a referida última menção a um ‘*alvio*’ no quadro da delimitação de uma herdade, que por

redactores designaram ocasionalmente por algum dos termos incluídos neste apartado, pelo que o total de unidades alguma vez classificadas por um destes termos é de 47.

¹⁵⁸² Apêndice I, doc. 132; Apêndice II, un. 1065=un.388.

¹⁵⁸³ Apêndice II, un. 1652.

¹⁵⁸⁴ LLMARL, s.u. *alveus*; ambas as acepções são detectáveis na documentação britânica (DMLBS, s.u. *alveus* 2). A primeira acepção (apenas) é recolhida ainda por LHP, s.u. *alveo* (“álveo, cauce de una corriente de agua”) e por M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 197 (“río”). Segundo M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 87, este termo é um exemplo das palavras oriundas do latim clássico que persistem no “latim medieval” da documentação asturo-leonesa e castelhana com as novas acepções (precisamente as duas que ficaram expostas no texto), a par das antigas.

isso tanto pode corresponder ao leito de um curso de água menor como a um canal construído propriamente dito.

- *Amnis*

Este termo ocorre em três documentos do mosteiro de Guimarães (datados entre 950 e 1043), aludindo exclusivamente aos rios Ave e Vizela¹⁵⁸⁵, e em dois documentos copiados no *Liber Fidei*, referindo-se aos rios Ave e Cávado¹⁵⁸⁶, sempre sob a forma ‘*amne*’ ou ‘*anne*’. Também ausente da generalidade dos léxicos gerais consultados, a palavra ‘*amnis*’ ocorre na documentação asturiana e leonesa (sobretudo durante o século XI) com o mesmo sentido de “rio”¹⁵⁸⁷.

- *Arrogium*

V. *infra* §4.1.2.3., s.u. *arrogium*

- *Flumen, fluvius*

Estes termos ocorrem umas poucas vezes, tanto em documentos da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães (datados entre 875 e 1088), sob as formas ‘*flumen*’, ‘*fluvius*’, ‘*fluvium*’, ‘*fluvio*’. Aparecem a designar rios importantes como o Douro, o Lima, o Cávado e o Tâmega, mas também um de segunda ordem, como o Pelho¹⁵⁸⁸. Curiosamente ausentes dos principais léxicos de latim medieval¹⁵⁸⁹, registam-se na documentação asturiana e leonesa (desde os inícios e meados do século IX, respectivamente), com o sentido de “rio”, mas também de mera “corrente de água”¹⁵⁹⁰.

- *Rivulus*

Este termo ocorre com grande frequência na documentação analisada, tanto a que foi conservada na Sé de Braga como no mosteiro de Guimarães, sob as formas ‘*rivulo*’, ‘*rivulum*’, ‘*ribulo*’, ‘*rivum*’, ‘*riu*’, ‘*riolo*’. Mais do que qualquer outro vocábulo utilizado incluído neste apartado, aparece a nomear rios de caudal e extensão muito

¹⁵⁸⁵ Apêndice I, docs. 337, 347 e 365; Apêndice II, uns. 17 e 1756.

¹⁵⁸⁶ Apêndice I, docs. 63 e 139; Apêndice II, uns. 17 e 388.

¹⁵⁸⁷ LLMARL, s.u. *amnis*; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 197. também neste caso é possível detectar o mesmo significado nas fontes britânicas: DMLBS, s.u. *amnis*.

¹⁵⁸⁸ Apêndice II, uns. 20, 381, 388, 1516 e 649, respectivamente.

¹⁵⁸⁹ Excepção para dois léxicos “nacionais”: DMLBS, s.u. *fluvius*; LIMAL, s.u. *flumen*.

¹⁵⁹⁰ LLMARL, s.u. *flumen* e *fluvius*, que oferece para ambos os termos a mesma definição: «corriente de agua que discurre por un cauce natural, río (...); acompañado del adj. maior indica el curso o el cauce principal de un río». LHP, s.u. *flumene*, e ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 197, apontam apenas o significado de “rio”. Na documentação catalã recolhe-se ainda o diminutivo ‘*fluuiolus*’ (GMLC, s.u.).

diversos, desde cursos de água de primeira ordem, como o Ave, o Cávado e o Tâmega¹⁵⁹¹, e outros que diríamos de segunda ordem, que integram as bacias destes primeiros, como sejam o Este, o Homem ou o Corgo (afluentes do Ave, do Cávado e do Douro)¹⁵⁹², até pequenos rios que não ultrapassam muitas vezes a área de um actual concelho, de que são exemplos o Cantabrian, o Provizola, o Torto¹⁵⁹³, entre muitos outros. Esta amplitude de sentido da palavra (em grau, mais do que em género) não deve, aliás, surpreender. Embora tanto ‘*rivus*’ como o seu diminutivo ‘*rivulum*’ assumam no latim clássico o sentido de “arroio, pequeno curso de água”, ainda registado por alguns léxicos de latim medieval¹⁵⁹⁴ e mesmo de ibero-romance¹⁵⁹⁵, M. del P. Álvarez Murín notou já, a propósito da documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, como este significado foi «ampliado en castellano tomando el valor de *flumen* ‘río’. Muy frecuente es, así mismo, el empleo del diminutivo *riuulum* aplicado en nuestros documentos incluso a corrientes importantes de agua. También aparece este término en el diploma de 905, aplicado igualmente a un canal artificial»¹⁵⁹⁶.

Apesar desta amplitude de sentido, note-se a distinção que em alguns documentos se estabelece entre os termos ‘*rivulus*’ e ‘*flumen*’, reservando-se este termo de claro recorte clássico (mesmo que em formas já romanceadas) para os cursos de água de primeira ordem, e o termo ‘*rivulus*’ (exclusivamente sob formas romanceadas) para outros menores, como fica muito claro numa escritura de 952 conservada no mosteiro de Guimarães: «*villa mea propria que est territorio anegie uocitata uilla mediana*

¹⁵⁹¹ Apêndice II, uns. 17, 388 e 1516.

¹⁵⁹² Apêndice II, uns. 42, 645 e 546, respectivamente.

¹⁵⁹³ Apêndice II, uns. 383, 511 e 595.

¹⁵⁹⁴ BLAISE – Dict., s.u. *riuulus*, *riuus*. Note-se que quer DU CANGE, s.u. *rigus* (*ribulus*), *rius*, quer NIERMEYER, s.u. *riolus*, *rius*, apresentam apenas os significados de “*rivus*”, “*rivulus*”, respectivamente.

¹⁵⁹⁵ LHP, s.u. rio.

¹⁵⁹⁶ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 197. No mesmo sentido vão as definições propostas por LLMARL, s.u. *riuulus*: «1 Canal construido para la conducción del agua, acequia (...); 2 Corriente de agua que discurre por un cauce natural; río; riachuelo (...); Brazo, ramal de un río (con los adj. maior, minor)»; a propósito do segundo significado, nota o autor do verbete: «A pesar de su forma dimin. en los textos ast.-leon. se utiliza también para designar corrientes del agua de gran tamaño, como el río Duero (...). Es, por tanto, empleado como sinónimo de *alveus*, *amnis*, *flumen* (...), *fluuius* (...) o *rio* (...), pero asimismo de *rego* (...) o *arrogium* (...)» (*ibidem*, nt. b). Os mesmos significados são atribuídos ao termo ‘*rivus*’, que não foi possível documentar na nossa documentação: LLMARL, s.u. rio, cujo autor nota também: «Si bien en origen *riuus* significaba “pequeña corriente natural de agua”, en los textos ast.-leon. tiene un significado mucho más general e indeterminado y puede designar tanto las corrientes caudalosas como aquellas de corto caudal, así como hacer referencia a la generalidad de los cursos de agua. Por ello, puede entrar en concurrencia con otros sust. como *aleus*, *-i*, *amnis*, *-is*, *flumen*, *-inis* (...), *fluuius*, *-i* (...) o *riuulus* (...); pero también con *arrogium*, *-i* (...), *rego* (...) o *torrens*, *-tis* (...)» (*ibidem*, nt. b).

subtus monte gauano inter duos amnes uno fluuio durii et alio ribulo quod dicunt paui»¹⁵⁹⁷. A utilização de termos clássicos para designar cursos de água, parece ser, aliás, uma marca característica (embora não exclusiva) dos documentos produzidos no cenóbio vimaranense.

4.1.2.3. Cursos de água menores

Para lá destes termos que poderiam designar rios de maior ou menor dimensão, foi possível encontrar na documentação analisada um conjunto de termos que identificam preferencial ou mesmo exclusivamente (caso de ‘canal(e)’, ‘corrigo’ e ‘rego’) cursos de água menores, naturais ou mesmo artificiais. No total, registam-se 43 unidades designadas por uma (ou mais) destas palavras; a que correspondem 56 menções documentais datadas entre 960 e 1102¹⁵⁹⁸. Ao contrário do que acontece com os rios, estes cursos de água menores raramente são referidos no quadro do sistema de localização da propriedade transaccionada, mas aparecem sobretudo como elementos confinantes com esses bens, sintoma de uma clara integração paisagística à micro-escala.

- Alvio

V. *supra* §4.1.2.2., s.u. alveus

- Aqua

V. *infra* §4.1.2.4., s.u. aqua(s)

- Arrogium

Este termo ocorre com relativa frequência na documentação analisada a designar cursos de água menores, tanto em documentos da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães (datados entre 1008 e 1102), sob as formas ‘arrogio’, ‘arrugio’, ‘arrugium’. Pontualmente, aparece num documento de Guimarães (de 968) referindo-se aos rios Ave e Vizela (sob a forma ‘arrogio’)¹⁵⁹⁹. A generalidade dos léxicos que registam esta palavra atribui-lhe o significado específico de “ribeiro”, “pequeno curso de água”¹⁶⁰⁰,

¹⁵⁹⁷ DC, 66. Este documento não foi incluído na nossa base de dados por dizer respeito a propriedades situadas fora do território da diocese de Braga.

¹⁵⁹⁸ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Cursos de água menores”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁵⁹⁹ Apêndice I, doc. 345; Apêndice II, uns. 17 e 1756.

¹⁶⁰⁰ NIERMEYER; BLAISE, s.u. arrugium.

que é de resto o sentido dominante na documentação asturiana e leonesa¹⁶⁰¹, e que é identificável na castelhana desde pelo menos os primeiros anos do século IX¹⁶⁰². Note-se, contudo, que Du Cange, sem esquecer este significado, arrola também o de “rio”, que verificamos, ainda que episodicamente, na nossa documentação.

- *Canal(e)*

Este termo aparece em apenas três documentos: um de 961 (proveniente do cartório do mosteiro de Guimarães), em que se refere um canal possivelmente alimentado pelo rio Vizela e um conjunto indeterminado de canais expressamente associados a este rio¹⁶⁰³; e outro de 1054 (copiado no *Liber Fidei*), em que se alude a um «*canale de ipso vallo*», no quadro de uma demarcação¹⁶⁰⁴; ao que acresce a referência ao canal de uma propriedade situada também junto do rio Vizela, num inventário dos bens do mosteiro de Guimarães em Vilarinho (c. Santo Tirso), datável do século XI¹⁶⁰⁵. Embora escassas, estas referências parecem-nos ilustrar as diversas possibilidades de sentido contidas no termo ‘*canal(e)*’. Desde um curso de água secundário (natural ou artificial¹⁶⁰⁶) derivado de um rio, destinado desde logo a alimentar estruturas moageiras, como se deduz da associação entre o canal e um moinho na descrição da referida propriedade em Vilarinho¹⁶⁰⁷, até um pequeno sulco de rega, como seria aquele canal associado a um *vallo* de delimitação.

- *Corrago/corragum*

Este termo aparece a designar quatro cursos de água em apenas três documentos (datados entre 1068 e 1072), todos copiados no *Liber Fidei*¹⁶⁰⁸. Tratando-se de um termo

¹⁶⁰¹ LLMARL, s.u. *arrogium*, oferece uma definição precisa: «corriente de agua que discurre por un cauce natural, de caudal y curso cortos y generalmente estacionales, arroyo». Note-se, todavia, que este termo parece não ser muito frequente na documentação leonesa (sobretudo meridional): ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 192.

¹⁶⁰² LHP, s.u. *arrogio*.

¹⁶⁰³ Apêndice I, doc. 342; Apêndice II; uns. 1891 e 1909.

¹⁶⁰⁴ Apêndice I, doc. 77; Apêndice II; un. 448.

¹⁶⁰⁵ Apêndice I, doc. 390; Apêndice II; un. 2503: «Et nouales in ripa de auizella a portocino quomodo uay por sua riparia et cum suas deuesas et cum suo canal et cum suo molino et suas piscarias XIII passos in amplo».

¹⁶⁰⁶ O autor de LLMARL, s.u. *canal(e)*, parece admitir apenas esta última hipótese, a partir das referências feitas à palavra na documentação asturiana e leonesa, definindo-a como «cauce artificial y abierto por donde se conducee el agua, canal».

¹⁶⁰⁷ A propósito da sua associação a estruturas moageiras, J. GAUTIER-DALCHÉ, 1974 – «Moulin à eau...»: 347, sublinha a dimensão “artificial” de *canales* e *aquaeducta*.

¹⁶⁰⁸ Apêndice I, docs. 227, 232 e 311; Apêndice II; uns. 1170, 1171, 1186 e 1523.

pré-latino, que nenhum dos léxicos consultados recolhe, não será estranha a sua ausência na documentação do mosteiro de Guimarães, que vimos já preferir vocábulos de recorte clássico na designação dos cursos de água¹⁶⁰⁹.

- Fontano

V. *infra* §4.1.2.4., s.u. fonte, fontano(a)

- Rego/regum

Este termo aparece com relativa frequência a designar cursos de água menores (ainda que só raramente na documentação do mosteiro de Guimarães). Apesar da considerável amplitude de sentido da palavra, desde logo na documentação asturiana e leonesa¹⁶¹⁰, o facto de na maior parte dos casos ocorrer na nossa documentação sem qualquer elemento (toponímico ou outro) que identifique os cursos de água assim classificados parece-nos um indicador da pequena extensão destas correntes, possivelmente destinadas à rega de parcelas agrárias em muitos casos. Note-se ainda que um dos componentes importantes dos moinhos hidráulicos são os ‘regos’ de evacuação da água¹⁶¹¹, o que indicia o carácter artificial (construído) deste tipo de cursos de água, relativamente frequentes.

4.1.2.4. Águas e fontes correntes

- Aqua(s)

Este termo ocorre em documentos provenientes tanto da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães (datados entre 906 e 1091), a designar águas que em alguns casos são expressamente caracterizadas como correntes (através de expressões do tipo «*aqua que discurrit per...*»)¹⁶¹² e que noutros poderão ser estanques¹⁶¹³; num e noutro

¹⁶⁰⁹ M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...» 90 arrola o termo ‘*korrago*’ entre as palavras de origem pré-romana integradas no latim da documentação asturo-leonesa e castelhana, atribuindo-lhe o significado de “cauce, acequia”.

¹⁶¹⁰ LLMARL, s.u. rego: «1 Corriente de agua que dicurre por un cauce natural de curso corto y no excesivo caudal (...); 2 Canal construído para la conducción del agua; corriente de agua que discurrit por él». O autor esclarece, a propósito deste segundo significado: «Muchas veces es imposible determinar en el contexto documental si el rego mencionado es un cauce natural o artificial» (*ibidem*, nt. c). M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...» 90 arrola o termo ‘*rego*’ entre as palavras de origem pré-romana integradas no latim da documentação asturo-leonesa e castelhana.

¹⁶¹¹ BARCELÓ, 1988 – «La arqueología extensiva...»: 242.

¹⁶¹² Apêndice II, uns. 145, 1008, 1028 e 2019.

¹⁶¹³ Apêndice II, un. 637, 1273, 1275 e 2477.

caso provavelmente utilizadas com frequência para rega¹⁶¹⁴. Ainda que num ou noutro caso seja possível rastrear a utilização do termo ‘*aqua*’ para designar cursos de água menores mas ainda assim com maior caudal do que simples canais de rega¹⁶¹⁵. Finalmente, este termo aparece com relativa frequência nas enumerações estereotipadas descritivas dos componentes da propriedade, simplesmente no plural (“*aquas*”) ou glosado em expressões do tipo “*aquis aquarum*”, “*aquas cursiles vel incursiles*”, ou ainda mais explícitas na enunciação das funções de rega: “*aquae qui (...) inrigare solent*”¹⁶¹⁶. Aliás, como notou C. A. Ferreira de Almeida, a propósito do Entre-Douro-e-Minho, em alguns casos a expressão genérica “*aquis aquarum*” aludiria a presas e poças de água situadas na parte superior dos campos, junto das bouças¹⁶¹⁷.

- *Fonte, fontano(a)*

Estas duas formas derivadas do termo latino *fons* aparecem com relativa frequência na nossa documentação (em que ocorrem ainda os diminutivos ‘*fontanelo/fontanella*’). Registam-se 29 unidades deste tipo, a que correspondem 37 menções documentais, datadas entre 906 e 1100, tanto em documentos provenientes da

¹⁶¹⁴ Um exemplo claro é o de um agro referido «*cum sua aqua de aqua leuita (sic) que ipso agro inrigat*» (Apêndice I, doc. 362; Apêndice II, un. 2019).

¹⁶¹⁵ Apêndice II, v. Obs. às uns. 2439 e 2440. De resto, este é um sentido também presente na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230: LLMARL, s.u. aqua: « (...) 2.1. Corriente de agua (tanto natural como artificial): río, arroyo, reguero (...); 2.3. El agua como perteneciente a un río, a un arroyo, a un canal, al mar, a una fuente, a un pozo, etc. (...); Caudal, cantidad de agua de un río». No mesmo sentido, v. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 191.

¹⁶¹⁶ O sentido totalizante destas expressões foi já posto em relevo na documentação catalã (GMLC, s.u. aqua), como na asturiana e leonesa: LLMARL, s.u. aqua, 5: «5.1. *Aquae aquarum* “aguas, el conjunto de las aguas (de una heredad)”», cujo autor notou: «esta expresión está siempre integrada dentro de las fórmulas de pertenencia, aquéllas en que se enumeran o pretenden enumerar todos los elementos que forman parte de la propiedad donada o vendida, entre ellos todos las aguas. Procede de una fórmula antigua, ya existente en época visigoda (Formul. visig. 579, 586), que también se encuentra en la Galia y en Cataluña: *aquis aquarumue ductibus/dekursibus*, y parece ser exclusiva de la P. I: (...) Según argumenta convincentemente el propio Löfstedt (...) la confusión debió originarse a partir de aquellos giros en los que se omitía la enclítica -ue, lo que llevó a interpretar *aquis aquarum* como una unidad semántica. También conjetura que quizás bajo la influencia de una forma tan frecuente como secula secolorum, donde el genit. expresa un incremento cuantitativo, se habría percibido como una designación mucho más abracadora que el simple aquis y significaría “la totalidad de las aguas”, como ya había apuntado Floriano (Diplomatica II, 622) (...) Algún notario, no obstante, siente necesidad de añadirle un compl. que explicita ese carácter totalizador como “*cursiles uel incursiles*” o “*totas*”. (...) Aunque con mucha menos frecuencia, el conjunto de las aguas que quiere recoger la fórmula de pertenencia se encuentra también expresado por formas como *aquas cursiles uel incursiles, aquas cursiles uel stantes*» (*ibidem*, nt. b).

¹⁶¹⁷ ALMEIDA, 1978 – *Arquitectura românica*...: 19-20.

Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães¹⁶¹⁸. Ambos os termos têm, naturalmente, o sentido de “fonte”, “nascente”, que lhes é atribuído pela generalidade dos léxicos que os registam, incluindo os peninsulares¹⁶¹⁹. No entanto, para lá deste tipo de águas emergentes à superfície, foi também possível detectar alguns casos em que o termo ‘fontano’ (e apenas este) aparece a designar cursos de água, um sentido (o de “águas correntes”) que nenhum daqueles léxicos regista¹⁶²⁰. Finalmente, importa ainda notar a utilização frequente da forma plural ‘fontes’ no quadro de enumerações estereotipadas, umas vezes isolada mas na maior parte dos casos associada ao termo ‘montes’, o que indicia claramente a intenção dos redactores de englobarem naquele vocábulo o conjunto das águas dispersas por um espaço alargado (não necessariamente cultivado) sobre as quais a propriedade descrita através de tais enumerações deteria direitos de uso. O acesso a águas (destinadas desde logo à rega, mas não só) seria, de facto, um componente essencial de qualquer exploração. Aliás, a abundância de fontes no Entre-Douro-e-Minho foi notada, pela primeira vez, na literatura corográfica, por Mestre António, que procurou precisamente deduzir o número destas fontes do das explorações agrárias (casais) existentes na região, utilizando neste cálculo um índice de uma fonte por cada dois casais¹⁶²¹. Pouco tempo depois, o Doutor João de Barros retomaria estes cálculos, considerando-os acertados¹⁶²². A importância das fontes como elemento central na rega dos campos fica ainda patente na obra de Rui Fernandes sobre a área envolvente

¹⁶¹⁸ Note-se que duas destas 37 menções documentais correspondem a unidades que correspondiam efectivamente a rios, e como tal designadas noutros documentos, pelo que o total de unidades alguma vez classificadas como ‘fonte’ ou ‘fontano’ é de 31.

¹⁶¹⁹ DU CANGE, s.u. fontana, fontanus; NIERMEYER, s.u. fontana; BLAISE, s.u. fontana; DMLBS, s.u. fontana; LIMAL, s.u. fontanus; LLMARL, s.u. fontanar; LHP, s.u. fontana, fontano; GMLC, s.u. fontana. Sobre a ocorrência destes termos na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, v. ainda ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 216-17.

¹⁶²⁰ O melhor exemplo será o da utilização deste termo para designar um rio como o Selho (Apêndice II, un. 1729=el. 3144). Menos clara, por aludir a um curso de água menor, é, por exemplo, a referência a «ille fontano de mandones» (Apêndice II, un. 1839). Note-se, contudo, que em outros dois casos semelhantes, os documentos fornecem indicações explícitas sobre o(s) lugar(es) em que corriam estes cursos de água: «fontano qui discurrit ad Sanctam Christinam» (Apêndice II, un. 933); «ille fontano discurrit inter sautello et insula» (Apêndice II, un. 1852).

¹⁶²¹ «na dita comarqua haa mais de vintaçimquo mil fontes perenais e numqua camisão em nenhũ tempo do ano, afoora outras que cannsão parte do ano que são sem numero porque omde haa pasamte de çimquoenta mil lauradores que tem casaes deitamdo a cada dous casaes hũa fonte são as ditas vinta çimquo mil fontes quanto mais que muitos casaes da dita comarqua tem seis sete oito dez fontes» (MESTRE ANTÓNIO, 1512 – *Tratado sobre a província...*: 454).

¹⁶²² «Este e outros muitos [rios] que se não podem contar, assi como também as fontes de que elles se fazem, que são sem conto, porque o Mestre Antonio as estima em uinte e Cinco mil, dando a dous Cazais hua fonte, o que não parese muito fora da rasão, porque Cazal ha que tem duas e tres» (BARROS, 1548 – *Geographia d’entre...*: 126).

da cidade de Lamego: «a mor parte de toda esta terra he regada das sobreditas fontes»¹⁶²³.

4.1.2.5. Águas estanques

- *Lagena*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento do *Liber Fidei* datado de 1061¹⁶²⁴. A equivalência de sentido entre ‘*lagena*’ e ‘*lacuna*’, assinalada por dois dos léxicos consultados (ainda que nenhum deles peninsular)¹⁶²⁵, leva-nos a admitir a aceção de “lagoa”, aparentemente compatível com a referência identificada a uma «*lagenam que est disrigata a malleis*», ainda que não saibamos se se trata de uma lagoa natural ou artificial¹⁶²⁶.

- *Poza*

Registam-se apenas duas unidades designadas por este termo na nossa documentação, mencionadas numa mesma escritura copiada no *Liber Fidei* e datada de 1061, sendo que uma é designada por um topónimo («*poza de Brito*») e outra confina com uma bouça¹⁶²⁷. Esta palavra, ausente dos léxicos não-peninsulares, ocorre na documentação galega sob as formas masculinas ‘*pozo*’ e ‘*puzo*’ (entre outras), com o sentido de (i) “presa num rio” e (ii) “poço de água”¹⁶²⁸, este último recolhido por outros léxicos ibéricos¹⁶²⁹. Refira-se, contudo, que, ao menos na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, não é necessária a associação entre o termo ‘*pozo*’ e água¹⁶³⁰.

¹⁶²³ FERNANDES, [1531-1532] – *Descrição do terreno...*: 91.

¹⁶²⁴ Apêndice II, un. 1026. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶²⁵ NIERMEYER; LIMAL, s.u. *lagena*.

¹⁶²⁶ Note-se ainda que as formas ‘*lacunela*’ e ‘*lagona maior*’ aparecem em dois documentos já com valor toponímico, a designar dois lugares (Apêndice I, docs. 311 e 312; Apêndice II, uns. 1571 e 1574).

¹⁶²⁷ Apêndice I, doc. 212; Apêndice II, uns. 1007 e 1082.

¹⁶²⁸ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 349-51. Note-se que o primeiro sentido atribuído a esta palavra é ainda próximo de um dos significados que X. atribui à palavra ‘*pausa*’ (‘*pausis*’, ‘*pousa*’), também identificada na documentação galega: (i) «presa de auga que se aproveitaria para o funcionamento dun muíño ou como pesqueira»; (ii) «casa de campo ou granxa» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 183-84). Haverá ainda alguma hipótese de ‘*poza*’ ser uma outra forma do termo ‘*posa*’, que ocorre no catalão pirenaico e aragonês, com o sentido de «lugar chan na montaña» (*ibidem*, p. 183)?

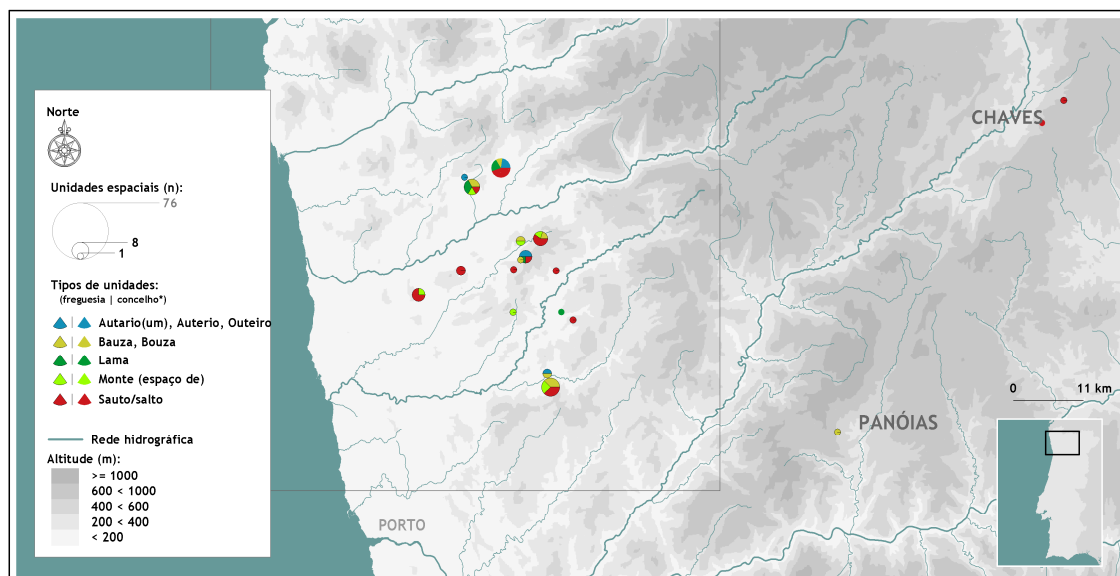
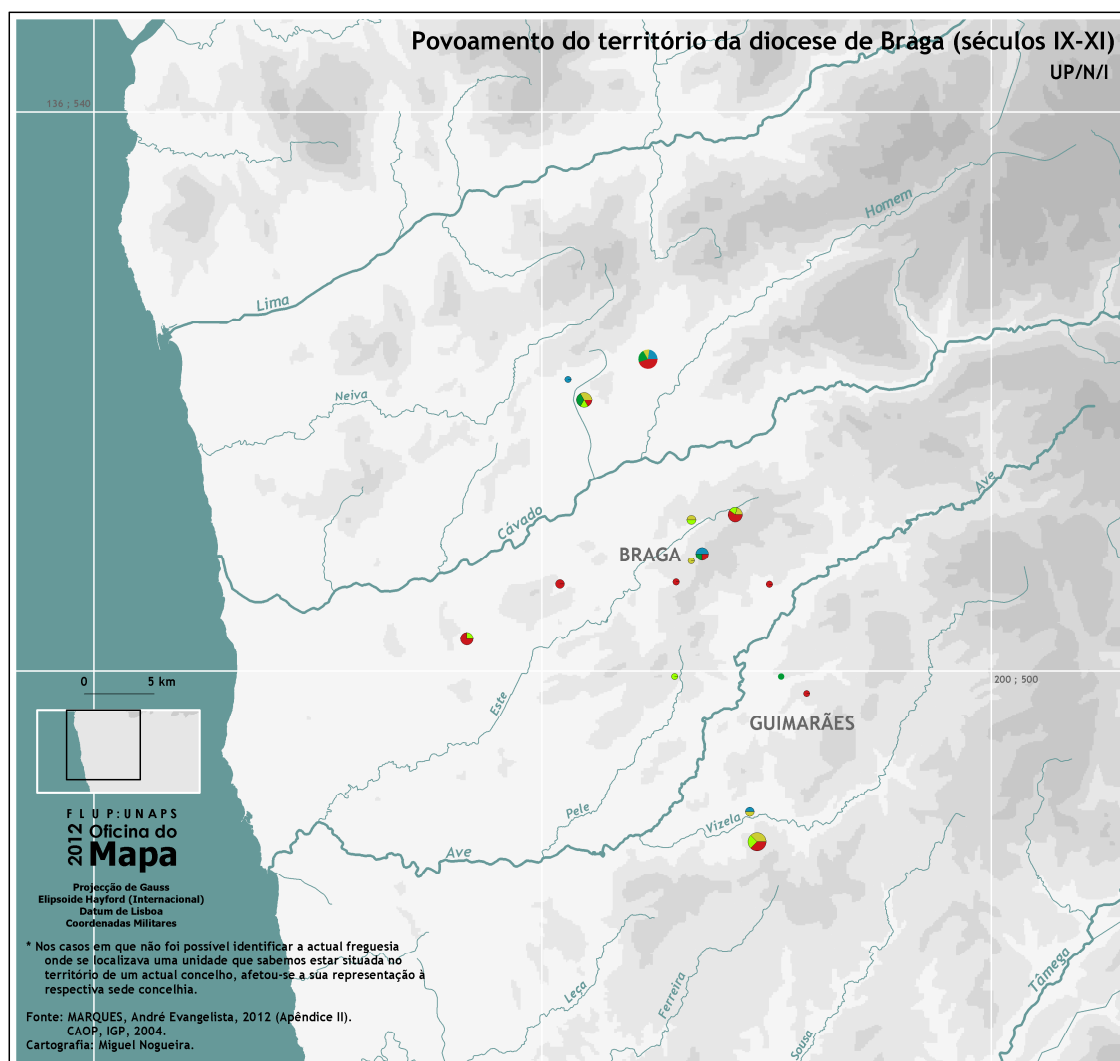
¹⁶²⁹ LHP, s.u. *poza*, *pozo*; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 206, que regista também as formas ‘*pozo*’ e ‘*puzo*’ na documentação asturiana e leonesa.

¹⁶³⁰ LLMARL, s.u. *pozo*: «1 Fosa, hoyo profundo en la tierra, pozo (también en sentido fig.)».

De resto, note-se a referência a ‘*pozos*’ de exploração salícola na documentação castelhana dos séculos IX a XII¹⁶³¹.

¹⁶³¹ PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 72 e ss.

4.1.3. Inculto



Mapa 10 – Unidades de paisagem naturais: inculto

- *Autario/autarium/auterio/outeiro*

Registam-se seis unidades deste tipo, a que correspondem outras tantas menções documentais, datadas entre 961 e 1091, tanto em documentos provenientes da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães¹⁶³². Esta palavra, claramente romance, e por isso ausente de todos os léxicos ultra-pirenaicos, ocorre na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 com o sentido de «otero, colina, lugar elevado en un llano»¹⁶³³, que é genericamente aceitável na nossa documentação. Note-se, contudo, que os dois casos em que estas unidades aparecem designadas pela referência ao nome do proprietário/usufrutuário ou por um antropónimo indiciam uma apropriação individual, que nos parece ultrapassar aquele sentido estritamente orográfico de “elevação de terreno”¹⁶³⁴. E nos leva a pensar que esta palavra pudesse designar espaços produtivos que, tal como os soutos, se definiam por um estatuto intermédio entre a superfície cultivada e os terrenos maninhos; distinguindo-se do monte por serem uma «zona de floresta fomentada e protegida», podiam inclusivamente ser vedados e repartidos em parcelas individuais¹⁶³⁵.

- *Azorera*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento do *Liber Fidei* datado de 1086¹⁶³⁶. De clara ressonância romance, esta palavra aparece registada apenas pelos léxicos ibéricos, com o sentido de «lugar, sitio, recinto donde se crían o se encuentran encerrados azores»¹⁶³⁷. No entanto, segundo Viterbo ‘*azoreira*’ teria em português antigo o sentido de «matas, devesas ou moutas em que se fazia lenha»¹⁶³⁸. Ora, do contexto em que aquela unidade aparece referida («*in Batocas media de illa azorera cum suo sauto et per suis*

¹⁶³² Apêndice II, uns. 831, 877, 1135, 1234, 1398 e 1888.

¹⁶³³ LLMARL, s.u. oter(o); LHP, s.u. Otero. Sobre a etimologia da palavra, v. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 88-89.

¹⁶³⁴ Apêndice II, un. 1234 («autario qui dedit pater noster Suario Tedoniz suo filio Pelagio Suariz») e 1398 («auteiro de Tio Todiverto»).

¹⁶³⁵ ALMEIDA, 1986 – «A paróquia...»: 122. V. *infra* s.u. sauto, salto.

¹⁶³⁶ Apêndice II, un. 1630. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶³⁷ LLMARL; LHP, s.u. aztorera; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 268.

¹⁶³⁸ VITERBO, s.u. azoreira, que esclarece: «havendo ainda hoje (...) certas árvores chamadas *azêros*, que são *azereiros bravos* e mui próprios para deles se fazerem pratos e escudelas, não seria grande desacerto suspeitar alguém que, num tempo em que os matagais e arvoredos cobriam a melhor parte das terras do Douro e Trás-os-Montes, houvesse cópia destas árvores, a que chamassem *azoreiras*».

terminis»¹⁶³⁹), conclui-se claramente que não aludiria a uma só árvore, mas talvez àquele sentido de “matas, devesas ou moutas”, na qual o redactor parece individualizar um espaço de souto, o que pode ser entendido como um indício de que esta *azorera* não seria ocupada por nenhuma espécie arbórea dominante.

- *Bauza/bouza*

Registam-se 11 unidades deste tipo, a que correspondem outras tantas menções documentais datadas entre 961 e 1091 (das quais cinco provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado), sendo que essas menções se encontram tanto em documentos provenientes da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães. A palavra ‘*bauza*’ aparece registada apenas num dos léxicos de ibero-romance consultados, com o sentido de “matorral”¹⁶⁴⁰, e ocorre ainda na documentação ducentista da Sé de Lugo a designar «un terreno, a veces cerrado, donde crecen árboles y matorrales; o sea, utilizando un giro muy propio de la región, terreno que está a monte»¹⁶⁴¹. Não parece ser diferente o seu sentido na documentação analisada, onde significativamente quatro (36,4%) das 11 unidades identificadas aparecem designadas por um antropónimo, indício claro da apropriação individual destes terrenos de monte; embora cinco sejam identificadas por um elemento toponímico.

- *Bustello*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento datado de 906 proveniente do cartório da Sé de Coimbra¹⁶⁴². Registada nos léxicos gerais com o sentido de “medida de capacidade” apenas¹⁶⁴³, esta palavra (diminutivo de ‘*bustum*’) é recolhida em alguns léxicos ibéricos com o sentido de “pastizal pequeño”¹⁶⁴⁴ ou simplesmente de “busto pequeño”¹⁶⁴⁵. Em português actual, o termo ‘*bustelo*’ é ainda um diminutivo de ‘*busto*’ e tem o sentido de

¹⁶³⁹ Apêndice I, doc. 312.

¹⁶⁴⁰ LHP, s.u. *bauza*.

¹⁶⁴¹ JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 128.

¹⁶⁴² Apêndice II, un. 80. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶⁴³ DU CANGE; NIERMEYER; BLAISE, s.u. *bustellum*.

¹⁶⁴⁴ LLMARL, s.u. *bustello*.

¹⁶⁴⁵ LHP, s.u. *bustello*, sendo que este léxico define ‘*busto*’ como um «treno de monte que se quemó para dedicarlo a pasto» (LHP, s.u.).

“pasto de verão”, “rebanho”¹⁶⁴⁶. De resto, a associação destas parcelas de terra ao gado é evidente na definição de ‘busto’ proposta por Viterbo¹⁶⁴⁷, e parece resultar de uma evolução de sentido que remonta provavelmente à Antiguidade Tardia, com a passagem do significado original de “terreno queimado para obter pasto” à de “prado, pasto” propriamente dito¹⁶⁴⁸. Note-se, contudo, a possibilidade já sinalizada em documentação da zona leonesa, de estas unidades acolherem ainda cultivos vários¹⁶⁴⁹.

- *Carvaliale*

Regista-se uma só unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento do *Liber Fidei* datado de 1097¹⁶⁵⁰. A generalidade dos léxicos peninsulares regista apenas a palavra ‘*carualio*’¹⁶⁵¹, ausente de todos os outros léxicos consultados, mas a forma ‘*carualiar*’ encontra-se na documentação asturiana e leonesa a partir pelo menos do século X, com o sentido de “carvalhal”¹⁶⁵². Deve por isso ser relacionada com a palavra ‘revoreto’, de raiz latina¹⁶⁵³.

- *Iuncal*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento do *Liber Fidei* datado de 1056¹⁶⁵⁴. A generalidade

¹⁶⁴⁶ <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=16059>

¹⁶⁴⁷ VITERBO, s.u. busto: «1 Curral de bois ou vacas. Há muitos documentos, em Espanha, do século IX, que usam de busto, neste sentido (...); 2 Nas Astúrias, Galiza e na província d’entre Douro e Minho, desde o VIII século até o XII, se tomou busto por tapada ou bouça. (...) bouças, que são fazendas de monte, fechadas sobre si e unicamente destinadas para criação de gados, estrumes e lenhas. E porque as manadas dos bois e vacas ali se encerravam, se disseram bustos, pois faziam, e hoje mesmo fazem, o ofício de currais (...).» De resto, DU CANGE, s.u. 4 bustum, recolhe já o significado (mais restrito) de «*statio bouum*», também registado por LIMAL (Addenda), 2 bustum.

¹⁶⁴⁸ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 178.

¹⁶⁴⁹ Segundo C. REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y poder*...: 159, «entre los microtopónimos que indican la ampliación del espacio cultivado se encuentra «busto», espacio roturado que alterna su dedicación ganadera con cultivos esporádicos. Etimológicamente deriva de *combustum* (quemado), y es uno de los topónimos utilizados en el norte de Italia para señalar la actividad roturadora. Su primera mención [na comarca dos Montes de Torozos] se remonta al siglo X, pero las siguientes no se encuentran hasta la primera mitad del XIII»

¹⁶⁵⁰ Apêndice II, un. 1479. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶⁵¹ LLMARL; LHP, s.u. carualio.

¹⁶⁵² M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 249-50, integra esta forma num conjunto de palavras (derivadas da raiz pré-romana *carb- ou *carv-) «cuyo significado fundamental parece ser ‘ramaje’, de donde el de ‘arbusto’, ‘roble joven’».

¹⁶⁵³ V. *infra* s.u. revoreto.

¹⁶⁵⁴ Apêndice II, un. 1494. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

dos léxicos consultados recolhe formas próximas com o sentido de “juncal”, mas nunca esta exacta forma que viria a cristalizar no português moderno¹⁶⁵⁵.

- Lama

Registam-se seis unidades deste tipo, a que correspondem sete menções documentais, datadas entre 1031 e 1088, sobretudo em documentos copiados no *Liber Fidei* e numa só escritura proveniente do mosteiro de Guimarães¹⁶⁵⁶. A generalidade dos léxicos consultados regista este termo com os sentidos de “pântano”, “terreno húmido”, “zona alagada”¹⁶⁵⁷, que se verificam igualmente na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, onde é também evidente o sentido de “prado”¹⁶⁵⁸, a que subjaz a utilização destes terrenos como pastagens¹⁶⁵⁹.

- Mato

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁶⁶⁰, que presumimos ter sensivelmente o mesmo significado que em português actual, de resto já identificado por alguns dos léxicos de ibero-romance noutras regiões do Norte peninsular, que assinalam ainda o sentido mais específico de “bosque”¹⁶⁶¹.

- Monte (espaço de)

Como vimos já, o termo ‘monte’ aparece frequentemente na nossa documentação em sentido metonímico, a indicar espaços de monte, incultos, para lá do significado elementar de “elevação de terreno” propriamente dita que noutros casos assume¹⁶⁶². Usada naquele sentido, a palavra designa um conjunto de sete unidades, a que correspondem outras tantas menções documentais em escrituras provenientes tanto

¹⁶⁵⁵ NIERMEYER; BLAISE, s.u. juncaria; DMLBS, s.u. 1 juncaria; LLMARL, s.u. iuncare; M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 249 recolhe as formas ‘iunco’, ‘iuncarelio’, ‘inquello’ na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230.

¹⁶⁵⁶ Apêndice II, uns. 820, 1213, 1214, 1249, 1354 e 2204.

¹⁶⁵⁷ DU CANGE, s.u. 1 lama; NIERMEYER, s.u. lama; BLAISE, s.u. III lama; DMLBS, s.u. 1 lama.

¹⁶⁵⁸ LLMARL, s.u. lama, que, para além da acepção de «terreno muy húmedo o encharcado, generalmente pradera» avança ainda a possibilidade de este termo designar um “valle” ou uma “ribera o vega de un río”. Estudando a ocorrência da palavra na mesma documentação, M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 213-14, limita-se a arrolar o sentido de «terrenos húmidos que se dedican, por lo general, a pradera».

¹⁶⁵⁹ Note-se, a este propósito a definição proposta por VITERBO, s.u. lameira virgem: «o mesmo que prado, cuja erva, ainda naquele ano, não foi comida ou calcada pelos animais».

¹⁶⁶⁰ Apêndice II, un. 693. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶⁶¹ LHP, s.u. mata, mato; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 223-24.

¹⁶⁶² V. *supra* §4.1.1., s.u. mons.

da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães, datadas entre 906 e 1079¹⁶⁶³. Há depois duas referências a espaços de monte específicos que pertencem a parcelas agrárias arroladas num mesmo inventário (uma leira e um espaço agrário indefinido)¹⁶⁶⁴. De resto, este mesmo sentido metonímico subjaz às relativamente numerosas referências à forma plural ‘*montes*’ no quadro de enumerações estereotipadas, sendo que a palavra aparece algumas vezes isolada mas na maior parte dos casos associada ao termo ‘*fontes*’, como ficou dito¹⁶⁶⁵; ou então enquadrada em expressões do tipo «*exitus montium (vel regressum)*», com que os redactores procuravam circunscrever os direitos de exploração sobre espaços incultos associados às propriedades descritas. O contraste entre o *monte* (espaços incultos essenciais para o fornecimento de lenhas e matos e para a alimentação dos gados¹⁶⁶⁶) e as zonas cultivadas, que está bem patente na documentação de outros espaços peninsulares¹⁶⁶⁷, não deve fazer-nos esquecer que a progressão destas zonas se fazia à custa de arroteamentos daqueles espaços¹⁶⁶⁸.

- Revoreto

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num inventário de bens do mosteiro de Guimarães datável do século XI¹⁶⁶⁹; a que deve acrescentar-se uma segunda unidade em que a palavra parece já ter adquirido valor toponímico, embora a passagem documental em que é referida seja ambígua e ela possa não ser mais do que um reboredo¹⁶⁷⁰. De resto, a forma plural ‘*revoretos*’ ocorre uma única vez no quadro de uma enumeração estereotipada que

¹⁶⁶³ Apêndice II, uns. 133, 249, 537, 1114, 1721, 2426 e 2427.

¹⁶⁶⁴ «Et larea de almute XXX^a passos in longo illo laoratiu et fere in riu cum suo monte et in amplo IIIIor passos» (Apêndice I, doc. 390; Apêndice II, un. 2507=el. 4369); «Et in felgarias fontanello XI^m passos in amplo et in longo XIIIIm in monte et fere in auicella cum suas deusesas cum quanto ad prestitum hominis est» (Apêndice I, doc. 390; Apêndice II, un. 2517=ell. 4379).

¹⁶⁶⁵ V. *supra* §4.1.2.4., s.u. fonte, fontano(a).

¹⁶⁶⁶ ALMEIDA, 1986 – «A paróquia...»: 121-22; PORTELA; PALLARES, 1998 – «La villa por dentro...»: 37 e ss.

¹⁶⁶⁷ Também na documentação castelhana dos séculos IX a XII, «los vocablos *monte* y *silvae* parecen aludir a espacios naturales, sin roturar. El *monte* puede hacer referencia a una realidade orográfica y morfológica pero, sobre todo, y más frecuentemente, a un espacio de bosque» (PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 40).

¹⁶⁶⁸ A dinâmica arroteadora do *monte* é ainda muito evidente na documentação lucense do século XIII (JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 127-28).

¹⁶⁶⁹ Apêndice II, un. 2537. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶⁷⁰ «Et in aliis locis in Rovoredo I^o petazo qui fuit de parentibus meis» (Apêndice I, doc. 285; Apêndice II, un. 1399). Caso se verifique esse valor toponímico, talvez deva rever-se a afirmação de M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 228: «Los topónimos con este origen están extendidos por toda la Península, salvo en el dominio del portugués y del navarro-aragones».

arrola os componentes de uma villa¹⁶⁷¹. A generalidade dos léxicos gerais consultados regista esta palavra com o significado de “carvalhal”, “bosque de carvalhos”¹⁶⁷². Embora ela esteja curiosamente ausente dos léxicos peninsulares, foi já identificada com o mesmo sentido na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230¹⁶⁷³. Assume, portanto, um significado próximo, senão coincidente, com o do termo ‘*carvaliale*’, já mencionado¹⁶⁷⁴.

- *Salto, sauto*

Registam-se 22 unidades deste tipo, a que correspondem outras tantas menções documentais datadas entre 906 e 1089 (das quais metade provém de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado), sendo que essas menções se encontram sobretudo em documentos copiados no *Liber Fidei*. Há depois a assinalar a ocorrência relativamente frequente das formas plurais ‘*sautos*’, ‘*saltus*’ ‘*saltis*’ no quadro de enumerações estereotipadas com que os redactores procuraram circunscrever os componentes de unidades de diversos tipos (desde casais e *hereditates* a villae e topónimos *isentos*). A palavra ‘*saltus*’ é recolhida apenas por Du Cange, entre os léxicos gerais consultados, com o sentido de “bosque” (entre outros)¹⁶⁷⁵. No entanto, ocorre com este mesmo significado, e com outros mais específicos que a conotam com pastagens, nas fontes peninsulares: pelo menos desde meados do século IX na documentação asturiana¹⁶⁷⁶, a partir da década de 910 na leonesa¹⁶⁷⁷, pelo menos no século XI na aragonesa¹⁶⁷⁸, e ainda no século XIII na documentação da Sé de Lugo¹⁶⁷⁹.

¹⁶⁷¹ Apêndice II, un. 164=el. 182.

¹⁶⁷² DU CANGE; NIERMEYER; BLAISE, s.u. roboretum. Segundo G. FERRO, 1986 – *Sociedade Humana...*: 146, os termos ‘*rovoreto*’, ‘*rovoreo*’ têm o sentido específico de “carvalho roble ou alvarinho (quercus robur)”.

¹⁶⁷³ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 227-28.

¹⁶⁷⁴ V. *supra* s.u. carvaliale.

¹⁶⁷⁵ DU CANGE, s.u. 1 saltus.

¹⁶⁷⁶ LHP, s.u. soto (que apresenta a dupla definição: «bosque, soto»), sautiello.

¹⁶⁷⁷ M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 228, identificou as formas ‘*sauto*’, ‘*saltus*’, ‘*soctum*’, ‘*sotello*’, ‘*soto*’ e ‘*sotus*’, cuja etimologia esclarece: «Del latín *saltus*, ‘zona arbolada, no cultivada pero usada para pastos’, en zona montañosa ‘paso estrecho, garganta, valle de montaña’. E acrescenta: «En nuestra documentación observamos la práctica coincidencia de su situación al lado de los ríos y como terreno colindante a los molinos, por lo que es probable que sea válido el sentido de ‘lugar poblado de árboles y matorrales al lado de un río’».

¹⁶⁷⁸ O. NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 221, identificou as formas ‘*sotus*’, ‘*soto*’, ‘*sotho*’, a que assinala uma mesma etimologia («del lat. saltus, -us, ‘pastizales, pastizales con bosque’ ‘desfiladero, quebrada’») e o significado genérico de «“soto, es decir, “lugar poblado de árboles”».

¹⁶⁷⁹ S. JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 128, observa (numa passagem de redacção algo confusa): «se entiende por Sautum/Souto el terreno poblado de árboles y especialmente de

Não seria muito diferente o seu significado na documentação analisada, onde os soutsos correspondem a espaços intermédios entre a superfície cultivada e o *monte* propriamente dito, do qual se distinguem por serem uma «zona de floresta fomentada e protegida»¹⁶⁸⁰. Nos casos em que atingissem menores dimensões, estes bosques podiam inclusivamente ser vedados¹⁶⁸¹ e repartidos em parcelas individuais¹⁶⁸². Constituídos predominantemente por castanheiros e carvalhos¹⁶⁸³, os soutsos não formavam apenas uma cintura envolvente do espaço cultivado mas entrecortavam-se com ele¹⁶⁸⁴. Cabe ainda perguntar se será possível estabelecer uma distinção entre os termos ‘*saltus*’ (no sentido genérico de “espaço inculto”, ainda que possa ser objecto de algum tipo de *cultivo*) e ‘*souto*’ (no sentido actual de plantação de castanheiros, castanhal). A proximidade entre as formas ‘*salto*’ e ‘*sauto*’ utilizadas na documentação em estudo não aconselha distinções muito marcadas. Além do mais, o facto de o segundo termo, que passou para a língua romance, ter origem no primeiro, poderá ser tido como um indício de que uma parte importante dos espaços incultos designados pela palavra ‘*salto*’ eram afinal castanhais (soutsos). Neste sentido, pareceu forçado distinguir ambas as palavras na tipologia de unidades.

robles y castanhos “pastizales”, “pastizales con bosque”, la mayoría de las veces no existe ninguna separación entre sí ni con el resto del terreno limitándose a tener un muro en la parte que linda con el camino».

¹⁶⁸⁰ ALMEIDA, 1986 – «A paróquia...»: 122. «Os soutsos de carvalhos e/ou de castanheiros representando parcelas de floresta «natural» que foram preservadas, asseguravam reservas de madeira ao proprietário. Talvez se tratasse de uma floresta empiricamente «jardinada» onde se evitava o pastoreio nocivo de ovinos e caprinos. No entanto, o gado porcino podia penetrar no sub-bosque na estação da bolota» (VARETA, 1985 – «Para uma geografia histórica...», p. 50).

¹⁶⁸¹ Como se comprova pelas referências a marcos de delimitação de quatro das 22 unidades deste tipo identificadas (Apêndice II, uns. 223, 401, 2452 e 2547).

¹⁶⁸² Para lá das cinco unidades com elementos de identificação de base antroponímica, que denunciam uma apropriação individual (Apêndice II, uns. 401, 1108, 1361, 2452 e 3203), foi possível identificar um número significativo de referências a fracções de unidades deste tipo (nove num total de 22: Apêndice II, uns. 83, 97, 293, 1108, 1349, 1361, 1363, 1365 e 1767).

¹⁶⁸³ GONÇALVES, 1990 – «A árvore na paisagem...»: 9-10. Note-se, todavia, que «as matas naturais caracterizavam-se por uma forte heterogeneidade, quer pela variedade da sua composição florística, quer pela sua estrutura horizontal, diversificada em biotopes locais» (VARETA, 1985 – «Para uma geografia histórica...»: 48).

¹⁶⁸⁴ «Na Europa do Sul as formações boscosas não apresentam frentes nítidas como em outras regiões mais a Norte e o efeito de tal indefinição é acentuado por outros traços da paisagem. Todos sabemos (...) como o povoamento minhoto é fortemente disperso. Em regiões com tais características, os maciços florestais não se afastam para os confins das terras cultivadas. Não existem, sequer, esses confins, a não ser quando se chega às serranias inóspitas à fixação humana e onde, portanto, a população que existe se organiza de maneira diferente. Nas terras chãs, leiras cultivadas e pequenos bosquetes salpicam todo o espaço, numa promiscuidade que serve, na perfeição, a família camponesa, necessitada de umas e outros e utilizando-se, desacompanhada ou quase, de ambos» (GONÇALVES, 1996 – «A árvore na paisagem...» 11).

- *Silvares*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento do *Liber Fidei* datado de 1079¹⁶⁸⁵. Este termo, que não é registado por nenhum dos léxicos consultados, foi identificado na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 sob a forma ‘*siluar*’ (e com valor toponímico) por M. del P. Álvarez Maurín, que lhe atribui o significado de «lugar sin cultivar y, por lo tanto, poblado de matorrales y monte bajo». Naturalmente, a autora relaciona esta forma com a palavra ‘*silva*’ a cujas ocorrências (sob a forma ‘*silvis*’) no quadro de enumerações estereotipadas atribui o sentido clássico de “bosque”, “árvores, arbustos”¹⁶⁸⁶. A única unidade deste tipo identificada no nosso corpus parece estar vedada por um *vallo*.

- *Soveroso/soveredum*

Regista-se apenas uma unidade designada por ambas as formas deste termo no corpus documental analisado, referida em dois documentos do *Liber Fidei* datados de 1072 e 1086¹⁶⁸⁷. Este termo não é registado por nenhum dos léxicos consultados, incluindo os peninsulares, o que nos leva a pensar tratar-se de um regionalismo da área portugalense. Limitamo-nos, por isso, a notar que os termos ‘sobral’, ‘soveral’, ‘sobreiral’ e ‘sovereiral’ têm em português o sentido de “mata de sobreiros”¹⁶⁸⁸, o que não significa que ele se aplicasse àquela unidade.

4.2. Unidades produtivas

4.2.1. Cereal

- *Ager, Campo*

Registam-se 95 unidades deste tipo no corpus documental analisado, designadas na esmagadora maioria dos casos pelo termo “ager” (sob as as formas ‘*agrum*’ ‘*agra*’,

¹⁶⁸⁵ Apêndice II, un. 1231. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶⁸⁶ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 224-25. Também na documentação castelhana dos séculos IX a XII, «los vocablos *monte* y *silvae* parecen aludir a espacios naturales, sin roturar. (...) La *silvae*, como tal, es un lugar arbolado y silvestre, criado de forma natural, que se explota con una recuperación propia y en el que se mezclan desordenadamente, según cualidades edafológicas y climáticas, distintas especies arbóreas, pudiéndose localizar en un monte o en una llanura» (PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 40).

¹⁶⁸⁷ Apêndice II, un. 1518. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶⁸⁸ DPE; HOUAISS, s.u. sobreiral.

‘agro’, ‘agrello’, ‘agrella’, ‘agraza’) e só pontualmente por ‘campo’; a que correspondem 100 menções documentais datadas entre 906 e 1102 (das quais apenas um terço (34) provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Num caso apenas, a forma plural ‘campis’ aparece no quadro de uma enumeração estereotipada descritiva de uma *hereditas* (abstracta)¹⁶⁸⁹. Como é bem sabido, estes termos designam por via de regra espaços de cultivo com relativa amplitude e bem delimitados (como se deduz das referências a marcos físicos de demarcação em 15 das 95 unidades identificadas), que tanto podiam ser de apropriação colectiva como individual. O significativo número de unidades deste tipo designadas com recurso a um antropónimo (31) ou à referência a proprietários/usufrutuários (7) indicia claramente a primeira possibilidade. No entanto, são muito frequentes as menções a parcelas agrárias de menor dimensão (e de apropriação individual) em que agros e campos estavam divididos. De resto foi possível identificar referências a porções (abstractas) ou a fracções (exactas) de unidades deste tipo, claro sinal da sua repartição, senão física pelo menos ao nível da titularidade. No entanto, deve também reter-se a possibilidade de os termos ‘ager’ e ‘campo’ designarem metonimicamente este tipo de parcelas¹⁶⁹⁰. Naturalmente, embora a cultura arvense fosse a dedicação preferencial destes espaços, o que se explica desde logo pela importância do grão e das forragens na alimentação de homens e gados, nada impede que acolhessem outros cultivos.

- *Larea*

Registam-se 171 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 291 menções documentais datadas entre 990 e 1106 (das quais 205 (70,5%) provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). É curioso notar que num total de 85 documentos em que estas unidades aparecem referidas apenas oito provêm do cartório do mosteiro de Guimarães. Este termo parece ser característico do NO peninsular, o que explica a sua ausência em todos os léxicos consultados, com excepção de um dos léxicos de ibero-romance, que lhe

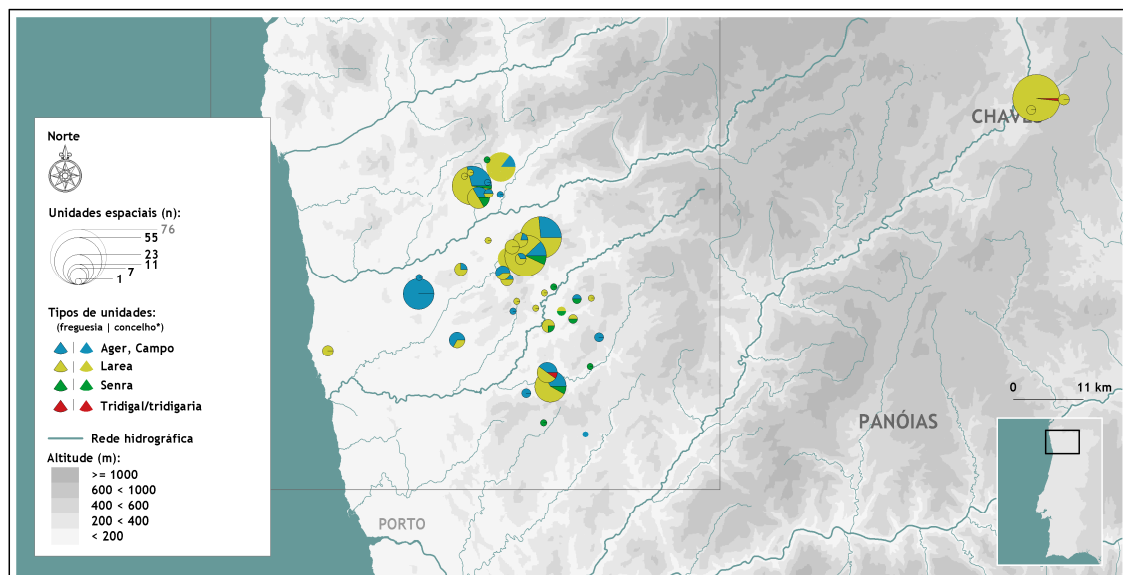
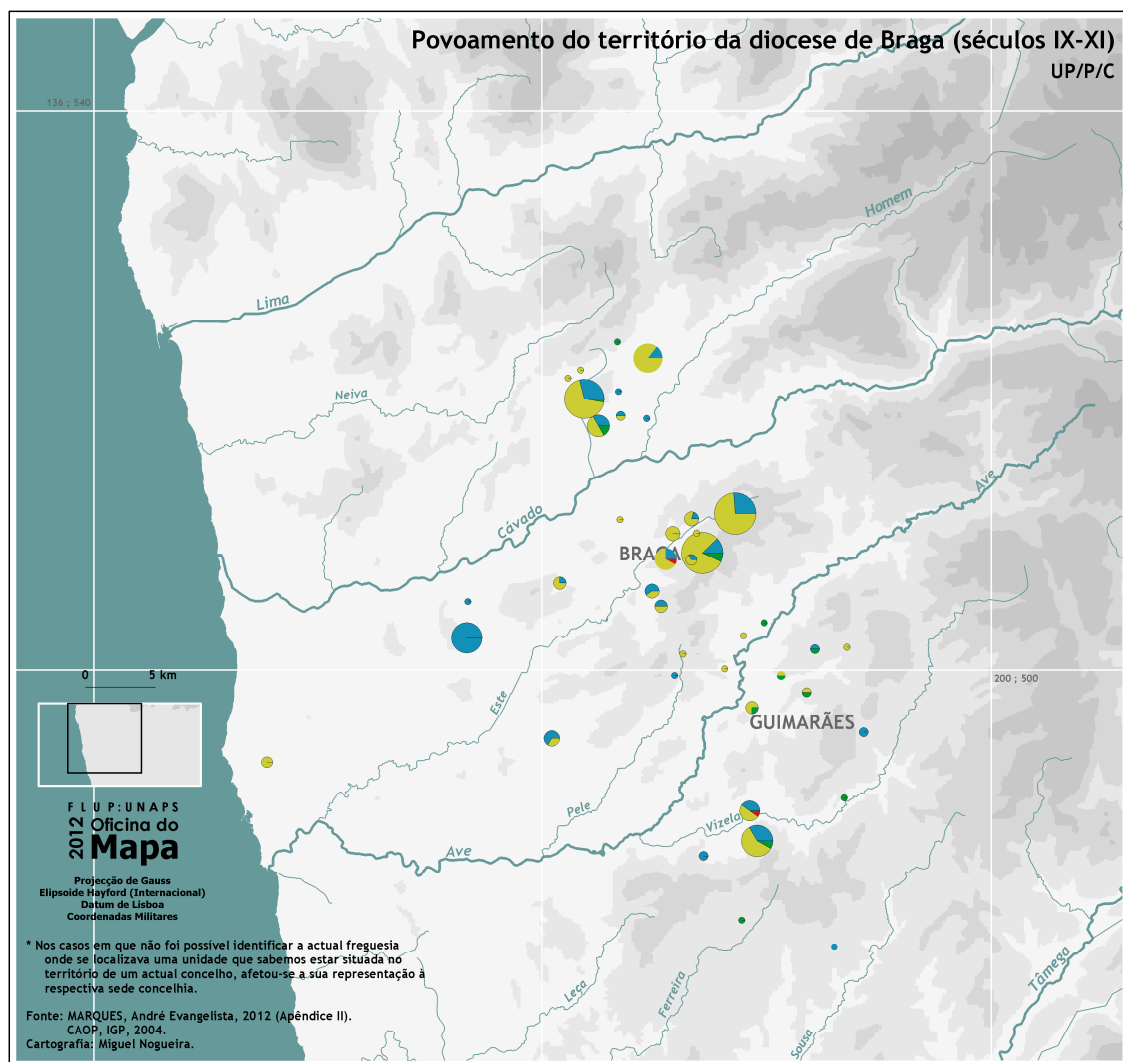
¹⁶⁸⁹ Apêndice II, un. 809=el.1330.

¹⁶⁹⁰ Na documentação do território cântabro, por exemplo, o termo *agro* designa não só os amplos espaços colectivos de cultivo como as parcelas de apropriação individual (semelhantes às *terras*, etc.) em que esses espaços se dividiam (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 121); e uma evolução semelhante de sentido detecta-se também na documentação castelhana (PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 23).

atribui o significado de «terreno labrantío de pequeña extensión»¹⁶⁹¹. Está, no entanto, bem presente não apenas na documentação da área portugalense mas também na galega¹⁶⁹². O facto de uma percentagem importante daquelas 171 unidades aparecer designada por um elemento antroponímico (61) ou pela referência a proprietários/usufrutuários (72) dá bem conta do grau de apropriação individual destas parcelas agrárias. Ainda que um número significativo de leiras (85) seja identificado por um qualquer tipo de referência topográfica, sinal da necessidade de identificar com rigor a exacta parcela mencionada no quadro do espaço agrário (agro, campo ou outro) em que estaria integrada. O que explica o cuidado com que os redactores apontaram as dimensões de 34 unidades deste tipo e a existência de marcos físicos de delimitação em 12 casos. De resto, é sintomático dessa integração em espaços de cultivo mais amplos o elevado número de leiras que sabemos confinarem com unidades homólogas (72).

¹⁶⁹¹ LHP, s.u. larea. O autor deste verbete recolhe ainda um sentido mais específico, que atribui especificamente ao português: «surco, elevación de tierra entre dos surcos, jera».

¹⁶⁹² JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 122; PALLARES; PORTELA, 1998 – «La villa, por dentro...»: 39.



Mapa 11 – Unidades de paisagem produtivas: cereal

- *Senra*

Registam-se 16 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 19 menções documentais datadas entre 959 e 1100 (das quais seis provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Este termo aparece recolhido nos léxicos gerais (que assinalam tratar-se de uma palavra hispânica) e nos peninsulares sob a forma ‘*serna*’ (a única que parece ocorrer nas fontes asturo-leonesas e castelhanas), embora a documentação analisada apresente sistematicamente a forma ‘*senra*’, que a palavra veio a assumir no português actual¹⁶⁹³. Ao menos na documentação castelhana, em que foi sistematicamente estudado até meados do século XIII, o termo ‘*serna*’ apresenta uma considerável amplitude de sentido que oscila entre dois pólos de significado: a serna-espaco agrário e a serna-prestação¹⁶⁹⁴. Na nossa documentação só é possível identificar o primeiro, adivinhando-se que, à semelhança do que acontecia em Castela, estas parcelas estivessem preferencial mas não necessariamente dedicadas ao cultivo do cereal¹⁶⁹⁵. Embora este tipo de unidades seja pouco frequente, a sua importância, do ponto de vista produtivo, fica bem patente na (única) referência a uma serna no amplo inventário dos bens do mosteiro de Guimarães: não só é a única unidade demarcada em todo o inventário, como essa demarcação denuncia a sua localização na margem do rio Ave, associada a um curso de água menor (destinado possivelmente a rega), uma várzea e um moinho¹⁶⁹⁶.

- *Siccariolo/sikariolo*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida por duas vezes (e sob formas diferentes) num documento datado de

¹⁶⁹³ M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 90 arrola o termo ‘*serna*’ entre as palavras de origem pré-romana integradas no latim da documentação asturo-leonesa e castelhana, atribuindo-lhe os significados (demasiado restritivos, por jurisdicistas) de ««porción de tierra que reservaba el señor y que había de ser cultivada por los labriegos o colonos del gran dominio» y «prestación consistente en labrar la serna del señor»».

¹⁶⁹⁴ POMBO, 1988 – *La Serna*....

¹⁶⁹⁵ POMBO, 1988 – *La Serna*...: 24. E. PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social*...: 32 e ss., nota, também a propósito do espaço castelhano, a possibilidade de estas unidades acolherem não apenas o cultivo de cereais mas também de vinha e pomares; ou de nelas se situarem ‘*solares*’ ou ‘*villas*’, não correspondendo portanto, nestes casos, a meras parcelas de cultivo (*ibidem*, p. 32). Em todo o caso assumem normalmente uma posição periférica, consonante com a sua implantação em antigos espaços incultos (*ibidem*, p. 35); Referindo-se à integração das sernas em áreas de cultivo permanentes a partir do século X, a autora alude às «características que hacen de la *serna* un espacio fácilmente asimilable, en su dimensión socioespacial, a *agros* y *mieses*, en cuanto parece constituir, en principio, un espacio unitario y colectivo de campos abiertos» (*ibidem*, p. 36-37).

¹⁶⁹⁶ Apêndice I.A., doc. 381, §16.22; Apêndice II, un. 2288.

906 proveniente do cartório da Sé de Coimbra¹⁶⁹⁷. Esta exacta referência foi interpretada por C. A. Ferreira de Almeida como dizendo respeito a uma «propriedade de sequeiro», o que vai, de resto, ao encontro do sentido atribuído a termos próximos na documentação aragonesa anterior a 1157, por exemplo¹⁶⁹⁸.

- *Tridigal/tridigaria*

Registam-se apenas três unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem quatro menções documentais datadas entre 1056 e 1086 (das quais três provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado), tanto em escrituras provenientes do cartório da Sé de Braga como do mosteiro de Guimarães¹⁶⁹⁹. Este termo aparece ainda, com valor já claramente toponímico, a designar dois *agri* e um *porto*¹⁷⁰⁰. Ausente dos léxicos gerais consultados, esta palavra ocorre sob várias formas na documentação peninsular, com sentido de “terra semeada de trigo”, “trigal”¹⁷⁰¹. Embora sejam escassas as menções a unidades deste tipo, é sintomático que nenhum outro cereal para além do trigo tenha dado origem a um termo capaz de designar metonimicamente uma parcela agrária.

4.2.2. Vinho

- *Vinea/viniola, malio/malleis*

Registam-se 20 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem outras tantas menções documentais datadas entre 900 e 1106 (das quais menos de metade (oito) provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). A forma plural ‘vineas’ ocorre ainda frequentemente no quadro de

¹⁶⁹⁷ Apêndice II, un. 71. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁶⁹⁸ O. NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 220, regista os vocábulos ‘secanum’ e ‘secanio’ e observa: «los dos sustantivos proceden respectivamente del adjetivo lat. *siccanus*, -a, um y *siccaneus*, -a, -um, variantes ambas de un mismo adjetivo que significaba ‘de naturaleza seca’, ‘seco’, y éste procedente de *siccus*, -a, -um, ‘seco’): “secano”, “terreno cultivable que no es regado más que por las lluvias”».

¹⁶⁹⁹ Apêndice II, uns. 469=el. 730 («*tridigal de Fontanelas*»); un. 1539=el. 2783 («*triticales/tridigale qui fuit de Sagato*» e el. 2899 («*alio triticales...*», referido depois de arroladas várias leiras, o que parece corroborar a possibilidade de se tratar de uma parcela dedicada ao cultivo do trigo); un. 2569=el. 4442 («*illas tridigarias que fuerunt de domna Adosinda*»).

¹⁷⁰⁰ Apêndice II, un. 667=el. 1057 («*agro de Tridigal*»); un. 1172=el. 1985 («*Porto de Triticales*»); un. 2338=el. 4155 («*agro que dicent tritical integro*»).

¹⁷⁰¹ LHP, s.u. *tridigal*, *tridigaria*, *tridigario*. M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 261-62, que recolhe na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 as formas ‘*tridicale*’ e ‘*tridigarios*’, entre outras, fá-las derivar directamente da raiz latina ‘*triticu(m)*’.

enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos (desde casais, quintãs a villae), o que acontece também na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230¹⁷⁰². E num caso apenas o redactor recorreu ao diminutivo ‘*viniola*’ para designar o que nos parece ser uma vinha de pequenas dimensões (o significado que a palavra assume na documentação asturiana e leonesa¹⁷⁰³), ainda que não seja de excluir neste caso um valor toponímico¹⁷⁰⁴. A palavra ‘*vinea*’ é recolhida pela generalidade dos léxicos consultados, pelo que é escusado aqui desenvolver o seu sentido, senão para aludir à possibilidade de designar não apenas parcelas dedicadas ao cultivo da vinha mas também “hortos” em sentido mais amplo¹⁷⁰⁵. De resto, mesmo que as vinhas constituíssem parcelas de dedicação específica, muitas vezes cercadas, frequentemente situadas nas imediações (senão mesmo dentro) dos núcleos de povoamento¹⁷⁰⁶, não deve esquecer-se a possibilidade de complantação da vinha com outros cultivos (arbóreos, cerealíferos, etc.), particularmente importante numa região de policultivo intensivo como seria, já no período aqui em análise, o Entre-Douro-e-Minho. Ainda que muito raramente, ocorre na documentação analisada uma outra expressão (mais específica) que nos parece designar vinha («*feridas de malio*»)¹⁷⁰⁷. Com efeito, a generalidade dos léxicos consultados, embora não recolha as exactas formas ‘*mallio*’ e ‘*malleis*’ que aparecem na nossa documentação, regista o diminutivo ‘*malleolus*’ ou ‘*maliolus*’ com o sentido de “vinha nova”, “vinha recentemente plantada mas que já dá fruto”¹⁷⁰⁸; sendo frequente a sua ocorrência nas fontes peninsulares, e desde logo na documentação asturiana e leonesa, onde aparece pelo menos desde a década de 910¹⁷⁰⁹. Por fim, note-se ainda a referência a uma «*vinha matraza*»¹⁷¹⁰, correspondente talvez a uma casta específica de vides.

¹⁷⁰² LLMARL, s.u. uinea, nt. a; LHP, uinia.

¹⁷⁰³ LLMARL, s.u. vineola; LHP, s.u. uiniola.

¹⁷⁰⁴ V. Apêndice II, Obs. à un. 1509.

¹⁷⁰⁵ DU CANGE, s.u. 1 vinea; BLAISE, s.u. vinea 2.

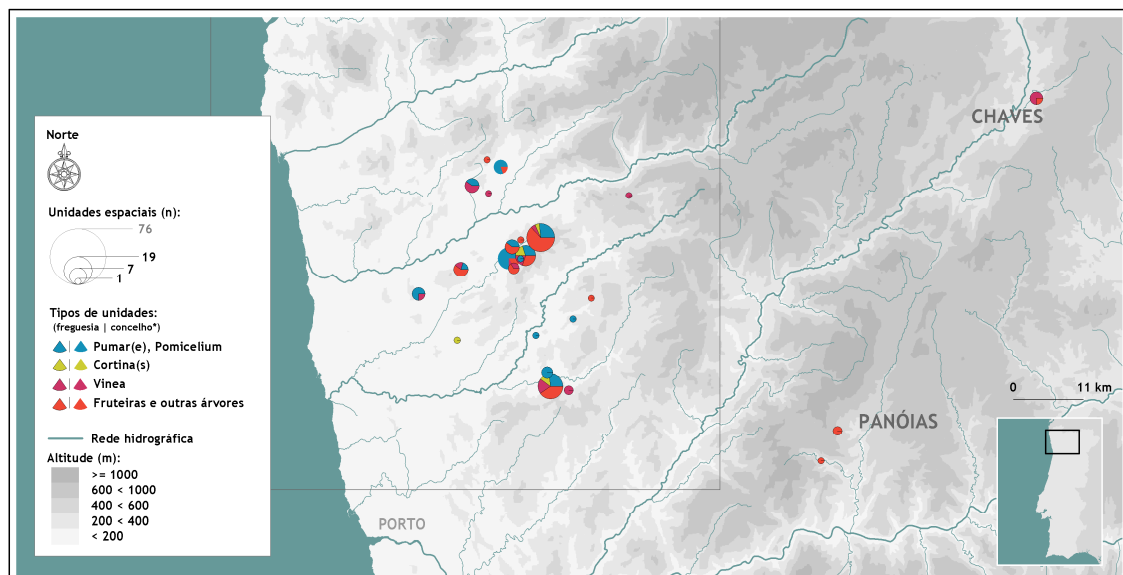
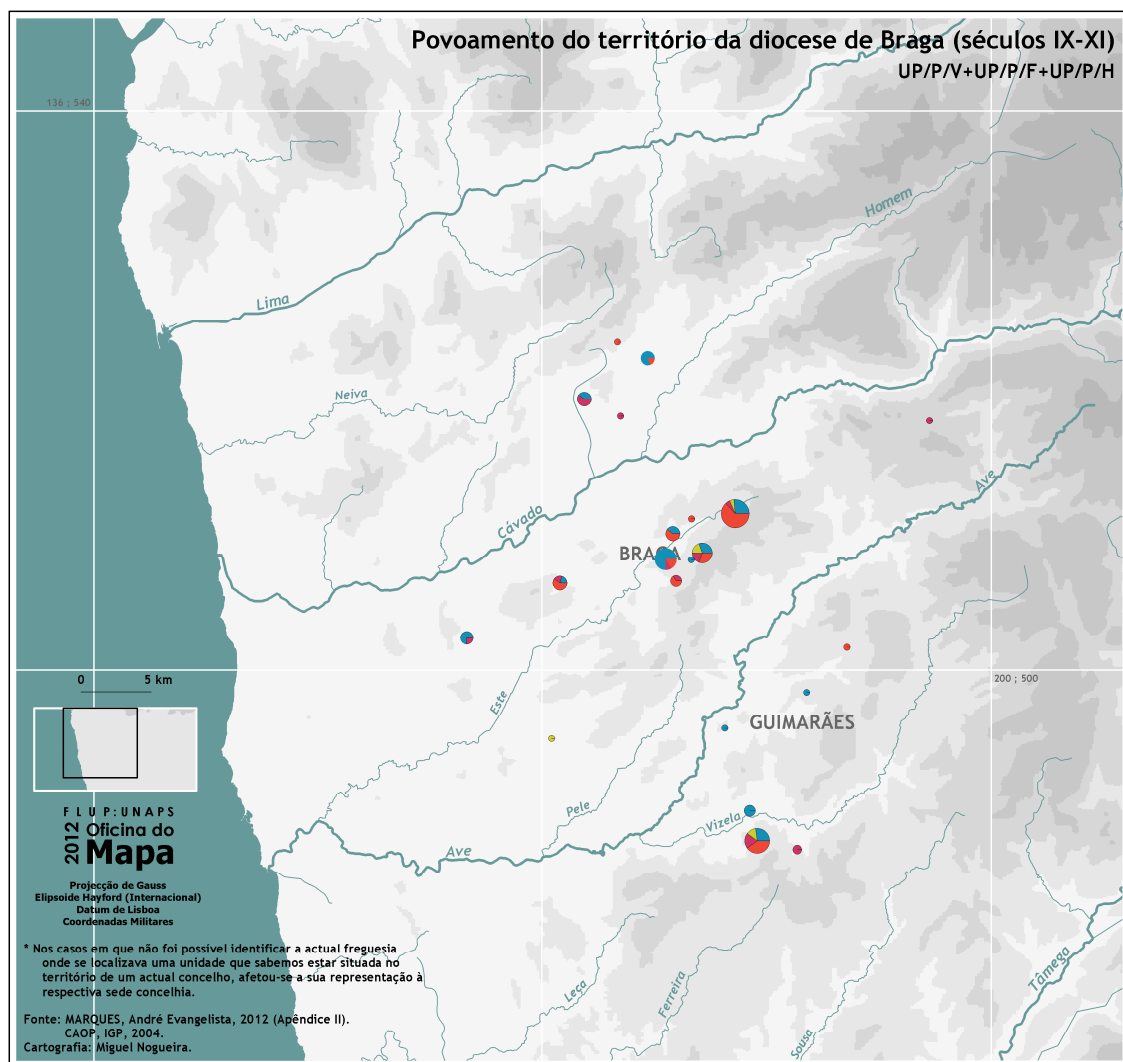
¹⁷⁰⁶ MARQUES, 2008 – *O casal*...: 205.

¹⁷⁰⁷ Apêndice II, uns. 1016 e 1022 (v. também un. 1026).

¹⁷⁰⁸ DU CANGE, s.u. malliolus; NIERMEYER; BLAISE, s.u. malleolus; LLMARL, s.u. maliolus; LHP, magguelo; VITERBO, s.u. maliolo. O. NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 200-201, que recolhe também diversas variantes da palavra na documentação aragonesa anterior a 1157, esclarece a sua etimologia: «del lat. *malleolus*, ‘martillito’, ‘sarmiento de vid, cortado en forma de martillo o de muleta para plantarlo’, y éste es diminutivo de *malleus*, ‘martillo, mazo’: “majuelo”, es decir, “viña con cepas nuevas que ya dan fruto”».

¹⁷⁰⁹ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 241-42.

¹⁷¹⁰ Apêndice II, un. 2558=el. 4425.



Mapa 12 – Unidades de paisagem produtivas: vinho, fruta e horta

4.2.3. Fruta

4.2.3.1. *Pumar(e), pomicelium*

Registam-se 40 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 50 menções documentais datadas entre 900 e 1100 (das quais quase metade (21) provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Entre estas menções é possível encontrar a utilização pontual de diversos diminutivos de ‘*pumar(e)*’ (‘*pumarino*’, ‘*pumarellio*’, ‘*pumerio*’) e uma só ocorrência da forma mais erudita ‘*pomicelium*’¹⁷¹¹. As formas plurais ‘*pumares*’, ‘*pomeris*’ e ‘*pomiferis*’ aparecem ainda frequentemente no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos (desde casais e *hereditates* a villae e topónimos *isentos*). A generalidade dos léxicos consultados recolhe formas próximas de ‘*pumar(e)*’, mas não exactamente esta que deve ser específica das fontes ibéricas. Alguns atribuem-lhes o sentido genérico de “pomar”¹⁷¹², outros especificam tratar-se preferencialmente de um “pomar de macieiras” (ou atribuem-lhe mesmo o sentido mais estrito de “macieira”)¹⁷¹³; outros ainda recolhem ambos os sentidos¹⁷¹⁴. Igual ambivalência de sentido parece verificar-se nas fontes peninsulares, em que a palavra tenderia também a designar preferencialmente um conjunto de macieiras (ou uma só árvore), quando não se aplica em sentido genérico¹⁷¹⁵. O que acontece tanto na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 (em que pode designar uma macieira ou qualquer outra árvore de fruto, um pomar de macieiras ou de qualquer outro tipo de fruteiras)¹⁷¹⁶, como na aragonesa anterior a 1157 (onde à partida assume só o sentido de “pomar ou macieiras” ou “pomar” em geral)¹⁷¹⁷.

¹⁷¹¹ Apêndice II, un. 57.

¹⁷¹² BLAISE, s.u. pomarium.

¹⁷¹³ DU CANGE, s.u. pomaris, pomaredus, pumaritum (a que atribui o sentido amplo de “pomar”); pomarius, pomerius (com o sentido mais restrito de “macieiras”); pomarium (com o significado de “lugar de armazenamento de maçãs”, entre outros). NIERMEYER, s.u. pomarius, pomerium (recolhe apenas o sentido restrito de “macieira”), pomaretum (já com o sentido de “pomar de macieiras”); BLAISE, s.u. pomaredus, pomarius; LIMAL, s.u. pomerium.

¹⁷¹⁴ DMLBS, s.u. pomarius, pomerium, em que se reconhece poderem ambos os termos designar tanto um conjunto de macieiras, como a própria árvore, para lá do sentido genérico de “pomar”.

¹⁷¹⁵ LHP, s.u. pomare. Este léxico recolhe três formas próximas, atribuindo-lhes sentidos distintos: LHP, s.u. pomero (“pomar”), pumareio (“pomarada”) e pumarino (“manzanar, pomarada pequena”).

¹⁷¹⁶ LLMARL, s.u. pumar(e), cujo autor esclarece: «Como ocurre con otros deriv. de pomum, a veces el contexto no permite precisar si el término significa cualquier árbol frutal o concretamente un manzano (...). En términos generales, consideramos que *pomar(e)* significa “árbol frutal” en las relaciones de palabras en que no se citan más árboles» (*ibidem*, nt. c). No mesmo sentido se pronunciou M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 235-37: «En nuestros documento no está del

4.2.3.2. Fruteiras e outras árvores

É possível encontrar um conjunto relativamente amplo de termos que designam fruteiras na nossa documentação, a que deve acrescentar-se o termo genérico ‘*arboles*’, que poderia também designar essências florestais. No total, registam-se 39 unidades designadas por uma (ou mais) destas palavras no corpus documental analisado; a que correspondem outras tantas menções documentais datadas entre 1006 e 1097 (das quais 26 (59%) provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁷¹⁸. Em pouco mais de metade dos casos (22 unidades, num total de 39), as menções a fruteiras fazem-se no plural, dando a entender que os redactores se refeririam a um conjunto de árvores e ao terreno por ele ocupado, a um pomar portanto; embora deva admitir-se a possibilidade de se aludir apenas às próprias árvores, como acontece claramente com as outras 17 unidades, que parecem corresponder a árvores singulares. Para lá dessas 39 unidades concretas, há ainda a registar a frequente ocorrência de menções a fruteiras no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos, sejam elas menções a alguma(s) espécie(s) em particular, que especificaremos, sejam genéricas, com recurso a expressões do tipo ‘*arbores (pomíferas)*’, ‘*pomíferas*’, ‘*fructeiras*’. Note-se, por último, que só encontrámos referência a fruteiras em dois documentos provenientes do mosteiro de Guimarães. Atentemos então nas várias espécies que foi possível documentar.

- *Amexenarias*

Este termo, um dos poucos no léxico espacial identificado que terá origem árabe¹⁷¹⁹, ocorre uma vez a designar um conjunto específico de ameixeiras¹⁷²⁰, mas também no quadro de enumerações estereotipadas sob a forma plural ‘*amexenares*’.

todo claro cuál es el sentido del término *pomares*, *pumares*, si el latín originário de ‘huerto de frutales’ o el más restringido, y presente en la actualidad en las lenguas romances, de ‘manzanares’ (...)» (*ibidem*, p. 236).

¹⁷¹⁷ NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 215.

¹⁷¹⁸ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Fruteiras e outras árvores”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁷¹⁹ DOZY; ENGELMAN, 1869 – *Glossaire des mots...*: 189, s.u. ameixa: «amexa pg. (prune) est une altération de (...) (al-mechmach) (...). Il est vrai que ce mot arabe signifie ordinairement *abricot*; mais les lexicographes arabes (...) ont déjà observe que quelques-uns appellent ainsi *la prune*, et en outre les Arabes condonent cês deux fruits».

¹⁷²⁰ Apêndice II, un. 281.

- *Arbores*

Este termo ocorre uma só vez a designar um conjunto específico de árvores (que não sabemos ao certo serem fruteiras)¹⁷²¹, mas também no quadro de enumerações estereotipadas: pontualmente, sob as formas plurais '*arbores*' ou, mais explicitamente, '*arboles pomiferas*', e com relativa frequência integrado em expressões do tipo '*arbores fructuosas vel infructuosas (sive et omnis genera arborum)*'.

- *Castanario(s)/castiniaria*

Identificámos 14 menções documentais (singulares e plurais) a castanheiros, a indicar a importância desta essência, cujo fruto sabemos ser essencial desde logo na dieta alimentar. Curiosamente, não há referências a este termo no quadro de enumerações estereotipadas.

- *Cerdeira(s)/cerseiras/cesarias/cessarias*

Este termo ocorre (tanto no singular como no plural) a designar cinco cerejeiras ou cerejais específicos¹⁷²², mas também no quadro de enumerações estereotipadas sob a forma plural '*cesares*'.

- *Ficarias/ficulnea/figale*

Este termo ocorre apenas três vezes a designar conjuntos de figueiras específicas (ou apenas uma árvore, no caso da forma singular '*ficulnea*'?)¹⁷²³, mas também no quadro de enumerações estereotipadas sob a forma plural '*ficares*'.

- *Mazanarias/mazaneiras/macaneira*

Identificámos 11 menções documentais (singulares e plurais) a macieiras, a indicar a importância desta essência, cujo fruto sabemos ser essencial desde logo na confecção de sidra. Note-se que, ao contrário de outras espécies de fruteiras (ameixieiras, cerejeiras, figueiras, pereiras), mas curiosamente à semelhança do que acontece com os castanheiros e as nespereiras, as macieiras nunca ocorrem como componentes referidos em enumerações estereotipadas. O que talvez se explique pela

¹⁷²¹ Apêndice II, un. 271.

¹⁷²² Apêndice II, un. 194, 279, 463, 484 e 635. Note-se ainda a referência a um «*Cercedo de iusano*», que classificámos como topónimo, mas que poderá não ter adquirido ainda valor toponímico (aquele que a forma '*cerecedo*' assume na documentação asturiana e leonesa, segundo M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 231), mas designar antes um mero cerejal (Apêndice II, v. Obs. à un. 937)

¹⁷²³ Apêndice II, un. 280, 1485 e 1617 («*figale alvare*»: algum tipo específico de figueira?).

importância excepcional desta espécie, objecto em muitos casos de apropriação individual, o que levaria os redactores a individualizarem as macieiras, e a não incluí-las em referências formulares e genéricas a fruteiras. É curioso notar um conjunto de referências feitas num documento com grande pormenor de descrição cadastral¹⁷²⁴, que indicam possivelmente variedades específicas de macieiras: «*mazanaria petral*»¹⁷²⁵, «*mazanarias ragiatal*»¹⁷²⁶; «*mazanario carozario*»¹⁷²⁷.

- *Nesperarias*

Este termo ocorre uma só vez a designar um conjunto específico de nespereiras¹⁷²⁸, e nunca no quadro de enumerações estereotipadas.

- *Nugarias*

Este termo ocorre duas vezes (uma no singular outra no plural) a designar uma nogueira e um nogueiral específicos¹⁷²⁹, e nunca no quadro de enumerações estereotipadas.

- *Perarias*

Este termo ocorre uma só vez a designar um conjunto específico de pereiras¹⁷³⁰, mas também no quadro de enumerações estereotipadas sob a forma plural ‘*perales*’.

4.2.4. Horta

- *Cortina*

Registam-se seis unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem outras tantas menções documentais datadas entre 1033 e 1072 (das quais duas provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). A forma plural ‘*cortina*’ aparece ocasionalmente no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos (desde casais, *hereditates* e quintãs, a *ecclesiae*). A generalidade dos léxicos consultados atribui a este

¹⁷²⁴ Apêndice I, doc. 390. Trata-se de um inventário das propriedades do mosteiro de Guimarães em Vilarinho (c. Santo Tirso).

¹⁷²⁵ Apêndice II, un. 2552=el. 4419.

¹⁷²⁶ Apêndice II, un. 2553=el. 4420.

¹⁷²⁷ Apêndice II, un. 2554= el. 4421.

¹⁷²⁸ Apêndice II, un. 444.

¹⁷²⁹ Apêndice II, un. 257 e 484.

¹⁷³⁰ Apêndice II, un. 484.

vocábulo o sentido de pequena parcela de cultivo intensivo, normalmente vedada, e muitas vezes situada nas imediações de um núcleo ou unidade residencial. No entanto, e como notou I. Gonçalves, a propósito de um tombo de propriedades minhoto do século XV (da capela de Ferreiros, c. Braga), o termo ‘cortinha’ não equivalia apenas, ao menos no final da Idade Média, a espaços vedados, dedicados a cultivos mimosos (e por isso semelhantes aos hortos), mas podia também destinar-se a espaços votados ao cultivo de cereais, que aparecem inclusivamente divididos/organizados em parcelas individuais, à semelhança dos campos¹⁷³¹. Isto não significa, contudo, e tendo em vista a imbricação da paisagem minhota, que esses espaços cerealíferos estivessem necessariamente afastados das habitações.

- *Caunieto*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida em dois documentos do *Liber Fidei* datados de 1072 e 1086¹⁷³². Este vocábulo não aparece registado em nenhum dos léxicos consultados, pelo que só por comparação com termos próximos poderemos tentar encontrar um significado¹⁷³³. O facto de o primeiro dos documentos citados situar nesta unidade três leiras mostra-nos que se trataria de um qualquer espaço de cultivo. Ora, tendo em conta o sentido de termos como ‘*cauletum*’ (“horta”) e ‘*cauen(e)*’ (que, na documentação leonesa pode designar um “terreno com grande capacidade de cultivo), parece-nos possível avançar,

¹⁷³¹ «Entre nós tem-se considerado a “cortinha” sempre no sentido de uma terra cercada próximo da habitação e destinada a receber os cultivos mais sensíveis e exigentes, isto é, num sentido que está, no mínimo, muito próximo de “horta”. Todavia, não é só este o significado que lhe pode ser atribuído, de acordo com a documentação em análise.

«Não são muitas as informações que aqui podemos colher sobre estes terrenos. As cortinhas são-nos mostradas, em geral, ao longe, apenas vagamente nomeadas na sua qualidade de terras vedadas e de pertencentes a um casal. Uma delas, a chamada cortinha da Fonte, mostra-nos um pouco a sua realidade. Aí detinha a capela duas leiras de terra “E huua dellas parte com erdade de joham de porquês” e “a outra leyra parte na dicta cortynha assy do naçente como do poente d amba llas partes com lopo alluarez ... e anbas estan na dicta quortynha”. Isto é, não só se nos mostra a cortinha como uma terra cerealífera, o que, aliás, numerosa documentação minhota comprova, como ainda no-la apresenta fraccionada em leiras, no caso pertença de indivíduos diferentes» (GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: 37-38).

¹⁷³² Apêndice II, un. 1598. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁷³³ NIERMEYER, s.u. *cauletum*, regista o sentido de “horta”; BLAISE, s.u. *cauna*, regista os sentidos de: «1 fosse, précipice; 2 grotte, habitation (d’ermite)»; finalmente, na documentação asturiana e leonesa, LLMARL, s.u. *cauen(e)*, recolhe o sentido de «franja estrecha de terreno (laborable o no) en la montaña» e o autor do verbete esclarece: «Añade Le Men (Léxico leónés, s.v. Cavén) que dicho terreno suele ser laborable y de alta capacidad para el cultivo. Pero recoge también otra acepción: “paso estrecho, de piedra, no laborable, que subey baja una pendiente”. Pensamos que los registros de nuestra doc. ast.-leon. invitan a aceptar de mejor gana el primer significado, aunque no por esto se deba desdeñar el segundo» (*ibidem*, nt. b).

como mera hipótese, a possibilidade de este ‘caunieta’ estar dedicado a cultivos intensivos.

- *Ortale*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento de 992 proveniente do mosteiro de Guimarães¹⁷³⁴; a que deve acrescentar-se a ocorrência muito pontual (em apenas duas escrituras) das formas plurais ‘ortos’ e ‘ortales’ no quadro de enumerações estereotipadas dos componentes de uma *hereditas* e de uma villa. Registado por vários dos léxicos consultados com o sentido genérico de “horto”, ou mais detalhado de “porção de terreno destinada ao cultivo de legumes, verduras, árvores de fruto ou mesmo vinha”¹⁷³⁵, não é outro o significado que assume na nossa documentação.

4.2.5. Outras parcelas agrárias

É possível encontrar na nossa documentação um conjunto relativamente amplo de termos que designam parcelas agrárias indiferenciadas, cuja dedicação desconhecemos. No total, registam-se 36 unidades designadas por uma (ou mais) destas palavras no corpus documental analisado; a que correspondem outras tantas menções documentais datadas entre 1006 e 1102 (das quais 26 (72,2%) provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁷³⁶. Cabe todavia distinguir neste conjunto de termos dois grupos.

No primeiro grupo, incluem-se vocábulos como ‘porcionem’, ‘rationem’, ‘quinionem’ e outros que apontam para a fragmentação de uma unidade primitiva e tanto podem corresponder a unidades já plenamente autonomizadas (como parecem ser todas as que fichámos autonomamente)¹⁷³⁷, como a divisões meramente abstractas dessa

¹⁷³⁴ Apêndice II, un. 1398. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁷³⁵ A primeira definição, mais genérica, é registada pelos léxicos gerais (NIERMEYER; BLAISE, s.u. hortale; LIMAL, s.u. ortale); ao passo que a segunda encontra-se nos léxicos peninsulares: LLMARL, s.u. orta, ortale; LHP, s.u. ortale; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 161 («terreno donde se plantan verduras, legumbres y, principalmente, árboles frutales»); NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 208.

¹⁷³⁶ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Outras parcelas agrárias”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁷³⁷ No caso destes vários tipos de porções, a regra seguida inicialmente foi a de fichar todas as que os documentos situassem na unidade englobante recorrendo à preposição ‘in’, e não fichar os casos referidos como uma porção da unidade englobante através da preposição ‘de’ (até porque esta informação é registada nos campos sobre a fragmentação da ficha relativa à unidade englobante no módulo *Elementos*).

unidade primitiva indivisa ou mesmo a porções de titularidade sobre bens diversos, mas não a uma unidade autónoma¹⁷³⁸. Esta dupla condição (abstracta/concreta) verifica-se, aliás, com outros termos que não ocorrem no nosso corpus, como é o caso de ‘*divisa*’¹⁷³⁹. A palavra ‘*portionem*’ é a única que não foi possível documentar como relativa a uma unidade autónoma, embora seja muito frequentemente utilizada para designar porções abstractas de outras unidades. Dos outros dois termos, foi possível identificar um conjunto restrito de menções que aludem explicitamente a propriedades singulares, o que não significa que não correspondessem, como aconteceria em vários casos, a conjuntos de unidades fundiárias (e eventualmente direitos de exploração) distribuídos por vários lugares no quadro de uma ou mais villae ou de outras circunscrições territoriais¹⁷⁴⁰. E em alguns casos foi mesmo possível identificar menções a ambos os vocábulos que não designavam mais do que pequenas parcelas agrárias.

O critério revela-se, no entanto, muito frágil, até porque, como notou M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 70, a propósito de uma modalidade concreta de substituição do caso genitivo que se regista na documentação asturiana e leonesa com alguma frequência: «El más importante de los giros que sustituyen al genitivo es, sin duda, *de* + ablativo/nombre, se trate de un genitivo posesivo, partitivo, de matéria, cualidad, etc. También el giro *in* + ablativo sustituye al genitivo, sobre todo al genitivo partitivo o de significado afín al partitivo: (...) *dedi uobis ipsa mea porcione in ipsa uinea*». Pareceu, por isso, preferível fichar apenas os quinhões/rações que os textos indiciam serem de facto parcelas de terra autónomas (nenhuma das quais aparece designada pela palavra ‘*portio(nem)*’). É evidente, no entanto, que mesmo nestes casos, poderá haver uma certa sobreposição entre este tipo de unidades, que ficaram individualizadas, e as porções/quinhões/rações que recolhemos apenas como um *atributo* das unidades a que diziam respeito.

¹⁷³⁸ Neste caso, vão apenas marcadas como “porções” no campo homónimo da secção relativa à fragmentação das unidades no módulo *Elementos* (v. *supra* Parte I, §3.2.B.2.). I. TORRENTE FERNÁNDEZ, 1985-1986 – «Términos agrários...»: 85, chamou já a atenção para a dimensão abstracta de ‘*portiones*’ e ‘*rationes*’ na documentação asturiana dos séculos X a XII, embora vá longe demais ao afirmar que estas unidades nunca teriam uma tradução real (ao contrário do termo ‘*sorte*’). E a mesma divisão abstracta, decorrente de partilhas hereditárias, foi identificada na documentação da Liébana, Astúrias de Santilla e Trasmiera, até finais do século XI, por J. Á. GARCÍA DE CORTÁZAR; C. DÍEZ HERREA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 141, nt. 63.

¹⁷³⁹ Uma palavra relativamente frequente na documentação castelhano-leonesa (mas não na “portuguesa” – v. *infra* §4.2.7., s.u. *devesa*): «Un primer significado es el de bienes sustraídos a un todo preexistente, probablemente comunitario, sometido ya al derecho sucesorio y con una condición jurídica «de hereditario». En este sentido, en que la *divisa* se aproxima a la heredad, puramente etimológico, puede aparecer con diferentes términos: algún documento temprano habla de *divisio*, otras veces es aún un simple calificativo de un bien de outro tipo, sin haber llegado a una sustantivación, y en otras ocasiones se emplea una palabra próxima, como *partida*, también como adjetivo, calificando generalmente a la heredad» (FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 75-76).

¹⁷⁴⁰ As unidades designadas pelos termos ‘*rationem*’ e ‘*quinionem*’ que cabem nesta categoria foram classificadas como “Formas de aquisição patrimonial” na tipologia que estrutura a nossa base de dados (v. *infra* §5.4.).

- *Quinionem*

Registam-se quatro unidades designadas por este termo em que é difícil apurar se corresponderiam a unidades isoladas ou a conjuntos de bens¹⁷⁴¹. Mas também outras sete que sabemos corresponderem a meras parcelas: Apêndice II, uns. 910¹⁷⁴², 918¹⁷⁴³, 1233¹⁷⁴⁴, 1279¹⁷⁴⁵, 1388¹⁷⁴⁶, 1397¹⁷⁴⁷ e 2495¹⁷⁴⁸.

- *Rationem*

Registam-se quatro unidades designadas por este termo em que é difícil apurar se corresponderiam a unidades isoladas ou a conjuntos de bens¹⁷⁴⁹. E apenas outras duas que sabemos corresponderem a meras parcelas: Apêndice II, uns. 457¹⁷⁵⁰ e 1255¹⁷⁵¹.

¹⁷⁴¹ Apêndice II, uns. 1442 (v. Obs.), 1453, 2562 e 2563.

¹⁷⁴² É este um bom exemplo da utilização da palavra '*quinionem*' para designar uma porção (abstracta ou efectiva) de uma parcela agrária dividida em partilhas hereditárias: «*et in agro de Bolpileiras, in testa de senra de comitissa, inter ambas meum quinionem quantum me ibidem computat inter meos heredes*» (Apêndice I, doc. 182).

¹⁷⁴³ O sentido de parcela é aqui confirmado pelo facto de o *quinionem* confinae com outra parcela: «*kartam vendicionis de hereditate mea propria quam habeo in ipsa villa in illo casale de Romeidas meum quinionem qui partit cum illa comitissa*» (Apêndice I, doc. 187).

¹⁷⁴⁴ Neste caso é muito precisa a localização das parcelas: «*illum quinionem de Genulfu qui iacet in illo autario*» (Apêndice I, doc. 254).

¹⁷⁴⁵ A interpretação é discutível, mas parece-nos que o redactor designa aqui como '*quinione*' a parcela demarcada: «*et in illo casale qui fuit de Gontemiro Pelaiz damus vobis de illo succo de Petro in illo succo de Aragunti Pelaiz et de media illa carraria contra Fogiazo ad celario de Gontemiro de isto que concludimus meo quinione et de mea germana Adosinda*» (Apêndice I, doc. 261).

¹⁷⁴⁶ Exemplo de um *quinione* vedado: «*de illo quinione quod concluderunt cum ipsos vallos in Brito integro*» (Apêndice I, doc. 282).

¹⁷⁴⁷ Exemplo da fragmentação (real) de um *quinione*: «*in loco predicto ubi dicent Auteiro de Tio Todiverto de illo suo quinione III.^a et de alia III.^a que fuit de filios de Sanaosindo et de Gundesindo et de suo supрино Gresomaro medietatem*» (Apêndice I, doc. 285).

¹⁷⁴⁸ Exemplo de um *quinione* demarcado: «*quinionem quomodo se leua de nostro marco in senra XIII^m passos in amplo et in longo XXX^a Ilos passos usque fere in rotires*» (Apêndice I, doc. 390).

¹⁷⁴⁹ Apêndice II, un. 1906 («*ratione de filia mea Gontina quanta quem ibidem [na villa dita Vila Cova] habuit ab integro*» – Apêndice I, doc. 342). Note-se que T. S. SOARES, 1942 – *Alguns diplomas...*: 67 regista a palavra '*ratio*' em documentos privados com o sentido de «renda parciária; nos documentos VIII e XI corresponde à 10.^a parte da produção»; e também na documentação galega dos séculos X e XI o termo '*ratio*' (a par de '*seruitium*', mais frequente) designa os censos dominiais pagos pelos camponeses, que na maior parte dos textos não recebem qualquer denominação em especial (ISLA FREZ, 1992 – *La sociedad gallega...*: 239). Poderá derivar do pagamento deste tipo de censos, mais do que de um qualquer tipo de fragmentação (hereditária ou outra) da propriedade, a designação de '*rationem*' atribuída a algumas propriedades?

¹⁷⁵⁰ Exemplo de uma *rationem* demarcada: «*do vobis meam rationem integram que fuit de Dona et comparavimus illam per precio et per cartam in concilio et damus illa per sucu de Argemiru et vadit per fonte de Badai et torna per illo vallo in festo et inde torna per illa carraria antica et fere in illo suco de Alvito et vadit in prono pro ad alio suco de Argemiru quomodo iacet conclusa (...)*» (Apêndice I, doc. 83).

¹⁷⁵¹ Exemplo semelhante ao anterior: «*nostra ratione de illo pumar et de illis que comparavimus de Idilo et de Nome Bona (...) in villa Mauri in illo pomar quod fuit de domna Adosinda de illo marco de Vimaredo usque ad illum de monasterio in amplo et de longo de illa carraria antiqua usque ad illum casal de Trasmiro*» (Apêndice I, doc. 258).

No segundo grupo incluímos um conjunto de termos como ‘*petazo*’/‘*petatio*’, ‘*talio*’, ‘*sorte*’, ‘*peza*’, a que não se aplica a mesma ambivalência entre a fragmentação abstracta ou real, já que na documentação analisada designam sistematicamente parcelas de terra individuais, talhadas no quadro de uma mesma unidade englobante (num ou noutro caso integrando mesmo sub-parcelas, como leiras¹⁷⁵²). Note-se que, embora sejam identificadas pelo conjunto de palavras que ficam arroladas neste apartado, estas unidades deviam ser semelhantes, do ponto de vista morfológico, a outras que classificámos como “Espaços agrários indefinidos”¹⁷⁵³.

- *Petazo*

Registam-se 13 parcelas designadas por este termo, a maior parte das quais sob a forma ‘*petazo*’¹⁷⁵⁴, e apenas duas sob as formas ‘*petazum*’¹⁷⁵⁵, ‘*petatio*’¹⁷⁵⁶.

- *Peza/peca*

Regista-se apenas uma parcela designada por este termo, sob ambas as formas¹⁷⁵⁷.

- *Sorte*

Regista-se apenas uma parcela designada por este termo¹⁷⁵⁸.

- *Talio/taliolos*

Registam-se 12 parcelas designadas por este termo, a maior parte das quais sob a forma ‘*talio*’¹⁷⁵⁹ e apenas uma pelo diminutivo ‘*taliolos*’¹⁷⁶⁰.

¹⁷⁵² Apêndice II, uns. 1144 e 1633.

¹⁷⁵³ V. *infra* §4.2.6.

¹⁷⁵⁴ Apêndice II, uns. 441, 480, 574, 579, 657, 660, 663, 1400, 1401, 1952 e 2399.

¹⁷⁵⁵ Apêndice II, un. 1080.

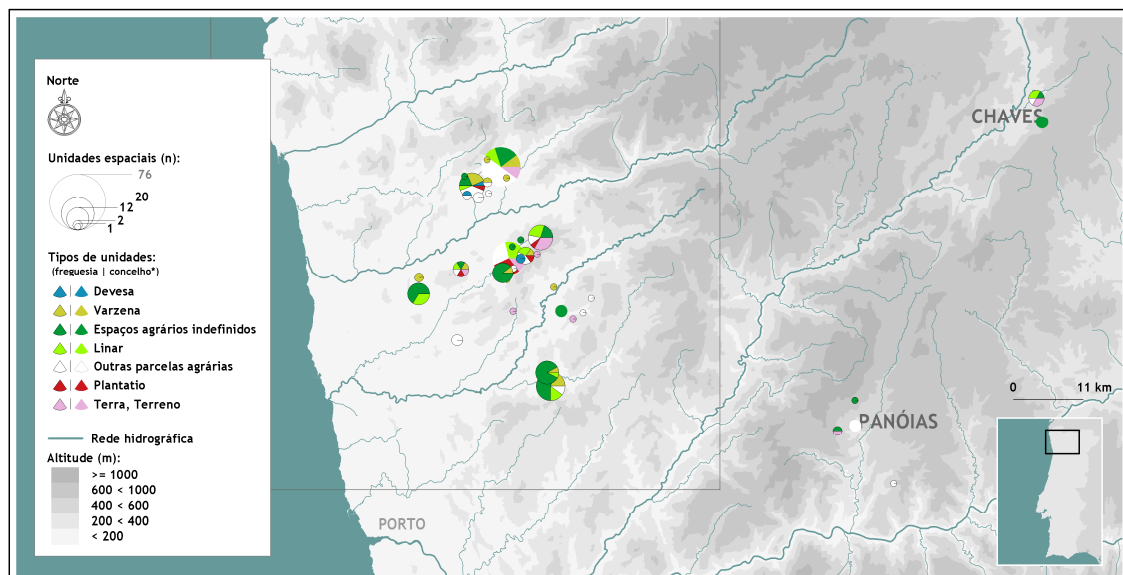
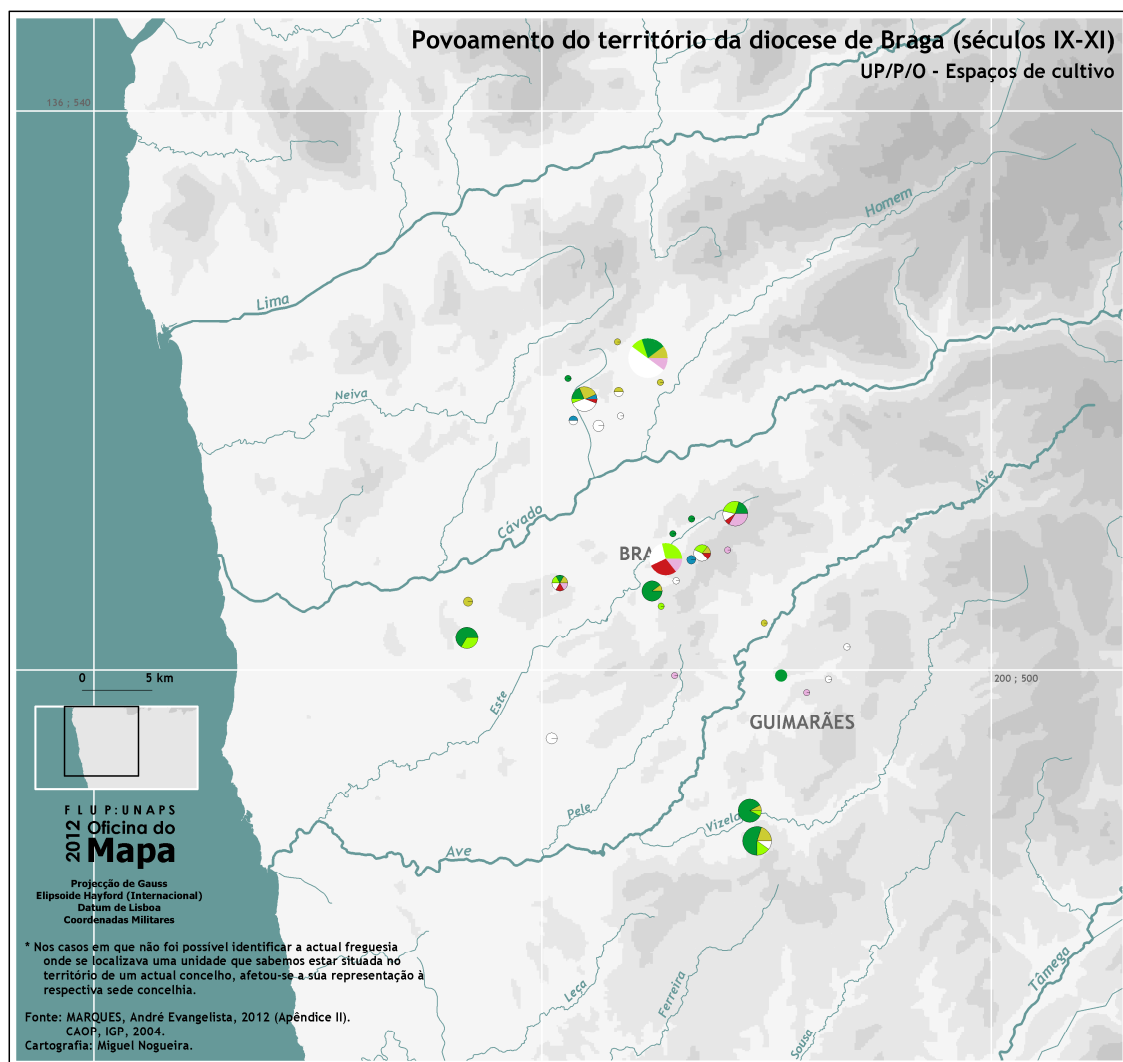
¹⁷⁵⁶ Apêndice II, un. 992.

¹⁷⁵⁷ Apêndice II, un. 1450. M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 90 arrola o termo ‘*peza*’ entre as palavras de origem pré-romana integradas no latim da documentação asturo-leonesa e castelhana, atribuindo-lhe o significado de «porción de tierra». M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 182-83 recolhe também esta palavra na documentação asturiana e leonesa, com o mesmo sentido de «porción de terreno cultivado perteneciente a un dueño».

¹⁷⁵⁸ Apêndice II, un. 1633.

¹⁷⁵⁹ Apêndice II, uns. 189, 289, 406, 1101, 1106, 1144, 1175, 1176, 1196, 1508 e 2532.

¹⁷⁶⁰ Apêndice II, un. 1013.



Mapa 13 – Unidades de paisagem produtivas (outras): espaços de cultivo

4.2.6. Espaços agrários indefinidos

As unidades classificadas como espaços agrários indefinidos não aparecem classificadas na documentação por qualquer substantivo comum; na maior parte dos casos, os redactores limitam-se a assinalar a sua existência aludindo às respectivas confrontações, dimensões ou mesmo demarcando-as no quadro de uma unidade englobante. Há apenas quatro casos em que os redactores entenderam classificar, com recurso a dois termos diferentes, unidades que parecem ser claramente espaços agrários indefinidos¹⁷⁶¹, ainda que possam não ser meras parcelas¹⁷⁶².

- *Conclusus*

Registam-se três unidades designadas por este termo¹⁷⁶³, que denuncia evidentemente a vedação dos respectivos perímetros, devendo ainda notar-se a ocorrência frequente da forma adjectival da palavra a indicar a demarcação física de inúmeras unidades de vários tipos¹⁷⁶⁴.

- *Mediatorio*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁷⁶⁵, que tanto pode aludir a uma posição intermédia, do ponto de vista topográfico, da unidade, como a um qualquer tipo de divisão da titularidade ou rendimentos sobre ela¹⁷⁶⁶.

¹⁷⁶¹ Pelo que não teria sentido classificá-las como “Outros (UP)”, na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

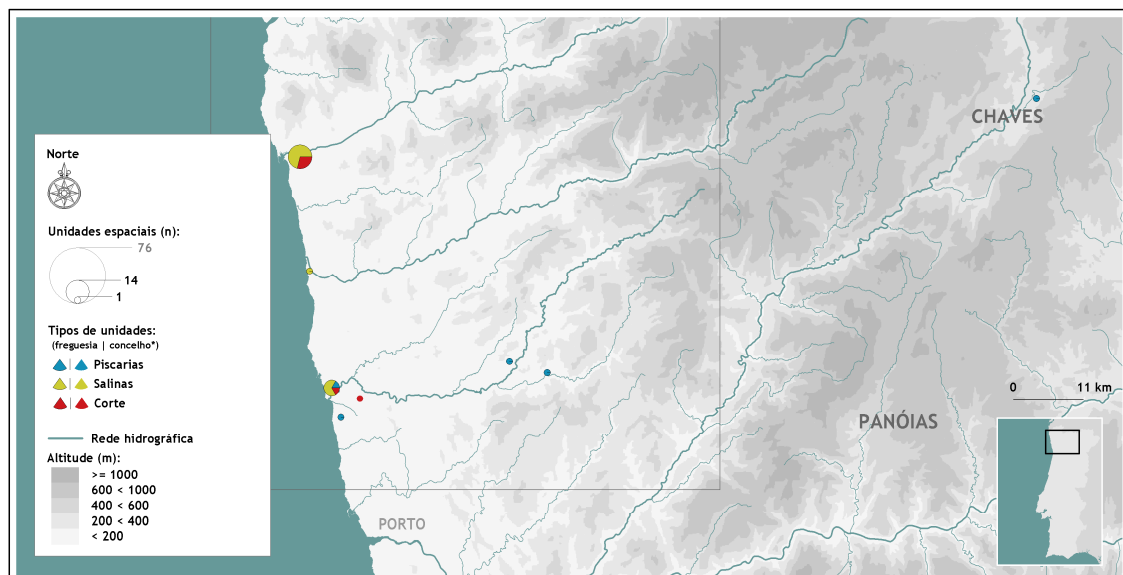
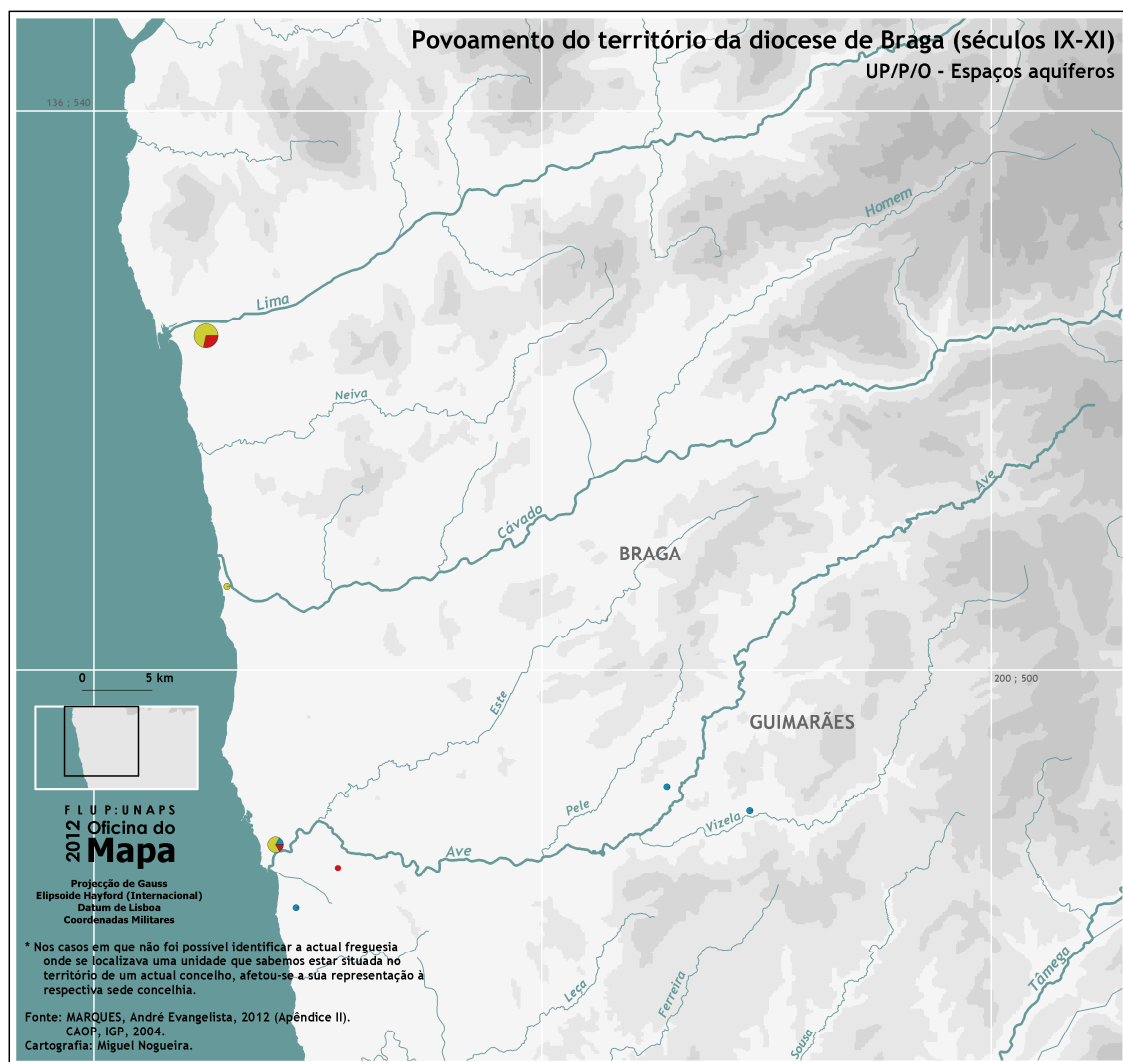
¹⁷⁶² Todas estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Espaços agrários indefinidos”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁷⁶³ Apêndice II, uns. 1060, 1474 e 2594.

¹⁷⁶⁴ Também na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, foi possível identificar as formas ‘*cluso*’ e ‘*conclusa*’, a que M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 351-53, atribui o sentido de «‘terreno cercado por paredes, valados o setos’ o ‘un cercado com dedicación a cultivos de huerto o forrajeros’».

¹⁷⁶⁵ Apêndice II, un. 1519.

¹⁷⁶⁶ NIERMEYER, s.u. *mediatoria*, recolhe o sentido de tenência hereditária com direito a 1/2 da colheita («tenure héritaire à demi-fruit»).



Mapa 14 – Unidades de paisagem produtivas (outras): espaços aquíferos

4.2.7. Outras unidades produtivas

- *Corte*

Registam-se sete unidades deste tipo, a que correspondem nove menções documentais datadas entre 1078 e 1100, todas provenientes de escrituras copiadas no *Liber Fidei*¹⁷⁶⁷. Com excepção de uma *corte* associada a uma quintã¹⁷⁶⁸, todas as unidades classificadas com este vocábulo dizem respeito a grandes parcelas (ou mesmo zonas) de exploração salícola, em que os redactores localizam os talhos de salinas transaccionados. Nenhum dos muitos léxicos que registam a palavra, sob as formas ‘*curtis*’ (no caso dos léxicos gerais) ou ‘*corte*’ (no caso dos peninsulares), recolhe este sentido, que constituirá talvez um regionalismo da área portugalense. No entanto, cumpre notar que o termo ‘*corte*’ é utilizado na documentação tardo-medieval do Baixo Tejo para designar as parcelas cultivadas dos pauis e áreas alagadiças da planície aluvial tagana¹⁷⁶⁹.

Note-se, contudo, que o sentido comumente atribuído à palavra é outro, e bem amplo por sinal, podendo situar-se algures entre a acepção restrita de pequeno terreno vedado e o significado amplo de unidade residencial e/ou exploração completa ou mesmo de domínio senhorial, para nos limitarmos aos sentidos claramente associados ao espaço rural¹⁷⁷⁰. É frequente este termo designar, na documentação de várias regiões peninsulares, parcelas de terreno vedadas (ainda que não necessariamente) de dedicação agrária ou pecuária, situadas muitas vezes nas imediações de uma residência, ou mesmo o próprio terreno em que esta se implantava, como o seu entorno de edifícios vários, espaços de cultivo, etc. Talvez este último sentido de núcleo residencial seja o que mais facilmente se aplica à referida corte de uma quintã.

¹⁷⁶⁷ Apêndice II, uns. 526, 738, 1312, 1314, 1320, 1337 e 1685.

¹⁷⁶⁸ «*corte de illa quintana*» (Apêndice II, un. 1685).

¹⁷⁶⁹ «As cortes são as partes dos pauis e áreas alagadiças aproveitadas para cultura, constituindo propriedade individual de herdeiros. Estes eram em simultâneo beneficiários de direitos colectivos, quer sobre as ditas cortes, como o de passagem, quer também sobre os pauis, como os de recollecção e caça. O termo encontra-se ora no singular, ora no plural, indicando quer áreas, quer parcelas» (VIANA, 2009 – «Povoamento, geomorfologia...»: 134-35).

¹⁷⁷⁰ DU CANGE, s.u. *curtis*; NIERMEYER; BLAISE, s.u. *curtis*; LLMARL; LHP; VITERBO, s.u. *corte*; GMLC, s.u. *curtis*; NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 183; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 307-309.

- Devesa

Registam-se quatro unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem seis menções documentais, todas provenientes de documentos copiados no *Liber Fidei*, datadas entre 1068 e 1075 (das quais duas provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁷⁷¹. A forma plural ‘*devesas*’ aparece com relativa frequência no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos (desde leiras e *hereditates* a *ecclesiae* e *villae*). A generalidade dos léxicos consultados atribui a este vocábulo o sentido de “terreno vedado”, por via de regra em espaços incultos, de aproveitamento florestal e/ou pastoril, mas não necessariamente¹⁷⁷².

- Linar

Registam-se 22 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 28 menções documentais datadas entre 906 e 1092 (das quais 19 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado), sendo que apenas um desses documentos é proveniente do mosteiro de Guimarães. A forma plural ‘*linares*’ aparece ocasionalmente no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de *hereditates* (apenas). Será escusado desenvolver aqui o significado de “linhar”, que é atribuído a este termo pela generalidade dos léxicos consultados.

- Piscarias, bragada/bracata

Registam-se cinco unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem sete menções documentais datadas entre 953 e 1086 (das quais seis provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁷⁷³.

¹⁷⁷¹ Apêndice II, uns. 938, 940, 1156 e 1165.

¹⁷⁷² A forma ‘*devesa*’, já registada por DU CANGE, s.u. *devesia* (entre várias outras formas da palavra), foi recolhida na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 por M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 323, com o «significado tanto de ‘terreno cercado’ – aunque no se especifica claramente la utilización para la que se lo destina, probablemente sea para el aprovechamiento agrícola –, como de ‘cerca’». Sobre a possibilidade de este termo aludir não propriamente a um perímetro demarcado, mas a meros direitos de exploração sobre espaços de aproveitamento colectivo pertencentes a uma determinada unidade, à semelhança do que acontece com o termo ‘*divisa*’, que aparece por vezes na documentação castelhano-leonesa como sinónimo de ‘*deffesa*’, v. FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 77. Note-se contudo que o termo ‘*divisa*’, enquanto substantivo, está completamente ausente da documentação analisada (ocorre apenas como forma feminina do adjetivo ‘*divisus*, -a, -um’, aplicado por vezes a propriedades fragmentadas).

¹⁷⁷³ Apêndice II, uns. 542, 675, 1591, 1742 e 1908.

Num caso apenas, o redactor preferiu utilizar a variante ‘*piscationes*’¹⁷⁷⁴. A forma plural ‘*piscarias*’ aparece ainda com relativa frequência no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos (desde várzeas e *hereditates* a villae e topónimos *isentos*). Será escusado desenvolver aqui o significado de “pesqueiras”, que é atribuído a este termo pela generalidade dos léxicos consultados, senão para sublinhar que uma tal definição pode referir-se tanto a lugares como direitos de pesca. Sintomaticamente a palavra aparece sempre no plural na documentação compulsada, a designar o que seriam possivelmente conjuntos de lugares/dispositivos de captura, se é que não alude em alguns casos a meros direitos abstractos de captura em diversos sítios. De resto, convém chamar a atenção para a associação frequente entre as pesqueiras e as presas formadas necessariamente para o funcionamento dos moinhos, que esta palavra também designaria por vezes¹⁷⁷⁵.

Finalmente, note-se a possibilidade de corresponderem a pesqueiras duas unidades designadas pelas formas ‘*bracata*’ e ‘*bragada*’¹⁷⁷⁶. Este termo está ausente de todos os léxicos ibéricos consultados. No entanto, seguindo a definição proposta por Du Cange para o termo ‘*braga*’¹⁷⁷⁷, Niermeyer, regista a forma ‘*braca*’ com o sentido de “presa de pesca”, daí que esta unidade deva corresponder a uma espécie de açude ou caniçada, com funções idênticas às de uma pesqueira¹⁷⁷⁸. Ora, este sentido parece aplicar-se a ambas as unidades referidas. A primeira aparece mencionada na secção inicial da demarcação de um perímetro abrangendo as villae de Larim, Arca, Sta. Eulália e Fontelo (e talvez o vilar de Sabariz), em que abundam as referências a rios (Cávado e Homem), a portos e até a uma ponte, o que torna perfeitamente plausível o

¹⁷⁷⁴ Apêndice II, un. 542. Du Cange, s.u. piscatio, regista o sentido de «*jus piscationis in fluviis*», mas NIERMEYER, s.u. piscatio, acrescenta, entre outros, o de “pesqueira, lugar de pesca”.

¹⁷⁷⁵ GAUTIER-DALCHÉ, 1974 – «Moulin à eau...»: 347; REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y poder...*: 175, nt. 30, dá mesmo alguns exemplos (já posteriores ao século XI) da utilização dos termos ‘*pescaria*’ e ‘*presa*’ como sinónimos e assinala ser o termo ‘*pesquera*’ o mais frequente, na documentação relativa à comarca dos Montes de Torozos, para designar os pequenos diques construídos para reter água nas imediações dos moinhos.

¹⁷⁷⁶ Apêndice II, uns 1834 e 2133, respectivamente. Estas unidades foram classificadas com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁷⁷⁷ DU CANGE, s.u. braga («locus in fluvio aggere quodam coarctus piscium capiendorum gratia»); recolhida por LIMAL (Addenda), s.u. 1 braga («*fluminis pars ad capiendos pisces conclusa*»).

¹⁷⁷⁸ NIERMEYER, s.u. braca.

sentido apontado¹⁷⁷⁹. Ainda mais explícita é a localização da segunda, rigorosamente situada pelo redactor do documento na foz do rio Homem¹⁷⁸⁰.

- *Plantatio*

Registam-se seis unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem outras tantas menções documentais datadas entre 1031 e 1084 (todas provenientes de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁷⁸¹. A forma que aparece sistematicamente na nossa documentação é ‘*plantato*’. A generalidade dos léxicos que recolhem este termo atribui-lhe o sentido genérico de “terreno plantado”, mas cabe admitir que uma parte das unidades assim designadas não correspondesse a outra coisa senão a “plantação” (no sentido de “produção”) propriamente dita de uma determinada parcela agrária¹⁷⁸². Aliás, num ou noutro caso, o ‘*plantatio*’ podia ser transaccionado independentemente (ou em porções diferentes) da parcela a que pertencia¹⁷⁸³. Noutros casos, porém, a palavra alude a unidades agrárias específicas, que fichámos autonomamente.

- *Prato*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento datável do século XI proveniente do mosteiro de Guimarães¹⁷⁸⁴. Deve ainda acrescentar-se a ocorrência relativamente frequente das formas plurais ‘*pratis*’ e ‘*pratus*’ no quadro de enumerações estereotipadas dos componentes de unidades de vários tipos (desde *hereditates* a *villae*). Normalmente ocorrem integradas em expressões do tipo “*pratis padulibus*”, “*pratus pascuis padulibus*”, com que os redactores procuram circunscrever o conjunto de direitos de exploração de espaços incultos destinados a pastagens pertencentes às propriedades em

¹⁷⁷⁹ «*leuat se de illo portu de catauo et perge ad illa ponte petrina et conclude illa bracata et inde ad illa bornaria et inde per ille uallo et figet se in riuulo homine ad illo portucarrario et inde infesto per riuulo homine et fere in suari ad foce de mandones et sursum in ripa homine (...)*» (Apêndice I, doc. 341; Apêndice II, un. 1834).

¹⁷⁸⁰ Apêndice I.A., doc. 381, §7; Apêndice II, un. 2133.

¹⁷⁸¹ Apêndice II, uns. 240, 391, 462, 491, 875 e 1303.

¹⁷⁸² M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 261, regista o termo ‘*plantata*’ com um sentido próximo deste e NIERMEYER, s.u. ‘*plantata*’, regista a mesma palavra com o sentido específico de vinha plantada recentemente. Nos casos em que o termo ‘*plantatio*’ é utilizado inequivocamente neste sentido, limitámo-nos a anotar estas unidades como componentes menores das parcelas de terra propriamente ditas a que aparecem associadas.

¹⁷⁸³ Apêndice II, un. 332=el. 473.

¹⁷⁸⁴ Apêndice II, un. 2472. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

causa. Não vale a pena desenvolver o sentido de uma palavra que a generalidade dos léxicos consultados regista com sentidos próximos dos que a palavra ‘prado’ veio a assumir em português, senão para sublinhar a ocorrência da mesmíssima forma ‘*prato*’, e com o mesmo significado, na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230¹⁷⁸⁵.

- *Salinas*

Registam-se 15 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 16 menções documentais datadas entre 953 e 1102 (das quais todas, excepto uma, provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Sintomaticamente, na maior parte dos casos (11) a palavra ocorre no plural, a designar conjuntos de parcelas de exploração salícola, frequentemente designadas como ‘*talios*’, em que as *salinas* estavam divididas. A forma plural ‘*salinas*’ aparece ainda muito pontualmente a designar componentes indefinidos de duas villae¹⁷⁸⁶. Será também desnecessário desenvolver aqui o sentido desta palavra, recolhida por boa parte dos léxicos consultados. No entanto, importa notar que o termo ‘*salina*’ poderá talvez designar outros tipos de lugar de extracção de sal que não apenas as marinhas, como sejam as fontes salinas ou as marinhas de sal-gema. No entanto, na documentação aqui em estudo, a palavra ocorre sistematicamente associada ao litoral¹⁷⁸⁷, sinal de que aí estariam localizados os centros de produção salícola que abasteciam a região, ou pelo menos os que estavam integrados nos patrimónios das instituições eclesiásticas cuja documentação chegou aos nossos dias.

- *Terra, terreno*

Para lá dos casos em que ‘*terra*’ designa circunscrições territoriais, a que já nos referimos¹⁷⁸⁸, este termo e a forma derivada ‘*terreno*’ aparecem a designar 14 unidades no corpus documental analisado, a que correspondem 17 menções documentais datadas entre 911 e 1091 (das quais oito provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Trata-se em todos os casos de parcelas de terra (de maior ou menor dimensão, e não necessariamente cultivadas), sentido que a palavra ‘*terreno*’

¹⁷⁸⁵ M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 185, regista a forma ‘*prato*’, entre outras, com o sentido que a palavra ‘*prado*’ tem no castelhano actual: «zona de pastos para el ganado o donde se deja crecer la hierba para su aprovechamiento».

¹⁷⁸⁶ Apêndice II, uns. 529 e 1821.

¹⁷⁸⁷ V. *supra* Mapa 14

¹⁷⁸⁸ V. *supra* §1, s.u. terra.

(registada apenas pelos léxicos de ibero-romance¹⁷⁸⁹) veio a assumir no português actual. A forma plural ‘*terras*’ ocorre ainda frequentemente no quadro de enumerações estereotipadas dos componentes de unidades de vários tipos (desde casais e *hereditates* a villae e topónimos *isentos*). Em alguns casos ocorre isolada, sem qualquer especificação, mas noutros parece integrada em expressões do tipo “*terras ruptas vel inruptas/cultas vel incultas*”, ou “*terris de intus et de foris*”, com que os redactores procuravam circunscrever o conjunto de espaços produtivos (que não apenas de cultivo) sobre os quais os bens transaccionados deteriam algum tipo de direitos, de posse ou apenas de exploração. Percebe-se assim a amplitude de sentido da palavra ‘terra’, que tanto podia designar parcelas de cultivo em concreto, como aconteceria no caso das 14 unidades referidas, como referir-se em abstracto a espaços produtivos.

- *Varzena*

Registam-se 19 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 23 menções documentais datadas entre 906 e 1092 (das quais sete provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Este termo aparece registado apenas pelos léxicos ibéricos, que lhe atribuem os significados de “planura fértil”, “terreno cultivado na margem de um rio”¹⁷⁹⁰. Também na nossa documentação (como no português actual), as várzeas corresponderiam a campos planos situados por via de regra junto de cursos de água, que poderiam estar dedicados preferencialmente à cultura de cereais, como defendeu C. A. F. de Almeida a propósito do Entre-Douro-e-Minho¹⁷⁹¹, ou antes a pastagens e produção de erva, como sugere R. Durand para o Entre-Douro-e-Tejo¹⁷⁹².

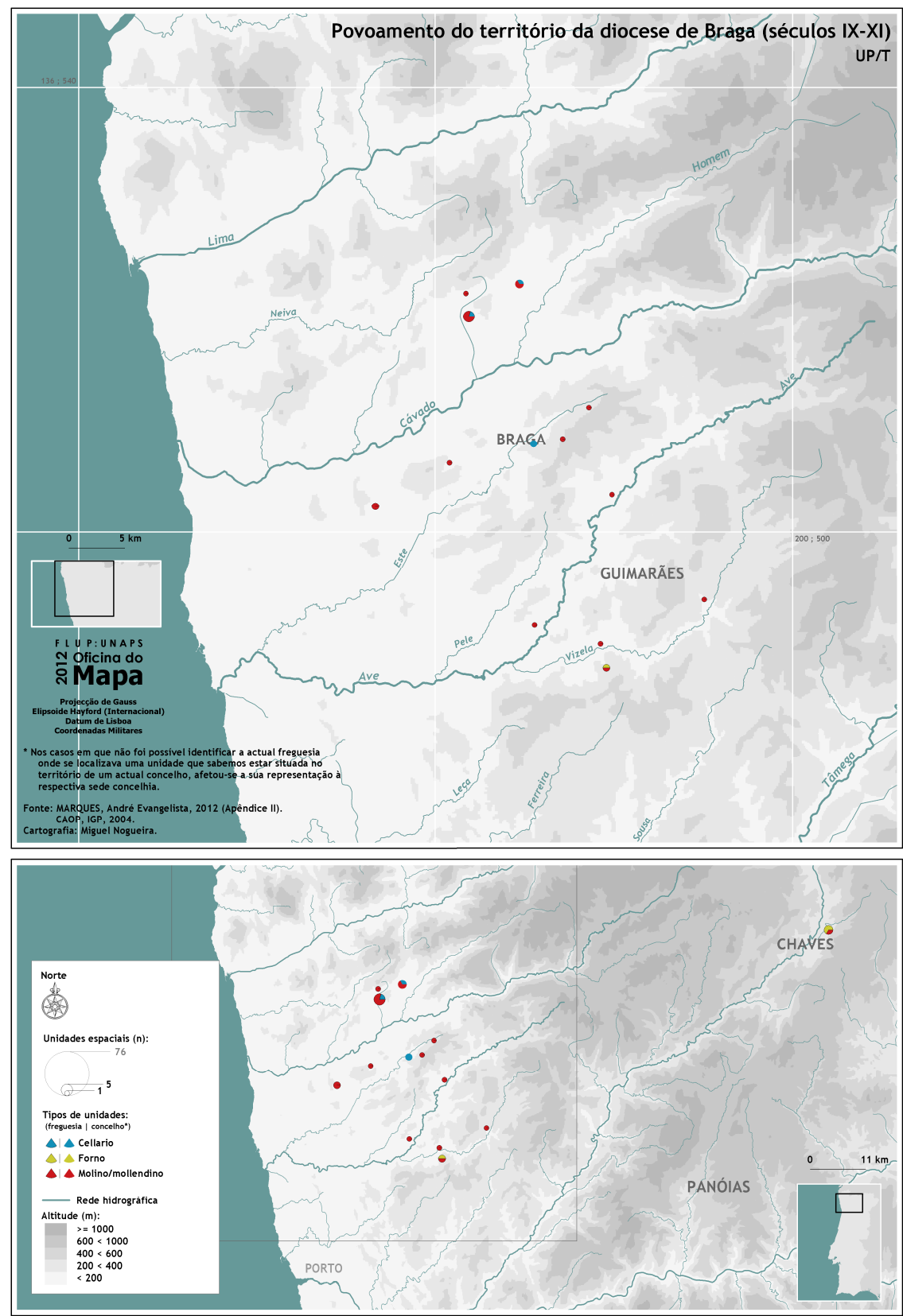
¹⁷⁸⁹ LHP, s.u. terreno; VITERBO, s.u. terreo, que lhe atribui o sentido de «terrado, terra livre, inculta, baldia».

¹⁷⁹⁰ LLMARL, s.u. uarzena; LHP, s.u. uarçina; VITERBO, s.u. varga; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 174-75. M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 90, arrola o termo ‘*uarcena*’ entre as palavras de origem pré-romana integradas no latim da documentação asturo-leonesa e castelhana, atribuindo-lhe o significado de «llanura fértil, terreno cultivado en las orillas de los ríos».

¹⁷⁹¹ ALMEIDA, 1978 – *Arquitectura românica*...: 22, 25.

¹⁷⁹² DURAND, 1982 – *Les campagnes*...: 171.

4.3. Unidades de transformação



- *Cellario*

Registam-se 22 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 28 menções documentais datadas entre 900 e 1082 (das quais apenas uma provém de uma escritura em que essa unidade é objecto do acto jurídico consignado), sendo que todos esses documentos estão copiados no *Liber Fidei*¹⁷⁹³. A forma plural ‘*cellarios*’ ocorre uma única vez no quadro de uma enumeração estereotipada descritiva dos componentes de uma *ecclesia*¹⁷⁹⁴. Será escusado desenvolver aqui o significado de “lugar/edifício de armazenamento” atribuído a este termo pela generalidade dos léxicos consultados, senão para sublinhar uma amplitude de sentido maior da palavra “celeiro” em português actual. Com efeito, para além de cereais, um *cellario* podia armazenar outro tipo de provisões (com destaque para o vinho, donde a utilização frequente deste vocábulo para designar adegas) ou mesmo alfaia, como se constata desde logo na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230 e sobretudo na catalã¹⁷⁹⁵. Note-se, finalmente, que na documentação analisada não ocorre a palavra ‘*horreum*’, que designa também estruturas de armazenamento de cereal e outros produtos agrícolas em outras regiões peninsulares¹⁷⁹⁶.

- *Forno*

Registam-se apenas três unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem quatro menções documentais datadas entre 1072 e 1086¹⁷⁹⁷. Também aqui é desnecessário desenvolver o sentido de “forno” atribuído à palavra pela generalidade dos léxicos, embora convenha sublinhar a variedade tipológica, e funcional, dos fornos¹⁷⁹⁸. E notar que uma das unidades identificada corresponde explicitamente a um forno destinado à cozedura de telhas¹⁷⁹⁹.

¹⁷⁹³ Apêndice II, uns. 58, 478, 1105 e 1285.

¹⁷⁹⁴ Apêndice II, un. 1712.

¹⁷⁹⁵ LLMARL; GMLC, s.u. *cellarium*.

¹⁷⁹⁶ Nomeadamente na Cantábria, já antes de finais do século XI (GARCÍA DE CORTÁZAR; Díez HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 171).

¹⁷⁹⁷ Apêndice II, uns. 1570, 1625 e 2551.

¹⁷⁹⁸ M. Riu Riu refere-se aos «hornos, de distinta tipología, desde el horno hogareño para cocer el pan familiar hasta el horno señorial o hasta la fragua del herrero, pasando por los hornos de profucción de yeso o de cal y por los de cocción de cerámica, ladrillos o tejas, o los de fundición de metales (como los de fundición de campanas) cuentan ya con trabajos muy notables» (RIU RIU, 1999 – «Aportación de la arqueología...»: 421).

¹⁷⁹⁹ «*forno telliario*» (Apêndice II, un. 2551).

- *Lagar*

Regista-se uma só unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento de 1056 copiado no *Liber Fidei*¹⁸⁰⁰. Este vocábulo, claramente ibérico, é recolhido pela generalidade dos léxicos hispânicos com o sentido genérico de “lagar” (que tanto pode corresponder ao recipiente propriamente dito como ao edifício em que são pisadas uvas ou prensada azeitona)¹⁸⁰¹. M. del P. Álvarez Maurín, que recolhe a forma ‘*lagare*’ (entre outras) na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, atribui-lhe o significado específico de lagar de vinho (e não de azeite, como pretendeu A. Floriano)¹⁸⁰², que é também dominante na documentação galega anterior a meados do século XIII¹⁸⁰³. Note-se ainda que, à semelhança do que observou C. Díez Herrera para a região cantábrica, as estruturas designadas pelos termos ‘*lagar*’ e ‘*torcular*’ poderiam também ser utilizadas no fabrico de cidra, e não apenas de vinho¹⁸⁰⁴; o que parece ser claramente indiciado pelo número significativo de menções a maceiras na nossa documentação¹⁸⁰⁵. De resto, A. Isla considera que a referência a ‘*bebible*’, feita num documento do *Liber Fidei* de 1027, «parece tratar-se de sidra»¹⁸⁰⁶.

- *Molino, mollendino*

Estes dois termos aparecem a designar 18 unidades no corpus documental analisado, a que correspondem 21 menções documentais datadas entre 906 e 1102 (das quais 13 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). Na maior parte dos casos os redactores aludem a um moinho em especial, mas em alguns casos utilizam o plural para referir conjuntos de moinhos instalados num determinado curso de água ou numa zona. As formas plurais ‘*molinos*’, ‘*molendinis*’ ocorrem raramente no quadro de enumerações estereotipadas dos componentes de duas

¹⁸⁰⁰ Apêndice II, un. 342. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁸⁰¹ LLMAR, s.u. lagar; LHP, s.u. lagare. Note-se que a palavra é registada por NIERMEYER, s.u. lacar, a partir de um documento da área portugalense, precisamente.

¹⁸⁰² ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 298; FLORIANO, 1949 – *Diplomática Española...*, I: 631.

¹⁸⁰³ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 215 e ss.

¹⁸⁰⁴ «El abundante número de menciones de *lagares* y *torculares* en la zona de Asturias de Santillana pone de manifiesto que el consumo de la sidra en esa zona debía ser muy generalizado» (GARCÍA DE CORTÁZAR; DÍEZ HERRERA, 1982 – *La formación de la sociedad...*: 172-3).

¹⁸⁰⁵ V. *supra* §4.2.3.2., s.u. mazarinas. Um número que é, de resto, significativo na generalidade do Norte peninsular, como notou I. GONÇALVES, 2004-2005 – «Retalhos de uma paisagem...»: 36, nt. 129, citando ampla bibliografia.

¹⁸⁰⁶ Apêndice I, doc. 166. ISLA FREZ, 1992 – *La sociedad gallega...*: 204.

*hereditates*¹⁸⁰⁷. No entanto, a expressão “*sesicas/sedes molinarum*” é bastante frequente nessas enumerações, aludindo ao conjunto dos direitos de exploração que as unidades assim caracterizadas (desde casais e *hereditates* a *ecclesiae*, mosteiros e *villae*) deteriam sobre estruturas de moagem. Também aqui é desnecessário desenvolver o sentido de “moinho” atribuído à palavra pela generalidade dos léxicos, embora convenha sublinhar a variedade tipológica, e funcional, dos fornos¹⁸⁰⁸.

À semelhança do que acontece na documentação castelhana dos séculos IX a XII, também no território bracarense quase «nada sabemos de las condiciones técnicas de tales ingenios dado que carecemos de menciones que hagan referencia a su construcción, morfología (...) salvo los genéricos *acqueductibiles*, *cannares* o *piscarias* a ellos asociados. Suponemos que fueron construidos, en principio, preferentemente de madera y de forma un tanto rudimentaria (...) introduciendose el uso del hierro en épocas posteriores, según queda documentado ya en nuestro territorio para el siglo XI [segunda metade]»¹⁸⁰⁹. No entanto, tenha-se em mente, a propósito da morfologia dos moinhos hidráulicos, uma passagem da *Vita Sancti Geraldi* que atesta a possibilidade de estes moinhos implicarem a construção de estruturas (caniçadas) capazes de atravessar em toda a largura o leito de um rio como o Tâmega¹⁸¹⁰. Aliás, a associação frequente entre os lugares de assentamento de moinhos e as pontes foi já notada, para o conjunto do reino asturo-leonês, por J. Gautier-Dalché¹⁸¹¹. Como foi notada a frequente associação a presas de água (ou pesqueiras), que permitissem aumentar e dirigir o caudal que faz mover as rodas dos moinhos, sendo que a água armazenada nestas presas poderia também ser aproveitada para rega (como a que era conduzida a canais

¹⁸⁰⁷ Apêndice II, uns. 551 e 999.

¹⁸⁰⁸ Como notou também M. Riu Riu, «desde el molino hidráulico y eólico para la molienda de cereales panificables, hasta el batán y los molinos de sal, pimienta, papel, minerales, corteza, etc.» (RIU RIU, 1999 – «Aportación de la arqueología...»: 421).

¹⁸⁰⁹ PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 91. No nosso caso, nem uma data para a introdução do ferro é possível avançar. Tal como sugere a autora, deduz-se desta elementaridade técnica que a construção de pequenos moinhos seria relativamente acessível até mesmo a pequenos proprietários: «Por todo ello, y dado que no existen limitaciones jurídicas en cuanto a su construcción o por disposición de cunducciones de aguras para su funcionamiento, cualquier persona puede elevar en su heredad estos ingenios» (PEÑA BOCOS, 1995 – *La atribución social...*: 92).

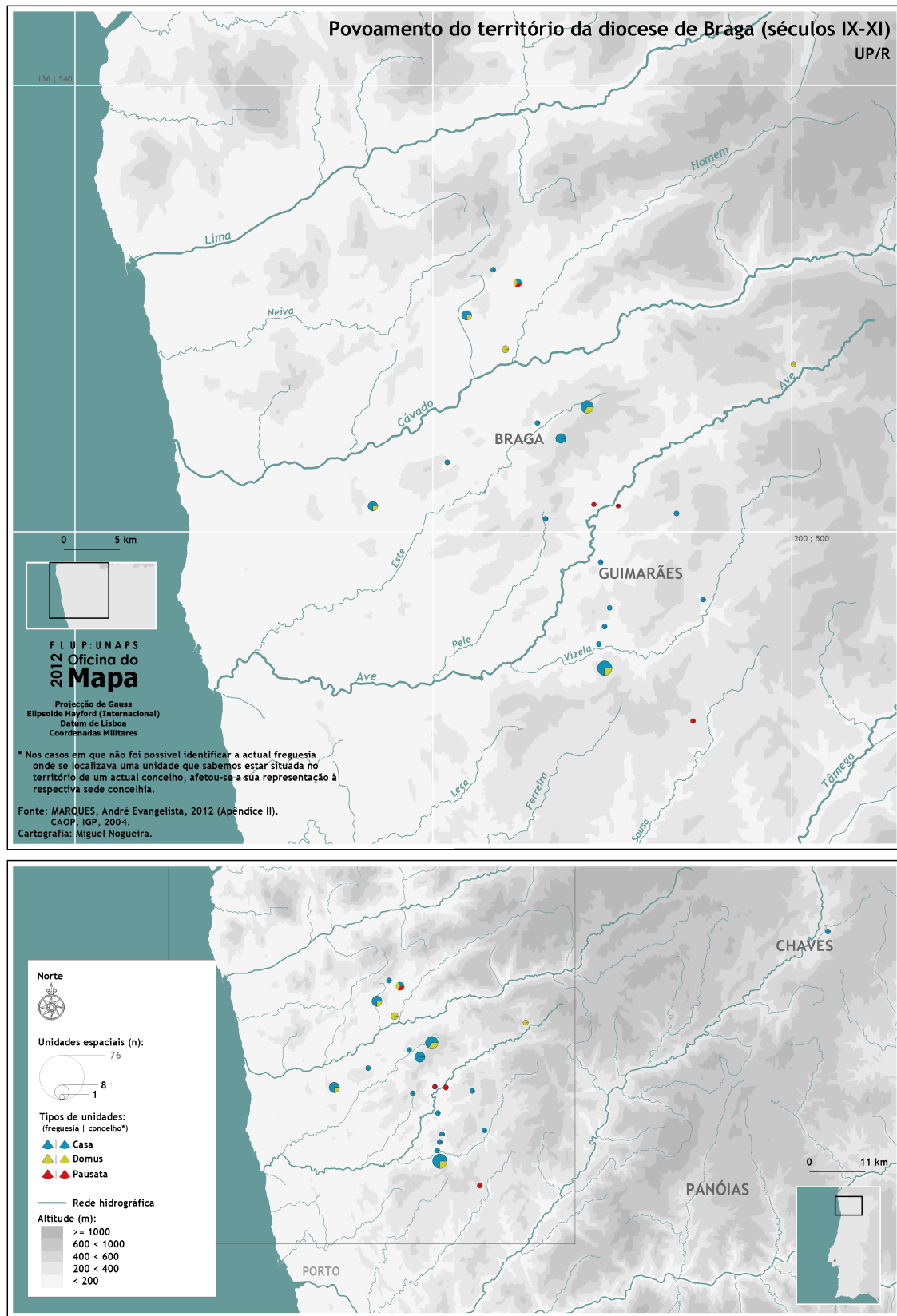
¹⁸¹⁰ «*Erat ibi [no rio Tâmega] quidam molendinis cujus de causa sepes quaedam de sudibus et lapidibus composita per medium fluminis extendebatur, per quam scilicet unus homo solus et pedes vix secure poterat transmeare*» (SS: 57, §23).

¹⁸¹¹ GAUTIER-DALCHÉ, 1974 – «Moulin à eau...»: 347.

artificiais), o que explica a presença de hortos, pomares e outros espaços de cultivo intensivo nas imediações dos moinhos¹⁸¹².

¹⁸¹² Por exemplo, na comarca dos Montes de Torozos, «Junto a las aceñas solía haber un huerto, destinado a complementar la dieta del molinero; en algunos casos debían alcanzar dimensiones considerables (...). La posibilidad de utilizar el agua embalsada en la pesquera para regar no era desaprovechada» (REGLERO DE LA FUENTE, 1994 – *Espacio y poder...*: 182).

4.4. Unidades residenciais



- Casa

Para lá dos casos em que ‘*casa*’ designa expressamente um mosteiro, a que já nos referimos¹⁸¹³, registam-se 36 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 41 menções documentais datadas entre 906 e 1106 (das quais apenas oito provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado). A forma plural ‘*casas*’ aparece ainda pontualmente no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de um casal e de um espaço agrário indefinido¹⁸¹⁴. É unanimemente reconhecido o sentido genérico desta palavra, vinculado à noção de construção, que tanto pode designar casas de morada como edifícios de menores dimensões e com outras funções que não residenciais, ou mesmo o conjunto de uma unidade de exploração metonimicamente identificada pelo elemento central que articula os seus diversos componentes. O que marca, de alguma forma, a diferença de sentido entre as palavras ‘*casa*’ (associada às noções de “edifício”, “construção”, “espaço físico”) e ‘*domus*’ (mais vinculada à noção abstracta de “residência”, “espaço familiar”, “lugar de habitação”), como notou X. Varela Sieiro, depois de uma análise detalhada das menções a ambos os vocábulos na documentação galega entre o século VIII e os meados do século XIII¹⁸¹⁵.

De resto, E. Portela e M. C. Pallares haviam já chamado a atenção num trabalho anterior para o facto de que, apesar de possíveis excepções, a impressão geral colhida em alguma documentação dos séculos X e XI proveniente do mosteiro de Celanova é a de que ambos os termos mantêm significados próximos daqueles que o latim clássico e isidoriano lhes atribuiu: “casa de morada” ou “residência familiar”, no caso de ‘*domus*’, e “cabana” ou “edifício provisório e complementar”, para ‘*casa*’¹⁸¹⁶. Assim deduzem, pelo menos, da distinção que certos documentos fazem entre os dois vocábulos, no quadro de uma mesma propriedade. Embora o termo ‘*casa*’ tenda a aproximar-se do sentido da palavra ‘*domus*’ (lugar de convivência familiar) ao longo da Alta Idade Média, a verdade é que «conoce aún otras aplicaciones que tienen que ver con su significado puramente constructivo»¹⁸¹⁷. Note-se, contudo, que a amplitude de sentido

¹⁸¹³ V. *supra* §3.3., s.u. casa.

¹⁸¹⁴ Apêndice II, uns. 353 e 1665.

¹⁸¹⁵ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 128-47, 149-73, *maxime* 160.

¹⁸¹⁶ PORTELA; PALLARES, 1998 – «La villa por dentro...»: 31. No mesmo sentido se pronunciara já M. R. GARCÍA ÁLVAREZ, 1967 – «Antecedentes altomedievales del casal...»: 110-11.

¹⁸¹⁷ PORTELA; PALLARES, 1998 – «La villa por dentro...»: 32. Os autores aludem ao processo de fragmentação da *domus* (integrada por várias construções) em múltiplas *casas*, que adquirem também

do termo ‘*casa*’ cria margem para uma utilização consideravelmente diversificada, que ultrapassa este sentido mais restrito de “construção”. Com efeito, no território cantábrico, por exemplo, verifica-se a utilização deste vocábulo para designar residências particularmente importantes, tanto do ponto de vista material como do estatuto social dos seus ocupantes¹⁸¹⁸. E de facto, em alguns dos documentos integrados no nosso corpus, o termo ‘*casa*’ parece ser usado como sinónimo de centro dominial, ao designar unidades pertencentes a membros da aristocracia condal portugalense e/ou ao mosteiro de Guimarães que, podendo incluir uma componente residencial, parecem assumir essencialmente a função de lugares de armazenamento de colheitas e de pagamento de rendas. Sintomaticamente, estas unidades são todas identificadas por um elemento toponímico tomado do nome da villa em que estavam situadas, e cujo território (e respectivos habitantes) dominariam de alguma forma¹⁸¹⁹.

- *Cozina*

Regista-se uma só unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento de 1023 copiado no *Liber Fidei*¹⁸²⁰. É desnecessário desenvolver aqui o sentido de “cozinha” (“lugar ou instrumento para cozinhar”)

uma função habitacional, patente já em documentos da primeira metade do século XI. Sobre a progressiva substituição da palavra ‘*domus*’ por ‘*casa*’ na documentação catalã a partir do final do século X, que o autor interpreta como indicador da dispersão do povoamento e da difusão de uma construção em altura, v. ZIMMERMANN, 1989-1990 – «Glose, tautologie ou inventaire?...»: 321.

¹⁸¹⁸ «Cuando en los documentos – por cierto, en muy pocas ocasiones de forma explícita –, se hace referencia a la casa, como edificio, debe tratarse de una construcción que no era lo habitual en la comunidad aldeana. La mayoría de las mencionadas pertenecen a los que se considera, por su fortuna o por el poder que ejercían, pertenecientes al grupo de los *maiores*. Por ello, es lógico suponer en ellas una mayor solidez física, en relación al conjunto habitado» (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 86).

¹⁸¹⁹ São três as unidades que melhor ilustram esta acepção de “centro dominial”: a «*casa de Nugaria*», que a condessa D.^a Ilduara Mendes herdou de sua mãe, a condessa D.^a Toda (Apêndice II, un. 808); a «*casa de Nesperaria*», pertencente ao mosteiro de Guimarães (Apêndice II, un. 1922); e a «*casa de santo martino*» (S. Martinho de Conde), pertencente à condessa D.^a Mumadona (neta) e ao mosteiro de Guimarães (Apêndice II, un. 1964). A referência à “*casa de Nespereira*” num documento de 973 é, porventura, a mais explícita daquela acepção: «*Damus uobis medietate integra de ipsa ecclesia et illa villa integra pro uestro renouo CC^{os} XXX^a modios de ciuaria que abuimus a dare in casa de nesperaria et non abuimus unde nos uobis illos complere*» (Apêndice I, doc. 346). Um outro caso que poderíamos citar é o das várias menções à «*casa de vimaranes*» feitas numa outra escritura datada de 973 (Apêndice I, doc. 361, em que Godesteu e seus herdeiros reconhecem, por mais do que uma vez, a sua condição de «*incomuniatos de domna mummadonna et de casa de vimaranes*»). Muito provavelmente trata-se aqui de uma designação alternativa do mosteiro de Guimarães, a quem os outorgantes reconhecem a posse das herdades incomuniadas e de quem recebem a igreja de S. Mamede. Mas a verdade é que da única vez em que o documento alude directamente ao mosteiro de Guimarães, como receptor do «*pactum simul et plazum*», a palavra escolhida para o designar é ‘*monasterium*’ e não ‘*casa*’: «*pactum simul et placitum facimus vobis honoricus abba Cartemirus prepositus seu et omnem congregationem monasterii vimaranes*».

¹⁸²⁰ Apêndice II, un. 859. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

atribuído à forma ‘*coquina*’ pela generalidade dos léxicos, tantos os gerais ou ultrapirenaicos¹⁸²¹, como os peninsulares, que registam também a forma romanceada ‘*cuzina*’/‘*cozina*’, que na Catalunha parece assumir um significado menos preciso do ponto de vista funcional¹⁸²². De qualquer forma, e como notou X. Varela Sieiro a propósito das (também escassas) menções a este termo na documentação galega, «cuando se menciona a palabra *coquina* nos diplomas, na maior parte das ocasións, aludiría directamente a un tipo de edificacións independentes e separadas das outras que formaban parte do casal ou da corte»¹⁸²³.

- *Domus*

Para lá dos casos em que ‘*domus*’ designa expressamente um mosteiro (à semelhança do que acontece com ‘*casa*’), a que já nos referimos¹⁸²⁴, registam-se dez unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 11 menções documentais datadas entre 906 e 1088 (das quais apenas uma provém de uma escritura em que a unidade é objecto do acto jurídico consignado). As formas plurais ‘*domos*’ e ‘*domus*’, isoladas ou integradas na expressão “*intrinsecus domorum*”, aparecem frequentemente no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos (desde casais e *hereditates* a *ecclesiae*, mosteiros e *villae*). Não desenvolveremos aqui as muitas possibilidades de sentido associadas ao significado de “residência” que a generalidade dos léxicos, peninsulares ou não, atribui a este termo

¹⁸²¹ DU CANGE; NIERMEYER; BLAISE; DMLBS; LIMAL, s.u. *coquina*.

¹⁸²² LLMARL, s.u. *quoquina*; LHP, s.u. *cozina*; GMLC, s.u. *coquina*, cujo autor esclarece: «la variante *cuzina* aparece ya en el s. X formando parte de un topónimo (...): significado incierto: probablemente: construcción provista de un fogón u hogar, destinado especialmente a cocer el alimento de los animales» (*ibidem*, col. 691, nt. 1); para depois observar mais genericamente: «En los documentos que se citan, los contextos no permiten precisar con seguridad en qué consisten las *coquinae* que se mencionan: sin duda se trata de edificaciones independientes de la casa-vivienda (...); tenían, probablemente, funciones diversas, tales como cocer el alimento de los animales, elaborar y preparar la carne de cerdo, servir de almacén para las provisiones de cocina, etc.» (*ibidem*, col. 691, nt. 2).

¹⁸²³ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 231. Para exemplos concretos desta separação entre a cozinha e os restantes edifícios que compunham o núcleo residencial de um casal, na documentação do Entre-Douro-e-Lima, v. MARQUES, 2008 – *O casal...*: 199. Sobre a implantação da cozinha (independente ou integrada na moradia) na documentação altomedieval galega e portuguesa, veja-se GARCÍA ÁLVAREZ, 1967 – «Antecedentes altomedievales del casal...»: 115-16. De resto, M. BARROCA, 1997 – «Torres, casas-torre...»: 82, sublinhou já, a propósito das residências aristocráticas dos séculos centrais e finais da Idade Média, que a cozinha «por motivos de segurança, se erguia quase sempre em edifício autónomo, nas imediações das restantes construções, por forma a minorizar os riscos de incêndio, e aproximando-se sempre que possível de fontes de água ou do curso de pequenos ribeiros».

¹⁸²⁴ V. *supra* §3.3., s.u. *domus*.

(entre outros significados possíveis)¹⁸²⁵, e a que já nos referimos a propósito do termo ‘*casa*’.

- Edificio

Regista-se uma só unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento de 1054 copiado no *Liber Fidei*¹⁸²⁶; embora as formas plurais ‘*edificia*’ e ‘*edificiis*’ sejam relativamente frequentes no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades de vários tipos (desde casais e *hereditates* a *ecclesiae* e *villae*), como acontece de resto na documentação galega¹⁸²⁷. Para além do significado geral de “construção” que alguns dos léxicos “nacionais” (mas curiosamente nenhum dos gerais) atribuem a esta palavra¹⁸²⁸, note-se ainda a possibilidade de ela designar metonimicamente uma unidade residencial e de exploração rural, como notou Niermeyer¹⁸²⁹. Parece-nos, aliás, ser este o sentido que melhor explica o contexto em que aparece referida a única unidade designada por este termo que é claramente individualizável na nossa documentação¹⁸³⁰. Ao aludir a uma villa com o “seu” edifício, o redactor estava provavelmente a referir-se a um conjunto de bem situados nessa villa que seriam articulados por um núcleo residencial cuja designação (‘*edificio*’) identificaria todo o conjunto, distinguindo-se assim das *casas* e *edificia* em sentido estrito (é sintomática a repetição da palavra) que integram a enumeração estereotipada descritiva dos bens transaccionados.

- Palatium

Registam-se apenas duas unidades designadas por este termo no corpus documental analisado, uma (sob a forma ‘*palatium*’) referida num documento de 1027 copiado no *Liber Fidei* e outra (sob a forma ‘*palacio*’) numa escritura do *Livro de*

¹⁸²⁵ DU CANGE; NIERMEYER; BLAISE; DMLBS; LIMARL; LLMARL; GMLC, s.u. domus.

¹⁸²⁶ Apêndice II, un. 852. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁸²⁷ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 26-31.

¹⁸²⁸ DMLBS, s.u. aedificium; LIMARL, s.u. edificium; LHP, s.u. ediuicio.

¹⁸²⁹ NIERMEYER, s.u. aedificium.

¹⁸³⁰ «karta de medietate de nostras hereditates quantas habuimus in nostro iure sive de avolenga sive de comparatela sive de ganantia sive de mea muliere nomine Mania cognomento Ermosinda villa pernominata Gualtar cum suo edificio quantum in se obtinet et ad prestitum hominis est in casas mureas sive lineas, in sautos, in pumares, in vineas, in lineares, in montes, in fontes, accessum vel regressum, aquas aquarum, sedes molinorum sive edificia que in se obtinent et habent iacentiam in territorio Bracarensi et rivulo Aliste» (Apêndice I, doc. 174).

*Mumadona*¹⁸³¹. A generalidade dos léxicos que recolhem a palavra, ultra-pirenaicos como peninsulares, atribui-lhe, entre um conjunto muito amplo de significados, o de “residência real ou senhorial” ou de edifício associado ao exercício de um qualquer tipo de autoridade¹⁸³². Este sentido genérico foi já afinado por estudos que analisaram especificamente a ocorrência desta palavra na documentação de diversas regiões peninsulares. J. Faci identificou há bastantes anos na documentação leonesa e castelhana uma utilização que ultrapassa largamente o sentido residencial, para se estender ao de “centro de cobrança de rendas” ou mesmo ao de “unidade de exploração”¹⁸³³. Estes vários sentidos ficam também patentes na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, segundo M. del P. Álvarez Maurín¹⁸³⁴, embora a mais recente análise da ocorrência deste termo na documentação galega anterior a meados do século XIII tenda a ressaltar a dimensão residencial destas unidades inequivocamente associadas a uma autoridade (régia ou senhorial) ou a pessoas de “relevo social”¹⁸³⁵.

- Pausata

Registam-se quatro unidades deste tipo no corpus documental analisado, todas referidas no inventário do património do mosteiro de Guimarães de 1059¹⁸³⁶. Este termo, que está ausente de todos os léxicos peninsulares consultados, num claro testemunho da sua restrição ao espaço ibérico, aparece na documentação asturiana e leonesa, a partir pelo menos da década de 930, com um conjunto de significados que oscilam entre os

¹⁸³¹ Apêndice II, uns. 811 e 1967. Estas unidades foram classificadas com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁸³² DU CANGE, s.u. palatia; NIERMEYER; BLAISE; DMLBS; LIMAL, s.u. palatium; LLMARL, s.u. palacium; LHP; VITERBO, s.u. palácio.

¹⁸³³ «El *palacium* es mucho más que un edificio o conjunto de ellos. Parece ser, por una parte, una unidad de explotación amplia, y, por otra, un centro de percepción de rentas» (FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 86). Note-se, contudo, que na documentação do território cántabro «sólo se puede sugerir que era el lugar de vivienda de personas o familias que detentaban algún tipo de poder en la aldea» (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 89).

¹⁸³⁴ Segundo a autor, que recolhe as formas ‘*palatio*’ e ‘*palacio*’, entre outras, este vocábulo «alude a casas de cierta entidad, dado que frecuentemente aparecen citados como edificios importantes de una población, del que dependen *homines*, tratándose probablemente de un centro de percepción de rentas o donde el señor ejercía sus poderes de mando, por lo que puede aplicarse tanto al edificio como la autoridad señorial. Aparte de la casa señorial, es posible que designara los distintos edificios que formaban parte del *palácio* o casa principal, lo que podría explicar su aparición en el plural, refiriéndose a construcciones en una sola población. De ahí ha podido pasar a aplicarse como topónimo mayor a numerosas poblaciones rurales» (ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 309).

¹⁸³⁵ São três os significados apontados por X. VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 180-181, que recolhe as formas ‘*palatium*’ e ‘*palacium*’, entre outras: «a) residencia real», «b) residência de certa importância, señorial», «c) edifício destinado á habitación dun home de relevo social ou parte dun edificio».

¹⁸³⁶ Apêndice II, un. 2145, 2236, 2294 e 2327.

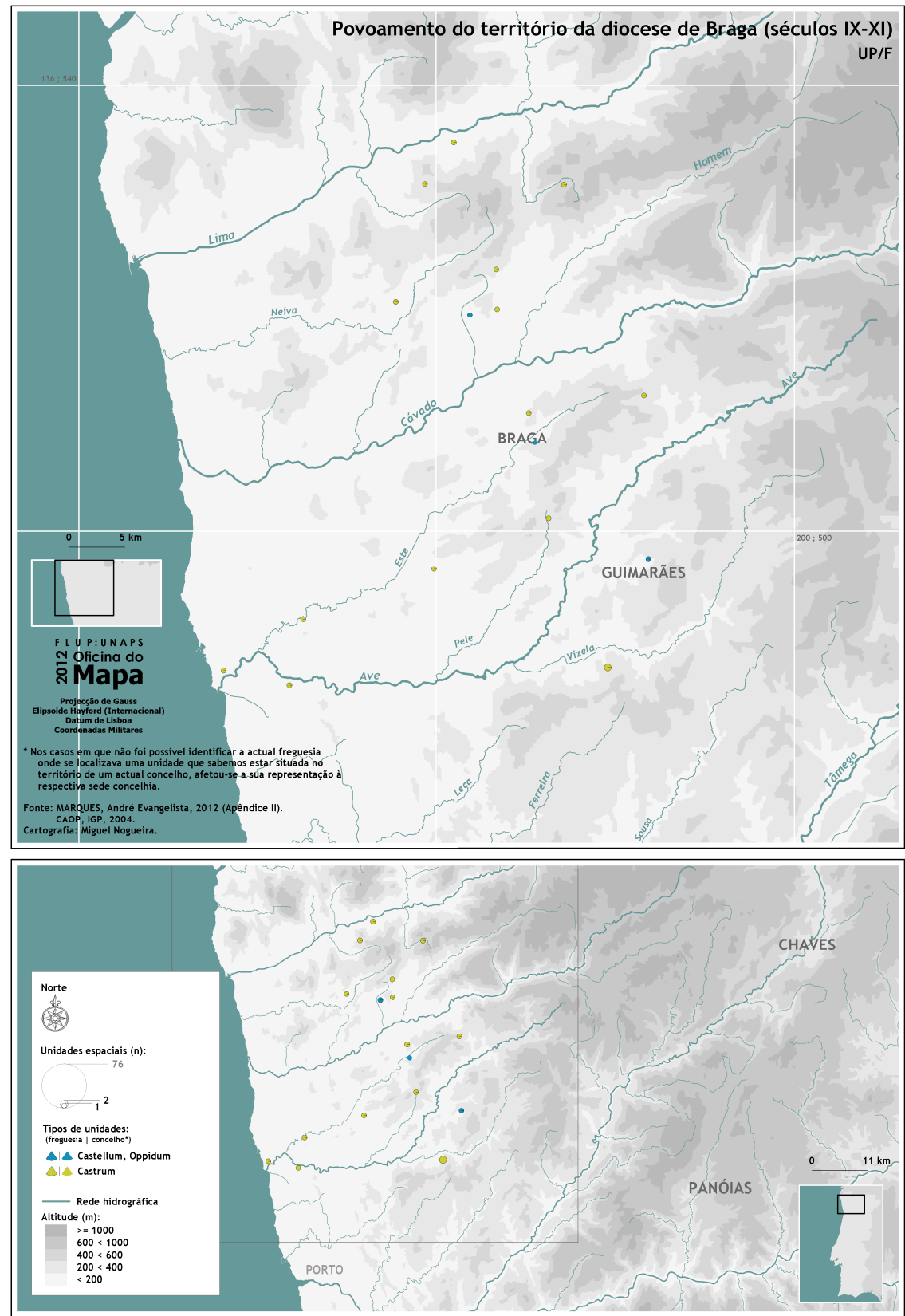
sentidos de “unidade de exploração de sal” e o de “unidade residencial” de vários tipos, como mostrou M. Pérez González numa aprofundada análise lexicográfica¹⁸³⁷. Note-se, contudo, que as escassas menções a este termo na documentação galega parecem apenas confirmar este segundo sentido¹⁸³⁸. O laconismo das referências às quatro unidades identificadas naquele inventário vimaranense (uma das quais era detida em atondo por um confesso e outra havia também sido concedida pelo mosteiro a um Ennego Lopiz)¹⁸³⁹, não autoriza uma opção clara por qualquer dos significados, mas inclinamo-nos a pensar que o termo designaria, também aqui, unidades residenciais (eventualmente com funções de hospedagem?).

¹⁸³⁷ PÉREZ GONZÁLEZ, 2004 – «*Pausata* en la documentación...». As conclusões do autor, no que à definição dos significados da palavra diz respeito, foram sintetizadas mais recentemente no verbete que escreveu para o léxico latino leonês: LLMARL, *pausata*: «1 Pequeña propiedad orientada a la obtención de la sal en lagunas mediante pozos, cisternas y eras (...); 2 Edificación en el campo, más importante que la cabana pero menos que la corte, pudiendo servir circunstancialmente de vivienda para personas y acaso para animales de labor e incluir terrenos circundantes (...); 3 Casa muy cercana a la ciudad, consistente en un tipo especial de villa, quizás destinada sobre todo al solaz y al descanso o reposo (...); A veces es difícil deidir si *pausata* es una edificación campestre o de la ciudad; 4 Edificación destinada a la recuperación de fuerzas en caso de enfermedad o similar». Note-se ainda as observações feitas por M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 300-302, a propósito da ocorrência deste termo na mesma documentação asturiana e leonesa anterior a 1230.

¹⁸³⁸ X. VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián*...: 185-87, atribui-lhe apenas o sentido de “edificação rural com alguma importância, destinada a funções de descanso temporal”. O autor recolhe ainda a palavra ‘*pausa*’/‘*pousa*’, a que atribui os significados de «casa de campo ou granxa (...) presa de auga que se aproveitaría para o funcionamento dun muíño ou como pesqueira»; no catalão pirenaico e aragonês, o termo ocorre na forma ‘*posa*’, com o sentido de «lugar chan na montaña» (*ibidem*, p. 183-84).

¹⁸³⁹ Apêndice II, uns. 2236 e 2294, respectivamente.

4.5. Unidades fortificadas



- *Castellum*

Registam-se apenas duas unidades deste tipo na documentação analisada: um castelo não identificado (possivelmente correspondente a uma fortificação no monte/castro Barbudo) e o castelo de S. Mamede, fundado por D.^a Mumadona Dias para protecção do mosteiro de Guimarães, ambos referidos em dois documentos do cenóbio vimaranense datados de 969 e 1102¹⁸⁴⁰. O facto de os diversos diplomas que aludem ao castelo de S. Mamede utilizarem tanto o termo ‘*castellum*’ como ‘*castrum*’ e mesmo ‘*alpis*’ para o designarem dá bem a noção da sinonímia entre estes vocábulos, mas também da relativa amplitude de sentido inerente a cada um¹⁸⁴¹. Com efeito, a generalidade dos léxicos que recolhe a palavra ‘*castellum*’ atribui-lhe os sentidos de “fortificação”, mas também de “aldeia ou mesmo cidade muralhada”¹⁸⁴².

Ora, no caso do NO peninsular, se já no período romano este termo poderia designar «um castro que sobreviveu à romanização», como observou J. de Alarcão a propósito do “*castellum Letiobri*” atestado epigraficamente na zona de Braga¹⁸⁴³, a partir sobretudo da Antiguidade Tardia, os *castella* parecem ter sido claramente promovidos do ponto de vista administrativo, assumindo grande importância como lugares centrais na organização do território¹⁸⁴⁴. Já nos séculos IX a XI, a palavra parece designar preferencialmente, na documentação do território portugalense, uma «estrutura amuralhada rodeando um pequeno pátio, servindo de abrigo a uma guarnição militar que tem por missão velar pela segurança de um território mais vasto», de acordo com a definição avançada por M. Barroca para a “acepção restrita do termo”¹⁸⁴⁵.

¹⁸⁴⁰ Apêndice II, uns. 1426 e 1915, respectivamente. Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *compósito* (“*Castellum, Oppidum*”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

¹⁸⁴¹ Apêndice II, v. Obs. à un. 1915.

¹⁸⁴² NIERMEYER, s.u. *castellum*; BLAISE; DMLBS; LIMAL, s.u. *castellum* 1, 4; GMLC, s.u. *castellum* («edificio o conjunto de edificios fortificados, generalmente con organización militar y recursos económicos propios y jurisdicción sobre determinado territorio»); LHP, s.u. *castiello* (recolhe apenas o significado de “castelo”).

¹⁸⁴³ ALARCÃO, 1998 – «A paisagem rural...»: 110. No mesmo sentido vai a opinião de A. TRANOY – *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris, Diffusion de Boccard, 1981, p. 204, que define *castellum* como um núcleo de população aglomerada em torno de um lugar fortificado, provavelmente de origem pré-romana (cit. in ANDRADE, 1994 – *Vilas, Poder Régio...*: 83, nt. 87).

¹⁸⁴⁴ MARTÍNEZ MELÓN, 2006 – «El vocabulário de los asentamientos...»: 123 e ss.

¹⁸⁴⁵ BARROCA, 2004 – «Fortificações e povoamento...»: 182.

Isto não significa, como reconheceu o autor, que ele não pudesse nomear, em alguns casos, estruturas mais simples, como acontece no caso da torre de Trancoso¹⁸⁴⁶. Tal como acontecia na Catalunha e em Aragão até ao século XI¹⁸⁴⁷, por exemplo, é possível que no Entre-Douro-e-Minho o termo *castellum*, mesmo se aplicado às principais estruturas fortificadas, com funções eminentemente (quando não exclusivamente) defensivas e as mais das vezes associadas à autoridade “pública” dominante no território, correspondesse, do ponto de vista material, a um conjunto fruste de estruturas, destinadas a reforçar um sítio já de si dotado de potencialidades defensivas, mais do que a uma fortificação erguida de raiz, como se poderia pensar. Neste sentido, será sobretudo o perímetro da área fortificada, mais do que a tipologia das estruturas defensivas, o que permitirá distinguir estas fortificações dos povoados fortificados propriamente ditos e, com maior dificuldade ainda, dos recintos fortificados destinados ao abrigo temporário de pessoas e bens. Note-se, todavia, que o *estatuto* destas estruturas fortificadas, e talvez mesmo a sua capacidade de articular um determinado território, parecem distinguir de alguma forma este vocábulo, à semelhança do que acontece na documentação galega anterior a meados do século XIII¹⁸⁴⁸.

¹⁸⁴⁶ «No entanto, e como nos ensina o caso de Trancoso, nem sempre a expressão *castellum* deve ser associada a uma estrutura do tipo do castelo cristão do Norte. Em Trancoso não passava de uma robusta torre. Ora, conhecemos diversas referências a torres ao longo do Séc. X, que revelam que esta opção deve ter sido relativamente usual [nt. 12: Veja-se, por exemplo, a “*torre de Miranda*” (Miranda do Corvo) que se cita em documento do Mosteiro de Lervão, datado de 998 (PMH, DC 179)]» (BARROCA, 2004 – «Fortificações e povoamento...»: 191).

¹⁸⁴⁷ Segundo P. BONNASIE – *La Catalogne du milieu du X^e à la fin du XI^e siècle: croissance et mutations d’une société*. Toulouse: Publications de l’Université de Toulouse-Le Mirail, 1975-1976, I: 126 (cit. in SÉNAC, 1998 – «Châteaux et peuplement...»: 127, nt. 23), na Catalunha «un château, c’est bien cela avant tout: un site naturel propice à la défense, une roca, un puig, c’est-à-dire un piton, un nid d’aigle. En deuxième lieu – on a presque envie de dire accessoirement – viennent des fortifications faites de main de l’homme: une muraille pour combler ces brèches entre les rochers, une tour carrée ou ronde, plus ou moins haute, mais toujours massive et à peu près aveugle». O mesmo quadro material parece confirmar-se em Aragão, onde as prospeções levadas a cabo em sítios documentados como *castella* não permitiram identificar quaisquer vestígios de estruturas aparelhadas; isto numa região em que, à semelhança do Entre-Douro-e-Minho, «avant l’an mil, la forme de regoupement la plus répandue sont des *villae*» (SÉNAC, 1998 – «Châteaux et peuplement...»: 127).

¹⁸⁴⁸ «A sua acepción máis habitual é a de edificación fortificada, quizais construída nun lugar natural elevado e residencia de señores e reis, de aí que sexa corrente en diplomas reais»; «En fin, estamos ante edificios ou núcleos fortificados, con propiedades e territorio propios, destinados basicamente á función defensiva, política e económica.

«Nalgúns casos talvez *castellum* tivo o mesmo valor ca *castrum*, no sentido de elevación do terre onde quizais antigamente houbese un recinto fortificado» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 148-49).

- *Castrum*

Registam-se 16 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 65 menções documentais datadas entre 907 e 1100 (das quais apenas uma provém de um escritura em que essa unidade é objecto do acto jurídico consignado)¹⁸⁴⁹. Na esmagadora maioria dos casos estas unidades são referidas como o elemento que substitui os *montes* no quadro da expressão “*sub/subtus mons/castrum...*”, característica do sistema de localização da propriedade utilizado frequentemente pelos redactores¹⁸⁵⁰, à semelhança do que acontece, por exemplo, na documentação catalã¹⁸⁵¹ ou galega. O que, segundo a observação de X. Varela Sieiro a propósito desta última, dificulta sobremaneira uma definição rigorosa do sentido preciso que deve ser atribuído à palavra em cada caso¹⁸⁵². De qualquer forma, esta utilização deixa bem clara, como já escrevemos noutro lugar, a dimensão essencialmente topográfica destas unidades, que funcionariam antes de mais como marcos espaciais suficientemente importantes para referenciar geograficamente uma determinada propriedade¹⁸⁵³. O que não implica negar as funções jurisdicionais que os castros pudessem desempenhar, das quais resultaria uma integração propriamente territorial (e não apenas geográfica) das propriedades assim localizadas. Mas apenas reconhecer que essas funções, que importa questionar se seriam tão generalizadas como C. A. Ferreira de Almeida e os seus seguidores pretendem, resultam subalternizadas neste tipo de referências locativas pela mera

¹⁸⁴⁹ Note-se que três destas 65 menções documentais correspondem a unidades que os redactores designaram preferencialmente por outros termos (‘mons’, ‘alpis’ e ‘castellum’: Apêndice II, uns. 648, 1133e 1915), pelo que o total de unidades alguma vez classificadas como ‘*castrum*’ é de 19.

¹⁸⁵⁰ Ocasionalmente, ocorre mesmo a expressão «*subtus mons castro...*» (Apêndice I, doc. 148; Apêndice II, un. 737=el. 1189).

¹⁸⁵¹ GMLC, s.u. *castrum*: o autor do verbete observa, a propósito do significado 2 («circunscripción territorial, presidida por un castillo»): «Aceptión muy frecuente en documentos de los condados de Pallars y Ribagorza en los que el término *castrum* se usa repetidamente como punto de referencia en la ubicación de las propiedades y con él se alude a una auténtica división administrativa de condado; así se usa el giro *in castro Orritense* (...) como equivalente a *in pago O.* (...) o *in villa O.*(...) o *in territorio O.* (...). De ahí que el término *castro* (o *castello*) aparezca usado casi como topónimo aludiendo a toda la demarcación territorial» (*ibidem*, col. 443-444, nt. 2).

¹⁸⁵² «Non é en absoluto doado outorgar para cada ocorrencia da voz *castrum* unha das acepcións arriba sinaladas, xa que o seu emprego está fortemente condicionado: trátase dun dos principais elementos identificadores ou marcadores situacionais utilizados para a descrición física dunha vila, unha herdade ou cualquera outro ben immoble. Esta función xustificárase por se tratar dun elemento destacado na paisaxe natural xa que habitualmente foran construídos en pequenos outeiros» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 58).

¹⁸⁵³ Note-se, a este propósito, a alternância entre os termos ‘*monte*’, ‘*alpe*’ e ‘*castro*’ (com muito maior incidência deste último) na designação do monte/alpe/castro Barbudo (Apêndice II, un. 1005), por exemplo, e a sinonímia que essa alternância pressupõe.

proeminência topográfica destas unidades¹⁸⁵⁴. Para lá das abundantes menções a castros como elementos de localização, regista-se ainda uma ou outra alusão a unidades situadas «*in castro...*»¹⁸⁵⁵, o que denuncia uma integração destas unidades no próprio espaço físico de um castro, e não tanto numa circunscrição territorial mais alargada que a palavra designe. Os redactores remetem, portanto, nestes casos, para o próprio núcleo fortificado (ou a mera elevação de terreno) que constituiria o castro, tal como fazem quando invocam este tipo de unidades como elementos confinantes no quadro da demarcação de propriedades, que em alguns casos não passam de meras parcelas agrárias¹⁸⁵⁶.

A generalidade dos léxicos que recolhem este termo regista também o significado de “núcleo fortificado”, situado em altura¹⁸⁵⁷, atribuindo-lhe normalmente funções residenciais¹⁸⁵⁸; embora vários sublinhem a possível sinonímia com o termo ‘*castellum*’¹⁸⁵⁹, o que remete não só para aquela acepção de “núcleo de habitat amuralhado” mas também para a de simples “fortificação”¹⁸⁶⁰. O léxico catalão recolhe mesmo o sentido de “circunscrição territorial capitaneada por um castelo”¹⁸⁶¹, que se verifica amplamente em diversas zonas do reino asturo-leonês¹⁸⁶², e desde logo no

¹⁸⁵⁴ Para uma exposição mais desenvolvida do problema, v. MARQUES, 2008 – *O casal...*: 148-51.

¹⁸⁵⁵ E.g.: «ecclesia que est fundata in castro uocitato sancto iohanne per suos terminos ab intecro» (Apêndice I, doc. 335).

¹⁸⁵⁶ E.g.: «Inuenimus in agrella medietate exceptis nona de Rex et fere in uallo de agro de uenerando et inde in sepe de agro de ermiario et fere in castro de moraria et achamus illo in iure de filio de Gundesindo» (Apêndice I, doc. 390).

¹⁸⁵⁷ GMLC, s.u. castrum 1; LHP, s.u. castro («castro, altura fortificada»); VITERBO, s.u. castello.

¹⁸⁵⁸ O que aconteceria, desde logo, na documentação galega anterior a meados do século XIII, onde «todo nos leva a pensar em núcleos de hábitat fortificados – quizais herdeiros dos ‘castros’ da Galicia prehistórica – de carácter defensivo e situados normalmente nos cumes dos outeiros»; ainda que num ou outro caso «*castrum* se refira só a un terreo ou zona elevada pero sem elementos habitacionais» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 58, 59).

¹⁸⁵⁹ DU CANGE, s.u. 1, 2 castellum. Esta sinonímia ocorre na documentação catalã, segundo GMLC, s.u. castellum: «En nuestros documentos junto a *castellum* (en latín clásico ‘fortín’, ‘reducto’, diminutivo de *castrum*) se emplea con más frecuencia *castrum*, voz más culta. Ambos términos se usan con el mismo significado, aunque en algunos pasajes aparecen contrapuestos» (*ibidem*, col. 439, nt. 2); como aliás na documentação galega (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 59) e na leonesa (ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 90).

¹⁸⁶⁰ DU CANGE; NIERMEYER; BLAISE; DMLBS, s.u. castrum.

¹⁸⁶¹ GMLC, s.u. castrum 2.

¹⁸⁶² Um dos primeiros autores a notá-lo, a partir sobretudo da análise de fontes narrativas, foi C. ESTEPA DÍEZ, 1978 – «La vida urbana...»: 265-67: «*Castrum* puede convertirse en *civitas* o significar *villa* fortificada, ya que un asentamiento fortificado puede contener el carácter tanto de centro administrativo sobre una determinada zona como de centro dominial. Esto nos puede explicar la imprecisión de los términos, pues también hay veces en que *civitas*, *castrum* y *villa* forman una auténtica graduación de asentamientos» (*ibidem*, p. 267).

território portugalense¹⁸⁶³. Sem entrarmos aqui na discussão de um problema tão complexo, e tão trabalhado e discutido no altimedievalismo espanhol das últimas décadas como seja o da definição morfológica, funcional e sobretudo territorial do termo ‘*castrum*’, recordemos apenas, com García de Cortázar, as principais acepções da palavra na documentação do quadrante Norte da Península Ibérica: «el *castrum* aparece significando, al menos, cuatro cosas: una altura, un hábitat fortificado, un hábitat de altura, un espacio articulado con un referente visual que simboliza la jerarquización social de un entorno por el que se distribuyen variadas unidades de poblamiento»¹⁸⁶⁴. E retenhamos as três principais «possibilidades en lo que respecta al origen de los *castra*», sintetizadas por C. de Ayala Martínez a partir da documentação leonesa, mas *grosso modo* aplicáveis ao nosso território: (i) «meros núcleos de hábitat que, independentemente de las circunstancias geoestratégicas de los siglos IX y X, permanecían como tales por el mero hecho de ser directos herederos, sin solución de continuidad poblacional, de los originales poblados castreños protohistóricos»; (ii) «*castra* generados a partir de un «líder» repoblador que, erigido en gran propietario, no duda en amparar sus bienes fundiários o muebles, y los beneficios de ellos derivados, en la sempre intimidatória envoltura de una fortaleza»; (iii) «construcciones castrales de nueva planta, o mejor castillos y fortalezas construidos fundamentalmente por los reyes según las exigencias del avance reconquistador»¹⁸⁶⁵. São evidentes as diferenças que estas três “possibilidades” encerram ao nível da própria morfologia dos núcleos castrais a que cada uma terá dado origem, como é evidente a aproximação da primeira ao sentido de “núcleo de habitat fortificado” e da última ao sentido restrito de “fortificação”, plenamente equivalente ao significado que vimos ser o dominante para a palavra ‘*castellum*’ na documentação da área portugalense¹⁸⁶⁶.

¹⁸⁶³ Para alguns exemplos de castros com e sem um território associado, v. MERÊA; GIRÃO, 1948 – *Territórios portugueses...*: 7, nt. 6.

¹⁸⁶⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008 – «Movimientos de población...»: 135; v. também p. 153-54.

¹⁸⁶⁵ AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 155-56.

¹⁸⁶⁶ V. *supra* s.u. *castellum*.

- *Oppidum*

Este termo ocorre apenas duas vezes a designar o Monte Latito, em dois documentos provenientes do mosteiro de Guimarães de 1057 e 1061¹⁸⁶⁷. A generalidade dos léxicos que recolhem este vocábulo atribui-lhe sentidos próximos dos que vimos a propósito dos termos ‘*castellum*’ e ‘*castrum*’, que oscilam entre o sentido de “povoado fortificado” (aldeia ou sobretudo cidade) e “fortificação”¹⁸⁶⁸. E sabemos que também os *oppida* podiam corresponder a “centros administrativos”, quando não mesmo “povoações convertidas em sedes de diocese”, nas fontes peninsulares altomedievais¹⁸⁶⁹. O facto de o Monte Latito ser a elevação de terreno em que foi construído o castelo de S. Mamede, para protecção do mosteiro de Guimarães, explica talvez a utilização (única na nossa documentação) deste termo para designar simultaneamente a estrutura fortificada e as respectivas funções de “centro administrativo”, curiosamente associado a um importante centro eclesiástico, não episcopal, monástico, mas ainda assim claramente o mais importante do território portugalense antes da restauração da diocese de Braga.

- *Sculca*

Regista-se uma só unidade designada por este termo no corpus documental analisado, referida num documento de 1072 copiado no *Liber Fidei*¹⁸⁷⁰. Vários léxicos registam o significado de “guarnição (militar)” para esta palavra¹⁸⁷¹, o que vai ao encontro do significado proposto por Viterbo: “posto de vigia”, “atalaia”¹⁸⁷². A unidade que pudemos documentar parece estar associada a um curso de água menor («*sculca in corrago*»). Tratar-se-ia de algum tipo de atalaia ou mesmo de estrutura fortificada?

¹⁸⁶⁷ Apêndice II, un. 1755=els. 3706 e 4219. Esta unidade, que na maior parte dos casos aparece designada como ‘*mons*’ ou ‘*alpe*’ foi classificada, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso ao tipo *compósito* “Mons, Alpis”.

¹⁸⁶⁸ DU CANGE; NIERMEYER; BLAISE; DMLBS, s.u. oppidum; LIMAL, s.u. oppidum, assinala a equivalência com ‘*suburbium*’.

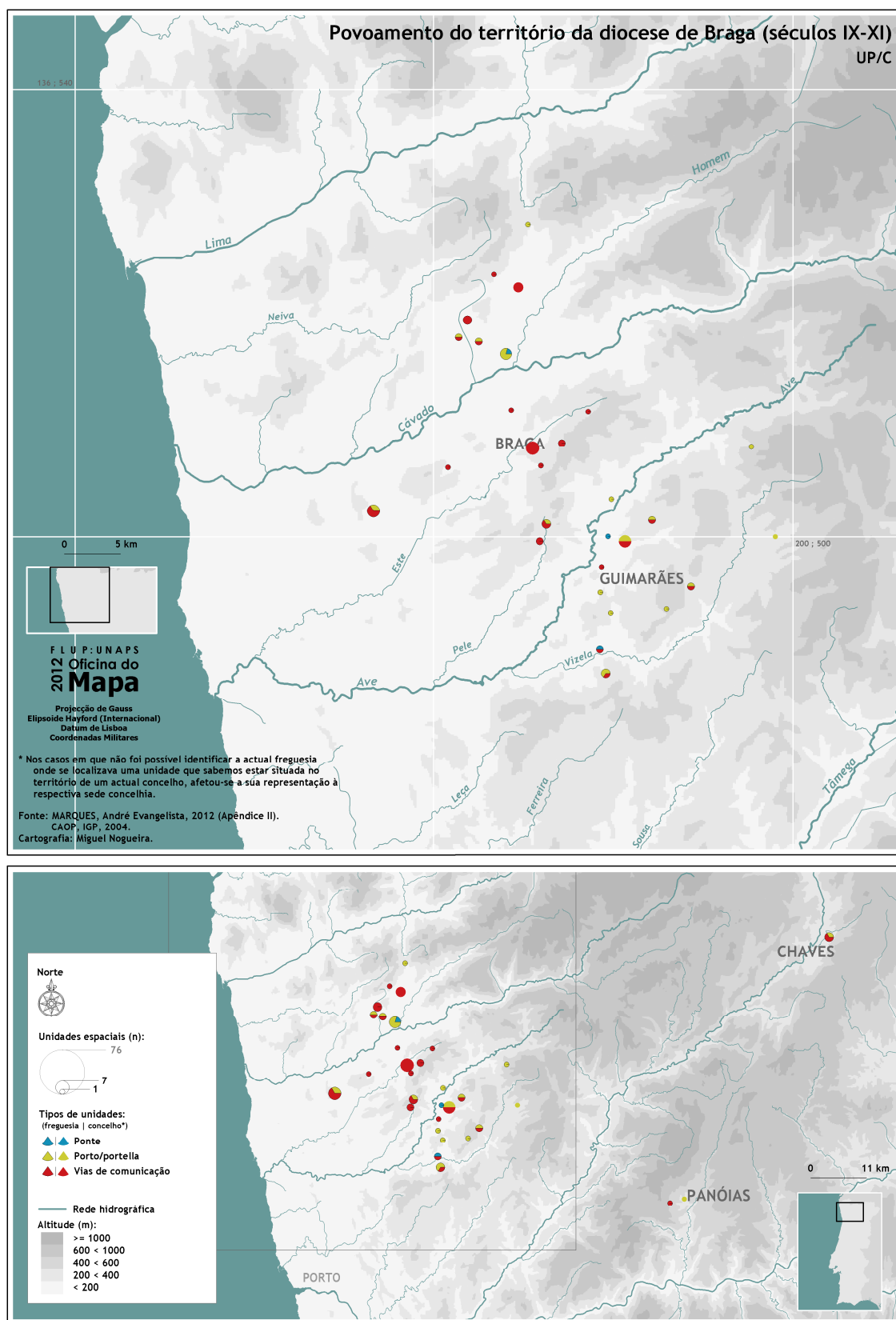
¹⁸⁶⁹ ESTEPA DÍEZ, 1978 – «La vida urbana...»: 262-63.

¹⁸⁷⁰ Apêndice II, un. 1522. Esta unidade foi classificada com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁸⁷¹ DU CANGE, *sculcae* s.u. collocare; NIERMEYER, s.u. *sculca/sculta*; LIMAL, s.u. *sculca*.

¹⁸⁷² VITERBO, s.u. arricaveiro, palavra que o autor considera sinónimo de «sculcas, escutas ou sentinelas» (sentido já assinalado como distintamente hispânico para a forma ‘*sculcae*’ por DU CANGE, s.u. collocare); s.u. Atalaya 2, assinala que o termo ‘*sculca*’ pode ainda designar o próprio posto de vigia (sinónimo de atalaia).

4.6. Vias e outras estruturas de comunicação



Mapa 18 – Unidades de paisagem: vias e outras estruturas de comunicação

4.6.1. Ponte

Registam-se quatro unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem seis menções documentais datadas entre 950 e 1059, todas em documentos provenientes do mosteiro de Guimarães¹⁸⁷³. Sendo desnecessário precisar o sentido da palavra, limitemo-nos a assinalar que a forma romanceada ‘*ponte*’, ausente dos léxicos não peninsulares, mas a única que ocorre no nosso corpus, foi já recolhida na documentação asturiana, leonesa e castelha, a partir pelo menos dos inícios do século IX¹⁸⁷⁴.

4.6.2. Porto/portocino, portella

Registam-se 25 unidades deste tipo no corpus documental analisado, a que correspondem 28 menções documentais datadas entre 906 e 1086 (das quais apenas uma provém de um escritura em que essa unidade é objecto do acto jurídico consignado). Pouco mais de metade destas 25 unidades aparece designada pelo termo ‘*porto*’/‘*portu*’ e, num caso apenas, pelo diminutivo ‘*portocino*’; a quase metade restante é designada pela forma derivada ‘*portella*’. Os sentidos mais comumente atribuídos ao termo ‘*portus*’ aparecem ambos atestados na nossa documentação¹⁸⁷⁵, tanto o de “lugar de passagem terrestre”, como se deduz da referência a um «*porto carrario*»¹⁸⁷⁶, como o de “ponto de ancoragem marítimo ou fluvial” (predominante nos léxicos não peninsulares¹⁸⁷⁷), como se deduz da provável referência a um porto fluvial (neste caso nos rios Cávado ou Homem), onde ancoravam embarcações: «*filauit [D. Égica] nostro porto et parauit ibidem suo barco et nauuabit nostros homines et maliauít nostro*

¹⁸⁷³ Apêndice II, uns. 1758, 1810, 1833 e 1925.

¹⁸⁷⁴ LHP, s.u. ponte; ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 1998: 340.

¹⁸⁷⁵ Por todos, v. a completa definição proposta pelo léxico leonês: LLMARL, s.u. portus: «1 Puerto, lugar en la costa o en la orilla de un río que ofrece una parada segura a las naves (...); 2 Lugar seguro, refugio, asilo, amparo (fig.) (...); 3 paso entre las montañas (...); 4 Paso, abertura, canal para el agua (en relación con ríos y molinos) (...); Presa, muro que atraviesa el río para hacer subir el nivel del agua (...)». VITERBO, s.u. porto e portella: «(...) porta, entrada, garganta do monte ou passagem, já do mar ou rio para a terra, já de uma terra para a outra, atravessando alguma eminência ou cerro, que serve como de muro ou divisão. Também chamaram Porto, não só o vau de um rio caudaloso, onde se passa em barca mas também o de qualquer ribeiro, onde se passa, ou a pé, ou em carro, ou em besta, ou em poldras, ou em ponte, sendo da razão do Porto o dar passagem ou entrada»

¹⁸⁷⁶ Apêndice II, v. Obs. à un. 2072.

¹⁸⁷⁷ NIERMEYER; BLAISE, s.u. portus; SMLBS, s.u. 2 portus. Não assim em DU CANGE, s.u. 1 portus

barcario»¹⁸⁷⁸. Como já notou Viterbo, o termo ‘portella’ parece ter apenas o primeiro sentido¹⁸⁷⁹.

4.6.3. Vias de comunicação

É possível encontrar um conjunto relativamente amplo de termos que designam vias de comunicação no nosso corpus documental. Esta variedade espelha, desde logo, a hierarquia (e a diversidade tipológica) da rede viária, que articulava (i) pequenos carreiros de acesso a espaços residenciais, agrários, incultos, (ii) caminhos locais que ligavam os diversos lugares inscritos no perímetro de uma villa, (iii) caminhos supra-locais que ligavam núcleos de povoamento entre si e (iv) as vias principais, fixadas no essencial desde o período romano, que ligavam os grandes núcleos “urbanos” à escala regional. O facto de os redactores recorrerem sistematicamente a um só termo na identificação de cada via mostra claramente as diferenças de sentido das diversas palavras utilizadas, que espelha esta hierarquia da rede viária¹⁸⁸⁰. No total, registam-se 44 unidades designadas por uma (ou mais) destas palavras no corpus documental analisado; a que correspondem 63 menções documentais datadas entre 906 e 1110¹⁸⁸¹.

- *Carrale/carraria*

- *Congusta*

- *Incruciliata*

- *Strata*

- *Vereda*

- *Via*

¹⁸⁷⁸ Apêndice I, doc. 351; Apêndice II, un. 1942=el. 3479.

¹⁸⁷⁹ VITERBO, s.u. porto e portella - «(...) sendo portella diminutivo de Porto, bem se deixa ver que é uma porta, caminho ou estrada mais pequena, estreita e acanhada, por onde se passa ou passava de um lugar a outro»; s.u. portelo «portela, porto, entrada por terra, estrada real, caminho público (...) De sorte que portelo é entrada por terra e lada é entrada por água»; LHP, s.u. portella, portiello.

¹⁸⁸⁰ Sobre a hierarquia dos diferentes tipos de caminhos (bem patente na terminologia utilizada pelos redactores) e a respectiva importância na organização do território da villa, v. PORTELA; PALLARES, 1998 – «La villa por dentro...»: 22-24.

¹⁸⁸¹ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sinético* (“Vias de comunicação”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

4.7. Elementos de delimitação¹⁸⁸²

Por último, importa aqui chamar a atenção para um conjunto abundante de termos que aparecem na nossa documentação a designar elementos físicos de delimitação de unidades espaciais dos mais diversos tipos. A informação relativa aos “marcos físicos” de delimitação de cada unidade foi sistematicamente registada no campo homónimo do módulo *Elementos*¹⁸⁸³. No entanto, num número significativo de casos estes marcos são referidos isoladamente no quadro de demarcações, sem que os redactores explicitem o tipo da unidade espacial a que pertenciam, se é que é possível atribuí-los a alguma unidade em particular, o que muitas vezes não aconteceria. De qualquer forma, pareceu-nos importante fichar estes elementos de delimitação autonomamente, não apenas pelo seu valor espacial intrínseco, mas porque em muitos casos eles são o único indício visível nos textos de uma unidade espacial confinante com a que está a ser demarcada; pelo que criámos um tipo de unidades *sintético* (“Elementos de delimitação”). No total, registam-se 143 unidades deste tipo no corpus documental analisado; a que correspondem 150 menções documentais datadas entre 906 e 1100¹⁸⁸⁴.

Não entraremos aqui na caracterização detalhada dos numerosos vocábulos que identificam os elementos de delimitação identificados, e que nos limitaremos a arrolar. Sendo certo que muito haveria a dizer sobre um conjunto de marcos espaciais tão variado do ponto de vista tipológico, cujo impacto material e funcional na paisagem não deve ser subestimado e tem recebido aliás crescente atenção pela historiografia e sobretudo pela arqueologia recentes. Limitemo-nos, contudo, a recordar as palavras já velhas de mais de dois séculos com que Viterbo procurou captar essa variedade tipológica dos elementos de delimitação referidos na nossa documentação:

«E tais eram as arcas ou montes de terra com que os nossos maiores, algumas vezes, dividiram os territórios, pois também se achavam divididos, outras vezes, por montes, vales, fontes, lagos e rios; por vilas ou castelos antigos; por letras ou cruces esculpidas nas fragas, e penhas, ou pedras nativas; por arcos ou túmulos de muitas pedras; por marcos levantados, a que chamaram *coutos* ou *padrões*, e nos quais se punham talvez algumas letras, como hoje mesmo se pratica; e, finalmente, por árvores grossas, robustas e antigas, a que chamaram

¹⁸⁸² V. *infra* Apêndice III, Mapa 25.

¹⁸⁸³ V. *supra* Parte I, §3.2.B.3.

¹⁸⁸⁴ Estas unidades foram classificadas, na tipologia que estrutura a nossa base de dados, com recurso a um tipo *sintético* (“Elementos de delimitação”), que deve ser utilizado em qualquer pesquisa no campo *TipoNorm* do Apêndice II.

arboles finales, fazendo-lhes algumas incisões, abrindo notas ou pregando nelas alguns cravos»¹⁸⁸⁵.

- Agirem
- Arca/archa
- Bornaria
- Clausura
- Comarum/comaro
- Decorias
- Marco
- Memoriale
- Morauzos/moraucos
- Mulione
- Parietes
- Pennetum
- Petra/pedra
- Porta
- Saxo
- Sepe
- Stremadoiro
- Succo
- Terminum
- Vallato
- Vallo

¹⁸⁸⁵ VITERBO, s.u. mamóia.

4.8. Outras unidades de paisagem

Inclui-se neste apartado um conjunto de termos que não têm cabimento em nenhuma das restantes categorias de unidades definidas ou cujo sentido não resulta muito claro, por não ser possível optar entre significados consideravelmente diferentes, em alguns casos, ou simplesmente por desconhecermos qualquer significado¹⁸⁸⁶.

- *Abrigo*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁸⁸⁷. Da expressão «*II.ªs salinas cum sua vita et habent iacentiam in illa corte que dicent de Sendino in illo abrigo sub illo muro grande*»¹⁸⁸⁸ parece deduzir-se que as salinas (e a corte em que se localizavam) estavam situadas neste *abrigo*: tratar-se-ia de uma referência a alguma vertente do castro de S. João, a cuja muralha se referiria o “muro grande”¹⁸⁸⁹?

- *Arena*

Sob as formas ‘arena’ e ‘aria’ registam-se duas unidades¹⁸⁹⁰. A palavra ‘arena’ foi identificada (nesta e outras formas) na documentação asturiana e leonesa por M. del P. Álvarez Maurín¹⁸⁹¹. Aludindo ao sentido actual da palavra em castelhano (“areal”), a autora observa, contudo, que os exemplos encontrados deviam ter um sentido diferente, de «terreno de labor poco aprovechable debido a la mala cualidad de su tierra y no caracterizado, especialmente, por la morfología arenosa de la misma», argumentando que «el contexto no los situa al lado de río alguno, lugar en que abunda la arena, o al menos no aparece así especificado»¹⁸⁹². No caso das duas unidades deste tipo registadas no nosso *corpus*, esta ressalva (e provavelmente o sentido alternativo proposto pela autora) não se aplica, na medida em que a primeira unidade é expressamente situada na margem do rio Vizela e a segunda, sendo-lhe próxima (porque referida no quadro da mesma demarcação), devia também estar junto do leito desse rio.

¹⁸⁸⁶ Note-se que todas as unidades designadas pelos termos recolhidos neste apartado, como muitas outras que ficaram já arroladas (e devidamente assinaladas) noutras secções, foram classificadas com recurso a um tipo *residual* (“Outros (UP)”), na tipologia que estrutura a nossa base de dados.

¹⁸⁸⁷ Aêndice II, un. 739.

¹⁸⁸⁸ Apêndice I, doc. 148.

¹⁸⁸⁹ V. Apêndice II, Obs. à un. 737.

¹⁸⁹⁰ Apêndice II, un. 1890 e 1900), respectivamente.

¹⁸⁹¹ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 154-55.

¹⁸⁹² ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 155.

- Armada

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo, que nenhum dos léxicos consultados recolhe¹⁸⁹³.

- Arravalde

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo, de origem árabe¹⁸⁹⁴, que não está relacionada com qualquer aglomeração urbana, mas com uma *ecclesia*¹⁸⁹⁵; à qual deve acrescentar-se a referência a um «*casale de arualdi*», que nos parece aludir a uma utilização toponímica da palavra, embora possa também tratar-se de um antropónimo que nada tem que ver com este termo¹⁸⁹⁶.

- Atrio

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo: o átrio da igreja de S. Estêvão de Faiões¹⁸⁹⁷.

- Auruam/orvamus (?)

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo, que nenhum dos léxicos consultados recolhe¹⁸⁹⁸. Tratar-se-á de uma forma corrompida do adjetivo ‘*arvus*, -a, -um’ substantivado, a designar um terreno cultivado?

- Brazos

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁸⁹⁹. M. del P. Álvarez Maurín, regista o termo ‘*brozo*’ na documentação asturiana e leonesa, com o sentido de «maleza o espesura de arbustos y plantas en los montes y campos»¹⁹⁰⁰. Do contexto em que esta unidade aparece referida¹⁹⁰¹, não seria impossível que o redactor tivesse em mente este sentido da palavra, erradamente grafada (ou copiada pelo copista do *Livro de Mumadona*) sob a forma ‘*brazo*’.

¹⁸⁹³ Apêndice II, un. 2205.

¹⁸⁹⁴ DOZY; ENGELMANN (1869) – Glossaire des mots...: 198, s.u. arrabal: «(faubourg), de (...) (ar-rabadh). Je serais porté à croire que la forme primitive de ce mot a été arrabalde».

¹⁸⁹⁵ Apêndice II, un. 1527.

¹⁸⁹⁶ Apêndice II, un. 1901.

¹⁸⁹⁷ Apêndice II, un. 1612.

¹⁸⁹⁸ Apêndice II, un. 1696.

¹⁸⁹⁹ Apêndice II, un. 2247.

¹⁹⁰⁰ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 247.

¹⁹⁰¹ «Et inter aue et auizela ad illos brazos villa negrellos [...]» (Apêndice I.A., doc. 381, §16.1)

- Cabezana

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹⁰², que, à semelhança do que acontece com o termo ‘*cabeza*’ na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, poderá ter um de dois sentidos: «”extremo” de un lugar de extensión longitudinal, “parte superior” de un lugar que se extiende en altura» ou «“nacimiento” de una corriente de agua»¹⁹⁰³.

- Cova

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo, que presumimos ter o mesmo sentido que em português actual¹⁹⁰⁴.

- Dextros

Para lá das referências relativamente frequentes a unidades deste tipo no quadro de enumerações estereotipadas descritivas dos componentes de *ecclesiae* e mosteiros, com que os redactores procuravam aludir ao conjunto do espaço envolvente desses templos¹⁹⁰⁵, este termo ocorre duas vezes (e sempre na forma plural ‘*dextros*’) a designar unidades espaciais claramente individualizadas: os *dextros* das igrejas de Sta. Eulália de Rio Covo e de Sta. Eulália de Vila Meã¹⁹⁰⁶.

- Grova

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹⁰⁷, que nenhum dos léxicos consultados recolhe. Terá talvez o sentido de “fossa”, “cova”¹⁹⁰⁸.

- Lairigale (?)

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹⁰⁹. Tratar-se-á de uma forma derivada de ‘*larea*’?

¹⁹⁰² Apêndice II, un. 2016.

¹⁹⁰³ LLMARL, s.u. cabeza; LHP, s.u. cabezario.

¹⁹⁰⁴ Apêndice II, un. 1018.

¹⁹⁰⁵ Segundo A. de J. da COSTA, 1997 – *O Bispo D. Pedro...*, I: 342-43, que faz uma descrição pormenorizada deste tipo de espaços, o termo ‘*dextros*’ designa o «terreno à volta da igreja que lhe devia ficar reservado». Uma definição corroborada por J. ORLANDIS, 1977 – «Los laicos y las iglesias...»: 276, que define *dextros* como o «espacio de 72 o 84 pasos en torno al templo», a propósito da interdição de que nela habitasse qualquer leigo com mulheres registada nas actas do concílio de Coyanza (III, §16)

¹⁹⁰⁶ Apêndice II, uns. 143 e 156.

¹⁹⁰⁷ Apêndice II, un. 234.

¹⁹⁰⁸ Segundo D. KREMER, 1998 – «À volta da problemática...»: 123, são estes os significados da palavra galega ‘*groba*’, de origem germânica.

¹⁹⁰⁹ Apêndice II, un. 385.

- *Lombo*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹¹⁰, que terá possivelmente o sentido de “elevação de terreno”, “colina”, “lomba”, atestado na documentação asturiana e leonesa¹⁹¹¹.

- *Lovio*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹¹², que ocorre na documentação asturiana e leonesa com o sentido de “pórtico”, “galeria”¹⁹¹³, mas que na documentação galega «na maioria dos casos parece identificarse cun terreno de viñas nas proximidades da vivenda ou cun emparrado»¹⁹¹⁴. Parece-nos ser este o sentido mais provável para a referência àquela unidade, situada “sob” uma quintã, e na qual é talhado um “pedaço”.

- *Marina*

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹¹⁵. Niermeyer atribui à palavra o sentido de “região marítima”, “litoral”¹⁹¹⁶, que não é de todo incompatível com a alusão a esta unidade: «*in marina de Darci (...) XII.m talios de salinas*», embora possa também admitir-se o sentido mais específico que a palavra ‘marinha’ tem no português actual¹⁹¹⁷.

¹⁹¹⁰ V. Apêndice II, Obs. à un. 1025.

¹⁹¹¹ LLMARL, s.u. lombus; LHP, s.u. lombo, loma; RODÓN, 1972 – «Toponimia y latín medieval»: 278-79.

¹⁹¹² Apêndice II, un. 632 («*sub illa quintana I.º petazo de lovio*»). Note-se ainda a referência a uns «*fratres de louio*» numa doação feita ao mosteiro de Guimarães em 960 (Apêndice I.A., doc. 341), que segundo D. KREMER, 1998 – «À volta da problemática...»: 122, denuncia já a utilização da palavra com valor toponímico, a dar nome a um mosteiro.

¹⁹¹³ M. PÉREZ GONZÁLEZ, 2008 – «El latín...»: 91 arrola o termo ‘*lobio*’ entre as palavras de origem germânica integradas no latim da documentação asturo-leonesa e castelhana, atribuindo-lhe o significado de «emparrado, galería o pórtico emparrado».

¹⁹¹⁴ VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 283. Ambos os sentidos são recolhidos por: LLMARL, s.u. lobius; LHP, s.u. lobio. E ambos os léxicos classificam o segundo como característico do espaço galego.

¹⁹¹⁵ Apêndice II, un. 1460.

¹⁹¹⁶ NIERMEYER, s.u. marina.

¹⁹¹⁷ Note-se que M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 209, regista apenas a forma ‘*marine*’, que considera ser uma variante de ‘*marginé*’ (derivada do latim ‘*margo*’), utilizada na documentação asturiana e leonesa anterior a propósito de terras de cultivo, para designar as suas margens.

- Palla

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹¹⁸. É possível que a palavra esteja relacionada com a «raíz prerromana “*pal/pala” ‘ladera lisa y casi vertical’ o ‘pradera inclinada y escarpada’, que aparece (...) en la toponimia de los Alpes y del Pirineo gascón y catalán, y es atribuible por ello a un sustrato alpino-cántabro-pirenaico»¹⁹¹⁹. Como nota M. del P. Álvarez Maurín, independentemente da discussão, ainda em aberto, quanto à origem da raiz “*pala”, «en todo caso, el significado antiguo ha sido determinado unánimemente como el de ‘ladera de um monte’ y su empleo se extiende desde la zona de los Alpes hasta la zona de Asturias y León»¹⁹²⁰. O contexto em que aquela unidade é referida, no quadro da demarcação de uma propriedade, não impede de todo este sentido¹⁹²¹ e, como notou M. del P. Álvarez, a propósito da referência ao termo ‘*planum*’ na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230, «a partir de los contextos en que aparece en nuestros diplomas es difícil concretar si designa un terreno cultivado o una planicie»¹⁹²².

- Plana, planos

Registam-se duas unidades designadas por ambas as formas deste termo¹⁹²³. Os léxicos gerais que recolhem esta palavra assinalam o duplo significado de “terreno plano” e “terreno não arborizado” ou “campo cultivado”¹⁹²⁴, embora os léxicos peninsulares só assinalem o primeiro¹⁹²⁵.

- Presa

Regista-se apenas uma unidade designada por este termo¹⁹²⁶, marcadamente hispânico, que à semelhança do que acontece na documentação asturiana e leonesa e na

¹⁹¹⁸ Apêndice II, un. 2556.

¹⁹¹⁹ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 98.

¹⁹²⁰ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 99.

¹⁹²¹ «(...) et fere in portella de panizal et deinde in palla de vssso (sic) et per suco de varzenella et uayt per fontano infesto (...)» (Apêndice I, doc. 390).

¹⁹²² ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 113.

¹⁹²³ Apêndice II, un. 816 e 1014, respectivamente.

¹⁹²⁴ NIERMEYER, s.u. plana; BLAISE, s.u. I, III plana; DMLBS, s.u. planus.

¹⁹²⁵ LLMARL; LHP, s.u. plana, plano; RODÓN, 1972 – «Toponimia y latín medieval»: 278.

¹⁹²⁶ Apêndice II, un. 1098.

galega, teria o duplo significado de “muro de contenção de águas” e de “canal de condução da água para um moinho ou para um terreno”¹⁹²⁷.

- *Terraticos*

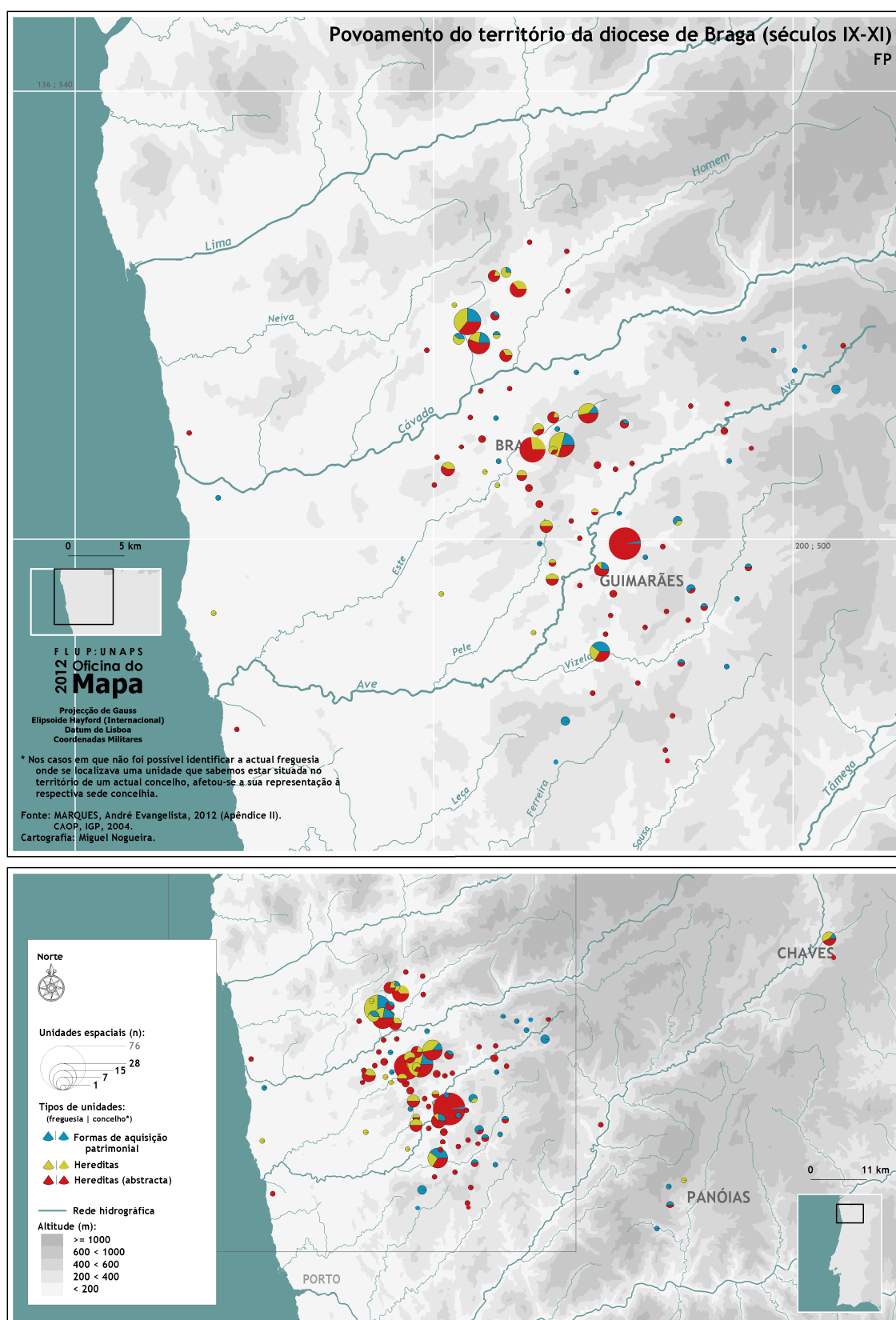
Regista-se apenas uma unidade designada por este termo, designada pela forma plural ‘*terraticos*’¹⁹²⁸, que parece corresponder aos significados de “arroteia”, “socalco”, “parcela agrária” recolhidos por alguns dos léxicos gerais consultados¹⁹²⁹.

¹⁹²⁷ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense*...: 205-206; VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián*...: 347-49.

¹⁹²⁸ Apêndice II, un. 251.

¹⁹²⁹ DU CANGE, s.u. *terraticum*; NIERMEYER, s.u. *terraticus* 1, 5, 6.

5. Formas de propriedade



Mapa 19 – Formas de propriedade

5.1. *Fundus*

Este termo aparece uma única vez na documentação analisada, à semelhança do que acontece com o termo ‘*praedium*’¹⁹³⁰, a designar subsidiariamente o *locus* de Moreira de Cónegos (que por outros documentos sabemos ser uma villa)¹⁹³¹; daí que não o tenhamos incluído autonomamente na tipologia de unidades que estrutura a base de dados. Utilizado num diploma de 983 conservado (e muito provavelmente escrito) no mosteiro de Guimarães, este vocábulo, de evidente recorte clássico e erudito, parece assumir aqui a função de precisar o conteúdo patrimonial do *locus* em causa. De resto, a generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe, entre outros, os significados de “zona inferior ou traseira de um campo ou herdade”¹⁹³² ou mais genericamente de “terra de cultivo”¹⁹³³, o que nos parece desadequado no caso que aqui comentamos; e o de “propriedade”, “domínio” (por vezes pertencente especificamente a uma fundação monástica)¹⁹³⁴. Ainda que este sentido pareça não ocorrer na documentação asturiana e leonesa datada entre 775 e 1230¹⁹³⁵, é claramente o que melhor dá conta da utilização da palavra na passagem citada.

5.2. *Hereditas*

Difícilmente encontraremos um exemplo mais representativo da polissemia que assumem alguns dos termos integrados no léxico espacial da documentação diplomática altomedieval do que o termo ‘*hereditas*’. A generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe um conjunto amplo de significados que oscilam em torno de dois pólos de sentido: (i) o direito abstracto de posse (à partida, em propriedade plena) de um ou mais bens; e (ii) os próprios bens (com evidente destaque para a propriedade fundiária) em que se materializa esse direito¹⁹³⁶. Os léxicos ibéricos não só identificam a

¹⁹³⁰ V. infra, §5.3.

¹⁹³¹ «(...) quorum baselice fundate cernuntur in loco nuncupato Morarie fundo inter bis amnes utrasque Aves sibe et inter duorum alpes Unione et Cabalorum montes suburbio Bragarense» (Apêndice I, doc. 347; Apêndice II, un. 1910=el. 3426).

¹⁹³² DU CANGE, s.u. 3. fundus; LHP, s.u. fondo

¹⁹³³ GMLC, s.u. fundus 1; DMLBS, s.u. fundus 2; LIMAL, s.u. fundus.

¹⁹³⁴ BLAISE, s.u. fundus 1; DMLBS, s.u. fundus 6. NIERMEYER, s.u. fundus 1, e LIMAL, s.u. fundus, registam ainda o sentido de território dominado por um núcleo populacional (“*finage*”, “*township*”; “*territorium*”).

¹⁹³⁵ ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 159.

¹⁹³⁶ Entre estes dois pólos oscilam os diversos sentidos recolhidos por NIERMEYER, s.u. hereditas 1-5 (“bens (herdados ou não) possuídos em propriedade plena”, “direito alodial”, “alódio (herdado ou não)”, “qualquer tipo de propriedade”, “tenência hereditária”) e por BLAISE, s.u. hereditas 1-4. DU CANGE,

utilização da palavra em acepções que se aproximam de ambos os pólos¹⁹³⁷, como em alguns casos acentuam claramente o segundo, ao proporem como significado predominante o de “bens fundiários”, maioritariamente integrados ou compondo uma unidade dominial e de exploração, como parece acontecer na documentação asturiana e leonesa anterior a 1230¹⁹³⁸ e na aragonesa anterior a 1157¹⁹³⁹; de resto, o sentido já atribuído à palavra ‘herdade’ por Viterbo, no seu *Elucidário* do português antigo¹⁹⁴⁰.

Com efeito, como há já bastantes anos notou J. Faci, num trabalho exploratório da terminologia agrária na documentação leonesa e castelhana até ao século XIII, são essencialmente duas as acepções de ‘*hereditas*’: (i) «concepto genérico y amplio, con una conotación fundamentalmente jurídica», a designar um conjunto de bens sobre os quais o respectivo proprietário tem «una disponibilidad que parece total, por haberse incorporado a su patrimonio»; e (ii) «bien económico concreto y determinado: una terra

s.u. haereditas 2, recolhe apenas o sentido de “alódio”; e DMLBS, s.u. hereditas acentua antes os sentidos de “herança”, “direito hereditário”.

¹⁹³⁷ LHP, s.u. eredad: «1 ‘bienes habidos de herencia’ (...) 2 ‘heredad, hacienda de campo’».

¹⁹³⁸ LLMARL, s.u. hereditas: «heredamiento (antiguo herencia), heredad: propiedad territorial, generalmente rústica y no siempre obtenida por herencia; dominio, estado». No mesmo sentido se pronunciara já M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 325-26. Depois de se referir ao «processo de desplazamiento semântico que tuvo lugar ya en época romana, por el cual *hereditas*, el conjunto de bienes de todo tipo, passa a designar los bienes raíces», a autora nota que as formas ‘*hereditate*’, ‘*ereditate*’ remetem na documentação asturiana e leonesa para «una amplia gama de acepciones que incluye distintas propiedades, por lo general, del suelo. El conjunto de bienes sobre el que se tiene derecho de propiedad puede tener su origen en la herencia, pero son numerosos los ejemplos de *hereditates* que se han adquirido a través de una donación o de una compra, por lo que la *hereditas* verá desplazar su carácter hereditário, constituyendo simplemente una unidad de explotación cuya característica fundamental es la de permanecer inalterada en sucesivas transacciones» (esta última afirmação parece-nos contestável).

¹⁹³⁹ O. NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 191-92, assinala apenas o significado de «“heredad”, “fundo”, en el sentido de “conjunto de tierras rurales pertenecientes a un dueño o que forman lote con una casa”»; acrescentando: «la palabra *hereditas* designa sólo a tierras, según puede observarse en muchos de los documentos transcritos, en que este concepto se opone o complementa con el de ‘casa’; y, siempre que se especifica los componentes de una *hereditas*, se trata de tierras. Por otra parte, la *hereditas*, como bienes pertenecientes a personas libres, constituye una propiedad de pleno dominio, equiparable en este sentido a un ‘alodio’» (*ibidem*, p. 192, nt. 75); «ninguno de los documentos aportados hace referencia a que la *hereditas* sea un bien recibido por herencia e incluso, en algunos, eso sería una posibilidad remota e inexistente» (*ibidem*, p. 191, nt. 74).

¹⁹⁴⁰ VITERBO, s.u. herdade: «Esta palavra (...), na sua origem, nada mais significava que alguns bens de raiz, vindos por herança, avoenga e sucessão de pais a filhos, ou também por sucessão testamentária, em que alguém era instituído por herdeiro. Porém, desde o IX século até o XV, não significava mais que um casal, quinta, herdamento, prédio rústico, vila, granja, celeiro, propriedade, aldeia, alcaria, e toda aquela fazenda, que rendia ou podia render algum fruto, para quem a cultivasse ou fizesse cultivar, prescindindo de ser a tal herdade de mais ou menos extensão, e não sendo, da sua essência, o estar incluída dentro de certos muros, marcos ou balizas mas antes constando, muitas vezes, de coirelas, peças ou belgas mui separadas e diversas (...) E que a herdade fosse, muitas vezes, separada e desunida, é cousa que não padece dúvida».

de labor»¹⁹⁴¹. Note-se, no entanto, que a progressiva identificação entre a *hereditas* (entendida em sentido amplo) e a terra a partir do século XI (e sobretudo do XII), à medida que avança a senhoriação e a subordinação dos camponeses à terra alheia que cultivam e de que mantêm apenas o usufruto, correu paralela à afirmação do sentido mais restrito de “terra de cultivo”, em função da progressiva apropriação individual de espaços antes integrados em sistemas comunitários de exploração (e independentemente do exacto estatuto jurídico do seu novo detentor)¹⁹⁴². Deste modo, o denominador comum entre ambas as acepções, cuja evolução diacrónica parece fazer convergir, é mesmo a *terra*, que obviamente não esgota o sentido da palavra¹⁹⁴³.

A mesma duplicidade de sentido foi recentemente identificada por L. Amaral no seu estudo sobre a organização do território bracarense entre o século IX e os finais do século XI¹⁹⁴⁴. Em síntese, o sentido primeiro da palavra parece ser, também na documentação aqui em análise, o de propriedade (plena) susceptível de ser transmitida, quer tenha origem numa herança (como sugere a etimologia), numa compra ou numa qualquer concessão. Designa, assim, um ou mais bens (sobretudo fundiários) que, independentemente da sua natureza, dimensão ou implantação espacial, se definem pela pertença a um mesmo proprietário¹⁹⁴⁵. No concreto, encontraremos depois casos em que o termo corresponde ao conjunto ou apenas a uma parte (específica ou abstracta) dos bens de um determinado indivíduo ou instituição; e, por outro lado, a propriedades

¹⁹⁴¹ FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 71-72. Entre os muitos outros trabalhos que poderíamos citar a propósito do significado de ‘*hereditas*’ nas fontes peninsulares altomedievais, veja-se a competente síntese, feita a partir da abundante documentação leonesa, por C. AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 160-61, 236-37, 240-42 e 318.

¹⁹⁴² FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 73-75.

¹⁹⁴³ São inúmeros os autores que insistem no facto de as *hereditates* corresponderem preferencialmente a bens fundiários, desde logo na documentação aragonesa anterior a 1157 (NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 192, nt. 75) ou na da Sé de Lugo já no século XIII (JIMÉNEZ GÓMEZ, 1975 – «Análisis de la terminología...»: 117); bem como em diversos fundos de instituições monásticas e episcopais do actual território português: e.g. LIRA, 2001 – *O mosteiro de S. Simão...*: 170-71; DURAND, 1982 – *Les campagnes...*: 338.

¹⁹⁴⁴ «A *hereditas* assumiu, em regra, dois significados maiores: podia aludir ao instituto (ou institutos) jurídico da transmissão de um determinado património, ou designar simplesmente uma ou mais propriedades. No primeiro caso, reporta-se geralmente a um prédio ou a um conjunto de bens transmitidos através de heranças, mas que também podiam ter sido adquiridos por doações, compras, etc. (...)»

«Na segunda acepção considerada, a palavra *hereditas* pode indiciar um sem-número de prédios rurais e de outros bens. Normalmente, contudo, refere-se a simples propriedades, que tanto podem ser uma villa inteira como, mais vulgarmente, uma parcela apenas da villa» (AMARAL, 2007 – *Formação e domínio...*: 166-67). O autor não deixa, todavia, de ressaltar que «os dois significados referidos andaram regularmente associados entre si e, por isso, com muita frequência a palavra *hereditas* assumiu-os em simultâneo num mesmo diploma» (*ibidem*, p. 168).

¹⁹⁴⁵ AYALA MARTÍNEZ, 1994 – «Relaciones de propiedad...»: 310.

perfeitamente individualizadas na documentação, ou, como acontece frequentemente, a bens indiferenciados, cuja natureza não nos é dado conhecer¹⁹⁴⁶. Como notou J. Faci, a capacidade da *hereditas* para englobar em si mesma outras realidades económicas e jurídicas designadas por termos como ‘*divisa*’, ‘*solar*’ ou mesmo a própria ‘*hereditas*’ é directamente proporcional à amplitude da sua acepção genérica, de conotação fundamentalmente jurídica¹⁹⁴⁷. Mas esta acepção, ainda que seja predominante, não pode ser tida por exclusiva¹⁹⁴⁸. Algumas *hereditates* correspondiam efectivamente a parcelas de terra concretas¹⁹⁴⁹, quando não mesmo a unidades de exploração agrária que, para além de um conjunto amplo de parcelas dispersas e de direitos de aproveitamento de espaços cultos e incultos, estariam dotadas de um núcleo residencial mais ou menos complexo, que poderia mesmo configurar-se como um centro dominial¹⁹⁵⁰.

Esta duplicidade de sentido obrigou-nos a distinguir dois tipos de *hereditates* na tipologia de unidades que estrutura a base de dados, consoante seja ou não possível atribuir a estas unidades uma realidade espacial/material concreta¹⁹⁵¹. Neste sentido, sempre que a informação veiculada pelos documentos o permitia, classificámos como “*Hereditas*” as unidades que tenham uma (e só uma) tradução espacial tangível, revelada, por exemplo, por uma localização precisa no quadro de uma outra unidade ou

¹⁹⁴⁶ LIRA, 2001 – *O mosteiro de S. Simão...*: 128-30 e 170-71.

¹⁹⁴⁷ FACI, 1978 – «Vocablos referentes...»: 74.

¹⁹⁴⁸ Parecem ir neste sentido as observações feitas, a propósito da documentação do mosteiro (e mais tarde colegiada) de Guimarães, por C. RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 137: «A herdade aparenta ser um núcleo de bens possuídos *de parentela sive de ganantia*, por alguém que, à parte as restrições impostas pelo direito sucessório, pode dispor dela livremente. Um conjunto de bens assim adquirido pode não ser uma exploração agrária única, coerente e funcional – daí que quaisquer ilacções sobre as suas dimensões e, ou, orgânica interna sejam despidas de sentido».

¹⁹⁴⁹ Em trabalho anterior identificámos na documentação relativa ao Entre Douro-e-Lima (datada entre 906 e 1200) alguns exemplos de *hereditates* correspondentes «bens fundiários individualizados e implantados num lugar concreto» que estariam integradas fisicamente no perímetro de casais (MARQUES, 2008 – *O casal...*: 219).

¹⁹⁵⁰ A análise do património do mosteiro de S. Vicente de Fora, já em finais do século XII, durante o priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205), levou I. Branquinho a sugerir que «de uma que outra [das herdades compradas pelo mosteiro], ressalta a ideia de que se possa assimilar o termo herdade a quintã: assim uma herdade com sua torre, casas, vinhas e plantações, em Bucelas» (BRANQUINHO, 2005 – «Estratégias de composição...»: 84-85).

¹⁹⁵¹ Esta é a distinção fundamental, numa perspectiva de estudo da paisagem e do povoamento. Já a distinção entre as herdades que resultam efectivamente de uma “herança” ou que englobam um ou mais bens adquiridos por outras formas – uma distinção relevante sobretudo para o estudo da atribuição social do espaço – resulta aqui secundária. No entanto, quando foi possível identificar informação relevante sobre um ou outro tipos, registámo-la no campo *Obs.* do módulo *Elementos* (assinalada pela etiqueta “Herança” no primeiro caso), para além de poder ser registada no subformulário *Transmissões* contemplado na base de dados (v. supra, Parte I, §3.2.B.6.1.).

pela referência a elementos confinantes, demarcações, marcos de delimitação, etc.¹⁹⁵². E classificámos como “*Hereditas (abstracta)*” aquelas que são meras agremiações de bens¹⁹⁵³ ou que correspondem especificamente a um conjunto de direitos de posse e/ou exploração de espaços e recursos dentro do território de uma villa, traduzidas normalmente numa fracção dessa villa (e da respectiva igreja, em vários casos), e cujo *conteúdo* é descrito muitas vezes por meio de enumerações estereotipadas dos componentes da *hereditas*¹⁹⁵⁴. À semelhança de outras unidades, como o casal e a própria *hereditas* quando tem uma tradução espacial tangível, algumas das *hereditates* que considerámos *abstractas* poderiam também incluir um *centro* residencial aglutinador de parcelas e direitos diversos; ou corresponder apenas a conjuntos de parcelas e direitos articulados por outros tipos de unidades com essa vocação aglutinadora¹⁹⁵⁵.

A aplicação do critério de distinção exposto acabou por nos levar a classificar como “*hereditas (abstracta)*” todas as menções a *hereditates* (expressamente plurais), mesmo que algumas possam corresponder a grupos de herdades que têm cada qual *uma* tradução espacial concreta, e que apenas por economia discursiva alguns redactores

¹⁹⁵² Um bom exemplo, entre muitos, encontra-se num documento de 1032: «carta vendicionis de hereditate mea propria que abeo in villa Aliste subtus monte Spino et rivulum Aliste civitas Bracara. Habet iacentia ubi dicent Geloy, leva se de sucu de Donno et vadit per succo de Traseiro et ferre in carrale antiqua, de alia parte per succo de Olidi et inde per succo de Donno per ipsos marcos unde primitur inquavimus. Damus vobis illa in iudicato pro iudicio que habui cum Stephano» (Apêndice I, doc. 33; Apêndice II, un. 227).

¹⁹⁵³ Um bom exemplo, entre muitos outros, encontra-se num documento de 1085 (com a particularidade de esta *hereditas* juntar bens efectivamente herdados com outros adquiridos): «*testamentum facimus (...) de hereditate nostra propria quam habemus in villa Guandilanes subtus Castro Malo discurrentibus aquis ad Hominem sede Bracare, et iacet [1] in illo casale qui fuit de avio nostro, de illo medietatem integram [2] et casale quem comparavimus de Eugenia integrum [3] et de illo casale de Frenila Tedoniz medietatem et illos casales cum quantum ad prestitum hominis est intus et foris per ubi illas potueritis invenire per suos terminos et locos antiquos. Et ipsas hereditates habuimus benefactis cum fratre nostro Oveco*» (Apêndice I, doc. 273; Apêndice II, un. 2391).

¹⁹⁵⁴ Um bom exemplo, entre muitos que poderíamos citar, deste último tipo de *hereditates* encontra-se num documento de 1081: «*carta venditionis et firmitatis de hereditate nostra propria quam habemus in villa Amenitelo secus litore maris subtus alpe Bove Castro territorio Portugali et habemus ipsa hereditate de avia nostra domna Patrina. Concedimus tibi de ipsa villa VI.^a integra per suis locis et terminis antiquis ubique illa potueritis invenire cum exitu montium accessum vel regressum et de ipsa ecclesia et in ipso mari suas piscarias secundum possibilitatem tuis (sic) et accepimus de te pretium*» (Apêndice I, doc. 104; Apêndice II, un. 841).

¹⁹⁵⁵ É o que parece acontecer com uma *hereditas* (integrada num casal) transaccionada num documento de 1065: «*cartula uenditionis et firmitatis de hereditate nostra propria que habemus caluos subtus mons latito discurrente riulo auizella et habet iacentia ipsa hereditate in illo casal ubi modo habitamus quos fuit de patre nostro Gauino siue et nostras ganantias quantum in ipsa villa ganamus et in nostro iure tenemus casas uineis pumares saltus defesas aquis aquarum petras mobiles uel immobiles cum quantum in se obtinet et ad prestitum hominis est. Damus uobis ipsas hereditates pro uestro debito que spesemus hic in ipsa villa nominatum Cm IIIes modios*» (Apêndice I, doc. 384; Apêndice II, un. 2395).

terão optado por referir em conjunto (sobretudo ao aludirem às várias propriedades detidas por um mesmo proprietário no quadro de uma mesma villa). Note-se ainda que não foram fichadas as referências a *hereditate(s)* que frequentemente ocorrem no início dos actos (quando se enuncia o objecto da transacção) sempre que o seu conteúdo é posteriormente explicitado na parte expositiva, por não se tratarem de unidades autónomas mas apenas de uma mera designação alternativa para unidades específicas e tipologicamente definidas, designação essa que normalmente denuncia a origem hereditária dos direitos de propriedade sobre essas unidades¹⁹⁵⁶. Algumas das unidades efectivamente fichadas como “*Hereditas (abstracta)*” podem, todavia, não corresponder a unidades autónomas, quando são referidas em actos cuja parte expositiva não fornece uma tal explicitação¹⁹⁵⁷. Fichá-las corresponde, contudo, à única forma de sinalizarmos a sua existência (mesmo que desconheçamos o seu conteúdo).

Esclarecidos os sentidos da palavra, importa aludir à ocorrência de ambos os tipos de *hereditates* na documentação analisada (onde a forma ‘*hereditate(s)*’, muitas vezes indeclinada, é a mais frequente). Do primeiro tipo (“*Hereditas*”) registam-se 86 unidades, a que correspondem 99 menções documentais datadas entre 961 e 1104 (das quais 90 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁹⁵⁸. Marcando bem a sua condição de propriedade apropriada individualmente, a esmagadora maioria daquelas 86 unidades é designada com recurso ao nome do seu proprietário/usufrutuário (66), a que acresce a utilização de um simples antropónimo na identificação de 11. Um bom indicador da tangibilidade espacial destas *hereditates* é a relativa abundância de dados fornecidos pelos documentos sobre a sua delimitação: dispomos de demarcações *completas* ou de simples referências a elementos confinantes para 45 unidades, de informação sobre as dimensões de 13, sobre os marcos mentais e físicos de delimitação de 16 e quatro, respectivamente, e para 16 dispomos ainda de outro tipo de dados sobre delimitações. Que estas *hereditates* eram, também elas, objecto de fragmentação (por razões hereditárias ou outras) confirma-se pelo facto

¹⁹⁵⁶ No entanto, nos casos em que o diploma fornece informações de cariz territorial (normalmente relacionadas com macro-elementos de localização) específicas desta(s) *hereditate(s)*, foi aberta ficha.

¹⁹⁵⁷ Em alguns casos, podem corresponder a meras porções de uma determinada unidade que foram fichadas por aparecerem na documentação designadas pelo termo ‘*hereditas*’, ao passo que quando aparecem designadas por expressões como ‘*rationes*’, sem se especificar se se trata de um pedaço de terra individualizável, são apenas assinaladas na ficha da unidade englobante.

¹⁹⁵⁸ Note-se que seis (6%) destas 99 menções documentais correspondem a unidades que os redactores designaram preferencialmente por outros termos (‘*larea*’, ‘*pumar*’, ‘*casal*’), pelo que o total de unidades alguma vez classificadas como ‘*hereditas*’ é de 92.

de a documentação aludir a fracções (exactas) e a porções (indefinidas) de 30 e cinco das 98 unidades deste tipo, respectivamente.

Já do segundo tipo (“*Hereditas (abstracta)*”) regista-se um número bem mais significativo de unidades: 201¹⁹⁵⁹, a que correspondem 227 menções documentais datadas entre 949 e 1108 (das quais 211 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁹⁶⁰. Marcando igualmente bem a sua condição de propriedade apropriada individualmente, a maior parte destas unidades é designada com recurso ao nome do seu proprietário/usufrutuário (136), a que acresce a utilização de um simples antropónimo na identificação de 55, sendo ainda de notar o recurso bem menos frequente a indicações topográficas, em 22 casos. Ao contrário do que vimos acontecer com as herdades do primeiro tipo, os documentos raramente se referem à delimitação destas *hereditates* (abstractas): a única informação minimamente significativa diz respeito aos marcos mentais de delimitação de 39 unidades, que correspondem por via de regra a *termini* meramente formais. Já em matéria de fragmentação, são referidas fracções (exactas) e porções (indefinidas) de 53 e cinco unidades, respectivamente, uma percentagem menor do que vimos ocorrer com as herdades do primeiro tipo, o que aliás não surpreende se tivermos em conta que o carácter *abstracto* destas herdades correspondentes a agremiações de bens decorreria em si mesmo de processos de fragmentação (hereditária ou por outra via) da propriedade.

Em suma, somando as unidades de ambos os tipos, foi possível identificar na documentação analisada 287 herdades, sendo que este número sobre para 297 se tivermos em conta as unidades de outros tipos que são também classificadas como *hereditates* em pelo menos um documento¹⁹⁶¹. No entanto, o termo ‘*hereditas*’ ocorre ainda como componente indefinido ou estereotipado de outras 30 unidades (casais, uma *ecclesia*, uma villa, um simples topónimo, etc.), na esmagadora maioria dos casos como

¹⁹⁵⁹ Como se deduz do que ficou dito sobre os critérios adoptados para classificar as *hereditates* num ou outro tipos, partimos do princípio de que estas unidades corresponderiam a conjuntos formais de bens, salvo indicação expressa do documento em contrário. Perecebe-se assim que este número de unidades classificadas como “*hereditas (abstracta)*” possa estar de alguma forma inflacionado, em virtude da ausência de informação que nos permitisse classificá-las como “*hereditas*”.

¹⁹⁶⁰ Note-se que seis (3%) destas 201 menções documentais correspondem a unidades que os redactores designaram preferencialmente por outros termos (‘*casal*’ e vários termos relativos a formas de aquisição patrimonial – v. *infra* §5.4.), pelo que o total de unidades alguma vez classificadas como ‘*hereditas*’ (abstracta) é de 207.

¹⁹⁶¹ À soma dos referidos totais de 92 *hereditates* e de 207 *hereditates* (abstractas) que contemplam essas unidades classificadas secundariamente como herdades devem ser descontadas duas unidades a que correspondem menções documentais de ambos os tipos de herdades (Apêndice II, uns. 533 e 712), pelo que o total efectivo é de 297 e não de 299.

componente dessas unidades, mencionado no quadro de enumerações estereotipadas. Por vezes aparece articulado com a palavra ‘*testatio*’, formando uma das partículas frequentes nessas enumerações (“*hereditates et testationes*”), com que, por contraste de sentido entre ambos os termos, os redactores procuravam englobar o conjunto de bens e direitos *herdados* e *doados* incluídos na propriedade cujo conteúdo a enumeração se propunha circunscrever.

5.3. *Predio*

Este termo aparece uma única vez na documentação analisada, sob a forma ‘*predio*’, a designar a villa de Caíde¹⁹⁶², no mesmo diploma de 983 em que vimos ocorrer a única menção à palavra ‘*fundus*’¹⁹⁶³. Trata-se, como ficou dito, de uma escritura conservada (e muito provavelmente escrita) no mosteiro de Guimarães, que se destaca pelo recurso a um vocabulário de recorte clássico e erudito, também neste caso com o provável objectivo de sublinhar o conteúdo patrimonial da villa em causa. De resto, a generalidade dos léxicos que registam o termo ‘*praedium*’ atribui-lhe o significado primeiro de “património”, que tanto pode ser móvel como imóvel¹⁹⁶⁴, como parece acontecer com o termo ‘predio’ em ibero-romance¹⁹⁶⁵. E que, a avaliar ao menos pela sua utilização nas fontes do período godo, tanto poderia corresponder a conjuntos abstractos de bens dos quais se extrairia um determinado rendimento, como a propriedades fundiárias concretas que implicassem uma unidade de exploração rural, a que poderia mesmo corresponder um núcleo residencial dotado de estruturas de armazenamento e transformação¹⁹⁶⁶.

5.4. Formas de aquisição patrimonial

A par da palavra ‘*hereditas*’ (que estava longe, como vimos, de designar apenas bens recebidos por transmissão hereditária), é possível identificar na documentação analisada um conjunto relativamente amplo de termos que designam unidades espaciais

¹⁹⁶² «(...) offero pro mea quinta illut concedo eandem fundo secundum eam conmutavi cum mea cognata Adosinda post desessu jermani mei Ranemiri pro que de nos accepit predio nuncupato Cagidi cum cunctis ajunctjonibus suisque prestatjonibus» (Apêndice I, doc. 347; Apêndice II, un. 1912=el. 3435).

¹⁹⁶³ V. *infra* §5.1.

¹⁹⁶⁴ NIERMEYER, s.u. *praedium* (que distingue, no caso da propriedade imóvel, a possibilidade de se tratar de um alódio, detido em propriedade plena ou de terra sujeita a um direito de propriedade eminente); BLAISE; DMLSB, s.u. *praedium*; LIMAL, s.u. *predium* (v. também *Addenda*).

¹⁹⁶⁵ LHP, s.u. *predio*.

¹⁹⁶⁶ ISLA FREZ, 2001 – «*Villa, villula, castellum...*»: 15.

através de uma referência, claramente metonímica, às respectivas formas de aquisição patrimonial (*'cambiancia'*, *'comparatione'*, *'ganantia(s)'*, *'incartatione(s)'*, *'incommuniacione(s)'*, *'testamentum'*, *'testatione'*), ou pontualmente do seu estatuto jurídico (como acontece aparentemente com as expressões *'adiunctiones'*, *'comitatus'* e *'laicales'*). Trata-se, portanto, de um conjunto de vocábulos de natureza jurídica, que traduzem na maior parte dos casos o tipo de contrato (de transacção ou concessão) de que as unidades foram objecto em algum momento que nos é, na maior parte das vezes, desconhecido, mas que nada revelam da sua morfologia.

No total, registam-se 67 unidades designadas por uma (ou mais) destas palavras no corpus documental analisado; a que correspondem 75 menções documentais datadas entre 924 e 1106 (das quais apenas 48 provêm de escrituras em que estas unidades são objecto do acto jurídico consignado)¹⁹⁶⁷. É sintomático da dimensão patrimonial destas unidades que quase metade (33) sejam designadas por referência ao nome do respectivo proprietário/usufrutuário e 19 através de um antropónimo. Já o facto de 17 serem identificadas por uma qualquer indicação topográfica demonstra a respectiva ancoragem espacial. Com efeito, se alguns destes termos aparecem a designar propriedades que podemos claramente individualizar como parcelas de terra concretas, como acontece com *'adiunctione'*, *'cambiancia'*, *'comitatus'*, *'testamentum'*), outros referem-se a conjuntos abstractos de bens (que agregam unidades individualizadas, é certo), como acontece com os vocábulos *'ganantias'*, *'incartationes'*, sintomaticamente usados sempre no plural, por oposição aos anteriores, que ocorrem apenas no singular (salvo, em alguns casos, a sua utilização em contextos formularios)¹⁹⁶⁸. Acontece, portanto, com este tipo de termos aquilo que vimos acontecer com os relativos à fragmentação da propriedade¹⁹⁶⁹.

¹⁹⁶⁷ Note-se que cinco destas 75 menções documentais correspondem a outras tantas *hereditates* (das quais quatro são abstractas) que os redactores designaram ocasionalmente através de um dos vocábulos aqui considerados, pelo que o total de unidades alguma vez classificadas com recurso a algum dos termos tratados nesta secção é de 72.

¹⁹⁶⁸ Note-se ainda que *'incommuniacione'* é utilizado (tanto no singular como no plural) para designar propriedades de ambos os tipos, ao passo que *'comparatione'* utilizado para identificar uma propriedade que não é possível classificar em nenhum.

¹⁹⁶⁹ V. *supra* §4.2.5.

- *Adiunctione(s)*

Este termo é utilizado somente duas vezes no singular, para designar propriedades específicas, ambas arroladas no inventário do património do mosteiro de Guimarães (1059)¹⁹⁷⁰. No entanto, é relativamente frequente a sua ocorrência no plural, tanto na documentação de Guimarães como na que se conservou no cartório da Sé de Braga, a designar conjuntos indefinidos de propriedades situadas num determinado lugar ou pertencentes a um mesmo proprietário¹⁹⁷¹; ou ainda no quadro de enumerações estereotipadas descritivas de unidades várias (casais, herdades, *ecclesiae*, mosteiros, *villae*, topónimos, etc.), muitas vezes acompanhado de termos de sentido próximo, que completam a sua função de englobar o conjunto das propriedades e/ou direitos patrimoniais inerentes a essas unidades: ‘*adtestationes*’, ‘*adprestationes*’, ‘*prestancia*’, ‘*ganationes*’¹⁹⁷². De resto, o sentido genérico de “pertenças/dependências (de um domínio)” assinalado por alguns dos léxicos gerais consultados¹⁹⁷³, parece verificar-se tanto na documentação galega dos séculos IX a XIII¹⁹⁷⁴ como na asturiana e leonesa anterior a 1230¹⁹⁷⁵.

- *Cambiancia*

Este termo ocorre uma só vez, sob a forma ‘*canbiancia*’, a designar uma propriedade que constitui uma parcela de terra concreta, mencionada na delimitação de um campo num documento de 1036 do mosteiro de Guimarães¹⁹⁷⁶. Trata-se de uma palavra de recorte romance, ausente nesta exacta forma dos léxicos de latim medieval,

¹⁹⁷⁰ Apêndice II, uns. 2348 («in uilla margaridi una adiunctione») e 2381 («adiunctione in uillarello»).

¹⁹⁷¹ Bons exemplos desta ocorrência formular encontram-se ainda em diversas passagens do inventário de 1059 (Apêndice I, doc. 381): «*Et in territorio uelaria nostras adiunctiones nominibus...*» (Apêndice I.A., doc. 381, §14); «*Et ad illa ponte de auizella monasterio de moraria cum uillacoua et uarzena et suas adiunctiones in uillar et in sancto martino*» (§16.4).

¹⁹⁷² Note-se ainda que, por vezes, o termo ‘*adiunctiones*’ é substituído por ‘*adiacentiis*’ nestas enumerações, o que corrobora a proximidade de sentido entre ambas as palavras, que parecem de resto assumir um valor equivalente na documentação ibérica (LHP, s.u. *aiuntione*, definida como sinónimo de ‘*aiacentia*’). Por outro lado, o termo ‘*adiunctio*’ ocorre no latim clássico como sinónimo de ‘*accessio*’, entre outros significados (*Thesaurus Linguae Latinae*, s.u. *adiunctio*); o que poderá aplicar-se em algumas das suas ocorrências formulares.

¹⁹⁷³ DU CANGE, s.u. *adjunctiones*; BLAISE, s.u. *adjunctio*.

¹⁹⁷⁴ «É un termo de natureza xurídica, fixado en diversas expresións e que tería un significado xenérico de pertenzas, entre elas as edificacións» (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 22).

¹⁹⁷⁵ M. del P. ÁLVAREZ MAURÍN, 1994 – *Diplomática asturleonense...*: 318-19, regista um sentido mais preciso (e restritivo) num documento de 1049: «En nuestros documentos posee el valor concreto de propiedades que forman parte o que prestan servicios a otras entidades superiores».

¹⁹⁷⁶ «*leuat se ipse agro de termino de agro de petro et uadit in directo per succo de soror ilduara et fere in illa cabezana trans illa canbiancia et torna per succo de petro in directo et fere in illa carraria de agro de petro unde primitur incoabimus*» (Apêndice I, doc. 362; Apêndice II, un. 2017).

mas muito semelhante a formas recolhidas por léxicos gerais e “nacionais”¹⁹⁷⁷ e por vários dos léxicos peninsulares, tanto os especificamente latinos como os de ibero-romance¹⁹⁷⁸, em todos com o sentido dominante de “permuta” ou “objecto adquirido por permuta”, como seria o caso daquela parcela de terra.

- *Comitatus*

Este termo aparece, sob as formas ‘*comitatu*’ e ‘*comidato*’, a designar duas unidades espaciais confinantes com duas leiras transaccionadas em documentos de 1068¹⁹⁷⁹ e de 1082¹⁹⁸⁰; a que deve acrescentar-se uma terceira mencionada numa escritura de 1077¹⁹⁸¹. Todas estas cartas correspondem a títulos de aquisição de propriedades por parte do mosteiro de S. Antonino de Barbudo e é possível que as três referências digam respeito a um mesmo *comitatus*. No entanto, é difícil perceber o exacto sentido que a palavra assume nestes textos. O facto de em todos ser referida como elemento confinante de parcelas de terra parece suficiente para atestar a sua efectiva tradução espacial. Mas não é impossível, parece-nos até plausível, que correspondesse a uma designação genérica de um conjunto de propriedades tangíveis (de resto indiciada pela expressão «*et ferit in illa [lama?] de comitato*» do último documento citado). Com efeito, se se excluir a possibilidade de estarmos perante um erro de cópia cometido pelo copista (muito possivelmente o mesmo) destas escrituras no *Liber Fidei* da Sé de Braga, será possível pensar na utilização deste termo como designativo de um conjunto de propriedades pertencente a algum membro da família condal portugalense (que, de resto, sabemos ter detido bens na zona de Vila Verde) ou outra, no qual estariam integradas as exactas parcelas confinantes com as que são delimitadas; a referência ao “*comitatu que testarunt ad Sancto Martino*” no primeiro dos documentos citados parece corroborar este sentido de conjunto patrimonial (doado).

¹⁹⁷⁷ DU CANGE, s.u. *cambiare* (*cambiatio*, *concambiatio*), *concambitio*, *concambium*; NIERMEYER, s.u. *cambitio*, *concambiatio*; DMLBS, s.u. *cambitio*; LIMAL, s.u. *cambiatio*, (*Addenda*) *cambicio*.

¹⁹⁷⁸ GMLC, s.u. *cambiatio*; LHP, s.u. *camiatione*; NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 241 (s.u. *concambiatio*).

¹⁹⁷⁹ «*illa larea de Ero in agro super Varzenela de illo comitatu que testarunt ad Sancto Martino in amplo passo et cubito et in longo vadit per traversa Donega et ferit in illa de Vimaranes*» (Apêndice I, doc. 222; Apêndice II, un. 1147).

¹⁹⁸⁰ «*una larea de terra quam habeo in villa Agra de illa Archa levat de testa de Carregoso de illo viniale et ferit in succo de Mondino et de amplo de illo succo de Sancto Iuliano in succu de Govetino medietatem integram et alia media vadit in comitato*» (Apêndice I, doc. 260; Apêndice II, un. 1266).

¹⁹⁸¹ «*I^a larea de terra (...) et iacet in agra de Zam iuxta arrugium qui currit iuxta monasterium Sancti Pelagii II^os passos in amplo et de longe levat se de lama de Frogia et ferit in illa [lama?] de comitato*» (Apêndice I, doc. 247; Apêndice II, un. 1214).

De resto, a generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe significados maioritariamente associados a manifestações políticas, judiciais e mesmo territoriais da autoridade de um *comes*¹⁹⁸², que é corroborado pelos léxicos de ibero-romance¹⁹⁸³.

- *Comparatione*

Este termo ocorre uma só vez, sob a forma ‘*comparatione*’, num documento do mosteiro de Guimarães datado de 1008, a designar uma propriedade integrada numa outra (também adquirida por *comparatione*) mas que não sabemos se corresponde a uma única parcela de terreno¹⁹⁸⁴. Mais do que ‘*cambiancia*’, esta palavra está ainda muito próxima da forma clássica ‘*comparatio*’ registada pela generalidade dos léxicos de latim medieval, tanto os gerais e “nacionais”¹⁹⁸⁵ como os léxicos peninsulares, tanto os especificamente latinos como os de ibero-romance¹⁹⁸⁶, em todos com o sentido dominante de “compra” ou “objecto adquirido por compra”, como seria o caso da referida “*comparatione de ogenio*” que o outorgante do documento dá ao referido Eugénio, o que nos leva a crer que esta propriedade lhe teria sido comprada anteriormente, sendo agora devolvida.

- *Ganantias*

Este termo é utilizado somente duas vezes, e sempre no plural, para designar conjuntos específicos de propriedades, em dois documentos copiados no *Liber Fidei*, datados de 1074 e 1076¹⁹⁸⁷; mas é relativamente frequente a sua ocorrência, tanto na documentação que se conservou no cartório da Sé de Braga como na do mosteiro de Guimarães, a caracterizar a origem jurídica de conjuntos de propriedades situadas num

¹⁹⁸² DU CANGE, s.u. 1-8 comitatus; NIERMEYER, s.u. comitatus 3-16; BLAISE, s.u. comitatus 3, 6; DMLBS; LIMAL; GMLC, s.u. comitatus. Alguns destes léxicos acrescentam o sentido distintamente italiano de “território de uma cidade (*contado*)”.

¹⁹⁸³ LHP, s.u. comdado; VITERBO, condado 2. Seguindo um outro sentido recolhido por este autor (s.u. condado 1), T. de S. SOARES, 1942 – «Alguns diplomas...»: 66, atribui à palavra ‘*condatus*’, que identificou em documentos privados portugueses dos séculos XI-XIII, o sentido de “tributo sobre a caça e a pesca”, que é de todo incompatível com os textos citados.

¹⁹⁸⁴ «*in riba de selio villa osgildi secundum ea comparauimus per nostras cartas quia per comparatione illa abemus cum omnia sua extra uno petazo que dedimus ad aloito (...) et extra comparatione de ogenio que ei damus*» (Apêndice I, doc. 353; Apêndice II, un. 1958).

¹⁹⁸⁵ DU CANGE, s.u. 2. comparare (*comparatio*); NIERMEYER, BLAISE, s.u. *comparatio*; DMLBS, s.u. 2. *comparatio*; LIMAL, s.u. *comparatus*.

¹⁹⁸⁶ GMLC, s.u. *comparatio*; LHP, s.u. *comparacione*; NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 239-40 (s.u. *comparatio*, *compara* – o autor distingue dois sentidos neste último termo: «a) “compra”, entendido geralmente como “conjunto de los bienes adquiridos en un acto de compra-venta”; b) “derecho de adquirir o comprar (tierras) libremente en cualquier lugar”»).

¹⁹⁸⁷ Apêndice II, uns. 502 e 512.

determinado lugar ou pertencentes a um mesmo proprietário, que os redactores classificam com recurso a outros termos¹⁹⁸⁸. Em alguns (poucos) casos, verifica-se ainda a sua utilização no quadro de enumerações estereotipadas que descrevem unidades várias (casais, herdades, *ecclesiae*, mosteiros, villae, topónimos, etc.), muitas vezes acompanhado de termos de sentido próximo, que completam a sua função de englobar o conjunto das propriedades e/ou direitos patrimoniais inerentes a essas unidades: ‘*adiunctiones*’, ‘*adtestationes*’, ‘*adprestationes*’, ‘*prestancia*’¹⁹⁸⁹. De resto, o sentido genérico de “aquisição” ou “bens adquiridos” (que parece opor-se a “herança” ou “bens herdados”), é precisamente o que assinalam os léxicos ibéricos que recolhem este termo de recorte claramente romance¹⁹⁹⁰, e por isso ausente dos léxicos latinos gerais e ultra-pirenaicos¹⁹⁹¹.

- *Incartationes*

Este termo ocorre uma única vez, e no plural, num documento do mosteiro de Guimarães datado de 959, a designar um conjunto de propriedades de Ramiro II no território de Entre-Ambas-as-Aves, transferidas para a posse de Mumadona Dias¹⁹⁹². Percebe-se assim claramente que a palavra é aqui utilizada no sentido de “bens transferidos por meio de uma carta”, recolhido por Niermeyer¹⁹⁹³, embora os léxicos hispânicos assinalem apenas o significado de “acto de transmissão por meio de carta”¹⁹⁹⁴.

¹⁹⁸⁸ A mesma intenção de circunscrever de forma compreensiva o conteúdo de uma determinada propriedade que caracteriza as enumerações estereotipadas dos seus componentes detecta-se neste tipo de expressões que procuram englobar todo o tipo de direitos de propriedade inerentes a um determinado bem, independentemente da origem jurídica desses direitos. Um bom exemplo encontra-se num documento de 1099, através do qual é doada à Sé de Braga uma «*hereditate quanta ibi habeo et in meo iure obtinui sive de avolengo quomodo de [com]paratela et de ganantia sive de contramuta[tione]*» (Apêndice I, doc. 144). É evidente neste tipo de expressões a oposição entre os direitos de origem hereditária (“*de avolengo quomodo de [com]paratela*”) e os que decorrem de aquisições por compra ou escambo (“*de ganantia sive de contramuta[tione]*”).

¹⁹⁸⁹ Nestas enumerações, a palavra assume normalmente a forma ‘*ganationes*’.

¹⁹⁹⁰ LHP, s.u. ganancia; NORTES VALLS, 1979 – «Estudio del léxico...»: 189-90 8s.u. ganantia), que, para além do significado genérico de “ganancia”, propõe o sentido mais específico de «adquisición de bienes que se unen a los ya poseídos».

¹⁹⁹¹ A excepção é DU CANGE, s.u. ganancia, que assinala tratar-se de um termo hispânico, a que atribui o sentido de “lucro, rendimento”.

¹⁹⁹² «et uilla in eius adicio ereximiri que contramutauerunt cum rege domno Renemiro pro uilla samota iuxta flumen durio quod illi dederat tius suos donus exemenus pro uilla lalini. Similiter et adidit nobis incartationes quos habebat inter Aue et Auizella» (Apêndice I, doc. 338; Apêndice II, un. 1760).

¹⁹⁹³ NIERMEYER, s.u. inchartatio;

¹⁹⁹⁴ LLMARL, s.u. incartatio, propõe a definição de «consignación escrita de la posesión jurídica de una propiedad a favor de una o varias personas, título o carta de propiedad»; e LHP, s.u. incartacione,

- *Incommuniatio*(s)

Contrastando com a utilização muito restrita de todos os outros vocábulos incluídos nesta secção, o termo ‘*incommuniatio*’ ocorre com relativa frequência na documentação do mosteiro de Guimarães (entre 959 e 1059). Usado tanto no singular como no plural, aparece a designar um conjunto de 14 unidades que correspondem quer a propriedades específicas quer a conjuntos de bens (incomunicações) pertencentes ao cenóbio num ou mais lugares¹⁹⁹⁵. Acresce ainda um número reduzido de unidades (quatro villae e um mandamento) que aparecem registadas no inventário de 1059 como pertencendo ao mosteiro «*cum incommuniatioes suis*», o que constituem referências manifestamente genéricas (senão mesmo formulares) a essas incomunicações, sempre acompanhadas pela indicação de outros componentes dessas unidades¹⁹⁹⁶. Embora a generalidade dos léxicos de latim medieval recolha o verbo ‘*incommuniare*’ (com sentidos que passam inevitavelmente pela “concessão da posse de um determinado bem”, normalmente partilhada entre ambas as partes)¹⁹⁹⁷, a verdade é que a utilização de um substantivo derivado parece ser exclusiva das fontes ibéricas¹⁹⁹⁸, sendo este tipo de concessões particularmente características, como é sabido, do Noroeste peninsular¹⁹⁹⁹. O que explica a ausência em todos os léxicos consultados da acepção mais concreta de “bens (terras) incomuniadas” com que a palavra ‘*incommuniatio*’ ocorre na documentação de Guimarães.

- *Laicales*

Este termo ocorre uma só vez, e no plural, num documento do *Liber Fidei* datado de 1043, a designar um conjunto de propriedades que Savarigo Baltariz possuía

apresenta um sentido ainda mais restritivo: «donación por carta o documento». De resto o sentido de “acto de transmissão de propriedade por escrito” parece ser o único detectável também nas fontes britânicas (DMLBS, s.u. *incartatio*).

¹⁹⁹⁵ Apêndice II, uns. 2007, 1770, 1780, 1800, 2065, 2139, 2220, 2221, 2228, 2279, 2280, 2360, 2361 e 2362. Uma boa parte destas unidades é referida no inventário do património de Guimarães de 1059 (Apêndice I, doc. 381).

¹⁹⁹⁶ Neste sentido, foram apenas fichadas como componentes formulares/indefinidos dessas cinco unidades: Apêndice II, uns. 1797, 2032, 2055, 2191 e 2254.

¹⁹⁹⁷ DU CANGE; NIERMEYER, s.u. *incommunicare*; BLAISE, s.u. *incomunico*, -are.

¹⁹⁹⁸ LHP, s.u. *incommuniatio*, que define esta palavra como “acción de incommuniare una heredad”, sentido que os autores encontram atestado por um documento galego do *Tumbo de Celanova* datado já de 886.

¹⁹⁹⁹ Sobre a incomunicação na documentação galega, v. ISLA FREZ, 1984) – «Las relaciones de dependência...»; sobre os contratos de incomunicação conservados no cartório do mosteiro de Guimarães, v. RAMOS, 1991 – *O mosteiro e a colegiada...*: 40-41, sobre as terras incomuniadas integradas no domínio vimaranense, v. *ibidem*, p. 119.

em Tenões, de que faz incomuniação juntamente com outros bens à condessa D.^a Ilduara²⁰⁰⁰. A classificação de ‘*laicales*’ aplicada aos bens que o dito Savarigo detinha em Tenões (ao passo que os que possuía em Gualtar aparecem designados como *hereditates*) parece opor-se de alguma forma à *ecclesia* de S. Martinho de Gualtar arrolada imediatamente antes, numa tentativa do redactor para esclarecer que neste conjunto de bens não se incluíam direitos sobre qualquer tipo de propriedade eclesiástica. De resto, a oposição entre bens e direitos “eclesiásticos” e “leigos” fica bem patente na expressão “*de ecclesia quam etiam de laicale*” que ocorre em enumerações estereotipadas descritivas do conteúdo de cinco *hereditates* (abstractas), todas mencionadas em documentos copiados no *Liber Fidei*, a que parece restringir-se a utilização da palavra ‘*laicale*’ neste sentido²⁰⁰¹. A generalidade dos léxicos consultados, peninsulares ou não, regista o adjetivo ‘*laicalis*’, com o sentido corrente de “característico de/pertencente a um leigo”, a que corresponde este uso em contexto formular²⁰⁰². No entanto, em nenhum encontramos a sua utilização substantivada, a designar um conjunto de propriedades, como acontece na primeira escritura citada. O facto de se tratar de uma ocorrência isolada, num contexto que forçou de alguma forma a utilização da palavra, leva-nos a pensar que não se trataria de um uso corrente.

- *Testamentum, testatione*

Este termo ocorre por três vezes, sempre no singular e só em documentos copiados no *Liber Fidei*, a designar propriedades que sabemos corresponderem a parcelas de terreno (por serem referidos elementos confinantes com todas)²⁰⁰³. Têm as três a particularidade de serem propriedade de igrejas, o que corrobora a ideia transmitida pela palavra ‘*testamentum*’ de estarmos perante bens doados. Com efeito, a generalidade dos léxicos que registam este termo atribui-lhe os significados de “doação” (com que ocorre frequentemente no corpus documental analisado) de “acto escrito” (relativo a uma doação ou a um qualquer outro negócio jurídico)²⁰⁰⁴ e pontualmente de

²⁰⁰⁰ «De ipsa ecclesia [de S. Martinho de Gualtar] duas VIII.^{as} damus vobis medietatem ab integro ubi illam potueritis invenire et illas laicales quas habemus in villa Tenones sic damus vobis inde medietatem» (Apêndice I, doc. 173; Apêndice II, un. 844).

²⁰⁰¹ Apêndice II, uns. 596, 1181, 1194, 1202 e 2149.

²⁰⁰² DU CANGE; NIERMEYER; DMLBS; LIMAL, s.u. laicalis; LHP, s.u. leigale; VITERBO, s.u. leigal

²⁰⁰³ Apêndice II, uns. 584, 639 e 1188.

²⁰⁰⁴ DU CANGE, 1. testamentum; NIERMEYER; BLAISE; LIMAL, s.u. testamentum (note-se que Niermeyer recolhe o sentido específico de doação *post-mortem* ao passo que para Blaise pode tratar-se de um «acte de donation quelconque»).

“testamento”²⁰⁰⁵, mas não recolhem o sentido de “bens objecto de doação” que a palavra parece assumir nos documentos citados.

Uma variante do anterior também registada é a forma ‘*testatione*’, que ocorre apenas na ampla doação feita pelo presbítero Nuno Froilaz, em 1061, ao mosteiro de S. Antonino de Barbudo, que fundara, um documento também copiado no *Liber Fidei*. E designa igualmente três propriedades (que não sabemos se correspondem a parcelas concretas ou a conjuntos de bens) doadas anteriormente ao referido presbítero Nuno²⁰⁰⁶. Os léxicos gerais que registam o termo ‘*testatio*’ atribuem-lhe, entre outros, o sentido de “testamento”, o que não é suficiente para sugerir que estas propriedades tenham sido legadas ao mosteiro de Barbudo²⁰⁰⁷.

²⁰⁰⁵ LHP, s.u. testamento.

²⁰⁰⁶ Apêndice II, uns. 1069, 1070 e 1071.

²⁰⁰⁷ De resto, os léxicos ibéricos, de latim como de ibero-romance, não registam a palavra, com excepção de VITERBO, s.u. testaçom, testaçõens (a que atribui um sentido diverso do que aqui consideramos).

Conclusão

O longuíssimo périplo que ao longo da última parte do trabalho fizemos pelas centenas de palavras utilizadas na documentação para classificar unidades espaciais demonstra, antes de mais, a enorme complexidade do “espaço documentado” no território da diocese de Braga, entre os séculos IX e XI. Esse espaço constitui uma realidade particularmente intrincada, que definimos como uma abstração entre a base material, a organização social e a representação discursiva. Captar tal complexidade é uma condição necessária para qualquer tipo de análise sectorial, que procure estudar aprofundadamente uma destas três dimensões, e ainda mais para um estudo global da organização social do espaço, obrigado a conjugá-las todas. Percebe-se então que, antes de avançar para esse estudo global, a que no início da investigação aspirámos, tenha sido necessário atentar detalhadamente num conjunto de problemas que definem o itinerário apontado como o objeto *imediato* da presente dissertação: da representação documental à materialidade do espaço.

Este trabalho construiu-se assim em torno de duas linhas paralelas, que correram muito próximas, arriscando mesmo confundirem-se a páginas tantas, mas que são efetivamente autónomas: (i) a apresentação de uma proposta metodológica capaz de conduzir a análise do espaço documentado em fontes diplomáticas altomedievais, tendo em conta aquela tripla dimensão material, social e representacional; e (ii) a aplicação (que é simultaneamente uma forma de ensaio) desta metodologia a um caso concreto, com o objetivo de lançar as bases de uma futura investigação sobre a paisagem e o povoamento do território bracarense entre os séculos IX e XI, entendida como etapa primeira (dedicada às *bases materiais*) daquele estudo global da organização social do espaço.

Procurámos assim, logo na Introdução, delinear detalhadamente as coordenadas temporais e espaciais desta investigação, perceber os pressupostos histórico-geográficos que inevitavelmente condicionam o estudo da paisagem e do povoamento minhotos e aludir ao enquadramento historiográfico de uma qualquer investigação sobre a Alta Idade Média em Portugal. Para depois, na primeira parte do trabalho, apresentarmos em pormenor a referida proposta metodológica para uma análise *prosopográfica* do espaço, assente no estudo tão sistemático quanto possível da morfologia dos diversos tipos de

unidades espaciais documentadas. O que implicou: (i) um longo trabalho de *definição* do objeto dessa metodologia, à luz dos principais problemas que vêm guiando a investigação histórica e arqueológica sobre a construção social do espaço durante a Alta Idade Média; (ii) o desenho de um questionário de análise orientado para a documentação diplomática, devidamente operacionalizado numa base de dados; (iii) o desenvolvimento das potencialidades analíticas abertas pela metodologia, muito particularmente nos espaços de cruzamento interdisciplinar; e (iv) a consideração dos diversos tipos de fontes que esse questionário deve estar preparado para acolher, tendo sobretudo em vista estas perspectivas de cruzamento.

A consciência de que o espaço documentado é um espaço *representado* obrigou-nos a aludir, no início da segunda parte, ao que consideramos serem os três principais *filtros* que a mediação documental impõe no acesso do historiador à realidade representada: (i) as circunstâncias que ditaram a génese e transmissão do *corpus* documental disponível; (ii) as tipologias e o discurso diplomáticos que marcam a *escrituração* da realidade espacial; e (iii) a *terminologia* que suporta a representação documental do espaço propriamente dita, assumindo um papel verdadeiramente central como mediadora entre a realidade material e a construção social (e cultural) que subjaz a essa representação. Embora o estudo detalhado de todos estes problemas a partir da documentação analisada constitua uma condição importante (e como que a primeira etapa) da aplicação da metodologia aqui proposta, seria impossível levá-lo a cabo nos limites deste trabalho.

Não poderíamos, contudo, deixar de privilegiar o último *filtro* e de proceder a uma análise exaustiva dos mais de 180 termos utilizados na documentação compulsada para designar e classificar morfologicamente as unidades espaciais referidas. Uma análise que dominou largamente essa segunda parte e que levámos a cabo tanto no plano semântico, com o levantamento tão alargado quanto possível das hipóteses de sentido contidas em cada palavra, para melhor balizar a sua utilização neste corpus documental em concreto, como no plano morfológico propriamente dito, com a apresentação de alguns resultados preliminares da aplicação a este corpus do questionário concebido para a análise *prosopográfica* do espaço.

Como se percebe, a taxonomia definida pelo próprio léxico espacial utilizado no discurso diplomático revela-se fundamental num estudo preocupado com o arco que se estende entre a representação documental e a materialidade do espaço. E está por isso

no centro da metodologia aqui proposta e do referido questionário, que procurou sistematizar, tanto quanto possível, a informação veiculada pelos documentos sobre a morfologia de cada tipo de unidade. Embora tenha sido judiciosamente recolhida numa base de dados, a informação relativa às pouco mais de 3000 unidades espaciais identificadas, divididas por cerca de 70 tipos diferentes (que agregam aqueles mais de 180 termos), não foi objeto de um tratamento detalhado, que uma investigação deste tipo jamais poderia levar a cabo. No entanto, a aplicação deste questionário à documentação compulsada veio demonstrar as possibilidades de uma análise assim conduzida para o estudo mais alargado da organização da paisagem e do povoamento, na variedade de escalas em que esse estudo deve ter lugar.

Na base dessa análise está, naturalmente, a caracterização tão detalhada quanto possível das diversas unidades de organização do espaço, na imensa variedade da tipologia definida: (i) “unidades de articulação social do espaço” (sejam elas verdadeiras circunscrições territoriais ou meros lugares-centrais, com as mais variadas funções administrativas), (ii) “unidades de organização social do espaço” (núcleos de povoamento ou meras unidades residenciais e/ou de exploração), (iii) unidades eclesiásticas, (iv) unidades de paisagem propriamente ditas e (v) o que designámos por “formas de propriedade”. Sem prejuízo da natureza muito variável dos tipos de unidades integrados nestas grandes categorias, o referido questionário propõe uma grelha de análise que passa essencialmente por três apartados, em que agregámos um conjunto amplo de variáveis.

No primeiro, cabem as distribuições cronológicas e espaciais do conjunto de unidades de cada tipo recenseadas. E utilizamos o plural na medida em que a análise dessas distribuições deve ter em conta diferentes cortes cronológicos e escalas espaciais. No essencial, a análise deve atentar: (i) na longa duração e na escala regional, que permitem relacionar a distribuição *global* dessas unidades com fatores propriamente geográficos²⁰⁰⁸ e com a configuração estrutural do povoamento na região, o que explica em larga medida as manchas de maior e menor concentração; e (ii) no tempo curto e na escala micro-regional (ou mesmo local, nos casos em que a informação for

²⁰⁰⁸ É claro, da leitura dos mapas apresentados, que a altimetria e o contorno das massas de relevo permitem distinguir as zonas em que se verifica um qualquer tipo de povoamento documentado pelas fontes escritas daquelas em que ele é residual ou pura e simplesmente escapa ao registo. Por outro lado, e ainda que não tenhamos representado cartograficamente a distribuição dos tipos (e qualidade) de solos e dos níveis de pluviosidade, não é difícil perceber que as zonas mais densamente ocupadas são também as que apresentam melhores condições agrícolas.

suficientemente abundante para isso), que permitem relacionar a distribuição *conjuntural* dessas unidades com o duplo processo de organização do espaço e de construção da respetiva memória documental, que poderá ter sido dominado mas não foi certamente monopolizado pela iniciativa senhorial²⁰⁰⁹.

No segundo apartado, cabe um amplo conjunto de variáveis relacionadas com a morfologia das unidades. Partindo da análise semântica levada a cabo na segunda parte do trabalho, que permitiu definir o quadro amplo de significados de cada termo e a respetiva pragmática (com destaque para a sua utilização em contextos formulares ou não-formulares dos documentos), atentar-se-á:

(i) nos elementos de designação das unidades de cada tipo (antroponímicos, toponímicos, hagiotoponímicos, topográficos, referências a proprietários/usufrutuários anteriores e/ou atuais, etc.), que dizem muito sobre a sua morfologia física, mas também social;

(ii) na integração espacial dessas unidades, tanto do ponto de vista físico (em paisagens concretas) como social (no quadro de malhas territoriais, de cariz administrativo ou simplesmente de domínio). Para isso teremos de recorrer à abundante informação sobre relações de confrontação entre unidades que é possível recolher no quadro das referências a delimitações, que nos permitem conhecer o contexto paisagístico da unidade delimitada; mas também à informação veiculada pelo sistema de localização da propriedade com que os redatores procuram circunscrever territorialmente os bens objeto de transação no documento, recorrendo a marcos físicos (montes e rios, sobretudo), que permitem uma referenciação geográfica ampla (no quadro de bacias hidrográficas ou áreas envolventes de um monte), e a circunscrições territoriais (terras/territórios e villae, sobretudo), que promovem a integração da propriedade em causa num espaço definido por critérios eminentemente sociopolíticos;

(iii) na estrutura interna das unidades, o que obriga a considerar o conjunto dos componentes que podem integrar (e não apenas do ponto de vista físico: por vezes a integração é estritamente funcional ou mesmo patrimonial), bem como as possibilidades de combinação entre os diferentes tipos de componentes e respetivos mecanismos de articulação (também espacial, funcional e patrimonial). Neste sentido, teremos ainda de atentar nos dados relativamente abundantes que os documentos fornecem sobre a

²⁰⁰⁹ Para uma exposição mais desenvolvida destas duas perspetivas de análise, devidamente aplicada ao estudo do casal no Entre-Douro-e-Lima entre 906 e 1200, v. MARQUES, 2009 – «Itinerários de uma unidade...».

delimitação das unidades espaciais: seja a demarcação linear de um perímetro, uma indicação vaga de elementos confinantes ou de *terminos* que adivinhámos meramente formais, a delimitação é sempre sintomática da morfologia de uma unidade e das formas de distribuição e articulação espacial dos seus componentes. Como teremos, finalmente, de atender às indicações sobre a fragmentação: seja ela física ou meramente formal, é sempre um indicador importante do grau de coesão interna de uma unidade espacial.

Por fim, num terceiro apartado, que integra o questionário e a base de dados mas para o qual não recolhemos dados nesta fase, cabem duas variáveis associadas à morfologia propriamente social das unidades e, em particular, à sua “atribuição social” (noção proposta por J. Á. García de Cortázar e aperfeiçoada por E. Peña Bocos, que dá melhor conta da imensa variedade de formas de domínio sobre o espaço do que o conceito de ‘propriedade’): (i) a cadeia de transmissão da titularidade sobre as unidades espaciais e (ii) o conjunto de imposições que sobre elas recaíam.

Ora, ainda que a análise monográfica dos diversos tipos de unidades esteja na base da *prosopografia* do espaço que a metodologia apresentada neste trabalho propõe, essa análise não constitui um fim em si mesmo, mas um meio. Como não poderia deixar de ser, esta metodologia procura abrir uma via específica, entre outras que não são apenas possíveis mas necessárias, para o estudo da paisagem e do povoamento num quadro regional. Aliás, como escrevemos logo no início da Introdução, o objeto *global* da presente dissertação nunca deixou de ser a organização da paisagem e do povoamento no território bracarense dos séculos IX a XI. Depois de analisar detalhadamente as diversas peças do *puzzle*, é necessário identificar as combinações *significativas* entre essas várias peças, com vista à definição de ritmos e padrões de povoamento (entendido este na dupla aceção de processo de ocupação e organização do espaço, por um lado, e de configuração espacial e morfológica do habitat, por outro) e de tipos de paisagem, com o objetivo final de extrair o *significado* social das diversas modalidades de organização do espaço.

A “densidade”²⁰¹⁰ da informação espacial recolhida segundo a metodologia aqui proposta, que abrange a totalidade das unidades espaciais documentadas e percorre toda a tessitura da escala espacial e morfológica (desde um mero marco físico de delimitação aos grandes territórios diocesanos), é suficiente para garantir a possibilidade de as

²⁰¹⁰ Utilizamos aqui o já referido conceito de “*thick description*”, formulado pelo antropólogo americano C. Geertz.

referidas análises monográficas se conjugarem numa visão global capaz de superar a fragmentação a que uma metodologia tão exaustiva quanto possível de recolha de dados obrigou. Mas que, como contrapartida, devolve um manancial de informação sobre cada unidade espacial que não é só abundante como tem a virtude de estar rigorosamente referenciado, tanto do ponto de vista cronológico (uma vez que todo e qualquer dado está indexado ao exato documento que o menciona) como geográfico (dentro, obviamente, das possibilidades de referenciação oferecidas pelos documentos)²⁰¹¹.

Será assim possível, a partir do momento em que esse manancial de informação tenha sido minimamente tratado e analisado numa perspectiva monográfica, avançar para o estudo *global* da organização da paisagem e do povoamento no quadro regional definido.

Retomando a definição de ‘povoamento’ que deixámos exposta, esse estudo poderá conduzir-se em dois planos, a que correspondem também duas escalas espaciais diferenciadas:

(i) enquanto *processo* de ocupação e organização do território, o povoamento remete para as escalas regional e micro-regional, em que a informação recolhida permitirá analisar variáveis como: (a) a distribuição espacial dos núcleos de povoamento, os níveis de densidade dessa distribuição (definidos pelo rácio entre a quantidade de núcleos e a área pela qual se distribuem) e as áreas de maior e menor concentração (definidas pela combinação entre a quantidade, a localização e a densidade dos núcleos); e (b) as redes de povoamento e de ocupação/articulação do espaço (definidas pela distribuição/hierarquização espacial dos núcleos habitados em cada momento), o que inclui as malhas de enquadramento político-administrativo das populações. Note-se, contudo, que as evidentes lacunas informativas decorrentes dos processos de produção e transmissão documental impedem pura e simplesmente que se tome como completa a imagem da distribuição do povoamento num determinado território construída com base apenas em dados documentais (mesmo que a partir de um levantamento exaustivo). Naturalmente, o cruzamento com os dados arqueológicos não virá tornar esta imagem *total*, mas, desde que assente em levantamentos equilibrados do ponto de vista das áreas cobertas, das tipologias de materiais estudadas e dos métodos de investigação utilizados (em arqueologia dificilmente um levantamento poderá ser

²⁰¹¹ Ainda que a metodologia proposta preveja a inclusão de outros tipos de fontes, nomeadamente as arqueológicas, que poderão alargar consideravelmente a informação espacial sobre determinadas unidades.

exaustivo), permitirá pelo menos calibrá-la, dando a entender se o padrão transmitido pela informação escrita é de facto o dominante, ou se resulta de um qualquer enviesamento decorrente dos referidos processos de produção e/ou transmissão das fontes²⁰¹²;

(ii) enquanto *configuração* espacial e morfológica do habitat (que é já um setor da paisagem, note-se), o povoamento remete para duas escalas e duas variáveis distintas, que a informação compulsada poderá também ajudar a analisar, embora entremos aqui num domínio eminentemente material em que os dados colhidos na documentação escrita só adquirem pleno sentido quando reunidos com os provenientes do registo arqueológico: (a) a primeira dessas variáveis a estudar, numa escala supralocal, são os padrões da distribuição espacial do habitat (dispersão, dispersão intercalar, aglomeração; modalidades de implantação topográfica dos núcleos, etc.), aquilo a que os arqueólogos chamam “padrões de povoamento/assentamento”; (b) a segunda, que se concretiza à escala local, prende-se com a morfologia interna dos núcleos de habitat e a respetiva inscrição na paisagem envolvente (núcleos aglomerados/alveolares/dispersos, abertos/fechados, de plano organizado/orgânico, etc.)²⁰¹³.

Por outro lado, a informação espacial recolhida segundo a metodologia aqui proposta apresenta ainda consideráveis potencialidades para o estudo da paisagem, entendida como o produto material da interação entre o meio-ambiente e a ação humana no tempo, um fenómeno que implica sobretudo uma análise à escala local (quando não mesmo micro-local), em que essa interação afinal se concretiza. Neste sentido, e embora a abundante informação recolhida sobre unidades de paisagem permita traçar algumas considerações – fragmentárias, é certo – sobre a prevalência deste ou daquele tipo de

²⁰¹² Como vimos, é muito evidente, no caso do território bracarense, a concentração da mancha de povoamento nas exatas zonas mais diretamente dominadas pelas duas principais instituições produtoras e transmissoras dos documentos: o mosteiro de Guimarães e a Sé de Braga. Se é certo que ambas se implantaram numa área em que ocupação foi tradicionalmente mais densa (desde logo porque mais fértil), não é possível que outras áreas para as quais dispomos de pouca (ou nenhuma) informação fossem espaços em branco ou até mesmo, em alguns casos, escassamente povoados. De resto, o mapa das unidades eclesiásticas identificadas, construído em larga medida com base num documento excecional como é o *Censual* de Entre-Lima-e-Ave, mostra bem como, apesar da existência de áreas de maior e menor concentração, a distribuição dos templos não só cobre a totalidade desse território (excluída a montanha acima dos 600 m) como é relativamente equilibrada.

²⁰¹³ Naturalmente, mesmo esta segunda variável poderá ser analisada à escala regional ou micro-regional, se atentarmos na distribuição a essa escala dos diversos tipos de núcleos de habitat.

paisagem à escala regional ou micro-regional²⁰¹⁴, o contributo essencial de uma informação “densa” como a que foi possível recolher verifica-se ao nível da reconstituição local de paisagens concretas, no quadro de estudos de caso. Este é, por excelência, o domínio da análise contextual, que obriga a integrar e cruzar todos os dados disponíveis sobre o conjunto das unidades (dos mais variados tipos) identificadas num determinado lugar. E implica, desde logo, a combinação da informação proveniente do registo escrito com a que resulta do registo arqueológico e paleoambiental, mas também com as perspetivas abertas pela geografia histórica, a partir sobretudo da análise regressiva de fontes escritas e cartográficas posteriores ao período em causa. Tudo com vista ao melhor conhecimento de uma realidade que é eminentemente material, e que os textos só parcialmente podem revelar.

No corpus compulsado foi possível identificar uma mão cheia de núcleos documentais que, sendo consistentes (do ponto de vista quantitativo, mas também em virtude da homogeneidade que resulta de um processo de génese e/ou transmissão comum), estão também firmemente ancorados numa determinada área (normalmente correspondente ao território de uma villa) em que se concentram os interesses patrimoniais dos indivíduos ou instituições responsáveis por aquela génese e/ou transmissão. Informam-nos assim com razoável detalhe (maior ou menor, consoante os casos) sobre a paisagem local²⁰¹⁵. Foi ainda possível identificar outra mão cheia de documentos isolados (inventários sobretudo) que nos apresentam descrições cadastrais particularmente finas, através das quais é possível entrever com razoável clareza a paisagem de áreas igualmente restritas. As abundantes informações que este tipo de núcleos e de documentos isolados nos fornecem sobre relações espaciais entre unidades dos diversos tipos (e, claro está, sobre a morfologia física dessas unidades) constituem um manancial que, apesar de todas as dificuldades no cruzamento entre os registos escrito e material, deve ser cotejado com a informação arqueológica, sempre que esta esteja disponível, para uma mais completa reconstituição de paisagens locais. Cabe aos

²⁰¹⁴ Note-se que a análise detalhada da distribuição regional das diversas unidades de paisagem terá de ser ponderada em função dos diferentes tipos de unidades, por forma a evitar o risco de resultados eminentemente casuísticos. De resto, o estudo da paisagem à escala estritamente regional remete sobretudo para um conjunto de problemas do foro da geografia física (ambiente), que poderão ou não ter implicações nos processos de organização social do território.

²⁰¹⁵ Estes núcleos dizem respeito, sobretudo, a villae sobretudo nos arredores de Braga e em algumas zonas dos atuais concelhos de Vila Verde, Guimarães e Chaves.

historiadores sinalizarem claramente estes casos *notáveis* para que os arqueólogos possam, quando possível, dirigir as suas investigações para esses lugares²⁰¹⁶.

Por último, e ultrapassando já o domínio das *bases materiais* da organização social do espaço, a informação espacial que foi possível recolher revela-se particularmente importante para o estudo da organização territorial, entendida aqui como processo de articulação sociopolítica do espaço. A conversão do espaço em *território* acontece precisamente por via da sua integração em malhas (e escalas) muito diversas de domínio, que se estendem entre a pequena unidade residencial e/ou de exploração, articulando um conjunto de parcelas agrárias e direitos de exploração sobre espaços incultos e outros recursos, até às grandes circunscrições integradas nas malhas eclesiásticas ou *civis* de administração do território. Passando obviamente pelas omnipresentes villae e outras unidades territoriais de âmbito local que enquadram a apropriação do espaço pelas comunidades de aldeia e constituem os marcos por excelência de articulação entre os setores-chave da paisagem rural: o habitat e o espaço agrário.

Com efeito, o objetivo final de um estudo sobre a paisagem e o povoamento, nesta como em qualquer outra região, será sempre a compreensão do complexo *puzzle* em que se combinam as diferentes unidades que definem os vários tipos de *comunidades* (geradoras elas mesmas de identidades) em que as populações podiam enquadrar-se, desde a unidade residencial básica até às grandes circunscrições administrativas²⁰¹⁷. J. Á. García de Cortázar encarregou-se de o demonstrar claramente na sua proposta teórica para o estudo da “organização social do espaço”, ao definir uma taxonomia de unidades de “organização” e de “articulação” do espaço que põe o acento na determinação sociopolítica (logo inevitavelmente *comunitária*) do território.

²⁰¹⁶ Tal como acontece com o estudo da *configuração* dos núcleos de habitat, é depois possível procurar inferir destes estudos de caso (desde que componham uma amostra suficientemente representativa) a distribuição espacial dos vários tipos de paisagem e os padrões dominantes à escala regional. Há todavia dificuldades de compatibilização entre ambas as escalas: os dados que resultam deste tipo de análise mantêm um valor relativo sobretudo à microescala em que foram produzidos.

²⁰¹⁷ Para uma boa abordagem do problema, ilustrada com o exemplo da Bretanha no século IX, v. DAVIES, 2006 – «Introduction: Community Definition...»: 6-8, cujas observações decorrem da sua investigação aprofundada sobre as comunidades de aldeia nesta região, na origem de um importante livro: DAVIES, Wendy – *Small Worlds. The Village Community in Early Medieval Brittany*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1988. Para além das comunidades elementares (“residencial” e “de aldeia”), a autora arrola ainda outras quatro: “comunidades de reputação”; “comunidades de patronato”; “comunidades de condado e de diocese”; “comunidade do *regnum*” (DAVIES, 2006 – «Introduction: Community Definition...»: 7-8). As duas primeiras, assentes em realidades mais pessoais (logo, menos estáveis) do que territoriais, não foram naturalmente contempladas no questionário de análise proposto neste trabalho.

Recorrendo às diversas escalas espaciais em que a metodologia aqui proposta permite recolher informação, mas superando a distinção eminentemente operativa entre as cinco grandes categorias de unidades definidas (que, afinal de contas, se conjugam na criação desse *puzzle* uno), parece-nos que também neste domínio a análise *prosopográfica* do espaço poderá revelar-se útil.

A preocupação dominante neste trabalho com as *bases materiais* da organização social do espaço explica, finalmente, a possibilidade de essa investigação sobre a paisagem e o povoamento do território bracarense aqui projetada vir a utilizar os dados recolhidos sobre a morfologia das diversas unidades espaciais com vista ao desenho da evolução dos dois setores-chave da paisagem minhota: o espaço agrário e o habitat²⁰¹⁸. Adotando uma lógica mais seletiva de análise desses dados, que obriga a conjugar o tratamento quantitativo de algumas variáveis com o exame de determinados indicadores de natureza qualitativa, a investigação seria assim conduzida a dois problemas maiores identificados pela historiografia europeia no período aqui em estudo: (i) o crescimento agrário e (ii) a *cristalização*²⁰¹⁹ de uma rede de aldeias, tendencialmente polinucleares no caso da região em análise.

Ambos os problemas devem ser enunciados em termos interrogativos. Mesmo tendo sido apontados como tendências dominantes em vastas áreas do Ocidente europeu durante os séculos VIII a XII (apesar de todos os matizes regionais que é possível e desejável introduzir), importa não tomar uma e outra como dados adquiridos para o espaço minhoto. Acima de tudo, deverá perceber-se em que medida é possível identificar, no exato período em análise, efetivas transformações num e noutro domínios, ou antes o prolongamento de tendências evolutivas anteriores que, mais do

²⁰¹⁸ Entre os quatro tipos de “testemunhos materiais” em que se traduz a organização social do espaço, segundo J. Á. García de Cortázar, estão o povoamento, a paisagem agrária, as vias de comunicação e a arquitetura (estes dois últimos objetos preferenciais da arqueologia e da história da arte, respetivamente). Sobre os primeiros, escreve o autor, à guisa de programa para os estudos sobre a organização social do espaço: «En el poblamiento, los procesos a estudiar son, desde luego, los de concentración y dispersión, discontinuos en el tiempo y en el espacio, pero también los de configuración de las morfologías de los núcleos. En el paisaje agrario, los de su creación (por roturación/por desecación) y los de los cambios en la distribución espacial de las dedicaciones (bosques, pastos, vid, cereal, productos de huerta) a las distintas escalas (lugar, comarca, región)» (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1999 – «Organización del espacio...»: 17).

²⁰¹⁹ Este termo, utilizado recentemente por Ch. Wickham para se referir ao conjunto da Europa ocidental (WICKHAM, 2008 – «La cristalización...»), fora já empregue por C. Díez Herrera para designar o processo de afirmação da aldeia como unidade-chave no modelo de organização social do espaço promovido pela “sociedade feudal” no território cántabro (DÍEZ HERRERA, 1990 – *La formación de la sociedad...*: 77 e ss.)

que afirmarem-se, são consolidadas neste período, como aliás tem vindo a sugerir muita da investigação histórica e arqueológica recente sobre a Alta Idade Média.

Como facilmente se percebe, os problemas escolhidos são dois entre vários outros passíveis de análise a partir da metodologia proposta. Trata-se, contudo, de dois problemas que têm a vantagem de iluminar de forma particularmente eficaz a morfologia dos dois principais setores da paisagem neste período: o espaço agrário e o habitat rural; e que funcionam, por isso, como janelas privilegiadas para a análise do feixe de questões inerentes ao estudo da materialidade do espaço, tanto quanto elas podem ser perspectivadas a partir de fontes escritas. Para mais, estes problemas permitem superar um enfoque estritamente *materialista*, deslocado quando se toma como base exclusiva este tipo de fontes, para perspetivar as relações biunívocas que se estabelecem entre o espaço físico e as estruturas sociais de poder que o organizam, claramente o domínio do real que a documentação escrita melhor capta. Chegada a este ponto, a investigação terá atingido plenamente o patamar para o qual foi desenhada: o estudo das *bases materiais* da organização social do espaço.

É tempo de terminar. No final do já referido estudo sobre o casal no Entre-Douro-e-Lima dos séculos X a XII, com que a presente investigação começou verdadeiramente, escrevíamos:

«Avaliar corretamente a importância que esta unidade assumiu nesse amplo processo através do qual a sociedade feudal se apropriou, atribuiu e organizou este território implica, todavia, o confronto dos dados que aqui se apresentam com aqueles que venham a resultar de estudos monográficos de outras unidades de ordenação e de articulação social do espaço. No momento em que, mediante a junção dos vários painéis, o políptico se compuser, a *imagem* que aqui construímos adquirirá outro sentido»²⁰²⁰.

Não foi ainda neste segundo trabalho que o *políptico* se compôs. A essa pretensão inicial (que hoje reconhecemos ser imensamente ingénua), a presente dissertação veio opor a consciência clara de que o desenho dos vários *painéis* e a composição do políptico propriamente dito (que está longe de corresponder a uma mera soma das partes, antes as redimensiona numa *imagem* global) só poderá ter lugar no quadro de um amplo programa de investigação. Mesmo que a análise seja contida num corpus documental manejável, como é o do período anterior ao século XII no caso portugalense, a imensa riqueza destes textos, quando sujeitos a uma metodologia

²⁰²⁰ MARQUES, 2008 – *O casal...*: 264.

analítica como a *prosopografia* do espaço aqui proposta, faz com que muitos desses painéis exijam, por si sós, um trabalho aturado. E a montagem do conjunto outro tanto. Depois, e como esperamos ter também demonstrado, mesmo que se consiga montar o *anverso* do político, a partir da documentação diplomática, ele só cobrará verdadeiramente sentido no momento em que for complementado (em muitos casos validado mesmo) pelos inúmeros *reversos* que resultam de análises do mesmo objeto – o espaço socialmente organizado – construídas com base em fontes e perspectivas disciplinares outras, com a arqueologia e o registo material naturalmente à cabeça.

A *tese* que esta dissertação procura defender fica assim enunciada. Não sob a forma clássica de uma proposição, porque não fomos (nem seremos sozinhos) capazes de concretizar esse amplo programa de investigação: não *concluímos* nada. Mas sob a forma de uma proposta de caminho, que é afinal o que se espera de um “ensaio metodológico”. A quem decidir percorrê-lo caberá julgar se esta proposta foi capaz de traçar convenientemente a rota e de remover os primeiros obstáculos. Na certeza, sempre, de que o caminho faz-se *caminhando*.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes diplomáticas²⁰²¹

- BLANCO LOZANO, Pilar (1987) – *Colección Diplomática de Fernando I (1037-1065)*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Archivo Histórico Diocesano, 1987.
- Cartulario do Mosteiro de Crasto*. Ed. de Alfredo Pimenta. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Número especial. Guimarães: Arquivo Municipal de Guimarães, 1938.
- Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Ed. de João Grave. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.
- COSTA, Avelino de Jesus da (2000) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Vol. II – *Censuais e Documentos*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 2000. 2ª ed.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Academia Portuguesa da História: Lisboa. Vol. III (“A.D. 1101-1115”). Ed. por Rui de Azevedo, 1940. Vol. IV (“A.D. 1116-1123”). Ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa, 1980.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. por Rui de Azevedo. Vol. I, tomos I (“Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques. A.D. 1095-1185”) e II (“Aditamentos, fontes e índices: referências a documentos perdidos e notas aos documentos do texto”). Academia Portuguesa da História: Lisboa, 1958-1961.
- ERDMANN, Carl (1927) – *Papsturkunden in Portugal*. Berlim, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, 1927.
- FERNÁNDEZ DEL POZO, José María (1984) – «Alfonso V rey de León. Estudio histórico-documental». In *León y su Historia. Miscelánea Histórica*. V. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”. Caja España de Inversiones. Archivo Histórico Diocesano, 1984 (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, 32) [«Apéndice Documental: Colección diplomática de Alfonso V», p. 163-262].
- FLORIANO, António C. (1949-1951) – *Diplomática española del periodo astur. Estudio de las fuentes documentales del reino de Asturias (718-910)*. Oviedo: Seminario de Estudios Asturianos, Diputación de Asturias, 1949-1951. 2 tomos.
- GAMBRA, Andrés (1998) – *Alfonso VI. Cancillería, Curia e Imperio*. Vol. II: *Colección Diplomática*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”. Caja España de Inversiones. Archivo Histórico Diocesano, 1998 (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, 62).
- Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI^e-XIII^e siècles)*. Introd. e notas de Robert Durand. Paris: FCG – Centro Cultural Português, 1971.
- Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Ed. crítica pelo P.^e Avelino de Jesus da Costa. 3 tomos. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990.

²⁰²¹ Algumas das fontes utilizadas (e referidas no Apêndice I) foram publicadas em apêndices documentais de trabalhos estudos que vão citados *infra*, na secção “Estudos” da Bibliografia.

- LIRA, Sérgio (2002) – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. Volume II: “Coleção Documental”. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002 (História Local, 9).
- Livro de Mumadona. Cartulário medieval existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Vol. I: *Reprodução facsimilada do códice*. Apresentação pelo Académico de Número J. A. Pinto Ferreira. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1973.
- «Livro dos testamentos do mosteiro de Paço de Sousa». Ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa. Apresentação de José Mattoso. *Bracara Augusta*. XXIV/57-58 (69-70) (1970) 138-283.
- Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Dir. e coord. editorial de Manuel Augusto Rodrigues. Dir. científica de Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.
- Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octauo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867. Lichtenstein: Kraus Reprint, 1967.
- Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octauo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*. Vol. I. Partes I e II. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. Lichtenstein: Kraus Reprint, 1967 [Parte I].
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Leges et Consuetudines*. Vols. I e II. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856-1868. Lichtenstein: Kraus Reprint, 1967.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores*. Vol. I. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856. Lichtenstein: Kraus Reprint, 1967.
- RAMOS, Cláudia M. N. T. da Silva (1991) – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Volume II: “Coleção Documental”. Porto: edição policopiada, 1991. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano (1972) – *Ramiro II, rey de León*. Madrid: CSIC – Instituto Jerónimo Zurita, Escuela de Estudios Medievales, 1972 [«Apéndice Documental»].
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano (1982) – *Los reyes de León. Ordoño III*. León: Ediciones Leonesas, 1982 [«Apéndice Documental»].
- SÁEZ, Emílio (1947) – «Nuevos documentos ineditos del reino de Asturias». *RPH*. III (1947) 161-188.
- SÃO PAYO, Conde (D. António) (1925-1926) – «Dois documentos inéditos anteriores à nacionalidade». *O Archeologo Português. Coleção Ilustrada de Materiais e Notícias*. XXVII (1925-1926) [editado em 1930] 136-155.
- SÃO TOMÁS, Fr. Leão de (1974) – *Benedictina Lusitana*. Introdução e notas críticas de José Mattoso. Lisboa: INCM, 1974. 2 tomos [ed. fac-similada da ed. original, de 1644-1651].
- SOARES, Torquato de Sousa (1942) – *Alguns diplomas particulares dos séculos XI-XIII*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1942.
- Tumbo A de la Catedral de Santiago*. Estudio y edición de Manuel Lucas Álvarez. Santiago de Compostela: Cabildo de la S.A.M.I. Catedral; Seminario de Estudios Galegos-Edícios do Castro, 1998.
- Tumbo de Fiães. Transcripción*. Ed. de Xesús Ferro Couselo. Introdução, edição e índices de Aser Ángel Fernández Rey. Ourense: Museo Arqueológico Provincial, 1995 (Boletín Avriense, Anexo 20).

Valdevez Medieval. Documentos. I. 950-1299. Coord. de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus. Transcrições de Filomena Melo e João Luís Fontes. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2000.

Vimaranis Monumenta Historica. A saeculo nono post Christum usque ad vicesimum. Guimarães: Senado de Guimarães, Parte I, 2ª ed., 1941; Parte II, 1929 [disponível on-line: http://www.csarmiento.uminho.pt/ndat_226.asp].²⁰²²

Outras fontes

- A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado.* Ed. de Aires A. Nascimento e introdução de Maria João V. Branco. Lisboa: Vega, 2001
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. I; Vol. II: “Corpus Epigráfico Medieval Português”. 2 tomos; Vol. III: “Anexos, Índices, Bibliografia e Estampas”. Lisboa: FCG, FCT, 2000.
- BARROS, Doutor João de (1548) – *Geographia d’entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Tipografia Progresso, 1919 (Coleção de Manuscritos Inéditos..., V).
- BERNARDO – *Vita Sancti Geraldi*. SS, p. 53-59. Trad. port.: *Vida de S. Geraldo*. Tradução, notas e posfácio de José Cardoso. Braga: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1995. 2ª ed. [Ed. original: Braga: Livraria Cruz, 1959].
- DIAS, Maria Manuela Alves; GASPAR, Catarina Isabel Sousa (2006) – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos – Faculdade de Letras de Lisboa, 2006.
- FERNANDES, Rui [1531-1532] – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*. Ed. crítica de Amândio Jorge Morais Barros. [Porto]: Beira Douro. Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, 2001.
- FESTUS – *De uerborum significatu: Sexti Pompei Festi. De uerborum significatu quae supersunt cum Pauli Epitome. Thewrewkianis copiis usus edidit* Wallace M. Lindsay. Leipzig: Teubner, 1913.
- FONTES, Luís; PEREIRA, B. (2009) – *Colecção de Epigrafia e de Architectura Medievais (séculos IX-XV)*, 2 vols., Braga: IAHC – Instituto de História e Arte Cristãs / Arquidiocese de Braga.
- ISIDORO DE SEVILHA (Santo) – *Etimologías. Edición bilingüe*. Texto latino, versão espanhola e notas por J. Oroz Reta; M.-A. Marcos Casquero. Introdução geral por M. C. Díaz y Díaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- NASCIMENTO, Aires A. (ed.) – *Livro de Arautos. De Ministerio Armorum. Scrip anno MCCCCXVI ms. lat. 28, J. Raylands Library (Manchester)*. Lisboa: INIC, 1977.
- MESTRE ANTÓNIO (1512) – «Tratado sobre a provincia d’amtre Douro e Minho e suas avondanças». Ed. por Luciano Ribeiro – «Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António». *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 22 (3-4) (1959) 441-460.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2004) – *Las pizarras visigodas. (Entre el latín y su disgregación. La lengua hablada en Hispania, siglos VI-VIII)*. S.l.: Real Academia Española. Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2004.

²⁰²² No que respeita aos documentos do LMD, a correspondência entre o número desta edição e o de DC está nos ficheiros de notas críticas a esta última colectânea e a LMD. Para os docs. posteriores a 1100, há apenas a registar: VMH, 66=LMD, 48 (1103); VMH, 73=LMD, 32 (1115).

Bibliografia

Nota: Este rol bibliográfico inclui a bibliografia utilizada no decurso da investigação, ainda que nem todos os títulos tenham ficado citados (de forma abreviada) no decurso do texto e nos apêndices. Outras obras, que em determinado momento foi necessário referir a título pontual, mas que não foram objecto de uma utilização activa, são objecto de citação completa no respectivo lugar; tal como acontece com todas as recensões citadas, ausentes desta lista bibliográfica. Note-se ainda a adopção de um duplo critério de citação: no texto, as referências compõem-se da indicação do apelido do autor, do ano de publicação, das palavras iniciais do título e do número de página; ao passo que nos apêndices foi seguido o modelo americano, mais abreviado: apelido, ano e número de página. Possíveis divergências entre o ano de publicação utilizado para referir um artigo, no texto como na indexação bibliográfica, e o ano de publicação da obra em que ele está incluído explicam-se pelo facto de ter sido utilizada uma reedição posterior à primeira aparição do artigo. Optou-se, contudo, por identificar todos os artigos pelo ano da edição original e procurou-se, dentro do possível, manter a referência a essa edição, a título informativo. Na selecção das versões a consultar, deu-se preferência às versões mais recentes, em muitos casos objecto de correcções. Os casos em que só foi possível aceder à versão original vão devidamente identificados (ed. ut.). Já no caso das monografias, o ano de publicação indicado, tanto no texto como no rol bibliográfico, é o da edição utilizada, por regra a última.

Instrumentos de trabalho

- Bibliografia Geográfica de Portugal*. Por Hermann Lautensach. Adaptação e Complementos de Mariano Feio. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura – Centro de Estudos Geográficos, 1948.
- Bibliografia Geográfica de Portugal*. Segundo Volume: “1947-1974”. Prefácio de Ilídio do Amaral e Suzanne Daveau. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – I.N.I.C., 1982.
- BARROCA, Mário (2000) – «Contributo para uma bibliografia dos estudos de castelologia medieval portuguesa (1978-1999)». In *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica. Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. VII. Porto: ADECAP, 2000, p. 79-88.
- CAPPELLI, Adriano (2002) – *Cronologia, Cronografia e Calendario perpetuo. Dal principio dell'era cristiana ai nostri giorni*. Milão: Editore Ulrico Hoepli, 2002. 7ª ed.
- COSTA, Américo (1929-1949) – *Diccionario corographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, corographico, biographico, archeologico, heraldico (e) etymologico*. Prefácio de José Joaquim Nunes. Porto: Livraria Civilização Editora, 1929-1949. 12 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1993) – *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*. Coimbra: FLUC – Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993. 3ª ed.
- DARVILL, Timothy (2000) – *Oxford Concise Dictionary of Archaeology*. Oxford: OUP, 2000.
- Dicionário de História de Portugal*. Coord. de J. Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d. 6 vols.
- Dictionnaire du Moyen Âge*. Dir. de C. Gauvard; A. de Libera; M. Zink. Paris: PUF, 2002.

- FORTÚN PÉREZ DE CIRIZA, Luis Javier (2007) – «La edición de fuentes documentales para el estudio de la Edad Media hispana». In J. A. Munita Loinaz; J. R. Díaz de Durana Ortiz de Urbina (eds.) – *XXV Años de Historiografía Hispana (1980-2004). Historia medieval, moderna y de América*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2007, p. 15-53.
- GARCIA, João Carlos, ALEGRIA, Maria Fernanda; GALEGO, Júlia (1985) – *Inventário de Interpretações Cartográficas de Fontes Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – INIC, 1985.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel; MUNITA, José Antonio; FORTÚN, Luis Javier (dir.) (1999) – *CODIPHIS: catálogo de colecciones diplomáticas hispano-lusas de época medieval*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 1999. 2 vols.
- GAUVARD, Claude; DE LIBERA, Alain; ZINK, Michel (dir.) (2002) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1935-1987. 40 vols. + 10 vols. de actualização.
- GREGORY, Derek *et alii* (eds.) (2009) – *The Dictionary of Human Geography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009. 5.^a ed.
- LANCIANI; Giulia; TAVANI, Giuseppe (coords.) (1993) – *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. 2.^a ed.
- MANTELO, F. A. C.; RIGG, A. G. (eds.) (1996) – *Medieval Latin: An Introduction and Bibliographical Guide*. Washington: The Catholic University of America Press, 1996. Reimpr. (com alterações) em 1999.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1988) – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. 3.^a ed.
- «Master Courses and Dissertations in Medieval History in Portuguese Universities [1975-2003]». *e-Journal of Portuguese History*. 1 (1) (2003) [disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/ (consultado em 2010/09/05)].
- MATTOSO, José; FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias (coords.) (2002) – *Inventário. Ordens Monástico/Conventuais*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.
- MOREIRA, Domingos (1971-1990) – «Freguesias da diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alti-Medievais». *BCCMP*. 1^a Série. 34 (1-2) (1971) 19-149, 336-417 [“I Parte – Introdução Histórica Geral”. Separata: Porto, 1973]; 35 (1972) 141-237 [“II Parte – Inventariação Onomástica. Fascículo A”. Separata: Porto, 1974]. 2^a Série: 2 (1984) 7-86 [“II Parte – Inventariação Onomástica. Fascículo B-F”]; 3-4 (1985-1986) 61-157 [“II Parte – Inventariação Onomástica. Fascículo G-O”]; 5-6 (1987-1988) 7-53 [“II Parte – Inventariação Onomástica. Fascículo P”]; 7-8 (1989-1990) 7-117 [“II Parte – Inventariação Onomástica. Fascículo R-V”].
- PEREIRA, Gabriel (1880) – *Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1880.
- «Ph.D Dissertations in Medieval History [1975-2006]». *e-Journal of Portuguese History*. 3 (2) (2006) [disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/ (consultado em 2010/09/05)].
- Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa de 1974 a 1994*. Coimbra: FLUC, Instituto Camões, 1995.

- RODRÍGUEZ LATORRE, Luis Eduardo; SÁENZ DE HARO, Tomás (1997) – «Siglos oscuros? Bibliografía». In *VII Semana de Estudios Medievales* [Nájera]. Logroño: Gobierno de La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1997, p. 405-440.
- The Oxford Dictionary of the Middle Ages*. Ed. de Robert E. Bjork. Oxford: OUP, 2010. 4 vols.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) *et alii* (2005) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Vocabulaire International de la Diplomatie (Commission Internationale de Diplomatie. Comité International des Sciences Historiques)*. Ed. de M^a Milagros Cárcel Ortí. València: Universitat de València, 1997. 2.^a ed. (corrigida).

Léxicos

- ARNALDI, Francesco; SMIRAGLIA, Pasquale (dir.) (2001) – *Latinitatis Italicae Medii Aevi Lexicon (saec. V ex. - saec. XI in.)*. Florença: SISMELE, Edizioni del Galluzzo, 2001.
- BASSOLS DE CLIMENT, Mariano; BASTARDAS, Joan (dir.) (1960-...) – *Glossarium Mediae Latinitatis Cataloniae ab anno DCCC usque ad annum MC/mots llatins i romànics documentats en fonts catalanes de l'any 800 al 1100*. Barcelona: CSIC – Institución Milá y Fontanals: “Vol. 1 (A-D)”, Fasc. 0-9, 1960-1985; Fasc. 11 (F), 2001; Fasc. 12 (G), 2006.
- BLAISE, Albert (1975) – *Dictionnaire latin-français des auteurs du Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 1975 (Corpus Christianorum. Continuatio medievialis).
- BLAISE, Albert (1986) – *Lexicon Latinitatis Medii Aevi praesertim ad res ecclesiasticas investigandi pertinens*. Turnhout: Brepols, 1986 (Corpus Christianorum. Continuatio medievialis).
- Dicionários PRO de Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2009 [CD-Rom].
- DOZY, R.; ENGELMANN, W. H. (1869) – *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*. 2.^a ed. revista e aumentada Leiden: Brill, 1869. Reimpr. de 1974.
- DU CANGE, Charles du Fresne (sieur) *et alii* (1883-1887) – *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*. Paris: Firmin Didot Fratres, 1840-1850. 7 vols. Ed. utilizada: Niort: L. Favre, 1883-1887. 10 vols. [disponível em: <http://ducange.enc.sorbonne.fr/> (consultado em 30/01/2011)].
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles (2002) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. 6 vols.
- LATHAM, R. E.; HOWLETT, D. T. (dir.) (1975-...) – *Dictionnary of Medieval Latin from British Sources*. Londres: OUP: Fasc. 1 (A-B), 1975; Fasc. 2 (C), 1981; Fasc. 3 (D-E), 1986; Fasc. 4 (F-G-H), 1989; Fasc. 5 (I-J-K-L), 1997; Fasc. 6 (M), 2001; Fasc. 7 (N), 2002; Fasc. 8 (O), 2003; Fasc. 9 (P-Pel), 2005; Fasc. 10 (Pel-Phi), 2006; Fasc. 11 (Phi-Pos), 2007; Fasc. 12 (Pos-Pro), 2009; Fasc. 13 (Pro-Reg), 2010.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; LAPESA, Rafael (2003) – *Léxico hispánico primitivo (siglos VIII al XIII). Versión primera del Glosario del primitivo léxico iberrorrománico*. Proyectoado y dirigido inicialmente por R. Menéndez Pidal. Redactado por Rafael Lapesa, con la colaboración de Constantino García. Edición al cuidado de Manuel Seco. Madrid: Espasa Calpe, Fundación Ramón Menéndez Pidal, Real Academia Española, 2003.

- NIERMEYER, J. F.; VAN DE KIEFTE, C. (2004) – *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*. Ed. revista por J. W. J. Burgers. Leiden. Boston: Brill, 2004 [CD-Rom].
- PÉREZ, Maurilio (dir.) (2010) – *Lexicon Latinitatis Medii Aevi Regni Legionis (s. VIII-1230) Imperfectum*. Turnhout: Brepols, 2010. (Corpus Christianorum. Continuatio medieualis)²⁰²³.
- Thesaurus Linguae Latinae (A-progenies)* (1900-...). Leipzig, Estugarda: Teubner, 1900-....
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa (1993) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Ed. crítica de Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993. 2.^a reimpr. 2 vols. [1.^a ed.: 1798, 1799; 1.^a ed. crítica: 1965, 1966].

Estudos

- ABERG, Alan (1998) – «Social and economic aspects of medieval rural settlement». In Z. Smetanka; J. Fridrich; J. Klápště; P. Sommer (eds.) – *Ruralia II*. Praga: 1998, p. 9-12 [disponível em: <http://www.ruralia.cz/Alan%20Aberg%20Social.pdf> (consultado em 2011/10/03)].
- ALARCÃO, Jorge de (1980) – «Os problemas da Origem e da Sobrevivência das *Villae Romanas* no Norte do País». In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Companhia Editora do Minho, 1980. Separata.
- ALARCÃO, Jorge de (1995) – «Para uma epistemologia da arqueologia». *Conimbriga*. 34 (1995) 5-32. Reed. in Idem – *A Escrita do Tempo e a sua Verdade (Ensaio de Epistemologia da Arqueologia)*. Coimbra: Quarteto, 2000 (Caminhos, 2), p. 47-85.
- ALARCÃO, Jorge de (1998) – «A paisagem rural romana e altomedieval em Portugal». *Conimbriga*. 37 (1998) 89-119.
- ALARCÃO, Jorge de (2001) – «As paróquias suévicas do território actualmente português». In F. Villar; M.^a P. Fernández Álvarez (eds.) – *Religión, lengua y cultura prerromanos de Hispania. Actas del VIII Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001, p. 29-59.
- ALARCÃO, Jorge de (2004) – *Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da FLUC, 2004 (Cadernos de Arqueologia e Arte, 7).
- ALARCÃO, Jorge de (2007) – «Portugal: Um Estado não predestinado». *Revista de História da Ideias*. 28 (2007) 9-15.
- ALARCÃO, Jorge de (2011) – «O Domínio Romano». In Idem (coord.) – «Portugal - Das Origens à Romanização». Vol. I de *Nova História de Portugal*. Dir. de J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2011, 2.^a ed., p. 343-489.
- ALFONSO, Isabel (2007) – «Comparing National Historiographies of the Medieval Countryside: an Introduction. In Eadem (ed.) – *The Rural History of Medieval European Societies: Trends and Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 1-19.
- ALFONSO, Isabel (ed.) (2007) – *The Rural History of Medieval European Societies: Trends and Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2007.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1979) – «Salinas Medievais entre o Cávado e o Neiva». *Bracara Augusta*. 75-76 (87-88) (1979) 391-402.

²⁰²³ Para uma descrição do projecto de investigação (entretanto alargado ao espaço e fontes castelhanas) em que se enquadra este léxico, v. <http://www3.unileon.es/grupos/lexicon/>

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias Medievais: Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Ed. policopiada, 1968. Tese de Licenciatura apresentada à FLUP.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1970) – «Ainda o documento XIII dos *Diplomata et Chartae*». *Revista da Faculdade de Letras – História*. I (1970) 97-107.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. I. Porto: Ed. policopiada, 1978. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à FLUP.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978a) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*. Porto: Ed. policopiada, 1978. Trabalho complementar para prestação de provas de doutoramento em História de Arte apresentado à FLUP.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – «A Paróquia e o seu Território». In *Cadernos do Noroeste. Sociedade, Espaço, Cultura. Minho, terras e gente*. Braga: Universidade do Minho, 1986, p. 113-132.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987) – *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987 (Novos Guias de Portugal, 5).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987) – *Barcelos*. Lisboa: Editorial Presença, 1990 (Cidades e Vilas de Portugal, 9).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1995) – «Caminhos Medievais no Norte de Portugal». In *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago. Itinerários Portugueses*. S.l.: Xunta de Galicia; Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995, p. 339-356.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001) – *História da Arte em Portugal – O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001 (História da Arte em Portugal, 1).
- ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa (1999) – «Aldeas y solares en Liébana: Argüébanes, Turieno y Potes». In J. Á. García de Cortázar (ed.) – *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. [Santander]: Universidad de Cantabria, Parlamento de Cantabria, 1999, p. 189-227.
- ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; PEÑA BOCOS, Esther (2005) – «Límites y «Fronteras» en el Norte Peninsular. Aproximación cartográfica al territorio de Cantabria entre el mundo antiguo y el medieval». *Espacio, Tiempo y Forma. H.^a Medieval*. Série III. 18 (2005) 13-25.
- ÁLVAREZ MAURÍN, María del Pilar (1994) – *Diplomática asturleonense: terminología toponímica*. León: Universidad de León, 1994.
- ÁLVAREZ MAURÍN, María del Pilar (1995) – «El formulismo en la lengua de los documentos notariales altomedievales». *Helmantica. Revista de Filología Clásica y Hebrea*. XLVI (139-141) (1995) 419-431.
- AMADO, Teresa (coord.) et alii (2011) – «The Study of Literary Texts». In J. Mattoso (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011, p. 87-109.
- AMARAL, Luís Carlos (1990) – «O património fundiário da Sé de Braga entre 1071 e 1108». In *Congresso Internacional: IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga - Actas*. Vol. I: “O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI”. Braga: UCP/Faculdade de Teologia. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 513-550.
- AMARAL, Luís Carlos (1995) – «Um património laico no século XI: os bens fundiários de Pedro Lovesendes e de D.^a Aragunte Mides». In *Actas do Congresso*

- Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1995, p. 189-208.
- AMARAL, Luís Carlos (1999) – «Organização Eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: O Caso da Diocese de Braga (Sécs. IX-XII)». In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (ed.) - *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. [Santander]: Universidad de Cantabria; Parlamento de Cantabria, 1999, p. 313-349.
- AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Ed. Policopiada, 2007. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à FLUP.
- AMARAL, Luís Carlos (2008) – «Poblamiento y organización eclesiástica del territorio bracarense (finales del siglo IX – primer cuarto del siglo XI)». In J. Á. Sesma Muñoz; C. Laliena Corbera (coords.) – *La pervivencia del concepto. Nuevas reflexiones sobre la ordenación social del espacio en la Edad Media*. Saragoça: Grupo de Investigación de Excelencia C.E.M.A. – Universidad de Zaragoza, 2008, p. 113-147. Trad. port. (com pequenas alterações e correcções): «Povoamento e organização eclesiástica do território bracarense (finais do século IX-primeiro quartel do século XI)». In I. Gonçalves (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. IV: Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 9-36.
- AMARAL, Luís Carlos (2009) – «La población de la tierra bracarense durante el siglo X». In Rudesindus San Rosendo. Su tiempo y su legado. Congreso Internacional. Mondoñedo, Santo Tirso (Portugal) y Celanova, 27-30 de junio, 2007 [Actas]. [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia, 2009, p. 176-188 (tradução castelhana não revista pelo autor). Reed. (com pequenas correcções e na versão original): «O povoamento da terra bracarense durante o século X». Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto]. História. III Série. 10 (2009) 113-127.
- AMARAL, Luís Carlos (2011) – «Half a century of Rural History of the Middle Ages in Portugal: A Possible Overview». In J. Mattoso (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011, p. 303-321.
- ANDERSSON, Hans; SCHOLKMANN, Barbara; KRISTIANSEN, Mette (2007) – «Medieval Archaeology at the Outset of the Third Millennium: Research and Teaching». In J. Graham-Campbell; M. Valor (eds.) – *The Archaeology of Medieval Europe. Volume 1: Eighth to Twelfth centuries AD*. Aarhus: Aarhus University Press, 2007, p. 19-45.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1994) – *Vilas, Poder Régio e Fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*. Lisboa: Ed. policopiada, 1994. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à FCSH/UNL.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (2001) – «Portugal na Idade Média: um território em construção». In *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 13-23.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (2002) – «L'organisation de l'espace dans le Nord du Portugal au Moyen Âge». In M. Bourin; S. Boissellier (dir.) – *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle). Mélanges en honneur de Robert Durand*. Rennes: PUR, 2002, p. 89-112.
- ARNOLD, John H. (2008) – *What is Medieval History?* Cambridge: Polity Press, 2008.

- ARTHUR, Paul (2004) – «From *Vicus* to Village: Italian Landscapes, AD 400-1000». In N. Christie (ed.) – *Landscapes of Change: Rural Evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Aldershot: Ashgate, 2004, p. 103-133.
- ARTHUR, Paul (2010) – «Archeology: Italy». In *The Oxford Dictionary of the Middle Ages*. Ed. de Robert E. Bjork. Oxford: OUP, 2010 [E-reference edition: <http://www.oxford-middleagesdictionary.com/entry?entry=t303.e0444> (consultado em 2010/11/06)].
- ASTILL, Grenville (2010) – «The Long and the Short: Rural Settlement in Medieval England». In R. Goddar; J. Langdon; M. Muller (eds.) – *Survival and Discord in Medieval Society. Essays in Honour of Christopher Dyer*. Turnhout: Brepols, 2010, p. 11-28.
- AURELL, Jaume (2008) – «Del logocentrismo a la textualidad: la autobiografía académica como intervención historiográfica». *Edad Media. Revista de Historia*. 9 (2008) 193-222.
- AVRIL, Joseph (1990) – «Observance monastique et spiritualité dans les préambules des actes (X^e-XIII^e siècles)». *Revue d'Histoire Ecclésiastique*. 85 (1990) 5-29.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (1994) – «Relaciones de propiedad y estructura económica del Reino de León: los marcos de la producción agraria y el trabajo campesino (850-1230)». In *El Reino de León en la Alta Edad Media*. VI. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»; Caja España de Inversiones; Caja de Ahorros y Monte de Piedad; Archivo Histórico Diocesano, 1994, p. 133-408.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1904) – «As ínsulas nos documentos portugueses mais antigos». *O Archeologo Portuguez*. I Série. 9 (7-10) (Jul.-Out. 1904) 219-225.
- AZEVEDO, Rui de (1932) – «O mais antigo documento latino-português». *Arquivo Histórico de Portugal*. Vol. I (1932) 500-502.
- AZEVEDO, Rui de (1937) – «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores». In A. Baião ; H. Cidade ; M. Múrias (dir.) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Vol. I. Lisboa : Editorial Ática, 1937, p. 7-64.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1947) – «A presúria e o repovoamento entre Minho e Lima no século X (Origens do mosteiro de S. Salvador da Torre)». *RPH*. III (1947) 257-270.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1969) – «Observações de Diplomática». *RPH*. XII (1969) 125-183.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1974) – «A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016 (Dois testemunhos inéditos das depredações a que então esteve sujeito o Território Portugalense entre Douro e Ave)». *RPH*. XIV (1974) 73-93.
- BAKER, Alan R. H. (2003) – *Geography and History. Bridging the divide*. Cambridge: CUP, 2003 (Cambridge Studies in Historical Geography, 36).
- BARBERO, Abilio; VIGIL; Marcelo (1983) – *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1983. 3.^a ed. [1.^a ed.: 1978].
- BARBOSA, Pedro (1992) – *Povoamento e estrutura Agrícola na Estremadura Central*. Lisboa: INIC, 1992 (História Medieval, 6).
- BARCELÓ, Miquel (1988) – «Feudalismo e historia medieval». In Idem (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, 1988, p. 21-52.

- BARCELÓ, Miquel (1988) – «La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural». In Idem (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, 1988, p. 195-274.
- BARCELÓ, Miquel (1988) – «Los límites de la información documental escrita». In Idem (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, 1988, p. 73-87.
- BARCELÓ, Miquel (1988) – «Prologo». In Idem (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, 1988, p. 9-19.
- BARCELÓ, Miquel (1998) – «¿Que arqueología para al-Andalus?». In A. Malpica; T. Quesada (eds.) (1998) – *Los Orígenes del Feudalismo en el mundo Mediterráneo*. Granada: Publicaciones de la Universidad de Granada, 1998, 2.^a ed., p. 69-99.
- BARCELÓ, Miquel (ed.) (1988) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, 1988.
- BARCELÓ, Miquel; TOUBERT, Pierre (dir.) (1998) – «L'incastellamento». *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998 (Collection de l'EFR, 241).
- BARRIOS GARCÍA, Ángel; MARTÍN VISO, Iñaki (2000-2001) – «Reflexiones sobre el poblamiento rural altomedieval en el Norte de la Península Ibérica». *SH-HM*. 18-19 (2000-2001) 53-83.
- BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas*. Porto: Ed. policopiada, 1987. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP.
- BARROCA, Mário Jorge (1990) – «Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelosias e Modilhões de Rolos». In *Congresso Internacional: IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga - Actas*. Vol. I: "O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI". Braga: UCP/Faculdade de Teologia. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 101-145.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)». *Portugália*. Nova Série. XI-XII (1990-1991) 89-136.
- BARROCA, Mário Jorge (1991) – «As pizarras visigodas. A propósito de uma obra de I. Velázquez Soriano». *Conimbriga*. 30 (1991) 139-159.
- BARROCA, Mário Jorge (1997) – «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)». *Revista de História das Ideias*. 19 (1997) 39-103.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: FCG, FCT, 2000. 3 vols.
- BARROCA, Mário Jorge (2003) – «Da Reconquista a D. Dinis». In *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de M. Themudo Barata; N. Severiano Teixeira. Vol. I. Coord. de J. Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 22-161.
- BARROCA, Mário Jorge (2004) – «Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX-XI)». *Portugália*. Nova Série. XXV (2004) 181-203.
- BARROCA, Mário Jorge (2006) – «A Cruz do Lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão) e o Couto do Mosteiro de Santo Tirso». In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 137-160.

- BARROCA, Mário Jorge (2008-2009) – «De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira». *Portugália*. Nova Série. XXIX-XXX (2008-2009) 193-252.
- BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coords.) (2005) – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. *Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003. Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*. Porto: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- BARTHÉLEMY, Dominique (1993) – *La société dans le comté de Vendôme de l'an mil au XIV^e siècle*. Paris: Fayard, 1993.
- BARTHÉLEMY, Dominique (2009) – *The serf, the knight and the historian*. Ithaca (Nova Iorque), Londres: Cornell University Press, 2009. Trad. inglesa corrigida e aumentada da ed. francesa original: *La mutation de l'an mil, a-t-elle eu lieu? Servage et chevalerie dans la France des Xe et XIe siècles*. Paris: Fayard, 1997.
- BARTLETT, Robert (1994) – *The Making of Europe. Conquest, Colonization and Cultural Change 950-1350*. Londres: Penguin, 1994.
- BAUTIER, Robert-Henri (1961) – «Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'École des chartes (20 octobre 1961)». *Bibliothèque de l'École des chartes*. 119 (1961) 194-225. Reed. in Idem – *Chartes Sceaux et Chancelleries. Études de Diplomatique et de Sigillographie Médiévales*. Paris: École des Chartes, 1990, t. I, p. 3-33.
- BAZANNA, André (ed.) (1988) – *Castrum 3: Guerre, Fortification et Habitat dans le Monde Méditerranéen au Moyen Âge. Colloque organisé par la Casa de velázquez et l'École Française de Rome (Madrid, 24-27 novembre 1985)*. S.l.: CV, EFR, 1988 (Publications de la CV – Série Archéologie, fasc. XII; Collection de l'EFR, 105).
- BAZANNA, André (ed.) (1999) – *Castrum 5: Archéologie des espaces agraires méditerranéens au Moyen Âge. Actes du colloque de Murcie (Espagne) tenu du 8 au 12 mai 1992*. Madrid, Roma, Murcia: CV, EFR, Ayuntamiento de Murcia, 1999 (Collection de l'EFR, 105; Collection de la CV, 55).
- BAZZANA, André; NOYÉ, Ghislaine (1988) – «Du «bon usage» de l'archéologie extensive: une réponse en forme de bilan». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 543-562.
- BEATTIE, Cordelia; MASLAKOVIC, Anna (2003) «Introduction – Locating the Household: Public, Private, and the Social Construction of Gender and Space». In Eadem; JONES, Sarah Rees (eds.) – *The Medieval Household in Christian Europe, c. 850-C.1550. Managing Power, Wealth, and the Body*. Turnhout: Brepols, 2003, p. 1-8.
- BEDOS-REZAK, Brigitte (1996) – «[DD] Secular Administration». In F. A. C. Mantello; A. G. Rigg (eds.) – *Medieval Latin: An Introduction and Bibliographical Guide*. Washington: The Catholic University of America Press, 1996, p. 195-229.
- BEDOS-REZAK, Brigitte (2002) – «Towards an Archaeology of the Medieval Charter: Textual Production and Reproduction in Northern French *Chartiers*». In A. J. Kosto; Anders Winroth (eds.) – *Charters, Cartularies and Archives: The Preservation and Transmission of Documents in the Medieval West. Proceedings of a Colloquium of the Commission Internationale de Diplomatique*

- (*Princeton and New York, 16-18 September 1999*). Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002, p. 43-60.
- BEIRANTE, Maria Ângela (1993) – «A «Reconquista» Cristã». In A. H. de Oliveira Marques (coord.) – *Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*. Vol. II de “Nova História de Portugal”. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1993, p. 251-366.
- BERTRAND, Paul; BOURLET, Caroline; HÉLARY, Xavier (2006) – «Vers une typologie des cartulaires médiévaux». In D. Le Blévec (ed.) – *Les cartulaires méridionaux. Actes du colloque organisé à Béziers les 20 et 21 septembre 2002*. Paris: École des Chartes, 2006, p. 7-20.
- BETTENCOURT, Ana M. S *et alii* (2007) – «A ocupação do território e a exploração de recursos durante a Pré-História Recente do Noroeste de Portugal». In S. O. Jorge; Eadem; I. Figueiral (eds.) – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património (Universidade do Algarve), 2007, p. 149-164.
- BETTENCOURT, Ana M. S *et alii* (2009) – «Dos montes, das pedras e das águas. Uma introdução». In Eadem; Lara Bacelar Alves (eds.) (2009) – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interacção com o espaço natural da pré-história à actualidade*. S.l.: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009, p. 7-9.
- BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara Bacelar (eds.) (2009) – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interacção com o espaço natural da pré-história à actualidade*. S.l.: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009.
- BISSON, Thomas N. (2000) – «*La Terre et les hommes: a Programme Fulfilled?*». *French History*. 14 (2000) 322-345.
- BLAKE, Robert (1991) – «Squeezing the Spanish turnip dry: Latin documents from the Early Middle Ages». In R. Harris-Northall; T. D. Cravens (eds.) – *Linguistic Studies in Medieval Spanish*. Madison [Wisconsin]: Hispanic Seminary of Medieval Studies, p. 1-14.
- BLANCO LOZANO, Pilar (1987) – «Introducción». In *Colección Diplomática de Fernando I (1037-1065)*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Archivo Histórico Diocesano, 1987, p. 7-39.
- BLOCH, Marc (1999) – *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1999 [1.^a ed.: 1931].
- BOHIGAS ROLDÁN, Ramón (1999) – «Fuentes arqueológicas y organización social del espacio en el reino de Castilla». In J. Á. García de Cortázar (ed.) – *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. [Santander]: Universidad de Cantabria, Parlamento de Cantabria, 1999, p. 75-121.
- BOISSELLIER, Stéphane (1999) – *Naissance d’une identité portugaise – La vie rurale entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*. Lisboa: INCM, 1999.
- BOISSELLIER, Stéphane (2003) – *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal*. Paris: FCG – Centro Cultural Português, 2003.
- BOISSELLIER, Stéphane (2009) – «Le rôle des grands domaines fonciers «privés» dans la formation du peuplement méridional portugais (XIIe-XIVe siècle)». In I. Gonçalves (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias,*

- problemáticas. IV: Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 37-52.
- BOISSELLIER, Stéphane (ed.) (2010) – *De l'espace aux territoires. La territorialité des processus sociaux et culturels au moyen âge. Actes de la table ronde des 8-9 juin 2006, CESCO (Poitiers)*. Turnhout: Brepols, 2010.
- BOTELLA POMBO, Esperanza (1988) – *La Serna: ocupación, organización y explotación del espacio en la Edad Média (800-1250)*. Santander: Ediciones Tantin, 1988.
- BOURIN, Monique (1995) – «Délimitation des parcelles et perception de l'espace en Bas-Languedoc aux X^e et XI^e siècles». In E. Mornet (ed.) – *Campagnes médiévales: l'homme et son espace. Études offertes à Robert Fossier*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995, p. 73-85.
- BOURIN, Monique; BOISSELLIER, Stéphane (dir.) (2002) – *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle)*. Mélanges en honneur de Robert Durand. Rennes: PUR, 2002.
- BOURIN, Monique; ROSENWEIN, Barbara H. (coords.) (1999) – «L'an mil en 2000» [Dossier temático]. *Médiévales*. 37 (1999) 5-140.
- BOURIN, Monique; ZADORA-RIO, Élisabeth (2003) – «Analyses de l'espace». In Jean-Claude Schmitt; Otto Gerhard Oexle (eds.) – *Les Tendances Actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés para le Centre National de la Recherche Scientifique et le Max-Planck-Institut für Geschichte. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 493-510.
- BOURIN, Monique; ZADORA-RIO, Élisabeth (2007) – «Pratiques de l'espace: les apports compares des données textuelles et archéologiques». In *Construction de l'Espace au Moyen Âge: pratiques et représentations. XXXVII^e Congrès de la SHMES, Mulhouse, 2-4 juin 2006*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, p. 39-55.
- BRANCO [MARQUES DA SILVA], Maria João (1993) – «Portugal no Reino de León. Etapas de uma relação (866-1179)». In *El Reino de León en la Alta Edad Media IV: La Monarquía (1109-1230)*. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro"; Archivo Histórico Diocesano, 1993, p. 533-625.
- BRANCO, Maria João Violante (2011) – «Constructing Legitimacy and Using Authority: The Production of Cartularies in Braga during the 12th Century». In K. Herbers; I. Fleisch (eds.) – *Erinnerung, Niederschrift, Nutzung: Das Papsttum und die Schriftlichkeit im mittelalterlichen Westeuropa* [Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften zu Göttingen, NF, 11]. De Gruyter: Berlin, Nova Iorque: De Gruyter, 2011, p. 31-62.
- BRANQUINHO, Isabel (2005) – «Estratégias de Composição do Património do Mosteiro de S. Vicente de Fora. Priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)». In L. Krus; M. Alarcão; A. Miranda (coords.) – *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri; Núcleo de Estudos Medievais da FCSH/UNL, 2005, p. 75-88.
- BRITO, Raquel Soeiro de (1951) – «Migrations pastorales et agricoles dans les montagnes du Minho». In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne 1949*. T. III: "Travaux de la section IV (Géographie Humaine et Géographie Économique)". Lisboa: Union Géographique Internationale, 1951, p. 80-82.
- BURNOUF, Joëlle (1998) – «Du paysage à l'interaction de l'homme et du milieu: l'environnement du village». In L. Feller; P. Mane; F. Piponnier (eds.) – *Le*

- village médiévale et son environnement. Études offertes à Jean-Marie Pesez.* Paris: Publications de la Sorbonne, 1998, p. 471-490.
- BURNOUF, Joëlle *et alii* (2009) – *Manuel d'archéologie médiévale et moderne.* Paris: Armand Colin, 2009.
- BURNOUF, Joëlle; PÉRIN, Patrick (2010) – «Archeology: France». In *The Oxford Dictionary of the Middle Ages*. Ed. de Robert E. Bjork. Oxford: OUP, 2010 [E-reference edition: <http://www.oxford-middleagesdictionary.com/entry?entry=t303.e0440> (consultado em 2010/11/06)].
- CABRAL, João de Pina (2008) – *Aromas de Urze e de Lama. Viagem de um antropólogo ao Alto Minho.* Novas ilustrações de Ruth Rosengarten. Posfácio de Rui Graça Feijó. Lisboa: ICS, 2008. 2.^a ed. revista.
- CABRERA, Emilio (1999) – «Población, y Poblamiento, Historia Agraria, Sociedad Rural». In *La Historia Medieval en España. Un Balance Historiográfico (1968-1998)* (Actas da XXV Semana de Estudios Medievales de Estella. 14 a 18 de julio de 1998). Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1999, p. 659-745.
- CAMMAROSANO, Paolo (1988) – «De la cartographie moderne au manse médiéval: le cas du Frioul». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...)* (Paris 12-15 novembre 1984). Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 251-258.
- CAMMAROSANO, Paolo (2005) – *Italia Medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte.* Roma: Carocci Editore, 2005. 9^a reimp.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana Maria (2007) – *Galicia y los Gallegos en las fuentes árabes medievales.* Madrid: CSIC-Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, Xunta de Galicia, 2007 (Cuadernos de Estudios Gallegos, Anexo XXXVI).
- CARDOSO, Adriana (2002) – *A língua latino-portuguesa de notários do século XI.* Vol. I: “Análise de aspectos morfosintáticos de documentos do mosteiro de Pendorada”; Vol. II: “Anexos”. Lisboa: Ed. policopiada, 2002. Dissertação de mestrado em Linguística apresentada à FCSH/UNL.
- CARDOZO, Mário (1967) – «O testamento de Mumadona, fundadora do Mosteiro e Castelo de Guimarães na segunda metade do século X». *Revista de Guimarães*. 77 (3-4) (Jul.-Dez. 1967) 279-298.
- CARDOZO, Mário (1968) – «Vimara Peres e Guimarães». *Revista de Guimarães*. 78 (1-2) (Jan.-Jun. 1968) 121-146.
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999) – «Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X, a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI». *Bracara Augusta*. 48 (101-102) (1998-1999) 311-401.
- CARVALHO, Helena Paula Abreu de (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis.* Braga: Ed. Policopiada, 2008. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. [Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755> (consultado em 2011/09/24)].
- CARVALHO, Pedro C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana.* Fundão, Coimbra: Câmara Municipal do Fundão, Instituto de Arqueologia da FLUC, 2007 (*Conimbriga* – Anexos, 4).

- CASTELLANOS, Santiago; MARTÍN VISO, Iñaki (2005) – «The local articulation of central power in the north of the Iberian Peninsula (500-1000)». *EME*. 13 (1) (2005) 1-42.
- CASTRO, Ivo (2004) – «A primitiva produção escrita em Português». In *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León: siglos IX-XII*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Archivo Historico Diocesano, 2004, t. II, p. 69-97.
- CATAFAU, Aymat (2008) – «L’église comme centre organisateur de l’habitat en languedoc, Roussillon et Catalogne, VIIIe-XIe siècles». In *Movimientos migratorios, asentamientos y expansión (siglos VIII-XI). En el centenario del profesor José María Lacarra (1907-2007) (Actas da XXXIV Semana de Estudios Medievales de Estella, 16 al 20 de julio de 2007)*. Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Cultura y Turismo – Institución Príncipe de Viana, 2008, p. 187-229.
- CHAPELOT, Jean; FOSSIER, Robert (1980) – *Le village et la maison au Moyen Age*. Paris: Hachette, 1980.
- CHASTANG, Pierre (2006) – «Cartulaires, cartularisation et scriptularité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche». *CCM*. 49 (193) (2006) 21-32.
- CHASTANG, Pierre (2009) – «L’archéologie du texte medieval». *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* [Em linha]. Hors série. 2 (2009) [16p.] [disponível em: <http://cem.revues.org/index8702.html> (consultado em 2011/01/05)].
- CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2007) – *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VII d.C.)*. Turnhout: Brepols, 2007 (Bibliothèque de l’Antiquité Tardive, 7).
- CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala (1969) – *Formas de pensamento EM Portugal no séc. XV. Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias*. Lisboa: Livros Horizonte, [1969] (Os nossos problemas para a história de Portugal e do Brasil, 1).
- CHOUQUER, Gérard (2007) – *Quels scénarios pour l’histoire du paysage? Orientations de recherche pour l’archéogéographie. Essai*. Coimbra, Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP), 2007.
- CHRISTIE, Neil (2004) – «Landscapes of Change in Late Antiquity and the Early Middle Ages: Themes, Directions and Problems». In Idem (ed.) – *Landscapes of Change: Rural Evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Aldershot: Ashgate, 2004, p. 1-37.
- CHRISTIE, Neil; STAMPER, Paul (eds.) (2012) – *Medieval Rural Settlement. Britain and Ireland, AD 800-1600*. Oxford: Windgather Press, 2012.
- CLANCHY, Michael – *From Memory to the Written Record. England 1066-1307*. Oxford: Blackwell Publishers, 1993. 2.^a ed.
- CLÉMENT, Vincent (1999) – «Le territoire du Sud-Ouest de la péninsule Ibérique à l’époque romaine. Du concept au modèle d’organisation de l’espace». In J.-G. Gorges; F. G. Rodríguez Martín (ed.) – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: CV, 1999, p. 109-120.
- CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) (2001) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura – Servicio de Publicaciones, 2001.
- CODONER MERINO, Carmen (1972) – «Léxico de las fórmulas de donación en documentos del siglo X». *Emerita. Revista de Linguística y Filología Clásica*. 40 (1) (1972) 141-149.

- COELHO, Maria Helena da Cruz (1989) – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Lisboa: INCM, 1989. 2 vols. [1.^a ed.: 1983].
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990) – «Santo Antonino de Barbudo – Um Protagonista Monástico da Região Bracarense em Tempos Medievos». In Eadem – *Homens, Espaços e Poderes – Séculos XI-XVI*. Vol. II: “Domínio Senhorial”. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 7-29.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2000) – «Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas». In *A cidade e o campo. Colectânea de estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 23-40.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2001) – «A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes». In M. H. da Cruz Coelho; M. J. Azevedo Santos; S. A. Gomes; M. do R. Morujão – *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri; FLUC, 2001, p. 13-40.
- COLLINS, Roger (1990) – «Literacy and the laity in early mediaeval Spain». In R. McKitterick (ed.) – *The uses of Literacy in Early Mediaeval Europe*. Cambridge: CUP, 1990, p. 109-133.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2000) – *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos fins da Idade Média*. Cascais: Patrimonia, 2000. 2 vols.
- Construction de l'Espace au Moyen Âge: pratiques et représentations. XXXVIIe Congrès de la SHMES, Mulhouse, 2-4 juin 2006*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007 (Histoire ancienne et médiévale, 96).
- CORTESÃO, Jaime (1995) – *Portugal: a Terra e o Homem*. Lisboa: INCM, 1995. 3.^a ed. (Obras Completas de Jaime Cortesão, 24).
- COSTA, Adelaide Millán da (1999) – *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*. Lisboa: Ed. policopiada, 1999. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais e Humanas apresentada à Universidade Aberta.
- COSTA, Adelaide Millán da (2006) – «As paisagens do poder no mundo urbano português tardo-medieval». In I. Gonçalves (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 29-46.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: FLUC – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959. 2 vols.²⁰²⁴
- COSTA, Avelino de Jesus da (1981) – «Povoamento e Colonização do Território Vimaranense nos Séculos IX a XI». In *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*. Actas. Vol. III: “Comunicações”. Guimarães, 1981, p. 135-196.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1983) – «Comarca eclesiástica de Valença do Minho (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)». In *I Colóquio Galaico-Minhoto (Ponte de Lima, 1/5 de Setembro de 1981)*. Volume I. S.l.: Associação Cultural Galico-Minhota, 1983, p. 69-240.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1990a) – «O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga». In *Congresso Internacional: IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga - Actas*. Vol. I: “O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do

²⁰²⁴ Embora tenhamos seguido a 2.^a ed. desta obra (COSTA, 1997, 2000), por vezes foi necessário citar secções e passagens específicas que constam apenas da 1.^a ed., por o autor ter entendido suprimi-las na 2.^a.

- século XI”. Braga: UCP/Faculdade de Teologia. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 378-434.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1990b) – «Pedro Ourives. Grande artista e benemérito da cidade de Braga injustamente esquecido». In *Congresso Internacional: IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga - Actas*. Vol. I: “O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI”. Braga: UCP/Faculdade de Teologia. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 659-678.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1991) – *A Vacância da Sé de Braga e o Episcopado de São Geraldo (1092-1108)*. Braga, 1991.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1997; 2000) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta: Vol. I, 1997; Vol. II: *Censuais e Documentos*, 2000. 2ª ed. refundida e ampliada.
- COSTA, Paula; BARROCA, Mário Jorge (2009) – «A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194». In *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Coord. de Isabel Cristina F. Fernandes. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS), 2009, p. 679-714.
- COSTE, Jean (1988) – «Introduction [ao dossier: “II - Constitution du fichier des habitats: 2 - La méthode régressive”]». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 241-246.
- CRUZ, António (1938) – «Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro». *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Suplemento ao vol. XIV (1938) 1-239.
- CUESTA RODRIGO, María Isabel (2006) – «Estudios actuales sobre el análisis espacial en la Edad Media en Francia: historiografía y metodología». *Territorio, Sociedad y Poder*. 1 (2006) 15-34.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e (1996) – «Fórmulas e formulários: os documentos da Colegiada de Guimarães (1128-1211)». In *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*. Vol 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, 1996, p. 174-182.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e (2005) – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Noia (Corunha): Editorial Toxosoutos, 2005.
- CURSENTE, Benoît (1988) – «Introduction [ao dossier: “I - La recherche sur les habitats: considérations préliminaires: 4 - Détermination du cadre spatial”]». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 197-199.
- CURSENTE, Benoît (1998) – *Des Maisons et des hommes. Essai sur la Gascogne médiévale*. Toulouse: PUM, 1998.
- CURSENTE, Benoît (1999) – «Avant-propos». In Idem (ed.) – *L'habitat dispersé dans l'Europe médiévale et moderne. Actes des XVIII^{es} Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Flaran, 15-16-17 Septembre 1996*. Toulouse: PUM, 1999, p. 7-16.

- CURSENTE, Benoît (2002) – «Introduction au thème...jeu de regards sur l'organisation de l'espace rural». In M. Bourin; S. Boissellier (dir.) – *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle). Mélanges en honneur de Robert Durand*. Rennes: PUR, 2002, p. 143-148.
- CURSENTE, Benoît (2002) – «Village». In C. Gauvard; A. de Libera; M. Zink (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002, p. 1448-1450.
- CURSENTE, Benoît (2007) – «Recent Trends in the Rural History of Medieval France». In I. Alfonso (ed.) (2007) – *The Rural History of Medieval European Societies: Trends and Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 57-91.
- CURSENTE, Benoît (ed.) (1999) – *L'habitat dispersé dans l'Europe médiévale et moderne. Actes des XVIII^{es} Journées Internationales d'Histoire de l'Abbaye de Flaran, 15-16-17 Septembre 1996*. Toulouse: PUM, 1999.
- CURSENTE, Benoît; MOUSNIER, Mireille (2005) – «Introduction». In Eidem – *Les territoires du médiéviste*. Rennes: PUR, 2005, p. 7-15.
- CURSENTE, Benoît; MOUSNIER, Mireille (dir.) (2005) – *Les territoires du médiéviste*. Rennes: PUR, 2005.
- DAVID, Pierre (1947) – Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e Siècle. Lisboa, Paris: Livraria Portugália Editora, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947.
- DAVID, Pierre (1947a) – «Vama et Guimarães». *RPH*. III (1947) 189-195.
- DAVIES, Wendy (1978) – *An Early Welsh Microcosm: studies in the Llandaff charters*. Londres: Royal Historical Society, 1978.
- DAVIES, Wendy (1979) – *The Llandaff Charters*. Aberystwyth: The National Library of Wales, 1979.
- DAVIES, Wendy (2006) – «Introduction». In Eadem; G. Halsall; A. Reynolds (eds.) (2006) – *People and Space in the Middle Ages, 300-1300*. Turnhout: Brepols, 2006, p. 1-12.
- DAVIES, Wendy (2007) – «Lordship and Community: Northern Spain on the Eve of the Year 1000» In C. Dyer; P. Coss; C. Wickham (eds.) (2007) – *Rodney Hilton's Middle Ages: An Exploration of Historical Themes*. Oxford: OUP, 2007, p. 18-33.
- DAVIES, Wendy (2007) – «The Early Middle Ages and Spanish Identity». In H. Pryce; J. Watts (eds.) – *Power and Identity in the Middle Ages. Essays in Memory of Rees Davies*. Oxford: OUP, 2007, p. 68-84.
- DAVIES, Wendy; ASTILL, Grenville (1997) – *A Breton Landscape*. Londres: University College London Press, 1997.
- DAVIES, Wendy; HALSALL, Guy; REYNOLDS, Andrew (eds.) (2006) – *People and Space in the Middle Ages, 300-1300*. Turnhout: Brepols, 2006. (Studies in the Early Middle Ages, 15).
- DAVIS, Jennifer R.; McCORMICK, Michael (2008) – «The Early Middle Ages: Europe's Long Morning». In Eidem (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 1-10.
- DAVIS, Jennifer R.; McCORMICK, Michael (eds.) (2008) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008.
- DELORT, Robert (2002) – «Conclusion». In M. Bourin; S. Boissellier (dir.) – *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle). Mélanges en honneur de Robert Durand*. Rennes: PUR, 2002, p. 221-227.

- DELORT, Robert (2002) – «Environnement». In C. Gauvard; A. de Libera; M. Zink (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002, p. 482-486.
- DEMADE, Julien (2008) – «El mundo rural medieval en la historiografía en alemán desde 1930. Compromiso político, permanência de las interpretaciones y dispersión de las innovaciones». In I. Alfonso (ed.) – *La Historia rural de las sociedades medievales europeas. Tendencias y perspectivas*. València: Publicacions de la Universitat de València, 2008, p. 175-246.²⁰²⁵
- DEVROEY, Jean-Pierre (2001) – «The economy». In R. McKitterick (ed.) – *The Early Middle Ages*. [3.º vol. de] *The Short Oxford History of Europe*. Dir. de T. C. W. Blanning. Oxford: OUP, 2001, p. 97-129.
- DEVROEY, Jean-Pierre (2009) – «Une société en expansion? Entre Seine et Rhin à la lumière des polyptyques carolingiens (780-920)». In *Movimientos migratorios, asentamientos y expansión (siglos VIII-XI). En el centenario del profesor José María Lacarra (1907-2007) (Actas da XXXIV Semana de Estudios Medievales de Estella, 16 al 20 de julio de 2007)*. Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Cultura y Turismo – Institución Príncipe de Viana, 2008, p. 231-261.
- DEVROEY, Jean-Pierre; LAUWERS, Michel (2007) – «L'«espace» des historiens médiévistes: quelques remarques en guise de conclusion». In *Construction de l'Espace au Moyen Âge: pratiques et représentations. XXXVIIe Congrès de la SHMES, Mulhouse, 2-4 juin 2006*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, p. 435-453.
- DEVY VARETA, Nicole (1985) – «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a «Coutada Velha» do rei». *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I (1985) 47-67.
- DEVY-VARETA, Nicole (2005) – «Vila Verde: recursos naturais e evolução das paisagens». *Boletim Cultural de Vila Verde*. 1 (2005) 185-201.
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. (2000) – «El reino suevo de Hispania y su sede en Bracara». In G. Ripoll; J. M. Gurt (eds.) – *Sedes Regiae (400-800)*. Barcelona: Real Acadèmia de Bones Lletres, 2000, p. 403-423.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio (1976) – «La Historiografía Hispana desde la Invasión Árabe hasta el Año 1000». In Idem – *De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*. Barcelona: Ediciones El Albir, 1976, p. 203-234.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio (1993) – «Vida de S. Frutuoso». In G. Lanciani; G. Tavani (coord.) – *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 666.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio (2004) – «Introducción general. In. ISIDORO DE SEVILHA (Santo) – *Etimologías. Edición bilingüe*. Texto latino, versão espanhola e notas por J. Oroz Reta; M.-A. Marcos Casquero. Introdução geral por M. C. Díaz y Díaz. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 1-257.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio (2004) – «Tránsito y Tránsitos». In *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León: siglos IX-XII*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Archivo Histórico Diocesano, 2004, t. I, p. 19-28.

²⁰²⁵ Este texto foi incluído na versão inglesa da obra: Isabel Alfonso (ed.) – *The Rural History of Medieval European Societies: Trends and Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 173-252. No entanto, e embora tenhamos consultado todos os outros artigos incluídos nesta obra nessa versão, só nos foi possível aceder a este texto em particular na tradução espanhola.

- DÍEZ HERRERA, Carmen (1990) – *La formación de la sociedad feudal en Cantabria. La organización del territorio en los siglos IX al XIV*. [Santander]: Universidad de Cantabria, Asamblea Regional de Cantabria, 1990.
- DÍEZ HERRERA, Carmen (1993) – «El “Valle” – Unidad de Organización Social del Espacio en la Edad Media». *Estudios Medievales*. 10 (1993) 3-32.
- DÍEZ HERRERA, Carmen (2002) – «El Valle como Espacio de Poder Social y Político». In *Los Espacios de Poder en la España Medieval. XI Semana de Estudios Medievales Nájera 2001*. Actas. Coord. de José Ignacio de la Iglesia Duarte. Logroño: Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojianos, 2002, p. 47-68.
- DUBY, Georges (1988) – *La Société aux XI^e et XII^e siècles dans la région mâconnaise*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988 [1.^a ed.: 1953].
- DUBY, Georges (1989) – «O prazer do historiador». In M. Agulhon *et alii* – *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 109-137.
- DUBY, Georges (1993) – *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento económico europeu séc. VII-XII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993 [1.^a ed.: 1978; ed. francesa original: *Guerriers et paysans, VII^e - XII^e siècles : premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973]
- DURAND, Aline (2002) – «Paysage». In C. Gauvard; A. de Libera; M. Zink (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002, p. 1057.
- DURAND, Aline (2003) – *Les paysages médiévaux du Languedoc (X^e-XII^e siècles)*. Toulouse: PUM, 2003.
- DURAND, Robert (1971) – «Introduction». In *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI^e-XIII^e siècles)*. Introdução e notas de Robert Durand. Paris: FCG- Centro Cultural Português, 1971.
- DURAND, Robert (1982) – «Communautés villageoises et seigneurie au Portugal (X^e-XIII^e s.)». In *Estudos de História de Portugal. Sécs. X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 119-135.
- DURAND, Robert (1982) – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Paris: FCG – Centro Cultural Português, 1982.
- DURAND, Robert (1983) – «Habitats fortifiés et organisation des pouvoirs au Portugal». In A. Bazzana; P. Guichard; J.-M. Poisson (eds.) – *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale. Table ronde tenue à Lyon les 4 et 5 mai 1982*. Lyon: Maison de l'Orient méditerranéen, 1983, p. 69-75.
- DURAND, Robert (1988) – «Guerre et fortification de l'habitat au Portugal aux XII^e et XIII^e siècles». In A. Bazzana (ed.) – *Castrum 3: Guerre, Fortification et Habitat dans le monde Méditerranéen au Moyen Âge*. Madrid, Roma: CV, EFR, 1988, p. 179-186.
- DURAND, Robert (1997) – «De urso manus: l'exploitation de la faune du saltus au Portugal». In É. Mornet; F. Morenzoni (eds.) – *Milieus naturels, espaces sociaux. Études offertes à Robert Delort*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1997, p. 107-117.
- DYER, Chris C.; SCHOFIELD, Philipp R. (2007) – «Recent Work on the Agrarian History of Medieval Britain». In I. Alfonso (ed.) – *The Rural History of Medieval European Societies: Trends and Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 21-55.
- DYER, Christopher; COSS, Peter; WICKHAM, Chris (eds.) (2007) – *Rodney Hilton's Middle Ages: An Exploration of Historical Themes*. Oxford: OUP, 2007 (Past and Present Supplements, 2).

- DYER, Christopher; EVERSON, Paul (2012) – «The Development of the Study of Medieval Settlements, 1880-2010». In N. Christie; P. Stamper (eds.) – *Medieval Rural Settlement. Britain and Ireland, AD 800-1600*. Oxford: Windgather Press, 2012, p. 11-30.
- ELBL, Martin Malcolm (2010) – «Economic and social history». In *The Oxford Dictionary of the Middle Ages*. Ed. de Robert E. Bjork. Oxford: OUP, 2010 [E-reference edition: <http://www.oxford-middleagesdictionary.com/entry?entry=t303.e1915> (consultado em 2010/11/06)].
- ELTON, G. R. (2002) – *The Practice of History*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. 2.^a ed. (com um posfácio de Richard J. Evans).
- EMILIANO, António (2003) – «O Estudo dos Documentos Notariais Latino-Portugueses e a História da Língua Portuguesa». *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 11 (2003) 77-126.
- EMILIANO, António Henrique de Albuquerque (2003) – *Latim e Romance na Segunda Metade do Século XI. Análise scripto-linguística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*. Lisboa : FCG, FCT, 2003.
- ERDMANN, Carl (1935) – *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935.
- ESCALONA MONGE, Julio (1995) – *Transformaciones sociales y organización del espacio en el alfoz de Lara en la Alta Edad Media*. Madrid: Ed. Policopiada, 1995. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid [disponível em: <http://eprints.ucm.es/2447/> (consultado em 2011/12/05)].
- ESCALONA MONGE, Julio (2000) – «Paisaje, asentamiento y Edad Media: reflexiones sobre dos estudios recientes». *Historia Agraria*. 20 (2000) 227-244.
- ESCALONA MONGE, Julio (2000-2001) – «Comunidades, territorios y poder condal en la Castilla del Duero en el siglo X». *SH-HM*. 18-19 (2000-2001) 85-120.
- ESCALONA MONGE, Julio (2002) – *Sociedad y territorio en la Alta Edad Media Castellana: la Formación del alfoz de Lara*. Oxford: John and Erica Hedges Ltd, 2002. (BAR International Series, 1079).
- ESCALONA MONGE, Julio (2009) – «The early Castillian peasantry: an archeological turn?». *Journal of Medieval Iberian Studies*. 1 (2) (2009) 119-145.
- ESCALONA MONGE, Julio (2010) – «L'archéologie médiévale chrétienne en Espagne: entre recherche et gestion du patrimoine». In E. Magnani (dir.) – *Le Moyen Âge vu d'ailleurs. Voix croisées d'Amérique latine et d'Europe*. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 2010, p. 253-274.
- ESCALONA MONGE, Julio; ALFONSO, Isabel; REYES, Francisco (2008) – «Arqueología y Historia de los paisajes medievales: apuntes para una agenda de investigación». In R. Garrabou; J. M. Naredo (eds.) – *El paisaje en perspectiva histórica. Formación y transformación del paisaje en el mundo mediterráneo*. Saragoça: Prensas Universitarias de Zaragoza; Institución «Fernando el Católico», 2008, p. 91-116.
- ESCH, Arnold (2003) – «Chance et hasard de transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique». In Jean-Claude Schmitt; Otto Gerhard Oexle (eds.) – *Les Tendances Actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés para le Centre National de la*

- Recherche Scientifique et le Max-Planck-Institut für Geschichte*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 15-29.
- ESTEPA DÍEZ, Carlos (1978) – «La vida urbana en el norte de la Península Ibérica en los siglos VIII y IX. El significado de los términos «ciuitates» y «castra»». *Hispania*. XXXVIII (139) (1978) 257-273.
- ESTEPA DÍEZ, Carlos; PLÁCIDO, Domingo (coord.); TRÍAS VEJARANO, Juan (ed.) (1998) – *Transiciones en la antigüedad y feudalismo*. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998.
- EVANS, Richard J. (2000) – *In Defence of History*. Londres: Granta Books, 2000. 2.^a ed. (com um novo posfácio).
- FABRE, Ghislaine; BOURIN, Monique; CAILLE, Jacqueline; DEBORD, André (eds.) (1996) – *Morphogenèse du village médiéval, IXe-XIIe siècles. Actes de la table ronde de Montpellier 22-23 février 1993*. Montpellier: Association pour la connaissance du patrimoine du Languedoc-Roussillon, 1996. (Cahiers du Patrimoine, 46).
- FACI, Javier (1978) – «Vocablos referentes al sector agrario de León y Castilla durante la alta Edad Media». *Moneda y Crédito*, 144 (1978), p. 69-87.
- FELLER, Laurent (1998) – «Décrire la terre en Italie centrale au Haut Moyen Âge». In L. Feller; P. Mane; F. Piponnier (eds.) – *Le village médiéval et son environnement. Études offertes à Jean-Marie Pesez*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998, p. 491-507.
- FERNANDES, A. (1990) – «Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal». In *Congresso Internacional: IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga - Actas*. Vol. I: “O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI”. Braga: UCP/Faculdade de Teologia. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 225-282.
- FERNANDES, A. de Almeida (1970-1972) – «Portugal no período vimaranense (868-1128)», *Revista de Guimarães*: 80 (1970) 319-360 [Introdução e I]; 81 (1971) 51-98 [II e III] e 217-254 [IV]; 82 (1972) 37-90 [V] e 171-220 [VI e Conclusão].
- FERNANDES, A. de Almeida (1984) – «Os Primeiros documentos de Santa Maria da Salzedá, até à morte da fundadora. Comentários e defesa». *Revista de Guimarães*. 94 (Jan.-Dez. 1984) 5-115.
- FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, Câmara Municipal de Tarouca, 1997 [1.^a ed.: *Arquivo do Alto Minho*: 14 (1965), 15 (1967), 16 (1968)].
- FERNANDES, Hermenegildo (1998) – «Fronteiras e Reconquista». In C. Torres; S. Macias (eds.) – *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, 269-276.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005) – «Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação». *Portugália*. Nova Série. XXVI (2005) 149-173.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2006) – «Aspectos da paisagem medieval do território de Entre Tejo e Sado (Sécs. IX a XIII)». In I. Gonçalves (coord.) - *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 47-66.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2011) – «A Escultura Românica em Portugal: construções historiográficas e desafios actuais». In *A Escultura em Portugal. Da Idade Média ao início da Idade Contemporânea. História e Património. Colóquio Internacional de História da Arte* (2009). Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2011, p. 25-54.

- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier; MÍNGUEZ, José María; PORTELA, Ermelindo (eds.) (1998) – «El poblamiento altomedieval galaico-astur-leonés: herencia prerromana, romana y visigoda». *SH-HM*. 16 (1998) 11-197.
- FERNÁNDEZ DE VIANA Y VIEITES, Ignacio (1970) – «La feligresía portuguesa de Correlhã y la sede compostelana. Notas y documentos». *Compostellanum*. 15 (1970) 599-631.
- FERNÁNDEZ FLÓREZ, José A. (2002) – *La Elaboración de los Documentos en los Reinos Hispánicos Occidentales (ss. VI-XIII)*. Burgos: Institución Fernán González. Academia Burgense de Historia y Bellas Artes, 2002.
- FERNÁNDEZ MIER, Margarita (2006) – «La toponimia como fuente para la historia rural; la territorialidad de la aldea feudal». *Territorio, Sociedad y Poder*. 1 (2006) 35-52.
- FERRO, Gaetano (1986) – *Sociedade humana e ambiente, no tempo. Temas e problemas de geografia histórica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- FIGUEIRAL, Isabel; BETTENCOURT, Ana M. S. (2007) – «Paisagem, recursos e estratégias de exploração do espaço no Noroeste Peninsular da Pré-história à Idade Média: algumas conclusões». In S. O. Jorge; A. M. S. Bettencourt; I. Figueiral (eds.) – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património (Universidade do Algarve), 2007, p. 233-234.
- FONTES, Luís (2005) – *São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e arquitectura*. Lisboa: IPPAR, 2005.
- FONTES, Luís (2010) – «O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação». Comunicação apresentada ao colóquio “Visigodos y omeyas VI. Asturias entre visigodos y mozárabes. CSIC-Madrid, 8-10 Septiembre, 2010”. 19 p. [disponível em: http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/files/Fontes2.pdf (consultado em 2011/12/29)]
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira (1992) – «O Norte de Portugal no período suevo-visigótico». In XXXIX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina. Seminario Internazionale di Studi su: «Aspetti e problemi di archeologia e storia dell'arte della Lusitania, Galizia e Asturie tra Tardoantico e Medioevo» (Ravenna, 6-12 aprile 1992). Ravenna: Edizione del Girasole, 1992, p. 217-248.
- FOSSIER, Robert (1976) – «Land, Castle, Money and Family in the Formation of the Seigneuries». In P. H. Sawyer (ed.) – *Medieval Settlement*. Londres, 1976, p. 159-168. Reed. in Idem – *Hommes et villages d'Occident au Moyen Age*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 323-337.
- FOSSIER, Robert (1979) – «Historiens et archéologues». In Géographie historique du village et de la maison rurale. Actes du Colloque tenu à Bazas, les 19-21 octobre 1978. Paris: CRNS, 1979. Reed. in Idem – *Hommes et Villages d'Occident au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 49-54.
- FOSSIER, Robert (1986) – «L'économie du haut Moyen Age entre Loire et Rhin (jusque vers 1200)». In *La fortune historiographique des thèses d'Henri Pirenne (Archives et Bibliothèques de Belgique)*. Bruxelles, 1986, p. 51-59. Reed. in Idem – *Hommes et Villages d'Occident au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 363-370.

- FOSSIER, Robert (1989) – *Enfance de l'Europe. Aspects économiques et sociaux*. T. 1: "L'homme et son espace". Paris: PUF, 1989. 2.^a ed. [1.^a ed: 1982].
- FOSSIER, Robert (1990) – «La naissance du village». In R. Delort (dir.) – *La France de l'an Mil*. Paris, 1990, p. 162-168. Reed. in Idem – *Hommes et Villages d'Occident au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 371-376.
- FOSSIER, Robert (1995) – *Village et villageois au Moyen Âge*. Paris: Éditions Christian, 1995.
- FOSSIER, Robert (2002) – «Introduction – L'organisation de l'espace dans les campagnes. Approche des problèmes». In M. Bourin; S. Boissellier (dir.) – *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle). Mélanges en honneur de Robert Durand*. Rennes: PUR, 2002, p. 19-22.
- FOSSIER, Robert (2010) – «Conclusions générales». In J.-M. Yante; A.-M. Bultot-Verleysen (eds.) – *Autour du «village». Etablissements humains, finages et communautés rurales entre Seine et Rhin (IV^e-XIII^e siècles). Actes du colloque international de Louvain-la-Neuve, 16-17 mai 2003*. Louvain-la-Neuve: Institut d'études médiévales de l'Université Catholique de Louvain, 2010, p. 503-511.
- FOURNIER, Gabriel (1962) – *Le peuplement rural en Basse Auvergne durant le Haut Moyen Âge*. Paris: PUF, 1962.
- FRANCOVICH, Ricardo (1998) – «L'incastellamento e prima dell'incastellamento». In M. Barceló; P. Toubert (dir.) (1998) – «L'incastellamento». *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. 13-20.
- FRANCOVICH, Ricardo (2008) – «The Beginnings of Hilltop Villages in Early Medieval Tuscany». In J. R. Davis; M. McCormick (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 55-82.
- FRANCOVICH, Ricardo; HODGES, Richard (2003) – *Villa to Village. The Transformation of the Roman Countryside in Italy, c. 400-1000*. Londres: Duckworth Publishers, 2003 (Duckworth Debates in Archaeology).
- FREEDMAN, Paul H. (2010) – «Peasants». In *The Oxford Dictionary of the Middle Ages*. Ed. de Robert E. Bjork. Oxford: OUP, 2010 [E-reference edition: <http://www.oxford-middleagesdictionary.com/entry?entry=t303.e4493> (consultado em 2010/11/06)].
- FUENTES DOMÍNGUEZ, A.; LÓPEZ QUIROGA, Jorge (1999) – «El poblamiento rural en el Norte de la Península Ibérica (ss. V-X): continuidades, rupturas, transformaciones». *Historia Agraria*. 17 (1999) 221-228.
- FURET, François (1974) – «Le quantitatif en histoire», in J. Le Goff; P. Nora (eds.) – *Faire de l'histoire. I: Nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974 [1999] (Folio Histoire, 16), p. 69-93 (ed. ut.) [publicado inicialmente, sob o título «L'histoire quantitative et la construction du fait historique», em *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26 (1) (1971) 63-75] Trad. portuguesa: «O quantitativo em História». In Idem – *A Oficina da História (Primeiro Volume)*. Lisboa: Gradiva, s.d., p. 59-79.
- GARCÍA ÁLVAREZ M. Rúben (1975) – «Sobre la fundación del monasterio orensano de Bóveda». *Bracara Augusta*. XXIV 67-68 (79-80) (1975) 111-143.
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén (1967) – «Antecedentes Altomedievales del Casal Galaico-Português». *Revista de Etnografia*. IX/1 (Julho de 1967) 105-131.
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén (1978) – «Jimeno Díaz y Adosinda Gutiérrez». *Bracara Augusta*. XXXII (73-74) (85-86) (1978) 143-180.

- GARCÍA CAMINO, Iñaki (2002) – *Arqueología y Poblamiento en Bizkaia (siglos VI-XIII). La configuración de la sociedad feudal*. Bilbao: Diputación Foral de Bizkaia – Departamento de Cultura, 2002. 2.^a ed.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1969) – *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X a XIII). Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1969 (Acta Salmanticensia: Filosofía y Letras, 59).
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1975) – «La economía rural medieval: un esquema de análisis histórico de base regional». In *Actas de las Primeras Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*. Vol. 2: “Historia Medieval”. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones, 1975, p. 31-60. Trad. portuguesa: «A economia rural medieval: um esquema de análise histórica de base regional». In Idem – *História Rural Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 11-50.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1978) – *Historia rural medieval: un esquema de análisis estructural de sus contenidos a través del ejemplo hispanocristiano*. Santander: Universidad de Cantabria, 1978. Trad. portuguesa: «História rural medieval: um esquema de análise estrutural dos seus conteúdos através do exemplo hispano-cristão». In Idem – *História Rural Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 51-176.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1985) – «Del Cantábrico al Duero». In Idem *et alii* – *Organización social del espacio en la España medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, 1985, p. 43-83.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1985) – «Introducción – Espacio, sociedad y organización medievales en nuestra tradición historiográfica». In Idem *et alii* – *Organización social del espacio en la España medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, 1985, p. 11-42 [ed. ut.]. Reed. in Idem – *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004, p. 16-58.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1986) – «Aldea y comunidad aldeana en La Rioja medieval. El caso de Villagonzalo (Badarán)». *Príncipe de Viana*. 2-3 (1986) 191-211. Reed. in Idem – *Estudios de Historia Medieval de la Rioja*. Logroño: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, 2009, p. 151-175.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1986) – «Una aldea en La Rioja medieval. Aproximación metodológica al caso de Badarán». In *Coloquio sobre Historia de La Rioja (Logroño, 1985)*. Vol. 1. Logroño: Colegio Universitario de La Rioja, 1986, p. 247-256. Reed. in Idem – *Estudios de Historia Medieval de la Rioja*. Logroño: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, 2009, p. 177-186.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1988) – «Organización social del espacio: propuestas de reflexión y análisis histórico de sus unidades en la España medieval». *SH-HM*. VI (1988) 195-236 [ed. ut.]. Reed. in Idem – *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004, p. 59-136.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1989) – «Percepción y Organización Social del Espacio en la Castilla del Siglo XII». *Finis terra*. XXIV/47 (1989) 5-37.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1990) – *La sociedad rural en la España medieval*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1990, 2.^a ed.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1995) – «Sociedad rural y organización del espacio en Castilla del año mil». In E. Mornet (ed.) – *Campagnes médiévales:*

- l'homme et son espace. Études offertes à Robert Fossier*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995, p. 613-625.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1998) – «Sociedad y organización social del espacio castellano en los siglos VII al XII. Una revisión historiográfica». In M.^a José Hidalgo; Dionisio Pérez; J. R. Gervás (eds.) – «*Romanización*» y «*Reconquista*» en la *Península Ibérica: Nuevas Perspectivas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, p. 317-337.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1999) – «Glosa de un balance sobre la historiografía medieval española de los últimos treinta años (I)». In *La Historia Medieval en España. Un Balance Historiográfico (1968-1998) (Actas da XXV Semana de Estudos Medievais de Estella. 14 a 18 de julio de 1998)*. Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1999, p. 807-824.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1999) – «Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII». In Idem (ed.) – *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. [Santander]: Universidad de Cantabria; Parlamento de Cantabria, 1999, p. 15-48 [ed. ut.]. Reed. in Idem – *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004, p. 140-184.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1999) – *La época medieval*. Vol. 2 de *Historia de España*. Dir. de M. Artola. Madrid: Alianza Editorial, 1999 [1.^a ed.: 1973].
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2000) – «Estructuras sociales y relaciones de poder en León y Castilla en los siglos VIII a XII: la formación de la sociedad feudal». In *Il Feudalesimo nell'Alto Medioevo. Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'alto Medioevo, XLVII, 8-12 de aprile 1999*. T. II. Spoleto: CISAM, 2000, p. 497-568. Reed. in Idem – *Investigaciones sobre Historia Medieval del País Vasco (1965-2005)*. Ed. preparada por J. R. Díaz de Durana. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2005, p. 589-632.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2002) – «Documentación real y espacios documentados en los reinos de Asturias y León 718-1065». In J. Torres (coord.) - *Historica et Philologica. In honorem José Maria Robles*. Santander: Universidad de Cantabria, 2002, p. 169-182.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2003) – «¿Transición o transiciones? De la Antigüedad al Feudalismo en el norte de la Península Ibérica». In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Coord. de L. A. da Fonseca; L. C. Amaral; M. F. F. Santos. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, p. 659-665.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2004) – *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2004.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2005) – «Nacionalismos en la Edad Media; La Edad Media en los nacionalismos». In Fernando García de Cortázar; Idem; Ricardo García Carcela; Ramón Villares; Juan P. Fusi Aizpúrua – *Nacionalismos e Historia*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2005, p. 25-65.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2005) – *Investigaciones sobre Historia Medieval del País Vasco (1965-2005)*. Ed. preparada por J. R. Díaz de Durana. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2005.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2006) – «Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Arlanza: la respuesta de las fórmulas "inútiles" (años 912 a 1233)». In J. M. Mínguez Fernández; G. del Ser Quijano

- (coords.) - *La Península en la Edad Media. treinta años después: estudios dedicados a José-Luis Martín*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, p. 143-157.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2007) – «El estudio de la Alta Edad Media Hispana: historiografía y estado de la cuestión». In J. A. Munita Loinaz; J. R. Díaz de Durana Ortiz de Urbina (eds.) - *XXV Años de Historiografía Hispana (1980-2004). Historia medieval, moderna y de América*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2007, p. 55-85.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2007) – «La historiografía de tema medieval hispano: una reflexión sobre el oficio y la producción del medievalista en los años 1982 a 2007». In M. Esteban de la Veja (ed.) – *25 años de Historia. La Revista Studia Historica en la historiografía española*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007, p. 63-86. Ed. portuguesa: *Medievalista* [Em linha]. 7 (Dez. 2009) [disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/PDF7/PDF-Cortazar.pdf> (consultado em 2010/03/26)].
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2007) – «Medio natural y evolución del paisaje en La Rioja en la Edad Media». *Brocar. Cuadernos de Investigación Histórica*. 31 (2007) 9-34. Reed. in Idem – *Estudios de Historia Medieval de la Rioja*. Logroño: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, 2009, p. 475-501.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2008) – «La organización socioeclesiológica del espacio en el norte de Península Ibérica en los siglos VIII a XIII». In J. Á. Sesma Muñoz; C. Laliena Corbera (coords.) – *La pervivencia del concepto. Nuevas reflexiones sobre la ordenación social del espacio en la Edad Media*. Saragoça: Grupo de Investigación de Excelencia C.E.M.A. – Universidad de Zaragoza, 2008, p. 13-56.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2008) – «Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Samos: la respuesta de las fórmulas «inútiles» (años 785 a 1209)». *Inter-American Musician Review*. XVIII (1-2) (2008) [*Concordis Modulationis Ordo*. Ismael Fernández de la Cuesta. In *Honorem*. II] 87-97.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2008) – «Movimientos de población y organización del poblamiento en el cuadrante noroeste de la Península Ibérica (ca. años 700-1050)». In *Movimientos migratorios, asentamientos y expansión (siglos VIII-XI). En el centenario del profesor José María Lacarra (1907-2007) (Actas da XXXIV Semana de Estudios Medievales de Estella, 16 al 20 de julio de 2007)*. Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Cultura y Turismo – Institución Príncipe de Viana, 2008, p. 105-154.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2009) – «"Atomización"? de las investigaciones y "regionalismo"? de las síntesis en Historia Medieval en España: búsqueda de identidades o simple disminución de escala?». In *La historia medieval hoy: percepción académica y percepción social (Actas da XXXV Semana de Estudios Medievales de Estella. 21 a 25 de Júlio 2008)*. Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Cultura y Turismo – Institución Príncipe de Viana, 2009, p. 343-380.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2009) – *Estudios de Historia Medieval de la Rioja*. Logroño: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, 2009.

- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (ed.) (1999) – *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. [Santander]: Universidad de Cantabria, Parlamento de Cantabria, 1999.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel et alii (1985) – *Organización social del espacio en la España medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, 1985.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel; DÍEZ HERRERA, Carmen (1982) – *La formación de la sociedad hispano-cristiana del Cantábrico al Ebro en los siglos VIII a XI: planteamiento de una hipótesis y análisis del caso de Liébana, Asturias de Santillana y Trasmiera*. Santander: Ediciones de Librería Estudio, 1982.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel; SESMA MUÑOZ, José Ángel (2002) – *Historia de la Edad Media. Una síntesis interpretativa*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (2007) – «The Historiography of Rural Society in Medieval Spain». In I. Alfonso (ed.) – *The Rural History of Medieval European Societies: Trends and Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 93-139.
- GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Luis (1973) – «El «Renovo». Notas y documentos sobre los prestamos usurarios en el reino astur-leonés (siglos X-XI)». *Cuadernos de Historia de España*. 57-58 (1973) 408-448.
- GARCÍA LEAL, Alfonso (2004) – «El archivo de los condes Fruela Muñoz y Pedro Flaínez (854-1048): una visión nueva de viejos documentos». *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 13 (2004) 121-147.
- GARCÍA MORENO, Luis A. (2006) – «La Iglesia y el Cristianismo en la Galicia de época sueva». In *Antigüedad y cristianismo (Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía)* 23: Espacio y tiempo en la percepción de la antigüedad tardía: homenaje al profesor Antonino González Blanco, In *maturitate aetatis ad prudentiam*. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2006, p. 39-56.
- GARCIA, João Carlos (2002) – «As Descrições de Portugal no Século XVI». In Duarte Nunes do Leão – *Descrição do Reino de Portugal*. Transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor de Orlando Gama; Estudos introdutórios de António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau; Tradução e notas dos textos latinos de Amílcar Guerra. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 55-62.
- GARDINER, Mark; CHRISTIE, Neil; STAMPER, Paul (2012) – «Introduction: Medieval Rural Settlement Research. Emergence, Examination and Engagement». In N. Christie; P. Stamper (eds.) – *Medieval Rural Settlement. Britain and Ireland, AD 800-1600*. Oxford: Windgather Press, 2012, p. 2-10.
- GARDINER, Mark; RIPPON, Stephen (2007) – «Introduction: The Medieval Landscapes of Britain». In Eidem (eds.) – *Medieval Landscapes*. Macclesfield: Windgather Press, 2007, p. 1-8.
- GARDINER, Mark; RIPPON, Stephen (eds.) (2007) – *Medieval Landscapes*. Macclesfield: Windgather Press, 2007 (Landscape History after Hoskins, 2).
- GARRABOU, Ramon; NAREDO, José Manuel (2008) – «Presentación». In Eidem (eds.) – *El paisaje en perspectiva histórica. Formación y transformación del paisaje en el mundo mediterráneo*. Saragoça: Prensas Universitarias de Zaragoza; Institución «Fernando el Católico», 2008, p. 9-19.
- GASPAR, Jorge (1993) – *As regiões portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território – Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 1993.

- GAUTIER DALCHÉ, Patrick (2007) – «Représentations géographiques savantes, construction et pratiques de l'espace». In *Construction de l'Espace au Moyen Âge: pratiques et représentations. XXXVIIe Congrès de la SHMES, Mulhouse, 2-4 juin 2006*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, p. 13-38.
- GAUTIER-DALCHÉ, Jean (1974) – «Moulin à eau, seigneurie, communauté rurale dans le nord de l'Espagne (IX^e-XII^e siècles)». In *Études de Civilisation Médiévale. Mélanges offerts à Edmond-René Labande*. Poitiers, 1974, p. 337-349. Reed. in Idem – *Économie et société dans les pays de la Couronne de Castille*. Aldershot: Ashgate Variorum, 1982, [V].
- GAUTIER-DALCHÉ, Jean (1979) – «Châteaux et peuplements dans la Péninsule Ibérique (X^e-XIII^e Siècles)». In *Châteaux et peuplements en Europe occidentale du X^e au XVIII^e siècle (Flaran, I)*. Auch, 1979, p. 93-107. Reed. in Idem – *Économie et société dans les pays de la Couronne de Castille*. Aldershot: Ashgate Variorum, 1982, [I].
- GAUTIER-DALCHÉ, Jean (1988) – «Reconquête et Structures de l'habitat en Castille». In A. Bazzana (ed.) – *Castrum 3: Guerre, Fortification et Habitat dans le monde Méditerranéen au Moyen Âge*. Madrid-Roma: CV, EFR, 1988, p. 199-206.
- GELICHI, Sauro (2006) – «L'archeologia medievale in Italia: un bilancio». *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*. 39 (2006) 11-26 [disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/historiaantigua/medieval/Gelichi.pdf> (consultado em 2011/12/23)].
- GENICOT, Léopold (1964) – «On the evidence of Growth of Population from the Eleventh to the Thirteenth Century». In S. Thrupp (ed.) – *Change in Medieval Society*. Nova Iorque, 1964, p. 14-29. Reed. in F. Fernández-Armesto; J. Muldoon (eds.) – *Internal Colonization in Medieval Europe*. Farnham: Ashgate Variorum, 2008, p. 29-44.
- GENICOT, Léopold (1972) – *Les actes publics*. Turnhout: Brepols, 1972 (Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental, 3).
- GLICK, Thomas F. (2010) – «Archeology: Iberia». In *The Oxford Dictionary of the Middle Ages*. Ed. de Robert E. Bjork. Oxford: OUP, 2010 [E-reference edition: <http://www.oxford-middleagesdictionary.com/entry?entry=t303.e0442> (consultado em 2010/11/06)].
- GODINHO, Vitorino Magalhães (s.d.) – «Complexo histórico-geográfico». In *DHP*, s.u.
- GOMES, Saul António (2001) – «Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa». In M. H. da Cruz Coelho; M. J. Azevedo Santos; S. A. Gomes; M. do R. Morujão – *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri; FLUC, 2001, p. 41-72.
- GOMES, Saul António (2005) – «Percepções em torno da história do tabelionato medieval português». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 5 (2005) 81-100
- GONÇALVES, Iria (1987) – «Entre o Campo e a Cidade na 2.^a metade do século XIV». *Estudos Medievais*. 8 (1987) 73-97.
- GONÇALVES, Iria (1989) – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.
- GONÇALVES, Iria (1996) – «A Árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho: O testemunho das Inquirições de 1258». In *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*. Vol. 6: «História Local I: Idade média – séculos XIII-XV.

- Época contemporânea”. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996, p. 5-25.
- GONÇALVES, Iria (1999) – «Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das Inquirições de 1258». *Arqueologia Medieval*. 6 (1999) 227-246.
- GONÇALVES, Iria (2001) – «O nome próprio masculino no extremo norte de Portugal (Séculos XII e XIII)». *Biblos*. LXXVII (2001) 79-113.
- GONÇALVES, Iria (2004-2005) – «Retalhos de uma paisagem minhota de finais da Idade Média». *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*. II Série. 1 [Paisagens Medievais, I] (2004-2005) 9-46.
- GONÇALVES, Iria (2006) – «Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258». In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 193-219.
- GONÇALVES, Iria (2009) – «Povoamento medieval de Riba Coa». In Eadem (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. IV: Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 53-107.
- GONÇALVES, Iria (2009-2010) – «Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa». *Media Aetas*. II Série. 4 (2009-2010) 93-113.
- GOUREVICH, Aaron (1972) – «Représentations et attitudes à l’égard de la propriété pendant le Haut Moyen-Âge». *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 27 (3) (1972) 523-547.
- GOUREVICH, Aaron (1997) – «Annales in Moscow». In M. Rubin (ed.) – *The Work of Jacques Le Goff and the Challenges of Medieval History*. Woodbridge: The Boydell Press, p. 239-248.
- GRAHAM-CAMPBELL, James; VALOR, Magdalena (eds.) (2007) – *The Archaeology of Medieval Europe. Volume 1: Eighth to Twelfth centuries AD*. Aarhus: Aarhus University Press, 2007 (Acta Jutlandica, LXXXIII:1; Humanities Series, 79).
- GUERRA, António Ribeiro (2003) – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII - Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- GUERREAU, Alain (2001) – *L’avenir d’un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Age au XXI^e siècle?* Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- GUERREAU, Alain (2003) – «Structure et évolution des représentations de l’espace dans le Haut Moyen Age occidental». In *Uomo e spazio nell’Alto Medioevo. Settimane di Studio del Centro Italiano Sull’Alto Medioevo*, L, 2002. T. I. Spoleto: CISAM, 2003, p. 91-115.
- GUILAINE, Jean (dir.) (1991) – *Pour une archeologie agraire. À la croisée des sciences de l’homme et de la nature*. Paris: Armand Colin, 1991.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino (1989) – «Sistemas defensivos y de Repoblación en el Reino de León». In *III Congreso de Arqueología Medieval Española, Actas*. Vol. I: “Ponencias”. Oviedo, 1989, p. 169-191.
- GUYOTJEANNIN, Olivier; PICKE, Jacques; TOCK, Benoît-Michel (1993) – *Diplomatique médiévale*. Turnhout: Brepols, 1993 (L’Atelier du Médiéviste, 2).
- HAMEROW, Helena (2002) – *Early Medieval Settlements. The Archaeology of Rural Communities in North-West Europe 400-900*. Oxford : OUP, 2002.
- HAMEROW, Helena (2009) – «Early medieval settlements in Northwest Europe, c. AD 400-900: The social aspects of settlement layout». In J. A. Quirós Castillo (ed.) – *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009, p. 67-76.

- HEIDECKER, Karl (2000) – «Introduction». In Idem (ed.) – *Charters and the Use of the Written Word in Medieval Society*. Turnhout: Brepols, 2000, p. 1-12.
- HEIDECKER, Karl (ed.) (2000) – *Charters and the Use of the Written Word in Medieval Society*. Turnhout: Brepols, 2000 (Utrecht Studies in Medieval Literacy, 5).
- HENNING, Joachim (2008) – «Strong Rulers – Weak Economy? Rome, the Carolingians and the Archaeology of Slavery in the First Millenium AD». In J. R. Davis; M. McCormick (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 33-53.
- HENRIET, Patrick (2007) – «La politique monastique de Ferdinand I^{er}». In *El monacato en los reinos de León y Castilla (siglos VII-XIII). X Congreso de Estudios Medievales, 2005*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 2007, p. 101-124.
- HENRIET, Patrick (ed.) (2003) – *À la recherche de légitimités chrétiennes. Représentations de l'espace et du temps dans l'Espagne médiévale (X^e-XIII^e). Actes du colloque tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) 26-27 avril 2001*. Lyon: ENS Éditions, CV, 2003 (Annexes des Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispanique Médiévales, 15).
- HENRIQUES, António Castro (2007) – «As Origens do Lameiro Barrosão. Ecologia e Transformação Social». In I. Gonçalves (coord.) - *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 311-325.
- HERREN, Michael W. (1996) – «[CG] Latin and the Vernacular Languages». In F. A. C. Mantello; A. G. Rigg (eds.) – *Medieval Latin: An Introduction and Bibliographical Guide*. Washington: The Catholic University of America Press, 1996, p. 122-129.
- HIDALGO, M.^a José; PÉREZ, Dionisio; GERVÁS, Manuel J. R. (eds.) (1998) – «Romanización» y «Reconquista» en la Península Ibérica: Nuevas Perspectivas. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998.
- HODGES, Richard (1998) – «At the frontier of history: the archaeology of San Vincenzo al Volturno and its terra». In M. Barceló; P. Toubert (dir.) (1998) – «L'incastellamento». *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. 21-30.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2001) – «O Medievismo em Liberdade: Portugal, Anos 70 / Anos 90». *Signum*. Revista da ABREM: Associação Brasileira de Estudos Medievais. 3 (2001) 173-207.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho; ANDRADE, Amélia Aguiar; AMARAL, Luís Carlos (1988) – «Por onde vem o medievismo em Portugal?». *Revista de História Económica e Social*. 22 (1988) 115-138.
- HOWE, Nicholas – *Writing the map of Anglo-Saxon England. Essays in cultural geography*. New Haven, Londres: Yale University Press, 2008.
- HUMBERT, André (1988) – «Sites et milieu naturel». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 297-300.
- INNES, Mathew (2008) – «Practices of Property in the Carolingian Empire». In J. R. Davis; M. McCormick (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 247-266.

- IRADIEL, Paulino (2003) – «Medievalismo histórico e historiográfico». In F. Sabaté; J. Farré (eds.) – *Medievalisme: Noves Perspectives. Reunió Científica VII Curs d'Estiu Comtat d'Urgell (Balaguer, 10, 11 i 12 de juliol de 2002)*. Lérida: Pagès Editors, 2003, p. 19-31.
- ISASI, Carmen (2000) – «Los documentos notariales: entre el formulismo y la innovación». In E. Artaza *et alii* (eds.) – *Estudios de Filología y Retórica en Homenaje a Luisa López Grigera*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000, p. 281-294.
- ISLA FREZ (2001) – «Villa, villula, castellum. Problemas de terminología rural en época visigoda». *Arqueología y Territorio Medieval*. 8 (2001) 9-19.
- ISLA FREZ, Amancio (1984) – «Las relaciones de dependencia en la Galicia altomedieval: el ejemplo de la incomuniación». *Hispania*. XLIV (156) (1984) 5-18.
- ISLA FREZ, Amancio (1992) – *La sociedad galega en la Alta Edad Media*. Madrid: CSIC, 1992 (Biblioteca de Historia, 12).
- ISLA FREZ, Amancio (1998) – «Aspectos de la Organización del Espacio en Galicia: El Alto Tambre, Siglos IX-XI». In M. Barceló; P. Toubert (dir.) (1998) – «L'incastellamento». *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. 57-70.
- ISLA FREZ, Amancio (2002) – *La Alta Edad Media. Siglos VIII-XI*. Vol. 7 de “Historia de España 3.^{er} Milenio”. Dir. de Elena Hernández Sandoica. Madrid: Editorial Síntesis, 2002.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo (2008) – *La cultura material en la Edad Media. Perspectiva desde la arqueología*. Granada: Editorial Universidad de Granada, Universidad de Castilla-La Mancha, 2008.
- JIMÉNEZ GÓMEZ, Santiago (1975) – «Análisis de la terminología agraria en la documentación lucense del siglo XIII». In *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*. Vol. II: “Historia Medieval”. Santiago de Compostela, 1975, p. 115-133.
- JOHNS, Jeremy (1988) – «Sistemi socio-economici, ricognizione a scala regionale e campionamento ad uso probabilistico». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 539-542.
- JONES, P. M. (2003) – «Recent work on french rural history». *Historical Journal*. 46 (4) (2003) 953-961.
- JONES, Richard; HOOKE, Della (2012) – «Methodological Approaches to Medieval Rural Settlements and Landscapes». In N. Christie; P. Stamper (eds.) – *Medieval Rural Settlement. Britain and Ireland, AD 800-1600*. Oxford: Windgather Press, 2012, p. 31-42.
- JORGE, Susana Oliveira (2007) – «Introdução [à Sessão 30: Formas de organização do espaço e técnicas de construção durante a Pré-história Recente]». In Eadem; A. M. S. Bettencourt; I. Figueiral (eds.) – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património (Universidade do Algarve), 2007, p. 9-12.

- JORGE, Susana Oliveira *et alii* (2007) – «A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão». In Eadem; A. M. S. Bettencourt; I. Figueiral (eds.) – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património (Universidade do Algarve), 2007, p. 77-85.
- JORGE, Vítor Oliveira; THOMAS, Julian (eds.) (2006-2007) – «Overcoming the modern invention of material culture (Proceedings of the Tag session, Exeter 2006)». *Journal of Iberian Archaeology*. 9-10 (2006-2007).
- KELLER, Hagen (2003) – «Oralité et écriture». In Jean-Claude Schmitt; Otto Gerhard Oexle (eds.) – *Les Tendances Actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés para le Centre National de la Recherche Scientifique et le Max-Planck-Institut für Geschichte*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 127-142.
- KIRCHNER, Helena (2010) – «Sobre la arqueología de las aldeas altomedievales». *SH-HM*. 28 (2010) 243-253.
- KIRCHNER, Helena (ed.) (2010) – *Por una arqueologia agraria. Perspectivas de investigación sobre espacios de cultivo en las sociedades medievales hispánicas*. Oxford: Archaeopress, 2010 (BAR International Series, 2062).
- KLÁPŠTĚ, Jan; NISSEN-JAUBERT, Anne (2007) – «Rural Settlement». In J. Graham-Campbell; M. Valor (eds.) – *The Archaeology of Medieval Europe. Volume 1: Eighth to Twelfth centuries AD*. Aarhus: Aarhus University Press, 2007, p. 76-110.
- KREMER, Dieter (1998) – «À volta da problemática dos nomes de origem germânica na Península Ibérica». In E. Koller; H. Laitenberger (eds.) – *Suevos – Schwaben: das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585): interdisziplinäres Kolloquium, Braga, 1996*. Tübingen: G. Narr, 1998, p. 115-136.
- LAGUZZI, Maria del Pilar (1946) – «El precio de la vida en Portugal durante los siglos X y XI». *Cuadernos de Historia de España*. 5 (1946) 140-147.
- LAIYOU, Angeliki E. (2008) – «The Early Medieval Economy: Data, Production, Exchange and Demand». In J. R. Davis; M. McCormick (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 99-104.
- LARREA, Juan José (1998) – *La Navarre du IV^e au XII^e siècle. Peuplement et société*. Bruxelles: DeBoeck & Larcier, 1998 (Bibliothèque du Moyen Âge, 14).
- LAUWERS, Michel (2003) – «Memoria. A propos d'un objet d'histoire en Allemagne». In Jean-Claude Schmitt; Otto Gerhard Oexle (eds.) – *Les Tendances Actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés para le Centre National de la Recherche Scientifique et le Max-Planck-Institut für Geschichte*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 105-126.
- LAUWERS, Michel (2009) – «L'Église dans l'Occident médiéval: histoire religieuse ou histoire de la société? Quelques jalons pour un panorama de la recherche en France et en Italie au XX^e siècle». *MEFR/M*. 121 (2) (2009) 267-290.

- LAUWERS, Michel; RIPART, Laurent (2007) – «Représentation et gestion de l'espace dans l'Occident médiéval (V^e-XIII^e siècle). In J.-Ph. Genet (dir.) – *Rome et l'État moderne européen*. Roma, 2007, p. 115-171.
- LE GOFF, Jacques (1999) – «Centre/périphérie». In Idem; Jean Claude Schmitt (dir.) – *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*. Paris: Fayard, 1999, p. 149-165.
- LECIEJEWICZ, Lech; VALOR, Magdalena (2007) – «Peoples and Environments». In J. Graham-Campbell; M. Valor (eds.) – *The Archaeology of Medieval Europe. Volume 1: Eighth to Twelfth centuries AD*. Aarhus: Aarhus University Press, 2007, p. 46-75.
- LEFORT, Jacques (1988) – «Introduction [ao dossier: "IV - Le territoire"]». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 393-394.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2010-2011) – «Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana». *Portugália*. Nova Série. 31-32 (2010-2011) 83-114.
- LINEHAN, Peter (1988) – «The Toledo Forgeries c. 1150-c. 1300». In *Fälschungen im Mittelalter*. I (MGH Schriften 33.I.). Hannover, 1988, p. 643-674. Reed. in Idem – *Past and Present in Medieval Spain*. Aldershot: Ashgate Variorum, 1992, [IV].
- LINEHAN, Peter (1995) – «The Church and Feudalism in the Spanish Kingdoms in the Eleventh and Twelfth Centuries». In *Chiesa e mondo feudale nei secoli X-XII (Atti della XII Settimana internazionale di studio. Mendola, 24-28 agosto 1992)*. Milão: Pubblicazioni dell'Università Cattolica, 1995, p. 303-331. Reed. in Idem – *The Processes of Politics and the Rule of Law. Studies in the Iberian Kingdoms and Papal Rome in the Middle Ages*. Aldershot: Ashgate Variorum, 2002 [I].
- LINEHAN, Peter (2008) – *Spain 1157-1300. A Partible Inheritance*. Oxford: Blackwell, 2008 (A History of Spain).
- LIRA, Sérgio (2001) – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira – I (dos primórdios a 1300)*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001.
- LLURÓ, Josep Maria (1988) – «Nuevas tendencias en arqueología y la historia del feudalismo». In M. Barceló (ed.) – *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona: Crítica, 1988, p. 53-72.
- LOMAX, Derek W. (1984) – *La Reconquista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984 [1.^a ed.: 1978].
- LÓPEZ ALSINA (1988) – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Ayuntamiento de Santiago de Compostela, Centro de Estudos Jacobeos, Museo Nacional de Peregrinaciones, 1988.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004) – *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*. S.l.: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2009) – *Arqueología del hábitat rural en la Península Ibérica (siglos V-X)*. Madrid: Ediciones La Ergastula, 2009.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; RODRÍGUEZ LOVELLE, Mónica (1997) – «Un modelo de análisis del poblamiento rural en el valle del Duero (siglos VIII-X) a partir de un espacio macro-regional: las tierras galaico-portuguesas». *Anuario de Estudios Medievales*. 27 (1997) 687-748.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; VIEIRA, Marina Afonso (2007) – «Paisagem e Povoamento entre Douro e Minho na Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Palinologia e sequência ocupacional entre Lima e Cávado». In S. O. Jorge; A. M. S.

- Bettencourt; I. Figueiral (eds.) – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património (Universidade do Algarve), 2007, p. 219-232.
- LOURENÇO, Sandra (2007) – *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2007 (Trabalhos de Arqueologia, 50) [disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/publications/category/16/assets/> (consultado em 2011/06/03)].
- MACHADO, José Pedro (1948) – «Os mais antigos arabismos da língua portuguesa (Séculos IX-XII)». *Bracara Augusta*. XVI-XVII. 39-40 (51-52) (Jan.-Dez. 1964) 240-248.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993) – «O Enquadramento do espaço nacional: A delimitação e a percepção do espaço». In Idem (coord.) – “No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)”. Vol. III de *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 13-24.
- MALPICA, Antonio; QUESADA, Tomás (eds.) (1998) – *Los Orígenes del Feudalismo en el mundo Mediterráneo*. Granada: Publicaciones de la Universidad de Granada, 1998. 2.^a ed. [1.^a ed.: 1994].
- MANTAS, Vasco Gil (1999) – «As villae marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana». In J.-G. Gorges; F. G. Rodríguez Martín (eds.) – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: CV, 1999, p. 135-156.
- MANZANO MORENO (2010) – *Épocas medievales*. Vol. 2 de *Historia de España*. Dir. de J. Fontana e R. Villares. Barcelona: Crítica, Marcial Pons, 2010.
- MARAZZI, Federico (1995) – «El «Incastellamento» veinte años después: observaciones de la generación post-toubertiana». *SH-HM*. 13 (1995) 187-198.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1958) – «A população portuguesa nos finais do séc. XIII». *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. III Série. II (1958) 47-88. Reed. (com alterações) in Idem – *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, 2.^a ed., p. 51-91.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1959) – «A moeda portuguesa durante a Idade Média». *BCCMP*. XXII (3-4) (1959). Reed. (com alterações) in Idem – *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, 2.^a ed., p. 195-220.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1962) – «Ideário para uma história económica de Portugal na Idade Média». *Revista de Economia*. XIV, III (Set. 1962) 181-197. Reed. (com alterações) in Idem – *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, 2.^a ed., p. 17-50.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, 3.^a ed. [1.^a ed.: 1962].
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, André Evangelista (2008) – *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia (Corunha): Editorial Toxosoutos, 2008.
- MARQUES, André Evangelista (2009) – «Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhoriação do Entre-Douro-e-Lima (906-1200)». In I. Gonçalves (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes*,

- Metodologias, Problemáticas*. IV. “Povoamento e População”. Lisboa: Centro de Estudos de Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 166-207.
- MARQUES, André Evangelista (s.d.) – «Para um inventário da documentação diplomática anterior a 1101 conservada em arquivos portugueses». Inédito. 19p.
- MARQUES, João Francisco (1999) – *Poder Eclesiástico e Implantação Regional: os Limites do Arcebispado Bracaraense Através dos Tempos*. Porto: UP, Centro de Estudos Norte de Portugal – Aquitânia, 1999.
- MARQUES, José (1980) – «O censal do cabido de Tui para o arcediagado da terra da Vinha 1321». *Bracara Augusta*. XXXIV (t. II) 78 (91) (1980) 447-482. [Separata com paginação autónoma]
- MARQUES, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. Lisboa: INCM, 1988.
- MARQUES, José (2000) – «Senhorio de Braga e Arcebispos da Independência». *Bracara Augusta*. XLIX. 103 (116) (2000) 127-174.
- MARQUES, José (2003) – «D. Teresa num tempo de mudança». *Bracara Augusta*. LI. 106 (119) (2003) 5-25.
- MARQUES, José (2005) – «O Território do Concelho de Vila Verde, na Idade Média». *Boletim Cultural de Vila Verde*. 1 (2005) 49-72.
- MARQUES, José (2006-2007) – «Caminhos da escrita no Noroeste de Portugal, na Idade Média. Alguns aspectos». *Revista da Faculdade de Letras [da Universidade do Porto] – Ciências e Técnicas do Património*. I Série. V-VI (2006-2007) 291-322.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2000) – *Poblamiento y estructuras sociales en el norte de la Península Ibérica (siglos VI-XIII)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000 (Estudios Históricos & Geográficos, 111).
- MARTÍN VISO, Iñaki (ed.) (2009) – *¿Tiempos oscuros? Territorios y sociedad en el centro de la península Ibérica (siglos VII-X)*. Madrid: Sílex, Universidad de Salamanca, 2009.
- MARTIN, Hervé (1987) – «La pénurie documentaire, paradis ou géhenne des historiens?». In *Horizons marins, itinéraires spirituels (V^e-XVIII^e siècles) [Mélanges Michel Mollat]*. Vol. II: “Marins, Navires et Affaires”. Paris: Publications de la Sorbonne, 1987, p. 21-30.
- MARTIN, Jean-Marie (1988) – «La documentation écrite jusqu'au XII^e siècle». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 207-209.
- MARTIN, Jean-Marie (1999) – «Perception et description du paysage rural dans les actes notariés sud-italiens (IX^e-XII^e siècles)». In A. Bazzana (ed.) – *Castrum 5: Archéologie des espaces agraires méditerranéens au Moyen Âge. Actes du colloque de Murcie (Espagne) tenu du 8 au 12 mai 1992*. Madrid, Roma, Murcia: CV, EFR, Ayuntamiento de Murcia, 1999, p. 113-127.
- MARTÍNEZ DíEZ, Gonzalo (2004) – «Terminología jurídica en la documentación del reino de León. Siglos IX-XI». In *Orígenes de las Lenguas Romanas en el Reino de León: siglos IX-XII*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Archivo Histórico Diocesano, 2004, t. I, p. 229-272.
- MARTÍNEZ MELÓN, José Ignacio (2006) – «El vocabulario de los asentamientos rurales (siglos I-IX d.C.): evolución de la terminología». In A. Chavarría; J. Arce; G. P. Brogiolo (eds.) – *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, XXXIX. Madrid:

- CSIC-Instituto de Historia, Departamento de Historia Antigua y Arqueología, 2006, p. 113-131.
- MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo (2000) – «Toponimia latina y textos latinos medievales de España». *Medievalismo*. 10 (2000) 9-25.
- MARTINS, Manuela (2000a) – *Bracara Augusta. Cidade Romana*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2000.
- MARTINS, Manuela (2000b) – «Bracara Augusta revisitada». *Bracara Augusta*. XLIX (103) (116) (2000) 265-280.
- MARTINS, Miguel Gomes (2006) – «Ficou aquela terra estragada que maravylhosa cousa era de ver. Guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)». In I. Gonçalves (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 125-146.
- MATOS, José Luís de (1999) – *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999 (Coleção Lazúli, 1).
- MATTOSO (1969) – «A cultura monástica em Portugal (875-1200)». *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. III (2) (1969) 1-35. Reed. in Idem – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, 2.^a ed., p. 209-232.
- MATTOSO (1971) – «*Sanctio* (875-1100)». *RPH*. XIII (1971) 299-338. Reed. in Idem – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, 2.^a ed., p. 232-259.
- MATTOSO, José (1968-1969) – «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI». *Studium generale*. 12 (1968-1969) 59-115. Reed. in Idem – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, p. 75-117.
- MATTOSO, José (1970) – «A nobreza portugalense dos séculos IX a XI». *Do Tempo e da História*. 3 (1970) 35-50. Reed. in Idem – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p. 191-201.
- MATTOSO, José (1975) – «Senhorios monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII». In *Actas de las Primeras Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*. Vol. 2: “Historia Medieval”. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones, 1975, p. 175-182. Reed. In Idem – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001, p. 201-208.
- MATTOSO, José (1978) – «Perspectivas actuais da historiografia medieval espanhola. Reflexões sobre a obra de J. A. García de Cortázar». *Bracara Augusta*. XXXII. 73-74 (85-86) (1978) 247-266.
- MATTOSO, José (1980) – «A história das paróquias em Portugal». *Aufsätze zur portugieisichen Kulturgeschichte*. 16 (1980) 1-15. Reed. in Idem – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. “Obras Completas de José Mattoso”. Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 31-45.
- MATTOSO, José (1983) – «A primeira tarde portuguesa». In Idem – *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, 11-29 [1.^a ed.: 1983].
- MATTOSO, José (1992) – «A Época Sueva e Visigótica». In Idem (coord.) – “Antes de Portugal”. Vol I de *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 300-359.

- MATTOSO, José (1992) – «Portugal no Reino Asturiano-Leonês». In Idem (coord.) – “Antes de Portugal”. Vol. I de *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 438-565.
- MATTOSO, José (2001) – *Identificação de um País. Oposição*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001 (Obras Completas de José Mattoso, 2).
- MATTOSO, José (2002) – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002 (Obras Completas de José Mattoso, 8).
- MATTOSO, José (2002b) – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002 (Obras Completas de José Mattoso, 12).
- MATTOSO, José (2007) – «Perspectiva de um medievalista [in Secção “Espelho de Clio”, dossier: “Homenagem a António Henrique de Oliveira Marques”]». *Ler História*. 52 (2007) 167-176.
- MATTOSO, José (2011) – «Portugal no reino de Leão. Temas e problemas». In P. F. Alberto; R. Furtado (coord.) – *Quando Portugal era Reino de Leão: estudos sobre cultura e identidade antes de D. Afonso Henriques*. León: Universidad de León, 2011, p. 31-51.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (2010) – *Portugal – o Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2010. 2.^a ed.
- MATTOSO, José; FALCÃO, José António; FERREIRA, José M. Rodrigues (1985) – «A propriedade eclesiástica no litoral nortenho (1220-1258) – Contribuição para o seu estudo». In *Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima*. Vol. 3. Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1985, p. 231-236.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar (1986) – «Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias». In *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p. 171-243.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar (1989) – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- MAURÍCIO, Maria Fernanda (1997) – *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- MAZEL, Florian (2008) – «Introduction». In Idem (ed.) – *L’espace du diocèse. Genèse d’un territoire dans l’Occident médiéval (V^e-XIII^e siècle)*. Rennes : PUR, 2008, p. 11-21.
- MCCORMICK, Michael (2008) – «Discovering the Early Medieval Economy». In J. R. Davis; Idem (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 13-18.
- MCCORMICK, Michael (2008) – «Molecular Middle Ages: Early Medieval Economic History in the Twenty-First Century». In J. R. Davis; Idem (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 83-97.
- MCKITTERICK, Rosamond (ed.) (2001) – *The Early Middle Ages*. [3.^o vol. de] *The Short Oxford History of Europe*. Dir. de T. C. W. Blanning. Oxford: OUP, 2001.
- MENDO CARMONA, Concepción (2001) – «La escritura de los documentos leoneses del siglo X». *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 8 (2001) 179-210.
- MENDO CARMONA, Concepción (2005) – «El cartulario como instrumento archivístico». *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 15 (2005) 119-137.

- MENJOT, Denis (2007) – «La ville et ses territoires dans l'Occident médiévale: un système spatial. État de la question». In B. Arízaga Bolumburu; J. Á. Solórzano Telechea (eds.) – *La ciudad medieval y su influencia territorial. Nájera. Encuentros Internacionales del Medioevo 2006*. Logroño: instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 451-492.
- MERCIER, Catherine; RAYNAUD, Claude (1999) – «Genèse d'un terroir en Languedoc oriental: Dassargues du IV^e au XI^e siècle». In A. Bazzana (ed.) – *Castrum 5: Archéologie des espaces agraires méditerranéens au Moyen Âge. Actes du colloque de Murcie (Espagne) tenu du 8 au 12 mai 1992*. Madrid, Roma, Murcia: CV, EFR, Ayuntamiento de Murcia, 1999, p. 185-199.
- MERÊA, Paulo (1922) – «Em torno da palavra «couto»». *O Instituto*. 69 (1922). Reed. in. Idem – *Estudos de História do Direito*. Coimbra: Coimbra Editora, 1923, p. 109-135; e Idem – Idem – *Estudos de História Do Direito. I – Direito Português*. Lisboa: INCM, 2007, p. 63-83 [inclui a nótula: «Ainda sobre a palavra «couto»». *Boletim de Filologia*. V (1938)].
- MERÊA, Paulo (1930) – «Algumas palavras sobre Portugal no século IX». *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. 2 (1934) 244-256. Reed. in Idem – *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 335-352.
- MERÊA, Paulo (1937) – «Mais algumas palavras sobre «Portugal»». *Portucale*. X (1937) 12-16. Reed. in Idem – *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 353-359.
- MERÊA, Paulo (1937-1938) – «Sobre a revogabilidade das doações por morte». *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. XIV (1937-1938) 1-12. Reed. (com alterações e acrescentando duas “notas complementares”) in Idem – *Estudos de Direito Hispânico Medieval*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952, t. I, p. 173-198.
- MERÊA, Paulo (1939) – «Voltando à carga». *Portucale*. XII (1939) 121-124. Reed. in Idem – *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 361-366.
- MERÊA, Paulo (1940) – «Para um glossário do nosso latim medieval». Separata de *Biblos*. XVI (1) (1940). 14p. Reed. in Idem – *Estudos de História Do Direito. I – Direito Português*. Lisboa: INCM, 2007, p. 487-499.
- MERÊA, Paulo (1940-1941) – «A doação *per cartam* no direito romano vulgar e no direito visigótico». *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. XVII (1940-1941) 15-33. Reed. in Idem – *Estudos de Direito Visigótico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948, p. 63-81.
- MERÊA, Paulo (1940a) – «Administração da Terra Portugalense no reinado de Fernando Magno». XII (1940) 41-45. Reed. in Idem – *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 367-373.
- MERÊA, Paulo (1940b) – «Reflexão acerca da Lusitânia». XII (1940) 185-187. Reed. in Idem – *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 373-380.
- MERÊA, Paulo (1945) – «Sobre a compra e venda na legislação visigótica». *Anuario de Historia del Derecho Español*. XVI (1945) 71-85. Reed. (com alterações) in Idem – *Estudos de Direito Visigótico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948, p. 83-104.
- MERÊA, Paulo (1945) – «Sobre o testamento hispânico no século VI». *Anuario de Historia del Derecho Español*. XVI (1945) 86-99. Reed. in Idem – *Estudos de Direito Visigótico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948, p. 105-119.
- MERÊA, Paulo (1946) – «[Para uma crítica de conjunto da tese de García Gallo. II] O capítulo 312 do Código Euriciano e a pretensa onerosidade da doação visigótica». *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. XXII (1946) 426-450.

- Reed. in Idem – *Estudos de Direito Visigótico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948, p. 220-231.
- MERÊA, Paulo (1947) – «A *Traditio Cartae* e os documentos medievais portugueses». *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. XXIII (1947) 396-405. Reed. (com alterações) in Idem – *Estudos de Direito Hispânico Medieval*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953, t. II, p. 113-124.
- MERÊA, Paulo (1948) – «Sobre as pretendidas locações enfiteúticas do direito visigótico (Notas de aula)». In Idem – *Estudos de Direito Visigótico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948, p. 185-197.
- MERÊA, Paulo (1948a) – *Estudos de Direito Visigótico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.
- MERÊA, Paulo (1948b) – «Sobre a organização judicial visigótica e postvisigótica». In Idem – *Estudos de Direito Visigótico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948, p. 286-297.
- MERÊA, Paulo (1949) – «Portugal no século IX». In *Estudios sobre la Monarquía Asturiana. Colección de trabajos realizados con motivo del XI centenario de Alfonso II el Casto, celebrado em 1942*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos, 1949 [2.^a ed. de 1971], p. 345-354. Reed. (com abundantes correcções) in Idem – *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 403-412.
- MERÊA, Paulo (1950) – «Sobre a palavra «recabdar» [Nota complementar ao artigo «O dote nos documentos dos séculos IX-XII»]». In Idem – *Estudos de Direito Hispânico Medieval*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952, t. I, p. 146-150.
- MERÊA, Paulo (1952) – *Estudos de Direito Hispânico Medieval*. T. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952.
- MERÊA, Paulo (1964) – «Ainda sobre «Portugal» no século X (Pro domo mea)». *RPH*. XI (1964) 144-150. Reed. in Idem – *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 413-422.
- MERÊA, Paulo; AMORIM GIRÃO (1948) – *Territórios portugueses no século XI*. *RPH*. II (1947) 255-283. Reed. em separata, com correcções e acrescentos: Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1948.
- MERSIOWSKY, Mark (2000) – «Towards a Reappraisal of Carolingian Sovereign Charters». In K. Heidecker (ed.) – *Charters and the Use of the Written Word in Medieval Society*. Turnhout: Brepols, 2000, p. 15-25.
- MÍNGUEZ, José M^a (1998) – «El *incastellamento*, veinte años después». In M. Barceló; P. Toubert (dir.) (1998) – «*L'incastellamento*». *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. 7-12.
- MÍNGUEZ, José María (2008) – *La España de los siglos VI al XIII. Guerra, expansión y transformaciones. En busca de una frágil unidad*. Donostia-San Sebastián: Editorial Nerea, 2008. 3.^a ed. [1.^a ed.: 1994].
- MITRE, Emilio (2004) – «La historiografía sobre la Edad Media». In J. Andrés-Gallego (ed.) – *Historia de la historiografía española*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2003. 2.^a ed. rev. e aumentada, p. 71-121.
- MONTANARI, Massimo (1988) – «Osservazioni sui documenti scritti fino al XII secolo». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...)* (Paris 12-15 novembre 1984). Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 211-213.

- MOREIRA, Domingos A. (1993) – «A propósito da toponímia germânica (esboço provisório de duas considerações)». In *Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas históricos e culturais. Actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey (1901-1973)*. Santiago de Compostela, Outubro 1992. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1993, p. 399-404.
- MOREIRA, Luís Miguel (2011) – *O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011.
- MORIS, Richard; POWESLAND, Dominic; WOOD, Ian (2007) – «Deira and York in the 7th and 8th centuries». In B. Arízaga Bolumburu; J. Á. Solórzano Telechea (eds.) – *La ciudad medieval y su influencia territorial. Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo 2006*. Logroño: instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 423-440.
- MORTIMER, Ian (2008) – «What Isn't History? The Nature and Enjoyment of History in the Twenty-First Century». *History*. 98 (Out. 2008) 457-474.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2008) – «O Livro Preto da Sé de Coimbra. Estudo do Cartulário». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 8 (2008) 7-43.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (1977) – «La sémantique de la répétition dans le document le plus ancien du territoire portugais (a.D. 882)». *Euphrosyne*. 8 (1977) 183-193.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (2011) – «A Vita S. Geraldi, bispo de Coimbra: problemas de datação e de intencionalidade». In *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008). Colóquio de estudos e outros actos comemorativos*. Braga: Faculdade de Teologia–Braga (UCP), 2011, p. 193-206.
- NETO, Margarida Sobral Neto (2007) – «A historiografia rural portuguesa». *Studia Historica – Historia Moderna*. 29 (2007) 251-275.
- NISSEN-JAUBERT, Anne (1998) – «Habitats ruraux et communautés rurales». In Z. Smetanka; J. Fridrich; J. Klápště; P. Sommer (eds.) – *Ruralia II*. Praga: 1998, p. 213-225 [disponível em: <http://www.ruralia.cz/Anne%20Nissen-Jaubert%20Habitats.pdf> (consultado em 2011/10/03)].
- NOËL, René (2010) – «À la recherche du village médiéval. Hier et aujourd'hui». In J.-M. Yante; A.-M. Bultot-Verleysen (eds.) – *Autour du «village»*. Etablissements humains, finages et communautés rurales entre Seine et Rhin (IV^e-XIII^e siècles). Actes du colloque international de Louvain-la-Neuve, 16-17 mai 2003. Louvain-la-Neuve: Institut d'études médiévales de l'Université Catholique de Louvain, 2010, p. 3-75.
- NOGUEIRA, Miguel (2010) – «Percurso metodológico para a implementação de um SIG em arqueologia mineira: breves reflexões». In C. M. B. Martins (coord.) – *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, 2010, p. 179-187.
- NORTES VALLS, Oliverio (1979) – «Estudio del léxico latino medieval en diplomas aragoneses anteriores a 1157 (términos referentes a la composición de la sociedad y vida rural)». *Archivo de Filología Aragonesa*. 24-25 (1979) 15-245.
- NOYÉ, Ghislaine (ed.) (1988) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988 (Collection de l'EFR, 105).

- O'KEEFFE, Tadhg (2000) – «Reflections on the 'dispersed-nucleated' paradigm on medieval settlement archaeology». In J. Klápště (eds.) – *Ruralia* III. Praga: 2000, p. 103-105 [disponível em: <http://www.ruralia.cz/Tadhg%20O'Keeffe%20Reflections.pdf> (consultado em 2011/10/03)]
- OLIVEIRA, António Resende de (2007) – «Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)». *Revista de História da Ideias*. 28 (2007) 17-37.
- OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de (2009) – «Estrutura do povoamento no termo de Almada (Séculos XIV e XV)». In I. Gonçalves (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. IV: Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 153-166.
- OLIVEIRA, José M. Pereira (1967) – «Índice de dispersão-aglomeração». In *Mélanges de Géographie Physique, Humaine, Économique, Appliquée, offertes à M. Omer Tulippe, Professeur à l'Université de Liège*: T. I: "Géographie Physique et Géographie Humaine". Gembloux: Éditions J. Duculot, S.A., 1967, p. 301-306. Reed. In Idem – *Trabalhos de Geografia e História*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1975, p. 527-541.
- ORLANDIS, José (1977) – «Los laicos y las iglesias rurales en la España de los siglos XI y XII». In *Le istituzioni ecclesiastiche della 'societas Christiana' dei secoli X-XII. Diocesi, pievi e parrocchie. Atti della sesta Settimana internazionale di studio. Milano, 1-7 settembre 1974*. Milão: Università cattolica del Sacro Cuore, 1977 (Miscellanea del Centro di studi medioevali, 8), p. 261-292.
- PACHECO SAMPEDRO, Rogelio (2001) – «El diploma del rey Silo. Datos de semiótica para un estudio diplomático». *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 8 (2001) 121-178.
- PALLARES MÉNDEZ, M.^a Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo (1975) – «Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia en los siglos IX-XII». In *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*. Vol. II: "Historia Medieval". Santiago de Compostela, 1975, p. 99-108.
- PALLARES MÉNDEZ, M.^a Carmen; PORTELA, Ermelindo (1995-1996) – «De la villa del siglo IX a la aldea del siglo XIII. Espacio agrario y feudalización en Galicia». *Asturiensia Medievalia*. 8 (1995-1996) 47-71.
- PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen (2004) – *Ilduara, una aristócrata del siglo X*. A Coruña: Edición do Castro, 2004. 2ª ed.
- PALLARES, M.^a Carmen; PUENTE MÍGUEZ, J. A. (1981) – «Villa Bidualdi. Un despoblado del siglo X. Aproximación arqueológica». *Cuadernos de Estudios Gallegos*. XXXII (1981) 475-485. Reed. in E. Portela; M. C. Pallares – *De Galicia en la Edad Media. Sociedad, Espacio y Poder*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993, p. 17-28.
- PASTOR DÍAZ DE GARAYO, Ernesto (1996) – *Castilla en el tránsito de la Antigüedad al feudalismo. Poblamiento, poder político y estructura social. Del Arlanza al Duero (siglos VII-XI)*. Valladolid: Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura, 1996.
- PASTOR DÍAZ DE GARAYO, Ernesto (2009) – «L'organisation territoriale dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique (VIII^e-X^e siècle): vocabulaire et interprétations, exemples et suggestions». *Annales du Midi. Revue de la France méridionale*. 121 (266) (Abril-Jun. 2009) 159-176.

- PASTOR, Reyna (1993) – *Resistencias y luchas campesinas en la época del crecimiento y consolidación de la formación feudal. Castilla y León, siglos X-XIII*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1993. 3.^a ed. [1.^a ed: 1980].
- PASTOR, Reyna (1998) – «Problemas casi nuevos. L'«incastellamento» en sociedades «no feudales»». In M. Barceló; P. Toubert (dir.) (1998) – «L'incastellamento». *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. 317-331.
- PASTOR; Reyna *et alii* (1990) – *Poder monástico y grupos domésticos en la Galicia foral (siglos XIII-XV). La casa. La comunidad*. Madrid: CSIC, 1990 (Biblioteca de Historia, 4).
- PAVÓN BENITO, Julia (2001) – *Poblamiento altomedieval navarro. Base socioeconómica del espacio monárquico*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A. (EUNSA), 2001.
- PEDRO, Susana Maria de Albuquerque Emiliano de Figueiredo Tavares (2008) – *O Género diplomático 'Notícia' na Documentação Medieval Portuguesa (Séculos X-XIII)*. Lisboa: Ed. policopiada, 2008. Dissertação de Doutoramento em História (Paleografia e Diplomática) apresentada à FLUL.
- PEDRO, Susana Tavares (2009) – «Apresentação de Tese: O género diplomático 'notícia' na documentação medieval portuguesa (séculos X-XIII)». *Medievalista* [Em linha]. 7 (Dez. 2009) [4p.] [disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/> (consultado em 2010/03/24)].
- PEÑA BOCOS, Esther (1995) – *La atribución Social del Espacio en la Castilla Altomedieval. Una Nueva Aproximación al Feudalismo Peninsular*. Santander: Universidad de Cantabria; Asamblea Regional de Cantabria, 1995.
- PEREIRA, Marcelino Rodrigues (1955) – «O latim de alguns documentos da Sé de Coimbra». *RPH*. VI (1955) 349-382.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (2001) – «Léxico relativo a los mercados según la documentación asturleonese (y castellana) hasta 1230». *Cuadernos del CEMYR*. 9 (2001) 135-150.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (2004) – «*Pausata* en la documentación medieval latina de Asturias y León (s. X-1230)». *ALMA*. 62 (2004) 203-216.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (2008) – «El latín medieval diplomático». *ALMA*. 66 (2008) 47-101.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (2010) – «Introducción». In Idem (dir.) – *Lexicon Latinitatis Medii Aevi Regni Legionis (s. VIII-1230) Imperfectum*. Turnhout: Brepols, 2010. (Corpus Christianorum. Continuatio medievalis), p. v-xlii.
- PÉREZ LOSADA, Fermín (1998) – «Cidades e aldeias na Galiza romana. Uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano». *O Arqueólogo Português*. Série IV. 16 (1998) 157-174.
- PÉRIN, Patrick (2004) – «The Origin of the Village in Early Medieval Gaul». In N. Christie (ed.) – *Landscapes of Change: Rural Evolutions in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Aldershot: Ashgate, 2004, p. 255-278.
- PESEZ, Jean-Marie (1971) – «Le village médiéval». *Archéologie Médiévale*. 1 (1971) 307-323. Reed. in Idem – *Archéologie du village et de la maison rurale au Moyen Âge. Vingt études sur l'habitat paysan dans la France médiévale*. Ed. de J.-M. Poisson. Lyon: Centre Interuniversitaire d'Histoire et Archéologie Médiévales, Presses Universitaires de Lyon, 1998, p. 276-298.

- PESEZ, Jean-Marie (1982) – «Archéologues et Historiens». In *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire Médiévales en l'honneur du Doyen Michel de Bouïard*. Genebra: Droz, 1982, p. 295-308.
- PESEZ, Jean-Marie (1982) – «Village». In Idem – *Archéologie du village et de la maison rurale au Moyen Âge. Vingt études sur l'habitat paysan dans la France médiévale*. Ed. de J.-M. Poisson. Lyon: Centre Interuniversitaire d'Histoire et Archéologie Médiévales, Presses Universitaires de Lyon, 1998, p. 345-365 [publicado inicialmente, sob o título «Villaggio», em *Enciclopedia Einaudi*. T. XIV. Turin, 1981, p. 1046-1063].
- PESEZ, Jean-Marie (1988) – «Introduction [ao dossier: “I - La recherche sur les habitats: considérations préliminaires: 1 - Objectifs et terminologie”]». In G. Noyé (ed.) *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 129-135.
- PESEZ, Jean-Marie (1998) – «Marqueurs sociaux et indicateurs économiques en archéologie rurale». In Z. Smetanka; J. Fridrich; J. Klápště; P. Sommer (eds.) – *Ruralia II*. Praga: 1998, p. 5-8 [disponível em: <http://www.ruralia.cz/Jean-Marie%20Pesez%20Marqueurs.pdf> (consultado em 2011/10/03)].
- PESEZ, Jean-Marie (1999) – «Synthèse des travaux». In A. Bazzana (ed.) – *Castrum 5: Archéologie des espaces agraires méditerranéens au Moyen Âge. Actes du colloque de Murcie (Espagne) tenu du 8 au 12 mai 1992*. Madrid, Roma, Murcia: CV, EFR, Ayuntamiento de Murcia, 1999, p. 491-496.
- PICARD, Christophe (2000) – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2000.
- PICHOT, Daniel (2002) – *Le village éclaté. Habitat et société dans les campagnes de l'Ouest au Moyen Âge*. Rennes : PUR, 2002.
- PIEL, Joseph-Maria (1960) – «Toponímia Germánica». In *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Tomo I: Antecedentes, Onomastica. Madrid: C.S.I.C., 1960, p. 531-560. Reed. In Idem – *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1989, p. 149-172.
- PIEL, Joseph-Maria (1975-1978) – «Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza». *Revista Portuguesa de Filologia*. XVII (1/2) (1975-1978) 387-395. Reed. In Idem – *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1989, p. 55-60.
- PINTO, Sérgio da Silva; GUIMARÃES, Egídio Amorim (1968) – *A cúria régia de Braga de 872 e o conde Vimara Peres*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1968.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (1999) – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna, 1999. 2 vols.
- POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Éric (2004) – *La Mutation Féodale Xe-XIe siècle*. Paris: PUF, 2004. 3.^a ed. [1.^a ed.: 1980].
- PORTELA, Ermelindo; PALLARES, M.^a Carmen (1992) – «Santa María de Sobrado. Tiempos y espacios de un monasterio cisterciense (1142-1250)». In *Actas Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Císter en Galicia e Portugal*. Vol. I. Ourense, 1992, p. 55-77. Reed. in Idem – *De Galicia en la Edad Media*.

- Sociedad, Espacio y Poder*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993, p. 49-74.
- PORTELA, Ermelindo; PALLARES, M.^a Carmen (1998) – «La villa, por dentro. Testimonios galaicos de los siglos X y XI». *SH-HM*. 16 (1998) 13-43.
- PORTELA, Ermelindo; PALLARES, M.^a Carmen; PUENTE MÍGUEZ, J. A. (1992) – «De la villa altomedieval a la fortaleza del siglo XV. Fuentes escritas y arqueología medieval». In *Coloquio hispano-italiano de arqueología medieval*. Granada, 1992, p. 215-226. Reed. in E. Portela; M. C. Pallares – *De Galicia en la Edad Media. Sociedad, Espacio y Poder*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993, p. 29-48.
- POWER, Daniel (ed.) (2006) – *The Central Middle Ages*. [4.º vol. de] *The Short Oxford History of Europe*. Dir. de T. C. W. Blanning Oxford: OUP, 2006.
- PROVERO, Luigi – «Castelli, villaggi e poteri locali: modelli e varianti». *MEFR/M*. 121 (2) (2009) 291-299.
- PROVERO, Luigi (2007) – «Forty Years of Rural History for the Italian Middle Ages». In I. Alfonso (ed.) – *The Rural History of Medieval European Societies: Trends and Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 141-172.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2007) – «Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del norte peninsular». *Territorio, Sociedad y Poder*. 2 (2007) 65-86.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2009) – «Early medieval villages in Spain in the light of european experience. New approaches in peasant archaeology». In Idem (ed.) – *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009, p. 13-26.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (ed.) (2009) – *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009 (Documentos de Arqueología e Historia, 1).
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2011) – «Early medieval landscapes in north-west Spain: local powers and communities, fifth-tenth centuries». *EME*. 19 (3) (2011) 285-311.
- RAMOS MILLÁN, Antonio (2007) – «Las fortificaciones calcolíticas o el origen de las aldeas: crítica global a una teoría legendaria de la Prehistoria Ibérica». In S. O. Jorge; A. M. S. Bettencourt; I. Figueiral (eds.) – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004)*. Faro: Centro de Estudos de Património, Departamento de História, Arqueologia e Património (Universidade do Algarve), 2007, p. 37-52.
- RAMOS, Cláudia Maria Toriz da Silva (1991) – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*. Vol. I: "Estudo". Porto: Ed. policopiada, 1991. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP.
- RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalves (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- RECUERO ASTRAY, Manuel (2003) – «Sobre la documentación real del período Astur-Leonés en Galicia». In L. Adão da Fonseca; L. C. Amaral; M. F. Ferreira Santos (eds.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média - Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 861-866.

- REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel (1994) – *Espacio y Poder en la Castilla Medieval: Los montes de Torozos (siglos X-XIV)*. Valladolid: Diputación Provincial de Valladolid, 1994.
- REILLY, B. F. (1985) – «The chancery of Alfonso VI of León-Castile (1065-1109). In Idem (ed.) – *Santiago, Saint-Denis and St. Peter: the reception of the Roman liturgy in León-Castile in 1080*. Nova Iorque, 1985, p. 1-40.
- REILLY, Bernard F. (1992) – *The Contest of Christian and Muslim Spain*. Oxford: Blackwell, 1992 (A History of Spain).
- REYNOLDS, Andrew (2010) – «Archeology: Britain». In *The Oxford Dictionary of the Middle Ages*. Ed. de Robert E. Bjork. Oxford: OUP, 2010 [E-reference edition: <http://www.oxford-middleagesdictionary.com/entry?entry=t303.e0437> (consultado em 2010/11/06)].
- RIBEIRO, João Pedro (1789) – *Observações historicas e críticas para servirem de memoria ao systema da Diplomatica portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1798.
- RIBEIRO, João Pedro (1857-1896) – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1857-1896. 2.^a ed. 5 tomos: T. I: 1860; T. II: 1857; T. III – Partes I e II: 1857; T. IV – Partes I e II: 1867; T. V: 1896.
- RIBEIRO, Orlando (1977) – *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: INCM, 1977.
- RIBEIRO, Orlando (1986) – *Iniciação em Geografia Humana*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1986.
- RIBEIRO, Orlando (1987) – *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- RIBEIRO, Orlando (1995) – «Uma Região Portuguesa do Norte e do Litoral: o Minho». In Idem – *Opúsculos Geográficos*. Vol. VI: “Estudos Regionais”. Lisboa: FCG, 1995, p. 259-302.
- RIBEIRO, Orlando (1998) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1998. 7.^a ed. revista e ampliada (Coleção «Nova Universidade») [1.^a ed.: 1945].
- RIBEIRO, Orlando (s.d.) – «Agricultura», «Aldeia», «Cidade», «Milho», «Povoamento». In *DHP*, s.u.
- RIBEIRO, Orlando; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; ALEGRIA, Maria Fernanda (1995) – «Les recherches de géographie historique au Portugal». In J.-R. Pitte (ed.) – *Géographie Historique et Culturelle de l'Europe. Hommage au Professeur Xavier de Planhol*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1995, p. 330-351.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann (2000) – *Geografia de Portugal*. Organização, comentários e actualização de Suzanne Daveau. Vol. IV: “A Vida Económica e Social”. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2000, 2.^a ed.
- RIBEIRO, Orlando; SANTOS, Maria Augusta Plácido (1951) – «Montanhas pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica». In *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne 1949*. T. III: “Travaux de la section IV (Géographie Humaine et Géographie Économique)”. Lisboa: Union Géographique Internationale, 1951, p. 59-69. Reed. in O. Ribeiro – *Opúsculos Geográficos*. Vol. IV: “O Mundo Rural”. Lisboa: FCG, 1991, p. 257-272.
- RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz (2003) – «Las instituciones eclesiásticas y políticas en la Edad Media Gallega. Estado de la cuestión: 1992-2002». *Semata. Ciencias Sociais e Humanidades*. 15 (2003) 15-83.

- RÍOS SALOMA, Martín (2006) – «La reconquista: una invención historiográfica (siglos XVI-XIX)». In D. Baloup; P. Jossierand (eds.) – *Regards croisés sur la Guerre Sainte. Guerre, idéologie et religion dans l'espace méditerranéen latin (XI-XIII^e siècle)*. Actes du colloque international tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) du 11 au 13 avril 2005. Toulouse: PUM; CV, 2006, p. 413-429.
- RIPPON, Stephen (2007) – «Emerging Regional Variation in Historic Landscape Character: the Possible Significance of the 'Long Eighth Century'». In M. Gardiner; Idem (eds.) – *Medieval Landscapes*. Macclesfield: Windgather Press, 2007, p. 105-121.
- RIPPON, Stephen (2008) – *Beyond the Medieval Village. The Diversification of Landscape Character in Southern Britain*. Oxford: OUP, 2008.
- RIPPON, Stephen; GARDINER, Mark (2007) – «Conclusions: The Future of Medieval Landscapes Studies». In Eidem (eds.) – *Medieval Landscapes*. Macclesfield: Windgather Press, 2007, p. 231-235.
- RIU RIU, Manuel (1992) – «Arqueología de los núcleos de población en la Edad Media». In *II Semana de Estudios Medievales, Nájera 5 al 9 de agosto de 1991*. Coord. de José Ignacio de la Iglesia Duarte. Logroño: Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1992, p. 13-30.
- RIU RIU, Manuel (1999) – «Aportación de la arqueología medieval a la historia de España ». In *La Historia Medieval en España. Un Balance Historiográfico (1968-1998)* (Actas da XXV Semana de Estudios Medievales de Estella. 14 a 18 de julio de 1998). Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1999, p. 403-429.
- ROBERTS, Brian K. (2008) – *Landscapes, Documents and Maps: Villages in Northern England and Beyond, AD 900-1250*. Oxford: Oxbow Books, 2008.
- RODÓN, Eulalia (1972) – «Toponimia y latín medieval». *Emerita. Revista de Lingüística y Filología Clásica*. 40 (2) (1972) 273-286.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) (2008) – *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Cepese, Edições Afrontamento, 2008 (Economia e Sociedade, 3).
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Perfecto (1983) – «El léxico de la ganadería en la diplomática medieval del periodo astur (718-910)». *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*. 103 (1983) 78-96.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, M.^a Carmen; DURANY CASTRILLO, Mercedes (1998) – «Ocupación y organización del espacio en el Bierzo Bajo entre los siglos V al X». *SH-HM*. 16 (1998) 45-87.
- ROESDAHL, Else; SCHOLKMANN, Barbara (2007) – «Housing Culture». In J. Graham-Campbell; M. Valor (eds.) – *The Archaeology of Medieval Europe. Volume 1: Eighth to Twelfth centuries AD*. Aarhus: Aarhus University Press, 2007, p. 154-180.
- ROSA, Maria de Lurdes (2000) – «Hagiografia e santidade». In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 326-361.
- ROSA, Maria de Lurdes (2001-2002) – «A santidade no Portugal medieval. Narrativas e trajectos de vida». *Lusitania Sacra*. 2.^a Série. 13-14 (2001-2002) 369-450.
- RUA, Helena (2007) – «Os sistemas de informação geográfica na pesquisa arqueológica: um modelo preditivo na detecção de villae em meio rural». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10 (1) (2007) 259-274.

- RUCQUOI, Adéline (1997) – «Spanish Medieval History and the *Annales*. Between Franco and Marx». In M. Rubin (ed.) – *The Work of Jacques Le Goff and the Challenges of Medieval History*. Woodbridge: The Boydell Press, p. 123-141.
- RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio; SANZ FUENTES, María Josefa (1999) – «Instrumentos, cauces y expresiones de la actividad investigadora». In *La Historia Medieval en España. Un Balance Historiográfico (1968-1998) (Actas da XXV Semana de Estudos Medievais de Estella. 14 a 18 de julho de 1998)*. Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1999, p. 779-805.
- SÁ NOGUEIRA, Bernardo de (2000) – «O Espaço Eclesiástico em Território Português (1096-1415)». In Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. A. Rodrigues (coords.) – “Formação e Limites da Cristandade”. Vol. 1 de *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 142-201.
- SABATÉ i CURULL, Flocel (2006) – «L'apparition du féodalisme dans la péninsule Ibérique: État de la recherche au commencement du XXI^e siècle». *CCM*. 49 (193) (2006) 49-69.
- SAMPAIO, Alberto (s.d.) – *Estudos Históricos e Económicos*. Vol. I: “As Vilas do Norte de Portugal”. Lisboa: Vega, s.d. Prefácio de Maria José Lagos TRINDADE. 2^a ed.
- SÁNCHEZ BADIOLA, Juan José (2002) – *La configuración de un sistema de poblamiento y organización del espacio: el territorio de León (siglos IX-XI)*. León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales, 2002 (León: Historia y Sociedad, 12).
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1966) – *Despoblación y Repoblación del Valle del Duero*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1966.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1969) – «Invasiones normandas a la España cristiana durante el siglo IX». In *I Normanni e la loro espansione in Europa nell'Alto Medioevo. Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo. XVI (18-24 aprile 1968)*. Spoleto: CISAM, 1969, p. 367-408.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1973) – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973 (Documentos e Memórias para a História do Porto, XXXIX).
- SANTOS, Maria José Azevedo (1990) – «D. Pedro e o «poder da escrita» na Sé de Braga». In *Congresso Internacional: IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga - Actas*. Vol. I: “O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI”. Braga: UCP/Faculdade de Teologia. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 565-574.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1992) – «O «ornamento literário» em Documentos Medievais: O Preâmbulo ou Arenga (773(?)-1123). *Biblos*. 68 (1992) 307-333.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1994) – *Da visigótica à Carolina. A Escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1996) – «As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séculos XII-XV)». *Scriptorium. Revue Internationale des Études Relatives aux Manuscrits*. L (2) (1996) 391-406. Reed. in M. H. da Cruz Coelho; M. J. Azevedo Santos; S. A. Gomes; M. do R. Morujão – *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri; FLUC, 2001, p. 233-256.

- SANTOS, Maria José Azevedo (1998) – «Os “Clérigos-Notários” em Portugal (Séculos XI-XII)». In *Actas do II Congresso Hispánico de Latin Medieval (León, 11-14 Nov. 1997)*. Vol. I. León, 1998, pp. 25-38. Reed. in M. H. da Cruz Coelho; M. J. Azevedo Santos; S. A. Gomes; M. do R. Morujão – *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri; FLUC, 2001, p. 75-91.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – «A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)». *Cadernos do Museu [Municipal de Penafiel]*. 10 (2005) 5-100.
- SANTOS, Rui (1987) – «Configurações Espaciais Agrárias no Baixo Alentejo (Mértola, segunda metade do século XVIII)». *Revista de História Económica e Social*. 20 (Maio-Agosto 1987) 1-44.
- SANTOS, Rui (1998) – «A sociedade rural». In D. Ramada Curto (dir.) – *O Tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Difel, 1998, p. 135-156.
- SARAIVA, José (1943) – «A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses». *RPH*. II (1943) 25-220.
- SCHMIDT, Hans-Joachim (2003) – «Espace et conscience de l'espace dans l'historiographie médiévale allemande». In Jean-Claude Schmitt; Otto Gerhard Oexle (eds.) – *Les Tendances Actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés para le Centre National de la Recherche Scientifique et le Max-Planck-Institut für Geschichte*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 511-536.
- SCHMITT, Jean-Claude (2003) – «Une réflexion nécessaire sur le document». In Idem; Otto Gerhard Oexle (eds.) – *Les Tendances Actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés para le Centre National de la Recherche Scientifique et le Max-Planck-Institut für Geschichte*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 43-46.
- SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (eds.) (2003) – *Les Tendances Actuelles de l'Histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés para le Centre National de la Recherche Scientifique et le Max-Planck-Institut für Geschichte*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003 (Histoire Ancienne et Médiévale, 66).
- SEMPLE, Sarah (2007) – «Defining the OE hearg: a preliminary archaeological and topographic examination of hearg place names and their hinterlands». *EME*. 15 (4) (2007) 364-385.
- SÉNAC, Philippe (1998) – «Châteaux et peuplement en Aragon du VIII^e au XI^e siècle». In M. Barceló; P. Toubert (dir.) (1998) – «*L'incastellamento*». *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. 123-139.
- SERRA, Pedro Cunha (1967) – Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento no NO peninsular. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1967.
- SESMA MUÑOZ, José Ángel; LALIENA CORBERA, Carlos (coords.) (2008) – *La pervivencia del concepto. Nuevas reflexiones sobre la ordenacion social del espacio en la Edad Media*. Saragoça: Grupo de Investigación de Excelencia C.E.M.A. – Universidad de Zaragoza, 2008.
- SETTIA, Aldo A. (1988) – «Introduction [ao dossier: “II - Constitution du fichier des habitats: 3 - Identification et ventilations des informations”]». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays*

- méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984). Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 263-266.*
- SHARPE, Richard (1996) – «[CD] Vocabulary, Word Formation, and Lexicography». In F. A. C. Mantello; A. G. Rigg (eds.) – *Medieval Latin: An Introduction and Bibliographical Guide*. Washington: The Catholic University of America Press, 1996, p. 93-105.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2008) – *Scriptores et notatores. A produção documental da Sé do porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2010) – *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto*. Porto: Ed. Policopiada, 2010. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à FLUP.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (1983) – «Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas». *Estudos Contemporâneos*. 5 (1983) 9-115.
- SKINNER, Quentin (2005) – *Visões da Política. Questões Metodológicas*. Lisboa: Difel, 2005.
- SOALHEIRO, João (2011) – «A canonização de São Geraldo: Um projecto da Igreja de Braga ao tempo do arcebispo D. Paio Mendes (1118-1137/1138)?!». In *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008). Colóquio de estudos e outros actos comemorativos*. Braga: Faculdade de Teologia–Braga (UCP), 2011, p. 53-112.
- SOARES, Torquato de Sousa (1941) – «Um testemunho sobre a presúria do bispo Odoário de Lugo no território Bracarense». *RPH*. I (1941) 151-160.
- SOARES, Torquato de Sousa (1942) – «O repovoamento do norte de Portugal no século IX». *Biblos*. 18 (I) (1942) 187-208.
- SOARES, Torquato de Sousa (1957) – «Estado Social e Político do Noroeste da Península no Séc. VI». *Bracara Augusta*. VIII. 3-4 (37-38) (Jul.-Dez. 1957) 378-383.
- SOBRAL, Cristina (2007) – «Hagiografia em Portugal: Balanço e Perspectivas». *Medievalista* [Em linha]. 3 (2007) [18p.] [disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-hagiografia.htm> (consultado em 2009/05/30)].
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2007) – «Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)». *Hispania*. LXVII. 227 (2007) 881-898.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2009) – «[I Parte] Idade Média (Séculos XI-XV)». In R. Ramos (coord.); Idem; N. Gonçalo Monteiro (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 15-196.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BOISSELLIER, Stéphane (2006) – «Pour un bilan de l'historiographie sur le Moyen Âge portugais au XX^e siècle». *CCM*. 49 (196) (Jul.-Set. 2006) 213-256.
- SPIEGEL, Gabrielle M. (1997) – *The Past as Text. Theory and Practice of Medieval Historiography*. Baltimore, Londres: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- SPIEGEL, Gabrielle M. (2009) – «Presidential Address: The Task of the Historian». *American Historical Review*. 114 (1) (Fev. 2009) 1-15.
- Structures féodales et féodalisme dans l'Occident méditerranéen (X^e-XIII^e siècles). Bilan et perspectives de recherches. Colloque international organisé par le Centre National de la Recherche Scientifique et l'École française de Rome (Rome, 10-13 octobre 1978). Roma, EFR, 1980 (Collection de l'EFR, 44).*

- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1985) – «A moeda medieval portuguesa no seu contexto peninsular». *Anuario de Estudios Medievales*. 15 (1985) 127-137.
- TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Porto: Ed. policopiada, 1996. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP.
- TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2007 (Trabalhos de Arqueologia, 47) [disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/publications/category/16/assets/> (consultado em 2011/06/03)].
- TENTE, Catarina (2009) – «Viver em autarcia. A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X». In I. Martín Viso (ed.) – *¿Tiempos oscuros? Territorios y sociedad en el centro de la península Ibérica (siglos VII-X)*. Madrid: Sílex, Universidad de Salamanca, 2009, p. 137-157.
- TORRE, Angelo (2008) – «Un «tournant spatial» en histoire ? Paysages, regards, ressources». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 63 (5) (Set.-Out. 2008) 1127-1144.
- TORRENTE FERNÁNDEZ, Isabel (1985-1986) – «Términos agrarios en el medioevo asturiano (siglos X-XII)». *Asturiensia Medievalia*. 5 (1985-1986) 75-87.
- TOUBERT, Pierre (1973) – *Les Structures du Latium Médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle*. Roma: EFR, 1973. Reimpr. anastática: 1993. 2 vols. (Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, 221).
- TOUBERT, Pierre (1988) – «Introduction». In A. Bazzana (ed.) – *Castrum 3: Guerre, Fortification et Habitat dans le monde Méditerranéen au Moyen Âge*. Madrid, Roma: CV, EFR, 1988, p. 7-9.
- TOUBERT, Pierre (1990) – «La part du grand domain dans le décollage économique de l'Occident (VIII^e-X^e siècles)». Reed. in Idem – *L'Europe dans sa première croissance. De Charlemagne à l'an mil*. Paris: Fayard, 2004, p. 73-115.
- TOUBERT, Pierre (1998) – «L'incastellamento aujourd'hui: quelques réflexions en marge de deux colloques». In M. Barceló; P. Toubert (dir.) – *«L'Incastellamento». Actes des Rencontres de Gérone (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. xi-xviii.
- TOUBERT, Pierre (1998) – «Tout est document». In J. Revel; J.-C. Schmitt (eds.) – *L'ogre historien, autor de J. Le Goff*. Paris: Gallimard, 1998, p. 85-105.
- TOUBERT, Pierre (1999) – «Préface». In M. Bloch – *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1999, p. 5-41.
- TOUBERT, Pierre (2002) – «Incastellamento». In C. Gauvard; A. de Libera; M. Zink (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002, p. 707-711.
- TOUBERT, Pierre (2004) – *L'Europe dans sa première croissance. De Charlemagne à l'an mil*. Paris: Fayard, 2004.
- TRANOY, Alan (ed.) (1974) – *Hydace – Chronique*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1974. 2 tomos (Sources Chrétiennes, 218-219).
- TRILLO SAN JOSÉ, Carmen (2007) – «La ciudad y su territorio en el reino de Granada (s. XIII-XVI)». In B. Arízaga Bolumburu; J. Á. Solórzano Telechea (eds.) – *La ciudad medieval y su influencia territorial. Nájera. Encuentros Internacionales del Medioevo 2006*. Logroño: instituto de Estudios Riojanos, 2007, p. 307-342.

- TURNER, Sam (2006) – *Making a Christian Landscape. The Countryside in Early-Medieval Cornwall, Devon and Wessex*. Exeter: University of Exeter Press, 2006.
- VALDEÓN BARUQUE, Julio (1998) – «El feudalismo hispánico en la historiografía reciente». *Historia. Instituciones. Documentos*. 25 (1998) 677-684.
- VALENTI, Marco (2009) – «I villagi altomedievali in Italia». In J. A. Quirós Castillo (ed.) – *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009, p. 29-55.
- VAN OSSEL, Paul (2010) – «De la «villa» au village: les prémices d’une mutation». In J.-M. Yante; A.-M. Bultot-Verleysen (eds.) – *Autour du «village». Etablissements humains, finages et communautés rurales entre Seine et Rhin (IV^e-XIII^e siècles)*. Actes du colloque international de Louvain-la-Neuve, 16-17 mai 2003. Louvain-la-Neuve: Institut d’études médiévales de l’Université Catholique de Louvain, 2010, p. 219-236.
- VARELA SIEIRO, Xaime (2000) – «*Petras y petras mobiles et immobiles*: Constituyentes de enumeraciones formulars en la documentación altomedieval de Galicia». *ALMA*. 58 (2000) 211-217.
- VARELA SIEIRO, Xaime (2006) – «*Casal* en la documentación altomedieval de Galicia: aproximación lexicográfica». In A. A. Nascimento; P. F. Alberto (coord.) – *IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico (Lisboa 12-15 de Outubro de 2005)*. Actas. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2006, p. 921-928.
- VARELA SIEIRO, Xaime (2008) – *Léxico cotián na alta Idade Media de Galicia: a arquitectura civil*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico – Universidade de Santiago de Compostela, 2008 (*Verba*. Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 62).
- VÁZQUEZ DE PARGA, Luis (1957) – «Los obispos de Lugo-Braga en los siglos VIII y IX». In *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*. Vol. VII, t. 1. Madrid, 1957, p. 459-475.
- VELOSO, Maria Teresa; MARQUES, Maria Alegria (1993) – «O domínio da Sé de Braga em terras de Chaves na Idade Média. O contributo do *Liber Fidei*». *Theologica*. 2^a Série. 28/2 (1993) 353-374.
- VENTURA, Leontina (1990) – «Introdução». In *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Séc. XII*. Ed. de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria. Coimbra: INIC-Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, p. 9-44.
- VENTURA, Leontina (1992) – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. Coimbra: FLUC, 1992. 2 vols. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à FLUC.
- VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha (2010) – «Introdução». In Eidem (eds.) – *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Coimbra: Instituto de Estudos Medievais [da Universidade Nova de Lisboa]; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 17-31.
- VERHULST, Adriaan (1990) – «The “Agricultural Revolution” of the Middle Ages Reconsidered». In S. Bachrach; D. Nicholas (eds.) – *Law, Custom and the Social Fabric in Medieval Europe: Essays in Honour of Bryce Lyon*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications, 1990. Reed. in Idem – *Rural and Urban Aspects of Early Medieval Northwest Europe*. Aldershot: Ashgate Variorum, 1992, [V].

- VERHULST, Adriaan (1995) – *Le paysage rural: les structures parcellaires de l'Europe du Nord-Ouest*. Turnhout: Brepols, 1995 (Typologie des sources du Moyen Âge, 73).
- VERHULST, Adriaan (1997) – «Medieval socio-economic historiography in Western Europe: towards an integrated approach». *Journal of Medieval History*. 23(1) (Março de 1997) 89-101.
- VIADER, Roland (2009) – «Introduction [ao dossier: “Vigueries et autres circonscriptions intermédiaires du haut Moyen Âge”]». *Annales du Midi. Revue de la France méridionale*. 121 (266) (Abril-Jun. 2009) 149-157.
- VIANA, Mário (2007) – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Lisboa: Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007.
- VIANA, Mário (2009) – «Povoamento, geomorfologia e toponímia do baixo Tejo e do campo de Valada (1200-1350)». In I. Gonçalves (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. IV: Povoamento e População*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 127-151.
- VIEIRA, Marina Afonso (2004) – *Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2004 (Trabalhos de Arqueologia, 36) [disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/publications/category/16/assets/> (consultado em 2011/06/03)].
- VIEIRA, Marina Afonso (2009) – «Reflexões em torno do povoamento alto medieval da bacia superior do rio Paiva». In I. Martín Viso (ed.) – *¿Tiempos oscuros? Territorios y sociedad en el centro de la península Ibérica (siglos VII-X)*. Madrid: Sílex, Universidad de Salamanca, 2009, p. 93-105.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2007) – «Granjas y aldeas altomedievales al norte de Toledo (450-800 d.C.)». *Archivo Español de Arqueología*. 80 (2007) 239-284.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (2007) – «Patronage, parochial rights and military orders in medieval Portugal. Some analytical perspectives». In *Ordines Militares - Colloquia Torunensia Historica. XIV*. Toruń: Wydawnictwo Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2007, p. 203-233.
- WEIJERS, Olga (2004) – «Lexicographie au Moyen Âge et lexicographie du latin médiéval». In J. Hamesse (ed.) – *Bilan et Perspectives des Études Médiévales (1993-1998)*. *Actes du II^e Congrès Européen d'Études Médiévales*. Turnhout: Brepols, 2004: 283-297.
- WICKHAM, Chris (1988) – «L' Incastellamento ed i suoi destini, undici anni dopo il Latium di P. Toubert». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive*. *Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...)* (Paris 12-15 novembre 1984). Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 411-420.
- WICKHAM, Chris (1988) – *The Mountains and the City: The Tuscan Appennines in the Early Middle Ages*. Oxford: OUP, 1988.
- WICKHAM, Chris (1998) – «A che serve l'incastellamento?» In M. Barceló; P. Toubert (dir.) (1998) – *L'incastellamento*. *Actes des rencontres de Geróne (26-27 Novembre 1992) et de Rome (5-7 Mai 1994)*. Roma: EFR, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 1998, p. 31-41.

- WICKHAM, Chris (2002) – «Asentamientos rurales en el Mediterráneo occidental en la Alta Edad Media». In C. Trillo (ed.) – *Asentamientos rurales y territorio en el Mediterráneo medieval (Jornadas de Arqueología Medieval: 3. 2000. Berja)*. Granada: Athos-Pérgamos, 2002, p. 11-29.
- WICKHAM, Chris (2005) – *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: OUP, 2005.
- WICKHAM, Chris (2008) – «La cristalización de la aldea en la Europa Occidental (800-1100)». In Movimientos migratorios, asentamientos y expansión (siglos VIII-XI). En el centenario del profesor José María Lacarra (1907-2007) (Actas da XXXIV Semana de Estudios Medievales de Estella, 16 al 20 de julio de 2007). Pamplona: Gobierno de Navarra – Departamento de Cultura y Turismo – Institución Príncipe de Viana, 2008, p. 33-51.
- WICKHAM, Chris (2008) – «Rethinking the Structure of the Early Medieval Economy». In J. R. Davis; M. McCormick (eds.) – *The Long Morning of Medieval Europe. New Directions in Early Medieval Studies*. Aldershot: Ashgate, 2008, p. 19-31.
- WILLIAMSON, Tom (2003) – *Shaping Medieval Landscapes. Settlement, Society, Environment*. Macclesfield: Windgather Press, 2003.
- WOLFF, Keneth (2003) – *Porquê ler Marx hoje?* Lisboa: Edições Cotovia, 2003.
- WOOD, Ian (2007) – «Review article: Landscapes compared». *EME*. 15 (2) (2007) 223-237.
- WORMALD, Patrick (1986) – «Introduction». In W. Davies; P. Fouracre (eds.) – *The settlement of disputes in early medieval Europe*. Cambridge: CUP, 1986, p. 1-5.
- WRIGHT, Roger (2004) – «La representación escrita del romance en el reino de León entre 1157 y 1230». In *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León: siglos IX-XII*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Archivo Historico Diocesano, 2004, t. I, p. 273-293.
- WRIGHT, Roger (2004) – «Latinistas tardíos y romanistas tempranos». *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. 14 (2004) 7-26.
- WYLIE, John (2009) – «Landscape». In D. Gregory *et alii* (eds.) – *The Dictionary of Human Geography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, 5.^a ed., p. 409-411.
- YANTE, Jean-Marie; BULTOT-VERLEYSEN, Anne-Marie (eds.) (2010) – *Autour du «village». Etablissements humains, finages et communaux ruraux entre Seine et Rhin (IV^e-XIII^e siècles). Actes du colloque international de Louvain-la-Neuve, 16-17 mai 2003*. Louvain-la-Neuve: Institut d'études médiévales de l'Université Catholique de Louvain, 2010 (Publications de Institut d'études médiévales – Textes, Études, Congrès, 25).
- ZADORA-RIO, Élisabeth (1986) – «Introduction - La prospection archéologique et l'évolution de la notion de site». In A. Ferdière; Eadem (eds.) – *La Prospection archéologique. Paysage et peuplement. Actes de la table ronde des 14 et 15 mai 1982, Paris*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1986 (Documentos d'Archéologie Française, 3), p. 11-13.
- ZADORA-RIO, Élisabeth (1988) – «Prospections au sol systématiques à l'échelle d'un terroir. Problèmes d'interprétation du matériel de surface». In G. Noyé (ed.) – *Castrum 2: Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens: les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive. Actes de la rencontre organisée par l'École française de Rome (...) (Paris 12-15 novembre 1984)*. Roma, Madrid: EFR, CV, 1988, p. 375-385.
- ZADORA-RIO, Élisabeth (1995) – «Le village des historiens et le village des archéologues». In E. Mornet (ed.) – *Campagnes médiévales: l'homme et son*

- espace. Études offertes à Robert Fossier*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995, p. 145-153.
- ZADORA-RIO, Elizabeth (2001) – «Archéologie et toponymie, le divorce». *Les petits cahiers d'Anatole*. 8 (2001). 17p. [disponible en: http://citeres.univ-tours.fr/doc/lat/pecada/F2_8.pdf (consultado em 2011/09/12)].
- ZADORA-RIO, Élizabeth (2009) – «Early medieval villages and estate centres in France (300-1100)». In J. A. Quirós Castillo (ed.) – *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009, p. 77-98.
- ZIMMERMANN, Michel (1989-1990) – «Glose, tautologie ou inventaire? L'énumération descriptive dans la documentation catalane du X^{ème} au XII^{ème} siècle». *Cahiers de Linguistique hispanique médiévale*. 14-15 (1989-1990) 309-338.
- ZIMMERMANN, Michel (2003) – *Lire et écrire en Catalogne (IX^e-XII^e siècle)*. Madrid: CV, 2003. 2 tomos (Bibliothèque de la CV, 23).
- ZOTZ, Thomas (2007) – «Présentation et bilan de l'historiographie allemande de l'espace». In *Construction de l'Espace au Moyen Âge: pratiques et représentations. XXXVIIe Congrès de la SHMES, Mulhouse, 2-4 juin 2006*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, p. 57-71.
- ZUMTHOR, Paul (1993) – *La mesure du monde. Représentation de l'espace au Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

Apêndices

Nota: Os Apêndice I e II encontram-se no CD-ROM apenso. A descrição detalhada da estrutura dos módulos *Documentos* e *Unidades*, cujas colecções de fichas reunidas na base de dados estruturam um e outro apêndices respectivamente, encontra-se na Parte I, §3.2.

Apêndice I: Corpus dos documentos analisados

Apêndice I.A: Transcrições anotadas de alguns documentos

Nota prévia: Neste apêndice recolhem-se as transcrições de alguns documentos que, em virtude da sua extensão e/ou importância, foram citados frequentemente ao longo do trabalho. Embora estas transcrições constem também do campo “Cit. Doc.” das respectivas fichas de documento no Apêndice I, entendeu-se reproduzi-las aqui, para maior facilidade de acesso e comodidade de leitura, e porque não era possível introduzir naquele campo as notas de rodapé com esclarecimentos vários e as marcações feitas a alguns textos (em **negrito** ou *itálico*, por exemplo), com o objectivo de ressaltar algum tipo de informação. Note-se, todavia, que as transcrições aqui apresentadas não substituem a consulta das edições originais. Por duas razões. Em primeiro lugar, porque não são transcrições integrais, na maior parte dos casos: recolhem apenas as passagens que mais interessam para os propósitos do trabalho, e que foram objecto de referência no texto da dissertação. Por outro lado, estas transcrições limitam-se a reproduzir as das edições utilizadas, quando muito sugerindo pontualmente propostas alternativas de leitura em virtude de uma pontuação diferente do texto. Salvo casos muito pontuais, não se procedeu ao cotejo com os originais ou cópias que serviram de base a essas transcrições originais. Algumas das transcrições aqui apresentadas vão ainda acompanhadas de notas, mais ou menos abundantes e desenvolvidas, onde se justificam aquelas propostas alternativas de leitura, hipóteses de interpretação de passagens menos claras e sobretudo propostas de identificação toponímica, entre outras observações avulsas. Finalmente, em casos excepcionais, de inventários muito longos, introduziram-se divisões (apartados e sub-apartados), que facilitam não apenas a leitura mas sobretudo a referência a passagens específicas destes documentos ao longo do texto da dissertação. Uma vez que a informação identificativa do documento (data, cota, sumário, publicação, etc.) consta já da respectiva ficha no Apêndice I, pareceu dispensável repeti-la aqui, pelo que são indicados apenas os números identificativo do documento nesse apêndice e nas principais edições.

«[Relato:] Ego Suarius abbas qui moratus fui X'.^a annis in Sancto Antonino de Barvudo fecit ad nobis testamentum Nunus Froilaz qui ipsum locum primiter incoavit de causa modica quia novella erat ipsa heremita de applicare [de quantum ampplicare, em [C]] ibi et ubique potuerat usque ad ipsum diem que ad nobis incurtavit [incartavit, em [C]] et ad servos Dei qui ibi erant qui ad nostrum introitum ad nobis venerunt et iam mortui sunt et ibi sepulti sunt et de ipso die in denante ego edificavi ipsam domum cum ipsos fratres nostros tam de domos quam etiam de ornamento [ornamenta, em [C]] ecclesie vel monasterii et plantavi et edificavi ipsum locum Sancti Antonini cum quantum ibi fuit et est[:]

[Inventário:] Et est notitia fatio [ego notitiam facio, em [C]] de ipsas hereditates tam quas comparavi quam etiam de ganantia et testamentorum et de avolenga ut notum fiat in cunctis diebus ad episcopis et ad servos Dei qui habitantes fuerint in sede Braccare illoic [hic, em [C]] est:

in villa Mauri [1] ipse casale que fuit de matre de Nunnus Froilaz III.^or quintas [2] et iuxta ipsum alio casal ubi habitavit Astrario [Aferario, em [B]] Martiniz integro cum suas hereditates [3] et [illo, em [C]] de Nunno Vimareiz III.^a cum sua hereditate qui ille testamentum fecit ad ipsos sanctos, [4] alio kasal que ibi testavit Pelagio Veremundiz que iacet iuxta [3] illum de Nunno Vimareiz, [5] [et, em [C]] alio casal que fuit de Ramirus Donoiz [6] et iuxta illos alio que fuit de Gondesindo Vimareiz [Moudeliz, em [C]] cum suas hereditates quas [que, em [C]] ganavit illos Nunnus Froilac [Nunu Froilaz, em [C]] [7] et de illa hereditate de Lauredo III.^a integra usque in radice de illo castelo. *Ista ganavit ille Nunnus [Nuno, em [C]] Froilaz in villa Mauri. Et deinde ego Suario ganavi* id est de illos casales que fuerunt de Ero Gunsaluiz [7] I^o in Amorim [8] et alio que fuit de Di[da]co Quederiquiz ad suum obitum testavit ille Ero Gunzalviz medietatem ad ipsum locum [et, em [C]] alie medietate ego comparavi illam de suo filio Pelagio Eriz. Dedi ego illi uno cavvallo in C solidos [9] et illo alia [alio, em [C]] kasal que fuit de Menendo Cidiz dedi ego illi proinde alio cavvallo [et, em [C]] totos ipsos kasales cum suas hereditates. [10] In Vilar ad illos molinos comparavi ego de Anaia Cidiz illo casal cum suas hereditates et medietate de uno molino pro quo dedi

²⁰²⁶ O texto base seguido nesta transcrição é o de LF, 315 [B]; vão assinaladas apenas as principais variantes em LF, 643 [C]. Os parágrafos introduzidos no texto dão conta da sucessão de *villae* (em **negrito**) onde estavam situados os bens do mosteiro de S. Antonino de Barbudo. A numeração árabe dá conta dos casais referidos no documento. Sublinhados em *italico* nossos.

uno cavvallo et II.ºs boves in precio. In villa Mauri [11] de ipso casal que fuit de Sarrazino Nuniz medietate cum suas he[re]ditates quas dedit nobis in precio pro uno cavvallo [12] et alio casal que fuit de Vermudo Moniz [Nuniz, em [C]] que fuit frater in ipso loco [que fuit super ipsum locum, em [C]] et ibi illum testavit [13] et de alio casal que ibi testavit Bona Lovegildiz III.^a integra cum suas hereditates [14] et in illo vilar que fuit de Alvaro Veilaz de illo casal ubi habitavit Goemirus [Guimaru, em [C]] testavit inde filia de Trastemiro Gontemiriz suum quinionem et [ad, em [C]] ipsum locum. Et ego comparavi de filios de Ferronio suos quiniones et frater Maurellus qui [super Maurele que, em [C] – errado: Maurellus aparece efectivamente como abade do mosteiro no doc. 218=LF, 239] fuit roboratus [de roboratum, em [C]] ad ipsum locum suum quinionem

et **in villa Crispellos** [15/16] de ambos ipsos casales que fuerunt de Provezendo III.^a integra qui iacet in radice Pennagati que ibi testavit suo filio frater Recemundus qui ibi habitabit multos annos.

Et **in villa Livianes** [Livanes, em [C]] [17] ille casal qui fuit de Olidi Sarraziniz atestavit [et testavit, em [C]] illum illa comitissa domna Ilduara ibi cum omes suas hereditates.

Et de illo arrugio qui est discurrente de Sancti Pelagii quomodo vadit per terminum de Atianes et inde per terminum de Sancti Pelagii de illa **villa que dicent Barvuto** [Baruvudo, e, [C]] medietate integra que ibi testavit illa comitissa domna Gontrode et alia medietate testavit ibi ille comite Nunnus [domno Nuno, em [C]] Menendiz.

Et **in villa Sancti Iuliani** [18] de illo casal que fuit de Ermisu Froilaz [Hermigio Froiaz, em [C]] testavit ibi suo nepto Oveco Onoriquiz medietatem et de alia medietatem media que ibi testavit domna Aragunti pro viro suo Godino Venegas. [19] Et de ipsa villa testavit Godina Pelaiz ipso suo casale cum suis hereditates et cum suo quinione de illa ecclesia [. Et quem comparavimus de sua germana Ilduara Pelaiz suum quinionem alium tantum cum suis hereditatibus et cum suo quinione de ipsa ecclesia, em [C]] pro que dedimus V.e boves. Et Menendus Gunsalvi testavit ibi medietatem de quanto habuit in ipsa villa.

In villa que dicitur Insula [20/21] II.ºs casales, Iº de fratre [Fernam, em [C]] Ssegudo qui ibi habitabit multos annos, et alio de suo suprino Ssegudo ibi testaverunt cum omnia suas hereditates.

Et **in villa Mocomi** [22] I^o casale que fuit de Vilifonso quem ibi testavit.

In villa Barvuto [23] de ipso casale que fuit de Tedon Luz comparavi ego de suo nepto Monio Suariz III.^a integra cum omnia sua [omnibus suis hereditatibus, em [C]] et de villa Donega cum suo quinione et demus [damus, em [C]] illi proinde precium in auro et in argento et in I.^a equa C.m solidos. [24] Et de [in, em [C]] alio casale qui comparavi de Pelagio Alfonso cum omnia suas hereditates pro que accepti de nos III.es equas bravvas. Et de ipsa villa Donega quinione que fuit de domna Goldregodo comparavimus inde de mulier que fuit de Pelagio Vermudiz suo nepto medietate integra pro que dedimus V.e boves.

Et **in villa que dicent Pausada** de illo quinione que comparavit ibi Ihoanne Branderiguiz de Suerio Galindiz in C.m soldos ad suum obitum testavit ibi inde medietatem et ego comparavi de sua muliere aliam medietatem.

In villa Parata [25] in illo vilar d[e] Ermuganes [Ermoriganes, em [C]] suo quinione de Gutierre Gutieriz et in Caneto suo quinione de illo casal et que testavit Gundisalvo Branderiguiz in illa [corrigido de villa] agra de sub Sancto Salvatore I^a peca [peza, em [C]] de hereditate, et suo germano Suario Branderiguiz in Crespos [Crispos, em [C]] alio | et Vermudo Tedoniz de Sancti Martini de Travazolos de illa ecclesia de III.^a IIII.^a et de Sancta Elena suo quinione.

Et **in villa Guandilanes** habuit ipse Vermudo Tedoniz [26/27] II.^os kasales, ille casal de sursum testavit ad Sancti Antonini et illo alio dedit illum ad Cendon Nuniz et illa hereditate de Fornna [Foriana, em [C]] per medio tota [28] de illo [. De illo, em [C]] casale quod fuit de Bona Gondesindiz et de hereditate quam comparavit cum viro suo Aloitu Vermuiz medietate integra [29] et de illo casal quod fuit de domna Leegundia medietate integra. [30/31] Et de illos kasales II.^os qui fuerunt de Didaco Diaz medietate integra [27] et [ille, em [C]] Cedon Nuniz et sua mulier domna Tota testaverunt ipsum kasalem cum suas hereditates proprias.

Et **in villa de Molas** [quam vocitant Molar, em [C]] [32] de illo casale qui fuit de Gondesindo Eiriquiz testavit inde ibi medietatem. [33] Et iuxta Sancta Maria illud casal que fuit de Andulfo testavit inde suos filius Honoricus medietatem ibi

et **in marina de Darci** [in illam marina quam vocitant Darchi, em [C]] quam ego comparavi in una equa, et illi testaverunt propria sua voluntate XII.m talios de salinas. Et hoc completum est et quantum que sursum resonat ganavi et hedificavi in amore Dei et ad servos Dei et ad confessionem

et **in villa Turis** [34/35] II.ºs casales que fuerunt de Pelagio Suariz et testavit illos domna Onega pro sua anima et de suo filio ad Sanctum Antoninum.

Et in ipsis hereditatibus que sursum resonant dedi ego Suarius in precio DCC.ºs solidos.»

Doc. 311 (LF, 359=397)²⁰²⁷

«cartulam firmitatis de omnibus meis hereditatibus (...) He sunt: in territorio Flaviensis [Flavias, em [C]] discurrente rivulo Tamica determinantibus per illa fontanela de Felzes et ferit in Tamicam et inde per illum soveredum [Sovereverso, em [C]] et per mediatorio de Marius et inde per Aquas Frigiditas et venit ad civitatem de Batocas et ferit in illa sculca in Corrago et venit inter Ameiximinus [Ameixinus, em [C]] et Almondres et concludit usque in primum locum unde primitur incoavimus.

Do atque concedo tibi coram testibus consigno ut habeas dum vita viveris et post obitum tuum revertantur et testentur cimiterio Sancti Stephani et reliquiis que ibi recondite sunt [et ad reliquias qui ibidem reconciliate sunt in tesouro sancto suo, em [C]].

Et sunt ipsas hereditates que tibi testavimus (...) prenominate [:]

casale medio quod iacet sub ipsa ecclesia de Sancto Stephano quo habui de avio meo Ranosindo cum adiunctionibus suis in illo arravalde

[ibi, em [C]] de **proprio casale integro quod fuit de Meditamam et de patre suo Iusto** et habuit comparato meo patre Charraco in [precio, em [C]] X`modios cum adiunctionibus suis Era [M] [C.^a, em [C], erradamente] X` VIII.^a.

Alio casale in illo arravalde medio quod ganavit pater meus Charracus de suo sogro Baltasar [pro, e, [C]] suo precio et venit ei alias rationes de suis filiis cum adiunctionibus suis.

Illa **quintana de ecclesia Sancti Stephani** cum sua fonte et cum suas cortinas et vineas que comparavit pater meus de domna Tota in [precio legitimo, em [C]] VIII.em modios,

alia terra super illa vereda et iacet cum alia terra de domna Exemena quod comparavit pater meus in modios XXti IIII.ºr de [homine nome, em [C]] Maditamam Era M.^a XX.^a II.^a.

²⁰²⁷ O texto base seguido nesta transcrição é o de [B]; vão assinaladas apenas as principais variantes em [C]. Os parágrafos introduzidos no texto dão conta da sucessão dos bens (ou conjuntos de bens, no caso das parcelas agrárias) arrolados; os bens também mencionados no doc. 312 (LF, 400) vão assinalados em **negrito**.

Alias lareas duas discurrente carrale ad Almondres I^a ibi [hic, em [C]] et alia [inde una, em [C]] iuxta terra de domna Fonsina, alia de Nuno Guandilaz, [iacent, em [C]]

alio triticale [tridigale qui fuit de Sagato, em [C]] quos [qui, em [C]] est atestatum ad Sanctum Stephanum,

alia terra que iacet in [ubi dicent, em [C]] Petra Ficta precio XXi modios. Item ibi alia larea que comparavit mea mater Leta seminatura III quarteiros et fere de testa de [in, em [C]] illa vereda

[. Item alia larea que iacet iuxta illa larea de Froia Iemondizi. Alia larea que iacet cum larea de domna Tota. Alia larea que iacet cum, em [C]], larea de Sancto Stephano, alia [larea, em [C]] que iacet inter illos morauzos [morauco cum larea de, em [C]] de Sancto Stephano, alia larea que levat se de illo morauzo [morauco, em [C]] et fere in illo rego et ferit in Tamega et dividet cum larea de [Gonderigo Ennequezi. Alia larea similiter levat se de rego et fere in Tamega et divide cum larea de Nuno Guandilaci. Alia larea levat se de illo rego et fere in Tamega divide cum larea, em [C]] de domna Gelvira, alia que dividet cum villa [illa, no LF, 400] de Torre, alia in [que iacet ubi dicent, em [C]] Fusarios seminatura VII quarteiros, alia larea media que dividet cum larea de Iquila, alia [larea, em [C]] media que dividet cum larea de domna Tota[,] et de alia parte de illa vereda alia larea que dividet cum larea de Gonderigo Enniquiz que iacet sub Placellos, alia larea super Placellos que dividet cum larea de Iquila, alia larea que dividet cum larea de domna Gelvira seminatura IIIes quarteiros de tritico, alia larea que feret de illa sorte in illa vereda [alia larea de illa sorte que f[e]ret in illa vereda, em [C]], alia larea que iacet ad illo forno.

In Lagonela [Lagunella, em [C]] lareas [alias, em [C]] IIIes, alia larea que iacet in Lagona Maiore, in illas quanielis lareas tres dividet cum larea de Gonterigo Enniquiz, alia cum larea de Iquila.

In Sortes Longas lareas IIIes [, in Avellaneta lareas IIIes, em [C]], ad illo porto de Arcozolo II.^os lineares unum super vereda et alium subtus vereda,

in Rotondelo [Rotendello, em [C]] lareas II.^as una [h]inc aqua et alia inde [aqua, em [C]], uno molino in illo rivulo Arcobolo [Arcuguelo, em [C]] e Arcozelo, em LF, 400].

In Arnosa alia larea levat se de ripa Freita [Riba Feita, em [C] e Riba Fracta, em LF, 400] et fere de illa fonte de Cepello cum suas piscarias,

alia larea in Porto Caunioso [Counioso, em [C]] et fere in Lavaculos et de alia parte fere in larea de Garcia Vencizi.

In Erviliales alias lareas IIIes,

in illo cauniato alias lareas III.ºr medias,

in Plazello alia larea.»

Doc. 312 (LF, 400)²⁰²⁸

«kartam donationis sicut facio de ipsas meas hereditates proprias quas habeo de avios et parentes meos aut de ganantia territorio Flabias subtus mons Batoccas discurrente flumen Tamice in villa quod vocitant Sancti Stephani. Et habent ipsas hereditates t[er]minos per illa fontana frigida de Felzes et inde per Soveroso et per Mediatorio de Marius et per penna de Fernando Iohannis et inde per Aquas Frigidas et sub ipsa civitatelia de Batoccas et inde per illa fonte et per illa carrale antiqua et venit inter Aquatones et ille sauto et fere in Sancta Eolalia et de alia parte habent terminos cum Fagiones et inde inter Ameisinos et Calmanderes [Almondres em LF, 359=397] et feres in Tamice et claude in loco ubi primo resonamus.

Do tibi ipsam ecclesiam de Sancti Stephani et **ipsa quintana** cum sua fonte et cum suas vineas et suas cortinas quas comparavit pater meus Zarracho et mater mea domna Leta de domna Tota vel precio modios VIII de centeno, Era M.^a [...?] I.^a.

Medio casale [no texto, ‘casive’] qui iacet sub ipsa ecclesia Sancti Stephani quo fuit de abolo meo Ranosindo cum adiunctionibus suis.

Item sub ipso casale qui fuit de mea mater.

Item alio casale qui fuit de domno Pelaiz et comparavit meo pater Zarraco et mater mea domna Leta vel precium quarteiros VIs de farina et Iº ariete cum aiunctionibus suis.

Et sub ipso casale alio casale qui iacet cum ipso de Vimara Valitiz sub ipsa ecclesia Sancti Stephani quos ganavit de Ferro Donoiz.

Item alio casale quem ganavit de Vermudo Sordo et de pater eius Pelagio Sandiniz habet iacentia in ipso atrio Sancti Stephani ad illas pennas et determina cum

²⁰²⁸ Os parágrafos introduzidos no texto dão conta da sucessão dos bens arrolados na doação; os bens também mencionados no doc. 312 (LF, 400) vão assinalados em **negrito**.

illo casale de ecclesia et de alia parte cum Arias Fernandiz et de Fagildus cum adiunctionibus suis

et ipse valle que se leva de illa figale alvare et fere in vinea de fratre Marvam sub ipsa ermita quas comparavit pater meus et mater mea de Tobias et de Principio et de Gaudinas et de Meidaman. Et illa vinea de fratre Marvam que ego ganavi. Et illa quintana de illa ermita integra. Et de illa ecclesia²⁰²⁹ cum suas vineas et suas arbores medietate.

In illo arravalde²⁰³⁰ ibidem prope alio **casale integro qui fuit de Meidamam et de patre suo Iusto et habuit eo comparato meo patre Zarraco** vel precio modios X` modios cum adiunctionibus suis Era M X`^a VIII.^a.

Item alia larea que leva se de illo casale de Daniel Camaniz et fere in larea de Valiti.

Alia larea sub ipsa abet iacentia cum illa de Nunno Guandilaz et fere in illa vereda. Sub ipsa [ipso ?] forno antigo alia larea. **Item alia larea super vereda et levat se de illa de Valiti et de alia parte de domna Eisemena et fere in illo vallato quos comparavit meo pater modios XXi IIII.^or de omine nomine Meidaman Era M.^a XX.^a II.^a.**

Item alias II^s lareas discurrente carrale ad Almondre I.^a hic et alia de altera parte cum illa de domna Fonsina.

Alia de Nunno Guandilaz.

Alio tritical qui fuit de Sagato qui est testato ad Sanctum Stephanum.

Alia terra que iacet ubi dicent Petra Fita precio modios XXi. Item de alia parte alia laria que comparavit mea mater et est seminata quarteiros VIII et fere in illa vereda.

Item alia laria que iacet iuxta illa de Froila Gemoniz. Alia larea que iacet cum illa de domna Tota. Alia larea que iacet cum illa de Sancti Stephani. Alia laria que iacet inter illos murauros seminata modios VI et sextarios III et fere cum illa de Sancti Stephani. Alia laria leva se de illo murauro et fere in illo rego et divide cum illa de Marcho. Alia laria leva se de illo rego et fere in Tamica et dividet cum illa de Nunno Guandilaz. Alia larea leva se de rego et fere in Tamica et divide cum illa de domna Gelvira. Alia laria que divide cum illa de Turre. Alia laria que iacet ubi

²⁰²⁹ Parece mais provável que o redactor se refira aqui à ermida (de que se doa 1/2) do que à igreja de S. Estêvão (já mencionada como tendo sido doada na íntegra); mas é possível que assim não seja.

²⁰³⁰ Da igreja de S. Estêvão, como se comprova pela localização deste casal no doc. 311 (LF, 359=397).

dicent Fusarios et seminatare quarteiros VIs alia laria media que divide cum illa de Iquila. Alia larea media que divide cum illa de domna Tota[.] de alia parte de illa vereda alia laria que divide cum illa de Gonderigo Enniquiz et iacet sub Plazellos. Alia laria super Plazellos et divide cum illa de Iquila. Alia laria que dividet cum illa de domna Golvira seminatare tritico quarteiros IIIs. Alia de illa sorte que fere in illa vereda. Alia laria que iacet ad illo forno.

In Lacunela alias IIIs lareas. Alia larea in Lagona Maior. In illas quanietas larias IIIs divide una cum illa de Gonderigo Enniquiz, alia cum illa de Iquila.

In Sortes Longis alias larias IIIs. In Avellaneda larias IIIs.

Ad illo porto de Arcozolo lineares duos Iº super vereda, alio sub vereda.

In Rodundellos larias IIs una hic in aqua, alia inde aqua. Uno molino in rivulo de Arcozolo.

In Arnosa alia laria leva se de Riba Fracta et fere in illa fonte de Cepello cum suas duas piscarias.

Alia laria in Porto Conioso et fere in Lavaculos et de alia parte fere in illa [de] Garsea Aveniz.

In illo conieto larias IIII.ºr medias.

In Placello alia laria.

In Batocas media de illa azorera cum suo sauto et per suis terminis.»

Doc. 338 (LMD, 1a=DC, 76)²⁰³¹

[Notícia] «(...) Eatenus quidem per consensu sinbolum [sobolum] nostrarum fecimus inter nos diuisionis partium predia fundum et facultatum. Item dum inter se alternatim ipsi filii mei uicissim culmellos diuisionis confirmandos roborassent. Et uenit in portione filie mee onece villa nuncupata vimaranes. Et quia isdem temporibus uitam degebat religionis malui edificare in ipso iam dicto prediolo cenobio sub manu abbatis fratrum uel sororum regulari normam tenentes et preceptu sanctorum patrum persistentes. (...)»

²⁰³¹ O texto base seguido nesta transcrição é o da cópia do LMD [D]; vão assinaladas apenas as principais variantes em [B] e [C]. Os parágrafos e a numeração entre [...] introduzidos no texto dão conta da sucessão dos apartados em que é possível agrupar os bens arrolados, em função da sua localização. Em **negrito** vão as unidades não fichadas, por serem exteriores ao território da diocese de Braga ou por não ter sido possível identificá-las (v. a identificação toponímica das primeiras em nota).

Quippe dum hunc casus contingeret²⁰³² ut a monasterio redire minime redire ualiusset legatos inter me et ipsa diuersa facit ac per multos pene homines bonos ei notui ut commutaret mihi ipsa villula iam sepe dicta ubi olim monasterium construxeram. (...) Illum uero uir suus Gutier roderici cum coniuge nate mee Onece libentissime paruerunt et ultro animo ipsa [ipso?] fundo et etiam **aliis villulis et incontramutationibus** eorum insimul que eo testamento ad uoto meo distribuimus²⁰³³. (...) Vt ibi [no mosteiro de Guimarães] eius corpusculum umatum quiescit in uestra hinc datur intellegi ad seruendum terrena illius subici causa. Hinc etenim exemptis ad seriem redeamus testamenti.

[**Parte dispositiva**] Domnis inuictissimis ac triumphatoribus gloriosis sancti saluatoris santeque genitricis marie semper uirginis prius in ecclesia positos (...) ²⁰³⁴ quorum basilica sita est in iam dicta villa vimaranes territorio urbis Bracare aut procul ab alpe latito inter bis [his] alueis uehementibus aue et auizella. Ego ancilla dei (...) Mumadonna conuersa (...) edificarem in iam prefacta [prefacto?] fundo cenobio fratrum et sororum in uita sancta perseuerantes caste pie et sobrie uiuentes sub manu abbatis degentes necnon et regulas precedentium recte custodientes tanquam nobiscum consistunt quam et quos amor christi nobis agromauerit quod pompa seculi abrenuntiauerit et ad hanc se humillime suaui christo iugo debere postulauerint. Concedo hunc aule beatitudinis:

[1] uestre iam dicta villa uimaranes que commutauit cum filia mea Onece ut supra fecimus eius mentionem per quam scripta cartula contramutationis

[2] et uilla in eius adicio ereximiri que contramutauerunt cum rege domno Renemiro pro **uilla samota iuxta flumen durio** ²⁰³⁵ quod illi dederat tuis suis donis exemenus pro uilla lalini²⁰³⁶. Similiter et adidit nobis incartationes quos habebat inter Aue et Auizella. Et nos dedimus ei pro hiis villa turbella quod ego acceperam in quinta uiri mei necnon et mea per culmellum inter filios meos et villa turisi que commutauit

²⁰³² O redactor refere-se aqui ao abandono do mosteiro de Guimarães por Ónega, filha de Mumadona Dias.

²⁰³³ «aliis villulis et incontramutationibus» que Mumadona havia escambado, juntamente com a villa/fundus de Guimarães, com sua filha Ónega e genro: não se esclarece sequer a localização destas outras *villulae* e propriedades trocadas.

²⁰³⁴ Segue-se uma longa invocação dos santos patronos do mosteiro.

²⁰³⁵ Segundo COSTA, 2000: 658: *villa Samosata*, correspondente ao l. Samoça, f. Ariz, c. Marco de Canaveses.

²⁰³⁶ Este período só parece ter sentido se o entendermos da seguinte forma: Mumadona doa a Guimarães a villa de Creixomil que, ela e/ou a sua filha e genro, haviam escambado com Ramiro II, que a recebera de seu tio Ximeno (por troca com a de Larim) e a quem deram a villa de Somoça.

cum filio meo Didaco pro que accepi[t] a nobis villa Camantio [Camomtom] cum omnibus adiacentiis suis quam simili modo in quinta acceperam uel accepi inteterime.

[3] Huic loco sancto ac seruorum uel ancillarum dei concedo villa de fornos, uilla pignario, Laurosa que fuit de iafori que comparauimus et commutauimus cum filio suo Vandila, in ripa Auizelle villa de sancta eolalia terras et pumares.

[4] In uilla de asoredi quantum ibidem habemus tercia de illos sautos et de illas terras.

[5] In uilla de cecili incommuniaciones, de gumilanes VI^a integra quomodo illa incommuniauerunt ipsi homines ad rege.

[6] Portiones in palatiolo ibidem quantum Herus ueremudiz obtinuit.

[7] Incommuniatos de villa fredri cum suas hereditates terras et pumares in antemiri.

[8] Uilla de siluares cum omnibus adiunctionibus suis²⁰³⁷.

[9] Medietate de villa elanci, terras pumares et sautos in mortaria²⁰³⁸.

[10] villa de atanes cum cunctis adiacentiis

[11] Tercia parte in villas de subpratello quomodo illas incartarunt ad parentes nostros.

[12] Et uilla ataulfu in cadauo terras et pumares.

[13] In uilla vimaranes adicio etiam villa que fuit supradictis fratribus et sororibus gaanaui postquam cum filios meos per colmellos diuisionis partium que integra fuit in monasterio.

[14] In ora maris villa quod uocitant villare Petra fita et Johani iohannis villulis quantum ibidem habemus²⁰³⁹.

²⁰³⁷ O ed. de DC adoptou uma leitura diferente, relacionando antes *antemiri* com a villa de Siluares: «Incommuniatos de villa fredri cum suas hereditates terras et pumares. In antemiri uilla de siluares cum omnibus adiunctionibus suis», no que foi seguido pelo ed. de VMH, que por isso esclarece na sua nota toponímica: «*Antemiri*: Antemil em Pensello. – *Villa de siluares*: desconhecida n'este local» (VMH: 10, nt. 1); o problema é que talvez Siluares não se situe “neste local” (l. Antemil, f. Pensello). A leitura que aqui se propõe tem a vantagem de relacionar o topónimo Antemil com a *villa fredri* (possivelmente uma mera propriedade) e não com a villa de Siluares, que, a aceitar-se a identificação com a actual f., corresponderia já então a um território mais vasto, em que Antemil não está situado e que dispensaria a referência a um outro topónimo para a situar.

²⁰³⁸ O ed. de DC adoptou uma leitura diferente, relacionando *mortaria* com a *uilla de atanes*: «Medietate de villa elanci terras pumares et sautos. In mortaria villa de atanes cum cunctis adiacentiis»; no que foi seguido pelo ed. de VMH e por COSTA, 2000: 242. No entanto, comparada a “hierarquia territorial” de Morteira (l. da f. Matamá, hoje incorporada na f. Infantas, c. Guimarães) e de Atães (f. c. Guimarães) com a *villa elanci* (que não é sequer possível identificar), parece-nos mais plausível relacionar esta com Morteira, se é que não são ambas completamente autónomas, e considerar a referência a Atães também autónoma.

Adicimus etiam ibi villa de fratres ab integro cum cunctis prestationibus suis.

[15] **In territorio Colinbrie villa de alcaroubim quomodo illa obtinuit froya guntessindiz per incartationem de Gondisindo suariz cum omnibus prestationibus suis. Terras in aluario et salinas que ibidem comparauimus**²⁰⁴⁰.

[16] Incommuniaciones de prado aluar per suis terminis cum suos homines secundum in carta resonat.

[17] **Inplazamus in ripa Tamice villa quod dicitur lusidii cum domos terras pumares et sautos que ibidem comparauimus et laborauimus siue et porcionem que ibidem habuit incartata germanus noster domnus Exemenus**²⁰⁴¹.

[18] **Ecclesia de sancto felice et de sancto mamete que nobis incartauit erus abba**²⁰⁴² **et omnia que nobis incartauerat per ipsas uillas in genestaciolo**²⁰⁴³, quantum nobis incartauit Silimiro et recemundo in ferreira [Ferraria].

[19] Villa de colina que nobis incartauit vela forsit [Forfiz]

[20] **Et porcione in monte corduba que nobis incartauit Godesteo uiliulfiz**²⁰⁴⁴.

[21] **In prato antile uila que nobis suprina famula nostra per scriptis concessit cum omnia sua**²⁰⁴⁵. **Et alia que comparauimus de segiones etiam et**

²⁰³⁹ F. Perafita, c. Matosinhos (identificação de RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4, a propósito da referência a Perafita no doc. 381, §10); presumivelmente as *villulae* de João Joanes situavam-se no mesmo l.

²⁰⁴⁰ F. Alquerubim, c. Albergaria-a-Velha; Aveiro, c. Aveiro.

²⁰⁴¹ F. Luzim, c. Penafiel.

²⁰⁴² As igrejas de S. Mamede e de S. Félix de Riba Tâmega (adquiridas por Mumadona Dias ao abade Ero) correspondem às actuais capelas de S. Mamede de Ribaçais e de S. Félix de Vez de Avis, ambas na f. Abragão, c. Penafiel (MOREIRA, 1971-1990, I [1973]: 147-148); embora RAMOS, 1991: 112 não apresente qualquer identificação. Estas igrejas voltam a ser referidas em LMD, 37= DC, 322, de 1042 (não fichado).

²⁰⁴³ Segundo MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 73, esta é a referência mais antiga ao topónimo que deu nome à f. Gestaço, c. Baião. É verdade que a o texto não permite supor que *genestaciolo* correspondesse a mais do que um topónimo. No entanto, cumpre notar a existência, pelo menos a partir do séc. XI, de um território com este nome. BARROCA, 1990-1991: 117 arrola uma referência ao território de Gestaço feita num documento de 1070 (DC, 491, proveniente do cartório de Pendorada), sem todavia o localizar. Note-se, contudo, que este território situava-se claramente na zona de fronteira entre as dioceses de Braga e Porto e parece só ter passado a pertencer à do Porto no final do séc. XIX (COSTA, 1997: 37; MOREIRA, 1971-1990, I [1973]: 124). Da informação prestada pelos autores, não se apura a sua localização exacta, mas há-de corresponder a (pelo menos) um dos actuais c. Amarante, Felgueiras, Lousada, Santo Tirso ou Vizela; embora o topónimo persista hoje na f. Gestaço do c. Baião e na designação do monte Monte Gestaço (f. Vila do Bispo, c. Marco de Canaveses, segundo ALMEIDA, 1978a: 37), que aparece referido já na parte final do documento (v. *infra* §22.2).

²⁰⁴⁴ F. Monte Córdova, c. Santo Tirso (MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 133).

²⁰⁴⁵ L. Pedrantil, f. Croca, c. Penafiel, segundo MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 149; [1989-1990]: 14 (embora RAMOS, 1991: 112 não tenha identificado o topónimo). A mesma identificação propôs FERNANDES, 1971 – «Portugal no período vimaranense...[II]»: 53-54, a propósito da referência a *Plato*

ecclesia que fuit de parentes nostros uocabulo sancti iohannis. Idem alia ecclesia sancti saluatoris que nobis incartauerunt²⁰⁴⁶.

[22] In felgeria rubeans [Feligaria Rubianes] villa de mauri secundum illa obtinuit Gondesinde floianiz cum adiuntionibus suis que comparauimus de filia sua Gontrode pro que dedimus ei CCC.^{os} solidos argenteos.

[23] In ripa sause villa santom quantum ibidem obtinuit Mito et Adosinda de dato de nostros parentes

[24] in ripa Auizella portionem in villa atanagildi quantum ibidem comparauimus uel ganauimus siue et in uilla de pradanoso, et senra de caneto que nobis incartauit Egas siue et incommuniaciones in penacoua.

[25] **In ripa limie portionem in suagio²⁰⁴⁷, siue terras et pumares in moimenta²⁰⁴⁸ sub portela de uice que sunt de nostra quinta²⁰⁴⁹.** Et nostra porcione que habemus in villa de cersitelo subtus castro malo.

[26] Et in ore maris porcione in villa castiniaria secus ponti uetre [uetere?]

[Bens doados por alma do filho Nuno, pertencentes ao seu património – ou adquiridos por escambo de bens que pertenciam:] [27] Concedimus etiam huic monasterio secundum superius memoramus pro filio meo Nuno pro anime eius remedio

antile no doc. 394. Note-se a referência muito semelhante ao mesmo lugar e às mesmas duas igrejas de S. João e S. Salvador nos doc. 338 (§21) e doc. 381 (§18.2).

²⁰⁴⁶ Segundo MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 149; [1989-1990]: 14, «estando nas cercanias da cidade de Penafiel as igrejas de S. Salvador e S. João, outras não podem ser senão S. Salvador de Novelas e S. João de Rande». No entanto, e sem que o autor se tenha apercebido da contradição, noutro passo (próximo) da obra, identifica esta referência à «ecclesia sancti saluatoris» com a f. Moure (S. Salvador), c. Felgueiras, no que denuncia uma leitura diferente do texto, que se adivinha ser a seguinte: «[21] In prato antile uila que nobis suprina famula nostra per scriptis concessit cum omnia sua. Et alia que comparauimus de seiones etiam et ecclesia que fuit de parentes nostros uocabulo sancti iohannis.

«[22] Idem alia ecclesia sancti saluatoris que nobis incartauerunt in felgeria rubeans [Feligaria Rubianes] villa de mauri secundum illa obtinuit Gondesinde floianiz cum adiuntionibus suis que comparauimus de filia sua Gontrode pro que dedimus ei CCC.^{os} solidos argenteos».

Do sentido global do texto e do facto de nenhum outro apartado deste documento ser introduzido por ‘idem’, parece preferível optar pela associação entre as igrejas de S. Salvador e de S. João, identificando-as ambas com fs. do c. Penafiel, como aliás o próprio autor sugere em duas passagens diferentes da sua obra.

²⁰⁴⁷ F. Soajo (S. Martinho), c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83.

²⁰⁴⁸ A.f. Moimenta (S. Martinho), hoje I. S. Martinho, f. Álvora, c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83 e os eds. de VVM, 2. RAMOS, 1991: 112 não avança qualquer identificação para este l.

²⁰⁴⁹ Os eds. de DC adoptaram uma leitura diferente, relacionando as terras e pumares com a porção no Soajo e não com Moimenta: «In ripa limie portionem in suagio siue terras et pumares. In moimenta sub portela de uice que sunt de nostra quinta»; leitura que foi seguida pelo ed. de VMH. No entanto, parece preferível relacionar essas terras e pumares com Moimenta e a quinta que aí tinha Mumadona, como aliás pede o pronome relativo ‘que’, que de outra forma ficaria sem antecedente. É possível que o termo ‘quinta’ não corresponda aqui a uma unidade autónoma, mas apenas a terras e pumares em Moimenta que pertencem à quinta parte de Mumadona Dias (na partilha de bens feita com os filhos (doc. 394)?).

inter ambas Aues villa nesperaria cum omnia que ab [ad] ea pertinet que commutau cum filio meo Gondisaluo pro que accepit ex [a] me villa de sancto Cipriano que erat de colmellos eundem Nuni filii mei.

[28] Inter dorio et Tamega villa que commutau cum veremudo alfonsi pro quo accipi[t]²⁰⁵⁰ villa de portus in deza que fuit de colmello ipsius filii mei²⁰⁵¹

et do etiam adhuc de sua hereditate inter dorio et Tamega villa varzena²⁰⁵².

[29] In ripa minei porcionem in amacislitello²⁰⁵³.

[30] In galacia porcionem in pousada cum domos pumares.

[31] Et in fonsini terras et pumares in miliarata [Miliasata]²⁰⁵⁴.

Has uillas filii mei supra memorati post parte cenobii huis [Hac dederunt filiis meis super [leitura errada?]; ego post partem cenobio [leitura correcta?]] confirmatum pro ornamentas (...).

[GADO] Caualos XXX^a [viginti], intermulos et mulas numero L^a. Equas numero LXX^a. Emissariis III^{es}. Et asinos IIII^{or}., vaccas quantas habemus in **uarzena²⁰⁵⁵** et in **suagio** et alias quantas habemus cum homines nostros incommuniatos. Oues et boues et pecora promiscua quantas habemus per has villas que in isto testamento resonat.

Et ipsud [idem] monasterio quomodo de domibus suis circumcepit de omni ambito sui obtinet deinceps non omni sui sata ista ut monasterii sancti sit perhemniter

²⁰⁵⁰ Esta villa que Mumadona Dias escambou com Bermudo Afonso, situada entre o Douro e o Tâmega, corresponde com grande probabilidade a algum l. dos actuais c. Baião ou Marco de Canaveses, situando-se com quase inteira certeza no território da diocese do Porto.

²⁰⁵¹ Deza, Galiza.

²⁰⁵² Não é impossível que esta villa Várzea (parte da herança de Nuno, filho de Mumadona Dias), corresponda à actual f. Várzea, c. Amarante. No entanto, a sua localização *inter dorio et Tamega* torna mais provável a identificação com a f. Várzea do Douro do c. Marco de Canaveses, localizada na margem direita do Douro, logo a montante da foz do Tâmega (ou quando muito com a f. Várzea da Ovelha e Aliviada do mesmo c.), ambas situadas já no território da diocese do Porto.

²⁰⁵³ RAMOS, 1991: 112 não avança qualquer proposta de identificação para este l.; COSTA, 2000 e AMARAL, 2007 nem sequer o referem. De qualquer forma, o facto de estar situado *in ripa minei* coloca-o fora do território da diocese de Braga.

²⁰⁵⁴ RAMOS, 1991: 112 não avança qualquer proposta de identificação para os os topónimos *fonsini* e *miliarata/miliassata*; e FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 54 dá como muito provável uma localização na Galiza para a maior parte dos lugares que couberam a Nuno Mendes na partilha com sua mãe e irmãos (doc. 394). O facto de *fonsini* vir aqui referido depois de propriedades situada na Ribeira Minho e na Galiza corrobora a hipótese de se tratar de um l. galego. Do doc. 338, parece deduzir-se que *miliarata/miliassata* estaria integrada em *fonsini*, mas é possível que fosse o contrário. Sobre este último topónimo, note-se ainda a existência de uma paróquia de nome *Milia* no *Parochiale Suevum* (uma das que não foram nunca localizadas – COSTA, 1997: 389).

²⁰⁵⁵ É possível que esta *várzea* corresponda à villa do mesmo nome referida no §28, localizada no Entre-Douro-e-Tâmega. No entanto, também poderá tratar-se-á de um outro lugar designado pelo frequentíssimo topónimo *Várzea*, nomeadamente a f. Várzea Cova do c. Fafe, mais próxima da zona de maior concentração do domínio de D.^a Mumadona.

confirmata et seruorum uel ancillarum dei concessa et luminariis altaribus sanctorum saltem elemosinis pauperum susceptione peregrinorum uel aduenatorum hospitorum nullis ex propinquis nostris uel extraneis possum uindicantes quos secularibus negociis fuerint occupati nisi quod in hunc locum sub manu abbatis et census regule fuerint domino seruientes et in pactum roborati. (...)

Ego quidem Mummadonna conuersa hanc concesssionem quam cenobio supra dicto facere libentissime sepe procuraui et in die dedicationis ipsius beatitudinis aule propria manu confirmaui ex officio palatini.»

Doc. 341 (LMD, 3=DC, 81)²⁰⁵⁶

[Notícia] «In nomime domini. Flamula deuota filia Ruderici et Leodegundie dum uenit ad infirmitate timendo die extremo leuauit confessionem hic in uilla lalini. Ordinauit ducere ad homines bonos id est tie sue Godo Eroni, Gontemiri conuersi, fromaricus nantiz, quintilla gaudiniz, Julianus reuelliz et cum eos alios multos filios bonorum hominum ducerent eam ad locum monasterii vimaranes et ad tie sue Mummadona deuota. Dum peruenit ibidem in eius presentia uidit se afflicta in infirmitate ordinauit ad ipsa sua tia omnia sua destribuere pro remedium anime eius.

[Parte dispositiva] Et in laicale nichil transferre nisi ad monasteria et in captiuis et peregrinis tam villas quam seruus que ei ordinamus ingenuare ut sit ei adtributa licentia testandi villas nostras ad locis monasterii, uendendi castellis nostris uel terris populatione parentum nostrorum, contramutandi donandi aurum nostrum argentum paleum laneum uel as nostrum quantumcumque sumus habere in manibus ipsa tia nostra iam sepe dicta omnia nostra tradimus ut cui illa inde scripturam fecerit firmissimam habeat firmitatem tam uendendi quam etiam donandi[:]

[1] villa de lalin cum adiuntionibus suis, uilla de arca, uilla de sancta eolalia, uilla de fontanello **cum suis ecclesiis in as villas**²⁰⁵⁷ et per suis terminis²⁰⁵⁸[:] leuat se de

²⁰⁵⁶ Os parágrafos e a numeração entre [...] introduzidos no texto dão conta da sucessão dos apartados em que é possível agrupar os bens arrolados, em função da sua localização (ou tipologia, no caso do §6: bens móveis e gado). Em **negrito** vão as unidades não fichadas, por serem exteriores ao território da diocese de Braga ou por não ter sido possível identificá-las (v. a identificação toponímica das primeiras em nota). Sublinhados em *itálico* nossos.

²⁰⁵⁷ A expressão «villa de lalin cum adiuntionibus suis, uilla de arca, uilla de sancta eolalia, uilla de fontanello cum suis ecclesiis in as villas» pode ser entendida como aludindo às igrejas que existiriam em cada uma das villae, como a interpretou AMARAL, 2007: 649 e ss. (Apêndice B), que arrola uma igreja para cada uma das villae, embora manifeste as suas dúvidas quanto à existência nesta data da igreja de S. Mamede de Fontelo, na villa do mesmo nome (ibidem, p. 668, nt. 24), ou como uma referência genérica

illo portu de catauo et perge ad illa ponte petrina et conclude illa bracata et inde ad illa bornaria et inde per ille uallo et figet se in riuulo homine ad illo portucarrario et inde infesto per riuulo homine et fere in suari ad foce de mandones et sursum in ripa homine, villar sauaraz ab integro cum quantum in se obtinet et de illa petra balestaria quomodo iacet illa uarsena usque fere in homine ab integro et perge per ille fontano de mandones infesto inter villa uerde et sancta eolalia et figet se in termino de baruudo in agro que dicent couello et inde per illo uallo in termino de turisi et uay per illo uallo ad illo mulione de onegildo et exinde per illo comaro de illo monte inter liuane et archa et inde per illa archa et inde ad fonte coua et fere in illo uallo inter ollarios et fontanello et inde ad ille fontano [qui] discurre inter sautello et insula et plega in catauo ad ille porto de infernales et inde unde primitur incoauimus.

[2] [Riba-Côa] Ordinamus nostros castellos id est Trancoso, moraria, longobria, naumam, uacinata, amindula, pena de dono, alcobria, seniorzelli, Caria cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stremadura omnia uindere et pro remedio anime nostre captiuos et peregrinos et monasteria distribuere in ipsa terra²⁰⁵⁹.

Concedimus inter ambos riuulos²⁰⁶⁰ sabadelli²⁰⁶¹, vilar sico, ueiga, anta et ecclesiola. In ripa durio murofracto integro²⁰⁶² extra villas de heiua quos ibidem ganaui. Concedimus ad monasterio de vimaranes id est in illa extrema villa cersaria²⁰⁶³ treuueles²⁰⁶⁴ baldoigii medium²⁰⁶⁵.

ao conjunto das igrejas existentes nessas villae, não havendo necessariamente uma em cada. Por parecer mais prudente esta última interpretação, não foi aberta uma ficha de unidade para cada uma destas igrejas. Sabemos contudo, da doação de bens móveis ad lalini, feita por D. Châmoa no mesmo documento, que existiria efectivamente uma igreja na villa de Larim (Apêndice II, un. 2046).

²⁰⁵⁸ O que se segue é a delimitação conjunta das villae arroladas.

²⁰⁵⁹ A identificação dos dez castelos mencionados neste documento, já esboçada anteriormente por vários autores, foi sistematizada uma primeira vez por M. BARROCA, 1990-1991: 94. O autor voltou mais recentemente (e de forma mais desenvolvida) à questão em BARROCA, 2008-2009: 208 e ss., onde, para além de se referir aos sete castelos já identificados sem qualquer margem de dúvida (Trancoso, Moreira de Rei, Longroiva, Numão, Penedono, Sernancelho e Caria), retoma as duas propostas de identificação avançadas no trabalho anterior (*Amindula* como correspondendo à actual Meda e *Vacinata* ao microtopónimo Castelo, junto a Muxagata) e propõe finalmente a identificação do topónimo *Alcobria*, que estava ainda por identificar, com a aldeia de Alcarva (a Leste de Ranhados).

²⁰⁶⁰ Douro e Côa?

²⁰⁶¹ F. Sebadelhe, c. Vila Nova de Foz Côa.

²⁰⁶² Montemuro?

²⁰⁶³ Cesar, c. Oliveira de Azeméis?

²⁰⁶⁴ Segundo RAMOS, 1991: 112: f. Trevões (Sta. Maria), c. S. João da Pesqueira, embora a autora interroge esta identificação.

²⁰⁶⁵ Segundo RAMOS, 1991: 112: f. Valdigem, c. Lamego, embora a autora interroge esta identificação.

[3] In ripa de aue sangunetum villanoua cum cunctis adiuntionibus et prestationibus.

[4] In ripa catauo uilla de radigoso, ad tulias lusidii nostras casas de uarzena et suo pumare dent pro ea pretium germano nostro domno Ranemiro que dent in captiuis.

Villa de lalin sit in arbitrio de ipsa nostra tia domna Mummadomna cum as villas que ibidem sunt testatas retorta, castro, nugaria, portella, teobolosa ut pro anima nostra faciant monasterium de vimaranes sicut illas ganauit auios nostros didacus fredenandiz et coniuge eius onnice.

[5] Ad salizeta **Barrantes mastudo**²⁰⁶⁶, ad pessegario moledo, **ad azer bretenandus**²⁰⁶⁷, ad oreo villa mediana, ad palatiolo padule et palatio.

[6]

illa ministeria de cogia²⁰⁶⁸ libros et signos tornent ea illuc ad orra amarella que est in lalin dent illa pro [pro illa?] uacas et illa alia de domno Nuno dent pro ea XV^m boues pro meas missas

et unde dent ad lalini illas agnoscas. faciant inde ministerias ad lalini cum illo auro et illas lapides que sunt in salzeta.

illo ornado extra illa sarta que posui in cruce illa de sancta maria et illas scalas et illas ganapes dent eas pro captiuuos.

Et illa sella et alio mobile si uixero omnia sit in meo arbitrio. Et uno panno tireze que dent ad quintilla. (...)

²⁰⁶⁶ VITERBO, s.u. Charidade III, considera “Barrantes” e “Matudo” dois topónimos diferentes, que separa por vírgula na transcrição parcial que dá do documento, mas não é impossível que ambos designem um mesmo lugar. No caso do primeiro, importa notar a existência, na comarca galega do Baixo Minho, mesmo na actual fronteira com Portugal, da f. Barrantes (S. Vicente), c. Tomiño, prov. Pontevedra, onde existiu o mosteiro de S. Salvador de Barrantes, fundado provavelmente na década de 1130, e detentor de propriedades no Entre-Lima-e-Minho no século XIII (ANDRADE, 1994: 309).

²⁰⁶⁷ A instituição eclesiástica (Azer), a que D. Châmoa entrega Bertandos (f. do c. Ponte de Lima) deve tratar-se do mosteiro de S. Cosme e S. Damião de Ázere (f. do c. Arcos de Valdevez), de «fundação anterior a 1125, ano em que o mosteiro foi coutado por D. Teresa e doado à Sé de Tui, mantendo a coroa portuguesa o direito de padroado» (SOUZA (dir.), 2005: 72; no mesmo sentido: COSTA, 1983: 106). Nada neste texto permite afirmar que o mosteiro existiria já na data em que o documento foi redigido (960), podendo tratar-se de uma mera igreja a instituição a que D. Châmoa destina Bertandos. Note-se, no entanto, que VITERBO, s.u. Charidade III, considera a referência específica a Ázere neste doc. 341 como sendo relativa a um mosteiro.

²⁰⁶⁸ Não parece referir-se aqui um toónimo mas o material de que seria feita a dita *ministeria*, que seria um qualquer bem móvel, como se deduz da referência, pouco mais à frente, a «*faciant inde ministerias ad lalini cum illo auro et illas lapides*». A confirmar-se que é um topónimo, todavia, corresponderá à actual f. Coja, c. Arganil? – no foral que o bispo e cabido concederam a esta povoação em 1260/09/12, é precisamente este o topónimo quer a designa: «villa de Cogia» (PMH, LC, I: 695, cit. in MARQUES, José – «Os Municípios Portugueses dos Primórdios da Nacionalidade ao Fim do Reinado de D. Dinis. Alguns Aspectos». *Revista da Faculdade de Letras: História*. II Série. X (1993) [69-90] 73).

Et illos XXXX^a solidos argenteos XX^{im} de illo corno et illos alios de illa conca mandet domna dare ad calidas.

lemzos XXXX^a que habet a dare sandino froilaz dent eos ad illos fratres de **louio**²⁰⁶⁹

Illas mulas que habet menendo et Gondesaluo dimitto eas si dederint aliquid pro mea anima et si non quomodo bene uident.

Freno et alcama que habet tructino et alio freno aluo que abet segedes nunit eiciat eos meo iermano domno didaco, et dent male (?) pretium pro mea anima.

Omnes illos meos cartarios sunt in salzeta ducant eas ad uimaranes.»

Doc. 347 (LMD, 68=CDMCG, 6=DC, 138)

«(...) Dominis invictissimis gloriosis atque victores mundique triumphatoribus sanctis martiribus celestis glorie luce perfusos et premium beatitudinis laureatos quorum baselice fundate cernuntur in loco nuncupato Morarie fundo inter bis amnes utrasque Aves sibe et inter duorum alpes Unione et Cabalorum montes suburbio Bragarense haut procul a Termas Calidas et deorsum Ponte Lapidea id est Sancte Thecle virginis et martiris Christi cum ceteris innumeravilium reliquie martirum apostolorum pontificum virginum vel confessorum. (...)»

ofero atque concedo altaribus glorie vestre ipsa villa superius comprehensa per omnes suos terminos per areas [arcas, em [C]] antiquas petras concavas seu burgatas et sculptiles cum aggeres [agreres, e, [C]] terrarum saltim fictiles petrarum hinc atque ultra ribus in ea discurrentja quos ipsi termini interconcludunt ut ab odierno die et tempore cum vineis pomeriis harboribus aquis montibus domibus atque utensilibus pascuis

²⁰⁶⁹ Nem COSTA, 2000 nem AMARAL, 2007 registam qualquer mosteiro deste nome no território da diocese de Braga. KREMER, 1998 – «À volta da problemática...»: 122, nt. 12 refere a passagem do doc. 341 e atribui ao termo '*louio*' valor toponímico. Poder-se-ia admitir alguma ligação entre este topónimo e o que dá nome às actuais f. Loivos do Monte e f. Loivos da Ribeira, ambas do c. Baião. Note-se, contudo, que, segundo as refs. recolhidas por MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 102, a primeira aparece documentada só em 1474 e a segunda na Inquirições de 1258; além do mais, MATTOSO, 2002b não arrola qualquer mosteiro deste nome no seu *Monasticon* da diocese do Porto. Finalmente, é de admitir a possibilidade de este cenóbio corresponder ao mosteiro de Sta. Marinha de Loivo (f. Loivo, c. Vila Nova de Cerveira). Embora o cenóbio apareça referido pela primeira vez apenas no texto das Inquirições de 1258 (Inq.: 353 e 384, cit. in COSTA, 1983: 101 e ANDRADE, 1994: 303 e 297, nt. 161), e nenhum destes autores o relacione com esta referência aos *fratres de louio*, feita numa data tão recuada como a do doc. 341 (960), não é de excluir a possibilidade de este cenóbio (masculino) ser antecessor do mosteiro beneditino feminino referido no texto das Inquirições. Parece-nos mais provável que se trate de um lugar galego, até porque os topónimos '*Louio*' e '*Lobio*' estão atestados num documento de 966 proveniente do mosteiro de Sobrado e '*Louios*' numa escritura de 1021 proveniente de Celanova (VARELA SIEIRO, 2008 – *Léxico cotián...*: 284).

paludibus (*sic*) cunctisque omnis usibus devetur domui Sancte Marie virginis et genetricis Domini seu et Salvatorem Dominum nostrum cum apostolis martiribus virginum et confessorum quorum in cenobio Vimaranes sunt recondite relique pro remedio anime mee et indulgentiam peccatorum meorum jugiter inserviat et quantum ad [d]omum ipsius Sancte Marie vel ipsis sanctis cum beata Tecla offero pro mea quinta illut concedo eandem fundo secundum eam conmutavi cum mea cognata Adosinda post desessu jermani mei Ranemiri pro que de nos accepit predio nuncupato Cagidi cum cunctis ajunctjonibus suisque prestatjonibus.

Adicimus etiam huic loco sancto [~~villam de Armiri~~] [villam de castiniaria]²⁰⁷⁰ que fuit de Gutina nutricem regis simili modo et pumerios qui fuerunt de Faffila et alio de Visclario qui sunt de ecclesie prope Sancti Martini Episcopi.

Et in Villa Coua quantum ibidem habuit Egas que conmutavimus cum fratres de Vimaranes pro illut quod fuit de Moabita Meffarraie in Armiri sibe et ipsa Villa Coua quantum ibidem abuit Patruina et ratjone de Adosinda et que comparavimus de filio suo Mito.

Concedimus ibidem incomuniatos nostros de Barrosas quantos ibidem aabemus ut serviant ad ipsa casa post obitum nostrum

et adicimus etiam ad aulam ipsius pumare in Negrellus quos fuit de Segeredu Danieliz.

Concedimus ipsa villa desuper nuncupata Moraria et ejus ecclesie Sancte Tecle cum omnibus ereditatibus quod in hoc testamentum resonant ad sciterio Vimaranes ut abbatem fratres monacus vel sorores in loco ipso Vimaranes ibidem consistentjum vel qui sub regule institutjonis eius domino serbierint et ponpa ujus (*sic*) seculi abrenuntjaberint et vita sancta deduxerint caste pie et sobrie vita subduxerint et confessionis normam vel Sanctorum Patrum exenplis cenovitarum fuerint degentes et

²⁰⁷⁰ Esta referência à villa de Armil, que não consta do original, deve ter sido erradamente restituída pela ed. de CDMCG, 6, provavelmente a partir de [B]. De facto, a propriedade implícita na expressão «que fuit de Gutina nutricem regis» devia ser a villa de Castanheira (f. Caldas de Vizela (S. João), c. Viezela?), que sabemos ter pertencido à mesma Godinha, ama do rei, e que tinha vindo, sem que seja possível saber exactamente como, mas aparentemente por transferência de Ordonho III, à posse de Ramiro Mendes e de Adosinda (v. doc. 343); os quais vieram mais tarde a transferir esta propriedade para Gonçalo Mendes (doc. 345 (LMD, 67=DC, 99)). Aliás, esta é a única das grandes propriedades doadas ao mosteiro de Guimarães no doc. 345 que não constaria desta segunda doação (doc. 347), caso considerássemos esta referência como sendo relativa à villa de Armil. E convém notar ainda que a villa de Armil não fora doada *per se* naquele documento, mas é apenas referida como a villa em que se situavam bens de Mofarrage, exactamente como se refere nesta segunda doação, em que se alude ao escambo que Gonçalo Mendes fizera destes bens com o mosteiro de Guimarães.

sancte conversatjonis persistentjum sint eorum profectibus perenniter profuturis et de juri nostro abstultis eorum utilitatibus prosint perpetim habituris.

(...)

Ego denique serbus Christi Gundessalbus hunc series testamenti quod in honore Salvatoris Nostri Hiesu Christi cum multorum sanctorum et ascisterio Sancte Thecle Virginis fieri malui ad Vimaranes decernuo permansurum et manu propria Deo annuente ex vodo (*sic*) ultroneo confirmo. (sinal)

(7^a coluna direita) Sub ea tamen videliet ratjone servata si super me conjux mea hermesinda duxerit vitam et ab ipsius Moraria et Sance Thecle quesierit venire moram faciendum mense aut duos pro nobis ibidem missas facere et pro anima nostra orare licentjam ei damus pro isto et quanto fuerit se relinquat eam post parte cenobio Vimaranes ubi deinceps et a [modo decerni]mus perpetim avendi et possidendi juri qui[eto].

(5^a coluna à direita) Quod sursum non est exaratum que pro nostra anima dedimus ad ipsius loco Sancte Marie ibidem deservientjum pro abluendis sceleribus meis id est (...)

Illos incomuniatos supraprescibtos de bauses (?) ic sunt: Gund[....] [...]siti, Fofu[,] Redmiro, Aragunti[,] Donnani qui sunt incomuniatos de vineas».

Doc. 378 (LMD, 2=DC, 407)²⁰⁷¹

«Ego enim famulum atque seruum dei petrus abba et confessus presentis legis degreta amputare elegio de quicquid possidere reperitur in predictis concedere uel facere. Ad domnis inuictissimis hac triumphatoribus gloriosis sanctisque martiribus sancti saluatoris sancteque tue genitrix marie semper uirginis sancti michaelis arcangeli et sociorum eius sanctos apostolos petrus et paulus sancti iacobi apostoli sancti iohannis apostoli et euangeliste et sancti iohannis babtiste sancti tome apostoli sancti andree apostoli sancti philippi apostoli sancti bartholomei apostoli sanctorum simonis et iude apostolorum sancti martini episcopi santi romani sancti pelagii martiris sancti cipriani sancti stephani sancti felicis sancti laurentii et comitum eius sancte eolalie uirginis sancte marine sancte eufemie sanctorum juliani et baselisse sancti adriani et natalie

²⁰⁷¹ Os parágrafos e a numeração entre [...] introduzidos no texto dão conta da sucessão dos apartados em que é possível agrupar os bens arrolados, em função da sua localização (ou tipologia, no caso do §7: bens móveis e gado).

sanctorum cosmas et damianus uel omnium sanctorum uirginum atque confessorum quorum baselice sita est in villa nuncupata vimaranes territorio portugalensis haut procul alpe sancti mametis inter bis alueis uehementibus aue et auizella. Ego enim sepedictus petrus abba et confessus cum peccatorum mole depressus in spe fiduciaque sanctorum non usquaque desperatione deicio que sepe reatui meo criminibus et iniquitatibus mearum pauesco ut per uos sanctis martiribus reconciliari merear communem huc sanctorum omnium agmina fida supplicatione uotis hominibus imploro. Et ideo deuotioni me extitit ut ob honorem saluatoris et nostram placibilem clemenciam concedo ad huius aule beatitudinis uestre et ad locum sanctum supra taxatum uel seruorum et ancillarum dei ibi persistentium id est[:]

[1] in montelongo villa aminitello cum adiunctionibus et incomunionibus suis duas partes de illa integras per suis terminis et locis antiquis. Ita quomodo nobis illa concessit rex domno adefonso cum heredibus suis comes Nunus aloitiz et eius coniuge comitissa domna Ilduara etiam comitissa domna onnega simul et comitissa domna mummadomna seu et comitissa domna Tuta uegilaz et filiis suis ermegildus et lupe per cartulam firmitatis. Adicimus etiam in ipso territorio villa quod dicunt villa mediana integra cum incommuniacione de menendo et cum alias incommuniaciones (*sic*) et adiunctiones fora de ipsa villa hi prope sunt in uilla cellariolo et insula siue et in aliis locis cunctisque sunt sicut illas dedit Adeffonsus serenissimus princeps cum heredibus suis superius nominati et sicut in carta et in agnitione resonat²⁰⁷².

[2] Adhuc enim concedimus atque contestamus ad hunc scimiterium vimaranes villa osgildi integra per suis terminis et locis antiquis. Concedimus ad ipso cenobio vimaranes siue de parentum meorum seu ganationes et commutationes ubique potueritis illas inuenire cum cunctis prestationibus suis pro remedio anime mee simul et de genitores mei. Nunc ordinamus ut ipsa villa osgildi habeant illa in ipso arcisterio sorores in stipendio illorum in uictum et tolleracione per manus abbatis qui hunc cenobio ducatum habuerit et reddat ad illas fideliter illo fructu per curriculos annos cunctis diebus sceptis alia sua ratione que de hanc monasterio sunt solitas accipere. Adicimus hic in ipsa villa osgildi ex alia parte selio senra que dicent de gumilanes leuat se de ipso riuulo et plega in pena que dicent cogulata ab integro cum cunctis prestationibus suis. Et in ripa et de alia parte leuat se de illa uereda et de illo mulione ubi illa arca stetit et figet

²⁰⁷² A escritura a que aqui se faz referência é o doc. 360 (LMD, 22=DC, 259).

se in porto carrario sub agro que dicent nouales. Isto que conclusimus cum suas aquas et cum omnia sua ab integro post parte de ipsa villa osgildi permaneat.

[3] Item uero inter selio et aue concedo in hanc cenobio villa palatiolo sicut in nostras scripturas resonat ab integro cum cunctis prestationibus suis. Et in ripa selio hereditates quantasque ibidem ganauimus siue de ista parte quomodo et de illa alia ab integro cum quantum in se obtinet et ad prestitum hominis est et sicut in nostras scripturas colligatas sunt et quomodo determinant cum villa antemiri et cum villa siluares et cum villa asoredi et cum villa palatiolo et pensello et de creximir.

[4] Et in uilla siluares prope domus sancte marie hereditates hic quantasque ganauimus per pretium et cartas et sicut illas in scripturis nostris inueneritis. Et hic prope in villa fontanello hereditates quantasque ibidem potuimus ganare uel applicare de multos homines quorum nomina illorum in cartas et in placitos et annuntiationes et in aliis scripturis nostris inueneritis. Et inter selio et sancta Maria villa maurelli ab integro quanta ibidem ganauimus de louerico martini et de menendo erit et de manualdo menendiz et de iollorum mulieribus siue et de aliis suis heredibus etiam et quomodo in scripturis inueneritis. Et de hanc parte selio hic iuxta illum hereditates quantas hic abuit Maruam et sua mulier et suos filios necnon et flamulina cum filiis suis et galindo et suis heredibus et tio iheremias seu de quantos ibidem ganauimus et applicauimus ab integro in hanc scriptura concedimus cum cunctis prestationibus suis.

[5] Item adhuc contestamus et concedimus in ipso territorio villa candanoso per se cum ecclesia uocabulo sancti iacobi apostoli et hic aliis villis nostris nominibus villa lauredo villa eiriz villa uarzena et ecclesia uocabulo sancti christofori cum suis dextris et cum suis adiunctionibus et cum omnia sua medietate integra et villa sauto et medietate de ecclesia uocabulo sancto mamete de monte cauallus.²⁰⁷³ Has uillas et ecclesias sicut in hanc testamento et in alias nostras scripturas sunt colligate in unum per suos terminos in omnique circuitu et locis antiquos leuat se de riuulo selio et perget infesto per termino de creximir et perge pro ad uillare et prega in portela de nesperaria et exinde infesto per uallo antico in directo pro ad penas agutas et torna ad monte decocto per termino inter villa candanoso et uillar ubi modo eldosindo habitauit (*sic*) et exinde per cacumen montis de cauallus et plega in sancto mamete et conclude ipsa ecclesia et torna et

²⁰⁷³ Com grande probabilidade, o perímetro demarcado pela delimitação que se segue abrangeria apenas o conjunto das villae e igrejas arroladas a partir da villa de Candoso (inclusive), que o documento situa «in ipso territorio [de Guimarães?]». Delimitaria assim um conjunto de bens territorialmente contínuos que se localizavam no território das actuais fs. Candoso (Santiago), Candoso (S. Martinho), Selho (S. Cristóvão) e Selho (S. Jorge).

inprono per confurco per termino inter villa sauto et villa palatiolo et inde per termino de villa louegildi et plega super illos summios in selio et conclude de foris ex alia parte alias lareas et torna cum eas infesto per ipso riuulo et figet se in termino de creximir ad illo porto de illas annias ad illa senra super termino de siluares unde primitur incoauimus. Istas uillas et ecclesias ab integro concedimus cum quantum in se obtinet et ad prestitum hominis est.

[6] Et sub portela de uillela sub monte anniam villa zappianes cum omnia sua ab integro quantum ibidem ganauimus et sicut nostras continet scripturas. Et in riuulo de molinos quanto ibidem ganauimus ita sicut in scripturis resonat.

[7] Item adhuc concedimus in hunc testamenti (...²⁰⁷⁴) equas et uacas et quantasque habeo in uilla moraria montelongo et in petroselo siue et in aliis locis. Etiam boues quantas in nostras villa inueneritis seu porcos et pecora premiscua que abeo et deinceps cum dei libamen ganare potuero. Et mandamus pro nostros caualllos et mulas et qui illos de nos abuerint monachos uel laicos faciant mihi cum eos seruitium in uita mea et post obitum meu sedeant prosolutos cum eos a fatie dei pro remedio anime mee.

Eatenus quod desuper scriptum est in hanc series testamenti sit nobis in uita nostra in stipendium et in toleratione et post huius discessum anime nostre ad parte scimiterii sancti et ad fratres et sorores hec omnia deseruiant pro remedio anime nostre euo perenni. Ita ut nullus ex propinquis nostris uel extraneis probrium uindicantes qui seculariis negotiis fuerint occupati nisi qui post obitum meum abba de hoc cenobio uel qui census regule sancte fuerint domino seruientes pro luminaribus altariorum sanctorum saltim elemosinis pauperum susceptione peregrinis uel aduentatum hospitum sint concesse et post scimiterii sancti confirmate. (...)»

Doc. 381 (LMD, 45=DC, 420)²⁰⁷⁵

«In era M^a LXXXX^a VII Regnante principe Fredenandus rex et eius coniuge Sancia Regina et sub eius imperio noticia uel inuentario mandamus facere in terra portugale de villas et mandamentos et de omnem ueritatem in undisque partibus de cenobio vimaranes. Id est[:]

²⁰⁷⁴ Segue-se uma lista de bens móveis, entre os quais jóias, alfais e livros.

²⁰⁷⁵ Os parágrafos e a numeração entre [...] introduzidos no texto dão conta da sucessão dos apartados (e sub-apartados) em que é possível agrupar os bens arrolados, em função da sua localização. Em **negrito** vão as unidades não fichadas, por serem exteriores ao território da diocese de Braga ou por não ter sido possível identificá-las (v. a identificação toponímica das primeiras em nota).

[1] Terras a Norte do rio Minho²⁰⁷⁶] ex alia parte minei villa nuncupata fenuliedo et villa alcabre cum incommuniaciones et piscarias per suos terminos antiquos et cum cumctis prestationibus suis ab integro.

[2] Margem esquerda do rio Minho²⁰⁷⁷] Et hanc parte minei subtus montis filistin discurrente riuulo boruen villa aluridelo ab integro per suos terminos antiquos et cunctis prestationibus suis, etiam et hic ripa minei villa amixenitello ab integro per suis terminis et locis antiquis et cum omnibus prestationibus suis. Et in aula maris villa castiniaria secus pontiue ab integro per suis terminis antiquis et cunctis prestationibus suis.

[3] Valdevez²⁰⁷⁸] Et hanc parte portella de uice villa de monimenta²⁰⁷⁹ villa laureda²⁰⁸⁰ villa ueliones. De has villas quantum inde conclusum est in scripturas de vimaranes. Et iuxta villa pausata²⁰⁸¹ senra de sequeiros integra. Et ad radice castro sancta cruce in ripa riuulo frieido villa petroselo²⁰⁸² integra cum omnibus prestationibus suis.

[4] Margem direita do rio Lima] Et in ripa limie ex alia parte villa soagio²⁰⁸³ cum suos incommuniatos et montarios et piscarias ab integro per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis²⁰⁸⁴. Villa tauara integra cum suis prestationibus²⁰⁸⁵.

²⁰⁷⁶ Nenhum dos topónimos que constam deste apartado foi identificado por RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4.

²⁰⁷⁷ Nenhum dos topónimos que constam deste apartado foi identificado por RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4, com excepção de um: «Villa Castinario (sic) (S. Martin de Castañeda, Orense?)»

²⁰⁷⁸ Os editores de VVM, 4 identificaram no actual c. Arcos de Valdevez vários dos topónimos referidos neste e no § seguinte: Moimenta, Laureda, Grade, Santa Cruz, Rio Frio, Proselo (§3); Soajo e Távora (§4).

²⁰⁷⁹ A.f. Moimenta (S. Martinho), hoje l. S. Martinho, f. Álvora, c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83.

²⁰⁸⁰ F. Louredo (S. Miguel), c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83.

²⁰⁸¹ O facto de esta primeira *villa pausata* aparecer referida entre vários lugares no território de Valdevez, faz pensar que ela deveria situar-se nesta região. E, de facto, COSTA, 1983: 82 não hesita em identificá-la com o l. Pousada, f. Grade (Sta. Maria), c. Arcos de Valdevez. Pode ainda admitir-se a hipótese de que esta villa corresponda ao l. Pousada referido no doc. 338 (§30) como tendo pertencido a um dos filhos de D. Mumadona Dias, Nuno (morto antes de 959), e que este documento situa *in galacia*.

²⁰⁸² F. Prozelo (Sta. Marinha), c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83.

²⁰⁸³ F. Soajo (S. Martinho), c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83.

²⁰⁸⁴ F. Soajo (s. Martinho), c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83 E RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4.

²⁰⁸⁵ F. Távora (S. Vicente) ou f. Távora (Sta. Maria), c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 84 e RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4.

²⁰⁸⁶Villa cersetello ad radice castro malo integra et cum suis prestationibus et terminis antiquis.

[5) Margem esquerda do rio Lima] Et de hanc parte flumen limie villa sauto ab integro cum adiuntionibus suis sicut diuisa est per suis terminis antiquis et cum omnibus prestationibus suis. Villa de ponte cum suas adiuntiones et cum suas piscarias et cunctis prestationibus suis per suos terminos. Villa mediana integra et cum suis prestationibus. Villa zercedelo cum suas adiuntiones et cum suis prestationibus ab integro et per locis suis et terminis antiquis. Hanc villas desuper nominatas sicut in testamento resonat.

[6) Castro da Nóbrega] Et ad radice castro annofrice villa sauto in ripa de uanade cum adiuntiones ab integro. Villa zendam integra. Villa uilar integra. Et in portela de uanade villa uocitata portela ab integro per suos terminos. Villa de couas integra. Et de villa sancto petro et de villa olarios VI^a integra. Etiam et istas villas cum prestationibus suis et sicut in cartas et in testamento resonat.

[7) Ribeira Cávado (margem direita)] Et in ripa catauo villa lalini integra cum suo mandamento. Villa sautelo cum suos incommuniatos ab integro. Villa fontanello etiam et cum suos incommuniatos ab integro. Villa inuoladi integra. Villa arca similiter cum suos incommuniatos ab integro. Villa porrales integra. Villa sancte eolalie cum suo mandamento ab integro. Villa uilela cum suo mandamento integra. Villa insula rodonda et illa bragada in foze de riuulo homine integra. Villa de godesteio gundulfiz integra. Villa gontazari. Villa suari. Villa uilar sauarazi. Villa parata cum suas adiuntiones et illas uarzenas de parada cum sequeirolas. Villa pausata de quintilla gaudiniz²⁰⁸⁷. Villa uimaranzinus et incommuniaciones in villa molas. Vilas ambas louegildit cum suas adiuntiones. Villa liuan. Villa mauri et sendamondanes. Et de uilla plana medietate. Et de monasterio villar que fuit de cidi saluatorit VI^a integra. Et in ripa de feueros in gualtari una pausata. Et in ripa de purizo in gondini hereditates de zendas et de aragunti integras. Et inter castro seco et purizo inter casa de fofino et de arias ipsa hereditate que in medio iacet. Et in villa baltari et odorici hereditate de reirigo et de sua mulier integra.

²⁰⁸⁶ Note-se que o Castro Mau (Apêndice II, un. 1807), situado precisamente na f. Serdedelo, c. Ponte de Lima, já se localiza a Sul do rio Lima. O redactor do documento não foi por isso rigoroso neste passo, uma vez que inclui esta villa ainda no conjunto de propriedades situadas *in ripa limie* mas a Norte deste rio, iniciando imediatamente depois o apartado relativo às propriedades do mosteiro situadas na margem esquerda (*de hanc parte flumen limie*). No entanto, esta villa deve corresponder à *villa zercedelo* arrolada também no apartado seguinte, embora a repetição não se perceba senão por erro do redactor.

²⁰⁸⁷ AMARAL, 2007: 627 identificou esta referência à *villa pausata* como sendo relativa ao l. Pousada na f. Barbudo (S. Salvador), c. Vila Verde e a referência à *villa pausada* feita no §16.1 como relativa ao l. desse nome na f. Gondar (S. João Baptista), c. Guimarães.

Etiam et in ripa feueros hereditate de placia et de suos filios Aloitu, Maria, odrocia, framila et nasso, ista hereditate integra et est apreciata in X^{aiii} boues. Et sursum in lalini hereditate que pariauit iheremias et sua mulier ad ille comite pro illo ganado que spesit de villa lauridelo et iacet ipsa hereditate inter domo de nantilo et casal de idilo. Et in uilla sautello hereditates quantas ibidem obtinuit cidi nebozaniz integras. Et de villa amares per suos terminos III^a integra siue de uilla quomodo et de criatione. Has villas cum cunctis prestationibus suis et sicut in cartas et in plazos et inuentarios seu et in testamentos colligatas sunt et ecclesias et omnem totam suam ueritatem.

[8) Foz/curso terminal do rio Cávado (margem esquerda)] Et in aula maris ad foze de flumen catauo de hanc parte villa nuncupata fano cum salinas et ecclesia sancti pelagii martiris et cum omnibus prestationibus suis ab integro per suis terminis et locis antiquis. Et in riuulo tinto sub monasterio de faria ecclesia uocabulo sancta marina integra. Et in fonte mala quantum ibi est nostra ueritas. Et in barqueiros ecclesia iohannis apostoli integra.

[9) Ribeira Este] Et in ripa alister momasterio (*sic*) de lemeni integro. Et uilla abrigosa integra. Isto monasterio et villa cum incommuniations et ecclesias quomodo sunt conclusas per suos terminos antiquos et cum cunctis prestationibus suis post parte cenobio vimaranes permanentes ita sicut in scripturas et in testamento que illa comitissa domna ilduara fecit et conligatum est.

[10) Foz/curso terminal do rio Ave] Eatenus et in ripa maris ad foze de Aue villa de comitis cum suas salinas et piscarias et ecclesia sancti iohannis apostoli et intus in mare heremita sancti iuliani martiris, ab integro per suis terminos antiquos et cumctis prestationibus suis²⁰⁸⁸. Et uilla quintanella cum criacione et piscarias et sicut in scripturas colligatas sunt. **Et inter durio et aue in aula maris villa dorron villar petra ficta et iohanni²⁰⁸⁹. Has uillas cum sua criacione et cum prestationibus suis ab integro et per suos terminos antiquos. Et inter amagia et durio villa paramos**

²⁰⁸⁸ A pontuação que os eds. de DC dão para este passo é diferente da que aqui adoptamos: «Eatenus et in ripa maris ad foze de Aue villa de comitis cum suas salinas et piscarias et ecclesia sancti iohannis apostoli. Et intus in mare heremita sancti iuliani martiris ab integro per suis terminos antiquos et cumctis prestationibus suis.». No entanto, não parece muito provável que a referência aos termos e prestações se relacione com a ermida mas antes com a própria villa do Conde, em que a ermida estaria por isso integrada, tal como a igreja de S. João.

²⁰⁸⁹ RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4 não propõe qualquer identificação para a *villa Doron* nem para Joane, mas identifica o vilar Perafita com a f. Perafita, c. Matosinhos.

integra per suos terminos sicut in testamento de illa comitissa mummadonna gondesaluiz resonat²⁰⁹⁰.

[11] Castro de Vermoim (zona de fronteira entre os concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães)] Et ad radice castro uermudi villa froilam integra per suos terminos antiquos et cum ecclesia sancto saluator et sancta maria. Et in villa belmir et sancto iacobo et ioacino quanta hereditate ibi habuit reuelio et sua mulier maria cognomento redonda integra. Item ibi et in quintanella et in piniarido et in alia quintanella hereditate de razim et de sua mulier ermesinda integra. Et inter mazegio et villa iusti ecclesia sancto mamate (*sic*) cum suis prestationibus integra. Et hic in villa iusti sancti michaelis arcangeli et alias hereditates laicales quomodo illas concessit sarrazino presbitero et pelagius diaconus. Et hic in uilla iusti hereditate de uedamiro sicut in carta resonat et alia hereditate ibi que fuit de Roderico fafilaz. Et in vila belmir III^a de ecclesia uocabulo sancto mamete et alias hereditates ibi laicales que sunt nostra ueritate sicut in cartas resonat. Etiam et ibidem (*sic*) hereditate que fuit de uasco et de sua mulier integra. Et in villa floresindi medietate de quanta hereditate ibi habuit petrazo et sua mulier. [11.0²⁰⁹¹] Et iuxta lagenoso mandamento de prato aluari integro cum villas et homines et incommuniaciones et ecclesias cum cunctis prestationibus suis per suos terminos antiquos sicut in scripturas resonat.

[12] Margem esquerda do rio Cávado] Et ripa catauo de hanc parte ad radice penafidel villa parata et ecclesia ibi uocabulo sancti iuliani. Ipsa villa cum suas

²⁰⁹⁰ Ao contrário do vilar de Perafita e de Joane (referidos no §anterior), a villa de Paramos não consta da dotação de Mumadonadona de 959 (doc. 338). Esta villa foi identificada com a f. Paramos, c. Espinho por RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4. No entanto tal localização parece incomptível com a indicação comarcal *inter amagia et durio*. Corresponderá antes à actual f. Paranhos, c. Porto? Acima de tudo, é importante notar que ela não inicia um apartado dedicado a novo território comarcal, como poderia sugerir uma leitura mais apressada, mas termina o apartado §10, mesmo que venha depois da fórmula englobante do conjunto dos bens aí detidos. Todos os topónimos mencionados imediatamente a seguir, a começar pelo castro de Vermoim (f. Joane, c. Famalião – Apêndice II, un. 648), que parece ser o elemento definidor do novo espaço comarcal, situam-se a Norte do Ave, abrangendo o território dos actuais concelhos de Famalicão, Guimarães e Braga (f. Pedralva).

²⁰⁹¹ Esta referência ao mandamento de Pedralva (c. Braga), localizado como sendo próximo de Lanhoso (c. Póvoa de Lanhoso) já não tem lugar, como todas as unidades mencionadas até aqui, no apartado relativo ao território situado sob o monte Vermoim (na zona de fronteira entre os actuais concelhos de Famalicão e Guimarães). No entanto, e mesmo que Pedralva já se aproxime da Ribeira do Cávado, o redactor não entendeu incluir este mandamento no apartado seguinte (relativo precisamente à margem esquerda do Cávado), que se inicia pela indicação *Et ripa Catauo*. Se bem que a referência isolada ao mandamento de Pedralva também não constitua em si mesma um apartado autónomo. Aparece assim como que pendurada entre estes dois apartados, e de facto Pedralva situa-se num ponto intermédio entre os territórios cobertos pelos §11 e §12, e já no limite oriental do actual c. Braga. Muito possivelmente, esta incapacidade para arrumar de forma mais convincente a referência a Pedralva, no quadro da divisão corográfica adoptada neste inventário, prende-se com a inexistência de outras propriedades do mosteiro de Guimarães na área do actual c. Braga. O que é muito significativo, do ponto de vista da geografia da implantação patrimonial (e senhorial) do mosteiro.

adiuntiones siue de hanc parte catauo quomodo et ex alia parte per suos terminos anticos et cum suas piscarias et cunctis prestationibus suis sicut in scripturas resonat medietate integra. Villa de frades per suos terminos antiquos et cum prestationibus suis integra et cum ecclesia uocabulo sancto romano. Et de uilla sautello III^a integra. Et villa nizola per suos terminos antiquos integra. Et de villas ambas leiradelas per suos terminos singulas III^a et de ecclesia sancta marina et villar despanzo ibi integro et ibi ecclesia sancta christine. Et iuxta illa villa mortaria ab integro villa brumales sicut in carta resonat.

[13) Margem esquerda do rio Ave – mandamento de Sobradelo (zona de confluência dos actuais concelhos de Póvoa de Lanhoso, Guimarães e Fafe)] Et hanc parte Ave mandamento de sobratello ab integro per suos terminos anticos et cum uillas que ibi sunt abent ad seruire cunctis diebus in secula seculorum de turio usque in lamas de igo et de aue usque in illa armada ad portella de deua.

[14) *Territorio Velaria* (actual c. Vieira do Minho, na margem direita do Ave²⁰⁹²)] Et in territorio uelaria nostras adiuntiones nominibus²⁰⁹³[:] lamedo, Barreiros, sancta christina, culnella, vilar plano, ladrones, sodenga, villela, parede sola et ibi hereditate que fuit de ersenda et de suos filios et alia que fuit de mansila et de sua mulier froilo et iacet in trauazos. Et in aziuedo ripa aue alia incommuniacione que fuit de gontildi. Et in celariolo alia incommuniacione, in seiscada que fuit de negrone et de sua mulier sarturia. Et in culnella et palatiolo et ramiri et seiscadas quanta hereditate ibi habuit sendino. Et in maganos alia incommuniacione que fuit de absalom et de sindilo et iacet ripa de riuulo de molinos et iuxta domo de midu. Item et in villar plano de hereditate que ibi abuit sisnando cognomento sando III^a integra. Hic in ripa riuulo de molinos istas incommuniaciones modicas sunt et est deueto de subratello.

²⁰⁹² O ed. de VMH: 52, nt. 1 identifica este território com o actual c. Guimarães: «[parece-nos] pertencer também ao termo de Guimarães o descripto *in territorio uelaria*», propondo a identificação: «Territorio uelaria: os lugares d’Avilheira, talvez, nas freguezias de Castellões e Agrella»; embora não tenha sido depois capaz de identificar no c. Guimarães nenhum dos topónimos que o documento situa nesse *territorio uelaria*. De facto, o mais provável é que este território corresponda à área do actual c. Vieira do Minho, como parece ter considerado COSTA, 2000: 698 e, sobretudo, como propôs RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4, ao identificar vários desses topónimos que o documento situa neste território com lugares do c. Vieira do Minho e de duas freguesias do vizinho c. Póvoa de Lanhoso (mais concretamente a f. Vilela e a f. Travassós).

²⁰⁹³ RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4 considera que o inventário alude neste passo a «parcelas adjacentes» situadas nos vários lugares arrolados. No entanto, da leitura do texto parece antes que as *adiuntiones* pertencentes ao mosteiro correspondem mesmo a esses lugares, independentemente de o mosteiro os deter na íntegra ou não.

[15) Margem direita do rio Ave] [15.1 Villa de Brito, entre o Ave e Portela de Leitões] Et inter aue et portella de leitones villa britto cum ratione et incommuniatos et piscarias et cunctis prestationibus suis sicut in cartas resonat. [15.2] Et hic in ripa aue iuxta ponte petrina villanoua integra et cum ecclesia uocabulo sancti martini episcopi et cum incommuniatos et criatione et cum cumctis prestationibus suis sicut in testamento et in scripturis resonat. Villa palmeira cum homines et incommuniatos quod nostra ueritas est et sicut in scripturas resonat. Villa britteiros cum ecclesia saluatoris et sancti andree apostoli et heremita in illo in illo (*sic*) monte uocabulo sancto romano sicut in scripturas resonat. Villa de caldelas integra sicut in cartas resonat, et ibi illa pausata que tenuit in atondo manualdo amarelliz et confessus et ecclesia sancti tome apostoli. [15.3 Villa de Donim, entre o Ave e Pedralva] Et inter aue et pratu aluar villa donini per suos terminos antiquos de ipsa villa e toda (*sic*) V^a de guttere froilaz, et hereditate que ibi habuit domna Adosinda, et casal de gondulfo gutierri cum prestationibus suis sicut in cartas resonat. [15.4] Et de villa rezulfi per suos terminos IIII^a integra. Et uilla plana cum ecclesia uocabulo sancti stephani ab integro cum adiuntionibus suis sicut in testamento resonat quos fecit pelagio guntemiro.

[16) Entre-Ave-e-Vizela²⁰⁹⁴] Et inter aue et auizela [16.1] ad illos brazos villa negrellos [...] gatellos integras cum prestationibus suis et de villa guandalari sicut in scripturas resonat, villa cazoranes, villa pausada integra²⁰⁹⁵, villa ueiga et hereditate de iusto menendit. [16.2] Et de hanc parte selio uarzena, portella. De istas uillas desuper nominatas sicut illas in scripturas inueneritis et Midi²⁰⁹⁶ cum eas. [16.3] Et de hanc parte selio mandamento de candanoso per suos terminos antiquos cum villas et ecclesias et cumctis prestationibus suis ab integro. [16.4] Et ad illa ponte de auizella monasterio de

²⁰⁹⁴ Este apartado inicia-se com a referência ao território de Entre-Ave-e-Vizela, que entendemos como uma referência genérica ao território a que pertencem as sub-comarcas mencionadas de seguida, de facto situadas entre estes dois rios, na sua esmagadora maioria. No entanto, não é impossível que o redactor (ou o copista do LMD?) tivesse confundido os rios Vizela e Selho e que esta referência fosse relativa apenas ao que consideramos ser o sub-apartado 17.1, em que se mencionam a villa de Negrelos (f. Selho (S. Jorge), efectivamente situada no Entre-Ave-e-Selho, e outros topónimos que não é possível identificar. De facto, quando mais à frente (§16.18) são arrolados mais bens situados neste território, o redactor introduz a referência corográfica pelo advérbio ‘item’ (*«Item inter aue et selio»*), dando talvez a entender ter-se já referido a essa comarca antes.

²⁰⁹⁵ V. *supra* a nota à villa pausada referida no §7.

²⁰⁹⁶ É possível que esta palavra aluda a um topónimo relativo a um lugar pertencente ao mosteiro, e que é aqui acrescentado às villae que ficaram referidas. No entanto, porque a passagem está longe de ser clara e nenhum dos autores que estudou este inventário a arrola como tal, considerámo-la como sendo relativa a um antropónimo; se bem que seja mais difícil perceber o sentido da referência a um indivíduo do que a um lugar neste contexto.

moraria²⁰⁹⁷ cum uillacoua et uarzena et suas adiuntiones in uillar et in sancto martino. [16.5²⁰⁹⁸] Et ex alia parte auizella villa castiniaria et villa sanguinedo integras per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis. Et uilla negrellos et trasulfi cum suis incommuniatos et suas ueritas que ibi habent ad seruiendum. Et in uillarino hereditates quantas in scripturas resonat. [16.6] Et ripa riuulo de molinos villa sancto martino de comite cum desterici et martini integras cum prestationibus suis et per suos terminos antiquos. Uilla nespereira integra cum criatione et cunctis prestationibus suis per suis terminis et locis antiquis. [16.7] Mandamento de riba auizella integro per suis terminis et locis antiquis et cumctis prestationibus suis sicut in testamento resonat et in scripturas colligatum est. Etiam et uillas nominatas sala adtanagildi et caluos de garsea ennegot et alios caluos que fuit de pelagio guntemiri. Has villas integras cum incommuniaciones et cunctis prestationibus suis, et sicut in cartas ipsas villas de ripa auizella inueneritis in scripturis illas Zahara cellarido et villas alias que ibi facte sunt qui nostra ueritas est et sicut in scripturas conligatas sunt. [16.8] Mandamento de tauoladelo cum riuulo de molinos colgeses piniario et auezani quomodo diuidet per suos terminos anticos ab integro et cum cumctis prestationibus suis ita sicut in testamento et in cartas et placitos et in scripturas conligatum est. Et villa sic uocitata tauoadelo que ibi fecit ille comite domno Gundesaluo et ecclesia ibi sancto Cipriano. [16.9] Mandamento de zersedo et riuulo malo et uilla ibi sancto martino que fuit de domna farega etiam et alias uillas hic in riuulo malo sicut in cartas et in testamentos et in scripturas conligata sunt cum prestationibus suis. Istos mandamentos et villas per suos terminos et locis antiquos. [16.10] Mandamento de mortaria cum uillas que in carta resonat ab integro per suis terminos antiquos cum cumctis prestationibus suis. [16.11²⁰⁹⁹] Et in monte longo villa moraria cum suas adiuntiones et cum suos homines et cum ecclesia sancti martini episcopi ab integro per suis terminis et locis antiquis et cum cunctis prestationibus suis,

²⁰⁹⁷ Sobre a possível identificação deste mosteiro com a igreja/mosteiro de Sta. Tecla de Moreira, e não com a igreja de S. Paio, futura paroquial da f. Moreira de Cónegos, c. Guimarães, v. Apêndice II, Obs. à un. 1923.

²⁰⁹⁸ Embora este sub-apartado se refira ao território para lá do rio Vizela, não parece constituir um apartado autónomo, já que depois de arroladas umas poucas propriedades situadas na margem esquerda deste rio se volta ao território da margem direita, com a referência, no sub-apartado seguinte, à Ribeira do Rio de Moinhos (e, desde logo, à villa de S. Martinho de Conde, na f. Conde, c. Guimarães).

²⁰⁹⁹ Também este e o sub-apartado seguintes se referem ao território para lá do rio Vizela, com a menção às villae de Moreira (f. Moreira de Rei) e Portela Silvares (f. Quinchães), respectivamente, ambas situadas no c. Fafe. Mas também estes não parecem constituir apartados autónomos, já que logo a seguir (§16.13) é arrolado o mandamento de Caíde (f. Atães, c. Guimarães), já na margem direita do Vizela.

ita ut sicut in testamento de rex domno ordonio resonat²¹⁰⁰. [16.12] Et ad radice de portela villa portella, siluares ab integro cum suas ecclesias quos fuit de ordonio romanit²¹⁰¹. [16.13] Mandamento de caidi cum uilla atanes et lubaria et quintilanes. Etiam et istas que sunt de mandamento de caydi et totum quomodo diuisum est per suos terminos anticos et lenzarios et ecclesias et cumctis prestationibus suis ab integro. [16.14] Mandamento de arones cum uilla paredes et uarzenella et ecclesias et lenzarios et fossadarios et fiscalia facientes ab integro per suos terminos antiquos et cumctis prestationibus suis ita sicut in testamento et in scripturas resonat. [16.15] Mandamento de trauazolus et de gullanes cum homines fossadarios et fiscalia facientes et trebutarios et ecclesias et cum omnibus prestationibus suis ab integro per suos terminos anticos et sicut in testamento et in scripturas conligata sunt. [16.16] Mandamento de uilacoua cum fleitas et petroselo et uilarino cum homines que tributo reddent et fossadarios seu et fiscalinos et ecclesias cum cumctis prestationibus suis ab integro et per suis terminis et locis antiquis sicut in testamento et in scripturis resonat. [16.17] Mandamento de Agrela cum homines fossadarios et fiscalia facientes et trebutarios et ecclesia sancta christina ab integro per suos terminos antiquos et cum omnibus prestationibus suis sicut in scripturas resonat. [16.18] Item inter aue et selio villa siluares cum homines et adiuntiones, riquilanes, vilar ardam, fontanello, palatiolo, varramondanes, trepezido, zendam, portella. Hanc villas cum homines de mandamento et lenzarios et stercarios et ecclesias et cunctis prestationibus suis ab integro et per suos terminos anticos, ita sicut in testamento et in scripturas est colligatum. Et hereditates que ganauit digno baltarit et sua mulier domna animia inter aue et selio integras sicut in scripturas testamento placitos resonant. Et si seruirent cum eas ad casa de vimaranes sua progenie bene fiat et si noluerint ueritate cum illas dicere et seruitio facere careant illas. [16.19] Et inter palatiolo²¹⁰² et sancto iohanne villa uisterlani cum prestationibus suis esceptis (*sic*) VI^a de sancto laurenzo. Et hic in ripa uernegana villa froiani medietate de illa quomodo est

²¹⁰⁰ A doação aqui referida é a que Ordonho III fez ao mosteiro em 951 ou 955 (?), cuja escritura se perdeu, mas da qual chegou até nos um extracto do séc. XIII (ADB, Gav. Matérias Inúteis, n.º 155), já referida no doc. 356 (LMD, 46=DC, 223) – v. Apêndice II, Obs. à un. 2002).

²¹⁰¹ A transcrição de DC dá o texto com uma ligeira alteração: «*Et ad radice de portela villa portella siluares ab integro cum suas ecclesias quos fuit de ordonio romanit*», o que levou RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4, por exemplo, a considerar que neste ponto é referida apenas uma villa. No entanto, da referência plural *suas ecclesias* e do facto de a actual f. Silvaes (S. Clemente) ser vizinha da f. Quinchães, parece preferível considerar que o redactor se referia a duas villae distintas (Portela e Silvaes), justificando-se assim a introdução de uma vírgula entre ambos os topónimos.

²¹⁰² Embora haja vários lugares deste nome no território do actual c. Guimarães, este l. Paço corresponde muito provavelmente à villa de Paço situada na actual f. Silvaes (Apêndice II, un. 2074).

conclusa per suis terminis antiquis cum omnibus prestationibus suis. Ista uillas sicut in testamento et in cartas de pelagio guntemiri sunt conligatas. Monasterio sancto iohanne que est fundata (*sic*) in ripa aue iuxta ponte petrina et suas incommuniaciones in oliuaria et in felici sicut in testamentos et in scripturas resonat. [16.20] Uilla antemiri integra cum sua criacione et cum ecclesia sancto iohanne de pensello et cumtis prestationibus suis per suis terminis et locis antiquis sicut in testamento de pelagio guntemiriz resonat. [16.21] Mandamento de sauto cum homines fossadarios et fiscalia facientes. Et villa ibi que fuit de comes suario roderici et de eius coniuge comitissa domna geluira. Et ecclesia ibi fundata sancti saluatoris. Et in ferrocinti ecclesia sancti bartolomei apostoli. Hanc mandamento et uilla cum cunctis prestationibus suis et per suos terminos antiquos et sicut in scripturas resonat. [16.22 (f. Prazins)] Villar sauaraz que est inter sauto et placidi ab integro et sicut in testamento maior resonat et est debito ipso uilar de illa degania. Villa placidi sicut et in scripturas de pelagio gontemiriz resonat. Ipsa villa cum domibus suis et edificiis et cum suos ortales in omnique giro ab integro et de tota uilla de fora medietate integra cum omnibus prestationibus suis²¹⁰³. Villa felici quantum de illa in scripturis resonat. Et illa senra que iacet in ripa aue integra quomodo se leua de strata maior et figet se in illo porto de sancti claudii et in illa uarzena qui in testa de ipsa senra iacet in ripa de ille arrogio qui intrat in aue sub illo molino. Et hic in felici illa pausata que tenuit ennegolopiz de dato de domnos de vimaranes integra. Et per tota illa uilla alias hereditates qui in scripturas resonant et que nostra ueritas est et homines ibi in ipsa villa et in elanzi que sunt debito de mandamento de sauto. [16.23] Villa lauredo sicut in carta et in scripturas resonat integra cum prestationibus suis. Villa gumilanes quomodo illa incommuniarunt homines ibi habitantes ad rex domno ranemiro et sicut in scripturas resonat, et in cidofacta suas adiuntiones et ipsa uilla gumilanes illos homines ad casa de vimaranes totos seruitio facientes. Villa cecili et aldiani integras cum omnibus prestationibus suis et cum tota illa criacione sicut illas obtinuit pelagio guntemiri et sicut in suo testamento resonant et ibi in ipsa uilla aldiani alias hereditates que ganauit oueco ennegoz et ecclesia sancti mameti et cum prestationibus suis. Villa crexemiri ab integro cum suas adiuntiones et ecclesias et cunctis prestationibus suis per

²¹⁰³ RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4 considera esta expressão como relativa a uma «Vila de Fora (1/2) (f. Prazins, c. Guimarães (?))». No entanto, parece mais provável que o redactor estivesse ainda a referir-se à villa de Prazins, de que o mosteiro deteria ½, incluindo o que estava *de fora* dessa villa; como aliás parece ter considerado o ed. de VMH: 53, nt. 1, que não faz referência a qualquer *Villa de Fora* entre a identificação que dá para a *villa placidi* e para a *villa felici*. A referência ao mosteiro de Cernadelo no §17.3, com idêntica alusão às porções da villa situada *de fora*, parece confirmar a interpretação que propomos.

suis terminis et locis antiquis sicut in testamento resonat. Villa asoredi et uilla pinario cum adiuntionibus suis. Margaridi et lattido cum illa scusaduri et cum ecclesias sancto petro de asoredi et sancto iuliani et sancta marina de laurosa et sancto romano. Has villas et ecclesias cum cunctis prestationibus suis et per suis terminis et locis antiquis ab integro sicut in testamentos et in scripturas resonat. Et heremita sancto mamete de castro.

[17) Território entre os rios Vizela e Sousa (actuais concelhos de Vizela e Lousada)] Et ex alia parte auizella [17.1 Villa de Sá de Barrosas: fs. Barrosas (Sta. Eulália), do c. Vizela, Barrosas (S. Estêvão) e Lustosa, estas do c. Lousada] villa sala de barrosas cum suas adiuntiones et cum homines de mandamento que concessit ad uimaranes ille comite domno gondesaluo et per illa uilla alias incommuniaciones, id est[:] riarelo de susano et medietate de ecclesia sancto laurencio et castrellos integra. Et de tota uilla de sangunedo duas quintas integras et uilla criazom. Aqua leuada, rouordelo integro et ecclesia integra sancto martino et medietate de ecclesia sancto stephano et medietate de ecclesia sancti filippi apostoli et sancta eolalia de barrosas integra cum sua dadiua et ecclesia sancto mamete integra et heremita sancto uerissimo cum suas adiuntiones ab integro. Hanc villa sala et adiuntiones et ecclesias desuper nominatas cum cunctis prestationibus suis et per terminis et locis antiquis ita sicut in testamentos et scripturas et placitos conligatas sunt. [17.2] Et ex alia parte **sancto uerissimo de monte caluelo**²¹⁰⁴, villa molas. De ipsa villa III^a integra per suos terminos. Et de villa siluares III^a integra. Et de ecclesia sancto Adriano III^a integra. Has villas et ecclesias desuper nominatas per cunctis terminis suis et cum suis prestationibus et sicut in testamento et in scripturas et in colmellos de domna sabida resonat et de tota illa criazon medietate integra. Et de uilla penacoua cum sua ecclesia III^{es} partes integras per suos terminos antiquos et cunctis prestationibus suis sicut in scripturas resonat. [17.3²¹⁰⁵] Monasterio de zernadelo et ecclesia sancto petro et ecclesia

²¹⁰⁴ Igreja da f. Nevogilde (S. Veríssimo), c. Lousada (MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 146) – v. Apêndice II, Obs. à un. 2315.

²¹⁰⁵ A villa de Sangonedo (f. Sanfins de Ferreira, c. Paços de Ferreira), referida em penúltimo lugar neste sub-apartado, fica já relativamente longe da zona de confluência dos concelhos de Lousada e Felgueiras em que se situam as restantes propriedades aqui arroladas. E ainda mais longe fica a villa Atães (em Riba Douro), localizada na f. Jovim, c. Gondomar, segundo RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4. No entanto, que ambas integram ainda esta secção deduz-se do facto de virem referidas antes da fórmula englobante do conjunto dos bens arrolados neste sub-apartado, que menciona expressamente o mosteiro mencionado logo no início. Da referência à doação de Vasco Froilaz, feita na sequência da dita fórmula englobante, deduz-se que estas villae foram aqui agrupadas, mesmo se geograficamente distantes, pelo facto de terem uma mesma origem patrimonial. O que permite supor que, ao menos nesta passagem (como noutras?), a

sancto iacobo, de ipsa ecclesia III^a integra et ille monasterio cum suis dextris integro et de tota illa alia villa de fora II^{as} partes integras²¹⁰⁶.

Et de villa uaizenella II^{as} partes integras, et iacet ipsa villa inter randi et platanoso²¹⁰⁷. Et in uilla unione I^a pausata. Et de villa castrellos III^a integra. Et de ecclesia sancti andree apostoli III^a integra. Et de uilla sangunedo que est in ferreira **ad radice montis cordube** III^a integra. **Et de villa attanes ripa durio nostra ratione.** Hanc monasterio et uillas cum adiunctiones et ecclesias ab integro sicut desuper scriptum est per terminis suis et cunctis suis prestationibus ita sicut illas obtinuit uelasco froilaz in sua uita et sicut illas concessit ad cenobio vimaranes et post sua morte etiam sicut ipso monasterio cum suas ueritates confirmauit rex domno fredenando et eius conjiuge domna Sancia ad ipsa cenobio vimaranes per scriptura firmitatis. [17.4²¹⁰⁸] Villa aluarenga quos concessit astrulfo petriz et presbitero et soror uegilia et ibi ecclesia uocabulo sancta marina et sancto iohanne. Ipsa villa aluarenga sicut illa obtinuit petro presbitero cum suas ecclesias ab integro per suis terminis et cunctis prestationibus suis. Et de hereditate de odrocia et de gondemaro medietate integra. Et de uilla de gesilli que fuit de suo marito nomine sotto medietate integra. Et de uilla rezemondi medietate integra. Et ille agro que dicent tritical integro. Sunt ipsas villas sub monte caluelo et in ripa riuulo sause et quomodo diuident per termino de molas et per uilla mazanaria et cum uillanoua et quantum ibidem fuit inter ipsas villas hereditates de domna seniorina et quantas ibidem ad ipsas ecclesias testarunt alios homines. Et in villa zamarini hereditate que fuit de tiu traseiro et quantaque sua mulier abuit ab integro. Hanc hereditates et ecclesias desuper nominatas et alias multas que in testamentis et in

ordem de enumeração obedece a um critério documental/patrimonial, mais do que geográfico. Caso contrário, a villa de Atães poderia ter sido referida mais à frente, juntamente com a villa de Melres, também situada junto ao Douro, no c. Gondomar (§20). Note-se, contudo, que este conjunto patrimonial devia revestir-se de alguma importância, como se deduz da confirmação expressa, por parte de Fernando Magno, da doação destes bens ao mosteiro de Guimarães por Vasco Froilaz, o que não parece acontecer, assim especificamente, para nenhum outro conjunto de bens arrolado no inventário.

²¹⁰⁶ Sobre o significado da expressão *alia villa de fora*, v. *supra* a nota à *villa placidi* (Prazins – un. 1994=el. 4095), no §16.22.

²¹⁰⁷ É de notar a necessidade sentida pelo redactor, neste ponto, de precisar a localização da villa Varziela, esclarecendo que se situava entre Rande (f. do c. Felgueiras) e Padroso (l. da f. Margaride, c. Felgueiras), que fica efectivamente um bocado afastada do mosteiro de Cernadelo (f. do c. Lousada), referido imediatamente antes, e da villa Unhão (f. do c. Felgueiras), referida imediatamente depois, um e outra muito próximos.

²¹⁰⁸ Embora consideremos que se inicia aqui um novo sub-apartado, depois da fórmula englobante relativa ao mosteiro de Cernadelo e às villae com ele mencionadas, a verdade é que a villa Alvarenga (f. do c. Lousada) e os restantes lugares aqui referidos se situam na mesma zona da maior parte dos topónimos referidos no sub-apartado anterior.

scripturas resonant ab integro post parte cenobio vimaranes cum cunctis prestationibus suis.

[18) Território de Sousa] Et in sausa [18.1 Monte de S. Félix de Felgueiras (zona a Norte do curso inicial do rio Sousa, correspondente ao entorno da actual cidade de Felgueiras)] ad radice montis sancto felice de felgeiras rubeas villa platanoso ab integro cum cunctis prestationibus suis et cum ecclesia uocabulo sancte marie uirginis. Et in uilla margaridi una adiuntione. Villa santon integra. Villa mauri integra et de ecclesia sancti georgii medietate villa longos et ferramondanos. Villa arnosella sicut in scriptura est conligata. Has villas et ecclesias cum cunctis prestationibus suis sicut in testamentos et in scripturas resonat. **[18.2 Ribeira Sousa (curso médio/margem direita, no território dos actuais concelhos de Lousada e Penafiel)²¹⁰⁹] Et in ripa sause iuxta lodares villa pausada integra cum prestationibus suis. Et inter riuulo sausela et sequeiros de tota ipsa villa que in medio iacet ubi iafar habitat III^a integra. Et ad radice castro azarias villa pratuantille cum suas adiunciones et ecclesias sancto saluator et sancto iohanne ab integro per suos terminos. Hanc villa et ecclesias cum prestatotionibus suis et hereditates ibi de mortuorum in ipsa villa que nostra ueritas est. [18.3 Vale Arrezosinus (margem direita do rio Tâmega, c. Penafiel)²¹¹⁰] Et in ualle arrezosinus sub castro sancte marie ripa tamice villa ollarios cum suas adiuntiones et cunctis prestationibus suis ab integro et quomodo illa obtinuit domno bahaludi in uita sua et post sua morte sicut illa incartauit domna segundia cum suos filios nominibus anserigo, adefonso, nezerone, susanna et gutierre ad gontemirus confesso et sicut in testamento de suo filio pelagio gontemiriz resonat. [18.4. Penafiel] Et ad radice penafidel villa cannas ab integro per suos terminos antiquos et cunctis prestationibus suis et ecclesia sancti martini episcopi sicut ipsa uilla concessit luzidu naustiz ad ille comite arias menendit et ad sua mulier illa**

²¹⁰⁹ A f. Lodaes, c. Lousada (identificação de RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4) nunca pertenceu à diocese de Braga, segundo MOREIRA, 1971-1990, I [1973]: 190 (pelo que não é arrolada por AMARAL, 2007, Apêndices A e B). Os topónimos que se seguem correspondem também já ao território da diocese do Porto: Sequeiros é um l. da f. Lodaes, c. Lousada, e Pedrantil é um l. da f. Croca, c. Penafiel (identificação de A. FERNANDES, 1971 - «Portugal no período vimaranense...[II]»: 53-54, a propósito da referência a *Plato antile* no doc. 394). Note-se a referência muito semelhante ao mesmo lugar e às mesmas duas igrejas de S. João e S. Salvador nos doc. 338 (§21) e doc. 381 (§18.2).

²¹¹⁰ A confirmar-se a identificação deste vale com o topónimo Recezinhos, a referência à villa Oleiros (situada na f. Luzim, c. Penafiel, segundo RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4) neste lugar parece de alguma forma deslocada. Em primeiro lugar, porque a própria villa Luzim consta já do apartado seguinte, dedicado à Ribeira Tâmega. Mas também porque isso faz deslocar este *Vale Arrezosinus* da Ribeira Sousa para a Ribeira Tâmega, onde se situa Luzim (margem direita). Corresponderá esta villa Oleiros a um l. de uma outra f. mais próxima de Recezinhos? (numa primeira tentativa, não nos foi possível identificar nenhum).

comitissa nomina emderia per cartula firmitatis et sicut in cartas de vimaranes conligatum est.

[19] Ribeira Tâmega (actual concelho de Penafiel)] Et in ripa tamice villa lusidi. Villa trauazus integra cum suo porto et suas piscarias et ecclesia uocabulo sancto mamete de ribazales cum suis dextris et cum adiuntionibus suis ab integro. Villa benis dauis et ecclesia sancto felice²¹¹¹. Et in uilla abregam nostras ueritates. Hanc villas et ecclesias cum omnibus prestationibus suis et sicut in scripturas sunt conligatas. In ripa tamice villa palatiolo ab integro cumctis apostationibus suis sicut in testamento resonat²¹¹².

²¹¹³[20] Ferreira (actuais concelhos de Paços de Ferreira e Paredes)] [20.1.] Et in ferraria villa palatios²¹¹⁴ ab integro per suis terminis et locis antiquis et cum suas adiuntiones et ecclesia sancte eolalie uirginis et cum cunctis prestationibus suis. Villa colina integra per suos terminos antigos et cunctis prestationibus suis. Et de uilla sala medietate integra cum suis prestationibus. Et de villa uillela²¹¹⁵ IIII^a integra cum suis prestationibus et illas decimas que sunt ueritate de uilla palatiolo²¹¹⁶ et colina et ecclesias sancto Michael de castellos sancti christofori de lauredo et sanctorum cosmas et damianus de balesteirus. Istas ecclesias habent illas suos domnos ad tenere et darent inde dadiua in uimaranes. Ita scriptum desuper sicut in testamento et in scripturis resonat. [20.2] Et hic in ferraria villa gondesindi cum suas adiuntiones et ecclesia uocabulo sancto petro et cumctis prestationibus suis. De hanc villa cum toto suo debito medietate integra post parte cenobii vimaranes sicut in testamento que fecit honega didaz et in scripturis est

²¹¹¹ S. Félix de Vez de Avis, l. da f. Abração, c. Penafiel (MOREIRA, 1971-1990, I [1973]: 147).

²¹¹² RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4 identifica esta villa com Paço de Sousa (c. de Penafiel); o que só seria possível se admitíssemos que o redactor se equivocou na referência ao rio, escrevendo Tâmega em vez de Sousa. E, de facto, estranha-se a localização desta villa *In ripa tamice*, quando ainda poucas linhas antes o redactor abria novo apartado (§19) com esta mesma indicação corográfica; como se estranha o facto de esta villa ser mencionada já depois da fórmula englobante das villae e igrejas mencionadas neste apartado. No entanto, pode admitir-se que aquela segunda referência ao rio Tâmega é feita precisamente para distinguir esta villa da de Paço de Sousa. E, com efeito, seria muito estranho que em 1059, estando o mosteiro de Paço de Sousa fundado há já um século, o mosteiro de Guimarães detivesse *ab integro* a villa de Paço de Sousa. Deve portanto tratar-se de um outro l. de nome Paço na bacia do rio Tâmega.

²¹¹³ Uma boa parte dos topónimos e igrejas referidos nos §20, 21 e 22 foi identificada por RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4.

²¹¹⁴ F. Paços de Ferreira (Sta. Eulália), c. Paços de Ferreira (MOREIRA, 1971-1990, II [1987-1988]: 23).

²¹¹⁵ F. Vilela (S. Estêvão), c. Paredes (MOREIRA, 1971-1990, II [1989-1990]: 114).

²¹¹⁶ Muito provavelmente, também esta villa *palatiolo*, arrolada entre outros lugares situados na Terra de Ferreira, corresponde a um l. de nome Paço que não o da f. Paço de Sousa, c. Penafiel.

conligata. [20.3] **Et hic etiam in ferreira villa portella²¹¹⁷ et adiuntiones gaudiosi, tomistanes, sautello et in parada²¹¹⁸ I^a incommuniacione. Et in villa Moreira alia incommuniacione ubi dicent castiniaria godini²¹¹⁹.** Et in figeiriola I^a ecclesia uocabulo sancti iacobi apostoli integra cum suis dextris et I^a senra ibi est integra. Et in lamoso ad sancta maria I^o casal que fuit de dauid randiz integro. Et in uillacoua I^a incommuniacione que fuit de tiu patre integra. Et ibi in villacoua alia incommuniacione que fuit de tiu gondemaro. Etiam hic in uillacoua alia incommuniacione que fuit de fuit de (*sic*) tiu olidi. [20.4] **Et in monte corduba de hereditate de tiu gondemiro medietate integra.** Et in portella de negrellos I^a ecclesia uocabulo sancti cipriani integra cum suis dextris et hereditates quantas habuit arias auoliz ab integro sicut in testamento resonat que de illas fecit in cenobio vimaranes. **Et deto (*sic*) montis cordube III^a integra et mannini.** Istos cum criacione uaqueiros et equarizus et sicut in colmellos et inuentarios et scripturis resonat.

[21] **Entre o rio Douro e Aguiar (de Sousa)] Et inter dorio et aquilar villa mellares ab integro cum adiuntionibus suis siue ex alia parte durio²¹²⁰ quomodo de hanc parte et cum ecclesia sancte marie semper uirginis et sancto uerissimo per suis et locis antiquis et cunctis prestationibus suis et quomodo diuidet ipsa villa per monte acuto et perget ad monte de petra taliada inter cabronello et mellares et uay per riuulo malo et plega in durio et conclude piscarias sub domus sancte eolalie et perget ad monte de meda inter fermedo et mellares et inde ad uilar que dicent lauercos medietate integra qui nostra ueritas est et exinde perget ad piscaria de abbate etiam et de ipsa piscaria nostra medietate integra et exinde conclude innia integra et perget de alia parte durio inter mansion frigido et medolas et inde ad illa**

²¹¹⁷ Sobre a identificação desta villa com o l. Portela, f. Lordelo, c. Paredes, v. Apêndice II, Obs à un. 2363.

²¹¹⁸ Segundo MOREIRA, 1971-1990, II [1989-1990]: 115, este topónimo corresponde ao actual l. Virões, f. Roriz, c. S. Tirso, «também denominado *Parada* que ficava junto do local chamado Pombinhas, como me disse no mosteiro de Singeverga o Padre Geraldo Coelho Dias». Note-se, contudo, que, a aceitar-se a identificação da *villa Portela* com o l. Portela da f. Lordelo, c. Paredes (v. nota anterior), parece mais plausível que este topónimo corresponda à a.f. Parada de Castanheira ou Parada de Lordelo (S. Paio), extinta no séc. XVI e incorporada na f. Paredes (MOREIRA, 1971-1990, II [1987-1988]: 25, que todavia não arrola este documento entre as menções documentais a esta a.f.).

²¹¹⁹ Segundo MOREIRA, 1971-1990, II [1974]: 153, «Moreira (S. Nicolau)» constitui uma “designação paroquial diferente da habitualmente conhecida” para a f. S. Tirso (vila), c. S. Tirso, como se deduz de um documento de 1122 citado pelo autor: «*sanctum Tirsum de ripa ave uocabulo morarie*» (CRUZ, 1938 – «Breve estudo...»: 159, n.º 8, cit. in MOREIRA, 1971-1990, II [1989-1990]: 46 e ss.).

²¹²⁰ Deduz-se desta expressão que o mosteiro detinha bens na margem sul do Douro, como que prolongando até aí a villa Melres, que deteria na íntegra. Note-se que a demarcação desta villa é a mais pormenorizada de todo o documento.

portella inter villacoua et mellaes et torna pro ad carrazito et figet se in monte agudo unde primitur incoauimus. Et que sunt fora de terminos alios uillare que ad ipsa villa abent ad seruire. Id est[:] de uillar longo III^a integra, et de uilar brandilani cum suas piscarias et suas ecclesias et cunctis prestationibus suis III^a integra. Hanc quod desuper resonat ab integro sicut in testamento de rex domno ranimiro et in scripturas conligataum est post parte cenobii vimaranes ab integro permanere²¹²¹.

[22)] [22.1 (Ribeira Tâmega – ambas as margens (actuais concelhos de Marco de Canaveses, Penafiel e Baião)] Villa sandi ambas illas apusatas que fuerunt de illas sorores et ecclesia sancti martini episcopi²¹²². Et in villa palatiolo I^a pausata integra et de illa ecclesia uocabulo sancta sauina medietate integra²¹²³. Et in uilla de anegia III^{es} pausatas integras cum prestationibus suis quomodo illas concessit ille preposito domno toderedo et illas sorores domna ebrilli et domna ermosinda et domna trudilo et ipsas pausadas cum suas piscarias in durio ita sicut desuper scriptum est et in scripturas resonat. [22.2 (margens do Douro, actuais concelhos de Baião e Cinfães)] Item et in ripa durio ad radice de pena alua villa citofacta ab integro per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis. Villa palatios que fuit de ille comite scemeno didaz ab integro per suos terminos et prestationibus suis. Villa sancta leocadia sic villa quomodo et ecclesia integra et cum omnibus prestationibus suis²¹²⁴. Villa nugaria integra per suos terminos et cunctis prestationibus suis. Villa iacintus integra. Villa emilanes integra²¹²⁵ et ecclesia sancti iacobi apostoli integra²¹²⁶. Villa Castro. Villa ebreheimes integra. Villa auones integra. Et sunt ambas ipsas villas subtus monte genestazo²¹²⁷ per suos terminos et cunctis prestationibus suis. Et in villa alarizi illa uarzena de nouales

²¹²¹ Referência ao doc. 333 (LMD, 10=DC, 36).

²¹²² F. Sande (S. Martinho), c. Marco de Canaveses (MOREIRA, 1971-1990, II [1989-1990]: 33).

²¹²³ Igreja de S. Sabina, f. Alpendurada, c. Marco de Canaveses (MOREIRA, 1971-1990, I [1973]: 159, n.º139).

²¹²⁴ F. S. Leocádia de Baião, c. Baião (MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 128, [1989-1990]: 41). Embora este documento pareça distinguir as villae *palatios* e *sancta leocadia*, note-se que logo num diploma de 1112 (DR, 32), é referida a *ecclesia uocabulo Sancte Leocadie que uocitant Palatjos*. A associação frequente do topónimo *Palatios/Palacios* a esta f. em vários outros documentos posteriores citados por MOREIRA levou o autor a observar: «Ainda hoje há [na f. S. Leocádia de Baião] a Quinta do Paço» (p. 41).

²¹²⁵ L. Minhães, f. Grilo, c. Baião (MOREIRA, 1971-1990, II [1985-1986]: 128).

²¹²⁶ Igreja da f. Mesquinhata (S. Tiago), c. Baião.

²¹²⁷ Monte Gestaço (f. Vila do Bispo, c. Marco de Canaveses): «Localiza-se no lugar do Castelo, perto de Mexide» (ALMEIDA, 1978a: 37).

que ibi iacet integra. Villa medugalos integra. Ermello cum suas villas siue de hanc parte durio quomodo et ex alia cum toto suo debito et cunctis prestationibus suis. Villa de cabruno integra per suos terminos et sua ratione de villa secarios. [22.3 (Ribeira Tâmega – margem direita, actual concelho de Penafiel?)] Et in ripa tamice villa de uilar integra et est subtus montis petrosello²¹²⁸. Villa lauridello integra. Villa onegildi integra. Villa pausata integra. Has villas cum cumctis prestationibus suis et sicut in scripturas conligatas sunt. Incommuniaciones in marezos. [22.4 (margem esquerda do Douro, actual concelho de Arouca)] Et ex alia parte durio villa uocitata romarizi que est in ripa alarda vallis discurrente arauca ab integro per suis terminis antiquis et cunctis prestationibus suis. Et de villa Gudini III^a integra. Et de uilla traciani III^a integra. Et de uilla trezi III^a integra. Et de villa oliuaria III^a integra. Has villas cum suas adiuntiones et cum suas piscarias et cumctis prestationibus suis per suos terminos antiquos et sicut in scripturas resonant. Item ecclesia sancti iacobi et hereditates laicales de magister manilla ab integro siue de auios quomodo et de parentes suos et sicut illas concessit per cartula testamenti ad cenobio vimaranes cum omnibus prestationibus suis.

[23] Mosteiro de S. Torcato (c. Guimarães) e seus bens²¹²⁹] [23.1. Núcleo central das propriedades do mosteiro, concentradas no actual concelho Guimarães (excepto a villa Astrulfi (f. Louro, c. Famalicão)] Monasterio sancti torquati per se etiam et cum suas uillas, id est[:] villa rex, villa uillar, villa citofacta cum ecclesia sancto felici. Et in villa gumilanes quanto ibi sua ueritas est. Villa roboreta, villa trasarici cum ecclesia sanctorum cosmas et damianus. Villa sagadi. Et in villa lobaria suas ganationes. Et inter quantilanes et randulfi ecclesia uocabulo sancta marta cum suis dextris et quod ibi sua ueritas est. Villa astrulfi et ecclesia ibi sancta leocricie. Has villas quomodo in testamento de rex domno ranimiro et in commissorio conligatas sunt. [23.2. Bens na Ribeira Torio (já na margem esquerda do Ave, no actual concelho de Fafe?)] In ripa riuuolo torio villa cellafano cum ecclesia sancto iuliano integra et adiuntione in uillarello et uillares tauolazola, guandilanes et cornudella. [23.3. Bens na Ribeira Ave (margem direita)] Et in ripa aue villanoua cum suas adiuntiones integra. [23.4. Bens

²¹²⁸ Monte Peroselo (f. Peroselo, c. Penafiel), segundo ALMEIDA, 1978a: 42.

²¹²⁹ A individualização, num apartado autónomo, dos bens do mosteiro de S. Torcato obriga a uma indicação corográfica quase individual para cada propriedade, quando elas se situam quase todas em comarcas onde também o mosteiro de Guimarães detinha também propriedades, comarcas essas que ficaram já referidas anteriormente. Este apartado vem assim interromper, de alguma forma, a ordenação geográfica dos apartados seguida até aqui.

entre o Cávado e Penafiel (de Soaz), no actual concelho de Barcelos] Et inter catauo et penafidel villa canizada integra et ibi una ecclesia. [23.5. Bens entre Pedralva e o Ave, no actual concelho de Póvoa de Lanhoso)] Et inter pratualuari et aue ecclesias sancto micaele de ca [...] et sancto martino de lauredo et sancto pedro de uentosella. [23.6. Bens na Ribeira Neiva (margem esquerda)] Et in ripa neive ecclesia uocabulo sancta marina integra cum omnia sua ueritate. **[23.7. Bens na margem direita do rio Lima] Et ex alia parte limie villa pladan [...] integra cum suas ecclesias et cum quanto sua ueritas est per suos terminos antiquos et cunctis prestationibus suis.** Hanc desuper scriptum monasterii sancti torquati cum toto suo debito post parte cenobio vimaranes permanente.

[24) Estremadura, na margem esquerda do rio Douro: Riba-Côa²¹³⁰] Et in extremis ex alia parte durio castellos, id sunt[:] Trancoso cum suas villas, longobria, terrenio, moraria, naumam, uacinada, pennadedomno, amendula, seniorzelli, alcobria et caria. Istas penas cum toto suo deuido. Et illuc in extremis uillas nominatas, id sunt[:] Treuules integra, villanoua integra, villar sico integro, sabadelli integro, veiga integra, ecclesiola integra, spinosa integra et nace integra. **Has uillas per suos terminos anticos et cumctis prestationibus suis.**

[25) Entre o Douro e Barrosa] Et inter durio et barrosa villa baldigi per suos terminos antiquos ab integro, et latent fora ipsas comparationes ad ipsa uilla deseruientes.

[26) Margem direita do rio Douro (actual concelho de Mesão Frio)] Et ad portum durio inter riuulo [...] et sancto martinu villa sancta maria cum suas adiuntiones et cum suas piscarias per suos terminos antiquos et cum cumctis prestationibus suis ab integro siue ex alia parte durio quomodo et hanc parte durio. Villa oliuaria²¹³¹ integra cum suas adiunciones et suas piscarias et cum villa que fuit de abzakeri et ipsa cum suas adiuntiones etiam et per suos terminos antiquos et cunctis prestationibus suis. Villa barqueiros cum suas adiuntiones et

²¹³⁰ Os vários castelos mencionados neste apartado foram identificados por BARROCA, 2008-2009: 208-209.

²¹³¹ F. Oliveira, c. Mesão Frio, segundo RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4. Não parece ter pertencido nunca à diocese de Braga, segundo se deduz de MOREIRA, 1971-1990, I [1973]: 198-199.

suas piscarias per suos terminos et cunctis prestationibus suis ab integro²¹³². De uilla [...] villa uarzena cum suo porto et cum piscarias ab integro.

[27) Vale de Arouca] Et in ualle de arauca villa sauto de mellaes que iacet inter uilla Arouca (*sic*) et villa laurosa et in villa eirizi et villa ademondi. Ipsa uilla de sauto per suis terminis antiquis et cumctis prestationibus suis ab integro.

[28) Entre o rio Douro e Coimbra] Et inter Durio et colimbrie prope flumen vauga villa alcaroubim integra et cum sua prestancia et con (*sic*) suas salinas sicut in testamento resonat. Villa sancto martino que iacet flumen dorio et inter villa oliuaria et campaniana. Villa creiana cum sua prestancia et cum suas piscarias et per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis et homines ibi habitantes ab integro.»

Doc. 390 (LMD, 55=DC, 952[a])

«Noticia uel inuentacio (*sic*) de hereditates de vimaranes que habet in vilarino hec sunt. Inuenimus super domo (*sic*) [por *domno*] ordonio²¹³³ in ambas ualinas VII passos in amplo et in longo de monte in monte. Et de casal de egas et de sparilli de casaria usque in fontano minus quarta de illa cometissa. Et illa varzena de rio in monte III^or septimas. Et in longo de casal de Godo usque in vallo de domno herenego ipsas III^o r septimas de moraria et inuenimus illas super domno ordonio et suos germanos, et in casal de gauino XVII passos in amplo et in longo XXI III^or et inuenimus illo super domno ordonio et suos germanos, isto de moraria.

Et inuenimus in casal de inter anbas aquas pumar de Genulfo de ambas aquas usque in monte cum casas et uineas et aquas et que ad prestitum hominis est de moraria et fere in petra cogullata et torna inprono in alia petra per medio ameneto usque in Riu.

Inuenimus in agrela medietate exceptis nona de Rex et fere in uallo de agro de uenerando et inde in sepe de agro de ermiario et fere in castro de moraria et achamus illo in iure de filio de Gundesindo. Et item in agrela XV passos in amplo et in longo fere in petra cogullata in nostro marco de inter ambas aquas et inuenimus illa super filios de

²¹³² F. Barqueiros, c. Mesão Frio, segundo RAMOS, 1991: Anexo ao mapa n.º 4. Não parece ter pertencido nunca à diocese de Braga, segundo se deduz de MOREIRA, 1971-1990, I [1973]: 171-173.

²¹³³ A preposição '*super*' terá aqui o sentido de "na posse de", como se verifica um pouco mais abaixo, quando a descrição de uma parcela situada numa *Agrela* termina, como é de regra neste inventário, com a referência ao seu proprietário/concessionário expressa nos seguintes termos: «*et inuenimus illa super filios de Gonsedindo*»; termos muito semelhantes àqueles em que se expressa, sem qualquer margem para dúvida, a atribuição de uma outra parcela em *Agrela*: «*et achamus illo in iure de filio de Gundesindo*».

Gonsedindo. Et inuenimus in suco de sauto de vimaredo et fere in Rio et uai per carraria et fer in castinario et uai ad monte et fere in arca petrinea, isto de moraria, et inuenimus illo in iure de filios de Gondesindo.

Et inuenimus in casal de ermiarie quomodo se leua de riu et fer in sepe de domo de magister galamirus et uai per sepe et fere in carraria et uai ad riu unde prius incoauimus, de ipse casal III^a integra cum casas et uineas et pomares et in cortinas antiquas et super casa de Abrego XII^m passos in longo et in amplo XVIII^o usque in figaria antiqua et inuenimus illa super cido liandriz integro de moraria.

Et inuenimus ad casa de liandre de carraria a iuso et inde ad petra forcada et uay ad petra lata et uenit per suco et fere in casa de uimaredo et uay per sepe et inde a carraria unde prius incoauimus, integro de moraria. Et leuat se de petra lata et uay per sepe et fere in sepe de gauino et deinde per ripa de agro de petra et inde per amineto et fere in prato et uenit per suco de prato et in sepe de uinea de ipsos lineares medietate integra de moraria. Et illo prato integro de moraria, et aflamus illo in iure de filios de liandre. Et linar de egas de sparilli ipse linar filauit inde illa comitissa illo medio et lexauit illo medio post parte de egas et de esparilli ipso medio integro de moraria, et aflamus ille in custodia de arias.

Et pumar de desterico integro que fuit de ebani (*sic*) [por Egani] et de esparilli leuat se du (*sic*) suco de gauino et uenit per ipso succo et ferre in alia larea de gauino et uay per ipsa larea et fere in fontano et uai per media aqua et fere unde prius incoauimus integro de moraria, et aflamus illo in iuri de fortunio taninizal.

Et inuenimus de domo de martino per suco de alduario et fere in sepe que fuit a casal de martino et uai per suco de gauino et fer in fontano unde prius incoauimus ipso casal integro de moraria, et afluimus illo in custodia de domno ordonio.

Et de pumar maior de larea de Gandila IIII^{or} septimas et aflamus illas in iure de domno ordonio, et alia larea in pumar maior que fuit de egani et de esparili XIII^m passos in longo et VI in amplo et aflamus illo in iure de filios de liandre.

Et in agro de portela per suco de nona et fere in carraria et inde per sepe de alduario et inde per castiniarios de elduario et de uimaredo et fere in crastro in longo XXXX^a IIII^{or} passos et in amplo XXⁱ III^{es} et aflamus illa in custodia de domno ordonio. Et castro que fuit de floila et quadit illo a degani et desaparili de ipso agro lauoratio medietate integra.

Et inuenimus in villa de bustelo super domno ordonio et de suos filios et de sua mulier de capu de senra a iusu usque fere in Riu cum casas et fontes et piscarias exitu de monte et suo molino et tenet domno ordonio pro ipso casal alio [casal²¹³⁴] casas et uineas et alio molino que fuit de menendo gulfariz et defez (*sic*) domno ordonio ipsas casas et fecit inde ipsas casas de morgotus et quinionem quomodo se leua de nostro marco in senra XIII^m passos in amplo et in longo XXX^a II^{os} passos usque fere in rotires, et alia parte in riu integra de moraria per ipso molino et per ipsa petra a iuso integro sine alio parceiro.

Et larea de carualio XIII^m passos in amplo et in longo leuat de talliolos et uay in directo a noualelios XXXXV passos. Et larea de taliolos V^c passos in amplo et in longo leua se de larea de Gondisalbo menendiz et uay in directo inprono et fere in nostro marco. Et larea de almute XXX^a passos in longo illo lauoratiu et fere in riu cum suo monte et in amplo IIII^{or} passos. Et nouales in ripa de auizella a portocino quomodo uay per sua riparia et cum suas deuesas et cum suo canal et cum suo molino et suas piscarias XIII passos in amplo. Et larea de gramosa illo lauoratiu XVI passos in amplo et in longo XXVII passos cum suas deuesas de ambas partes. Et larea de trudilo in cima de queimatos VI passos in amplo et in longo de taliolos usque fere in riu cum deuesas et exitu de monte et dicent illa felgosa. Et larea de petra XXⁱVIII^o passos in longo et in amplo XII^{cim} passos. Et larea in cortina XXX^a passos in longo et in amplo VI passos et alia larea in cortinas VII^m passos in amplo et in longo XXⁱII^o et in senra de peraria XXⁱVII^m passos in amplo et in longo de sepe in sepe LXX^a VII^m passos.

Et in felgarias fontanello XI^m passos in amplo et in longo XIII^m in monte et fere in auicella cum suas deuesas cum quanto ad prestitum hominis est.

Et in villas [illas?] uarzenellas de tras fontano quos fuit de tia trudillo medietate minus IIII^a. Et illa uarzena de ripa de auizella que dicent cancelliolo medietate minus IIII^a cum sua pescarias et suas deuesas. Et agro de tras bustelo de suco de sancto iacobo usque fere in pumarellio minus IIII^a de Rex. Et linarelio cum suo exito de monte minus IIII^a de rex. Et in cartemiri agro de so illa fonte et illa fonte usque fere in termino de

²¹³⁴ Este *alio* [casal], que fora de Mendo Gulfariz, corresponde à villa e casal referidos no penúltimo parágrafo do documento, como tendo sido entregue a D. Ordonho em compensação da ¼ que detinha numa outra villa/casal cuja cadeia de proprietários é minuciosamente indicada. Note-se contudo que, pela descrição do documento, essa outra villa/casal não parece corresponder ao primeiro casal, na posse de D. Ordonho, seus filhos e mulher, que aqui se refere, embora ambas as unidades confinem com o *rio*. Poderá este desencontro ser aparente e, constituir mesmo um indício de que a segunda referência, feita quase no final do documento, e depois da referência ao redactor e medidor que levaram a cabo o inventário, com o auxílio de *sabedores*, foi escrita posteriormente (como parece indicar o advérbio *iam* que aí se utiliza), numa altura em que as várias unidades haviam já sofrido alterações?

villar et super illo fonte alios agros cum deuesas et quantum ad prestitum hominis est. Et agro de porto manso usque fere in fogo lobal medietate minus IIII.^a de Rex. Et sunt istas hereditates de moraria exceptis IIII.^a aliena.

Que abemus de isto inuentario cum sabedores et andamus eas cum sabedores de ipse ville et id sunt[:] Frater uigoy que ibi fuit habitantes (*sic*) XXⁱ annos et didago flauianit de sancto iacobo que ibi fuit maiorino, Viarigus presbiter, Gondisalbus presbiter, Gundiario, mitto, Sesnando, Sendino, Didago, Vermudo, Vimara, Leouegildo, Astrulfo, Salamiro presbiter que iste inuentario scripsit, Menendo fagildit que illas hereditates mediuit.²¹³⁵

Et alio talio que iacet in testa de perarias golesiolas. Et alia bauza que iacet super cancelliolo et uay ad golesiolas. Et alia bauza super linarellio in reuoreto mediano. Et alia bauza que iacet in ripa auizella [in?] solmarellio. Et larea que iacet a petra ledegundia.

Et inuenimus a casa de patre egani de rego usque in Riu duas partes cum casas uineas et pumares et habitauit in ipsa uilla tiu viliulfo pro parte de vimaranes et teue illa in suo iure XXⁱ VI annos in iure de domna mumadomna maior et postea sua filia domna onnega et postea domno guntemiro et Aluito cellaniz et Aluito negro et domno viliamiro maiore et tenerunt ipsa villa sine IIII.^a quia iam dederant pro ipsa villa et pro ipso casal alia villa et alio casal ad domno ordonio casal quos fuit de menendo gulfariz cum casas et edificia que ibidem fuit²¹³⁶.

Et aflamus de domna Adosinda leuat se de fontano per sepe de Aldario et uadit per carraria et fere in sepe de odario et in sepe de salto et inde per succo de vinea in agraza et uay per suco de sepe de mito et inde in forno telliario et per suco Alduario et inde per mazanaria petral et inde per mazanarias ragiatal et diuidit cum pumare maior et fere in fontano et roze fontano per sepe de Alduario et uai per carraria et fere in sepe de odario et in sepe de sauto et inde in sepe de Alduario per mazanario carozario et uay per ipso suco et fere in portella de panizal et deinde in palla de vsso (*sic*) et per suco de varzenella et uayt per fontano infesto et fere in vinea matraza ipsa villa de egas et de sparilli et de sauto IIII.^{or} quintas ipso concluso quomodo est demarcato cum casas uineas et pumares et quantum ad prestitum hominis est integro de egas et de sparilli et peitauit illo andilla pro boues que furtauit.»

²¹³⁵ É possível admitir que a redacção inicial do inventário terminasse neste ponto; e que só mais tarde lhe tivessem sido acrescentadas as propriedades que se seguem.

²¹³⁶ V. *supra* a nota sobre este casal que foi de Mendo Gulfariz.

Doc. 394 (DC, 61)²¹³⁷

«Nos Mummadonna simul cum filios meos Gunsaluus Didacus Ranimirus diaconus Onecha a deo uota Donnus nunus et Arriane. Pari etenim consilio nostro coadunati fuimus in loco predicto uilla uocitata Vimaranes et adnuit uoluntati nostre ut mos universse nationi terre fieret inter nos diuisio facultatum nostrarum (...) dicessit ipse uir meus incedens uiam uiniuersse carnis compleuit dies suos funtus offitio. Ac deinceps remanens Ego aduc in hac mortali carne ut superius diximus incoauuimus (*sic*) diuisione cum genitos a me filios. Acepi ego Mummadonna villas trabelle et siluares quod iam tenebant filii mei in casamento a nobis concessas. Completo numero filiorum sex, et Ego in diuisione equaliter settima. Et quod residue fuerint ex ipsas uillas acepi Ego quinta tam pro me quam pro uiro meo et filii mei illas alias quatuor portiones in hereditate possidenda. Euenit in portione Mummadonna in illa quinta, extra iam duobus prenuncupatis uillulis quod supra fecimus mentionem, **Acamentio in ripa Vhuliae Fraxino in ripa huliolae Eorulgii**²¹³⁸ Sancta eolalia in ripa Auizelle Atanes **suagio**²¹³⁹ **et monimenta**²¹⁴⁰ et adiuntionibus de camanto²¹⁴¹ sicut resonat in comellum genitori nostro Donno Ermigildo. Euenit in pars Gunsalui nesperaria **chagra sauto de auacos** uasa tria et **in farazone ratione qui fuit de donna Sarcuria**²¹⁴². Euenit in ratione Didaci Turisi

²¹³⁷ Em **negrito** vão as unidades não fichadas, por serem exteriores ao território da diocese de Braga ou por não ter sido possível identificá-las (v. a identificação toponímica das primeiras em nota). Na identificação dos topónimos deste documento tivemos em conta as observações do ed. de VMH: 6, nt. 1, de COSTA, 2000, AMARAL, 2007 e de FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 52-54, que procurou identificar os vários topónimos aqui referidos, tendo as suas propostas sido seguidas por MATTOSO, 1968-1969: 107-108, ao arrolar os bens destinados a cada um dos filhos de Mumadona Dias (mas não os que couberam a esta senhora) nas respectivas fichas biográficas. Os topónimos marcados a **negrito** para os quais não é proposta qualquer localização em nota não foram identificados por nenhum dos autores citados.

²¹³⁸ «*Acamentio in ripa Vhuliae Fraxino in ripa huliolae Eorulgii*»: lugares na Galiza, «em riba do Ula e seu afluente Uloa, na Galiza média», segundo FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 52, que refere ainda uma outra villa situada na Galiza, sem a especificar; ainda que, por exclusão de partes, se conclua ser *Eorulgii*.

²¹³⁹ F. Soajo (S. Martinho), c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83.

²¹⁴⁰ A.f. Moimenta (S. Martinho), hoje I. S. Martinho, f. Álvora, c. Arcos de Valdevez, segundo COSTA, 1983: 83.

²¹⁴¹ Soajo e Moimenta, c. Arcos de Valdevez (FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 52; VVM, 1); *Camanto* (?) (v. Apêndice II, Obs. à un. 1762).

²¹⁴² MATTOSO, 1968-1969: 109 limita-se a notar que Gonçalo Mendes recebeu «as v. de Nespereira, *Chagra, Sauto de Auacos* e *Farazone*». Segundo FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 52: «Nespereira, que não há-de ser a de cerca de Vimaranes, até porque parecem ser da Galécia todas as outras localidades que a ele [Gonçalo Mendes] couberam, como Farazone – hoje Barazón, margem do Ula (região de Arzúa)». De facto, não é possível identificar estes vários topónimos no actual território português; mas é

Castrellos **Chira palatio de boruem Geneceo Quireza Nocecho et Angorza**²¹⁴³. Euenit in portione Ranimiri diaconi **Laustello** Archa **remedio sautum de mulieres cum adiunctionibus suis terras et pumares**,²¹⁴⁴ de sancto petro Vanat **Vilia redi Verdulegio**²¹⁴⁵ illa ratione que uobis incartauit Ero baltariz Sanctum Martinum manancos **spinitello et quintanella qui sunt in centum cortes**²¹⁴⁶. Euenit in parte Onecha deuota Vimaranes cum suis abiacentiis Lalim cum abiunctionibus suis **Dorsum Varzena in ripa de durio Plato antile** Cheresi tello in ripa limie **sancto Martino de ebreos Mangunario in ripa de uarazone**²¹⁴⁷. Euenit in portione Nuno Chaualiones cum

provável a identificação de Nespereira com a f. desse nome no c. Guimarães (v. Apêndice II, Obs. à un. 1811).

²¹⁴³ MATTOSO, 1968-1969: 107 não identifica nenhuma das villae atribuídas a Diogo Mendes, com excepção de Pazos de Borven (Galiza), no que segue a identificação proposta por FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 52-53: «Na porção de Diogo, entraram em Turísi, não também o nosso, mas no comisso de Deza (região de Lalín); e outros lugares além Minho, entre os quais Palatio de Borvem, hoje Pazos junto do rio Borven, afluente do Tea, não longe de Redondela». O autor errou, todavia, na recusa em identificar Turiz com a f. deste nome no c. Vila Verde (v. Apêndice II, Obs. à un. 1189); e não é de excluir a identificação de *Castrellos* com o l. Cristelos, f. Regilde, c. Felgueiras (v. Apêndice II, Obs. à un. 2329).

²¹⁴⁴ A leitura que aqui se dá é diferente da que fizeram COSTA, 2000: 209 e AMARAL, 2007: 648, nt. 75: «*sautum de mulieres cum adiunctionibus suis*, terras et pumares de sancto petro Vanat, *Vilia redi Verdulegio illa ratione que uobis incartauit Ero baltariz*» (sublinhado nosso). Parece-nos, contudo que a referência à razão transaccionada por Ero baltariz exige o determinativo ‘*de*’ que antecede imediatamente a referência a *sancto petro Vanat*, devendo este e todos os topónimos seguintes ser entendidos como lugares a que essa razão dizia respeito; ao passo que as terras e pumares devem ser antes um complemento das *adiunctionibus* de Souto das Mulheres.

²¹⁴⁵ F. Verdoejo (Sta. Marinha), c. Valença, segundo COSTA, 1983: 89.

²¹⁴⁶ De todas villae que couberam a Ramiro Mendes, MATTOSO, 1968-1969: 107-108 identifica apenas: Verdoejo (c. Valença), S. Martinho, Marrancos (c. Vila Verde), Espindelo e Quintela (região do Vouga), seguindo sempre as identificações propostas por FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 53: ««*Spinitello et Quintanella qui sunt in Centum Cortes*», junto ao médio Vouga, confins do comisso de Alafões («in territorio Centum Cortes flumen Vauga», DC 660). (...) Outras «villas» que couberam a Ramiro Mendes foram Marrancos (Vila Verde); Verdulegio, hoje Verduejo, cerca do Minho (Valença); e outras que julgo para além deste rio, inclusivamente a própria Sancto Petro de Banat, que não creio ser o nosso S. Pedro de Vade, em riba de Lima – negativa que não posso explicar aqui». Sobre as razões que apoiam a identificação de *sancto petro Vanat* com a actual f. S. Pedro de Vade, v. Apêndice II, Obs. à un. 2127; sobre as dificuldades que se levantam à identificação de *Sanctum Martinum manancos* com a actual f. Marranco, c. Vila Verde, v. Apêndice II, Obs. à un. 2644. Cabe ainda perguntar se *Archa* poderá corresponder à villa de Arca (f. Turiz, c. Vila Verde) (Apêndice II, un. 1828), que foi doada ao mosteiro de Guimarães em 960 por D. Châmoa Rodrigues, sobrinha de Mumadona Dias (doc. 341), e que consta ainda do inventário dos bens de Guimarães de 1059 (doc. 381); e se a *Vilia redi* poderá corresponder ao l. Vilarelho, f. Serafão, c. Fafe, que aparece na posse do mosteiro de Guimarães em 1059 (Apêndice II, un. 1981) – a distância face a S. Pedro de Vade (c. Ponte da Barca), referido antes, e a Verdoejo, c. Valença, torna a identificação menos provável, mas não é um argumento impeditivo, tendo em atenção a distância que separa muitos dos topónimos arrolados em conjunto neste documento de partilha.

²¹⁴⁷ MATTOSO, 1968-1969: 108 limita-se a arrolar os topónimos e a remeter para as identificações propostas por FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 53-54: «No lote de Oneca, então «deovota», entrou Vimaranes «cum suis abiacentiis»; Lalin, não o do Cávado, mas em Deza; «Varzena in ripa Durio», junto à foz do Tâmega; Plato Antile, talvez Perantil, cerca de Penafiel, margem do Sousa [l. Pedrantil, f. Croca, c. Penafiel]; «Cheresitello in ripa Limia», que é Cervedelo, não longe da ponte romana; «Magunario in ripa de Varazone», que é Mangueiro, cerca de Arzúa (Toques); e talvez na mesma região «Sancto Martino de Ebreos».

abiuntionibus suis **Fenali equo** sancto Cipriano cum abiacentiis suis **Pars sanguiniето medio saucto de Senabregio Laratom et Pausata meliorata** et fonsim²¹⁴⁸. Euenit in pars Arriani **Nouellas cum abiuntionibus suis Arauca Oliuaria palus Cernatella Muscosio Plazenti Jacinti de tamecha**²¹⁴⁹.

Et qui hunus ex nobis ad infringendum uenerit hunc culmellos diuisionis chareat omne sua portione in has villas desuper nominatas (...)»

Doc. 398 (LF, 22)²¹⁵⁰

«[Notícia] [a)] *Christus*. Ambiguum quidem esse non potest sed plerisque cognitum manet eo quod **fuit sedem bragalensem magna et metropolensis in partibus spanie dum multis temporibus stante et permanente in ordine suo progul post agens sarracenorum fuit distructa atque dissolata**²¹⁵¹ (...) Postea uero ueniens uir dej sanctissimus odoarjus aepiscopus de **partibus spanie** et invenit ipsam **sedem desertam et depopulatam**. misit et edificauit et de seruos ecclesie populavit, tenente et

²¹⁴⁸ MATTOSO, 1968-1969: 109 limita-se a arrolar os topónimos e a remeter para as identificações propostas por FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 54: «No lote de Nuno, couberam «villas» difíceis de localizar para mim: algumas serão em Portugale. No entanto, a de Sancto Cipriano não pode ser Tabuadelo, perto de Vimaranes, pois é Sancibrao, região de Arzúa, onde e na de Lalín, etc., são os outros lugares deste lote. A Galécia domina inteiramente». Note-se a relativa contradição entre este “inteiramente” e a afirmação de que alguns lugares se situariam na região portugalense. É verdade que não é possível identificar maior parte destes lugares a Sul do Minho. No entanto, e mesmo que com dúvidas, alguns deviam mesmo situar-se em território portugalense, nomeadamente Cavalões (v. Apêndice II, Obs. à un. 2645) e S. Cipriano (v. Apêndice II, Obs. à un. 1812). Haverá ainda alguma possibilidade de *sanguiniето* corresponder ao l. Sanguinhedo, f. Lustosa, c. Lousada (un. 1855), que D.^a Châmoa doou ao mosteiro de Guimarães em 960 (doc. 341) e que ainda estava na posse do cenóbio em 1059 (doc. 381)? RAMOS, 1991: 112 não avança qualquer proposta de identificação para os os topónimos *fonsini* e *miliarata/miliasata* referidos no doc. 338.

²¹⁴⁹ MATTOSO, 1968-1969: 109 limita-se a arrolar os topónimos e a remeter para as identificações propostas por FERNANDES, 1970-1972, II [1971]: 54: «Na porção de Árias (Arriane), entraram Novelas, que deve ser a da margem do Sousa, cerca de Penafiel; Arouca e Oliveira, que serão no vale de Arouca (...); Paus, o do Vouga inferior; Jacinti de Tâmecha, ou Jazente (Amarante) [f. da diocese do Porto]; e outras, algumas das quais, pelo menos, além Minho, como Muscócio (Redondela)».

²¹⁵⁰ O texto base seguido nesta transcrição é o de [A], segundo a transcrição de SOARES, 1941; vão assinaladas apenas as principais variantes em LF, 22 [B]. A numeração entre [...] introduzida no texto dá conta da sucessão de fases em que é possível dividir a narrativa (histórica, no caso da notícia inicial, e processual, no caso da longa descrição do litígio). Em **negrito** vão as unidades não fichadas, por serem exteriores ao território da diocese de Braga ou demasiado genéricas/formulares (v. a justificação para cada caso em nota).

²¹⁵¹ Referência ao período anterior e coevo da invasão de 711. Note-se que segundo SOARES, 1941: 159, nt. 38, a expressão *de partibus Spanie*, que um pouco mais à frente no texto assinala a proveniência do bispo Odoário, «nos documentos desta época corresponde a *Africa*, isto é, ao sul, à zona ocupada pelos sarracenos»; o que parece ser claramente desmentido por esta primeira referência, relativa ao enquadramento hispânico da metrópole bracarense. Também DAVID, 1947: 135 identifica a expressão com o Sul da Hispânia.

permanente in suo iure usque ad obitum suum (...). tenuerunt ea quieti ipsi aepiscopi²¹⁵² ipsam sedem cum suos homines et suas ereditates adque ecclesias per multis temporibus usque diebus domni ermegildi aepiscopi. [b)] Postea vero fecerunt se extorres conmites qui **ipsam terram**²¹⁵³ tenebant de seruitjum regis et abstulerunt²¹⁵⁴ fortiose ejs iure de ipsos omnes. [c)] (...) Tenente ipse rex magnus [regnus, em [B]] domnus adefonsus **ipsam terram**²¹⁵⁵ pacifigam in suo iure mandauit per unasqueque sedes ut accepissent suas ueritates. Et preelegit pontificem petrum Dei gratia aepiscopum in sedem lucensem.

[Processo] [1)] Jpse uero aepiscopus inquisiuit de uitis de ipsam sedem [et inuenit, em [B]] ipsos omnes quos domnus odoarjus aepiscopus et post ea [postea, em [B]] domno froylani aepiscopi de sua pleue populauerat. fecerunt se extranei ipsi omnes de seruitjum de ipsam sedem. Jpse uero aepiscopus fecit querjmoniam in conspectu regis et eiegjt suo saione [saloni, em [B]] annaya uermudiz ut perduxisset ipsos omnes ad suo conciljo ut perexquisisset [et exquisisset, em [B]] cuius erat veritas sicut adduxerunt illos in loco predicto kaljdas ante ille rex. [2)] (...) [3)] Causatus fuit ipse tardenatus in uoce sancte marje in presentja prjncipis domni adefonsi et suorum iudigum ex quibus preelectus est eyta furtuniz per sagjoni annagja uermudiz appetitjone tardenato qui asseret in uoce sancte marje et de suos cultores contra uermudo qui sua uoce obtinet et de omni progenie sua, [3.1.] dicente tardenato qualjter presit domno odoarjo aepiscopo **ziues [cives, em [B]] lucense** et brakalense de succo mortuorum et restaurauit eas et populauit ex pleue familie seruorum suorum et obtinuit eas dum uitam uixit. (...) tenuerunt eas isti aepiscopi iure quieto per suos colmellos et scripturas firmitatis siue omnes quam etjam ereditates et ecclesias quos in scriptis resonant per suis terminis et agyacentjis [aiacentiis, em B]] suis et ipsi omnes fuerunt auii et bisauij de istius presentes et omni genelogja sua qui se in contentjone mitent iudigauerunt eos subtus gratia de reges qui **illa terra** imperarunt et in fagia [facie, em [B]] de illos conmes qui **illos conmissos** tenuerunt. Post ouitum (*sic*) uero domni ermegildi aepiscopi

²¹⁵² Bispos de Lugo, sucessores de Odoário.

²¹⁵³ Não se percebe se o redactor se refere apenas à *terra* (território) bracarense ou, como talvez seja mais provável, ao território portucalense, ou mesmo galego.

²¹⁵⁴ Conjugação errada de *abstollere*, verbo com o sentido de “apropriar-se”, segundo NIERMEYER, s.u.?

²¹⁵⁵ Esta *terra* deve corresponder ao conjunto do reino asturo-leonês ou, quando muito, ao território galego, como se deduz do contexto.

kadiuit **illa terra**²¹⁵⁶ in alphetena [alfetena, em [B]] et extraniarunt se illos homines de seruitjum domne Marie. Dum aduenit **terram** in pace in diebus domni adefonsi regis proljs uermudi et dux menindus gundesalui. Uenit domno pelagjo aepiscopo et presit ipsos omnes post partem sancte marje et reddiderunt patrocínio post partem de ipsam sedem. Dum aduenit mors ad ille conmite similjter et ad ille aepiscopo domno pelagjo et ille rex aduc in rue metatem [ruem etatem, e, [B]] elegerunt illos omnes aljo patrono super se per alphetena [alfetena, em [B]] que kadiuit in **illa terra** et usque istis temporibus tenuerunt eos illos conmites ex dato de illos aepiscopos quando illis ad eos dederunt et si aduc inuenire potuero in thesaurum domne marje scripturas ueridigas usque ad iudicium prefinitum presentaremus eas in concilio et aderemus in nostro asserto et hec que dico iuraran meas testimonias et de pena eyceran si eas lex godiga ordinaberit. [3.2.] Et ego uermudo presbiter qui sua uoce dicet et de sua gente et de **sancto salvatore de oueto**²¹⁵⁷ contra tardenato qui uoce obtinet de domno petro dei gratia aepiscopus et de sancte marie qualjter exierunt meos auos pro ingenuos de oueto **adprendendum** [ad prendendum, em [B]] **uillas**²¹⁵⁸ sub gratia de rex domno adefonso maior et con corno de ipse rex et per manu comite petrus uimaraniz et **presuerunt ipsas uillas** nostros auos et bisauos et ipsas uillas que preserunt ibidem quintarunt illas et dederunt illa V.^a ad ille rex et ille rex dedit ea ad ille conmite cum que uenerant ad presura et in facia [facie, em [B]] de illos aepiscopos que in vestro asserto sunt prenominati[,] et fuerunt de guttier ruderiquiz et de onega luzi et seruierunt ad illos in facia [facie, em [B]] de illos aepiscopos et item uenit rex domno ordonio et ipse comite et pontificem reccaredus aepiscopus et sisnandus cattolicus²¹⁵⁹ et diuiderunt omnes et uillas et extremarunt eglesiario [eclesiario, em [B]] de nostros auolos et de regalengo et idem seruierunt ipsi auii ad gundesaluo menindiz et nostros parentes ad rex domno uermudo et conmite menindus gundesaluiz et laxarunt [nos filios suos in iure, em [B]]

²¹⁵⁶ Terra bracarense ou, como parece mais provável, caso se aceite a identificação desta *alphetena* com as incursões de Almançor, toda a Terra portugalense?

²¹⁵⁷ Sé de Oviedo (S. Salvador).

²¹⁵⁸ Villae indefinidas no território portugalense, objecto da presúria dirigida pelo conde Vímara Peres.

²¹⁵⁹ Segundo o ed. de LF, I: 47, nt. 70: «deve ser Sesnando Mendes, bispo de Iria e Compostela, que, juntamente com o conde Gonçalo Mendes, auxiliou Ordonho III. Sesnando, que morreu em 968, devia estar presente para defender os seus direitos sobre a igreja e termo de S. Vitor e S. Frutuoso, doados a Compostela por Afonso III, em 899 (*Esp. Sagr.*, XIX, 341; A. LOPÉZ FERREIRO, *Hist. de Compostela*, II, 47, Ap. 25; A. FLORIANO, *Diplomatica Española*, II, 241 e L. G. de AZEVEDO, *Hist. de Portugal*, II, 102 e 110)».

de aloyto nunniz et fecerunt fosato de rex nostros auolos et de comites et laxarunt²¹⁶⁰ et nos in iudicio de [nunu aloytiz. Et quando, em [B]] diuiderunt illos conmites et aepiscopos ante rex illo eglesiaro [ecclesiario, em [B]] et regalengo et conmitato fecit ipse rex domno adefonso de illa uilla scriptura que in conciljo presentaremus et sumus sanus et ingenuos de ipso que nobis apponent et ad aserto abeo que opponet. [4] Item ibi rouoraberunt placitum ipsi assertores ut dedissent testimonias de amborum partibus XXX.^a XXX.^a sigut nobis ipse iudice ordinauit²¹⁶¹ de **durjo** in parte ista ubi ille rex fuisset et si ille aduc usque ipsum diem in preljum fuisset, presentasemus illa hic in bragala ante ille sagjone sigut et presentamus. [4.1.] Testifigaberunt de parte tardenato (...) qui illos omnes uiderunt in seruitjum **domne marie**²¹⁶² et de domni pelagii aepiscopi (...) qui in **ipsa terra**²¹⁶³ sumus hauitantes ubi conmanet et sapitores de ipsos omnes et de omni sua progenie (...) nepti de ipsius auui qui in scripturas resonant una parjter cum ipsa nostra gens qui se in contentjone mitent. Dicimus et testifigamus per scripturas et de istius qui sapitores sunt et de diebus domni pelagji aepiscopi oculis uidimus et aures audiuius et uirifice ordine sapemus ipsos omnes seuire post parte **sancte marje** sigut auios et bisauios quos in scripturas resonant seu et omnia quantum in placitum et in uerba testibus resonat sic est ueritas et que testifigamus recte iurare debemus pro hanc causam. [4.2.] Testifigaberunt de alja parte (...) dicimus quia oculis uidimus et aures audiuius et bene nobis cognitus manet in ueritate quia nostros auios et bisauios de presurja fuerunt ingenuos sive parentes nostros usque odie die, absque ipsius conmes uel aepiscopi seu reges absque iudigantes **terram sua**²¹⁶⁴. [5] (...) illos adsum [in concilio ad suum, em [B]] diem placiti ante ille iudice hic in **taukis in ripa maris** et elegiit un (?) [et elegerunt, em [B]] ibidem ut dedissent legem ad eos in presentja regjs et ordinauerunt iudices ut mississent testimonias de amborum partibus in eorum conciljo [et, em [B]] perexquisissent de eis ueritate, ita et factum est. [6] (...) [7] (...) P[ost autem, em [B]] roboraberunt placitum ut in III.^o die dedise tardenato eas ad iuramento et ueremudo que suscipiset eas hic in sancto petro in suburbio bragala. Hic uero uenit ipse tardenatus dedisset et illas testimonias ut prebuissent [iuras, em vez de

²¹⁶⁰ Segue-se um espaço em branco, com vestígios de rasuras, segundo SOARES, 1941: 155, nt. 19.

²¹⁶¹ Segue-se um espaço em branco, que se prolonga até ao princípio da linha seguinte, segundo SOARES, 1941: 155, nt. 20.

²¹⁶² Sé de Lugo (Sta. Maria).

²¹⁶³ Terra especificamente bracarense ou portucalense, em sentido mais lato?

²¹⁶⁴ Terra bracarense?

prebuisent, em [B]] sacro iuramento et miserunt [eos in ecclesia, em [B]] sigut lex godiga ordina[uerat. Ipsi homines superius nominati peruenerunt, em [B]] ad misericordiam et agnouerunt se in ueritate ut fuissent proprji ex pleue familje sancte marie bragalense²¹⁶⁵ siut auui et bisauui et parentes suos [fecerunt, em [B]] quomodo in scrijpturjs et in colmelljs resonat et proquose [pro que se, em [B]] in contentjone miserunt dederunt ei sua offertione²¹⁶⁶. (...) [8] Ob inde [obinde, em [B]] ego ueremudo et senator et omni progenie nostre facimus uobis patri et pontifice nostro petrus dei gratia aepiscopus scripturam agnitjonis per lġgauilem placitum ut sedeamus sub uestro regimine et de uestros maiorjnos de **sedem sancte marje** quales nobis ordinaueritis et adimpleamus seruitjum quod nobis iusseritis et de aepiscoporum successorum uestrorum qui post uos aduenerint iam dictam in ipsam sedem, et non erigamus super nos aljo domno nulljsque temporjbus unde uos disturbam malam aueatis. Et si in aliquis temporibus nos in contentjone miserimus aut repeti fuerimus de seruitjum sancte marie et non adimpleuerimus quod in scrijpturis resonat quomodo pariemus post partem sancte marje uel qui eius aepiscopatum tenuerit ipsius sedis d.^{os} d.^{os} solidos et insuper in dorsum nostrum CC.^{as} flagelas infigere quo ualere constat et lġcentjam [dicentiam, em [B]] aueatis nos adpreendere ubi nos inueneritis et reuoketis a prestina seruitute et in curbetis [incurbetis, em [B]] in seruitjo quale uobis placiuile fuerit (...)».

Doc. 399 (LF, 23)²¹⁶⁷

«[1] (...) facta fuit altercatio inter episcopo domno Vistrario Lucensis et homines Bracarenses nominatos dñā²¹⁶⁸ Piniola pro villa de Socolina et de Tornarios que iacent iuxta Bracara, similiter et Pelagio Daviz et Duceonna et Matronna pro villa de Columnas et Pelagio Yquilaz pro villa de Gonderiz. [2] Fecit ipse pontifex querimoniam ad predictus princeps de illos homines que tenebant villas et hereditates de sede Sancte

²¹⁶⁵ Não estando a diocese de Braga restaurada ainda, nem havendo qualquer catedral na cidade, esta referência deve aludir – caso não constitua mesmo um indício de interpolação do documento – à Sé de Lugo, aqui designada por bracarense pela transferência dos direitos diocesanos de Braga.

²¹⁶⁶ Segue-se um espaço em branco, segundo SOARES, 1941: 157, nt. 33.

²¹⁶⁷ A numeração entre [...] introduzida no texto dá conta da sucessão de fases em que é possível dividir o processo judicial narrado. Em **negrito** vai uma unidade (villa) não fichada, por ser exterior ao território da diocese de Braga.

²¹⁶⁸ Por *domnus*, segundo o editor de LF; não será antes uma abreviatura para *domna*, que parece aliás concordar com o género do antropónimo *Piniola* que se segue?

Marie Bracarensis²¹⁶⁹ et prendiderunt eas de iure de illa sede villas pernominatas que desuper resonant sine sagione et de acomentatione de Gutino Venegas et querebat veritatem accipere per suos scriptos et per tempus de suos antecessores. Ad hanc vocem responderunt illos homines qualiter supra dictas villas que ad nos in iudicio repetent ipsius cultores ecclesie Bracarensis sunt nostras proprias de nostra hereditate de aviorum et parentum nostrorum et debent adsedere nostras proprias. [3] Tunc rex iussit venire episcopus domnus Cresconius apostolice sedis qui tenebat villa de Bracara et Gutinus Veniegas qui tenebat illa terra de Portugale de ille rex et precepit eis que fuissent pro ad illas villas ad perexquirendum veritatem cum homines bonos secundum et fecerunt. [4] Nos vero iudices et perexquisitores veritatem nominibus Cresconius episcopus et Gutino Venegas una pariter cum sapitores Mito Petriz de Leomar et Pelagio Menendiz de Nucaria et Gutier Menendiz de Aleste incipimus ad priores fundatores et presores per ganationes [por generationes] et tuos (*sic*) et venimus per eorum prosapies usque ad suos parentes et ad illos per semetipsos et non potuimus illos homines facere heredes in ipsas villas nec possessores et invenimus fuissent proprias de sede Sancta Marie Bracarensis possessio episcoporum. [5] Tunc predictus rex jussit venire Arias Didaz que erat iudex et illos iudices et illos exqui[si]tores ad iudicandum illa presumptione de illas villas. Iusserunt sententiam legis duplare predictas villas. Tunc omnes supra nominatos qui putabant heredes esse et non erant viderunt se per legali iudicio constrictos ad veritatem sublectare (*sic*) se rogandum ad misericordiam que dedissent illas villas ad ille episcopo domno Vistrario et ad supra dictam sedem sicut et dederunt per regiam iussionem et serenissimam preceptionem et que dedissent iudicatum ad Gutino Beniegas tenebat (*sic*). [6] Obinde supra dictos homines nominibus (...) facimus ad vobis domno Vistrario episcopo et ad cultores ecclesie vestre tam presentis quam presentis [por futuris] istum placitum agnitionis vel deliberationis et scriptura firmitatis tam pro nos quam etiam et pro heredibus nostri vel propinquis tam presentis quam futuris super illas villas unde inter nos iudicio vertitur, nominatas villa de Tornarios et villa que dicunt Sucolina et villa de Columnas ut iam ambliis [por amplius] de hodie incebs [por deinceps] non mittamus ad vobis super illas villas de

²¹⁶⁹ Não estando a diocese de Braga restaurada ainda, nem havendo qualquer catedral na cidade, esta referência talvez aluda – caso não constitua mesmo um indício de interpolação do documento – à Sé de Lugo, aqui designada por bracarense pela transferência dos direitos diocesanos de Braga.

Gonteriz et super ipsas alias villas desuper nominatas²¹⁷⁰ nulla contemptione nec nulla supra dicta mala per ubi eas minus abeatis vos aut cultores de predicta sede Sancte Marie Bracarense sed abeatis illas firmiter tam de nostra parte quam etiam de propinquis nostris vel extraneis. (...) pariam vel pariemus vobis²¹⁷¹ vel qui voci vestre aut de illa sede pulsaverit ipsas villas in duplo et insuper a parte regis duas auri libras fisco persolvant (...).

[7] Et sunt terminos de illas villas per termino de Sancto Victore²¹⁷² et per termino de Sancto Frutuoso de Montelios tendenque ad Riale vaditque directa linea ad Penna Tomentosa et feret in termino de Olcoso ascendensque ad Penna Scripta revertensque ad terminos de Ferrarios et fige se in illa via de illa strata que discurrit de Sancto Petro de Mexominus pro Alestes et sunt certos terminos de illas villas que in ista agnitione resonant et sunt pernominatas villas de Tornarios et villa de Subcolina et villa de Columnas etiam et villa de Gonderiz et sedent vigarios in ipsas villas Undila Subcolina et in Columnas Teuderedo et in Gonteriz Vriastro et sunt ipsas villas per ipsos terminos de Sancta Maria de Bracara et illos homines qui in illas commorant et nos omnes confessi sumus qualiter aviis nostris se unde nos nomen abemus fuerunt proprii de familia Sancte Marie Bracarensis sedis et venerunt cum domno Flalano [por Flaviano] episcopo de sede Lucense de **villa que vocitant Villare qui iacet juxta Montem Exomnino**²¹⁷³ et veritatem non abeamus que adponerent (...)».

²¹⁷⁰ Note-se o erro do redactor, ao esquecer a villa de Gonderiz na primeira enumeração e a forma como procura corrigi-lo, repetindo o discurso sem fazer propriamente uma emenda. Esta é sem dúvida uma marca de autenticidade do texto que dificilmente teria lugar num documento falso ou interpolado nesta passagem.

²¹⁷¹ Ao bispo de Lugo.

²¹⁷² Segundo o ed. de LF, I: 53, nt. 10: «Estas palavras, escritas a tinta vermelha, formam uma linha, dando a impressão de serem a rubrica de um novo documento. Todavia, o texto a seguir deve considerar-se antes um aditamento ao documento anterior, não só por dele fazer parte integrante mas também por não haver inicial ornamentada a separá-los entre si, como é costume nos outros documentos do *Liber Fidei*».

²¹⁷³ Villa situada na Galiza, por certo.

Apêndice II: Corpus das unidades espaciais identificadas

Apêndice II.A: Notas de identificação toponímica

Nota prévia: Neste apêndice reúnem-se três notas de identificação que, pela sua extensão e pelo facto de implicarem mais do que uma unidade, não foi possível incluir no Apêndice II.

1. *Villa Nugaria* (un. 803)

Na sequência da identificação que fizera na primeira edição de *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, o ed. do LF identificou sistematicamente com a actual f. Nogueira (S. João Baptista), c. Braga as referências à *villa Nugaria* que constam dos documentos integrados no núcleo relativo aos bens doados à Sé de Braga em 1103 por Toda Eitaz (LF, 173-204)²¹⁷⁴. Todavia, na 2.^a ed. daquela obra, embora mantenha a identificação com a f. Nogueira para a maior parte dos diplomas incluídos neste núcleo²¹⁷⁵, o autor identifica com a f. Nogueiró (S. Salvador) as referências a esta *villa* em dois dos documentos integrados no núcleo documental relativo ao património de Toda Eitaz²¹⁷⁶, chegando mesmo a escrever: «Até ao séc. XIII, é difícil ou impossível saber quando *Nugaria* é Nogueira e quando é Nogueiró»²¹⁷⁷.

A hesitação de A. J. da Costa, que de resto não esclarece as razões que o levaram a atribuir algumas referências a uma f. e as restantes a outra, justifica-se pela falta de referentes espaciais inequívocos (tanto ao nível dos macro referentes físicos como da

²¹⁷⁴ COSTA, 1959, II: 63-64, onde são citadas explicitamente as seguintes escrituras deste núcleo documental: Apêndice I, doc. 165 (LF, 173=DP, III, 128), doc. 11 (LF, 175), docs. 166-167 (LF, 176-177) e docs. 177-191 (LF, 187-202), ainda que o autor omita um pequeno número de textos integrados no mesmo núcleo em que é referida uma *villa Nugaria* que se presume ser a mesma: docs. 168-171 (LF, 178-181), doc. 176 (LF, 186). A acreditar que esta omissão não ficou a dever-se pura e simplesmente a um lapso, poderá deduzir-se que uma tal identificação levantou alguma dúvida ao autor, sem que ele tenha esclarecido qual. Note-se, todavia, em abono da hipótese de um mero lapso, que o autor não arrolou estes documentos entre as referências a outros lugares de nome *Nugaria* registados na área do actual c. Braga (v. COSTA, 1959, II: 597). A identificação da *villa Nugaria* referida nos documentos citados inicialmente foi seguida por AMARAL, 1990 e 2007.

²¹⁷⁵ Apêndice I, doc. 165, doc. 11 e docs. 177-191 (COSTA, 2000: 73).

²¹⁷⁶ Apêndice I, docs. 166-167 (LF, 176-177) (COSTA, 1997: 116; 2000: 71). Isto quando na 1.^a ed. da obra, assinalava como referência mais antiga à f. Nogueiró (S. Salvador) um documento datado de 1271 (ADB, Gav. 1.^a das Propr. do Cabido, n.º 117) (COSTA, 1959, II: 62).

²¹⁷⁷ COSTA, 2000: 71, nt. 1. Note-se que esta ambiguidade na identificação está bem patente no caso da *villa Nugaria* referida no Apêndice I, doc. 11, que o autor localiza simultaneamente na f. Este (S. Mamede) e na f. Nogueira (S. João Baptista) (p. 69 e 73, respectivamente). Também MATTOSO, 1968-1969: 112 localiza os bens referidos no Apêndice I, doc. 166 na actual f. Nogueiró.

micro-toponímia), que permitam confirmar a identificação das múltiplas referências à *villa Nugaria* neste conjunto de documentos relativos à construção de um património que aí se concentrava e que viria a ser doado à Sé de Braga. No entanto, se aceitarmos o pressuposto de que as várias referências à *villa Nugaria* neste conjunto documental dizem respeito a um mesmo lugar, onde a condessa D.^a Ilduara adquirira diversos bens, iniciando a construção de um património que transmitiria aos seus descendentes e que viria à posse de Eita Gondesendes, para finalmente ser doado à Sé de Braga por sua filha, Toda Eitaz²¹⁷⁸, então, parece possível não apenas superar aquela hesitação como até propor com maior verosimilhança a identificação desta *villa Nugaria* com a actual f. Nogueiró (S. Salvador), do mesmo concelho.

Com efeito, naquela carta de doação outorgada por Toda Eitaz em 1103 (Apêndice I, doc. 165), o redactor teve o cuidado de delimitar a *villa Nugaria*, especificando inclusivamente a cadeia de transmissão patrimonial referida: «*Villa Nugaria que fuit de comitissa domna Ilduara et comparavit illa pater meus Eita Gondesendici et mater mea Gelvira Gundisalviz de sua filia comitissa domna Gontrode et de filia de Nuni Menendiz Auro Vellito et de viro suo alvazil domno Sisnando et comparaverunt illas per precium et cartas. Ipsa villa de Nugaria per terminos de Tenones et per terminos de Villar et inde per illa aqua de Aliste et inde per terminos de Sancta Tecla et inde per terminos de alia Nugaria et inde extremat cum Cerqueta et vadit per terminos de Dadin et inde unde primitur incoavimus*»²¹⁷⁹. Ora, se atentarmos nos topónimos e hidrónimos confinantes referidos nesta delimitação, facilmente concluiremos que uma localização na actual f. Nogueiró é, no mínimo, mais defensável do que na f. Nogueira:

1) *Tenones* – actual f. Tenões²¹⁸⁰, confinante com a f. Nogueiró;

2) *Villar* – embora haja outros lugares deste nome na área do actual c. Braga²¹⁸¹, há boas razões para supor que a *villa Vilar* referida em vários documentos deste núcleo relativo aos bens doados por Toda Eitaz estaria situada no território da actual f. Nogueiró (v. Obs. à un. 855). Assim acontece, por exemplo, com a *villa Villar* em que

²¹⁷⁸ LF, I: 203-204, nt. 6.

²¹⁷⁹ V. LF, I: 203, nt. 6 para algumas correcções factuais ao teor desta passagem. Sobre o confisco régio dos bens da família do conde Nuno Mendes em *Nugaria*, na sequência da batalha de Pedroso, e que viriam depois a ser devolvidos por Afonso VI, v. LF, I: 336, nt. 1.

²¹⁸⁰ COSTA, 2000: 70-71, 692.

²¹⁸¹ Mais concretamente, nas f. Ferreiros e f. Lomar, segundo COSTA, 2000: 700-701; e talvez na f. Este (S. Mamede), segundo uma identificação hipotética avançada por AMARAL, 2007: 639.

estavam situados os bens doados numa carta de 1023 (Apêndice I, doc. 175 (LF, 185))²¹⁸²; e, ao que parece, com o topónimo *Villar* mencionado numa escritura de 1083 (Apêndice I, doc. 110 (LF, 114)), como o l. onde estavam situadas várias herdades que «*extremant se ipsas hereditates inter terminum de Nogaria et terminum de Velasco Ennequiz*» (sublinhado nosso).

3) *aqua de Aliste* – rio Este, aliás mais próximo da f. Nogueiró (onde passa) do que da f. Nogueira;

4) *Sancta Tecla* – embora este topónimo tenha sido identificado com um l. da f. S. Vitor, c. Braga²¹⁸³ (de qualquer forma mais próximo da f. Nogueiró do que da f. Nogueira), note-se que a villa de Santa Tecla, mencionada tanto nesta doação de Toda Eitaz (Apêndice I, doc. 165) como em boa parte das escrituras que constituem o pequeno núcleo relativo aos bens de Visclário Ermerodiz (Apêndice I, docs. 297-304 (LF, 326-334)), deve localizar-se no território da actual f. de Nogueiró (v. Obs à un. 801);

5) *alia Nugaria* – poderá tratar-se de uma de duas *villae* deste nome existentes no território do actual c. de Braga: i) a villa correspondente à actual f. Nogueira (S. João Baptista) (un. 51); ii) a.v. da f. Este (S. Mamede) (un. 218), ambas relativamente próximas (embora não confinantes, hoje em dia) da f. Nogueiró. No entanto, talvez corresponda a um l. Nogueira situado na própria *villa Nugaria*, na f. Nogueiró (v. Obs. à un. 796)²¹⁸⁴;

²¹⁸² Em trabalho anterior (MARQUES, 2008: 293 – Quadro-síntese 1, n.º 45), identificámos esta *villa* como um a.l. da f. Nogueira (S. João Baptista), seguindo a interpretação do ed. do LF, para quem o *succo de Sancto Petro* referido como confinante desses bens «deve ser S. Pedro de Lomar, porque é limítrofe da freg. de Nogueira, onde o documento seguinte [Apêndice I, doc. 186 (LF, 196)] localiza os bens que Odrócia e marido compram através este documento [Apêndice I, doc. 175 (LF, 185)]» (LF, I: 218, nt. 2). Note-se contudo que, a partir do momento em que a premissa de base (a localização destes bens em Nogueira) é questionada, a dedução que levou o editor a identificar *Sancto Petro* com a f. Lomar sai também ela fragilizada. E é possível sugerir a identificação com alguma das outras igrejas do actual concelho de Braga que figuram, com este oráculo, no *Censual de Entre Lima e Ave* [1085-1089/1091] (Apêndice I, doc. 400) e na documentação anterior (século IX-1071) (inventariadas por AMARAL, 2007: 662 e 705-706). Em particular com a actual f. S. Pedro de Este, que não só é mais próxima da f. Nogueiró como confina com Tenões, o topónimo referido imediatamente antes da *villa Vilar* na demarcação da *villa Nugaria*. Parece assim clara a proximidade entre estes vários topónimos (Nogueiró, Tenões, Vilar e S. Pedro de Este). Para mais, convém notar que parte do mosteiro de S. Pedro de Este foi adquirida pela condessa D.^a Ilduara em 1055 (Apêndice I, doc. 179 (LF, 189)), o que constitui um indício a favor da identificação com S. Pedro de Este, caso se aceite a tendência para a concentração do património adquirido por esta senhora num mesmo território, circunvizinho de Nogueiró. Em síntese, cremos que esta *villa Villar* situar-se-á nas proximidades ou mesmo dentro do perímetro da actual f. Nogueiró.

²¹⁸³ COSTA, 2000: 666; AMARAL, 2007: 758.

²¹⁸⁴ Registe-se ainda a existência de dois outros ls. com o mesmo nome na área do actual c. Braga, ainda que nenhum constitua propriamente uma hipótese plausível neste caso: i) Navarra (S. Lourenço), antigamente designada *Nogueira*, ainda que tanto esta f. como a a.f. S. Cristina de Nogueira, hoje l. e cap.

6) *Cerqueta* – l. possivelmente localizado na f. Nogueiró (v. Obs. à un. 804);

7) *Dadin* – l. Dadim, f. Nogueiró²¹⁸⁵.

A identificação da *villa Nugaria* com a actual f. Nogueiró encontra ainda apoio na identificação de alguns outros topónimos que aparecem associados a esta unidade em alguns dos documentos que acompanham a carta de doação de Toda Eitaz: um (Apêndice I, doc. 11 (LF, 175)) situa uma vinha (un. 59) «*in villa Nugaria inter Desideria [et?] Lamazales subtus monte Spino iuxta rivulum Aliste*», sendo que as fs. Lamações e Nogueiró são actualmente confinantes²¹⁸⁶; outro (Apêndice I, doc. 168 (LF, 178)) alude a um outro topónimo associado a bens de D.^a Ilduara que pode ser situado na actual f. de Nogueiró: *Ordiales* (un. 826=el. 1357), identificado com o l. Orjães da f. Nogueiró, c. Braga²¹⁸⁷.

Por outro lado, a referência ao Monte Espinho (un. 63), que figura na esmagadora maioria dos documentos relativos ao património adquirido por D.^a Ilduara Mendes nesta *villa Nugaria*, parece constituir mais um indicador da sua identificação com a f. Nogueiró, já que, em outros documentos que não têm que ver com este núcleo, a *villa Nugaria* que cremos corresponder à actual f. Nogueira aparece associada ao Monte de Sta. Marta (un. 49), situado precisamente nesta f. (v. Obs. à un. 51)²¹⁸⁸.

Finalmente, cumpre ainda notar que os restantes bens doados à Sé de Braga por Toda Eitaz em 1103 estavam situados em três lugares (Santa Tecla, Dadim e *Cerqueta*) que são precisamente confinantes com a *villa Nugaria* e que, como ficou dito, devem localizar-se (com razoável probabilidade, no caso do primeiro e último, e com toda a

da f. Navarra (S. Lourenço), nunca apareçam designadas como *villae* (COSTA, 2000: 637); ii) uma a.v. do c. Braga ou do c. Vila Verde (AMARAL, 2007: 621) (un. 1864).

²¹⁸⁵ COSTA, 2000: 595; AMARAL, 2007: 758.

²¹⁸⁶ Ainda que registe uma transacção muito anterior (de 904) envolvendo proprietários aparentemente estranhos à cadeia de transmissões referida, e à figura da condessa D. Ilduara em particular, este documento foi integrado pelo copista do LF no núcleo documental a que nos temos vindo a referir.

²¹⁸⁷ COSTA, 2000: 640; AMARAL, 2007: 796; v. Obs. à un. 826.

²¹⁸⁸ A única excepção ao que fica dito, isto é a única referência a uma *villa Nugaria* localizada pelo Monte de Sta. Marta num documento integrado neste núcleo documental, encontra-se no Apêndice I, doc. 9 (LF, 174, datado de 900). Trata-se, todavia, de uma escritura bem mais antiga do que as restantes e que, mesmo tendo sido copiada no LF entre os títulos justificativos da posse dos bens doados por Toda Eitaz, nada tem que ver com as aquisições feita por esta senhora ou mesmo pela condessa D.^a Ilduara. Não se estranha, por isso, que os bens nela transaccionados pudessem localizar-se numa outra villa (homónima e não muito distante), que não aquela onde estava concentrado o património doado à Sé. Se bem que o argumento aqui invocado da escolha de montes diferentes como elementos de localização de ambas as villae não possa ser aplicado de forma absoluta, pelo que não é impossível que também esta *villa Nugaria* correspondesse à f. Nogueiró.

certeza, no caso do segundo) na área da actual f. Nogueiró²¹⁸⁹. Acresce ainda, entre os bens doados, a igreja de S. Miguel de Gualtar, próxima da f. Nogueiró (ainda que situada já na margem direita do rio Este) mas razoavelmente afastada da f. Nogueira. É certo que os bens doados por Toda Eitaz não tinham necessariamente de estar concentrados no território de fs. hoje vizinhas, mas a proximidade apontada entre eles vem confirmar a proposta de localização aqui avançada²¹⁹⁰.

Da conjugação de todos estes elementos, não parece forçado concluir pela maior verosimilhança de uma identificação desta *villa Nugaria*, em que se situava o núcleo central património construído pela condessa D.^a Ilduara e sucessivamente transmitido até vir à posse da Sé de Braga por doação de Toda Eitaz, com a actual f. Nogueiró (S. Salvador), face à anterior proposta de identificação com a f. Nogueira (S. João Baptista)²¹⁹¹. Já depois de redigida esta extensa nota, apercebemo-nos de que, ao terminar o parágrafo dedicado à narração do auxílio prestado por S. Geraldo a Toda Eitaz, incluída no texto da *Vita Sancti Geraldi* (SS: 56, §12), D. Bernardo (arcediogo de Braga e depois bispo de Coimbra) alude explicitamente à localização dos bens doados por esta senhora em *Nogariola*²¹⁹². Tratando-se de um texto redigido necessariamente antes de 1146 (data da morte de D. Bernardo), logo pouco posterior à própria doação de Toda Eitaz, não parece restar qualquer margem para dúvida sobre a identificação do essencial do seu património com a actual f. Nogueiró (S. Salvador).

²¹⁸⁹ «concedo (...) hereditates meas propria quas habeo in villa Nugaria, Sancta Tecla et Datin et Cerqueta et tertia de Sancti Michaelis de Gualtar» (Apêndice I, doc. 165).

²¹⁹⁰ Um outro argumento, certamente secundário e conjectural, mas ainda assim a merecer ponderação, prende-se com o facto de os bens pertencentes a Tudili e seus descendentes (encarregados de zelar pelos bens da condessa D.^a Toda na *villa Nugaria*), que aparecem referidos no Apêndice I, doc. 166 (LF, 176), estarem situados nesta mesma villa e em Lamações; ora, a actual f. Lamações é mais próxima da f. Nogueiró do que da f. Nogueira.

²¹⁹¹ Entre os indícios que poderiam contrariar esta identificação está a referência a um «*arrogio in prono pro ad Sauto*» na delimitação de bens na *villa Egican* doados à Sé em 1072 (Apêndice I, doc. 70 (LF, 75)), sendo que COSTA, 2000: 690 situa este l. Souto na f. Nogueira (S. João Baptista), onde considera aliás localizar-se a referida *villa Egican* (COSTA, 1997: 259). Ora, no Apêndice I, doc. 188 (LF, 199) – integrado neste núcleo de documentos relativos ao património de D.^a Ilduara e depois de Toda Eitaz – refere-se também um *arrugio qui venit de Sauto*, que poderão corresponder ao mesmo arroio e Souto mencionados naquele documento. No entanto, a frequência do topónimo *Sauto* e o facto de a referida *villa Egican* poder abranger também o território da actual f. Nogueiró (v. Obs. à un. 50) impedem a utilização deste argumento contra a identificação que propomos.

²¹⁹² «Deinde beato viro et et sedi Bracarensi optimam hereditatem, quae Nogariola vocitatur, contulit» (SS: 56, §12).

2. *Villa Barvuto* (un. 1445)

Um documento datado de 1102 (Apêndice I, doc. 295 (LF, 315=643)) é o único que atribui a Barbudo a designação explícita de ‘villa’ (el. 2610), em duas passagens diferentes: primeiro no contexto da própria demarcação da villa (segundo uma interpretação do texto não isenta de dúvidas, mas corroborada por COSTA, 2000: 188) e depois como elemento de localização de um casal pertencente ao cenóbio. Numa primeira leitura, poderia pensar-se que este documento contém a primeira (e única) referência em que o l. Barbudo, situado na actual f. do mesmo nome do c. Vila Verde, aparece designado (e demarcado) explicitamente como ‘villa’; o que talvez se pudesse explicar pela natureza do próprio texto (um inventário de bens do mosteiro de S. Antonino de Barbudo, feito no momento da sua passagem para o domínio da Sé de Braga). No entanto, ainda que o simples topónimo *Barvuto/Barbuto* (isento, não classificado como ‘villa’ – un. 997) esteja amplamente documentado no núcleo documental relativo ao património do mosteiro de S. Antonino, como elemento de localização do próprio cenóbio²¹⁹³, a verdade é que nenhum outro documento deste núcleo localiza qualquer bem (do mosteiro ou de qualquer proprietário particular, entre as dezenas que com ele aparecem a transaccionar bens) no lugar de Barbudo, especificamente. Neste sentido, parece quase forçoso aceitar que a *villa Barvuto* corresponde a um lugar diferente daquele que é normalmente referido como elemento de localização do mosteiro de S. Antonino. São várias as razões que sustentam esta distinção:

i) em primeiro lugar, os elementos referidos pelo Apêndice I, doc. 295 na demarcação da *villa Barvuto* (os termos de S. Paio [de Moure] e de Atiães, ambos identificáveis com as actuais freguesias homónimas do c. Vila Verde) dificultam uma localização na actual f. Barbudo (confinante com a f. Moure, mas não com a f. Atiães);

ii) além do mais, a primeira referência à *villa Barvuto* (com a respectiva demarcação) ocorre neste inventário exactamente entre as referências às propriedades detidas pelo mosteiro nas villae Libão e de S. Julião [da Lage], ambas localizadas no território da actual f. Lage (confinante com as f. Atiães, f. Moure e f. Turiz, mas não com a f. Barbudo); e de uma leitura atenta do texto fica-se mesmo com a sensação de

²¹⁹³ São frequentes, neste núcleo, os documentos iniciados por invocações do tipo: «Sancto Bartolomeo apostolo, Sancto Matheo apostolo, Sancto Stephano, Sancto Antonino (...) cuius baselica fundata est in Brito inter Mauri et Barbuto».

que, na imagem mental do redactor, o perímetro da *villa Barvuto* que é delimitado inscreve-se ainda no território da villa Libão;

iii) ao mesmo tempo, a demarcação da villa Libão (f. Lage) feita no Apêndice I, doc. 232 (LF, 253) recorre aos mesmíssimos elementos confinantes utilizados na demarcação da *villa Barvuto* no doc. 295, acrescentando apenas a referência a Turiz (a actual f. Turiz está situada precisamente entre as actuais f. Lage e f. Barbudo, na direcção de NE)²¹⁹⁴;

iv) o último argumento (e talvez o mais significativo) em apoio de uma localização diferente da f. Barbudo fornece-o uma carta de doação de ½ do *casale de Barvuto*, feita pela condessa D.^a Gontrode, em 1068, ao mosteiro de S. Antonino (Apêndice I, doc. 227 (LF, 248)), em que este casal aparece explicitamente localizado na villa Libão (f. Lage)²¹⁹⁵. Por outro lado, logo em 1071, Nuno Mendes doa ao mosteiro de Barbudo ½ da própria villa Libão (Apêndice I, doc. 232 (LF, 253)), o que não pode deixar de ser tido em conta, na medida em que no inventário de 1102 (Apêndice I, doc. 295) se diz ter sido a *villa Barvuto* doada ao mosteiro por D.^a Gontrode e por Nuno Mendes, e não há, em todo o dossier relativo ao mosteiro de S. Antonino de Barbudo, mais nenhuma doação de qualquer destas personagens ao cenóbio. Tratando-se ou não da mesma unidade²¹⁹⁶, a verdade é que o topónimo Barbudo está indiscutivelmente documentado no território da villa Libão.

Do exposto, facilmente se concluirá, sobretudo se confrontadas as relações espaciais que aqui se enunciaram com a carta militar (CM, 56), que esta *villa Barvuto* não poderá localizar-se na actual f. Barbudo mas algures num espaço hoje integrado nas f. Moure e/ou f. Laje. Com grande probabilidade situar-se-ia no território da villa Libão,

²¹⁹⁴ Atente-se na sequência espacial de ambas as demarcações (os elementos coincidentes vão assinalados em **negrito**):

«Et de illo arrugio qui est discurrente de Sancti Pelagii quomodo vadit per **terminum de Atianes** et inde per terminum de **Sancti Pelagii** de illa villa que dicent Barvuto [Baruvudo, em [C]] medietate integra (...)» (Apêndice I, doc. 295)

«De ipsa villa [Luvanes]quomodo levat se de illo corrago qui currit de Sancto Iuliano et vadit in prono et ferit in rio et vadit per **terminum de Atilanes** et vadit in festo et ferit in testamento de **Sancto Pelagio de Mauri** et de alia parte ferit in terminum inter Luvanes et Turis et vadit in prono et ferit in Sancto Iuliano unde primitur incoavimus» (Apêndice I, doc. 232).

²¹⁹⁵ «concedo (...) hereditatem meam propriam quam habeo in villa Luvanes quam habeo de parentibus meis Nuno Alvitiz et comitissa domna Ilduara. Et habet iacentiam in casale de Barvuto quomodo vadit per corrago de Porto de Triticales et extremat per corragum qui currit de Luvanes cum suis adiunctionibus de ipso casale de Barvuto nostram medietatem integram cum cunctis prestationibus suis sub monte Barvuto discurrentibus aquis ad Catavum territorio Bracarensi» (Apêndice I, doc. 227).

²¹⁹⁶ Sobre a forte possibilidade de estes bens e a *villa Barvuto* corresponderem a uma mesma unidade, v. Notas a documentos específicos, §3.

que poderia eventualmente estender-se pelo actual território da f. Moure (aliás, ainda hoje o l. Livão ocupa a posição intermédia de último lugar da f. Lage (a Norte), antes da fronteira com a f. Moure) mas devia inscrever-se sobretudo dentro da actual f. Lage, na qual arriscamos localizar esta *villa Barvuto*²¹⁹⁷.

3. *Villa de Villacova* (un. 1881)

Há no LMD diversos documentos com referências a uma *uilla cova*, que os diversos autores tendem a identificar ora com o l. Vila Cova da f. Moreira de Cónegos (c. Guimarães) ora com a f. Vila Cova (c. Fafe), sem que no entanto seja unânime a distinção entre as referências que dizem respeito a um e outro. Esta é, aliás, uma distinção por vezes bastante difícil de fazer, na medida em que os documentos não fornecem elementos suficientes para a destrição.

Três dessas referências são inequívocas, pelo que podem ficar desde já excluídas da discussão:

i) a referência feita no Apêndice I, doc. 342 (LMD, 62=DC, 82) à *villa uocitata villacoua* (un. 1881=el. 3361) é manifestamente relativa ao l. Vila Cova da f. Moreira de Cónegos, como se deduz da sua localização sob o monte Cavalos (situado no c. Guimarães, possivelmente na vizinha f. S. Martinho de Conde – v. Obs à un. 16) e, sobretudo, da delimitação que o documento faz desta villa (confinante, por exemplo, com Caldas de Vizela, nas imediações da f. Moreira de Cónegos)²¹⁹⁸;

²¹⁹⁷ Esta proposta de identificação toponímica é válida apenas para a primeira menção à villa de Barbudo no inventário de 1102. A segunda referência, que recorre a esta villa para a localização de um casal que fora de Tedon Luz (un. 1232=el. 2622) é bem mais problemática, já que, num documento anterior, de 1079 (Apêndice I, doc. 254 (LF, 274)), o mesmo casal de Tedon Luz aparece (embora com a designação de '*hereditas*' e não '*casal*' – un. 1232=el. 2192) explicitamente localizado na *villa Ansulfi*, muito provavelmente situada na actual f. Barbudo (v. Obs. à un. 1199). Ora, esta localização na *villa Ansulfi* parece preferível face à localização do mesmo casal na *villa Barvuto*, feita no doc. 295, essencialmente por duas razões:

a) em primeiro lugar, esta localização aparece num documento que diz directa e exclusivamente respeito a esta unidade, ao passo que a referência no doc. 295 constitui um mero item de um amplo inventário de propriedades pertencentes ao mosteiro de Barbudo;

b) em segundo lugar, e porque o doc. 295 agrupa as propriedades por villae, referindo-se, por regra, uma só vez a cada uma, é de admitir que a localização deste casal na *villa Barvuto* se trate de erro ou, pelo menos, não diga respeito à *villa Barvuto* situada no território da actual f. Lage, a que aqui nos referimos (e que ficara já referida – e delimitada – no início do doc. 295 [un. 1445]), mas a um l. na actual f. Barbudo, próximo ou mesmo coincidente com a *villa Ansulfi*.

²¹⁹⁸ Um argumento que vem confirmar esta identificação é o facto de esta doação ao mosteiro de Guimarães, datada de 961, da *hereditas* de Adosinda e da porção de sua filha, Gontinha, em *Villa Cova* (Apêndice I, e doc. 342) ser outorgada pela mesma Adosinda (Ausenda) Guterres com quem o conde Gonçalo Mendes escambou em 964 bens em Guimarães (*villa* de Caíde, f. Atães) e Fafe (*villa* de Medelo), recebendo em troca bens em Guimarães (entre os quais a villa de Moreira (de Cónegos), vizinha de Vila Cova) (Apêndice I, doc. 343 (LMD, 50=DC, 88)) – este escambo é também referido no Apêndice

ii) a referência feita no Apêndice I, doc. 355 (LMD, 51=DC, 221) ao *termino de villa coua* (un. 1881=el. 3526), que aparece citado na delimitação da villa de S. Martinho (do Conde), correspondente a uma f. vizinha da f. Moreira de Cónegos. Trata-se de uma carta em que *Iunias* e seus filhos, Martinho e Todenando, entregam diversas propriedades ao abade de Guimarães, para o pagamento de uma dívida;

iii) já a referência feita no Apêndice I, doc. 356 (LMD, 46=DC, 223) a *villacoua* (un. 1979=el. 3549) é manifestamente relativa à f. Vila Cova, c. Fafe, como se deduz da sua integração no mandamento de Travassós (c. Fafe), arrolado como um dos vários pertencentes ao mosteiro de Guimarães.

Mais problemáticas são as referências feitas em vários outros documentos:

i) no Apêndice I, doc. 347 (LMD, 68=DC, 138), regista-se aquilo que podemos considerar uma dupla referência a *uilla coua* (un. 1881=el. 3440), ainda que esteja em causa um mesmo lugar²¹⁹⁹. Esta carta é a segunda doação do conde Gonçalo Mendes ao mosteiro de Guimarães (datada de 983), em que, para além da villa de Moreira (de Cónegos) e da respectiva igreja de S. Tecla, o conde transfere para Guimarães os bens que Egas tivera em Vila Cova (e que Gonçalo Mendes havia escambado com o mosteiro de Guimarães, a quem entregou propriedades em *Armiri* (f. Armil, c. Fafe? – v. Obs. à un. 1916), bem como os bens que aí tivera Patruina, a ração dessa villa que fora de Adosinda e o que o filho desta, Mido, vendera a Gonçalo Mendes. O documento não fornece qualquer elemento de localização, pelo que parece tão legítimo identificar *Villa Coua* com o l. desse nome na f. Moreira de Cónegos, com base no argumento de que a

I, doc. 345 (LMD, 67=DC, 99). Antes do seu casamento, em segundas núpcias, com Ramiro Mendes, que fez dela cunhada do conde Gonçalo Mendes (MATTOSO, 1968-1969: 89), esta Adosinda (Ausenda) Guterres foi casada com Ximeno Dias, de quem teve vários filhos, entre os quais Goncinha Ximenes, que veio casar com Soeiro Gondemariz (MATTOSO, 1968-1969: 105-106). Deve, por isso, corresponder à Adosinda, mãe de Gontinha, mencionada no Apêndice I, doc. 342 (embora este autor não o refira entre as escrituras relativas a estas senhoras). A proximidade entre os bens transaccionados em ambas as cartas (Apêndice I, doc. 342 e doc. 343), que não devem contudo ser confundidos (não há qualquer referência a *villa coua* no Apêndice I, doc. 343 e doc. 345), constitui mais um indício da identificação desta *villa coua* com a actual f. Moreira de Cónegos.

²¹⁹⁹ «Et in Villa Coua quantum ibidem habuit Egas que conmutavimus cum fratre de Vimaranes pro illud quod fuit de Moabita Meffarraie in Armiri sibe et ipsa Villa Coua quantum ibidem abuit Patruina et ratjone de Adosinda et que comparavimus de filio suo Mito» (Apêndice I, doc. 347). A. J. da Costa considerou estas duas referências como sendo relativas a lugares diferentes, identificando a primeira com a f. Moreira de Cónegos, c. Guimarães (COSTA 1997: 143 e 2000: 348) e a segunda com a f. Vila Cova, c. Fafe (COSTA, 1997: 128 e 2000: 239). O autor que terá sido levado a esta dupla (e equívoca) identificação pelo facto de, por um lado, esta referência a Villa Coua ter lugar numa ampla doação de Gonçalo Mendes ao mosteiro de Guimarães que tem por objecto central a villa de Moreira (de Cónegos), e, por outro, de aparecer associada à villa de Armil (c. Fafe), onde se situavam propriedades que Gonçalo Mendes escambara por outras em Vila Cova. No entanto, parece claro que não há no documento referências a dois lugares distintos, mas apenas a um; caso contrário o notário teria certamente introduzido algum elemento de distinção em ambas.

villa de Moreira constitui o objecto central da doação, como deduzir a sua identificação com a f. de Vila Cova no c. Fafe do facto de Gonçalo Mendes ter escambado os bens que Egas tivera nesta villa por outros situado numa outra f. do c. Fafe (Armil) – argumentos que parecem ter sustentado a dupla identificação feita por A. J. da Costa, como ficou dito. No entanto, não é certo que a *uilla armiri/armiri* corresponda efectivamente à actual f. do c. Fafe (como reconhece aliás o próprio COSTA, 2000: 577, que a identifica como um l. do actual c. Guimarães)²²⁰⁰.

ii) já o Apêndice I, doc. 357 (LMD, 51=DC, 225), de 1014, é, todo ele, o relato de um complexo processo judicial de disputa pela posse da *uilla de uillacoua* (un. 1881=el. 3589), entre o mosteiro de Guimarães e Ordonho Sentariz, num primeiro momento, e Mido Todegildes, depois. Do depoimento do primeiro (confirmado pelo segundo, no final do processo), ficamos a saber que esta villa fora entregue a Ordonho *in casamento* (a título de dote?) pelos seus sogros, Todegildo e Gontinha, embora ao mesmo tempo estivesse também na posse (*in iure*) do mosteiro de Guimarães, que a recebera (*tenebant ea ex datu*) do conde D. Gonçalo (Mendes), que por sua vez a recebera (*ad cuius illam dederat*) de Mido Todegildes e de seus irmãos Zendas e Gontemiro (possivelmente filhos de Todegildo e Gontinha, sogros de Ordonho²²⁰¹) e respectivas mulheres, havendo ainda lugar a uma referência de difícil interpretação às doações (*testamentos*) feitas, presume-se que nesta villa, por Egas Arqueriz e sua mulher Adosinda²²⁰², com seus filhos. De qualquer forma, o documento não fornece

²²⁰⁰ Do que sabemos dos filhos de Adosinda [Ausenda] Guterres, é difícil que a razão de uma Adosinda na *Villa Cova* referida neste Apêndice I, doc. 347 (de 983) como tendo vindo à posse de Gonçalo Mendes (un. 3267=el. 3443) corresponda à mesma *hereditas* situada nessa villa que Adosinda (Guterres) transferira, por si e por sua filha Gontinha, para o mosteiro de Guimarães no Apêndice I, doc. 342 (de 961) (un. 1880=3360). Com efeito, e mesmo que não possamos excluir a existência de filhos até agora desconhecidos, não há nenhum Mido entre os seis atribuídos por MATTOSO, 1968-1969: 105-106 ao primeiro casamento de Ausenda Guterres, com Ximeno Dias; sendo “possível”, segundo o mesmo autor, que do seu segundo casamento, com Ramiro Mendes, não tenha resultado descendência (*ibidem*, p. 108). Torna-se assim pouco plausível (ainda que não impossível) a identificação entre a Adosinda (Guterres, mãe de Gontinha) referida no doc. 342 e a Adosinda (mãe de Mido) referida no Apêndice I, doc. 347. Note-se, contudo, a possibilidade de esta última corresponder à Adosinda casada com Egas Arqueriz, mencionada no Apêndice I, doc. 357 (de 1014) que também deteria bens em *Villa Cova*, na actual f. Moreira de Cónegos (un. 1881=el. 3589).

²²⁰¹ Deverá, por isso, distinguir-se este Mido Todegildes (também casado com uma Adosinda) do Mido, filho de Adosinda, referido no doc. 347 (possivelmente irmão de Gontinha e tio deste Mido Todegildes?).

²²⁰² É possível que sejam os mesmos Egas e Adosinda referidos no doc. 347. No entanto, apesar da coincidência de nomes, e como ficou dito, esta Adosinda (mulher de Egas Arqueriz) e a Gontinha (mulher de Todegildo e sogra de Ordonho Sentariz) referidas no doc. 357 (que alude a uma outra Adosinda, mulher de Mido Todegildes) não devem ser confundidas com a Adosinda e sua filha Gontinha mencionadas no Apêndice I, doc. 342, caso se confirme a identificação destas com a Ausenda Guterres (mulher de Ximeno Dias) e sua filha Goncinha Ximenes (mulher de Soeiro Gondemariz), como ficou dito.

qualquer elemento de localização que permita identificar esta *villa de uillacoua* com qualquer das hipóteses aqui em causa. O único indicador, que a generalidade dos autores (na senda do ed. de VMH: 29, nt. 1) tem tomado como certo da sua identificação com a f. Vila Cova, c. Fafe, é a referência feita na rubrica do documento no LMD: «*Kartula de agnitio de villacoua de Freitas*». Note-se, contudo, que esta rubrica não deve ser, em princípio, contemporânea da redacção do diploma, nem sequer do primitivo cartulário, mas antes da cópia que deste se fez nos séculos XII-XIII, como se deduz da referência ao couto de Moreira na rubrica da doação de Vila Cova, f. Moreira de Cónegos, feita por Adosinda em 961 (Apêndice I, doc. 342): «*Carta de villacoua in cauto de moreira*», sem que haja no documento qualquer referência ao topónimo 'Moreira' e muito menos a um couto, que não existiria neste período. A redacção desta rubrica terá, por isso, de ser posterior à criação do dito couto de Moreira, que, a avaliar pelas referências documentais recolhidas por COSTA, 2000: 248 aparece mencionado pela primeira vez em 1220, presumivelmente nas actas da Inquirições gerais desse ano. Embora seja significativo que o autor das rubricas tenha distinguido ambas as villae em documentos relativamente próximos na ordem de cópia (Apêndice I, doc. 357=LMD, 51 e doc. 342=LMD, 62), não é impossível admitir que na redacção da rubrica do Apêndice I, doc. 357 o redactor se limitasse a copiar a referência feita a Vila Cova no Apêndice I, doc. 356=LMD, 46, copiado pouco antes daquele, e em cujo texto Vila Cova aparece associada a Freitas: «*Mandamento de trauazolos villacoua cum fleitas et agrella et villarelio et petrosello*».

Em síntese, poderíamos multiplicar as hipóteses que tanto o doc. 347 como o doc. 357 (Apêndice I) permitem levantar, mas a verdade é que nenhum deles fornece elementos consistentes para identificar a *villa coua* neles referida (que presumimos ser a mesma, dado o vínculo patrimonial que a une ao conde Gonçalo Mendes) com qualquer das duas hipóteses possíveis. Se a indicação topográfica do redactor da rubrica do segundo diploma aconselharia a optar pelo c. de Fafe, também é verdade que a importância que a villa de Moreira (de Cónegos) assume no património de Gonçalo Mendes (bem visível no Apêndice I, doc. 343, doc. 345 e no próprio doc. 347) pode ser tomada com um argumento para defender a identificação com a f. Moreira de Cónegos, no c. Guimarães. Ainda que nenhuma das escrituras arroladas mais acima, e que comprovadamente se referem à villa de Vila Cova situada nesta f., a relacionem directamente com Gonçalo Mendes. Parece-nos, no entanto, mais ponderosa esta

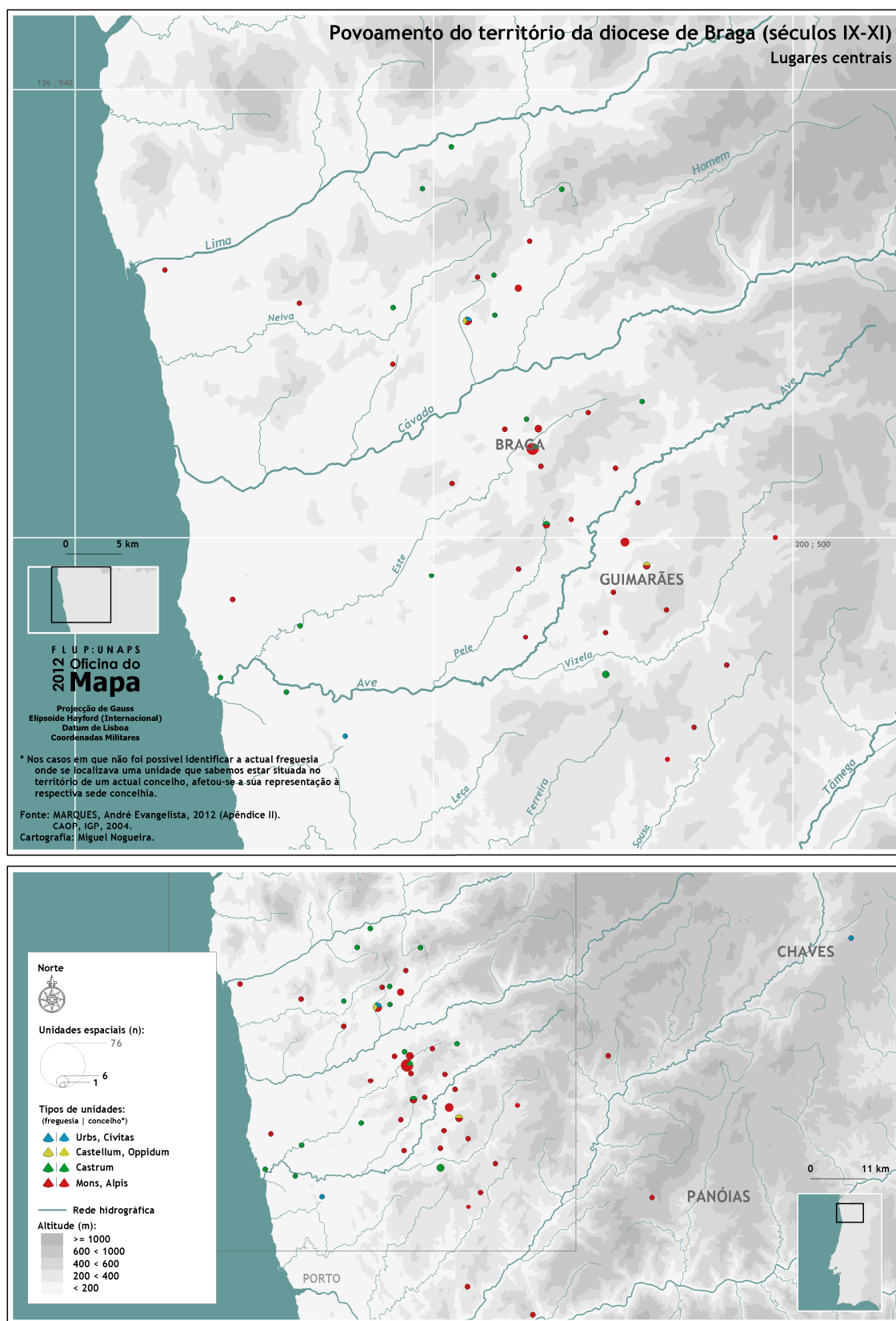
ligação patrimonial entre Gonçalo Mendes e o território da actual f. Moreira de Cónegos do que a indicação topográfica fornecida pelo redactor da rubrica do Apêndice I, doc. 357²²⁰³. E, de facto, RAMOS, 1991: 113 não hesita em identificar a *villa Coua* referida no Apêndice I, doc. 347 com a f. Moreira de Cónegos, c. Guimarães.

iii) finalmente, no Apêndice I, doc. 391 (LMD, 56=DC, 952[b]) alude-se a várias propriedades em *villa coua* pertencentes a uma D.^a Adosinda, e depois integradas no domínio do mosteiro de Guimarães; e no Apêndice I, doc. 392 (LMD, 57=DC, 952[c]) arrola-se um conjunto vasto de parcelas na mesma villa pertencentes a Todegildo e a sua mulher Gontinha. Também destes dois documentos não consta qualquer elemento de localização que permita identificar liminarmente esta villa com a f. Moreira de Cónegos. No entanto, a coincidência do nome de Adosinda com o da outorgante do Apêndice I, doc. 342 ou com alguma das duas senhoras deste nome mencionadas no Apêndice I, doc. 357 e, sobretudo, a referência ao casal Todegildo e Gontinha mencionado também neste doc. 357, bem como o facto de Ordonho Sentariz (que o doc. 357 diz ser genro de Todegildo e de Gontinha) aparecer no Apêndice I, doc. 392 como tendo comprado uma das herdades supostamente pertencentes a Todegildo e Gontinha, faz pensar na identificação de todas as propriedades em Vila Cova referidas no Apêndice I, doc. 347, doc. 357, doc. 391 e doc. 392 com uma mesma família. A confirmar-se a identificação entre a Adosinda que outorga o Apêndice I, doc. 342 (cujo património esta escritura localiza inequivocamente no l. Vila Cova da actual f. Moreira de Cónegos) e a que é referida no Apêndice I, doc. 391, restaria pouca margem para duvidar que todos estes documentos dizem respeito a uma mesma villa.

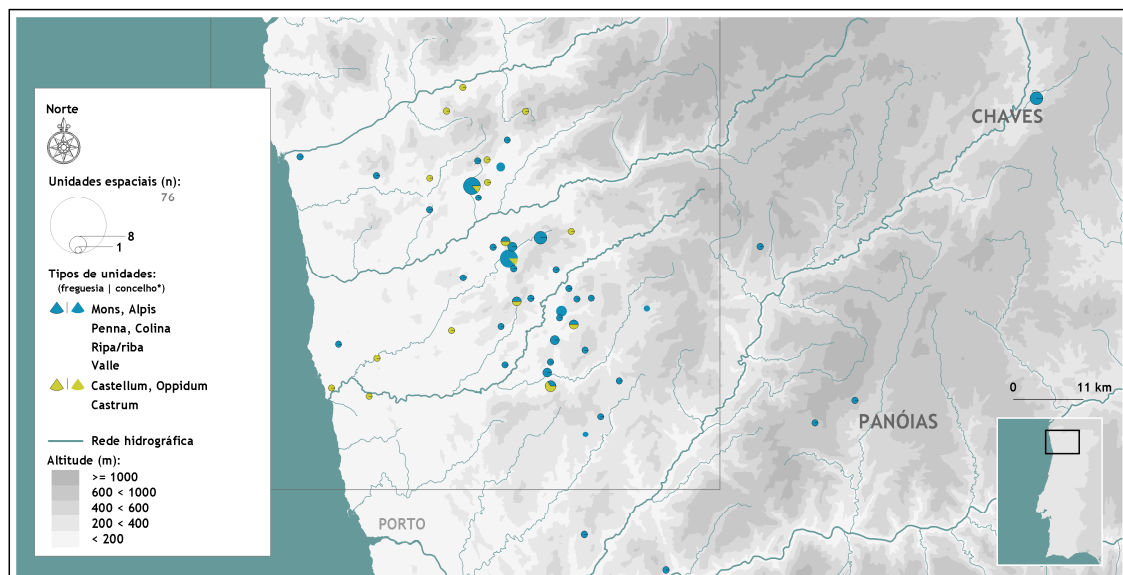
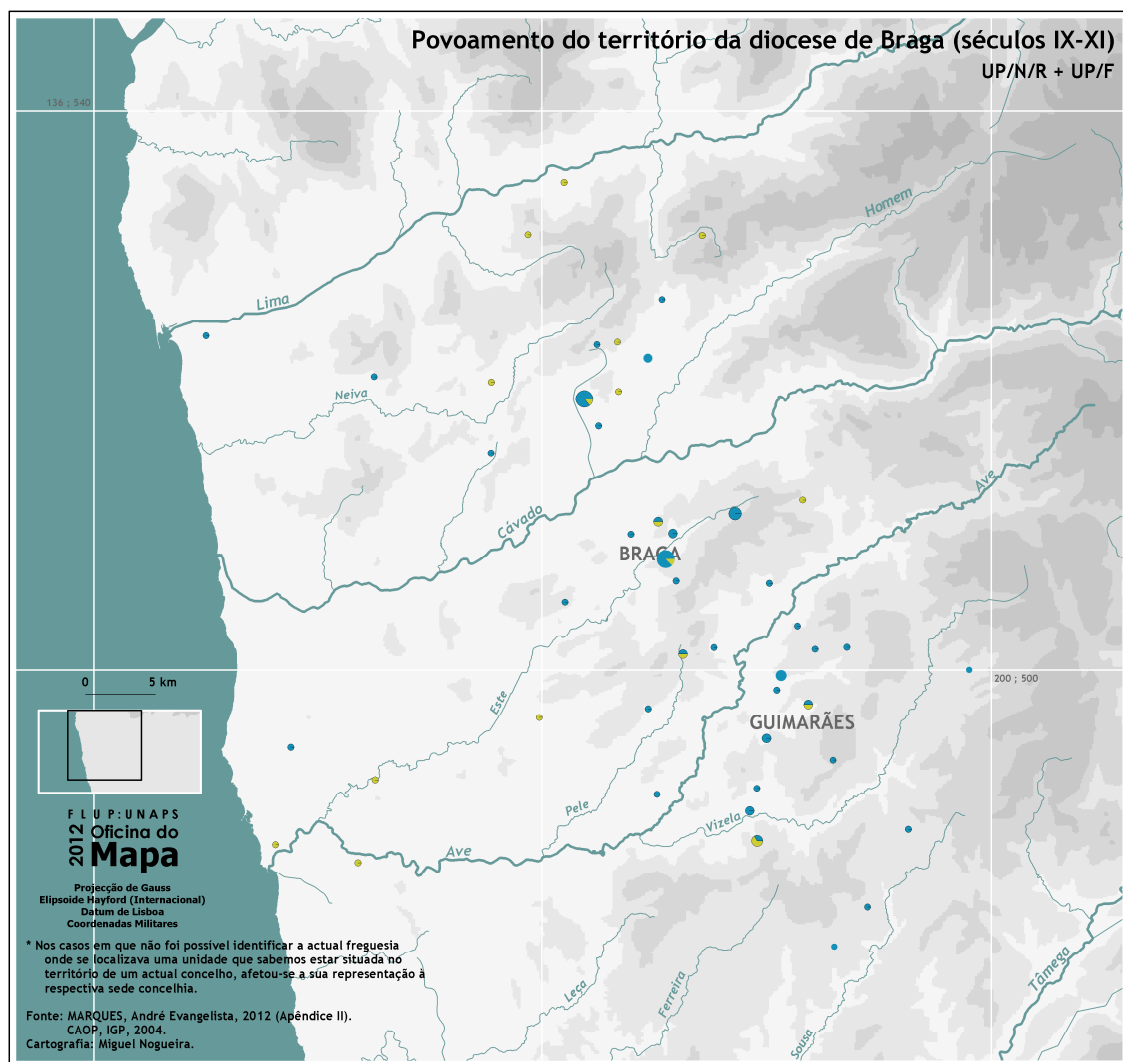
Por último, note-se que um outro argumento em favor da identificação da villa de Vila Cova com esta freguesia é associação entre essa villa e o mosteiro de Sta. Tecla de Moreira (de Cónegos) no Apêndice I, doc. 381 (LMD, 45=DC, 420): «*Et ad illa ponte de auizella monasterio de moraria cum uillacoua et uarzena et suas adiuntiones in uillar et in sancto martino*» (Apêndice I.A, doc. 381, §16.4).

²²⁰³ Poderíamos ainda citar pequenos indícios, como seja a referência feita logo no início do Apêndice I, doc. 357, quando se apresenta o conflito que opunha Ordonho Sentariz ao mosteiro de Guimarães, ao facto de a aquisição da *villa de uillacoua* ter sido feita por D.^a Mumadona Dias e pelos abades do cenóbio: «*testamentos et cartas per quem illa ganabit domna mummadonna et suos abbates*», o que poderá ser interpretado, caso esta Mumadona seja a fundadora do mosteiro e não a sua neta homónima, como uma referência à carta de doação feita em 961 por Adosinda (mulher de Ramiro Mendes), que doou ao mosteiro de Guimarães a sua *hereditas* e a porção de sua filha Gontinha na *villa uocitata villacoua* situada inequivocamente na f. Moreira de Cónegos, c. Guimarães (Apêndice I, doc. 342), como vimos.

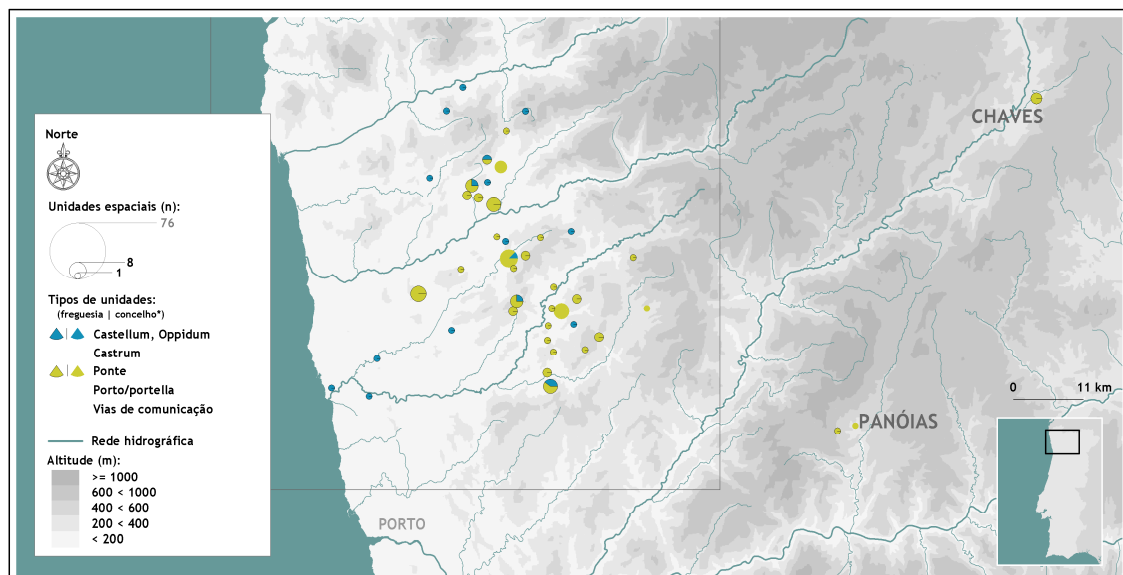
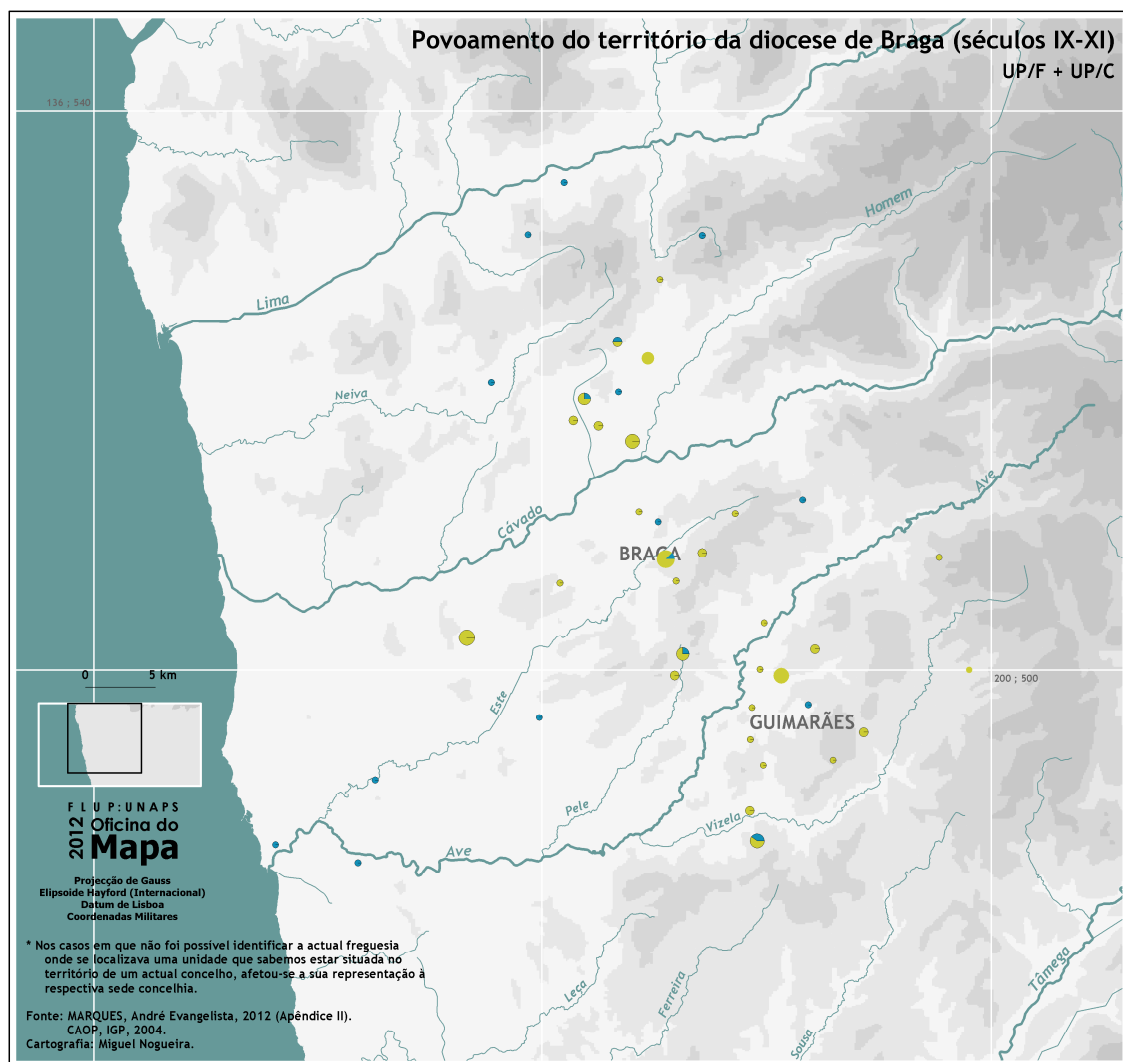
Apêndice III – Cartografia complementar



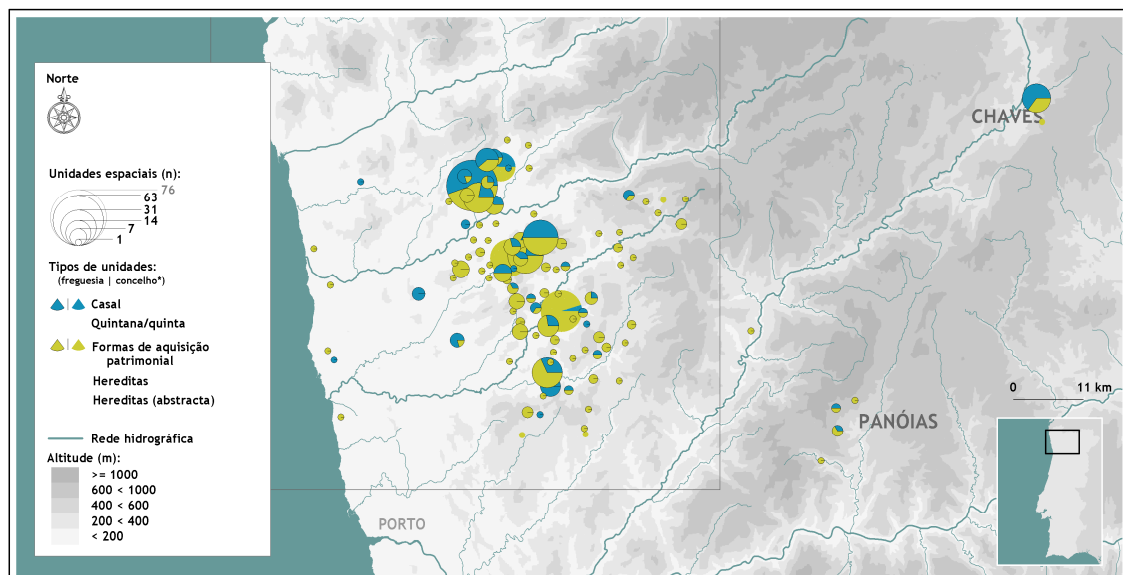
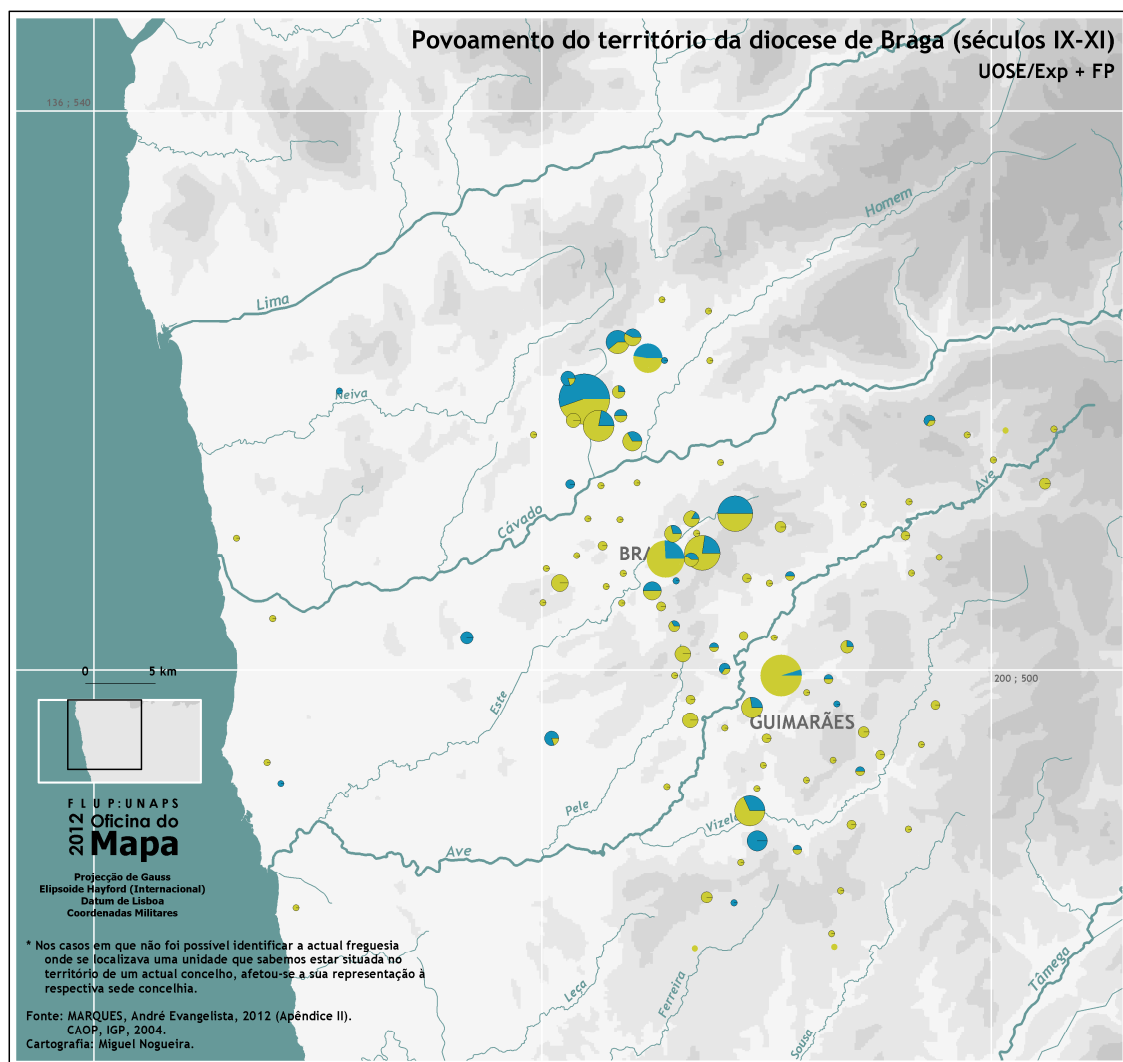
Mapa 20 – Lugares centrais



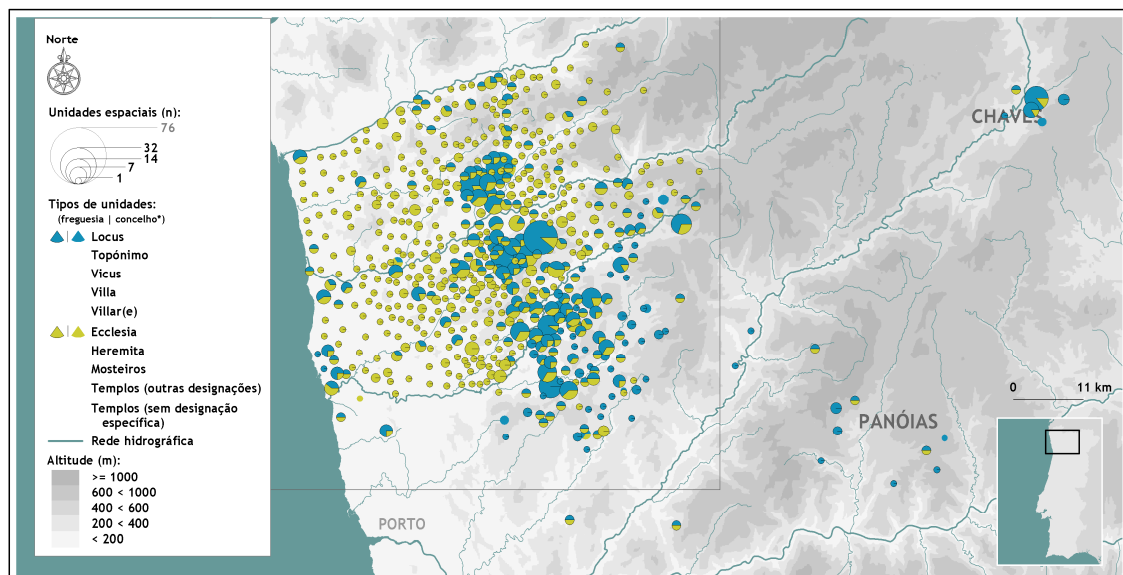
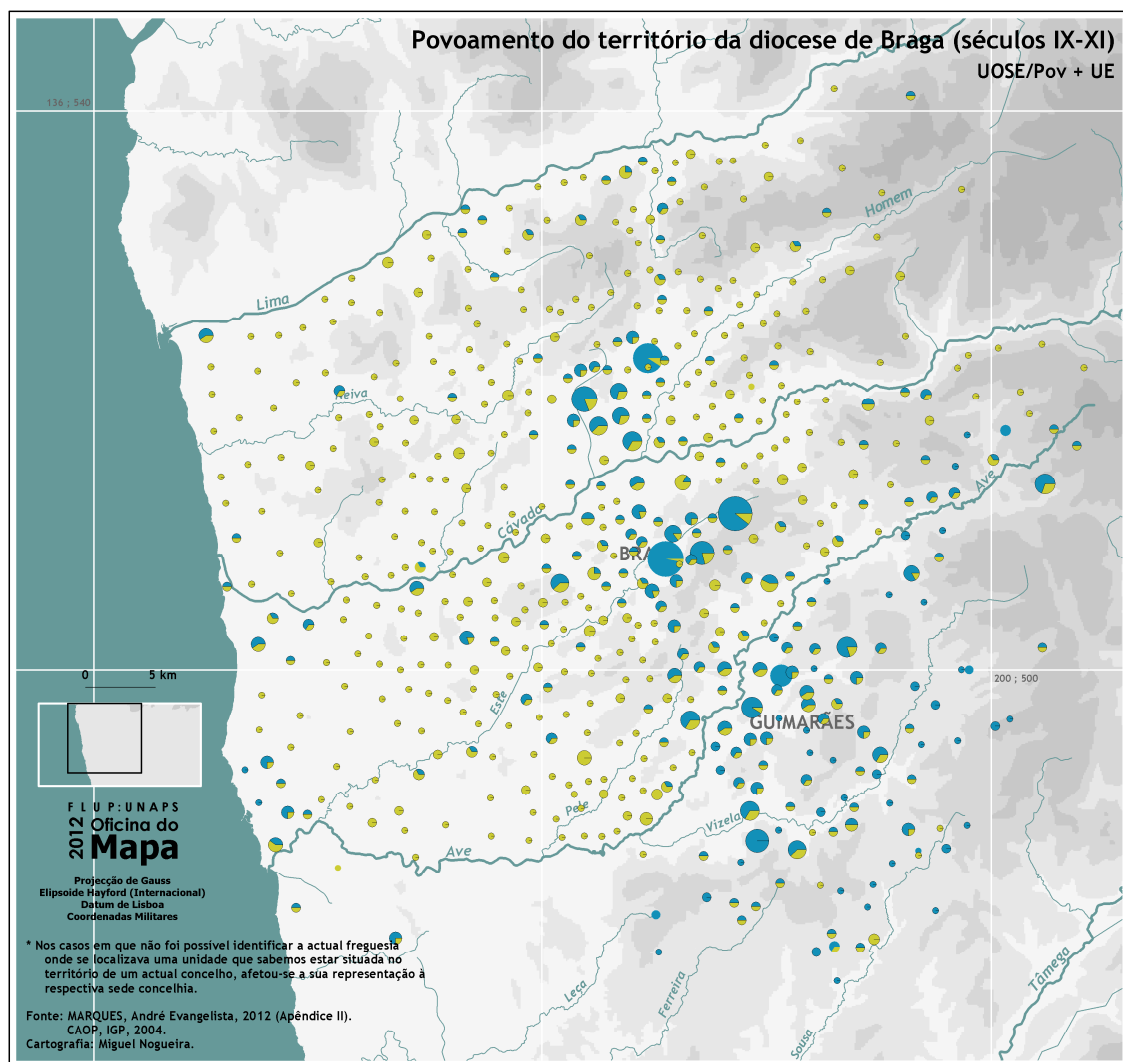
Mapa 21 – Unidades de paisagem naturais (relevo) e unidades de paisagem fortificadas



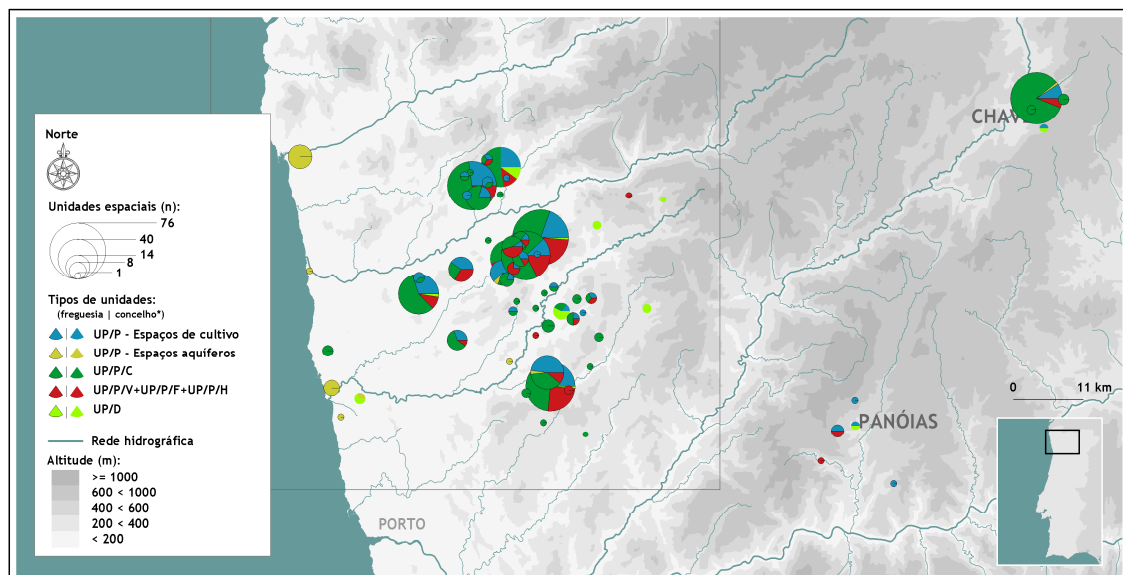
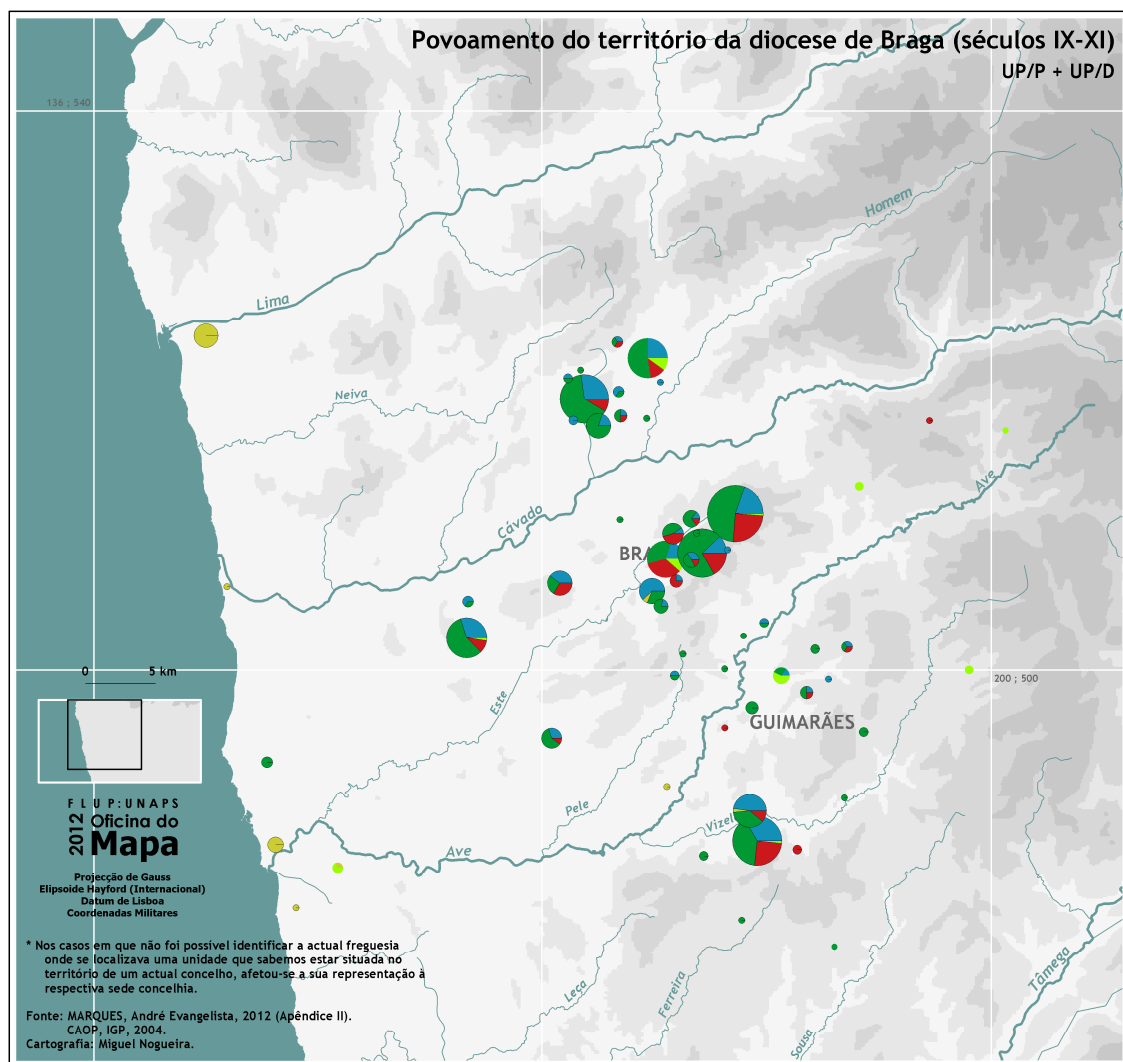
Mapa 22 – Unidades de paisagem fortificadas, vias e outras estruturas de comunicação



Mapa 23 – Unidades de organização social do espaço: de povoamento e residenciais e/ou de exploração



Mapa 24 – Unidades de organização social do espaço (povoamento) e unidades eclesiásticas



Mapa 25 – Unidades de paisagem produtivas (cereal, vinha, fruta, horta e outras) e elementos de delimitação

Mapa 26 – Actuais freguesias onde foi possível identificar unidades espaciais documentadas no corpus analisado

Índice Geral

Índice de mapas.....	7
Índice de figuras.....	9
Siglas e abreviaturas.....	10
Fontes e obras de referência	10
Revistas.....	11
Cartografia	11
Editoras e instituições	12
Abreviaturas.....	12
Agradecimentos: breve memória de uma investigação	14
Introdução: a montagem de um estudo de caso demonstrativo	21
1. Itinerário: da representação documental à materialidade do espaço	23
2. Programa: a concretização de uma proposta metodológica num estudo de caso ...	27
3. Coordenadas: a demarcação do tempo e do espaço à luz da realidade documental	31
3.1. Periodização: séculos IX-XI	31
3.2. Delimitação espacial: o território da diocese de Braga	35
4. Pressupostos histórico-geográficos: a imagem arquetípica da paisagem e do povoamento minhotos.....	63
5. Enquadramento historiográfico: o estudo da Alta Idade Média em Portugal.....	73
Parte I – Uma proposta de análise do espaço altimedieval a partir de fontes escritas	85
1. Problemática: paisagem, povoamento e sociedade.....	87
1.1. A construção do binómio espaço-sociedade no quadro da história rural medieval	87
1.2. O estudo do povoamento como “fóssil-director”	107
1.2.1. Os modelos de base: <i>incastellamento</i> e <i>encellulement</i>	111
1.2.2. Perspectivas recentes sobre a evolução do habitat altimedieval.	123
1.2.3. A discussão em torno da “aldeia” altimedieval	138
1.2.4. Uma visão mais complexa das relações entre povoamento e sociedade	155

1.2.5. A centralidade do povoamento no estudo da Alta Idade Média peninsular	159
1.3. A (re)emergência da paisagem, entre o ambiente e a representação .	186
2. Objecto: o espaço documentado, uma abstracção entre a base material, a organização social e a representação discursiva.....	211
2.1. A interacção espaço-sociedade: <i>bases materiais</i> da organização social do espaço	214
2.2. A representação documental de um espaço socialmente definido: construir um objecto historiográfico.....	225
3. Metodologia: para uma <i>proposografia</i> do espaço	245
3.1. A “organização social do espaço” como quadro metodológico de referência	247
3.2. A estruturação de uma base de dados	256
A) Módulo <i>Documentos</i>	258
A.1.1. Identificação.....	258
A.1.2. Datação	258
A.1.3. Informação diplomática	259
A.1.4. Publicação	259
A.1.5. Conteúdo	259
A.1.6. Observações	259
A.2. <i>Elementos</i>	260
B) Módulo <i>Elementos</i>	260
B.1. Identificação	260
B.2. Fragmentação	262
B.3. Delimitação	262
B.4. Sistema de localização da propriedade	263
B.5. Relações	264
B.5.1. <i>Relações</i>	264
B.5.2. <i>Relações Formulares/Indefinidas/Menores</i>	268
B.6. Atribuição Social.....	269
B.6.1. <i>Transmissões</i>	269
B.6.2. <i>Tributos</i>	270
B.7. Observações	270

C) Módulo <i>Unidades</i>	271
C.1. Identificação	272
C.2. Localização	275
C.3. <i>Elementos</i>	281
C.4. Observações	283
3.3. Potencialidades analíticas	284
3.3.1. Análise quantitativa	285
3.3.2. Integração dos dados num SIG: cartografia e análise espacial...	290
3.3.3. Crítica das fontes: desmontagem dos três filtros de acesso à realidade espacial.....	295
3.3.4. Interdisciplinaridade: integração com o registo arqueológico....	296
4. Fontes: a centralidade da documentação diplomática num conspecto mais amplo	303
4.1. Fontes textuais	304
4.1.1. Fontes diplomáticas	305
4.1.2. Fontes narrativas	306
4.1.4. Fontes corográficas	307
4.1.4. Fontes epigráficas	310
4.2. Fontes toponímicas	315
4.3. Fontes materiais	325
4.4. Fontes cartográficas e fotografia área	328
Parte II – A representação documental do espaço <i>bracarense</i> altimedieval	331
1. Os três <i>filtros</i>	333
1.1. Corpus: génese e transmissão dos documentos	344
1.2. Escrituração: um discurso construído entre partes “livres” e “formulares”	359
1.3. Terminologia: a mediação entre a realidade material e a representação documental	366
2. O léxico espacial.....	375
0. Introdução	375
1. Unidades de articulação social do espaço.....	386
- <i>Archidiaconatus</i>	386

- <i>Cautum</i>	389
- <i>Civitas</i>	391
- <i>Dioecesis</i>	395
- <i>Mandamentum</i>	396
- <i>Provincia</i>	397
- <i>Sedes</i>	398
- <i>Suburbium</i>	399
- <i>Terra</i>	400
- <i>Territorium</i>	402
- <i>Urbs</i>	404
2. Unidades de organização social do espaço.....	406
2.1. Unidades de povoamento.....	407
- <i>Locus</i>	407
- <i>Vicus</i>	409
- <i>Villa</i>	412
- <i>Villar(e)</i>	424
Topónimos	427
2.2. Unidades de residência e/ou exploração.....	434
- <i>Casal</i>	435
- <i>Quintana/quinta</i>	439
3. Unidades eclesiásticas	443
3.1. <i>Ecclesia</i>	444
3.2. <i>(H)eremita</i>	445
3.3. Mosteiros	446
- <i>Asceterium</i>	448
- <i>Aula</i>	448
- <i>Casa</i>	449
- <i>Coemiterium</i>	450
- <i>Coenobium</i>	451
- <i>Monasterium</i>	451
3.4. Templos (outras designações).....	451
- <i>Basilica</i>	452
- <i>Domus</i>	453

- <i>Locus</i>	453
- <i>Templum</i>	453
3.5. Templos (sem designação).....	454
4. Unidades de paisagem	455
4.1. Unidades naturais.....	455
4.1.1. Relevo	455
- <i>Alpis</i>	455
- <i>Collina</i>	457
- <i>Mamola</i>	457
- <i>Mons</i>	457
- <i>Penna</i>	459
- <i>Ripa/riba</i>	460
- <i>Spina (de monte)</i>	460
- <i>Summios</i>	461
- <i>Valle/vallinum/valina</i>	461
4.1.2. Água.....	464
4.1.2.1. <i>Mare</i>	465
4.1.2.2. Rios	465
- <i>Alveus</i>	466
- <i>Amnis</i>	467
- <i>Arrogium</i>	467
- <i>Flumen, fluvius</i>	467
- <i>Rivulus</i>	467
4.1.2.3. Cursos de água menores	469
- <i>Alvio</i>	469
- <i>Aqua</i>	469
- <i>Arrogium</i>	469
- <i>Canal(e)</i>	470
- <i>Corrago/corragum</i>	470
- <i>Fontano</i>	471
- <i>Rego/regum</i>	471
4.1.2.4. Águas e fontes correntes	471
- <i>Aqua(s)</i>	471

- <i>Fonte, fontano(a)</i>	472
4.1.2.5. Águas estanques.....	474
- <i>Lagena</i>	474
- <i>Poza</i>	474
4.1.3. Inculto	476
- <i>Autario/autarium/auterio/outeiro</i>	477
- <i>Azorera</i>	477
- <i>Bauza/bouza</i>	478
- <i>Bustello</i>	478
- <i>Carvaliale</i>	479
- <i>Iuncal</i>	479
- <i>Lama</i>	480
- <i>Mato</i>	480
- <i>Monte</i> (espaço de)	480
- <i>Revoreto</i>	481
- <i>Salto, sauto</i>	482
- <i>Silvares</i>	484
- <i>Soveroso/soveredum</i>	484
4.2. Unidades produtivas	484
4.2.1. Cereal	484
- <i>Ager, Campo</i>	484
- <i>Larea</i>	485
- <i>Senra</i>	488
- <i>Siccariolo/sikariolo</i>	488
- <i>Tridigal/tridigaria</i>	489
4.2.2. Vinho	489
- <i>Vinea/viniola, malio/malleis</i>	489
4.2.3. Fruta	492
4.2.3.1. <i>Pumar(e), pomicelium</i>	492
4.2.3.2. Fruteiras e outras árvores	493
- <i>Amexenarias</i>	493
- <i>Arbores</i>	494
- <i>Castanario(s)/castiniaria</i>	494

- <i>Cerdeira(s)/cerseiras/cesarias/cessarias</i>	494
- <i>Ficarias/ficulnea/figale</i>	494
- <i>Mazanarias/mazaneiras/macaneira</i>	494
- <i>Nesperarias</i>	495
- <i>Nugarias</i>	495
- <i>Perarias</i>	495
4.2.4. Horta	495
- <i>Cortina</i>	495
- <i>Caunieto</i>	496
- <i>Ortale</i>	497
4.2.5. Outras parcelas agrárias	497
- <i>Quinionem</i>	499
- <i>Rationem</i>	499
- <i>Petazo</i>	500
- <i>Peza/peca</i>	500
- <i>Sorte</i>	500
- <i>Talio/taliolos</i>	500
4.2.6. Espaços agrários indefinidos	502
- <i>Conclusus</i>	502
- <i>Mediatorio</i>	502
4.2.7. Outras unidades produtivas.....	504
- <i>Corte</i>	504
- <i>Devesa</i>	505
- <i>Linar</i>	505
- <i>Piscarias, bragada/bracata</i>	505
- <i>Plantatio</i>	507
- <i>Prato</i>	507
- <i>Salinas</i>	508
- <i>Terra, terreno</i>	508
- <i>Varzena</i>	509
4.3. Unidades de transformação.....	510
- <i>Cellario</i>	511
- <i>Forno</i>	511

- <i>Lagar</i>	512
- <i>Molino, mollendino</i>	512
4.4. Unidades residenciais	515
- <i>Casa</i>	516
- <i>Cozina</i>	517
- <i>Domus</i>	518
- <i>Edificio</i>	519
- <i>Palatium</i>	519
- <i>Pausata</i>	520
4.5. Unidades fortificadas	522
- <i>Castellum</i>	523
- <i>Castrum</i>	525
- <i>Oppidum</i>	528
- <i>Sulca</i>	528
4.6. Vias e outras estruturas de comunicação	529
4.6.1. <i>Ponte</i>	530
4.6.2. <i>Porto/portocino, portella</i>	530
4.6.3. Vias de comunicação	531
- <i>Carrale/carraria</i>	531
- <i>Congusta</i>	531
- <i>Incruciliata</i>	531
- <i>Strata</i>	531
- <i>Vereda</i>	531
- <i>Via</i>	531
4.7. Elementos de delimitação	532
- <i>Agirem</i>	533
- <i>Arca/archa</i>	533
- <i>Bornaria</i>	533
- <i>Clausura</i>	533
- <i>Comarum/comaro</i>	533
- <i>Decorias</i>	533
- <i>Marco</i>	533
- <i>Memoriale</i>	533

- Morauzos/moraucos	533
- Mulione	533
- Parietes	533
- Pennetum	533
- Petra/pedra.....	533
- Porta.....	533
- Saxo	533
- Sepe	533
- Stremadoiro	533
- Succo	533
- Terminum	533
- Vallato	533
- Vallo	533
4.8. Outras unidades de paisagem.....	534
- <i>Abrigo</i>	534
- <i>Arena</i>	534
- <i>Armada</i>	535
- <i>Arravalde</i>	535
- <i>Atrio</i>	535
- <i>Auruuam/orvamus (?)</i>	535
- <i>Brazos</i>	535
- <i>Cabezana</i>	536
- <i>Cova</i>	536
- <i>Dextros</i>	536
- <i>Grova</i>	536
- <i>Lairigale (?)</i>	536
- <i>Lombo</i>	537
- <i>Lovio</i>	537
- <i>Marina</i>	537
- <i>Palla</i>	538
- <i>Plana, planos</i>	538
- <i>Presa</i>	538
- <i>Terraticos</i>	539

5. Formas de propriedade	540
5.1. <i>Fundus</i>	541
5.2. <i>Hereditas</i>	541
5.3. <i>Predio</i>	548
5.4. Formas de aquisição patrimonial	548
- <i>Adiunctione(s)</i>	550
- <i>Cambiancia</i>	550
- <i>Comitatus</i>	551
- <i>Comparatione</i>	552
- <i>Ganantias</i>	552
- <i>Incartationes</i>	553
- <i>Incommuniacione(s)</i>	554
- <i>Laicales</i>	554
- <i>Testamentum, testatione</i>	555
Conclusão.....	557
Fontes e Bibliografia.....	569
Fontes.....	569
Fontes diplomáticas	569
Outras fontes	571
Bibliografia	572
Instrumentos de trabalho.....	572
Léxicos.....	574
Estudos.....	575
Apêndices.....	625
Apêndice I: Corpus dos documentos analisados	627
Apêndice I.A: Transcrições anotadas de alguns documentos.....	627
Doc. 295 (LF, 315=643)	628
Doc. 311 (LF, 359=397)	631
Doc. 312 (LF, 400)	633
Doc. 338 (LMD, 1a=DC, 76).....	635
Doc. 341 (LMD, 3=DC, 81)	641
Doc. 347 (LMD, 68=CDMCG, 6=DC, 138)	644
Doc. 378 (LMD, 2=DC, 407)	646

Doc. 381 (LMD, 45=DC, 420)	649
Doc. 390 (LMD, 55=DC, 952[a]).....	667
Doc. 394 (DC, 61)	671
Doc. 398 (LF, 22)	673
Doc. 399 (LF, 23)	677
Apêndice II: Corpus das unidades espaciais identificadas	681
Apêndice II.A: Notas de identificação toponímica.....	681
1. <i>Villa Nugaria</i> (un. 803).....	681
2. <i>Villa Barvuto</i> (un. 1445)	686
3. <i>Villa de Villacova</i> (un. 1881).....	688
Apêndice III – Cartografia complementar	693
Índice Geral	701